

CONGRESSO NACIONAL

ANAIIS DO SENADO

MÊS DE MARÇO DE 1958

SESSÕES 1.^a A 10.^a

S. T. F.
PATRIMÔNIO
N.º 044499-0
23-05-79 T-2



DIRETORIA DE PUBLICAÇÕES
RIO DE JANEIRO — BRASIL
1958

DISCURSOS CONTIDOS NESTE VOLUME

ALENCASTRO GUIMARÃES		GILBERTO MARINHO	
A proibição feita pelas autoridades militares do franqueamento ao público da Igreja do Forte de Copacabana	Pág. 313	A situação das excedentes do Instituto de Educação	Pág. 318
APOLONIO SALLES		JOÃO VILLASBOAS	
Agradecendo a escolha do seu nome para Vice-Presidente do Senado	2	Emitindo parecer, pela Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1957	526
Pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Kuhlmann	395	Encaminhando a votação do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1957, que dispõe sobre a comemoração do cinqüentenário da imigração japonesa no País	527
ARGEMIRO DE FIGUEIREDO		Encaminhando a votação do requerimento que solicita urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 326, de 1956	529
O reatamento das relações comerciais entre o Brasil e a Rússia. A falsa interpretação de nacionalismo existente no País. A política vigente do petróleo nacional	100	JORGE MAYNARD	
ASSIS CHATEAUBRIAND		A seca que assola o Nordeste ..	343
Os problemas econômicos e financeiros do País 4, 42, 128, 202, ..	397	A reabertura da Escola de Aprendizagem de Marinheiros, de Sergipe ..	564
CAIADO DE CASTRO		JULIO LEITE	
Emitindo parecer, pela Comissão de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 25, de 1958	562	Emitindo parecer, pela Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1957 ..	527
DOMINGOS VELLASCO		JURACY MAGALHÃES	
O requerimento que solicita transcrição nos Anais da entrevista concedida pelo Sr. Oswaldo Aranha ao vespertino "Última Hora" ..	262	A interferência do Sr. Presidente da República na eleição dos membros da Mesa da Câmara dos Deputados	157
EZECHIAS DA ROCHA		Pesar pelo falecimento dos Srs. Pedro Lago e Roberto Pugas Tavares	390
A campanha contra a malária ...	180	Emitindo parecer, pela Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 25, de 1958 ..	563
A seca que assola o Nordeste	388	KERGINALDO CAVALCANTI	
Assinalando aniversário das Agências Argus-Associadas	558	A seca que assola o Nordeste	431
FERNANDES TAVORA		A situação da classe ferroviária de Natal	518
A seca que assola o Nordeste	447	LAMEIRA BITTENCOURT	
GASPAR VELLOSO		Defendendo o Sr. Magalhães Barata das críticas feitas à sua administração, no Estado do Pará ..	478
As declarações feitas à imprensa pelo Dr. Guilherme Romano, sobre a campanha sanitária que desenvolverá no Rio de Janeiro ..	449		

XVI

LIMA TEIXEIRA

Pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Lago	Pág. 396
As divisas produzidas pela Bahia com referência no petróleo e ao cacau	545

LINEU PRESTES

Emitindo parecer, pela Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1957	525
---	-----

LINO DE MATTOS

A entrevista concedida pelo Ministro da Fazenda sobre os requerimentos de informações encaminhados a ele	107
A transferência das indústrias estrangeiras para o nosso País. O desvirtuamento da Instrução n.º 113, baixada pela SUMOC	172
O problema do preço do café brasileiro	235
Enviando à Mesa requerimento em que solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda, sobre as negociações de café com a União Soviética	336
As informações prestadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas a propósito da importação de máquinas rodoviárias para os Municípios brasileiros	384
A personalidade de Afonso d'Escragnoille Taunay	395
Solicitando transcrição nos Anais de discursos proferidos em homenagem a Afonso d'Escragnoille Taunay	426
Encaminhando à Mesa requerimento em que solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores O projeto que aprova a intervenção federal no Estado de Alagoas	441
Assinalando aniversário do jornal "A Tribuna", de Santos	443
	448

LOURIVAL FONTES

Lendo o recurso interposto pelo Sr. Hyldon Rocha contra o ato que o afastou do cargo de chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas	345
---	-----

MEM DE SA

Os problemas da triticultura nacional	302
A técnica do otimismo empregada pelo Presidente da República ..	455

MOURÃO VIEIRA

A respeito do ensino médio	556
----------------------------------	-----

NEREU RAMOS

Lendo telegrama que recebeu denunciando irregularidade na compra do trigo	170
---	-----

NEVES DA ROCHA

Os acontecimentos históricos decorridos com a vinda ao Brasil de D. João VI	Pág. 103
---	----------

NOVAES FILHO

Os problemas da triticultura nacional. A seca que assola o Nordeste	320
Dirigindo apêlo ao Sr. Presidente da República no sentido de socorrer as populações nordestinas flageladas pela seca	509

OCTACILIO JUREMA

Lendo telegrama que recebeu a respeito da seca que assola o Nordeste	168
--	-----

ONOFRE GOMES

Lendo cabograma que recebeu a respeito da seca que assola o Nordeste	471
--	-----

OTHON MADER

Lendo telegramas que recebeu dos armadores de Santos a respeito do serviço de cabotagem	254
O plano de desapropriação das terras do sudoeste do Paraná elaborado pela CITLA	307
A crise do café	539

PRESIDENTE

Questão regimental sobre a eleição dos membros da Mesa do Senado Federal	37
Questão regimental sobre a constituição das Comissões Permanentes do Senado Federal	41

PÚBLIO DE MELLO

Lendo cabograma recebido das classes conservadoras do Maranhão sobre as locomotivas destinadas à Estrada de Ferro São Luís-Terestina e retidas no Porto de Recife	
---	--

RUY CARNEIRO

A seca que assola o Nordeste . 113,	327
-------------------------------------	-----

VICTORINO FREIRE

A seca que assola o Nordeste —	558
Sobre o Banco de Crédito da Amazônia	531

WALDEMAR SANTOS

A seca que assola o Nordeste	326
-----------------------------------	-----

MATÉRIA CONTIDA NESTE VOLUME

	Pág.		Pág.
"A TRIBUNA"			
Assinalando aniversário do jornal —, de Santos; discurso do Sr. Lino de Mattos	448	— da 9. ^a Sessão da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura, em 27 de março de 1958	484
AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY		— da 10. ^a Sessão da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura, em 28 de março de 1958	533
A personalidade de —; discurso do Sr. Lino de Mattos	395	BAHIA	
Solicitando transcrição nos Anais de discursos proferidos em homenagem a —; discurso do Sr. Lino de Mattos	426	As divisas produzidas pela — com referência ao petróleo e ao cacau; discurso do Sr. Lima Teixeira .	545
AGÊNCIAS ARGUS-ASSOCIADAS			
Assinalando aniversário das —; discurso do Sr. Ezechias da Rocha	558	BANCO DE CREDITO DA AMAZONIA	
ALAGOAS			
O projeto que aprova a intervenção federal no Estado de —; discurso do Sr. Lino de Mattos ..	443	Sobre o —; discurso do Sr. Victorino Freire	531
ATA			
— da 1. ^a Sessão Preparatória da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura, em 10 de março de 1958	1	CABOTAGEM	
— da 2. ^a Sessão Preparatória da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura, em 11 de março de 1958	37	Lendo telegrama que recebeu dos armadores de Santos a respeito do serviço de —; discurso do Sr. Othon Mäder	254
— da 1. ^a Sessão da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura, em 17 de março de 1958	80	CACAU	
— da 2. ^a Sessão da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura, em 18 de março de 1958	155	As divisas produzidas pela Bahia com referência ao petróleo e ao —; discurso do Sr. Lima Teixeira	545
— da 3. ^a Sessão da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura, em 19 de março de 1958	234	CAFÉ	
— da 4. ^a Sessão da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura em 20 de março de 1958	282	O problema do preço do —; discurso do Sr. Lino de Mattos ..	235
— da 5. ^a Sessão da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura, em 21 de março de 1958	335	Enviando à Mesa requerimento em que solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre as negociações de — com a União Soviética; discurso do Sr. Lino de Mattos	336
— da 6. ^a Sessão da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura, em 24 de março de 1958	379	A crise do —; discurso do Sr. Othon Mäder	539
— da 7. ^a Sessão da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura, em 25 de março de 1958	425	CÂMARA DOS DEPUTADOS	
— da 8. ^a Sessão da 4. ^a Sessão Legislativa da 3. ^a Legislatura, em 26 de março de 1958	454	A interferência do Sr. Presidente da República na eleição dos membros da Mesa da —; discurso do Sr. Juracy Magalhães	157
		CITLA	
		O plano de desapropriação das terras do sudoeste do Paraná elaborado pela —; discurso do Sr. Othon Mäder	307

XVIII

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

Emitindo parecer, pela —, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1957; discurso do Sr. Lincoln Prestes

Pág.

525

COMISSÃO DE FINANÇAS

Emitindo parecer, pela —, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1957; discurso do Sr. Júlio Leite

527

Emitindo parecer, pela —, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 25, de 1958; discurso do Sr. Juracy Magalhães

503

COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES

Emitindo parecer, pela —, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1957; discurso do Sr. João Villasbôas

526

COMISSÃO DE SEGURANÇA
NACIONAL

Emitindo parecer, pela —, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 25, de 1958; discurso do Sr. Caetano de Castro

502

DISCURSO

— pronunciado pelo Sr. Presidente da República

188

— pronunciado pelo Ministro Lúcio Meira

193

— pronunciado pelo Sr. Antônio Sylvio Cunha Bueno

196

E. F. SÃO LUIS-TERESINA

Lendo cabograma recebido das classes conservadoras do Maranhão sobre as locomotivas destinadas à — e retidas em Recife; discurso do Sr. Públio de Mello ..

126

ELEIÇÃO

— do Vice-Presidente do Senado ..

2

— do 1.º e 2.º Secretário do Senado Federal

38, 39

— do 3.º e 4.º Secretário do Senado Federal

39, 40

— do 1.º e 2.º Suplente dos Secretários do Senado Federal

40, 41

ENSINO MÉDIO

A respeito do —; discurso do Sr. Mourão Vieira

556

ENTREVISTA

— concedida pelo Sr. Oswaldo Aranha à Imprensa

209

ESCOLA DE APRENDIZES DE
MARINHEIRO

A reabertura da —, de Sergipe; discurso do Sr. Jorge Maynard ..

Pág.

564

FORTE DE COPACABANA

A proibição feita pelas autoridades militares do franqueamento ao público da Igreja do —; discurso do Sr. Alencastro Guimarães ..

313

GERALDO KUHLMANN

Pesar pelo falecimento do Sr. —; discurso do Sr. Apolônio Salles ..

395

GUILHERME ROMANO

As declarações feitas à imprensa pelo Sr. — sobre a campanha sanitária que desenvolverá no Rio de Janeiro; discurso do Sr. Gaspar Velloso

449

HYLDON ROCHA

Lendo o recurso interposto pelo Sr. — contra o ato que o afastou do cargo de chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas; discurso do Sr. Lourival Fontes ..

345

IGREJA

A proibição feita pelas autoridades militares do franqueamento ao público da — do Forte de Copacabana; discurso do Sr. Alencastro Guimarães

313

IMIGRAÇÃO JAPONESA

Encaminhando a votação do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1957, que dispõe sobre a comemoração do cinquentenário da — no País; discurso do Sr. João Villasbôas

527

IMPrensa

As declarações feitas à — pelo Sr. Guilherme Romano sobre a campanha sanitária que desenvolverá no Rio de Janeiro; discurso do Sr. Gaspar Velloso

449

INDÚSTRIAS

A transferência das — estrangeiras para o nosso País; discurso do Sr. Lino de Mattos

172

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

A situação das excedentes do —; discurso do Sr. Gilberto Marinho ..

318

INSTRUÇÃO N.º 113

O desvirtuamento da —, baixada pela SUMOC; discurso do Sr. Lino de Mattos

172

INTERVENÇÃO FEDERAL

O projeto que aprova a — no Estado de Alagoas; discurso do Sr. Lino de Mattos 443

JOJO VI

Os acontecimentos históricos decorridos com a vinda ao Brasil de D. —; discurso do Sr. Neves da Rocha 103

MALÁRIA

A campanha contra a —; discurso do Sr. Ezequias da Rocha 180

MAGALHÃES BARATA

Defendendo o Sr. — das críticas feitas à sua administração no Estado do Pará; discurso do Sr. Lamelra Bittencourt 478

MINISTRO DA FAZENDA

A entrevista concedida pelo — sobre os requerimentos de informações encaminhados a ele; discurso do Sr. Lino de Mattos 107

Enviando à Mesa requerimento em que solicita informações ao Sr. — sobre as negociações de café com a União Soviética; discurso do Sr. Lino de Mattos 336

MINISTRO DA VIAÇÃO e OBRAS PÚBLICAS

As informações prestadas pelo — a propósito da importação de máquinas rodoviárias para os Municípios brasileiros; discurso do Sr. Lino de Mattos 384

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Encaminhando à Mesa requerimento em que solicita informações ao —; discurso do Sr. Lino de Mattos 441

NACIONALISMO

A falsa interpretação do — existente no País; discurso do Sr. Argemiro de Figueiredo 100

NORDESTE

A seca que assola o —; discurso do Sr. Ezequias da Rocha 388

Idem, discurso do Sr. Fernandes Távora 447

Idem, discurso do Sr. Jorge Maynard 343

Idem, discurso do Sr. Kerginaldo Cavalcanti 431

Idem, discurso do Sr. Novas Filho 320

Idem, discurso do Sr. Ruy Carneiro 113, 327

Idem, discurso do Sr. Victorino Freire 257, 516, 558

Pág. Idem, discurso do Sr. Waldemar Santos 326

Lendo telegrama que recebeu a respeito da seca que assola o —; discurso do Sr. Octacílio Jurema 168

Lendo cabograma que recebeu a respeito da seca que assola o —; discurso do Sr. Onofre Gomes 471

OSWALDO ARANHA

O requerimento que solicita transcrição nos Anais da entrevista concedida pelo Sr. — ao vespertino "Última Hora" 262

PARANÁ

O plano de desapropriação das terras do sudoeste do — elaborado pela CITLA; discurso do Sr. Othon Mäder 307

PARECER

— N.º 48, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 8, de 1958 87

— Ns. 49, 50 e 51, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 137, de 1957 — 88, 89, 90

— Ns. 52 e 53, de 1958, das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 225, de 1957 91, 92

— Ns. 55 e 56, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1957 94

— Ns. 57 e 58, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 1957 95

— Ns. 57-A, 58-A e 59, de 1958, das Comissões de Serviços Público Civil, de Legislação Social e de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 84, de 1957 535, 536

— N.º 60, de 1958, da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 298, de 1956 538

— N.º 61, de 1958, da Comissão de Redação sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 1957 538

— N.º 62, de 1958, da Comissão de Redação sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1957 561

PEDRO LAGO

Pesar pelo falecimento do Sr. —; discurso do Sr. Juracy Magalhães 390

Idem, discurso do Sr. Lima Teixeira 396

	Pág.	Pág.
PETRÓLEO		
A política vigente do — nacional; discurso do Sr. Argemiro de Figueiredo	100	
As divisões produzidas pela Bahia com referência ao — e ao cacau; discurso do Sr. Lima Teixeira	545	
PRESIDENTE DA REPÚBLICA		
A interferência do Sr. — na eleição dos membros da Mesa da Câmara dos Deputados; discurso do Sr. Juracy Magalhães	157	
A técnica do otimismo empregada pelo —; discurso do Sr. Mem de Sá	455	
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO		
— N.º 14, de 1957, que determina o registro do acôrdo celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Missão Salesiana de Mato Grosso	94	
— N.º 32, de 1957, que mantém decisão do Tribunal de Contas de negatória de registro de contrato que especifica	95	
— N.º 31, de 1957, que aprova o ato do Presidente da República que determina a intervenção federal no Estado de Alagoas —	390, 443, 446, 538, 539	
PROJETO DE LEI DA CÂMARA		
— N.º 298, de 1956, que dá nova denominação à profissão de guarda-livros	538	
— N.º 326, de 1956, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho	482, 529	
— N.º 84, de 1957, que regula o sequestro e o perdimento de bens nos casos de enriquecimento ilícito	535, 536	
— N.º 137, de 1957, que restabelece a cadeira de Técnica Odontológica na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão	88, 89, 90, 483, 531	
— N.º 225, de 1957, que cria cargos na Justiça do Distrito Federal	91, 92, 453, 477	
— N.º 252, de 1957, que abre crédito para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa	93, 446	
— N.º 8, de 1958, que abre crédito para pagamento de salário-família a funcionários da Justiça do Trabalho	87	
— N.º 23, de 1958, que modifica a Lei n.º 593, de 24 de outubro de 1948	81	
— N.º 24, de 1958, que regula o direito de greve	81	
— N.º 25, de 1958, que efetiva oficiais da ativa das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal	494	
— N.º 26, de 1958, que assegura promoção ao posto de segundo tenente aos Aspirantes e Sargentos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, diplomados pela Escola de Sargentos	534	
PROJETO DE LEI DO SENADO		
— N.º 43, de 1957, que dispõe sobre as comemorações do cinquentenário da imigração japonesa no País .. 482, 525, 561,	562	
— N.º 48, de 1957, que dispõe sobre a aposentadoria dos funcionários que trabalham na entrega postal ou telegráfica	482, 531, 532	
— N.º 3, de 1958, que abre crédito especial como auxílio à Real Sociedade Clube Ginástico Português	171	
— N.º 4, de 1958, que estende os benefícios da Lei n.º 2.095, de 18 de novembro de 1953, aos lavradores de café atingidos pelas geadas	258	
— N.º 5, de 1958, que dispõe sobre "as faltas como extraordinário" da Estrada de Ferro Central do Brasil	474	
PROJETO DE RESOLUÇÃO		
— N.º 1, de 1958, que revigora dispositivo da Resolução n.º 10, de 1951	269, 318	
— N.º 4, de 1958, que dispõe sobre as comemorações do Dia da Bandeira	257	
— N.º 5, de 1958, que revalida por dois anos o prazo de vigência do concurso de Auxiliar Legislativo	425	
— N.º 6, de 1958, que restabelece dez cargos extintos da carreira de Auxiliar Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal	420	
QUESTÃO REGIMENTAL		
— Sobre a eleição dos membros da Mesa do Senado Federal; discurso do Sr. Presidente	37	
— Sobre a constituição das comissões permanentes do Senado Federal; discurso do Sr. Presidente	41	
REQUERIMENTO		
— N.º 62, de 1958, solicitando informações ao Sr. Ministro da Educação e Cultura	9	
— N.º 63, de 1958, solicitando informações ao Sr. Ministro da Educação e Cultura	9	

Pág.		Pág.	
— N.º 64, de 1958, solicitando inserção nos Anais de discursos proferidos na inauguração da fábrica de motores Willys-Overland do Brasil	133	— N.º 80, de 1958, solicitando, o Sr. Alberto Pasqualini, prorrogação da sua licença	559
— N.º 65, de 1958, solicitando transcrição nos Anais de entrevista concedida pelo Sr. Oswaldo Aranha à imprensa	157	— N.º 87, de 1958, solicitando informações ao Sr. Ministro da Aeronáutica	559
— N.º 66, de 1958, solicitando que o Senado não realize sessões nos dias 15 a 31 de julho	258	— N.º 88, de 1958, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 25, de 1958	560
— N.º 67, de 1958, solicitando que o Senado não realize sessão nos dias 31 de março a 4 de abril ..	257	— N.º 89, de 1958, solicitando, o Sr. João Arruda, prorrogação da sua licença	561
— N.º 68, de 1957, solicitando informações ao Sr. Ministro da Agricultura	310	ROBERTO PUGAS TAVARES	
— N.º 69, de 1958, solicitando seja designada uma comissão para acompanhar os estudos do aumento da produção da borracha		Pesar pelo falecimento do Sr. —; discurso do Sr. Juracy Magalhães	390
— N.º 70, de 1957, solicitando adiantamento da discussão do Projeto de Resolução n.º 1, de 1958 ..	318	RÚSSIA	
— N.º 71, de 1958, solicitando informações ao Sr. Ministro da Fazenda	336	O reatamento das relações comerciais entre o Brasil e a —; discurso do Sr. Argemiro de Figueiredo	100
— N.º 72, de 1958, solicitando a audiência da Comissão de Saúde Pública para o Projeto de Lei da Câmara n.º 69, de 1957	345	SÊCA	
— N.º 73, de 1958, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Lago	389	A — que assola o Nordeste; discurso do Sr. Ezequias da Rocha	388
— N.º 74, de 1958, solicitando designação de quatro Senadores para participarem da delegação brasileira que irá ao Japão ..	302	Idem, discurso do Sr. Fernandes Távora	447
— N.º 75, de 1958, solicitando informações ao Sr. Ministro do Trabalho	393	Idem, discurso do Sr. Jorge Maynard	343
— N.º 76, de 1958, solicitando informações ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas	426	Idem, discurso do Sr. Reginaldo Cavalcanti	431
— N.º 77, de 1958, solicitando informações ao Sr. Ministro das Relações Exteriores	441	Idem, discurso do Sr. Novaes Filho	320
— N.º 78, de 1957, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1957	443	Idem, discurso o Sr. Ruy Carneiro	113, 327
— N.º 79, de 1957, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 326, de 1956	472	Idem, discurso do Sr. Victorino Freire	257, 516, 558
— N.º 80, de 1957, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado n.º 48, de 1957	472	Idem, discurso do Sr. Waldemar Santos	326
— N.º 81, de 1957, solicitando informações ao Sr. Ministro da Guerra	472	Dirigindo apêlo ao Sr. Presidente da República no sentido de socorrer as populações nordestinas assoladas pela —; discurso do Sr. Novaes Filho	509
— N.º 82, de 1958, solicitando informações ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas	473	Lendo telegrama que recebeu a respeito da — que assola o Nordeste; discurso do Sr. Octacílio Jurema	168
— N.º 83, de 1958, solicitando informações ao Sr. Ministro do Trabalho	474	Lendo cabograma que recebeu a respeito da — que assola o Nordeste; discurso do Sr. Onofre Gomes	471
— N.º 84, de 1958, solicitando informações sobre o Banco de Crédito da Amazônia	495	SERVIÇO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS	
— N.º 85, de 1958, solicitando informações ao Sr. Ministro da Guerra	508	Lendo o recurso interposto pelo Sr. Hyldon Rocha contra o ato que o afastou do cargo de chefe do —; discurso do Sr. Lourival Fontes	345
		SUMOC	
		O desvirtuamento da Instrução n.º 113, baixada pela —; discurso do Sr. Lino de Mattos	172

TRIGO

Lendo telegrama que recebeu denunciando irregularidade na compra do —; discurso do Sr. Nereu Ramos

Pág.

Idem, discurso do Sr. Noves Filho

Pág.

103

UNIAO SOVIÉTICA

170

Enviando à Mesa requerimento em que solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre as negociações de café com a —; discurso do Sr. Lino de Mattos

336

TRITICULTURA

Os problemas da — nacional; discurso do Sr. Mem de Sá

302

**1.^a Sessão Preparatória da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a
Legislatura, em 10 de março de 1958**

PRESIDÊNCIA DOS SRS. APOLÔNIO SALLES E LIMA TEIXEIRA

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Prisco dos Santos.
Álvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Gorgino Avelino.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Attilio Vivacqua.
Ary Vianna.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Calado de Castro.
Gilberto Marinho.

Benedicto Valladares.
Lino de Mattos.
Domingos Vellasco.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Gaspar Velloso.
Nereu Ramos.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá — (50).

O SR. PRESIDENTE — Há na
Casa 50 Srs. Senadores. Está
aberta a sessão.

De acôrdo com o art. 3.^o e seu
parágrafo único, do Regimento
Interno, assim se vai proceder à
sessão de hoje:

“Art. 3.^o Nas sessões legis-
lativas ordinárias subsequen-
tes à inicial de cada legisla-
tura, realizar-se-á no dia 10
de março, às 14 horas e 30
minutos, com a presença,
pelo menos, de dezessets Sen-
adores, a primeira sessão
preparatória, sob a direção da
Mesa eleita para a sessão le-
gislativa anterior.

Parágrafo único. Verificado
o *quorum* referido no art. 33,
dêste Regimento, proceder-
se-á à eleição do Vice-Pres-
idente do Senado, e, em
segunda sessão preparatória,
no dia seguinte, a dos demais
membros da Mesa”.

Não há Expediente nem Ata a
serem lidos.

Havendo número legal, passa-se à eleição do Vice-Presidente do Senado para o período legislativo de 1958.

Suspendo a sessão por cinco minutos a fim de que os Srs. Senadores possam munir-se de cédulas.

A sessão é suspensa às 14 horas e 42 minutos e reaberta às 14 horas e 47 minutos, sob a presidência do Sr. Lima Teixeira.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Val-se proceder à eleição do Vice-Presidente do Senado.

O Sr. Primeiro Secretário fará a chamada.

Respondem à chamada e votam os Senhores Senadores

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Ruy Carneiro.
Octacilio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Attilio Vivacqua.
Ary Vianna.
Arlindo Rodrigues.

Alencastro Guimarães.
Caiaido de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lino de Mattos.
Domingos Vellasco.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Gaspar Velloso.
Nereu Ramos.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá — (45).

O SR. PRESIDENTE — Vão ser lidos os nomes dos Srs. Senadores que responderam à chamada.

(Leitura dos nomes)

O SR. PRESIDENTE — Val-se proceder à apuração.

São recolhidos 45 sobrecartas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

Apolônio Salles	43 votos
Filinto Müller	1 voto
Em branco	1 voto

O SR. PRESIDENTE — Proclamo eleito Vice-Presidente do Senado o nobre Senador Apolônio Salles.

Convido S. Exa. a assumir a Presidência.

Assume a Presidência o Senador Apolônio Salles (Palmas prolongadas).

O SR. APOLÔNIO SALLES — *(Lê o seguinte discurso):* Senhores Senadores: Confesso-me, Senhores Senadores, profundamente sensibilizado com o gesto generoso que tiveram para comigo, escolhendo-me para, mais uma vez, como Vice-Presidente do Senado, dirigir os trabalhos desta Casa.

Tanto mais profunda é esta minha emoção, quanto sei que é do conhecimento de V. Exas.

achar-me eu ao final do meu mandato, sendo até muito provável que no ano vindouro já nem mais possa fruir o honroso e agradável convívio, que durante tantos anos para mim se constituiu um imerecido privilégio.

Vejo em V. Exas., Senhores Senadores de todos os partidos, lídimos e autênticos expoentes do pensamento político, cultural e moral dos Estados que V. Exas. representam.

Envaideço-me por verificar e sentir, na proximidade dos preclaros companheiros, como alta é a posição atingida pela evolução democrática da Pátria, em todos os setores de sua estruturação política.

Do Amazonas ao Sul do País, pelo exemplo que Vossas Excelências trazem à ribalta excelsa do Senado, percebe-se que se atingiu à maturidade política da Nação na incessante procura, e árdua luta, pelas mais puras conquistas da vida democrática.

Merecer de Vossas Excelências expressões deste aprimoramento político, a escolha para o posto a que me indicaram, é mais que desvanecedor, — arrebatada toda a minha sensibilidade e me impele para os mais veementes protestos de agradecimento e de gratidão.

No lugar que me confiaram encontrarão um companheiro disposto a não medir sacrifícios e a não regatear renúncias, a serviço das diretrizes que as leis e os costumes da Casa impõem como tradução da vontade soberana de Vossas Excelências.

Diz-me a consciência que assim tem sido o rotelro que palmilhei nos postos que venho ocupando. Diz-me o coração, entretanto, que é esta a estrada larga que hei sempre de trilhar e, no caso, arrimado ainda pelo poderoso e irrecusável imperativo da retribuição à prova de confiança que

de Vossas Excelências acabo de receber.

Dirijo-me a cada um dos Partidos que sufragaram o meu nome, pedindo que tenham com certa a pureza dos meus propósitos e a retidão da minha atitude.

Nesta Casa, sem quebra e sem violências às diretrizes partidárias de cada grupo, criou-se um ambiente de cordialidade e de harmonia, em que não há lugar para injustiças e parcialidades.

Proclamo aqui, com a experiência de dois anos, neste ensejo emocional, que de Vossas Excelências Senadores de outros Partidos, que não o meu, só tenho recebido leal e prestimosa cooperação. Jamais as divergências se fizeram ouvir mais alto do que os propósitos comuns, que todos tínhamos e temos, de melhor rendimento e eficiência nas tarefas confiadas ao Senado.

Peço a cada um dos líderes destes Partidos que traduzam aos seus ilustres liderados o meu reconhecimento sincero, pelas inúmeras provas de atenção e carinho no trato comum de dois anos de vice-presidência do Senado. Mas que também se certifiquem de como é profunda a minha emoção agora pelo sufrágio generoso com que me alçam por mais um ano a tão elevada investidura.

A Vossas Execências, Senhores Senadores do Partido Social Democrático, em cujas fileiras e sob cuja bandeira gloriosa, modestamente embora, tenho militado sem interrupção desde os saudosos e distantes dias de minha juventude, a Vossas Excelências, na pessoa de seu estimado líder Senador Filinto Müller, também o meu agradecimento.

Testemunho a colaboração recebida dos queridos companheiros de Partido, na condução dos trabalhos da Casa. Colaboração que foi sempre uma afirmativa de

conduta imparcial e desapaixonada.

Sem dificuldade encontrei e encontro na inspiração de tão leais partidários a senda larga do cumprimento dos meus deveres.

Deixem agora, Senhores Senadores, que, neste último ano de tão alta investidura, volva, tal como o fiz na primeira vez, o meu pensamento para a minha terra distante. Para Pernambuco de que recebi desvanecido a grata e dignificante incumbência de representá-lo numa das cadeiras do Senado.

Deixem que leve a crédito da minha querida Província, com a emoção de um filho devotado e humilde, tôdas as provas de consideração e aprêço que de Vossas Excelências venho recebendo até hoje e que, agora, culminam neste instante emocional de minha carreira parlamentar.

Nas páginas da história da minha terra, repassadas dos episódios mais eloqüentes de fidelidade ao Brasil, descubro mil razões de orgulho. Descubro, porém, ainda motivos maiores de estímulo para que, no desempenho das missões que me caibam, só um pensamento me empolgue: — o integral devotamento ao serviço da Pátria.

E' com êste pensamento que aqui me acho e assim ousou aceitar o encargo que Vossas Excelências me confiam.

Meus mais profundos, emocionais e sinceros agradecimentos. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas). (Pausa).*

O SR. PRESIDENTE — Convidando os nobres Senhores Senadores para a segunda sessão preparatória, amanhã, às quatorze horas e trinta minutos, a fim de que se complete a Mesa do Senado Federal, considero encerrada esta sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 5 minutos.

—x—

Discurso pronunciado pelo Sr. Senador Assis Chateaubriand, na sessão de 27 de junho de 1956, que seria publicado posteriormente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Senhor Presidente, suponho que a Casa terá tido ensejo de ler um estudo que o presidente da Comissão do Orçamento na Câmara dos Deputados, vem de publicar. É um rápido transunto da posição financeira do País. Tira o Sr. Israel Pinheiro as conclusões que comporta a derradeira Lei da Despesa, a qual tornou a situação das finanças federais mais difícil e mais delicada do que dantes.

O Brasil deve ao Sr. Israel Pinheiro serviço que não poderá esquecer. Foi o presidente da Comissão de Orçamento da Câmara a sentinela vigilante, dentro do Partido Republicano Mineiro, a dar a voz de alarma contra a estagnação em que apodrecia a velha organização montanhosa antes dela tomar a iniciativa de adotar o voto secreto na órbita estadual. Quando chega Antônio Carlos e entra a perfilhar a série de medidas que rejuvenesceram ambiente cívico e partidário de Minas, dois valorosos paladinos já haviam começado a transformação dos costumes democráticos, que necessária ali se tornara: Israel Pinheiro e Melc Vianna. Um e outro agiram com decisão dentro do seu Partido, conquistando o ascendente que mereciam alcançar para decisão que tomaram de revelar ao Brasil os germes de impaciência que havia no P.R.M. em busca de um regime mais estável e de mais autoridade pela decência dos seus costumes e pela agressividade das

suas reformas no campo do revisionismo democrático.

No plano econômico, deve-se ao presidente da Comissão de Orçamento o êxito de um trabalho que ninguém obteve de Getúlio Vargas. Foi ele quem, como secretário da Agricultura de Minas chegou a convencer o ditador do Estado Novo da urgência da fundação da grande siderurgia no Brasil. Até 1938, Getúlio Vargas insistiu nas doutrinas insensatas de Clodomiro de Oliveira, se batera pela pequena siderurgia em Minas. Seu governo durante mais de sete anos foi, de todo o ponto de vista, estéril, quanto à expansão da metalurgia do aço, identificado com o líder selvagem da siderurgia mirim, no Brasil. Getúlio Vargas transformou o minério de ferro que é como o petróleo, uma mercadoria internacional, um artigo verde-amarelo tal qual fizera ele no governo do Rio Grande, com o carvão local. Não foi possível dobrá-lo até que aos primeiros meses de 1938, o Sr. Israel Pinheiro, assessor de Vargas, numa estação de cura em São Lourenço, concedeu uma entrevista confirmando a importância da grande siderurgia para a expansão industrial do Brasil. Com a flexibilidade que lhe é peculiar, o Secretário da Agricultura de Minas Gerais logrou trazer o ditador para linha justa. Veio a seguir Volta Redonda.

Varietade de Recursos

É injustificável que o Brasil com a variedade de recursos de zonas geográficas que ele tem, podendo escolher os tipos de produção que quiser desde o Equador, na Amazônia, até as regiões subtropicais de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande ainda adquira duzentos milhões de dólares de artigos de alimentação. Eu não sustento que ain-

da se possa aqui fazer cultura de produtos de alimentação comercial. A prodigiosa expansão da lavoura norte-americana, a ampliação dos recursos financeiros do Plano Marshall na Europa, e do Ponto Quatro na Ásia e na África, tornaram os mercados do Velho Mundo praticamente intransitáveis às atividades cerealiíferas, em massa, da Argentina, do Brasil e outros países latino-americanos. Que diferença entre os dias de hoje e aqueles do *dollar-gap*, que se sucederam, logo após o desfecho da guerra, em 45! A humanidade jamais esquecerá estes anos, inéditos na vida do planeta, em que, graças, à cooperação norte-americana, a Europa ocidental se levantaria, pode dizer-se, curada das feridas da segunda grande guerra, com uma produção industrial, em 1954, 50% superior à de 1933, e com uma produção agrícola 30% mais elevada, em idênticos períodos. A produtividade sobe de 15 a 20%, em comparação a 1938. As exportações européias se elevam de 70% tomados os anos de 1938 e 1954, como pontos de cotejo.

Dêsse modo, os celeiros que eramos, dêste lado do Atlântico, aberta ou potencialmente, da Europa, perderam, após 1945, muito da sua influência. Se esperança poderemos nutrir de nossa volta aos mercados da Europa, não haverá de ser mais com trigo, milho, ou arroz, em massa, e sim, com matérias primas industriais ou do subsolo. Até hoje não entendo porque aqui não se substituiu, em grande parte das nossas rações alimentares o trigo pelo milho e pelo arroz que são dois cereais peculiares ao nosso meio físico.

Sou partidário, Senhor Presidente, de um método de valorização das nossas riquezas essenciais o qual muito diverge das condi-

ções de desordem em que habitualmente aqui se trabalha.

Se o Brasil é café, açúcar, arroz, sisal, milho, lã, borracha, algodão, pimenta-do-reino, juta, sementes oleaginosas, ferro, bauxita, carne, intensifiquemos o nosso esforço agrário, animal ou extrativo, no sentido dêesses cereais e dessas matérias-primas, ou dessa pecuária, aperfeiçoando ao máximo o nível de produção ou de extração dêeles e delas.

Insisto em dizer, Senhor Presidente, que situando a industrialização no primeiro plano das nossas preocupações, deixamo-nos de interessar pela terra e pelo agro. É o despovoamento das fazendas cada vez maior, justamente com a fascinação das cidades. Não é o campo abandonado só em razão da atração urbana, senão também pela ausência do interesse proporcionado ao trabalhador rural. Que pode prender o homem do interior à gleba se ele vive desassociado da prosperidade do fazendeiro ou do sitiante? O problema do ausentismo nas fazendas já se vem tornando crônico por isso. Torna-se indispensável, antes de tudo, dar ao trabalhador, o mais possível, a situação de meeiro ainda quando ele não tenha dinheiro. Urge que exista no seu espírito o poder de iniciativa. Nas quatro propriedades rurais dos "Diários Associados", em São Paulo e Minas, o número de trabalhadores associados aumenta de ano em ano. Temos trabalhadores que tiram líquidos, 80, 100 mil cruzeiros anuais. Assim, ligado o trabalhador à expansão da fazenda, ele não experimenta, salvo excessões, a tentação de abandoná-la. No caso das fazendas Associadas é preciso reconhecer que o nosso quinhão de ganho não hesitamos em devolvê-lo integralmente à terra em benfitorias de toda a natureza, inclusive material de irrigação e respectivos açudes,

para assim valorizar-se cada vez mais os bens da comunidade.

Sem água não existe agricultura nos trópicos.

Abandonados Artigos de Base

O Sr. Lima Teixeira — Apoiado! A integração do trabalhador na vida do campo somente é possível dando-lhe o interesse a que V. Exa. se refere.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIANT — E mais do que isso: obrigando o fazendeiro a preocupar-se com a prosperidade da sua gleba. É a melhoria da qualidade da produção elemento fundamental da estabilidade de qualquer domínio rural.

Desconheço outro país, com a classe que já atingimos, onde os artigos de base da sua economia se encontrem tão abandonados. O ideal numa economia será concentrar a iniciativa nacional em poucos produtos, mas bem trabalhados. Fui toda a vida, em São Paulo, Sul e Mata de Minas e Espírito Santo, pela monocultura do café. É admirável o exemplo de Pôrto Rico. Os homens da Ilha excluíram uma série de produtos da terra, em que ali trabalhavam, para se fixar na cana-de-açúcar e somente nela o interesse dêeles. Em conclusão, a riqueza canavieira em Pôrto Rico é uma das mais completas do mundo. Ela é o polo de atração das outras fontes de riqueza que somam um total de mais de 400 milhões, na pauta das exportações visíveis e invisíveis portorriqueñas. Pôrto Rico exporta mais de um milhão de toneladas de açúcar.

Porque o Brasil não fêz outro tanto com o café, perdeu as duas hegemonias dêele, a da quantidade e a da qualidade. Dispomos de terras férteis, opulentas de umidade para produzir café quase com o mesmo *flavour* que os da Colômbia e da América

Central. E por que não produzimos? Porque até hoje não se cogitou aqui de sustentar a nossa posição de primeiro país cafeeiro do mundo. Perdemos-a, por falta de qualidade na produção nacional, enquanto Porto Rico fomenta no açúcar uma riqueza, da qual lhe cabe a hegemonia no Mar das Antilhas e no Mar das Caraíbas, e em toda a América Central. É o Brasil um desajustado deplorável do seu próprio destino.

Queremos indústrias a todo transe, olvidando que elas exigem importação de maquinaria, que se desgasta. E todavia, Porto Rico encontrou na plenitude da sua lavoura e da sua indústria canavieira, a razão de ser da prosperidade insular. O Brasil, porém, quase abandonou o café, o algodão, as lãs para tentar transformar-se em país trigueiro quando faltam às suas terras condições básicas para a plantação racional desse cereal paupérrimo, e que hoje se dá de graça, a bem dizer, no mundo.

Conceito Baixo

O "Match", de Paris, inseriu faz pouco, um anúncio do Café Martin. O seu proprietário assegurou a boa qualidade do artigo dizendo: A minha mistura é boa porque não tem café do Rio, Vitória, Paranaguá, nem de Minas ou São Paulo, embarcado no Rio". Até onde baixou o conceito da produção cafeeira do Brasil! Quase todos os lotes são refugados, sob o fundamento da má qualidade da nossa matéria-prima. Acrescente-se à má qualidade do café, a péssima do algodão. Na Bólsa de Mercadorias de Bremen, o nosso algodão já não é mais cotado. Se alguma coisa se está tentando nos nossos cacauais, é o esforço do IBEC, no sentido da erradicação das árvores baianas, da podridão

parda! A defesa vegetal, empreendida pelos dois governos, o federal e o estadual, ainda é diminuta, limitada à pequena percentagem da região contaminada.

O Sr. Lima Teixeira — Vossa Excelência dá licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — O Instituto do Cacau da Bahia, tem prestado relevantes serviços à lavoura cacaueteira. Logo que surgiu a praga a que Vossa Excelência se refere...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É praga braba.

O Sr. Lima Teixeira — ... teve ensejo o governo do Estado, de adquirir o *Prosan*, empregado largamente na zona sul...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Em muitíssimo pequena escala: sete milhões de cruzeiros, apenas, foi a maior receita aplicada numa partida para 12 meses!

O Sr. Lima Teixeira — ... onde produziu os maiores resultados, amenizando muito a situação.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Exa. sabe o cacau que tem a Bahia, e como ele ali floresce. Sômente os lucros auferidos nessa riqueza, e que têm sido enormes, em vez de empregados na melhoria das fazendas, são desviados para outras aplicações muito menos reprodutivas, na capital.

O Sr. Ruy Carneiro — Ganha-se dinheiro na lavoura e aplica-se em arranha-céus.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nos grandes e médios centros do Brasil urbano é isto. O dinheiro é puxado dos campos para

alimentar a vida parasitária das cidades. E' uma praga nacional. Ganha-se dinheiro na lavoura, na indústria e, em vez de fortalecerem essas forças de produção utilizamos os lucros no voluptuário, no supérfluo. Observe a Casa a última praga que está invadindo o Brasil, de fábricas de automóveis de passeio.

O Sr. Lima Teixeira — Vossa Excelência referiu-se, há pouco, às fábricas de automóveis. Recentemente, tive oportunidade de visitar a Fábrica Nacional de Motores, que está construindo caminhões F.N.M.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Caminhão é outra coisa. Ainda é um erro: porém mais tolerável que os zebus de cimento armado.

O Sr. Lima Teixeira — Os caminhões de produção nacional porém, só o são em 60% das peças que compõem o veículo; o motor Alfa Romeo, é importado da Itália.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Exa. não ignora o que foi essa fábrica outrora. Um desastre incomensurável desde o princípio.

O Brasil ia fabricar motores para 50 ou 100 aviões. Haverá imbecilidade mais chapada?

Um erro

O Sr. Lima Teixeira — Foi instalada a fábrica em aprêço para produzir material de aviação.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É exato: motores. O que foi um erro. O Brasil ainda não pode a esta altura sustentar nenhuma usina de motores, tão pequeno é o seu consumo. A fábrica de motores da Raiz da Serra foi o mesmo desastre que a outra de Lagoa Santa, para

fabricar aviões tipo North American. O segredo dos preços baixos da produção industrial contemporânea é a fabricação em massa. Um pequeno mercado produtor só pode vender caro um produto industrial da categoria do automóvel, do caminhão, do motor de avião ou do avião do tipo North American. O que barateia a produção em série é a quantidade. A que preço não sairia um motor de 450 cavalos, para uma fábrica destinada a entregar ao mercado apenas 100 ou 200 dessas peças por ano?

Melhor negócio, em País como o Brasil, será produzir matérias-primas em quantidade para vendê-las a nações ricas, como a Inglaterra, a Alemanha, a França, os Estados Unidos ou o Canadá. Com um câmbio favorável, produto de um trem de vida austero, teremos automóveis, caminhões aviões, três vezes em melhores condições do que fabricando-os aqui, em séries desprezíveis, como quantidade.

Quando o Sr. Getúlio Vargas me anunciava um dia, no período da guerra, a sua disposição de ter uma usina de motores para aviões e outra de fabricação de North American, eu lhe retorqui com toda a franqueza, que em grave erro incidia o poder federal.

— "Já pensou V. Exa. em quanto ficarão esses motores e aqueles aviões?" — perguntei ao presidente. "Na ínfima quantidade em que vão ser produzidos custarão os olhos da cara. Melhor andaríamos, empregando esta soma na compra de fábricas de adubos. Sugiro a V. Exa. que ofereça estes recursos a dois ou três industriais paulistas, mineiros ou gaúchos, homens de boa reputação para que eles explorem os nossos fosfatos. Pois onde se faz agricultura no Brasil os solos estão se exaurindo, São Paulo e Minas, andam, agricolamente,

como duas calamidades. O café e o algodão são ambas plantas exaustivas. Cumpre restaurar o solo que as recebe, para que elas tenham níveis comerciais de produtividade e de qualidade”.

O Sr. Lima Teixeira — É evidente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É fora de dúvida que, quanto mais volvemos as costas à lavoura, à pecuária e às indústrias extrativas, mais nos debilitamos economicamente. Sem agricultura saudável, não existe Brasil em ordem. Por que o Sr. Kubitschek, malgrado os desastros do Congresso, que lhe deu um orçamento desequilibrado de 32 bilhões de cruzeiros, governa em meio calmo? É que o café — que é o nosso figado — está funcionando em ordem. Sem embargo de duas safras geadas no Paraná, duas secas consecutivas em São Paulo e Minas, a entrada de divisa é o que há de promissor. Só pela via do café, chegam mais de 100 milhões de dólares mensais, e é isto que permite a situação de relativa folga que temos no nosso mercado de importações. É verdade que essas foram muito reduzidas, pela conduta severa do ministro da Fazenda e da SUMOC. Seja, porém, como fôr, o mercado de divisas desde a guerra que não foi mais fecundo:

Se os brasileiros têm um Pal de Santo, esse Pal de Santo é o café. Agora, ele desceu ao terreno. O café, neste século, equivale ao que era o açúcar nos séculos XVII e XVIII, quando se descobriu que a cana tinha mais sacarina que a beterraba.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como não!

Situação do Açúcar

O Sr. Lima Teixeira — A situação do açúcar é, agora muito diferente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não resta dúvida. Diferente para melhor. Para ser o que êle nunca seria no passado. Jamais se produziu tanto e tão criminosamente. Os paulistas nos ameaçam o ano vindouro com uma safra de arrepiar couro e cabelo. Esperam-se 18 milhões de sacas: 6 milhões a mais do que Pernambuco. E tudo isso à custa de uma destruição implacável de fazendas inteiras de café. Não sei de outro delicto tão bárbaro, cometido por uma comunidade inteira. Há municípios, êste ano onde em vez de se regenerarem as terras do café, se abateram mais de dois milhões de árvores. É uma insânia o que fazem os paulistas. Suponho que na história econômica das nações, não existe outro atentado mais cruel e mais funesto.

O Sr. Lima Teixeira — Está-se liquidando o café para adotar o açúcar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É fato. O açúcar, em nossa pauta de exportação, comparado ao café, equivale a barba-de-bode. Eis o que plantam hoje muitos paulistas.

O Sr. Lima Teixeira — Mas é o açúcar que sustenta o Nordeste.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Temos aí outra situação e que não é a mesma. O Nordeste não tem solo e muito menos clima para o café, senão de modo excepcional, ou seja nas poucas altitudes com que êle conta em Pernambuco e Bahia. São, contudo, manchas de terreno. Ao passo que em São Paulo existe um meio físico de primeira ordem, para a

cultura do café, e é esse meio que os paulistas dão as costas, quanto ao café, e nêle se integram com a economia canavieira. Araras, Leme, Ribeirão Preto, dão para cortar o coração de um patriota.

Em matéria de orientação rural, somos o que existe de desorientado. Quer ver a Casa um aspecto da nossa falta de recursos para o campo? O Brasil não sabe como procurar as calorias animais de que êle tanto carece, e das quais o milho é indiretamente um vasto reservatório.

Até hoje, Senhor Presidente, não entendi por que o nosso País não intensifica a sua cultura do milho. E não só a cultura como a industrialização desse cereal. É um vexame para nós outros filhos do continente que teve civilizações pré-colombianas, fundadas exclusivamente no milho, não haja proporcionado a êste cereal o grande papel que êle está destinado a ter na nossa economia doméstica, como já tem nos Estados Unidos. Em São Paulo e Minas, somos nas Fazendas Associadas produtores de milho e temos alcançado excelentes resultados com a sua exploração como criadores de suínos e de aves. Observei, entretanto, que a sua produtividade, tanto em Minas como em São Paulo é das mais medíocres. Ela é, de um modo geral, feita em condições de rotina feudal, tão baixos são os níveis de rentabilidade de fazendeiros e sitiantes.

Solos ácidos

Não me explico, Senhor Presidente, que São Paulo insista numa cultura inadequada aos solos ácidos, como o trigo, e trabalhe tão pouco na expansão daquela do milho. Não considero que a ausência de fósforo dos solos paulistas seja um impedimento ao desenvolvimento do milho entre

nós. O café também reclama fósforo de que o nosso solo dispõe em pouca quantidade, e aí está São Paulo como o campeão brasileiro do café. Não vejo maiores dificuldades na fertilização das nossas terras com parcelas de fosfatos. Tudo depende da produtividade que dermos aos solos empregados no cultivo do milho.

Nenhum homem de governo até hoje abordou entre nós o processo da industrialização do milho e seus derivados. Poder-se-iam criar suprimentos alimentares consideráveis para o nosso povo e como tal prescindindo do trigo, muito menos rústico e muito mais caro, apenas tomado o milho como uma das maiores fontes de riqueza do Brasil.

Um homem que tem idéias excelentes acêrca do milho é o Dr. Renato da Costa Lima, antigo secretário da Agricultura de São Paulo. Ele quer sempre mais alguns plantadores de milho, porque mais milho colhido será mais milho refinado e, portanto, uma marcha para o aproveitamento do nosso maciço potencial milheiro.

O Sr. Lima Teixeira — Milho produzindo porco, é uma boa idéia.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Agradeço aos nobres colegas a preciosa colaboração que trazem nos seus apartes lúcidos e ágéis. Somos um estabelecimento de agitadores de debates. Sinto-me portanto, grato que aquêles que suscito tantos e ilustres companheiros da Casa, rebatam a argumentação que desenvolvo, com o vigor das suas idéias e dos seus conhecimentos do problema do País.

O Brasil, Senhor Presidente, ou empreende uma nova disciplina do trabalho, ou se condena a si próprio a desaparecer. Uma nação que tem os mares, rios, lagoas, com que conta o Brasil pa-

ra seu transporte de mercadorias, e os abandona para se servir, em longuíssimos percursos, do caminho e estradas de rodagem, ou não tem peritos para calcular custos de despesas, ou não tem administradores. Donde resulta a grave crise por que passam o comércio marítimo, fluvial e lacustre do Brasil, senão do seu próprio governo, exclusivamente d'ele. O Regulamento das Capitâneas, de si, já constitui uma aberração administrativa. Um navio estrangeiro, de quatro mil toneladas, que abica aos nossos portos, opera no mar e no cais de atracação com uma tripulação que é por via de regra, um terço das nossas. Contava-me, um destes dias, um amigo que fretara três navios para fazer o tráfico de mercadorias, entre o Rio Grande do Sul, Santos e Rio. Os seus barcos arvoravam a bandeira do Panamá.

O Sr. Ruy Carneiro — É exato. V. Exa. já nos relatou o episódio. Era a bandeira panameña que elles desfraldavam.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Elles traziam nove homens a bordo, nove marinheiros noruegueses. Uma vez, porém, que os cargueiros passaram a hastear o pavilhão do Brasil, entraram a operar 27 tripulantes em lugar de nove.

A nação urge por um governo de temperamento forte, para negar a montanha de absurdos e de disparates, que se pedem todos os dias ao Executivo e ao Congresso, em detrimento do bem-estar coletivo. O povo brasileiro já tem tempo de se dar conta do quanto o empobrece uma politica que só pensa no proveito exclusivo de duas classes, com o sacrificio de todo o interesse geral. O Estado brasileiro é, hoje, um monstro que devora as economias populares para distri-

bui-las, em grande parte, por uma burocracia sem entranhas, que só pensa em pedir aumento de ordenados, sentando-se como uina orçamentívora voraz à mesa das Comissões de Finanças do Congresso, para fazer todo o ano os seus vencimentos elevados de 30, 40, 50, 100, 200 e 300%. Haverá maior fator de entorpecimento da produção do Brasil do que os vicios horríveis desta máquina burocrática?

O Presidente da República e os partidos políticos, se tiverem sentido das responsabilidades do momento, não precisam que eu lhes diga o que têm a fazer para tentar uma reforma do serviço público civil. É combater o que, em bases antieconômicas, por aí aparece, como tabelas de ordenados e vencimentos do funcionalismo civil e militar, a fim de aniquillar a organização estatal. Não tenham receio de promover um método valente de reacção a tantos abusos, e de depuração de vencimentos superiores aos meios do Erário.

Negando verbas

O Sr. Ruy Carneiro — De marcado e tudo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — ... negando, impiedosamente verbas, assim como aumento de verbas, para coisas pessoais, a ponto de se dizer que 63 anos após a morte de Pedro II, vemos instalada neste País uma nova e autêntica família imperial mais dura, em suas exigências, do que a outra que se foi. O povo brasileiro vive sob a opressão de uma burocracia que o esmaga. Este povo carioca amanece no dia 1 de cada mês, tendo que entregar 700 milhões de cruzeiros, só para se pôr em dia com o funcionalismo da sua municipalidade. É uma verdadeira ditadura municipal, exercendo uma opressão desesperadora sobre

o contribuinte da cidade. A Prefeitura nada pode empreender como serviços públicos. Devora-lhe tudo uma burocracia rapace, incompetente e em sua maioria toda ela de fundo eleitoralista.

Estamos submetidos ao jugo do Estado-providência. É a hipnose do poder. Toda gente apela para o Estado e éste, a fim de satisfazer a tantos apetites, se transforma no poder absoluto que come por dentro o nosso.

Que legitimidade se pode arrogar um Estado destes, o qual de democrático só tem o nome? As suas autoridades federais, estaduais, conselheiros municipais, congressistas e executivas são constituídas por máquinas eleitorais. Uma vez postos no poder os seus agentes essas clientelas apresentam-lhes as contas. Elas agem para que todo o dinheiro das contribuintes lhe seja entregue, sob a forma de empreitada, de provimentos de novos empregos, de elevação de salários e vencimentos, nos serviços públicos e autarquias. Duvido possa existir no mundo de hoje, mais voraz e mais numerosa, em qualquer Estado a classe de parasitas dos cofres públicos que ostenta vergonhosamente o Brasil. E o que é terrível não é que possa existir uma casta destas, senão que a tolere e a veja crescer todos os dias, uma opinião pública de resto apática, inerte, incapaz de chamar a contas os legislativos que as tem em pé de guerra, famintas, despudoradas, desamparadas de qualquer decência humana, a assaltar os cofres estaduais, federais, municipais e autárquicos.

Os trabalhadores brasileiros não têm a assistência devida, em boa parte em consequência do varejo que o "mundo eleitoreiro" faz dos empregos nos institutos de previdência. A arrecadação é pouca para sustentar os "mocinhos" do

Rio de Janeiro que querem ganhar 20, 30 e 40 mil cruzeiros dos órgãos autárquicos para não fazerem nada, absolutamente nada. Há institutos com 200 procuradores. A quase totalidade dessa gente não faz nada, senão receber o dinheiro.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Saiba V. Exa. quanto custam ao País todos os institutos de previdência só em pessoal? Mais de quatro bilhões. Por aí se pode fazer idéia do que é o funcionalismo no Brasil. Já é funcionalismo, pois, todos querem ser funcionários públicos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— O que é a triste demonstração da nossa incapacidade de trabalhar. Não sabemos exercer nenhuma das profissões liberais onde o indivíduo cuida de um labor honesto e remunerativo. Ficamos na cidade e, com orgulho, declaramos que o Rio de Janeiro têm três milhões de habitantes e São Paulo dois milhões e quinhentos mil. Conta-se que em São Paulo fazem-se cinco casas por dia. Pois a quinta casa não é mais do que a expressão da indigência da metrópole. Se parte dos habitantes de São Paulo estivesse apanhando no pano e com a mão o seu café, catando-lhe os defeitos como se faz na Colômbia não haveria o deságio de 16, 18 e 20 cents na libra do produto brasileiro, em relação ao da América Central, que hoje se verifica em Front Street.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte. Vossa Excelência é do Nordeste.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Pertença a uma das regiões mais pobres do Brasil; que forma divisões e marcha para o exército do funcionalismo público nacional.

O Sr. Lima Teixeira -- Realmente, muito honra a V. Exa. o amor que tem pelo seu Nordeste. Mas o nobre colega sempre faz cotejo com S. Paulo. Poderia expor o que deveria ser feito para fixar o homem no Nordeste?

Reestruturar a Democracia

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Digo em duas palavras. Procuremos reestruturar a democracia brasileira. Criar, dentro de 20 anos, através da educação, sobretudo a educação universitária, um homem novo, capaz de sentir as necessidades da Nação. Dêsse homem novo sairão as elites aptas a nos dirigirem, nos diferentes ângulos geográficos nacionais. Sem liderança, ou melhor, sem espírito de liderança, não há povo. Tendo o País elites políticas, automaticamente desaparecerão as Sapucaias, monturos de podridão, que são os orçamentos da República. Disporíamos de meios para fazer uma agricultura, fundada na genética, e na exploração racional dos solos. A Casa sabe que de um modo geral, os solos tropicais são dos mais pobres do mundo, e o do Brasil não faz exceção ao seu destino de terra tropical.

Por que não se fixa o homem à sua terra, como bem interroga o nobre colega da Bahia? Por uma razão muito simples. Porque nos orçamentos da despesa da República, através dos quais ganham os estafetas do Correio no interior dez mil cruzeiros mensais, não restam recursos para nenhum plano de irrigação. Não temos ainda agricultura irrigada como a possuem o México, a Venezuela, a Índia. Nossa lavoura

não sendo irrigada, evidencia em toda a sua clareza, as razões das vicissitudes por que ela passa.

Tomem-se os planos de aproveitamento dos solos feitos pelos governos nacionais na Venezuela, na Índia e no México. Dão para nos espantar. Aplicam-se anualmente, nesses três países, bilhões e bilhões de cruzeiros, apenas na fixação do homem à terra! Além do que vi em Guarico, onde se irrigam já 34 mil hectares, o Governo da Venezuela tem um projeto novo de irrigação de 350 mil hectares.

Demos, porém, que se produzam bem entre nós. E os transportes, sobretudo os marítimos?

O Sr. Lima Guimarães — Reconheço que os marítimos estão em condições as mais precárias.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— A verdade não está aí. Precárias são as condições da navegação em si. Nada existe mais calamitoso neste País do que o estado dos transportes marítimos. Lloyd e Costeira custaram o ano findo ao erário público federal, o primeiro, 521 milhões de subvenção, em função do *deficit* de exploração e a Costeira, 234 milhões, em virtude de idêntica margem entre receita e despesa. Este ano, com os aumentos de salários o *deficit* do Lloyd, se calcula, será elevado a pouco menos de 2 bilhões e o da Costeira a perto de 1 bilhão.

Nenhuma dessas companhias, malgrado tamanha ajuda financeira, dispõe de eficiência técnica. Nossos serviços de transportes marítimos figuram entre os mais precários que tem o País.

Não há por que confiar na renovação do Lloyd nem da Costeira em mãos do Governo. Urge entregar, um e outra, à responsabilidade exclusiva de empresas particulares, vendendo o Estado o seu acervo a algumas das organizações existentes, e que têm

tradição de disciplina e de ordem no seu negócio de transportes, pela regularidade dos serviços que apresentam. Inventam-se mil e uma explicações para o *deficit* das empresas de navegação do Estado, quando ela é só uma: a incapacidade do poder público entre nós para ocupar-se seja do que for, a principiar da sua própria gestão financeira. Comparem-se os resultados sempre positivos do valoroso capitão do comércio marítimo, que foi Mário de Almeida, em suas duas companhias, com os negativos obtidos pelo Governo. Dava o comércio uma marcada e merecida preferência às empresas de Mário de Almeida pela decência e a pontualidade dos seus serviços. Nelas, em contraste com o Lloyd e a Costeira, não imperavam a anarquia das escalas de partida e da chegada dos vapores, bem como os roubos a bordo, que demoralizam as duas frotas do Governo Federal. Os que recorrem aos serviços das empresas privadas entre nós, de bem poucas falhas se podem queixar a não ser aquelas que escapam à sua supervisão, como a demora dos vapores, provocada pela estiva a bordo ou no cais. Quem não sabe que os governos aqui fazem toda a classe de concessões à estiva a ponto de se ter nos portos do País, um dos piores e o mais caro serviço do mundo?

Lloyd e Costeira não têm data de saída nem de chegada. Funcionam os seus barcos ao Deus dará. Têm atrasos de partida de 12 a 15 dias. Nosso café é comprado muitas vezes da mão para a boca. É indispensável embarcá-lo com urgência. Fazê-lo sair para os Estados Unidos, o Uruguai, a Argentina, nos vapores do Estado brasileiro, será pura fantasia. Nenhum exportador se propõe fazê-lo, pela insegurança total dos embarques.

Cotejo humilhante

A maior vicissitude por que passa a economia brasileira, resulta do fato de todo o operário brasileiro hoje, ter a pretensão de ser tratado pelo patrão como funcionário público. Quem assiste ao que o Congresso e o Executivo Federal fazem com os empregados públicos e das autarquias federais, poderá calcular o espetáculo de ruína a que vamos assistir, ou que já estamos assistindo, das empresas privadas, com o seu pessoal exigindo tratamento idêntico àquele que é dispensado aos trabalhadores estatais ou paraestatais. Desde que o Estado faz um aumento de ordenado o trem das reivindicações das entidades privadas se põe em marcha. Nada adianta dizer aos trabalhadores que o negócio onde eles trabalham irá tornar-se anti-econômico, como essa infeliz São João d'El Rey Mining Company, hoje cruelmente deficitária, por lhe haver imposto o Estado, com sucessivos aumentos de salários, uma fôlha de despesas incomportável pelos seus ganhos medíocres. O que se chama, em linguagem técnica, operação industrial, desapareceu da vida das companhias de tráfico marítimo. Elas estão, pouco a pouco, saindo fora da órbita dos negócios, não direi lucrativos, mas apenas, estáveis, onde o capitalista ou o acionista, vivem em casa, isto é, sem ganhar nem perder.

Nada deixará os brasileiros mais cabisbaixos do que o cotejo, um pouco mais a fundo, da situação das nossas empresas marítimas, com as estrangeiras, mesmo desta parte de hemisfério. No Lloyd e na Costeira, os quadros do pessoal são aterradores. Dia a dia, o Estado se revela um insensato maior, na aplicação dos recursos que êle tira do contribuinte, para empregá-los em seus transportes.

O Lloyd, para cada 100 toneladas brutas, o número dos seus tripulantes se define pela cifra de 14,5%. Na marinha mercante inglesa, a cifra acima se exprime pelo algarismo de 8,1%; na Bélgica, 8,3%; na Dinamarca, 8,9%; na Noruega, 3,1%. O salário no Lloyd é de 18.000 cruzeiros mensais, na Costeira, 16 mil. A tonelada média transportada na cabotagem, que era de Cr\$ 536,00 para o Lloyd e a Costeira, já alcançou Cr\$ 2.300,00. Os navios do Lloyd, cálculos que se referem só aos de cabotagem, permaneceram nos portos, em 1955: 50% em reparos; 27% de tempos em tempos em reparos; 3% por diferentes motivos; e só 20% navegando na cabotagem, no alto mar e na costagem. A cabotagem feita por navios estrangeiros, em 1955, foi de 80 mil toneladas. No ano vindouro irá 300 ou 400 mil toneladas. As condições criadas pelas exigências do pessoal marítimo entre nós, tornam o frete do mar, a bem dizer, proibitivo.

Transido, assiste o Brasil ao aniquilamento da sua frota mercante. E não há tonelagem que a renove e a reerga. Sob o efeito dos salários pagos pelo governo, a atividade dessas duas empresas estatais é inteiramente antieconômica. Não sentem os marítimos que o caminho que tinham, não é outro senão o da perdição de todos: ruína dos trabalhadores e destruição do material. Os marítimos, conduzidos por líderes calamitosos e governos pusilânimes, transformaram o negócio dos transportes econômicos e fluviais ao em vez de numa operação industrial lucrativa, numa exploração catastrófica.

Para completar, Senhor Presidente, essa dissecação dos serviços do Lloyd Brasileiro, ouça a Casa só esta coisa surpreendente: os escritórios do Lloyd só abrem às 11 horas da manhã.

Perguntar-se-á por que num meio financeiro como o Rio e noutra como São Paulo, não se organizam capitais para fazer pelo menos uma navegação de cabotagem à altura das necessidades do Brasil? E' possível que um país que já teve o comércio atlântico que possuiu o nosso, se veja na contingência de assistir o Presidente da República todo o mês violar a Constituição, para autorizar o comércio de cabotagem com o pavilhão estrangeiro em nossas costas? Agora mesmo, em março último, o Presidente da República permitiu a cabotagem a navios estrangeiros, para o transporte de quatro milhões de sacas de açúcar, do Recife para o Sul do País.

Províncias como Pará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia já tiveram florescentes empresas fluviais e marítimas, conduzidas pela livre empresa e, hoje, não se sentem mais com ânimo de renovar as suas antigas façanhas no oceano e no grande rio.

Que ocorre?

Simplemente isto: sendo o Estado Federal o maior dispensador de fretes do País, que pode enfrentar a competição de um transportador, o qual paga salários da média de 22 mil cruzeiros mensais ao seu pessoal? Está apto o governo a destruir qualquer concorrente, que se lhe apresente no ramo, como por sua vez esse competidor começa que não pode sequer aparecer para enfrentar tão desabusado armador.

Como frágeis seriam as suas armas de concorrente! Não darel mais um ano, que o Estado não faça com as companhias de navegação privada, aquilo que fez com estradas-de-ferro. Terá que fazê-las viver à custa de subsídios, para pagarem os *deficits*, que têm com os altos salários que pagam.

O Sr. Ruy Carneiro — É bem verdade o que diz Vossa Excelência.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Atente a Casa no problema ferroviário nacional, sob o aspecto do financiamento dos seus serviços. A não ser a Companhia Paulista, a Santos a Jundiá e até certo ponto a Mogiana, o Brasil não tem mais estrutura administrativa de estradas-de-ferro, ou seja aquela estrutura de que os ingleses e mesmo os Srs. Assis Ribeiro, Eugênio Gudín e Manoel Leão levaram a Great Western e a Leopoldina e os americanos e franceses a Auxillar, a São Paulo-Rio Grande, e a Viação Férrea da Bahia. Como é surpreendente a queda do *standard* técnico e das bases industriais do parque ferroviário brasileiro nos últimos vinte e cinco anos! A produção dia a dia se ressentia da baixa da categoria profissional das equipes que dirigem o parque ferroviário do País.

Deixou-se de trabalhar em bases industriais, ainda que pouco sofríveis, quanto mais satisfatórias, para operar em tôdas as estradas do governo federal em linhas puramente demagógicas. A exploração demagogo-trabalhista, sob qualquer pretexto invade a esfera da atividade técnica para exercer a sua influência daninha em casos onde o de que se trata é de disciplina do pessoal e da ordem de serviço.

Reaparelhamento das Estradas-de-ferro

Faz quatro anos que se arrasta entre o governo federal e o *Export and Import Bank*, o programa de começo do reaparelhamento das estradas-de-ferro, graças a um crédito de 100 milhões de dólares, suprido por êsse estabelecimento.

Por que não sai o projeto da Rêde Ferroviária Federal S. A., sugerido pelo Eximbank a fim de tirar o corpo das estradas-de-ferro nacionais à ação deletéria da demagogia estatal? Por mais humilhante e acabrunhador que pareça, o projeto não pôde ser aprovado logo no início da administração Vargas, por causa exclusivamente de um indivíduo, o único deputado comunista que havia no Congresso. Esse indivíduo sem classe, ameaçou o então líder do governo de uma campanha insidiosa e miserável no plano das relações americano-brasileiras. Acovardada, a administração federal engavetou o projeto, que não teve mais seguimento na Câmara.

Nas escolhas para a direção das estradas do governo, que se sucedem desapareceu por completo o nível técnico. A aptidão profissional não entrou como na seleção das equipes onde predomina o fator das necessidades do serviço. Predominam por tôda parte os interesses e as explorações partidárias movidos os dois para atulhar os departamentos do pessoal, de milhares de funcionários inteiramente dispensáveis por desnecessários, de padrão profissional abaixo de zero.

Isto, Senhor Presidente, para não falar dos efeitos deploráveis da demagogia partidária na questão das tarifas. Outro fator do nosso pauperismo ferroviário decorre das tarifas, que ainda são baixas, se tomarmos os níveis da inflação que devasta o organismo financeiro do Brasil. Já não se fala dos serviços de reaparelhamento do material. Para aquêles, mesmo de simples manutenção, as tarifas existentes são deficitárias. O sistema de transportes de terra deverá produzir êste ano, segundo cálculos que tenho de peritos da despesa federal do Ministério da Fazenda.

da, um, *deficit* de 12 bilhões. Em vez de se procurar cobrir pelo menos uma parte dêste dinheiro em tarifas aumentadas e redução do pessoal, Congresso e Governo se lançam a dois crimes: emissões e alargamento e melhoria da rede rodoviária, posta em competição com as ferrovias, porque correndo em muitos casos, paralelas aos trilhos destas.

O Sr. Ruy Carneiro — Como resolveria de momento, V. Exa. a situação financeira do País dado que ela revista a delicadeza a que alude o ilustre colega?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Fôsse eu senhor dos destinos do poder executivo não hesitaria um instante em encetar a construção do parque ferroviário para exportação do minério em grande escala. E examinaria também com os americanos e os alemães, a hipótese de exportarmos guza, em lugar do minério, até um certo ponto. Lançar-me-ia ao estudo e pesquisa do solo e subsolo brasileiros, e à revisão da nossa pueril legislação a respeito das riquezas do subsolo. Tomaria o negócio do petróleo pelos chifres, como touro bravo, elaborando um movimento nacional de interesse pelo que fazem os países que fugiram à imbecilidade do monopólio estatal.

Cumprê pensar, quando se fala do Brasil, em termos de país de conformação geográfica destituída de maior riqueza.

Nós só podemos prender o nosso homem ao seu solo, à custa de sérias despesas com as nossas terras tropicais_pobríssimas. Há que considerar antes de tudo o problema da água, no qual a Índia e México estão gastando bilhões de cruzeiros. Como, porém, gastá-los um país que não tem sobra de modéstia em sua vida burocrática? Como organizar a sociedade brasileira em ba-

ses estáveis, um poder político que depende 10 bilhões de cruzeiros só com inativos Civis e militares — quase tôda esta gente forte, robusta, moça, ganhando o que recebe à custa do suor do povo brasileiro, para não fazer nada? Como ter dinheiro para construir barragens, canais de irrigação adquirir fosfatos e comprar reprodutores para formar rebanhos de bois, carneiros, suínos, com boa linhagem, um erário que despende 2 bilhões de cruzeiros de subsídios com as suas estradas-de-ferro e três bilhões com a sua navegação? Onde buscar recursos financeiros um Tesouro que paga 15 mil cruzeiros mensais a um moço de convés (entre fixos e variáveis); 32 mil a um mestre de barca, na Baía da Guanabara, e 90 contos a um piloto transatlântico; 12 contos a um graxeiro de estrada-de-ferro, no interior, e que aposenta bancários, com 25 anos de serviços, o que quer dizer com 42 ou 45 anos de idade?

Onde já se viu mais selvagem extermínio da magra riqueza produzida de uma nação, pelos seus mandatários? O comunismo que jurou desarticular a sociedade brasileira, aqui não existe como governo, mas age por infiltração, como uma força do governo dentro do próprio Governo.

Volto sempre a êste caso do petróleo, porque os que querem fazer dêle uma questão de soberania nacional, são êstes mesmos nacionalistas fanatizados, que exigem as maiores regalias de um povo que não tem absolutamente com que pagá-las, senão emitindo cruzeiros, o que quer dizer liquidando com a sua moeda.

Por que o Governo do Brasil não faz com os jacobinos petulantés que pedem ao Estado grandes coisas e oferecem mesquinhos remédios, o que Stalin fez com os persas? Em 1945 pretendeu a União Soviética explorar o petró-

leo, recém-descoberto na província de Aberdzizan. O govêrnc do Irã se obstina em não consentir (et pour cause) o da Rússia penetrar na região do Mar Cáspio, em território que não era soviético. Agastado, Stalin cientificou a Roosevelt a resistência dos persas à proposição russa de ir tirar petróleo no Aberdzizan, com estas precisas palavras, para as quais desejamos invocar a atenção dos homens públicos brasileiros:

“Em minha maneira de ver, tôda a nação que guarda o petróleo nos seus depósitos, impedindo que êle seja explorado, trabalha contra a paz”.

Revolução dirigida

Teimaram os iranianos em não dar a concessão que pedia Stalin. Dois anos depois estalava no Aberdzizan uma revolução dirigida. Eram os russos soviéticos que a urdiram e provocaram. Impotente para abafar o movimento, o govêrno do Teerã teve que se resignar ao surto de independência de sua província, a qual passava a gravitar na órbita da União Soviética. Logo se faz o contrato da extração, refino e distribuição do óleo, tudo a cargo da Rússia que subscrevia 51% do capital da companhia contra 49% da Aberdzizan. A cada 25 anos os papéis se inverterão. Mas nos primeiros 25 quem manda em condição de maioria, são os russos.

Bizarro espetáculo! O Soviet, operando em petróleo, nos países estrangeiros na mesma composição de quadros dos acionistas que a Standard Oil, a Shell, a Creole e a Royal Dutch!

Aberto o caminho com os persas, em 1947 os chineses ficaram na bica. Vitorioso Mão-Tsé-Tung, Stalin propôs-lhe um contrato a meia: 50% das ações da compa-

nhia sino-soviética para Pequim e 50% para Moscou. Interrogo os colegas filo-soviéticos, e que ninguém se constraça, porque a tese do “petróleo é nosso” advogada pelos nacionalistas brasileiros é nimamente russa, inclusive o teor do *slogan*, mais para uso externo:

— “Que mal haverá que o Brasil faça com ingleses, americanos, holandeses, belgas contratos para pesquisa, exploração e refino do óleo, não nas mesmas linhas daqueles realizados pelos persas e pelos chineses, porém em muito mais satisfatórias condições, pois que teremos o total das ações, e só o lucro dos poços positivos é que dividimos?”

Haverá testemunho mais idôneo para um nacionalista do que a opinião de Vargas, o qual queria a Petrobrás com a sua concessão, e as companhias nacionais e estrangeiras com as delas?

Não era ao meu ver perfeito porque preferia que a Petrobrás não existisse. Govêrno não é para fazer correr a loteria do petróleo.

O Sr. Lima Guimarães — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Lima Guimarães — Julga V. Exa. que alguém, submetendo-se ao risco dessa espécie de loteria, sujeito a não encontrar petróleo, possa ter tal generosidade conosco?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Basta que V. Exa. leia os anais das tentativas de exploração do óleo pelos capitais particulares entre nós. Ainda há pouco tempo, o Sr. Café Filho, quando govêrno, recebeu uma proposta idônea de trezentos milhões de dólares de capitais belgas, franceses, italianos, fundidos num consórcio.

Foi o negócio mais fascinante que vi para o Brasil. Os poços secos eram capital perdido pela companhia, e só os poços positivos eram entregues ao Estado Federal, como propriedade sua. O lucro do empreendimento só decorria da participação dos poços gordos. Havia risco, sério, da parte do contratante.

O Sr. Lima Guimarães — Então eles trabalham arriscando tanto?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Perfeitamente. Para perfurar: a) poço seco, ficavam as despesas sob a responsabilidade da companhia; b) o poço positivo seria entregue à Petrobrás que daria à companhia que o achou, na exploração, a percentagem de benefício usual no mercado internacional do petróleo.

Sabe V. Exa., Sr. Presidente, quanto, em nove anos as duzentas e oitenta companhias que exploram o petróleo no Canadá despenderam em poços secos, isto é, dinheiro investido e não remunerado: foram oito poços secos para um molhado.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Ainda recentemente, no Texas, tive ensejo de assistir a uma perfuração no Armstrong Ranch. Perguntei aos americanos que faziam a perfuração a que profundidade se encontrava a sonda. A três mil metros — responderam-me — adiantando: — Pensa o Senhor que os resultados são sempre positivos? Não.

Adversário honesto

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O colega é um adversário honesto, gosto da lealdade com que

está falando, e que honra ao Senado. Em nome da nossa velha amizade, peço a V. Exa. que ouça uma pequena história do meu *fait divers* de peregrino das Américas.

O Sr. Ruy Carneiro — "Solicitaria" de V. Exa. que continuasse a contar-nos a história do Canadá.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ela é muito ilustrativa para nós outros. O Canadá, que é um Estado com cinco bilhões de dólares de orçamento, explora todo, mais todo, o petróleo na base da iniciativa. O capital aplicado nos negócios do petróleo já ultrapassa a três bilhões de dólares. Tendo descoberto o óleo faz nove anos, e estando às portas dos Estados Unidos, cuja indústria oferece inteiro apoio a tôdas a suas iniciativas, os canadenses só lograram extrair até hoje 350 mil barris por dia. E o Canadá carece de mais de 600 mil. Se tal sucede no riquíssimo Domínio do Canadá, imagine-se o que não se deverá passar na selva amazônica, sem estradas, sem portos, sem mercado de reposição de peças, ou seja, sem nada que secunde o homem com os seus instrumentos de civilização?

O Sr. Ruy Carneiro — Vamos, volte ao Texas.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O caso do Texas é a história de um brasileiro, hábil manipulador de negócios e que enriqueceu durante a guerra, trazendo dos Estados Unidos, peças de automóveis para vendê-las aqui. Ele nasceu no interior de São Paulo. Vi-o, uma vez no aeroporto aqui do Rio. Terminada a guerra em 46, passou a viver nos Estados Unidos. Estabeleceu-se no Texas, onde havia comprado terras. Aconteceu que, nessas

terras, aflorou o petróleo, e éle ficou rico. Aquilo que lhe custara duas patacas, dava agora para transformá-lo em pequeno milionário.

Um meu jovem amigo paulista, o Sr. Horácio Coimbra, o encontrou em San Diego. Éle mesmo pilotava o seu avião. Perguntou-lhe se estava satisfeito da vida que levava nos Estados Unidos. E éle respondeu-lhe:

— “Como não posso deixar de estar? Continuo brasileiro, e acionista de emprêsas de petróleo, da minha e de outras, no Texas, e não quero deixar de o ser — coisa que não posso ser no meu país. Sinto pena de ver tão curtas as idéias dos meus compatriotas”.

E é verdade, Sr. Presidente, idéias e mentalidades de fundo de galinheiro.

O Sr. *Fernandes Távora* — Vossa Excelência dá licença para um aparte? (*Assentimento do orador*) — Creio não ser necessário demonstrar que sou nacionalista, como os que mais o sejam.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Todos nós o somos. Quem não é pelo bem do Brasil? Há, porém, nacionalistas farisaicos que o são para mal da pátria.

O Sr. *Fernandes Távora* — Desejo apenas declarar que se fala muito em nacionalismo; entretanto, já declarei e, agora, repito: enquanto o Brasil, não mudar de sistema na pesquisa do petróleo, andaremos a remanchar dezenas e dezenas de anos e nada faremos.

Todos Nacionalistas.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ficaremos papagalando, a dizer isto, e isto só, na ponta do bico: somos aqui, todos, nacionalistas.

O Sr. *Fernandes Távora* — Não vejo motivo para nos opormos a que companhias, com certo capital, venham explorar nosso petróleo e fazer suas pesquisas, das quais poderão tirar proveito ou como na loteria, ter sorte branca. Quem perderá serão essas emprêsas e não o Brasil. Por que não deixar entrar êsses capitais, uma vez que o Brasil pode manter a sua soberania — e deve mantê-la seja a que custo fôr?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Estou ouvindo com especial agrado as palavras serenas e justas de Vossa Excelência.

O Sr. *Lima Teixeira* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ande, queira dá-lo Vossa Excelência.

O Sr. *Lima Teixeira* — Também sou nacionalista, mas faço críticas em tôrno do problema do petróleo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Exa. é um nacionalista esclarecido.

O Sr. *Lima Teixeira* — Não compreendo como se possa explorar o petróleo, sem a participação de proprietário da terra.

Verdadeiro crime

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Naturalmente é uma espoliação. É a miséria que se pratica dentro dos canaviais balanós.

Mas na terra de V. Exa. se pratica, em matéria de petróleo coisa pior. O que se está fazendo no Recôncavo da Bahia é um crime. A exploração do petróleo no Recôncavo, tem todos os traços de um movimento predatório. Se fôsse uma emprêsa estrangeira que estivesse perpetrando o que faz a Petrobrás, all, estou certo de que já teria sido

expulsa. Tenta-se equilibrar a procura do que não se acha, com a exploração intensiva de um campo, que explorado como vai sendo, dentro de poucos anos não terá mais que um interesse histórico.

Nunca se disse sobre a Bahia toda a verdade, e tampouco sequer uma parte dela.

A opinião pública está sendo ludibriada acêrca do caso do petróleo do Recôncavo. Não há por que ninguém se rejubilar com o que se passa naquela pobre camada sedimentária. Os propagandistas da Petrobrás sustentam teses as mais ridículas como fogo de vistas, para embair os ingênuos de mentalidade angélica. O aumento da produção do Recôncavo, entre 1950 e 1954, foi de 651 mil tambores. Que vale, porém, esta cifra, se o *deficit* entre a mesquinha produção indígena de 32,5 milhões de tambores salta, quatro anos mais tarde, para 60,8 milhões?

O algarismo acima é de um ridículo atroz. Os americanos, com a livre empresa dentro de casa, têm uma produção diária de 6,600 milhões e a Venezuela de mais de 2 milhões. O Peru, que é um país petrolífero de ontem, está a caminho de 50 mil barris diários.

O que são as disponibilidades conhecidas do Recôncavo? Os seus próprios peritos o dizem: um ano do consumo nacional! Com o então, se poderá pensar que desse lado é que há de vir a solução do problema do petróleo nacional? Com a pressa com que trabalha o monopólio estatal ali não haverá nem tempo para amortizar as instalações fixas em campo petrolífero de tão exemplar pobreza! O restante dos poços balanços pouco ultrapassa de 50 a 60 tambores, quando o Médio Oriente porá em campo de 5 a 6.000 diários!

O Sr. Lima Teixeira — Dou como exemplo a Bahia. Vários fazendeiros de cana de açúcar foram grandemente sacrificados pela maquinaria pesada que entrava nas suas propriedades e esmagava os canaviais e os proprietários das terras não podiam reclamar.

O Sr. Fernandes Távora — Permita o orador um contra-apar-te. Pelo Código de Minas o proprietário pode explorar o subsolo de que é dono. Se não tem entretanto, recurso nem competência para fazê-lo por conta própria o governo dará concessão àqueles que estejam habilitados. Essa a diferença. Pelo fato de o senhor de uma terra não poder explorá-la, o governo não deixará o subsolo, rico de veios, inculto, sem aproveitamento.

O Sr. Lima Teixeira — Não me oponho a tal orientação. Defendo apenas o princípio de que o proprietário da terra devia receber um *royaltie* do Estado, pois tais pesquisas sacrificam muitas vezes a lavoura de que vive, o pasto de que necessita para o gado, sem que lhe seja paga qualquer indenização.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nada mais odioso e injusto. É contra a nossa tradição liberal.

Aqui, porém, desde a nossa Revolução bôba de 30, só se legisla sobre o subsolo, em termos de absolutismo estatal.

O Sr. Lima Teixeira — Sabe o nobre colega que em ser concedida a permissão, a lavoura é prejudicada. Dela, muitas vezes vive o dono da terra.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quando o governo autoriza a exploração, quando confere a concessão, o proprietário do solo é indenizado.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Permito-me comunicar ao nobre orador que faltam dois minutos para o término da hora do Expediente.

Protesto dos lavradores de açúcar

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, requiro a V. Exa. consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do Expediente, a fim de que o illustre Senador Assis Chateaubriand possa concluir seu brilhante discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Ezechias da Rocha.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É mais um tupiniquim que me desvanece na Casa com a indefetível simpatia com que me distingue a taba intelra. O Senador Ezechias da Rocha pertence à gloriosa linhagem dos caetés. É um dos meus ramos, e dêle me ufano. Os corsários Gondis, misturaram com êles o sangue na Ilha de Itamaracá e no Cururipe. Devoramos juntos, o Senador Ezechias e eu, o primeiro bispo do Brasil. Aí principia a nossa consciência de nacionalidade. É a primeira reação amarela contra a ocupação portuguesa, como fixava a "Revista Antropófaga", editada pelo nosso "Diário de São Paulo" em 1929.

O Sr. Ezechias da Rocha — É muita honra ser irmão do grande Assis Chateaubriand, que tem uma das maiores culturas dêste País.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não tenho palavras para agradecer a V. Exa. tão elevado julgamento dos meus modestos dotes de polemista de provincia.

O Sr. Lima Teixeira — Permita o nobre orador que eu conclua o meu aparte. Quando me referi à não participação dos proprietários das terras foi para citar o caso de emprêsas como a Petrobrás, a qual se localiza em uma fazenda, sem que o dono da terra receba qualquer indenização pelos estragos causados às lavouras. O fazendeiro não pode produzir, porque suas terras foram ocupadas, ocupadas pelos funcionários da Petrobrás e pelas máquinas enviadas para exploração do subsolo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não nos surpreende a acusação que V. Exa. formula contra a Petrobrás. Esse protesto já o vi formulado por dezenas de lavradores de açúcar do Recôncavo. Os funcionários da companhia se estabelecem numa propriedade, em busca do lençol de óleo, danificando canaviais sem dar maior satisfação aos seus donos. Por que tanto desprezo pelo interesse alheio? Simplesmente por se tratar de uma autarquia, explorada por delegados do Executivo, que entendem tratar os pequenos fornecedores de cana, balanos, com a insolência a que se refere o honrado Senador Lima Teixeira.

O Sr. Lima Teixeira — São êsses prejuizos que devem ser indenizados pelos concessionários.

Falso terreno

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Voltando, Senhor Presidente,

ao debate em torno do petróleo quero chamar ainda uma vez a atenção dos colegas para o falso terreno em que estamos colocando a exploração desta e outras fonte de riqueza do Brasil. Os pruridos dos autores das nossas metas nacionalistas, só têm procurado criar elemento de perturbação da economia do País. Estamos em nosso tempo, mais do que em qualquer outro, não num mundo de independência, mas sim de interdependência, (e assim falava F. Roosevelt em 1936 aqui) e, entretanto, há brasileiros que só vêm em risco a nossa soberania, toda vez que se trata do Brasil extrair petróleo, como o fazem todas as nações civilizadas.

A própria Rússia soviética, Senhor Presidente, ainda em 1922 concedia concessões de petróleo a cidadãos norte-americanos. Percival Farquhar recebeu em Baku uma concessão de óleo, concedida pelo Soviet, ao tempo de Lenine. A China, há pouco, autorizou, por sua vez, uma concessão à Ruttai. O Partido Comunista, que combate os Estados Unidos aqui dentro, resolveu tomar a nação ao lado de quem fizemos duas guerras, no maior espírito de camaradagem, para inculcá-la ao nosso povo, como o dragão que vem beber o petróleo do Brasil e roubar-lhe a independência. E há brasileiros parvos que acreditam nessas alicantinas da grei moscovita.

O total do petróleo queimado pelo mundo a fora, atingiu no ano de 1955, a 788,3 milhões de toneladas; os Estados Unidos com 369 milhões; o Oriente Médio com 160 milhões; as Caraíbas 137 milhões e o Extremo Oriente, 18,7 milhões. Em todas as regiões dessa imensa órbita de exploração petrolífera, só o pobre México faz exceção à regra. Em todos os outros países, a questão do óleo se acha aberta à ex-

ploração de todos os povos, baseados os negócios no sistema da liberdade das transações, toda gente fugindo às complicações do nacionalismo. Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos, Venezuela, Espanha, Holanda, Pérsia, Estados do Golfo Pérsico, ninguém cai na toleima jacobina em que pateja o nosso Brasil matuto, o nosso Brasil de pacóvios, o nosso Brasil de manuéis assa ovo, de Senhores Anastácios chegados de viagem!

O total acima comparado com o petróleo escravizado da Europa Oriental, na Rússia soviética e da China, é uma cifra colossal.

Veja a Casa qual a cifra do petróleo da escravidão nacionalista, comunista: 84 milhões. E isto porque, países como a Polônia, a Romênia e o Azerbadjan se encontram sob o jugo do imperialismo eslavo.

O Sr. Ruy Carneiro — Muito bem!

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Vale a pena oferecer balanço á situação do Domínio Canadense, como produtor de óleo dentro do continente.

Relações excepcionais

As relações entre o Canadá e os Estados Unidos são de uma natureza excepcional: não existe mesmo no mundo nada de semelhante. Trata-se de fato de dois povos irmãos, saídos efetivamente de uma mesma origem colonial, tendo vivido 150 anos juntos antes da secessão dos Estados Unidos e recebido em herança desse passado a mesma fé no *self-government* democrático, bem como o patrimônio comum de uma civilização americana, que eles saberiam se unir para defender. A consequência é uma intimidade natural, uma completa familiaridade, cuja circulação do sangue fôsse comum.

Não é uma simples expressão geográfica afirmar-se que o Canadá é norte-americano; os signos visíveis e as repercussões dessa unidade norte-americana são ilimitados. Mesma estrutura material que nos Estados Unidos, costumes inteiramente idênticos, mesma maneira de trabalhar nos escritórios e nas usinas, mesmo modo de se distrair. O Canadá prefere o cinema americano, o rádio americano, os esportes americanos, os jornais americanos. Numa enquete recente, realizada em Kingston (Ontário) verificou-se que dos 84 jornais e revistas ali lidos, 15 somente eram ingleses ou canadenses.

Na vida corrente, cada província canadense mantém relações mais estreitas com o Estado americano vizinho que com outras províncias canadenses. Formam-se assim famílias naturais, que ignoram as bandeiras: Nova Inglaterra e províncias atlânticas, Michigan e parte ocidental do Ontário, Colúmbia Britânica e Norte-Oeste Pacífico americano. Pois bem: a despeito de toda esta inimizade, em que pese o fato de se beneficiar de maneira total dos capitais e da técnica dos Estados Unidos, o Canadá não obstante ter descoberto o petróleo em grande escala já há quase dez anos e desenvolvê-lo graças a uma inversão maciça de US\$ 3.000.000.000, apenas agora é que o país conseguiu produzir petróleo suficiente para a metade do seu consumo.

Se não, vejamos as datas e as cifras; o petróleo foi descoberto em Leduc, em Alberta, em fevereiro de 1947. De 1947 a 1955 a indústria petrolífera aplicou no Canadá US\$ 3.000.000.000 — US\$ 1.800.000.000 em trabalhos de exploração e desenvolvimento e US\$ 1.200.000.000 na refinação, transporte e distribuição. A produção em 1955 foi da ordem de

350.000 barris diários, para um consumo de 600.000 barris por dia. Do total das inversões, aproximadamente 60% — US\$ 1.800.000.000 é de origem norte-americana, sendo de 28 o número de companhias em atividade.

Os gastos em poços secos no Canadá Ocidental têm sido da ordem de US\$ 50.000.000.000 por ano. A média anual dos gastos no petróleo canadense em 1954 e 1955 foi de US\$ 3.400.000.000; mais de US\$ 31.000.000 por dia.

Vejo que fatico a Casa e a sua benevolência, com a exposição de tantos dados. Que a sua paciência me tolere um ligeiro apanhado em relação à Argentina.

Os oponentes da colaboração particular costumam apontar a Argentina como exemplo de bem sucedida exploração governamental do petróleo mas o estudo decido dos fatos mostra quão injustificável e apresentada é tal conclusão. O petróleo foi descoberto na Argentina pelo governo federal num poço aberto em procura de água na árida região de Comodoro Rivadavia. Até 1919 as inconveniências do Código de Minério Argentino tornaram não atrativa, para os interesses particulares, a participação no desenvolvimento da produção local que por isto, foi quase insignificante nesse período. Em 1919, as leis argentinas tornaram-se um tanto liberais e várias companhias petrolíferas estrangeiras obtiveram concessões, e essa atividade imprimiu novo ritmo à pesquisa do petróleo por parte de todos os interessados, inclusive a repartição governamental. Em 1924, a administração Irigoyen resolveu impedir a expansão das companhias particulares, e criou uma lei de reserva que guardava para o governo quase todas as restantes possibilidades petrolíferas do País. O governo, por seu órgão especializado, em muitos casos, seguiu no encafo das

companhias que desenvolviam as suas concessões e começou a perfurar nas vizinhanças dos poços produtores por elas descobertos. Já em 1921, as empresas particulares produziram 15% do crescente potencial produtivo de petróleo da Argentina, e em 1924 concorriam com 25% da produção. Se bem que inibidas, por lei, de aumentar eficazmente a área das suas concessões, a partir de 1924 conseguiram as companhias alcançar a metade da produção total da Argentina em 1931, e no período de 1931 a 1938 sua produção representava mais do que a metade da capacidade produtiva total daquela república vizinha. As pequenas e limitadas áreas facultadas à iniciativa particular na Argentina, às quais uma legislação restritiva não permitiu acrescentar novas áreas desde 1924 fizera com que antes de 1938 — alcançado o máximo desenvolvimento potencial dessas áreas — diminuisse a produção particular comparada com a da repartição petrolífera oficial, a qual tinha todo o território argentino ao seu dispor, para pesquisa e lavra. A despeito de ter o governo argentino reservado para si todos os terrenos atrativos e despendido quantias consideráveis em pesquisas intensas, as companhias ainda hoje concorrem com 15% da produção total de óleo da Argentina, extraída de uma área que representa menos da milésima parte das áreas reservadas ao governo. Em outras palavras, a produção diária da Argentina, em 1954, foi em média 81.000 barris dos quais 12.000 foram e ainda estão sendo produzidos pela iniciativa particular, isto é, Cia. Argentina de Petróleo, Cia. Rio Avel "El Sosneado (ambas de capital argentino) Diadema Argentina S.A. de Petróleo (Shell e Esso Produtora de Petróleo S.A.

(Standard Oil Co. of New Jersey).

O erro da política petrolífera argentina é demonstrado pelo fato daquele país ainda não ter conseguido até hoje produzir mais de 55% de seu consumo normal e continuar dependendo da importação diária de cerca de 75.000 barris de produtos petrolíferos. Pode-se afirmar sem precipitação que se a Argentina não tivesse imposto, em 1924 uma política restritiva à indústria petrolífera ter-se-ia bastado a si mesma nesse produto em 1934, ao passo que na atual situação é de duvidar que a produção argentina jamais baste para o seu consumo normal.

Vendo, na Argentina, assim, vamos nós cair na patética de fazer o jogo dos russos na luta do petróleo com os americanos! E dela não saímos, até hoje, nécios que somos. O êxito da propaganda russa para que Brasil não tivesse petróleo, é aqui maior do que a urgente necessidade dos combustíveis líquidos pelos brasileiros. Nosso fanatismo nos transformou em lamentáveis faquires, jejuando um artigo de que muito carece a economia nacional.

Lá fora, existe tanto petróleo já descoberto e em tão satisfatórias condições de exploração — que o provável do Brasil só interessa às companhias que estão aqui com os seus equipamentos de distribuição. O Oriente Médio está em condições de suprir amanhã a Europa de qualquer deficiência que venha a ocorrer nos Estados Unidos ou na Venezuela.

Encontra-se tanto óleo disponível, nos campos petrolíferos vizinhos ao Golfo Pérsico, que o Presidente Kubitschek recebeu proposta da entrega de duas refinarias, pagáveis a longo prazo, contra um contrato de compra de óleo de Kowett, por certo número de anos. Não se contesta que o episódio de Suez reacen-

deu o interesse pelo Brasil, até como mercado internacional. Mas essa condição não é a preponderante. O Oriente Médio dá do seu subsolo o petróleo que o homem branco carece no Ocidente. Ocorreu, porém, o distúrbio em Suez e o homem ocidental se fecha em copas para o lado do canal, pretendendo soluções atlânticas do problema do abastecimento do seu combustível líquido. Nossa desgraça é que não sabemos tirar partido do momento.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Exa. tem a palavra.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Acabo de chegar e, infelizmente, não pude, ouvir seu brilhante discurso desde o princípio.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A ausência de V. Exa. já foi devidamente deplorada.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Tenho a impressão de que cheguei numa ocasião agradável, quando V. Exa. revelava tópico de conversa tida com o emente Presidente da República. Concordo com o nobre colega que uma das coisas mais baratas e que existe em quantidade intensa por todo o mundo é, realmente, o petróleo bruto.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Há superabundância de cru — não resta dúvida, e isso explica o pouco interesse que se observa em toda parte pelo nosso, ainda em estado potencial.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — ... provem da circunstância de uma ameaça potencial da Rússia aos centros petrolíferos do mundo, que estão mais próximos dela.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Que estão muito mais ao alcance dos bombardeiros russos que dos americanos, embora os americanos e os ingleses tenham um cinturão de aeroportos em torno dele, é também outro das alianças políticas asiáticas.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permita-me dizer a V. Exa. que não discuto a questão sob este aspecto. Não tenho a mesma impressão de V. Exa. O interesse das companhias petrolíferas prende-se muito mais às conveniências materiais-econômicas, direi mesmo, comerciais, do que às razões de ordem estratégica que Vossa Excelência invoca: mesmo porque o contrário seria a confissão do ilustre colega, em Plenário, de que os Estados Unidos da América do Norte, o grupo da NATO, ou quaisquer forças organizadas não terão absolutamente capacidade militar para enfrentar a Rússia, seja na África, seja na Europa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Entramos agora num plano estranho ao debate.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Exa. sabe que sou soldado raço nesta batalha.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não discuto questões das quais não entendo, mas quero declarar que não disse que a Rússia é invencível na África e na Europa. O que tenho sustentado aqui e fora daqui é coisa diferente. Digo sempre que a infantaria russa ainda hoje tem poder para, com as suas quatrocentas divisões, atacar e ocupar a Europa Continental, antes que possam fazê-lo a tempo, os nossos aliados. Como aconteceu com os japoneses em Pearl Harbour, na guerra terrestre de amanhã, na Europa, o primeiro round ganharão os russos.

Voltando ao tema do petróleo, insisto em declarar que não consigo ver qual o interesse que têm as companhias estrangeiras desse combustível, aqui estabelecidas, em dificultar ou impedir o acesso dos brasileiros às jazidas de onde ele possa jorrar. Instaladas no Brasil, com capitais enormes para distribuição do óleo, por que iriam elas comprometer a solução de um problema que outros poderiam resolver? Ao contrário, pois, uma forma lógica e leal de raciocínio, nos induz a afastar o argumento pueril do dicionário comunista, segundo o qual o Brasil não achou óleo no passado, porque tal não queriam os grupos estrangeiros aqui instalados. O raciocínio é tão infantil que não paga a pena discutí-lo. Desanima ver um arsenal ardente de patriotismo e de boa-fé deste, na consciência imaculada de tantos brasileiros, gasto com causa tão ingrata, qual a de se dar petróleo ao Brasil, exclusivamente pela mão dos brasileiros. Eu penso no que poderiam dinamizar os nossos governos, para darem saúde à nossa gente, extinguindo as endemias evitáveis e curáveis, e para isso despendendo, apenas, os recursos que já empregou até hoje, sem proveito correspondente, a Petrobrás.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Pior que estas endemias é o sangue-suguismo internacional, que dessora líquido vital do nosso povo e, mais grave que isso, que avilta e ludibria a nossa gente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A questão, para os homens de sensibilidade, assume aspecto mais delicado, quando se verifica o contraste entre a prosperidade financeira insolente de uma entidade, como a Petrobrás, a qual nada descobriu até hoje de positivo em matéria de petróleo, e o quadro sinistro apresentado pelo Bra-

sil de endemias rurais e urbanas, que envergonham os nossos níveis de civilização. Se existem capitais internos e externos, decididos a correr o risco do petróleo, entreguemos-lhe esta tarefa e vamos trabalhar pela higidez do povo brasileiro. Quantos milhões de quilowatts-hora perdidos, não significam populações pesteadas e deprimidas física e moralmente, como as nossas?

Em quanta amargura não deverá engolfar-se uma consciência de brasileiro, tomando o panorama de inferioridade política e intelectual do País, neste episódio trivial do petróleo.

Endemias

Quer a Casa saber quais são as endemias evitáveis ou curáveis, sem que tenhamos recursos para as combater e dominar? Começam pelas verminoses em geral. Há 46.918.282 indivíduos que são portadores de vermes (88,4%) na população brasileira recenseada em 1950. Dêses, 20,5 milhões (39%) têm ancilostomídeos.

Para que comentar o vasto hospital que significam estas cifras? Outro, é a hidratose. É uma ténia do cão, que penetra no organismo do homem e do animal. Cachorro, homem e gado vivem no sul, em promiscuidade. Sabe-se o amor que o homem do campo, no Brasil inteiro, nutre pelo animal. Todos nós somos amigos e comensais dos animais, 10,2% dos dez milhões de bovinos da população animal do Rio Grande do Sul, e 31,5% dos dez milhões de ovinos e 13,1% dos suínos são infestados. A hidratose invade lentamente o território nacional, sem uma barreira sanitária, não que a erradique, mas pelo menos que faça contrair-lhe a invasão.

A malária encontra a primeira campanha contra ela, na jornada, encetada por Antônio Perriassu, no Pará em 1909. Far-

quhar, em 1910, contrata Oswaldo Cruz, para fazer o saneamento da Madeira-Marmoré; Belizário Pena, em 1918, enceta uma campanha no Distrito Federal. Organiza-se o Serviço de Saneamento Rural, que Carlos Chagas incorporou ao Departamento Nacional da Saúde. Em 1922, a Fundação Rockefeller principia estudos na Baixada Fluminense que é, na travessia para Petrópolis, a nossa Campanha Romana. Formam-se aí os primeiros malariólogos. Em 1927 e 1929 realizam-se as primeiras obras de engenharia sanitária em Vigário Geral e Santa Cruz. Lafayette de Freitas e Belizário Pena são os campeões dessa jornada. Em 1931, o gambiae irrompe no Nordeste onde permanece mais de 9 anos provocando uma quase que hecatombe no Vale do Jaguaribe.

Mas êsses eram movimentos espasmódicos, descontínuos e destituídos de âmbito nacional.

A fase da tentativa de erradicação da malária no Brasil, data de 1941. É criado o Serviço Nacional da Malária, o qual foi incorporado êste ano, há poucos meses, ao Serviço de Endemias Rurais.

É uma pesquisa para dez anos. Há por dedetizar cerca de quatro milhões de casas e realizar trinta milhões de dedetizações.

Por estas cifras se verifica o que ainda há por fazer no campo da malária, e que não se empreende por falta de recursos. Para cavar poços secos, por conta da Petrobrás, existem bilhões de cruzeiros. Para pagar um pessoal mais do que inútil, nessa companhia, mais de um bilhão de cruzeiros.

Agora, verbas para acabar de debelar uma endemia como a malária, só escalando pequenos orçamentos pelo prazo de um decênio.

Vejam a boubá. São quatrocentos mil os boubativos, em 16 Estados da Federação. É uma doença peculiar às zonas tropicais e subtropicais. Domina a "área da Sombra". Mutila e deforma o doente. É contagiante, e por isso existem 1.200.000 brasileiros ameaçados pela boubá, que é a moléstia da pele e dos ossos das populações rurais pobres.

O bócio endêmico se acha entre nós, identificado desde o século passado; von Martius o descreve:

"As vezes o pescoço fica tomado pela inchação, dando a essa pobre gente ignorante e, na maioria de côr, uma desagradável aparência. Parece porém, que, no País se considera o bócio mais embelezamento do que propriamente deformação, pois não é raro ver-se mulheres com monstruosos bócios enfeitados de correntes de ouro ou prata a se exibirem, de cachimbo à bôca ou com fuso de fiar na mão, sentadas diante de suas casas. Negros, brancos e mamelucos, que formam a maioria da população, sofrem dêsse mal, sendo que, entre os brancos, as mulheres apresentam-no em maior freqüência que os homens. As causas dessa deformação, conclui von Martius, parecem ser, aqui, semelhantes às apontadas em outros países".

A atenção para o bócio só é despertada pelas autoridades, depois que Carlos Chagas revela o tripanossomiase americano. Erradamente, alguns pesquisadores tentam encontrar uma relação entre a moléstia de Chagas, produzida pelo "barbeiro" e o bócio endêmico, que é uma moléstia de carência alimentar. Ela acarreta a debilidade mental e a surdo-mudez, com a degeneração física de gerações sucessivas.

Spix e Saint Hilaire a conheceram em Mato Grosso e Goiás.

O aumento da tireóide é visível nas pessoas. A incidência do bócio das crianças da idade escolar dá para impressionar. Mato Grosso tem 58,9%; Território do Acre, 46%; Minas Gerais, 34,6%; Goiás, 34%; São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, 28% e o Distrito Federal, 21,4%!

A doença de Chagas é um problema sanitário e de difícil solução, por ser disseminada nos distritos rurais. A sua gravidade se traduz pela inexistência de terapêutica eficaz. Há que combater portanto o agente transmissor. É uma campanha que exige amplos recursos financeiros, por reclamar investigações epidemiológica, clínica e parasitológica em todos os Estados infestados e que são Minas, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraná e Santa Catarina.

Carlos Chagas dizia a respeito de "barbeiro" e o mal por ele produzido: "representa, em nosso País um dos problemas sanitários de maior relevância, ligado aos mais altos interesses econômicos e ao aperfeiçoamento progressivo da nossa raça nas zonas rurais".

Onde, porém, os meios para o ataque a esse inimigo tão disseminado?

De esquistossomose existem três milhões de brasileiros infestados. O caramujo, que é o transmissor da doença, se encontra até aqui no Rio de Janeiro e em Niterói. A represa da Pampulha o tinha no seu lago artificial, hoje esgotada pela ruptura da barragem. No Distrito Federal, a infestação se verifica em trabalhadores de horta, principalmente nos que se dedicam ao cultivo do agrão.

Mais outro grave problema sanitário: o tracoma. As estatísticas registram 1 milhão e 300 mil tracomatosis, espalhados pelo Brasil todo. Os grandes focos se encontram em 14 unidades da Federação. No meio rural, onde

avulta o pauperismo, o tracoma exerce ação devastadora.

Quem pensa que a peste bubônica foi erradicada do Brasil? Ela existe ainda em focos endêmicos. Em Triunfo, Pernambuco, havia, faz pouco, dois mil casos. Morreram oitocentas pessoas.

E a febre no campo silvestre?

Ela subsiste no campo, e ainda em 1955 confirmaram-se dez casos no Pará, nos Municípios de Castanhal e Inhangape. Existe um programa de vacina de 10 milhões no Ministério da Saúde, para a febre amarela silvestre. Esta modalidade da infecção amarílica não é transmitida pelo mosquito urbano, pelo: *Aedes aegypti* que é a *stegomya*, encontrada ainda em 1955 na zona rural da Bahia.

135 Anos de Independência

A independência desta terra não é de ontem. Ela tem 135 anos. Até hoje soubemos e pudemos viver com centenas de companhias estrangeiras, explorando as mais diversas formas de atividade de uma comunhão, inclusive serviços públicos. Não se conhece um arranhão praticado por nenhuma delas na soberania do País. E têm os nossos governos feito a todas as maiores injustiças, inflingindo-lhes boçalmente tratamentos desiguais e desumanos, aliás, também em nosso detrimento, porque desencorajam bilhões de dólares e milhões de libras que aqui estariam, se outros fossem nosso senso de governo e a nossa noção de responsabilidade para julgar, pelo menos equitativamente, os interesses legítimos de quantos aqui vieram trabalhar conosco pela prosperidade do País.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Permite V. Exa. mais um aparte?

O Sr. Fernandes Távora. — O
nobre orador dá licença para um
aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti já me havia solicitado o seu aparte, em primeiro lugar. Ouvirei a seguir, o nobre colega com todo o prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Agradeço a V. Exa. ter-se lembrado do meu pedido, com a fidalguia que lhe é costumada. Desejo apenas declarar que a referência de tão brilhante orador que o Brasil seja um hospital muito maior que no tempo de Miguel Perelra, só pode ser considerada como figura de retórica.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Por quê? Então o ilustre colega nunca viajou, como eu tenho feito, o nosso interior?

Da leishmaniose existem 25 mil casos em São Paulo. Não foi até hoje erradicada, e a brucelose, que é uma doença do gado, continua sem ser inquietada, malgrado ela se transmitir ao homem.

O Sr. Lima Guimarães — Dá realmente para impressionar a enumeração minuciosa que faz V. Exa. de tantas endemias evitáveis que infestam os brasileiros, como a brucelose, malária, o tracoma, a bouba, a leishmaniose, a esquistossomose e outras.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O bócio, meu caro colega, é também uma moléstia urbana. Ela não se oculta no campo. No Recife existem oitenta mil pessoas atacadas de bócio. Nas praias do Rio de Janeiro, como ali adiante no cais do pôrto, êle é encontrado. Não temos dinheiro para enfrentar êste museu de calamidades, enquanto que a Petrobrás dispõe de mais de 1 bilhão de cruzelros para sustentar onze mil empregados, sendo grande parte dêles um corpo parasitário no serviço da Nação.

O Sr. Filinto Müller — V. Exa. citou há pouco a pior, para mim, das nossas endemias: a esquistossomose, que ataca o Nordeste.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E já também o centro e o sul. O lago da Pampulha contaminou muita gente em Belo Horizonte. A moléstia desceu com os trabalhadores do norte e do nordeste de Minas que vieram dedicar-se as obras daquele açude artificial. Eu mesmo, que sou nordestino, não sei como pude escapar à esquistossomose pela quantidade de vezes que me banhei no Beberibe, em Pernambuco, até 1917, nas duas praias do Moraes e do Passarinho.

O Sr. Ruy Carneiro — É tenebroso o efeito da esquistossomose, especialmente, em Minas Gerais, na zona de Araxá.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que é deplorável, porém, Senhor Presidente, não é só que existam tais moléstias, senão que, devastando-nos tôdas elas, os governos encontrem dinheiro para pagar as fantasias do petróleo e se vejam inibidos de eliminar tão alastradas endemias da coletividade brasileira.

Êste País tem 1 milhão de casas infestadas pelo "barbeiro" em largos tratos de terra, principalmente em Goiás, Minas e Mato Grosso. A pequena barata pela noite a dentro suga o sangue do caboclo e lhe injeta o germe de que ela é portadora.

O Sr. Fernandes Távora — É o bocoló do Nordeste.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É o bócio tão comum nas cidades de Goiás que um guarda sanitário, recém-chegado dali, narrou-me êste episódio que confirma o fato. Ao chegar o Dr. Mário Pinotti, uma tarde, numa casa de uma cidade daquela província, defrontou uma moça, a

qual se apressou em saudá-lo, com estas palavras, na porta da rua:

— “Mamãe, aqui está um moço de pescoço fino”.

Era o Dr. Pinotti para aquela criatura a exceção, de tal modo o perfil do homem de bócio ali constituía a regra, inclusive ela que tinha o seu papinho.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. mais outro aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Contou-me um mineiro que numa cidade infestada pelo “papo”, como ali é chamada a moléstia, um cidadão lhe confessara seu desgosto pelo fato de não possuir a moça de que ele gostava também um “papinho” (Riso).

Milhares da morte

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Confirmo o que diz o honrado Senador Távora: há milhares de brasileiros que morrem, no interior, nas idades de 14, 18, 20 e 25 anos vitimados pela miocardite. Só o médico especializado no “Mal de Chagas” é capaz de identificá-lo. O “barbeiro” ataca a vítima, injeta-lhe no organismo o germe da moléstia e o órgão mais atingido é o músculo cardíaco e deste, o miocárdio. É comum, naquelas zonas, falecerem, repentinamente, jovens de 18 anos, com a vida destruída pelo “barbeiro”.

O Sr. Lima Teixeira — O infestado não dura mais que cinco anos.

O Sr. Fernandes Távora — Dura mais.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Afirmava-se antigamente que o “Mal de Chagas” e o bócio por deficiência alimentar eram mo-

léstias do planalto. As enxurradas carregavam o iôdo contido na terra, e seu desaparecimento possibilitava a aquisição e a expansão do bócio nas populações, em virtude da pobreza do iôdo no organismo.

O Sr. Fernandes Távora — Esta é outra espécie de bócio — o de carência — diverso do “Mal de Chagas”, provocado pelo “barbeiro”, que é de caráter infeccioso.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Há um bócio proveniente da subalimentação, e outro oriundo de um germe, depositado no corpo humano pelo “barbeiro”.

O Sr. Lima Teixeira — Exatamente. E todo povo do Nordeste é subalimentado.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O litoral do Estado do Rio, o interior de São Paulo e seu litoral apresentam elevado índice de indivíduos atacados de bócio — o bócio de carência.

Senhor Presidente, os nacionalistas, os jacobinos brasileiros, que se servem de pretextos em vez de razões para hostilizar até o capital privado, na solução do problema do óleo, não vêem nada disso, não atentam para as vantagens de um Brasil enriquecido, com a sua população higienizada e as endemias rurais — tôdas evitáveis e curáveis — extintas.

O Sr. Lima Teixeira — É verdade.

O Sr. Fernandes Távora — Para realizar êste sonho precisamos de muito dinheiro; do contrário, jamais acabaremos com as endemias.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como pensar uma nação em elevar o seu *standard* de vida, com massas demográficas nas condições que venho de descrever?

A economia nacional se acha em estreita dependência dos níveis de saúde da sua população. Que produção se pode esperar de massas obreiras incapacitadas de sustentar pelo menos as antigas posições normais no jôgo das forças econômicas mundiais? O Estado, todo o dia, aumenta as intervenções na órbita das atividades privadas, esquecido de que o limite de funções específicas que lhe cabem, está em seu poder para dar saúde, educação e bem-estar ao povo, estimulando vínculos de convivência cada dia mais estreitos, no meio social, graças à espontaneidade com que os cidadãos cumprem suas obrigações na base do respeito aos direitos de cada um.

A começar do petróleo, as restrições que a vontade onipotente do Estado cria todo o dia à liberdade de trabalho do cidadão só têm consequências funestas. Os métodos do governo brasileiro no campo econômico, são as mesmas normas do Estado ditatorial. Quando um povo sucumbe como vai sucumbindo êste nosso, ao punho de ferro do Estado-providência, nos golpes que êle desfecha às suas liberdades econômicas, as outras, as liberdades políticas, já receberam os germes violentos que deverão exterminá-las em sua totalidade.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência está certo. É a lei da história.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É uma grosseira inverdade ao lado de uma mesquinha impostura, o dizer-se que as companhias estrangeiras de óleo usurparam ao Brasil as oportunidades que êle teve, no passado, de descobrir petróleo.

Eu já afirmel à Casa, que o petróleo só passou a interessar o mundo a partir da última guerra mundial. Basta tomar as míseras

quantidades do seu consumo em 1939 e hoje.

No Brasil, a Standard Oil teve a sua pequena refinaria com ordem de desmonta no governo Vargas, e a sua concessão de pesquisa cassada, logo depois de 30.

O Sr. Fernandes Távora — Por isso mesmo adquiriu grandes áreas de terra.

O Sr. Caiado de Castro — O interessante é que nesse longo período, não encontrou petróleo.

Terras secretas

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O honrado senador Távora acaba de nos confessar uma novidade. Não sei onde se encontram as terras secretas da Standard Oil, a que Sua Excelência se refere. Só se estarão na Via Láctea. Aqui ignoro totalmente o seu paradeiro. Por outro lado, ignoro também êste longo período que tiveram as empresas estrangeiras, para pesquisar o óleo em nosso território. A única delas, mas a única, que pensou em pesquisar o nosso solo, logo o Estado nativista estrangulou-a. A ela e à sua refinaria. Até 1939, a Europa no campo do combustível, trabalhava tão pouco em função do óleo que a Venezuela e os Estados Unidos (êsses naquela época com sinais já de esgotamento nos seus poços) sôzinhos abasteceram a Europa. Hoje, os dois, pouco representam nos suprimentos a dispensar ao Velho Mundo, de tal modo, as suas necessidades se ampliaram, à proporção que o Oriente Médio cresceu.

O Sr. Caiado de Castro — Vossa Excelência se vangloriou, há pouco, de estar em condições de esmagar os seus apartesantes.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E insisto em dizê-lo: a superioridade das armas que tenho se

revela a todo o instante à Casa. Posso esmagá-los e com rolos compressores russos. Não há, entre nós, nacionalista que possa sustentar conosco, os da livre-empresa, um debate com armas iguais, neste terreno. O solo lhes foge dos pés. Os aços das espadas se rompem. Os tiros das garruchas voam pelas culatras. Cada etapa da controvérsia demonstra o lado fraco do adversário, e quão desarmado. Tremam V. Exa. e reze três Padres-Nossos, antes de me desafiar aqui. Tenho bons setes para trunfar.

O Sr. Caiado de Castro — Sabem Vossas Excelências que durante trinta anos andaram os americanos pesquisando petróleo no Amazonas. Não o encontraram. Veio um pastor protestante, trazido pelo Deputado João Botelho — foi quem me contou o fato — e afirmou: — “Em Nova Olinda há petróleo”. O então Presidente Vargas impressionou-se, mandou pesquisar...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que Vossa Excelência acaba de nos revelar fica para a história mística do petróleo. Não sei quando é que tivemos americanos pesquisando óleo na Amazônia. É uma novidade para mim, e gostaria de melhor esclarecê-la, inclusive acêrca da mágica de Nova Olinda, produzida pelo feiticeiro Vargas. De concessão só sei a da Cia. Geral de Petróleo Pan-Brasileira, constituída em 2-9-1930, subsidiária da Standard Oil (N. J.).

Desenvolveu atividades de reconhecimento geológico nos Estados de São Paulo e Paraná (Botucatu, Piraju, Tibagi, Ribeirão Claro, Rancho Alto, Guareí).

A autorização de pesquisa foi concedida em 1940, depois que os direitos do subsolo foram declarados de propriedade da Nação, pelo Decreto-lei 366, de 11-4-38.

Esta companhia foi dissolvida em 13 de junho de 1941.

A Malária

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Vou explicar e V. Exa. há de convir que, com efeito, estamos realizando obras admiráveis de saneamento. A malária está quase que extinta em grande parte do País.

O Sr. Pedro Ludovico — Oitenta por cento.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quer dizer que “grandes obras” para investir contra uma ou várias pragas, senão que essas são também grandes? Desde o começo que frisei ser graças a uma notável e bela figura de malariologista e patriota, como o Dr. Pinotti, que hoje aqui se trabalha no sentido que discutimos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Ao tempo de Miguel Pereira não estava dominada a peste negra, a peste bubônica. A tuberculose está quase erradicada ou, por outra, de tal forma atenuada que não tem a significação de outrora. Isso graças aos esforços dos nossos higienistas e dos nossos médicos. A varíola, mesmo — permita-me V. Exa. — hoje em dia, não é considerada de muita gravidade. O índice de duração da vida, em nossa terra, em vez de diminuir, está aumentando. Outrora, a média da vida humana, era de trinta a quarenta anos, hoje é de sessenta a setenta anos. Assim o “grande hospital” somente pode ser aceito como expressão retórica, da parte do preclaro colega.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Vamos agora ouvir, com o respeito que nos merece, o aparte do nobre Senador Fernandes Távoras.

O Sr. Fernandes Távora —
Assiste alguma razão ao ilustre colega Kerginaldo Cavalcanti, em dizer que realmente temos progredido um tanto, sobretudo na questão do saneamento rural. Infelizmente, porém, esse saneamento exige quantidade imensa de dinheiro.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— O combate à malária já recebeu dois bilhões de cruzeiros.

O Sr. Fernandes Távora — Isso não é nada. Só poderemos obter esse dinheiro, quando tivermos petróleo em abundância; e isto não se arranja senão com capitais em alta monta. Esta, a verdade. Está tudo entrelaçado. Quando tivermos feito o verdadeiro saneamento rural, teremos progredido cinquenta por cento nas indústrias e em tudo o mais; do contrário o trabalho não renderá.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— O quadro administrativo federal brasileiro se poderia modificar muito, bastando que o governo se eximisse de intervir no que não deve.

O Sr. Fernandes Távora — São precisos muitos bilhões de cruzeiros, e só os teremos com petróleo em abundância. O mar de petróleo, em que navegavam os ingleses e os americanos, quando venceram a primeira grande guerra, segundo a célebre frase de Lord Curzon.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O nobre orador dá licença para um aparte? (*Assentimento do orador*) — V. Exa. acaba de defender tese inteiramente contrária à do Senador Fernandes Távora, ao proclamar que o problema do petróleo não é como se apresenta à primeira vista, uma vez que há super-abundância no nosso solo. Isto implica dizer que

o petróleo é artigo barato, em contradição em todo o território nacional. Não se trata de produzir bastante óleo. A Petrobrás é oportuna, pois está fazendo o refino. Vamos ter fábricas de fertilizantes, uma petroquímica, etc. Mesmo sem um oceano de petróleo, o Brasil não deixará de avançar, aliás já está avançando neste terreno.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Sr. Presidente, o nobre colega pelo Rio Grande do Norte reproduz aqui os fogos de São Pedro e São João, com que o Presidente da Petrobrás organiza hoje a sua divertida pirotécnica de Petrobrás.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — De fato. Sob certo aspecto, nós nos aproximamos, mas sou mais radical do que ele.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Sinto repetir ao ilustre colega que não participo do seu otimismo em relação ao "nosso" petróleo. Tenho ouvido, a esse respeito, aqui e nos Estados Unidos, de peritos no assunto, expressões de maior desconsólo para o nosso patriotismo do que a Casa supe. O nosso sedimento não envolve as esperanças que uma intensa sofreguidão cívica vive a nele depositar.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Exa. se engana. O petróleo brasileiro já está aí. Só os povos subdesenvolvidos é que vendem óleo. Os adiantados não o vendem importam-no. A Rússia não vende óleo, nem os Estados Unidos. Quem vende é o México, a Venezuela, a Arábia Saudita. Não é, portanto, nosso ideal vender o óleo; mas tê-lo em abundância e ainda importar porque precisamos de muita quantidade, em termos de grande ação. Ouvi essa teoria do nobre Senador Domingos Vellasco. Peço perdão

a Vossa Excelência pelo aparte tão longo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O nobre colega se equivoca. Os Estados Unidos vendem óleo, tôda a vida venderam. O Brasil teve, no século passado, Senhor Presidente, os condoreiros da poesia. Não será para admirar que tenha, neste, os condoreiros do petróleo.

No quadro lamentável das prioridades para a solução dos magnos problemas brasileiros, figura o petróleo em primeiro lugar, com a aptidão para absorver o dinheiro dêste mundo e do outro, que logramos espoliar da nossa gente. Isso significa que não se tomam aqui, na devida conta, outros interesses, talvez ainda mais respeitáveis como, por exemplo, a educação do povo brasileiro. A instrução nacional, sobretudo secundária e universitária, são duas calamidades se excluímos um ou outro estabelecimento, como a Faculdade de Medicina de São Paulo e a de Ribeirão Preto. Manguinhos deixou de ser um estabelecimento de pesquisa científica, para envolver um sentido de farmácia, onde se fazem, e se enchem e se vendem tubos de vacinas.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O que de Manguinhos alega V. Exa., é muito grave.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mais grave ainda é a situação do petróleo, conjugado com a posição cambial endêmicamente deficitária.

Encontra-se o problema do petróleo, aqui, dentro de um emaranhado de argumentos de intelo primarismo. Está mais do que provado que sozinho não nos é possível resolver essa questão. Entretanto, mais se passam os dias, mais o petróleo é tratado com doses mais maciças de irresponsabilidade.

Só existe um aspecto para enfrentar a prospecção, a exploração e o refino do combustível líquido: o prisma comercial. Os comunistas inflamam e envenenam a opinião pública. Os nacionalistas, que são uma família de horrendos inocentes, se incumbiram de dar o colorido patriótico à palhaçada. A consequência é que os governos, em mãos tímidas, admitem mas não têm coragem para tratar o caso do óleo na base da interdependência em que êle deve ser situado.

Se há um assunto que comporta e exige uma revisão total, imediata, das bases em que foi pôsto entre nós, é êste do petróleo.

Só os *slogans* do "entreguismo" e "petróleo é nosso", implicam o complexo de inferioridade em que o tomam os jacobinos tangidos pelos soviéticos. Esta atitude é incompatível com a era de maioria política e econômica, em que vivem hoje os brasileiros.

Se a guerra estourar amanhã na Europa? Que será do Brasil, ameaçada grande parte das suas indústrias de refino de paralisação, pela carência dos fornecimentos do cru?

Desgraçadamente, a sorte do Brasil, no que toca ao óleo combustível, se acha gratuitamente nas mãos de indivíduos isentos de maior noção de responsabilidade. A espessa ignorância e o paroxismo da exaltação patriótica com que o tomam, não têm paralelo em nenhum outro país.

Existem no debate do petróleo, aspectos que atingem ao máximo do pitoresco. A Petrobrás vem a público, impando de satisfação, para dizer que a sua glória são os lucros que ela realiza como empresa de lavra petrolífera.

Poderá haver absurdo maior, ridículo mais completo no campo da economia do petróleo, do que uma empresa desse ramo,

que até hoje não descobriu uma gota de óleo, vir a público declarar que está obtendo lucros? Donde lhe advirão êsses benefícios? Quem lhos proporciona?

O mistério não é difícil de ser revelado.

É que a Petrobrás não só faz prospecção, como refina crus, e nisto é que está a sua fortuna. Haverá melhor negócio neste País, do que refinar óleo, quando se tem: a) capitais à vontade, compulsoriamente extorquidos do povo; b) câmbio preferencial para aumentar as instalações de refinarias; c) quando se tem o poder de fixar o preço da gasolina e dos outros derivados do óleo, a seu bel-prazer, porque o Conselho Nacional do Petróleo, que é um departamento do executivo, não tem interêsse senão em fazer a pros-

peridade das outras (as refinarias da Petrobrás) que são, outrossim, patrimônio do Estado.

Uma das desgraças contemporâneas do Brasil é a de pretenderem os brasileiros colocar as soluções mais simples da sociedade dentro da qual vivemos, em terreno passionário, algumas vezes com o sacrifício do próprio interêsse que se pretende acautelar.

Eu, govêrno, iria matar a buba e o bócio, ou fazer a sério educação do povo dêste País, em lugar de procurar extrair óleo com os tontos da Petrobrás e os patetas da escravidão do Brasil à Rússia soviética.

(*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado*).

**2.^a Sessão Preparatória da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a
Legislatura, em 11 de março de 1958**

PRESIDENCIA DO SR. APOLÔNIO SALLES

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Georgino Avelino.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenber.
Atílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.

Calado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lineu Prestes.
Lino de Mattos.
Moura Andrade.
Domingos Vellasco.
Colmbra Bueno.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Gaspar Velloso.
Gomes de Oliveira.
Nereu Ramos.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá. (58).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Segundo Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Dispõe o Regimento Interno em relação a Ordem do Dia desta sessão (art. 3.^o, parágrafo único) :

"Verificado o *quorum* referido no art. 33 deste Regimento, proceder-se-á a eleição do Vice-Presidente do Senado, e, em segunda sessão preparatória, no dia seguinte, a dos demais membros da Mesa."

O art. 33 estabelece :

“A eleição do Vice-Presidente, dos Secretários e Suplentes de Secretários far-se-á por escrutínio secreto e maioria de votos dos Senadores presentes.

§ 1.º Na composição da Comissão Diretora será observado, tanto quanto possível, o princípio de representação proporcional dos partidos com assento no Senado.

§ 2.º Para êsse efeito, a eleição se fará em quatro cédulas, sendo : uma para Vice-Presidente; outra para 1.º e 2.º Secretários; outra para 3.º e 4.º, e uma, finalmente, para Suplentes”.

Suspendo a sessão por cinco minutos, a fim de que os Senhores Senadores possam munir-se das cédulas para esta votação.

A sessão é suspensa às quatorze horas e trinta e oito minutos e reaberta às quatorze horas e quarenta e cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Vai-se proceder à votação, em cédula única, para 1.º e 2.º Secretários. O Sr. Primeiro Secretário fará a chamada.

Respondem à chamada e votam os Srs. Senadores :

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.

Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacilio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Attilio Vivacqua.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Caiaido de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lineu Prestes.
Lino de Mattos.
Moura Andrade.
Domingos Vellasco.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Gaspar Velloso.
Gomes de Oliveira.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá. (54).

O SR. PRESIDENTE — Vão ser lidos os nomes dos Senhores Senadores que responderam à chamada.

(Leitura dos nomes)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 54 Senhores Senadores.

Passa-se à apuração.

Recolhidas 54 sobrecartas, número que confere com o de votantes, que, apuradas, dão o seguinte resultado :

Senadores	Votos
Cunha Mello	52
Freitas Cavalcanti	51
João Villasbôas	3
Vivaldo Lima	1
Gomes de Oliveira	1

Proclamo eleito 1.º Secretário o nobre Senador Cunha Mello; e 2.º Secretário o nobre Senador Freitas Cavalcanti. (Palmas).

Convido Suas Excelências a ocuparem seus lugares.

Tomam assento à mesa os Srs. Senadores Cunha Mello e Freitas Cavalcanti. (Palmas prolongadas).

O SR. PRESIDENTE — De acordo com o art. 33, § 2.º, do Regimento Interno, passa-se à segunda votação, na qual se sufragam, em cédula única, os nomes dos Senhores Senadores para 3.º e 4.º Secretários.

Consoante essa disposição, serão proclamados eleitos, em cada escrutínio, os mais votados, não podendo o 2.º e o 4.º Secretários pertencer à mesma Bancada que houver dado, respectivamente, o 1.º e 3.º Secretários.

Suspendo a sessão por alguns minutos, a fim de que os nobres Senhores Senadores se munam de cédulas.

A sessão é suspensa às 15 horas e 3 minutos, e é reaberta às 15 horas e 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Val-se proceder à votação para 3.º e 4.º Secretários, em cédula única.

O Sr. Primeiro Secretário fará a chamada.

Procede-se à chamada.

Respondem à chamada e votam os Srs. Senadores :

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.

Cunha Mello.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Novaes Filho.
Jarbas Maranhão.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Attilio Vivacqua.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Caído de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lineu Prestes.
Lino de Mattos.
Moura Andrade.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Flinto Müller.
Gaspar Velloso.
Gomes de Oliveira.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá. (55).

O SR. PRESIDENTE — Vão ser lidos os nomes dos Senhores Senadores que responderam à chamada.

(*Leitura dos nomes*).

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 55 Senhores Senadores.

Passa-se à apuração. São recolhidas 55 cédulas, número que coincide com o de votantes, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

Senadores	Votos
Victorino Freire	52
Domingos Vellasco	41
Ezechias da Rocha	11
Nóvaes Filho	1
Cunha Mello	1
Freitas Cavalcanti	1
Em branco	3

Proclamam eleitos os nobres Senadores Victorino Freire e Domingos Vellasco, respectivamente 3.º e 4.º Secretários. (*Palmas*).

Convido Suas Excelências a tomarem seus lugares. (*Palmas prolongadas*).

Ainda de acôrdo com o § 2.º, do art. 33, do Regimeno Interno, vai-se proceder à votação para Suplentes, em cédula única.

Suspendo a sessão alguns minutos para que os Srs. Senadores possam se munir das células necessárias.

(*Suspende-se a sessão às 14 horas e 25 minutos e reabre-se às 15,27,5 horas*).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Vai-se proceder à votação dos 1.º e 2.º Suplentes.

A votação será em cédula única, sendo 1.º Suplente o mais votado e 2.º o imediatamente colocado, de acôrdo com a apuração.

O Sr. Primeiro Secretário fará a chamada.

Respondem à chamada e votam os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Atílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Calado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lineu Prestes.
Lino de Mattos.
Moura Andrade.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Sylvio Curvo.
João Villasboas.
Filinto Müller.
Gaspar Velloso.
Gomes de Oliveira.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá. (53).

O SR. PRESIDENTE — Vão ser lidos os nomes dos Senhores Senadores que responderam à chamada.

(Leitura dos nomes).

O SR. PRESIDENTE — Passe-se à apuração.

São recolhidas 53 sobrecartas, número que coincide com o de votantes, que, apuradas, dão o seguinte resultado :

Senadores	Votos
Mathias Olympio	53
Prisco dos Santos	39
Sylvio Curvo	14

Proclamo eleitos os nobres Senadores Mathias Olympio e Prisco dos Santos, respectivamente, 1.º e 2.º Suplentes.

Considero-os empossados. (*Palmas prolongadas*).

Sobre a mesa ofício que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

ofício

Em 10 de março de 1958.

Sr. Presidente :

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. e por seu alto intermédio ao Senado Federal, que, em virtude de entendimentos entre os Partidos que compõem a Maioria desta Casa do Congresso, ficou assim constituída a liderança a que obedecerá êsse conjunto de Bancadas :

Líder da Maioria — Senador Filinto Müller.

Vice-Líderes — Senador Gaspar Velloso, Senador Lima Guimarães, Senador Gilberto Marinho.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. — *Filinto Müller*.

O SR. PRESIDENTE — O Ofício vai à publicação.

Terminada, como se acha, a composição da Mesa, a Presidência julga oportuno lembrar as providências que devem ser tomadas para a escolha das Comissões Permanentes. Sobre o assunto, o Regimento estipula o seguinte :

“Art. 60. No dia imediato ao em que se completar a eleição da Mesa, reunir-se-ão os Líderes dos partidos representados no Senado para o fim de fixarem, na forma da Constituição Federal, a participação de cada Bancada nas Comissões permanentes.

§ 1.º Estabelecido, assim, o número de componentes de cada Comissão, pelo critério das Bancadas, os respectivos líderes entregarão à Mesa, até quarenta e oito horas depois, a indicação nominal dos seus representantes nas mesmas Comissões.

§ 2.º Em caso de não cumprimento do disposto neste artigo, a eleição se fará por escrutínio secreto, mediante cédulas contendo tantos nomes quantos os lugares a preencher, sendo eleitos os mais votados e assegurada, sempre, a representação partidária proporcional na forma da Constituição e do disposto neste Regimento”.

A Mesa pede, pois, aos Srs. Líderes, o obséquio de ajustarem entre si a participação das suas Bancadas nas Comissões Permanentes, fornecendo-lhe, em seguida, as respectivas indicações nominais, de sorte a que, ao se iniciarem os trabalhos da sessão legislativa a instalar-se no dia 15 do corrente, os órgãos técnicos da Casa já estejam em condições de funcionar.

Aproveito o ensejo para lembrar aos nobres Senadores que, no próximo dia 15, às 15 horas, na Câmara dos Senhores Deputados, haverá sessão de instalação do Congresso, para a 4.ª sessão legislativa ordinária, da 3.ª legislatura.

Meus agradecimentos aos nobres Secretários que deixaram de compor a Mesa do Senado, pelos valiosos serviços prestados.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.

Discurso pronunciado pelo Sr. Senador Assis Chateaubriand, na sessão de 25 de junho de 1957, que seria publicado posteriormente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— A nomeação que recebi do chefe do Estado Federal para um cargo diplomático, só se tornará efetiva em virtude de compromisso, que devo assumir, para entrar no exercício da função que me foi por ele confiada. Esse compromisso não o pude, por circunstâncias totalmente alheias à minha vontade, ainda prestá-lo. Dizem por aí línguas ácidas que já toquei na ajuda de custo. É uma crueldade para com a decência da Casa. Como permitido lhe fôra ratificar a escolha de mandatário tão vulgar no seu seio, sem a repugnância indispensável para vomitá-lo do seu elenco, a Câmara senatorial? Sei que existe por aí um juiz de alto coturno, chapado de cinismo, velhaco, alcoveta de riqueza de São Paulo, que se prepara para legar esta miséria fútil. Desmascaro, desde logo, o portador vil de uma toga, que não lhe cobre sequer as pústulas, porque esfrangalhada por atos de levandade e de difamação notoriamente conhecidos. Não recebi ajuda de custo nem assumi compromisso para o desempenho de outro múnus público que não este de Senador pelo Maranhão. Na plenitude, pois, do exercício do mandato que me confiou o eleitorado maranhense, sinto-me no dever de continuar nesta tribuna, a me matar por aquelas causas que se ligam à capacidade de sobreviver da nossa terra. Não importa que este mandato eu o

tenha por duas semanas, ou dois meses. É bastante que legalmente não o haja perdido, para pô-lo ao serviço dos sonhos e dos planos que me animam, a fim de promover a felicidade do meu País. É o Senado para mim um corpo vivo, uma consciência alta, através do qual me comunico com os brasileiros.

Constitui, por certo, a imprensa uma maneira de o indivíduo comunicar-se com as massas. O rádio, outra. A televisão, ainda outra. Tem, contudo, a palavra, neste recinto, cores complementares. O Senado é um prodigioso cenário típico. Jornais, rádio, televisão recolhem o verbo, e se incumbem de transmiti-lo a todos os pontos do quadrante nacional, nas expressões sucessivas das suas respectivas modalidades. Nunca fui aqui um parlamentar que tivesse vivido na solidão moral daqueles que não sentem as responsabilidades da sua função. Reconheço que não sou um orador assíduo à tribuna. Ao contrário, vivo mais distante dela do que presente; isto, porém, não dá para violar em mim o hábito, peculiar a um homem do Parlamento, de debater os problemas que se agitam dentro da órbita da minha ação de estudioso das questões da economia e da política.

Política e diplomacia

No dia em que trocar este clima pelo da atividade diplomática, o emprêgo da inteligência no outro campo da atividade internacional, estou certo que me trará a nostalgia desta casa. Aqui a ação é mais vizinha de nós mesmos, a estrutura do movimento depende mais de nós, escapa menos a nossa intervenção no ritmo das coisas. Singular o destino da política interna para aqueles que gostam de intervir no compasso dos acontecimentos! Como controlar verdade e crises que se desenrolam num palco, onde, quanto mais novatos nele nos apresentamos, mais es-

tranhos somos ao desenvolvimento da ação política e suas facetas? Nas pistas do campeonato interno o animal humano corre mais livre, mais primitivo, mais sacudido pelo ímpeto indomável das paixões, peculiares à sua natureza. A *finesse* da ação diplomática age como um corrosivo da nossa espontaneidade. Três quartas partes do que somos, no campo da política externa, corre por conta das missões que temos que desempenhar e dos colétes de ferro dentro dos quais nos deixamos comprimir. O emprego da nossa personalidade na intriga dos costumes e dos caracteres do jôgo internacional, significa um teatro onde, neste, pouco surge do nosso fôro pessoal. Como se torna cada vez mais ridículo um patriotismo ardido e teatral num mundo de soberanias castradas que vivem lá fora! Noventa e nove por cento dos brasileiros dos nossos dias são legiões de retardados, que se deixam transportar para fora da vida real. A América Latina é ainda a mais fabulosa sementeira de heróis do nativismo, com a sua memória de raquiticos, de anões, fazendo (empregamos a expressão de Montaigne) o seu jôgo à parte. O nosso compatriota espicha os olhos por cima do Pão de Açúcar e enxerga cada um dos seus diplomatas em estado de exaltação corneliana, orgulhoso, cívico por excelência, a combater as voragens imperialistas que tentam devorar o corpo do Brasil! O que é trágico é que êsses sentimentos pomposos, tanto têm de violentos quanto de sinceros. Não falta mesmo, aos *elans* generosos de milhões de nânicos indígenas, uma certa grandeza d'alma.

Redenção do Presidente

Não vim, porém, Senhor Presidente, à tribuna, para apreciar a enfática posição dos brasileiros, que se encontram aqui dentro deslocados numa órbita emocional,

que nada tem de parecido com o mundo que se agita e passa lá fora. Bem mais modestos, bem mais simples são os assuntos que pretendo ferir e debater, hoje, aqui, graças à proverbial obsequiosidade dos velhos companheiros de lide da Casa.

O Sr. Onofre Gomes — V. Exa. é um permanente animador de controvérsias, convidando o Senado a aceitar debates que interessam à causa pública.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Obrigado, caro colega, a Vossa Excelência que me atribui um papel que não tenho nem nunca tive na Casa do Marquês de Ollinda, do Visconde do Rio Branco, de Ruy Barbosa e Francisco Sá.

Disse o nobre Senador Arthur Bernardes Filho uma frase bastante original e pitoresca, faz algumas semanas, da tribuna do Senado. Ele nos conclama a todos para emancipar o Presidente da República de pelotões bárbaros que o cercam.

— “Vamos libertar Juscelino Kubitschek” — exclamou o chefe do PR. A frase não tem apenas a sonoridade da beleza exterior. Ela traduz o choque psicológico, que deveria ter abalado o jovem Senador mineiro ao constatar que o seu e o nosso candidato não se move aqui ou em Brasília com a liberdade de movimentos que êle desejaria atribuir-lhe. Isento quanto ao poder de iniciativa do Presidente, o líder republicano se dispõe a intervir. E lança o grito de redenção, ou seja, a marcha para a Jerusalém, onde os infiéis fazem seu prisioneiro o profeta.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ouvimos V. Exa. com satisfação.

O Sr. Gomes de Oliveira — Prisioneiro, nós sentimos o chefe do Estado, talvez de algumas idéias, como a de Brasília, que não abre novos caminhos para o Brasil, sobretudo nesta hora, que não resolve o problema atual, que é o econômico com a inflação.

Mercado interno e nacionalismo

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu gostaria de entrar na jornada libertadora do primeiro magistrado para fazê-lo participar de um capítulo da história em que me comprazeria de ver mergulhados os brasileiros: o enriquecimento do mercado interno nacional. Eis um ponto fundamental para a política econômica do chefe do Estado. Não duvido que este organismo cresça do lado industrial. Mas nem dêesse lado, se excetuarmos esta ou aquela atividade. Que parque primitivo que ainda é o nosso parque manufatureiro, sobretudo o das indústrias leves! Aqui nada produz, com efeito, mas quase nada, com a preocupação de exportar — o que é a calamidade das calamidades. Nem os tecidos, com o dólar de 104 cruzeiros — a debilidade do poder aquisitivo do nosso dinheiro permite se vendam lá fora.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Neste caso, que a água procure o seu nível: se o dólar de 104 cruzeiros não dá para exportar, que se vá ao de 130 e 150, porque evidentemente aquêles não traduzem a realidade do panorama cambial. O erro está em não exportar, seja à taxa que fôr, contanto que ela traduza o "fato concreto" da nossa moeda.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não estou longe de concordar com V. Exa., porque encontro, na verdade, muita taxa por aí, que não significa a verdadeira posição do dólar, da libra, do florim, do escudo em face do cruzeiro.

O Sr. Gomes de Oliveira — Nesse caso suscitamos em boa-fé os assuntos de interesse geral que V. Exa. está habituado a debater com a Casa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Outra coisa não é a cultura. Cultura é controvérsia, cultura é discussão. Os problemas do Brasil não pedem senão que eles sejam controvertidos, em céu aberto, com espírito largo para demonstrar que o monopólio do patriotismo é mais catastrófico que o da Petrobrás. Quanta irresponsabilidade não corre mundo por conta de uma mísera elite, ancorada em teses superficialmente montadas para se dar ao ócio de não investigar nem os caminhos verdadeiros da educação. Duvido que exista povo mais desesperado da inteligência das suas classes dirigentes, sejam elas de que partido forem, para resolver os problemas, do que o nosso.

O partido vencedor, que subir ao poder amanhã, é o responsável pela mesma cartilha miudinha pela qual é responsável o que foi batido ontem. Resolveu-se aqui julgar a humanidade, que está lá fora, como a causadora de todos os males que nos afligem. Existe, no Brasil, uma sentença passada em julgado, segundo a qual as desgraças, que são as decepções do homem brasileiro, foram provocadas pela confiança que ele depositou na colaboração de fora para a exploração e desenvolvimento da sua economia potencial. Até o dinheiro do estrangeiro foi uma maldição. A cupidez com que aqui entrou se reflete mesmo nas suas realizações aqui existentes. A grandeza dêesse quadro, pintado por um nativismo inferior, cria a atmosfera moral que nos sufoca. Não há apêlo à razão capaz de matar o veneno destruidor que instila um estado de espírito incapaz de ver e raciocinar para se chegar ao desarmamento de sua tensão, ain-

da longe de corresponder a nenhuma das exigências vitais do Brasil.

Comunidades de ideais

Gosto de debater, tôdas as vêzes que posso, a horrenda deformação psicológica do nacionalismo brasileiro. Ele vive em antagonismo contra todos os interesses específicos da Nação. Nega e viola uma tradição de assistência material, desde os albores da Independência, para as organizações econômica, política e administrativa do Império e da República. A sua reação só tem trazido conseqüências nocivas para o nosso progresso contemporâneo. Esquecemos que o mundo dos dias que passam é cada vez mais um mundo de solidariedade e de comunidade de interesses e ideais. Como nós mesmos fazemos por nossa conta, por conta das nossas concepções estreitas, difícil a vida da nação brasileira! Já somos uma das massas geográficas mais pobres do planêta, se excluirmos as manchas de terra roxa do centro-sul, o massapê do Nordeste, e manchas também do Rio Grande do Sul e belos tratos do solo maranhense, nos fertilíssimos vales dos seus rios navegáveis. Já será fortuna que o Brasil atrala capitais e braços. Pois a histeria comuno-jacobina procura, entre nós, hostilizar as maiores forças susceptíveis de oferecer, com técnica, capitais e braços, para a solvência do Brasil.

Fonte de anarquia

A Petrobrás não passa, hoje, mais do que um partido político, consagrado a agitações de índole social e eleitoral. Com o dinheiro que malbarata podíamos incentivar a educação do povo, melhorar a sua saúde, executar reformas da administração pública, expansão da técnica agrária, com aproveitamento muito maior para o País do que as conferências soporíficas do Coronel Janari Nunes

e os milhões de cruzeiros que êle desbarata com a imprensa filo-comunista do norte e sul. Não tenho idéia de ter visto outra repartição distribuir o dinheiro que larga, com mão vadia, a Petrobrás, levada pelo objetivo, não tanto de conquistar a confiança nacional para o monopólio do petróleo, que tem, mas para incentivar um clima de anarquia coletiva, capaz de nos levar até ao sacrifício do regime.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND —
Com todo o prazer. Vossa Excelência é dono da hora. Sou aqui apenas um intruso, graças à nimia gentileza do ilustre colega.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Deixei a Mesa especialmente para prestar homenagem a Vossa Excelência.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND —
Agradeço a Vossa Excelência a delicadeza do gesto.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Sabe V. Exa. que não estou certamente incluído nas palavras com que V. Exa. tanto honrou alguns dos nossos colegas, Senadores que têm o propósito de salvar o País através de uma atitude simpática a V. Exa., devo dizer, entretanto, que, se há culpa nesse clima a que se refere, essa culpa vem justamente da parte dos elementos que combatem a Petrobrás. Votada a lei, iniciada a fase de experimentação, e ainda essa fase não se desenvolvera, e já a campanha tomara vulto extraordinário, sob todo e qualquer aspecto. V. Exa. bem há de ver que não são realmente os simpatizantes da Petrobrás os que causam essa insatisfação ou essa desinteligência a que V. Exa. se refere, e sim os elementos da oposição ao monopólio estatal. Essa a ressalva que queria

fazer à brilhante oração de Vossa Excelência.

Gôsto de cinzas

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, em primeiro lugar, rejubilo-me que o nobre Senador pelo Rio Grande do Norte houvesse deixado a Mesa para renhir com seu obscuro colega do Maranhão.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Para mim é grande satisfação, mormente quando V. Exa. anuncia que dentro de pouco tempo terá de nos deixar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Acreditem a Casa e V. Exa.: levo recordações imperecíveis do elevado nível de educação política do Senado. Passei aqui os dias mais felizes da minha vida pública. Estou convencido de que foi uma boa estrêla que me trouxe à Câmara senatorial. Sem o Senado, os temas que defendo não teriam encontrado a repercussão que se me depara pelo País afora. Esta caixa acústica tem ecos surpreendentes.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Exa. há de permitir que diga que se alguma justiça me deve ser feita nesse particular, é a da fidelidade às minhas idéias. V. Exa. sempre me encontrou com êste ponto de vista; e ainda não tive motivo para me arrependar. Modéstia à parte, é o ponto de vista que deve ser trilhado pelo povo brasileiro.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É um critério que respeito no sincero combatente que é Vossa Excelência. Ele, contudo, não tem substância de convicção para mudar os meus caminhos e tampouco o de milhares de compatriotas nossos, insurgentes contra essa massa criminosa de monopólios estatais que se multiplicam, todo

o ano, dentro do corpo financeiro federal, para chagá-lo mais do que êle está. Sinto uma infinita tristeza, quando vejo o Congresso sustentar esta série de ambulatórios, enfermarias e hospitais, que se chamam as autarquias do Brasil. Quem não será um desencantado do funcionamento de qualquer desses organismos em tôrno dos quais, o que existe é um vazio enorme, dada a ineficiência do corpo parasitário de todos êles?

Por que preço paga o contribuinte brasileiro a campanha que fizeram os nativistas para a nacionalização das estradas-de-ferro, cuja maioria se encontrava nas mãos da iniciativa privada?

Quinze bilhões de cruzeiros anuais, ao lado da decomposição física da maioria das ferrovias, hoje em poder do Estado Federal, vai ser o *deficit*, só o *deficit* de 1957. É preciso ter uma consciência rudimentar e um patriotismo primário para, diante de tamanha cova de cacos com o nome de administração, insistir-se em reclamar mais monopólios para os Governos Estaduais e Federal. O Estado Novo era um arremêdo de estrutura fascista. A êle se devem as tendências monopolistas ainda mais acentuadas, que levaram a máquina de tantos serviços bem executados, mediante concessões a organismos privados, à ruína em que se encontra. Há poucos dias, um ministro de Estado contava-me que sòmente uma estrada-de-ferro, com mais de 100 milhões de *deficit* mensais, despênde seis milhões de cruzeiros por mês, em têrmos de propaganda.

Não se pode deixar de sentir aquêle "gôsto de cinzas" na bôca, de que falam os franceses, ao ter que mastigar horríveis bocados dessa natureza. A mediocridade de legislativos e executivos brasileiros costuma exceder-se em responsabilidades esmagadoras para a gestão financeira do Estado Federal. Nós não as suportamos. Elas

ultrapassam os recursos da economia nacional. Um povo, destituído de reservas conhecidas de carvão-de-pedra e de petróleo, não poderá pensar em viver tentando abarcar o mundo com as pernas, como o faz a União Brasileira. O nacionalismo caricatural supõe que a sua megalomania, nesse terreno, o Estado Federal tem meios para pagá-la. Mas êle se ilude.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Mas isso é evidente; sabemos que num país como o nosso, sem carvão nem outras fontes de energia, o seu papel civilizador não se pode desenvolver com a rapidez com que desejávamos ver, nós os nacionalistas.

Carvão e civilização

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Gosto de ouvir, nobre colega, depois que voltou da Europa, falar no papel preponderante que o carvão exerce sobre o destino da humanidade.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Sempre falei aqui do fator desempenhado na civilização pelo pão-negro, inclusive o do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Verificamos com satisfação que o tupiniquim se deixa insensivelmente catequizar pelos princípios da economia da máquina a vapor do homem branco. É a influência das últimas viagens de Vossa Excelência à Europa.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — A Europa o que me deixou foi a impressão de um conjunto de povos de civilização antiga. Não direi decadentes, mas de níveis de civilização superados.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — De uma cajadada pretendo matar dois coelhos. Tôdas as camadas de nosso carvão são paupérrimas, como sói acontecer com o

carvão-de-pedra das regiões tropicais e subtropicais. Não há esperar grandes coisas dêsse combustível, que devia ser queimado na bôca das suas minas, por não suportar fretes ferroviários nem marítimos.

Quanto à Europa, com civilizações superadas, depende dos países que V. Exa. visitou. Tôda a Europa ocidental realizou etapas de progresso depois da última guerra, que suplantam os seus padrões anteriores de 1939.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Realmente, há carvão melhor que os do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E que fazem os trens correrem e os navios desenvolverem o número de nós para os quais foram construídas as suas máquinas propulsoras.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — A verdade é que êsses carvões podem produzir o coque metalúrgico, do qual, numa emergência, o País pode lançar mão, para sustentar sua economia. Aliás, já o vimos na última guerra, portanto, não depreciemos tanto nossas possibilidades.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que o nobre colega sustenta, acêrca do coque metalúrgico, está certo, até porque todo o carvão dá coque. O que resta a saber é quantas toneladas de carvão são necessárias para produzir uma de coque. Assim se verificaria o valor comercial do coque, por tal forma produzido. O nosso coque resulta antieconômico, posso dizer à Casa. É-me familiar o problema porque o estudo desde 1918, quando era advogado de emprêsas de serviços públicos, consumidoras de carvão, e por isso terrivelmente prejudicadas por uma proteção dispensada ao similar nacional, que não estava nem está em condições

de competir com o produto estrangeiro da Europa e dos Estados Unidos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Realmente, colocada a questão como V. Exa. a situa...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Desculpe-me V. Exa. a interrupção, mas insisto em dizer que conheço o carvão-de-pedra do Brasil para afirmar que êle não dá coque metalúrgico, raciocinando-se em termos de economia comercial.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Queria apenas ponderar que, situada a questão como Vossa Excelência a colocou, Vossa Excelência tem razão. Temos, entretanto, que encarar outros fatores, inclusive emergentes, que não podemos desprezar na defesa de um país da extensão e significação do Brasil. Com a devida vênia, é isso que V. Exa. não está encarando devidamente.

Patriotismo e atraso

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tenha o nobre colega a certeza meridiana de que noventa por cento das vicissitudes por que passa o nosso País vêm da forma inferior pela qual aqui se interpreta e se sente o patriotismo. Se ser patriota é vibrar dentro de uma gaiola de ferro, de urso isolacionista, a sorte que nos aguarda, amanhã, há de ser a mesma dos regimes fascistas, que levaram Alemanha, Itália e Japão à guerra e à derrota militar.

Nenhum país novo da classe do Brasil, na dependência do exterior de quase tudo o que é indispensável ao seu progresso, logrará sobreviver, movendo àqueles Estados, que são os únicos que podem ajudá-lo, a hostilidade sistemática que lhes dirigimos aqui. Existe uma forma de patriotismo, entre nós, cuja ação só tem sido funesta para os destinos da Nação. Êle vem desde o período colonial, e

sua flama sopra, logo nos albores do Primeiro Reinado, sobre a inconsciência de espíritos atrasados, decididos a confundir, nos acontecimentos capitais da evolução nacional, o patriotismo com a patriotada, o sentimento do dever cívico com o nativismo grosseiro, a xenofobia rocambolesca com o ideal de soberania, o totalitarismo nefelibata, com os verdadeiros interesses do povo. Já Mauá, às voltas com os capitais da City, os únicos disponíveis na época, era tomado como um agente perigoso da finança estrangeira. Recusamo-nos olhar a obra extraordinária de educação popular que o Exército realiza nesse momento no Peru. Levado pelo pulso seguro do General Odria, êle arrebatou a pátria à cruel tirania de uma minoria esquerdista, a qual emparedava o Peru dentro de uma muralha de ferro, obrigando-o a ouvir o sinistro badalar dos sinos do Kremlin. Está o Peru, hoje, redimido de uma das piores ditaduras de massa, tendo os próprios líderes "apristas" renegado às suas teses suicidas, que só fizeram comprometer o desenvolvimento do país. O ano passado eu encontrava em Paris um líder aprista dos mais inteligentes. Êle se penitenciava dos falsos caminhos pelos quais, durante tantos anos, havia conduzido a sua facção. Repetilha a frase de Samuel Johnson, sob o reinado de George III:

— "O patriotismo é sempre o derradeiro refúgio da canalha".

O meu lúcido interlocutor concordou comigo. Fiz-lhe ver que a América Latina, indo ao encontro da Rússia, só fazia embaraçar o seu progresso. Os russos só têm que dar à humanidade a escravidão, sob as piores de todas as suas formas, desde a escravidão intelectual até a política e a religiosa. E não tem finanças com que colaborar na expansão das fontes de riqueza de nenhum povo, que se alie ao seu trem de usurpação econômica e de indigência mental, na

esperança de encontrar recuperação material ou prestígio da inteligência.

Falsos caminhos

Aqui se tenta fazer nacionalismo econômico e político, Senhor Presidente, depois de Hitler cremado e Mussolini enterrado, a União da Europa, a Alemanha e o Japão, renascidos ambos, graças ao apoio financeiro e econômico dos Estados Unidos, que lhes abateu com o gladio o desvario do orgulho nacional. Estamos atrasados com a história, de 27 anos. Fala-se nas malocas brancas do Brasil uma linguagem que o mundo civilizado não mais entende, porque ela era dos ditadores canhestros de 1933.

Morto este nacionalismo agressivo e ridículo dos ditadores xenófobos europeus e japoneses, o Brasil tenta ressuscitá-lo, juntamente com o Coronel Nasser, erguendo anátemas contra os povos livres, que estão dispostos a nos tirar, como está tirando, da Idade Média em que ressona este Brasil, infeliz pelas trevas do seu interior agora. Nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, na Bélgica, na Suíça, na Venezuela, no Canadá, no Peru não há quem logre entender a confusa algaravia do nosso pedante vocabulário nacionalista.

Reputa-se o Brasil um retardado político, que está renunciando a civilização, ao lado de quem pode promovê-la para a sua gente.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Com todo o prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Em matéria de civilização, nos aspectos fundamentais, a Europa realmente ultrapassou o Brasil, talvez em vinte e cinco anos, como diz V. Exa. Justamente o nacio-

nalismo surge em nossa terra como o remédio que lhe permitirá recuperar esses cinco lustros perdidos. Considere o espírito brilhante do nobre colega, que a interpretação nacionalista, como pode ser apresentada lá fora, dá lugar a deturpações. Quem disser, no exterior, que estamos com um nacionalismo à base do regime hitleriano ou mussoliniano, certamente causará espanto aos povos que não nos conhecem. Nosso nacionalismo, entretanto, não é este; nosso nacionalismo — a que Vossa Excelência poderá chamar tupiniquim indígena — é, de um modo geral, doutrina de recuperação e pretende apenas que o País se reabilite e realize os seus destinos. Esse nacionalismo é, de fato, construtivo; nada tem, nem longinquamente, que se assemelhe a hitlerismo, mussolinismo, franquismo, salazarismo e outras manifestações políticas tendenciosas, repelidas pela democracia. Queira V. Exa. desculpar meu aparte, mas foi para esclarecer melhor o assunto, pela confusão que se pode estabelecer.

Torre de Babel

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Creio que não me fiz entender bem pelo nobre colega. O que estou combatendo é o nacionalismo exclusivista, supersticioso, destituído de qualquer substância material ou anímica.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Nossas línguas, no particular, são diferentes.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Vossa Excelência diz uma verdade que não discuto. Nosso País se acha em estado babélico. Ninguém mais se entende. Um escritor francês acaba de escrever um livro delicioso: — "O Burro Republicano". É um episódio do Governo Civil da Vendéia, em 1793. Diz o romancista, explicando o próprio livro: — "Contej uma história.

Pouco importa o sujeito. O que interessa é o objetivo: os objetivos eternos e simbólicos". A Torre de Babel, nobre colega, é eterna e simbólica. Ela quer dizer anarquia, confusão, desordem; e os povos, falando línguas diferentes, e ninguém se entendendo. Aqui nem os povos de um só partido entendem as vozes de seus próprios correligionários.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Sabe V. Exa. por quê?

Situação da agricultura

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sei; porque vivemos quase todos Cubas. O galo Pleston, em "Les Saisons", de Pontoise, exclama: "Viver e sonhar são dois aspectos de uma mesma coisa"!

Nós aqui sonhamos e pensamos que estamos vivendo. O ilustre colega chama a política brasileira de política de recuperação nacional. Esta, perdô-me V. Exa. a expressão, não passa de uma fantasia de visionários. No ano de 1956, segundo uma soma estatística que aqui tenho, só dois países na América Latina marcaram passo. Não acusaram níveis maiores de prosperidade. Eles são a Argentina e o Brasil. Um e outro vivem pesteados da endemia do falso nacionalismo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Sob que aspecto? V. Exa. pode encarar determinados itens de prosperidade; está, portanto, na obrigação de indicá-los especificamente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Para isso, aqui está a publicação a que aludi: — "Comissão dos Estudos para a América Latina das Nações Unidas".

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Vamos ver o que ela diz sobre a nossa produção do petróleo e do aço.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — "Em 1956 só o Brasil e a Argentina não prosperaram".

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — E o petróleo? E o aço, que não tínhamos? Como não prosperamos?!

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Do aço, não vejo maior progresso. Somos uma nação de 55 milhões de habitantes, e temos um consumo de aço ínfimo. Volta Redonda tem mais de 15 anos, e ainda não produz um milhão de toneladas — o que mostra que não existe consumo, ou que não há força de iniciativa, não direi dos dirigentes da autarquia, mas do Governo que a tem e que, como todo o Governo, é um inibido.

Quer saber Vossa Excelência quão veraz é a estatística que apresentei à Casa, tenha a bondade de examinar na estatística a parte que se refere às vendas das indústrias de São Paulo, o ano findo e este. As quedas na produção se contam por bilhões, e isso por falta de consumo no interior. A crise na indústria têxtil é simplesmente aterradora, pela crise do poder de compra dos brasileiros. A nossa agricultura não está em crise — diz Vossa Excelência — mas a não ser o trigo e o açúcar que têm preços artificiais estabelecidos pelo Governo, tudo o mais vegeta. Observe a Casa as curvas de produtividade dos produtos agrários no nosso País. Fala-se de fomento agrícola entre nós, e isto é uma irrisão. Feijão, arroz, batata-inglesa, milho, mandioca, todos estes artigos se acham quase que paralisados aqui nos seus níveis de produtividade. Terra come, como outro bicho qualquer. Que fazem os agrônomos no Brasil a fim de enfrentar a pauperização dos nossos solos e sua conseqüente erosão? Qual a política do Governo de São Paulo, a fim de mitigar as conseqüências de uma perda de mais de 6 ou 7 milhões de

toneladas de substâncias ricas das suas terras roxas e brancas que se foram barra à fora, imigrando sob a forma de café e cereais ou que as devoramos nós outros? Onde está a técnica nacional de recuperação dos solos cansados, para fazer-se aqui o que se faz em todo o mundo civilizado, onde a exaustão das terras se corrige com massas de fertilizantes artificiais ou naturais?

Somos uma nação onde ainda se vê a lavoura extensiva por toda parte. O tráfico minifúndio do Nordeste, que um sistema cooperativo atenuaria, mas no qual ninguém pensa, exerce a pior influência sobre a produção e a qualidade da nossa agricultura naquele ponto do território nacional.

Pauperização e técnica

E a água? Quem pensa em irrigação, no Brasil? São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia, perdem bilhões de cruzeiros anos seguidos, com as conseqüências econômicas de secas periódicas, sem que de nenhuma administração, seja federal, seja estadual, parta qualquer plano de irrigação. Entretanto, neste País, ao contrário do México, onde se trabalha em grande estilo, em termos de irrigação, os rios caudalosos passam na porta de casa. A Índia, tal qual o México, executa um programa espetacular de defesa das suas fontes agropecuárias, pela água dispensada à lavoura. Aqui, nem se cogita de irrigação. Animais e plantas morrem com a estiagem prolongada, sem que existam da parte dos Governos e particulares esquemas propiciadores de água às terras. Temos, nós outros, um serviço de irrigação por aspersão, em uma das nossas fazendas. Eu não tenho expressões para significar o que para o café; o feijão e o arroz da nossa fazenda "Rio Corrente", representa a modesta instalação de água que ali fez a firma Ortenblad, de São Paulo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
E o petróleo?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Têm os exaltados do nacionalismo, como V. Exa., uma séria responsabilidade nas despesas colossais com óleo e seus derivados, que nos oprimem, do exterior. Defendo todo o dia a tese da livre iniciativa na pesquisa e na exploração do óleo, pela experiência que têm outros países, nesse terreno. A carga, em dólares, correspondente ao petróleo importado, já é, hoje, superior às nossas forças. Esmaga-se a balança comercial com o peso de um ônus que se suporta em prejuízo de outros artigos essenciais às necessidades imediatas da Nação. Insisto em dizer aos brasileiros que não vejo risco, no que diz respeito à questão da soberania, na entrega das fontes de óleo nacionais ao capital e à técnica estrangeiros. Recuso-me a considerar que os canadenses, os franceses, os ingleses, os espanhóis sejam menos patriotas do que nós, quando pesquisam, exploram ou refinam petróleo com recursos de outro país. Tenho pena de ver os meus compatriotas enleados numa trama soviética e nela emaranhados como crianças de cinco anos. Neste drama ardente do petróleo só encontro um que acerta: o russo soviético. Porque êle suscita a xenofobia nas camadas intelectuais e populares aqui, excitando-as contra os nossos melhores amigos e aliados.

Victor Hugo declarava que Luis Filipe se via profundamente perturbado, toda vez que tinha de decidir da sorte de um condenado à morte. Não é o meu caso.

O condenado à morte, na hipótese, é o Brasil, e eu me sinto vexado em deixá-lo sucumbir nas mãos de tão deploráveis e simplórios feiticeiros. Será possível consentir em que este grande País continue a pauperizar-se, por que duas dúzias de energúmenos inocentes, ou astutos, não sabem co-

mo tratar os seus problemas básicos ?

A mágica do "petróleo é nosso" é a expressão máxima do delírio xenófobo. Não se deve examinar o caso do petróleo explorado exclusivamente pela União Federal, como um monopólio desta, senão em função de um estado psicológico mórbido. Este estado d'alma tira a força de sua penetração, no público brasileiro, da sutil e admirável propaganda comunista no seio das Classes Armadas, no corpo de professores e entre a juventude acadêmica dos cursos superiores, assim como entre os ginasianos.

Ao contrário dos brasileiros, os argentinos, em círculos do oficialismo, já entendem e opinam que a sua política do petróleo merece ser fundamentalmente revista. Sem embargo da deformação nacionalista, os melhores homens do Governo, em Buenos Aires, e que constituem uma elite, marcham, pelo menos no campo da pesquisa, em favor da entrega, do vasto capítulo dessa, à técnica estrangeira. É o que advoga o presidente Aramburu, em entrevista concedida ao "Christian Science Monitor".

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A elite a que o ilustre colega se refere, é uma elite muito desagradável.

Petróleo e progresso

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Em todo o caso é a que livrou o povo argentino das mãos da ditadura peronista, e que está levando a nação para os comícios livres, até entregá-la à atividade dos partidos. Ela organiza a comunidade do Prata na base do acesso garantido pelo executivo revolucionário à soberania das urnas.

Se uma elite deste estôfo cívico é desagradável, só poderá sê-lo à consciência de um democrata au-

toritário, o que não é o caso de Vossa Excelência.

O *deficit* da economia argentina, em termos de petróleo, orça por trezentos milhões de dólares. O monopólio estatal supre as necessidades da economia doméstica, entre 40 e 45%. E a Argentina procura petróleo, com o capital e a técnica nacionais, há meio século.

Nossa conjuntura petrolífera não é diferente. Agora o consumo aumenta mais do que se tira do fundo dos magros poços do Recôncavo da Bahia. Nas condições específicas em que se opera o crescimento do emprêgo do óleo e seus derivados aqui, é para nós um mau negócio.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Aumento do consumo do petróleo é índice de progresso. Há equívocos muito grandes nesta questão petrolífera.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ao contrário, o que existe e muito é uma indébita intervenção estrangeira para perturbar uma apreciação clara do assunto para resolvê-lo. Recusamo-nos trabalhar com as democracias livres, ao lado das quais fizemos duas guerras, para dar crédito aos tendenciosos conselhos do imperialismo russo em ação na América Latina.

Quanto ao trecho do aparte do ilustre Senador pelo Rio Grande do Norte, acêrca do incremento do volume de gastos do óleo e seus derivados no Brasil, o que tenho a declarar é que a este respeito o que existe é um desgaste de amedrontar, dos recursos de combustível importado pelo País.

Transporte e preços

Praticamente o País não tem mais marinha mercante para o transporte de mercadorias ao longo da costa. Quase tudo se faz por frotas de caminhões através das rodovias do interior.

Não sei de insensatez mais alvar do que esta. O transporte por água é, em tôda parte, muitíssimo mais barato do que os outros dois, por estrada-de-ferro e caminhão. O crescimento do nosso consumo de combustíveis líquidos vem, em boa parte, da troca da cabotagem pelos transportes terrestres.

O *Sr. Mem de Sá* — A solução não seria diminuir o frete marítimo?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ele, de fato, em certas linhas, custa mais caro do que o da estrada-de-ferro e o da rodovia. O que há a fazer, pois, é baratear o transporte marítimo, que custa os olhos da cara, devido às tabelas de ordenados e salários do seu pessoal. Para sentir-se o abismo para onde rola esta paupérrima Nação de limitados recursos elaborados, é preciso só lembrar que o Lóide Brasileiro custará êste ano ao redor de dez bilhões de cruzelros de *deficit* ao Tesouro, e as estradas-de-ferro, entre 14 e 15 bilhões. Como elaborar um esquema de atividade mercantil, com os nossos instrumentos de transporte oceânicos e fluviais, se todos os partidos políticos apóiam os mais funestos aumentos de despesa com o pessoal, nos sistemas de transportes do Governo, como, outrossim, os dois outros, ainda entregues à iniciativa privada?

O *Sr. Mem de Sá* — A culpa é então dos partidos políticos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Do Governo, também; a verdade, porém, é que se o consumo do óleo cresce é devido quase que exclusivamente à preferência, de grande parte da nossa carga pesada, dada aos caminhões em face das estradas-de-ferro e dos vapores de cabotagem. Ora, isto é simplesmente um crime, que nenhum outro país do mundo chega a cometer. Ele é um atentado contra

as leis econômicas, individualmente nosso.

O *Sr. João Villasbôas* — Dá Vossa Excelência licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com muito prazer.

O *Sr. João Villasbôas* — Há, não só aumento no pagamento de salários como, também, excesso de tripulação.

O *Sr. Mem de Sá* — É uma coisa monstruosa.

O *Sr. João Villasbôas* — Em relação aos barcos estrangeiros é de três vezes mais.

Petrobrás e Lóide

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A Marinha Mercante brasileira é um dos elementos que estão encarecendo, do modo o mais funesto, a produção nacional. E a Petrobrás é outro.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Explique-se, por favor, Vossa Excelência.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Uma das calamidades da Petrobrás são as guarnições dos navios da sua frota de petroleiros. A companhia tem, de todos os lados, triplicado, em seus barcos, as tripulações que os guarnecem. Havia, em Santos, faz poucas semanas, um petroleiro de 34 mil toneladas. É o maior do mundo, na classe à qual pertence. Está guarnecido por 45 pessoas. Mas os petroleiros da Frota da Boa-Vontade, empregados no transporte do petróleo da Petrobrás, saem mar alto, à razão de 150 e 160 cabeças por unidade de 12 a 15 mil toneladas. E a legião de funcionários da companhia? Anda por 16 mil a lista do pessoal, ao que sou informado.

Queixam-se os latino-americanos de que os Estados Unidos não lhes

adiantam recursos para pesquisar o óleo. Como poderá o Governo americano, através dos Bancos com que êle supre esta parte do hemisfério de recursos para a expansão das suas fontes de produção, dar dinheiro a autarquias que o desbaratam pela forma ostensiva e criminosa como o faz o nosso monopólio petrolífero? No Departamento de Estado existe uma indisfarçável e justificada prevenção contra os países como êste nosso, que revelam tendência para nacionalizar riquezas e serviços públicos, a fim de explorá-los por conta do Tesouro. Tôdas as investigações feitas em tôrno desse gênero de indústria, principalmente no Brasil e na Argentina, chegam a resultados muito pouco satisfatórios para as suas finanças. Não há quem tome a sério o argumento dos nacionalistas hirsutos, de que a pesquisa e a exploração do óleo, executados por companhias estrangeiras, comprometem a soberania daqueles países que as toleram.

Ora, acreditar numa patranha destas, fôra não conhecer a delicadeza dos melindres de Estados como o Domínio do Canadá, os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Espanha etc. Recomendações veladas chegam até o Rio e Buenos Aires, da parte das autoridades americanas, insinuando com que simpatia veriam o Estado, nessas capitais, abandonar custosos empreendimentos, no campo industrial, para transferi-los à iniciativa privada. Do consumo em maior escala do petróleo, nos últimos anos, dimanou a convicção de um interesse mais inteligente pela sua pesquisa, exploração e refino através de entidades privadas, capazes de, como concessionárias, assegurar um rendimento muito maior do que mercê do esforço estatal. Uma reação dessa qualidade, tem sido, porém, desconhecida fora das duas áreas mais povoadas do sul do continente.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Ouvirei com prazer Vossa Excelência.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Asseverou há pouco o nobre colega que nosso frete marítimo é superior ao rodoviário. Não posso contestar essa afirmação porque, tanto eu como V. Exa. podemos estar equivocados. Desejaria, pois, que desse uma comprovação mais exata nesse particular.

Monopólio e iniciativa privada

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— A informação que dei à Casa é exata. Não só no Brasil, mas em tôda a parte do mundo, o frete marítimo é mais barato, muito mais barato que o rodoviário ou ferroviário. Nem é preciso fazer nenhuma demonstração nesse sentido. O caso escapa a tôda controvérsia. É até axiomático. O lençol líquido, marítimo, lacustre ou fluvial oferece condições para despesas de transporte muito mais módicas do que a terra.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
A tese que V. Exa. ia afrontar, e da qual se desviou, talvez devido a nossos debates, era outra.

Pretendia V. Exa. demonstrar que, no Brasil, não está havendo progresso na produção petrolífera.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Não! Não disse tal coisa. O que afirmei é que está havendo desperdício no consumo do óleo: emprêgo irracional dos combustíveis líquidos...

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Esse é outro aspecto, intelramente diferente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— ... em virtude da incompreensão das autoridades administrativas, sobre as quais não exercemos no

Parlamento o contrôle que devíamos exercer.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Isso é crítica política e administrativa, mas não fundamental à tese esposada por Vossa Excelência.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que estou dizendo à Casa é que indispensável se torna ao Brasil abandonar a série abundante de monopólios estatais e volvermos a trabalhar na base de concessões particulares. A economia nacional lucraria muito mais e com ela os usuários dos serviços públicos e o Tesouro, se abo-nássemos desde já a metade pelo menos do regime de autarquias com que a ditadura de 30 e o Estado Novo infelicitaram e arruinaram o Brasil.

Não há maior desgraça do que o Estado explorar um serviço público de determinada categoria, ao lado da iniciativa privada, trabalhando na base do regime de concessão, em serviço da mesma categoria.

Tome-se a Companhia Paulista de Estrada-de-Ferro. Ela é um primor de disciplina e de capacidade dos seus chefes em dirigi-la. Ela é o orgulho do sistema ferroviário brasileiro.

Está, entretanto, quase impedida de oferecer aos acionistas a rentabilidade que outrora tinha. Porque ao seu lado opera o Estado Federal, com a Santos a Jundiá a conceder tais favores ao pessoal desta, que as finanças da Paulista se acham esmagadas pela pressão que o exemplo do oficialismo traz às relações que ela mantém com os seus empregados. Quem lá poderá acompanhar o Estado na desvairada competição de salários a que o poder federal se encontra lançado entre nós, desde há vinte anos a esta parte? Hoje, nenhuma estrada-de-ferro de concessão particular poderá mais sobreviver no Brasil. Ela se encontra

a tôda a hora com os nós de estrangulamento da elevação dos salários, que o poder público concede sem discutir, uma vez que êle tem a solução emisionista para satisfazer o que os trabalhadores lhe pedem.

Desperdício

Na Petrobrás, então, o regime de desperdício atingiu os limites da insensatez mais delirante.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O *Sr. Gaspar Velloso* — A informação que vou prestar a Vossa Excelência me foi dada pelo superintendente da Petrobrás, na Amazônia — comandante Pinto Guimarães —, e parece que esclarecerá o assunto em debate. Vossa Excelência não ignora que o lucro proporcionado pelo petróleo não está na busca, na prospecção ou na perfuração, porque isto são gastos; o lucro resulta de dois fatores importantes — o refino e a venda ou o comércio. Cada qual dando de lucro cinqüenta por cento, ficou a Petrobrás com uma parte do refino...

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Contra meu ponto de vista. Eu opinava que devia ficar com os cinqüenta por cento.

O *Sr. Gaspar Velloso* — ... por que as companhias, que se estabeleceram antes da lei que concedeu o monopólio à Petrobrás, continuavam trabalhando e fazendo sua parte do refino. Dos lucros auferidos por aquêles que se dedicam, no Brasil, ao petróleo, couberam à Petrobrás apenas vinte e cinco por cento. E sabe Vossa Excelência qual o lucro desta empresa, no ano passado, só com vinte e cinco por cento do refino, sem computar os cinqüenta por cento

que lhe caberiam do comércio? — um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros! Por aí aquilata Vossa Excelência e vê o Senado quanto ganharam as companhias americanas que trabalharam no Brasil, com o refino e com o comércio do petróleo. Multiplique-se por quatro um bilhão e duzentos milhões, ganhos pela Petrobrás no ano passado, e teremos quatro bilhões e oitocentos milhões que foram retirados da economia nacional, tirados destes funcionários que, nas companhias estrangeiras, como disse V. Exa., ganham pouco. Os operários poderiam ter ganho muito mais do que atualmente, havendo ainda lucro razoável para a companhia que, subvencionada ou dirigida pelo Estado, se dedicasse, à extração, refino, comércio e perfuração.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Exa. um aparte? — (*Assentimento do orador*) — Repito apenas o que disse mais de uma vez, nas minhas discussões com V. Exa. Sempre entendi que mesmo a distribuição devia ser do Governo, devia ser monopólio estatal, porque o lucro da companhia é parasitário.

Petróleo e lucros

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Senhor Presidente, não me julgo com autoridade em cifras de lucros das empresas nacionais ou estrangeiras de petróleo, para dizer da segurança dos algarismos que o nosso caro colega, Senador Gaspar Velloso, vem de alinhar. O refino e a distribuição do petróleo oferecem os benefícios colossais a que se refere Sua Excelência?

Muito bem. Mas, neste caso, de quem a responsabilidade por um tal assalto à economia brasileira, se não do órgão estatal que fixa os preços do óleo e da gasolina tidos pelo poder público como gêneros de primeira necessidade?

Não há como fugir a este raciocínio: se o Executivo federal determina, através de um aparelho como o Conselho Nacional do Petróleo, o preço das mercadorias em questão, aos vendedores de refino não assiste culpa pelos lucros comerciais, como o nobre Senador Gaspar Velloso declara, com que se têm eles beneficiado. Desde a administração Vargas, quando foi fundado, o Conselho Nacional do Petróleo, vem sendo exercido por homem de um ardido e pugnaz patriotismo.

A esse respeito tenho apenas um reparo a formular contra a política estatal do óleo. Vangloria-se, a todo momento, o capitão da Petrobrás, dos vastos lucros que davam a Refinaria "Arthur Bernardes" e a de Mataripe. Ai está, ao que parece, a razão pela qual os refinados garantem a companhias privadas as vantagens, no comércio, de que se rala o nosso bravo colega paranaense. Trata-se de proporcionar boas margens de lucros ao Estado, indo, de cambulhada, com as refinarias do Governo, as outras que não são estatais. Todos ganham na gamela comum, dando a possibilidade dos lucros escorchantes, aos quais alude o honrado Senador Velloso, o Conselho Nacional do Petróleo, e só ele.

O Sr. Gaspar Velloso — Não é questão de prospecção!

Prospecção e colaboração

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Penso de modo contrário. As prospecções nada têm dado ao País fora do modesto campo baiano. Por toda a parte as perfurações feitas têm resultado negativas. Nem parece que com elas se incomoda a comunidade da Petrobrás. O de que ela cuida é do refino, quase que apenas do refino. Não se interessa pelo cru, que lhe chega quase todo do exterior.

Não vejo o pelotão da Petrobrás preocupado em achar cru, no nosso subsolo. Leram-se os comunicados do monopólio. Noventa e cinco por cento são consagrados aos resultados alcançados com as refinarias, as quais trabalham, as do Governo e as particulares (se excetuarmos Mataripe), praticamente com a matéria-prima estrangeira.

Por outro lado, não logro explicar a coragem dos responsáveis pelo petróleo em confessar, de pronto, lucros astronômicos da ordem que eles dizem têm "Mataripe" e "Arthur Bernardes", com um artigo essencial como o óleo e a gasolina.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— O erro da Petrobrás não é somente ela existir senão também o nacionalismo governamental entender que ela deverá existir sozinha, sem elementos auxiliares de um trabalho, o qual só pode ser executado na base da cooperação, aqui principalmente, em face da área que lhe cabe pesquisar. Quem é que diz que com os recursos técnicos e financeiros de que dispõe (conversão de cruzeiros em dólares, em hora de depressão da moeda como acontece agora) logrará o Brasil levar a termo tão desproporcionada aventura para suas limitadas forças?

É o misticismo nativista o autor da suicida política isolacionista que aqui se leva a cabo para a tentativa da pesquisa e exploração do óleo. A fórmula sugerida pelo superintendente da Seção de Produção de Mataripe, no Recôncavo da Bahia, engenheiro Genésio Barroso, em conferência realizada no Fórum "Roberto Simonsen", de São Paulo, talvez seja desconhecida à Casa, mas está dentro do esquema proposto em 55 pelo Sr. Van Zeeland e recusado de plano pela administração Café Filho.

Devo dizer, aliás, que a estrutura desse plano fora concebida em 53, pelo Sr. Vicente Ráo. O notável juriconsulto, então ministro

do Exterior, estudou a hipótese de a própria Petrobrás contratar, com firmas estrangeiras, a participação delas na pesquisa e perfuração de poços. Posso afirmar que a Argentina, com o Governo de Aramburu, examina idêntica hipótese com a "Yacimientos Petrolíferos", a sua caricatura da exploração de óleo. Declarou-me o Sr. Vicente Ráo que a lei que criou a Petrobrás não contra-indica, em qualquer dos seus artigos, o contrato que o engenheiro Genésio Barroso igualmente sugere.

A tese de contrato

É dos mais empolgantes o estudo do Dr. Genésio Barroso, pela lealdade e sinceridade com que abordou o tema, o qual mais irrita este touro brabo, que é a parte da opinião pública escravizada ao *slogan* comunista do "petróleo é nosso". A tese do superintendente da Produção de Mataripe é a que melhor consulta o interesse nacional dentro da espessa treva do jingoísmo indígena. Ele se bate pelo auxílio técnico de fora, ante a nossa conjuntura, que nega a colaboração estrangeira nas etapas da pesquisa, exploração e refino do petróleo.

Esta ridícula plataforma eleitoral, levantada pela covardia de todos os partidos, nega o que o resto do mundo livre, pensante, afirma e faz.

Proporciono aqui uma singular revelação da opinião de Vargas, quanto ao contrato de firmas estrangeiras com a Petrobrás. Ele se mostrava simpático a essa fórmula, convicto que era intimamente, de que o Brasil, sozinho, não tinha peito para dar solvabilidade ao problema do seu petróleo.

Não sei se a Petrobrás ganha dinheiro, como diz o seu superintendente, fora da exploração dos refinados. Não ganha nem pode ganhá-lo. Duvido muitíssimo. Sendo uma autarquia fundada e explorada com recursos do contri-

buinte, ela se escusa de prestar-lhe maiores informações. Trabalha como um negócio hermético, que não deve satisfações a quem quer que seja. Tenho notícias de fonte insuspeita, de que a exportação do óleo parafinado traz um *deficit* de cinco dólares por tonelada. De outro lado, não é segredo que a Refinaria "Presidente Bernardes", refinando o petróleo de origem baiana, sofre prejuízo. Ali teve a Petrobrás que fazer instalações especiais para o refino do artigo nacional. Por sua vez os oleodutos tiveram que ser submetidos a tratamentos especiais, para fazer o transporte do óleo parafinado. Disse-me um industrial de São Paulo, que se abstivera de continuar queimando óleo de parafina do Recôncavo. Esse óleo ataca por demais as caldeiras.

Contrôle total

A Petrobrás é uma empresa que, a certos respeito, está fora do âmbito de um negócio de natureza econômica. Seu honrado presidente a conduz antes como um partido político de substância jacobina e alcoviteira dos comunistas, do que como uma companhia de petróleo, destinada a pesquisar e encontrar petróleo.

É, e está ufano, porque (alega) a Petrobrás ganha dinheiro, quando ganhar dinheiro não será função de nenhuma empresa preposta, em seus primeiros passos, a pesquisar e fixar campos petrolíferos. Chefe de um negócio autárquico, o *stalf* desse monopólio estatal se atira contra as empresas refinadoras de índole privada, e agora o seu *cabrion* é a Companhia Docas de Santos, à qual não dá tréguas. Quer, o Presidente da Petrobrás, por todos os meios, o controle total do cru que desembarca em Santos, e, para conseguilo, lança, através de sua imprensa e pelo seu rádio dirigidos, uma campanha de descrédito contra uma sociedade brasileira para explora-

ção de um porto, das mais organizadas do País. Se fôssemos uma Nação de juízo, teria o Governo, nas Docas de Santos, jovens engenheiros, fazendo o aprendizado da administração e da técnica portuárias. O que se tem de bom, aqui, como empresas privadas, funcionando em ordem, não é muita coisa. Pois, agentes do poder público se atiram contra este pouco, no propósito de aniquilá-lo. É preciso que se tenha idéia assaz medíocre das realidades de uma verdadeira segurança nacional, do ponto de vista da gestão dos serviços públicos, para, delegados federais, colocados num campo de atividade da importância do petróleo, desenvolverem esforços negativos no plano da sobrevivência das empresas de utilidade coletiva.

Considero que o agente do Governo que mexer na Companhia Docas, com o intuito de debilitá-la financeiramente, é um funcionário apenas impatriota.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Mem de Sá — Não concorda V. Exa. que, para a economia nacional, seria de inestimável vantagem a construção do terminal marítimo? É um problema da economia nacional contra os interesses das Docas de Santos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mas os interesses das Docas são, a meu ver, tão respeitáveis quanto os da Petrobrás. As Docas são um serviço público sério, enquanto a Petrobrás não passa de uma aventura, dirigida por chefe que conhece o petróleo pela rama.

O Sr. Mem de Sá — É o único que me preocupa no caso, o interesse nacional. Não me refiro à conveniência ou não.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que se sabe é que a obra já executada representa dois milhões e meio de dólares de um empréstimo feito pela "Standard Oil" à "Companhia Docas de Santos" para a dragagem do canal.

O *Sr. Mem de Sá* — Até companhias estrangeiras têm interesse, porque esse terminal significará tal economia de despesa, que seria uma inversão altamente financiável.

Terminal marítimo

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não acredito. A Petrobrás sempre foi dirigida por homem de tão ardido jacobinismo que não posso supor haja passado pela cabeça de nenhum o propósito de servir ou de ser agradável à Cia. Docas. Aliás, há uma carta do Sr. Raul Fernandes ao Senador Juracy Magalhães; não sei se S. Exa. já leu no Senado esse documento.

O *Sr. Mem de Sá* — Já.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois bem, meu caro colega, por essa carta V. Exa. conclui que o terminal fica muito mais caro.

O *Sr. Mem de Sá* — Todas as nações têm aspiração de construir o terminal marítimo. Ele está para a questão portuária da mesma forma que o oleoduto está para os transportes ferroviários. O terminal marítimo significa economia enorme de tempo e operação. A própria "Standard Oil" terá interesse em financiá-lo. Pagar-se-á por si em poucos anos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A Petrobrás esteve, até hoje, nas mãos de um chefe que a estremecia. Se ele adotou a solução do cais, em terra, contra o terminal, em alto-mar, não terá sido para se compor com os interesses próprios da Cia. Docas. Foi na gestão do Coronel Levy que a com-

panhia discutiu e assentou, por escrito, o acôrdo sobre o assunto. A mim, leigo, na espécie, custa crer houvera S. Sa. cometido voluntariamente um erro, apenas para satisfazer conveniências da "Companhia Docas de Santos".

O *Sr. Mem de Sá* — Não sei, absolutamente, a quem cabe o erro...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Se é que houve.

O *Sr. Mem de Sá* — ... não o estou imputando a ninguém; afirmo, porém, ser conveniente à economia nacional a construção do terminal marítimo em Santos. Se tal empreendimento fere interesses particulares, não importa; esses devem ceder, diante do benefício geral do País. É uma questão de economia nacional.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tem a palavra o digno representante do Rio Grande do Norte.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Formulou V. Exa., há pouco, pergunta a que gostaria de responder: — com que direito o povo brasileiro, ante a perspectiva, talvez, de uma guerra, encarava o problema do petróleo da maneira por que o faz?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não foi o povo brasileiro quem tomou as diretivas antieconômicas que estão aí, senão mandatários transviados dele. Amanhã, dentro de uma terceira guerra mundial, sem jazidas próprias de combustível para nos abastecer, pode-se avaliar o que nos acontecerá.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Retomando o fio do debate — de que fugíramos — para trazê-lo, justamente, ao ponto em que o orador assentou suas premissas, respondo: haveremos de ter o

óleo, amanhã, com o mesmo direito que tivemos na primeira guerra, que nos encontrou desajudados e desajustados. O Brasil não quer mais ser surpreendido nessa posição. Criamos a Petrobrás, porque queremos resolver, nacionalmente, o problema do petróleo.

O *Sr. Mem de Sá* — Justamente essa, a resposta.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois ela é fraca. A Petrobrás, até hoje, não descobriu um litro de petróleo. Nova Olinda será abandonada hoje ou amanhã. É um poço frustrado, que não dá rendimento.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Mas dêle saíram alguns milhões de litros, até agora.

O *Sr. Mem de Sá* — O orador exagera, porque só um poço de Nova Olinda já produziu mais de um litro.

Nova Olinda

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quando o Senador Cavalcanti declara que de Nova Olinda jorram milhões de litros de petróleo é que Sua Excelência emerge de uma leitura densa de Wells ou Júlio Verne. Está parado o poço que se encontrou faz ano e meio. Por quê? Que o fez parar? Há um mistério, em torno disso tudo, é quanto afirmo.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — O Senador Gaspar Velloso foi lá e pode explicar.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Um litro só eu trouxe de Nova Olinda, que está funcionando. São testemunhas de que Nova Olinda funciona os Senadores Mem de Sá, Francisco Gallotti e Ezequias da Rocha. S. Exas. viram jorrar petróleo, esfregavam as mãos com o precioso

líquido. Não estamos mentindo! Nós vimos; ninguém nos disse.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Jorrando óleo, em condições de rendimento econômico?

O *Sr. Gaspar Velloso* — Com capacidade econômica, ainda não.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Que adianta descobrir petróleo, sem poder dar-lhe rentabilidade? Informações hauridas em boas fontes nos dizem que a foz do Madeira, pelo que se apresenta até aqui, é um episódio encerrado. O Dr. Linch cogita de abandonar a região, preferindo ficar na costa. Nem se explica que, com os modernos processos de pesquisa dos nossos dias, um lençol petrolífero empregue os homens e equipamento de que dispõe a Petrobrás. Salvo se êle é de alto rendimento. Existe algo, não direi de poder, mas de fracassado naquele reino da Dinamarca equatorial da Amazônia.

O *Sr. Mem de Sá* — Vossa Excelência está sendo injusto, no caso.

Fontes de divisas

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Injusto, não. Encaro a verdade com frieza e tcmo os fatos, como êles são. O Brasil precisa ter petróleo depressa, para enfrentar a situação precária em que êle se encontra. Hoje, exportamos menos do que antes da última guerra, e nossas necessidades de divisas são cada dia maiores. De novo, só existe de ponderável, na balança comercial, o manganês do Amapá, com 43 milhões de dólares (êste ano começa) e o do Urucum, o ano vindouro, com 30 ou 35 milhões. Em quase tudo o mais descemos a ladeira.

O frenético interesse pela industrialização mata, no espírito primário de um povo como o nosso, o interesse pelas matérias-primas brutas ou vegetais que são as fontes de divisas habituais das na-

ções desenvolvidas e subdesenvolvidas. Vivo clamando, preocupado com a sorte dos nossos minérios, porque mais os trancamos aqui dentro, mais os dois mundos industriais, o europeu e o americano, os buscam lá fora, e procuram satisfazer as suas necessidades, explorando outras jazidas, fora do campo brasileiro.

Na Alemanha e na Inglaterra, ouvi, faz poucos meses, que em uma importação ao redor de 75 milhões de toneladas de ferro, de que carece o mercado europeu e americano, a contribuição brasileira não era de mais de dois por cento. Esta é uma definição da limitada capacidade de prever da nossa gente de elite. Tendo o Brasil, como tem, um mercado de hematita do mais alto teor, que custava o haver um nosso Governo Federal aceito alguma das quatro ou cinco propostas que recebeu este País para a construção de estradas destinadas ao transporte exclusivo do minério de ferro do quadrilátero de Minas ao litoral?

Política de exportação

Com tanta e tão prodigiosa hematita vamos ficar reduzidos à categoria de marginais dos supridores de minério de ferro, ao mundo. Venezuela, Terra Nova, o Congo Belga todos chegaram antes de nós. Cruzam-se os braços no caso dessa fonte de receita cambial, quando o comércio externo do Brasil entra a regredir assustadoramente.

Não se tem capitais para desenvolver o território, e se combate o capital estrangeiro que poderia ajudá-lo a erguer a sua prosperidade.

A Venezuela nada em ouro. Já em perto de onze bilhões, andam os capitais de fora, ali empregados. Sessenta por cento desse dinheiro é norte-americano. Só a pequena Holanda tem mais 27% e a Inglaterra, 13%. Não existe

um patriota na Venezuela se queixando de que a sua soberania está ferida pela presença dos bilhões de dólares, florins e milhões de libras, que constroem a grandeza do seu edifício industrial e do seu edifício agrário. Só o minério de ferro lhe proporcionou dólares pela venda de dez milhões de toneladas. Que triste figura fazemos com as nossas míseras vendas de minérios, ao redor da casa de dois e meio milhões!

Se há um país que tem fome de divisas é este nosso. E fome de divisas para importações surpreendentes, como a do bacalhau, que o Brasil poderia pescar, junto com Portugal, que já se prontificou a nos levar para Terra Nova de Garupá. O bacalhau tem tido anos de tomar mais de 20 milhões de dólares. Se há no planeta o *harakiri*, é o Brasil com os seus matutos nacionalistas *kamikases*. Não culpo o Senador Mem de Sá pela sua desvalrada paixão pela Petrobrás. Ele é filho de província agrário-pastoril. Não contempla a face da nossa miséria de cambiais, como o sentimos, nós outros, que vivemos em São Paulo industrializado.

O Sr. Mem de Sá — Este é outro problema. Estou de pleno acôrdo com V. Exa. É preciso que importemos tudo o de que necessitamos; mas isso depende, principalmente, da exportação. Vossa Excelência tem sustentado, brilhantemente, essa tese, com a qual — repito — estou plenamente de acôrdo. Precisamos, no entanto, de aumentar a exportação de minérios, de matérias-primas, de mamonas, de cafés finos etc. Vendendo bastante, teremos, em abundância, o com que comprar. O outro problema encarado por Vossa Excelência — o da exploração da Petrobrás, no Amazonas — sabe o nobre colega que, mesmo no Oriente Próximo, onde houve condições excepcionais de rápida produtividade, a localização, a prospec-

ção e a perfuração, como, aliás, em tôda a parte do mundo, consumiram anos de pesquisas.

Cidade e campo

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Estou convencido de que Vossa Excelência, pelo que vem de dizer, compreende o drama de indigência do comércio exportador do Brasil, depois que o progresso fabril nos fêz tanto crescer internamente, e com a descompensação que aí vemos: as cidades guarnecidas de milhões de habitantes e o interior empobrecido em face do desinterêsse dos Governos pela sorte dos campos. Haverá, porventura, maior infortúnio para uma nação do que a decadência das duas maiores lavouras que poderão abastecê-lo de cafés de qualidades para os mercados importadores: a de São Paulo e a de Minas?

O café dá tudo ao Brasil e o Brasil não dá nada ao café. Deveria constituir a lavoura o maior serviço social e nacional nosso, pelos seus fins e as suas características. Não tem o Brasil, não têm os brasileiros senão uma medíocre consciência da vida rural, sobretudo no que toca ao café, ao cacau e ao algodão. Na actual situação económica do nosso País, o café constitui a expressão máxima da riqueza. E, entretanto, êle não é objeto de um trabalho de maior densidade, por parte das administrações nacional e provinciais, no sentido de lhe dar o progresso técnico sedimentado que reclama o seu papel na economia da Nação. A campanha dos cafés finos tem, de fato, contado com o poder público federal. Mas ela, por si só, isto é, com o prêmio de uma melhor cotação para os cafés de qualidade, não basta. A escola rural é chamada a desempenhar um papel nas comunidades agrícolas, de que não se dão conta os governantes dêste País.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mas não se contesta nada disso.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E tampouco que a Amazônia não tenha petróleo. Já o dizia, no começo do século, G. White, no Relatório que escreveu sobre o carvão do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Esse geólogo americano foi o primeiro a admitir a existência de lençóis petrolíferos na Amazônia.

O Sr. Mem de Sá — Exatamente!

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Todavia, os testes até aqui levados a efeito, não foram satisfatórios.

O Sr. Mem de Sá — A região amazônica é de tal imensidão que não se pode fixar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O óleo seria encontrado no Rio Madeira, disse-me, uma vez, o Dr. Plínio Catanhede, quando era presidente do Conselho Nacional do Petróleo.

O Sr. Mem de Sá — Todos dizem o mesmo. A região reúne tôdas as condições aparentes da existência de petróleo. A fixação, porém, do mapa geológico daquela imensidão, para localização dos poços pioneiros, exigirá de qualquer empresa, quer da Petrobrás, quer de qualquer organização estrangeira, não dois anos como estamos pedindo para a Petrobrás, mas, logicamente, oito, dez ou vinte. Se a Petrobrás, dentro de vinte anos, realizar qualquer coisa no Amazonas, fará o que nenhuma outra empresa, possivelmente, faria, por falta de interêsse lucrativo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, em vinte anos teremos pago aos trusts internacionais mais de dez bilhões de dólares, por conta do petróleo que não

achamos. Assim fez a Argentina, há 50 anos.

O *Sr. Mem de Sá* — Vossa Excelência parte do pressuposto de que as companhias estrangeiras realizariam, em dois anos, a industrialização do petróleo. Pode afirmá-lo?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Em dois anos não digo. Mas se tivermos petróleo comercial, estou convicto de que aquilo que a Petrobrás fará em 50 anos, elas lograrão em cinco. O Canadá, comparado conosco e a Argentina, oferece a prova do que digo à Casa.

O *Sr. Mem de Sá* — Por quê?

Recursos e técnica

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Primeiro, porque as grandes empresas privadas possuem recursos e isto é tudo, ao lado da técnica.

O *Sr. Mem de Sá* — Mas, teriam interesse?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Todo, pois o mercado doméstico oferece muitos atrativos.

O *Sr. Mem de Sá* — Sou pelo capitalismo de Estado apenas em matéria de petróleo; fora disso, sou pela livre empresa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois não parece, ante a ingênua confiança, na Petrobrás, do ilustre colega. Nenhum perito em petróleo, na Europa ou nos Estados Unidos, faz crédito à Petrobrás, justamente pelo fracasso de precedentes monopólios no México e na Argentina.

O *Sr. Mem de Sá* — O ilustre colega, ainda há pouco, deixou escapar o que talvez não desejasse: que há superprodução de petróleo no mundo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quem poderá contestá-lo? Só

um tolo, depois da descoberta dos lençóis do Texas, do Canadá e do Oriente Médio, dirá o contrário.

O *Sr. Mem de Sá* — Se há superprodução, que interesse teriam as empresas estrangeiras em investir milhões de dólares para descobrir mais?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Peço por empréstimo o tacape do nobre chefe tupiniquim, Senador Kerginaldo Cavalcanti, para pôr na cabeça do nobre tribuno, aqui presente, um argumento, que será o suficiente para alvoroçar a indiada assanhada da nossa maloca senatorial.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Deixei que um gualcuru tomasse o meu tacape.

O *Sr. Mem de Sá* — V. Exa. está de acôrdo com as tradições de seus ancestrais.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E as do Rio Grande igualmente: o gaúcho é outra natureza de ímpeto.

O *Sr. Neves da Rocha* — Dá o nobre orador licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Queremos ouvi-lo.

O *Sr. Neves da Rocha* — Estou ouvindo V. Exa. debater o assunto petróleo...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como leigo.

O *Sr. Neves da Rocha* — Absolutamente!

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — A clava do baiano vai chegar muito em tempo. Sei onde quer chegar. Pode ferir, Senador!

O *Sr. Neves da Rocha* — Ouvi o nobre orador declarar que, segundo alguém, se o Brasil der petróleo, será do Amazonas.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — G. White, o abalizado mineralogista, que Lauro Müller "importou" para estudar o carvão de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em seu Relatório declarou que esse carvão só servia para ser queimado na boca da mina.

O Sr. Mem de Sá — É, entretanto, melhor do que o japonês.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não diga V. Exa. um tal absurdo científico! V. Exa. não conhece o carvão japonês. O Japão, realmente, possui o pão-negro em pequena quantidade — vinte e sete a trinta milhões de toneladas de extração — mas ele é um combustível de primeira ordem. Quanto ao nosso, é sofrível para ser queimado na boca da mina. O Rio Grande oficial já pretendeu explorá-lo fora da órbita estadual, e foi uma imensa calamidade para o Brasil.

Panorama

O Sr. Mem de Sá — Esse o grande erro.

O Sr. Neves da Rocha — Permite o nobre orador que complete meu aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O tempo é todo do ilustre colega.

O Sr. Neves da Rocha — Ouvi V. Exa. dizer, citando grande geólogo, que o petróleo do Brasil somente surgirá do Amazonas. Esse geólogo, porém, não sabe que o subsolo da Bahia vem dando petróleo, há muitos anos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Produção estimada em oitocentos milhões de barris.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Cálculo exagerado.

O Sr. Mem de Sá — Trezentos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Trezentos de recuperáveis.

O Sr. Neves da Rocha — No ano passado tive oportunidade de dizer ao Senado, com dados estatísticos em mãos, que, no começo do ano, a produção de petróleo era de cerca de sete mil barris diários e em setembro já atingia vinte e cinco mil barris.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Já é de trinta mil.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Nas vésperas de deixar o Senado, seria um prazer, para todos nós, que o nobre Senador Assis Chateaubriand pudesse ocupar a tribuna, independentemente da exigência regimental do tempo. Infelizmente, porém, devo comunicar a S. Exa. estar a esgotar-se o prazo de que dispõe.

O SR. MEM DE SÁ — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., atendendo ao desejo geral da Casa, tão bem manifestado pela palavra autorizada de Vossa Excelência, consulte o Senado sobre se consente na prorrogação regimental da hora do Expediente, a fim de que possamos continuar a ouvir o nobre Senador Assis Chateaubriand em debate de tão alto proveito para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Mem de Sá, em que solicita prorrogação da hora do Expediente, a fim de que o Senador Assis Chateaubriand possa concluir seu discurso.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, agradeço ao Senado e ao meu impiedoso antagonista, o nobre Senador da legião libertadora do Rio Grande do Sul, a renovação do tempo do qual careço para concluir as sumárias apreciações que tinha que fazer a propósito do nosso mercado de matérias-primas. Basta que ele seja gaúcho como eu, para sermos ambos modeladamente tolerantes e homens da terra.

O Sr. Mem de Sá — Vossa Excelência não é gaúcho.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Vivi quarenta anos com os mineiros e, com eles, aprendi tolerância, isenção e serenidade — que são também as armas do ágil esgrimista, que me assalta, neste instante.

O Sr. Mem de Sá — E nada disso adiantou ao nobre colega.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Oh! Muito, muito!

Não conheço pessoalmente o Sr. M. J. Rathbone, atual presidente da "Standard Oil", de New Jersey. Estava eu, no entanto, em Milão, o ano passado, quando ele deu uma entrevista, que é um modelo de precisão, sobre o panorama do petróleo no mundo e, especialmente, na América Latina. Dizia o Sr. Rathbone que o mundo se projetara para esta parte do hemisfério, na esperança de encontrar nela petróleo na proporção produzida pela Venezuela. A intensidade do aumento do consumo gerara no espírito de norte-americanos, ingleses e holandeses — responsáveis pelos empreendimentos petrolíferos de porte mundial — a idéia de uma expansão, nesta parte do continente de Colombo, das suas pesquisas em procura do ouro negro.

Isto acontecia no começo da quarta década deste século. No Canadá, aí então, não se encontraram ainda vestígio do óleo cujos horizontes só aflorariam na *prairie* de Alberto, no ano de 1947. Argentina e Brasil, em lugar da atitude normalmente compreensiva da Venezuela e Colômbia, se contraíram, ante o convite de povos que, em plena guerra contra o despotismo totalitário, davam o seu sangue para que nós mantivéssemos os nossos níveis de independência e de soberania.

Consumo e produção

No Oriente Médio prosseguiram as pesquisas ali feitas pelas oito grandes companhias detentoras do campeonato de óleo, no mundo. Essas investigações chegaram a resultados animadores: verificou-se que o Oriente Médio produzia 4, 5 e até 6 mil barris diários, por pogo... Só Kuwait, no Golfo Pérsico, produz 55 milhões de toneladas por ano.

Com as reservas do Oriente Próximo, que necessidades tinha mais o mundo livre, o qual pensava em termos de abastecimento do Ocidente e do Oriente, da contribuição duvidosa do Brasil? Aqui nada se achara de interessante a não ser "o lençol ralo do Recôncavo. Agressivos, os nacionalismos governamentais argentino e brasileiro, nada permitiam sequer aos *wild cats* indígenas, quanto mais a empresas estrangeiras, dedicadas ao óleo. O que os Estados Unidos, Venezuela e Oriente Médio produzem, hoje, como cru, supera todas as necessidades presentes dos povos industrializados da terra.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Vossa Excelência dá licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — É preciso fazer um pouco de história a respeito desse assunto.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ousaria esperar da tradicional fineza de V. Exa. um minuto de atenção, enquanto concluo as considerações que venho fazendo. Depois, todo o tempo vai pertencer ao ilustre colega. Veja a Casa o que representa o Oriente Médio para a Inglaterra, que ali tem investidos mais de 550 milhões de esterlinos. Se o perdéssemos — dizia o Senhor MacMillan, há pouco, no Parlamento — o golpe equivaleria ao mesmo que se a Grã-Bretanha fôsse sacrificada da sua Royal Navy.

Superprodução

Tem aí a Casa a razão pela qual ingleses, americanos e holandeses se batem, com tamanho denodo, para barrar o avanço do imperialismo russo sobre as águas quentes do Golfo Pérsico.

Está claro, assim, que, como mercado abastecedor de mercados mundiais, o Brasil como a Argentina, deixaram de entrar nas cogitações das grandes companhias produtoras de óleo. Um e outro voluntariamente, deliberadamente, consentiram em perder a sua hora. O trem passou e eles se recusaram a apanhá-lo, pela ridícula vaidade de tomarem nas mãos um negócio para o qual não dispunham de dinheiro nem de técnica. Hoje o óleo superabunda na face da terra. Existem, no Oriente Médio, poços descobertos e logo a seguir fechados, tal a abundância do campo em que eles se encontram, e a carência de ordens, do consumo, para utilizá-los.

Mas, mesmo assim, tivemos outra chance, já descoberto e explorado o petróleo do Oriente Médio. Foi quando ocorreu o episódio de Suez e, até mesmo um pouco antes, isto é, quando o Egito e a Rússia entraram a se mostrar in-

dóceis em relação à quase exclusividade anglo-americana das explorações do petróleo na Ásia não-eslava.

Era a hora para quebrar-se entre nós a tese pueril do monopólio. Era o momento asado para atrair *wild cats* e grandes empresas internacionais e entregar-lhes as devidas concessões. Temos tanto que explorar e tão pouco com que o fazer! A excitação anticolonial atingiu, no Oriente, o seu ponto crítico. Os grupos estrangeiros do petróleo, em Londres e Nova Iorque e Amsterdam, traduziam a inquietação reinante no Ocidente consumidor, renovando os propósitos de se estabelecerem em países democráticos, onde massas e elites não se deixassem nacionalizar pela demagogia nacionalista, hoje filha dileta da demagogia soviética.

Debalde, porém!

Os árabes permaneceram hostis e estúpidos. E nós e os argentinos prosseguimos envenenados e idiotas. Insiste-se em mostrar o perigo do imperialismo do petróleo, nos Estados Unidos e na Europa, e a incompatibilidade com o princípio da soberania nacional da exploração e produção dessa riqueza pelo capital de fora.

Não se compreendeu que as ameaças russas facilitavam as discussões para a entrada de dinheiro em bases mais liberais. Os novos acontecimentos nos encontraram empacados, e empacados ficamos, com a frente balana, que não passa de uma questão de propaganda nacionalista.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Exa. é demasiado otimista. Depois do Oriente Médio ser descoberto pelo imperialismo petrolífero, o desinteresse pelo Brasil, para algo de sério, se tornou evidente.

O nosso mercado

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Concordo em parte com Vossa Excelência. No entanto, aconteci-

mentos posteriores à descoberta dos riquíssimos campos eram para modificar a nossa posição, se tivéssemos capacidade para raciocinar com cabeça fria acêrca das necessidades do Brasil. Queimaremos aqui os navios nos nossos portos ou navegando por nossa costa, dava para nos enriquecer, ainda que não hasteassem a bandeira nacional brasileira.

A cegueira nativista nos tolhe de ver êste outro aspecto da questão: que o mercado interno cresce incessantemente. Mais estradas de rodagem se abrem por êsse interior afora, mais aumenta o volume da importação de gasolina e de óleo. Neste caso, tem o Brasil um mercado doméstico que, em dez anos, andarà por volta de 300 milhões de dólares; qual a companhia mundial de óleo que não aspira deixar-se ficar, por qualquer preço, num país que tem o mercado, mesmo o que já existe no Brasil?

Veja a Casa que diabo sôlto que é o óleo quando a gente resolver ir procurá-lo e êle, por tôda a lei, se esconde.

Tem a Petrobrás, desde a administração do Coronel Juracy Magalhães no Conselho Nacional do Petróleo, um técnico de primeira ordem. É o Sr. Link, uma autoridade mundial. Êste especialista já virou e mexeu de norte a sul, sem haver descoberto, como petróleo comercial, nada digno de aprêço. Êle trabalha no Estado que representa, nesta Casa. Há dois anos, em Balsas, teve esperanças de encontrar óleo. Assustava-o, contudo, a distância em que estava, do litoral. Que iríamos fazer no mercado internacional com o óleo do Vale do Rio Balsas, a exigir um *pipeline* de seiscentos quilômetros de extensão para alcançar o mar, quando em Maracaibo o petróleo está no fundo do oceano?

Produção da Bahia

O Sr. Mem de Sá — Só se o campo fôsse excepcionalmente rico...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Talvez nem assim.

O Sr. Mem de Sá — ... a ponto de produzir mais de duzentos mil barris diários. Aí seria econômico.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Não sendo técnico no assunto, esquivo-me de opinar acêrca do custo de produção do óleo em tais condições. Mas o que posso continuar a dizer à Casa é que prevenções nacionalistas, fechadas dentro do monopólio estatal do petróleo, são peculiares aos povos fracos, sem confiança em si próprios, subdesenvolvidos e débeis as suas elites, sobretudo do ponto de vista moral e mental.

O Sr. Neves da Rocha — Vossa Excelência, nobre Senador Assis Chateaubriand, permite agora termine eu o aparte há pouco iniciado?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Como não! A trama pálida da minha oração só se enriquece com o trabalho dos bilros de Vossa Excelência.

O Sr. Neves da Rocha — Formulei pergunta que ficou sem resposta. Sabe V. Exa., porventura, se êsse geólogo White ignora...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Ignorava, pois já está morto.

O Sr. Neves da Rocha — Vossa Excelência cita fatos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— O relatório deve ser conhecido.

O Sr. Neves da Rocha — Sabe V. Exa. que não é somente no Amazonas onde poderá surgir petróleo, assim como não ignora que a Bahia, há muitos anos, desde a exploração em Lobato, iniciada pelo Sr. Oscar Cordelro...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Conheço-o. Foi o autor da pesquisa.

O *Sr. Neves da Rocha* — ... vem dando ao Brasil petróleo, do bom.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Do bom, precisamente, não. É um petróleo parafinado e por isso mesmo de difícil trato entre nós.

O *Sr. Neves da Rocha* — Mas é petróleo; e existem, ainda, os subprodutos.

O *Sr. Gaspar Velloso* — O bom, mesmo, é o de Nova Olinda.

O *Sr. Mem de Sá* — Também tem parafina.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Exas. falam do inexistente. Nova Olinda continua em termos de charada, sem consêrto. Nova Olinda é uma sentença condenatória da precipitação do presidente da Petrobrás.

O *Sr. Neves da Rocha* — Dizia eu que revelei, no ano passado, desta tribuna, com muita satisfação, que, na Bahia, no início do ano, os poços petrolíferos estavam produzindo sete mil barris diários, produção que em setembro do mesmo ano subiu a vinte e cinco mil barris diários. Agora, de acôrdo com elementos que tenho em mãos, a produção atingirá a trinta mil barris diários. Parece-me índice bastante expressivo de que a Bahia está produzindo petróleo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O fato não significa senão a depredação das reservas limitadas do Recôncavo.

O *Sr. Neves da Rocha* — Passar de sete para trinta mil barris diários não significa aumento de produção?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O lençol do Recôncavo deveria ficar como um campo petrolífero limitado ao consumo local.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Peço permissão para fazer um pouco de história sobre o assunto. Sabe V. Exa. que o petróleo funciona em razão do capital; e este se caracteriza, em matéria de petróleo, pelo nomadismo. Não ignora o nobre colega que o primeiro objetivo foi o México; depois, quando as condições desse país se tornaram deficientes, convelo ao capitalismo internacional que o petróleo surgisse na Venezuela.

Petróleo na Venezuela

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Meu nobre colega, a Venezuela tem petróleo desde o século passado, sem jamais, em tempo algum, com qualquer que fôsse o seu Governo, tivesse querido pôr de lado o concurso do capital de fora para pesquisá-lo e explorá-lo. O General Gimenez foi um patriota como, no assunto petróleo, não existe outro do seu porte.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Como o trabalhador na Venezuela, àquele tempo, tinha um padrão de vida inferioríssimo ao do México; o capital deslocou-se desse país para a exploração na Venezuela. Posteriormente foi para a Ásia, onde, como não ignora Vossa Excelência, existem grandes mananciais de petróleo no Kweit e no Irã — e o estado de civilização econômica é realmente dos mais precários do mundo. Em matéria de petróleo, portanto, o capital é sempre nômade. Nestas condições, não pode ser aplicado no Brasil, onde o operariado goza de vantagens justas; e, ao contrário do que V. Exa. assevera, não se sujeitaria aos miseráveis salários pagos aos trabalhadores petrolíferos do Kweit, na Arábia Saudita e de outras zonas de petróleo do mundo. V. Exa. sabe que isso é um fato.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Permito-me alegar contra tan-

tos argumentos do nobre colega, um só: o capital não se deslocou voluntariamente do México para as explorações de petróleo na Venezuela. Foi o jacobinismo mexicano, estreito, antidemocrático, quem o pôs compulsoriamente fora das fronteiras do país. Por que tanto se desenvolveu a Venezuela na expansão petrolífera, ali ao lado do México? É que este perfilhou a tese bárbara do monopólio do Estado, enquanto a Venezuela embarcou no "caminho da vida", da livre empresa.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Exa. não está com a verdadeira história.

Burocracia

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mas não existe outra. O México trocou a livre empresa, com a liberdade de movimentos e o poder de iniciativa que ela tem, por estas duas pragas: o monopólio estatal e o nacionalismo vesgo. O fato econômico, porém, é inexorável. Na Venezuela, a livre empresa matou um monstro com todas as suas cabeças, que é o Estado, dono do óleo, *plus* o Estado monopolizador do negócio. O estado fabricante e o Estado distribuidor.

No México, é como no Brasil: o vampiro estatal é o empresário que se acha presente às diferentes fases em que se desdobram as operações do negócio do óleo para sugar o sangue da economia coletiva. Esta presença se exprime por uma entidade devorante, que se chama burocracia, a qual é responsável pelas vicissitudes por que passa o petróleo no México e no Brasil. A Casa bem sabe o que seja a mentalidade burocrática com as suas travas fiscais, em um país atrasado, como este nosso. Nada anda, porque nada pode andar. A responsabilidade se dilui no corpo de uma administração tão numerosa, tão incompetente, tão emperrada que, quando se che-

gam a violar os segredos que ela entesourou, o pobre consumidor está exangue.

As formas criadoras de vida foram violadas, trucidadas — eu diria — em benefício de ninguém, se não existisse dentro dos monopólios brasileiros, uma burocracia que tanto tem de voraz quanto de alheia às condições peculiares, às condições especialíssimas da indústria do óleo. A consciência dos que vivem estranhos a assuntos da natureza do petróleo, desconhece toda a extensão do mal que se faz a um povo, arrancando um empreendimento como o da pesquisa e exploração do petróleo, do dinamismo da livre empresa para fixá-lo nas patas do saúrio estatal.

Caminho da ditadura

A experiência universal do Estado-empresário está feita, e feita com três povos que dêle ou desembarcaram ou forcejam por desembarcar.

Os Estados Unidos, com Roosevelt, tentaram a marcha para uma socialização contra a qual o próprio gênio do povo americano reagiu, para acabar tirando a lepra do organismo da sua economia. Outro tanto fizeram e continuam fazendo os ingleses, após o tufão trabalhista. Por último, os alemães, que, após a restauração da sua soberania estrangulada sob a ocupação, se fizeram, com êxito desconhecido, ao mar largo de um suntuoso liberalismo econômico.

O que é decisivo em tudo isso é que, num País onde partido e máquinas burocráticas não estão aptos para governar, pretendam, mercê do arbítrio e das paixões demagógicas, alcançar o controle de uma indústria como a do petróleo, que a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, o Canadá, a Espanha, Portugal se abstêm de tomá-lo.

Conheço de perto a Alemanha. Ali vivi, ali estudei e ali trabalhei.

Ela possui um núcleo de administradores do Estado que é o mais culto, o mais capaz e o mais honrado da Europa. Nem a *gentry* inglesa se lhe poderá comparar. Pois, contando com esse fator, ou seja, o de uma autêntica dinastia de funcionários de primeira ordem, dos mais altos *standards* de competência profissional, o IV Reich abdicou do petróleo na força da iniciativa privada! Abriu aos americanos e aos ingleses as fronteiras da nação para que a "Esso Standard" e a "Royal Dutch Shell" tenham as maiores e as melhores refinarias da Alemanha Ocidental. É um investimento, somados os dois, acima de trezentos milhões de dólares.

Bato-me, Senhor Presidente, fundamentalmente, contra a apatia, contra a indiferença dos partidos políticos brasileiros (inclusive o meu) diante da absorção de tantas atividades do corpo econômico do País pelo Estado, porque na marcha em que vamos, com mais dois ou três anos, acabaremos de novo numa ditadura. Pois já não está montada uma inquietadora ditadura econômica? Que significa Lloyd, Costeira, ferrovias, Vale do São Francisco, Vale do Amazonas, Bacia do Paraná, parque rodoviário, portos, siderurgia, álcalis, controle do cacau, café, açúcar, tudo ou quase tudo no punho onipotente do Estado? Que será dessa máquina estatal leviatânica, enfeixados tantos e tão colossais poderes no braço de um militar vocacionalmente talhado para o exercício do poder pessoal?

Encontro a democracia em perigo, e esse perigo é obra de bisonhos democratas descuidados.

O *Sr. Mem de Sá* — Eu também.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Senador Assis Chateaubriand, temos a frente nacionalista. Adira V. Exa. a ela e será um grande

elemento na defesa dos interesses do Brasil.

O *SR. ASSIS CHATEAUBRIAND* — O presidente da República é um democrata, em cuja decência todos devemos descansar. Não sei se a Casa se recorda de que Sua Excelência abandonou a Prefeitura de Belo Horizonte, quando o Sr. Getúlio Vargas deu o golpe de 1937. É um florão da sua carreira de homem político.

O *Sr. Mem de Sá* — Agora ele abandonou até a Presidência da República (*Riso*).

O *SR. ASSIS CHATEAUBRIAND* — Há homens que pretendem incompatibilizá-lo com a opinião pública; eu desejo compatibilizá-lo com a democracia, mostrando na insistência com que se bate pela frente nacional o seu propósito de robustecer o regime, pela união sagrada dos republicanos em torno dele.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Libertemo-nos do capitalismo internacional, parasitário. Esta é que deve ser a Bandeira Nacional.

"Deficits" gigantescos

O *SR. ASSIS CHATEAUBRIAND* — Que artista lírico que é o meu caro amigo. Sem o capitalismo internacional, é que estaremos liquidados. A Índia, porque perdeu a confiança dele, está em sérios apuros. Sei, de fonte limpa, que o Pandit Nehru não faz outra coisa hoje senão volver-se para o lado do capitalismo norte-americano, a fim de este ajudá-lo a resolver os seus problemas internos e que são grandes. Os dois planos quinquenais resultaram em dois calvários para a Índia, justo porque os hindus, imaturos, tanto falaram em nacionalismo e socialismo, que acabaram não encontrando onde achar dólares nem rublos para pô-los na caixa de um Estado que gri-tou fora de tempo:

— “Marcho para um regime de socialização da minha riqueza!”

Não foi dos mais seguros o negócio que os hindus fizeram com esta frase imprudente e destemperada.

Quanta matéria-prima se cria neste País para fazer obrar um Estado totalitário! Existe, no Brasil de hoje, êste incrível paradoxo: são os partidos políticos, são as forças democráticas que se constituem em bastiões da ditadura. São êles que, voltando as costas às suas maiores responsabilidades, fazem marchar o povo e as Classes Armadas para as concepções do Estado Forte, do Estado Ditatorial, do Estado Cesarista. Quem couraça o Estado — na mais ilógica contradição com o modelo de regime que adotamos — dos poderes imensos, dos recursos fantasmagóricos de que os democratas brasileiros encham o seu Estado Federal, que poderá esperar do povo amanhã senão que êle se deixe fascinar pela personalidade de um Homem Providencial que seja o equivalente da Onipotência legal, cunhado pelos seus líderes civis?

Quero chamar a atenção dos meus ilustres pares só para êstes dois casos: do orçamento federal de despesa, que está em curso, para o ano de 1957, no mínimo catorze ou quinze bilhões correspondem ao *deficit* das estradas-de-ferro; e, de dez a onze bilhões, ao *deficit* do Lloyd e da Costeira. Esse dinheiro, representando a quarta parte do orçamento federal da despesa, e que provém de operações sangüinárias feitas no contribuinte, destina-se a retribuir serviços de funcionários autárquicos, aos quais o Brasil não pode, mas absolutamente não pode pagar, com moeda sã.

Só emitindo, e emitindo bilhões, ou seja, fazendo a monstruosa inflação que aí temos, e pela qual

são responsáveis Congresso, Executivo e plebe!

Palestrava, há dias, com dois coronéis da Loja que sustentou o Senhor Juscelino Kubitschek para se empossar, depois de eleito, reconhecido e proclamado pela Justiça Eleitoral e dizia-lhes:

— “Amigos, de capa e espada. O restaurante temo-lo pronto. As despensas estão sortidas de excelentes vitualhas. Licores e vinhos generosos, toucinhos, perus carnudos e ricos de farofa por dentro do peito. O Banco do Brasil, prestimoso, com 51% dos créditos, dispensados só ao comércio, à indústria, à lavoura. Os tesouros de quase tôdas as províncias nêle pendurados. Não há touro bravo de uma ditadura, melhor engordado. Tirem os facalhões e comam. A mesa está para os senhores e mais ninguém”.

O Sr. Mem de Sá — Vossa Excelência faz propaganda muito perigosa.

Estado forte

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu não. O partido de Vossa Excelência, que vota, aqui, junto com o meu, tudo o de que carece um candidato ao Governo pessoal para só se enfiar no figurino que lhe é cortado por irrepreensíveis alfaiates democráticos.

Não ponho maior bravura no que digo. Ao contrário, não passo de um coelho assustado. Formulo o diagnóstico de um doente de gigantismo.

O Sr. Mem de Sá — Na ditadura, V. Exa. precisa ser um tigre e não um coelho.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A fortuna, porém, dos nossos democratas, que engordam a onça que deveria comê-los e ela não aparece no melo desta selva

escura, na qual se transformou o Brasil. O glutão, que era para sentar-se no restaurante, e fazer um repasto servido pelo dono das malocas democráticas, êsse não aparece de jeito nenhum.

A chave de abóbada da desvairada política brasileira, feita por loucos de Albano, só poderia ser esta: uma ditadura. Entretanto, os que poderiam tirá-lo do estaleiro em que ela está, a bem dizer construída, se obstinam em não ir buscá-la, dar-lhe tripulação e ganhar o mar alto.

Estranha democracia! São políticos que tudo envidam para perdê-la, e são os militares que a protegem e que a salvam dos golpes, para os quais os democratas a têm preparado! Se é no dirigismo onde se cevam os candidatos à ditadura, entre nós o dirigismo existe, o providencialismo está à vista, e a raça dos pretendentes não aparece nem na fimbria do horizonte distante. E o clima aí se encontra, azul, todo azul, preparado pela nata dos democratas. Êste nosso Congresso envolve a maior das contradições com o nosso orbe.

A gente desembarca na Alemanha, como me tem acontecido tantas vezes, depois da República de Bonn. Conversa com o Ministro da Fazenda, o da Educação, o dos Transportes, e observa nêles um indisfarçável e capital desprezo pelo intervencionismo estatal. É que a democracia germânica dos dias que passam, se funda na livre empresa, no poder da iniciativa individual.

O Ministro do Comércio da Alemanha, um dia, em Wiesbaden, me disse:

— “Aqui chegam, todos os dias, pessoas do ultramar, pedindo que façamos o nosso comércio, nesta ou naquela direção. As vezes, sentimos dificuldades em lhes explicar que hoje, na Alemanha, o comércio é livre...”

O *Sr. Mem de Sá* — Nunca, porém, como no atual Governo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nunca, é preciso também que se diga, com maior colaboração das forças oposicionistas.

O *Sr. Mem de Sá* — Vossa Excelência põe muita ênfase no ataque à Oposição e passa demasiado a mão sobre a ação do Governo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não tenho dois pesos e duas medidas. Procuo ser um reeducador de todos: Governo e Oposição. Permito-me lembrar a Vossa Excelência que o ano findo, quando se votou na Câmara, o monstruoso orçamento que V. Exa. conhece, fui dos poucos que o combateram na imprensa e aqui.

Não experimento maior constrangimento em confessar as enormes divergências de doutrina e de organização nacional em que me encontro com os meus próprios correligionários.

O *Sr. Mem de Sá* — Mas Vossa Excelência põe tanta ênfase no ataque à Oposição e passa a mão sobre a ação do Governo.

Posição

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não é exato. O nobre colega argumenta com uma ponta de malignidade. Acuso, pelo depravado nacionalismo que anda por aí, tanto a Governo como a Oposição. Ambos teriam a mesma responsabilidade pelo estado de coisas em que caímos, se Getúlio Vargas não tivesse tido a idéia de recuar do nacionalismo em que mergulhamos, não tendo sido nisso seguido pela Oposição. Ao contrário, foi ela quem lhe tolheu os passos para que êle não viesse a desenvolver, em 51, uma política mais compreensiva e mais patriótica, do óleo. A História fará justiça a Vargas, mostrando que, em dado momento, êle quis arripiar carreira, concili-

ando-se com o capital estrangeiro e a iniciativa privada para dar depressa petróleo ao País.

O *Sr. Mem de Sá* — A posição de V. Exa. é muito curiosa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nada de curiosa tem a situação em que me coloco senão limpa e honesta.

Meus amigos claudicam ?

Critico-os.

O Presidente erra ?

Dirijo da substância dos seus erros em voz alta, desta tribuna em que o apoiei tantas vezes, nos dias difíceis da sua carreira. Julho, na hora atual, o Sr. Kubitschek prisioneiros de teses com as quais sabe êle que não concordo. Quem poderá dizer que eu haja recalcado as divergências em que me encontro, do Chefe da Nação ?

O *Sr. Mem de Sá* — Vossa Excelência tem posição curiosa; é pesedista e petebista.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Agora, sim, observo que Vossa Excelência tem vocação para totalitário. Não logra atinar com a coligação que represento, na Casa. Fui eleito pelo Maranhão numa chapa lançada pelo PSD e pelo PTB.

O *Sr. Mem de Sá* — Vossa Excelência é comum de dois, como o Sr. Getúlio Vargas, que fundou o PSD e o PTB.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Perdão! A Austria, democrata das mais avançadas e melhor orientadas do mundo...

O *Sr. Mem de Sá* — Vamos ficar no Brasil.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — ... emprega a nossa mesma fórmula há doze anos. E com que sucesso! Foram os comunistas varridos dos comícios austríacos, pois

os trabalhadores se uniram, como aqui, aos conservadores.

O *Sr. Mem de Sá* — Vossa Excelência — repito — é comum de dois, do PSD e do PTB, responsável pelo Governo que aí está, pois o ajudou a eleger-se.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E continuo ajudando; mas tenho medo de V. Exa. que, de braço dado aos comunistas, em alianças espúrias com êles, estão fazendo mal ao País.

O *Sr. Mem de Sá* — Nunca estive no poder e Vossa Excelência já imagina como seria.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como foi, retifico. No Governo Café Filho, o partido de V. Exa. era um partido oficialíssimo. Agia, em planos políticos e administrativos, em coligação com outras facções.

O *Sr. Mem de Sá* — Bem; isto agora é com o Senador Villasbôas.

O responsável

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O Senador Villasbôas é o oposto da natureza ranheta de V. Exa. Êle tem as nobres virtudes da tolerância, que V. Exa. as possui escassas.

O *Sr. Mem de Sá* — Vossa Excelência está promovendo confusão para não me ouvir. O PSD e o PTB — ambos partidos de V. Exa. — elegeram e sustentam o Sr. Kubitschek. Êste é responsável pela estatização progressiva em que nos encontramos, e Vossa Excelência vem reclamar da Oposição.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Porque a Oposição, por atitudes inequívocas, apoiou o Presidente nesse terreno e eu não cesso de lhe oferecer combate, visando a chamar o Chefe do Governo ao bom caminho.

O *Sr. Kerginaldo Cavalcanti* — Nesse ponto contesto. O *Sr. Juscelino Kubitschek* não é responsável pela estatização progressiva do Brasil.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não chego a tanto. A verdade, porém, é que perus e Estados, êle só gosta de os ver gordos. Por outro lado, o Presidente adora a Oposição. Afaga-a mais que aos três partidos que o elegeram. Eu me encontrava no estrangeiro, e vi, de lá, membros da Oposição sentados à sua mesa, no Guanabara. De resto, estou longe de criticar a Oposição por isso. O contrário é que fôra para a gente censurar.

Gosto dos homens públicos que se agitam, que perturbam, pondo em febre sadia o ambiente da vida política.

O *Sr. Mem de Sá* — Viva a perturbação!

O *Sr. Neves da Rocha* — Dá licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo o prazer.

O *Sr. Neves da Rocha* — Voltando à existência do petróleo na Bahia — porque não tive oportunidade de apartear V. Exa. —, queria que me informasse, se, na sua opinião, existe êsse petróleo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Acredito que exista, por pouco tempo. No Recôncavo, os lençóis estão longe de ser ricos. Os poços, ali, não era para serem perfurados nas condições de intensidade em que o está fazendo a Petrobrás.

O *Sr. Neves da Rocha* — Em nome do Estado da Bahia, cujo subsolo é explorado há dezoito anos...

O *Sr. Mem de Sá* — Há trezentos milhões de barris por tirar.

O *Sr. Neves da Rocha* — ... assevero que há petróleo na Bahia. Providencialmente me veio às mãos, agora, a Ordem do Dia com os projetos que vão ser debatidos amanhã, entre os quais aparece o de n.º 87, de 1957, da Câmara dos Deputados, "que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 destinado a recompensar os trabalhos realizados por Oscar Salvador Cordeiro, no Lobato, Estado da Bahia (com Pareceres Favoráveis das Comissões).

O *Sr. Mem de Sá* — De acôrdo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu chamaria à Bahia, do ponto de vista petrolífero, Campos Novos dos "Pocinhos", porque ela possui vinte, cinqüenta, setenta poços mirins.

O *Sr. Mem de Sá* — Mas terá uma reserva de trezentos milhões.

O *Sr. Neves da Rocha* — São vinte e cinco mil barris diários.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não são assim tão numerosos.

O *Sr. Gaspar Veloso* — E também D. João, em plena exploração e que pode ser aumentado; o de Catu, cuja reserva não está definida, e, ainda, as Alagoas, do Senador Ezechias...

O *Sr. Gaspar Velloso* — E também o Paraná — não esqueçam.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A aliança da Bahia com o Rio Grande do Sul dá que falar, sem embargo dos dois chefes de Governo domésticos serem espíritos largos e emancipados em matéria de nativismo.

O *Sr. Neves da Rocha* — A Bahia une-se ao Rio Grande do Sul, como a qualquer outro Estado, quando tem que defender seus interesses e os do Brasil.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não sei se os nobres colegas já leram o livro de Max Weber, sobre as causas da decadência de Roma e do Império.

O Sr. Mem de Sá — Não vá dizer que foi a criação da Petrobrás. (Riso).

O exemplo de Roma

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O Império Romano não caiu só pela falta de determinadas substâncias químicas, que lhe enfraqueceram o solo e debilitaram-lhe as populações, mas também pelas guerras sucessivas, em que se converteram suas atividades externas.

Os Estados antigos tinham, apenas, como força de produção, as lavouras, e os pastos. A indústria mineira era pequena. Muito acañhada a dos metais. Estado era uma cidade com um pouco de pecuária, trigo e centeio, em torno dos seus muros. Apenas Roma é que possuía o sentido imperial da sua grandeza. Ela se projetava para fora das suas lindes.

A convicção dos leigos é a de que o Império foi morto pela presença dos bárbaros que lhe invadiram as fronteiras. Entretanto, a morte do Império e a queda de Roma vêm de dentro, antes de lhe chegar de fora. Aí é que entra a grandeza de César, na lucidez do seu gênio político.

César já havia de tal modo sentido que o Império Romano só poderia rejuvenescer e revitalizar-se em função das contribuições dos bárbaros que, quando olhava para aquêle Senado em decadência, para aquela nobreza caduca, para aquêles bisonhos tribunos da plebe, lançados a uma demagogia petrobrasiliiana, exclamava: —

“República é apenas um vocábulo, uma palavra”. Com esta sentença, o soldado-historiador acentuava o ocaso da sua *civitas*.

O Sr. Mem de Sá — Serve muito o raciocínio de V. Exa. César devia ser presidencialista.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O estilo de César irritava profundamente a Cícero e àqueles homens dotados do poder da palavra. Eles pensavam que o Império Romano podia ser governado, com o verbalismo de uma oratória despejada, dentro do Senado, e não com a força da vontade, a contenção, o pulso e, sobretudo, com a imaginação e a fantasia de César.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Exa., defendendo Hitler e Mussolini, está sendo até nacionalista, no sentido que dá ao nacionalismo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A destruição do Império parte dos próprios romanos. Esses é que são os assassinos da própria pátria. Introduziram a anarquia dentro dos muros da sua cidade e, quando o Império cresceu, nas proporções que sabemos, se mostraram incapazes de abarcar a idéia imperial e sentir-lhe a importância e a responsabilidade. Quando Alexandre Severo toma conta do poder, em Roma, das legiões romanas já tinham desaparecido os romanos. Eram elas constituídas de bárbaros, mas de bárbaros que enxergavam o Império. O que faltava a esses, eram as elites, era a aristocracia que fizera a grandeza de Roma. Os bárbaros tinham corpo, mas lhes faltava cabeça. Só tinham cabeça de capitães.

Sr. Presidente, não tenho medo dos americanos, não receio os ingleses, não me acobardo dos argentinos.

O Sr. Mem de Sá — Eu também não!

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Receio, nobre Senador Assis Chateaubriand, o americano, mas no sentido do capitalismo absorvedor.

O Sr. Mem de Sá — Todo capitalismo é igual; o brasileiro é tão nocivo quanto o americano.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Hoje, no mundo, o capitalismo se reduz ao norte-americano.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ando apavorado é com os brasileiros.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Eu, dos americanos. Confesso que tenho pavor dos americanos; e, sobretudo, do capitalismo da América do Norte.

Economia livre e dirigida

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A Verdade vos fará livres, disse Jesus. E nós não temos a coragem de proclamar a grande verdade, que é a economia livre. Perfilhamos a mentira de uma economia dirigida, a qual não guarda nenhuma relação entre o que temos e aquilo que podemos fazer. Em função do dirigismo econômico, apresentamos no Brasil uma situação artificial, sem maior correspondência com as bases fundamentais dos recursos de que dispomos. A quanto nos ferraríamos se tivéssemos aptidão para volver ao regime da economia livre que é o imperativo máximo do Brasil na hora que passa. São imprevisíveis as conseqüências econômicas, políticas e sociais de um regime de moeda aviltada, de inflação destruindo bem-estar, prosperidade e riqueza dos brasileiros.

A estrada que tomamos é a da servidão. Estamos à mercê de qualquer tirano que se projetar no cenário nacional.

O Sr. Mem de Sá — O despotismo que desabar sobre nós há de vir sob a chefia do Sr. Juscelino Kubitschek.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O Presidente, a tal respeito, não oferece maior risco. Ele não gos-

ta da política. É um renunciante dela. Perigo, quem o envolve, são, por exemplo, os desabusados parlamentares da família libertadora, que não passam de genuínos liberticidas.

O Sr. Mem de Sá — O meu chefe está preparando a emenda parlamentarista para salvar a República.

Plano educacional

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Diz-se que quando o Senhor deseja dementar um político em país latino, fá-lo parlamentarista. Onde é que o parlamentarismo deu certo na América ibérica? Se o Parlamento que nos oprime, sob o regime presidencialista, é o que sabemos, faça-se idéia do que vai ser sob uma ordem de coisas parlamentarista. Estou no Congresso, faz perto de sete anos, e não assisti, até hoje, um debate sobre a educação.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Exa. perdeu a oportunidade de discutir o assunto. É tão Senador quanto nós, e tão apaixonado pela matéria, que poderia ter aberto o debate. A necessidade de formação de valores universitários em nosso País se impõe de todos os lados.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É indispensável encontrar, dentro ou fora do Brasil, um regime educacional para se formar a nova juventude deste País. Os hindus dão bolsas para estudantes irem estudar na Inglaterra. Nós deveríamos organizá-las para a Inglaterra, os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. Carecemos de elaborar cursos de aperfeiçoamento entre os americanos, os europeus e os japoneses. Lembrei a idéia de cursos de extensão a notável homem de indústria do Rio Grande do Sul e êle concordou comigo.

O Sr. Mem de Sá — Ótimo. Estou de pleno acôrdo com a idéia.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Concorde com a idéia.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O homem superior a quem sugeri a lembrança dos cursos de extensão, nos Estados Unidos, foi o Sr. Rubem Bertha. O diretor-superintendente da "Varig" imediatamente entendeu o programa que eu lhe traçara. Cinco mil rapazes, só a Venezuela os tem nas universidades americanas.

Economia de matérias-primas

Nossa cultura política é o que pode haver de rançoso, atrasado e rotineiro. Dizia há pouco o Sr. Tancredo Neves que a Constituição deveria proibir o acesso ao Parlamento, aos cargos de maior responsabilidade do Executivo, de homens destituídos de conhecimentos econômicos e financeiros. Neste momento, sou alvo de uma campanha de imprensa e de rádio, porque procuro estimular a nossa economia de matérias-primas para suprimento dos mercados industriais do ultramar.

— "Que mau brasileiro! — exclama-se. Pretende entregar as matérias-primas do País para o edifício industrial de outros povos, quando nós as poderíamos beneficiar dentro do território nacional".

Não conheço concepção mais alvar. Se ela prevalecesse, os Estados Unidos teriam que renunciar a sua posição de supridores de matérias-primas, como o algodão e o tabaco, às fábricas da Europa.

Reconheço que um povo produtor de matérias-primas é um país que tem sérios percalços. Haja vista o próprio caso dos Estados Unidos, com crises a bem dizer permanentes com o seu algodão, dada a disparidade das condições econômicas em que é produzido este artigo no mundo inteiro.

Quantos países paupérrimos o plantam e o colhem em circunstâncias capazes de venderem a sua produção no mercado mundial pelos baixos custos com que ela é trabalhada. Tem o mundo pleitora de várias matérias-primas, como o algodão, que países de padrão de vida inferior, como o Paquistão, o Egito e o próprio México, fazem produto de resistência de sua economia.

Nada mais trágico do que sugerir, em horas como estas, a fixação do Brasil num grande mercado de matérias-primas tropicais. Como têm sido drásticos, penosos e movediços os preços desses artigos, nos mercados consumidores! Economias nacionais subdesenvolvidas, destituídas de resistência financeira, elas se vêem na contingência de suportar as conseqüências da instabilidade dos seus níveis de preços.

A nossa experiência de café, desde o convênio de Taubaté, mostra o que são as violentas flutuações das cotações das matérias-primas. Dir-se-á que essas flutuações também as sofrem as regiões industrializadas de fato.

Sou o primeiro a reconhecer o seguinte aspecto da economia de matérias-primas, de resto, é bem verdade, mais próprio dos países subdesenvolvidos do que daqueles de um processo de industrialização avançado. As matérias-primas são muito mais sujeitas às flutuações de preços que os artigos manufaturados. Essa é, porém, uma contingência da liberdade econômica.

Defesa de preços

A não ser ocasionalmente, é que os países produtores de matérias-primas se reúnem para defendê-las contra a deterioração dos preços. Haja vista o plano Stevenson na terceira década deste século. Os holandeses ficaram de lado, porém, malgrado isso, no princípio

tudo parecia que iria dar certo. Contudo, de dado momento em diante, o plano entrou a desmoro-nar-se. A existência de um produtor, como eram os holandeses na Indonésia, não era um fato des-piciendo. Por outro lado, os ameri-canos consumidores, de Akron, receberam com inexauríveis reser-vas o sistema da valorização britâ-nica. Coincidindo a execução do plano, que já recebia a aberta hos-tilidade de americanos e holande-ses, com as conseqüências da crise mundial, em 1929, a sua estrutura, já fendida, estava malograda.

Depois do plano Stevenson, os três planos do café, do trigo e do açúcar são os sistemas clássicos de planificação de preços, dentro de uma estrutura articulada por muitos Estados. Nenhum deles tem tido o êxito que esperavam os produtores dessas matérias-pri-mas. Há sempre os que ficam de fora, diante do *pool* do açúcar. So-mos o segundo produtor de açú-car de cana, do planêta, e essa situação nos conferiu, o ano findo, um poder econômico para pertur-bar mais de uma vez a estabilidade dos preços.

O Brasil é hoje um *free lancer* perigoso e tão ameaçador, que Cuba nos comprou aqui bastante açúcar para revendê-lo mais de uma vez por preços abaixo do que ela pagou.

No caso do cacau, somos o opos-to. Sentamo-nos na colheita últi-ma, em cima da nossa safra tem-porã e resistimos. Coincidiu a nos-sa atitude com o atraso e a redu-ção das safras africanas. Dêsse modo levamos a melhor.

Esses os percalços das matérias-primas que soem desferrar-se da sua condição elementar, nas épo-cas de crise mundial, suscitadas pelas guerras.

Tendências atuais

A última guerra, a da Coréia, de-terminou um *boom* de matérias-

primas, de curta duração, mas que se apresentou em virtude da pers-pectiva que se abriu de um ter-ceiro conflito mundial.

Mas o que vale a pena frisar é que os países mais inteligentes, que têm âmbito de matérias-pri-mas vegetais e brutas, na sua área de influência, já entram a cons-tatar que não é negócio as suas fábricas trabalharem em regime de aviltamento das cotações dêsses produtos. Jornais ingleses, há poucas semanas, acentuavam que a redução do comércio de tôdas as matérias-primas, minerais e ve-getais, nos últimos tempos, não é negócio para as nações que as in-dustrializam. Aparentemente, que-das dos preços nos países subde-senvolvidos, parecem aproveitar a nações manufatureiras. Isso, po-rém, significa tomar a nuvem por Juno. As nações de sólida apare-lhagem industrial, como os Esta-dos Unidos, a Alemanha, o Japão, a Inglaterra, a França, são as pri-meiras a sofrer as conseqüências de uma depressão, como a têm hoje os países primários. Logo, se reduz o poder aquisitivo dessa economia, o que quer dizer uma influência reflexa, automaticamen-te, se estabelece entre o poder de compra dos agrários em face dos manufatureiros.

Pior do que isso: economistas americanos e ingleses consideram que as depressões generalizadas se iniciam pela crise das matérias-primas minerais brutas e dos pro-dutos agrícolas.

Desejo, com esta breve interpre-tação do curso do mercado de ma-térias-primas, comprovar que hoje existe uma atmosfera de precau-ção nos centros da indústria mun-dial, interessados em mitigar os efeitos da quebra dos preços das matérias-primas. Por outra pala-vra, não existem mais riquezas em exploração isolada. Os melos das indústrias não têm interêsse em bloquear o das matérias-primas.

Os norte-americanos são hoje os campeões, na área interna da União, de um princípio de certa nobreza, qual o da paridade dos preços entre os dois mercados, o primário, de matérias-primas, e o mais desenvolvido, das manufaturas. É para este princípio que tende evoluir o resto do mundo, e isso abre melhores perspectivas aos produtores de matérias-primas, peculiares aos seus solos e climas.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Que Deus ouça este amaciamento da dureza do capitalismo industrial.

Capitulação

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O Brasil, Senhor Presidente, é governado por uma geração que não está à altura dos problemas políticos e administrativos para os quais vem sendo chamada a encarar e resolvê-los. A capitulação, ante o poder econômico do Estado, é um convite ao despotismo antidemocrático. Uma nação que também segue este caminho e está acabada, é a Bolívia. Há poucos dias, li esta frase aterradora do Presidente Suazo: "Obreiros da Bolívia: tendes entregue e industrializada pelo poder público oitenta por cento da riqueza produtiva da nação."

Sabe a Casa quanto custou até hoje esta política de industrialização de um país pelo poder estatal? O *deficit* do orçamento federal, que era de noventa bilhões, passou a 205 bilhões. Dadas as proporções é o mesmo preço que estamos despendendo para a estagnação do Brasil.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Por que não se usa, no caso, uma cubata africana? Seria preferível. Nossas condições são profun-

damente diferentes das que apresenta a Bolívia.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nada significaria o fato, se estivessem em causa as nossas bolsas. Será, porém, pouco agradável se tivermos que pagar a demência que por aí anda com a nossa independência, a nossa liberdade e, também, com o poder que tivemos até ontem de reger a nossa sociedade dentro de um ritmo seguro de livre iniciativa.

É para este ponto que eu ousaria chamar a atenção dos nossos quatro maiores partidos políticos, pelo consentimento alvorçado que todos oferecem à capitulação da ordem republicana, diante de um Estado-leviatã, que nos devora.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mas não tínhamos razão para nos opor; éramos uma subcolônia; vivíamos no subcolonialismo. Estou em desacôrdo com V. Exa. Isso foi no passado.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nada pode ser tão perigoso à paz do que ver abater todo o dia o seu crédito.

Perón comandava a Argentina através do Estado, de La Nación e do Banco do Comércio.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Comunico ao nobre colega que está extinto o tempo de que dispunha.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, a longanimidade de que deu prova para comigo. Isso é uma prova de tolerância, a qual demonstra que o Estado-Forte que nos ronda não contaminou ainda V. Exa., republicano dos dias belos, idos e vividos de 89. (*Muito bem; Muito bem; Palmas. O orador é muito cumprimentado*).

**1.^a Sessão da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a Legislatura,
em 17 de março de 1958**

PRESIDÊNCIA DOS SRS. APOLÔNIO SALLES E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Georgino Avelino.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Atílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.

Alencastro Guimarães.
Caiaado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lino de Mattos.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Alô Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Nereu Ramos.
Saulo Ramos.
Mem de Sá. (55)

O SR. PRESIDENTE. — A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata da última sessão preparatória.

O Sr. Quarto Secretário, servindo de 2.º, procede à leitura da Ata da última sessão preparatória, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Primeiro Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS:

Da Câmara dos Deputados, números 116 e 127, encaminhando autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 23, de 1958

N.º 1.025-B, de 1956, na Câmara
dos Deputados

Modifica o art. 1.º e revoga o art. 2.º, da Lei n.º 593, de 24 de outubro de 1948, que restaura a aposentadoria para os ferroviários, aos trinta e cinco anos de serviço e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

«Art. 1.º É concedida aposentadoria ordinária em caráter especial aos ferroviários e mais trabalhadores a que se refere o artigo 1.º, do Decreto n.º 20.465, de 1 de outubro de 1931, nas seguintes bases:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, com salário integral;

b) aos trinta anos de serviço com oitenta por cento do salário.

Art. 2.º É revogado o art. 2.º da Lei n.º 593, de 24 de dezembro de 1948.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 24, DE 1958

(N.º 1.471-O, de 1949, na Câmara dos Deputados)

Regula o direito de greve, na forma do art. 158 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O direito de greve é exercido pelos trabalhadores de

qualquer categoria profissional, organizados ou não em sindicatos.

Art. 2.º Greve é a paralisação voluntária e coletiva do trabalho por parte dos empregados de uma ou mais empresa, ou estabelecimentos, ou de suas seções.

Art. 3.º Cabe ao sindicato, ao grupo profissional inorganizado ou aos empregados de uma empresa decidir, em assembléia dos interessados, da conveniência da greve.

Art. 4.º São consideradas lícitas as greves reivindicatórias de natureza econômica, aos que estejam vinculados ao exercício da atividade profissional dos trabalhadores, incluindo-se as simbólicas e as de solidariedade.

Art. 5.º O sindicato ou os representantes dos trabalhadores comunicarão à empresa as razões da greve, delimitando-se o prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas para a resposta. Serão, também, cientificados o Departamento Nacional do Trabalho ou as Delegacias Regionais.

Parágrafo único. A falta de resposta ou a recusa dos empregadores dentro do prazo prefixado em atender às reivindicações dos trabalhadores justificará a irrupção do movimento grevista.

Art. 6.º Declarada a greve, serão designadas comissões ou delegados de greve, não podendo estes ou nenhum dos membros daquelas ser presos nem obstados nas suas atividades.

Art. 7.º É permitida a organização de piquetes de grevistas para coleta de auxílios, ou propaganda de movimento, mesmo nas imediações dos locais do trabalho.

Art. 8.º Não serão permitidas depredações nem quaisquer outros atos de violência, ficando sujeitos os infratores às penas da lei.

Art. 9.º Poderá o sindicato ou qualquer outro grupo profissional criar um fundo de greve, que será constituído das rendas não específicas do sindicato, das ofertas e donativos, revogando-se tódas as disposições que impeçam ou dificultem a movimentação de seus depósitos bancários.

Art. 10. Ninguém será dispensado do trabalho por motivo de greve.

Art. 11. Tóda a autoridade policial ou administrativa que impedir ou tentar impedir o livre exercício do direito de greve será sumariamente afastada do cargo.

Art. 12. Não se chegando a uma solução imediata poderão as partes interessadas no dissídio coletivo apelar para a Justiça do Trabalho, cuja ação será puramente arbitral, dentro dos princípios desta lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogados o Decreto-lei n.º 9.070, de 15 de março de 1946, e tódas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

— Da Câmara Municipal de São Paulo, apresentando condolências ao Senado pelo falecimento do Senador Arêa Leão.

— Do Sr. Prefeito do Distrito Federal:

Ns. 326 a 328, 304 e 305, apresentando os agradecimentos pela manutenção dos Vetos ns. 1, 3, 2, 7 e 5, de 1958, respectivamente.

AVISO

Do Sr. Ministro da Educação e Cultura, como segue:

N.º 211 de 28 de fevereiro de 1958.

Senhor Primeiro Secretário:

Em atenção aos termos do ofício de V. Exa., em que transmite o teor do Requerimento n.º 738, de 1957, de autoria do ilustre Senador João Villasbôas, tenho a honra de prestar os esclarecimentos que se seguem, relativamente às indagações contidas nos itens do aludido requerimento:

«1 — Tendo o Teatro Nacional de Comédia finalidades culturais, qual o critério observado na escolha das peças até hoje por êle montadas e quem as escolheu».

O critério de seleção das peças montadas pelo Teatro Nacional de Comédias, nas temporadas de 1956 e 1957, foi estritamente de ordem artística e cultural. A seleção das peças ficou a cargo do diretor do Serviço Nacional de Teatro. Na primeira temporada, encenaram-se a adaptação para o teatro, por Francisco Pereira da Silva, do primeiro romance brasileiro de costumes «As Memórias de um Sargento de Milícias» de Manuel Antônio de Almeida, que revivê o Rio de Janeiro no tempo do Vice-Rei, o «O Dilema do Médico», de Bernard Shaw, em comemoração do centenário do grande comediógrafo universal. Constou a segunda temporada de «As Guerras de Alecrim e Mangerona» de Antônio José da Silva; «O Judeu», uma das comédias mais famosas do teatro clássico brasileiro; d'«A Bela Mme. Vargas» de Paulo Barreto (João do Rio), peça de costumes do começo do século XX; e de três peças em um ato: «O Telescópio», de Jorge de Andrade, «Jôgo de Crianças», de João Bethencourt e «Pedro Mico» de Antônio Callado, todos êstes autores com obras já representadas pelas principais companhias do País. O Teatro Nacional de Comédias pôde, desta forma,

dar uma idéia resumida da evolução do Teatro Brasileiro.

«2 — Quando foi instituído o último concurso de peças teatrais pelo SNT».

As inscrições do último concurso do SNT, por decisão do diretor de então, estiveram abertas de 1 de janeiro a 31 de março de 1955, antes da gestão atual.

«3 — Que peças foram premiadas e quais os seus autores».

Foi premiada uma única peça «Paixão da Terra», de autoria de Heloísa Maranhão.

«4 — Quais os nomes dos integrantes da Comissão Julgadora».

A Comissão Julgadora estava constituída pelos Srs. Tomás Santa Rosa, Gustavo Dória e Agostinho Olavo.

«5 — Quais os compromissos expressos com o autor cuja peça mereceu o primeiro lugar».

O parágrafo 7.º do edital do Serviço Nacional de Teatro assim estabelece:

«Os autores distinguidos com as três primeiras classificações referentes ao § 1.º terão as suas obras representadas em espetáculos patrocinados pelo Serviço Nacional de Teatro durante as comemorações do centenário de Artur Azevedo, e, posteriormente, editadas e distribuídas pelas publicações Dionysos, constando da edição a referência «Prêmio Artur Azevedo», para a 1.ª classificada».

«6 — O SNT, por intermédio de sua Companhia Oficial, incluiu alguma das peças premiadas ou selecionadas em seu repertório».

O Teatro Nacional de Comédia, não incluiu a peça em sua temporada oficial porque não se achava obrigado a isto pelo texto do edital do Concurso. Não só fôra criado a 21 de março de 1956, depois da realização do concurso, como

também das comemorações do centenário de Artur Azevedo. Todavia, a «Paixão da Terra», obra de real merecimento, foi representada no Teatro Municipal sob o patrocínio do Serviço Nacional de Teatro, de 4 a 10 de novembro de 1957, e a publicação da peça já se acha em fase de impressão, tendo a autora declarado que o SNT cumpriu plenamente os compromissos assumidos.

«7 — Qual o critério observado na seleção dos atôres e técnicos nas duas temporadas do T.N. de Comédia e quem os escolheu e como».

O art. 3 do decreto executivo de 21 de março de 1956 dá ao diretor do SNT a atribuição de organizar o quadro do Teatro Nacional de Comédias. Seu corpo técnico foi organizado pelos órgãos especializados do SNT que conta com vinte anos de experiência. Coube aos diretores de peça, mediante testes, indicar os atôres que estavam aptos para interpretar os personagens das peças que deveriam constituir o repertório do T. N. C.

«8 — Quantas pessoas trabalham ou trabalharam nos elencos do T. N. C.».

No elenco do Teatro Nacional de Comédia, em 1956, trabalharam 37 pessoas, sendo 5 figurantes (cachês), incluindo-se, também, neste total, os dois diretores das peças «As Memórias de um Sargento de Milícias» e «Dilema do Médico». Em 1957, 36 pessoas, incluindo-se neste total, não só um Supervisor de Montagens e um Produtor Teatral, como também 3 diretores que produziram as peças «Pedro Mico», «O Telescópio», «Jôgo de Crianças», «As Guerras do Alecrim e da Mangerona» e «A Bela Mme. Vargas».

«9 — Dentre êsses, quantos são profissionais sindicalizados».

— O elenco do T.N.C., foi organizado com elementos dos quadros profissionais (12 sindicalizados), dos grupos de amadores, e, das escolas de teatro.

«10 — Foi descontado e recolhido ao Banco do Brasil o imposto sindical».

— Não foi descontado nem recolhido ao Banco do Brasil S.A. o imposto sindical porque o T.N.C. não é regido pela legislação social.

«11 — Os contratos foram registrados». Não há contratos registrados porque os atores do TNC pertencem a uma tabela organizada pelo diretor do SNT, examinada pelo DASP, com parecer favorável, e devidamente autorizada pelo Ministro da Educação e Cultura e o Presidente da República.

«12 — Quantos funcionários públicos estão incluídos entre as pessoas que participaram, ou ainda estão vinculadas ao T.N. de Comédia; (Especificar a categoria funcional; efetivos, extranumerários, Verba 3)».

— Sendo o T.N.C. um órgão do SNT com existência permanente e não uma companhia ocasional, os funcionários da secretaria e dos órgãos técnicos deste Serviço estão vinculados ao T.N.C., especialmente o Sr. Manoel Pereira Malheiro, contador, referência 31, secretário do Conselho Consultivo do Teatro, que responde pela direção administrativa do T.N.C.; a Sra. Gilda Duarte Alves, escrevente dactilógrafa, referência 22, encarregada da secretaria deste órgão; o Sr. Jorge Miguel Curi, redator, referência 28 encarregado de publicidade; o Sr. Brutus Germano Pedreira, técnico de economia, letra J, à disposição do S.N.T., coordenador da produção teatral, e Agostinho Olavo Rodrigues, oficial ad-

ministrativo classe L, assistente de produção do T.N.C.

«13 — Há funcionários do S.N.T. trabalhando no elenco do T.N. de Comédia».

— Sim. Sem prejuízo de suas funções, trabalhando em horário diferente do expediente normal da repartição».

«14 — Quais os nomes, quanto percebem na função e nos contratos ou serviços prestados ao T.N. de Comédia e por quantos meses esses funcionários do S.N.T., estão ou foram contratados pelo TNC».

-- Beatriz Getúlio Veiga, Assistente de Educação, referência 29 — Cr\$ 14.000,00. Beatriz Getúlio Veiga, como *Atriz* — Cr\$ 12.000,00 mensais, no período de 1 de junho a 30 de novembro de 1957, com participação no 1.º e no 3.º espetáculos; Teresa Graça Fernandes, Verba 3. Auxiliar Administrativo — Cr\$ 3.800,00; Teresa Graça Fernandes (Grace Moema) como *Atriz* — Cr\$ 12.000,00 mensais, no período de 24 de junho a 30 de novembro de 1957, com participação no 2.º e 3.º espetáculos. João Estevão Weiner Bethencourt, professor, verba 3 — Cr\$ 5.900,00; João Estevão Weiner Bethencourt. (João Bethencourt) — *Diretor* — Cruzeiros 15.000,00 mensais.

«15 — Quantos diretores de peça foram contratados na presente temporada».

— Foram designados 3 diretores.

«16 — Quanto percebem e por quantos meses foram contratados».

— Franz Paulo Heilborn, diretor das peças «O Telescópio» e «Pedro Mico», — Cr\$ 20.000,00 mensais, para o período de 1 de junho a 13 de setembro de 1957. João Estevão Weiner Bethencourt, diretor da

peça «Jôgo de Crianças» — Cruzeiros 15.000,00 mensais, para o período de 1 de junho a 13 de setembro de 1957. Armando da Silva Couto, diretor da peça «A Bela Mme. Vargas» — Cr\$ 20.000,00 mensais, para o período de 1 de julho a 7 de novembro de 1957. A peça «As Guerras do Alecrim e da Mangerona» foi dirigida pelo Supervisor de Montagens, Gianni Ratto.

«17 — Havia verba específica no Orçamento quando da primeira temporada do T.N. de Comédia, para êsse fim».

— Não havia verba específica no Orçamento quando da temporada de 1956. Mas o Decreto número 38.912, de 21 de março de 1956, que constituiu o Teatro Nacional de Comédia, estabelece no seu parágrafo único do artigo 3.º: «Para, atender às despesas do T.N. C., no presente exercício, o Ministério aludido fará destaque de dotação própria, consignada àquele Serviço.

«18 — De que verba global foram destacados dois milhões de cruzeiros para a primeira temporada do T.N.C.».

— O destaque orçamentário enquadrou-se na Verba 1.6.13-1 — Desenvolvimento do Teatro Nacional etc.

«19 — De que verbas são computados os auxílios às Companhias e grupos de amadores».

— O auxílio que o S.N.T. distribui anualmente às Companhias de Teatro Profissionais, Grupo de Amadores, Pavilhões e Circos, Entidades e Atividades Culturais ligadas ao teatro, é retirado da verba 1.6.13-1 — Desenvolvimento do Teatro Nacional, etc.).

«20 — Na primeira temporada do T.N. de Comédia foram gastas ou-

tras verbas além de dois milhões do destaque acima referido (Especificar quanto)».

— Além dos Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) do destaque orçamentário para o T.N.C., em 1956, foram gastos Cruzeiros 500.000,00 consignados no orçamento para manutenção da Cia. Dramática Nacional, que por força da Portaria Ministerial número 240, de 22-11-56, ficou subordinada ao T.N.C.

«21 — Por quanto foi alugado o Teatro da Maison de France e qual o período que ficou à disposição do S.N.T.».

— O teatro da Maison de France foi alugado por Cr\$ 150.000,00 mensais, para o período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1956.

«22 — Quando foi iniciada a temporada de 1956».

— A temporada oficial do TNC em 1956, foi iniciada em 1 de novembro de 1956.

«23 — Quantas sessões foram realizadas, inclusive as vesperais».

— Foram realizadas 25 sessões, apresentando a peça «As Memórias de um Sargento de Milícias» e 13 sessões de «O Dilema do Médico».

«24 — Por quantos meses foi alugado o Teatro República para a temporada dêsse ano».

— O Teatro República foi alugado por cinco meses.

«25 — Desde que data está aquela casa à disposição do T. N. de Comédia».

— Desde 1 de julho estêve o Teatro República à disposição do TNC.

«26 — Em que data foi iniciada a presente temporada».

— A Temporada Oficial do TNC, em 1957, teve início, a 10 de setembro.

«27 — Quanto foi despendido na montagem das três peças de um ato, constantes do primeiro espetáculo (Especificar, se possível, as despesas feitas com cada peça em particular)».

— Para a montagem das três peças em 1 ato «O Telescópio», «Jôgo de Crianças» e «Pedro Mico», podemos anotar o valor de Cruzeiros 327.414,00, que corresponde a despesas com projetos e execução de cenários, figurinos em geral e material de contra-regra. A essa importância deve ser somado o valor correspondente a 1/3 do total gasto com o pessoal artístico ou seja, Cr\$ 581.578,00. Assim, teríamos a quantia de Cr\$ 908.992,00, como valor despendido para o primeiro espetáculo. Além destas despesas diretas, as indiretas, foram realizadas pelo T.N.C. com o objetivo de lançamento e manutenção dêste órgão, tais como, Pessoal Administrativo e Técnico, Equipamentos diversos, aluguel de Teatro, transportes, fotografias, filmagens, cartazes, tabuletas programas, convites, anúncios, conservação, reparos e gastos administrativos.

«28 — O T.N. de Comédias efetuou sessões fora dos limites do Distrito Federal».

— O T.N.C. não realizou sessões em 1957 fora desta Capital.

«29 — Se consta do programa de trabalho excursionar pelos Estados e Territórios e quais as cidades a serem visitadas».

— Para as duas temporadas realizadas até agora não constou excursão pelos Estados.

«30 — No primeiro espetáculo desta temporada houve peça proibida a menores de dezoito anos».

— Sim. «Pedro Mico» de Antônio Callado.

«31 — Trabalharam no elenco menores de 14 anos em outra peça, na mesma noite».

— Sim, com autorização do Juízo de Menores, por êste motivo, a peça «Pedro Mico», foi colocada em último lugar, a fim de que os menores se pudessem retirar antes de sua representação.

«32 — Para a conclusão da temporada, dêste ano, foram empregadas outras verbas, além dos cinco milhões constantes do Orçamento».

— Para a realização da Temporada Oficial de 1957, foi gasta precisamente, a importância de Cruzeiros 4.993.892,30, sendo o saldo respectivo recolhido ao Tesouro Nacional, em 2 de janeiro último.

«33 — Caso afirmativo, quanto e por onde foram feitas tais despesas que excederam os cinco milhões».

— Prejudicada pela resposta anterior.

«34 — O Sindicato dos Atôres, Cenógrafos e Cenotécnicos do Rio de Janeiro foi chamado a colaborar nas atividades do T.N. de Comédia, no S.N.T.».

— Nenhuma organização, fora do Serviço Público, foi chamada para participar nas atividades do T.N.C. Todavia, o Sindicato dos Atôres, Cenógrafos e Cenotécnicos tem representante no Conselho Consultivo de Teatro do S.N.T., que distribui as verbas de auxílios do S.N.T. Recebeu o referido Sindicato Cr\$ 150.000,00 em 1956, e Cr\$ 150.000,00 em 1957, para o Retiro dos Artistas, além dos 20 e 25% descontados aos auxílios distribuídos às companhias profissionais que foram contempladas com Cr\$ 1.765.000,00, em 1956, e Cruzeiros 1.931.000,00 em 1957.

Renovo a V. Ex.^a os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. *Clovis Salgado.*

Ao Requerente.

TELEGRAMAS

Do Presidente da Associação Comercial de Pernambuco, do seguinte teor:

Apolônio Salles — Vice-Presidente do Senado Federal — Palácio Monroe — Rio de Janeiro.

Artigos 201 — 202 — Projeto Lei n.º 2.119-B Vg recentemente aprovado Câmara Deputados Vg concedendo instituições previdência social, monopólio operações seguro acidentes trabalho Vg atentam frontalmente Constituição Vg livre empresa ordem econômica País Pt Além inconstitucional Vg monopólio autárquico seguro acidentes trabalho não se inspira interesse público Pt. Salientamos institutos previdência não poderão atender eficientemente como as entidades provadas superiores interesses trabalhadores segurados Pt Monopólio vem sendo combatido todos setores nacionais por atentar interesses coletividade Pt Confiamos Senado Federal rejeitará medida legislativa aprovada Câmara pelos motivos que referimos Pt Cordiais saudações Oscar Amorim Presidente Associação Comercial Pernambuco.

Do Presidente da Federação Ind. de Pernambuco, como segue:

Apolônio Salles — Vice-Presidente — Senado Federal — Palácio Monroe — Rio de Janeiro.

Artigos 201 — 202 Projeto Lei n.º 2.119-B, Vg recentemente aprovado Câmara Deputados Vg concedendo instituições previdência social monopólio operações seguro acidentes trabalho Vg atentam frontalmente Constituição Vg livre empresa e ordem econômica País pt

Além inconstitucional Vg monopólio autárquico seguro acidentes trabalho não se inspira interesse público Pt Salientamos os institutos previdência não poderão atender eficientemente como as entidades privadas superiores interesses trabalhadores segurados Pt Monopólio vem sendo combatido todos setores nacionais por atentar interesses coletividade Pt Confiamos Senado Federal rejeitará medida legislativa aprovada Câmara pelos motivos que referimos Pt Cordiais saudações Miguel Vita Presidente Federação das Indústrias de Pernambuco.

Do Presidente do Sindicato dos Empregados de Empresas de Seguros Privados, e Capitalização de Recife — PE no seguinte teor:

Apolônio Salles — Vice-Presidente Senado Federal — Palácio Monroe — Rio de Janeiro.

Sindicato Empregados Empresas Seguros Privados e Capitalização Estado de Pernambuco apela Vossência empenhar-se contra manutenção artigos 201 e 202 Projeto 2.119-B de 1956 Vg procedente Câmara Deputados e que transfere instituições previdência Vg exploração seguros acidentes trabalho Vg caráter monopólio Pt Aprovação definitiva referidos artigos Vg além seu aspecto inconstitucional e de intervenção indébita atividades empresas privadas Vg jogará desemprego milhares funcionários companhias seguradoras criando grave problema social Saudações — Vilberto Tenório Valença — Presidente.

Do Sr. Pauxy Gentil Nunes, comunicando a sua posse no cargo de Governador do Território Federal do Amapá.

PARECER N.º 48, de 1958

Da Comissão de Finanças — sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 8, de 1958, que autoriza o Poder Judiciário — Jus-

tiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região, o crédito especial de Cr\$ 5.550,00 para pagamento de salário-família nos exercícios de 1952 a 1955.

Relator: Sr. *Mathias Olympio*

O presente projeto, originário de mensagem do Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região, abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 5.500,00, para ocorrer ao pagamento de salário família devido a funcionário daquele Tribunal, nos exercícios de 1952 a 1955.

Tratando-se de despesa decorrente de lei, opinamos favoravelmente ao projeto.

Sala das Comissões, em 3 de março de 1958. — *Othon Müder*, Presidente eventual. — *Mathias Olympio*, Relator. — *Carlos Lindenberg Ary Vianna*. — *Paulo Fernandes Fausto Cabral*. — *Lima Guimarães*. — *Lino de Mattos*. — *Juracy Magalhães*.

PARECERES NS. 49, 50 e 51
de 1958

N.º 49, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 137, de 1957, que restabelece a Cadeira de Técnica Odontológica e suprime uma das cadeiras de Prótese Dentária na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão.

Relator: Sr. *Lourival Fontes*

O presente projeto restabelece, na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão, a cadeira de Técnica Odontológica, no curso de Odontologia (artigo 1.º) e determina que o ensino de Prótese Dentária, na mesma Faculdade, constará apenas de uma cadeira, sendo um dos atuais pro-

fessores de Prótese transferido para a cadeira de Técnica Odontológica (art. 2.º).

II — O ilustre autor do projeto, Deputado Clodomir Milet, diz, justificando-o:

a) que o curso de Odontologia, em tôdas as Faculdades, tem, como cadeira básica, a de Técnica Odontológica, em algumas ministrada no primeiro ano, em outras, no segundo:

b) que tôdas as Faculdades têm, igualmente, no curso odontológico, a cadeira de Prótese Dentária, que é ministrada por um professor único, em dois turnos, no segundo e terceiro anos;

c) que assim era na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão, até a sua federalização: a cadeira de Técnica Odontológica, era ensinada no primeiro ano e a de Prótese Dentária no segundo e terceiro anos, por um só professor;

d) que, com a federalização da Faculdade, pela Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, o curso de Odontologia foi tumultuado. Assim, o professor da cadeira de Técnica Odontológica foi nomeado para reger a primeira cadeira de Prótese Dentária e o antigo catedrático de Prótese foi designado para ensinar a segunda cadeira dessa disciplina, no terceiro ano, tendo desaparecido a cadeira de Técnica Odontológica.

e) que a cadeira de Técnica Odontológica é básica, não sendo possível a qualquer estudante receber diploma de cirurgião-dentista sem apresentar certificado de aprovação na mesma;

f) que, por isso, a referida cadeira continuou a figurar no curso de Odontologia da Faculdade de São Luís, embora no quadro do pessoal tivesse havido, desde que

foi federalizada, a sua completa exclusão.

III — Ressalta, à evidência, que há um equívoco na proposição em estudo, equívoco que se comprova através da própria contradição que existe nas razões apresentadas pelo seu ilustre autor, em sua justificação.

De fato, a medida visa a restabelecer uma cadeira que não foi excluída do curso, como aliás, reconhece o próprio Deputado, ao dizer que ela «continuou a figurar no curso de Odontologia da Faculdade de São Luís».

Aliás, a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a organização do ensino superior e que federalizou a citada Faculdade, não extinguiu cadeira nenhuma.

O que se depreende, de tudo, é que houve engano do Executivo, quando da nomeação dos professores para a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís, tendo sido nomeados dois professores para as duas cadeiras de Prótese, sendo um deles o antigo professor de Técnica Odontológica, e nenhum para esta cadeira.

Esse engano, porém, só pelo Executivo deve ser corrigido, não cabendo, para saná-lo, a elaboração de uma lei.

Afora isso, e segundo colheu a nossa Assessoria junto ao Ministério da Educação, cuida, este, de promover a reforma do ensino Odontológico, para o que já foi constituída uma Comissão de Professores, a qual já está em atividade e que receberá sugestões até o dia 30 do corrente.

É de prever-se, portanto, que até o fim do ano seja enviada, pelo Executivo, Mensagem ao Congresso, sobre o assunto.

Dêsse modo, mesmo que tivesse sido extinta a cadeira de Técnica Odontológica, não seria aconselhá-

vel tratar, agora, em lei, de restabelecê-la, pois não se sabe como, na reforma que se avizinha, se disporá sobre a matéria.

A proposição é, como vimos, inócua e, se o não fôsse, seria, pelos motivos expostos, inconveniente, e, assim sendo, opinamos por sua rejeição.

Sala das Comissões, em 23 de julho de 1957. — *Lima Guimarães*, Presidente *ad-hoc*. — *Lourival Fontes*, Relator — *Gilberto Marinho*. — *Mário Motta*. — *Lineu Prestes*. — *Daniel Krieger*.

N.º 50, de 1958

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 137, de 1957.

Relator: Sr. *Lourival Fontes*.

I — Objetiva o presente projeto de lei, originário da Câmara dos Deputados, restabelecer, na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão, a cadeira de Técnica Odontológica, ao mesmo tempo que suprime uma das Cadeiras de Prótese Dentária da citada Faculdade.

II — A Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar na matéria, entendeu de oferecer reparos à Proposição, aduzindo considerações que a levam a concluir pela rejeição do projeto em exame.

III — Dentre os fatores de ordem técnica que conduziram a referida Comissão a esse entendimento, ressaltam:

a) que se pretende restabelecer uma cadeira que não foi excluída do curso;

b) que, nesse passo, a Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950, não extinguiu qualquer cadeira do currículo escolar;

c) que cuida o Ministério da Educação de promover a reforma do ensino Odontológico, já tendo a Comissão nomeada para esse fim aberto prazo para recebimento de sugestões.

d) que, certo, será encaminhada Mensagem ao Congresso, sobre o assunto, não sendo de aconselhar, agora, alterações extemporâneas.

IV — De fato, dentro do prisma de observação técnica da matéria, procedem as arguições, constantes do parecer da dita Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa.

V — Convém, todavia, atentar que, na espécie, não se trata de estabelecer um ato jurídico, dando-se-lhe vida nova, por que a anterior se extinguiu *pleno fine*.

VI — Na hipótese, não existe qualquer preceito legal, determinando a supressão da Cadeira de Técnica Odontológica, não sendo, pois, necessário cogitar-se de sua ressurreição por via legal.

VII — Sob o ângulo de análise que é dado a esta Comissão apreciar, quanto ao mérito, o projeto seria de molde a merecer aprovação, já que se identifica com o sentido básico de ensino do curso Odontológico, onde a Cadeira de Técnica Odontológica constitui elemento fundamental na formação profissional dos alunos que nela se integram.

VIII — Diante, porém, da preliminar levantada na Comissão de Constituição e Justiça, abordando a injuridicidade do projeto, opinamos, também, pela sua rejeição, tendo em conta que o mesmo vem disciplinar situação já juridicamente protegida.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1957. — *Lourival Fontes*, Presidente e Relator. — *Ary Vianna*. — *Gilberto Marinho*. — *Ezechias da Rocha*. — *Mem de Sá Mourão Vieira*.

N.º 51, de 1958

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 137, de 1957.

Relator: Sr. *Lino de Mattos*.

O presente projeto restabelece, na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luis do Maranhão, a cadeira de Técnica Odontológica, no curso de Odontologia, e determina que o ensino de Prótese Dentária, na mesma Faculdade, constará apenas de uma cadeira, sendo um dos atuais professores de prótese transferido para a cadeira de Técnica Odontológica.

Face aos pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura, depreende-se que não há propriamente Cadeira a ser restabelecido, tudo decorrendo de efeitos tumultuários de federalização daquela Faculdade que, embora tivesse mantido a cadeira não previu seu preenchimento.

Houve, portanto, alteração no quadro de pessoal, não no currículo da Faculdade, onde nenhuma cadeira sofreu supressão. Nessa hipótese, que é a mais consentânea com os fatos, a Comissão de Finanças nada tem a opinar.

Acresce que o Ministério da Educação estuda, no momento, uma reforma do ensino odontológico e, nesse passo, haverá oportunidade para que esta Comissão se manifeste sobre o assunto.

Diante, portanto, de preliminar levantada na Comissão de Constituição e Justiça e secundada pela Comissão de Educação e Cultura opinamos, também, pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 3 de março de 1958. — *Othon Mäder*, Presidente eventual. — *Lino de Mattos*, Relator. — *Carlos Lindenberg*. — *Ary Vianna*. — *Paulo Fernandes*. — *Mathias Olympio*. — *Fausto Cabral*. *Lima Guimarães*.

Novaes Filho. — Domingos Vellasco.

PARECERES NS. 52 e 53, de 1958

N.º 52, de 1958

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 225, de 1957, que cria cargos na Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.

Relator: Sr. Gilberto Marinho.

Cria o presente projeto (artigo 1.º), na Justiça do Distrito Federal, 31 cargos de Oficial de Justiça, padrão J; 15 de Escrivão Juramentado, padrão J; e 5 de Correio, padrão A.

Dos cargos de Oficial de Justiça, 15, destinam-se às Varas Criminais, 21.ª a 25.ª, sendo 3 para cada uma; e 16 às quatro últimas Varas Cíveis, 15.ª a 18.ª, sendo quatro para cada Vara (§ 1.º).

Os cargos de Correio padrão I, criados pelo artigo 5.º, letra f, da Lei n.º 2.537, de 13 de julho de 1955, à medida que vagarem, passarão a corresponder ao padrão A (art. 2.º).

Para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes da execução dessas transformações, fica aberto (art. 3.º), ao Poder Judiciário, Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cruzeiros 2.874.000,00 (artigo 3.º).

II — O projeto é de autoria do Poder Executivo, que o enviou ao Congresso acompanhado de Exposições de Motivos do Ministro da Justiça e do Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, as quais tomaram por base pedido formulado pela Corregedoria da Justiça do D. Federal.

III — Dos documentos que instruem o processo, verifica-se:

a) há, na Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, para aten-

der ao desenvolvimento dos trabalhos que lhe são afetos, notória deficiência de pessoal;

b) a Lei n.º 1.301, de 28 de dezembro de 1950, ao dispor sobre a organização judiciária do Distrito Federal, criou mais cinco Varas Criminais e quatro Cíveis, não cogitando, entretanto, de dotá-las dos servidores necessários, que, na conformidade do Código de Organização Judiciária, são 3 Oficiais de Justiça, 3 Escreventes Juramentados e 1 Correio para as primeiras e 4 Oficiais de Justiça para as últimas;

c) em face dessa omissão, a Corregedoria da Justiça do Distrito Federal se tem havido com dificuldades intransponíveis, premida pela necessidade de deslocar parte de seus serventuários para atender aos encargos das Varas recém-criadas;

d) essa situação anômala já dura cinco anos, sem que nenhuma providência tenha sido tomada para resolver o grave problema;

e) de outro lado, enquanto a Lei n.º 1.301, de 1950, fixou os vencimentos de Correio no padrão A, a Lei n.º 2.337, de 1955 criou outros cargos de mesma denominação, com vencimentos correspondentes ao padrão I.

IV — Disso tudo ressalta, sem dúvida, a necessidade da medida consubstanciada na proposição.

Aliás, o Ministério da Justiça pronunciou-se favoravelmente ao pedido da Corregedoria, o mesmo acontecendo com o DASP, que apenas sugeriu, e a Presidência da República aceitou, uma retificação na Lei n.º 2.537 de 13 de julho de 1957 na parte relativa à fixação dos vencimentos do cargo de Correio.

V — Os motivos expostos vencem da oportunidade do projeto, por cuja aprovação nos manifestamos, apresentando, entretanto, a seguinte

EMENDA

Acrescente-se onde couber:

Nos novos cargos de Oficial de Justiça serão aproveitados, na ordem de sua colocação, os candidatos habilitados no último concurso, cuja vigência fica revalidada para todos os efeitos de direito.

Justificação

Atendendo que o provimento efetivo dos cargos de Oficial de Justiça, pagos pelos cofres públicos, depende de habilitação em concurso de provas (Código de Organização Judiciária do Distrito Federal, art. 388);

Atendendo que a Portaria número 310, de 13-10-52, do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Guilherme Estelita, anunciando o referido concurso e mandando publicar os necessários editais, teve em vista:

«Que leis em elaboração no Congresso Nacional criam vários lugares dessa natureza sem que haja candidatos legalmente habilitados à nomeação efetiva».

Atendendo ainda que os lugares acima anunciados continuam vagos, uma vez que o Projeto-lei número 225-57 não foi até a presente data transformado em lei;

Atendendo, mais ao Relatório do ano de 1953, em que o Exmo. Sr. Desembargador, Corregedor Mário Guimarães Fernandes Pinheiro (*Diário da Justiça* de 1-9-54), referindo-se aos citados concursos por êle realizados disse:

«Representam os concursos um penoso trabalho para o Corregedor, obrigando-o à tomada de uma série de providências para a sua realização e à leitura atenta de tôdas as provas apresentadas, cada uma de *per si* e em confronto uma com as outras, para o julgamento e classificação final». E mais: «Consegui levar a têrmo o concurso de provas para Oficial de Justiça, o

maior até agora realizado, pela vultosa quantidade de 1.807 candidatos».

Atendendo, outrossim, às enormes despesas que ocasionam os ditos concursos e que dêsse último menos de 5% lograram aprovação, manifestando, assim, êstes candidatos aprovados, excelente preparo para o bom desempenho do cargo de Oficial de Justiça.

Atendendo, finalmente, ao princípio de equidade verificado na Lei n.º 1.301, de 28-12-50, através de seu art. 57, determinando fôsem aproveitados nos cargos criados na citada lei, os candidatos aprovados em concurso, cuja vigência já se achava prescrita.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 1958. — *Prisco dos Santos*, Presidente. — *Gilberto Maranhão* Relator. — *Ary Vianna*. — *Caiado de Castro*.

N.º 53, de 1958

Da Comissão de Finanças — ao Projeto de Lei da Câmara, número 225, de 1957.

Relator: Sr. *Mathias Olympio*.

O projeto de Lei da Câmara, número 225, de 1957, oriundo de mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional, cria, na Justiça do Distrito Federal, cargos públicos ligados à administração do Poder Judiciário, tais como sejam: Oficial de Justiça (31, padrão J); Escrivão Juramentado (15, padrão J) e; Correio (5, padrão A).

A ilustre Comissão de Serviço Público Civil desta Casa, foi ouvida a respeito da proposição em aprêço, manifestando-se favoravelmente à sua aprovação com emenda (número 1-C), segundo a qual fica garantida a nomeação para os cargos de Oficial de Justiça, de candidatos habilitados em concurso. Para êsse fim a emenda revalida a vigência do último con-

curso dizendo mais que, a nomeação obedecerá à ordem de colocação dos candidatos aprovados.

A emenda como se vê, é altamente moralizadora e justa, pois, além de exigir mérito comprovado para os que venham a ser nomeados, oferece àqueles que já prestaram concurso a oportunidade de aproveitamento.

Do ponto de vista geral, o projeto nos parece merecer o apoio desta Comissão uma vez que amplia os quadros reconhecidamente deficientes da Justiça local.

Do ângulo desta Comissão éle apenas prevê no artigo 3.º, a abertura do necessário crédito de (Cruzeiros 2.874.000,00) para as despesas de execução da lei no corrente exercício.

Nada temos a opor à abertura deste crédito. Ao contrário, é de boa técnica legislativa que, uma vez criado cargo público, conceda-se a indispensável autorização de crédito para seu preenchimento.

Nessas condições, a Comissão de Finanças opina favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara, número 255, de 1957, bem como à Emenda n.º 1-C, que lhe foi oferecida pela Comissão de Serviço Público Civil.

Sala das Comissões, em 3 de março de 1958. — *Othon Mäder* Presidente eventual. — *Mathias Olympio*, Relator. — *Ary Vianna*. — *Carlos Lindenberg*. — *Paulo Fernandes*. — *Lima Guimarães*. — *Fausto Cabral*. — *Lino de Mattos*. — *Juracy Magalhães*.

PARECER N.º 54, de 1958

Da Comissão de Finanças ao projeto de lei da Câmara, número 252, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, como reforço, para atender às despesas

finais decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa.

Relator: Sr. *Lameira Bittencourt*.

O Projeto de Lei da Câmara, n.º 252, de 1957, oriundo de Mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional, autoriza a abertura pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), como reforço, para atender às despesas finais decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa.

O pedido de crédito tem como fundamento o fato de haver a visita, de Sua Excelência o Sr. Presidente Craveiro Lopes durado mais tempo que o inicialmente programado, dando ensejo a viagens e solenidades novas, para as quais não previra o Executivo os necessários recursos financeiros.

Nunca será demais assinalar o quanto foi para nós honrosa e mesmo comovente, a estada do Presidente da República Portuguesa em nosso País.

Por conseguinte, o crédito especial requerido pela Mensagem número 225, de 28 de junho de 1957, traduz, sobretudo, a alegria que vivemos de contar, por mais alguns dias, com a presença de tão ilustre visitante, que, aqui, na Capital Federal, não somente se deteve, pois percorreu outras cidades brasileiras, inclusive Recife, donde afinal regressou à nossa Pátria de origem.

Nessas condições, opinamos pela aprovação deste projeto de lei.

Sala das Comissões, em 7 de fevereiro de 1957. — *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício. — *Lameira Bittencourt*, Relator. — *Ary Vianna*. — *Juracy Magalhães*. — *Othon Mäder*. — *Júlio Leite*. — *Mathias Olympio*. — *Daniel Krie-*

ger. — *Lima Guimarães*. — *Fausto Cabral*. — *Domingos Vellasco*.

PARACERES NS. 55 e 56, de
1958

N.º 55, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 14, de 1957, que determina o registro do termo de acôrdo celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Missão Salesiana de Mato Grosso.

Relator: Sr. *Benedicto Valladares*.

O presente Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados, visa determinar o registro do termo de acôrdo celebrado em 26 de outubro de 1955, entre o Ministério da Agricultura e a Missão Salesiana de Mato Grosso, para aplicação da verba de Cr\$ 100.000,00, destinada ao Aprendizado Agrícola de Guiratinga, naquele Estado.

Somos pela aprovação do projeto, de acôrdo com o precedente parecer da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, perfeitamente fundamentado, a nosso ver, de fato e de direito.

Sala das Comissões, em 6 de agosto de 1957 — *Cunha Mello*, Presidente — *Benedicto Valladares*, Relator. — *Lima Guimarães*. — *Daniel Krieger*. — *Gaspar Velloso*. — *Mario Motta*. — *Octacilio Jurema*. — *Saulo Ramos*.

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1957.

Relator: Sr. *Fausto Cabral*.

Em sessão de 2 de dezembro de 1955, o Egrégio Tribunal de Contas da União recusou registro ao contrato celebrado entre o Minis-

tério da Agricultura e a Missão Salesiana de Mato Grosso, entidade mantenedora do Aprendizado Agrícola de Guiratinga, naquele Estado, para aplicação do auxílio de Cr\$ 100.000,00, constante do Orçamento da referida Secretaria de Estado, para o exercício de 1954.

Foi motivo para esse decisório o estar exaurida a vigência do contrato, desde 31 de dezembro do ano anterior, diante do que dispõe a sua cláusula quinta.

Remetido o processo ao Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, firmada em parecer da sua ilustrada Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, resolveu dar legalidade ao contrato impugnado, nos termos do presente projeto de Decreto Legislativo.

Razões ponderáveis, e com as quais estamos de pleno acôrdo, aduziu aquêle órgão técnico da Câmara, para a convalidação do ajuste. Delas, sobressai-se, juntamente, a disposição contida no art. 790 do Código de Contabilidade Pública, que assim dispõe:

«Art. 790. A decisão do Tribunal de Contas sobre o registro dos contratos deverá ter lugar dentro de quinze dias, a contar da entrada dos mesmos naquele Tribunal. Findo este prazo sem ter ocorrido julgamento, o contrato será tido como registrado para todos os efeitos».

E, como se pode ler do processo o acôrdo firmado deu entrada no Tribunal a 11.º de novembro de 1955, não tendo sua Egrégia Corte julgado a matéria até o dia 26 do referido mês.

Ademais, há de acrescentar-se, também, o vigoroso argumento do interesse público, pois são deveras notórios e imprescindíveis os serviços prestados pela Missão Salesiana de Mato Grosso, no que tange ao desenvolvimento e aper-

feijramento de nossa aprendizagem agrícola em região tão carente de recursos.

Diante do exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 3 de março de 1958. — *Othon Mäder*, Presidente eventual. — *Fausto Cabral*, Relator. — *Carlos Lindenberg*. — *Ary Vianna*. — *Paulo Fernandes*. — *Mathias Olympio*. — *Lima Guimarães*. — *Lino de Mattos*. — *Novaes Filho*. — *Domingos Vellasco*.

PARECERES N.º 57 e 58, de 1958

N.º 57, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 32, de 1957, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Sociedade Escritório Técnico Passos & Mattos Ltda.

Relator: Sr. *Lineu Prestes*.

Em sessão de 10 de agosto de 1954, o Egrégio Tribunal de Contas da União resolveu negar registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Sociedade Escritório Técnico Passos & Mattos Ltda., para a construção da variante João Rodrigues — Ramiz Galvão, da linha tronco da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

A decisão denegatória teve fundamento no fato de o aditivo ferir frontalmente, o disposto nas cláusulas 10 e 13, letra c, do contrato primitivo que, de modo expresso, proibia a sua sub-rogação.

Sem que o órgão interessado recorresse desse decisório, foi o processo, de acordo com o art. 177, § 1.º, da Constituição Federal, re-

metido ao Congresso, tendo a Câmara dos Deputados, firmada, em parecer da sua ilustrada Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, mantido a decisão do Tribunal, nos termos do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Bem examinada a matéria, verifica-se a inteira procedência do julgado daquele Tribunal, que atendeu aos ditames da lei e da jurisprudência.

Somos, assim, diante do exposto, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1957. — *Cunha Mello*, Presidente — *Lineu Prestes*, Relator. — *Gilberto Marinho*. — *Atílio Vivacqua*. — *Daniel Krieger*. — *Lima Guimarães*. — *Rui Palmeira*. — *Lourival Fontes*.

N.º 58, de 1958

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 1957.

Relator: Sr. *Othon Mäder*.

O presente projeto aprova a decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao termo de 3 de junho de 1954, aditivo ao de ajuste celebrado, em 26 de outubro de 1950, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Sociedade Escritório Técnico Passos & Mattos Ltda., para transferência de sua execução à firma Construtora Passos Ltda., sucessora daquela contratante.

A recusa do Tribunal de Contas se fundamentou na proibição constante das cláusulas 10.^a e 13.^a letra c, do termo primitivo, que não permitem a transferência da tarefa a terceiros (10.º), sob pena de nulidade e rescisão de pleno direito (13.^a c).

De acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, opinamos favoravelmente ao projeto.

Sala das Comissões, ... de 1958. — *Othon Mäder*, Presidente, eventual e Relator. — *Ary Vianna*. — *Carlos Lindenberg*. — *Paulo Fernandes* — *Mathias Olympio*. — *Fausto Cabral*. — *Lima Guimarães*. — *Lino de Mattos*. — *Juracy Magalhães*.

O SR. PRESIDENTE: — Como é do conhecimento dos Srs. Senadores, pendem de apreciação do Congresso Nacional dez vetos presidenciais, provenientes de sessões legislativas anteriores.

Referem-se aos seguintes projetos:

1) ao Projeto de Lei (n.º 1.181, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 92, de 1957, no Senado) que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências;

2) ao Projeto de Lei (número 3.930, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 82, de 1957, no Senado) que regula a contagem de tempo de serviço para os pára-quadistas militares;

3) ao Projeto de Lei (n.º 117, de 1955, na Câmara dos Deputados, e n.º 124, de 1957, no Senado) que cria uma taxa especial de propaganda do café no exterior.

4) ao Projeto de Lei (número 1.239, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 201, de 1957, no Senado) que assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção *post mortem*;

5) ao Projeto de Lei (número 15, de 1956, no Senado Federal, e n.º 2.752, de 1957, na Câmara) que estabelece em novos moldes, a aposentadoria ordinária, dispõe sobre a aposentadoria por invalidez

dos trabalhadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e dá outras providências;

6) ao Projeto de Lei (número 2.181, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 151, de 1957, no Senado) que estende aos ferroviários e marítimos das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União os benefícios da licença-prêmio;

7) ao Projeto de Lei (n.º 2.620, de 1957, na Câmara dos Deputados, e n.º 142, de 1957, no Senado) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1958;

8) ao Projeto de Lei (número 1.546, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 50, de 1957, no Senado) que cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul;

9) ao Projeto de Lei (número 2.158, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 233, de 1957, no Senado) que dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências;

10) ao Projeto de Lei (número 382, de 1955, na Câmara dos Deputados, e n.º 293, de 1956, no Senado) que dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiro.

A fim de conhecerem desses vetos, na ordem em que se acham enumerados, convoco as duas Casas do Congresso Nacional para sessões conjuntas, que se realizarão nos dias 25 e 27 de março, 8 — 10 — 15 — 17 — 22 — 24 — 29 de abril e 6 de maio do ano em curso, às 21 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados. (*Pausa*).

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa ofício do nobre Senador João Villasbóas.

É lido o seguinte

OFÍCIO

Ofício n.º GLM-1-58.

Em 12 de março de 1958.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa do Senado Federal:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que a Bancada da Minoria do Senado Federal, reafirmou como seu Líder e Vice-Líder para a sessão legislativa a se iniciar em 15 do corrente, respectivamente, os Senadores João Villasbôas e Rui Palmeira.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex.^a os protestos da mais elevada estima e aprêço. — *João Villasbôas, Líder da Minoria.*

O SR. PRESIDENTE. — A Mesa fica, inteirada.

Vão ser lidos requerimentos de informações.

São lidos e deferidos os seguintes requerimentos

REQUERIMENTO

N.º 62, de 1958

Na forma do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Educação e Cultura as seguintes informações:

a) Se já foi autorizado o pagamento relativo ao ano de 1957 e devido aos professores particulares de ensino, de acôrdo com o que dispõe a lei sôbre o Fundo Nacional do Ensino Médio;

b) Em caso afirmativo, qual o motivo por que ainda não foi efetuado o referido pagamento.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1958. — *Argemiro de Figueiredo.*

REQUERIMENTO

N.º 63, de 1958

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, sejam solicitadas

ao Senhor Ministro da Educação e Cultura as seguintes informações:

1) Se já foram baixadas pelo Ministério da Educação e Cultura as instruções a que se refere o artigo 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 37.494, de 14 de junho de 1955;

2) Se já foi elaborado, para o corrente ano letivo, o plano de distribuição das bôlsas de estudo a que se refere o art. 28 daquele Regimento;

3) Se o Ministério da Educação já elaborou planos no sentido de adaptar a Repartição das Bôlsas de Estudo mantidas através de cursos do Fundo Nacional de Ensino Médio às peculiaridades econômicas, sociais e culturais das várias regiões do País, conforme preceitua o Decreto n.º 37.494 (artigo 22);

4) Se o Ministério da Educação, através de suas Delegacias nos Estados, ou através das Secretarias Estaduais de Educação, já deu ciência aos interessados da existência das Bôlsas e das condições de inscrição;

5) Se alguma providência já foi tomada para organizar as Comissões Locais de Assistência Educacional, previstas no Regulamento (art. 23) e às quais incumbiria verificar as necessidades dos candidatos;

6) Se o Ministério da Educação, pelos seus órgãos competentes, já elaborou normas para provas públicas de seleção dos candidatos às bôlsas de Ensino Médio, a serem realizadas em todo o território nacional nos termos do Regulamento (art. 24); caso afirmativo, quando e onde;

7) Se já foi estabelecido o *quantum* de cada bôlsa e, em caso afirmativo, quando foi publicado, no *Diário Oficial*, o ato correspondente;

8) Se o Ministério da Educação já estabeleceu normas para a assistência educacional aos bolsistas e, caso o tenha feito, qual, o órgão encarregado de prestar essa assistência e quais os modos pelos quais irá prestá-la;

9) Quais as condições de aproveitamento escolar e de conduta consideradas mínimas para a concessão de bolsas de estudo;

10) Se o Ministério da Educação já elaborou a relação das entidades públicas ou privadas com as quais deverá firmar convênio para a concessão de bolsas nos termos do art. 29 do Regulamento:

11) Se tem sido obedecido, na concessão de bolsas, o critério da maior capacidade demonstrada em provas de seleção, conforme manda o Regulamento em seu art. 20;

12) Se o montante da bolsa é pago diretamente ao bolsista, seu responsável ou ao estabelecimento de ensino;

13) Enviar relação das bolsas concedidas em 1957 com recurso orçamentário do Fundo Nacional de Ensino Médio (Cruzeiros 228.400.000,00), por Municípios, com o nome de bolsistas, ramo do ensino médio e importância atribuída a cada um;

14) Enviar a relação das bolsas já concedidas no corrente ano à conta da dotação orçamentária de 240 milhões de cruzeiros, indicando os Municípios, o nome dos bolsistas, o nome do estabelecimento de ensino médio e o *quantum* anual de cada bolsa;

15) Enviar, também, relação das bolsas concedidas, em 1957, a estudantes do curso superior, indicando nome dos bolsistas, distribuição por Estado, importância de cada bolsa, forma de pagamento, critérios para sua concessão, ramo do ensino superior e a dotação orçamentária utilizada.

Justificação

A Lei n.º 2.342, de 25 de novembro de 1954, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino do grau médio, institui o Fundo Nacional do Ensino Médio, destinado à melhoria e ampliação do sistema escolar do ensino desse grau, para ser aplicado através de (artigo 2.º);

«I — bolsas de estudo aos alunos mais capazes dentre os necessitados;

II — contribuição mediante convênio, a estabelecimentos de ensino de grau médio para sua manutenção, obras de ampliação e equipamentos;

III — contribuição, mediante convênio, a entidades públicas ou de direito privado destinadas a promover o aperfeiçoamento e a difusão do ensino de grau médio.

Estabelece a referida lei que, além das exigências regulamentares, serão observadas as seguintes condições na sua execução (artigo 3.º).

«a)

b) a distribuição das bolsas será proporcional à população de cada Estado, dos Territórios e do Distrito Federal, obedecendo-se, porém, estritamente, aos limites das deficiências locais;

c) o aluno que obtiver a bolsa, será obrigado a estudar no estabelecimento do ramo de ensino de sua escolha, mais próximo do local onde reside, e só em circunstâncias excepcionais poderá fazê-lo em estabelecimento de outra localidade».

A Lei n.º 2.342, citada, foi regulamentada pelo Decreto número 37.494, de 14 de junho de 1955 que, no capítulo sobre bolsas de estudo, prescreve:

«Art. 20. As bolsas de estudo, mantidas com recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio, destinar-se-ão a suprir, nos limites das respectivas necessidades, o custeio

da educação de adolescentes a que, em atenção à sua maior capacidade demonstrada em provas de seleção, deva ser ou esteja sendo ministrado o ensino médio.

Art. 21 Os recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio, destinados anualmente a bolsas de estudo (R), serão aplicados entre o Distrito Federal, os Municípios dos Estados e os Territórios da Federação, proporcionalmente às necessidades de cada um (r), determinadas estas em função dos números de conclusões de curso primário (c) e de oportunidades de ensino médio gratuito já existentes na localidade (o) e dos totais nacionais de conclusões de curso primário (C) e de oportunidades de ensino médio gratuito (O), de acôrdo com a seguinte fórmula:

$$r = R X \frac{c - o}{C - O}$$

Art. 22. A repartição das bolsas de estudo entre os ramos do ensino médio objetivará proporcionar aos mesmos desenvolvimento em harmonia com as peculiaridades econômicas, sociais e culturais das várias regiões.

Art. 23. A inscrição de candidatos a bolsas de estudo, mediante a verificação das suas necessidades será atribuída a uma Comissão local de Assistência Educacional, constituída de pessoas de reconhecida idoneidade, que se interessem pelos problemas da educação.

Art. 24. A classificação dos candidatos mais capazes dentre os inscritos far-se-á em provas públicas, realizadas de acôrdo com instruções baixadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Classificados os candidatos, serão os mesmos atendidos, pela ordem de classifi-

cação, dentro dos recursos atribuídos ao Município.

Art. 25. As bolsas de estudo suprirão, conforme as circunstâncias, o custeio de despesas essenciais à educação de adolescentes em regime de externato ou de internato.

Art. 26. A bolsa de estudo será, de regra, concedida para a série inicial e mantida até a conclusão do curso.

§ 1.º O Ministério da Educação e Cultura providenciará para que seja dada assistência educacional aos bolsistas.

§ 2.º Perderá a bolsa o estudante que dela não mais necessitar ou que vier a desmerecê-la, por não satisfazer às condições de aproveitamento escolar e de conduta, que forem estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 27. A admissão de bolsista para série posterior à primeira de qualquer curso, somente poderá ser feita em caráter excepcional e nos termos das instruções que forem baixadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 28. O Conselho de Administração submeterá, anualmente, à aprovação do Ministro de Estado da Educação e Cultura o plano de distribuição de bolsas de estudo.

Art. 29. Mediante convênio, o Ministério da Educação e Cultura poderá atribuir a execução total ou parcial do plano de bolsas de estudo a entidade pública ou privada, que inclua, entre as suas finalidades, concessão de bolsas de estudo a alunos de ensino médio».

O Orçamento em vigor consigna ao Ministério de Educação e Cultura, através do Fundo Nacional do Ensino Médio a dotação de 240 milhões de cruzeiros destinada a «bolsas de estudo».

Na sessão de 5 do corrente mês, o Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara, n.º 20, de 1958, originário do Poder Executivo, autorizando a abertura, pelo referido Ministério, do crédito especial de 100 milhões de cruzeiros, para atender às despesas com a concessão de matrícula e bolsas de estudo a estudantes de estabelecimentos de ensino médio.

Verifica-se, assim, que o Executivo irá dispor da vultosa quantia de 340 milhões de cruzeiros para o custeio de bolsas de estudo durante o corrente exercício.

No entanto, segundo estamos informados, a legislação que disciplina a espécie não está sendo obedecida na concessão das bolsas.

Prova dessa assertiva é o seguinte boletim distribuído, no dia 24 de janeiro do corrente ano, na cidade de Lavras, Minas Gerais:

«Ao Povo de Lavras.

O Dr. Tufy Haddad, apesar da luta subterrânea, do conhecimento público, foi, novamente, eleito Presidente da Câmara Municipal de Lavras.

Advogado competente, vereador esclarecido, político de grande prestígio neste município, como figura das mais expressivas do Partido Republicano, a sua eleição foi motivo de contentamento popular.

Esta cidade, sua terra natal, que ele tanto ama e defende, acompanhou, com verdadeiro entusiasmo, a eleição do Dr. Tufy Haddad, que um dia antes havia chegado do Rio de Janeiro, onde conseguiu, no Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Dr. Celso Teixeira Brant, DD. Chefe de Gabinete, candidato a Deputado Federal, 118 bolsas de estudo para a coletividade lavrense, beneficiando 118 famílias, fato inédito nos anais da nossa história.

Fato tão importante para Lavras, aconteceu sendo Ministro da Educação e Cultura o Doutor Clóvis Salgado, do alto comando do Partido Republicano e uma das maiores reservas morais e intelectuais de nossa Pátria.

Lavras, 24 de janeiro de 1958.

— Ana Nogueira Reis».

Tratando-se de matéria que interessa a milhares de estudantes pobres, formulamos o presente requerimento que oferece ao Ministério da Educação e Cultura oportunidade para divulgar os seus atos sobre assunto tão importante, já que os órgãos oficiais nada têm publicado a respeito.

Sala das Sessões, 17 de março de 1958. — Juracy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, primeiro orador inscrito.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO. — (*Lê o seguinte discurso*) — Senhor Presidente, vem-se discutindo, calorosamente, em alguns pontos deste País, o problema do reatamento de nossas relações comerciais com os povos envolvidos na Cortina de Ferro e liderados pela grande nação soviética.

Nos últimos dias, o honrado Ministro da Fazenda divulgou pela imprensa desta Capital o seu corajoso pensamento, que talvez venha exprimir a posição do Governo da República, no sentido favorável à corrente que prega o intercâmbio mercantil irrestrito com todas as nações do mundo.

Por muitas vezes, Sr. Presidente, tenho ocupado esta tribuna, com que me honrou a vontade do povo livre do meu Estado, no objetivo patriótico de contribuir para que se ajuste a moldes racionais e sen-

satos, o anárquico movimento nacionalista, que vem agitando a nação brasileira. As minhas palavras têm sofrido deturpações irritantes. Mais do que isso — se uns interpretam com infidelidade o meu pensamento, dando-lhe a extensão e o sentido dos pronunciamentos contrários aos interesses nacionais, outros descem a ludibriar a opinião pública, em função da politicagem sórdida, atribuindo-me atitudes que jamais tomei no exercício de minha atividade parlamentar. O primeiro processo de combate emerge das almas apaixonadas; o segundo reflete o processo diabólico e frio dos que buscam denegrir reputações, pela injúria e pela mentira. Ambos realçam os males de uma democracia conspurcada.

A democracia é um sistema de vida pública integrado na lealdade e nos sentimentos da nobreza. É o grau máximo do aperfeiçoamento do homem político. É a liberdade disciplinada e construtiva exercida no âmbito de dignidade dos seres humanos.

A democracia que falseia; a democracia que mente; a que injúria; a que difama; a democracia que atraiçoa; a democracia que engana ao povo, pode ser tudo, Sr. Presidente, menos o regime que se instituiu para inspirar e conduzir a vida política de homens conscientes e livres. Não poucas vezes testemunhamos a prática perniciosa dessa democracia degradada. Há poucos dias, tive o ensejo de ler o editorial de um jornal carioca que me negava as credenciais de nacionalista. Eu estaria impedido ou incompatível com esse movimento, *por haver pronunciado, no Senado, vários discursos contra a Petrobrás*. O jornal é daquí, mas, a notícia é de fonte paraibana. Nasce de políticos que nunca puderam subir pelos processos normais e altos, e recorrem à mesquinhez da competição desleal.

Jamais discurssei ou escrevi, em qualquer parte, contra a Petrobrás. Ao contrário. Fiquei como relator de um projeto de lei que tentava reformá-la e mantive, em toda linha, a legislação vigente. Não o fiz por temor e menos violentando a consciência, do meu dever público. É bem verdade que não pertencço a legião dos fanáticos que desfraldam a bandeira desse nacionalismo irracional e contraditório, lutando para negar à iniciativa privada a virtude de impulsionar o progresso de tôdas as nações. Sou um nacionalista de convicções ajustadas à letra e ao espírito da Constituição da República. Combato o abuso do poder econômico, dentro dos princípios da justiça social, buscando sempre conciliar a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano. Não distingo brasileiros e estrangeiros, aqui residentes, no que diz respeito aos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade.

Isso vale dizer que admito a intervenção limitada, e discreta do Estado, no domínio econômico. A intervenção estímulo; a intervenção protecionista, a intervenção repressiva, quando necessária para coibir os abusos criminosos da especulação. Fora daí, o nacionalismo é um movimento subversivo da ordem econômica e das instituições republicanas.

A política vigente do petróleo nacional é tolerável, como exceção, aos que, como eu, julgam perniciosa a implantação do estatismo brasileiro. Perniciosa e agressiva ao regime, pois ninguém poderá conciliar a hipertrofia do Estado, o totalitarismo, com o espírito de democracia e os reclamos da liberdade. Permita Deus que, em relação ao petróleo brasileiro, a exceção frutifique, porque, se isso não ocorrer, teremos de mudar de rumos. Mudar, porque não somos uma nação de fanáticos inconscientes. Já o

disse em outro discurso. Mudar de rumos se necessário, um dia, mas sempre com o resguardo dos interesses vitais do País. Mudar, sim, porque somos nacionalistas sinceros e desejamos, por isso, elevar a nossa terra ao nível cultural e material das grandes potências. Esses anseios de progresso jamais poderiam ajustar-se ao nacionalismo irracional e fascista que prega a política do isolamento entre as nações; o isolamento da comunidade internacional. Precisamos do intercâmbio, cada vez maior, com todas as nações do mundo. Com as menos desenvolvidas, para levarmos às suas atividades sociais e econômicas, tudo quanto tenhamos colhido nos avanços de nossa civilização. E com as mais civilizadas para obtermos delas os instrumentos do progresso, da técnica e da cultura, com que se constrói a grandeza moral e material dos povos. Sou, assim, um partidário caloroso do intercâmbio com todos os países da Cortina de Ferro, liderados pela Rússia. Não sou e jamais serei comunista. Mas, não vejo o que temeremos, nesse reatamento de relações com a grande nação soviética. Considero indestrutíveis as bases morais e cristãs da civilização brasileira. O contacto com os russos carece de elementos que possam comprometer a segurança da ordem social e econômica do Brasil.

Somos uma nação livre. E as nações livres não devem e não podem recear a aproximação com povos que lhes pareçam escravizados. Não é possível negar as grandes conquistas do povo russo nos domínios das ciências, das letras e das artes. Imenso é o seu parque industrial. É por outro lado um invejável centro de produção e de consumo. Por que fechamos à Rússia as portas do nosso comércio? Por que se as outras nações anticomunistas intensificam cada vez mais o volume de suas negociações com esse grande país? É certo que o comér-

cio não tem pátria. Ele vive entre o produtor e o consumidor sem a marca das ideologias políticas.

As nações que se isolam da comunidade internacional enfraquecem o seu poder econômico.

A riqueza de um povo quase sempre se arrima no volume e na amplitude do seu comércio, no espaço e no tempo. Seremos mais e mais poderosos à medida que aumentarmos neste País as nossas fontes de produção e conquistarmos, no mundo, grandes núcleos humanos de consumo.

Não iremos quebrar o ritmo da profunda afeição, que nos vincula ao nobre e inconfundível povo americano. Temos com ele um destino comum nas lutas e sacrifícios em defesa da liberdade e da democracia. Proclamamos o quanto lhe devemos nas conquistas do nosso progresso. Compreendemos o quanto ainda precisamos de sua ajuda no aproveitamento intensivo de nossas imensas possibilidades de riqueza. Mas não é possível negar que o comércio é cruel. Insensível aos toques da amizade, da ternura e da afeição. O lucro é o seu escopo. Uma nação que se submete a exclusivismos mercantis, vendendo a um só consumidor ou comprando a um vendedor único, lavra a sentença de sua própria escravidão econômica. A livre concorrência nos mercados internos e internacionais é o fator único do equilíbrio e da prosperidade econômica dos povos.

Sr. Presidente. As formas de governo são criações do espírito humano destinadas a manter o equilíbrio da vida social. Mais fortes ou mais flexíveis aos sentimentos da liberdade, elas se diversificam em função da índole, dos costumes, das aspirações, da cultura e das tendências dos núcleos humanos.

O comércio não pode ficar condicionado a ideologias políticas. Ele é como a indústria, as ciências, as letras e as artes, de cunho eminen-

temente universal. Sou dos que pensam, Senhor Presidente, quero repetir, que jamais poderemos enfraquecer os vínculos que nos prendem aos deveres da solidariedade continental. Tremule sempre, ao lado da nossa, a bandeira gloriosa dos Estados Unidos da América do Norte, sentinela indômita da liberdade dos povos ocidentais. Mas, deixemos os nossos portos abertos a tôdas as nações do mundo.

Uma nação que se isola das outras pelo império da força bruta ou pelo domínio de concepções fanáticas; uma nação que se afasta, por timidez, da comunidade internacional; uma nação que, por egoísmo e ódio mesquinho, torna-se impenetrável ao influxo das grandes civilizações; uma nação, assim, Sr. Presidente, violenta a sua própria natureza; rebela-se contra o instinto da sociabilidade e destrói-se a si mesma.

Sou nacionalista no bom sentido.

Quero a minha Pátria feliz e próspera, sem as deploráveis contingências econômicas que escravizam os povos. Não será esse nacionalismo irracional e incoerente que poderá fazê-la assim.

O Sr. Fernandes Távora — Dá o nobre orador licença para um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO. — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Estou de pleno acôrdo com o pensamento de V. Ex.^a no que tange às relações dos povos uns com os outros. É necessário, entretanto, que, nessas relações não corramos o risco de uma invasão como a que se prenuncia nos arraiais comunistas. Resta saber se teremos governos capazes de evitar essa contaminação, a mais detestável e indesejável possível.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço o aparte valioso de Vossa Excelência.

(*Lendo*):

Nacionalismo que fala em nome da liberdade, mas prega o estatismo; nacionalismo de todos os caminhos e de tôdas as côres; nacionalismo que diz servir à democracia mas resvala para o fascismo; nacionalismo que promete o bem-estar social, mas, conduz o povo às garras da especulação interna; nacionalismo da demagogia criminosa e dos políticos fracassados.

Sr. Presidente — não é a política do isolamento que faz a prosperidade dos povos. Estendamos as nossas mãos fraternais aos estrangeiros de tôdas as nações do Universo.

Era o que tinha a dizer (*Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Neves da Rocha, segundo orador inscrito.

O SR. NEVES DA ROCHA. — (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente. Srs. Senadores: ainda ecoam aos nossos ouvidos, fazendo vibrar em fortes emoções, os corações de brasileiros, as demonstrações de regozijo do povo carioca, pelas comemorações há dois dias aqui realizadas, no simbolismo daquela magnífica reconstituição histórica, revivendo o desembarque do Príncipe Regente, D. João e sua luzida Côrte, a 8 de março de 1808, nesta encantadora Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A transmigração da família real portuguesa para o Brasil, há cento e cinqüenta anos passados, é fato histórico da mais alta significação, que merece ser comemorado como dos mais importantes das páginas aurifulgentes da nossa história pátria.

A essas manifestações de intenso júbilo patriótico não poderia deixar de estar presente o Senado da República, e, a esse chamamento para o cumprimento do dever cívico de associar-se às justíssimas homenagens que vêm sendo tributadas ao glorioso reinante, aqui se ergue, nesta hora, a voz de um dos seus mais humildes representantes, integrante da Bancada balana, nesta Casa do Parlamento, nascido naquelas plagas predestinadas onde aportaram pela vez primeira as garbosas naus de Cabral, plagas hospitaleiras em que durante longos anos esteve instalada a Capital do Brasil Colonial.

Por feliz coincidência, estava reservado ao Príncipe-regente, ao deixar os seus domínios, nas terras lusitanas, fôsse ainda em solo balano que deveria pisar antes de aportar a esta Cidade, que era o seu destino, para, na Bahia, estabelecer, embora provisoriamente, a sua Côrte.

Naquele rincão privilegiado começou, de logo, a trabalhar, directa ou indirectamente, pela emancipação do Brasil, e, em cujo solo, por notável predestinação, haveria de ser consolidada a nossa Independência, quinze anos mais tarde, a 2 de julho de 1823.

É por tudo isso, Sr. Presidente, que a voz de um balano, amante das tradições, patriota arraigado, e, cónscio das responsabilidades que lhe impõe o dever cívico de zelar por este patrimônio inexaurível, legado pelos seus antepassados, se faz ouvir, neste instante, do alto desta tribuna, para reverenciar, no seu nome, em nome da Bancada a que tem a honra de pertencer, e, em nome da Bahia, a que tanto preza, a memória daquele que preparou, com a sua vinda para o Brasil, os dias de glória, de prosperidade e de liberdade que está vivendo todo o povo deste grandioso País, que, hoje, ocupa um dos primeiros lugares no concôrto

das nações do universo. Pois não deve a Bahia, Sr. Presidente, agradecer à Divina Providência, aquêlê acontecimento, que chamaremos de auspiciosa, de ter sido a frota lusa, após deixar o Tejo, dispersada por tremendo vendaval, que varria o Atlântico Sul, dando causa à nau Capitânia em que viajava, o Príncipe D. João se desgarrar das demais unidades e arribar àquelas bonançosas paragens, desviando-se do rumo desejado, que era, o Pôrto do Rio de Janeiro?

E por que essa viagem ao Brasil?

É sabido que Napoleão Bonaparte, Imperador de França, após ter vencido as mais fortes nações da Europa, perseguiu tenazmente a sua temível inimiga — a Inglaterra — sempre vitoriosa, no mar.

Portugal, então, governado por D. João, como Príncipe-regente, em virtude do estado de loucura da Rainha D. Maria I, sua progenitora, aliado da Inglaterra, provocara as iras de Bonaparte, que ordenara a Junot, comandante das forças francesas, invadissem e ocupassem aquela pequenina nação do sul da Europa.

D. João, convencido do sério perigo que ameaçava o Reino, e, sem meios eficazes de defesa, resolveu, transmigrar para o Brasil, com toda a família real, a sua Côrte e numerosa comitiva. Não fôra propriamente uma fuga covarde, como já classificaram alguns críticos e historiadores. Mas, um sábio golpe político, desfechado no momento em que necessária se tornava a preservação do Reino de Bragança, cujos domínios se estendiam a longínquas plagas, difíceis de ser conquistadas.

A 29 de novembro de 1807 zarpara, então, de Lisboa, a esquadra lusa, constituída de 14 unidades, comboiada por navios da marinha Real Britânica, sem prever os seus tripulantes a furiosa tormenta que a aguardava na longa travessia do Atlântico.

Em verdade, na noite de 19 de dezembro, desencadeou-se terrível borrasca, desgarrando-se várias naus da frota portuguesa, sem que, no dia imediato, pudessem estar à vista umas das outras, as unidades integrantes, tomando algumas delas rumos diferentes.

Assim é que a nau condutora da Família Real, acossada pela tormenta, arribara à Bahia, a 21 de janeiro de 1808.

Esse acontecimento histórico nos faz reviver, num olhar de olhos para o passado, os dias esplendurosos, de grande entusiasmo cívico que se sucederam, no alvoreço daquelas festividades vívidas na terra de Tomé de Souza, na minha querida Cidade de Salvador — pedaço estremecido dêsse torrão abençoado, onde nasceu o Brasil, e que, naquela feliz oportunidade, se tornaria, ainda uma vez, credora da gratidão de todo um povo, por ter ali se celebrado, por sugestão de eminente baiano, o Visconde de Cairu, a assinatura, por D. João, do importantíssimo Decreto-Real ou Carta-régia de 28 de janeiro de 1808, abrindo os portos do Brasil à livre navegação e comércio de tôdas as nações em paz com o seu governo, excluindo-se, apenas, da liberal medida, como seria natural, a França, de Napoleão Bonaparte, e a Espanha, que o acompanhava na injustificável invasão de Portugal.

Cercado das mais cativantes demonstrações de seu povo e autoridades, permaneceu o hóspede real na Bahia, de 21 de janeiro a 26 de fevereiro de 1808, e, já se afirmou alhures que «se não fôssem os imperativos políticos da trasladação da família real e do governo português para o Rio de Janeiro, ato político do maior alcance e clarividência, teria êle permanecido na Bahia, pois que a população daquela terra hospitaleira e boa, se propôs a retê-lo em seu seio obrigando-se a construir um palácio mo-

numental para a sua residência e sede do governo.

Evidentemente, a deliberação do Conselho de Estado e o Decreto de 27 de novembro de 1807, por meio do qual se comunicava ao povo português e às nações, a resolução de se transferir para o Brasil, indicavam como futura sede da Córte a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A 28 de janeiro de 1808 foi lançada, portanto, neste solo fértil em que vivemos, a semente da nossa emancipação política

A abertura dos portos do Brasil às nações amigas valeu por uma verdadeira revolução nos campos político-económico e financeiro do País.

Pode-se dizer que D. João foi o verdadeiro fundador da nacionalidade, consolidada por seu augusto filho e sucessor D. Pedro I.

Cônego Luiz Gonçalves dos Santos diz, textualmente, em suas memórias:

«Sujeitas até então a um regime de compressão e de arrôcho, as fôrças vivas do País tomaram um surto maravilhoso, apesar das preferências asseguradas à Inglaterra fazerem do País uma Colônia também dela».

«Exportava quem queria e as nações estrangeiras vinham abastecer-se nos portos nacionais».

«A lavoura asfixiada cresceu, cresceram as indústrias. Sob essa atmosfera de simpatia pela salutar medida foi que começou o reinado de D. João VI no Brasil».

É forçoso ressaltarmos que três foram os principais decretos reais que beneficiaram extraordinariamente o Brasil, e que podem ser considerados como pedras fundamentais na constituição dos alicerces em que se erigiu a grandeza e a prosperidade do nosso Império.

A primeira foi a transmigração da família real a 27 de novembro de 1808; a segunda foi sem nenhuma dúvida o decreto da abertura dos portos às nações amigas, assinado a 28 de janeiro de 1808; e a terceira, a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, consignada na Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815.

Antes do Príncipe-Regente deixar a Bahia, conforme já foi citado em brilhante discurso proferido nesta Casa pelo eminente colega Juracy Magalhães, ao ensejo das homenagens prestadas à Faculdade de Medicina da Bahia, pelo transcurso do seu sesquicentenário de fundação.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Com prazer.

O Sr. Juracy Magalhães — Ao ensejo da homenagem prestada na Faculdade de Medicina da Bahia, à qual V. Ex.^a deu o brilho da sua solidariedade, suas palavras repercutiram no Estado, mostrando a unidade de pensamento que une todos os representantes da gloriosa terra, quando se trata da defesa do patrimônio cultural do País.

O SR. NEVES DA ROCHA — Muito obrigado a V. Ex.^a pelo aparte.

Sr. Presidente, como dizia, antes que o Príncipe-Regente deixasse a Bahia, conforme vem citado em brilhante discurso proferido nesta Casa pelo eminente colega Juracy Magalhães, ao ensejo das homenagens prestadas à Faculdade de Medicina da Bahia, pelo transcurso do seu sesquicentenário de fundação, querendo aquêlê governante ilustre dar aos balanos provas do seu aprêço e da sua gratidão à maneira fidalga com que fôra tratado pela população local, agradeceu os membros da Câmara, o pessoal

da magistratura, do clero e da administração, deixando ali mais uma prova concreta de sua passagem, criando a 18 de fevereiro de 1808, no Hospital de Salvador, uma Escola de Cirurgia e Obstetrícia, que passou posteriormente a funcionar na Santa Casa de Misericórdia e, por fim, no Terreiro de Jesus, daí surgindo a tradicional Faculdade de Medicina, atualmente incorporada à Universidade da Bahia. Foi a primeira Escola de Medicina que se fundou no território nacional.

Após essa meritória providência foi criada a Escola de Medicina do Rio de Janeiro.

Não é do nosso intento enumerar nesta oportunidade tôdas as importantes obras de benemerência e atos governamentais de caráter econômico, cultural e social com que nos beneficiou D. João VI, durante o período de 13 anos que estêve entre nós (1808 a 1821), não querendo nos escusar, no entanto, de citar os principais, como dignos de menção especial, como elementos basilares que se tornaram para o engrandecimento e prosperidade da Nação a que tanto amou.

Vale citar, além das acima indicadas, a academia de Cadetes da Marinha; o atual Corpo de Fuzileiros Navais, cujo sesquicentenário de criação, a Marinha de Guerra acaba de comemorar com grandiosas festividades, corporação gloriosa à qual dedicamos também, nesta oportunidade, o testemunho da nossa gratidão pelos relevantes serviços que há cento e cinquenta anos vem prestando ao País.

O atual Corpo de Fuzileiros Navais, oriundo da Brigada Real da Marinha Portuguesa, criada em Lisboa a 28 de agosto de 1797, é a mais antiga corporação militar do Brasil, foi desmembrada de sua matriz portuguesa, e aqui chegou com D. João a 7 de março de 1808, aguardando as naus que acompanhavam a esquadra lusitana, pro-

tegidas e escoltadas (e este fato é digno de menção) por várias unidades da Marinha Britânica, sob o comando do Almirante William Sydney Smith.

Aqui ficam, portanto, as nossas homenagens a esta brilhante Corporação militar — o Corpo de Fuzileiros Navais, que conta atualmente com um efetivo de 10 mil homens, a serviço da nossa gloriosa marinha de guerra.

Como realização de inestimável valor, citaremos ainda a fundação do Museu Nacional; a Escola de Belas Artes; a Escola de Comércio, a Academia Militar, criada pela Carta Régia de 4 de dezembro de 1810; a Biblioteca Nacional; a «Imprensa Régia»; fundada a 13 de Maio de 1808; o primeiro Banco do Brasil; o Jardim Botânico, e tantas outras obras de real valor que propiciaram uma completa transformação nos nossos destinos e costumes.

Lamentável, porém, é o fato de alguns historiadores analisarem a personalidade de D. João VI, apenas pelo prisma caricato, focalizando essa notável figura de governante, pelo lado de suas fraquezas, seus infortúnios no lar, sua gula exagerada, sem quererem se aperceber de que, ao lado disso, revelara-se ele um grande monarca, a quem a história, já começa a fazer a devida justiça.

A justiça tarda, mas não falha.

Aclamado rei, por morte de D. Maria Pia, em 1816, com o título de D. João VI, por pouco tempo exerceu o seu reinado, entre nós, pois que em Abril de 1821, em face dos acontecimentos políticos em sua pátria, voltava, consternado, a Portugal, para falecer em Lisboa em 1826, já deixando o País em mãos do seu filho Pedro I, que havia sido aclamado Imperador.

É a este vulto inesquecível do passado, Sr. Presidente, que, nesta hora em que se comemora o sesquicentenário de sua chegada ao

Brasil, reverencio a memória, rendendo, em nome do Senado da República, o mais comovido preito de gratidão e de saudade, pelos inolvidáveis e extraordinários serviços prestados à Pátria Brasileira. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

Durante o discurso do Sr. Neves da Rocha, o Sr. Apolônio Salles deixa a cadeira da Presidência, reassumindo-a no decorrer do discurso do Sr. Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, terceiro orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS —

(*) — Senhor Presidente, o nobre Senador Victorino Freire, em nome do Ministro da Fazenda, procurou, da tribuna do Senado, esclarecer o verdadeiro sentido da entrevista concedida pelo senhor José Maria Alkmim à Imprensa, a propósito da minha atuação parlamentar, no que tange aos requerimentos de informações.

Não posso deixar de ser grato ao eminente amigo e representante do Maranhão pela preocupação revelada. Sei que tais esclarecimentos se devem à intercessão pessoal de S. Ex.^a junto ao Ministro.

Fiz sentir entretanto, na oportunidade, àquele prezado colega, que seria muito mais eficiente e, para mim, mais agradável, que o ilustre titular da Pasta me desse as informações solicitadas, regimentalmente, através do Requerimento número 240, de 1957.

Com o encaminhamento das informações pedidas naquele documento, tenho como plenamente satisfatória a atitude do Sr. Ministro da Fazenda. A entrevista concedida por S. Ex.^a está muito de acôrdo com o seu feito de parla-

(*) — Não foi revisto pelo orador.

mentar habituado às polêmicas, razão por que não me causou aborrecimento algum.

Tenho para mim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que nós, Congressistas, dispomos de recursos muito escassos, mesmo insignificantes, para o desempenho eficiente de nossas funções como mandatários do povo.

Entre os elementos de atuação de que nos poderemos utilizar, ocupam, no meu entender, lugar de relêvo os requerimentos de informações. Creio mesmo serem o meio positivo, que nos habilita a, através da tribuna, dar contas à opinião pública do nosso trabalho, exceto, evidentemente, as funções precípua do legislador: — apresentação de projeto de lei, emendas e outras providências de ordem legislativa.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Aliás, nós Senadores, temos pela própria Constituição, essa faculdade muito cerceada.

O SR. LINO DE MATTOS — Como bem acentuou o meu eminente Líder Senador Kerginaldo Cavalcanti, mesmo essa faculdade é limitada por preceito constitucional.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mormente quando se refere a despesas.

O SR. LINO DE MATTOS — Reiteradamente sou obrigado a esclarecer aos solicitantes de medidas de caráter financeiro do interior, que os Senadores não podem ter tal iniciativa. O número de pedidos que cada um de nós recebe é enorme, principalmente os representantes do Estado de São Paulo, onde existem quatrocentos e trinta e cinco municípios e centenas de distritos, cada um deles preocupado em conseguir do Governo Federal auxílio financeiro. Entendem que o meio mais fácil para alcançar seu

objetivo é recorrer aos integrantes da Câmara Alta, solicitando nosso empenho. Somos, então, obrigados a desapontá-los, esclarecendo que ao Senador não cabe a iniciativa de leis de caráter financeiro, mesmo de auxílio a instituição de assistência social.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — No particular, somos muito mal compreendidos.

Agora mesmo, quando tive oportunidade de visitar o meu Estado, fui interpelado diversas vezes sobre os motivos por que não oferecia projeto de utilidade para o Rio Grande do Norte. Esclareci, então, que a atribuição era do Presidente da República ou dos Senhores Deputados. O mais que podíamos fazer era aguardar chegasse ao Senado um desses projetos, para emendá-lo. É a única faculdade, afinal, que temos dentro dessa situação anormalíssima, porém, constitucional, a que estamos subordinados.

O SR. LINO DE MATTOS — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O cerceamento, portanto, de nossa atuação no campo propriamente legislativo é muito grande. Cumpre também assinalar que boa parte das proposições que conseguem tramitação mais rápida é proveniente do Executivo. Creio que a opinião pública é conhecedora da situação; a Maioria parlamentar faz a Mesa, as Comissões Técnicas e, através do Líder que representa a opinião e a vontade do governo da República, as proposições que têm iniciativa no seio do Executivo conseguem encaminhamento rápido. As nossas proposições ficam aguardando oportunidade. Uma

das queixas no decorrer da sessão legislativa que findou em 5 do corrente mês — é exatamente a de que a maior parte das proposições aprovadas pelo Congresso, em 1957, proveio do Executivo; poucas de iniciativa dos parlamentares conseguiram aprovação.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS —
Com todo o prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Eu mesmo, entre outros, tenho dois projetos encaixados na Câmara dos Deputados; e não sei o que é feito deles. Um, é referente à criação do Parque Indígena, no Xingu; e o outro, à aposentadoria dos jornalistas. Com relação a este, dirigi apêlo, por carta, ao nobre Deputado Abguar Bastos, que teve a gentileza de me dar resposta satisfatória. Creio que S. Ex.^a dentro de breves dias, dará andamento a esse projeto. Quanto ao primeiro, ignoro que destino tomou. Diz-se, até, que na Câmara dos Deputados existe a norma de arquivar proposições, mesmo originárias da Câmara Alta, quando estas não têm a respectiva tramitação no ano em que surgem. Semelhante praxe, com franqueza, parece-me constituir gravíssima irregularidade.

O SR. LINO DE MATTOS —
Conforme se verifica, Sr. Presidente, só nos sobra, mesmo, como arma de algum efeito, de resultado prático para o cumprimento da nossa missão parlamentar, o requerimento de informações.

Por esse motivo, tenho para mim que a falta de resposta, nos termos da legislação em vigor, ao pedido de informações importa desconsideração, despreço, desacato ao Parlamentar.

Não é por brincadeira nem por espírito esportivo que formulamos

tais solicitações. Representamos o povo; e esse povo, que nos mandou ao Congresso, exige esclarecimentos de atos do Executivo, pede-nos formulemos pedidos de informações, deseja saber o que acontece no Executivo, solicita explicações sobre este ou aquele ponto menos claro; portanto, sempre que o Executivo não dá essa resposta, é, repito, um despreço, desconsideração, desacato ao parlamentar.

O Sr. Nelson Firmo — Não apenas ao parlamentar; a todo o Senado!

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Peço vênua para comunicar ao nobre orador que falta um minuto para término da hora do expediente.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Lino de Mattos termine suas brilhantes considerações.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS —
Senhor Presidente, muito grato ao meu eminente Líder, Senador Kerginaldo Cavalcanti, e à Casa, por me haverem concedido prazo para concluir as considerações que fazia a propósito de requerimentos de informações.

Não se trata somente da resposta aos requerimentos, nem também da honestidade e clareza na resposta, a fim de que o congressista nela

se possa louvar para, então, ocupar a tribuna e esclarecer a opinião pública sobre a razão do seu procedimento.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS —
Pois não.

O Sr. Lima Teixeira — Quanto tempo decorre da data da apresentação do requerimento de Vossa Excelência ao Sr. Ministro da Fazenda até agora?

O SR. LINO DE MATTOS —
Trata-se de diversos requerimentos. O que deu margem à desinteligência e, conseqüentemente, à entrevista do Sr. Ministro da Fazenda, foi o de número 240, de 1957, a propósito da aplicação dos recursos do Instituto Brasileiro do Café, na campanha de cafés finos, requerimento êsse encaminhado ao Ministério da Fazenda há mais de oito meses.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.^a tem razão.

O SR. LINO DE MATTOS —
Sim, porque o prazo previsto na Lei, Artigo 13, n.º 4, é de trinta dias apenas.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS —
Pois não.

O Sr. Mem de Sá — Ponderando bem êsses fatores, V. Ex.^a chegará à única conclusão possível — a de que as poucas válvulas que teoricamente a Constituição estabeleceu para tornar menos infeliz êste desgraçado regime presidencial ...

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Não apolado.

O Sr. Mem de Sá — ... são, na prática, nulas. Um pedido de informação — V. Ex.^a disse muito bem — é, para o Executivo, uma das poucas oportunidades de que dispõe para entrar em relações de convívio com o Parlamento. Mas o Executivo tem medo de possibilitar êsse convívio e, mais do que isso, tem certeza de que fica impune sua irresponsabilidade. Vossa Excelência se convencerá de que nada acontecerá nem a êsse nem a qualquer outro Ministro que não atenda a requerimento de informações do Legislativo.

O SR. LINO DE MATTOS —
Não sou parlamentarista!

O Sr. Mem de Sá — Mas vai convencer-se do que afirmo.

O SR. LINO DE MATTOS —
Pertença a uma agremiação partidária, que adota programa diverso do Partido Libertador.

Todavia, a bem da verdade, reconheço que o Executivo, negando-se a essa cooperação com o Legislativo, colabora, consciente ou inconscientemente com o Parlamentarismo, porque vai aborrecendo a nós, presidencialistas. Devo confessá-lo com lealdade.

O Sr. Mem de Sá — Vai fazendo cair as escamas dos olhos.

O SR. LINO DE MATTOS —
Senhor Presidente, volto a insistir que não é somente a necessidade, a obrigação e a resposta aos requerimentos de informações ser fornecida dentro do prazo legal, de trinta dias. Cumpre, principalmente, que as informações sejam honestas, corretas e expressem a situação existente dentro do Executivo.

Minha observação vem a propósito de outro requerimento que encaminhei ao Executivo, no ano passado, sobre a transferência de equipamentos da American Can Co., para o nosso País.

Desejo pedir, Sr. Presidente, aos nobres colegas, a gentileza de maior atenção para o requerimento que encaminhei ao Sr. Ministro da Fazenda em 22 de julho de 1957, solicitando esclarecimentos a respeito dessa transferência de equipamentos da American Can Co., nos termos da Instrução n.º 13, da SUMOC.

Perguntava eu, em julho de 1957, ao Sr. Ministro da Fazenda, se havia um pedido formal dessa organização comercial para se transferir com sua indústria para o Brasil. Respondeu-me S. Ex.^a, em caráter oficial, dirigindo-se ao Sr. Presidente do Senado da República, nos seguintes termos:

«Por carta de 16 de abril de 1957, solicitou a Metalgráfica Canco S.A. pronunciamento, em princípio, desta Carteira ...»

Refer-se S. Ex.^a à CACEX.

«... quanto à viabilidade de ser permitida a importação, sem cobertura cambial, de equipamentos para a instalação, no País, de uma grande fábrica de vasilhames de metal e de fibra, para acondicionamento de produtos alimentícios e farmacêuticos».

Constituiria a operação investimento de capital estrangeiro da sociedade norte-americana American Can Company, que seria feito através de sua subsidiária panamenha, a American Can International Corporation».

Quanto ao montante em dólares do equipamento a ser transferido para o Brasil, respondeu o Sr. Ministro da Fazenda:

«Não indicou a Metalgráfica Canco S.A., em sua consulta, o valor das máquinas que seriam importadas».

Com relação ao montante, em cruzeiros, dessa transferência, in-

formou S. Ex.^a que a pergunta estava prejudicada, por ignorar o Ministério da Fazenda o montante em dólares dos equipamentos cuja transferência era pretendida.

Note-se, que esta resposta do Sr. Ministro da Fazenda é datada de 19 de agosto de 1957; logo, em meados de agosto de 1957, S. Ex.^a informou à mais alta Casa do Parlamento — o Senado da República — que ignorava, o valor dos equipamentos que a American Canco pretendia transferir para o Brasil.

Em agosto de 1957, o Sr. Ministro da Fazenda informava à mais alta Casa do Parlamento, na pessoa do Vice-Presidente — em exercício da Presidência — que a American Canco solicitava apenas, em princípio, informação sobre a possibilidade de transferência do equipamento para o nosso País.

Passaram-se os meses, e a bomba estourou em princípios do corrente ano, com a autorização da SUMOC para aquela transferência.

Em face da onda de protestos surgida na opinião pública, o Ministério da Fazenda, através de nota oficial, da SUMOC, esclareceu o seguinte:

«Em abril de 1957 ...»

— portanto meses antes da resposta do Sr. Ministro da Fazenda, que é de agosto de 1957 —

«... a Metalgráfica Canco S.A. apresentou à CACEX circunstanciado memorial sobre o projeto de instalação em São Paulo, de uma fábrica de vasilhames de metal e de fibra, mediante importação de equipamento sem cobertura cambial, na forma da Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito, sendo investidora a American Can Co».

Sr. Presidente, é de impressionar. Como pode o Ministério da Fazenda, com a responsabilidade

de se dirigir ao Congresso Nacional, faltar à verdade dêsse modo, afirmando, em agosto de 1957, que a Canco S. A., subsidiária da American Can Co., havia, apenas, em princípio, consultado sobre a possibilidade de transferência, sem indicar o valor do equipamento. Entretanto, esse mesmo Ministério, através da SUMOC, agora, vem afirmar que em abril — portanto, meses antes dessa informação — estava a CACEX de posse de circunstanciado memorial, quer dizer, pedido com todas as minúcias, para a transferência dessa empresa concorrente com a indústria nacional de lataria.

Prossigo na leitura do comunicado da SUMOC, para provar a falsidade da informação prestada ao Senado, em resposta, ao meu requerimento de 2 de julho de 1957:

«2 — Fundamentando a proposta, a interessada ofereceu estudos tendentes à conclusão «de que no Brasil o acondicionamento de alimentos garante um campo ilimitado para a indústria, de vasilhames quer pela existência real de uma vasta produção de gêneros, que em grande parte se deterioram e se perdem, com grave prejuízo para os seus produtores e para o mercado consumidor, quer pelas possibilidades indiscutíveis do incremento da produção de alimentos desde que se assegure aos agricultores a colocação dos seus produtos».

Continua a SUMOC, no comunicado oficial último dessa série de tropelias e trapalhadas a respeito da American Can Co., por esclarecer que, em abril — portanto meses antes das informações ao Senado — a CACEX havia também recebido informações da Sociedade Rural Brasileira, do Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de São Paulo e da Com-

panhia Siderúrgica Nacional, todas favoráveis à solicitação da empresa panamenha.

Logo após a publicação dêsse comunicado, entretanto, Sr. Presidente, a Sociedade Rural Brasileira publica, na imprensa, comunicado oficial desmentindo a SUMOC, dizendo que, absolutamente, não se havia manifestado favorável à transferência da empresa panamenha para o Brasil. Afirmou a Diretoria Rural Brasileira que, evidentemente, havia equívoco ou má-fé por parte dos que instruíram o processo na SUMOC com relação à transferência.

Assim, não é somente o descaço, o desaprêço, a desconsideração, o desacato ao parlamento que apresenta requerimento de informações, não sendo atendido em tempo hábil, é também a desonestidade e a capciosidade da informação, e, para completar, a referência a organizações de responsabilidade perante a opinião pública brasileira, como a Sociedade Rural Brasileira, que estaria de acordo com a transferência e o contestou.

Natural, portanto, que não me conforme e, conseqüentemente, não silencie ante essa atitude de membros do Executivo Federal.

Não sou daqueles parlamentares que, obrigados por esquemas partidários, têm de fazer oposição ou defender figuras do Governo Federal.

Já de outras feitas afirmei que o entusiasmo que me leva à crítica me conduz ao louvor, sempre quando reconheço acerto no ato da autoridade do Executivo Federal.

Não faz muito tempo ocupei a tribuna para elogiar, sem reservas, a atuação magnífica do Ministro das Relações Exteriores na questão do Acordo com a Bolívia.

Não tenho dúvidas, neste momento, em renovar meu aplauso ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ante o inegável êxito dos entendimentos com os mais paí-

ses da América Latina. Recuso-me, contudo, a silenciar em face do tratamento a mim dispensado pelo Ministro da Fazenda no caso dos requerimentos de informação.

Como palavras finais, Sr. Presidente, agradeço ao colega, Senador Victorino Freire a solicitude demonstrada ao procurar o Sr. José Maria Alkmim e provocar o pedido de S. Ex.^a para em seu nome, prestar esclarecimentos ao Senado. É ato de coleguismo, que temos de reconhecer e louvar.

Continuo, entretanto, na posição anterior. Quero as informações solicitadas regimentalmente: quero-as dentro do prazo previsto pela Lei de Responsabilidade número 1.079, de 1950; quero-as exatas, honestas, corretas, sem o que ocuparei sempre a tribuna para protestar, como estou fazendo neste instante. (*Muito bem, muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE — Vai ser lido requerimento encaminhado à Mesa.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 64, de 1958

Requeremos a inserção, nos Anais do Senado, dos discursos proferidos pelo Presidente da República, e Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, Comandante Lúcio Meira, na inauguração realizada em 7 do corrente, em São Bernardo do Campo, São Paulo, da nossa primeira fábrica de motores a gasolina, construída pela Willys-Overland do Brasil, bem como dos discursos pronunciados na mesma solenidade, pelos Srs. Hickman Price Júnior e o Dr. Antônio Sylvio da Cunha Bueno.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1958. — *Atílio Vivacqua*. — *Júlio Leite*. — *Ruy Carneiro*. — *Cunha Mello*. — *Neves da Rocha*. — *Gaspar Velloso*. — *Gilberto*

Marinho. — *Aló Guimarães*. — *Lima Teixeira*. — *Waldemar Santos*. — *Sebastião Archer*. — *Públio de Mello*. — *Ezechias da Rocha*. — *Arlindo Rodrigues*. — *Mourão Vieira*. — *Gomes de Oliveira*. — *Saulo Ramos*. — *Novaes Filho*. — *Vivaldo Lima*. — *Sá Tinoco*. — *Alvaro Adolpho*. — *Coimbra Bueno*.

O SR. PRESIDENTE — Este requerimento, de acôrdo com o parágrafo único do art. 127 do Regimento, devia ser lido na hora do Expediente e ficar sôbre a mesa para ser discutido e votado ao fim da Ordem do Dia.

Como não há matéria na Ordem do Dia, deve ser discutido e votado imediatamente.

Em discussão o requerimento.

O SR. LINO DE MATTOS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tendo solicitado a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, a discussão do presente requerimento fica adiada para a sessão seguinte, de acôrdo com o art. 128 do Regimento Interno.

Vou dar a palavra aos demais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães.

O SR. JURACY MAGALHAES — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO — Sr. Presidente, minha presença nesta tribuna prende-se à situação calamitosa que está atravessando a Paraíba, com reflexos em todo o Nordeste, em face da estiagem prolongada.

As notícias provenientes de vários municípios da zona sertaneja de meu Estado revelam um quadro de extrema gravidade, provocado pela ausência de chuvas. É o mesmo drama, tantas vezes representado naquele ambiente, na expressão de uma realidade dolorosa: milhares de flagelados em retirada, buscando nas cidades, vilas e povoados o socorro das autoridades e de quem lhes possa prestar qualquer assistência.

Falhando as precipitações em janeiro, as populações sertanejas começaram a manifestar a sua inquietação; e de acôrdo com a experiência nordestina, se êsse estado de coisas perdurar até 19 de março sem o aparecimento de chuvas copiosas, teremos confirmadas as piores previsões.

Estamos, pois, diante de uma ameaça que pode converter-se em realidade trágica, fonte de sofrimento e de crises, sobretudo considerando-se a falta de produção de cereais nos centros onde essa cultura era infalível quando os invernos caíam regularmente.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — No ano passado, ao apagar das luzes dos trabalhos legislativos, pronunciei pequeno discurso no Senado, salientando a inquietação do povo nordestino, porque os prenúncios de seca se faziam sentir. Criar-se-ia possivelmente, situação das mais desagradáveis.

Solicitava para o fato a atenção do Governo da República e das autoridades competentes, para que o Nordeste não fôsse assaltado por uma dessas crises irremediáveis. As palavras que V. Ex.^a está pronunciando têm, portanto, toda a procedência.

O Sr. Onofre Gomes — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com todo o prazer.

O Sr. Onofre Gomes — As notícias que nos chegam do Ceará são, talvez, mais aflitivas do que as que V. Ex.^a está recebendo da Paraíba. A Bancada do PSD do meu Estado associa-se ao apêlo do nobre colega ao Governo, a fim de que volte as vistas em tempo hábil, para o Nordeste, onde já se inicia grande êxodo da população.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço os apartes dos eminentes representantes do Rio Grande do Norte e do Ceará, Senadores Kerginaldo Cavalcanti e Onofre Gomes, cujos conterrâneos estão sofrendo aflições semelhantes à do povo paraibano.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Concedo, com prazer, a permissão solicitada.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Tenho também recebido telegramas de vários amigos da zona de estiagem. O nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti referiu-se ao prenúncio da seca.

O SR. RUY CARNEIRO — Referindo-se ao ano passado.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — A esta altura, já podemos considerar existente a seca na Paraíba. O Inverno não chegou; e o desespero começou a reinar em todo o Estado. V. Ex.^a pode salientar, portanto, em sua brilhante exposição, que a seca assola a minha terra e parece a mais grave de todos os tempos. Outrora tínhamos a região do brejo, refúgio dos flagelados do Cariri e do sertão, zonas mais suscetíveis à estiagem.

Agora, a sêca atinge todo o Estado — a caatinga, o Cariri e o litoral. Pode-se, assim, considerar a Paraíba em verdadeiro estado de calamidade pública.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre Senador Argemiro de Figueiredo. S. Exa. como eu e o Senador Octacillo Jurema, no momento ausente do Plenário, temos recebido inúmeros e aflitivos telegramas. Exibo ao Plenário ligeira parcela dos despachos que me chegaram desde o dia 6 do corrente, de todos os recantos do sertão. (*Mostra ao Plenário um maço de telegramas*). Agora, como acentua o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, também a zona do Cariri está absolutamente sêca.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — A caatinga e o litoral, igualmente.

O Sr. Ezechias da Rocha — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Ezechias da Rocha — A situação no Estado de Alagoas é, também, das mais calamitosas. A sêca atinge desde o sertão até o litoral. Trata-se, pois, de verdadeira calamidade pública, estendendo-se o flagelo de Norte a Sul, de Este a Oeste.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre Senador Ezechias da Rocha. Declara Sua Excelência, que também o Estado de Alagoas, até então poupado à inclemência, da sêca está sendo atingido por essa desgraça.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Na Bahia, a sêca foi tão inclemente que

reduziu a safra canvieira em cerca de 50%. Aquela unidade federativa, cujo limite da produção, fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, é de um milhão e oitocentas mil sacas de açúcar, não produzirá, êste ano, sequer setecentas mil. Segundo averigui com os plantadores de cana, foram êles obrigados a dirigir-se, através da Associação de Classe, ao Sr. Gomes Maranhão, Presidente da aludida autarquia, solicitando moratória de três anos — aliás concedida — para efeito de pagamento de empréstimos tomados a cooperativas e a organizações diretamente ligadas àquele Instituto. Agora começou a chover: mas os males ocasionados pela sêca não têm remédio. O que ocorre na Paraíba, portanto, também se verifica na Bahia, em Pernambuco, em Sergipe, nas Alagoas e em outros Estados. V. Ex.^a, digno representante do povo, deve, como o faz no momento, ocupar a tribuna, para solicitar do Governo Federal providências em socorro das populações flageladas da Paraíba.

O Sr. Mem de Sá — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com todo o prazer.

O Sr. Mem de Sá — Aliás, a Constituição Federal prevê o caso, e é expressa. Sempre que há calamidade pública, como a que se registra no Nordeste, o Governo da República pode e deve abrir créditos extraordinários. Essa, a única hipótese em que o Poder Executivo dispõe da faculdade da abertura de créditos extraordinários, de acôrdo com as necessidades. Eu, homem público representante de Estado do Sul, entendo dever precipuo de todo o Brasil socorrer o Nordeste, sem limites. Trata-se de vidas humanas, que valem mais do que quaisquer realizações de metas.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço a solidariedade comovedora de Vossa Excelência.

O Sr. Apolônio Salles — Permite V. Ex.^a um aparte? É realmente acanhado que tomo o tempo do nobre colega.

O SR. RUY CARNEIRO — Absolutamente! Sinto-me honrado com os apartes com que os nobres colegas me distinguem, emprestando-me solidariedade e apoio.

O Sr. Apolônio Salles — Estou no dever, prezado colega, de dar o meu aplauso ao apêlo que faz aos Poderes Públicos, para que assistam o seu grande Estado na hora difícil de uma das mais calamitosas sêcas que se esboçam no cenário nosdestino, e devo aduzir que as apreensões de V. Ex.^a, são mais do que verdadeiras, porque realmente dignas de todo o apêlo dos que conhecem o Nordeste. Realmente, a sêca está generalizada. Agora mesmo, recebi telegrama de um colega, agrônomo, que foi oficialmente percorrer o sertão pernambucano, de Petrolina até Pesqueira. A informação que me prestou, traduzida em telegrama: foi que não encontrou nenhum roçado «butado», quer dizer, plantado, desde Petrolina até Pesqueira, embora as terras estivessem preparadas e a roçagem e queimada feitas. Não foi, no entanto, lançado um só grão de semente, porque na verdade não choveu dentro de todo esse período. O que poderá parecer é que as chuvas tardem; mas — pondero — se, no Nordeste, é incerto plantar na época, muito mais incerto há de ser plantar fora de época. O fato é que a safra de grãos, quer de leguminosas, quer de cereais, no Nordeste, está irremediavelmente prejudicada para o ano que estamos iniciando. Segundo, portanto, o apêlo de V. Ex.^a aos nobres colegas, e permito-me usar uma expressão vulgarizada na

minha terra: — «Além da queda, coice». — Explico: um açude iniciado há 22 anos, em Pernambuco, foi fechado recentemente, e, nas chuvas torrenciais que prenunciavam a invernada, começou a tomar água. Mas as terras que estão sendo inundadas não foram desapropriadas, e a situação dos coltados que lá estão justifica bem o dito: — «Além da queda, coice».

O Sr. Mem de Sá — O que o nobre Senador Apolônio Salles acaba de dizer não favorece o regime presidencialista! ...

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente Senador pernambucano, Sr. Apolônio Salles, profundo conhecedor dos problemas da nossa região, porque, além do mais, ocupou duas vezes a Pasta da Agricultura, familiarizando-se com a situação de nossa terra e as necessidades de nossa gente.

Quero agradecer o aparte do nobre Senador Lima Teixeira, que narra também a situação desagradável que já se esboça na Bahia. Sinto-me desvanecido com o apoio do nobre Senador Mem de Sá, representante do Rio Grande do Sul, região privilegiada pela natureza que a poupou às incidências da sêca.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Ouvi emocionado o aparte do nobre Senador Mem de Sá. Tôdas as vezes que o Nordeste apela para a ajuda do Governo Federal, registra-se a solidariedade do Rio Grande do Sul, que muito comove a todos nós. Quero deixar consignado o profundo agradecimento do nordestino a essa encantadora solidariedade humana que S. Ex.^a,

do Rio Grande do Sul, tem prestado aos problemas do Nordeste.

O Sr. Mem de Sá — Agradeço profundamente sensibilizado essa manifestação. Ainda há poucos dias o Senado votou auxílio de quinze milhões de cruzeiros para Município do Rio Grande do Sul atingido pela calamidade da inundação.

O SR. RUY CARNEIRO — Fraternalmente teremos que nos ajudar na ocorrência de acidentes climáticos da nossa natureza tropical.

O Sr. Mem de Sá — No Rio Grande do Sul também há secas, não tão prolongadas, mas igualmente prejudiciais, porque matam milhares de animais, como aconteceu há dois anos, quando morreram 450 mil bovinos. Por fim, queria lembrar que da Mensagem do Sr. Juscelino Kubitschek consta que o Banco do Brasil, no ano passado, distribuiu três bilhões de cruzeiros a diversos Estados da União. Desses três bilhões a Minas Gerais tocaram um bilhão e cinquenta milhões de cruzeiros. É o momento de se estender essa munificência, tão larga e justa para Minas Gerais, ao Nordeste, mais necessitado do que o grande Estado montanhês.

O SR. RUY CARNEIRO — Respondendo ao aparte do nobre Senador Mem de Sá, estou certo de que o Sr. Presidente da República, nos dará todo o apoio.

Sr. Presidente, como dizia, de quase toda a Paraíba recebo notícia e apelos, especialmente dos Municípios de Patos, Curemas, Piancó, Itaporanga, Conceição, Malta, Sousa, Antenor Navarro, Uiraúna, Cajazeiras, São José de Piranhas, Bonito, Princesa, Soledade, Joazeirinho Brejo da Cruz e Catoilé do Rocha, onde as condições de vida se tornam dia a dia mais precárias.

Com a aproximação do dia 19 de março, consagrado a São José, o sertanejo aguarda a chegada das chuvas, como última esperança. É a passagem do equinócio, a decidir a boa ou má fortuna de uma região sujeita a um dos caprichos aniquiladores da Natureza. Se a sombra mortal desse perigo se estende pelos dias e noites enxutos, o sertanejo começa a sua aventura penosa abandonando, com a família, a pequena propriedade, errando pelos municípios vizinhos, tentando salvar-se da miséria e da fome. Não desejo reproduzir neste discurso o que a ficção literária e o ensaio de sociólogos já fixaram, como expressão autêntica de episódios que a imaginação mais vigorosa é incapaz de representar, como o limite das adversidades humanas.

Eles saem em suas retiradas, humildes, suplicantes, andrajosos, famintos, sem constituir uma ameaça à ordem, sem o propósito de saques ou violências, mostrando no seu fatalismo resignado que são apenas vítimas do destino.

Parcela de uma comunidade que avança pelos caminhos da civilização, o que querem é integrar-se em nosso convívio fraterno, oferecendo o valor de seus braços, a contribuição de seu trabalho nos empreendimentos do Governo, traçados no Nordeste com o objetivo de ajustar aquele imenso cenário às exigências de uma vida estável e sem sobressaltos.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Agora, como sempre, iremos curtir nosso destino. Os governos federais — que se têm substituído — não ouvem os conselhos daqueles que entendem das coisas do Nordeste; continuam a atirar-lhes algumas

esmolas, que servem para minorar a situação apenas por alguns momentos. Por que não se estabelece um programa para continuar essas obras? Por mais que se grite, há dezenas de anos é a mesma coisa; não saímos dessa eterna penitência, e as razões apresentadas são sempre as mesmas, e não se justificam, senão para aqueles que não compreendem seus deveres funcionais.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre Senador Fernandes Távora, homem do Ceará, que sabe quanto nos custa vir à tribuna apelar para a Nação no sentido de que nos dê apoio, para a salvação de milhares de nordestinos, bons brasileiros involuntariamente arrastados na voragem da seca.

Sr. Presidente, na última semana, quando comecei a receber do Governador Interino do meu Estado, deputado Ramiro Fernandes, telegramas vindos dos Municípios, solicitando medidas em face das proporções da crise que ameaçava os lares de milhares de retirantes, procurei o Sr. Presidente da República. O chefe do Governo agiu imediatamente, dando instruções ao Comandante Lúcio Meira, Ministro da Viação, a fim de que mandasse iniciar, incontinenti, serviços já planejados. Apelavam do alto sertão parabano para que se construíssem duas estradas: de Sousa ao Município de Luís Gomes, no Rio Grande do Norte, e Antenor Navarro a Uiraúna, na Paraíba. O Ministro da Viação convocou juntamente o Diretor do Departamento de Obras Contra as Secas, Dr. José Cândido, nordestino identificado com os problemas regionais; o Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Dr. Regis Bittencourt, fluminense dotado de um grande sentimento de solidariedade humana, a fim de coordenarem

um esquema de trabalhos na zona exposta aos rigores da estiagem. Imediatamente esses chefes de Departamento expediram ordens a seus Delegados no 2.º Distrito de Secas e no 13.º Distrito Rodoviário, com sede em João Pessoa, a fim de que fôssem atacadas as estradas acima referidas. As ordens estão sendo executadas, pois na sexta-feira última, o Governador interino me comunicou, por telefone, a admissão de 8.000 homens nos trabalhos da rodovia Antenor Navarro a Uiraúna.

Sr. Presidente, estou seguro de que o Governo Federal tomará medidas à altura de nossas necessidades, mas urge que sejam imediatas.

Creio na bondade, no patriotismo e na correção do Presidente da República, que nos prometeu amparar o Nordeste, nas suas dificuldades, e na solução dos seus problemas.

O nobre colega, Senador Fernandes Távora, no seu aparte, referiu-se aos programas: O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e o DNER já os têm e muito bem traçados, elaborados com meditação. O Dr. José Cândido Parente Pessoa aliás, já vem há meses percorrendo a zona mais exposta à seca e tomando medidas preliminares como bom nordestino, pressentindo a aproximação da calamidade. Minha presença nesta tribuna tem assim mais o objetivo de dirigir apêlo ao Chefe da Nação e ao Ministro da Fazenda para que liberem nossas verbas, isto é, as verbas orçamentárias destinadas às Obras da Paraíba, rodovias, açudagem, irrigação, conforme a programação do DNOCS e DNER.

O Sr. Nelson Firmo — Essas verbas já deviam ter sido liberadas há dois anos.

O Sr. Fernandes Távora — É exatamente o que não acontece.

O Sr. Nelson Firmo — Sempre proclamei que confio no patriotismo do Chefe do Executivo, mas há dois anos S. Ex.^a está no poder, e até hoje se vem esquivando de amparar o Nordeste.

O Sr. Fernandes Távora — E as verbas não são liberadas.

O SR. RUY CARNEIRO — Meu nobre colega, não se trata de liberar as verbas de orçamentos passados; peço a liberação das verbas orçamentárias deste ano.

Se o Governo, como acredito, liberar tôdas as dotações orçamentárias do corrente ano para os serviços de rodovias, irrigação e açudagem, teremos meio caminho andado para a solução de nossos problemas.

Alastra-se, porém, a calamidade. Estão vindo flagelados do Piauí e do Ceará para a Paraíba.

Quanto ao meu Estado, se forem liberadas tôdas as verbas destinadas àqueles serviços, acredito que ficaremos perfeitamente atendidos. Agravando-se, porém, a situação, teremos que apelar para o Fundo de Socorro Contra as Sêcas, a que se referiu, há poucos minutos, o Senador Mem de Sá. De acôrdo com a Constituição, um terço da verba do Departamento é para atender a casos dessa natureza e dois terços, para as obras normais do DNOCS.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Infelizmente, êsse Fundo de Emergência da Caixa de Socorro Contra as Sêcas praticamente não existe, e eu o denunciei da tribuna do Senado, quando discurssei sobre o Nordeste do Brasil. Na realidade, há 1% destinado a êsses casos de emergência mas o Governo Fede-

ral, na mais absoluta das impuni-
dades e na mais terrível das vio-
lações constitucionais, lançou mão
dêsse terço, para fazer estradas de
ligação do Rio com a Bahia, dei-
xando-nos completamente desarma-
dos perante as calamidades vin-
douras. Apelar para aquilo que
não existe, é ludíbrio.

A Constituição nos outorgou êsse
Fundo de Emergência, mas o Go-
verno, inconstitucionalmente, lan-
çou mão dêle. Resta-nos, tão-sò-
mente, apelar para Deus, porque
para os governos do Brasil é inú-
til.

O SR. RUY CARNEIRO — Agra-
deço o aparte do Senador Fernan-
des Távora, cujas mágoas do Go-
verno são conhecidas. Nós, do Nor-
deste, continuaremos apelando pa-
ra Deus, mas temos razões para
confiar no Presidente Juscelino
Kubitschek. O momento é crucial.
É a hora de verificarmos se o
Fundo de Socorro tem ou não re-
cursos. Aliás, sabe V. Ex.^a que do
percentual destinado ao Fundo de
Emergência, 70% foram consigna-
dos por lei ao Banco do Nordeste,
ficando apenas 30% para o atendi-
mento dos casos de calamidade
pública, como os das sêcas do Nor-
deste e os das inundações, que as-
solam outros Estados. Não sofre-
mos nós sòmente! Infelizmente, as
sêcas periódicas parecem querer
marçar o Nordeste como terra pa-
ra alguns considerada em desdita
ou desventurada. Não é verdade,
porém! Sofremos, mas de lá não
sairemos. Continuaremos a lutar
e, um dia, o remédio virá, certamen-
te, como chegou a regiões idênti-
cas, em outras partes do mundo.
A América do Norte é o grande
exemplo!

O Sr. Fernandes Távora — Per-
mite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com
todo o prazer.

O Sr. *Fernandes Távora* — O Nordeste, só pode ser considerado terra amaldiçoada por aquêles que não o conhecem e são incapazes de avaliar o valor daquelas glebas, superiores muitas vêzes, às do Sul. Temos, porém, a infelicidade das chuvas irregulares e dos governos mais irregulares ainda, que nunca se afirmam no cumprimento do dever constitucional de amparar aquêles brasileiros que precisam de socorro nacional. Desgraçadamente vivemos sempre no comêço. Tôdas as vêzes que sobrevêm calamidades, apela-se para os serviços de emergência, em geral desconexos, cujo auxílio é quase nulo quando devia haver assistência constante e continuamente. Por mais que se grite, que se indique a orientação acertada, no Brasil nada se faz nesse sentido; pelo menos é o que temos visto até agora.

O SR. RUY CARNEIRO — Sr. Presidente, apelamos confiantes para o Presidente da República, no sentido de que libere as verbas orçamentárias destinadas à Paraíba para obras de irrigação, rodovias e açudagem. Se não forem suficientes, utilize o Fundo de Socorro contra as Sêcas a fim de que distribua os 30% a que aludi. Se ainda êsses recursos forem insuficientes, recorreremos ao Congresso para que conceda créditos especiais ao Governo a fim de preencher o programa de assistência reclamada. Estou certo de que, todos os representantes dos Estados, mesmo os que desconhecem a inclemência da sêca, concordarão com as medidas futuramente sugeridas. Conversando há poucos minutos, com o nobre Líder da Maioria, Senador Filinto Müller declarou-me S. Ex.^a que sentia arrepios quando ouvia falar na sêca do Nordeste. Homem de Mato Grosso, inteligente e culto, sente o nosso problema do mesmo modo que nós sentimos os de Mato Grosso, com o mesmo

espírito de brasilidade e solidariedade humana.

Realmente, a sêca é tenebrosa. Eu, que nasci no alto do sertão da Paraíba, na cidade de Pombal, sei quanto é doloroso resistir aos efeitos das sêcas.

O Sr. *Filinto Müller* — Dá Vossa Excelência licença para um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. *Filinto Müller* — Agradeço as generosas referências feitas a mim por Vossa Excelência.

O Sr. *Nelson Firmo* — Merecidamente, aliás.

O Sr. *Filinto Müller* — O problema da sêca atinge a todos nós, brasileiros, e não só ao Nordeste e a sua gente, com a qual estamos inteiramente solidários. Desejamos se encontre solução para essas crises que se sucedem de ano a ano, levando o sofrimento a parte ponderável e valorosa da população do Brasil. Há pouco, declarava ao nobre orador que me arrepiava em face das notícias da sêca, recebidas por S. Ex.^a Declarei mais: preferiria a calamidade das inundações à da sêca, que é trágica e dolorosa. Todos nós temos gravada na memória aquela descrição impressionante de Euclides da Cunha em «*Os Sertões*» sobre o que é a sêca no Nordeste brasileiro. Estamos, pois, solidários com V. Ex.^a, no apêlo que formula.

O SR. RUY CARNEIRO — As palavras do nobre colega muito me confortam e serão transmitidas, através das emissoras e da Imprensa, ao povo da Paraíba e de todos os Estados do Nordeste, nesta hora torturados pela sêca e pela fome.

O Sr. *Novaes Filho* — Dá Vossa Excelência licença para um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com tôda satisfação.

O Sr. *Novaes Filho* — Tenho dito e repetido, no Senado, que entre a Paraíba e Pernambuco não existem fronteiras: nossos sentimentos e aspirações sempre se confundiram. Estou inteiramente solidário com o apêlo emocionante que V. Exa. faz aos poderes competentes, em nome do nobre povo nordestino, que tão bem representa nesta Casa. Desgraçadamente os males a que V. Ex.ª se reporta — a nova sêca do Nordeste — atingem, profundamente a economia pernambucana.

O Sr. *Fernandes Távora* — Pode o nobre orador eliminar também as fronteiras entre o Ceará e a Paraíba e os mais Estados, as quais nunca existiram.

O Sr. *Novaes Filho* — Diz muito bem V. Ex.ª A causa da Abolição demonstrou claramente, como Pernambuco e o Ceará se irmanam, sobretudo em defesa da liberdade.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre Senador Novaes Filho. Grande conhecedor dos problemas da região, ex-Ministro da Agricultura, sente, em sua intensidade, as angústias daquela gente na hora ingrata que atravessa.

O Sr. *Vivaldo Lima* — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. *Vivaldo Lima* — O Amazonas, quando das enchentes calamitosas que o assolaram — veja V. Excelência como a natureza é caprichosa — encontrou, sempre, amplo apoio de todos os representantes do País. Agora, clama V. Ex.ª, com a sua autorizada voz, solicitando a ajuda de todos os Poderes para que os nordestinos não sucum-

bam à míngua, destruindo patrimônio da própria Nação. O Amazonas, portanto, por meu intermédio, em nome de sua Bancada no Senado, manifesta a V. Ex.ª e ao seu nobre Estado, a heróica e histórica Paraíba, sua solidariedade. Seus representantes aqui estão para ajudá-lo nesse apêlo, a fim de que não falte assistência às populações assoladas pelo tremendo flagelo. Ainda anteontem, na recepção do Sr. Presidente da República aos parlamentares, no Salão Amarelo, o Sr. Ministro da Agricultura transmitiu-me seus propósitos patrióticos e animadores, a respeito do programa em elaboração. Vai o Govêrno assistir, ainda a tempo, com medidas preventivas — talvez não sejam mais preventivas, porque o mal já se desencadeou, a sêca tomou vulto — as populações atingidas. De qualquer maneira, aquêle titular já tem um programa e espera o beneplácito do Chefe do Executivo para que o Ministério especializado, sob sua gestão, minore os sofrimentos daquela nobre gente.

O Sr. *Gilberto Marinho* — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. *Gilberto Marinho* — Esteja V. Ex.ª convicto de que o povo carioca acompanha com o mais vivo interêsse o apêlo que ora faz com o conhecimento e a autoridade que todos lhe reconhecem. E a representação do Distrito Federal exprime, nesse momento, a sua solidariedade com o nobre povo paraibano, antecipando o seu decidido apoio a quaisquer medidas tendentes a minorar a gravidade do problema, o qual, como tem sido assinalado por tantos e tão eminentes colegas — entre êles o ex-titular da pasta da Agricultura, profundo conhecedor da matéria — afeta a

economia da Nação e fere a sensibilidade do povo brasileiro.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre Senador Vivaldo Lima, representante do Estado do Amazonas, que hipoteca solidariedade integral aos paraibanos castigados pelos horrores da estiagem. Sou igualmente reconhecido ao nobre Senador Gilberto Marinho, representante da terra mais acolhedora e bela do Brasil, cujas virtudes hospitaleiras e de compreensão humana sou o primeiro a proclamar, por observação própria.

O Sr. Nelson Firmo — A terra de V. Ex.^a também o é.

O SR. RUY CARNEIRO — Obrigado ao nobre Senador Nelson Firmo.

Dai, Sr. Presidente, ficar eu comovido diante das palavras do representante carioca que, tendo nascido no Rio Grande do Sul, é lítimo representante desta terra generosa.

O Sr. Gilberto Marinho — O que bem prova a generosidade desta terra, acolhendo representante nascido em Estado distante.

O SR. RUY CARNEIRO — Senti-me feliz neste recinto quando nós, representantes da Paraíba, apoiamos com os nossos votos as medidas de amparo de que carecia o Amazonas, quando as inundações — por ironia de nosso destino contraditório — levaram a desolação e a ruína a seus lares e culturas.

Sr. Presidente, conforme asseverei, se o Governo Federal liberar totalmente as verbas orçamentárias, poderemos realizar obras reprodutivas, com o concurso desses braços disponíveis atirados ao desemprego em massa.

Não fazemos da seca uma indústria, como insinuou, certa feita, maledicência de certa crítica leviana

e impatriótica. Quem duvidar da realidade dolorosa, transporte-se ao Nordeste em plena irrupção de calamidade, a fim de sentir com os próprios olhos o quadro emocionante de uma imensa desgraça. Não queremos que esses recursos se dissolvam em assistência improficua. Queremos amparar os flagelados; mas queremos utilizar o seu trabalho em obras de irrigação e rodovias, completando os planos a que os açudes se vinculam como dispositivos de um programa ainda incompleto.

Certa vez o nobre Senador Gomes de Oliveira me perguntava como se iria realizar o programa de irrigação. Respondi-lhe que o assunto era complexo e acreditava que, por ser complexo e dispendioso, o Governo o adiaría para oportunidade mais conveniente.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Sabia que V. Ex.^a apartearia. Ouvilo-ei com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — A complexidade do problema da irrigação só existe no Brasil, uma vez que em tôdas as outras nações trata-se de questão simples e fundamental. Desde que haja terras que precisam de água, os Governos vão buscá-la onde se encontram, para isso construindo canais de irrigação. Transformam, assim, desertos em vergéis.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço ao nobre Senador Fernandes Távora o seu aparte. Quero chamar a atenção do eminente representante do Ceará para as soluções negativas, de adlamento, a que nos habituamos no Brasil, quando os problemas apresentam dificuldades, sob o aspecto financeiro. Esse é às vezes pretexto para se sacrificarem iniciativas de grande alcance para o País. Os tempos correm, os

recursos se escoam para outras finalidades de caráter menos importante, e aqueles setores ficam desprezados sem razão.

A não ser quando contamos com um homem da coragem do Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, empreendimentos arrojados nunca atingem sua plenitude e fase final. O exemplo de Brasília é esclarecedor.

Para realizar é preciso ousar. É necessário agir, com entusiasmo, obstinação e espírito de continuidade.

Quando se falava, nesta Casa, sobre a construção da Sede do Senado, o ex-Senador Marcondes Filho observava com perspicácia: «No Brasil nunca há oportunidade para realizar uma obra de certo vulto, porque a despesa é grande e o momento não comporta». Recordo essas palavras para esclarecer o ponto de vista que o nobre Senador Fernandes Távora acaba de afirmar, de que não há Governo que deseje enfrentar o problema da irrigação. Conheço o exemplo de outros países. Poderíamos acompanhar, ainda que em escala mais modesta, o exemplo dos Estados Unidos nesse setor.

Sr. Presidente, não quero impertinar a Casa por mais tempo.

O Sr. Mem de Sá — Ao contrário, o discurso de V. Ex.^a, é extremamente interessante; tem, principalmente, conteúdo patriótico do mais alto nível.

O SR. RUY CARNEIRO — Muito agradecido a V. Ex.^a, Senador Mem de Sá.

Sr. Presidente, se os recursos forem concedidos, poderemos realizar a construção das rodovias, num trabalho normal. De começo, haverá certa dificuldade para organizar os serviços, em face da confusão que a seca provoca entre os sertanejos paraibanos.

Tudo, entretanto, depois se nor-

malizará e ficará dêsse esforço de emergência um resultado satisfatório não só de conteúdo social e assistencial, mas de alcance econômico, projetando-se para etapa posterior o programa definitivo da irrigação, de novas rodovias, e de ajuda pública e particular em regime de cooperação.

O Sr. Vivaldo Lima — São precisos também poços artesianos, para as emergências.

O SR. RUY CARNEIRO — Muito agradecido a V. Ex.^a, a colaboração. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas tem programa organizado nos setores irrigação, ajuda pública e particular, estradas de rodagem e creio que também sobre poços artesianos. As rodovias estão mais a cargo do DNER.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Quero completar o pronunciamento do nobre Senador Vivaldo Lima, a respeito dos poços artesianos. Em 1956, tive ensejo de fazer viagem aos Estados Unidos, e dirigi-me ao Texas, em visita a uma de suas maiores fazendas, a King's Ranch. Em conversa com o seu proprietário, o neto do Sr. Kleberb, perguntei-lhe se a pastagem que via era sempre tão verde. Respondeu-me que, no ano anterior, haviam passado por terrível crise; pois durante sete anos não ocorreram chuvas. Se eu ali tivesse ido, em 1955, encontraria as pastagens completamente secas. Indaguei, então, sobre quais as providências tomadas para a sobrevivências de noventa mil cabeças de gado Santa Gertrudes, do King's Ranch. Disse-me que, com uma cadeia de silos e poços artesianos, na época das secas, o gado não sofre absolutamente.

ção e espírito patriótico, saberá ir ao encontro das necessidades da Paraíba.

O SR. RUY CARNEIRO — Obrigado a V. Ex.^a, estou de pleno acôrdo com sua afirmativa e justo conceito ao Chefe da Nação.

Sr. Presidente, encerrarei minhas considerações, pedindo aos congressistas brasileiros que considerem a situação da Paraíba e do Nordeste. Apesar da adversidade, não podemos sucumbir. Temos de enfrentar todos empecílios de frente erguida, com confiança e desassombro.

Ajudem-nos a cooperar para que o Brasil, salvando-nos numa hora dramática, se salve igualmente nos sinais de uma obra de redenção e de segurança econômica.

O que está ocorrendo naquelas plagas castigadas pela inclemência da estiagem deve servir de advertência e falar alto a nossos sentimentos de brasileiros, na certeza de que o colapso social e econômico de uma região rica de possibilidades é um golpe severo na estrutura nacional, cuja grandeza e prosperidade é um compromisso de tôdas as parcelas da comunidade nacional. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

Durante o discurso do Sr. Ruy Carneiro, o Sr. Apolônio Salles deixa a cadeira da Presidência, assumindo-a o Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Senador Públio de Mello.

O SR. PÚBLIO DE MELLO — (*) — Sr. Presidente, ocupo a tribuna no desempenho de incumbência de que me investiram as classes conservadoras do meu Estado, das quais acabo de receber o seguinte cabograma:

(*) — Não foi revisto pelo orador.

«Solicitamos de Vossência secundar a atuação do eminente Governador Mattos Carvalho junto ao Ministro da Viação e ao Presidente da Rêde Ferroviária Nacional para o transporte das locomotivas Diesel, que se encontram no Pôrto de Recife desde setembro».

Esclarecemos a Imprensa de Recife, que vinha fazendo forte campanha difamatória, no sentido de desviar máquinas da Rêde Ferroviária do Nordeste. Atenciosas saudações. (a) *Francisco Guimarães Sousa*, Presidente da Federação do Comércio e da Associação Comercial».

As locomotivas são destinadas à Estrada de Ferro São Luís-Teresina, que tanto padeceu de falta de material adequado.

A Bancada do Maranhão nesta Casa secunda o apêlo do eminente Governador Mattos Carvalho, presentemente nesta Capital, junto ao Senhor Ministro da Viação e ao Senhor Presidente da Rêde Ferroviária, no sentido de determinarem providências para que se efetui, sem demora, o embarque das locomotivas para o Maranhão.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. PÚBLIO DE MELLO — Com todo o prazer.

O Sr. Mem de Sá — Desejava, apoiando inteiramente o justo pedido de V. Ex.^a, sollicitar esclarecimentos sôbre notícias que li em jornais desta Capital e que me parecem incríveis. Segundo elas o frete dessas locomotivas de Recife para São Luís atingia cifra mais elevada, que o seu custo.

O Sr. Victorino Freire — É absolutamente sem fundamento a noti-

cia. Uma locomotiva dessas custa Cr\$ 20.000.000,00.

O Sr. Mem de Sá — Justamente por esse motivo solicitei o esclarecimento.

O SR. PÚBLIO DE MELLO — É realmente sem fundamento a notícia.

Essas locomotivas são necessárias ...

O Sr. Mem de Sá — É evidente.

O SR. PÚBLIO DE MELLO — ... ao desenvolvimento da Rede Ferroviária do Maranhão.

O Sr. Victorino Freire — Esclarecerei o assunto que, aliás, já foi resolvido pelo Ministro da Viação.

O SR. PÚBLIO DE MELLO — Sr. Presidente, ouvi há pouco, do eminente Senador Victorino Freire, que o Sr. Ministro da Viação, atendendo ao apêlo do Governador do Maranhão e da Bancada maranhense nesta Casa, resolvera satisfatoriamente o assunto, determinando providências para que fossem embarcadas as locomotivas de Recife para São Luís. Assim, eu que vinha fazer apêlo veemente a Sua Excelência para que tomasse medidas enérgicas nesse sentido, congratulo-me com o meu Estado e com o Executivo pela providência que acaba de ser determinada pelo Sr. Lúcio Meira. Devemos nós, maranhenses, mais um favor a Sua Excelência.

O Sr. Victorino Freire — Permita-me V. Ex.^a mais um aparte para terminar o esclarecimento solicitado pelo nobre Senador Mem de Sá. (Assentimento do orador). O transporte por locomotiva — são três — de Recife para São Luís importa em Cr\$ 850.000,00, e cada máquina custa Cr\$ 20.000.000,00. Vê o nobre representante do Rio Grande do Sul que a notícia é infundada. Havia grande interêsse

em que ficassem em Pernambuco, para a Rede Ferroviária do Nordeste. Eminente jornalista pernambucano fez-me, inclusive, apêlo para que como conterrâneo, interviesse, para aquêlo efeito. Respondi-lhe que, em matéria de locomotivas, não era pernambucano. Sou Senador pelo Maranhão. As máquinas foram compradas com verbas nossas; e sendo, como são, necessárias para o escoamento da nossa safra, não podia permitir ficassem em Pernambuco. Como o navio que as trouxe dos Estados Unidos não as pôde desembarcar em São Luís do Maranhão, levou-as até o Recife. O Sr. Ministro da Viação, entretanto, a pedido do Governador maranhense, ordenou imediatas providências no sentido de serem encaminhadas ao devido destino. Imagine V. Ex.^a que uma delas faz o serviço de dez congêneres a vapor.

O SR. PÚBLIO DE MELLO — Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência, que vem esclarecer o assunto. O nobre aparteante, como eu, tem grande amor a Pernambuco, terra da liberdade e da cultura e representa nesta Casa, com patriotismo e dignidade, o Estado do Maranhão.

O Sr. Victorino Freire — Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. PÚBLIO DE MELLO — A alegação, portanto, de que o nobre Senador Victorino Freire estaria defendendo os interêsses de Pernambuco, é inteiramente infundada.

O Sr. Victorino Freire — Voto e votarei, sempre, com a Bancada de Pernambuco. No caso das locomotivas, entretanto, não podia agir de maneira diversa.

O SR. PÚBLIO DE MELLO — Tratava-se de interêsse do Maranhão; e V. Ex.^a é digno representante do meu Estado.

O Sr. Victorino Freire — Aliás, tenho recebido da Bancada de Pernambuco todo o apoio no que se refere aos problemas maranhenses.

O SR. PÚBLIO DE MELLO — Pernambuco é Estado próspero. Tem muito transporte. Ninguém mais o admira, do que eu, que de lá trouxe meu pergaminho de Di-reito.

O Sr. Nelson Firmo — Eu tam-bém.

O SR. PÚBLIO DE MELLO — Sr. Presidente o assunto está en-cerrado; o Sr. Ministro da Viação acaba de resolvê-lo a contento do Governador e da Bancada mara-nhense, nesta Casa. (*Muito bem; muito bem; Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais orador inscrito.

(*Pausa*).

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo pa-a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão única do Requerimen-to n.º 64, de 1958, do Sr. Attilio Vi-vacqua e outros Srs. Senadores, solicitando a transcrição nos Anais dos discursos proferidos pelos Srs. Presidente da República e Ministro da Viação e Obras Públicas na inauguração, a 7 do corrente, em São Bernardo do Campo, São Paulo, da fábrica de motores a ga-solina da Willys Overland do Bra-sil.

Discurso pronunciado pelo Sena-dor Assis Chateaubriand na Sessão de 25 de junho de 1957, que seria publicado posteriormente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND

Sr. Presidente. Tendo que via-jar para o interior de São Paulo, solicitei do meu caro comprovincia-no e amigo Senador Apolônio Sal-les, a fineza de uma transferência de horário, para falar amanhã êle e eu hoje. A minha inscrição era pa-

ra amanhã. A dêle para hoje. As-sim propus ao egrégio colega a idéia de uma troca. E êle aceitou com a finura que lhe é proverbial. Dêsse modo, posso responder em breve tempo às alusões à minha pessoa, feitas aliás veladamente, no discurso de ontem do Senador Cunha Mello.

Como tôda a índole impetuosa, e também o «Mate Leão», chego quei-mado. Declaro aqui, de públ.co e raso, que me arrependo dos têr-mos com que renhi, ontem, na Ca-sa, com o Senador Cunha. Peço lhe perdão do ar mata-mouresco que tomei.

O Sr. Abelardo Jurema — Muito bem! Tanta humildade fica bem a Vossa Excelência.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND

— Nós, de Goiana, somos gente de-sabrida. Nossos antepassados não costumavam ter sentimentos mui-to cristãos. O Brasil conhece Ita-maracá, a ilha vizinha de Goiana. Somos todos, os Gondins e Guedes, pessoas tão mal afamadas nas re-dondezas, que é conhecida a inter-rogação cortada de angústia, do continente a Itamaracá.

— Anda, ilha, que é que te perse-gue?

A caboclada da ilha, responde:

— «Formiga, Gondin e Guedes. Tal o meu «pedigree» materno, Se-nhor Presidente.

Era Itamaracá um ninho de co-libris e um jardim de flôres. Ela encantava Nassau. O forte holan-dês que tinha o nome mais bonito nas redondezas. Forte do Príncipe de Orange, foi mandado levantar, pelos flamengos, à entrada do ca-nal que separa a ilha do continen-te.

«Cabeleira», suponho, era igual-mente dos nossos canaviais. Esse era antepassado do meu caro ami-go José Ermírio de Moraes. Me-nino, ainda, no engenho do meu tio Antônio Guedes Gondin, eu ouvia cantar:

«Fecha a porta gente
Cabeleira aí vem,
Matando mulheres
Meninos também».

Permita a Casa que eu fale timidamente de outro sangue teimoso, que devora a nós outros, os Bandeira de Mello, dos distantes rincões sertanejos da Paraíba. Somos do alto sertão. A família fragmentou-se, expandindo-se, rumando para fora de Pernambuco, que é a sua matriz portuguesa. Meus antepassados se viram impelidos — pela pobreza inerente às grandes famílias — para os Cariris Velhos, o que é um contraste com a presença dos seus troncos nos distritos açucareiros gordos da Várzea, Olin-da e Iguaraçu. No Piancó, em Batalhão, São João, não se tinha coisa mais útil a fazer do que capar bodes. Esta humilde profissão era uma decorrência da extrema rusticidade da zona. Aqui e acolá, um vago nódulo social, destituído de maior interpenetração. Nas estradas primitivas, que não eram mais do que trilhos de índios, um carro de bois, um couro, uma rede, a pata de uma mula, e a garrucha do cangaço crepitando seca dentro da catinga rala. Garruchas, bacamartes, facas, rifles, pistolas de fogo central, também são nossos utensílios de trabalho.

Sr. Presidente, para que negá-lo? Ao sobrevoar, num *raz motte*, Santiago do Boqueirão, a invicta, olhei as cruzes dos caminhos e dos atalhos que levam a esta louçã e antiga praça de guerra do Rio Grande do Sul. Que ufania tive das cruzes nossas, das praças de guerra equivalentes da minha Paraíba, Catolé do Rocha, Riacho do Navio, Princesa, Patos, como são enobrecidas por um rosário de cruzes erectas, nas suas estradas, e em número maior, bem maior do que na sua rival rio-grandense!

O Sr. Abelardo Jurema — A sa Excelência está enternecendo Senado de emoção, com o seu curso.

O Sr. Novaes Filho — A Bandeira de Mello é uma só, norte a sul, do comando da praça forte de Almeida, no período colonial, da fronteira luso-espanhola. João Capistrano Bandeira de Mello, Governador de Minas Gerais, e dista do Império. Isto, sem esquecer o tenente-general Felipe Bandeira de Mello, herói da guerra da Restauração, e segundo comandante de Guararapes, ao lado de Francisco Barreto de Menezes.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIA — O senhor de engenho Novo Filho deu, para conhecimento da Casa, metade do *curriculum vitae* dos Bandeira de Mello. Só falamos dos modernos, o suave Hercúlio que teve assento aqui, como representante de Pernambuco e de Pernambuco foi governador no período de 1908 a 1912. Era um juiz Ninguém, como o senhor de engenho «Conceição», em Nazaré da Mata, tinha mais doce o bucho do canavial. Conheci-o de perto. Uma parte da minha meninice se passa com os meus primos e filhos, entre a bagaceira e a Grande do engenho Conceição, a propriedade rural da família, que possuía em Nazaré da Mata.

O Sr. Novaes Filho — Na sessão de hoje do Senado, todos nós do Norte, sentimos, com fervor, as emanções de um romantismo, nada tem de piegas. O homem do sertão duro da Paraíba, que Senador maranhense, se voltou para a Mata pernambucana doce, busca dos seus velhos troncos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIA — Talvez mais do que isso; a cura da macia primavera que vida, nos bangalês de Jaboatão, Cabo, da Escada, de Amaraji e

Golana; vida que ali é uma tré-gua à trepidação dêste parque de civilização mecânica que curtimos no Rio e em São Paulo.

O Sr. Novaes Filho — Gosto des-sa fidelidade aos santuários da nos-sa, velha civilização do açúcar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — De fato, Senhor Presidente. Res-tam ainda a êste nosso País vales de emoção e de pensamento, onde podemos viver em tôda a plenitude, como um urso em Ranff, nas Ro-chosas, ou um crocodilo nos par-ques de «cerrado» mineiro de floresta virgem, que os inglêses seleciona-ram na África. Ouro Prêto, Maria-na, o Cêrro, Vila Bela de Mato Grosso, Alcântara, Santo Amaro do Recôncavo o Vale do Rio das Antas, o Canal da Bertioga, Angra dos Reis, Cambriou, Guarapari, não são só trechos de terra, verdes como frutos opímos, mas também eva-sões, refúgios, reservas para o ho-mem eternizar o sonho e mergulhar na harmonia das esferas, nos te-souros da eternidade.

Como Stendhal eu esperava oiten-ta anos para ser entendido pelos pernambucanos, e comprovo agora, na mata da velha capitania de Duarte Coelho, que as patativas dos sítios de Madalena, fazem aqui o diálogo conosco.

Que homem necessário, neste entrevero com os da Amazônia, o senhor de Jaboatão, Novaes Filho!

Senhor presidente. Vejo-me atraí-do a um debate ingrato: negar maior valor econômico a um trecho da minha própria Pátria. O ho-mem que estuda, porém, ou está apto para receber a verdade, e transmiti-la, ou é indigno, de atra-ressar a vida, em tempestade, co-mo um piloto da Mancha ou um capitão do Báltico. Não tenho ne-nhuma razão para malquerer o trópico. O trópico existe, e nós estamos dentro dêle, mas êle é padrasto.

Para que negá-lo?

O Sr. Novaes Filho — Ninguém põe em dúvida a lealdade das suas convicções.

Condições Físicas e Químicas do Solo

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Senhor Presidente. Espero que a Casa me ouça como a um estu-dioso das condições físicas e quími-cas do nosso solo; um amador dos nossos problemas econômicos, e um publicista que costuma falar sem eiva de sentimentalismo, friamen-te, como se dissecasse um macaco ou um coelho ou um javali. Não tenho prevenções contra ninguém, nem contra nada, e amo o meu País, pobre como êle é, com um carvão carregado de 50% de cin-zas, no Rio Grande do Sul; um solo sertanejo, de caatinga po-bríssima, na Paraíba e no R'ô Gran-de do Norte e espêssas florestas na Amazônia, sem maior valor co-mercial, por enquanto. Não sou nem nunca fui ufanista, mas amo esta mulher, sem enfeites, sem jóias, que é a minha Pátria, como o poeta colombiano amava a mu-lher dos seus sonhos e do seu co-ração: «quanto mais infeliz, mais adorada».

Sou agricultor intertropical, e não ignoro o regime de solo e cli-ma, duros em que trabalho, na pre-cariedade dos rendimentos colhi-dos, e nas terríveis decepções com que a cada fim de colheita, apu-ramos as nossas fantasias de me-galómanos incuráveis.

É o trópico, salvo exceções, um mundo de quase miséria, e nós o tomamos como um jardim das Mil e Uma Noites. A luxuriância das suas florestas não coincide com a penúria das suas terras o baixo rendimento delas, o medíocre apro-veitamento dessas matas e a medlo-ridade da sua lavoura de subsis-tência.

Há vinte anos, um quilômetro de madeiras da floresta boreal, da-va 1,6 metro de madeira e 290 qui-

logramas de pasta. O mesmo quilômetro de mata intertropical, dá hoje para exportação, 0,22 centímetros, excluída a pasta de madeira. Esses cálculos são de Rivet, ao analisar as regiões chuvosas e quentes do planeta.

Viver, Senhor Presidente, é uma arte, e que arte difícil e complicada! Nós estamos sendo arrastados aos piores desajustamentos com o nosso tempo, porque em vez de resolvermos os nossos problemas de chave com os homens de laboratório, com as luzes da ciência sociológica, com a experiência da técnica e com os fatores do meio físico, estamos tentando encarar o Brasil com a sofreguidão dos patetas da demagogia das ruas e a ignorância pachola de camelôs de carrefours, transformados em guias do povo.

A minha atitude diante das duas florestas, a amazônica e a do norte matogrossense, se dirige à necessidade de preservá-las sob pena da nação brasileira se defrontar amanhã com uma verdadeira hecatombe.

Culturas de campo em céu aberto na região amazônica, são uma contradição com a sua natureza. O desmatamento mesmo de partes da Amazônia para constituir-la, no que o honrado Senador Cunha Melo denominou «o celeiro da humanidade», significaria a maior catástrofe que se poderia criar para esse grande trato do nosso território, como para o Brasil.

A experiência está feita na zona cortada pela Estrada de Ferro de Bragança, donde foi tirada a capa florestal para o colono plantar arroz, milho, mandioca etc.

Que ocorreu ali depois de dois a três anos de atividades do agricultor, e não ao cabo de vinte ou trinta anos, como neste pobre Estado do Rio e em grandes porções da Zona da Mata de Minas, onde o que resta para o homem dos nossos dias, depois da passagem do

préstito triunfal do café, é o esqueleto dos solos erodados?

É conclusiva a opinião do Professor Felisberto Camargo, em «Terra e Colonização do Antigo e Novo Quaternário da Zona da Estrada de Ferro de Bragança, Estado do Pará, Railway». Boletim do Museu Paraense Goeldi:

«O grande erro foi o de se tentar colonizar a região sem conhecê-la, e se pretender à viva força, produzir arroz, feijão, milho etc., em terras onde o trabalho de dois a três anos de atividade agrícola, arruinava o que se formara através de séculos: a floresta virgem».

Aqui está outra autoridade especializada em Fito e Zoogeografia Humana e Geografia Física, o Sr. Alceu Magnanini, na «Revista Brasileira de Geografia», julho-setembro de 1952. O ilustre agrônomo estuda «As regiões naturais do Amapá»;

«Desnudar o solo e forçar o estabelecimento de culturas não florestadas, é praticar um verdadeiro atentado pedagógico».

«O agricultor das áreas tropicais pretende enfrentar o problema do aproveitamento dos solos amazônicos com a técnica e os métodos agrícolas das regiões temperadas».

E acrescenta:

«Nada poderá ser mais desacertado».

É o Dr. Magnanini quem continua a falar:

«É necessário de uma vez por todas que o agricultor de áreas tropicais compreenda que tem em mãos problemas novos, nem de leve formulados na clássica agricultura das zonas temperadas e que tais dificuldades não podem ser resolvi-

das por práticas ou técnicas daquelas zonas».

«Este é o motivo pelo qual desaconselhamos a remoção da floresta para o plantio. Todas as culturas que exigem céu aberto devem ser projetadas em favor das culturas florescadas, pois expor o solo à ação direta do intemperismo, equivale a esgotá-lo em menos de três anos».

Três anos, senhor Presidente, apenas três anos são necessários para erodar e esgotar um solo amazônico de terra firme, cultivado pelo homem branco. Dirão que esta é a prata de casa. Mas, ouçamos, então, o eminente Pierre Gourou, talvez um dos maiores especialistas de solos tropicais dos nossos dias:

«De um modo geral, as terras firmes do terciário e do quaternário antigos (referimo-nos exclusivamente a estas) são essencialmente arenosas, pobres de argila, extremamente pobres de húmus, e quase que desprovidas de bases permutáveis».

Por que predomina a mandioca na Amazônia?

Por que o índio levou o português para este tipo de lavoura medíocre e tão de subsistência?

Porque ela é pouco exigente e a que convém aos nossos solos tropicais paupérrimos.

Senhor Presidente. Eu que tenho do índio, que possuo, como os meus primos, nesta Casa, os Senadores Ezechias da Rocha e Gilberto Marinho, o gosto, as inclinações e as idiosincrasias do silvícola, como não sabemos comer nada sem farinha da terra! Como carregamos na boca o gosto da mandioca!

Com rapadura, mandioca e inhame da costa, Senhor Presidente, eu faço o meu farnel ou encho o meu surrão. Por que a mandioca se encontra disseminada pelo Brasil

inteiro? Por que o português fez a maravilhosa expansão territorial da nossa pátria a preço dêsse túberculo?

Porque ela dava em toda a terra, boa ou ruim. Porque éle a dava ao índio, e o índio a plantava para os dois.

Como a mandioca me recorda as terras maninhas da minha Paraíba! Eu comia mandioca, há quatro dias, com o Ministro Orosimbo Nonato (que também é filho de terra ruim, de solo agrícola pobríssimo, como eu) e éle se espantava da voracidade com que eu devorava todo o aipim que havia na mesa.

Eram, Senhor Presidente, os meus tapuias, os meus tabajaras, os meus caetés, que no Senador Kerginaldo Cavalcanti pulam na cabeça e em mim formigam no paladar, mexem na bôca, pedindo mandioca, cada vez mais mandioca.

— «A agricultura amazônica — observa o professor Gourou — tal como é habitualmente praticada em terra firme, exige muito trabalho para modestos resultados».

É uma mesquinha lavoura de subsistência destituída de qualquer valor comercial.

«O clima muito chuvoso da Amazônia pode comprometer o êxito da queimada ou da coivara. É, em suma, uma agricultura tão pobre como a que se pratica geralmente em outros países quentes e chuvosos, e só pode ser acompanhada, de um nível de vida muito baixo».

A Floresta Amazônica

A Amazônia, Senhor Presidente, pela sua imensidade, já de si favorece psicologicamente um acervo de superstições, de mitos, de tabus, fantasias em que descaímos, toda vez que nos propomos a vê-la e tratá-la. Um povo já propenso à megalomania à alegoria luxuriante do verbalismo, cai na Amazônia e perde de vista o sentido da realidade. E põe-se a pen-

sar no vazio, cavalgando a metafísica, pondo em jôgo o que a nossa imaginação de centauros desengonçados da caatinga, encontra na órbita, da fantasia e dos sonhos.

O nosso amigo, o Senador Cunha Mello é um dragão do Rio Negro. Mas um dragão, que nada tem com o da Rua Larga, que é um dragão de chitas, mas um dragão impetuoso, um dragão autêntico que voa sobre o grande vale, ciumento das suas riquezas de selva que êle supõe as mais opulentas, zeloso do seu prestígio inexcedível.

É o Senador Cunha Mello um prisioneiro dos mitos amazônicos. Êle julga possível obter ali o que São Paulo, Rio Grande, Norte do Paraná e certas regiões da margem do São Francisco, alcançam dos seus solos. E está aguilhoado a esta tese, escravo que é do que há de feérico, de fundo de miragem africana, dentro da floresta amazônica.

Esta floresta não tem maior valor econômico, a menos que se descubra, o processo químico de fazer celulose com fibras heterogêneas.

No meu fraco entender, para se conseguir, por enquanto, um arremêdo de civilização nos trópicos, para a mata da Amazônia, o que parece razoável, é adotar esta solução: ter matas artificiais homogêneas, cultivadas para celulose, deixando o parque florestal primitivo de batata, borracha, castanha etc. para carvão e serrarias de madeira de qualidade.

Aliás, isso não quer dizer que não cultivemos a castanha, a batata, a borracha e outros produtos silvestres da mata, ou que olvide-mos o babaço maravilhoso.

O Sr. Mourão Vieira — Não é esta a opinião dos maiores homens de ciência, com quem tenho lidado, nos meus livros de estudos e de consulta sobre a Amazônia.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ninguém ama esta ponta ex-

trema do território nacional, mais do que eu. Sinto-me um homem tão dos ingazeiros e das cajazeiras de minha província natal, quanto da ingarana, da maraúba, do taxiprêto, da uxirana, e do breu branco. A Amazônia, entretanto, se me invoca nos meus feitiços, me desanima em sua insuficiência econômica.

Pierre Deffontaines, na «Geografia Humana do Brasil», depois de comentar a variedade dos pesos específicos das madeiras, a diversidade da mata, as distâncias dos centros de consumo, a hirta rijeza do cerne das madeiras, exclama: — «A riqueza botânica da floresta brasileira é uma pobreza econômica!»

Está claro que isto como exploração comercial das suas variedades, que por serem muitas, é que tornam a silvicultura, ali, uma indústria cheia de obstáculos, como são as silviculturas do Congo Belga, das Filipinas, da Nova Guiné, da Malaia, Ceilão etc.

Que diferença, entre o aproveitamento econômico reprodutivo das coníferas das latitudes médias, e os produtos inindustrializáveis em maior estilo, da selva amazônica!

O Sr. Novaes Filho — Não apoiado! Os ingleses exploram bem as suas florestas equatoriais em Malaia, e as exploravam normalmente na Índia. Barbosa de Oliveira, no «Desenvolvimento Planificado da Economia Brasileira», revela que 75% das madeiras tropicais têm propriedades que lhes permitem concorrer nos mercados mundiais, com as coníferas de outras latitudes.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E que outro drama, a derrubada dessa mata, com o objetivo do aproveitamento das terras para lavoura! Pô-las no chão, as árvores da floresta amazônica, equivale a entregar a terra à intempérie. Não

são mais que três anos de vida ao solo, para as atividades agrárias! Ao cabo desse lapso de tempo, êle está exaurido e economicamente morto.

Nós nos vivemos fazendo todos os dias um mundo de ilusões acérca do trópico e do Brasil. Enquanto o mundo boreal, isto é, zona temperada, é salubre como meio, o trópico se encontra invadido por endemias (aliás evitáveis) que resultam do calor que lhe é inerente, das regiões pantanosas que nêle abundam, e dos excessos de chuvas, que caracterizam certas das suas zonas.

Desfrutam os países temperados e de solos mais estáveis e profundos, de fatores e saúde mais favoráveis. Nada a fazer de orgânico com um trecho, mesmo enorme, de mata tropical. Em um quilômetro quadrado, há, pelo menos, trezentas espécies vegetais, enquanto que nos países frios, as florestas sendo homogêneas, a sua exploração é o que pode haver de comercial e profícuo.

Todo o dia dizemos aqui, da nossa agricultura de perna de pau; lavoura de ciganagem. Lavoura de gente nômade. Lavoura de espaços.

Lição do homem primitivo

Ora, meus senhores, neste pedaço de tragédia tropical existe outro fragmento de lição da natureza. Observem o africano. Olhem o índio. Um e outro, são, em muitos casos, lavradores nômades, em busca permanente da virgindade dos solos. As tribos africanas plantam aqui hoje um trecho de terra, na sua floresta. Exploram-na, de dois a três anos no máximo. E depois partem, levadas por um secreto instinto, à procura de novas terras. Uma vez exploradas essas, elas voltam, após quinze ou vinte anos, como se inconscientemente esperassem o roteamento dos seus solos agrícolas.

Que interessante lição temos, do homem primitivo a estabelecer o equilíbrio entre a natureza e a espécie humana!

Já não é essa lavoura primária de homem primitivo, um testemunho da impossibilidade de se ter no trópico, com os meios de que dispomos ainda, uma densidade demográfica e de produção para alimento, essa, de populações mais densas?

Observe-se a relativa frustração das tentativas de lavouras cerealíferas permanentes no mundo tropical. Só existe na África duas alternativas para o homem branco: a) o arroz plantado a mão, nas regiões inundáveis dos rios; b) as culturas arbustivas, como o cacau, o café, o palmolive, que é o nosso dendê.

E aí, Senhor Presidente, é que está o perigo que não queremos enxergar, para nós outros. Uma das exasperantes alternativas da África, são dois produtos concorrentes do Brasil: o cacau e o café. Ambos são o refúgio da confiança do homem branco na África tropical, quase que intratável, do ponto de vista econômico.

Que é o que aguarda o Brasil, diante da expansão de ambas essas fontes de riqueza, trabalhadas pelo homem de empresa branco? Pois, já não assistimos, diante da concorrência da Malásia, Ceilão, Sumatra etc., à falência comercial da nossa borracha?

O natural da África tem o equilíbrio de que falei há pouco. Mas o homem de empresa está tentando romper esse equilíbrio, e nós assistimos de braços cruzados a uma luta, que pode ser paga com a nossa ruína, a menos que nos disponhamos a pelear, cabeça contra braço, inteligência contra mão de obra indígena barata.

Porque, braço a braço, já estamos de antemão perdidos.

Industrialização

O Sr. *Novaes Filho* — Concordo, neste tópico, com Vossa Excelência.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Outra questão que, invariavelmente se suscita, nos países de clima quente e chuvoso, é a da industrialização.

Quando se vêem tantos espíritos infantis, entre nós, falar de intensificação da industrialização no Brasil, dá vontade de convidá-los, primeiro, a refletirem acêrca das condições do processo manufatureiro, num meio social dos baixos índices de densidade demográfica do nosso.

Qual será a melhor: vender matérias-primas e produtos da indústria extrativa no estrangeiro, e com o lucro dessas exportações, adquirir artigos industriais baratos, na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos, ou intensificar a criação de usinas de indústria variadas, e pagar pelos olhos da cara os produtos dessa indústria doméstica?

Se a floresta, tropical valesse o que pensamos, Ford não se teria retirado da Amazônia, surrado e vencido pelas condições de um meio que nem a técnica americana logrou, até agora, vencer. A saída de Ford da Amazônia, ali derrotado, depois de mais de vinte anos de luta, é a maior demonstração da penúria da natureza que ele teve de enfrentar. Se a mata tropical tivesse a estrutura física que lhe atribuímos, o que, dentro dela, não teriam feito os ingleses, os holandeses, os franceses, nas suas colônias?

Ouçó, às vèzes, com temor, as ameaças que aqui se fazem, de invasão do vale amazônico com centenas de tratores que, postos em ação em terra firme, só iriam fazer era liquidar a pequena camada de húmus dessas terras. A resistência ao arado, como instrumento civilizador, é peculiar às superfícies

lateríticas. Veja-se na África, onde para cada dois anos de cultura desenvolvida, há dez que esperar pela vegetação espontânea.

O Sr. *Filinto Müller* — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois não.

O Sr. *Filinto Müller* — A exposição de V. Ex.^a é brilhante e impressionante.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tem pelo menos a pretensão de ser sincera. Não tenho nenhum interesse em denegrir o meu País, mas apenas tirar cataratas aos olhos dos seus filhos ingênuos.

O Sr. *Filinto Müller* — Tenho informações de que, em relação ao norte de Mato Grosso, ocorre o que V. Ex.^a está expondo. Ao fim de três ou quatro anos de cultura, a terra está desgastada, mas esse desgaste do húmus decorre, sobretudo, do sistema de cultura muito atrasado, que lá é seguido.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não resta nenhuma dúvida que o sistema de lavoura é primitivo. Só a derrubada total da floresta e a queimada dizem tudo. Existe, outrossim, o problema da frágil densidade da população nos países quentes e chuvosos. Constatase também nos solos tropicais (salvo exceções) um fraco rendimento deles, precisamente pela carência de húmus. As camadas da parte fértil da terra são deveras limitadas. As chamadas «possibilidades espontâneas da natureza» não correspondem a uma população mais numerosa.

O Sr. *Filinto Müller* — V. Ex.^a conhece o sistema: derruba-se a mata, espera-se que fique seca a madeira, e põe-se-lhe fogo. Não há húmus que resista à ação do fogo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Há sim. Quando essas terras se chamam Norte do Paraná, a ação do fogo não é tão nefasta. O que acontece, porém, com os solos amazônicos (a não ser nas margens dos rios) é que eles são lamentavelmente pobres em fertilidades. O incêndio é neles muito mais nocivo, porque baixas, muito baixas são as suas disponibilidades em húmus. V. Exa., está esquecido também da intervenção de outros fatores: as chuvas tropicais, cujos efeitos são devastadores sobre a camada humosa, da qual desapareceu a vegetação pesada da mata. Sol e chuva entram a castigá-lo, tornando o solo rapidamente improdutivo.

O Sr. Filinto Müller — Pela erosão que produzem.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Outro fator dessa erosão: o sol.

O Sr. Filinto Müller — O fato é que o fogo tem ação terrível na destruição do húmus e das bactérias. Assisti, penalizado, no Município de Dourados, um dos que possuem as melhores terras do Brasil, à queima de grande área florestal, de madeiras de lei. Infelizmente, as condições atuais da labuta do nosso homem do Interior, desamparado dos governos estaduais, que não têm recursos para atendê-lo, não lhe permite sequer aproveitar a madeira de lei. É forçado, então, a lançar fogo a essa riqueza florestal inata. O fogo ajuda, a destruição das bactérias; depois, vêm as chuvas torrenciais que provocam a erosão. Sou filho da região amazônica; por isso, estou ouvindo o discurso de Vossa Excelência, com muito encantamento.

Estudo prévio de problemas locais

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Muito obrigado ao Senador Filinto Müller, pelas suas palavras,

que corroboram o depoimento de natureza objetiva que presto à Casa e ao País, sobre uma região onde, mais do que em qualquer outra nossa, nada se deve empreender, sem o estudo prévio de uma série de problemas locais, a começar do drama das distâncias, dos imensos espaços vazios e a terminar pela pobreza da sua economia. Faço aqui o maior elogio ao heroísmo do homem da Amazônia porque a terra em que lhe foi dado viver, representa alguma coisa de admirável como paisagem; entretanto, como fundo de riqueza, para o bem-estar daquele que a habita, ela é madrastra. Como aptidão para o progresso, esse, só lhe poderá ser trazido, tal qual aconteceu com algumas civilizações de nível superior da Ásia, em virtude de contribuições extra-tropicais. Disto é exemplo a cultura da juta, pelos japoneses, na região entre Itacoatiara e Santarém. Ela começa em 1930, orientada por uma companhia nipônica de colonização, a qual trouxe para o vale aquilo que Farquhar já tentara, no campo da hévea: novas técnicas, pagas com os capitais dos próprios empresários colonizadores. Examine-se a civilização maya, no México e em Guatemala. Onde ela vivava, o que existe hoje é o deserto. A que viveu no litoral de Guatemala, durou apenas 140 anos. A erosão, no solo do milharal, extinguiu-a. Ela, para não morrer de todo, teve que se refugiar nas altitudes. Que é a vida do agricultor atrás da borracha e da castanha, da baunilha, das oleaginosas, da fruta indígena, senão de um nômade?

O Sr. Filinto Müller — E da ipecacuanha, na região do Guaporé. É verdadeiro ato de heroísmo e bravura ir buscá-la na mata virgem.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E mal sabe o general Filinto Müller, que a exploração comercial da ipeca acabou nos vales do Gua-

poré e do Paraguai. Fui, em 53 e 54, verificar *in loco*, esse desastre econômico. Quando terminou a guerra no Oriente, em 15, a nossa ipeca silvestre não pôde fazer frente, à asiática, de plantação. Tínhamos acabado. Fôra mais uma fonte de riqueza, destinada a subsistir somente com a economia da guerra.

Peço à Casa que ouça este trecho de um artigo do agrônomo Magnanini, inserto na «Revista Brasileira de Geografia»:

«É necessário, de vez por todas, que os agricultores de áreas tropicais, compreendam que têm nas mãos problemas novos, nem de leve formulados nas classes agrícolas das zonas temperadas e que tais dificuldades não podem ser resolvidas por prática e técnica daqueles países».

Tal o que eu denominaria o erro heróico nosso vis-a-vis da Amazônia. Pretendemos tratá-la com uma medicina e uma técnica que não são da sua latitude. A técnica das zonas temperadas, ali, constitui um cavalo de Tróia, mas um cavalo que não ganha a partida e só faz perturbar. Aliás, nos trópicos, de um modo geral, as condições de vida são primitivas e penosas. Nêles, por toda parte, o rendimento do trabalho humano é inferior ao das regiões temperadas.

O grau da temperatura agrava, de todos os lados, na zona tropical, os índices das doenças. Quem não conhece o cortejo das endemias do nosso Brasil! M. Le Crist considera um milagre que o brasileiro do Médio São Francisco (e sou fazendeiro nessa zona) possa atingir a idade adulta. Viu o Professor Pierre Gourou, no Iucatan, o intestino de um descendente dos Mayas. Na região do trópico, figuram as moléstias do tubo intestinal entre as mais disseminadas.

— Era um museu de horrores! — diz o Professor Gourou, daquele intestino.

Não há humanidade digna do maior respeito, do que a que vive nos dois ciclos, o equatorial e o tropical. Ela herdou solos pobres e zonas climáticas insalubres, cujas conseqüências sobre o homem só neste século, entraram a ser mitigadas e parcialmente corrigidas.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo o prazer.

O Sr. Mourão Vieira — Estou ouvindo com o respeito e a atenção que me merece o discurso do nobre colega.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Mourão Vieira — Estou-lhe muito grato, principalmente, na parte que se refere ao heroísmo do homem amazônico no trato da terra; no entanto, pelo que tenho lido e observado, devo declarar que V. Ex.^a, não tem razão na observação que faz do húmus da terra amazônica. Pediria licença para ler um trecho de Derby sobre a Amazônia.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Estamos aqui estabelecendo uma controvérsia. O debate é precisamente para aprender. Já o duro mestre Lenine dizia: nosso aparelho do Estado é imperfeito. Mas o primeiro vapor também o era. Para fazer melhor, há três coisas a fazer: aprender, aprender e aprender.

O Sr. Mourão Vieira — É uma situação comparada com a do Paraná, de que nos ocupamos ontem, naquele debate, aliás muito honroso para mim.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Controvérsia acadêmica, a meu ver, pois, que as observações de Orville Derby já estão superadas por investigações posteriores, mais precisas e pela frustração mesma de várias tentativas civilizadoras, no trópico, aqui, e fora daqui.

O Sr. Mourão Vieira — Diz Derby:

«O chapadão amazônico do planalto se compõe, pela maior parte, como o da bacia do Paraná, de grés e chisto argiloso encostados a rochas metamórficas que aparecem nos vales dos rios. É desconhecida a idade geológica d'este stratus, pois ainda se não encontraram fósseis nesta região».

E, finalmente, diz:

«É muito provável que tais camadas se estendam pelo planalto adiante, e constituam, ao menos em parte, o chapadão de que tratamos. A aparente semelhança dos chapadões do Amazonas e do Paraná favorece este modo de ver. Por outro lado, podemos supor que os «stratus» de idade secundária das bacias do Parnaíba e do São Francisco se estendem pela divisória das águas do Tocantins e formam parte do chapadão amazônico».

Conclui-se que, ontem, quando falava eu do café do Rio Juruá o fazia intuitivamente. Só depois li Derby e Orbigny e tive a sensação de que aquelas terras altas a que me referi, isto é, os chapadões amazônicos, têm muita semelhança no seu composto, contexto e formação com os do Paraná.

Era a observação que desejava fazer, esperando que V. Ex.^a concorde em que há terras boas.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND Sinto-me, só até certo ponto, em desacôrdo com Vossa Excelência.

O Sr. Mourão Vieira — Não comigo, com Orbigny e Derby.

A Pobreza das florestas tropicais

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND Se existe uma bacia fluvial da qual algo conheço, é a do Paraná. A não ser em certas regiões do norte da província dêsse nome, por onde se estendem o Parapanema, o Tibagi, o Piquiri, e da fronteira de São Paulo com Mato Grosso, a grande torrente, e aquela que forma o seu outro braço, o Parnaíba, ambas correm dentro de regiões, na sua maior parte ressequidas, de caatinga e, portanto, de solos fracos.

Dentro de Minas Gerais e de São Paulo o Rio Grande que, ao receber as águas do Parnaíba, passa a denominar-se Rio Paraná, desce em busca da República Argentina, cercado por uma natureza que faz contraste impressionante com os solos gordos do pampa e com a diabase paulista e o norte paranense. A erosão no vale do Rio Grande, em Minas Gerais, não é o que poderá haver de consolador para quantos pensam na solução dos nossos problemas rurais nessa região. Atente-se, nas cidades, fazendas e pastagens cortadas pela vasta corrente líquida. Por todos os lados o que vemos é uma economia retardada. A percentagem de utilização do solo para criação, é, ali, a mesma de certas regiões áridas da Índia e do México. Nada que se pareça com as possibilidades naturais das zonas temperadas.

Na órbita subtropical, até o carvão é sensivelmente inferior. Considere-se o nosso pão negro do Rio Grande e de Santa Catarina. A mesma pesada percentagem de cinzas se encontra nêle como existirá em qualquer outro combustível. Oh! a pobreza das florestas tropicais! Conta um viajante francês que, na Costa do Marfim existe, para cada dez hectares, um pé de caju. A heterogeneidade da mata

tropical, constituída em larga parte de essências moles, imprestáveis para as finalidades nobres das madeiras, a torna inadequada para qualquer dos processos de industrialização, aos quais são acessíveis as florestas homogêneas das zonas temperadas. Elas só servem para alimentar o fogo nas caldeiras dos barcos a vapor, nas regiões onde se concentram. Da lentidão do seu crescimento, nem é bom falar: 6,09 metros cúbicos.

O Sr. Mourão Vieira — Permite Vossa Excelência outro aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
Com todo o prazer.

O Sr. Mourão Vieira — A pobreza que V. Ex.^a resalta ...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— É a que se vê.

O Sr. Mourão Vieira — ... outros a consideram riqueza. Sabe o nobre colega que, hoje, através de usinas-pilôto, principalmente, as de origem francesa, já é possível, em qualquer floresta heterogênea, aproveitar as diferentes espécies de vegetais. Sobre o assunto também convido V. Ex.^a a ler a obra de um grande especialista francês — trabalho que não tenho aqui, mas, em minha casa — em que ele traça o plano de aproveitamento da floresta selvagem, virgem, através das usinas-pilôto que V. Ex.^a conhece, perfeitamente. No primeiro ano, começa-se apenas com uma serra-ria de pequeno vulto, para aproveitamento de árvores de maior porte e melhor lenha; e, posteriormente, obter-se-á pleno rendimento, no fim de cinco anos, aproveitando todos os vegetais dessa floresta, que Vossa Excelência chama pobre e eu, por isso, chamo rica.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Como eu gostaria de sincronizar com o entusiasmo enfático do ilustre colega do Amazonas! Pro-

prietário que sou, em Manaus, Porto Velho, Belém e São Luis, quão feliz me sentiria em poder participar dos índices de propriedade, para os quais me abre a imaginação escalada, este mago da Amazônia que é o nobre Senador Mourão Vieira.

Senhor Presidente. Em virtude da minha vocação de paraibano, faz 6 anos, fui «coiteiro» em São Paulo, de um nobre soldado europeu, condenado à morte por um tribunal de guerra do seu país. Natureza dotada de rija aptidão para vencer, também, na vida civil, o antigo militar aqui se lançaria, com outros compatriotas, à industrialização das fibras heterogêneas das nossas matas. Eis que um dia ele me aparece com diversos jornais da Europa, impressos em papel produzido com as fibras da nossa floresta amazônica. Pedi-lhe licença, só para esta dúvida, a qual se estabelecia em torno do êxito da sua corajosa iniciativa no dia em que ela pudesse ser transplantada de dez, vinte toneladas de uma produção econômica, para uma produção comercial, de 10 ou 20 mil toneladas. Eu pediria ao nobre Senador pelo Amazonas, se ele tiver notícia de um sucesso neste sentido, com as fibras heterogêneas da Amazônia ou do Vale do Rio Doce, que nos formule aqui a sensacional revelação, a revelação providencial.

O Sr. Mourão Vieira — Não é minha a revelação. O que tenho comigo são palavras de técnicos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Tanto melhor. Os técnicos é que têm a palavra em assuntos como o que está versando, com tanto brilho e competência o nobre colega pelo Amazonas.

O Sr. Mourão Filho — É o Sr. Trevet, que foi representante da França, num Congresso mundial, inclusive num Congresso realizado

no Jardim Botânico, no Brasil. Se personalidades, como Maneville Trevet ou Magnanini estão enganadas, certamente minha cultura no assunto estará anulada.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quem enganou V. Ex.^a foi a miragem da imensa floresta, a desafiar a ambição humana, para utilizá-la de qualquer modo, em qualquer processo de industrialização. Até hoje, porém, ao que se saiba, nada se pode fazer de mais útil com a floresta tropical do que deixá-la onde está, promovendo alguns «biscates» por conta dela, enquanto não surge uma solução revolucionária, que permita usar-se nas fábricas de papel a fibra heterogênea. Sei de existência de usinas-piloto, na África, ao lado dos franceses, em busca do emprêgo de matas como as amazônicas, na celulose e no papel. Não vi, entretanto, até o momento atual, nenhum êxito na transferência das experiências até agora realizadas, do campo do laboratório àquele outro da sua industrialização em grande. Já vi números de «Le Monde» e «France-Presse», em papel industrializado com fibras originárias das florestas da África Equatorial Francesa. Edições constantes, totais, desses diários em papel de fibra heterogênea não me consta que tenham aparecido, até o presente.

Sr. Presidente, gostaria, em todo caso, de prosseguir na leitura de outro trecho de Magnanini. Veja a precisão com que diagnostica um perito, que tem experiência interessantíssima do solo tropical da Amazônia:

«Esse é o motivo pelo qual desaconselhamos a remoção da floresta para o plantio. Todas as culturas, que exigem céu aberto, devem ser proteladas, em favor das culturas florestais. Expor o solo, à ação direta das intempéries, equiva-

le a esgotá-lo em menos de três anos».

O Sr. Mourão Vieira — Espero que não me considere impertinente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND Nunca. Pode o ilustre colega tomar a ofensiva, com o sincero e leal destemor que caracteriza o rijo caráter de que é dotado.

O Sr. Mourão Vieira — Não tenho o intuito de atacar. Desejo apenas ler um pequeno trecho de Paul Le Cointe, que V. Ex.^a conhece, sábio que tomou o Estado do Pará, como sua residência definitiva. Falecido há alguns anos, deixou notável trabalho.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Conheço-o, bem como o museu por ele fundado, em Belém. Foi o próprio Dr. Paul Le Cointe quem me fez visitar em 1931, quando, espontaneamente, fui ver o benemérito «amazonólogo» em sua residência.

O Sr. Mourão Vieira — Tive a honra de privar de sua intimidade quando Paul Le Cointe, que Vossa Excelência tanto conheceu, e que é, incontestavelmente, um dos maiores conhecedores dos assuntos da Amazônia, fez uma defesa da região ...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND Não contra mim, nobre colega. O que faço é analisar e discutir fatos.

O Sr. Mourão Vieira ... contra a campanha que se fez há anos e que de lá afastou as correntes imigratórias. Se V. Exa. permitir ...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Mourão Vieira — ... lerei trecho que não é pertinente aos assuntos, mas que se relaciona com a idéia que defendo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— É com um tipo inadequado de civilização que V. Ex.^a pretende engrandecer a Amazônia. Como gostaríamos de ver as esperanças do Dr. Paul Le Cointe e de Vossa Excelência convertidas em realidade! O que acontece, porém, é que a natureza, é implacável, como os arquivos do nosso colaborador do «O Cruzeiro», Sr. João Condé. Basta tomar o declínio e a morte das mais opulentas civilizações, nestes últimos 6.000 anos da espécie.

O Sr. Mourão Vieira — O trecho é o seguinte:

«Esta imensa planície da Amazônia, situada na sua totalidade em zona tropical, em grande parte coberta de florestas e sujeita periodicamente a vastas e demoradas inundações, deveria, naturalmente, ter um clima excessivamente quente, úmido e insalubre, tornando-a quase inabitável. Foi esta reputação que a prejudicou durante muito tempo e que tornou muito lento o seu povoamento, afastando daí a imigração européia que procurou, de preferência, o sul do Brasil.

Não merece, porém, e, sem cair na exageração oposta, pode-se afirmar que, comparado a outros países equatoriais, é um dos com que melhor se acomodam os aborígenes e, também, um dos mais acolhedores para o viajante e o colono nacional ou estrangeiro».

Era a pequena observação que desejava fazer, não atinente à questão em debate, mas em defesa da corrente imigratória, que se deve canalizar para lá, e que sintetiza o problema máximo da Amazônia — a colonização.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
O nobre colega fala da importação de capital demográfico para a Amazônia. Equivaleria isso ao mesmo que eu pedisse para o meu torrão natal, que é a Paraíba, um desenvolvimento econômico baseado em idêntico sistema. Estamos numa hora em que o operário branco europeu se recusa a vir até para as terras gordas de São Paulo, do Paraná e do Sul de Mato Grosso, quanto mais para as zonas de solos pobres do norte e do nordeste. Não estamos sequer, aqui no sul, em condições de manter o trabalhador no padrão mínimo de vida que ele tem na Europa.

Disponível, só contamos hoje, no mundo, com o braço japonês. As formas externas de cooperação desaparecem, pouco a pouco. A Europa convalesceu mais depressa do que se pensava. Convalesceu e sarou. Operários italianos, holandeses e algumas levas que aqui vieram para São Paulo e o Paraná, foram importados por companhias de imigração, que lhes dispensam excelente tratamento além de recursos com que começar a trabalhar. Nosso nacionalismo pachola fez tantas restrições à imigração, criou-lhe tais dificuldades que acabamos condenados ao desenvolvimento endógeno, como o conhecem os israelitas.

Há que aumentar o nível intelectual das classes dirigentes do País e do povo, para que elas possam compreender o que representa um edifício geográfico, econômico e político das proporções do Império do Brasil. Uma nação que vai do Equador ao meridiano, não poderia deixar de ter vastas diferenciações específicas, em todos os sentidos. São Paulo por exemplo, tem um nível de renda, por cabeça, equivalente ao da Itália. Mas já a situação de país desenvolvido que tem o Brasil, com São Paulo e o Paraná, ambos em intensa produção cafeeira (São Paulo in-

dustrial também) se desmorona, quando se lhes junta a renda de Mato Grosso, Pará, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte etc., somos rebaixados à categoria de povo subdesenvolvido. Os *standards* da evolução coincidem com a indole dos solos e os meios técnicos de que dispomos para lhes valorizar as riquezas e coletar-lhes os recursos.

A Amazônia mesmo já foi um centro de considerável atividade agrária em função dos mercados europeus consumidores de borracha. Ela chegou a exportar até 27 milhões de libras-ouro do produto, exportação colossal para a região e para o tempo em que ela se operava.

O Sr. Onofre Gomes — É exato.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Observa-se em toda a parte do mundo que as civilizações tropicais que nêle se formam, vivem da contribuição das regiões extratropicais. Tome-se a brilhante civilização agrária que teve a Província do Rio de Janeiro no século passado, em função do açúcar e do café. Ela estereotipa a geografia humana das zonas quentes e chuvosas. Assim como com o milho, mesmo a 1.500 metros de altitude, em Guatemala, tendo-se esgotado os solos, desapareceu a primeira civilização maya, idêntico fato se repetiu no altiplano da província fluminense. A exploração do café devorou o húmus da terra onde em seu lugar, o que existe hoje são quase que só atividades pastoris. O leite toma o lugar do café — o que é uma calamidade. Bananal, no Estado do Rio, tinha uma fertilidade tão excepcional que o seu café garantia empréstimos do Tesouro provincial, durante o Império. Hoje, o Município de Bananal é um deserto com alguns prados artificiais destinados a alimentar cavalos de corrida.

O Sr. Novaes Filho — Mas os solos tropicais são, pelo menos, ricos em pastagens.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Outro ledo engano. Eles são abundantes em gramíneas, porém, paupérrimos em leguminosas. Eu vejo, em regiões das margens do São Francisco, vizinhas da nossa fazenda Nova Gaia, o gado com 120 e 140 quilos. Que é isso? A penúria dos pastos, destituídos de fósforo, ou seja, terras sem maior valor alimentar. Observei idêntico fenómeno nas savanas venezuelanas. Conversando com agrônomos locais, eles me testemunharam a deficiência humosa das suas terras. Como os bois, as vacas, as cabras crescem devagar na maior parte das nossas terras, que não recebem fertilizantes! Não vi coisa diferente em Treviso, no norte da Itália.

O Sr. Novaes Filho — E no Rio Grande? Por que têm os gaúchos uma criação tão adiantada?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mas é muito simples. O Rio Grande não é mais o trópico e sim zona temperada. No sul, D. Pedrito, Livramento, Quaraí etc., têm pastos de leguminosas, como por exemplo o trevinho que engorda e dá corpo ao gado. Não possuímos nada no norte, que se possa comparar aos pastos do Rio Grande do Sul.

O Sr. Onofre Gomes — A argumentação do ilustre colega não sofre dúvida.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Obrigado ao ilustre soldado brasileiro que tão bem conhece a situação e os problemas da economia nacional.

Ainda a respeito do aparte do ilustre Senador Mourão-Vieira, quero dizer que não duvido que possamos atrair alguns excedentes das

massas demográficas orientais para a amazônia. No aluvião da margem de seus rios, existe ainda lugar para os plantadores de juta. Considero ainda não resolvido ali, o problema da borracha fora do seu *habitat* natural, que são as florestas nas vizinhanças dos vales dos rios.

Duvido que colônias de trabalhadores nacionais dêem, por enquanto, resultado na Amazônia. Ali só se pode trabalhar em têrmos de eficiência com a disciplina e a assiduidade dos colonos nipônicos. Em 1942 e 1943 organizou-se no Rio a legião dos combatentes que iam incrementar a produção da hévea. E tudo resultou em frustração. Mandros de favelas, facadistas de rua, foi mobilizada, uma escória social para viver a existência mais dura que há em qualquer parte do Brasil. A «batalha da borracha» como esforço de guerra, constitui um pesadelo para o governo federal, por ela responsável, e um descalabro para a honra do País, em face do estrangeiro.

A impressão que fazia a nossa cooperação nos chefes da indústria americana, mobilizados pela Rubber Supply (depois Amazon Development) que vieram trabalhar aqui, no incremento da borracha, no vale, era apenas penosa.

Os nortistas continuam a queixar-se do sul do Brasil, dizendo-se perseguidos pelo egoísmo paulista e mineiro. Eles se recusam a pensar na pobreza dos solos que lhes coube na partilha do território da Federação. Os nossos compatriotas políticos, que estimulam êsses movimentos revelam-se espíritos desalmados de brasileiros. Quando incentivo os nossos patriotas do nordeste e da Amazônia a pensar internacionalmente, é porque a chave-mestra das nossas questões econômicas quem nô-la traz são os mercados de fora. Basta ver-se o courinho de cabra e a xilita. Ambas essas fontes de riqueza vivem

do extra-Brasil, que é o mercado americano. Faz-nos pena contrariar o alvoraçado entusiasmo do homem da Amazônia pela opulência dos seus solos — os solos que o honrado Senador Cunha Mello considera, em sua brilhante peça oratória de ontem, como os «celeiros futuros do Brasil».

— «Apenas três anos — diz o Prof. Magnanini — são necessários para erodar e esgotar o solo amazônico de terras firmes, cultivadas pelo homem branco».

Dirão, porém, que esta é a prata de casa. Neste caso, tomemos um dos mais abalizados estudiosos da órbita tropical, em tôdas as quatro partes do planêta, o Professor Pierre Gourou. Ele fêz um cotejo atraente, na sua monografia «Les Pays Tropicaux», para mostrar que a zona quente e chuvosa do trópico é, até o presente, um meio físico menos favorável ao homem do que a zona temperada. Temos, portanto, nos países tropicais, uma geografia física e humana à parte. O Prof. Gourou tem também outra monografia original acêrca do meio amazônico, que êle veio estudar para descrevê-lo com as suas próprias observações.

O Sr. Mourão Vieira — Não conheço êsse trabalho.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
Poís terel grande prazer, se a revista do Instituto de Geografia que o publica ainda estiver à venda, em mandar exemplar para Vossa Excelência.

O Sr. Mourão Vieira — Meus estudos sôbre a Amazônia, na parte da botânica, baseiam-se nos trabalhos de Adolpho Ducke, grande técnico que conhece a Amazônia a fundo e não à *vol d'oiseau*; mora lá há cinqüenta anos e seu trabalho talvez contradiga alguns pontos dos dêsse sábio que viu a Amazônia, apenas, por alguns dias.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ambos encararam a Amazônia sob prismas diferentes: um tomou-lhe sob o aspecto naturalístico, e outro sob o seu aspecto econômico e comercial. Veja V. Exa. o que diz Pierre Gourou:

«De um modo geral, as terras firmes do terciário...

Tal o drama. O terceiro está na raiz da Amazônia.

«... e do quaternário antigo — referimo-nos exclusivamente a estas — são essencialmente arenosas, pobres de argila, extremamente pobres de húmus e quase desprovidas de bases permutáveis».

Mandioca

Sr. Presidente, chego a um ponto crítico do debate.

Tenho paixão pela mandioca. Sou mandioqueiro nato; nasci mandioqueiro, e não escondo a preferência que dou, nos nossos solos pobres, a esta fécula, própria dos países tropicais, e, neste caso, das suas terras logo aviltadas pela erosão, com poucos anos de labuta agrária.

Fale-me V. Ex.^a da mandioca, inhame da costa, caranambu, rapadura, angu de milho, cangica, beiju, tapioca, pamonha, e eu sou o negro número um do Brasil. O negro ou o mameluco.

O Padre Vieira exclama nas suas «Cartas»: «Sem negros não há Pernambuco, como sem Angola não há negros». Sem rapadura, farinha de mandioca e tapioca como sem angu não há Brasil. Cana, mandioca e milho são padrões das nossas terras pobres, dos nossos solos maninhos.

Em São Paulo, cheguei a plantar, em 1939, duzentos alqueires de mandioca para com esta euforbiácea podermos enfrentar a crise do trigo, que era um resultado da

nossa penúria de dólares. Eu sou um mandioqueiro de nascença, pois me criei no melo do polvilho. Graças ao Ministro Orosimbo Nonato, faz menos de uma semana, pude almoçar alpim com mantelga, o que é a delícia das delícias. E doce de côco verde ou sêco com farinha — haverá nada de mais soboroso?

O SR. PRESIDENTE — (*fazendo soar os tímpanos*) — Comunico ao nobre orador que faltam dois minutos para o término da hora do expediente.

O SR. ONOFRE GOMES — (*Pela ordem*). — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se consente na prorrogação da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Assis Chateaubriand possa concluir seu discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre representante do Ceará, Senador Onofre Gomes.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Agradeço ao meu mestre, Senador Onofre Gomes, a nímia gentileza do pedido que formulou ao Plenário, e a êste, a observância de sua tradição de gentileza para comigo.

Observo que a Casa está atenta ao problema da mandioca, pelo interesse que vejo pelas minhas considerações, em torno dêle. Chego a sustentar que, sem mandioca, não teria havido, tão cedo como ocorreu, a nossa expansão territorial. O bandeirante português e mameluco viajavam a pé. E não tinham trem de bagagem. Suas linhas de abastecimento por êste

enorme interior afora, eram o milho e a mandioca, que êle, ou encontrava na roça do índio, ou deixava a «maniva» (apliquem êste belo vocábulo tupi) para que o bugre a plantasse, e os dois tivessem o que comer.

Por que o brasileiro come farinha, e dela gosta de modo particular como acertado é o paladar da casa? A mandioca é o tributo que pagamos à pobreza das nossas terras fracas ou erodadas. Come-se mandioca do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

Na guerra holandesa, um dos ascendentes da superioridade dos portugueses e dos nativos sobre os flamengos, era a sua aptidão para comer mandioca. C.R. Boxer, no seu último livro «The Dutch in Brazil (1624-1654)» diz que os «espartanos opositores» dos holandeses podiam subsistir com um punhado de mandioca (manic flower) e um pouco d'água. Com efeito, graças a esta sobriedade é que nos foi possível vencer a um inimigo muito mais forte, melhor nutrido, com tropas bem equipadas e com linhas de abastecimento com que Mathias de Albuquerque, Barreto de Menezes, Felipe Bandeira de Mello, Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira não contavam.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A palavra é de Vossa Excelência.

O Sr. Mourão Vieira — Lembro a V. Exa. a «Bertholetia Excelsa», a castanha produzida no norte do País, da qual cem grammas fornecem calorías naturais como a carne. Estamos, pois, em opposição.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nem tanto assim. Como pensar exequível a nutrição de grupos de nômades, com o produto de uma árvore, que só é nativa na região norte?

Plantá-la? Quantos anos seriam indispensáveis para tê-la frutificando? Pois se hoje não há quem se anime de paciência para plantar a borracha, a castanha, e esperar pelas suas safras o que não seria no passado, no segundo e no terceiro séculos do descobrimento?

O Sr. Mourão Vieira — Sim, se pode plantar a castanha.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quantos anos, entretanto, para vê-la em termos de fruto?

O Sr. Mourão Vieira — Apenas seis anos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A minha resposta ao aparte de V. Ex.^a já está contida no conceito de V. Ex.^a Não era possível alimentar os piquêtes, extremamente móveis das «entradas» com uma árvore que produzia em seis anos. Na Amazônia era melhor comer a caça e o peixe dos rios, e, aqui no sul, a mandioca dos índios.

O Sr. Lima Guimarães — Folgo em registrar que V. Ex.^a é um mandioqueiro.

Estudo dos Trópicos

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E de raiz autóctone. Meus antepassados silvícolas já comiam desta fécula. E os portugueses também. Procuro condicionar o meu padrão de existência de acôrdo com as peculiaridades do solo e do clima, em que nasci e viveiram os meus antepassados. Nunca me fiz nem me faço illusões sobre o meu País. O Brasil é, até hoje, pelo menos, uma nação pobre, povoada por filhos desmiolados, que, a supondo riquíssima, esbanjam, contando com o futuro, com uma renda que ela não tem. Entra-se todo o dia no capital. Temos hábitos de consumo inteiramente inconciliáveis com o que valem os

nossos fundos de capital, ou sejam solo, subsolo e clima. Aqui, o homem se projeta num teto muito mais alto do que êle tem. Todo o brasileiro quer ser carnívoro, em clima propício à dieta vegetariana. As atividades pastoris são pouco compatíveis com terras do grau de baixa produtividade das nossas.

A cada passo se ouvem afirmações como esta: «O Brasil será os Estados Unidos da América do Norte dêste meio século». Que santa ingenuidade! Quatorze civilizações que surgiram no planêta, nos derradeiros seis mil anos, nenhuma surgiu no trópico.

Peço à Casa me ouça, não por vaidade mas pela urgência que temos de rasgar o véu da triste fantasia que nos deslumbra ante uma medíocre e desalentadora natureza.

Por mais de meio século o mundo viveu embalado pela fantasia da decantada riqueza tropical.

O espetáculo de luxuriante vegetação, geralmente inerente às regiões tropicais, onde há calor e chuva, deram, ao que parece, o fundo justificativo dessa ilusão. Na realidade os solos tropicais, salvo raras exceções às margens de grandes rios fertilizados por aluviões constantes, vindos dos altiplanos são, na sua maioria pobres e marcharão para inevitável decadência, se meios enérgicos de correção não lhes vierem em auxílio, com preserteza.

Por incrível que pareça, um terço da superfície do globo se encontra na região tropical e trinta por cento da população aí vive, na sua maioria, em regime de semi-nutrição, constituindo a coluna vertebral do grupo de povos subdesenvolvidos, de que se tem falado tanto nos últimos tempos. Mais paradoxal ainda é o fato de não se saber quase nada, sobre o meio tropical. O homem europeu e americano, mas especialmente o primeiro, na sua conhecida função de

colonizador, levou para as terras, donde se transplantava, mais preconceitos do que conhecimentos. Aplicou ali normas que, pela sua experiência de terras de clima mais ameno e solos menos esgotáveis, se lhe afiguravam as mais recomendáveis. E fracassou. Mesmo em regiões onde se localizou a fina flor da gente branca, nesses imensos mundos de calor e chuva, como nas colônias britânicas do Este da África, os ingleses confessam agora erros que poderiam ter sido evitados, na exploração dos solos de Kenya e Tanganika.

O homem civilizado destruiu pretensos tabus indígenas, a sua, agricultura nômade, que vivia à cata de terras novas, mas que, a rigor, deixando umas esgotadas, em benefício de outras, aquelas se recompunham, paulatinamente, pela ação corretiva lenta, mas segura, da própria natureza. Passou a cultivar a terra, como nos Estados Unidos ou na Europa, sedentariamente, nos mesmos trechos, na crença de que a fertilidade aparente dos trópicos era inexaurível, quando na realidade, constituía apenas uma capa de sedimentos antigos, de fácil e rápida deterioração.

Essa situação não poderia perdurar. Enquanto, as regiões tropicais eram exploradas ou cultivadas sob mandatos de nações mais adiantadas, ainda se poderia tolerar tal estado de coisas. Mas, à medida que a vaga de emancipação as sacode, de uma ponta a outra do globo, e antigas colônias se tornam nações soberanas, que entram em contato direto, com as mais adiantadas, torna-se imprescindível a avallação de sua potencialidade efetiva, de sua força econômica, no que toca à terra, em suas relações com o clima, para se poder ajuizar o que se deve fazer, a fim de evitar que essas populações se orientem pelos caminhos da miséria e da subversão social, que é o que se está dando. O homem tropi-

cal se considera dono de um El Dorado que, cubiçoso, deverá êle guardar de qualquer contato, de exploração comum com os estrangeiros.

Os Estados Unidos compreendendo essa necessidade, resolveram organizar, com homens de boa vontade e alto conhecimento técnico, o estudo dos trópicos, em tôdas as suas fases, a fim de descobrir meios de ajudar inteligentemente as populações que nêles vivem e labutam. Sob a inspiração e direção de figuras, como John Mc Loy Henry W. Wriston, David Rockefeller e Frank Altshull, foi criado, dentro do Conselho de Relações Estrangeiras, o «Grupo de Estudos», especialmente dedicado a tal cometimento, dirigido por um homem muito nosso conhecido, o Sr. Heman Greenwood que aqui foi presidente da General Electric.

O Sr. Novaes Filho — Trata-se de um homem deveras aplicado, culto e capaz. Foi êle quem chefiou a missão gratuitamente dada ao Brasil pela United States Steel Corporation em 1939, para planejar Volta Redonda. É um amigo da nossa Pátria.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A criação de organização dessa natureza é a prova evidente de que o mundo tropical é um vasto desconhecido; que em seu derredor, se criaram lendas e fantasmagorias, como essa da eterna e pasmosa fertilidade das terras cuja persistência impedia, muitas vezes, o seguro encaminhamento dos problemas da tórrida região.

Pondo nesse estado, a capacidade técnica profissional e científica das melhores cabeças da agricultura norte-americana, após anos de pacientes pesquisas e viagens, acaba de ser publicado um livro «O Clima e o Desenvolvimento dos Trópicos», da autoria de Douglas H. K. Lee professor de Climatologia Fisiológica da Universidade John Hopkins, que é, em seus conceitos

e revelações, uma página nova na história dêsses mundos, povoados de fantasias. Noventa e nove por cento dos brasileiros vivem, Senhor Presidente, em estado de revêries de Schuman.

O que se depreende de tão valiosa e oportuna pesquisa é que o trópico, em suas relações de solo, clima e homem, ainda não está estudado, como deveria. Obviamente, por trópico, o autor e outros que lhe seguem as diretrizes, particularizam aquelas enormes extensões de terras baixas equatoriais, de altas temperaturas, cujas condições não foram corrigidas pela altitude, como é o caso de várias regiões do globo, na África e nas Américas. O próprio planalto paulista é uma dessas exceções. A altitude aqui corrigiu, em parte, a rudeza do clima. Enormes aflorações eruptivas, por seu lado, criaram as famosas manchas de terra rôxa, cuja fertilidade desafia a ação do tempo e a incúria dos lavradores bissonhos.

Mais do que isso, êsse estudo mostra que, nos trópicos é preciso começar quase tudo de novo, examinando cada situação, objetivamente, sem aquêles preconceitos e princípios que cada colonizador levava na sua bagagem e que, sem maior atenção, procurava aplicar, nas terras equatoriais, como se estivesse em sua própria casa.

Prova o trabalho feito que, pondo de lado muitas ilusões antigas sobre eterna e mirífica abundância de solos, a qual não corresponde à realidade tropical, há, entretanto, margem para se poder assegurar à gente que aí habita condições de melhoria suscetíveis de lhe infundir um pouco mais de confiança no futuro. Seria, de fato, a perpétua condenação dos trópicos ao baixo poder econômico e miseráveis padrões de vida admitir que a ciência moderna, bem orientada, não fôsse capaz de engendrar meios de vencer a contínua luta, a luta des-

truidora da fertilidade entre o clima e a terra. O que não se pode obter no trópico com água e adubo! Os franceses estão operando uma revolução econômica, no Saara, e essa revolução resulta do petróleo recentemente ali descoberto, e que os franceses estão dando às companhias estrangeiras para o explorar.

A procura dos meios de se chegar a esse objetivo é que constitui a base da organização aqui referida, da organização onde se juntaram as melhores cabeças da ciência agrônoma dos Estados Unidos.

Mas tudo isso é uma questão de recursos financeiros, que, num país como o nosso, só se podem obter da economia estrangeira. O que os mexicanos obtêm em suas regiões áridas e semi-áridas, é digno de ser examinado pelos homens de governo brasileiro.

Não é outro igualmente, a conclusão a que chegou Pierre Gourou, no seu trabalho que é hoje famoso — «Les Pays Tropicaux».

«Os solos tropicais — dizia esse grande investigador (permita a Casa que eu leia) — são mais pobres e frágeis que as regiões temperadas. Sua exploração exige mais cuidados, se se desejar impedir-lhes o empobrecimento e a destruição.

Na marcha em que algumas regiões tropicais avançam, não estará longe o dia em que seus solos não servirão nem mais de pastos magros a rebanhos de baixo valor econômico. A laterização das terras tropicais é, infelizmente, fenómeno quase que generalizado. A laterita comum nos trópicos, torna o solo praticamente estéril. É uma «lepra pedológica» que contamina e infesta imensas regiões condenadas, inevitavelmente, ao suicídio econômico».

A observação e conclusões semelhantes chegou, também, recentemente, outro estudioso dos problemas da erosão, particularmen-

te nas regiões tropicais, R. O. White, cujo livro há pouco publicado em Londres «The Rape of the Earth», já se pode considerar entre as grandes investigações sobre o assunto.

E que dizer dessa outra obra monumental, do mago da ciência agrônoma na luta contra o roubo da fertilidade da terra que é Fairfild Osborn — «O Planeta Saqueado» — a qual, pelas suas revelações, dá margem a que se encare muitas vezes, com pessimismo o próprio futuro da terra onde populações crescem a ritmo mais dinâmico do que o da própria subsistência, numa como que moderna versão de idéias malthusianas?

O trópico está mal estudado ou não foi ainda estudado. E por isso mesmo, há erros que se repetem, há superstições que ameaçam eternizar-se e há infelizmente a realidade que desafia os mais humanitários, que é essa de populações que aí trabalham, que realmente mais vegetam do que vivem, sem possibilidades de melhorarem substancialmente seus padrões de vida e — o que é ainda pior — marchando para a catástrofe inevitável se alguma coisa, de realmente construtivo, baseada na experimentação e em observações imparciais, não lhes vier em ajuda, sem perda de tempo.

O Sr. Lima Teixeira — O quadro, que V. Ex.^a nos abre do trópico onde vivemos, é deveras assustador. Tranqüilize-nos por amor de Deus.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Desde já tranqüilizo V. Ex.^a acerca de juta, que o mercado interno pode absorver e a borracha. O Professor Felisberto de Camargo, o nosso autorizado especialista, em assuntos amazônicos admite o êxito do colono, ocupando 5 hectares e trabalhando com duas mil árvores. Uma tarefa assim, científica-

mente feita, poderá produzir a safra média de cinco mil quilos de látex anuais.

O Sr. Lima Teixeira — Agora me sinto mais tranqüilo. Até aqui, a onda de pessimismo do Senador maranhense era devastadora ...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A prova de que Deus é nacional é que fazemos milhares de tontérias e ainda não acabamos com este País, que é débil, porém resistente. Nossas parcas riquezas tropicais não foram de todo estioladas. Olhe V. Ex.^a a nossa cara Bahia. Há quantas centenas de anos não se trata de reconstruir os solos supertrabalhados do Recôncavo? Haverá chão agrícola mais maltratado do que este? Qual a parte da riqueza ganha e logo consumida que os que vivem do cacau devolvem a esta maravilhosa matriz de ouro?

Lembro-me que um dos maiores espetáculos da voracidade tropical, foi o que tiveram os ingleses quando lhes apresentei, em Londres os ossos que Villas Boas e outros sertanistas, de proverbial honrabilidade, me entregaram como sendo do Cel. Fawcett.

O Sr. Filinto Müller — Eram supostos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu viajava com eles e os tinha no meu apartamento do hotel, em Londres. Antes de entregá-los à «Sociedade de Antropologia» para o devido exame por técnicos, mostrei-os a dois amigos estudiosos dos problemas tropicais. Dei a um duas tíbias e a outro um fêmur e quatro costelas da sólida armadura do coronel. Ambos se recusavam a crer que se tratasse de um esqueleto enterrado havia trinta anos, tão graves eram as erosões constatadas a vôo de pássaro.

O Sr. Mourão Vieira — Vossa Excelência atribui êsse fato à terra quente ou aos minerais nela dissolvidos?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ao clima quente, o qual apressa todo o processo de decomposição. As bactérias no trópico, trabalham muito mais depressa do que nos climas temperados.

O Sr. Mourão Vieira — Já me haviam dito que V. Ex.^a era homem extremamente inteligente; mas é muito mais do que eu pensava. V. Ex.^a é pior do que sabão. (Riso).

Depoimento do Prof. Gourou

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — De nós dois, o mais *glissant*, talvez seja o nobre colega. Veio à arena para defender a fertilidade do trópico, e só tem feito escorredos argumentos macios que estou gar macio, leve, sôbre a superfície desenvolvendo. Não deixo de reconhecer que sei escorregar. Devo isto à minha convivência com os mineiros. Com a gente das Gerais aprendi a ser solerte e a conservar-me atento nas coisas comuns. De sorte que, se Vossa Excelência quer pegar algo em falso, em mim, terá que escorregar muito (Riso).

O Professor Pierre Gourou visitou a nossa Amazônia. Veio vê-la de perto. É este, em resumo, o seu depoimento acêrca da exploração agrícola, como êle a viu, ao longo das margens do rio-mar.

«A agricultura do Amazonas é tal como a que habitualmente é praticada em terra firme. Exige muito trabalho para modestos resultados. É mesquinha a lavoura de subsistência e, por outro lado, é ela destituída de qualquer valor comercial.

O clima úmido e chuvoso da Amazônia, pode comprometer

o êxito da queimada, e da coivara. Em suma, é uma agricultura tão pobre como a praticada geralmente em outros países de clima quente e chuvoso, que só pode ser acompanhada de nível de vida muito baixo».

Nada poderá ser mais desencorajador. Dir-se-ia um perfil das catatingas o nosso dramático inferno pardo, no nordeste. E isto, senhor Presidente, é o trópico, de um modo geral. Está claro que aqui existem manchas de diabase de excepcional fecundidade. São, porém, manchas, e nunca a generalidade dos solos.

Das palavras autorizadas do Professor Gourou, a Amazônia pode produzir uma das civilizações mais atraentes; mas se ela tiver de depender de seus próprios recursos, será uma civilização do tipo do nordeste. Digamos que o seu subsolo ainda desconhecido, guarde ricos minérios. Então ela viverá de recursos extra-amazônicos, como já viveu, ou seja da exportação das matérias-primas silvestres que vender, como acontece com os sultanatos do Golfo Pérsico, que acham petróleo.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É um prazer, sempre, ouvir Vossa Excelência, que é um sincero e honrado ufanista.

O Sr. Mourão Vieira — Já que V. Ex.^a fala em clima pobre, citando o Prof. Gourou, vou mais uma vez, socorrer-me de um autor estrangeiro.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND Não me referi ao clima, mas sim, à terra. A terra firme, no vale amazônico, produz uma agricultura tão pobre que mal produz os bens de subsistência, quanto mais

uma exploração agrária e de valor comercial, ou seja, de artigos para exportação.

O Sr. Mourão Vieira — Sobre sais minerais diz Herbert H. Smith:

«O volume das matérias minerais em solução, que essa formidável descarga fluvial arrasta, orça em média anual, pelas 160.833.000 toneladas».

Com tantas toneladas de sais minerais, essas terras têm que ser aproveitáveis.

Sobre clima, diz Herbert H. Smith:

«Percorri o Amazonas durante quatro anos e nunca apanhei uma febre: apanhei-a, porém, em três dias em que estive em Ohio, nos Estados Unidos».

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND O nosso ilustre colega está trazendo para o Plenário do Senado testes de naturalistas, de botânicos, que para a agricultura, nada provam sobre a validade das terras tropicais.

O nobre Senador e valente antagonista, Mourão Vieira, acaba de oferecer o seu depoimento da pobreza do nosso Amazonas. Pelo que deposita no fundo do mar, êle é um fator da erosão das terras por onde atravessa. Mas, contudo, isto quer dizer que na Amazônia não existem terras férteis?

Elas existem, sim, e não é preciso mais que tomar o aluvião do Solimões e do seu continuador que é o Amazonas. Aí existem riquezas potenciais. Como, porém, valorizá-las, transformando-as num parque de riqueza coletiva, num patrimônio social, em função da imensidade da perspectiva do Rio-mar? A Amazônia, o que rasga diante de nós, é um horizonte agrícola. Como, porém, tirar partido dos seus vales aluviônicos, se a

água cai e leva tanta coisa do que o homem plantou e também o que a natureza lhe deu?

Onde o homem poderá morar com a segurança de uma continuidade de vida e de patrimônio material, é no planalto terciário. Entretanto, aí, a fecundidade do solo é escassa e a água difícil.

Para se ter o sentido do que são as terras firmes da Amazônia, uma vez exploradas, vejam os subúrbios e a zona agrária de Belém. A planta humana ali é esgotada e prolífica, como os solos, cobertos de capoeira rala e de roça, onde prepondera a mandioca, padrão de terra pobre.

Se o Amazonas leva para o oceano em seu lençol líquido, o vasto capital de riqueza que nos mostra o honrado parlamentar amazonense, a sua tese não infirma a minha, senão que a corrobora. Os sais minerais, que existem na Amazônia, o rio os leva. O solo já está lavado e enxaguado.

No que toca à nossa juta, repito: para exportá-la será indispensável que o governo, de qualquer modo, pague um subsídio. A juta amazônica não concorre com a indiana, nas condições atuais do nosso mercado produtor.

O Sr. Mourão Vieira — Muito breve, nobre Senador Assis Chateaubriand, tal acontecerá. Veremos a nossa juta vendida no exterior. Os consumidores de juta dos países que dela carecem, principalmente dos Estados Unidos da América do Norte e da Argentina, que mais de perto falam aos nossos interesses, virão abastecer-se no Brasil. Essa fibra vem do Paquistão: e V. Ex.^a sabe, melhor do que eu, que o Paquistão, — que pertence a outro mundo, o Oriente — está dentro de um caldeirão de fogo. Se não cuidarmos da nossa juta tomando medidas em sua defesa, nos defrontaremos, de um momento para outro, com aquelas célebres

batalhas da borracha, apenas imaginadas às vésperas do colapso total. A juta, portanto, é um mercado comercial.

Problema de exportação

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Quero dizer que discordo de V. Ex.^a. Ninguém, neste País, fez tanta propaganda do incremento do uacima na Amazônia e da introdução da juta ali, quanto eu. Abra V. Ex.^a as coleções dos nossos Diários e terá disto a certeza. A juta produz normalmente na Amazônia. É uma questão de ajuste interno ao problema da exportação. Mas um tal ajuste interno ao problema da exportação presentemente se torna impossível, a começar, devido aos preços delirantes que se cobram pelos fretes marítimos e fluviais. O Brasil age, em questão de fretes e salários como se fôsse um país isolado, que não carecesse de exportar, para sobreviver.

Esta é a trágica contradição da nossa geração de governantes, do Congresso e do Executivo. Somos um país que faz tudo o que é indispensável para a contração da sua produção. E estamos obtendo isso. Já dizia eu, faz muito tempo, que de cereais nem é bom falar em sombra de possibilidade da exportação deles. Quando pensamos que a Espanha produz arroz, na base de mais de seis mil quilos por hectare, ao passo que o Rio Grande do Sul e São Paulo, mal alcançam dois mil, na mesma extensão de terra — que esperança será possível nutrir acêrca do futuro próximo do mercado de exportação nacional?

A nossa política de assistência de salários, ainda que nominais, aos trabalhadores, está pondo o Brasil, paulatinamente, fora dos mercados de consumo do exterior. Os mercados de matérias-primas minerais ou agrícolas, são mercados

sujeitos ao ritmo de montanhas russas. O Chile está, hoje, com o seu cobre, que é a base da sua vida econômica, desvalorizado em 50%. Aqui não se presta atenção a nada disto, ou seja à instabilidade das cotações dos artigos primários da nossa exportação.

O Sr. Mourão Vieira — Vossa Excelência contesta que a agricultura da juta na Amazônia, é ensaio de agricultura racionalizada e comercial?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Racionalizada será. Comercial, nunca. A prova é que ela não logra enfrentar a competição asiática, da Índia e do Paquistão. É um ensaio brilhante, o que se está fazendo, no norte, mas que as circunstâncias do trabalho, de um modo geral, no Brasil, impedem de se projetar no comércio mundial. A inflação deteriora, dia por dia, nossos projetos de expansão comercial. O pauperismo é hoje, entre nós, um problema inquietador. A juta é como o açúcar. O açúcar vende-se. Mas massacrando centenas de milhões de cruzeiros em cotas de sacrifício. Nossas usinas são tão velhas, que enquanto o equipamento portorriquenho mói a sua safra canavieira em cinco ou seis meses, o Brasil mói a sua em dez.

O Sr. Mourão Vieira — É comercial a nossa juta. Demonstro-o a Vossa Excelência.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Então queira o nobre colega indicar o mercado no exterior, onde ela penetra ou poderá penetrar. Juta, trigo, açúcar, nenhum desses produtos primários nossos poderá, sem um subsídio, reivindicar o mercado exterior.

O desenvolvimento econômico deste País, senhor presidente, está noventa por cento errado. Queremos fazer internamente atividade

manufatureira para uma terra que não tendo técnica, capitais nem mercado interno, a fim de assimilar produção em massa, só pode ter indústrias que vendam por preços elevados. Pretendemos produzir trigo em terras ácidas, cujo corretivo eleva consideravelmente o preço desse cereal. E deixamos de produzir aquelas matérias-primas tropicais, peculiares ao nosso solo e ao nosso clima, e que, uma vez exportadas, nas condições em que o faziam os holandeses na Indonésia, contribuiriam com mais de 1 bilhão de dólares para fortalecer nossa balança de comércio.

Uma aliança do mercado de matérias-primas brasileiras (sobretudo minério de ferro e sementes oleaginosas) com o parque industrial dos ingleses, dos alemães, dos americanos, dos holandeses, que é que não nos renderia?

O sueste da Ásia supre em perto de dois terços de matérias-primas tropicais o de que a Europa e os Estados Unidos carecem. E este mercado está em vésperas de ser jugulado pela mão-de-ferro comunista, com o concurso pacífico do sufrágio, que os liberais da Europa e dos Estados Unidos levaram à Ásia, para cometerem o seu suicídio.

Aqui, em lugar dos brasileiros tomarem a ofensiva para ocupar as posições vacantes dos ingleses e holandeses, nos mercados de matérias-primas da Europa e da América, se põem em guerra aberta contra aqueles Estados, de onde nos poderá vir parcialmente a salvação, depois da superprodução cafeeira.

O Sr. Mourão Vieira — Haveremos de tomar esses mercados para a fibra do Brasil.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Acho pouco provável. O problema da sacaria eu o estudo, desde há quarenta anos.

O Sr. Mourão Vieira — Vossa Excelência permite mais um aparte? (*Assentimento do orador*) — Será possível dentro do sistema cooperativo que se preconiza, na Amazônia. Sabe V. Ex.^a tão bem ou melhor do que eu, que o amazonense, o que habita os rios do Amazonas, raramente são assalariados; são pequenos produtores que se deixam, naturalmente, explorar pelos intermediários. Se, porém, uma cooperativa de juti-cultores, em termos elevados, possibilitasse a cada possuidor de um hectare de terra a produzir dois mil quilos de juta, chegaremos a esse resultado, não quando estourar uma guerra total, mas se nos prepararmos, desde já. Neste caso, não somos vizinhos; estamos no mesmo lugar, na mesma cadeira, defendendo idêntico ponto de vista.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Há outros colegas inscritos para falar, e eu ando por aqui amazônico, debulhando uma literatura copiosa sobre o mais árido dos temas: o regime dos semidesérticos solos tropicais de terra firme, dos quais se abateu a floresta. Aqui não vim para difamar a Amazônia, que amo de coração, e sim constatar um fato geológico. De todos os lados se nega o valor econômico da floresta amazônica. Aqui está de novo Alceu Magnanini, nas «Regiões Naturais do Amapá»:

«Desnudar o solo para o estabelecimento de culturas não florestadas, é praticar um verdadeiro atentado pedológico».

Ou então:

«Assim, como a ampla exceção das culturas florestais, que podem estabelecer-se sem exigir a remoção da cobertura florestal, desaconselhamos as práticas agrícolas usuais nos terrenos de terra firme».

E volta sempre ao ponto de partida; a tentativa da exploração agrícola ao longo da estrada-de-ferro de Bragança, com a remoção da floresta virgem. A natureza vingou-se. Em três anos, o homem agricultor estava expulso do solo que ele tentara colonizar, sem lhe conhecer as idiosincrasias.

Trópico e subtropico

Quer saber ainda a Casa o que são o trópico e o subtropico? Considere os pomerânios que estão no Espírito Santo, desde 1847. Eles foram esmagados pelo calor e pela mesquinhez da vida tropical, sem embargo de viverem muitos deles, em altitudes. Fui vê-los já por duas vezes. Têm um *standard* de vida apenas tolerável, para satisfazer as condições de existência de quem faz uma economia de subsistência. E têm café, na região, e o café é uma mercadoria de economia comercial, que se exporta para o exterior. Sofrem os netos e bisnetos dos colonos as mesmas vicissitudes dos mestiços do País. A mesma coisa em Santa Catarina. A não ser na parte industrial de Blumenau, a zona rural, ocupada por descendentes de alemães está longe de se poder comparar com aquelas das terras rixas de São Paulo e da diabase do norte do Paraná. Como são pobres as suas culturas agrícolas, feitas em solos erodados, que mostram o mediocre futuro da colonização branca nas áreas tropicais e subtropicais, a menos que elas não sejam artificialmente trabalhadas por água e farta adubação.

Há que ajudar estes lavradores de primeira ordem, que só carecem de que os seus solos sejam tonificados.

O Sr. Novaes Filho — E o café que no Espírito Santo se planta e se cultiva e que cresce tão bem?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Visite o nobre colega os cafezais espírito-santenses e constatará a pobreza dos solos, onde mergulham as raízes dessas plantações.

Bem pouco há o que fazer na ocupação amazônica, tomando-se a terra firme, onde se encontra a floresta, como elemento polarizador do colono branco. Agricultores e boiadeiros pouco terão que realizar no local onde foi abatida a mata. Porque ali não há espaço para a pata do boi nem a raboça do arado. Na Amazônia, a região pioneira está longe de ser a da selva, senão os férteis solos aluviônicos das várzeas. Ouça a Casa o parecer do professor Lúcio de Cintra Soares, em artigo na «Revista Brasileira de Geografia».

«É na várzea que está o futuro agrícola da vasta planície amazônica. A terra firme, ou seja, o platô terciário, ou por extensão as terras da planície, não atingidas pelas águas das cheias, onde a agricultura se faz com insucesso devido ao rápido esgotamento do solo; uma vez retirada a floresta, deve ser destinada à exploração estatal e silvicultura, enquanto nela não fôr praticada a lavoura por meio de processos e métodos agrícolas, que previnam a destruição da fertilidade do seu solo».

E acrescenta:

«Tais solos francamente arenosos, quando despídos da floresta, deixam de receber a taxa de húmus que a vegetação lhes fornecia constantemente, empobrecendo-se cada vez mais deste produto orgânico, em

virtude da sua lavagem constante pelas abundantes chuvas, bem como pelo empobrecimento mineral resultante do processo de laterização, acelerado pela ausência do manto florestal. Infelizmente, é na terra firme que, praticamente, toda a agricultura da Amazônia é feita sempre pelo atrasado e bárbaro método indígena das queimadas».

Não vejo, senhor Presidente, nada de mais atraente a empreender na terra firme amazônica do que as explorações coletivas.

O Sr. Mourão Vieira — Não apoiado! Os maiores naturalistas que já visitaram a Amazônia não pensam assim.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Naturalista é uma coisa, geógrafo e agrônomo são outra.

Em todo caso, Senhor Presidente, vejo que na foz e nas vizinhanças da boca do Amazonas se emudeceram os canhões de Macapá e de Gurupá, ali surgiram para substituí-los, dragões e centauros, como os nobres Senadores Cunha Mello e Mourão Vieira. Ambos, no delta do grande rio, atroam no ar as suas trombetas em defesa do progresso do continente amazônico.

— Fôstes ilusão — está no «Oberon», tradução de Felinto Elysio — se foi não ma destruas!»

Por que apedrejar êstes dois varões que vêem o berço natal por entre as talagarças da fantasia e às musselinas do sonho? (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado*).

**2.^a Sessão da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a Legislatura,
em 18 de março de 1958**

PRESIDÊNCIA DOS SRS. APOLÔNIO SALLES E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores :

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Calado de Castro.
Gilberto Marinho.

Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lino de Mattos.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Alô Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Nereu Ramos.
Saulo Ramos.
Mem de Sá. (55).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Senhores Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Primeiro Suplente, servindo de 2.^o Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é, sem debate, aprovada.

O Sr. Primeiro Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República, ns. 37 a 40, restituindo autógrafos dos seguintes projetos já sancionados: Projetos de Lei da Câmara, ns. 196, 192 e 240, de 1957; e n.º 9, de 1958, respectivamente,

que concede isenção de tributos de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Telefonak-Tiebolaget LM Ericsson; retifica a Lei n.º 2.942, de 8 de novembro de 1956, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de magistério; concede o auxílio especial de Cr\$ 1.000.000,00 à Casa dos Artistas do Rio de Janeiro; e autorizando a abertura de crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, como auxílio ao Hospital Pró-Matre, no Distrito Federal.

OFÍCIOS

Do Sr. Presidente da Comissão Especial de Faixa de Fronteiras sob n.º 70, solicitando esclarecimentos referentes à Resolução n.º 16, de 1950, desta Casa do Congresso.

— Do Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, nos seguintes termos:

Sr. Secretário:

Em referência ao Ofício n.º 35, de 24 de fevereiro último, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., nas inclusas cópias, as informações prestadas pelo Departamento Nacional de Indústria e Comércio, para atender ao Requerimento n.º 17, de 1958, do Sr. Senador Gilberto Marinho.

Sirvo-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

— *Parisfal Barroso.*

O. S. n.º 98

Solicitando informações ao Requerimento n.º 17, de 1958, sobre os Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no Exterior.

1. Informa a S.E.C. ter conhecimento de que sobre reforma dos Escritórios foram feitos estudos acerca dos quais tiveram conheci-

mento as Confederações que disso se ocuparam em 1957.

2. Informa, ainda, que outros estudos são objeto de cogitação, como se vê pelas cópias dos ofícios G. M. solicitando das Confederações do Comércio e da Indústria sua cooperação e sugestões para o preparo de um anteprojeto em o qual se contemplem aquelas entidades em suas reivindicações.

3. Informa, também, que até o presente momento não são chegados à Seção de Escritórios quaisquer sugestões ou estudos sobre reforma oferecidos pelas mencionadas entidades.

Em, ... de março de 1958. — *Emílio Dias Filho* — Diretor da Divisão de Expansão Econômica do DNIC.

Senhor Diretor de Divisão.

Com o Requerimento n.º 17, de 1958, o Senador Gilberto Marinho solicita a este Ministério informações sobre a reestruturação dos Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no exterior.

Cabe a SEC informar:

a) que, pela Divisão de Expansão Econômica, foi feito um estudo sobre a reforma dos Escritórios, a respeito da qual tiveram conhecimento as Confederações;

b) que, pelas cópias anexas dos ofícios G. M., solicitando cooperação e sugestões às Confederações do Comércio e da Indústria, para o preparo de um anteprojeto, verifica-se que existem outros estudos em perspectiva;

c) que, a Seção de Escritório, entretanto, até a presente data não recebeu qualquer sugestão ou estudo das citadas entidades.

Em 7 de março de 1958. — *Nício Tavares da Silva* — Chefe da SEC.

Exmo. Sr. Presidente:

Com o propósito de apresentar ao Senhor Presidente da República um anteprojeto de reforma dos Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial que mantém nosso

País no exterior, a fim de modificar-lhes a estrutura e dar-lhes maior capacidade e eficácia, tenho a honra de dirigir-me a essa entidade superior, solicitando de Vossa Excelência a sua valiosa colaboração para que possa dito anteprojeto, a ser enviado por mensagem ao Congresso, dar atendimento às reivindicações da classe que essa entidade representa.

Muito estimaria que essa colaboração me fôsse oferecida com a maior brevidade possível.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os protestos de minha estima e distinta consideração. — *Parsifal Barroso.*

Ao Requerente.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Domingos Vellasco.

É lido e apoiado o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 65, de 1958

Senhor Presidente :

Requeremos a transcrição, em nossos Anais, da entrevista concedida pelo Ministro Oswaldo Aranha ao vespertino "Última Hora", desta Capital e publicada em sua edição de ontem, na qual S. Exa. presta o seu depoimento sobre problemas da atualidade internacional.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1958. — *Domingos Vellasco.*

O SR. PRESIDENTE — O presente requerimento será discutido e votado depois da Ordem do Dia.

Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães, por permuta com o nobre Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Não é necessário ser-se meteorologista político nem ter vocação para

Cassandra para afirmar-se que nuvens densas e negras ameaçam o País, ao reabrir-se o Congresso neste 4.º ano legislativo da 3.ª legislatura, depois da Constituição de 1946.

Todos sentem, — todos, salvo os pescadores de águas turvas, — todos sentem a gravidade da situação nacional, crivada de dificuldades extremas e crivada de crises de toda natureza, a aumentarem, dia a dia, o padecimento do povo brasileiro.

Diz o Senhor Presidente da República, em sua Mensagem de 15 último, — mensagem que é bem o espelho da ligeireza de seus conceitos sobre política e administração, — que "a Oposição repôs-se no exercício normal de sua atividade política", quando, na verdade, a Oposição jamais se afastou de seus deveres para com o País e o regime. Assim é que, no início destes nossos trabalhos parlamentares, aqui estamos para reafirmar a nossa posição de luta, de luta firme e tenaz —, em defesa do povo, combatendo os erros do Governo e ajudando-o, dêsse modo, a resolver os problemas que dependem do comportamento da Oposição, como força institucional da República.

Gaba-se e jacta-se o Senhor Presidente da República da "prestigiosa maioria" que "sob orientação uniforme" o apóia, enquanto as demais forças políticas e o povo assistiram à acintosa intervenção do Executivo nas eleições da Mesa da Câmara dos Deputados, com a fragorosa derrota do Governo que, em vão, tentou obstar e impedir a participação da UDN na Comissão Diretora e nas Comissões Técnicas, dentro do critério de proporcionalidade que a representação do povo nos devia assegurar naquela Câmara Baixa do Congresso.

Se nossos problemas de direção do Senado foram resolvidos satisfatoriamente e em harmonia, nêles não terá influído o atual Presi-

dente da República, cujo facciosismo o vem acreditando como digno e condigno da mentalidade do mais faccioso chefe de algum longinquo e retrógrado distrito municipal brasileiro.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com todo o prazer.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Vossa Excelência acaba de afirmar que, nas eleições da Mesa e na organização das Comissões do Senado, o Sr. Presidente da República não teve parte ativa. Parece-me que igual procedimento adotou Sua Excelência em relação à Câmara dos Deputados. A Oposição foi convidada a colaborar na Mesa e ter seus representantes nas Comissões, fato que, no ano passado, não se deu, porque, a própria Oposição se negou a cooperar com as forças da Maioria. Aproveito a oportunidade para declarar que o Senhor Juscelino Kubitschek, não teve nem aqui nem na outra Casa do Parlamento, a mínima interferência no particular. Não poderia mesmo tê-la, visto tratar-se de poderes harmônicos, mas independentes. Afirimo, outrossim, que não houve vitória da Oposição na composição da Mesa da Câmara. O presidente eleito pertence ao Partido majoritário, dêle não se desligou e tem comparecido às audiências do Sr. Presidente da República, como arregimentado pessedista que é. Parece-me que não se pode inferir vitória da Oposição na eleição para a Mesa da Câmara dos Deputados de um elemento da Maioria, que disto faz praça, tanto que visitou cordialmente o Sr. Presidente da República no dia seguinte ao de sua eleição.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Muito obrigado pelo aparte. O Senado testemunha a insegurança com que V. Exa. chegou a uma

afirmação. Iniciou declarando que lhe parecia não ter tido o Sr. Presidente da República interferência no processo de eleição dos membros da Mesa das Casas do Congresso. Sabe o nobre colega, entretanto, que a da Mesa da Câmara dos Deputados foi coordenada pelo Sr. Ministro da Justiça em seu gabinete, em nome do Chefe do Executivo; que o Partido a que se filia S. Exa. escolheu candidato e foi negado à Oposição o direito de participar da Mesa. A Oposição não recebeu convite, conquistou, por esforço hercúleo, no recinto da Câmara dos Deputados, os lugares que hoje detém na direção dos trabalhos daquela Casa legislativa.

Aos vastíssimos recursos intelectuais de V. Exa., portanto...

O *Sr. Gaspar Velloso* — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. JURACY MAGALHÃES — ... falecem possibilidades de demonstrar ao Senado e à opinião pública, que não houve interferência do Presidente da República nas eleições para a Mesa da outra Casa do Congresso. Mais do que isso, V. Exa. não poderá contestar que o Governo foi fragorosamente derrotado. Tanto o foi que, ao receber o ilustre Presidente Ranieri Mazzilli, o Sr. Juscelino Kubitschek demonstrou, indistigável frieza, que todos os jornais registraram e pode marcar início de relações pouco amistosas entre os dois Poderes da República.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Perdoe-me V. Exa. a insistência, mas desejo apenas prestar esclarecimento aproveitando o fato, que me diz respeito muito de perto, porque se relaciona com a política regional no meu Estado. Na reunião do Partido Social Democrático em que se cogitou da escolha do candidato à Presidência da Câmara dos Deputados, os correligionários pessedistas do Paraná, a *una voce*,

votaram no Sr. Ranieri Mazzilli. Isto, dentro do Partido, evidencia que o Sr. Presidente da República não interferira na escolha do candidato, deixando-a aos Partidos livremente. Sabe V. Exa., porque conhece os políticos pessedistas da minha terra, que, se o Governo tivesse manifestado desejo de indicar qualquer candidato, a arregimentação partidária do meu Estado daria a conhecer aos illustres Deputados componentes da chapa pessedista na Câmara Federal, sua vontade. Não houve, entretanto, indicação de nome algum; tanto assim que os Deputados pessedistas da Bancada do Paraná votaram no Sr. Ranieri Mazzilli. Essa revelação não é recurso intelectual. Conto fato, que talvez o povo brasileiro ignorasse.

O SR. JURACY MAGALHAES — É erro de V. Exa. supor que a opinião pública aceita suas explicações.

O Sr. Gaspar Velloso — São verdades.

O SR. JURACY MAGALHAES — V. Exa. não está convencido do que diz. Vê-se claramente no seu semblante de homem sério, a dizer coisas não muito sérias.

O Senado inteiro conhece — porque todos somos homens do *metier* político — como se processaram os entendimentos, em nome do Presidente da República, para eger o Deputado Oliveira Brito. Todos sabemos que, na vida parlamentar, a ação do Governo é exercida através do Líder, o qual não é, apenas, o porta-voz da Bancada da Maioria, mas, também, do Presidente da República. O Sr. Vieira de Mello declarou, enfática e presunçosamente, nas vésperas das eleições, que estava tão certo da vitória do candidato da Maioria quanto de que ele próprio seria, futuramente, o Governador da Bahia.

Vejam que sério risco de tão graves conseqüências, assumiu o Líder da Maioria na Câmara dos Deputados. Fragorosamente derrotado, comprometeu, não apenas a posição da corrente majoritária, mas a sua própria candidatura ao Governo da Bahia.

Retomo, Sr. Presidente, depois desse debate com o eminente colega e bravo Sublíder da Maioria, Senador Gaspar Velloso, o fio de minhas considerações.

Nenhuma receptividade encontram, nem poderiam encontrar, no espírito da Oposição e do povo brasileiro, as falazes afirmações presidenciais quando ousa dizer que: "Tanto as forças que se solidarizam com o Governo, como as que dele divergem podem, agora, disputar, com plena garantia e em atmosfera de perfeita imparcialidade, as eleições que se avizinham".

Risun teneatis...

— Será que o Senhor Presidente da República supõe estar governando um bando de néscios? — Onde está e em que consiste a imparcialidade apregoada por Sua Excelência? — Será no faccioso provimento dos cargos públicos, em que a competência e a honestidade dos escolhidos são negligenciadas, para valer apenas a origem e côr partidária dos agraciados, nem sempre com ficha limpa, na própria polícia? — Será na impunidade que assegura aos malversadores dos dinheiros públicos? — Na proteção a contrabandistas? — Na incapacidade de obstar ou obstaculizar o tráfico de influência? — Será na discriminação partidária, na liberação das verbas orçamentárias, incluídas no famoso "Plano de Economia"? — Será nos financiamentos de favor nos estabelecimentos de crédito público? — Será na desabusada aplicação de verbas e de material com que certos chefes de repartição asseguram a própria eleição, em detrimento até de correligionários mais capazes e mais dignos? —

Será na criminosa concessão de bôlsas de estudo que, através de pais necessitados, semela a corrupção na alma da própria infância e da juventude brasileira? — A êste propósito apresentei ontem um requerimento de informações onde se inclui a prova de que o "Dr. Tufy Hadad, eleito Presidente da Câmara Municipal de Lavras, em Minas Gerais, apesar da luta subterrânea, havia chegado do Rio de Janeiro, onde conseguira, no Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Dr. Celso Teixeira Brant, D.D. Chefe de Gabinete, candidato a Deputado, 118 bôlsas de estudo para a coletividade lavrense", beneficiando 118 famílias, fato inédito nos Anais da nossa história". — Será assim que se objetiva a imparcialidade assegurada ao Congresso ainda há menos de uma semana? — Não, Senhor Presidente, a isenção do Senhor Juscelino Kubitschek é de outro jeito... — Será, como se viu em Lavras, onde *imparcialmente*, vai o Governo da República assegurando a eleição do Dr. Celso Brant, a Deputado Federal pelo glorioso Estado de Minas Gerais?

Por fatos idênticos, *mutatis mutandis*, 38 Deputados mineiros pediram o afastamento do Dr. João Kubitschek, da Chefia do Departamento de Estradas de Rodagem, em Minas Gerais, pela concorrência que vem empregando contra os demais candidatos mineiros, — ouça-se bem — candidatos de todos os Partidos! Que Deus nos livre sempre de semelhante imparcialidade...

O Sr. Lima Guimarães — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHAES — Com todo prazer. Folgo em ver V. Exa. estrear em discurso meu, na sua nova condição de Líder da Bancada do seu partido...

O Sr. Lima Guimarães — É grande honra para mim.

O SR. JURACY MAGALHAES — ... cargo que vai dignificar, mantendo as tradições dos seus antecessores.

O Sr. Lima Guimarães — Devo declarar que falo, não como Líder do meu Partido, mas como representante do Estado de Minas Gerais. O Sr. João Kubitschek de Figueiredo não é filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. JURACY MAGALHAES — Declara-o V. Exa., com orgulho ou com pesar?

O Sr. Lima Guimarães — Nem com orgulho nem com pesar; apenas com naturalidade. O Dr. João Kubitschek é juiz notável, que muito tem trabalhado pela grandeza de Minas Gerais. Ocupando de maneira eficiente o cargo de Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, sua candidatura foi pleiteada por elementos do próprio Departamento. Alheio a qualquer partidário, tôdas as agradações políticas lhe ofereceram legenda, inclusive a de V. Exa. que, aliás, insistiu no convite. Aceitou o compromisso de candidatar-se com relutância embora, e, talvez porque haja preferido o Partido Social Democrático, sentiram-se os outros partidos um tanto respigados pela espontaneidade do manifesto lançando sua candidatura. Foi o que se passou com o Dr. João Kubitschek, que, repito, não é do meu Partido.

O SR. JURACY MAGALHAES — Contesto a afirmação de V. Exa. de que a União Democrática Nacional ofereceu legenda ao Dr. João Kubitschek. Se assim fôsse, não teria ela capitaneado o movimento no sentido da demissão de S. Exa. do Departamento de Estradas de Rodagem.

O *Sr. Lima Guimarães* — Não foi só a União Democrática Nacional; também alguns elementos do Partido Social Democrático, assinaram o pedido.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Verá o nobre colega que, no fim do meu discurso, proponho medida que deve ser tomada acima dos partidos, contra essa intervenção abusiva do dinheiro e da força dos cargos públicos nos pleitos eleitorais.

O *Sr. Lima Guimarães* — Devo informar a V. Exa. que é pensamento do Presidente do meu Partido e desta Casa do Congresso, Dr. João Goulart, fazer afastar das direções de tôdas as autarquias os candidatos a cargos eletivos. A deliberação do Vice-Presidente da República foi muito bem aceita pelo Partido Trabalhista Brasileiro; e creio, será a norma adotada. Resta apenas discutir o prazo em que os candidatos se devem afastar dos respectivos postos.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Notícia auspiciosa V. Exa. traz ao conhecimento do Senado e da Nação.

O *Sr. Mem de Sá* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com muito prazer.

O *Sr. Mem de Sá* — Aliás, o afastamento devia ser seis meses antes e seis meses depois, senão, põe-se no lugar um lenço!

O SR. JURACY MAGALHÃES — Vossa Excelência tem inteira razão.

O *Sr. Mem de Sá* — Só assim o afastamento dos cargos seria de verdade e não de conversa fiada.

O SR. JURACY MAGALHÃES — O afastamento aparente dá muito maior cobertura à ação desenvol-

ta dos candidatos. Se o Presidente da República concordar em que estes diretores de serviços sejam substituídos por pessoas de sua confiança, os substitutos agirão com muito maior desenvoltura para a eleição dos amigos que deixaram os postos a fim de que eles os exercessem.

O *Sr. Mem de Sá* — Principalmente sendo Ministro da Fazenda.

O SR. JURACY MAGALHÃES — De inteiro acôrdo com V. Exa., dizia eu; Sr. Presidente: (*lendo*) — Será "atmosfera de perfeita imparcialidade, e desenvoltura com que autarquias da Previdência Social funcionam em benefício de pelegos e "caixinhas"? — Será "atmosfera de perfeita imparcialidade" o monopólio arbitrário, ilegal e imoral que o Governo instituiu na utilização dos instrumentos de divulgação, — o rádio e a televisão —, em detrimento da Oposição e, especialmente de seu grande líder, Carlos Lacerda, cuja saúde foi sacrificada pelos esforços fabulosos com que tentou suprir, indo de praça pública em praça pública, a diferença de meios, na luta áspera e desigual em defesa das liberdades públicas?

Ao ouvi-lo frisar as tremendas dificuldades em prosseguirmos em peleja assim tão desigual e onde a nossa presença daria aspectos de moralidade e legalidade ao que era imoral e ilegal, lembrei-me do trecho de uma das famosas cartas do Padre Antônio Vieira, pois o nosso grande líder, atacado, ofendido, ferido pelos maus efetivos e eficientes instrumentos e meios de propaganda, sem direito de revide pelos mesmos veículos de divulgação, parecia, como escrevia Vieira, ir "rebentar de dor". Dizia o grande orador sacro: — "É cousa tão natural o responder que até os penhascos duros respondem e para as vozes têm eco. Pelo contrário, é tão grande violência não respon-

der, que, aos que nasceram mudos, fêz a natureza também surdos, porque ouviram e não puderam responder, rebentariam de dor”.

Graças a Deus os males de Carlos Lacerda são temporários e dentro de pouco tempo voltará a ocupar, com sua potente e portentosa voz, o lugar em que é insubstituível, na luta pelo aperfeiçoamento do regime democrático, no Brasil.

Senhor Presidente :

Côres róseas nos céus de nossa Pátria só se enxergam e só se encontram através da literatura governamental. É, porém, nas páginas da recente Mensagem Presidencial e em outros documentos oficiais, que encontramos razões de sobressaltos e motivos de inquietações, principalmente por sentirmos a debilidade dos pilotos que dirigem a nau do Estado.

As instituições, evidentemente, reclamam reforma. Os partidos políticos, pulverizados e débeis, preenchem com deficiências suas tarefas na estrutura do regime.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. JURACY MAGALHAES — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência teve muita coragem ao ler a Mensagem do Sr. Juscelino Kubitschek; o nosso ilustre Primeiro Secretário não se animou a ler sequer a têrça parte.

O SR. JURACY MAGALHAES — Sou mais paciente do que o nosso ilustre Primeiro Secretário. Tomei conhecimento de toda a Mensagem, e devo dizer a V. Exa. que a êsse gênero de leitura me aplico com exemplar cuidado. Sou leitor de todas as mensagens presidenciais e guardo-as com carinho no meu arquivo de político.

O Sr. Mem de Sá — Com carinho ? Tenho minhas restrições.

O SR. JURACY MAGALHAES — Mas tenho um filho iniciando-se na vida pública, e já lhe enviei um exemplar da Mensagem do Sr. Presidente da República para que aprenda a exercer seu espírito crítico, através daquela manifestação de otimismo que está em evidente contraste com o que todos nós, brasileiros, sentimos.

O Sr. Mem de Sá — Peço licença para retificar : otimismo, não; — delírio.

O SR. JURACY MAGALHAES — Otimismo delirante.

Sr. Presidente, dizia eu que as instituições evidentemente reclamam reforma. Os partidos políticos, pulverizados e débeis, preenchem com deficiências suas tarefas na estrutura do regime. (*Lendo*). — A Federação, diante da defeituosa discriminação de rendas, tornou-se um mito, transformando os Estados em mendigos, esmolando e pedindo socorro financeiro ao Banco do Brasil. A renovação do eleitorado processa-se lentamente, vagarosamente, sem o fornecimento de recursos tempestivos à Justiça Eleitoral. Há incredulidade até na realização das eleições, agravada essa suposição pelas tentativas de prorrogação de mandatos executivos e parlamentares e outras medidas antidemocráticas.

Se, dentro de nossas fronteiras, somos politicamente desorganizados, em nossas relações exteriores tornamo-nos, crescentemente, marginais, navegando ao sabor dos ventos, no mundo tempestuoso dos dias atuais.

Nosso comércio internacional oscila entre as necessidades de importar o que não podemos pagar e de exportar produtos que não resistem por culpa nossa, à concorrência no mercado estrangeiro. A receita cambial, proporcionada pelas exportações, calu a US\$ 1.365 milhões, determinando um *deficit*, no Balanço de Pagamentos de US\$ 315 milhões, em 1957.

Os excedentes do café, no fim do ano cafeeiro de 1958, atingirão 12 milhões de sacas, contando-se com um estoque, de 22 milhões de sacas em 1959. É café bastante para sepultar qualquer Governo e sua desastrada política econômica.

A dívida consolidada interna atingiu a 10,7 bilhões de cruzeiros, em 1957, enquanto a dívida fluante ascendia a 116 bilhões de cruzeiros, dobrando, praticamente de 1956 para 1957.

O *deficit* orçamentário, em 1957, alteou-se a 32,9 bilhões de cruzeiros. E, para 1958, as perspectivas são ainda mais sombrias, com um desequilíbrio potencial estimado em 45 bilhões de cruzeiros.

(*Interrompendo a leitura*) — Tenho em meu poder os balanços gerais da União, e todos os números que estou citando constam da Mensagem. Posso declarar ao Senado que, no Balanço Geral da União, estão computados mais de onze bilhões de cruzeiros despendidos sem crédito ou acima dos créditos, sem autorização legislativa.

O *Sr. Mem de Sá* — Permite Vossa Excelência outro aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com prazer.

O *Sr. Mem de Sá* — A Mensagem, nesse ponto, confirma o que Vossa Excelência está dizendo. Os pagamentos sem crédito ou acima dos créditos, vão a mais de onze milhões de cruzeiros, assim como o *deficit* que a Mensagem confessa de quarenta e um bilhões e cem milhões. O *deficit*, em 1956, foi de trinta e dois bilhões: em 1957 foi muito pior, isto é, oito bilhões a mais do que de 1956.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Devo dizer a V. Exa. que os dados são absolutamente corretos; o de trinta e dois bilhões e novecentos milhões de cruzeiros é da Mensagem.

O *Sr. Mem de Sá* — Desculpe Vossa Excelência. A Mensagem diz quarenta e um bilhões e cem milhões de cruzeiros.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Mostrarei a V. Exa.

O *Sr. Mem de Sá* — Estive lendo hoje, de manhã, a Mensagem.

O *Sr. Fernandes Távora* — Outro homem corajoso. (*Riso*).

O *Sr. Mem de Sá* — Corajoso e sofredor de insônia. Creio que os dados são da página 100 da Mensagem.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Reafirmo a V. Exa. que esse número trazido para o meu discurso é da Mensagem. Desejo, agora, ler para V. Exa., o total, que consta do Balanço Geral da União.

O *Sr. Mem de Sá* — O *deficit* é de 41,1.

O SR. JURACY MAGALHÃES — “*Deficit* orçamentário do exercício: — trinta e dois bilhões, novecentos e vinte e três milhões, cento e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e sete cruzeiros”.

O *Sr. Mem de Sá* — Este é o *deficit* orçamentário. Deve dar o extra-orçamentário. O Presidente da República, num ponto, é muito correto; depois de incluir este *deficit*, ainda soma o extra-orçamentário.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Exatamente.

O *Sr. Mem de Sá* — Ai, chega a 41,1.

O SR. JURACY MAGALHÃES — O que V. Exa. está dizendo não informa o que comento.

O *Sr. Mem de Sá* — Não.

O SR. JURACY MAGALHÃES — O número é verdadeiro, autêntico e foi tirado da Mensagem Presidencial. O *deficit* confessado é de trinta e dois bilhões e novecentos milhões de cruzeiros.

Além disso, desejo referir-me à página 59 do Balanço Geral da União, que relaciona as despesas gerais, créditos ou soma dos créditos não computados na execução orçamentária, total do item referido anteriormente.

Então vêm relacionadas tôdas as despesas com o total de Cruzeiros 11.791.296.194,30.

O *Sr. Mem de Sá* — 11,8%.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Os apartes de V. Exa. são sempre bem-vindos.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Solicitei permissão para um aparte quando V. Exa. discorria sobre a prorrogação dos mandatos, declarando-a perigosa para a estabilidade do regime, a fim de dizer que tanto os representantes majoritários do Partido Social Democrático como os do Trabalhista Brasileiro que apoiam a orientação governamental, assim como os dos altos órgãos do Executivo, todos se opuseram a essa prorrogação, em declaração pública. Inclusive o Senhor Presidente da República.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Devo salientar que o autor do projeto da prorrogação foi o Deputado Antônio Horácio, um dos mais eminentes membros do Partido de Vossa Excelência.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Foi ato individual, não representa a vontade do Partido. S. Exa. ficou sozinho, com pequena minoria, não só no Partido como no âmbito das forças que apoiam o Governo e no seio do Executivo, porque todos se

opuseram à prorrogação dos mandatos. Quanto às dificuldades para as eleições, ao perigo de que se não realizem, sabe V. Exa., melhor do que eu, porque tem percorrido todo o Brasil, que o País inteiro acredita nelas, tanto que ouve Vossa Excelência e seus partidários, na certeza de que se realizarão. É a esperança dos correligionários de V. Exa. Aliás, isso é democracia; como a democracia que estou assistindo agora, com grande satisfação, no debate travado entre Vossa Excelência, membro da Oposição, e o ilustre representante do Rio Grande do Sul, também da Oposição. É a reafirmação do que temos dito aqui: o Governo da República tem agido sempre com absoluta seriedade, dando ao Congresso e à opinião pública nacional conhecimento exato da situação financeira e econômica do Brasil, para que, em equipe, formemos ao lado do Governo — Vossas Excelências na Oposição e nós na Maioria — dando remédio aos males pelos quais a atual administração não é responsável, mas que existem. Referiu-se V. Exa. ao café e eu perguntaria se tem culpa o Presidente Juscelino Kubitschek — que apenas há dois anos exerce seu mandato — de que as colônias africanas estejam plantando café e de que haja superabundância do Produto.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Pela maneira por que faz o financiamento, tem culpa total.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Se Vossa Excelência é partidário de que o Governo abandone, de vez, a política por que se vem norteando, através do Ministério da Fazenda, em defesa do preço do café, deve declará-lo. Não se trata de proteger o produto em si, mas apenas de sustentar seu preço no mercado internacional. Gostaria que Vossa Excelência dissesse se é contra essa orientação, porque, então, saberíamos pela voz autorizada do

Presidente da União Democrática Nacional, que o que se deseja é que se largue o café à própria sorte. Se não pensam V. Exa. e seu Partido dessa maneira, devem apontar o remédio para o mal honestamente configurado pelo Sr. Presidente da República na sua Mensagem, onde, dando conhecimento ao povo e ao Congresso da situação, pede lhe seja apresentada solução melhor que a encontrada até agora.

O SR. JURACY MAGALHAES — Permite V. Exa. um aparte? (Risos).

O Sr. Gaspar Velloso — Perdoe-me V. Exa. a extensão de meu aparte.

O SR. JURACY MAGALHAES — Procura o nobre colega colocar o orador no dilema de dizer sim ou não a respeito de política, para a qual, nesta altura, o Governo já não tem opção. O Governo tem de prosseguir com os erros que plantou. Errou quando promoveu o financiamento ao nível de três mil cruzeiros por saca de café.

O Sr. Gaspar Velloso — O Governo não fez a valorização. Está mantendo os preços.

O SR. JURACY MAGALHAES — Fez, e continua a fazer a valorização artificial.

Sabe V. Exa. que o café da África estava sendo vendido no mercado internacional a trinta e dois céntimos, e, depois dessa valorização artificial do Governo Brasileiro, passou a ser vendido a quarenta céntimos. Sustentamos um guarda-chuva para abrigar os nossos concorrentes, em detrimento da economia nacional. Agora, reconheço, o Brasil não tem opção; está naquela posição caracterizada pelo Embaixador Mejia — grande técnico em assuntos de café: — “Se não fôr possível conter a acumulação desses estoques, só nos

cabe ficar olhando a marcha do trem na certeza da catástrofe que se avizinha”.

Não queira o nobre Senador Gaspar Velloso tirar as culpas do atual Governo, jogando-as sobre os ombros de outros, também apoiados pelo Partido de Vossa Excelência.

Sabemos que, na realidade, essa fórmula de financiamento foi inspiração do Governo Juscelino Kubitschek.

Essas considerações e debates, Sr. Presidente, foram meras digressões do sentido geral do meu discurso.

A situação é como a Nação vê e os números atestam: terrível, em 1957; mas — o próprio Governo o diz:

“para 1958, as perspectivas são ainda mais sombrias, com um desequilíbrio potencial estimado em 45 bilhões de cruzeiros”.

O Congresso concedeu ao Governo trinta bilhões de crédito em letras do Tesouro, para suprir *deficits* orçamentários. O Executivo utiliza ágios, que são um orçamento paralelo.

Recebeu do Congresso nova Lei de Tarifas que canalizou para o Tesouro poderosa fonte de renda pública. Nada satisfaz a este Governo, que administra sempre da forma pela qual a Nação está vendendo: acumulando *deficits* que já orçam acima de três dezenas de bilhões de cruzeiros.

O Sr. Gaspar Velloso — Permita Vossa Excelência mais um aparte apenas para esclarecimentos.

O SR. JURACY MAGALHAES — Com todo o prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — Dos trinta bilhões de cruzeiros, posso informar que apenas seis bilhões foram colocados: há, portanto, saldo no Tesouro Nacional de vinte e quatro bilhões. Quanto à nova Lei

de Tarifas, que V. Exa. afirma ter dado resultados extraordinários, devo declarar que, se por um lado, baseada no critério *ad valorem* aumentou a renda alfandegária...

O SR. JURACY MAGALHÃES — O próprio Governo declarou que daria nove bilhões, e os técnicos asseguraram que produziria mais de vinte bilhões de cruzeiros.

O Sr. Gaspar Velloso — ... por outro, os resultados dos ágios entram no Tesouro logo que se fazia o contrato de compra. Não acontece o mesmo com a nova modalidade de tarifas. Os resultados aparecem depois que a mercadoria chega ao pórtio de destino. A Lei de Tarifas começou a vigorar em agosto de 1957 e os negócios feitos no novo regime...

O SR. JURACY MAGALHÃES — Cuidado com o argumento que Vossa Excelência está apresentando.

O Sr. Gaspar Velloso — ... só dará resultado depois de um ano, quando, repito, a mercadoria chegar. Era o esclarecimento que desejava dar ao nobre colega.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Declara V. Exa. que a Lei de Tarifas só irá propiciar o Governo de recursos no decorrer deste ano.

O Sr. Gaspar Velloso — Aos poucos.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Já vem propiciando desde o fim do ano passado!

Se o Governo sabe que vai ter tais recursos, como é que ele próprio declara na Mensagem ao Congresso que as perspectivas para 1958 são as mais sombrias? O argumento de V. Exa. cai inteiramente por terra...

O Sr. Gaspar Velloso — Absolutamente.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Em 1958, as perspectivas serão muito mais sombrias porque o Governo terá acumulado novos recursos mas continuará a oferecer à Nação esse espetáculo de péssima administração, registrando *deficits* sucessivos e astronômicos.

O Sr. Gaspar Velloso — As perspectivas sombrias são quanto ao café que não está saindo.

O SR. JURACY MAGALHÃES — (*lendo*) — A inflação prossegue avassaladoramente, aumentando a circulação de papel-moeda em 15,8 bilhões em 1957. Para 1958, as emissões baterão novos recordes, forçadas pelo plano de valorização artificial do café e cobertura dos *deficits* orçamentários e despesas suntuárias da atual administração.

Pode-se agravar, assustadoramente, a situação, com as inevitáveis reivindicações de salários e ordenados, em consequência do incontrolado acréscimo do custo de vida.

Todos sentem a gravidade da situação, menos o dinâmico Sr. Presidente da República e seu trepidante Ministro da Fazenda.

Senhor Presidente:

A hora é grave e de justificadas apreensões. Não pretende a Oposição tirar proveito das dificuldades com que se defronta o Governo. Dispõe-se mesmo a ajudá-lo, naquilo que estiver a seu alcance, para superá-las. Ajudá-lo, porém, sem adesismo, sem cambalacho, cumprindo o Governo seus deveres de Governo, enquanto atende a Oposição suas tarefas de Oposição.

Há um terreno de fácil entendimento entre os homens dignos de todos os partidos, e que, graças a Deus, existem em tôdas as agremiações políticas.

Com os processos atuais de política é impossível manterem-se em atividade os que a exercem com correção e honestidade. A influên-

cia do dinheiro nas eleições vai-se tornando decisiva e insuportável. Gastam com mais facilidade os que pior ganham. Uns empregam, sem-cerimôniosamente, o dinheiro público para satisfação de seus apetites políticos. Outros colocam a própria pecúnia, quase sempre mal ganha, como um investimento a propiciar novos lucros políticos ilícitos. Assim como acontece na vida financeira, onde a moeda ruim vai expelindo a moeda boa do mercado, o mau político exclui o bom político, da vida pública brasileira.

Tenho recebido, em conversa com homens públicos de todos os partidos o impacto do desencanto que os assalta, em face da brutal realidade da influência do dinheiro e da corrupção nos nossos pleitos eleitorais e eu próprio confesso, que se não fôr possível uma reação salutar contra essas práticas abusivas, prefiro não mais disputar eleições no Brasil. Mas há de haver um meio de mobilizar as forças do bem contra o mal nesta luta entre Ariel e Caliban. É o que tenho respondido aos políticos com os quais venho debatendo tão palpitante e grave problema.

Em sua última reunião, o Diretório Nacional da UDN, à vista da exposição que lhe fez com base em fatos e documentos, o Secretário-Geral, Deputado Guilherme Machado, resolveu tomar a iniciativa de ampla investigação parlamentar que terá por objetivo acompanhar a futura campanha política, fiscalizando e denunciando a aplicação do dinheiro como meio de distorção da vontade do eleitorado brasileiro. Teria, entre outras, esta Comissão, a atribuição de propor as medidas legislativas necessárias à elaboração de uma reforma eleitoral que ofereça meios e condições capazes de assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade da representação popular e a conseqüente legitimidade do poder. Essa a idéia que

trago ao conhecimento do Senado, pedindo para ela o entusiasmo e eficiente apoio dos homens de bem de todos os partidos políticos.

Não deixarei esta tribuna, Senhor Presidente, sem uma palavra de solidariedade para com os meus patricios nordestinos, batidos mais uma vez pelo terrível e periódico cataclismo da sêca. Tinha eu dez anos quando fixei, no meu distante Ceará, pela primeira vez, o quadro dantesco, que minha conterrânea e notável escritora Raquel de Queiroz, imortalizou, ainda em seus verdes anos, no romance "O Quinze". Assisti outras sêcas, mas nenhuma doeu mais em mim do que a de 1932, quando aos deveres de humanidade, allava eu, as responsabilidades de Chefe do Governo da Bahia, o que me impunha obrigação de dar comida aos que sofriam fome, criar trabalho para os que necessitavam, providenciar transporte para os emigrantes da zona flagelada e fixá-los noutras regiões do Estado. Senti, então, na minh'alma a verdade da observação de José Américo: "nada mais triste do que uma criança triste". E eu vi e tive nos meus braços crianças que não se alegravam, nem se abriam num simples sorriso, até mesmo diante dos confeitos com que procurava despertar a sua gulodice.

Em meio à desolação daqueles dias senti o conforto de uma grande compensação: nada negou o Governo Federal em assistência às populações atingidas. Getúlio Vargas e José Américo de Almeida, simbolizando o Governo Federal, foram inexcedíveis no apoio aos nordestinos sofredores. São providências de igual vigor que a UDN deseja apolar nesta hora de decisão, ao tempo em que manifesta sua total solidariedade às populações daquele recanto abençoado da Pátria. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

Durante o discurso do Sr. Juracy Magalhães, o Sr. Apolônio Salles deixa a cadeira da presidência, assumindo-a o Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, segundo orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Octacilio Jurema, terceiro orador inscrito.

O SR. OCTACILIO JUREMA — (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, antes de iniciar o meu modesto discurso, no qual conto o martírio por que está passando a minha região, que tanto tem dado ao Brasil em troca de tão pouco, vou ler um telegrama do Prefeito da minha cidade, Cajazeiras, no Estado da Paraíba, datado de ontem, que constitui um grito de angústia e desespero e fala mais alto do que as minhas palavras; e queira Deus chegue até aos ouvidos do Governo.

“Recebi telegrama. A situação é profundamente grave. Oito mil flagelados dêste e de outros Municípios, Antenor Navarro e São Gonçalo, estão à mercê da sorte, sem serviço de vulto concreto, sem que os fornecedores possam atender suas necessidades, em virtude da exigüidade de verbas de emergência. Estive em João Pessoa onde verifiquei que não existe uma base de socorro para o volume de flagelados da região por parte do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e do Governo do Estado, sendo necessário que o Governo Federal ampare imediatamente a situação dos nordestinos vergastados pela seca, sob pena de assistirmos a espetáculos deprimentes nesta

cidade e nas vizinhas. Espero que o prezado amigo lute sem tréguas a fim de conseguir alguma coisa de positivo para amparo da nossa gente, convindo lembrar que, caso não cheguem providências urgentes mais triste será o quadro de sofrimento e desespero depois do dia dezanove dêste. Abraços. (a) *Antônio Rollim, Prefeito*”.

Agora mesmo, recebi outro telegrama do Prefeito mostrando a situação dramática que está vivendo Cajazeiras :

“A cidade está invadida por mil e quinhentos flagelados que estão implorando comida e trabalho. A Prefeitura não dispõe de recursos para atender a essa gente. Caso o Governo não tome providências imediatas, ficaremos à mercê de acontecimentos imprevisíveis. Abraços. — *Antônio Rollim — Prefeito*”.

Dentro de poucos dias estarei nos sertões paraibanos, no cenário das secas, no meio da minha gente que aprendi a querer, pelos seus sofrimentos e pelas injustiças por que tem passado.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Permita-me lembrar ao nobre orador que faltam dois minutos para terminar a hora do Expediente.

O SR. JURACY MAGALHAES — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, requero a V. Exa. que ouvido o Plenário, conceda ao nobre Senador Octacilio Jurema o tempo necessário para concluir seu discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Juracy Magalhães.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Octacílio Jurema.

O SR. OCTACÍLIO JUREMA — Sr. Presidente, agradeço a Vossa Excelência, ao nobre Senador Juracy Magalhães e ao Senado, a gentileza de permitirem que conclua meu discurso. (*Lendo*) — Sr. Presidente, estão se reproduzindo com a mesma intensidade das crises anteriores as perturbações climáticas do Nordeste com todo o cortejo de desgraças que esses períodos anormais fazem surgir, naquela área do País. Os exércitos de famintos já começam a invadir as cidades, compondo o triste cenário das retiradas, que povoam, nesses momentos dramáticos, as estradas dos sertões nordestinos com desfiles macabros de homens tangidos pela pior de todas as misérias, que é a fuga sinistra da fome. Vão-se a esmo, sem saber ao certo para onde, ao sabor do imprevisível, à espera de uma providência salvadora, em que confiam, mas não sabem de onde possa partir, tal a desorientação dessas horas fatais. São homens, mulheres e crianças açoitados pelos ventos da seca, que não animam mas ressecam; não arejam, mas alucinam; não trazem a mensagem fagueira de todas as brisas, mas o estrépito de todas as desgraças. As pobres comunas do Nordeste, sem recursos, desaparelhadas de material humano e de meios financeiros para atender ao extraordinário contingente que se aglomera, nas calçadas às portas dos armazéns, e como num último apêlo a Deus, às escadarias das Igrejas, não suportam, sequer, os ônus dos primeiros socorros quanto mais manter uma organização assistencial para enfrentar com

eficiência os distúrbios do flagelo, em toda a sua extensão.

Estive no Ministério da Viação e em importantes Departamentos Federais, para coordenar com os seus titulares algumas providências de emergência, de maneira, a afastar-se os primeiros impactos da crise, mas infelizmente recolhi desses contatos iniciais a mais desalentadora impressão.

Constatai, mais uma vez, por incrível que pareça, precisamente quando se alardeia o equacionamento racional de todos os problemas fundamentais do País, que o Governo está inteiramente desarmado para enfrentar o repiquete. Não há nenhum plano capaz de ser aplicado nesses momentos cruciais. Minguam as verbas, cuja aplicação vai se tornando cada dia mais difícil, em conjunturas como a atual, em face, segundo alegam os titulares dos órgãos, de sua destinação específica, como se fôsse humano e justificável, do ponto de vista moral — para não falar no sentimento de solidariedade, que é a grande mística da vida de uma Nação — cumprir a letra fria do regulamento em detrimento de populações inteiras, que se dizem às vezes por falta de simples providência imediata.

Um desses titulares informou-me que o seu Departamento não contava com verbas globais, capazes de, pela sua flexibilidade, serem empregadas em obras de emergência. Considerando-se, Sr. Presidente, que a seca é fenômeno periódico reproduzindo-se dentro de determinados ciclos, não seria razoável, lógico e perfeitamente explicável dentro do espírito de planejamento, que existissem previamente delineados pelos órgãos competentes, programas especiais para execução nessas épocas de calamidade? Por outro lado tendo em vista que a Constituição reserva um por cento de toda a renda tributária nacional para essa assistência de emergência, como justi-

ficar o argumento da falta de dinheiro, como procurou fazer-me crer o ilustre Diretor do DNOCS? Enquanto o honrado Ministro da Fazenda determina por simples portaria, contrariando frontalmente a Lei das Sociedades Anônimas, que o Banco de Crédito da Amazônia — com o sacrifício do seu equilíbrio financeiro — se desfalque de cerca de quatrocentos milhões de cruzeiros para pagar os 25 por cento do aumento do preço da borracha, num gesto de liberalidade difícil de conciliar com as suas altas e relevantes atribuições de guarda do Tesouro, cercela, drásticamente, o pagamento das verbas destinadas ao Nordeste, dificultando com mil e um malabarismos a sua liberação. O Diretor do DNOCS é contra as obras de açudagem sem a devida mecanização, por isto importar na formação de aglomerações humanas, capazes de criar focos de agitação. É uma suspeita que não tem a mínima procedência pois não me consta que tais aglomerações, em qualquer fase da história das secas do Nordeste, tenham se constituído em pasto para os agitadores. Não seria o próprio fato da miséria humana sem qualquer indício de proteção o campo material e psicológico ideal para uma ofensiva extremista? Acha que não, o ilustre Diretor do DNOCS. E com uma simplicidade de pasmar condena a estranhável inexequibibilidade um plano de disseminação de açudes para conter essas levas humanas em fontes de fixação. Convidei-o a visitar a zona mais atingida, no meu Estado, e não tergiversou em declarar-me que de nada adiantaria a sua presença na área da seca, uma vez que não dispunha de meios para minorar o sofrimento da terra e da gente.

Pergunto ao Senado nessa hora grave da minha região: para quem apelar nesses momento de desespero? Para o Presidente da República? É o que faço neste mo-

mento, depois de esgotar tôdas as instâncias, quase sem fé, desalentado por criminosa indiferença de uns e revoltante irresponsabilidade de outros. Ouço dizer que o Presidente Juscelino Kubitschek, quando alguém lhe adverte sobre o drama do Nordeste, mostra-se tocado de um espírito solidário, disposto a tôdas as benemerências. Chegou o momento do Chefe da Nação pôr a prova êsses altos sentimentos. E o faça logo, antes que por efeito de providências tardias sejam sacrificadas, no seu triste destino, famílias inteiras, brasileiros fora do Brasil, populações que vivem ainda hoje o espetáculo da mais criminosa, estúpida e infeliz marginalidade. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. NEREU RAMOS — Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. NEREU RAMOS — (*Para explicação pessoal*) — (*) — Sr. Presidente, pedi a palavra para levar ao conhecimento do Sr. Ministro da Agricultura denúncia que acabo de receber, constante do seguinte telegrama:

“Informando haver sérias irregularidades na compra do trigo pelos moinhos locais, prejudicando os colonos e a futura produção do trigo do Oeste catarinense, transmito o apêlo dos triticultores no sentido de conseguir que o Ministro da Agricultura designe uma comissão de inquérito, a fim de apurar as responsabilidades. Cordial abraço. (a) *Serafim Bertaso*”.

Sr. Presidente, o signatário é primeiro suplente de Deputado

(*) — Não foi revisto pelo orador.

pela legenda do PSD e estêve, durante a sessão legislativa passada, quase sempre em exercício.

Esta a denúncia que levo ao conhecimento do Sr. Ministro da Agricultura. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE — Vai ser lido projeto de lei encaminhado à Mesa.

Lido e apoiado, é despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 3, de 1958

“Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), como auxílio à “Real Sociedade Clube Ginástico Português”, para reconstrução do seu teatro.”

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a Real Sociedade Clube Ginástico Português na reconstrução de seu teatro, destruído por um incêndio em 17 de maio de 1957.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados para êste fim o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, e demais disposições em contrário.

Justificação

A cidade do Rio de Janeiro, que já possui poucos teatros em condições de proporcionar à sua população um entretenimento à altura de seus altos foros de cidade civilizada, acordou no dia 17 de maio

do ano passado, com a notícia de que se incendiara o Teatro Ginástico, pertencente à Real Sociedade Clube Ginástico Português e onde se achava trabalhando o Teatro Brasileiro de Comédia, organização de alto relêvo no cenário artístico nacional.

A demolição do Teatro Fênix e a conversão do Teatro Glória em estabelecimento bancário, vieram agravar ainda mais a crise de bons teatros, nesta Capital, já privada do Teatro Ginástico, desde maio passado.

O clube atingido pela catástrofe, com a sua renda ordinária, não poderá, de modo algum atender aos encargos da reconstrução do teatro, dado o desnível entre a importância recebida do seguro e o custo orçado das obras.

O amparo à cultura é um dever do Estado (Constituição art. 174) e, assim, o Poder Público não pode ficar indiferente ao desaparecimento de um teatro que tantos e tão relevantes serviços vinha prestando ao desenvolvimento da arte no Brasil.

Os prejuízos causados com o incêndio que destruiu o Teatro Ginástico, orçam pela casa dos Cruzzeiros 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) e nada obstante os seguros feitos pela entidade, só recebeu ela a importância de Cruzzeiros 4.224.248,50 (quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), manifestamente insuficiente para atender às reparações, que se elevam, com a alta geral das utilidades, a mais de Cr\$ 18.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzeiros).

Cumpre, pois, ao Poder Público amparar a prestigiosa sociedade, laço fraterno entre portugueses e brasileiros, que é dirigida por um brasileiro, para que não venha a faltar à cidade o teatro que tantos serviços lhe presta.

O projeto visa a atender, em parte, às necessidades econômicas

da sociedade para reconstrução de seu teatro.

Sala das Sessões, em 18-3-58. — *Alencastro Guimarães. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho.*

O SR. PRESIDENTE — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Requerimento n.º 64, de 1958, do Sr. Attilio Vivacqua e outros Srs. Senadores, solicitando a transcrição nos Anais dos discursos proferidos pelos Srs. Presidente da República e Ministro da Viação e Obras Públicas na inauguração a 7 do corrente, em São Bernardo do Campo, São Paulo, da fábrica de motores a gasolina da Willys Overland do Brasil.

O SR. PRESIDENTE — Está inscrito, para discutir o requerimento, o nobre Senador Lino de Mattos, a quem dou a palavra.

O SR. LINO DE MATTOS — (*) — Sr. Presidente, ontem, quando o Requerimento n.º 64 foi submetido à apreciação do Senado, solicitei a palavra para, regimentalmente, obter o adiamento da discussão para a sessão de hoje, porque era meu propósito falar sobre a matéria.

A primeira vista, trata-se de documento em que alguns colegas pedem a transcrição de discursos proferidos por autoridades do Executivo Federal e elementos ligados à administração da fábrica de jipes em São Paulo. Na realidade, entretanto, a matéria envolve, a meu ver, assuntos da maior importância, sobre os quais, de tempos a esta parte, venho ocupando a tribuna.

Trata-se, da inauguração de uma grande fábrica de jipes, em

São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, que tenho a honra de representar na Casa. Enquadra-se a transferência dessa fábrica para o Brasil e sua montagem em nosso País naquele sentimento nacionalista de que estamos possuídos: facilitar a vinda de capital estrangeiro, máquinas, elementos, enfim, que venham colaborar com o progresso de nossa terra.

Devem merecer aplausos unânimes da opinião pública brasileira, bem como todo o amparo, as instalações industriais da natureza dessa fábrica de jipes. Da mesma maneira, nossos aplausos às instalações da Mercedes Benz, DKW e outras que já iniciaram a fabricação de veículos nacionais: automóveis, jipes, caminhões e chassis de ônibus. Nossa atuação nacionalista é de entusiasmo quando as autoridades federais, estaduais ou municipais prestigiam tais iniciativas.

Sr. Presidente, no mesmo grau desse entusiasmo é, no entanto, nossa reprovação a amparo que se dê, com base na Instrução 113 da SUMOC, àquelas indústrias de que não carecemos em nossa Pátria.

A fim de que o Senado tenha ligeira idéia de como essa Instrução, baixada com objetivos altamente louváveis, está sendo desvirtuada, passo a referir-me a algumas das transferências autorizadas a indústrias que se instalaram no Brasil ou, se já instaladas, que ampliaram suas instalações. Assim mostrarei que se está exigindo, que se impõe maior cautela na aplicação da Instrução em causa. É a esperança que nutrimos, confiantes em que o Governo Federal, através dos seus líderes nesta Casa, tome conhecimento do nosso trabalho, que tem o sentido de colaboração, a fim de evitar continue o desvirtuamento na aplicação desta legislação protecionista.

(*) — Não foi revisto pelo orador.

Segundo informa a SUMOC, entre as centenas de autorizações algumas, solicitando a atenção dos nobres colegas para que verifiquem a coincidência na repetição de concessões para o mesmo tipo de indústria, de que, no meu entender, já não necessitamos mais, porque temos a indústria nacional.

Então, vejamos: autorização para transferência de máquinas e equipamentos para fábrica de lâminas.

Trata-se, Sr. Presidente, da lâmina "Gillette", que representa, para a nossa economia, não só a transferência, para o país de origem, de dividendos, como, principalmente, dos *royalties* correspondentes ao pagamento feito para a licença concedida pela Gillette às fábricas nacionais para aqui também fabricarem o utensílio.

Outra autorização: conjunto de máquinas e equipamentos para a fabricação de produtos farmacêuticos.

Terceira autorização: máquinas e aparelhos para a produção, acondicionamento e embalagem de produtos farmacêuticos.

Quarta autorização: equipamento para fabricação de comprimidos, drágeas, pós granulados, cápsulas medicinais, isto é, produtos farmacêuticos.

Quinta autorização: equipamento para a ampliação da produção de pneumáticos.

Sr. Presidente, verifique Vossa Excelência o paradoxo da situação. Enquanto, no Senado, eminentes colegas se preocupam e agitam, louvavelmente, nossos trabalhos parlamentares em consequência da escassez da borracha, matéria-prima para a fabricação de pneumáticos e produtos similares, a SUMOC, constantemente, autoriza a transferência, com favores cambiais, de máquinas para fabricação de pneumáticos, câmaras de ar etc. Não há coordenação de esforços entre as autoridades, a

fim de evitar esse desfalque na economia de divisas da nossa Pátria.

O Sr. Alvaro Adolpho — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com todo o prazer.

O Sr. Alvaro Adolpho — Quanto aos pneumáticos, sabe Vossa Excelência que o mercado está saturado. A indústria nacional já produz o suficiente para as necessidades nacionais e, inclusive, para a exportação de excedentes.

O SR. LINO DE MATTOS — Como acentua o nobre Senador Alvaro Adolpho, — eu estou de pleno acôrdo e a opinião pública não desconhece o fato — no referente às indústrias produtoras de pneumáticos, câmaras de ar e produtos similares correlatos, o mercado está saturado. Não há mais necessidade.

Admitindo, apenas para argumentar, houvesse carência desses artigos, como se explica, autorize a SUMOC a transferência, com facilidades cambiais, de máquinas para a fabricação desses produtos, quando se sabe que as fábricas existentes no Brasil protestam, cotidianamente, alertando as autoridades para a falta de matéria-prima indispensável ao seu funcionamento?

Ainda há poucos dias, quando tratava do assunto o eminente Senador Cunha de Mello, lembrava eu a situação das fábricas de pneumáticos em São Paulo, ameaçadas de fechamento por falta de matéria-prima. Enquanto isto acontece, no entanto, há autorização para importação de novos equipamentos. Há erro de interpretação na execução da Portaria n.º 113, da SUMOC.

Sr. Presidente, prossequindo na citação das autorizações, vejo a transferência de equipamentos para uma fábrica de laticínios. É

outro setor da indústria nacional perfeitamente atendido. Não há necessidade de novos equipamentos. É do conhecimento de todos.

As autorizações, entretanto, continuam.

O *Sr. Mem de Sá* — Nosso consumo de laticínios é simplesmente miserável. Estou de acôrdo com a tese de Vossa Excelência, divirjo apenas do nobre colega quando afirma que não temos necessidade de fábricas de laticínios.

O SR. LINO DE MATTOS — Não é, pròpriamente, o consumo de laticínios. O brasileiro, apesar de viver em um País com oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, é o que menos sabe alimentar-se. Quanto a esta parte, portanto, não há dúvida. Com relação, entretanto, à necessidade da importação, com facilidades cambiais, de equipamentos para montagem de novas fábricas de laticínios, creio que Vossa Excelência estará de acôrdo comigo.

O *Sr. Mem de Sá* — Concordo com a importação de fábricas de laticínios sem facilidades cambiais, de acôrdo com a Portaria n.º 113. Se pudermos importar cem fábricas, deveremos fazê-lo.

O SR. LINO DE MATTOS — Esta, eminente Senador Mem de Sá, já é uma orientação diferente. Não sou daqueles que defendem o fechamento das nossas portas para o resto do mundo. Entendo que, de acôrdo com a legislação tarifária, devemos estar com as portas abertas, a fim de que se transfiram para o Brasil tôdas as indústrias que aqui se queiram localizar. As facilidades cambiais, todavia, devem ser concedidas somente àquelas indústrias de que temos necessidade.

O *Sr. Mem de Sá* — E de fábricas de laticínios temos necessidade.

O SR. LINO DE MATTOS — Ai se recomenda o amparo, a proteção oficial, até mesmo, que se peça às indústrias que venham para o Brasil.

Sr. Presidente, somos os pioneiros da aviação. Quando se fala em aviação, tem-se presente Santos Dumont e o Brasil. Não temos, porém, absolutamente, nenhuma fábrica de aviões.

O *Sr. Mem de Sá* — Não temos fábrica de aviões ?!

O SR. LINO DE MATTOS — De grandes aviões, não.

O *Sr. Mem de Sá* — Em S. Paulo há uma fábrica de excelentes aviões.

O SR. LINO DE MATTOS — Explico a Vossa Excelência. Existe em São Paulo pequena fábrica de Teco-Tecos, na Cidade de Botucatu. Refiro-me, porém, à grande indústria...

O *Sr. Mem de Sá* — Para isso não temos possibilidades.

O SR. LINO DE MATTOS — ... que fabrica DC-3, Convair, Constellation, grandes aviões de que a aviação comercial necessita.

Sr. Presidente, por que não figura, nas liberações cambiais nenhuma indústria dessa natureza ? Qual o motivo de o Governo não procurar, através das suas Embaixadas e Escritórios Comerciais, as grandes indústrias de aviões, a fim de se instalarem no Brasil, à semelhança do que se fez com a Mercedes-Benz, Jeep, DKW, a fábrica alemã Volkswagen e outras ? O Governo deve oferecer vantagens e terreno amplo, para que os interessados instalem fábricas no Brasil. Assim, dentro em pouco, teremos fábricas de aviões. Enquanto o Governo se omite nesta indústria e outras de importância, como por exemplo a de construção de navios e tantas outras indispensáveis à nossa vida, facili-

ta a transferência de equipamento para fábricas de lâminas Gillette, produtos farmacêuticos, produtos alimentícios, fábrica de lataria, que temos em grande quantidade.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite Vossa Excelência um aparte ?

O SR. LINO DE MATTOS — Com prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — O ar sorridente de V. Exa. é o de que não ignora a impossibilidade de se transferir para o Brasil uma indústria de construção de navios ou uma fábrica de aviões de grande envergadura, DC-3, Convair etc., porque o comércio e a indústria se fazem também em relação ao consumo. Instala-se uma fábrica Gillette porque há no Brasil consumo de lâminas de barbear e, nestas condições, é possível trazer esta fábrica, pois não exige montagem tão grande nem capital tão considerável e não requer tantos operários especializados. Temos de começar por onde outros principiaram; não podemos começar logo trazendo para o País grandes fábricas de aviões, pois não temos nem o grande capital de que necessitam nem o grande consumo interno que justifique sua vinda, nem o investimento necessário dos capitalistas que residem no estrangeiro, nem técnicos especializados no assunto. Devemos começar por onde os outros começam e tenha a certeza, V. Exa., de que, se as coisas correrem como estão indo, dentro de pouco tempo teremos também as grandes fábricas.

O SR. LINO DE MATTOS — É completa minha discordância com relação aos pontos de vistas do eminente colega. Hoje, o Brasil é um dos países que dispõem de uma frota aérea comercial não só eficiente como poderosa.

O Sr. Gaspar Velloso — De acôrdo com Vossa Excelência.

O SR. LINO DE MATTOS — Essa frota de aviões comerciais e de turismo vem para o Brasil com imensas facilidades cambiais. Aliás, nesta exposição, vou citar dentro em pouco, as facilidades para a transferência de aviões equipados. Se nos déssemos ao trabalho de um levantamento estatístico dos favores fiscais concedidos para a transferência desses aviões, a fim de atender às nossas necessidades comerciais e dos favores constantes, nestas pequeninas coisas, como sejam, lâmina "Gillette", que aparecem aqui em plano absolutamente secundário, o ilustre Senador verificaria que há muito tempo já poderíamos ter dado início à fabricação de aviões em nossa Pátria e também poderíamos dispor de melhores estaleiros para a construção de transportes marítimos indispensáveis em país com o litoral imenso (o Brasil).

Infelizmente, essa mentalidade ainda predomina, a de que se trata de indústria demasiadamente grande para as aspirações nacionais.

Discordo do eminente Senador Gaspar Velloso. Entendo que as autoridades da SUMOC deveriam, isto sim, fechar os olhos a estas bagatelas, estas pequeninas facilidades de transferências de equipamento de fábricas secundárias, que não interessam ao Brasil, mas que, somados os dólares, importam numa verdadeira fábula de pequenas fábricas como estas, cujos nomes estou lendo. Refiro-me à transferência de equipamentos de fábricas de laticínios, lâminas gilletes, produtos farmacêuticos, facões e outras. O total dos dólares facilitados importa em cerca de dezesseis bilhões de cruzeiros se contarmos o dólar na avaliação de hoje, que é da ordem de cem cruzeiros.

Observe o ilustre colega Senador Gaspar Velloso como de pequenas em pequenas parcelas para estas fábricas, o total de facilita-

des representa quase vinte por cento do montante da circulação monetária do Brasil.

Ora, meu ponto de vista é o de que precisamos evitar essas facilidades e auxiliar indústrias de que, efetivamente, precisamos no Brasil.

Sr. Presidente, a SUMOC concedeu facilidades para transferência de equipamentos de fábricas de lâmpadas; de laboratórios de drogas e medicamentos; de fábricas de tintas e vernizes — não sei porque razão, se temos o mercado saturado de tintas e vernizes — facilidades para transferência de equipamentos de indústrias de graxas e lubrificantes. O mesmo caso, — para a produção de fogões domésticos.

O eminente Senador Gaspar Velloso, ilustre Sublíder da Maioria, está aqui à minha frente com a fisionomia simpática, ...

O Sr. Gaspar Velloso — Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. LINO DE MATTOS — ... rindo, acompanhando o meu discurso. Sei que, no íntimo, Sua Excelência está de acôrdo comigo. O Governo não deve continuar com essas facilidades, que não se justificam, não se explicam. Está prejudicando a indústria nacional e contribuindo para o aumento do volume de dividendos, os quais são devolvidos ao País de onde vieram os capitais. Em alguns casos, como por exemplo o de lâminas Gillette — indústria que figura em primeiro lugar na lista da SUMOC e por isso tem primazia na citação, os *royalties*, que representam em geral 20% do lucro, são remetidos através do mercado livre, dólar a câmbio livre.

Essa uma das razões pelas quais o dólar está nessa dança de tangará a 90, 100 ou 115 cruzelros.

O Sr. Gaspar Velloso — Não acha V. Exa. preferível se mande uma parte, correspondente aos direitos da patente, do que o dinhei-

ro, integralmente, em dólar pela compra do produto?

O SR. LINO DE MATTOS — Reporto-me à vinda de indústrias similares às existentes no Brasil; portanto, perfeitamente dispensáveis. Não se trata, pois, de remeter o total de dólares; porquanto não precisamos adquirir no estrangeiro produtos também fabricados em nosso País.

O Sr. Gaspar Velloso — Não poderíamos deixar — e V. Exa. há de convir comigo — que, à sombra do protecionismo governamental, as indústrias brasileiras majorassem os preços por falta de concorrência, à altura que quisessem. Devemos permitir se instalem novas fábricas para que, havendo livre concorrência, se estabeleça o justo preço. Nessa orientação parece-me que o Governo está certo. Com uma única fábrica de automóvel, por exemplo, teríamos o artigo nacional mais caro do que o estrangeiro; com uma única fábrica de lâminas para barbear ou de produtos farmacêuticos, o mesmo aconteceria. Se Vossa Excelência — suponhamos — precisasse adquirir penicillina nacional, iria comprá-la quatro vezes mais cara do que a estrangeira.

O SR. LINO DE MATTOS — A tese governamental...

O Sr. Gaspar Velloso — Não é governamental, é nacional.

O SR. LINO DE MATTOS — A tese pessoal do eminente Senador Gaspar Velloso é no sentido de que devemos facilitar a vinda de indústrias similares às já existentes no Brasil, a fim de que se estabeleça a maior competição.

O Sr. Gaspar Velloso — Livre concorrência.

O SR. LINO DE MATTOS — Neste caso, não nos entenderemos jamais.

Meu ponto de vista é diametralmente oposto. As indústrias existentes no País, em situação competitiva vantajosa, devem ser protegidas...

O *Sr. Gaspar Velloso* — Concorde; quando em situação competitiva vantajosa.

O SR. LINO DE MATTOS — ... para que a nossa Pátria tenha, de futuro, independência econômica e financeira.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Estou com V. Exa.; desde que essas indústrias, quando chegarem à maturidade, não possam, à sombra do protecionismo oficial, elevar os preços a seu talante. Esta, a razão, por que o Governo permite a instalação de novas fábricas para, em situação competitiva, se ajustarem preços.

O SR. LINO DE MATTOS — Estou vendo que, entre nós, há um ponto de vista aparentemente contraditório...

O *Sr. Gaspar Velloso* — Mas não o é, de fato.

O SR. LINO DE MATTOS — Exatamente. Reporta-se V. Exa. apenas àquelas indústrias nacionais que não funcionam em situação competitiva e, portanto, devem sofrer o impacto da competição, a fim de que seus preços baixem, visando a beneficiar o consumidor.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Evidentemente.

O SR. LINO DE MATTOS — Defendo a proteção àquelas indústrias existentes no Brasil em situação competitiva, vantajosa para o consumidor. Essas, sim, precisam ser amparadas. Já conhecemos a técnica imperialista de trazer indústrias gozando de favores especiais e depois de estabelecerem o *dumping* ficarem isoladas no regime do *trust*. A nossa preocupação é evitar que tal aconteça.

Note o Senado: estou-me referindo às facilidades concedidas para transferência de equipamento de indústrias que existem no Brasil em caráter competitivo, fartamente conhecidas pela opinião pública.

Pergunto aos nobres colegas se temos necessidade de transferência para o Brasil de mais produtos farmacêuticos.

Creio ser ponto pacífico que não há falta de produtos farmacêuticos.

O *Sr. Nelson Firmo* — Há excesso.

O SR. LINO DE MATTOS — Há excesso — diz muito bem o eminente Senador; entretanto, vejo, na relação que tenho em mãos, a facilidade de importação, com favores cambiais, de máquinas para produtos farmacêuticos repetir-se por mais dez vezes.

Essa, eminente Senador Gaspar Velloso, a minha discordância. O apelo que faço a V. Exa., Vice-Líder da Maioria nesta Casa do Congresso, é para que alerte as autoridades fazendárias a fim de que ponham um pouco mais de rigor na concessão dessas facilidades. Não é possível estejamos a importar equipamentos e máquinas para competir com a nossa indústria, gerando desinteresse pelo seu desenvolvimento e até o desaparecimento.

Sr. Presidente, verifico, ainda uma vez, outra facilidade para máquinas destinadas a produtos farmacêuticos. É, assim, a quinta ou sexta vez. Para equipamentos relativos à fabricação de lâmpadas, lâminas de barbear, fabricação de produtos alimentícios, e novo tipo de cigarros, é a terceira vez.

Perguntarei ao eminente Senador Gaspar Velloso se concorda com a facilidade cambial concedida pela SUMOC, de transferir para o Brasil equipamentos para a fabricação de cigarros. Temos ou não indústria de cigarros de caráter

competitivo? Lembro a Sua Excelência que não é um caso apenas; são diversos, para várias indústrias.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Parece a V. Exa. que a nossa indústria de cigarros precisa ser protegida contra outra nascida agora, à sombra do proteccionismo oficial ou porque já existe há muitos anos e está consolidada?

O SR. LINO DE MATTOS — Creio que a indústria de cigarros existe há muitos anos. Confesso a V. Exa. que não acompanho o caso com interesse pessoal, porque não sou fumante. Sei, entretanto, que há muito existe a manufatura de cigarros no Brasil, em caráter competitivo, contando com diversas fábricas. É, portanto, indústria consolidada — a meu ver — em condições de suprir o nosso mercado e até de exportar, porque temos a matéria-prima.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Entende V. Exa. que ela não suportaria a concorrência de uma fábrica estrangeira?

O SR. LINO DE MATTOS — No caso do cigarro, devo ser honesto, não me importa muito. Não sendo fumante, gostaria até se liquidasse semelhante indústria.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Sou fumante. Devo, no entanto, declarar a V. Exa. — embora não esteja absolutamente seguro da informação recebida — que as grandes fábricas de cigarros pertencem a capitais estrangeiros ou são subsidiárias de empresas allenígenas.

O SR. LINO DE MATTOS — As que conheço, instaladas em São Paulo, pertencem a industriais brasileiros.

O *Sr. Gaspar Velloso* — Pequenas fábricas.

O SR. LINO DE MATTOS — Não, grandes fábricas. Não lhes menciono os nomes para não parecer propaganda.

O *Sr. Gaspar Velloso* — As pequenas fábricas, a que V. Exa. se refere, suportam, perfeitamente, a concorrência das grandes empresas, as quais, segundo fui informado, resultam, em grande parte, de capitais estrangeiros.

O SR. LINO DE MATTOS — Refiro-me às grandes fábricas. Não lhes cito os nomes por não interessar ao debate. No Rio, em São Paulo, e no Norte — creio na Bahia e em Pernambuco — também existem grandes fábricas de cigarros, todas funcionando em competição.

O *Sr. Gaspar Velloso* — As que V. Exa. conhece, instaladas em São Paulo, com capitais inteiramente nacionais, suportam, perfeitamente, a concorrência das grandes fábricas, algumas constituídas por capitais internacionais. Que mal haveria, portanto, na vinda, para o Brasil, de mais uma concorrente?

O SR. LINO DE MATTOS — Não dou maior importância às fábricas de cigarros. Dentro da tese que defendo, sou contra a vinda, para o Brasil, de novas fábricas dessa natureza.

Sr. Presidente, continuando na leitura da relação que me foi fornecida pela SUMOC, dos equipamentos vindos para o Brasil, com favores cambiais, verifico, talvez, pela décima vez, as facilidades concedidas para a importação de equipamentos referentes à indústria de produtos farmacêuticos.

Há outra autorização para aparelhos de barbear; outra transferência de fábrica de pneumáticos e câmaras de ar; ainda outra transferência, também esta me causando estranheza, de equipamento completo para fábrica de

cerveja — ao que sei, a indústria nacional atende, plenamente, às necessidades do nosso mercado, nesse setor — mais uma vez equipamento para aparelhos de barbear; e um avião bi-motor, com facilidades cambiais, para determinada firma americana que mantém uma fazenda no interior do Brasil.

Atraiu-me a atenção, relativamente a esta última concessão, a circunstância de saber eu que vários fazendeiros brasileiros, caboclos, filhos da terra — os quais solicitaram facilidades para a transferência de aviões de uso pessoal, destinados a conduzi-los da fazenda à cidade — tiveram seus pedidos negados. O fazendeiro americano que comprou terras no Brasil, no entanto, conseguiu favores para trazer um avião bi-motor, com base na Instrução n.º 113, da SUMOC.

Note-se, Sr. Presidente, a extravagância deste caso. A Instrução n.º 113, da SUMOC, visa facilitar a transferência, com favores cambiais de equipamentos industriais para atender às necessidades do consumo nacional. As autoridades da SUMOC, porém, encontraram maneira de aplicar a Instrução n.º 113, num bi-motor comprado por um fazendeiro norte-americano, sob a alegação de que precisava transporte de sua fazenda para a cidade.

Não estou inventando. Trata-se de informação da SUMOC, por ofício encaminhado ao 1.º Secretário do Senado da República no dia 18 de outubro de 1957.

Louvo-me, portanto, em dados fornecidos pelo Governo.

Continuo, Sr. Presidente, a fim de ainda uma vez, pedir a atenção sobre as facilidades para transferências de novos equipamentos para fábricas de cigarros e produtos farmacêuticos.

Seria demasiadamente fastidiosa a continuação da leitura desses dados, que me foram fornecidos oficialmente pela SUMOC, tão

numerosos são os erros contidos nessas facilidades. Durante uma hora forneci elementos elucidativos de uma situação. Cada duas linhas desse calhamaço datilografado, contém em média, uma autorização de transferência de máquinas e equipamentos, com favores fiscais.

Citei alguns casos para dar uma idéia do conjunto das facilidades para equipamentos de que a nossa Pátria, no momento, não precisa. Enquanto isto acontece, não vejo nesta relação exceção das indústrias automobilísticas, nenhum outro empreendimento que, efetivamente, signifique para nosso País algo de útil e necessário.

Oxalá, Sr. Presidente, o Governo da República compreenda o sentido da nossa atuação, que é o de colaborar com ele na medida do possível. Tirem as autoridades, que estão errando na aplicação das instruções, as vendas dos olhos e procurem enxergar mais longe, a fim de, à distância, encontrarem aquelas indústrias necessárias ao dinamismo da nossa vida, das nossas atividades comerciais, industriais, agrícolas. Procurem transferir para o Brasil indústrias que venham colaborar conosco, rasgar novas estradas, abrir nossas terras, contribuir para o nosso desenvolvimento econômico. Venham fábricas de aviões, para que, dentro de alguns anos, esta terra que deu Santos Dumont, que tem a glória e a honra de ser a Pátria da Aviação, também possa fabricar aviões e possuir grandes estaleiros a fim de construir navios para percorrerem o litoral imenso que possuímos.

Por que não se preocupa o Governo da República um pouco mais com os assuntos de maior importância, deixando a insignificância das pequenas indústrias, que aqui vêm para estabelecer discórdia e luta entre nossas fábricas, que procuram elevar nosso parque industrial à altura do progresso de nossa gente e de nosso País? É Sr.

Presidente, o que espero seja compreendido.

Reconheço que o repisar neste assunto é cansativo, há de aborrecer, por certo, a Casa, mas, enquanto as autoridades não entenderem que ao menos um pouco é preciso se ouça a reclamação, a queixa da opinião pública que vem ter ao Parlamento através da voz dos seus mandatários, continuaremos, Sr. Presidente, ainda que cansativos e enfadonhos. (*Muito bem; muito bem!*)

Durante o discurso do Senhor Lino de Mattos, o Sr. Cunha Mello deixa a cadeira da presidência, reassumindo-a o Senhor Apolônio Salles.

O SR. PRESIDENTE — Continua a discussão. (*Pausa*).

Mais nenhum Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Requerimento n.º 64, de 1958.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

Passa-se à discussão do requerimento do Senador Domingos Vellasco, lido na hora do Expediente, de transcrição nos *Anais do Senado*, da entrevista concedida ao jornal "Última Hora" pelo ministro Oswaldo Aranha.

OS SRS. DOMINGOS VELLASCO E ATTÍLIO VIVACQUA. — Pedimos a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Nos termos do Regimento, fica adiada a discussão do requerimento para a próxima sessão.

Comunico aos Srs. Senadores que a Mesa acaba de receber, da parte dos Líderes, as listas dos Senadores que deverão integrar as Comissões Permanentes. Será feita a devida publicação.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Octacílio Jurema, primeiro orador inscrito para esta oportunidade. (*Pausa*).

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, segundo orador inscrito. (*Pausa*).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Gaspar Velloso, terceiro orador inscrito.

O SR. GASPAR VELLOSO — Senhor Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, quarto orador inscrito. (*Pausa*).

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Ezechias da Rocha, quinto orador inscrito.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, segundo noticiam os jornais, o "Population Reference Bureau", organização científica particular, acaba de informar, em Washington, que os mosquitos transmissores do paludismo estão adquirindo resistência ao DDT, o que, aliás, já vem, há muito, preocupando os sanitaristas dos países tropicais. Como sabemos, o DDT é uma das armas mais eficientes do arsenal profilático contra o paludismo e outras moléstias transmissíveis por insetos. Graças a ela, estamos desfrutando excelente situação no que diz respeito ao grande flagelo que roubava a saúde e a vida a milhões de brasileiros — a malária. A notícia, porém, da resistência dos anofelinos ao poderoso inseticida é, não há negar, das mais sérias, porque poderá significar a perda dessa vitoriosa arma, empregada em larga escala entre nós, como em todo o mundo, contra os vetores do parasito da secular endemia.

Felizmente, a previsão e a capacidade de luta do nosso grande sanitarista Dr. Mário Pinotti estão de atalaia, vigiando o terrível inimigo da saúde dos brasileiros.

Assim é que, além dos expurgos com o DDT e outros inseticidas, e do tratamento dos doentes, do seu Plano de Erradicação da Malária consta, também, o emprêgo, a começar pela Amazônia, do sal clo-roquinado, destinado a proteger as populações contra a agressão dos hematozoários. Trata-se de método brasileiro, ideado pelo Dr. Mário Pinotti, que, concebendo-o e pon-do-o em prática, entrou para a galeria dos benfeitores da humanidade.

A campanha contra a malária tem, como se vê, duas frentes: o combate aos anofelinos e a luta contra os plasmódios.

Dados os resultados obtidos até agora e os que vamos obter com a cloroquinização, estou certo de que a palma da vitória caberá, em futuro próximo, aos nossos sanitaristas, entre os quais avulta a figura do Dr. Mário Pinotti, o Oswaldo Cruz dos nossos dias, cujos títulos de benemerência lhe conquistaram lugar dos mais altos na vida do País e nos fastos da medicina mundial.

Em homenagem ao eminente colega que dirige o Departamento Nacional de Endemias Rurais, vou ler, para que conste dos nossos Anais, a palestra que pronunciou, há poucos dias, em nossa Capital, através da qual vamos conhecer o programa da sua vitoriosa campanha e a soma vultosa de serviços e benefícios prestados pelo referido Departamento à Nação. Esta homenagem, estendo-a aos seus auxiliares médicos e a essa legião de trabalhadores anônimos, os milhares de soldados da saúde, que, por toda parte, no litoral, nas cidades, nos sertões inóspitos, estão cumprindo a difícil tarefa de combater as endemias e sanear o Brasil. E não posso aqui esquecer o

nome do Dr. Darcy Rosas, Chefe do Serviço em Alagoas, cuja competência, operosidade e patriotismo são credores da admiração e reconhecimento dos alagoanos, sentimentos que aqui exprimo e proclamo nesta hora, em nome do povo de minha terra.

Passo a ler, Sr. Presidente, a palestra do Dr. Mário Pinotti:

“Em todos os tempos e em todas as partes, os Governos valem pelo que fazem, não pelo que dizem. E valem bastante quando fazem o que dizem. Dizer e fazer eis duas coisas, na aparência bastante fáceis, mas difíceis, sobretudo aos Governos, nacionais ou estrangeiros, passados, presentes e futuros.

Em nosso País, os Governos têm pecado por falar em demasia, adjetivando-se em excesso a si próprios. O único Governo monossilábico que tivemos, Governo que falava pouco, dando até muxôxo, — o de Floriano — ficou quase legendário e vai passando devagar ao domínio do maravilhoso. De sorte que, por experiências às vezes bastante decepcionadoras, o brasileiro vive em geral prevenido com as falas de seus Governos. Agora, entretanto, o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek está falando, não pelo gosto de falar, mas para informar ao povo, numa prestação de contas honesta, o que pelo povo fez em dois anos de trabalhos.

Combate às doenças

Como técnico e administrador, chamado para colaborar com o Governo dentro de minha especialidade, posso assegurar-lhes que no plano da saúde pública, especialmente no combate às velhas e grandes doenças destruidoras de

tantos brasileiros, a ação do Presidente Juscelino Kubitschek está superando mesmo, sob muitos aspectos, as palavras do candidato Juscelino Kubitschek.

Nos seus discursos de candidato, o Presidente prometeu ao povo que também enfrentaria, com energia e decisão, as tarefas de combater as diferentes endemias rurais, que ainda fazem sofrer, inutilizam para a vida, incapacitam para o trabalho ou matam, por todo o Brasil, milhões de brasileiros.

Nunca viram um avental branco

Os habitantes das capitais e das maiores cidades, assistidos afinal de recursos de proteção de sua saúde, com clínicas particulares, hospitais e ambulatórios públicos, com facilidades apreciáveis de toda a ordem, não podem fazer idéia exata de como sofrem, entregues exclusivamente aos cuidados da Providência, multidões imensas de brasileiros do exterior. Vou repetir-lhes o que tenho dito mais de uma vez — aproximadamente dez milhões de brasileiros jamais viram o avental branco de um médico ou de uma enfermeira. Jamais receberam a menor assistência médica, a não ser das mãos, quase sempre criminosas pela ignorância, de curandeiros e de rezadores. Ainda em 1945, ainda ontem, outros quase oito milhões de brasileiros caíam doentes de malária, todos os anos, do Norte ao Sul do País.

*Benefícios que trouxe o
D. N. E. R.*

Por isso mesmo, nos seus discursos, o candidato Juscelino Kubitschek feria com insistência a necessidade de se-

rem combatidas com energia nossas devastadoras endemias rurais. Praticamente um mês depois de haver assumido o Governo, o Presidente criava, no Ministério da Saúde, o Departamento de Endemias, o qual, deve-se, também, ao apelo esclarecido do Ministro Maurício de Medeiros, que, outro dia, pelo rádio e televisão, louvava os seus 15 mil abnegados funcionários em ação por todo o País.

Apesar de sua amplitude, o novo Departamento não representou nenhum aumento de despesa, nem novos empregos, porque se formou com os Serviços Nacionais de Malária, de Febre Amarela e de Peste, e com as campanhas profiláticas a cargo da Divisão de Organização Sanitária.

Sua criação era uma necessidade, reconhecida desde muito tempo. Teve por objetivo unificar o combate às endemias rurais, combate esse antes disperso em vários órgãos, que agiam, separados e isoladamente, embora várias endemias fossem combatidas com técnicas semelhantes, quase as mesmas.

Para lhes dar uma idéia da dispersão de esforços e de dinheiro que existia, basta dizer-lhes que uma habitação do interior podia receber, durante o dia, a visita de três guardas sanitários, cada um com um boné diferente.

O primeiro guarda punha DDT nas paredes, contra o mosquito da malária; o segundo, punha lervicida nas águas de uso doméstico, contra o mosquito da Febre Amarela; o terceiro, punha o inseticida nos pisos, contra as pulgas da Peste. O morador não fazia outra coisa, senão receber mata-mosquitos.

Evidentemente que essas três tarefas, com economia de dinheiro, de trabalho e de tempo, poderiam ser realizadas, com a mesma eficiência, por um homem só. Os dois guardas restantes iriam combater, como estão combatendo agora, outras e graves endemias, como a Boubá, o mal de Chagas e o Esquistossomose.

Vantagens da unificação

Embora apresentada assim de maneira pitoresca, essa a finalidade do Departamento de Endemias — unificar, para maior rendimento, os esforços dispersos contra as nossas doenças endêmicas.

As vantagens dessa unificação estão patentes nos resultados alcançados nesses dois anos, expressos no melhor conhecimento, no controle da transmissão e na queda da incidência das treze endemias rurais que o Departamento está combatendo, em todo o País. Nesta rápida conversa, não seria possível focalizar todas essas endemias. Dêsse modo, vou mostrar-lhes o que se tem feito nesses dois anos, apenas contra as mais importantes, como a Malária, a Boubá, a Doença de Chagas, o Tracoma, a Esquistossomose, e o Bócio Endêmico. É um trabalho árduo e penoso, eminentemente técnico, exigindo muito sacrifício, realizado longe das cidades, fora dos olhos das capitais, mas significando a libertação de milhões de brasileiros das doenças que os infelicitavam, faziam sofrer e empobreciam.

Combate à malária

Vejamos, pois, as principais metas de saúde pública. Vejamos a malária. Continuou

sendo combatida com a aplicação domiciliar do DDT — porque os mosquitos transmissores possuem hábitos domésticos — e com a medicação dos doentes.

Fizeram-se mais de quatro milhões de dedetização em casas de oitocentos municípios. A área geográfica coberta pelo DDT foi quase de seis milhões de quilômetros quadrados — 70% de todo o País. A população protegida ascendeu a mais de trinta milhões de pessoas.

As vinte e uma mil Unidades Distribuidoras de Auxílios Sanitários colaboraram distribuindo antimaláricos nas regiões de difícil acesso. Essas Unidades Distribuidoras são numerosas porque se constituem de pessoas responsáveis nas pequenas cidades — os vigários, prefeitos, juizes, professores, autoridades, chefes políticos de qualquer partido, comerciantes e fazendeiros, que recebem e distribuem medicamentos, colaboram assim gratuita e decisivamente nas campanhas do Governo. É o povo ajudando a medicar o povo.

Nesses dois anos, realizaram-se sete milhões e oitocentas mil visitas domiciliares, para serviço de vigilância permanente para descoberta de novos casos. Setecentas mil pessoas tiveram o sangue examinado, confirmando-se cerca de trinta e seis casos de malária, numa população de sessenta e cinco milhões, quando pouco tempo antes tínhamos oito milhões numa população de quarenta milhões. Fizeram-se, ainda, quinhentas mil inspeções domiciliares para captura de mosquitos.

Nos laboratórios, iniciaram-se estudos da resistência dos mosquitos transmissores aos inseticidas. A redução foi na

ordem de 97%. As principais espécies no Brasil felizmente continuam sensíveis ao DDT.

Método Brasileiro

Outro aspecto expressivo da campanha foi a adoção em larga escala, do Sal Cloroquinado, método exclusivamente brasileiro. Trata-se da mistura de Cloroquina, eficaz específico antimalárico, com o sal de cozinha, alimento de ingestão universal e obrigatória. Emprega-se o sal cloroquinado para proteger as populações nas regiões impraticáveis à dedeterização e à distribuição de medicamento, como a região amazônica.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Com prazer.

O Sr. Mourão Vieira — Nesta oportunidade, quero trazer a Vossa Excelência meu testemunho sobre o que significa, principalmente para a região que represento, essa resistência nova ao DDT. Em janeiro de 1957 percorri quase toda a região do baixo Amazonas, para fazer o levantamento da produção de juta, e tive oportunidade de verificar, já que viajei em lancha do Departamento de Endemias Rurais, o trabalho abnegado, criterioso e eficaz desse departamento, no que se refere ao meu Estado. A notícia que V. Exa. traz ao Senado é de alarmar, porque temos no DDT exatamente o principal fator para a eliminação da malária. Isto nos deixa cheios de temores já que, como V. Exa. sabe, aquela região é a mais afetada e foi a que mais exigiu os esforços dos nossos sanitaristas. De forma que louvo a atitude de V. Exa. em trazer ao conhecimento da Casa esta notícia, que é alarmante, mas que precisa ser dada, para que tomemos as devidas providências.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Agradeço o aparte de V. Exa., e estou certo de que, não obstante a ameaça que importa para os serviços de profilaxia da malária, a resistência dos anofelinos ao DDT, contando, como contamos, com a inteligência, a operosidade e o patriotismo do Dr. Mário Pinotti, sobretudo com os seus largos conhecimentos e a sua alta visão do problema, a malária, como endemia, desaparecerá do mapa nosográfico do Brasil.

O Sr. Mourão Vieira — No Dr. Mário Pinotti depositamos toda nossa confiança.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — O método brasileiro, pôsto em prática na Amazônia, isto é, a cloroquinização, me parece, dará os mais eficientes resultados, porque vai destruir o parasito de Laveran no próprio sangue dos doentes, impedindo o seu desenvolvimento e, por conseguinte, o aparecimento de casos de impaludismo. E não havendo doentes, nada há que recear da picada dos mosquitos. Perdem sua importância os inseticidas.

O Sr. Mourão Vieira — Vossa Excelência fala com grande autoridade, visto ser brilhante médico afeito a êsses problemas.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Agradeço o aparte de V. Exa., sempre muito generoso para com seu humilde colega.

Continua o Dr. Mário Pinotti :

A Malária está hoje com sua transmissão seguramente controlada em nosso País. Não é mais problema de saúde pública. O Governo está agora ampliando e aprofundando os êxitos alcançados, para eliminá-la completamente do nosso território. Os planos estão feitos e começam a ser executados, mediante inclusive o con-

vênio interamericano recém-assinado com o Ponto IV.

Dentro de pouco tempo o Brasil poderá ficar como o Distrito Federal, onde há quatro anos não se registra um só caso de malária. Até o fim do Governo atual, a malária estará definitivamente erradicada de 10 Estados e, provavelmente, de toda a região amazônica.

Estas palavras do Dr. Mário Pinotti não são apenas alvissareiras; constituem motivo de orgulho para todos nós, pois a erradicação da malária será uma das mais brilhantes vitórias da capacidade humana, na luta contra as doenças, e um título de glória para os nossos sanitaristas e o nosso Governo.

A propósito da boubá, diz o Dr. Pinotti :

A boubá é outra de nossas graves endemias rurais.

Fácilmente transmissível, ataca a pele e os ossos, provocando muitas vezes mutilações e deformações, que inspiram piedade. A doença incapacita o homem para o trabalho agrícola, tornando-se assim sério problema econômico e social. Ataca cerca de quinhentos municípios de quinze Estados e três Territórios.

Com a penicilina, arma eficaz contra essa doença, desfechamos, em setembro de 58, campanha de larga envergadura para o tratamento de doentes de casa em casa. Fez-se o cadastro de um milhão, duzentos e oitenta mil prédios e examinaram-se mais de seis milhões e meio de pessoas nesses dois anos. Foram tratados mais de quinhentos mil doentes. Para se ter idéia da significação desse número de doentes, basta considerar que nos doze anos anteriores foram tratados apenas sessenta

mil em todo o País. Nas campanhas atuais incluindo-se os conviventes ou contactos, na realidade foram tratados mais de novecentas mil pessoas, realizando-se, portanto, verdadeira campanha de massa.

Neste ano de 58, serão tratados meio milhão de indivíduos, entre doentes e contactos, estendendo-se a campanha a outras áreas infectadas do País.

Podemos afirmar com segurança não ser mais a Boubá problema de saúde em Minas e no Nordeste, regiões que possuem 60% do total de suas vítimas.

Mantidas e intensificadas as campanhas atuais, a Boubá não será mais, em pouco tempo, problema de saúde pública em nosso País. O Presidente Juscelino pode terminar seu Governo num Brasil sem doentes da chamada "sífilis rural".

Sobre outro sério problema, a doença de Chagas, assim fala o ilustre sanitarista :

"Outra endemia também grave é a doença de Chagas, que ataca o coração, provocando lesões irreversíveis, pois ainda não se dispõe de medicamento eficaz para a sua cura. Nas regiões chagásicas, em Minas, São Paulo e Goiás, como em Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Ceará, morrem numerosas pessoas de repente. Essa doença é transmitida pelo "barbeiro", como todos sabem, inseto que vive nas frinças e rachaduras das paredes das casas de pau a pique e barro batido, no sertão. Combate-se essa doença eliminando-se o "barbeiro" com BHC, poderoso inseticida.

Para destruição dos "barbeiros" foram expurgados nestes dois anos seiscentos e sessenta mil prédios em seiscentos e setenta e um municípios e investigados cento e trinta e quatro mil em trezentos e trinta municípios. Para o corrente ano, além de estudos e investigações epidemiológicas, serão expurgados, em vários Estados, quatrocentos mil prédios.

A solução do problema da doença de Chagas depende da melhoria das habitações sertanejas. Se as habitações tiverem paredes rebocadas, sem rachaduras e frinchas, não terão "barbeiros". Para acabar com as rachaduras, estamos agora rebocando as paredes com um processo simples e barato, aprendido dos próprios sertanejos. Empregamos uma argamassa feita com areia, barro e estrume de gado, que substitui o cimento. Essa argamassa não dá rachaduras. É a mesma argamassa feita pelo popular passarinho João de Barro quando constrói sua resistente casa, no galho das árvores. Um cientista pode às vezes aprender mais com um passarinho do que com outro cientista. Os resultados são excelentes — desaparecendo as rachaduras, desaparecem os "barbeiros".

Este ano, revestiremos as paredes de cem mil casas em Minas Gerais e Goiás, onde o problema da doença de Chagas apresenta maior gravidade. Também fazemos educação sanitária, mostrando ao sertanejo os perigos do "barbeiro".

A respeito do tracoma, a luta é digna dos maiores encômios. Ouçamos o Dr. Pinotti :

"Vejam agora o Tracoma, doença dos olhos que pode conduzir à cegueira. Há mais de um milhão de tracomatosos no Brasil, do Ceará ao Rio Grande do Sul. Doença de fácil contágio, esse milhão de doentes ameaça contagiar treze milhões de pessoas habitantes de duzentos e trinta e sete municípios. A promiscuidade e falta de higiene facilitam a propagação do tracoma, que se pode adquirir num simples apêto de mão.

A campanha se faz pelo tratamento dos doentes, através de Unidades Volantes, que os procuram de casa em casa, eliminando-se assim as dificuldades das grandes distâncias para o tracomatoso vir aos postos médicos fixos. O remédio sai andando atrás do doente.

Foram tratados duzentos e trinta mil doentes, visitados cento e vinte cinco mil prédios, consumidos doze milhões de comprimidos de sulfa e trezentos e sessenta e três mil bisnagas de antibióticos.

Só nos municípios cearenses de Crato e Barbalha, no vale do Cariri, município há mais de 2 séculos, muito tracomizado, foram tratados quarenta e três mil doentes, dos quais trinta mil ficaram completamente curados.

A campanha contra o tracoma está se desenvolvendo por etapas, com prioridade nos focos mais importantes, ao mesmo tempo que se abrem novas campanhas em Santa Catarina, Maranhão e Território de Rondônia".

Outra endemia combatida sem tréguas é a esquistossomose, que assola vários Estados da Federação.

"No grupo das grandes endemias, temos ainda a Esquistossomose, transmitida por pe-

queno caramujo que vive nas águas doces poluídas. É um dos nossos maiores flagelos, atingindo cerca de quatro milhões de brasileiros. Existe, sobretudo, nas pequenas comunidades rurais ou nos subúrbios das cidades maiores, onde não haja serviço de abastecimento d'água e apenas água escassa e poluída. A doença pode evoluir para formas bastante graves, com sério comprometimento do fígado e baço. É o que no sertão se chama de "barriga d'água".

Combate-se essa doença por várias formas. Primeiro, com a destruição dos caramujos, com moluscicidas. Em 1956 e 57 foram destruídos caramujos em cento e setenta e dois municípios e consumidos cento e trinta mil quilos de moluscicidas. Em 1958, serão protegidas contra os caramujos cerca de duas mil localidades de cento e cinquenta municípios. A segunda forma de combate à esquistossomose é a instalação de serviços de abastecimento d'água, de lavanderias públicas e a construção de fossas sanitárias, para evitar o contato das populações com as águas poluídas pelos dejetos humanos. Trinta e quatro instalações de abastecimento d'água foram construídas e sessenta acham-se em construção. Mil quatrocentas e dez fossas sanitárias foram construídas e trezentas e dezesseis estão em construção. Vinte banheiros públicos foram construídos e cinquenta estão em construção. A última forma de combate é o tratamento de doentes, com medicação cuidadosa, para evitar acidentes, dado o perigo do emprêgo de antimoniais e tioxantonas em larga escala. Foram ministrados mais de cento e setenta e quatro mil medica-

mentos específicos e quase um milhão de medicamentos coadjuvantes, tendo sido recuperados, em definitivo, dezoito mil doentes.

Os programas de construção de fossas e de serviços de abastecimento d'água serão amplificados este ano, para controle cada vez maior da transmissão de esquistossomose".

No tocante à esquistossomose, os alagoanos pagam pesadíssimo tributo. E sua incidência maior nas Alagoas verifica-se no litoral e na zona da mata, precisamente na região de mais progresso do Estado. É o maior problema de saúde pública da minha Província e, ao meu ver, do Brasil. Os meus terapêuticos e profiláticos deixam muito a desejar. A vitória sobre o flagelo depende, em grande parte, da educação e de melhor padrão de vida do povo. Entretanto, dentro das suas possibilidades, o Departamento de Endemias Rurais vem-lhe opondo tenaz resistência, digna do nosso aplauso.

No tocante ao bócio, dá-nos boas notícias o Dr. Mário Pinotti:

Por último, temos o Bócio, vulgarmente conhecido por "papo" que inferiorizava, até bem pouco tempo, doze milhões de brasileiros, porque essa doença atrasa a inteligência e pode conduzir ao cretinismo. Basta a ínfima quantidade de dez miligramas de iôdo por quilo de sal de cozinha para livrar o Brasil dessa grave doença carencial.

Por isso estamos iodotando todo o sal de consumo alimentar no Brasil, cerca de trezentas e cinquenta mil toneladas, por ano. Devo declarar, com enorme satisfação, que já iodotamos 80% do sal consumido em todo o Brasil. Isto é, duzentos e setenta mil toneladas.

Estas, meus amigos, em linhas muito gerais, as principais metas do Governo contra sels das nossas endemias rurais mais importantes.

O Presidente Juscelino Kubitschek e seu Ministro Mauricio de Medeiros estão firmemente dispostos a limpar o Brasil, nestes três próximos anos, de algumas dessas devastadoras endemias.

Meus prezados amigos, meu cordial boa noite de despedida, com a certeza de que dentro em breve não terá mais atualidade a velha frase pessimista de que o Brasil é um vasto hospital”.

Sr. Presidente, lendo, como acabei de fazer, a palestra do Dr. Mário Pinotti, publicada no “O Jornal”, quis homenagear êsse grande sanitarista, que está prestando os maiores serviços ao Brasil.

O Sr. Lima Teixeira — Estou inteiramente solidário com as palavras de V. Exa. Realmente, o Dr. Mário Pinotti, além de ser sanitarista renomado, vem realizando obra administrativa no Ministério da Saúde merecedora dos melhores encômios.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Obrigado pelo aparte de Vossa Excelência, a voz serena da Bahia fazendo justiça a uma das mais altas figuras da ciência nacional.

Como ouvimos, há pouco, do eminente Senador Mourão Vieira, os serviços na Amazônia se estendem por toda aquela região, conseguindo os mais brilhantes resultados. Se isso acontece na imensa Amazônia, de tão difícil acesso, é evidente que o êxito será magnífico no resto do País, onde há melhores meios de comunicação.

Tudo leva a crer, portanto, que o Dr. Mário Pinotti realizará uma das mais gigantescas obras sanitárias já executadas no Brasil e

no mundo. A êle e aos seus colaboradores, as minhas homenagens.

O Sr. Mourão Vieira — Dá licença para outro aparte?

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Com muito prazer.

O Sr. Mourão Vieira — Desejo juntar, igualmente, as homenagens do Amazonas — através de sua Bancada, nesta Casa — ao grande sanitarista, com os nossos agradecimentos pelos grandes serviços prestados ao meu Estado, em prol da saúde dos meus conterrâneos.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Agradeço o aparte de V. Exa., que, consonando com as minhas palavras, significa o aprêço e o reconhecimento do Amazonas ao grande médico patricio, credor dos louvores e da admiração do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem. Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — Sendo evidente a falta de número para o prosseguimento dos trabalhos, vou encerrar a sessão.

Desígnio para amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Requerimento n.º 65, de 1958, do Sr. Senador Domingos Vellasco, solicitando a transcrição nos Anais de entrevista concedida pelo Embaixador Oswaldo Aranha ao vespertino “Última Hora”.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.

*Discurso pronunciado pelo
Exmo. Sr. Presidente da
República*

Esta cerimônia que nos congrega no predestinado planalto de

São Paulo assinala um grande marco da história do desenvolvimento econômico do Brasil: vivemos aqui hoje um espetáculo em condições de convencer a quaisquer cépticos que ainda teimem em descrever da capacidade construtiva do povo brasileiro, ou que possam duvidar da decisão do meu Governo de dar a tôdas as fontes de riqueza do País a propulsão que as necessidades do nosso povo reclamam.

No setor da indústria automobilística, a iniciativa privada está conhecendo um ritmo que é um dos fenômenos mais impressionantes da vida moderna do Brasil. Identificando hoje, aqui, o que de justiça toca à administração pública neste surpreendente conjunto de realizações positivas, emocionamente poder expressar que, se não podia fazer tudo, o Governo fez tudo o que estêve a seu alcance, com coragem e com senso realista, para que o País pudesse presenciar durante êste quinquênio o surto portentoso da indústria brasileira de automóveis.

O saldo concreto da ação governamental revela a execução de uma política firme e prática, a criação de estímulos e de incentivos à atividade particular, a orientação e o amparo ao esforço dos industriais e dos técnicos. Quem hoje une suas forças na indústria automobilística, como em tantos outros ramos da atividade brasileira, trabalha seguro de que não terá labor entravado por obstáculos meramente formalista. Essa política de desburocratização foi concebida e está sendo executada sem favoritismos e sem paroquialismos; a todos os interessados idôneos temos oferecido o mesmo esquema de subsídios e de incentivos assim como de todos, sem distinção, estamos exigindo o mesmo cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

Traçando êsse rápido retrospecto do papel que o Estado desempe-

nhou no lançamento da indústria automobilística no País, desejo afirmar que meu Governo não invade seara de outrem, nem colhe frutos de árvore alheia, quando reivindica os méritos da campanha pioneira cujos resultados estamos acumulando. Coube efetivamente a meu Governo propiciar as condições de que surgiu êsse conjunto, palpitante de energia, de fábricas de todos os tipos e de todos os tamanhos, que congregam seus esforços para que nas estradas do Brasil circulem automóveis brasileiros.

País de proporções continentais, o Brasil de há muito exigia medidas que o libertassem da tirania da importação de automóveis. O problema era imenso: atacamo-lo com a consciência de suas verdadeiras dimensões e, para solvê-lo, mobilizamos todos os técnicos e tôdas as organizações em condições de cooperar. Convocamos todos os interessados e a êles oferecemos, sem distinções, os estímulos mais amplos a seu trabalho, pela fixação de taxas favoráveis de conversão cambial, pela concessão de isenção de direitos e taxas aduaneiras para equipamentos e peças complementares e pela isenção de imposto de consumo para veículos produzidos. Promovemos incentivos de crédito pelo financiamento de ágios e por financiamentos a longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e, finalmente, concedemos estímulos comerciais, pela proteção fiscal ao produto nacional. Êsse conjunto de medidas foi a contrapartida prévia que o Governo facultou aos industriais que se submetessem a certas exigências de capitalização própria e de nacionalização gradativa dos veículos.

Organizado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística do Conselho do Desenvolvimento, dinamicamente presidido pelo Ministro Lúcio Meira, o Governo criou no espírito dos industriais e capi-

talistas a convicção de que o que prometera seria cumprido; e, findo o prazo inicialmente fixado, dezessete empresas das mais famosas no mundo inteiro já haviam tido seus projetos aprovados. Muitas dessas organizações estão hoje em pleno e ativo funcionamento: já se registraram 821 empresas fabricantes de peças e a meta inicial de produção será ultrapassada, pois cálculos conservadores estabelecem que em 1960 o Brasil estará produzindo cerca de duzentos mil veículos por ano, com uma integração nacional entre 90 e 95%.

Em 1956, o Brasil produziu 6.087 veículos, entre caminhões, jipes, camionetas e furgões, com a média de 40% de peças nacionais; em 1957 mais de 33.000 veículos foram produzidos no Brasil, com a média de 40 a 60% de peças nacionais — um aumento fenomenal de 500% sobre os índices do ano anterior. Em 1958 haveremos de produzir o que estava previsto apenas para 1960, ou seja, cerca de 100.000 veículos, com um custo de produção superior a 20 bilhões de cruzeiros e com um índice de nacionalização de 65 a 75%. As fábricas de peças, partes e acessórios crescem em número e em produção, multiplicam-se as forjas e as fundições, expandem-se as fábricas de material elétrico, surge a indústria especializada de aliagens ferroviárias, e com a produção automobilística teremos criado também todo um conjunto industrial moderno, de rendimento elevado e progresso duradouro.

Do que aqui indiquei, em rápido resumo, seja-me permitido concluir, sem falsa modéstia, que os números significativos dos resultados alcançados representam não apenas a vitória do esforço particular, mas, também, e principalmente, o desfêcho feliz da empenhada política oficial de estímulo e de assistência para a rápida e plena expansão da indústria privada. Foram as medidas decre-

tadas pelo Governo atual que propiciaram o surto que hoje estamos presenciando em numerosos setores do território brasileiro — fábricas que produzem peças, fábricas que montam veículos, fábricas que jogam nas ruas das cidades e nos caminhos do Interior os carros e os caminhões que são os agentes do progresso, da ação civilizadora e da unidade nacional.

Surto de produção que emancipará o Brasil de uma pesada porção da tirania cambial, surto de produção que aumentará o poder da nossa indústria e criará novas fontes de riqueza, aproximando e unindo as populações, principalmente neste instante em que estamos procedendo ao deslocamento do centro regulador da vida brasileira para as glebas do Brasil Central.

De nada valeria construir Brasília sem abrir estradas que a ligassem ao resto do País, mas de pouco valeria rasgar essas rodovias sem fabricar os automóveis e os caminhões que desempenharão papel dinâmico de elementos efetivos e permanentes de aproximação demográfica, social e cultural e de intercomunicação de riquezas. Como vêdes, o processo é um só, deriva de uma só idéia, de um tronco único brotam todos esses ramos conexos, entre os quais a indústria do automóvel brasileiro é elemento primordial.

O poderio criador de riqueza de fábricas como esta é uma demonstração de que já nos encontramos muito adiantados na estrada do pleno gozo das prerrogativas da maioridade industrial. Está próximo o dia em que poderemos exportar automóveis para os nossos vizinhos da América Latina, estabelecendo entre povos irmãos elos que resultarão no robustecimento do nosso Hemisfério.

Calcula-se em cinqüenta mil o número de jipes de que o Brasil necessita, anualmente, para a dinamização de sua vida no Inte-

rior. Somemos a isso a quantidade ilimitada de que teremos de lançar mão para as necessidades das populações do Brasil Central espalhadas na vasta área de seis milhões de quilômetros quadrados que efetivamente começaremos a incorporar ao País com a inauguração de Brasília. Nossas exigências internas determinarão que mantenhamos à risca a execução de nossas metas e que procuremos sempre ultrapassá-las, pela racionalização da indústria, por sua maior mecanização, pelo aperfeiçoamento do operário e pela redução dos custos. Pode o povo estar certo de que o Governo multiplicará seus esforços para que as novas metas sejam cumpridas e para que os clamores dos monumentos de progresso do Brasil sejam ouvidos e atendidos sem desfalecimentos nem obstáculos de qualquer natureza.

Desejo, agora, manifestar-vos, a todos quantos congregais esforços no gigantesco empreendimento cujo triunfo hoje compartilhamos, as expressões da minha profunda satisfação de brasileiro e de chefe do Governo, diante da inauguração desta fábrica de motor a gasolina com 83% de peças nacionais. Para que esse motor chegasse a tal índice de nacionalização, estão trabalhando em plano conjunto dezenas de empresas brasileiras, elo importantíssimo na cadeia de 350 fornecedores que trabalham com a "Willys-Overland do Brasil".

Em dois anos, até meados de 1960, estará a fábrica em condições de produzir um motor a gasolina inteiramente nacional: — creio desnecessário insistir na importância desse fato, que representará a emancipação brasileira em um setor até hoje onerosíssimo de nossa importação. Com o aumento da produção de jipes, que já atinge ao nível de mil carros mensais, o Brasil irá pouco a pouco cobrindo, com firmeza, o *deficit* que hoje se conhece, produto

que será mês a mês mais perfeito e mais eficiente e representará um impulso permanente a todos quantos necessitam da mecanização em suas atividades do campo e das cidades.

Aqui contamos e vamos contar com a experiência e a cooperação leal e decidida de técnicos e capitalistas norte-americanos que confiaram em nossa capacidade construtiva e reconhecem a decisão e o espírito de realização do Governo atual; a esses bons amigos, que estiveram e estão a nosso lado neste empreendimento, endereço os meus melhores agradecimentos pela colaboração irrestrita e pela atmosfera de confiança e de solidariedade que aqui criaram.

Mas não são menos calorosas as congratulações que dirijo aos brasileiros que conceberam, planejaram, e executaram, em tôdas as escalas da hierarquia, esta fábrica que é um orgulho legítimo da nossa organização econômica. Antes de tudo, esta casa é uma dádiva do povo brasileiro às gerações do futuro, um penhor de esforço e de dedicação, um baluarte da capacidade de construir e do desejo de vencer.

São Paulo mantém na Federação, com realizações deste porte, seu papel de líder e de precursor; em São Paulo estão sediadas 15 das 17 fábricas brasileiras de automóveis. Ao operoso povo paulista e aos trabalhadores de São Bernardo do Campo dirijo minhas saudações de brasileiro envaldecido dessa cruzada pioneira. Esta realização admirável revigora minha confiança no futuro de nossa terra e robustece minha convicção de que a gente que povoa o Brasil está perfeitamente à altura das tarefas que dela exige a natureza de prodígios que nos cerca, contraditoriamente salteada de grandezas e de obstáculos.

Falei no aperfeiçoamento do operário como um dos elementos de progresso da indústria nacional. É

com grande júbilo que posso assinalar a iniciativa de meu Governo de construir, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, e com a clarividente e moderna orientação do ministro Clóvis Salgado, uma Escola Técnica em São Bernardo do Campo, com capacidade para seiscentos alunos internos e dentro dos mais modernos requisitos da pedagogia e da arquitetura. Aqui, víveis trabalhadores de São Bernardo, num dos mais formidáveis parques industriais de nosso País, aqui tendes firmemente plantadas na terra as vossas raízes familiares; aqui vos dedicais ao trabalho num ritmo que enobrece e com um rendimento que causa admiração. Meu Governo vem agora ao encontro de vossa dedicação e do vosso empenho em servir ao Brasil, cogitando ativamente de preparar o futuro de vossos filhos e de vossos netos. No vasto plano federal de construção de núcleos escolares, esta Escola Técnica que estamos levantando em São Bernardo será um núcleo excepcional de adestramento e de preparo especializado; é uma garantia de que o esforço dos operários de hoje será continuado pela porfia e pela capacidade dos operários de amanhã. Não se louvará demais a cooperação que o Governo Federal está recebendo, para essa Escola, dos Governos do Estado de São Paulo e do Município de São Bernardo; cooperação leal e franca, que indica o alto grau de compreensão desse grupo de homens de boa vontade chamados a trabalhar em conjunto para o preparo das gerações do futuro.

Era isto o que tinha a dizer-vos: que meu Governo continua vigilante na política de criar, como pioneiro, as condições de expansão da indústria privada, base do desenvolvimento econômico; que não se consentirá que os entraves clássicos da burocracia retrógrada toham o passo dos empreiteiros de

iniciativas renovadoras e dinamizadoras da vida nacional; que todos os cometimentos idôneos e bem intencionados receberão assistência direta e contínua da administração; que não perderemos de vista, um minuto sequer, o ideal de promover por tôdas as formas o enriquecimento do País; que não esmoreceremos na campanha de formar novos núcleos de adestramento técnico para que o grande, o poderoso Brasil de amanhã disponha de homens à altura de suas exigências de Nação próspera e progressista.

A indústria automobilística, que hoje floresce auspiciosamente no Brasil, vem encontrar um campo propício em São Paulo, cujo parque industrial é uma base segura para os empreendimentos que o progresso de nossa Pátria está a exigir. São Paulo uma vez mais é pioneira. O espírito dos homens que forjaram a riqueza da terra bandeirante continua o mesmo, tanto nos que se dedicam à iniciativa privada como nos que militam na vida pública. A eles rendo aqui a minha homenagem, e muito especialmente ao Governador Jânio Quadros, que vejo, com alegria, integrado na mentalidade nova do Brasil. A sua ação administrativa, que visa sobretudo dotar S. Paulo de usinas elétricas, estradas e indústrias básicas, a fim de que o progresso dêste centro de trabalho que é orgulho do Brasil não venha a interromper-se perigosamente para o destino do País, revela o seu alto descortino e o conhecimento exato dos problemas que temos de enfrentar e resolver.

Esses são os caminhos que o meu Governo continuará seguindo, olhando sempre para a frente. Para que essa jornada se complete com triunfos e com realizações positivas, conto convosco, com todos os que aqui me rodeais, engenheiros e industriais, técnicos e trabalhadores, elementos de uma grande família unida e esperan-

çosa. Nossa jornada é próspera, se bem que difícil, mas as nossas metas encerram o futuro de nossa terra a cujo serviço não temos poupado nem pouparemos quaisquer energias nem nos esquivaremos a quaisquer sacrifícios.

Discurso do Ministro Lúcio Meira, Presidente do GEIA, na inauguração da primeira fábrica de motor a gasolina no Brasil

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Meus Senhores :

A solenidade a que estamos assistindo, transcende à rotina dos freqüentes atos inaugurais com que a indústria automobilística nacional vem marcando quotidianamente o seu progresso. O início da fabricação dos primeiros motores a gasolina no Brasil representa, sem dúvida, um marco significativo não só para a indústria automobilística, mas também para o desenvolvimento econômico do País. Até aqui, muito vinha progredindo a indústria brasileira de veículos automotores, numa demonstração eloqüente e indissimulável da capacidade de nossos técnicos e operários. Mas é evidente que a fabricação do motor, com a fundição do respectivo bloco, dá foros de cidadania à mais nova e promissora das indústrias nacionais.

Minha satisfação em presenciar esta cerimônia é facilmente compreensível, pois nada mais grato aos nossos sentimentos patrióticos de confiança no destino de nosso País do que ver agora concretizada uma aspiração, há longo tempo acalentada, de nossos anseios de progresso.

Desde os tempos da antiga Comissão de Desenvolvimento Industrial, em boa hora criada pelo saudoso Presidente Vargas, quando tive ocasião de promover os esforços pioneiros da "Subcomissão de Jipes, Caminhões, Tratores e Au-

tomóveis" sempre fui um entusiasta da indústria automobilística, pois acreditava que um País com o desenvolvimento industrial do Brasil poderia e deveria, até mesmo para manter este desenvolvimento, lançar-se na fabricação desse meio de transporte que é o automóvel.

Felizmente, em 1956, vimos ascender à direção do País um estadista que trazia não apenas uma plataforma política, mas todo um plano de Governo, cuidadosamente elaborado, visando à meta suprema da Nação, que é o seu desenvolvimento econômico. Nesse plano, não podia faltar, como de fato não faltou, o capítulo da indústria automobilística que, por agradável coincidência, fui chamado a executar. E como, há vários anos, sou um entusiasta dessa indústria, quando recebi do Presidente Juscelino Kubitschek a determinação de planejar as bases para a sua implantação em nosso País, no exíguo prazo de trinta dias, senti, com absoluta confiança, que não precisaria de mais tempo para fazê-lo. E com efeito, antes de um mês estava projetada a criação do GEIA — Grupo Executivo da Indústria Automobilística — ao qual devemos o milagre de, em menos de um ano, haveremos passado da simples condição de importadores de veículos, para a de produtores e, eventualmente, de exportadores de caminhões, camionetas, jipes e automóveis que vão saindo, cada vez em maior número, e com taxas crescentes de nacionalização, das fábricas que se localizam preponderantemente neste magnífico centro manufatureiro que é São Paulo, orgulho de todo o Brasil.

A qualquer observador de nossos problemas de base, não poderá passar despercebido o que a indústria automobilística representa de avanço decisivo em nossa evolução industrial. Para acentuar sua importância, bastaria lembrar que o surto de transporte rodoviário

impulsionado vigorosamente desde o fim da última Grande Guerra, só se manteria em ritmo acelerado se pudéssemos assegurar em bases sólidas, o advento da grande indústria nacional de auto-veículos, simultaneamente com a rede federal existente e com a melhoria das vias entregues ao tráfego por meio de grandioso programa de pavimentação de estradas. Fabricando o Brasil caminhões, camionetas, jipes, ônibus, automóveis, na escala reclamada pelo mercado nacional, não há dúvida que será quebrado o isolamento das ilhas geoeconômicas disseminadas na vastidão do nosso território, ensejando-se assim a exploração intensiva dos recursos naturais do País. Dentro desse esquema, os transportes revolucionarão o Brasil, iniciando-se um novo ciclo de nossa economia.

Considere-se, também, para ressaltar ainda mais a significação da rápida instituição da nossa indústria de auto-veículos, o fato, sem dúvida inquietante, de não permitirem as condições do nosso balanço de pagamentos a reserva de uma quota de divisas para a importação de veículos, peças e acessórios, compatível com as necessidades de renovação e expansão da frota de que dispomos. Malgrado a compressão das importações de automóveis, foram gastos no período de 1950-1956, 132 milhões de dólares anualmente, ônus insuportável para o nosso balanço de pagamentos. Tal impossibilidade criava, nesse terreno, perspectivas de conseqüências imprevisíveis e poderia, eventualmente, comprometer, ou pelo menos tornar injustificáveis os planos rodoviários do Governo. Porque, não tenhamos dúvida: sem produzirmos no Brasil os meios básicos de transporte de que carecemos, sujeitando-nos a importá-los em condições cada vez mais adversas, difícil, senão impossível, será assegurarmos a eficiente circulação das nossas riquezas, como

o exigem os mais altos interesses da economia nacional.

Por isso, o Ministério da Viação tudo tem feito no sentido de criar transportes para o Desenvolvimento Econômico do Brasil, isto é, transportes abundantes, eficientes e econômicos, fabricados com nossos próprios recursos. No caso da indústria automobilística, os efeitos serão imediatos e decisivos, não só para o crucial equilíbrio do balanço de pagamentos como também para a criação interna de trabalho e riqueza.

Onde quer que se implante, enseja sempre a indústria automobilística um surto de progresso por assim dizer ilimitado. Indústria de integração por excelência, seus efeitos promocionais suplantam os de qualquer outro empreendimento industrial. Serviços e atividades da mais variada natureza, florescem à sua sombra. Postos de gasolina, garagens, oficinas mecânicas, comércio de peças e veículos, manufaturas — como a do aço, do vidro — tudo viceja em torno dessa indústria que parece comportar em seu bôjo tôdas as técnicas do nosso tempo. Em função dela outras indústrias, leves ou pesadas, irão sendo criadas ou se ampliarão. Novas realizações, como a de mais estradas e melhores estradas, mais hotéis, mais estabelecimentos comerciais, mais postos de serviços, para só citar estas, resultam, imperiosamente, da indústria de auto-veículos. Com ela surgem mais oportunidades e mais empregos para todos, tornando-se crescentes as exigências de mais engenheiros, mais mecânicos, mais eletricitistas, mais choferes, mais técnicos e profissionais de tôdas as categorias.

Identificada com o programa do Governo, e colaborando convosco no esforço de dar veículos brasileiros para o Brasil, está a Willys-Overland oferecendo ao País contribuição das mais valiosas. Quase integralmente nacional, o primei-

ro motor a gasolina, aqui fabricado, apresenta desde logo um índice de nacionalização de cerca de 80%. Com seis cilindros em F e potência máxima de 90 HP a 4.200 RPM, êste motor é bem um atestado não só da confiança dos empreendedores particulares na ação do Governo no setor da indústria automobilística, mas também, da capacidade do operário brasileiro, que rapidamente apreende as técnicas mais especializadas.

A capacidade da nova fábrica de motores será inicialmente de 40 mil unidades por ano, em dois turnos de trabalho, mas desde já prenuncio que ela terá de ser duplicada em breve tempo, para atender a uma produção de cerca de 60.000 unidades que se estima necessária em 1960. E confio na demonstrada capacidade de realização dos dirigentes dêste magnífico empreendimento para que redobrem seus esforços e correspondam uma vez mais às metas traçadas pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

Diante dêste admirável espetáculo, de indiscutível progresso econômico e tecnológico, a ocasião parece oportuna para dar resposta a indagações dos impenitentes negativistas da capacidade de realização do nosso povo. Antes da instalação do GEIA, os cétricos não acreditavam que se pudesse lançar no Brasil, em bases sólidas, a indústria automobilística. Hoje, muitos se espantam e temem a sua afirmação e o seu crescimento, de que a solenidade desta data é uma demonstração insofismável. E como se o nosso parque industrial não tivesse capacidade para resolvê-los, inventam-se, então, os mais diversos problemas: não estaremos fabricando demais? Como solucionar o problema das matérias-primas? E a questão da mão-de-obra especializada, como resolvê-la? Esquecem-se êsses incorrigíveis pessimistas que não há problemas insolúveis para uma eco-

nomia em crescimento, como é a brasileira nesta metade do século XX. De resto, a inauguração que neste instante estamos realizando é o mais cabal e eloqüente desmentido que se poderia dar aos negativistas de tôdas as idades que, talvez por um complexo colonial, não aprenderam ainda a ter confiança no Brasil e nos destinos que lhe estão reservados no mundo.

Não se preocupem os pessimistas se viermos a fabricar mais do que precisamos, pois aí, estará precisamente mais uma fonte de divisas para o nosso País. Sômente esta fábrica que hoje inauguramos já recebeu pedidos para mais de 2.500 unidades no primeiro ano de exportação, devendo êsse número ser aumentado logo a seguir. O Uruguai, o Chile, a Bolívia, o Paraguai, o Peru, e o Equador, estão interessados na importação de jipes brasileiros e acreditamos que outros mercados se abrirão ao Brasil, depois de iniciado o plano, aumentando o volume das exportações. Criar-se-á, assim, novas fontes de receita de divisas para o fundamental equilíbrio do nosso balanço de pagamentos. As exportações de auto-veículo além de contribuir para êsse equilíbrio, concorrerão para o desenvolvimento da própria indústria automobilística, de vez que a receita cambial produzida pela exportação de um jipe permitirá a importação das partes ainda não nacionalizadas, relativas a três outros. E assim a indústria automobilística, com a sua função pioneira, estará ajudando o desenvolvimento econômico do Brasil.

Faltarâ matéria-prima, ou seja borracha especificamente? Nós a fabricaremos sinteticamente e a extrairemos dos nossos seringais, e, de qualquer maneira, teremos borracha a tempo e em quantidade suficiente.

Que poderá faltar ainda? Técnicos? Mão-de-obra especializada? As próprias fábricas, atentas ao problema, estão cuidando de sua

solução, seja através da assistência técnica estrangeira, seja mediante o aprimoramento da nossa mão-de-obra em estágio no exterior ou em aprendizagem no próprio trabalho. Mas a melhor resposta a esta indagação inconsistente e impatriótica está neste pujante parque industrial de São Paulo sempre em insopitável crescimento.

O dia de hoje, portanto, deve ser de congratulações e de regozijo geral para os brasileiros. Estamos todos de parabéns porque o Brasil é que acaba de vencer mais uma etapa decisiva no caminho de seu progresso técnico e industrial e em consequência, de sua definitiva emancipação econômica. Como Ministro da Viação e Presidente do GEIA, quero congratular-me, em primeiro lugar, com o Presidente Juscelino Kubitschek, pelo inegável acerto de sua clarividente política relativa à indústria automobilística, colocando o Estado na posição de incentivador e coordenador das providências legais e administrativas e deixando à iniciativa privada a tarefa de construir os veículos reclamados pela nossa economia em expansão; com os Diretores da Willys-Overland, pelo magnífico trabalho realizado, que tornou possível a inauguração tão auspiciosa desta data; e finalmente com os técnicos e operários que labutam nesta admirável oficina de trabalho, e que com a sua capacidade e o seu esforço, construíram o primeiro motor a gasolina fabricado no País, fato que terá, na história do nosso desenvolvimento econômico, significação bem maior do que à primeira vista se poderá imaginar, e que poderá ser comparado à fundação do primeiro engenho, da primeira usina, do primeiro tear, do primeiro alto-forno com que nossos antepassados foram balizando o caminho percorrido, rumo à posição que o Brasil hoje ocupa, como nação civilizada e independente.

*Discurso proferido pelo Senhor
Antônio Sylvio Cunha Bueno,
Diretor*

É fácil avallar — Excelentíssimo Senhor Presidente da República e Excelentíssimas Autoridades — o júbilo com que a Willys-Overland do Brasil S. A. integra, em nosso parque manufatureiro, estas instalações que são, no seu tipo, a primeira fábrica de motores a gasolina do País.

Mais do que nossa, é obra da coletividade, e fruto esplêndido da conjugação de esforços do poder público e da iniciativa particular, orientados na conquista de um objetivo que não se limita ao campo tecnológico, mas tem reflexos profundos em toda estrutura da economia brasileira.

A inauguração de hoje, prestigiada com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente Juscelino Kubitschek, do Governador Jânio Quadros, do Eminentíssimo Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, de Senhores Embaixadores, de Ministros da República, de Governadores de Estados e Territórios, de nobres Senadores e Deputados, de Prefeitos e Vereadores, de tantas outras altas autoridades e tão ilustres homens públicos e líderes das atividades privadas, vindos desde o Amapá até o Rio Grande do Sul — em inequívoca mostra de confraternização e unidade nacional — constancia o resultado de cerca de vinte anos de intensa atividade do grupo de trabalho reunido nesta casa, para dar jipes brasileiros ao Brasil.

Em 30 de julho de 1956 tivemos aprovado pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) os planos de produção.

Um ano e meio depois, podemos transpor uma etapa fundamental do desenvolvimento das atividades da nossa empresa e considerar definitivamente consolidada a tarefa, que nos propusemos, de dar ao Brasil veículos motoriza-

dos de tipo utilitário, de grande versatilidade, de características mundialmente conhecidas, chamados a desempenhar papel relevante no desenvolvimento econômico do País.

Em 18 meses, meus Senhores, erigimos este núcleo industrial em São Bernardo do Campo: aí estão moderna fábrica de motores a gasolina, estamperia, linhas de montagem, escola de treinamento de pessoal, além de serviços auxiliares indispensáveis. Ao lado desse conjunto de oficinas, em função da industrialização de automóveis no País, contamos ainda em Taubaté com uma das maiores e mais modernas fundições da América do Sul, onde se obtêm os fundidos brutos aqui usinados, na proporção inicial de 74% em peso, do motor do jipe Willys.

Essa porcentagem elevada de nacionalização é acrescida com o recebimento de peças importadas em bruto, que aqui usinamos. É o primeiro resultado da tarefa de enorme complexidade técnica a que nos lançamos, incentivados pela firmeza de propósitos e pela orientação segura do Governo Federal, o qual, no setor da fabricação de veículos motorizados, vem realizando obra que assegura à atual Administração da República, posição de destaque no desenvolvimento econômico do País.

O conjunto industrial ora completado com a inauguração oficial da fábrica de motores, cobrindo área superior a meio alqueire paulista, com capacidade para produção anual de 20.000 motores, em um só turno de oito horas diárias, é bem um exemplo do quanto pode realizar a iniciativa particular, quando não lhe falta a assistência governamental, o apoio do público e a cooperação técnica de países amigos. A alguém que ainda duvidasse da capacidade do livre empreendimento entre nós, lembraríamos ser inteiramente de origem particular o capital investido nesta obra. E para aquilatar do coe-

ficiente nacional da empresa, saiba-se que mais de 50% das ações se encontram em mãos brasileiras: não concentradas em poder de poucos, mas, ao contrário, distribuídas entre mais de 12.000 portadores, espalhados de Norte a Sul, de Leste a Oeste, em cerca de 500 Municípios de todos os Estados e Territórios.

Nossa fábrica é bem um exemplo de empresa aberta à participação do povo com seus milhares de acionistas, totalizando a soma aproximada de trezentos milhões de cruzeiros.

Nossa Companhia representa expressivo marco no desenvolvimento do mercado brasileiro de capitais.

É necessário que todos atentem para este fato: só conseguiremos atingir as metas programadas para o desenvolvimento industrial, quando todos nos capacitarmos de que isto só será possível com o concurso dos capitais particulares.

Sem a participação do povo na formação de grandes empresas, sem o investimento particular no setor industrial, não alcançaremos nossa independência econômica.

O espetacular desenvolvimento da vida econômica dos Estados Unidos, por exemplo, só se torna compreensível ao analisarmos em conjunto o fenômeno dos investimentos particulares; vemos então onde e como conseguem os recursos financeiros para os grandes empreendimentos.

As empresas de investimentos, especializadas em carrear a poupança popular para as grandes realizações produtivas, terão entre nós importância singular.

Nossa intenção é a de que o povo participe de um seguro investimento e da batalha pela emancipação econômica do Brasil.

Dêse esforço gigantesco — equipamentos, ferramentas, especialistas, e quase cinco milhões de dólares investidos pela Willys Motors, Inc., surgiu, cercada pelo estímulo governamental e ampara-

da pela inestimável contribuição material e moral do povo brasileiro, a fábrica que agora se mostra oficialmente.

Não foi somente a realização de um programa industrial o que tivemos em consideração, ao enfrentar o empreendimento responsável por milhares de auto-veículos em trânsito nas estradas brasileiras.

Havia e há algo mais do que a tarefa material de construir edifícios, equipá-los com maquinaria adequada e manufaturar jipes, camionetas rurais, ambulâncias, carros-bombeiros, e implementos agrícolas.

Voltando os olhos para a imensidão do País, assinalamos regiões que já atingiram apreciável etapa de desenvolvimento mas que permanecem insuladas pela deficiência de comunicação e transporte.

O traço de união entre essas ilhas geo-econômicas reclama, para se tornar efetivo, para integrar em uma só comunidade todo o País, o estabelecimento de facilidades de transporte não atingível sem a produção nacional de veículos.

Precisamos rasgar novos horizontes dentro da própria Pátria.

Precisamos integrar regiões imensas à área social, econômica e humana.

Precisamos romper serras e transpôr vales, numa ciclópica "bandeira", que não pode prescindir de meios de transporte capazes de vencer as asperezas da hinterlândia brasileira.

Precisamos assegurar o estreitamento dos elos municipais em qual se três mil comunas do País, através da garantia da possibilidade de intercâmbio permanente entre cidades e vilas, distritos e propriedades rurais, fazendas e sítios, a tôdas as horas do dia, em todos os dias do ano. Essa é a tarefa do jipe.

Ao lado do transporte capaz de superar quaisquer caminhos, é o elemento básico da mecanização agrícola, o instrumento de trabalho que multiplicará a produtivi-

dade do braço humano, que dará um impulso até agora desconhecido ao ritmo de progresso do interior brasileiro.

Em 1982, a população do Brasil deverá atingir, aproximadamente, 110 milhões de habitantes, ou seja, um aumento de 85% sobre a população atual.

Vinte e cinco anos pode parecer largo espaço de tempo.

Entretanto, na história da Wills-Overland do Brasil S. A., será breve período, durante o qual tanto poderemos crescer com o País, como deixar de acompanhar o seu portentoso progresso, dependendo apenas da maneira com que as nossas atividades forem orientadas.

Para nossa Companhia expandir-se, no Brasil de amanhã, deverá estabelecer uma clara definição de seus propósitos e o que fará para atingi-los.

Acreditamos possuir os homens, a capacidade, a determinação e a inspiração necessária para cumprir os objetivos a que nos propomos.

Do ponto de vista econômico, o Brasil encontra-se no limiar de um ciclo de grande e profundo desenvolvimento.

Em consequência do sensível aumento do poder aquisitivo, o jipe se tornará, cada vez mais, o meio generalizado de transporte para a lavoura, no interior.

Não há substituto para esse imenso mercado, quer em solidez, quer em crescimento potencial.

Entretanto, somente atingiremos esse objetivo, na escala desejada, se operarmos com programas de fabricação tão amplos e eficientes que nos permitam produzir o jipe ao mais baixo custo possível.

Por outro lado, estamos certos de que planos governamentais de amparo à lavoura virão estabelecer métodos eficazes de financiamento para o lavrador.

Produzido em quantidades suficientes, o jipe alargará as fronteiras econômicas do nosso País.

A implantação da indústria automobilística do Brasil não é, assim, apenas uma face do desenvolvimento industrial, apenas a instalação de novas fábricas capazes de produzir bens até hoje não manufaturados no País.

Numa nação em fase de expansão como a nossa, em centenas de outros setores de atividade, há campo extenso para os empreendedores particulares, muitos deles sem oferecer a complexidade e exigir os esforços que a produção de veículos motorizados envolve.

Mas, acima da superação de obstáculos técnicos e da tarefa árdua de conquistar uma experiência industrial que nos faltava completamente, sempre tivemos em consideração o fato de que, nos dias que correm, nenhum país pode dispensar suprimentos regulares e crescentes de instrumentos de trabalho capazes de ampliar consideravelmente o alcance e a produtividade do esforço humano.

Um país sem motores, sem veículos, incapaz de suprir regularmente as suas próprias necessidades de transporte sobre pneumáticos, incapaz até mesmo de consumir em suas próprias máquinas o petróleo que começa a jorrar do seu subsolo seria uma nação hemiplégica, destinada a arrastar-se na esteira dos países industrializados.

Mas o Brasil venceu essa barreira de motorização.

Assinalamos aqui marco decisivo na luta pela suplantação da era de tropas arreadas, do carro de bois, entregando à coletividade um potencial de forças que será uma nova fonte de energia, compacta, móvel, versátil, pronta para ser aplicada onde melhor puder servir ao nosso desenvolvimento econômico.

Com 20.000 motores a gasolina por ano, lançaremos no mercado brasileiro quase dois milhões de cavalos de força mecânica.

Somado o esforço de todos os demais produtores, que igualmente se dedicam com afinco à tarefa de oferecer adequado suprimento de auto-veículos de todos os tipos ao mercado brasileiro, teremos, a partir de agora, anualmente, muitas dezenas de milhões de cavalos de força postos a serviço da economia nacional. Em sua maior parte consumindo gasolina refinada no próprio País, e, em breve, aqui produzida de petróleo cem por cento brasileiro.

A indústria de automóveis não se limita às diversas fábricas iguais a esta.

Centenas e centenas de outros estabelecimentos industriais, em todos os recantos do Brasil, estão cooperando para produzir veículos automóveis.

Manufaturas de peças, e componentes aos milhares, se articulam num esforço conjunto jamais tentado em nossa terra para tornar possível a atividade das linhas de montagem.

Milhares, dezenas de milhares de operários especializados, em centenas de fábricas, trabalham sob programas cuidadosamente estabelecidos, obedientes a especificações técnicas das mais rígidas, atentos às exigências de qualidades pouco comuns até agora, para nos proporcionar a retaguarda sem a qual não seria viável a fabricação de veículos progressivamente nacionalizados, que em 1.º de Julho de 1960 serão de 95% brasileiros.

E numa segunda linha, por sua vez suprindo as fábricas de peças e componentes, temos os produtores de materiais básicos, os que fornecem o ferro, os aços especiais, a borracha, os plásticos, os vidros, as tintas, a infinidade de matérias-primas que devem sofrer complexos processos de transformação industrial para passar a integrar os veículos motorizados que estamos produzindo.

É assim, todo um parque industrial que se mobiliza, que se estende desde as atividades da in-

dústria extrativa mineral até a indústria pesada de transformação.

E como se não bastasse, temos os incontáveis postos de serviço e de reparação, oficinas espalhadas por todo o País, distribuidores, agentes, formando uma legião empenhada em atividades novas ou consideravelmente desenvolvidas pela implantação da indústria nacional de veículos a motor.

Fazemos parte desse exército da produção nacional, que abre uma frente nova de trabalho e de riqueza no País; sentimo-nos confortados pela compreensão, pela simpatia, pelo caloroso acolhimento recebido.

Diante desse panorama, não é exagero afirmar que a implantação da indústria automobilística vem operando no Brasil autêntica revolução industrial.

Dentre outras perspectivas imediatas proporcionadas pelo corajoso plano, convém recordar a previsão esplêndida do ilustre Ministro Lúcio Meira, ao asseverar que até 1961 estará o País produzindo "cerca de 130.000 unidades, entre caminhões, jipes, camionetas e automóveis", o que corresponderá a um faturamento aproximado de 30 bilhões de cruzeiros, anualmente".

Não é preciso acentuar o que representam essas cifras num esquema de economia de divisas, sem considerar a substancial contribuição que esse novo parque industrial representa para os cofres públicos da União, Estados e Municípios.

Entre o término da II Guerra Mundial e a instituição do "Plano Nacional da Indústria Automobilística", empregou o Brasil, somente com a importação de produtos da Willys-Overland, aproximadamente quarenta milhões de dólares em divisas.

De acordo com o nosso programa de fabricação, enquadrado neste plano, e aprovado pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) — o Brasil produ-

zirá, nos três primeiros anos, pela metade desse custo em dólares, aproximadamente a mesma quantidade em jipes Willys obtida em toda a década precedente.

Para que se tenha uma idéia do aumento de produção da nossa fábrica, basta afirmar que da nossa linha de montagem em 1956, saíram 1.314 veículos; em 1957, 9.067 veículos, e em 1958, nossa estimativa alcança a cifra ponderável de 13.091 veículos.

A quanto atingirá a economia de divisas com o desenvolvimento do nosso plano industrial?

A partir de 1 de julho de 1959, a porcentagem de componentes nacionais do jipe Willys se tornará tão elevada, que o dispêndio de dólares para a importação de partes complementares ficará restrito a cifras pouco expressivas, tornando-se praticamente nulo ao redor de 1960-61.

Esperamos, em 1961 — portanto dentro de menos de três anos e meio — produzir um mínimo de 20.000 jipes Willys para atender às necessidades do País.

Considerando-se as estimativas anteriores teremos, neste ano, satisfeito a demanda de jipe Willys e poupado ao País, simultaneamente, o dispêndio do vultoso orçamento de divisas.

Os horizontes, entretanto, são amplos, Excelentíssimo Senhor Presidente Juscelino Kubitschek.

Graças ao magnífico programa de implantação da indústria automobilística, idealizado e executado pelo Governo da República, a Willys-Overland do Brasil S. A., os empreendedores paulistas, os acionistas brasileiros, a experiência alienígena, os pioneiros das indústrias auxiliares, o suor e a fé do trabalhador nacional consolidaram a obra que hoje se instala perante esta imponente assembléa que conta com o prestígio da presença de representantes de 20 Estados e 4 Territórios, em que se confundem governantes, empresários e operários.

Mas não se detém aqui.

Nosso passo seguinte, Senhor Presidente, é a estampanaria e a fábrica de transmissões e diferenciais, cujas fundações lançaremos no próximo mês, neste mesmo sítio, de tal maneira que, no primeiro semestre de 1958, teremos eliminada a importação dessas peças.

A estampanaria é dividida em duas partes: a primeira está compreendida na atual extensão da linha de montagem, como os senhores viram pela construção que está sendo feita.

As grandes prensas para esta parte estão presentemente em Santos e o restante sendo embarcado na América do Norte.

Isto e mais a fábrica de motores, permitirão a nacionalização de mais de 75% do jipe Willys, em julho.

A segunda estampanaria, que está sendo investida pela Willys Motors, Inc. num valor de aproximadamente três milhões de dólares, ocupará um novo edifício para o qual pretendemos iniciar trabalhos de fundação no próximo mês.

Esta será a maior estampanaria da América Latina.

A poucas centenas de metros deste local, neste mesmo conjunto, iniciaremos as fundações no próximo mês, da primeira fábrica no Brasil, de transmissões e diferenciais, totalmente integralizada.

A maquinaria e equipamento serão constituídos de duas partes.

Já adquirimos no Brasil e presentemente possuímos maquinaria e equipamento para esta fábrica num valor de 125 milhões de cruzeiros.

A segunda parte, isto é, o restante de aproximadamente dois milhões e trezentos mil dólares, está adquirida no exterior.

Pretendemos ir mais adiante, servindo à economia nacional através de um plano de exportação de jipes para a América Latina.

O Brasil necessita de produtos de muitos outros países — o trigo

e a lã, do Uruguai e outras fontes; o nitrato e o cobre do Chile, e também uma variedade de outros bens originários de países vizinhos, não citando produtos de plagas mais distantes, às quais também poderemos vender os veículos desta fábrica.

Este plano representa uma fonte de divisas cambiais, porque de um lado importação — temos o custo dos componentes importados, e do outro — exportação — este mesmo custo acrescido do valor dos produtos nacionais e de sua mão-de-obra correspondente.

Esta empresa entrará, assim, numa fase de autofornecimento de divisas indispensáveis ao aumento da produção reclamada atualmente pelo mercado brasileiro.

A sabedoria do nosso Governo, tornando exequível esse projeto, assegurará adequado abastecimento do mercado nacional, como resultante direta do aumento de divisas, mesmo enquanto não atingirmos a última etapa da nacionalização.

Senhor Ministro Lúcio Meira: A Vossa Excelência, que teve o privilégio de vislumbrar, há mais de dez anos, os passos inevitáveis que a Pátria daria na marcha da sua mais completa e total emancipação econômica, por tudo o que tem realizado em prol da implantação da indústria automobilística brasileira, as homenagens da Diretoria, dos Acionistas e dos colaboradores da Willys-Overland do Brasil S. A., que são, na realidade, as homenagens de homens que lutam pelo Brasil de amanhã.

A presença do criador e incentivador da indústria automobilística brasileira, não é, certamente, ato de mera rotina e oficialismo. Traduz, antes e principalmente a reafirmação pública e irrecusável do propósito presidencial de prosseguir em sua patriótica e corajosa política de libertar o Brasil dos malefícios do subdesenvolvimento, que, em muitos setores, ainda o maisnam.

Na pessoa de Vossa Excelência, Senhor Presidente, expresso agradecimentos a quantos nos honram com seu comparecimento.

Confiamos em que não poderíamos corresponder melhor ao apoio, descortino e incentivo de Vossa Excelência, senão revelando o que fizemos e o que faremos.

Não por nós, Senhor Presidente e meus Senhores, mas, sob bênçãos de Deus, pelo Brasil.

Discurso pronunciado pelo Sr. Senador Assis Chateaubriand, na sessão de 23 de setembro de 1957, que seria publicado posteriormente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND

— Bismark, Sr. Presidente, procurou sempre compensar a notória incapacidade política da Alemanha do seu tempo, chamando a atenção do povo do I Reich para a preponderância que nêle tinha a política externa sôbre a outra interna. Possuía o Chanceler germânico uma visão muito clara dos imponderáveis da ação internacional, a qual envolve aquelas surpresas das situações cheias de embaraços e complexidade.

Nossa consciência popular e tampouco a da chamada elite política, não têm a menor idéia do que seja um itinerário de política internacional. Tomam os piores demagogos conta delas; e, como são os marxistas, que fazem e desfazem a opinião pública entre nós, advogam êles rumos que encarnam interesses hostis ao Brasil. A política externa costuma ser, hoje em dia, uma linha de conduta com um só interesse, que é o interesse nacional. Procuram hoje os partidos políticos, dentro e fora do Congresso atuar em oposição a êsse interesse, desenvolvendo e avivando linhas de atividades hostis, principalmente àqueles povos dos quais depende a nossa segurança e o nosso bem-estar.

Haverá maior perigo para o sistema econômico desta terra do que

o soçôbro dos Estados Unidos? Se desaparecesse amanhã a União Americana, como expressão de riqueza, quem poderia substituí-la como consumidor do café do Brasil? E, entretanto, a crítica política aqui é o que poderá haver de destrutiva da amizade americano-brasileira.

Situação da política externa

Logo, na política externa, não podem militar interesses antagônicos, até porque o nacional é um só, e sem maiores modalidades para interpretá-lo.

Com tôdas as suas imperfeições e limitações, é no sistema pan-americano que é possível a um Estado do hemisfério viver. Entre um Estado e os outros Estados, o organismo que lhe regulou a convivência, é o que resultou através de acordos e de conferências, em instrumento de coordenação para ditar as duas idéias, de responsabilidade e de vigilância. A justiça será o ideal da nossa existência no quadro das outras nações — mas a justiça sem detrimento da liberdade, a justiça como fator de ordem internacional. Nada ganharemos, tentando sair do sistema pan-americano. É dentro dêle que podemos polir os nossos conceitos de coexistência pacífica.

Neste País, podemos dividir os que se propõem orientar as nossas formas de vivência, no quadro externo, segundo a maneira pela qual Saint' Beuve dividia os escritores: aquêles que agitam o mundo e aquêles que o civilizam. Queremos conviver com os que civilizam o nosso planêta, e não com aquêles que sômente se dão à valdade de agitá-lo.

Golpes e desconfianças

Se perguntássemos a um brasileiro de médiano senso, qual o bloco internacional a que pertence o Brasil, êle não saberia responder. Ao cabo de duas guerras, o processo dêste País no campo exte-

rior, não chega a ser uma política (o que traduz continuidade) mas toda uma série de golpes e de aventuras. Tendo saído de uma guerra, onde jogou o próprio destino no seio de uma aliança afinal vitoriosa, era de supor que a sua sorte, a insistissem em jogá-la os brasileiros, no mesmo quadro onde jogamos de 40 a 45. O primeiro lugar na América Latina seria nosso, desde que tivéssemos senso crítico para ter confiança nos aliados da véspera, e enxergar onde residem os nossos maiores interesses, que se encontram no seio das combinações deles.

Tão logo emergimos da luta, se evidenciou que aqui nos obstinávamos em manter, com os nossos aliados dos dois conflitos mundiais, reservas e desconfianças, que nenhum ato das suas autoridades a nosso respeito, justificava ou justifica. Uma análise compreensiva da nossa conduta não encontra o que quer que seja que absolva a atitude deste País, quando os Estados Unidos se dispuseram a entregar, mediante uma convenção de rotina, mais de 50 milhões de dólares de equipamento para o nosso Exército.

O jogo da guerra e não da paz, aqui se tenta fazer, quando se pregam o isolamento e a neutralidade. O Brasil é impotente para, na hipótese de uma guerra, manter qualquer linha de neutralidade. Tal ficou provado, tanto na primeira como na segunda guerra deste século. Dizia-me o historiador Sr. Hélio Lobo, em 1915 :

— “Não nutro ilusões. O Brasil jamais entrará na guerra, malgrado os esforços da Liga dos Aliados, de Ruy Barbosa, Pedro Lessa e outros francófilos. Ninguém alimenta maiores simpatias pela França e pela Inglaterra, do que o Presidente Wenceslau Braz. Mas também ninguém é mais pacifista do que ele. É pela neutralidade a todo transe, a posição do seu Governo”.

Vargas e a guerra

Não foram porém os acontecimentos maiores que a vontade inflexível do antigo presidente? Mercúrio não era um Deus que ele permitisse forjar debaixo da autoridade do seu Governo. Entretanto em 1917, Mercúrio estava em armas contra as potências da Europa Central. A amplitude da agressão transbordara da Europa sobre a América. A campanha naval submarina afinal, nos envolvera ao ponto de despedaçar a decisão inabalável do neutralista Wenceslau Braz.

Outro tanto sucederia em 1941. Era uma obsessão em Vargas, furtar-se à guerra e suas consequências. Tinha ele uma razão fundamental para subtrair o Brasil a toda hipótese de aliança com a Inglaterra, a França, e, posteriormente, com os Estados Unidos; o regime autoritário que proclamara aqui. Era certo, mais que certo que, derrubado o totalitarismo do Eixo, no dia seguinte caíria o autoritarismo de Itu. Como é então que Vargas poderia desmembrar-se lá fora, de uma ordem de coisas que era a razão da sua sobrevivência aqui dentro? E foi o que ele fez. Lutou até o último momento, para afastar o Brasil da sua situação natural, com os Estados Unidos e a Inglaterra. Dêsse modo, mas já em plena guerra, de posições tomadas em função da nossa política externa de segurança atlântica, o Ministério do Exterior marchava em pleno “fog” — Góes Monteiro era carne, e Oswaldo Aranha era peixe.

Que é que o Brasil pode fazer, vivendo excêntrico, absurdamente excêntrico, fora do âmbito dos Estados Unidos? Haveria uma certa lógica, um país pretendendo viver fora da órbita americana, mas também dela não querendo saber, alheando-se dos seus problemas, da sua estrutura, em uma linha severa de auto neutralização. Mas isso aqui não acontece. Nós não que-

remos perder a cabeça de ponte de Washington. A todo instante nos estamos voltando para o State Department. Não sabemos resolver nossos problemas, por modo nenhum, sem os bancos americanos, que são na realidade controlados pelo Governo. Temos aqui uma atmosfera viciada pelo superconsumo do que é supérfluo. E porque não sabemos poupar senão gastar, somente gastar, quando projetamos uma obra de maior vulto, logo nos lembramos de Washington, seu apoio, seus bancos, seu financiamento.

Envenenamento da aliança americana

Mas nossa força, não direi de destruição, mas de envenenamento da aliança americana, se reflete nas menores coisas, inclusive no Banco do Brasil oferecendo taxas de câmbio de custo a parlamentares desocupados, federais e estaduais, que se dirigem a Moscou, a fim de tomar parte em festivais de propaganda do regime vermelho. Que significam estes inquéritos, que os partidos democráticos têm permitido contra companhias americanas e inglesas, todos de iniciativa cripto-comunista, numa constante tentativa para desmoralizar os investimentos dos Estados Unidos, na América Latina? Jamais foi o comunismo tão ativo, tão militante e tão bem sucedido no Brasil, do que agora, quando ele, não tendo Deputados e Senadores do partido nas assembleias legislativas, todavia possui dentro delas, a rôdo, por medo e covardia, fantoches e serviçais!

No leme desse barco fantasma, que leva dentro dêle o Brasil para lançá-lo contra os bancos de areia de uma estéril política de Governo se encontram os líderes de todos os partidos, por omissão ou ação. A oposição da UDN, pior do que o PSD e o PR, tem dentro da sua estrutura, os elementos mais assustadores de obscurantismo e de re-

trocesso da atualidade partidária brasileira.

As ignóbeis comissões de inquérito contra empresas britânicas, holandesas e americanas, incorporadas ao nosso trabalho, traduzem os golpes traiçoeiros e alarves, que lançam o Brasil conscientemente nos braços de uma situação totalitária, o que quer dizer, de desagregação política e social.

Iniciativa privada

Matthew Arnold tem a doutrina dos poucos, dos pouquíssimos espíritos cultos que na sociedade sustentam a bandeira do progresso. Aqui, essa pequena família é infinitamente desconhecida. Se aqui ela existisse, que estaria promovendo agora? A defesa da livre iniciativa em qualquer campo. Os progressos da civilização, dentro do Brasil, com os capitais estrangeiros. A seleção dos mais aptos. No Brasil, por toda parte e de todos os lados, se ouve o crepitar do incêndio da iniciativa para em seu lugar instalar-se o dirigismo estatal. Como trabalha aqui uma Royal Dutch holandesa com os capitais privados que ela levanta no mundo inteiro? Logo, um capital sadio.

De que origem são os investimentos governamentais em nosso País? As emissões de papel-moeda.

Tal a característica perniciososa da gestão econômico-financeira do Brasil. Todo o dinheiro de que lança mão o Estado para os seus investimentos (a não ser algum empréstimo americano, francês ou suíço, como já disse) tem essa origem. É moeda má, que nos afasta do verdadeiro caminho, através do qual se assegura o salubre desenvolvimento econômico e se transforma a riqueza em estado latente, em riqueza produzida.

Esse caminho não é outro senão o da iniciativa privada. E ao Estado é a quem cumpre o dever de promovê-la, de assistí-la, de organizá-la em sistema econômico e político-social.

Está provado, aqui como alhures, que o Estado não só é um mau patrão, como também não orienta. No que se envolve, só faz produzir resultados negativos. Temos aqui a exceção de Volta Redonda. Mas o ferro aí se não fóra do Governo, sairia mais em conta; o seu custo mais barato. A administração estatal é cara, pela intervenção política à qual Volta Redonda não escapa, a começar das concessões de quotas para venda do produto, dadas em muitos casos, a protegidos do Governo.

Intervencionismo estatal

Passe-se em revista, no orçamento da União, o que custam as autarquias recém-fundadas, e as outras, cujo volume de despesas foi monstruosamente aumentado. Todos os planos estatais são para ser executados (salvo a parte de alguns em dólares) com moeda inflacionária. A renda do Tesouro para custeá-las é bem nossa conhecida. Fundo de Eletrificação, Banco do Nordeste, Telecomunicações, Casa Popular, Fundo Naval, Participação do Tesouro no capital da Petrobrás, Banco do Desenvolvimento Econômico, Navegação, o maior manancial desses investimentos, é o papel-moeda.

Acha a Casa pouco tudo isso, que coisa alguma sobra a trinta e sete bilhões? Pois receba mais o impacto do Fundo Ferroviário, que são 11 bilhões; do que a Petrobrás toma à economia popular, e que representam mais de 3 bilhões, além de outros investimentos da União, dos Estados e Municípios.

Eu, que sou um leigo em economia e finanças, perguntava a um professor da Fundação Getúlio Vargas em quanto calculava êle que êsses três polvos — Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais — subtraíam à economia popular.

Êle tomou de um lápis e fêz as somas do que representam os investimentos oficiais, entre nós, em

face do cômputo total das economias da Nação, e disse, sem hesitar:

— “Se puséssemos de um lado o que farão ou pretendem fazer êste ano os Governos, e o que êles tomam da renda nacional para trabalhar por conta própria, isto representa um pouco mais de cinquenta por cento”.

Todo o mal da vida econômica do Brasil reside, Senhor Presidente, nesta cifra trágica.

O Sr. Novaes Filho — Estou de acôrdo com V. Exa. Há deixar a economia privada expandir-se, coisa que ela só logrará legitimamente fazê-lo, sem a competição ruinosa do Estado, que Vossa Excelência está demonstrando.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E a pressão do intervencionismo estatal no País aumenta. Ela não se detém em nada, diante de fracasso de qualidade alguma. A aptidão de investimento do Estado brasileiro é cada vez mais nociva, porque mais desmazelada tôda a sua ação administrativa e controladora.

Urge liquidar o regime de monopólios estatais que arrastam o Brasil ao plano inclinado em que êle se despenha, jogando a sorte da sua estrutura política e econômica. Mas, não se pense que o Governo está sozinho nessa empreitada sinistra. Congresso, povo, indústria, comércio, partidos políticos, tôdas as classes andam, com os executivos federais que se sucedem, de súcia, na execução de tantos planos de aniquilamento da iniciativa privada que pipocam de todos os lados. No esforço de absorção, pelo Estado, de atividades que em países muito mais adiantados que o nosso cabem à livre empresa, a conspiração é geral.

A triste verdade é que o retôrno à liberdade de iniciativa não acha eco em parte alguma. Encontra-

mos um ânimo entusiasta para levar o País até o fundo do abismo em que nos mergulham o entusiasmo e o eleitoralismo.

A distorsão do ideal democrático, no Brasil de hoje, decorre de uma deformação abominável das chamadas elites políticas, que todos incentivam o intervencionismo sob a égide do Estado-empresário. A recuperação da democracia, em 45, só tem servido para nos afastar cada vez mais do ideal democrático.

Mentalidade burocrática

A concepção de livre empresa é batida na brecha, entre nós, por toda parte. O Estado intervencionista no Brasil, detentor do poder imenso que tem nas mãos, resulta da incapacidade dos partidos políticos para o exercício da sua mesma responsabilidade em face do bem comum. Converteu-se o jogo da política brasileira, numa gigantesca máquina burocrática, destinada a assegurar empregos públicos para os afiliados de todos os partidos. Pouco importa que o Estado-polvo, desvie do seu curso natural, os poderosos estímulos da atividade humana. Criou-se, entre nós, uma mentalidade burocrática, a qual reclama, com ou sem propósito, todo dia, proteção para a massa flutuante dos partidários, ávidos por entrar na posse de empregos públicos. Qual o mecanismo propiciador desses favores senão as autarquias e os monopólios, a todo instante criados, com o papel-moeda do Estado? A luta dos brasileiros honrados consiste em procurar retrair o Estado da posição de vanguarda que lhe atribuíram os especuladores da política de empregos. Dezenas de vezes temos chamado a atenção para as conclusões da XXXII Convenção Nacional de Comércio Exterior, promovida pela National Foreign Trade Council Incorporated de Nova York. A convenção norte-americana do Comércio Exterior

assinala o incentivo do sistema da livre empresa com o mais alto *standard of living* do mundo. Na base da estabilidade dos dois mercados, de bens e de dinheiro, se encontra a liberdade de iniciativa, de acordo com a Magna Carta da Convenção norte-americana.

Se a desigualdade é a pedra angular da democracia, entre nós o que campeia, é a antidemocracia. Eliminam-se as aptidões, a competência para encher os quadros da administração pública e dos órgãos paraestatais de réguas de incapazes, supridos por todas as facções da rosa-dos-ventos partidária.

Mais lógicos os hindus

Mais lógicos são os hindus, porque dizem que estão a serviço do socialismo. O que eles fazem é uma oclocracia, isto é, o Governo das massas, o qual se reflete na abominação do voto aos analfabetos.

Os hindus são coerentes. Muito mais coerentes do que nós. Eles têm uma aristocracia política que não admiro, mas que reconheço que é uma aristocracia. Ela saiu e continua a sair das universidades inglesas, de Londres, Bombaim, Oxford, e seus membros são pacifistas, antimilitaristas, anti-individualistas, antiburgueses, e a bem dizer, sectários de Ignácio de Loyola, porque formam os mecânicos, os professores, os médicos, os engenheiros, os industriais, os agitadores políticos, um verdadeiro apostolado. O Partido do Congresso lembra muita coisa das peculiaridades, das idiossincrasias, das maluquices, se quiserem, dos fabianos do Labour Party.

Como, no fundo, todo o asiático tem a tendência para o despotismo, os hindus fazem um coletivismo revolucionário, no gênero dos russos e dos chineses. Somente que o deles é ocidental, parlamentarista desarmado; e o dos chineses, à maneira dos russos, é presidencialista, soviético, superar-

mado, e por medo, incapaz de conviver com o ocidente. Por temperamento ascético e por dogmatismo, ocidental, os hindus acreditam no Estado que elaboraram, ou seja, um sistema político-filosófico que lhes dará a salvação terrestre, vastas atividades providenciais, um doce e ao mesmo tempo severo patriarcalismo, qualquer coisa entre a Ordem de Loyola, a Fundação Rockefeller e o anarquismo barcelonês da Generalidad de Catalunha. Nehru não é, de modo algum, um ditador; não é um soberano absoluto, mas dirige um partido, em cujo selo, malgrado a desenvoltura de alguns sectários, predomina o "Perinde ac cadaver" loyoliano. Entretanto, a Índia, se a ordem de coisas atual se puder manter, será um horripilante Estado nacionalista e autoritário. Por quê? Eu lhes direi: porque o Partido do Congresso criou e desenvolve um mecanismo de uma tão prodigiosa mentalidade de quadros, que o Estado hindu faz a um tempo, os rebanhos de carneiros, obedientes a esse organismo estatal, e induz o povo a nêle acreditar, como a última palavra da sua felicidade e do seu bem-estar.

São os hindus os políticos mais astuciosos do Oriente. Julgo-os, mesmo, mais do que os japoneses e tanto quanto os chineses. E, todavia, que desastrosos pedagogos que eles não resultam para o seu país! Que mediocridade de espírito construtivo não demonstram em sua repulsa a ter um edifício estatal no gênero do Ocidente europeu, fundado mais na liberdade de iniciativa do que sob a mão rígida e tosca do Estado, o qual, nos países subdesenvolvidos, com exceção da Venezuela, do Peru e da Etiópia, é um fator de entorpecimento do progresso!

Não hesitaram os hindus, ou pelo menos os do Partido do Congresso, depois da proclamação da independência, em fazer a aliança que não se ignora, com o socia-

lismo do Estado, com as influências nefastas, os *champignons* venenosos que todos nós identificamos nessa doutrina.

Financiamentos internos

Sendo o socialismo uma refutação do capitalismo e, mesmo até, do capital, que sucede ao Estado oriental, portador desse dogma? A retração quase que imediata dos mercados de dinheiro, em suas aplicações no subcontinente. Este passava a ser dominado pela quimérica ilusão de uma elite, pensando poder bastar-se a si mesmo um Estado, o qual, deitando a mão em vários projetos mirabolantes, se propunha oferecer a felicidade universal aos seus concidadãos, dentro de um paraíso, feito a golpes de planos quinquenais.

O presidente Nehru, partindo da concepção de suficiência do seu país, organizou dois planos quinquenais, tendo já executado um, à custa dos capitais internos. Foi o próprio povo hindu quem teve que desembolsar, pela via exclusiva dos impostos inflexíveis, o que lhe pediu o seu velho piloto, como cooperação para a execução do primeiro plano quinquenal, e, agora, do que está despendendo com o segundo em curso.

A Índia não recorreu a nenhum mercado de fora, a fim de conseguir os recursos de que carecia, para realizar este soberbo plano de irrigação que leva a cabo. Para este nem para outros. Até porque o Sr. Nehru já se declarou decidido a levar o socialismo, na Índia, às suas derradeiras conseqüências. Tem a nação hindu um nível de exploração inferior ao do Brasil. Na concha da sua balança comercial, pelo que exporta, recebe o país 1 bilhão e 200 milhões de dólares. Inibidos de ir buscar financiamento fora das suas fronteiras, é dentro dessa camisa, não de onze varas mas de dois côvados, que se mexem os Líderes do Partido do Congresso, a fim de fazer a Índia

progredir. Acentuando o próprio socialismo, o Sr. Nehru põe uma nota de intencionalismo no poder de inibição da Índia, para tratar com o exterior, negócios de dinheiro. Observa-se no socialismo hindu uma nota de combate ao dramático pauperismo do povo. Nas elites dos teóricos, formadas ao contato da Inglaterra, ela representa um projeto de melhoria das classes populares. Visa o bem-estar das massas, o útil para as necessidades físicas elementares do hindu.

O novo Estado nacional hindu se acha à testa dêsse movimento com instituições adequadas. O socialismo da Índia tem muito do fanatismo ocidental, das suas melhores ilusões e das suas quimeras. Se o socialismo é destinado a imperar em países de mediocres condições de vida, a Índia é o lugar ideal dessa sociedade celeste e de pobre fantasmagoria. Nos planos de expansão futura do país, contam os líderes hindus eliminar a burguesia, que ainda sobrevive por toda a Europa extra-soviética, em torno do proletariado. Em muitos países a burguesia se encontra severamente despojada pela odiosa inquisição do Imposto de Renda, mas de qualquer modo sobrevivendo.

As últimas notícias da Índia são estranhas. O Pandit Nehru deseja fazer um empréstimo na América do Norte de 500 milhões de dólares, e acha dificuldades em levantá-lo, devido ao tipo mesmo das instituições do país.

No Brasil

No Brasil há uma hipótese não demonstrada de que sejamos socialistas, ou que se queira tender para o socialismo. Inconscientemente, entretanto, se caminha para êle. Mas não conscientemente, porque os interesses consolidados de uma burguesia, ainda podem militar contra a socialização.

Nós, aqui, achamos pouco, para dificultar a nossa vida, perfilhar a máscara da socialização que se afivelou. Pôs-se de contrapêso o nacionalismo.

Não só a Oposição como os dois partidos governistas vibram contra o progresso do País as armas mortíferas do nacionalismo, cada dia mais insatisfeito. A não ser a Argentina, não há na América Latina Governo e Oposição tão unidos, a fim de sacrificarem os interesses mais respeitáveis da Nação, a uma ideologia idiota, vazia, que o General Aramburu e o Almirante Rojas, "La Prensa" e "La Nación", combatem de frente em sua pátria.

O nosso programa é de uma nulidade intelectual e material perfeita. Ele nos afasta justamente daqueles povos de onde nos poderão vir o progresso, a cultura, a ciência, a técnica, enfim, todo o material de construção do Brasil novo, do Brasil de amanhã.

Compreende-se que ao jacobino nacional, que é um fanático, não sorria a coexistência com outros povos, mais fortes, mais civilizados do que êle, que nasceu num País pobre, pelo menos por enquanto.

São puros intelectuais os que levam o Brasil à hecatombe para a qual êle caminha. Na luta nacional em que se empenharam os franceses, durante o processo Dreyfus, Maurice Barrés, teve conselho de escrever a respeito da ação das sociedades de pensamento na política. O que quer dizer da ação do intelectual: "Este é o indivíduo, o qual se persuade de que a sociedade se deverá basear na lógica. Ele desconhece que de fato ela repousa sobre necessidades anteriores, talvez estranhas à razão individual".

Se examinarmos com atenção o quadro da sociedade brasileira dos nossos dias, que é o que vemos? A razão individualista, das classes superiores, dominada de idéias extravagantes, a tentar destruir aqui a ação das únicas forças que

ainda se encontram no mundo à nossa disposição, para ajudar a promover o progresso nacional.

Ocorre uma verdadeira transformação de valores éticos: os imbecis que estão traíndo a pátria são aqueles que escorraçam os elementos capazes de nos salvarem de aventura desastrosa e obscura sobre o Parlamento, dêle arrancando projetos de aumento de despesas inquietadores para o equilíbrio das finanças públicas. Simboliza isto no Congresso talvez a força de derrocada mais ativa do regime democrático, aquela donde o sentido de responsabilidade cívica desaparece de modo mais violento.

Funcionalismo

O Sr. Novaes Filho — O Parlamento está dando ao trabalhador do Estado a justa compensação do seu trabalho.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pode ser que V. Exa. tenha razão, colocando-se no ponto-de-vista dos servidores públicos. Mas eu me coloco em primeiro lugar do lado da economia nacional, para perguntar:

— Tem a Nação brasileira vigor físico para remunerar os que prestam serviço ao Estado, os recursos que ela está despendendo? O Tesouro Federal, os tesouros provinciais, os erários municipais auferem pela via dos impostos os rendimentos com que retribuir a atividade dos seus funcionários? O impacto dos *deficits*, com a inflação que aí está, demonstra que escasseiam ao País os recursos financeiros para sustentar uma vida orçamentária normal, tentando manter para operários e empregados que atualmente lhes paga. Não direi que sejam excessivos em face da inflação e do custo de vida em que se debate a nossa paupérrima economia, massacrada a começar pelo baixo rendimento da sua produção e pela incapacidade

das nossas estradas para transportá-la. Uma parcela dos aumentos de trabalho que temos tido é apenas normal. Ainda assim, os encargos atirados sobre o tesouro público, o contribuinte não tem força para suportá-los, e isto explica os *deficits* que os esmagam e a desordem que nêles impera.

Eu, certa vez, tive ensejo de interrogar em Rotterdam a um grupo de banqueiros, a respeito de como tinham êles feito desaparecer a facção comunista dos seus quadros partidários:

— “As classes possuidoras, as classes médias e as classes trabalhadoras, impondo-se a toda ordem de sacrifícios pela estabilidade nacional” — disseram êles. — “Mesmo os ressentimentos contra os Estados Unidos, por motivo da Indonésia, desapareceram, diante da união nacional dos partidos em favor da reabilitação econômica da metrópole. Estamos hoje mais sadios do que antes da guerra, no que muito nos têm ajudado os capitais norte-americanos, inclusive aqueles que vieram participar diretamente do soerguimento batavo, organizando conosco companhias mistas, constituídas de capitais dos dois países”.

Eis uma candura inocente: o Governo dêste país apelar para o papel-moeda como mola de expansão do progresso brasileiro. O resultado eu não saberia dizê-lo, porque as estatísticas falam melhor do que qualquer orador da Casa.

Existe alguma diferença entre investimento para estimular e melhorar a produção, para atender a consumo interno e a economia exportável, que são todos fatores positivos, e o emissãoismo, que é negativo e que por si só gera o descrédito e o colapso.

Os países novos, como o Brasil, só se podem desenvolver, a preço

de investimentos. Dominados por um poder de consumo em muitos casos, sem compasso paralelo aos elementos que já têm estimulado, a esses países para crescer, só resta uma solução: o recurso às economias de fora e os bens de capital importados. A sua força capitalizadora é um "apport", que as margens dos países capitalistas lhes permitem receber. Essas margens, porém, procuram aquêles países dotados de aptidão para retribuir-lhes os dividendos, no exterior. Elas querem a estabilidade do valor da moeda. Fogem das nações onde o regime da produção é sujeito às distorções, aos desequilíbrios, que o emissãoismo gera no seu corpo econômico, financeiro e monetário.

Não haverá mais inexorável arma de confisco da fortuna de um povo do que a inflação. Ela destrói todo o sistema capitalístico e da livre empresa, deixando-o sem as disponibilidades de fora, que se esquivam de os procurar, por faltar à moeda a densidade com que ela se impõe aos valores reais da riqueza.

O Sr. Novaes Filho — Muito bem!

Abuso de crédito

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Haverá outro país no mundo, onde se tenha abusado mais do crédito, quanto no Brasil? Foi o abuso dêle uma das causas da desordem em que nos encontramos. Faltaram ao povo, nestes últimos trinta anos, os suprimentos das coisas mais elementares, inclusive bens de subsistência. Créditos para gerar muitos dos distúrbios que aí se encontram, é o que tem sido uma de nossas calamidades. Eles enriquecem, pela sua desregrada abundância, os mais audaciosos especuladores. Só não se pôde dobrar um programa sério de empreendimentos, para a expansão econômica do meio. Olhamos o rejuvenescimento de culturas como

o café, o cacau, a cana, o algodão, o sisal, que jazem primitivas, destituídas das qualidades que asseguram as linhagens nobres, e enriquecendo muitas vezes os seus donos, à custa da valorização, partida da órbita governamental.

No Brasil se observa o fenômeno que ocorria na Itália, antes da estabilização obtida pela lira, com perto de 900 milhões de dólares de reservas metálicas. Eram os *deficits* orçamentários como sempre aqui o foram, financiados pelo Governo italiano com a inflação. Dizia o Governador do Banco da Itália em 1951: — "A inflação criou os excedentes de liquidez bancária. E esses excedentes, o que era inevitável, a expansão do crédito".

Uma das questões liminares que têm até hoje impedido que tantos recursos que temos obtido, em decorrência do *boom* de duas guerras, se hajam fundido numa furiosa tendência ao consumo do supérfluo, está nesta mesma incapacidade, que têm os povos recém-vindos para a civilização, de manter as suas aquisições dentro de padrões de todo contrários ao espírito de economia. Vêde aqui os mineiros, os colonos portugueses e japoneses, e os gaúchos. Como eles são diferentes do resto da comunidade brasileira! Tudo na vida dêles se processa em detrimento da incorrigível inclinação do meio social nacional para o consumo desregrado das utilidades. Que maravilha de sobriedade não é esta ilha de poupança que é Minas Gerais, embutida dentro de um pandemônio de loucos, que importaram para o Brasil os piores hábitos do consumo a todo transe dos Estados Unidos! Que mentalidade de *quakers* não têm os mineiros, no severo estancamento que eles sabem fazer, neste alucinante e artificial período de facilidade de créditos, para toda sorte de gordas consumações! O Rio Grande do Sul agrário e pecuário, é outro modelo de disciplina e de método, tanto da sua burguesia

como das suas classes média e trabalhadora, no que diz respeito a gastos supérfluos e sistema de poupança. Quero também fazer ainda exceção para as três colônias nipônicas de São Paulo, Paraná e Amazonas. Elas são igualmente irrepreensíveis no que diz respeito à aptidão para economizar e reinvestir.

Efeito de demonstração

A esta altura da exposição que faço à Casa, o que me ocorre é um debate em que me entretive, faz poucos anos, com um neto de Darwin, meu camarada em Londres. Ele apreciava um ponto de doutrina de Dusenberry, acêrca da posição dos filhos de fragmentos de terras subdesenvolvidas. Trata-se do que êsse economista e Nunkase denominam o "efeito de demonstração".

Que é o efeito de demonstração? — perguntava eu ao descendente de Darwin. E êle me respondia, rindo com humor :

— "É o complexo que vocês brasileiros deverão certamente ter, com o seu gênio de perdulários tropicais, contra nós europeus que economizamos, e que, por sermos mais previdentes, temos mais bens da vida. Automóveis, geladeiras, rádios, ar condicionado, galerias de arte, televisão, cinema, estradas asfaltadas, roupas finas, caviar *foie gras*, tudo isso vocês querem... Mas tamanha variedade de bens não se coaduna com a vida de tôdas as regiões do globo. Haverá muitas delas em que, numa fase de *boom*, se verão total ou parcialmente na posse de alguns daquêles elementos de civilização".

— "Mas êles perderão, ou assistirão com a instabilidade dos preços de tôdas as utilidades no pla-

neta, a diminuições sensíveis do gozo dêsses bens" — argumentei. Respondeu-me Darwin":

— "E sabe você as consequências dêsse fato? Um sombrio amargor contra os Estados metropolitanos, por não sustentarem êles os preços das matérias-primas dêsses mercados subdesenvolvidos, para que êles não percam jamais os benefícios da civilização que já têm incorporados à sua vida social".

Como tinha razão o inglês americanizado com quem discuti eu a "demonstration effect!"

Falta de previdência

Tomemos, Sr. Presidente, o café. Se houveramos dispensado a êsse produto, no pé da árvore, a metade dos zêlos que damos ao processo da sua valorização comercial, sòmente cinco ou seis países teriam ousado entrar em concorrência com o Brasil, no terreno da rubiácea. Largou-se, porém, o café no campo agrário. Êle não foi objeto das atenções e dos cuidados que outros competidores estrangeiros lhe dedicam. Detinhamos, no comêço dêste século, uma hegemonia incontrastável do produto, em qualidade e quantidade. Perdemos, porém, ambos êsses títulos de superioridade, e hoje, estamos curtos de moedas fortes e fracas, a fim de atender a necessidades comezinhas da nossa existência.

Já não podemos conservar alguns dos elementos dos níveis de vida que tínhamos até anos atrás, sobretudo no que diz respeito à aquisição de automóveis de passeio, pelo preço de dólar de 18 cruzeiros. E também perfumes. E também casacos de peles e estolas de grã-finas. E vestidos franceses para as noites de gala do Municipal do Rio e São Paulo. E jóias para compor os vestidos de Lanvin, Dior etc., nos passeios dos

entreatos pelos *foyers* das duas grandes casas de diversões de luxo.

Onde o dinheiro para suprir em pleno êsse consumo, quando os preços das matérias-primas do subsolo entram a declinar? Aqui o povo não quer alimentar-se se não com o pão de trigo. Vargas tinha um medo pânico de dar às massas pão com farinha de mandioca, ou de incrementar a cultura do milho. Fazia questão de nutrir um operariado nobre, pelo menos com o uso do pão branco.

O Sr. *Benedicto Valladares* — O milho cria o porco, que é um arsenal de calorias animais, elemento que escasseia em nossa alimentação.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nem classes abastadas, nem classes médias, nem massas, ninguém quer submeter-se à contração do seu *standard* de vida, que era possível manter quando o País recebia um bilhão e meio de dólares americanos e dólares-convênio, pelas suas exportações. Impotentes para produzir dólares, francos, liras, escudos, pesos, seja o que for de moedas estrangeiras fortes ou fracas, as seções industrializadas do País se debatem na mesma crise que os distritos agropecuários.

Constituem outros tantos pontos de estrangulamento quanto o algodão, o sisal, o cacau, o açúcar, que ou não produzem para exportar, como o algodão, cuja safra foi assaz medíocre ou produzem para não exportar, porque são gravosos, como agora até o café, mais caro no mercado interno do que nos mercados externos.

Exportação de minérios

Temos, Senhor Presidente, uma economia marginal, dado o primarismo da lavoura, a inferioridade de mentalidade dos líderes manufatureiros e do equipamento industrial, e os métodos ainda primitivos do comércio internacional,

constituído em sua grande maioria de compatriotas bisonhos. A um grande industrial carioca, homem educado nos Estados Unidos, falando inglês e diretor, a bem dizer proprietário, de uma das nossas melhores fábricas têxteis, perguntei-lhe, faz quatro anos, por que não se preparava para exportar seus tecidos, que são excelentes. Sabem o que me respondeu?

— “Qual o quê! Dá muito trabalho. Só me interessa o mercado interno.”

O que explica êsse comentário de um industrial de larga capacidade técnica, e absolutamente desinteressado do mercado de exportação, sem amarrar a sua inteligência com os problemas básicos da organização econômica nacional?

A segurança dos lucros do homem cujo negócio é protegido pela tarifa.

Tem o Sr. Glycon de Paiva, que é um dos nossos melhores homens no terreno da geologia moderna, um trabalho no qual êle demonstra que no ano de 1951, 70,7% da importação brasileira de origem mineral, se referem ao subsolo alheio! Os bons minerais, importados de outras nações, representam 81,4% do peso total das mercadorias, que passam pelas alfândegas brasileiras. As minas do estrangeiro nos davam naquele ano, quinze milhões de toneladas de minérios, em número não inferior — acentua o Sr. Glycon de Paiva — a 250 variedades.

Todo o dia um inocente fala no Congresso, na imprensa, no rádio, na televisão, dos problemas da segurança nacional, ligados à proibição da exportação das nossas matérias-primas quando o que exportamos é uma ninharia de quartzo, tântalo, berilo, zircônio, apenas para fazer a liga do ferro. O Peru começou ontem a exportar minério de ferro, graças à iniciativa privada. E bateu em três anos, o

Brasil, cujo Estado tem praticamente o monopólio da exportação da hematita brasileira, por obra da Vitória-Minas (2 milhões e 300 mil toneladas estatais, contra 400 mil da iniciativa privada). Aqui, o Estado opera em minérios de ferro, faz quinze anos. Mas até hoje não logrou mandar para fora do País quantidades comerciais que representem o papel que o Brasil poderá desempenhar nos suprimentos da siderurgia americana, alemã, inglesa e belga.

E paga o Brasil a dura dependência em que vive da produção mineira do exterior, com um produto agrícola que ele tem largado sem ter tido nenhum interesse até hoje pela sua sobrevivência no plano de segurança nacional.

Os bens minerais representam tão-somente 25% das nossas importações. Os outros significam 75% ou sejam 26 bilhões (até 1951) que terão de ser importados do estrangeiro. Para que se compreenda que volume de despesas, em uma economia pobre como a nossa, representa a produção mineral estrangeira que mandamos vir do exterior, basta pensar que tudo o que aqui se produz nesse campo da indústria extrativa (incluídos os materiais de construção) dá apenas nove milhões.

O Sr. *Fernandes Távora* — Não nos surpreende esta penúria a que se refere V. Exa., na nossa exportação de minérios. Os algarismos citados revelam a falta de equivalência entre o que se compra e o que se vende no campo da produção universal.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E tendo tanto o que vender, tanto o que exportar a nossa terra, na órbita dos minérios. Só o manganês e o minério de ferro. Uma sociedade de querubins em São Paulo, o Grêmio Politécnico, apresentou, faz poucas semanas, a um Congresso de Estudantes, uma tese, na qual ataca a expor-

tação de manganês. Tanto esse Grêmio, como outras sociedades cripto-comunistas, hoje difundidas pelo País, se dirigiram ao chefe da Nação, solicitando especificamente a suspensão da exportação do minério de manganês do Amapá. Este minério, trabalhado pela iniciativa privada, em menos de dois anos de exportação, dá ao País em dólares, mais do que o minério de ferro, em quinze, extraído e exportado pelo Governo.

A idéia do embargo levantado por nós mesmos ao embarque do manganês, que já representa uma contribuição de 30 milhões de dólares para a balança mercantil brasileira, seria uma rematada insensatez se ela pudesse aqui ser consumada.

Nossas reservas de manganês

A situação vantajosa que auferi hoje o Brasil, no mercado mundial de manganês, é a deve à Rússia. Eu estava em Nova Iorque, quando ocorreu a represália, tomada pela União Soviética contra os Estados Unidos, ante o encurtamento, feito pelo Departamento do Estado, das linhas de suprimento de matérias-primas estratégicas da União Americana aos russos.

Três países têm reservas conhecidas do minério de manganês para abastecimentos maciços às outras nações importadoras desse metal: a Rússia, a Índia e o Brasil. A represália russa consistia em outro embargo, o qual seria o do manganês. Cortados do suprimento do minério da Rússia, os norte-americanos se lançaram pelo mundo afora, em busca do corretivo da sua situação, provocada pela medida soviética. No Gabon, tem a U. S. Steel, 49% de uma jazida francesa. No Canadá, as pesquisas do manganês são ano por ano ampliadas, e aqui, Urucum, com as últimas perfurações do curuto do morro, é uma reserva para 140 milhões de toneladas.

Está agora provado que os seus filões já sondados nos flancos, são contínuos, o que faz aumentar as disponibilidades então de 80 milhões para 140. Minas onde desde há muito se extrai manganês, tem ainda reservas para sete milhões de toneladas. Além de Urucum, Morro da Mina, o Brasil conta com depósitos de manganês, cujas prospecções exatas ainda não foram feitas, mas cujos afloramentos já são conhecidos. Urandi-Nazaré, Sucunduri nos oferecem perspectivas alentadoras do mercado que aqui se poderá abrir, para uma matéria-prima valiosa e essencial para a indústria siderúrgica.

O Brasil, vendendo 1 milhão de toneladas de manganês, se coloca como um exportador substancial desse minério. Acredita-se que na Amazônia, além da Serra do Navio, se encontram outras jazidas.

Por que interditar as exportações do minério cuja posse não constitui nenhum privilégio especial do nosso País? A rodonita, canadense e norte-americana, é outro minério de teor mais baixo que o nosso manganês e encontrado em largas extensões. A técnica melhorou de tal modo o seu tratamento, que ele oferece possibilidades enormes ao mercado de minérios.

O Brasil, só de metais não ferrosos reclama 72 por cento de importações. Será crível que um país carente de produção mineira, como este, se atreva a embargar a exportação de seus minérios para os países que não criam embaraços de qualquer natureza à saída das suas matérias-primas para esta terra? Se estamos assim impertinentes, quando apenas aqui se estremunha com dois milhões e poucos de toneladas de minério de ferro, e algumas poucas centenas de manganês a exportar, que não haverá quando o mundo, como vai suceder em 1960, exigir dezenas e mais dezenas de milhões de toneladas de novos suprimentos de hematite compacta, e mais de um

milhão de toneladas de manganês?

Inventaram os marxistas conscientes e inconscientes do Brasil uma ridícula corrente de opinião de que não exportar matérias-primas é tipo de economia colonial. A fórmula é para envenenar a clássica ignorância das nossas elites, e lançá-las contra os grandes Estados líderes do industrialismo.

O Sr. Novaes Filho — É uma tolice completa. E os bilhões de cruzeiros que recebemos de matéria-prima bruta da Europa e dos Estados Unidos?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É deplorável que Governos e associações da indústria e do comércio, não organizem aqui uma contrapropaganda, para desmascarar os promotores dessa miséria. Cumpre oferecer à nossa gente, fórmulas mais corretas de progresso, para a solução dos seus problemas de interdependência. Ao contrário, o que teremos de assistir é o isolamento do Brasil, com a sua conseqüente desagregação do corpo das nações civilizadas.

Quem conhece a delicadeza da situação do café brasileiro, em véspera de ser esmagado no valor das suas cotações atuais, por uma avalanche de superprodução — tanto de cafés inferiores como de qualidade — só enxerga à vista a exportação de minérios para compensar o desfalque na balança comercial, que nos deverá ocasionar a concorrência africana, nos tipos baixos, e colombiana e centroamericana nos tipos finos. Entre os minérios que maior volume de moedas nos poderão trazer, são os dois que acabo de citar.

É, porém, uma ilusão acreditar-mos no poder fabuloso da nossa capacidade de barganha. O que não temos vale mais, muito mais do que aquilo que temos. Começa pela nossa metalurgia que não se faz apenas com minério de ferro e manganês. A matéria-prima reductora, que é o coque, temos que

solicitá-la dos mercados alheios, tão escassa é a produção nacional em Santa Catarina.

Para levantar o edifício industrial do Brasil, indispensável se torna, como ocorre em toda a parte, trocar o que temos pelo que não temos. O brasileiro não reflete, porém, que 70,7 por cento do valor total da importação brasileira (em 1951) se originaram de subsolos que não são nossos e isso mostra a fragilidade dos recursos que temos para barganhar.

Não estamos em condições de impor preço por nada do que temos. Possuímos competidores em toda parte, os quais têm uma agressividade e uma visão de negócios que sobrelevam em todos os sentidos os nossos que são de camponeses atrasados mas enfatuados. Só é possível corrigir, ainda que parcialmente, a descompensação visível do orçamento cambial, exportando minério, e com que perspectivas desalentadoras!

O inglês, o americano e o alemão nos entregam o seu coque sem a menor dificuldade. Não tem a Grã-Bretanha "pão-negro" para mais de setenta anos. Não sei de uma só voz, que se haja ali levantado, pedindo a suspensão da exportação da hulha. O Brasil, que ainda vai começar a suprir, numa proporção ínfima os altos fornos da Europa e da América do Norte de manganês, principia com os nacionalistas pedindo desde agora o embargo da saída desse minério!

Inflação

A mais grave moléstia de que sofre esta Nação, depois da "nacionalite" superaguda, é a inflação. Essa é a endemia-nossa e de grande parte da América Latina. A capitalização entre nós se torna cada dia mais difícil, uma vez que não há economia própria para transformá-la, em bens de capital, e as economias de fora não chegam aqui a desembarcar, alarmadas com a marcha ascensional da

depreciação inflacionária. Mal administrados, servidos por péssimos Governos, com obreiros e elites, intoxicados do paroxismo jacobino — como subtrair muitos dos países desta parte do continente aos baixos níveis de produtividade em que eles vegetam?

Se a emissão deslastreada é um confisco, este confisco aqui funciona contra Deus e todo o mundo, inclusive contra os portadores de capitais de fora, que vêm reduzidos esses capitais de trinta até quarenta por cento, anualmente.

Por outro lado, uma das aplicações inexoráveis do dinheiro inflacionado, vai para as concentrações imobiliárias: arranha-céus, terrenos e loteamentos suburbanos. A maior vítima da distorsão da moeda é o campo, onde o ausentismo logo se constata. Num país como este nosso, com as tarifas aduaneiras elevadas que temos e com o ritmo sem paralelo de uma industrialização artificial, que nos aflige, os efeitos da inflação sobre a terra, não poderão ser mais desastrosos. Tomem-se os produtos de subsistência. São encontrados aqui pelos olhos da cara. A razão disso não é só a lavoura primitiva que por aí temos, senão ainda a penúria de braços em que ela se estiola no interior.

Sabe a Casa quantos "favelados" tem o Rio? Quinhentos e sessenta mil. Toda essa gente era para estar no campo, trabalhando a terra, plantando feijão, milho, mandioca, arroz etc., ou criando bois, porcos e galinhas. Vive o interior abandonado (entre outras coisas, o baixo rendimento das terras erodidas), devido à fascinação das cidades, cada vez mais atraentes.

Adstrito a um padrão de vida dura, o fazendeiro se habitua a viver de golpes, sobretudo com a pecuária. Esta então vive do golpismo.

Faz três semanas receberam o Rio, São Paulo e Minas a visita de alto funcionário de um riquíssimo

pais do continente, o qual vinha comprar cabeças de gado. Queria reprodutores do nosso gado mestiço vacum. Tinha os bôlso chelos de dólares. Voltou para o seu país sem comprar um bezerro, e declarando: "Os preços de vocês brasileiros, tanto têm de caprichosos, quanto fora da realidade comercial".

O país, de onde nos chegava este emissário, tinha vontade de nos comprar zebus e tecidos. Procurou o mercado brasileiro e não chegou a acôrdo para compra dos dois artigos. Partiu daqui disposto a adquirir zebus na África.

O Sr. Novaes Filho — E comprou lá fora mais barato do que aqui.

Competição africana e asiática

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ignoro-o. Mas creio que sim.

Não há economia mais vulnerável em presença da competição africana e asiática do que a nossa. Enquanto a capacidade da agricultura de exportação do Brasil se contrai, a da África só faz distender-se, no que toca a tôda a série de artigos tropicais que concorrem com os nossos.

Milho, arroz, feijão, cacáu, borracha, sementes oleaginosas, fumo, mandioca, amendoim, soja, lã, agave, todos estes artigos de terra, o continente negro produz e exporta em muito melhores condições do que o Brasil. A produção tropical européia, na África e na Ásia, suplantará a da nossa terra (a não ser o café) em qualidade e em quantidade. A preocupação da melhoria se observa em tôda parte, quer entre os belgas e os franceses, quer entre os britânicos e os portugueses. O café, que Portugal colhe em Angola, é um dos mais bem reputados do total da produção africana.

A África, em qualquer que seja o ramo da sua produção tropical, está hoje apta para esmagar a

competição brasileira. E não se pense que é uma questão de braço barato, senão de superioridade de técnica. Seu comércio exportador, até com relação a certos artigos minerais, como o minério de ferro, a bauxita, o manganês coincide com as linhas abertas ou potenciais do nosso.

E nós, pelos custos gravosos da produção nacional, estamos impotentes para enfrentar o mercado colonial ou semicolonial da África.

Afora a Ásia, em artigos das nossas linhas de produção, existem os "terms of trade" da atualidade mundial. Os recursos financeiros com que a Europa trabalha na África e na Ásia, nada têm de comum com os métodos inflacionários daqui. Operam o investimento de verdade, baseados em capitais efetivos, que levantam a estrutura social e econômica daqueles povos a níveis surpreendentes. Não só a técnica moderna de produção se encontra na raiz da manipulação dos produtos do solo e do subsolo, como a prática dos métodos mais adiantados do comércio internacional se evidencia mesmo nas colônias, até ontem as mais atrasadas do continente negro.

Onde a existência aqui de uma infraestrutura com resistência para aceitar, nos mercados de consumo da Europa e dos Estados Unidos, o desafio que nos mandam a África e a Ásia?

Só o custo da vida no Brasil, já é o primeiro e talvez o maior *handicap* da nossa incapacidade de exportar em termos sadios de comércio, o que produzimos de peculiar ao nosso solo e ao nosso clima. Pôsto o Brasil, pela África e pela Ásia juntas, fora dos mercados de matérias-primas do mundo, que esperança nos restará para dar estabilidade à nossa balança de comércio?

O que nos torna apreensivos, acêrca da nossa inaptidão para uma afirmação mais viril da nossa capacidade de atingir a Euro-

pa e os Estados Unidos, com a produção brasileira, é o sorvedouro inflacionário.

Galope inflacionário

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Estamos todos de acôrdo quanto às conseqüências da enxurrada inflacionária.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Fixem os brasileiros: Em 1939, o meio circulante nacional não atingia a 5 bilhões. Em 1949, êle já andava pela casa dos 24 bilhões. Em 1955, era já de 69 bilhões e 340 milhões. Hoje, mas hoje nem é bom falar. Só ao Banco do Brasil o Estado Federal deve perto de 60 bilhões. Ditador, Presidente e Congresso, todos puxam ou puxaram juntos nesse galope inflacionário.

O Sr. Novaes Filho — Que nos cumpre, deter, seja a que preço fôr.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O mecanismo da expansão nacional está viciado pela pior de tôdas as formas de fazer marchar o programa das realizações governamentais. Empréstimos, o Govêrno não os logrará conseguir no exterior, senão vagas operações com enderêço certo, e quando existem encomendas de equipamento, que só no mercado americano poderão ser colocadas. Impostos, as suas fontes se acham esturricadas. A pressão dos contribuintes contra a majoração da tributação já é tão violenta hoje, que o Govêrno não tem coragem de criar nem novas tributações e tampouco aumentar as já existentes. O que resta portanto, como lastro a fim de suportar o pêso do esquema de modernização do País e seu reerguimento industrial são as emissões do Tesouro. Mas, êsse, dirão, é um fator inibitivo. Não legitima nenhuma iniciativa. Não sustenta nenhum programa. O seu pêso, apenas oprime e corrompe as melhores forças da Nação, abastardando o sistema político e criando um

clima de insegurança para o próprio regime.

O Brasil está em pleno emprêgo das suas forças produtivas. Ninguém o duvida. Mas o que acontece é que, gerando o Congresso a cada ano que passa, novos esquemas de atividade estatal, êsses sanguessugas intervencionistas, chupam a melhor parte da seiva da Nação. A economia nacional se desenvolve dentro de quadros burocratizados, os quais longe ficam de se exprimirem por uma divisão mais inteligente das riquezas, ou um melhor regime de produtividade. Desnivelam-se as taxas de enriquecimento. Mercadorias e serviços decrescem, no volume das respectivas taxas.

Ocorre então o que estamos encontrando aqui: o ano findo a cifra do enriquecimento por habitante caiu para 0,6%, ao passo que de 1947 a 1957 a média desse algarismo era de 3%.

Esmagamento da iniciativa privada

Se tomarmos, ainda, a situação das trocas internacionais do Brasil, nada poderá haver de mais apreensivo para quantos pensam em termos objetivos de renda nacional. Renunciando todo o dia a cooperação internacional, em virtude de um clima de desconfiança para os capitais estrangeiros, e de perseguição a êsses mesmos capitais, para satisfação das correntes esquerdistas dos partidos burgueses — o Brasil caminha a passos largos para a burocratização e o consecutivo empobrecimento da sua economia.

Comunistas, cripto-comunistas e para-comunistas encontram na cobardia dos partidos burgueses e sociais democráticos, o guarda-chuva para a virulência das suas atividades predatórias, a fim de afugentar o capitalismo internacional, aqui já estabelecido, mercê de comissões de inquérito, entregues a ignóbels energúmenos. Os planos

diabólicos da propoganda russa estão em marcha vitoriosa para fazer do Brasil um país de estrutura totalitária, sob a égide dos agentes vermelhos, infiltrados nos diversos partidos, e com fôrça de persuasão na direção de todos êles.

A aliança comuno-nacionalista já trouxe o nível de baixa da prosperidade argentina a zero. Procura êle obter a mesma taxa de retardamento econômico para o Brasil, por obra de um contínuo freiar do nosso progresso, da nossa situação de povo capaz de viver em contínuo processo de desenvolvimento.

Encontramos, tanto na Argentina como no Brasil, o mesmo nacionalismo, algemada a Nação aos monopólios estatais, que são a ruína das suas finanças e a base da insatisfação dos seus operários.

O Sr. *Fernandes Távora* — Lá a calamidade não é tão grande quanto no Brasil.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A praga é maior, bem maior no nosso País.

O Sr. *Argemiro de Figueiredo* — O reforço à iniciativa privada, ao lado de um acesso pleno à livre empresa, ambos são pleiteados pelos democratas sinceros dêste País. A série dos monopólios estatais, que só fazem crescer dia a dia, constitui uma deformação perigosa do regime político que adotamos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tem todo o acêrto o aparte de Vossa Excelência. O Estado empresário-monopolista-intervencionista, que aí está, fabricante de ferro, de aço, vendedor de minério, dono de quase todos os caminhos de ferro e empresas de navegação, refinador de petróleo, pesquisador exclusivo de óleo, distribuidor de bens, proprietário de uma burocracia imensa e preguiçosa, é a mais funesta armadura de poder ditatorial que ainda incentivou

uma democracia para a sua morte. Todo o dia que passa o Brasil forja mais armas para atentar não só contra o regime representativo como contra a saúde da sua economia.

Um economista da América do Norte, interrogando-me acêrca dos investimentos no nosso País, respondeu-me que a luta dos governos e dos partidos políticos democráticos, contra a livre empresa, era o índice mais expressivo para se concluir da debilidade das aplicações privadas e da penúria do nível cívico em nosso País.

Pagamos caro, Senhor Presidente, todos êstes desatinos resultantes de uma economia de investimentos públicos, que é superior, muito superior às nossas fôrças. A produtividade dos investimentos privados, no campo da expansão nacional, sofre os efeitos do ritmo anormal dos investimentos estatais ou para-estatais. Esses têm base de custeio às fontes impuras da emissão do papel-moeda, e, neste caso se processam dentro de uma situação de anormalidade e de desordem econômico-financeira, mantida à custa de duas pressões: a de inflação e a do regime fiscal.

A fisionomia da saúde econômica de uma nação se estampa em boa parcela nas variações da sua despesa em relação à composição do produto básico nacional.

Nos Estados Unidos, a quota das despesas particulares do consumo oscila entre 60 e 70% do produto bruto nacional. A parte destinada à formação de capitais pela população ultrapassa de 20%, e, assim, se explica, a opulência do mercado americano de investimentos. O Canadá que tinha 72% de despesas privadas, para 11,6% de capitalização, antes da última guerra, já na década presente, baixava a cifra do consumo para 62% e subia a da formação de capitais para 19,3%, em 1953. Os serviços de estatística das Nações Unidas dão para o consumo dos países

subdesenvolvidos, em referência ao bruto nacional, 80% e em vários casos de 85% e até algarismos mais altos.

Os órgãos de propaganda do País deveriam pelejar para que o povo brasileiro entrasse a inverter as posições que éle tem atualmente: uma voraz economia de consumo interno ao lado de outra flácida, de economia exportável.

Agricultura de exportação

Como o Brasil, Senhor Presidente, se revela pouco flexível na compreensão da sua agricultura de exportação! No café, por exemplo, deveríamos ter concentrado um interesse de tal ordem, para produzi-lo bom e barato, que não levantasse a cobiça de nenhuma economia exportável estrangeira, ao ponto dela, se tornar nossa concorrente. Um economista inglês, disse há pouco num livro — "Toward New Pattern in World Trade" — que as economias de exportação precisam ser maleáveis, tão adaptáveis às exigências do consumo mundial, que elas procurem produzir aquilo que o comércio internacional reclama.

Ora, nós aqui, somos ignorantes maciços do que pede a estrutura do comércio exterior.

Éle pede, por exemplo, café de boa qualidade, a níveis de preço que enfrentem os impactos dos severos impostos europeus, e o sensível consumidor americano, o qual gosta de consumir produtos de substância baratos. Produzem-se aqui de preferência cafés baixos por preços altos.

Produzimos açúcar, em superprodução, para colocá-lo lá fora em preço de *dumping*. Produzimos sisal, que não pode competir com a Indonésia que voltou ao mercado mundial, onde depois de ter baixado até 2%, hoje está abastecendo aquéle mercado já em 32%.

Insistimos em ser uma pobre e desorientada economia primária, que não sabe o que deve produzir.

Está o Governo argentino incentivando a produção de sementes de oleaginosas pedindo aos seus triticultores que contraiam a área de semeadura do trigo em favor daquele tipo de plantação, que produz divisas fortes para o País.

Ouso pedir o mesmo, faz vinte anos, aos brasileiros. Não me entendem, e as elites burguesas entram em medo com a ameaça dos distritos trigueiros.

Ela se circunscribe a uma miúda felicidade quotidiana, dominada por pequenas seções, das quais as mais importantes são o medo inato do Fisco e os sustos ante a ação policial do Estado e a violência soreliana dos comunistas.

Num país como o nosso, onde a burguesia é singularmente poderosa pela penúria das classes médias e pela riqueza acumulada em suas mãos, o papel político que ela tem é quase nulo, de tal modo imutáveis dentro do inorgânico da ação parlamentar e da intervenção do Executivo.

Não se lhe conhece uma atitude mais destacada a fim de desbançar a presunçosa confiança com que aqui os Governos dissipam os recursos da Nação. Existe, nos dirigentes brasileiros e no nosso povo, a crença mística de que os Tesouros do Brasil são inesgotáveis. Esta mentalidade se acha ancorada de tal forma no selo da nossa gente, que ela está persuadida de que não há crise que a arruine nem à hegemonia que o Brasil tem na América do Sul. Então após o estatismo estadonovista, cujo poder os outros Governos continuam e dilatam (éle recebe apoio de todos os partidos políticos nacionais) esse estatismo que é o terror das nações civilizadas, por ser uma forma inferior de cultura política recebe a consagração esvairada de 55 milhões de brasileiros! O nosso estatismo é a vaca sagrada do hindu. Éle recebeu a missão divina de nos salvar. Nossa missão providencial no continente se exerce através desse instrumento, cujas

repetidas e desastrosas experiências, não tem a força de nos decepcionar para duvidar da sua equívoca medicina.

O Estado Brasileiro é horrível porque cada vez mais voraz, mais desabusado, e mais apto à pilhagem e à rapina.

Combate a investimentos públicos

Faço daqui, Senhor Presidente, um apêlo aos partidos políticos para que dirijam um combate cerrado a tantos investimentos públicos, que são verdadeiros gigantes de pés de barro. O crédito público na base em que o faz o Tesouro brasileiro, significa apenas uma calamidade. O capital tem dois braços que o alimentam: o público e o privado. Num país de Governos viciados como o nosso, depravados no emprêgo do papel-moeda para custeio até de um funcionalismo desnecessário, inútil, criado exclusivamente pela ausência de vigilância da opinião pública, há que normalizar e fortalecer o crédito privado, a fim de que nutra os investimentos da livre iniciativa. O Estado criador das mais tontas inversões, se torna um competidor desassizado, que chupa ao capital privado o que êle tem para financiar a livre iniciativa, deixando essa fonte debilitada para ajudar os empreendimentos sadios e estáveis do meio coletivo.

Existe no Brasil dos nossos dias uma ruptura no processo de investimentos: de um lado, o dirigismo estatal, lançado ao pleno emprêgo, com investimentos monopolísticos que só fazem infelicitizar a Nação, em despesas de consumo; do outro, a iniciativa privada, esmagada pelo intervencionismo público, em tudo, e por isso mesmo sem poder expandir-se ante a pressão dessa concorrência poderosa.

No Brasil, todo o sistema de crédito sofre os efeitos catastróficos da inflação governamental. Temos

uma moeda a qual não possui qualquer traço de estabilidade. Seu poder aquisitivo é de todo arbitrário. Ela não mede valores, porque vive ao sabor do capricho e das cavilações da demagogia dos partidos no Congresso e da fantasia absolutista dos executivos em sua enxurrada de planos e de projetos fantasmagóricos. "Tolera-se uma inflação da taxa de 2 a 3% — declara um cronista inglês — em caso de conjuntura difícil. Escandaloso será, contudo, ter a taxa de 25 ou 30%, e êste é o nosso caso.

Nós não queremos compreender, Senhor Presidente, que o problema do Brasil neste momento, está longe de se encontrar na abertura de maiores facilidades de crédito pelo Banco do Brasil. A depressão comercial se origina de outros fatores, que as classes produtoras não estão entendendo ou não querem entender. Não resta dúvida de que a demagogia das classes dirigentes exerce uma pressão deplorável para o desenvolvimento da crise inflacionária. Ela incrementa aumentos de soldos, vencimentos e salários, em volumes catastróficos para a presente conjuntura da economia brasileira.

Tôda a família cafeeira e não cafeeira, aqui, vive sob a impressão de que, sem uma desgraça no café, desgraça que lhe corrija o atual desequilíbrio estatístico, não há esperança de modificação em nossa conjuntura comercial desfavorável. Porque é a situação mundial do café, que é a maior responsável pelas perturbações que nos sacodem e nos afligem neste momento.

Retração dos mercados

A política do crédito do Governo Federal em relação à crise de movimento na lavoura, na indústria, no comércio, tem tanto a ver com esta crise como Judas com a alma dos pobres. A causa maior da depressão será na retração dos

mercados mundiais diante de vários artigos da produção nacional. Não podemos deixar de nos sentir apreensivos ante as cifras depressivas que apresentou o nosso comércio exportador, no primeiro semestre do ano e que, neste segundo, só tem tido tendência de ainda mais se contrair, quanto ao café e outros produtos. De janeiro a junho, os algarismos provisórios do comércio exportador registram uma queda de 86 milhões de dólares. As importações ascenderam a 29% mais, enquanto que as exportações baixaram de 14%.

Se o café baixa assustadoramente agora, a ponto de andarmos pela casa dos 180 milhões de dólares de quebra, da safra corrente, na exportação, no primeiro semestre essa quebra já se vinha demonstrando. Tanto no volume como na importância em dólares, até junho, a queda dá para o primeiro item, 22,4% e quanto ao segundo 21,2%. Se considerarmos que o Brasil continua hoje como era, no passado, café, e a bem dizer somente café (as exportações de café do primeiro semestre do ano findo representaram, no cômputo das exportações, 69,6%) nada poderá apresentar-se como mais inquietador do que a cifra que se desenha, no cartaz do futuro próximo, da redução em dólares das nossas vendas de café: 250 milhões.

Como produtor de algodão que sou, posso dizer que o Brasil não tem dessa malvácea, quase nada que exportar da safra colhida em 1957. Se as cifras de queda em volume e valor são de 58,7% e 57% respectivamente, no 1.º semestre, muito maior será a situação no semestre em curso. Igualmente é sensível a quebra da exportação do cacau: 30,4% quanto ao valor, e 20,5% quanto ao volume.

Venho dizendo de modo permanente, desta tribuna, que o Brasil recua de modo assustador das suas posições de País dotado de agricultura exportável. O ferro e o manganês não têm um nem ou-

tro, maior pêso em nossa balança comercial para nos compensar no primeiro semestre de uma perda de 106 milhões e 500 mil dólares, só em termos de café. Apenas o pinho subiu a 28,2 milhões de dólares. E é uma lástima que tal haja acontecido. Está o Brasil vendendo o cerne da sua melhor riqueza vegetal por uma tuta-e-meia. Deveríamos guardar o nosso pinheiral para transformá-lo em celulose. É da proporção de 8 a 10 vezes mais o preço que nos oferecem os mercados internacionais pelo pinheiro, sob a forma de celulose. Está o Brasil devastando as suas derradeiras matas de pinho, no Paraná, e dando câmbio de favor para vendê-las pela oitava parte do seu valor comercial, nos mercados de fora do País.

Orgia de monopólios

O Estado brasileiro, em vez de fortalecer o seu crédito fortalecendo a iniciativa privada, desbarata-a, entregando-se à maior orgia de monopólios da sua história, e da história de qualquer outro país da América Latina, salvo a Bolívia, nossa rival.

O Sr. Novaes Filho — O Brasil de um jeito ou de outro, precisa merecer a confiança dos grandes mercados de dinheiro para não deter a expansão do seu progresso.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Já fomos, na América Latina, uma força em expansão que despertava. Juramos, depois do Estado Novo, entrar em declínio e estamos declinando. O nacionalismo nos faz cada vez mais e mais, uma zona hermética, isolacionista, no hemisfério ocidental. Quase dois bilhões de dólares temos aqui aplicados do capitalismo privado, do Banco paraestatal americano e do Banco Mundial, e raciocinamos todo o dia no Congresso e nas praças públicas como se não tivéssemos compreensão das linhas do

problema do desenvolvimento nacional. É exato que os Estados Unidos poderiam ter feito muito mais, usando aqui do liberalismo com que têm atuado nas zonas extracontinentais da Europa e da Ásia.

Existe uma manifesta desigualdade de tratamento da parte da União Americana, em relação à América Latina e a Ásia, por exemplo, para não falar da Europa. Isto, porém, não quer dizer que o Departamento do Estado não tenha através do Eximbank, servido o Brasil. Graças a quem, fizeram-se Volta Redonda, Paulo Afonso, e se ampliaram as instalações da Serra do Mar, em Cubatão, Ribeirão das Lages, e no Rio Grande, em Pelxotos? Só para a Brazilian Tracton o Banco Mundial deu mais de 120 milhões de dólares.

Três Marias já tem o financiamento da primeira etapa garantido nos Estados Unidos, e Furnas, que deverá ter 1 bilhão e 700 milhões de cavalos o Banco Mundial está retomando o interesse pela sua construção. Aqui cabe uma rápida defesa da conduta menos liberal para conosco que tem adotado o World's Bank. O Eximbank é uma instituição puramente governamental.

Os seus empréstimos, sendo políticos, têm como via de acesso o Departamento do Estado, que é quem pede ao Congresso, por intermédio do Executivo, as verbas com as quais deverá operar o Banco. O outro trabalha com recursos que lhe proporciona o público. Concedendo um empréstimo a qualquer país, ele se torna flador da operação, junto aos subscritores, de quem foi buscar o dinheiro. Até na Suíça, o Banco Mundial já tem colocado tranchés de 50 milhões das suas emissões. Entre um banco que opera com fundos do Governo, e outro muito mais débil, que trabalha com economias do público, o nível de liberalidade do primeiro em seus negócios terá que ser maior que o do segundo, o

qual, por sua vez, carece de um coeficiente de segurança para operar, maior que o estabelecimento cujo giro é financiado pelo Tesouro dos Estados Unidos.

Por que os partidos políticos, entre nós, antes de se lançarem às críticas ácidas e desassizadas, que eles formulam contra as finanças americanas, na América Latina, não estudam as condições que aqui se criam para colocação das economias dos Estados Unidos? Todos eles se sentem na obrigação de criticar, e nenhum no dever de construir. Por isso, deixo consignado aqui a minha admiração e o meu aprêço pelos nobres Senadores da UDN, Srs. Argemiro de Figueiredo e Daniel Krieger, que reagem, dentro dos muros da sua grei, como reajo nos arrais da minha, contra a mentalidade limitada e discriminatória, que em ambas predomina, no caso dos investimentos estrangeiros, cuja presença é imprescindível ao País. É um autêntico suicídio a atitude de uma Nação, que não tendo quase forças de investimento, combate as únicas, possíveis de nos fazerem desenvolver.

Capital estrangeiro

Que é o capital, se não as economias que o homem realiza e acumula, para colocá-las à disposição do desenvolvimento da comunidade? Mas não temos esses capitais, sobretudo hoje, quando o Governo absorve as economias privadas (observe-se o caso das reservas das companhias de seguro) para os alucinados empreendimentos da sua fúria monopolista. Há que ir buscá-lo onde ele existe, e é uma felicidade que o capitalismo estrangeiro o tenha ajuntado para pô-lo ao serviço do progresso de países pouco desenvolvidos, como este nosso. Reflita-se no que os capitais americanos, no Brasil, produziram nos derradeiros doze anos, só em matéria de investimentos para serviços públicos. São

somas prodigiosas, para a indigência dos recursos nacionais. Considerem-se apenas a Brazilian Traction e a American Foreign Power. Essas duas *holdings* resumem tudo.

O Sr. Argemiro Figueiredo — Vossa Excelência tem toda a razão. Tire-se do progresso do Brasil tudo quanto se construiu com a ajuda do capital estrangeiro e pouco nos restará atribuível à nossa iniciativa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Na rubrica do capital estrangeiro, a que se referiu o honrado Senador pela Paraíba, substitua-se esta designação, por Inglaterra, Estados Unidos e Domínio do Canadá, e ter-se-á tudo. Há, hoje, da parte de seções consideráveis da opinião brasileira um propósito mórbido de denegrir a cooperação das melhores vontades na expansão da coletividade nacional. Há dias, um emérito homem público de Minas, parlamentar ilustre, atacava rijamente a Brazilian Traction, porque em vez de dividir o total dos seus dividendos com os acionistas, no Canadá, na América do Norte e na Europa, os reinveste aqui em obras novas em benefício do usuário brasileiro!

Um general do Exército contava-me cabisbaixo que ouvira pirralhos do Colégio Militar, invectivando como “entreguistas” estadistas dos mais respeitáveis dos tempos passados e da era presente da sociedade brasileira.

Perguntar-se-á, se é possível modificar esta mentalidade no Brasil. Eu responderia, com o que observei há três semanas, em Tupã e Machado, ou seja, em São Paulo e Minas Gerais. Na primeira daquelas cidades assisti a 1.600 fazendeiros e sitiantes, aclamarem um orador que atacava o monopólio da Petrobrás. Em Machado, contemplei a sua população e dos municípios vizinhos, reunidos todos os partidos, sem exceção, para saudar o Ministro da Fazenda, pelos

resultados da sua campanha, em favor dos cafés finos e de resistência à demagogia instilada no chamado movimento contra o confisco nacional.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tem V. Exa. todo o direito de dá-lo e nós de o ouvir.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência, com razão, se admira do cripto-comunismo que opera atualmente no País.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não me admiro, limito-me a constatar-lo.

O Sr. Fernandes Távora — No entanto não devemos fazê-lo porque sabemos, V. Exa. e eu, que o atual Presidente da República para alçar-se ao poder teve de se mancomunar com os comunistas, pagando-lhes para que o auxiliassem.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Fui contra qualquer entendimento da nossa coligação com os comunistas, para a eleição presidencial.

O Sr. Fernandes Távora — O general Ministro da Guerra, outrossim, recebeu espada de ouro das mãos dos comunistas. Assim o País só poderá ser o que é.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Lembro ao nobre orador que só dispõe de dois minutos para terminar seu discurso.

O SR. DANIEL KRIEGER — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. consulte à Casa sobre se concede a prorrogação regimental da hora do Expediente, a fim de que o nobre Senador Assis Chateaubriand possa terminar seu discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Daniel Krieger.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, agradeço ao agrário e inconfidente Senador Daniel Krieger — digo inconfidente e S. Exa., sabe por que — a consulta que formulou à Casa, para que eu pudesse concluir esta oração. Agradeço também aos nobres Senadores a benevolência com que me estão ouvindo.

O Sr. Fernandes Távora — A Casa ouviu sempre V. Exa. com muito prazer e atenção.

As encampanções

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sou apenas um repórter, que gosta de agitar problemas de ordem pública, o que é uma preocupação generalizada da Casa. De um modo geral, existe coincidência de julgamentos entre todos nós, no que toca ao fundamento das soluções a adotar.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência é um progressista.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não duvido; tenho o espírito progressista, a Casa bem o sabe. É indispensável fazer o Brasil cada vez mais uma comunidade dotada de progresso civil e político. Um dos males de hoje da nossa terra, é o misonheirismo. O Brasil de Pedro II e de Rodrigues Alves, não é o Brasil de hoje. Sem o progresso material, que alcançamos, depois, eramos, contudo, há 50 anos, mais objetivos. Outrora o nosso País sabia tomar a medida de si mesmo em termos de uma

grandeza que o completava. Hoje, criou-se uma ronda de fantasmas abstratos, para inquietar as massas, que se encontram suficientemente lúcidas para entrar no jôgo das comparações. O nacionalismo, sob a forma agressiva e tôla, que anda por aí, depois da era florianista, recrudescer no tempo da Brazil Railway, mas Afonso Pena, Nilo Peçanha e Wenceslau Braz, não eram ídoles para tomar a posição mental e passionária dos alucinados jacobinos. Foi a presidência passionária de Epitácio Pessoa, o ponto alto da crise nacionalista, sem embargo dessa natureza, rica de contrastes, haver sustentado, impávido, o mais rijo combate ao nacionalismo econômico no caso da Itabira.

Foi a administração Epitácio Pessoa, o período atormentado das encampanções de portos e estradas-de-ferro. Ataquel enquanto pude essa calamidade. Pois, como era possível que um País, faminto de capitais, se dispunha a reexportá-los? Cometeu o Sr. Borges de Medeiros, como presidente do Rio Grande do Sul, a insânia de se opor à elevação das tarifas das Auxiliares, para forçar uma calamitosa encampanção, a qual hoje custa 750 milhões de cruzeiros de *deficit* ao erário federal. A operação, ruinosa em todos os sentidos, feita no Rio Grande, se seguiram outras, que determinariam o Brasil pôr fora das suas fronteiras, um estado-maior estrangeiro de primeira ordem, especializado em serviços públicos, para acabar o Estado Federal se entregando a uma "demagogia nacionalista", responsável pelos maiores desfalques que ainda devastaram os cofres da União. Os belgas da Auxiliaire, pediam em 1920 a Pires do Rio um aumento de 20 por cento nas tarifas. O Sr. Borges de Medeiros foi às do cabo. De saída, depois da encampanção, aumentou passagens e fretes de 50 por cento e disse por que: por ser a estrada já nacional.

Li, em 1921 ou 1922, uma mensagem do Sr. Borges de Medeiros à Assembléa local, dando-lhe conta da elevação das tarifas do par-que ferroviário doméstico. Sem maior constrangimento, êle explicava por que atingira tão alto o aumento de fretes e passagens na Rêde: é que ela entrara agora na fase da nacionalização. Sendo estrangeira a estrada, o negócio não se podia fazer nem com 20 por cento de aumento. Uma vez que era brasileira, as tarifas podiam chegar até 50 por cento nos acréscimos pedidos.

Mostrei, num dos encontros semanais, que mantinha com o Governador Bernardes em Belo Horizonte, em virtude da discussão das cláusulas do contrato da Itabira Iron, Ore, Company, da qual era eu advogado, o trecho da mensagem do Sr. Borges de Medeiros, ufano porque a Rêde era nacional, e ainda mais ufanista por lhe dar 50 por cento, em vez de 30 por cento de aumento de tarifas.

— "Presidente — disse eu ao Governador de Minas — veja o Dr. Borges de Medeiros, que tanto combate a candidatura de Vossa Excelência à Presidência da República. Êle já está mais próximo do Cateete futuro do que pensava. Não tem, sôbre a Auxiliaire nas mãos dos belgas melhor conceito do que V. Exa. com a Leopoldina, nas mãos dos ingleses".

O Sr. *Fernandes Távora* — Peço a V. Exa. licença para mais um aparte.

Infelizmente, essa questão de nacionalismo, em matéria de estradas-de-ferro e outras coisas, continua da mesma forma que no tempo dos Srs. Borges de Medeiros e Epláció Pessoa. Tanto assim que temos tomado ao estrangeiro não estradas-de-ferro, que pudessem servir, mas verdadeiros ferros-velhos, que êles dão graças a Deus

de nos entregarem, recebendo grandes quantias em moedas sonantes. É o que temos feito.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nem podia deixar de assim acontecer, nobre colega. Os acionistas das companhias estrangeiras aqui estabelecidas, tinham deixado de receber dividendos, anos e anos. As companhias viviam com as suas finanças massacradas pela indiferença dos Governos e dos usuários, às suas reclamações para o reajustamento tarifário.

O Sr. *Fernandes Távora* — Se o Governo não tinha dinheiro para lhes pagar, como teve para indenizá-las?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Deveria pagar-lhes subsídios. Esta fôra a política inteligente. Dando-lhes recursos para que pudessem remunerar um dividendo de 4%, nos fôra possível atrair novos capitais para outros empreendimentos ferroviários. A Monarquia, nesse ponto, foi muito mais hábil do que a República.

O Sr. *Fernandes Távora* — As indenizações é que são, realmente, detestáveis, porque sempre acarretam dúvidas quanto à honestidade de quem as recebe.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, a questão posta neste terreno, será tão difícil quão delicada de ser apreciada. Os nossos amigos ingleses são criaturas de uma honestidade tão proverbial que está, prêso em Londres, todo o produto da indenização com que o Governo Federal pagou o preço da encampação da Estrada-de-Ferro Ilhéus a Conquista, aos obrigacionistas da Estrada. Um acionista impertinente declarou em assembléa-geral, que a diretoria da Companhia precisava de uma soma X tirada do valor total da indenização, para dar aos intermediários no Brasil, que haviam tratado do negócio. Para dis-

tribuição da propina em questão — acrescentou o orador — a diretoria necessitava da autorização da Assembléa.

O Sr. *Fernandes Távora* — Não estou acusando os ingleses, mas os nossos patricios, que se conduziram por forma lastimável, no caso da indenização a que se refere o nobre Senador pelo Maranhão.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O caso, de fato, dá para nos fazer corar de vergonha.

O Sr. *Fernandes Távora* — Desejo que minha opinião fique acentuada.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente. Com Epitácio Pessoa recorriamos à política floriantista de exaltação do nacionalismo caricaturesco de recambiamento do capital de dentro para fora do Brasil, sistema adotado pela Argentina, falida ou, até, mais falida do que nós.

Sr. Presidente, não desejo abusar da paciência da Casa.

O Sr. *Fernandes Távora* — Vossa Excelência, toda vez que fala, nos ilustra e dá ensinamentos para os seus companheiros.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Obrigado a Vossa Excelência.

Minério de ferro

Peço a atenção dos caros colegas para um fato digno de ocupar a nossa atenção: três grupos, um alemão, a Ferrostal, outro, a Case Dreyfus, de Paris, e um terceiro, o Sr. Edgard Kayser, apresentaram propostas ou para construir uma estrada-de-ferro especializada, ou para ampliar a Central do Brasil, contanto que se exporte em grande o minério de ferro de Minas Gerais. Nos Estados Unidos, impressiona bastante os centros industriais, a queda do comércio da União Americana com a grande

maioria das Repúblicas da América Latina. Na balança desses países persiste uma situação de desequilíbrio. As emissões inflacionárias que depravam as finanças de quase todas as nossas Repúblicas, provoca um retraimento óbvio dos investimentos particulares. Nos derradeiros quinze anos, do saldo das aplicações feitas na parte ibérica do continente, só 5% são do capital particular. Pede-se por toda parte, na União, uma ação mais dinâmica do comércio norte-americano com os países latino-americanos. Só a Argentina apresenta uma queda de 91,1% do seu comércio com os Estados Unidos. O Brasil, 98,6%. Os minérios têm estado em baixa assim como os preços do cacau. Um simpósio, na Universidade de Kansas City, revelou que a baixa do preço das matérias-primas da América Latina, já provocou, este ano, uma diferença para menos, em nossa capacidade de importação, de 500 milhões de dólares.

Duvido que o Brasil tenha facilmente um mercado devorante de minério de ferro. Perdeu-se aqui muito tempo em organizar esse mercado, pela preferência que dele se atribuiu o Estado Federal. Este é, aliás, uma das maiores fontes das desgraças do Brasil. Nosso *deficit* ficaria deveras mitigado, se tivéssemos a coragem de apresentar proposição a fim de obter que a União se dispusesse a abrir mão de um terço das autarquias e monopólios que lhe corroem as finanças. Como fazer uma política severa de saneamento do nosso signo monetário; o Estado a querer fazer tudo, com uma economia primária como a nossa? Donde resulta a maior parcela da pressão inflacionária que nos desequilibra, se não desse mundo de aplicações de emissões do erário em petróleo, aço, navegação, transportes ferroviários, verbas todas essas que esmagam o orçamento da União e aviltam o custo da vida?

Pode o minério de ferro ser ainda um bom negócio para o Brasil, porém, sob a condição de não continuarmos a perder tempo em nos equipar, a fim de o explorar em escala muito maior do que a que leva a cabo, presentemente, o Governo, no Vale do Rio Doce. Só encontro duas dificuldades para colocar o metal de Minas, nos Estados Unidos e na Europa: é que, de um lado não dispomos de instalações portuárias e ferroviárias com capacidade para o seu escoamento, e, do outro, o nacionalismo-javali, que nos exacerba, não parece tolerar que o método de exploração das jazidas se possa efetuar pela propriedade direta dos depósitos ferríferos pelos importadores, qual acontece no Canadá e na Venezuela. Não encontro, dentro do nosso País, por enquanto, organizações capazes de assumir a responsabilidade do programa de extração de 6 e 10 milhões de toneladas, com entregas, em tempo hábil, às siderúrgicas estrangeiras. Duvido, por isso mesmo, que os grandes consórcios de aço americanos, ingleses e alemães aceitem, de saída, como um encargo nosso, a exploração e a entrega dos suprimentos de que eles carecem, do minério nacional.

O Sr. Fernandes Távora — Todos acreditam que as explorações do ferro possam aliviar o *deficit* da nossa balança comercial.

Alívio para a balança comercial

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A conclusão a tirar das palavras do ilustre representante do Ceará é que à vista se encontram soluções para a crise do café, em que já se encontra engolfado o nosso País.

É o minério de ferro uma chave, na qual se possa encontrar o pronto alívio de que carecemos?

Lí, há pouco tempo, declarações por demais pessimistas do Sr. Gly-

con de Paiva acêrca do lugar que ainda possa restar disponível aos nossos minérios de ferro no mundo. Dormiu-se aqui demais sôbre o problema. Enquanto a corrente nacionalista discutia se deveríamos permitir ou não a exportação da hematita brasileira, o Domínio do Canadá, em Terra Nova, Quebec e Ontário, a Guiné Francesa, a Venezuela, a Libéria, a Índia e a Suécia, tomaram praticamente os mercados de consumo europeus e norte-americanos, cobrindo-lhes as necessidades, que não podiam ser supridas pela produção local. Nossa posição, como País supridor de minério de ferro, no mercado mundial é infima. Não passa de 1 por cento.

Só temos um elemento que milita em nosso favor. O minério brasileiro é o de mais alta cotação nos mercados da Europa, do Japão e dos Estados Unidos. O que acontece, porém, é que para exportá-lo, se excluir-se o Vale do Rio Doce, há tudo por fazer. A demanda aumenta dia por dia, mas ao lado dessa demanda, aquêles países que já estão no mercado, se equipam melhor para acudir aos reforços de ordens emanadas dos mercados consumidores. A África está ganhando mais de 320 milhões de dólares em novos equipamentos. O Canadá, 270 milhões. A Venezuela, 118. A Suécia, 150 milhões. Enquanto êsses projetos estão em linha de marcha, o Brasil ainda discute se deve exportar ou não o minério ou o aço já laminado para os Estados Unidos e a Inglaterra! Patejamos com 2.700 mil toneladas de exportação de minério do ano passado, alheios à expansão colossal da indústria siderúrgica no planêta. Temos uma situação nada favorável para colocar o nosso artigo no exterior. Ele está longe do mar, no interior do País e não se tem transporte interno nem instalações portuárias, excluídos o caminho de ferro da Vitória-Minas e o Pôrto de Vitória,

para movimentá-lo com destino às áreas de consumo.

Os algarismos, para colocação do minério brasileiro nos Estados Unidos, são desalentadores. Calcula-se que ali, em 1975, as necessidades do consumo atingirão a 68 milhões de toneladas. Para essa cifra a contribuição brasileira será, apenas, de 2 milhões. São calculadas as necessidades do consumo da Europa Ocidental até 1960, em 143 milhões de toneladas. Quer a Casa saber em quanto participa o Brasil desse consumo? 1 milhão de toneladas! Estas cifras nada têm de encorajadoras, tratando-se de uma nação como a nossa que, segundo uma *survey* do Departamento Nacional da Produção Mineral, nos dá com 1 milhão e meio de toneladas métricas a menos de cinquenta metros de profundidade e 2 bilhões até 100 metros. De Itabirito, em Minas, a uma profundidade até de 10 metros existem 5 bilhões de toneladas métricas. A 50 metros, uma massa compacta do itabirito atinge a 23 bilhões.

Há quem diga que no "quadri-látero mineiro" existem 37% das disponibilidades mundiais de minério de ferro. Malgrado o alto teor metálico da hematita brasileira, as perspectivas da sua exportação para os Estados Unidos não são animadoras. Não havendo sombra de risco do esgotamento das nossas reservas, todavia, as perspectivas da sua aceitação em doses maciças, pelo mercado americano, não são das mais fagueiras por enquanto.

Resumindo, em termos de isolamento caboclo: — o problema da exploração dos campos foreiros brasileiros terá que ser abordado em bases "entreguistas". Nenhuma companhia organizada do norte do hemisfério ou da Europa, pretenderá ficar na dependência deste País para ver entorpecido o ritmo do seu trabalho industrial devido à má execução dos serviços de entrega de uma matéria-

prima básica para a indústria metalúrgica.

Sementes oleaginosas

Outro corretivo que encontro, além do minério de ferro e manganês para se enfrentar o problema da baixa do nosso mercado apurador de divisas, são as sementes oleaginosas. A Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos, a Holanda, têm um largo consumo de todas elas. A questão é aqui nos organizarmos para as lavouras de algodão, soja, amendoim, girassol, mamona, etc. São Paulo e Rio Grande do Sul estão preparados para introduzir na sua produção agrária este tipo de exploração da terra.

O Sr. Fernandes Távora — Permite-me lembrar a V. Exa. que quando a comissão de industriais de São Paulo esteve no Nordeste, avallou em cerca de dois bilhões a importância que poderíamos obter todos os anos só com os produtos oleaginosos: por consequência, não devemos desprezar essa fonte.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Lamento que V. Exa. haja trazido a debate, palhaços de um divertido circo de cavalinhos e cavalões da Federação das Indústrias de São Paulo, que foram ao Nordeste. A maioria, dos membros dessa Comissão não fez outra coisa senão ludibriar as populações do Norte. Nosso sertanejo supunha tratar com gente séria, quando eles não passavam de usufrutuários de banquetes apanhados à credulidade dos incáutos. Começa que nenhum dos que lá estiveram possui cabedais para qualquer espécie de investimentos. E, se os tivessem, não o empregariam, pela ausência total de sentimentos nobres, na ajuda às regiões subdesenvolvidas do Brasil. O que os interessa é só a tarifa protetora, para as suas indústrias, que vivem na base da proteção fiscal. Nem em

São Paulo nenhum d'êles até hoje cooperou sequer num campo de demonstração de café de qualidade. Veja V. Exa.: faz quase um ano que o bando federativo andou pelo Norte. Que é que saiu prático da excursão paulista, feita debaixo dos rufos de uma publicidade estentórica? Nada, três vêzes nada.

O Sr. *Fernandes Távora* — O que disseram em relação ao Nordeste, é uma verdade.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Dizer e fazer são duas etapas diferentes. Que adianta que indivíduos saturados de egoísmo, gozadores empedernidos da vida, façam o elogio acadêmico desta ou daquela região, para depois olvidarem as promessas mais elementares da cooperação para o desenvolvimento dela?

O Sr. *Prímio Beck* — Permita Vossa Excelência um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois não.

O Sr. *Prímio Beck* — Vossa Excelência há pouco disse que a produção do solo do Rio Grande do Sul, pode ser diversificada no capítulo das sementes oleaginosas...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É bem verdade. A intensificação da produção da soja é prova disso.

O Sr. *Prímio Beck* — ... a ponto de se tornar o meu Estado um dos maiores centros produtores do País de uma nova riqueza exportável. Entretanto, alega Vossa Excelência que não é possível desenvolver um esquema produtivo de acôrdo com as nossas necessidades. Em parte, o Legislativo é o culpado dessa situação...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Grandemente culpado. Devíamos ser mais militantes num programa de disseminação de sementes, que rendam dólares...

O Sr. *Prímio Beck* — ... pois é ele que dispõe dos recursos para serviços necessários à produção nacional, ao desenvolvimento do País. Quero referir-me, por exemplo, à estrada-de-ferro tronco, central, que ligará a Capital da República à do Rio Grande do Sul e, mais ainda, à cidade de Jaguarão, ou seja, à ferrovia que vai de Engenheiro Bley a Rio Negro; de Rio Negro a Bento Gonçalves e desta a Caí. Precisamos de dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros para terminar um trecho excessivamente necessário. Este recurso, entretanto, até agora não nos foi concedido. Lamentavelmente, pelos restos da nossa compra de trigo, esta estrada-de-ferro vai contar com o auxílio de apenas oitenta milhões de cruzeiros. Fiz parte, quando secretário das Obras Públicas do meu Estado, da Comissão encarregada de estudar o plano de aparelhamento dos portos do Sul do País. Elaboraram os técnicos trabalho minucioso que foi enviado para o Rio de Janeiro. Precisávamos, naquela ocasião, de duzentos e setenta milhões de cruzeiros para aparelharmos os portos do Rio Grande do Sul, Vitória e Bahia e construirmos dois *piers* na Capital Federal. Desses duzentos e setenta milhões de cruzeiros foram concedidos vinte e sete. Quem são os culpados? Os culpados são aquêles que fazem parte do Legislativo, porque o Orçamento da União é votado pelo Congresso. O Executivo não é o dono dos recursos financeiros do País. Os donos são os representantes do povo, tanto os da Câmara Alta como os da Câmara Baixa, e êsses representantes devem deixar de andar como tico-ticos, procurando fórmulas e soluções eleitoreiras, para, com verbas daqui e dacolá, ajustá-las aos interesses eleitorais. Temos que enfrentar, rijamente, êsses problemas cuja solução é por demais necessária ao desenvolvimento e barateamento de nossa produção. Seja qual fôr o Executivo, deve êle executar — daí o seu

nome — para solucionar esses problemas. Infelizmente, porém, isso não ocorre; os membros do Executivo sucedem-se, cada um deles vem com novos planos, e a solução dos velhos problemas, tão necessária ao País vão ficando para as calendas gregas.

Situação dos partidos

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Dirijo as censuras que V. Exa. formula aos partidos, sem exceção. Pode-se dizer que os partidos políticos só existem no Brasil, em vésperas de eleições. Procedida essa, eles entram em hibernação ressonando a sono solto e criando estado de tumulto e anarquia permanentes da Câmara. Dir-se-ia que os homens, ali, agiam sem dependência de vínculos partidários. São peças soltas de um organismo que não se articula, senão artificialmente, por espasmos. Não os unem laços de disciplina e daí as decisões calamitosas tomadas pela outra Câmara do Parlamento. Na minha terra natal, um representante do PSD paulista assistiu cinco dos nossos chefes, no interior, venderem os votos dos companheiros aos adversários. Nenhum foi expulso das fileiras! Nossos Estados do Norte têm problemas importantes de que não curam no âmbito federal os seus partidos. O que atrai os representantes do nosso povo, é o automóvel.

O Sr. Prímio Beck — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Prímio Beck — Nossos partidos têm seus dignos líderes, os quais poderão assinalar ao Executivo as obras mais interessantes e necessárias e que devam ser continuadas: não digo iniciadas, mas continuadas. A referência que Vossa Excelência faz quanto à Paraíba, eu a estendo ao Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Cata-

rina onde existe o estreito do Rio Uruguai, com apenas dezoito metros. Foi votada verba de quatorze milhões de cruzeiros para início dos trabalhos técnicos necessários à Usina do Estreito do Rio Uruguai e que beneficiará esses Estados com oitocentos mil kilowatts. Entretanto, até agora, a verba não teve solução.

Intransigência e ditadura

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Veja V. Exa., entretanto, o que é benevolência nacional, para que após três anos apenas, se votassem novas concessões de automóveis para os congressistas.

A paciência do povo brasileiro não conhece limites para tolerar as tropelias dos partidos. Ouça a Casa este episódio de côr local paraibana.

Na minha terra natal tentei em 1951 fazer do orçamento do Estado uma peça puramente administrativa, genuinamente técnica. Sugi ao Governador José Américo convencesse os líderes dos partidos para apresentar-lhes a idéia. Concordou o Governador, prontificando-se a aceitar o projeto que os líderes dos partidos e seu Secretário da Fazenda acordassem em levar à Assembléia. Reputava o chefe do Executivo paraibano a mais bela lição que os republicanos do seu Estado poderiam dar aos dos outros: elaborar-se um orçamento por profissionais da administração, e os partidos concordarem em não crivá-lo de emendas para mutilá-lo na Assembléia. Vim ao Rio de Janeiro, e pedi ao Ministro da Fazenda que remetesse os técnicos do DASP, destinados a trabalhar nas duas leis, a de Meios e a da Despesa.

Nesse interim, intervem um dos Deputados da Oposição de maior ascendência na UDN local. Foi o suficiente para que nada se fizesse. O Deputado era indivíduo ácido, de mau caráter e preocupado com os interesses subalternos do partido e da sua família.

Lamento ter que dizer que a maioria dos partidos políticos brasileiros, visando um ideal de progresso, com a sobrevivência do regime é coisa inatingível. A intransigência das facções em considerar o bem comum pode levar-nos a uma ditadura. Ninguém se apercebe disso: mas ela não pode deixar de rematar a série de atentados à moralidade e a segurança do País, que estamos praticando todos os dias. O entendimento das facções existe, sim, mas é para saquear os cofres públicos com uma iníqua ação predatória em favor dos clãs partidários.

O Sr. *Fernandes Távora* — Permite V. Exa. um aparte? — (*Assentimento do orador*) — Pode V. Exa. ficar ciente de que, quando se tratar dos interesses do Brasil, a União Democrática Nacional não deixará de acompanhar aqueles que propugnam pela ação digna de todo aprêço.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Parlamento e Executivo têm diante das exigências imperiosas do interesse público, uma linha de conduta emocional. Os problemas de índole econômica, política ou ideológica pairam em outro terreno que eles desconhecem.

O Sr. *Prímio Beck* — Esses problemas são esquecidos, para serem inventados outros.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não se trabalha hoje no Brasil, em terra firme, porque a preguiça e a indolência invadiram todas as camadas políticas da sociedade.

Tome-se a questão do petróleo.

Que é preciso para confundir os comunistas e os cripto-comunistas?

A atitude do Capitão Prestes no ano de 1947, no Senado, fazendo apêlo ao capital e à técnica estrangeiros para resolver-se aqui a questão do óleo. A atitude de Getúlio Vargas, depois, afinando por idêntico diapásão, quando deixou pesquisar, lavrar e refinar a Petro-

brás, e, também, ao capital e a técnica privados, no projeto que mandou ao Congresso.

O Sr. *Novaes Filho* — Vossa Excelência tem razão.

Agricultura especializada

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Basta de se falar tanto em industrialização, até porque mais industrialização implica em mais dependência dos mercados de fora, e nós não temos nem com o que pagar as matérias-primas estrangeiras do que aqui já temos como atividade manufatureira.

O Brasil, ou faz uma agricultura especializada de matérias-primas tropicais e uma pecuária e uma indústria extrativa de exportação ou cai da posição em que ele se encontra no mercado mundial. Para isso há que sanear quase todas as nossas fontes de produção e dotar a nossa ferramenta de trabalho de outros métodos que não sejam os que presentemente vigoram. Não se trabalha quase, ou se trabalha muito pouco no Brasil. A intervenção do Estado Federal na lavoura é o que pode haver de desastrado. A lavoura, no trópico, já é de si um mau negócio, e, quando nela interfere a ação estatal, o negócio piora ainda mais.

O tempo, o tempo, aqui, Senhor Presidente, é o inimigo permanente do lavrador. Sêcas, geadas, inverno em excesso, granizo, pragas em abundância, Cofaps, ágios para encarecer o material de mecanização e suas peças, tabelamentos, preços-teto, todos esses elementos arrasam com o que na vida do agricultor se chama a previsão de safras.

Nada se pode prever quando a gente se torna homem da terra, no Brasil. E é da terra, que se há de esperar o remédio dos males que nos pestelam. Até porque se não se der uma relativa estabilidade às atividades do homem no

campo, o Governo estará matando as fontes de provisão das cambiais de que êle carece.

As duas ondas que avassalam e estão destruindo o Brasil são, em primeiro lugar, o *steeple chase* demagógico, para saber quem dá mais coisas ao operário, quem mais o lisonjela, à custa de uma produção que se está fundindo, o homem do trabalho.

Elevou-se o trabalhador à categoria de uma divindade, à qual cumpre tudo sacrificar. E os dois sacrifícios maiores dos partidos a essa Siva, são: elevação de salários todo o ano, e o Estado com a ampliação cada vez maior da superfície do seu patronato, a fim de dispor de salários à vontade para mais eleitores dos partidos.

Ao lado da fúria demagógica, reina uma atroz incompetência de noventa e nove por cento dos indivíduos, que fazem política para se interessar pela coisa pública como legisladores, ou dirigí-la como administradores.

O País, destituído de liderança nos partidos, está-se estiolando, sobretudo nos seus campos, que perdem substância, ante a prática das culturas extensivas, as quais apressam a erosão do solo. Terra privada de fertilidade quer dizer agricultura sem produtividade. Não logrando o Brasil manter as suas plantações em nível elevado de produção, o que acontece é que quase tudo o que lançamos no mercado de nossas safras, é gravoso como mercadoria exportável. Isso a principiar do café. A nossa maior riqueza é produzida no Brasil mais cara do que no México, na África e nos países centro-americanos.

O *Sr. Prímio Beck* — Permita V. Exa. um aparte, não como Senador, mas como industrial que sou no Rio Grande do Sul. A nossa produção é cara porque não contamos, absolutamente, com apoio

oficial. Não só a produção do Rio Grande do Sul é cara, como tôda a produção do Brasil. Há pouco, antes de chegar a esta Casa, recebi telefonema de grande industrial do Rio Grande do Sul, que veio solicitar recursos a fim de continuar com a sua produção manufatureira lanigera no Estado e êstes lhe foram negados. Eis o incentivo aos empréstimos triangulares que se está verificando nas grandes praças. Fabricantes e industriais chegam a pagar três por cento de juros ao mês ao particular, que dispõe de recursos, a fim de conseguir melos com que ressaicir seus empregados, ao terminar a quinzena. Sujeta-se assim a juros extorsivos. É alimentar a usura, o crime, o vício bancário da operação triangular, no Brasil. Era o que desejava dizer a V. Exa. não como Senador da República, mas como industrial.

O subconsumo

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O nosso ilustre colega, Sr. Prímio Beck, acaba de agitar problemas dos mais sérios do Brasil — o do subconsumo. Esta situação tem várias causas que não são uma nem duas ou três que a determinam. A vista, porém, encontramos uma: as exportações brasileiras caem assustadoramente. É o drama em que se encontram os grandes Bancos e os banqueiros nacionais. Que adianta continuar o banqueiro a suprir o seu cliente com dinheiro, se os mercados no Brasil rendem cada vez menos, para dentro ou fora do País?

O *Sr. Prímio Beck* — O banqueiro que não dispõe de recursos forçará aos que a êle recorrem a canalizar suas reservas para o Banco.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Exa. se equivoca. As caixas dos Bancos estão gordas. Eles não têm é a quem emprestar com segurança.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Lembro ao nobre orador de que está finda a prorrogação regimental da hora do Expediente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Concluirei, Sr. Presidente, dizendo que seria conveniente usar nos nossos parques de trabalho os métodos chineses que estão sendo aplicados no Rio Grande do Norte. Naquele Estado ninguém exporta hoje xilita. Mas os chineses, ali recém-chegados, estão mandando o produto das minas locais para os Estados Unidos. Vamos chinesificar o Brasil; vamos ver como os chineses do Rio Grande do Norte estão logrando fazer no País uma economia rendosa, de modo a poder exportar a xilita, com a queda brutal que se verifica nos Estados Unidos e na Inglaterra em suas cotações.

Por outro lado, solicitaria aos partidos políticos que nomeassem essas belas figuras de "domadores de onça", que são os nobres Senadores Argemiro de Figueiredo e Daniel Krieger, para empreenderem uma política de reeducação dos seus e nossos correligionários e fazê-los entrar em nossas tabas, a fim de conduzir-nos à civilização e, sobretudo, à convivência pacífica daqueles povos que têm capacidade de investimentos no Brasil e não fazer do brasileiro um povo agressivo, não homogêneo, desgraçadamente inóspito com as nações capitalistas, as únicas forças que podem colaborar com a nossa redenção, no momento.

Termino, portanto, dando um viva ao capitalismo estrangeiro, porque, sem êle, antes de morrer-mos de fome, teremos sucumbido por escassez de inteligência e privação de caráter. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

**3.^a Sessão da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a Legislatura, em
19 de março de 1958**

PRESIDÊNCIA DOS SRS. APOLONIO SALLES E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Senho-
res Senadores:

Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Georgino Avelino.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Attilio Vivacqua.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Caiado de Castro.
Gilberto Marinho.
Bernardes Filho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.

Lino de Mattos.
Domingos Vellasco.
Pedro Ludovico.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Alô Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Nereu Ramos.
Mem de Sá. (52).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Senhores Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Arlindo Rodrigues, servindo de 2.^o Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Quarto Secretário, servindo de 1.^o, lê o seguinte

TELEGRAMA

Do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, encarecendo a necessidade de ser preservada a indústria nacional na questão da American Can Co.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS —
(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, em discurso que pronunciamos nesta Casa, na sessão de 15 de fevereiro de 1955, afirmamos que *“a resistência do consumidor norte-americano, contra o preço do café brasileiro, nos deixava a impressão de que se pretendia forçar o Brasil a enveredar pelo caminho perigoso da concorrência de preços com os demais produtores, principalmente dos países da América Latina”*.

Seria a luta, acrescentamos nós no referido discurso, *“entre irmãos pobres em favor dos irmãos ricos”*.

Era perceptível, mesmo aos leigos em assuntos de café, que a manobra do consumidor norte-americano objetivava levar a luta competitiva de preços entre os produtores de café, a fim de forçar o seu barateamento, mesmo com prejuízo do produtor carente de divisas para o equilíbrio do seu comércio internacional.

Urgia, portanto, a organização imediata de um plano de defesa do preço do café. Proclamamos essa necessidade e vimos-la prestigiada pelos apartes de ilustres e nobres Senadores e, acredito, pela unanimidade da imprensa, tal o destaque dado, então, à nossa despretenciosa contribuição em favor desse problema de relevância nacional.

Planejamento inteligente

Planejar a sustentação do preço do café, com base em entendimentos inteligentemente conduzidos com os demais países cafeeiros, em particular, com os da América Latina, evitando-se as falhas verificadas no passado, foi, então, o ponto de vista que sustentamos. E, Sr. Presidente, passados três anos, mais se fixou em nossa opinião, o acerto da medida preconizada.

Acontece, porém, que essa sustentação de preço trouxe aos meios econômicos, políticos, jornalísticos e até mesmo sociais, ambiente de controvérsias, de discussões apaixonadas e até mesmo violentas.

A semelhança da “Casa de Orates”, todos falam e poucos se fazem entender.

Entretanto, Sr. Presidente, não há brasileiro que, em sua consciência, deixe de reconhecer a necessidade da convergência de todos para a busca de uma solução, sem prejuízo das críticas e recriminações aos que conduziram a erros, plano destinado a inegável êxito.

Indicação dos erros

Repisar na indicação dos desastrosos é fórmula objetiva de se encontrar as soluções certas.

A falta de plano, previamente estudado nos seus efeitos favoráveis e contrários, tornou-a pública, o renomado líder da cafeicultura colombiana, Manoel Mejia, em uma espécie de carta-póstuma a fustigar os nossos vícios patrióticos com este tópico, que seria atrevido e afrontoso se, desgraçadamente, não fosse verdadeiro: *“A situação do Brasil é muito semelhante à nossa, mas com a diferença de que mesmo que fracássemos, temos um plano definitivo; aqui (no Brasil) eles não o têm...”*

Acôrdo do México

O chamado acôrdo do México se fez, portanto, sem a bússola do plano prévio, por isso o Brasil, inconscientemente, se comprometeu à retirada de 20% do café exportável, mas se esqueceu de acertar, de imediato, com os demais produtores convenionados, as bases para a sustentação dos preços, principalmente o indispensável diferencial de preços entre os nossos e os cafés finos da Colômbia, México e América Central. A par desse convênio de perceptível representatividade ao grande consumidor, ne-

nhum trabalho psicológico de esclarecimento da opinião pública norte-americana se fez a fim de convencer, aos nossos irmãos ricos, da imperiosidade de tais medidas, como fórmula salvadora de nossa economia até mesmo para a nossa maior capacidade aquisitiva de produtos industrializados pela poderosa nação.

A medida da intoxicação do espírito dos nossos vizinhos do norte, agastados com as nossas improvisações no plano de preços altos, se patenteou pelas palavras do observador norte-americano, Sr. Randall, no decorrer dos trabalhos para a criação de um organismo mundial do café.

O Brasil nas cotações da Bôlsa Americana

A êsses erros timbraram as nossas autoridades em acrescentar a subversão das boas normas comerciais comparecendo, por intermédio de seus prepostos, a Bôlsa de Nova Iorque, para uma intervenção no processo de cotações, intelramente contrário ao espírito de um povo desabituaado da presença governamental nos seus atos de comércio.

Procedimentos que refletem, sem dúvidas, a desorientação de autoridades que, à maneira de embriagados, buscam uma porta, mas não conseguem meter a chave em sua fechadura, para abri-la.

Enquanto lá fora, a luta pelo preço compensador do café se orientava, com tais imprudências e falhas, não menores foram os desacertos internos.

Preços mínimos e prêmios

A política de preços mínimos e prêmios, para os cafés classificados como preferenciais, se impunha como solução hábil, diante da crise em que se debatia a lavoura cafeeira, a ponto de ameaçar o Governo com a chamada "marcha da produção", que outra coisa não era senão uma espécie de "mar-

cha da fome". Todavia não se compreende a obrigatoriedade do Governo garantir preços mínimos, sem a providência correlata, da limitação de plantações, principalmente, tendo presente as novas qualidades de cafés precoces cuja produção se inicia logo no segundo ou terceiro ano. Preço mínimo é solução salvadora para os cafezais existentes e vitimados pelas crises econômicas, nunca, porém, deve ser providência para auxiliar a super-produção do produto. É o que vai acontecer para agravar mais ainda o futuro da nossa rubiácea, se não houver a exigência da proibição de novos plantios de café.

A inegável necessidade de se premiar a exportação, conforme o valor, em dólar, alcançado pelo produto, exigia, porém, das autoridades maior rigor na aplicação do regulamento de embarques. Procedeu-se, entretanto, de maneira contrária, porque a classificação do café, considerado preferencial, passou a ser feita com exigências pouco rigorosas, bastando a cor uniforme, boa seca, boa torração e não inferior ao tipo 4, em média no lote, sem contar tipo inferior a 5, para classificar-se na categoria de café preferencial.

Essa tolerância trouxe consequências de extrema gravidade para o mercado internacional, porque, estando os cafés preferenciais isentos da limitação fixada para os diversos portos de embarques, e dada a grande facilidade na sua classificação, o volume do produto, em tais condições, que tomou o caminho livre, das cidades exportadoras, ultrapassou, de muito, as cotas previstas pelo Regulamento de Embarque, abarrotando-as de café.

A presença física de quantidade preferenciais, violando o limite pré-estabelecido, funcionou, duplamente, contra o plano governamental de sustentação de preços, isto, porque alertou o comprador com o volume exagerado

do produto, já na porta de saída e, mais grave ainda, dificultou, pela conseqüente restrição, a presença de cafés comuns, nos portos de embarque. Essa circunstância colaborou muito para a crise, porque a maior exigência do consumidor norte-americano, no início de cada ano, é a de cafés comuns, devido à existência satisfatória, nessas épocas, de cafés suaves.

A pequena porção de cafés comuns agiu, portanto, como incentivo para a entrada, nos Estados Unidos, do produto africano. Como fatores de agravamento da crise, funcionaram, portanto, o excesso de preferenciais, a escassez de cafés-comuns, os níveis das garantias de preços mínimos, desajustados da realidade das cotações internacionais e, ainda, a ação comercial dos nossos concorrentes centro-americanos, que passaram a vender, por preços baixos, todo o estoque disponível, porque o acôrdo do México não lhes criou a obrigação de sustentar preços. Esta última providência foi conseguida em plena crise, em uma viagem precipitada do presidente do IBC à Colômbia, fato que confirma a inexistência de plano previamente acertado.

Apaniguados do Governo

A prevalência da improvisação governamental ficou, de calva à mostra, em todos os atos relacionados com o problema do café. Nem mesmo o aspecto da honestidade comercial nas relações do IBC com os cafeicultores se procurou acautelar. Indefensável se nos afigura o critério na escolha dos prepostos do IBC para a compra de cafés diretamente do produtor e para a intervenção na Bôlsa de Nova Iorque. Impunha-se uma orientação pública na designação de tais elementos, a fim de cobrir-se o Governo Federal da suspeita de estar propiciando nababescos negócios a apaniguados seus.

Apontados alguns dos erros cometidos na área governamental é de se admitir que as autoridades emendem a mão, apegando-se ao velho adágio latino: "*Errare humanum est. Perseverare tantum diabolicum*".

Influência de Belzebu

Está em risco o cerne da economia brasileira. A nossa sensibilidade patriótica está captando sinais de que tôdas as críticas, as tolerantes e as intransigentes, nasceram do escopo único de servir ao Brasil, por isso mesmo, se generaliza a disposição para o reconhecimento de haver sido um erro humano essa falta de previsão da crise. Persistir nêle seria, portanto, diabólico.

Em tais condições, cumpre às autoridades encarregadas da defesa do café, afugentarem dos seus espíritos as possíveis influências malélicas de Belzebu.

PÉS NA TERRA

Lembrem-se êsses cidadãos de que a investidura em cargos elevados, na administração pública, não os transforma em oniscientes, oniparentes ou onipotentes. Devem manter os pés na terra e a cabeça desapaixonada para o entendimento da razão.

É uníssona a voz do povo, pela imprensa e parlamento, de que se impõe a união dos brasileiros na defesa de um plano.

Na leitura dos grandes e pequenos órgãos da imprensa, todos patrioticamente preocupados com a crise do café poderá o Governo Federal encontrar as linhas mestras do plano salvador.

(Interrompendo a leitura): Sente-se, Sr. Presidente, em todos os nossos jornais, das pequenas cidades às grandes metrópoles, o desejo de orientar a política do café no sentido de salvar o Brasil da crise em que se debate no momento. Há os mais apaixonados, há os mais compreensivos, há os fran-

camente favoráveis ao Governo. Todavia, quem se der ao trabalho de ler um destes comentários, do mais violento àquele que aplaude o Governo, sente, percebe, nota que comentários favoráveis à orientação governamental reconhecem a existência de um erro na aplicação do plano de valorização do café.

Eu poderia, Sr. Presidente e Srs. Senadores, lançar mão de numerosos artigos sobre o assunto a que venho de me referir, para provar a procedência das minhas afirmações.

Sem o propósito de dar a este ou àquele órgão da imprensa o maior relêvo, mas tão somente com o objetivo de mostrar, através de um só jornal, a orientação quase da unanimidade, eu me permito, Sr. Presidente, passar à leitura de três comentários sobre o problema do café, publicados pelo vibrante "Diário de Notícias", desta Capital.

É de todos conhecida a posição desse matutino. O próprio comentarista é quem diz que, se fora em atenção a essas autoridades, nenhuma providência seria sugerida. Não está em jogo, porém, apenas o Governo da República e sim os interesses maiores da própria nacionalidade.

Devo esclarecer, Sr. Presidente, que eu poderia, à semelhança do que pretendo fazer com o "Diário de Notícias", ir às páginas vibrantes, candentes do "Correio da Manhã", do "Jornal do Brasil", do "Jornal do Comércio", enfim, dos grandes e pequenos jornais do Distrito Federal, da capital de São Paulo e de todas as cidades do País, porque em cada um deles encontraria a mesma crítica, marcando, ao mesmo tempo, para o Governo, a orientação que deve ser tomada para salvar o Brasil da crise econômica em que vive.

Senti, entretanto — repito — através das manifestações de líderes da cafeicultura, que a orientação preconizada nesses artigos

do "Diário de Notícias" está sendo favoravelmente recebida pela classe.

Ainda ontem li comunicado de um dos maiores líderes do café em nossa Pátria — o Sr. Almeida Prado — no qual S. S.^a aplaude e incentiva o comentarista daquele órgão da imprensa pela feliz contribuição que traz para a solução do problema.

Passo, agora, Sr. Presidente, a ler os artigos, o primeiro dos quais, publicado no dia 16 do corrente mês, tem o título.

CRISE E SOLUÇÃO

"A política cafeeira inaugurada em 1.^o de julho do ano passado, quando anunciada um mês antes pelo Ministro da Fazenda, com vivos aplausos das classes interessadas, foi recebida por nós com fundadas reservas. Não que fôsse condenável em si o plano; ao contrário, muito havia que nele aplaudir, porém o conhecimento que tínhamos do comportamento das várias forças em jogo nesse complicado mecanismo que é a economia cafeeira, nos induzia a encerrar com pessimismo o futuro.

A reativação das exportações, a partir de outubro, foi por nós registrada com evidente satisfação, embora com a advertência de que era cedo para manifestar qualquer otimismo a respeito. Preferíamos ter errado em nossas previsões, o que infelizmente, para o País, não aconteceu.

A partir de dezembro, a situação agravou-se e, hoje, estamos diante de uma conjuntura extremamente perigosa, menos pelas deficiências do plano pôsto em prática do que pela quase geral incapacidade dos executores da nossa política cafeeira.

As dificuldades não são insolúveis, como demonstrare-

mos adiante, mas a sua superação depende de medidas corajosas a serem levadas adiante com firmeza. Falta, no entanto, pulso aos condutores da política cafeeira. A maioria dos que discutem o assunto está preocupada com especuladores, supostos ou verdadeiros. Ora, não interessa, evidentemente, identificá-los. Mas fundamentalmente interessa, isto sim, tomar medidas que impeçam ou contenham a especulação, ao invés da atitude policial que obscurece o fundo do problema.

Não importa, igualmente, no caso, a situação de agonia política do Sr. Alkmim. Por êle não moveríamos, é claro, uma palha que fôsse. É do nosso dever, no entanto, ajudar ao País a sair dessa entaladela em que o meteram o próprio Sr. Alkmim e seus comparas na execução do plano cafeeiro. Acontece que o plano não está sendo cumprido. Sua eficiência depende da aplicação do acôrdo do México, que é o seu complemento indispensável, mas êste, por sua vez, só criou obrigações na defesa do preço do café, para o Brasil. Ora, sem a manutenção do diferencial que sempre se observou, devido a qualidades, entre os cafés colombianos (Medellín, Armênia e Manizales) e o Santos tipo 4, é impossível funcionar no mercado internacional.

Assim, a primeira providência é obrigar os colombianos, e para isso não nos faltam argumentos suasórios, a vender o seu café a um preço de 3 a 5 centavos de dólar por libra-pêso acima do preço dos Santos 4, a fim de permitir a exportação do último. Não está explícita a providência no convênio do México, porém implícita, pois, doutra forma, o acôrdo não tem sentido".

Sr. Presidente, abro parêntese na leitura que estou fazendo, para insistir no tópicó do meu discurso em que qualifiquei de inocente a atuação dos representantes do Instituto Brasileiro do Café no Convênio do México, ao aceitarem a dedução dos 20% nos nossos cafés exportáveis, sem condicionar no próprio Tratado Convencional a obrigação da Colômbia de vender seus cafés com a diferença preferencial de alguns centimos a mais no tipo quatro.

O Sr. Alvaro Adolpho — Dedução que não poderia constar do Acôrdo.

O SR. LINO DE MATTOS — Tanto foi assim, eminente Senador Alvaro Adolpho, que após a verificação dessa manifestação de boa-fé e inocência dos brasileiros no Tratado do México, o representante do Instituto Brasileiro do Café foi à Colômbia, às pressas, para conseguir, em acôrdo complementar, o estabelecimento de ágio que cobrisse a diferença preferencial de preços.

O Sr. Alvaro Adolpho — Permite V. Ex.^a que um homem da terra da borracha dê "palpite" a respeito do problema do café, a propósito das apreciações que está fazendo?

O SR. LINO DE MATTOS — Com muito prazer.

O Sr. Alvaro Adolpho — Parece-me que essa inocência vem de longe, da valorização artificial do café que propiciou à Colômbia a sua prosperidade à custa do nosso produto.

O SR. LINO DE MATTOS — Fato, eminente Senador Alvaro Adolpho, que agrava ainda mais a incúria das nossas autoridades incumbidas da defesa do café, porque têm à frente os exemplos do passado das valorizações artificiais, das quais resultou a revolução que conduziu à deposição de um

presidente da República e à impossibilidade de o sucessor assumir legalmente o poder. É o caso da borracha da Amazônia e de tantos outros produtos, sacrificados por falta de orientação, de plano pré-estabelecido, de estudo tendente à verificação dos prós e dos contras.

O Sr. Alvaro Adolpho — Permite o nobre colega um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Dou permissão com todo o prazer.

O Sr. Alvaro Adolpho — Penso que a responsabilidade da atual crise não cabe tão somente aos atuais encarregados da política cafeeira. As causas são profundas, vêm de muito longe; talvez mesmo remontem ao Convênio de Taubaté.

O SR. LINO DE MATTOS — Talvez estejam pagando o erro de não se louvarem nos bons exemplos, de não verificarem o que aconteceu com o Acôrdo de Taubaté e outros, em tôrno do café.

Como disse, com acôrto — e foi objeto da primeira parte do meu modesto discurso — a Colômbia, através do falecido Embaixador Mejía, despertou nossos brios patrióticos, aludindo ao fato de não têrmos plano para ser executado com resultados eficientes.

Fechando êste parêntese, Sr. Presidente, prosseguirei na leitura do comentário do "Diário de Notícias".

O Sr. Othon Mäder — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Concedo a permissão com grande prazer.

O Sr. Othon Mäder — Desejo cumprimentar V. Ex.^a pela magnífica peça que produz, expondo, com precisão e clareza, a situação do café e patenteando a responsabilidade dos dirigentes da política cafeeira, que não a souberam encaminhar devidamente. Sofre-

mos, hoje, as conseqüências da incapacidade dessas autoridades. Classificou o nobre orador de inocentes os nossos representantes que compareceram à Conferência do México. Acrescentaria eu: inocentes e ignorantes. Infelizmente, quando o Brasil manda representantes aos Congressos internacionais, geralmente os escolhe à última hora entre pessoas que não entendem dos assuntos e pelo critério das amizades pessoais. Competindo êles com especialistas e técnicos habilitados, seus argumentos são facilmente derrotados. Eis por que não só na Conferência realizada no México, como em quase todos os certames internacionais, o Brasil é sempre prejudicado. Jamais consegue impor seus pontos de vista ou fazer prevalecer seus interesses. Assim, a culpa e a responsabilidade devem ser atribuídas àqueles que colocam nos postos chaves da política cafeeira cidadãos incapazes de desempenhar seus mandatos. Sofremos, pois, repito, as conseqüências desses erros, sentindo-as na própria carne. Não devemos culpar os países vizinhos ou atribuir nossas dificuldades a represálias de americanos ou europeus. Pagamos por erros praticados por nós mesmos: e somos os responsáveis pelos males que afligem o Brasil. Apóio, portanto, integralmente, as considerações que V. Ex.^a expõe; e reforço a afirmativa de que o Brasil atravessa fase crítica e difícil de sua economia cafeeira, por culpa exclusiva dos dirigentes e executores da política desse produto.

O SR. LINO DE MATTOS — Desvanecedora para mim a manifestação de apolo do eminente Senador paranaense, que nesta Casa representa, também, região produtora de café, em grande escala.

Estou concorde com o nobre Senador Othon Mäder quando afirma que, allás, além de inocentes, foram os nossos representantes ig-

norantes. Compareceram êles a um Congresso na Cidade do México para a defesa do produto brasileiro, — do café em geral — assumiram o compromisso de retenção de parcela ponderável do nosso café exportável. Esqueceram, no entanto, o fundamental, o principal, o basilar: assegurar, de imediato, a obrigatoriedade, por parte da Colômbia, em particular, do diferencial de preço entre o seu e o nosso café. Essa providência foi tomada — não sei se com a mesma segurança que seria no instante da assinatura do Convênio do México — mais tarde, de maneira precipitada, com correias, pelo presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Foi — repito e estou de acôrdo com o nobre colega Senador Othon Mäder — não só inocência, mas ignorância, dando lugar às consequências que advieram dêsse ato.

Sinto que, à semelhança do que se passa conosco, também o illustre representante do Paraná não se coloca contra o plano de sustentação de preços, desde que executado de maneira sábia, de modo hábil, de sorte a não provocar represália do consumidor e ao mesmo tempo não intoxicar nossos portos de exportação com volume físico do café, conforme atualmente verificamos nos de Paranaguá, Santos e outros, que têm cafés, tidos como preferenciais, em dôbro do permitido pelo Regulamento de Embarque. Houve facilidades no processo de classificação dos chamados “cafés preferenciais”, que desceram pela liberação estatuída no próprio Regulamento de Embarque, dando ao consumidor de além-mar á impressão de que poderia regatear conosco o preço, porque sentia que estávamos abarrotados de café em tôdas as cidades exportadoras.

Com êstes agradecimentos, portanto, ao eminente colega do Paraná, prossigo na leitura do co-

mentário do “Diário de Notícias” sob o título “Crise e Solução”:

“No plano internacional, a segunda providência seria lutar pela modificação das condições da Bôlsa de Nova Iorque, para o café e o açúcar, que perdeu a sua finalidade. O objetivo de qualquer bôlsa é regularizar a situação do mercado, ao passo que a Bôlsa de Nova Iorque só tem perturbado o mercado com suas operações puramente especulativas. O mercado de físicos, isto é, o mercado real, funciona inteiramente à margem da bôlsa, que liquida a grande maioria de seus contratos por diferença de preço e não pela entrega da mercadoria.

No interior do País, as medidas são de outra natureza. É indispensável que sejam assegurados os atuais preços mínimos aos lavradores no interior e não nos portos. O café deve ser adquirido e armazenado nas zonas produtoras. Os estoques nos portos são duplamente prejudiciais; a deterioração do café é mais fácil e o congestionamento dos portos com estoque do Governo prejudica a comercialização”.

Outro parêntese: é exatamente o que dizíamos há instantes.

O Sr. Othon Mäder — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com prazer.

O Sr. Othon Mäder — Uma das grandes dificuldades para a exportação pelo Pôrto de Paranaguá, no momento, é exatamente o café do IBC. É muito pequena a quota disponível para os exportadores poderem formar suas partidas e tipos, razão pela qual, geralmente, não podem fazer ofertas. Eis o motivo, além de outros, de a diminuição da exportação pelo Pôr-

to de Paranaguá dever-se à intervenção do IBC, nesse pôrto paranaense, acumulando grandes estoques.

O SR. LINO DE MATTOS — Intervenção, é bom que se diga, através de prepostos, cujos nomes são ignorados até hoje, apesar da insistência com que diversos órgãos da Imprensa os reclamam. Afinal de contas, êsses compradores de café em nome do IBC fazem negócios com o dinheiro do povo — do lavrador, do cafeicultor — não sendo justo que ajam anônimamente. Esse um dos pontos por mim focalizados no início dêste meu modesto trabalho: que saiba a opinião pública quais os favorecidos nessas transações.

O Sr. Othon Mäder — Permite V. Ex.^a novo aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Pois não.

O Sr. Othon Mäder — A exigência da identidade dos favorecidos pelo IBC para a compra do café vem sendo feita, em Santos, desde algum tempo. Sabe V. Ex.^a que esta foi uma causa da crise, que terminou pela demissão coletiva da Diretoria da Associação Comercial de Santos, que dizia existirem êsses favorecidos e disso acusava o Governo. Este, entretanto, jamais deu atenção aos protestos daquela entidade. Sentindo-se desprestigiada, a Associação preferiu renunciar e entregar sua direção a outros. Os que seguíam a orientação do Sr. Abreu Martins Perreira, homem dos mais acatados e que melhor conhece o comércio de café de Santos, não podendo pactuar com as desonestidades na Bôlsa de Santos, preferiram se afastar.

O SR. LINO DE MATTOS — Ato de alta dignidade pessoal de cada um dos diretores, porque, afinal de contas, o Instituto Brasileiro do Café foi criado para ser-

vir ao lavrador, defender o homem que planta e colhe o café, não os parasitas, os intermediários e, principalmente, nunca para matérias pagas em vários órgãos da Imprensa, com recursos que deveriam ser destinados ao plantador da rubiácea para melhoria do produto ou, finalmente, para propaganda de esclarecimento do consumidor no exterior.

Quem conhece os países das diversas partes do mundo sabe que, raramente, se encontra uma organização, por insignificante que seja, que dê idéia de seu sentido, que fale e mostre que somos grandes produtores de bons cafés. Acontece exatamente o contrário. É comum a quem vai à França, Itália, Suíça, Alemanha, Portugal, Espanha etc. — principalmente nós, os daqui, que pelo cheiro reconhecemos nossos cafés — ver exibidos nos estabelecimentos comerciais produto que se percebe ser brasileiro; entretanto a propaganda declara que é de outra nação.

Creio que não conto novidade!

Sr. Presidente, volto à leitura dêste artigo magnífico, de um jornalista dedicado a problema tão sério, que se deu ao sacrifício de ouvir a maioria dos colegas de outros jornais, para tirar a média das opiniões e sugestões a fim de apresentar trabalho que, como disse de início, está recebendo os aplausos da própria lavoura angustiada, à espera de solução.

Essas medidas ainda não resolvem totalmente o problema, pois há um outro fator de perturbação: o volume da safra 1958-59, que deve ser extremamente grande, cerca de 23 milhões de sacas. A posição atual é a seguinte: estoques totais em 28 de fevereiro, 14,5 milhões; exportação provável até 30 de junho (se for normalizado o mercado), 5,5 milhões de sacas; estoque que deverá ser mantido nos postos para composição dos tipos de

exportação, 5 milhões. Sobraram, portanto, 4 milhões que comporão o estoque de reserva já adquirido pelo IBC. Custou-nos a aquisição desse café cerca de 13 bilhões de cruzeiros, que inflacionaram a economia nacional, pois o saldo dos ágios tornou-se mera ficção contábil no momento em que foi malbaratado pelo Governo em despesas improdutivo. O mal, porém, já está feito e é irreversível. Como se vê, há uma solução para a safra atual. Resta o problema da safra futura que não poderá pesar desfavoravelmente na posição estatística do produto.

Damos, a seguir, um esboço das medidas capazes de resolver a situação, a ser criada pela futura safra. Duas providências podem atenuar ou mesmo eliminar o desequilíbrio estatístico. A primeira seria uma quota de expurgo, digamos de ordem de 51%, a fim de eliminar a utilização de qualidades inadequadas, melhorando assim a qualidade do produto para o consumo interno. A segunda seria o estabelecimento de uma quota de consumo interno, da ordem de 25% da produção, por exemplo, a ser vendida a preços mais acessíveis, fato que, conjugado com a melhoria dos tipos, deverá estimular, consideravelmente, o consumo interno. Os restantes 75% seriam absorvidos pelas exportações.

Há, também, medidas a longo prazo, como a renovação das lavouras, a modernização dos métodos de cultura e a eliminação de lavouras antieconômicas na sua maioria, já contidas no plano cafeeiro.

Afirma-se freqüentemente que os críticos sabem apontar falhas mas não propõem soluções. Acabamos de dar um exemplo oposto. As nossas su-

gestões aí estão e a elas voltaremos com mais detalhes. Cabe ao Governo demonstrar agora que é capaz de receber e aproveitar a colaboração que lhe é oferecida exclusivamente no interesse do País”.

Nota-se, Sr. Presidente, nestas sugestões, um ponto de particular e justificada importância. Quem viaja pelo Brasil reconhece que, na própria terra do café, ele é, pouco consumido. A predominância dos maus tomadores de café, dos maus apreciadores de café, é conhecida.

Nós nos preocupamos muito com a exportação, porque esta representa divisas para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos. Mas por que não cuidar, também, do aprimoramento do gosto da nossa gente para o bom café, a fim de que tenhamos grande consumo interno? Não se faz assim com outros produtos? Não temos o caso, por exemplo, do açúcar”, que só de dois ou três anos a esta parte, depois de longos anos de interrupção, está conseguindo mercado externo, pois o consumo interno o absorvia completamente?

A sugestão, portanto, de se excluir, dos cafés encalhados que temos, uma quota da ordem de vinte ou vinte e cinco por cento, para destiná-la ao consumo interno, se me afigura acertada. E mais acertado ainda seria se as autoridades encontrassem a maneira de fazer esse café chegar à casa do pobre, do lavrador, à longínqua Amazônia, ao Nordeste, ao Centro, ao Leste, ao Sul do País, por um preço barato.

Quantos e quantos brasileiros, Sr. Presidente, nessas regiões do País jamais tomaram uma boa xícara de café! E sabe-se que somos os maiores exportadores desse produto no mundo. Por que não se estudar, não se procurar, uma fórmula de fazer toda essa gente consumir o café de sua terra?

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte? (*Assentimento do orador*) — Não estava presente quando V. Ex.^a iniciou o discurso. Venho, entretanto, acompanhando o debate em torno da crise do café através dos comentários dos jornais e das opiniões de abalizados técnicos. Tive ensejo de ler em dois ou três noticiários — se não me engano, no "Diário de Notícias" — sugestões idênticas às apresentadas por Vossa Excelência.

O SR. LINO DE MATTOS — Não são minhas. Estou exatamente, comentando as do "Diário de Notícias".

O Sr. Lima Teixeira — Aparentam-se duas maneiras de solucionar a crise: primeiro o estabelecimento de uma cota de expurgo de 15%; segunda, a vendagem, no mercado interno, de 25% dos excedentes. De início, tive, realmente, a impressão de que, aumentando o consumo interno, suavizaríamos a conjuntura. Ao mesmo tempo, sobreveio-me dúvida: baixando o preço do produto no consumo interno, não iríamos acarretar certas dificuldades, em face do acôrdo firmado entre os países produtores do café para fixação de preço? Refletindo-se a baixa no mercado externo, não iríamos agravar a crise?

O SR. LINO DE MATTOS — Posso responder ao eminente Senador Lima Teixeira pela negativa, tomando por base precedentes ocorridos em outros setores da produção.

Veja V. Ex.^a, por exemplo, o caso do açúcar, a que me referi há momentos. O preço do açúcar internamente é um; todavia, para conseguir vendê-lo ao exterior, o Governo teve que reajustá-lo à paridade internacional, sem prejuízo do exportador que, através de mecânica toda especial, recebe a diferença. Felizmente, no referente a esse produto, marchamos

para situação bem melhor. Cuida o Brasil, neste instante, de aderir ao acôrdo de Londres, quando então nos engrenaremos na máquina internacional de exportações e importações de açúcar, estabelecendo-se, conseqüentemente, preço conveniente para nós.

Ora, temos exatamente o oposto no caso do café. No do açúcar, o preço interno é maior do que o externo, enquanto que no do café se preconiza preço interno menor do que o externo, como solução para a nossa crise de divisas. Por isso exigimos preço maior e porque o o produto também está altamente encarecido para o lavrador como conseqüência de uma série de fatores, predomina, no meu Estado — felizmente esta não é a situação do Paraná — a baixa produção. Basta eminentes Senadores, termos presente que, no Estado de São Paulo, fazendas existem cuja média de produção é de vinte arôbas por mil pés.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Permito-me comunicar ao nobre orador que a hora do Expediente está prestes a terminar.

O SR. LIMA TEIXEIRA (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, requeiro, nos termos do Regimento, a prorrogação da hora do Expediente, a fim de que o nobre Senador Lino de Mattos conclua seu brilhante discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Lima Teixeira.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO MATTOS — Sr. Presidente, agradeço ao nobre Senador Lima Teixeira a iniciativa

e a V. Ex.^a e à Casa a concessão que me permite prosseguir no meu modesto trabalho.

Referia-me à situação de desigualdade entre os lavradores do Estado de São Paulo, onde há fazendas cuja produção em média por mil pés é de apenas vinte arrôbas ou seja uma insignificância que não vale mencionar.

A média geral é da ordem de noventa arrôbas por mil pés, sem falar na situação privilegiada do alto Paraná onde nossos irmãos conseguem a média de cento e oitenta arrôbas.

Excepcionalmente, há fazendas que produzem até duzentas arrôbas por mil pés.

Temos assim de tirar a média do que ocorre em São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Goiás, para determinar o preço internacional que compense, razoalmente, o nosso sacrifício de produtores.

Não tenho dúvida de que a venda do café internamente pode ser feita por preço mais acessível dentro de quota que se chamaria de sacrifício. Admitindo-se, porém, para argumentar, que tal solução viesse dificultar o mercado internacional, poderia o Governo muito bem subvencionar o preço para o consumidor à semelhança do que faz para o exportador.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Desejo apenas esclarecer que, fazendo cotejo entre a situação do café e a do açúcar chegamos à conclusão de que são totalmente diferentes.

Em 1938, quando houve a crise de superprodução do açúcar, o Instituto do Açúcar e do Alcool, a fim de dar saída ao excedente, estabeleceu o critério das quotas de sacrifício. O produto era exportado ao preço inferior àquele do mercado interno, fazendo-se a

compensação. O Instituto entrava com a diferença entre o preço do mercado interno e externo a fim de que o produtor não ficasse prejudicado. Chegou-se no entretanto, à conclusão de que o sacrifício era imenso para o Instituto do Açúcar e do Alcool: não havia sobre-taxa que pudesse suportar a situação por muito tempo. Eis a razão por que ocorreu a disparidade de tratamento a que V. Ex.^a alude: Enquanto o açúcar era vendido mais caro no mercado interno e mais barato no externo, com o café se dá o inverso, é mais barato no mercado interno e mais caro no externo. Seria, então, o caso de perguntar a V. Ex.^a e aos técnicos, já que o Instituto de Açúcar e do Alcool empregou treze bilhões de cruzeiros — se não estou enganado nos cálculos — para adquirir cerca de seis milhões de sacas de café para estocagem não seria o caso de reduzir o preço compensando o agricultor?

O SR. LINO DE MATTOS — É o que há pouco dizia: o Instituto do Açúcar e do Alcool não traz nada às claras, procede às escuras, não se sabe quem compra o café, quem o está arrematando na Bolsa de Nova Iorque. Nada se sabe precisamente porque o Instituto não publica os seus atos, nem leva ao conhecimento dos parlamentares, para tratarmos do assunto.

No particular aconteceu comigo um fato curioso: fui visitar o Presidente do Instituto Brasileiro do Café, para obter algumas informações. Acredite V. Ex.^a e o Senado, não fui recebido por S. Ex.^a que mandou me dizer estar reunido com alguns diretores da Junta. Eu, que exatamente, desejava conseguir esclarecimentos do Presidente do IBC e da Junta, como Senador representante de São Paulo terra do café, não fui recebido!

O Sr. Lima Teixeira — É lamentável.

O SR. LINO DE MATTOS — Assim, é de se admitir tudo que ocorre.

O Sr. Lima Teixeira — Como dizia V. Ex.^a, na opinião do Sr. Ministro da Fazenda, a quantidade de café ultimamente adquirida pelo Instituto Brasileiro do Café, para manter o preço fixado em Convênio com outros países sul-americanos, atinge a quatro milhões e cem mil sacas. Não seria melhor se reduzisse, um pouco, o preço do café no exterior e se compensasse o agricultor com a diferença no mercado interno? O Instituto não teria menor prejuízo se assim agisse? Ou essa providência comprometeria o Acôrdo estabelecido com os países produtores, de café?

O SR. LINO DE MATTOS — Este, o ponto nevrálgico do problema. Nós, brasileiros, ou nos conservamos amarrados aos acordos internacionais e mantemos o preço dentro dos diferenciais acertados ou marchamos para a guerra da concorrência. Resta saber se estamos em condições de enfrentar, no campo internacional, uma guerra de preços com os nossos concorrentes, tendo à frente — é preciso que jamais esqueçamos esta particularidade — um continente que produz café com o braço escravo, sem contrôle algum, a preços miseráveis.

Sustentadas pelos recursos vindos da Europa ou dos países continentais, que suprem suas colônias, podem aquelas nações, numa guerra de concorrência de preços, liquidar completamente conosco, com a Colômbia e com os demais produtores, dentro de lapso de tempo relativamente pequeno.

Daí, Sr. Presidente, o empenho revelado pelo próprio Brasil em arrastar ao Rio de Janeiro os representantes de todos êsses países, para uma fórmula salvadora.

Não vimos, no passado — e neste ponto sobram razões ao ilustre Senador Álvaro Adolpho quando afirma que os erros vêm de longe — o que acontecia com a África. Enquanto os Estados Unidos, sob o louvável pretexto de amparar os países esmigalhados pela guerra, aprovavam o fabuloso Plano Marshall, grande parte dos recursos dêle provenientes, em vez de ser aplicada na reconstrução de cidades e na reabilitação dos povos atingidos pelo conflito, era desviada para as colônias africanas e transformada em plantações de café.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O nobre colega chegou ao ponto que eu desejava.

O SR. LINO DE MATTOS — Enquanto isso sucedia conosco, numa concorrência inegavelmente desleal, perdíamos, ainda inocentemente, a maior oportunidade que nos surgira na História Contemporânea, de usarmos a guerra para vendermos nossas mercadorias aos preços da competição internacional da época.

Amarrados, todavia, à honra de país habituado a cumprir seus acordos, submetemo-nos aos Estados Unidos da América do Norte, e para lá mandamos, durante o conflito mundial, a preços previamente estabelecidos, aquêles produtos exigidos pelo mundo no instante da guerra; entretanto nada recebemos do Plano Marshall, mas a África, sim...

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Recebemos os efeitos; êstes, ainda os estamos recebendo.

O SR. LINO DE MATTOS — ... através do processo a que acabo de me referir. Resultado: há dez anos a África produzia menos de dois milhões de sacas de café. Verdade, ilustre colega Senador Othon Mäder?

O Sr. Othon Mäder — Exato.

O SR. LINO DE MATTOS — Dez anos depois, a África produzia mais de seis milhões de sacas de café, e marcha, a passos largos, para oito e dez milhões de sacas. São cafés inferiores? Sim. Cafés de má qualidade! No entanto, exatamente por essa circunstância é que a concorrência se torna ainda mais perigosa, porque, sendo de má qualidade, a produção é muito maior. O mercado consumidor, com raras exceções, é pouco exigente em matéria de paladar do café. Creio que a unanimidade dos colegas conhece o café que se bebe na França, Suíça, Espanha, Inglaterra, Alemanha e outros países europeus. Cafés de má qualidade, sem sabor.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.^a um aparte? (*Assentimento do orador*) — Parece-me que não devemos defender a tese de que melhor será produzir café de qualidade inferior...

O SR. LINO DE MATTOS — Não é o que estou fazendo.

O Sr. Gomes de Oliveira — ... porque esses países não conhecem melhor café, e realmente depravam seu paladar consumindo produto de inferior qualidade; ao contrário, vemos a América do Norte exigindo os chamados cafés suaves, e daí, realmente, o melhor preço pago pelo produto colombiano. Assim, talvez não tenhamos orientado melhor a nossa política, a nossa cultura da rubiácea, no sentido de bom produto, e é essa a razão por que lutamos com o concorrente colombiano. Temos produzido muito para obter pouco no sentido comparativo com o preço do café da Colômbia.

O SR. LINO DE MATTOS — Deus me livre, Sr. Presidente, e me salve da dúvida suscitada pelo illustre colega Senador Gomes de Oliveira...

O Sr. Gomes de Oliveira — É má interpretação de Vossa Excelência.

O SR. LINO DE MATTOS — ... de que eu esteja defendendo a produção de maus cafés! Ainda bem que, para justificar-me, tenho várias atitudes anteriores tomadas nesta Casa em defesa da melhoria de nossa produção, na campanha de cafés finos. Estou, apenas, argumentando com o que acontece na África que, produtora de maus cafés, está vendendo a safra integralmente, pela falta de paladar do consumidor, somente porque o preço é baixo. A ginástica do africano — vamos assim dizer — é fácil de se compreender; é que esse mau café é misturado com o bom. Na Itália, chega-se, até, ao capricho de misturar uma pitadinha de cacau, dando ao café sabor todo especial.

O Sr. Lima Teixeira — O que agrada muito sobretudo à Bahia. (*Risos*).

O SR. LINO DE MATTOS — Assim, Sr. Presidente, nossas autoridades estão bem alertadas, não por nós do Congresso Nacional, porque essas pessoas quando galgam os postos da administração pública ficam endeusadas; julgam-se oniparentes, onipotentes, oniscientes e não têm tempo para ler o "Diário do Congresso Nacional", a fim de tomarem conhecimento dos nossos trabalhos. Certo é, porém, que essas autoridades estão sendo assediadas por forte movimentação da opinião pública, para conduzi-las ao bom caminho.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Pois não.

O Sr. Lima Teixeira — O melhor tipo de café que temos é o Santos, tipo 4, que ainda não se iguala ao colombiano; sua cotação é mais baixa. Numa recepção em Nova Iorque, ouvi comentário significativo. Servia-se café brasileiro, e um norte-americano ponde-

rou: — “Não se deve esquecer que êsse café está misturado com o colombiano”. — Quis dizer que o café era bom porque estava misturado com o colombiano... Devemos lutar pela seleção do tipo de café fino, para concorrer no mercado com os melhores cafés.

O SR. LINO DE MATTOS — Se V. Ex.^a estivesse presente, no início do meu discurso, teria notado que uma das razões, por mim atribuídas à atual crise reside no problema impôsto pelo nosso Regulamento de Embarques, devido à facilidade na classificação dos cafés preferenciais, que faz com que os portos exportadores recebam enorme quantidade de cafés, chamados finos.

Enquanto isso aconteceu pelo volume enorme dêsses cafés, o outro, o comum — vamos dizer, o ruim, — ficou retido no interior do País. O fato verificou-se exatamente na época em que a Colômbia entrou maciçamente com seu café bom e os norte-americanos queriam o nosso produto comum, para a mistura mencionada por Vossa Excelência.

O Sr. Lima Teixeira — Exatamente.

O SR. LINO DE MATTOS — Os norte-americanos, entretanto, não encontraram, em nossa praça, o café comum, mas, o fino, mais ou menos em igualdade de cotação com o colombiano. Houve o recuo, vindo a África, de corpo presente, tomar nosso lugar. Esta, a situação real para a qual devemos estar atentos.

O Sr. Lima Teixeira — Considera V. Ex.^a certa a orientação seguida pelo Instituto Brasileiro de Café, com a valorização artificial do preço do café? Qual a opinião do nobre colega e dos produtores paulistas?

O SR. LINO DE MATTOS — No início de meu trabalho, acentuei bem minha posição, decorren-

te de atitude anterior, iniciada no dia 15 de fevereiro de 1955, dias depois de minha posse nesta Casa do Congresso, e favorável à política de sustentação de preços...

O Sr. Lima Teixeira — Está certo.

O SR. LINO DE MATTOS — ...dentro, porém, de plano previamente estudado e acertado com os países concorrentes, para uma política objetiva, intransigente, dura, a fim de logarmos êxito. Não é o que se verifica no momento. O Instituto Brasileiro do Café cuidou da sustentação de preços sem as providências correlatas indispensáveis. Resultado: ficou no deserto, falando sozinho.

O Sr. Lima Teixeira — E como solucionaria V. Ex.^a o acúmulo dos excedentes, que cresce dia a dia?

O SR. LINO DE MATTOS — Eminentemente Senador Lima Teixeira, a sustentação de preços, dentro de um esquema internacional com nossos concorrentes, implicava numa série de providências, entre estas, inegavelmente, a preventiva, para evitar a superprodução.

Não passa pela cabeça de ninguém que a tenha no devido lugar, que possa o Governo estabelecer preços mínimos para um produto e deixar o produtor plantando à vontade.

O preço mínimo é para salvar a situação e regularizar a produção em excesso e não para incentivar a nova plantação.

O Sr. Gomes de Oliveira — Não é para estimular a nova produção. É o que se faz em toda parte do mundo.

Nos Estados Unidos da América do Norte, o preço mínimo é estabelecido para os produtores que têm suas áreas especificadas num fichário adequado que a organização mantém. Se os favorecidos pelo preço mínimo aumentarem essa área, de um metro qua-

drado, que seja, perdem a prerrogativa, a regalia do preço mínimo, ficando à sorte da lei da oferta e da procura. Esta a orientação consentânea com o problema e com a necessidade d'ele.

Infelizmente, o Instituto Brasileiro do Café correu ao México e lá fez um acôrdo, de pés quebrados; voltou para o Brasil, reuniu os representantes das várias nações, inclusive o representante norte-americano, Sr. Randall, que compareceu e manifestou-se contra a orientação de sustentar-se o preço, consumidor que era, mas isto se fez e o preço mínimo foi estabelecido. Não discuto porque não sou contra o preço mínimo. Acho-o indispensável, mas refreada a nova produção.

Nestas condições, estão implícitas, na sustentação do preço, as providências correlatas e necessárias ao prosseguimento da política, porque, se continuarmos no rumo em que vamos, no próximo ano, se a memória não me traí, a superprodução será da ordem de vinte e três milhões de sacas, emmente Senador Othon Mäder.

O Sr. Othon Mäder — Vinte e três ou mais.

O SR. LINO DE MATTOS — Em 1960, 1961 e 1962 marcharemos para uma superprodução de vinte e seis, vinte e oito ou trinta milhões de sacas. Evidentemente, isso não acontecerá, porque o estouro seria inevitável. O Governo sustenta preço mínimo com emissões. Para a sustentação do atual preço mínimo, em um ano apenas, emitiu treze bilhões de cruzeiros, o que representa 13%, aproximadamente, da circulação monetária do Brasil. Nesta ordem, ascendente, chegaremos ao momento em que o Governo, para manter o preço mínimo, emitirá cem bilhões de cruzeiros, intoxicando o mercado monetário brasileiro, arrebatando com tudo. Assim não pode continuar, na minha opinião.

O Sr. Lima Teixeira — Eu concordaria com o ponto de vista de Vossa Excelência se, porventura, o impedimento que seria estabelecido para os plantadores de café fôsse estendido a todos os produtores participantes do Convênio. V. Ex.^a não se deve esquecer de que, há dez ou quinze anos, exportávamos 75% da produção mundial; hoje está reduzida essa exportação a 38%. Se seguíssemos o caminho de reduzir ainda mais a produção, onde iríamos parar?

O SR. LINO DE MATTOS — Não se trata de reduzir a produção. V. Ex.^a não compreendeu bem. São duas providências distintas: o preço mínimo, para atender aquêles que já produzem; os plantadores *a posteriori*, são deixados à própria sorte.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluir um discurso é verdadeiramente uma arte. Começar é fácil; no encerrar está a dificuldade. Exatamente porque tenho essa experiência, escrevi o meu modesto trabalho...

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Considero-o magistral.

O SR. LINO DE MATTOS — ...cuja leitura fiz em quinze minutos, se tanto. Acontece, porém, que os eminentes colegas, a começar pelo Senador Othon Mäder, me honraram com seus apartes de minuto em minuto, prendendo-me à tribuna mais de uma hora.

Encerrarei, terminando a leitura dos mais comentários do "Diário de Notícias", que, conforme disse de início, são menos um trabalho dêsse vibrante jornal que uma síntese da opinião da imprensa brasileira, a qual, por sua vez, interpreta com fidelidade o pensamento dos lavradores, exportadores e consumidores, enfim, a opinião pública.

Ei-los:

Saida para o café

A quem interessa a política de sustentação dos preços do produto brasileiro no mercado internacional? Em primeiro lugar ao Ministro da Fazenda, de cujo sucesso ou fracasso na gestão do Tesouro depende a sua carreira política que visa nos próximos tempos ao palácio da Liberdade; em segundo lugar interessa, sobretudo, ao Sr. Juscelino Kubitschek que deposita no seu plano de metas a esperança de uma eventual eleiçãozinha indireta que lhe assegure um outro quinquênio nas lonjuras de Brasília.

Ora, se sabemos que o plano de metas está condicionado à integralização de dois bilhões de dólares, 1 bilhão e 200 mil, saldo de operações em moeda forte, e 800 milhões financiados no estrangeiro e mais 300 bilhões de cruzeiros, temos que é absolutamente vital à política do Governo, a atual sustentação de preços, sem o que seria a decadência da nossa receita em cambiais e o agravamento dos *deficits* orçamentários por força da pressão inflacionária para atender ao financiamento de safras à custa de emissões de papel-moeda.

O exercício de 1957 já apresentou um *deficit* de 22,8% na exportação de café em relação a 1956, e os dois primeiros meses deste ano apresentaram um resultado igual à metade da exportação de janeiro e fevereiro de 1957.

Como se vê, a situação é angustiante. Em primeiro lugar a atual política cafeeira interessa à indústria nacional e aqui vamos encontrar o principal ponto de contacto com a posição adotado pelo "Diário de Notícias". A indústria

nacional já se encontra em regime de emergência. A prolongada política de restrição de crédito para as atividades produtoras, a crescente carga tributária, os ônus de mão-de-obra e seu cortejo de gravames, da previdência social, o baixo índice de produtividade em razão da obsolescência de equipamento, se somam à instabilidade crônica do cruzeiro para as importações de matérias-primas e de material de reposição, para remessa de lucros no caso de empresas de capital associado e para liquidação de *royalties* de patentes estrangeiras.

Por tudo isto é fundamental à indústria a manutenção dos atuais índices de cotação do café-ouro. Seja pela repercussão direta como relacionamos, seja pela perturbação do mercado consumidor interno.

Em quarto lugar, entre os interessados e beneficiários da política de 55 cents a libra-pêso, figuram os produtores africanos do café e da "robusta" e os cafeeultores indonésios, *parvenus* do mercado mundial graças à incúria brasileira e à insensatez tradicional do Ministério da Fazenda que enquanto estimulava a superprodução e alimentava as culturas tecnicamente marginais com financiamentos maciços, sustentava no mercado internacional uma cotação extravagante que no período Oswaldo Aranha chegou ao delírio de 87 cents para gáudio dos especuladores.

Ao longo deste meio século assistimos a participação do Brasil no mercado mundial decair de 95% do cômputo geral, nos idos de 1900 para uma quota de apenas 40% do volume atual de compras. A diferença entre os dois índices foi coberta pelas novas culturas das diversas zonas sub-

tropicais do mundo em regime de trabalho colonial amplamente protegido pelas metrópoles, determinando uma cotação internacional extremamente acessível e gerando as diversas misturas de tipos e preços dispare, por isto que resultando no barateamento da bebida dos grandes centros consumidores, sem prejuízo das qualidades aromáticas e do sabor.

Entretanto, se é verdade que os preços altos estimularam a concorrência, é também verdadeiro que foi esta política que assegurou a rápida capitalização do Brasil para lançar as bases do ciclo industrial.

Assim, o que seria um erro em termos de estrita política cafeeira, resultaria em benefício da renda nacional pela implantação de novas fontes de produção.

Em quinto lugar, entre os defensores da política vigente, estão os produtores de São Paulo, Minas, e Espírito Santo, de zonas notoriamente condenadas para o cultivo da rubiácea.

Com o regime de financiamento certo e comprador compulsório, instituído pelo IBC, estes lavradores permanecem dedicados ao café em regime de produção tecnicamente superado, sem condições de solo, sem requisitos da moderna lavoura, como a concentração de tipos homogêneos, o sombreamento, curvas de níveis, estaqueamento do solo para conter a erosão, enfim, sem um mínimo de títulos para merecer o apoio e o subsídio das autoridades cafeeiras.

Estas são as culturas marginais que absorvem somas vultosas das nossas reservas engurjitando a produção nacional com um rendimento de 20 arrôbas por mil pés contra 90 a 150 arrôbas das novas

culturas do Paraná, o que sobrepõe ressaltar o crime da orientação governamental que persiste a estimular estes espectros da lavoura.

Conhecidos os diversos grupos de opinião favoráveis à sustentação dos preços do café, focalizemos os núcleos baixistas.

De um lado, os tradicionais especuladores que sempre viram no café meros contratos; que, na alta ou na baixa, como ponto e banca de cassino, lhes corresponderiam aos lances ou não.

Este grupo, por mais poderoso, ainda que estivesse aninhado nas ante-salas do Sr. Alkmim, não mereceria, no momento, o nosso cuidado.

É para a situação geral do País, extremamente agravada pelo café, que é o sangue da Nação, que nos voltamos e, conosco, o segundo grupo de baixistas que por defeitos de visão mas sinceramente empenhados em encontrar a solução patriótica, vêem na quebra das cotações do café-ouro o estancamento da sangria emissorista e o escoadouro dos estoques. Aos primeiros que se arranjam. Se se confirmar que adquiriram na Bolsa de Nova Iorque uma posição de 590.000 sacas para liquidação na baixa, deverão ser muito desagradavelmente surpreendidos se não faltarem ao Governo perseverança nas suas decisões.

Aos baixistas de boa-fé advertimos para o fato de que os mercados não reagem na baixa e qualquer tentativa neste sentido seria ruínosa. Colocado o problema nos termos de uma política corajosa não necessariamente dentro da fórmula defendida domingo último por este jornal e à qual voltaremos na próxima edição, mas resguardando

as suas principais linhas de ação, teremos encontrado o ponto de equilíbrio do mercado sem lançar mão de soluções heróicas, que dada a fragilidade do organismo político e financeiro do País, só poderiam agravar as suas já penosas condições.

Com a massa de manobra de estoque em poder do IBC não é de se esperar que a Fedecame ou a Federación de Cafetaleros se animem a uma guerra de preços, mormente quando a situação interna da Colômbia, por exemplo, é altamente delicada, após um decênio de regime discricionário e marcha e contra-marcha no mercado de câmbio e de exportação. Os nossos amigos colombianos são realistas. No plano exterior já foram tentadas com sucesso, em outros tempos, providências regularizadoras do mercado, seja pelas compras em grande escala para prover as forças armadas dos Estados Unidos, seja no *Stock Exchange* com medidas protecionistas no mercado de café e açúcar. Se é verdade que aos Estados Unidos, na condição de aliado maior do Continente, cumpria assegurar taxas remuneradoras à produção primária latino-americana, porque somos o maior cliente dos produtos acabados americanos, também é verdade que Washington está a braços com uma crise de mercado no seu país, pela redução da taxa do produto nacional, pelo acúmulo dos excedentes agrícolas e o desemprego, razão por que seria tarefa ingrata aos dirigentes proteger importações em detrimento do consumidor local, eleitor da Câmara de Representantes, em suma.

A grande solução, entretanto, está ao nosso alcance, depende da ação e da decisão

dos homens de Governo. Os estoques americanos estão na casa de um milhão de sacas contra um existente em todos os tempos de quatro milhões de sacas.

Em 60 dias os torradores terão que apelar para o seu grande celeiro. O Sr. Alkmim pode se dispensar da manobrazinha primária, pueril e inócua de mandar seus discípulos comprar café, em Nova Iorque.

Dedique-se a uma política malúscula e mais adiante, conte direitinho à Nação a história das suas habilidades de bolsa e com que recursos seus pupillos acharam de fazer cara feia à *Downtown*...

SOLUÇÃO OBJETIVA

As manifestações de apoio recebidas pelo "Diário de Notícias", no seu propósito de encontrar uma solução para as dificuldades da economia cafeeira, evidenciam a vigilância das classes interessadas. É digno de registro, principalmente, a atitude dos lavradores, que deverão arcar com os ônus de um planejamento destinado a eliminar os excessos da oferta no mercado cafeeiro. O plano que nos propusemos a defender, sem lhe atribuir nenhuma inflexibilidade, pois se trata apenas de um ponto de partida, de uma hipótese de trabalho, foi somente esboçado em nosso editorial de domingo. A ele prometemos voltar, ontem, quando novamente examinamos outros aspectos da economia cafeeira no editorial subordinado ao título "Saída para o café", para honra do "Diário de Notícias", transcrito nos anais do Congresso Nacional.

É o que fazemos hoje, a fim de que os interessados e a própria opinião pública dêe to-

mem conhecimento e possam avalliar a sua consistência, apontando-lhe, ao mesmo tempo, os méritos e as possíveis falhas. Nosso convite é dirigido, notadamente, aos responsáveis pela política cafeeira, tanto os que estão à frente do órgão executor, o IBC, quanto os membros da Junta Administrativa do IBC, a quem cabe delinear essa política.

Dirigimo-nos aos Diretores do IBC porque a êles compete tomar as medidas imediatas que a situação requer. O grande obstáculo, no momento, à plena execução do plano cafeeiro é a atitude da Colômbia, pela qual se orientam os demais produtores latino-americanos, com exceção do Brasil. Repetimos que o acôrdo do México não terá sentido algum enquanto a Colômbia não restabelecer o diferencial que sempre existiu entre os seus cafés *milds* e o Santos 4. Cabe ao IBC, cujo presidente foi o signatário do referido acôrdo, fazer as gestões necessárias nesse sentido. Evidentemente, o Sr. Guzzo, mal sucedido recentemente, não é o mais indicado para nova gestão.

Outro problema a ser resolvido com urgência é a retirada dos estoques do Governo nos portos, os quais estão impedindo a boa comercialização dos cafés pertencentes aos particulares.

Dirigimo-nos, igualmente, à Junta Administrativa porque a ela caberá, no mês próximo, quando se reunir, integrada pelos membros recentemente eleitos, decidir sobre a política a ser adotada na próxima safra. O plano em vigor está a exigir modificações diante das perspectivas de uma

safra extremamente abundante no ano agrícola 1958-59.

O problema da próxima safra é o que devemos expor com maiores detalhes, dando os pormenores das sugestões feitas anteriormente e justificando o plano preconizado.

O vulto da próxima safra, 23 milhões de sacas — levando-se em conta, também, os remanescentes da atual, cuja imobilização já se fez, em parte, com a aquisição de 4 milhões de sacas pelo IBC, estimando-se em 5 milhões os estoques necessários à comercialização nos portos — está, por isso, a exigir uma solução que permita colocar nos mercados, interno ou externo, a sua totalidade.

Alvitramos, por isso, a criação de uma quota de expurgo a fim de impedir a utilização de cafés de qualidade muito baixa, melhorando assim a qualidade do produto para o consumo interno. Essa quota seria da ordem de 10% do total da safra, isto é, cerca de 2 milhões e 300 mil sacas.

A segunda sugestão para se obter o escoamento total da safra seria o estabelecimento de uma quota destinada ao consumo interno, na base de 25% da safra, o que somaria 5 milhões e 750 mil sacas, a serem vendidas a preços acessíveis, fator que, conjugado com a melhoria de qualidade, permitiria a expansão do consumo. Aliás, a estimativa acima, para o consumo interno, não é exagerada, pois daria a média de 6 quilos por habitante, superada por vários países.

Os cafés destinados ao consumo interno poderiam ser vendidos pelo lavrador a 1.500

cruzeiros por saca, o que permitiria a venda ao consumidor pelo preço de 44 cruzeiros por quilo, dando boa margem de lucro ao torrador. Esse preço é bastante inferior ao que se cobra, atualmente, por cafés de péssima qualidade.

As duas quotas mencionadas equivaleriam a 35% dos cafés da safra. Os 65% restantes corresponderiam a 14 milhões e 950 mil sacas, exportação de um ano normal no Brasil.

Seria de temer uma reação contrária ao lavrador, porém tal não deverá ocorrer, como o provam as manifestações de apoio já recebidas, pois, a alternativa seria uma quota de sacrifício, nada recebendo o lavrador pelo seu produto.

Inversamente, mesmo que a quota de expurgo fôsse uma quota de sacrifício — na verdade é uma medida moralizadora — a entrega do café para o consumo interno, ao preço já mencionado, e o estabelecimento de bases remuneradoras, para o café de exportação daria uma renda média equivalente à atual. Para isso, bastaria estabelecer, por exemplo, os seguintes preços no interior: Santos 4, mole, 3.300 cruzeiros por saca; Santos 4, duro, 3.000 cruzeiros; Rio, estilo Santos 4, 2.700 cruzeiros; Rio 7, 1.700 cruzeiros.

O café da quota de expurgo poderia ser transformado em excelente adubo, que seria vendido aos lavradores a preço de custo.

A exposição acima feita do plano preconizado pelo "Diário de Notícias" já contém elementos suficientes para que os interessados se pronunciem a respeito. Aguardemos, pois, a manifestação de

seus pontos de vista para voltarmos ao assunto, empenhados como estamos em chegar a uma solução objetiva para as dificuldades da economia cafeeira".

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem. Muito bem. Palmas*).

Durante, o discurso do Sr. Lino de Mattos, o Sr. Cunha Mello deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Apolônio Salles, reassumindo-a posteriormente.

O SR. OTHON MÄDER — Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. OTHON MÄDER (*Para explicação pessoal*) (*) Sr. Presidente, venho tratar, agora, ligeiramente, de assunto concernente ao Estado de São Paulo. Quero, por esse motivo, pedir escusas aos colegas representantes daquela unidade da Federação, especialmente ao ilustre Senador Lino de Mattos, aqui presente. O fato de os armadores de Santos se terem dirigido a mim atribuo-o a haver eu, há pouco tempo, pronunciado discurso sobre a Marinha Mercante Brasileira, criticando a orientação oficial e defendendo as emprêsas privadas, que a meu ver servem melhor o Brasil que as companhias mistas ou de propriedade do Governo.

Talvez essa tenha sido a causa de haverem-me endereçado os telegramas que lerei e transmitirei à Comissão de Marinha Mercante e ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas.

O primeiro deles comunica:

"Santos 224 1-50 7 11. 30AM
— Excelentíssimo Senhor Doutor Othon Mäder, Digníssimo

(*) — Não foi revisto pelo orador.

Senador da República. — Senado Federal — Palácio Monroe — Rio de Janeiro.

4-58.

Rogamos as dignas e patrióticas providências de V. Ex.^a sobre a permissão de navios estrangeiros operarem em âmbito privado da cabotagem nacional. Nesse sentido assim telegrafamos para a presidência da Comissão de Marinha Mercante e do Sindicato de Armadores Nacionais: "Mercantia para presidência 2-58 — A Associação dos Armadores de São Paulo vem à presença de V. Ex.^a, data vênua, para protestar contra a permissão de navios estrangeiros operarem no âmbito privado da cabotagem nacional. Nossos navios dos portos do Sul ficarão em calamitosa situação diante desse prejuízo. A safra de trigo já está escoada sem possibilidades futuras para posterior carregamento, bem como gêneros e carga geral. A escassez da carga já é considerável não permitindo sua futura circulação com a concorrência de unidades estrangeiras. A efetivação dessa medida virá lesar profundamente os respeitáveis interesses econômicos dos armadores nacionais, bem como terá consequências desastrosas para a navegação mercante nacional. Os armadores, já se encontram cercados de gigantescos gastos e prejuízos, sendo que a cobotagem por estrangeiros virá agravar terrivelmente ainda mais o deficitário regime de nossas empresas de navegação. Certos de suas dignas providências, reiteramos os protestos da nossa mais profunda consideração. *Abelardo Castro*. Presidente. Enderêço telegráfico; Armador Santos".

No dia 14 recebi outro telegrama, com o seguinte texto:

Excelentíssimo Senhor Doutor Othon Mäder.

Digníssimo Senador da República.

Senado Federal — Palácio Monroe — Rio.

8-58 — Rogamos a judiciosa atenção de V. Ex.^a sobre o telegrama que, em resposta à Mercantia, enviamos a esta e ao Sindicato Nacional dos Armadores: "Em resposta ao vosso n.º 704, muito lhe agradecemos. Pedimos vênua para ponderar o seguinte; os gêneros que constituem, atualmente, a única carga nos portos do Sul são arroz e trigo, há mais de 50 dias. Nos quatro meses seguintes não apresentarão carga, daí a grave concorrência que os armadores nacionais sofrerão dos estrangeiros. Respeitosamente, sugerimos que os navios estrangeiros operem nos portos do Norte. Convém ressaltar que as unidades estrangeiras navegam com reduzida tripulação, e o combustível é suprido no estrangeiro com um terço do valor do combustível nacional e oferecido ao mercado internacional, com recursos próprios à sua disposição, como estaleiros, peças genuínas, operações portuárias, custeio e docagem mais rápida e barata. Dado o atual estado deficitário da nossa navegação, com vultosas despesas em navios, combustíveis, peças, custeio e tripulantes, é que rogamos maior proteção a nossa navegação. Saudações respeitadas. — *Abelardo Castro*, Presidente da Associação dos Armadores de São Paulo". Atenciosamente — *Armador Santos*.

Sr. Presidente, apelam os armadores de Santos para a Comissão da Marinha Mercante e para o Sr.

Ministro da Viação no sentido de que seja suspensa a ordem para que os navios estrangeiros façam, também, o serviço de cabotagem. Este, aliás, é exclusividade das empresas nacionais de navegação e, excepcionalmente, sob a alegação de falta de transporte marítimo, vem sendo tolerado aos navios estrangeiros.

Sr. Presidente, temos aqui a afirmação do Sindicato dos Armadores de Santos de que os navios nacionais para o Sul, podem, perfeitamente, transportar qualquer volume, não havendo, pois, razão para que as autoridades brasileiras continuem concedendo tal autorização aos navios estrangeiros, numa concorrência desigual pela situação de inferioridade técnica e financeira da nossa Marinha Mercante particular.

Sr. Presidente, é justo que se dê preferência, aliás constitucional, aos armadores nacionais. Na realidade, sujeitos às leis sociais que oneram demais o transporte, além do preço exorbitante de combustível e das tripulações numerosas que são obrigados a manter, não podem oferecer serviços em moldes mais vantajosos que os dos armadores estrangeiros. É o que vem impressionando as autoridades, e acham todos que é melhor autorizar os navios estrangeiros a operar em transporte costeiro, navegação nacional, precária insuficiente e deficitária, desta maneira desaparecerá completamente. Nosso dever é de amparar esse serviço tornando-o barato, o que se conseguirá diminuindo os ônus sobre a navegação nacional, assoberbada com tantos entraves burocráticos obrigações, contribuições, sociais e impostos. Nestas condições, a cabotagem nacional levada a cobrar fretes altos, e os armadores brasileiros, homens de coragem, de lutas, empreendedores e colaboradores do nosso desenvolvimento, recebem a pecha de "tubarões" por estarem cobrando um frete mais caro que os

navios estrangeiros. É uma injustiça que se comete contra os armadores nacionais. Se o Governo lhes der mais facilidade, aliviar os impostos, desobrigá-los de tantos encargos pesados e taxas elevadas, eles darão serviço igual aos estrangeiros e pelo mesmo preço destes.

Sr. Presidente, a razão, como demonstrei há pouco, é que a navegação nacional está sobrecarregada de ônus, de encargos fiscais e sociais, pesadíssimos. Daí ser ela obrigada a cobrar fretes mais altos do que a estrangeira.

É de justiça, portanto, atender-se ao apêlo dos armadores nacionais, especialmente ao que nos vem de Santos.

Se ajudarmos a navegação nacional de modo a que aufera lucro em suas atividades, esses recursos serão necessariamente investidos no melhoramento dos navios, no aumento dos serviços e na ampliação da frota, o que reverterá em benefício da Nação.

Se somos nacionalistas; se queremos proteger o que é nosso, comecemos por auxillar ou pelo menos não criarmos entraves à navegação nacional, que tem, aliás, proteção assegurada pela Constituição Federal.

Recebendo com simpatia o apêlo recebido dos armadores de Santos, transmito-o à Comissão da Marinha Mercante e ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, certo de sua absoluta procedência e de sua inteira justiça.

Este, repito, o apêlo que dirijo à Comissão da Marinha Mercante e ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, para que suspendam as autorizações dadas a empresas estrangeiras para executarem o serviço de cabotagem na parte Sul do Brasil. (*Muito bem. Muito bem!*)

O SR. VICTORINO FREIRE — Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. VICTORINO FREIRE — *(Para explicação pessoal)* (*) Sr. Presidente, os Anais da Casa registram, nos últimos dias, discursos dos eminentes Senadores Ruy Carneiro e Octacílio Jurema, sobre a seca que atinge todo o Noroeste, nesta hora.

Recebi telegrama do Dr. Severiano Freire, Presidente da Câmara Municipal de Arcoverde, solicitando juntasse minha voz à dos ilustres colegas, no sentido de pedir ao Governo providências para as obras contra as secas, como para o socorro às populações atingidas pelo flagelo.

Sr. Presidente, ontem, vários Governadores do Noroeste e do Norte, inclusive o do Maranhão, e a Bancada do meu Estado compareceram à audiência especial concedida pelo Chefe do Executivo. Declarou-nos S. Ex.^a, categoricamente, estarem sendo tomadas providências para amparar aquela gente.

O Maranhão, Sr. Presidente, não sofre o efeito das secas, ao contrário tem água demais, verdadeiras enchentes — mas suporta, nessas horas, a invasão dos nordestinos, que, castigados pela calamidade, procuram refúgio nos vales úmidos da minha terra.

Assim, formulo, também, apêlo ao Sr. Presidente da República, para que consiga, do Sr. Ministro da Agricultura, providências imediatas a fim de que funcionários e técnicos auxiliem o Governo do Estado na localização das vítimas do flagelo.

Este, o apêlo que desejava fazer, não só como nordestino mas como Senador pelo Estado do Maranhão. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa um Projeto de Resolução, que vai ser lido:

É lido e vai à Comissão de Constituição e Justiça o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 4, de 1958

Dispõe sobre as comemorações do Dia da Bandeira.

O Senado Federal resolve:

Art. único. O Senado Federal comemorará, anualmente, a 19 de novembro, o "Dia da Bandeira" com os seguintes atos:

1.º As doze horas, com a presença de Senadores e funcionários, será solenemente hasteado o Pavilhão Nacional, em lugar condigno.

2.º Na primeira parte do Expediente da sessão que neste dia se realizar só poderão fazer uso da palavra os oradores que desejem ocupar-se da efeméride.

Justificação

O presente projeto tem por fim ajustar os objetivos da Resolução n.º 3, de 1952, ao que a experiência tem indicado ser a maneira mais aconselhável de se comemorar o "Dia da Bandeira" para melhor realce das comemorações.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1958. — *Filinto Müller* — *Mourão Vieira* — *João Villasbôas* — *Kerginaldo Cavalcanti* — *Júlio Leite* — *Lima Guimarães* — *Mem de Sá* — *Nelson Firmo* — *Públio de Mello* — *Ezequias da Rocha*.

O SR. PRESIDENTE — Vão ser lidos dois requerimentos.

São lidos e aprovados os seguintes

REQUERIMENTO

N.º 67, de 1958

Com fundamento no art. 124, letra e, do Regimento Interno, re-

(*) — Não foi revisto-pelo orador.

queremos que não se realizem sessões do Senado, nem funcionem os seus serviços auxiliares, nos dias 31 de março a 4 de abril, consagrados às comemorações da Semana Santa.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1958. — *Filinto Müller* — *Lima Guimarães* — *João Villasbôas* — *Kerginaldo Cavalcanti* — *Domingos Vellasco* — *Othon Mäder* — *Gaspar Velloso* — *Argemiro de Figueiredo* — *Mem de Sá* — *Ezechias da Rocha* — *Mourão Vieira* — *Reginaldo Fernandes*. — *Neves da Rocha* — *Jorge Maynard* — *Sylvio Curvo* — *Atílio Vivacqua*.

REQUERIMENTO

N.º 66, de 1958

Atendendo a que de 15 a 31 de julho do corrente ano deverá reunir-se nesta Capital a XVII Conferência da União Interparlamentar;

atendendo à alta significação de que esse acontecimento se revestirá para o País;

atendendo à relevância dos assuntos que se vão debater;

atendendo a que o Congresso brasileiro, filiado à União Interparlamentar, tem o dever de prestigiar a Conferência e concorrer para que os seus trabalhos alcancem o desejado êxito;

atendendo, ainda, à conveniência de se proporcionar aos membros do Senado Federal contato com os parlamentares de todos os continentes que virão participar da Conferência;

requeremos, com fundamento no art. 124, letra e, do Regimento Interno e a exemplo do que já foi deliberado pela Câmara, que:

a) o Senado não realize sessões nos dias 15 a 31 de julho deste ano;

b) o Plenário desta Casa seja franqueado às reuniões do Conselho da União Interparlamentar;

c) igual providência se tome relativamente a outras salas que se tornem necessárias ao funcionamento dos órgãos auxiliares da Conferência;

d) a Comissão Diretora designe os funcionários cuja colaboração aos trabalhos da Conferência seja considerada necessária, dispensando os demais do comparecimento ao serviço.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1958. — *Domingos Vellasco* — *Rui Palmeira* — *Atílio Vivacqua* — *Filinto Müller* — *Rui Carneiro* — *Gilberto Marinho* — *No-vaes Filho* — *Nelson Firmo* — *Othon Mäder* — *Cunha Mello* — *Sylvio Curvo* — *Mem de Sá* — *Ary Vianna* — *Ezechias da Rocha* — *Fausto Cabral* — *Artindo Rodrigues*.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido.

É lido e apoiado e vai às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 4, de 1958

Dá interpretação ao art. 7.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, estendendo os benefícios da citada lei aos lavradores de café não financiados pelo Banco do Brasil, atingidos pelas geadas de 1953 e 1955.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os benefícios do art. 7.º da Lei n.º 2.095 de 16 de novembro de 1953, ampliados pela Lei n.º 2.697 de 27 de dezembro de 1955 e demais disposições legais correlatas posteriores, são extensivos aos lavradores de café cujas lavouras foram atingidas e danificadas pelas geadas de 1953 e 1955, não financiados pelo Ban-

co do Brasil e sim por qualquer outro estabelecimento de crédito ou pessoa jurídica ou física, provado esse financiamento por documento válido e idôneo.

Parágrafo único. Estão compreendidos nos favores deste artigo, os cafeicultores que estejam sendo executados pelos seus credores hipotecários ou pignoratícios e cujas execuções tenham recaído sobre a propriedade agrícola ou o seu produto dado em garantia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Trata-se de corrigir uma falha da Lei 2.095, de 1953, a qual está acarretando uma clamorosa injustiça contra os lavradores de café que tiveram suas lavouras prejudicadas pelas geadas de 1953 e 1955 e não obtiveram financiamento pelo Banco do Brasil. Não conseguindo o financiamento pelo banco oficial da Nação, por motivos vários, entre outros, certas exigências impossíveis ou difíceis de cumprir, grande número de fazendeiros e sítiantes de café atingidos por aquelas catástrofes, recorreram ao crédito de bancos outros, inclusive particulares ou a firmas e pessoas de suas relações, para obtenção de empréstimos para a recuperação de suas lavouras. Estes cafeicultores, em situação perfeitamente idêntica aos demais que foram financiados pelo Banco do Brasil, não estão sendo beneficiados pelo art. 7.º da Lei 2.095 de 1953. Alegam as autoridades judiciárias que a referida lei menciona expressamente o Banco do Brasil e nestas condições, só os que tiveram a felicidade de conseguir empréstimo do Banco do Brasil, é que podem gozar da dilação de prazo estatuída na referida lei. Essa interpretação restritiva decorre de uma falha evidente da lei, pois não é crível que uma lei aquinho uns e não todos de uma mesma clas-

se e dentro das mesmas condições.

É uma discriminação injusta, constituindo um privilégio odioso, quando o espírito do legislador foi o de amparar todos aqueles que tivessem tido suas lavouras de café danificadas pelas geadas.

Os credores dos cafeicultores, não financiados pelo Banco do Brasil estão executando os seus financiados devedores e muitos destes já perderam ou vão perder suas propriedades agrícolas porque não puderam ou ainda não podem pagar suas dívidas contraídas para a recuperação de suas lavouras de café, atingidas pelos fenômenos climáticos de 1953 e 1955. Enquanto isso, os financiados pelo Banco do Brasil não são executados e gozam do direito de prorrogação dos prazos de suas dívidas. É, sem dúvida, um tratamento desigual e iníquo a membros de uma mesma classe e de uma mesma atividade econômica. É, pois, de justiça, que se corrija tal desigualdade.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1958. (a) *Othon Mäder*.

Legislação citada

LEI N.º 2.697

De 27 de dezembro de 1955

Prorroga para 31 de outubro de 1959, o prazo a que se refere o art. 1.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953 (Dispõe sobre o Financiamento da Lavoura do Café e estende seus benefícios aos cafeicultores cujas lavouras foram prejudicadas em sua produtividade econômica pelas geadas recentemente ocorridas).

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O prazo a que se refere o art. 1.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, fica prorrogado para 31 de outubro de 1959.

Art. 2.º São incluídos entre os beneficiários dos financiamentos previstos na mesma lei os cafeicultores cujas lavouras, situadas nas regiões dos Estados produtores atingidos pelas geadas ocorridas em julho e agosto de 1955, tenham sido prejudicadas em sua produtividade ou formação de modo a que o respectivo custeio não se enquadre nas disposições do Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica também aos casos de prejuízos que não se estendam a mais de um período agrícola e de produtores já assistidos, nos termos da Lei n.º 2.095, de 16 novembro de 1953, ou que tenham expressamente renunciado aos seus benefícios antes da promulgação desta lei.

Art. 3.º Nos empréstimos a que se refere esta lei deverá ser incluída uma verba destinada à manutenção dos empreiteiros ou formadores de lavouras atingidas pelas geadas, durante o período de restauração dos cafeeiros, até o máximo de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Para gozar dos benefícios desta lei, os lavradores prejudicados pelas geadas deverão assumir, nas escrituras de financiamento, sob pena de êste não ser concedido, a obrigação de manter os contratos de formação de lavoura atualmente existentes, e, ainda, de destinar aos empreiteiros a verba prevista neste artigo.

Art. 4.º Em casos excepcionais, plenamente justificados, e sempre mediante solicitação ou informação do Instituto Brasileiro do Café a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., poderá deferir os empréstimos de que trata esta lei antes do período agrícola a ini-

ciar-se a 1.º de novembro de 1955.

Parágrafo único. — Os financiamentos concedidos após a ocorrência das geadas de 1955, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., em caráter de emergência e para os mesmos fins aqui previstos, até Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) cada um, a pequenos e médios produtores, cuja colheita, na safra que findou, tenha sido nula ou insuficiente para atender ao custeio dos trabalhos culturais, no período agrícola 1955-56, das lavouras atingidas, serão considerados como antecipação das disposições dêste diploma, mediante a inclusão dos saldos devedores que apresentarem após a promulgação desta lei, nos primeiros orçamentos de custeio relativos aos financiamentos especiais deferíveis aos mesmos mutuários, nas condições contidas na presente lei.

Art. 5.º O prazo das operações será de 1 (um) ano, sucessivamente prorrogável por igual tempo, até a recuperação da produtividade dos cafeeiros, desde que, entretanto, não ultrapasse o período fixado pelo art. 1.º.

§ 1.º O prazo inicial poderá ser superior ou inferior a 1 (um) ano para concidirem os períodos contratuais com os dos trabalhos agrícolas.

§ 2.º Em cada prorrogação do prazo se vinculará ao contrato a colheita, acaso já em via de formação no curso do novo período contratual, quaisquer que tenham sido as garantias iniciais do financiamento.

Art. 6.º As garantias serão constituídas por penhor rural, hipoteca ou fiança, conjunta ou isoladamente.

§ 1.º Dependerão obrigatoriamente de hipoteca os financiamentos superiores a Cruzeiros 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), por período agrícola, e os que, de qualquer valor e prazo, se destinem ao custeio de lavouras em formação, assim conside-

radas aquelas até 3 (três) anos à época das geadas verificadas em 1955.

§ 2.º Quando exigível a hipoteca e esta se tornar impossível, por se acharem os imóveis, cujas lavouras foram atingidas, apenas prometidos ao beneficiário ou por êle requeridos a Estado ou Municípios, admitir-se-á a garantia de outro imóvel, rural ou urbano.

§ 3.º É dispensada a anuência do proprietário agrícola à constituição do penhor das colheitas de café dadas em garantias dos financiamentos, inclusive as formadas em terrenos devolutos, desde que o respectivo ocupante tenha, pelo menos, apresentado requerimento já deferido, de discriminação em seu favor de área ocupada.

§ 4.º A constituição da garantia pela forma prevista no parágrafo primeiro dêste artigo será facultada aos beneficiários da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, observadas as mais condições nela estipuladas e não expressamente alteradas.

Art. 7.º Quaisquer que sejam as garantias oferecidas, os lavradores beneficiados destinarão integralmente ao Banco, para venda e pagamento da dívida, o café colhido nos imóveis atingidos.

Art. 8.º Fica prorrogado para 31 de outubro de 1959, o prazo de que trata o art. 7.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, exceto quanto aos cafeicultores cujas lavouras não foram atingidas pelas novas geadas de 1955, que terão o aludido prazo prorrogado, apenas, para 31 de outubro de 1957.

Parágrafo único. Cessarão, de pleno direito, os efeitos da moratória assegurada pelo art. 7.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, desde que o cafeicultor renuncie expressamente aos favores daquele diploma legal ou aos da presente lei, ou liquide o financiamento especial, quer em virtude da recuperação de suas

lavouras, quer para obtenção de recursos outros.

Art. 9.º Considerar-se-ão em fraude de execução dos financiamentos resultantes desta lei, as alienações feitas sem prévia anuência do Banco do Brasil S. A., quer de produtos dos cafeeiros dos imóveis atingidos, embora ainda não vinculados aos contratos, quer de direito e ação dos beneficiários referentes aos aludidos imóveis, em aquisição.

Art. 10. Fica a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. autorizada a conceder, fora dos limites em vigor, aos estabelecimentos bancários, o redesconto de títulos provenientes do financiamento de recuperação e até o prazo de 1 (um) ano, prorrogável, bem assim dos títulos oriundos de promessas de venda de terras financiadas a que se refere o art. 7.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, e até o prazo previsto no art. 8.º desta lei.

Art. 11. Nas localidades onde o Banco do Brasil S. A. não dispuser de agências ou escritórios, para que o financiamento atenda o maior número possível de lavradores, poderá a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial daquele Banco delegar essas operações de crédito aos Bancos particulares existentes na região, mantidas as mesmas condições de custeio e taxas de juros usuais para êsses financiamentos.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República. — *Nereu Ramos*. — *Mário da Câmara*.

O SR. PRESIDENTE — Ainda sobre a mesa Expediente, que vai ser lido.

É lido o seguinte

ofício

Em 19 de março de 1958.

Sr. Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado Federal resolveu constituir a sua liderança com os seguintes nomes.

Líder — Senador Lima Guimarães.

Vice-Líderes — Senadores Mourão Vieira — Saulo Ramos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. — *Lima Guimarães.*

O SR. PRESIDENTE — A Mesa fica inteirada.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Requerimento n.º 65, de 1958, do Sr. Senador Domingos Vellasco, solicitando a transcrição nos Anais de entrevista concedida, pelo Embaixador Oswaldo Aranha, ao vespertino "Última Hora".

O SR. PRESIDENTE — Está inscrito, para discutir o requerimento, o nobre Senador Domingos Vellasco, a quem dou a palavra.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — (*) — Sr. Presidente, sendo a primeira vez que falo nesta Sessão Legislativa, agradeço, inicialmente, ao Senado, o haver homologado a indicação do meu nome, feita pelos pequenos Partidos — Partido Social Progressista, Partido Republicano, Partido Libertador, Partido Trabalhista Nacional — para a 4.ª Secretaria.

Sou grato, especialmente, ao Partido Libertador, porque, na opi-

nião da Maioria e dos componentes das pequenas Bancadas, inclusive eu, cabia àquela agremiação política indicar, na oportunidade, o candidato à 4.ª Secretaria. O Partido Libertador, entretanto, abriu mão daquilo que admitíamos como direito seu para que meu nome fôsse indicado.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O meu Partido não admite esse ponto de vista; já fiz notar a V. Ex.ª. Votamos com muito gosto no ilustre colega.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Por isso mesmo, afirmo que, na opinião da Maioria e dos componentes da Bancada dos Pequenos Partidos — do Partido Republicano, do Partido Trabalhista Nacional, Partido Socialista Brasileiro — a 4.ª Secretaria deveria caber ao Partido Libertador. Os nobres Senadores Novaes Filho e Mem de Sá, entretanto, tiveram a gentileza de ceder a oportunidade ao Partido Socialista Brasileiro, visto que me cabe organizar, este ano, a Quadragésima Sétima Conferência da União Interparlamentar, a realizar-se no Rio de Janeiro, de 24 a 31 de julho.

Reconheço a gentileza dos nobres colegas do Partido Libertador, entretanto.

O objetivo que me traz à tribuna é encaminhar o requerimento de transcrição nos Anais da Casa da entrevista concedida pelo Ministro Oswaldo Aranha ao jornal "Última Hora", desta Capital, sobre vários pontos importantes da política internacional.

Talvez seja esse o documento mais claro, mais nítido, mais preciso e, sobretudo, mais certo, provindo desse homem de larga experiência internacional, que se refere às questões cruciais da política mundial com absoluta justeza.

O Sr. Gomes de Oliveira — Cidadão da mais larga experiência, permita-me V. Ex.ª que o diga, e

(*) — Não foi revisto pelo orador.

da maior autoridade, não só em nosso País, como na esfera internacional. Como tive recentemente oportunidade de verificar nas Nações Unidas, a atuação de Oswaldo Aranha neste organismo e o conceito de que goza S. Ex.^a são realmente daqueles que enobrecem nosso País e engrandecem as ações dos homens públicos.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Muito agradeço a oportuna observação de Vossa Excelência.

O Sr. Ministro Oswaldo Aranha fere pontos fundamentais da política internacional, como sejam os referentes à justa interpretação do que é nacionalismo, a conveniência das nossas relações diplomáticas com todos os países do universo, a forma pela qual devemos encarar as nossas relações com os Estados Unidos da América do Norte e a política que deve seguir o Brasil em relação à República Popular da China.

Sr. Presidente, a definição que o Ministro Oswaldo Aranha dá sobre o que seja nacionalismo é absolutamente precisa. Diz S. Ex.^a o seguinte:

“De modo que o nacionalismo brasileiro é, a meu ver, como o nacionalismo que observei em quase todos os povos, uma caracterização da personalidade ou uma tomada de consciência internacional de cada país em relação a si mesmo e à sua missão no conjunto dos povos”.

Sobre esta matéria tenho falado várias vezes ao Senado, para demonstrar que o nacionalismo predominante, hoje, no mundo é um fenômeno reconhecido, analisado e aceito por homens eminentes de todos os setores da política internacional, de todos os pontos do globo.

Já tive oportunidade de informar ao Senado que a primeira pessoa com significação na política internacional que pediu atenção

para o fenômeno nacionalista, o Sr. Aneurin Bevan, do Partido Trabalhista Inglês, afirmou, em 1951, que o fenômeno social mais importante do século fôra, precisamente, a tomada de consciência dos povos subdesenvolvidos, que não mais queriam ser expoliados pelos mais fortes. Isso êle o disse em famoso manifesto, que assinou juntamente com colegas de gabinete do Governo Clemente Attlee, Srs. John Wilson e Yan Mikardos.

Citei palavras do Papa Pio XII, em carta endereçada a Charles Fleury, Presidente da “Semana Social” da França, em que Sua Santidade mostrava que a luta de classes havia passado do terreno interno de cada país para o mundo internacional, onde se viam os povos pobres em luta com os povos ricos.

Citei também palavras do Sr. Woodrow Tocqueville, Líder do Partido Trabalhista Inglês, numa mensagem dirigida ao Partido Trabalhista Holandês, no ano passado, em que afirmava precisamente a mesma coisa.

Tenho, enfim, mostrado a opinião de homens como o Marechal Tito, Presidente da República Popular da Iugoslávia, de estadistas hindus e jornalistas de todo o mundo, para provar que o fenômeno nacionalista não foi inventado pelos tupiniquins do Senado. É processo muito mais profundo, importante e sério.

Não tinha, contudo, trazido, ainda, a esta Casa, teoria que, para nós brasileiros tem valor maior, porque demonstra que o fenômeno, hoje objeto das preocupações de estadistas de todo o mundo, e motivo da entrevista do Embaixador Oswaldo Aranha, foi, no começo do século, em nosso País, pôsto ao vivo, por uma inteligência nacional.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DOMINGOS VELLASCO
— Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Li a entrevista do Embaixador Oswaldo Aranha, que consubstancia um dos traços marcantes da sua personalidade — a franqueza e a dignidade de atitudes, sobretudo, quando diz que já é tempo de deixarmos de passar por nação subdesenvolvida, de recetar manter relações diplomáticas com o resto do mundo. A franqueza com que S. Ex.^a se manifestou, precisamente quando voltava de uma representação na ONU, é digna dos maiores encômios. Sua entrevista merece transcrição nos Anais do Senado.

O SR. DOMINGOS VELLASCO
— Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a! Não quis requerer a transcrição nos Anais dessa entrevista, sem primeiro comentá-la.

A questão do nacionalismo, Sr. Presidente, não é como pensam muitos parlapatões, que sobre ela escrevem. O fenômeno, já no começo do século, foi previsto por grande pensador brasileiro, de quem, muito após a sua morte, Humberto de Campos dizia: — “Esse grande homem, morto, é na verdade, nesta hora, o melhor geral para os vivos”. — Interessante é que a maior parte das previsões feitas, há cerca de quarenta anos, por esse eminente publicista brasileiro, a cuja obra dediquei na minha mocidade grande parte de meus estudos, se vem realizando. Refiro-me a Alberto Tórres. Quem conhece a sua obra, sabe que foi um pregador no deserto. Enquanto os políticos de seu tempo, tinham, diante dos olhos uma cortina de fumaça, ele previa os acontecimentos que se desenrolariam dezenas de anos depois e que diziam muito de perto com a situação do nosso País. No livro “O Problema Nacional Brasileiro” há um capítulo em que o nacionalismo está definido; não esse nacionalismo que a palermice atribui aos tupiniquins de hoje,

mas o nacionalismo de defesa das riquezas materiais do Brasil, contra a espoliação desordenada e injusta de outros povos.

Sr. Presidente, nenhum brasileiro de cultura pode desconhecer as obras de Alberto Tórres, principalmente essa — “O Problema Nacional Brasileiro” — em que o autor, há quarenta anos, já expendia conceitos atualíssimos, como que um catecismo de nacionalismo para todos os políticos brasileiros. Não precisaria, portanto, valer-me da opinião de estadistas estrangeiros, para demonstrar o significado, nesta época, do nacionalismo. Lessem, os mal informados, as obras de Alberto Tórres, e compreenderiam perfeitamente o significado dessa força incoercível que é, no Brasil, o nacionalismo. Não vou tomar tempo ao Senado...

O Sr. Novaes Filho — O nobre colega está deleitando os seus pares, sobretudo quando recorre a Alberto Tórres, que foi, em verdade, grande pensador e traçador de rumos para a nacionalidade.

O SR. DOMINGOS VELLASCO
— Sr. Presidente, em qualquer página do livro de Alberto Tórres se verá o que significava o nacionalismo, já naquela época, para os que viam os problemas do Brasil com segurança.

Não era nenhuma xenofobia, nenhum chauvinismo, ao contrário, era o sentimento profundo de que não podíamos continuar com a política perdulária de entregar todos os nossos recursos à espoliação dos estrangeiros.

Abrindo, ao acaso, a página 269 deste livro lemos:

“A supremacia do comércio e das colônias estrangeiras sobre a sociedade nacional, o enfeudamento econômico das populações a estrangeiros, são fatos já antigos, crescentes, progressivos, notados por observadores isolados da nossa

vida, mas desconhecidos ou desprezados pelos Governos. As observações de alguns políticos, entre os quais o autor d'êste estudo, eram utilizadas em seus trabalhos pessoais. Alguns escritores trouxeram para a imprensa eruditos e documentados estudos, sem outro efeito além da polémica e do aplauso literário. Um dos mais abalizados dentre êles, eleito Deputado, o Sr. Sylvio Romero..."

— que foi outro grande pensador brasileiro a enxergar o nosso problema...

"consubstanciou as suas idéas em um projeto apresentado à Câmara, mas, como era de prever, rejeitado".

Sr. Presidente, vou ler outro trecho do livro de Alberto Tôrres:

"Não é na faixa da fronteira que está o nosso problema atual, não são pormenores de defesa militar, de política e de administração, que nos devem preocupar; não se trata de saber se carecemos ou não de capitais, se devemos ou não aceitar os capitais que nos oferecem. Com a forma que estas coisas revestem, dadas as condições do nosso estado social e econômico (pelas quais não somos responsáveis, e que, em confronto com a situação moral e política de outros países, não nos põe em posição de inferioridade) nada mais temos que fazer senão opor a empresas e sindicatos estrangeiros a recusa liminar do *nom possumos*, varrer o território da intromissão inóspita, e promover a nossa reorganização social e política, de forma a preparar o Brasil para ser um cooperador da civilização, em vez de um logradouro internacional da

especulação e do capitalismo ocioso".

Acentua, mais adiante o autor:

"O nosso nacionalismo não é uma aspiração sentimental, nem um programa doutrinário, que pressuponha um colorido mais forte do sentimento ou do conceito patriótico. É um simples movimento de restauração conservadora e reorganizadora".

Sr. Presidente, se abrirmos "A Organização Nacional" encontraremos as mesmas idéas, os mesmos princípios que nós, nacionalistas, defendemos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Alberto Tôrres, conhecedor da política internacional — sobre a qual escreveu vários livros como *Vers la Paix, Le Probleme Mondial e As Fontes da Vida no Brasil* — estava a par dos acontecimentos mundiais e via os problemas do Brasil em função do que occorria com outros povos. Daí, sua capacidade de prever e de colocar o dedo justamente no ponto nevralgico das questões.

Quando êle publicou suas obras, o sentimento nacionalista evidentemente não dominava, ainda, as camadas sociais da nossa Pátria. Era o homem, culto e inteligente, que via o problema brasileiro.

Sr. Presidente, revivo Alberto Tôrres apenas para acentuar que um homem que não era socialista, mas, liberal-democrata, erudito e talentoso, desde que viu o problema, descreveu o nacionalismo como nós o aceitamos hoje, completamente.

Se abrirmos, repito, "A Organização Nacional", encontraremos idênticos pensamentos. A página 307, que lerei para constar dos Anais do Senado, escreve Alberto Tôrres:

“O Brasil carece precaver-se, em primeiro lugar, de continuar a ser colônia do capital e do trabalho estrangeiro: defender-se, depois, do exagerado desenvolvimento do comércio estrangeiro no País, principalmente no que toca à gestão de suas riquezas e de suas relações econômicas, à vida e às necessidades ordinárias da população. A exploração econômica de um território convém mais, freqüentes vezes, às nações fortes, do que a ocupação política”.

Sr. Presidente, tomarei constantemente a opinião de autores brasileiros e estrangeiros, para que se firme o conceito exato do nacionalismo.

O nacionalismo brasileiro nada tem de xenóforo, chauvinista ou jacobino. Afirmativa semelhante fez Alberto Tôrres e tem sido repetida por todos os líderes do nacionalismo no Brasil. É a tomada de consciência do povo brasileiro, que, como outros povos, não quer mais ser pasto da espoliação dos trustes internacionais, dos capitais estrangeiros ou das finanças internacionais.

O Sr. *Lima Teixeira* — Não é nacionalismo inconseqüente.

O Sr. *Nelson Firmo* — Faço minhas as palavras do nobre orador.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Muito obrigado a Vossas Excelências.

O Sr. *Lima Teixeira* — V. Ex.^a não defende o nacionalismo inconseqüente e estreito.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — O pensamento nacionalista é assim, Sr. Presidente, atitude hoje aceita entusiasticamente pelo povo brasileiro, resultante não apenas dos fatos passados com outros povos nas condições sociais e econômicas do Brasil, senão também

resultante do estado de altos espíritos deste País, que previram os fatos futuros com absoluta segurança, como se vê em *Silvio Romero* e *Alberto Tôrres*.

Sr. Presidente, o Ministro *Oswaldo Aranha* ataca a questão do reatamento das relações com a República Popular da China, assunto de que várias vezes tratei.

O Senado também ouviu a palavra do nobre Senador *Juracy Magalhães*, quando regressou de sua viagem ao Oriente, pedindo a atenção do Governo para que se modificasse a política em relação àquela República.

Por incrível que pareça, *Alberto Tôrres* previu o formidável movimento havido na China e que a está transformando numa das maiores potências da terra.

Cito, Sr. Presidente, com muita insistência estes fatos, porque o que atualmente ocorre no mundo — repito — pôde ser previsto por aqueles que se dedicavam ao estudo da matéria. Não é nada de mais, porque há 126 anos, *Tocqueville* previu a luta entre os Estados Unidos e a Rússia.

Mostrava o escritor que os dois povos caminhariam para o conflito, visando à conquista do predomínio mundial — Isso há 126 anos!

Lerei agora o que escreveu *Alberto Tôrres*, à página 252 do livro que tenho em mãos:

“Não espanta, por isto, que, neste momento em que o mundo inteiro oferece, aos olhos do observador, como traço típico da política, o fenômeno de uma exaltação do nacionalismo, os nossos governantes não vejam que, ao passo que a China, vencendo as tendências negativas de sua tradicional indolência, consubstancia em um definido esforço de coesão nacional, o surto da sua reconstituição política”.

Isto foi escrito em 1914.

É de ver, Sr. Presidente, que somente os que compreendem o Nacionalismo tal como ele é, e não com espírito xenóforo ou como movimento paracomunista, ou ainda filocomunista, apreenderão o fenómeno exactamente como é, e hão de encontrar, até nos nossos mais cultos estudiosos do passado, a previsão dos fenómenos que hoje presenciámos.

Ora, com referência à China, mostra o Sr. Oswaldo Aranha, como, há dez anos, já pedia à Assembléa das Nações reconhecesse a República Popular da China, porque ninguém pode, neste momento, se não sendo absolutamente vesgo, negar a existência de uma nação que tem nove milhões de quilómetros quadrados e seiscentos milhões de habitantes, com um surto industrial espantoso. Como se nos fôsse fácil passar uma esponja na China, acabar com ela e ficar com a Ilha Formosa, que não é mais do que uma colónia dos Estados Unidos da Ásia!

O Ministro Oswaldo Aranha não só aborda esse assunto como também a questão de nossas relações com a União Soviética.

Ainda anteontem, o Senador Argemiro de Figueiredo disse algumas verdades ao Senado, com as quais estou de acôrdo, apesar de divergir de S. Ex.^a com referência a outros conceitos.

Afirmou Sua Excelência:

“Somos uma nação livre e as nações livres não devem e não podem recelar a aproximação com povos que lhes pareçam escravizados. Não é possível negar as grandes conquistas do povo russo nos domínios das ciências, das letras e das artes. Imenso é o seu parque industrial. É por outro lado, um invejável centro de produção e de consumo. Por que fechamos à Rússia as portas do nosso comércio?”

Por que deixamos de ter relações diplomáticas com a União So-

viética — pergunta o Ministro Oswaldo Aranha — quando o Brasil vota, na Assembléa das Nações Unidas, aquela moção que aconselha a todos os povos que dela fazem parte, a manter relações pacíficas entre si?

Sr. Presidente, no que tange às relações com a União Soviética, as objeções são tôdas respeitáveis: algumas porque partem de convicções filosóficas ou religiosas, outras dos que não conhecem minuciosamente a questão.

Há, também, opiniões contrárias, orientadas de interesses comerciais e económicos.

Quais as forças que se opõem — nesse terreno — às relações comerciais com a União Soviética e os povos socialistas? — Em primeiro lugar, os interessados no sistema da política triangular de exportação; os que se beneficiam para que não possamos directamente fornecer, à União Soviética e àqueles países, os produtos que eles nos compram através de intermediários. Esses, os primeiros adversários desta política — os que têm interesse em que ela continue, ainda que prejudicando interesses fundamentais dos próprios exportadores do Brasil. O segundo grupo é o daqueles que sabem que, no comércio, ninguém vende se não compra. Se exportarmos para a União Soviética, evidentemente, teremos de adquirir seus produtos. Ora, quais os produtos que aquela nação nos poderá vender? — Os de que precisam os brasileiros. Os artigos exportáveis da União Soviética de que necessitamos são os relativos à indústria petrolífera, refinarias, maquinismos, tratores, que sofreriam, no nosso País, a concorrência de produtos similares de outras procedências.

Os representantes desses produtos, teriam — e terão — prejuízo na diminuição de seu comércio, se houver concorrência de outros produtos estrangeiros. Então, eles se opõem.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A situação criada para o nosso café, não será, talvez, um reflexo da nossa atitude, relativamente favorável à possibilidade de reentendimentos diplomático e comercial com os povos da chamada "Cortina de Ferro"?

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Não tenho a menor dúvida sobre esse ponto. Desde que começou, no Brasil, a política do monopólio do petróleo — que é vitoriosa — tiveram início, também, as pressões sobre o crédito, a produção, todo esse conjunto de medidas que mais podem ser tomadas como represália.

Volto, agora, a Alberto Tôres, para provar que já àquele tempo existia o problema. Desejo mostrar que nós, nacionalistas, somos os herdeiros da melhor tradição cultural do nosso País; não somos filocomunistas, nem advogamos nenhuma doutrina, sociológica semelhante à dos comunistas. Somos — repito — os herdeiros da melhor tradição cultural do Brasil, no que tange aos problemas nacionais, ou seja, de Alberto Tôres, Sívio Romero e outros, que tive oportunidade de citar desta tribuna.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Com todo o prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Eu pretendia também discutir o requerimento que V. Ex.^a apresentou a esta Casa. Entretanto, de tal maneira é brilhante a exposição do nobre colega que esgotou inteiramente o assunto. Faço minhas as palavras proferidas por V. Ex.^a e que elucidam os brasileiros de boa fé e boa vontade sobre o nacionalismo que propugnamos e defendemos.

O SR. DOMINGOS VELLASCOS — Muito obrigado a Vossa Excelência.

Alberto Tôres cita conceitos de norte-americanos, já ao seu tempo, a respeito dessas pressões. Refere-se, então, num discurso, às seguintes palavras proferidas pelo Presidente Wilson numa oração feita àquela época:

"O que esses estados (os da América do Sul) estão procurando realizar, é emancipar-se da subordinação, que foi inevitável, a empresas estrangeiras. Não tenho senão motivos para me congratular com a perspectiva de que consigam levar a efeito essa emancipação, e considero meu dever ser o primeiro a tomar lugar entre os que os auxiliam a levá-la a termo".

O Sr. William Jennings Bryan, que foi Secretário de Estado do Presidente Wilson, acrescentava estas palavras que Alberto Tôres àquele tempo compilava:

"É uma política esta que toma o lugar da *dollar diplomacy*. O capitalista estrangeiro foi muitas vezes um elemento perturbador na América Latina".

Alberto Tôres cita, também, um largo trecho do Sr. Elihu Root, ex-ministro do Presidente Theodoro Roosevelt, no mesmo sentido.

Vê-se, pois, Sr. Presidente, que neste instante ao defendermos a economia nacional da investida dos trustes internacionais estamos, realmente, vivendo o drama da nossa geração, drama previsto por eminentes brasileiros insuspeitos de comunismo, insuspeitos de estarem a serviço da União Soviética, porque eles, como nós, servem exclusivamente aos interesses da nossa Pátria.

O Ministro Oswaldo Aranha já o aludi, também se refere às relações do Brasil com os Estados Unidos da América do Norte.

Sem dúvida, devemos esforçar-nos para melhorar as nossas relações com a grande nação do Norte pois nunca desceram tanto quanto agora.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Infelizmente, é a verdade.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Nesse particular, o Sr. Oswaldo Aranha está de pleno acôrdo com a orientação seguidamente manifestada pela Direção Nacional de meu Partido. Sômente um idiota poderia querer que o Brasil fizesse política contrária aos Estados Unidos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Política hostil.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Diz bem V. Ex.^a, política hostil aos Estados Unidos. Por outro lado, também, sômente os idiotas poderão querer atrelar os destinos do Brasil à política da grande Nação do Norte.

O Sr. Nelson Firmo — Muito bem!

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Esse o ponto de vista que defendemos.

Aproveitei, Sr. Presidente, a oportunidade dessa magnífica entrevista do Ministro Oswaldo Aranha, para replisar certos pontos e como que fixar bem o pensamento de todos os nacionalistas, sobretudo dos tupiniquins do Senado, com referência ao problema do nacionalismo. Creio e repito que, neste País, os herdeiros e seguidores do que há de melhor na inteligência, na cultura, no patriotismo do Brasil estão fillados à corrente nacionalista.

O Sr. Nelson Firmo — Não há dúvida alguma.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento. (*Pausa*).

Mais nenhum Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia. (*Pausa*).

Nada mais havendo que tratar, vou levantar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Projeto de Resolução n.º 1, de 1958, de autoria da Comissão Diretora, que revigora o disposto na Resolução n.º 10, de 1951, para os funcionários da Secretaria do Senado, admitidos posteriormente à Resolução n.º 4, de 1955, tendo Pareceres sob n.º 46 e 47, de 1958, das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável, nos termos do substitutivo que oferece; e de Finanças, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas.

ENTREVISTA DO SR. EMBAIXADOR OSWALDO ARANHA, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 85, DE 1958, DO SR. DOMINGOS VELLASCO,

APROVADO NA SESSÃO DE 19 DE MARÇO DE 1958

“O BRASIL NÃO É MAIS UMA COLÔNIA ONDE OS IMPERIALISMOS PODEM REINAR E SE DISPUTAR!”

O Sr. Oswaldo Aranha tem mantido nos últimos anos uma posição extremamente discreta com relação aos problemas políti-

cos. Designado o ano passado para chefiar a Delegação Brasileira à 12.^a reunião da Assembléa Geral das Nações Unidas, teve ali uma atuação brilhante. Seu comportamento, no entanto, nem sempre correspondeu aos seus pontos de vista pessoais com relação a muitos problemas internacionais ora em debate. É que, como delegado oficial de seu país, teve sempre que atuar de acôrdo com as rigorosas instruções que lhe foram transmitidas pelo Itamarati. Após o encerramento dos trabalhos da ONU, teve oportunidade de fazer algumas declarações, recebidas com reserva por certos círculos do oficialismo brasileiro.

Agora, concedeu ao jornalista Medeiros Lima a entrevista exclusiva que hoje publicamos. Durante mais de duas horas, através de um diálogo vivo, cuja naturalidade foi mantida, o Sr. Oswaldo Aranha expressou, de maneira clara e franca, o seu pensamento sôbre os problemas internacionais. Embora guardando certa discrição, não deixou de criticar a posição do Brasil no âmbito de sua política externa, notadamente no que diz respeito ao tratamento dispensado aos países em luta contra o colonialismo e a tão controvertida questão do reatamento de relações com a União Soviética.

Pela fôrça de suas idéas, pela clareza com que se expressa e sobretudo pela grande independência com que se situa diante dos problemas universais, acreditamos que a entrevista do Sr. Oswaldo Aranha é um documento que exprime a maturidade do pensamento brasileiro.

M. L. — O fato de, por duas vezes, haver ocupado o Ministério do Exterior do Brasil, sua posição de antigo Presidente da Assembléa Geral da ONU, sua inclina-

ção e interêsse pelos problemas mundiais, enfim, sua qualidade de homem de Estado, fizeram do Senhor uma das personalidades mais respeitadas em seu País e no exterior, no campo das relações internacionais. Sendo assim, parece-me que sua recente volta à Assembléa Geral das Nações Unidas, depois de demorado período de ausência lhe foi extremamente útil. Esta nova experiência decorrente de suas observações, de seus contatos, é que me leva a indagar se continua a acreditar na ONU como um organismo capaz de assegurar a paz mundial.

O Brasil e a OTAN

M.L. — O Senhor falou do pacto continental. Isto me leva a indagar qual o seu pensamento a propósito de declarações recentes feitas pelo nosso Ministro das Relações Exteriores e pelo Presidente Prado, do Peru, no sentido de os países da América do Sul, que fazem parte da Organização dos Estados Americanos, reforçarem sua solidariedade aos Estados Unidos e ao mundo ocidental, integrando-se na OTAN?

O.A. — Não tenho conhecimento dessas declarações, quer do Presidente do Peru, quer do nosso Ministro das Relações Exteriores. Não vejo, porém, por que nós devamos incorporar à OTAN que pelo seu próprio nome nos exclui. É uma aliança das nações do Atlântico Norte, e nós pertencemos ao Atlântico Sul. É uma organização geográfica e política à qual não devemos aderir, não só porque não fomos de início convidados, como principalmente agora, quando ela mostra profundas divergências entre os seus componentes. Com maior razão, pois, não temos motivo para a ela nos reunir.

China: problema cruciante

M.L. — Quando me referi ao problema da ONU, estava pen-

sando no fato de que até hoje ela foi incapaz de resolver alguns dos pontos mais delicados da política internacional, como, por exemplo, a questão da reunificação da Alemanha e do reconhecimento da China Popular. É curioso como muitas nações mantêm comércio com a China, mas não lhe reconhecem o Governo. No Brasil, inclusive, fala-se em se restabelecer trocas comerciais com aquele país, quando continuamos na ONU a votar sistematicamente contra seu reconhecimento como nação e povo independentes.

Por outro lado, o fato mesmo de as grandes decisões serem tomadas diretamente através dos três grandes — Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética — não implica numa redução ou diminuição da ONU como organismo soberano?

O.A. — Se você estudasse a Carta das Nações Unidas, verificaria que ao fim, entre as Disposições Transitórias, há um artigo confiando às cinco grandes nações que venceram a guerra a missão de ultimar a paz. Não há lembrança na história de uma guerra que não tenha levado 100 anos para ser ultimada e cancelados todos os seus efeitos. Nós mesmos só há poucos anos é que colocamos uma pá de cal nas consequências e nos restos da Guerra do Paraguai, tão lamentável. A última grande guerra ainda mantém problemas que não foram resolvidos, e que só com o tempo e o trabalho da ONU poderão ser solucionados. Entre eles, o da Alemanha, o da China, e tantos outros.

É fora de dúvida, no entanto, que a ONU tem concorrido para que a paz se ultime depois da última grande guerra sob a base de princípios, de regras e de normas muito mais humanas e justas do que as que liquidaram as guerras passadas.

M. L. — E quando a ONU se recusa a reconhecer a China Po-

pular estará ajudando a conciliar os interesses em choque?

O. A. — O problema da China Popular é dos problemas cruciantes da ONU. A minha opinião é conhecida há 11 anos, quando achei que se deveria proclamar a independência de Formosa e reconhecer a China. Então, acreditava que isto fôsse possível. Hoje, o problema da China será resolvido, e a própria ONU, em suas assembleias, vem demonstrando crescente tendência a admitir a China Popular, que, entretanto, nunca pleiteou, nunca apresentou diretamente, por motivo que desconheço, a sua pretensão de entrar nas Nações Unidas. Todavia, essa pretensão é apresentada através de terceiros e cada ano ganha mais três ou quatro votos. Assim, chegará o momento em que ela fatalmente entrará nas Nações Unidas.

M.L. — Quando o senhor estava nos Estados Unidos contou-se aqui, a êsse propósito, um episódio que não sei se é verdadeiro e que gostaria de ver agora confirmado ou desmentido.

Dizia-se que, quando colocado à apreciação da Assembléa Geral da ONU o problema do reconhecimento da China, o Delegado norte-americano fez um discurso combatendo a iniciativa, discurso que teria sido friamente, acolhido. Esse fato o teria levado, ao descer da tribuna, a convidar o senhor a fazer um outro discurso no mesmo sentido. O senhor, no entanto, teria respondido ao convite declarando: "Tenho instruções do meu Governo para votar com os Estados Unidos, e não para defender o ponto de vista dos Estados Unidos nesse caso".

O. A. — O fato é verdadeiro, essa versão tem certa razão. Realmente, o Brasil votou com os Estados Unidos por instrução do nosso Governo. Mas, justamente porque, há 10 anos, já me havia manifestado favoravelmente à entrada da China Popular

na ONU, não me era possível falar defendendo o ponto de vista dos Estados Unidos.

O Acôrdo russo-Americano

M. L. — O equilíbrio tecnológico tentado entre Oriente e Ocidente, depois do lançamento do "sputnik" pelos Soviets, não poderá induzir os Estados Unidos e a União Soviética a um acôrdo, em detrimento dos Estados menores e mais fracos, pela divisão do mundo em áreas de influência?

O. A. — Não, não creio nisso, justamente pela existência das Nações Unidas, da qual participam, e necessitam participar, quer os Estados Unidos quer a Rússia, e onde as decisões são tomadas por uma forma geral e não particular. O "sputnik" veio revelar apenas, o avanço tecnológico da Rússia, mas, em si, mesmo, não traz qualquer ameaça ou risco aos demais povos, que, como os Estados Unidos, se se concentrarem numa produção similar, igualarão ou até superarão a Rússia em pouco tempo. Não tenho a respeito a menor dúvida. A surpresa proveio de que, até então, era convicção nos grandes centros ocidentais que a Rússia apenas reproduzia os modelos técnicos do ocidente, e o "sputnik" veio revelar que a Rússia possui uma técnica própria, não imitava, e era capaz de criar ou superar os modelos técnicos ocidentais e os projetos e planos dos nossos cientistas e técnicos. Essa a significação do fato. A consequência foi a de provocar maior esforço do mundo ocidental para também criar uma técnica que venha a rivalizar ou superar a Rússia. Não tenho dúvida de que eles farão milhares de "sputniks". O problema dos Estados Unidos não é esse: o seu problema é interno.

Conseqüências da corrida tecnológica

M. L. — Não cre o senhor nas consequências e nos eventuais efeitos políticos da corrida tecnológica, especialmente nos países subdesenvolvidos?

O. A. — Os países subdesenvolvidos são e serão vítimas dessa situação, dessa corrida técnica e científica em procura da criação de elementos bélicos capazes de superar uns aos outros no evento de uma guerra. É fora de dúvida que as grandes nações aconselharam os países subdesenvolvidos a se desenvolverem, e todos entraram nessa corrida do desenvolvimento econômico: a Índia, o Brasil e inúmeras outras nações. Para isso, entretanto, precisavam contar com o apoio e o concurso dos seus conselheiros, que tinham as reservas capazes de amparar esse desenvolvimento. Ocorreu, porém, que, absorvidos por esse problema deles mesmos, não deram essa assistência. Daí o surto da inflação mundial, dos grandes desequilíbrios econômicos dos países desenvolvidos, dos dramas das massas e populações, às quais se acenaram com grandes possibilidades, que redundaram em verdadeiros fracassos por toda parte, de modo que os países subdesenvolvidos voltaram a si e chegaram à conclusão de que para seu desenvolvimento só podem contar com seus próprios elementos e com muito poucos recursos e ajuda dos países desenvolvidos que aconselhavam seu desenvolvimento.

Comprometida a autoridade do Brasil

M. L. — Se não estou engado, em recente declaração feita no exterior, o senhor se referiu à crescente importância dos pequenos países e dos países subdesenvolvidos na correlação de forças da ONU. Isto pareceu-me certo. Mas, como se explica que nações

como o Brasil prefiram sistematicamente fazer o jogo de um dos grandes a se situar numa posição de maior independência e liberdade de ação em presença dos interesses de países em conflito com o colonialismo? Poderia citar, como exemplos, os casos da Argélia, de Góia e da Indonésia.

O. A. — Realmente, você tocou num assunto muito delicado para nós. O Brasil é um país que conquistou sua independência e não pode conscientemente, contrariar a independência de outros povos, que, na mesma situação do Brasil procuram libertar-se de velhos jugos. A realidade, porém, é que o Governo brasileiro e a diplomacia brasileira quando instruem as suas delegações o fazem de forma precisa, determinando as variantes das atitudes a serem assumidas. A Delegação do Brasil obedece sem nenhuma restrição ou reserva às ordens recebidas do Itamarati. A indagação de que se elas são justas, oportunas ou certas, cabe ao próprio Governo, não aos Delegados, que são mandatários e não mandantes.

M. L. — Se o Senhor me permite, uma vez cumprida sua missão, gostaria de lhe transferir essa indagação, que diz caber ao Governo responder.

O. A. — Confesso que essa situação é, por vezes, constrangedora e compromete, até certo ponto, a autoridade do Brasil. Na ONU, onde outrora o nosso País recebia a votação unânime quando aspirava quaisquer posições hoje, infelizmente, se elege com certa dificuldade quando se tem que pleitear. Acredito que o Itamarati — e as suas últimas instruções, as que recebi, são realmente renovadoras e mostram uma alta compreensão das alterações que estão sobrevindo no mundo — o Itamarati irá agir, e talvez terá mesmo que rever certas atitudes que, por tradição, por amizade, por solidariedade, ou con-

tinental ou ocidental, foi obrigado a adotar.

Israel e o mundo árabe

M. L. — Coube ao senhor presidir no passado à histórica reunião da ONU, em que se criou o Estado de Israel. Mas, passados dez anos, pergunto: como vê o destino dessa jovem nação, diante da acelerada reorganização do mundo árabe?

Se me permite, gostaria de dobrar esta pergunta indagando ainda: na sua opinião, Nasser e sua política representam um fator positivo para o futuro das nações coloniais e semicoloniais do mundo afro-asiático?

O. A. — O Estado de Israel foi criado para permanecer e acredito que, depois de 10 anos, essa intenção esteja reafirmada pelos fatos. O surto do mundo árabe era uma das necessidades para toda a civilização, pois só quem não conhece a ação civilizadora árabe, que envolveu a Europa, Ásia e África, poderá desejar que essa contribuição se apague no nomadismo dos desertos. Era necessário chamar o mundo árabe à civilização; era indispensável seu retorno, como uma contribuição que maior não deu nenhuma nação no passado. Isso só foi possível com a criação do Estado de Israel. Hoje, inúmeras nações árabes surgiram, fizeram-se independentes, organizam-se; trabalham e enriquecem, e o chamado mundo árabe será um dos elementos úteis à organização mundial, que deve ser de todos e não de uma parte. A ele, portanto, devem os povos árabes, que se contam por milhões, ser incorporados com uma nova forma de viver e conviver, traços que estão impressionando a atualidade. Não vejo risco algum para Israel, mas vejo benefícios muito grandes na criação de Israel para a civilização mundial e para a comunhão dos povos.

Entre esses fenômenos, sem dúvida alguma, como você acentua, está o nacionalismo egípcio, que tem o traço e a marca do individualismo árabe, de tantas qualidades, virtudes e também contradições desse mundo tão pouco conhecido de todos nós, brasileiros.

É fora de dúvida, porém, que esse nacionalismo tão acoimado de associado ao soviétismo é, na minha opinião, uma forma árabe útil ao Egito e aos povos árabes, que, infelizmente, não se podem unir sob uma bandeira, porque estão profundamente divididos pelas diferenças ou nuances religiosas do islamismo.

M. L. — A aliança com a Síria já é o primeiro passo...

O A. — Vou chegar lá. A aliança com a Síria é, realmente, um sintoma favorável à extensão desse nacionalismo a todo o mundo árabe, mas ninguém impedirá que essa forma tome as variantes que lhe imprimem, por exemplo, a Jordânia, o Iraque, a Arábia Saudita. Há as contradições religiosas. O maometismo depois de seu advento, se dividiu em várias nuances, em formas fanáticas, mais caracterizadas, uma das quais foi o islamismo. O islamismo não poderá voltar, porque foi depois do islamismo que se dividiram em ismaelitas, em ha-xemitas vaidistas e tantos outros, irreconciliáveis por ora.

O mundo árabe está trabalhando, está voltando a participar de todas as atividades da civilização mediterrânea e mundial, com riquezas e reservas que estão sendo cobçadas, exploradas, mas que acabarão todas incorporadas, vamos dizer ao patrimônio mundial.

Nacionalismo e neutralismo

M. L. — Como acabo de acentuar a propósito dos países árabes, o nacionalismo é um dos fatores mais importantes da vida

de muitos povos, sobretudo daqueles povos que até aqui têm sofrido excessos da dominação econômica e financeira das grandes potências. Desenvolvido à sombra do conflito entre Ocidente e Oriente, o nacionalismo está tentando uma terceira posição, caracterizada por certa tendência ao neutralismo. Pergunto, no entanto, se acredita na neutralidade do nacionalismo desses países, quando suas exigências internas de progresso os obrigam a buscar no exterior a técnica e os capitais de que necessitam para vencer o atraso e o subdesenvolvimento?

O. A. — O nacionalismo está no começo, no início da formação dos povos, e depois, acompanha a caracterização final da personalidade de todas as nações. O nacionalismo não pode ser neutro; é uma forma ativa de tomada da sua própria consciência e da sua missão, para exercê-la, no seio das demais nações.

O problema do nacionalismo desses povos parece-me que está sendo mal interpretado. O nacionalismo contemporâneo é mais um esforço para a independência econômica de países que já tinham independência política. Como, porém, a independência política não existe na sua plenitude, sem forças econômicas que a possam amparar e assegurar, os povos que adquiriam essa consciência, em grande parte provocada pelas próprias grandes nações que apregoaram a necessidade do seu desenvolvimento econômico e industrial, tornaram mundial esse movimento. Na Ásia, na África, na própria América, o sentido do nacionalismo não é o da ausência ou da fuga às responsabilidades internacionais, mas, sim, o da tomada de posição e participação nelas. A participação na comunhão mundial força cada nação a dar e a receber. Hoje, os povos, incluído o Brasil, estão convencidos de que têm que dar, mas

também tem que receber, e não devem receber — aí está o nacionalismo — sem dar. De modo que o nacionalismo brasileiro — e, a meu ver, como o nacionalismo que observei em quase todos os povos — é uma caracterização da personalidade internacional, ou uma tomada de consciência internacional de cada país em relação a si mesmo e à sua missão no conjunto dos povos. Não é um ato de isolamento; não é um temor; não é medo dos demais. Não. Ao contrário, é justamente um ato de consciência de coragem, em que cada um deseja aparecer como é realmente e não como se quer que seja.

Eu, por exemplo, não compreendo essa coincidência do nacionalismo com o comunismo, pois este é uma doutrina internacional. Assim, não poderiam coincidir, pois o nacionalismo é justamente a negação daquele. Não. Entre o nacionalismo e o internacionalismo entre 8 e 80, está a posição dos povos atuais, e a sua independência política, conquistada em outros tempos, ou pela fraqueza das nações dominadoras, ou pelo crescimento próprio dos países que se tornaram independentes, trouxe a necessidade de uma caracterização econômico-industrial, isto é, de maior divisão da riqueza mundial entre os povos, como, dentro de cada nação, de maior divisão de riqueza entre o seu povo. Esse o nacionalismo atual do mundo. É, finalmente, um movimento similar ao que se seguiu à Santa Aliança, quando vários povos nasceram e outros desapareceram. É a maioridade, não por se ter chegado à idade maior, mas por se ter chegado à capacidade de se ser maior.

Esse o funcionalismo que noto no mundo. Não noto esse nacionalismo que se poderia chamar de xenófobo, inimigo do estrangeiro, contrário a todos os empreendimentos, adversário de toda colaboração, negando toda co-

operação técnica, científica ou industrial. Isso não mais existe no Universo. Creio que nem mesmo nas regiões mais remotas, porque hoje, não há um homem com algum conhecimento que não sinta que nada é mais pessoal, nem local, nem mesmo nacional, mas mundial.

Relações brasileiro-americanas

M. L. — O problema do nacionalismo toca muito de perto ao Brasil. Por isso mesmo, o senhor vai-me permitir que nêle insista. Mas, ao abordá-lo, agora, desejaria fazê-lo tendo em vista os interesses nacionais brasileiros, o que leva fatalmente ao problema de nossas relações com os Estados Unidos. Isso me induz a formular as seguintes indagações:

a) se a atual política externa do Departamento de Estado favorece o desenvolvimento brasileiro;

b) se o progresso econômico e técnico do Brasil não o obriga a uma posição de maior independência face às conveniências momentâneas da política externa de Washington;

c) se a política de bons sócios, em substituição à política de cooperação de governo para governo, não representa um retrocesso nas relações entre os dois países.

O. A. — A resposta à sua pergunta só poderá ser dada pelo próprio Governo brasileiro. Devo confessar que não estou a par, em todos os seus detalhes, dos entendimentos com os Estados Unidos, para poder afirmar se eles correspondem ou não às nossas aspirações, aos nossos desejos, aos nossos propósitos, na hora atual. Devemos compreender que, neste momento, a política norte-americana não está mais voltada para a América, para os seus vizinhos. A sua vizinhança está do outro lado do Atlântico, do outro lado dos mares. Os seus interesses econômicos, políticos e

estratégicos colocaram, naturalmente, o Brasil fora das suas preocupações predominantes, imediatas e imperativas. Estaremos talvez passando por um período em que o Brasil, tendo saído do foco estratégico, pela sua posição geográfica, não é objeto das considerações predominantes do Governo americano. Acredito, porém, tratar-se de um fato passageiro. Verifiquei, nos Estados Unidos, já agora, que, em tôdas as camadas, nas intelectuais, nas universitárias, no Senado, na Câmara, sobretudo na imprensa, é mostrado o alto interêsse que, mesmo sem estar dentro do quadro estratégico atual, representa o Brasil na política continental e mundial. O Brasil não poderá ser um marginal; é grande demais, está numa posição geográfica e tem uma situação política que não lhe permitirão ficar afastado das grandes soluções mundiais. Não tenho a menor dúvida de que, no momento, entre as preocupações dos Estados Unidos, o Brasil passará a ocupar um lugar de relêvo para as suas decisões futuras.

M. L. — Embora o senhor não tenha querido responder à pergunta que lhe dirigi de maneira bastante objetiva...

O. A. — Não tenha querido, não; não tenha podido, porque não sou governo.

M. L. — ...indiretamente deixou claro, parece-me, que os Estados Unidos só dão ao Brasil quando podem dêle receber algo em esforço bélico, econômico ou de qualquer outra natureza, como ocorreu durante a guerra, quando o senhor era Ministro das Relações Exteriores e as bases de Natal, Recife e Ceará eram consideradas fator positivo para a vitória das Nações Unidas.

O. A. — Não é bem assim. Em política internacional nada é mais errado do que querer ignorar as realidades. Ao contrário do que se supõe, a política internacional e a diplomacia, que é o seu

instrumento, fundam-se nos fatos. Temos de reconhecer que, presentemente, a nossa posição não é a mesma da última guerra, a que você se referiu. Não, podemos, em consequência, ter a mesma influência do passado, quando esta era básica e essencial, como o corredor da vitória e outros elementos muito importantes para o conflito. A política do Brasil, desde o Império, podia ser definida em uma fórmula muito simples: apoiar os Estados Unidos no mundo, em troca do seu apoio, do apoio da América ao Brasil. Hoje, não nos podemos colocar nessa posição, nem exigir que se ponha em prática essa política.

Hoje, a nossa preocupação é mundial. Como afirmei antes, não queremos dar sem receber mas também não queremos receber sem dar. O problema do Brasil, é não se excluir e quando excluído forçar as portas que lhe abrirão a consideração da ordem mundial, a que tem direito.

Não sou nem poderei ser anti-americano, dada a minha formação. Muito menos poderei ser pró-russo. Sou, no entanto, cada vez mais brasileiro, à proporção que entro em contato com os povos estrangeiros...

Na diplomacia diz-se: eu dou para que tu me dê.

Nos governos americano ou brasileiro, nem todos têm a mesma compreensão dos deveres recíprocos de um país para com o outro; uns são mais ou menos ativos na política das boas relações entre os dois países.

Os Estados Unidos foram chamados a uma missão internacional, o que, naturalmente, teria de repercutir na política continental, pois eles tiveram sua atenção voltada para outros problemas que não puramente os nossos, como outrora, dentro das linhas traçadas por Monroe. Quando da fundação da ONU, na Conferência de Cleveland, fiz um discurso a respeito, mostrando que o nos-

so temor era de que os Estados Unidos, chamados a uma missão mundial, tivessem de relaxar um pouco a sua política continental. Mas era um fato inevitável e isso não importa em mal para o Brasil, porque é da paz mundial, da segurança mundial, da tranquilidade mundial e do progresso mundial que surgirá o Brasil, mais do que da solidariedade continental. Somos um país, pelas nossas proporções, pelas nossas costas e pela nossa formação, que prêso ao continente, tem uma destinação de ordem mundial.

Relações com a Rússia

M. L. — Um dos debates mais atuais da política externa brasileira é o que diz respeito ao reatamento de relações comerciais com a União Soviética e demais países da Europa e da Ásia, situados dentro da área do mundo socialista. A controvérsia a respeito leva-me, naturalmente, a abordar o assunto aqui.

Como o seu pensamento já é conhecido, gostaria que o senhor apresentasse as razões que lhe parecem aconselhar a política de intercâmbio comercial com aquelas nações.

O. A. — Só ao chegar aqui é que me inteirei das objeções apresentadas ou feitas à minha sugestão de que o Brasil aproveitasse a oportunidade da resolução final da ONU, adotada unânimeamente, convocando todos os povos, independentemente de seus regimes políticos, a manterem relações diplomáticas e comerciais e que essas objeções tinham ou alterado ou confundido o meu pensamento. Não acenei para o Governo do Brasil procurando rever a sua posição internacional em relação ao mundo socialista, em fatos de natureza comercial. Não foi o comércio que me interessou, nem é essa, neste momento, a razão predominante do meu pensamento. As alegações, as objeções apresen-

tadas à minha sugestão não têm qualquer fundamento. Algumas são mesmo fúteis. Essa, por exemplo, de caráter comercial é a negação da realidade.

Em 1930 o comércio do Brasil era de menos de 200 milhões de dólares, hoje é de quase 2 bilhões de dólares. Em 1930, já não tínhamos relações com o mundo soviético havia quinze anos. Não há, portanto, como medir nem comparar grandezas inexistentes. A realidade é que se o nosso comércio, de 30 para cá, aumentou dez vezes, se tivéssemos relações com esses povos também teria aumentado pelo menos dez vezes.

O problema da infiltração comunista, também alegado, não entra nas minhas preocupações, porque ela é um mal próprio, não é matéria internacional. É mal próprio de cada país que tem capacidade ou não de absorver ou repelir tais ou quais infiltrações.

A razão da minha opinião funda-se em política internacional, pura e unicamente na necessidade de o Brasil participar das decisões mundiais e não se excluir, porque somos, de fato, o único país grande no mundo e com possibilidades imensas, reconhecido como uma nação a quem o futuro reserva imensa participação na comunhão mundial, que não mantêm relações com todos os povos. Desejaria que me apresentassem outro país ou países católicos, apostólicos, romanos, países árabes, países maometanos, islâmicos, budistas, que não mantêm relações com a Rússia. O Brasil está sozinho nesse ponto.

M. L. — Neste caso, o que o senhor sugere não é apenas o reatamento das relações comerciais, mas também o reatamento das relações diplomáticas.

O. A. — O Brasil deve manter relações com todos os povos, sem temor, sem receios, porque não é mais um país subdesenvolvido, não é uma colônia onde os imperialismos possam reinar e se

disputar. O Brasil não se pode excluir, sob pena de sofrer graves prejuízos. Não me interessa o comércio. O Brasil é um membro da família mundial e não deve cancelar o seu grande futuro com considerações pequenas.

Nem receios nem temores

M. L. — As referências às relações comerciais do Brasil com a União Soviética creio que justificam certa observação. Refiro-me à grande ofensiva econômica e financeira que o Governo de Moscou vem desencadeando em todo o mundo e, agora, especialmente na América Latina. As condições de financiamentos a longo prazo e a juros extremamente baixos estão-se constituindo em uma atração sedutora para países carentes de técnica e de recursos próprios para se desenvolverem. Essa política adotada pela União Soviética provoca, no entanto, algumas reflexões, como, por exemplo:

a) se, realmente, os soviéticos contam com recursos e disponibilidades suficientes para executar essa política;

b) se as ofertas de trocas comerciais se fariam através de uma corrente contínua;

c) até onde estariam dispostos a transformar a luta ideológica em um conflito econômico e financeiro com os Estados Unidos naquelas zonas subdesenvolvidas do mundo;

d) até onde os Estados Unidos, por sua vez, poderiam resistir a esse novo conflito sem prejuízo de quebra de sua estabilidade econômica interna, no caso de não poderem barrar politicamente a penetração soviética nesse campo?

O. A. — Não notei nenhuma ofensiva soviética na América Latina, de caráter econômico e financeiro. Confesso que desejaria conhecer detalhes a respeito. As suas dúvidas são as minhas, são as de todo homem prudente

que reflete sobre as consequências de qualquer ato. Não compreendo é quererem colocar o Brasil entre as nações que devem ter medo de outras, seja da Rússia, seja dos Estados Unidos, seja da Inglaterra. Superamos, através de séculos, invasões de toda natureza — de holandeses, de franceses, de ingleses e não vejo como e por que, num momento, dêste, em que o mundo está mais consciente da sua solidariedade, devamos ter receios desta ou daquela nação, desta ou daquela influência. Não somos uma colônia, não somos um país subdesenvolvido, repito, mas uma nação em pleno desenvolvimento que revelou um alto senso político, que através de vários conflitos mundiais, dêles se saiu sempre mais unida, mais forte, com outras perspectivas.

Como brasileiro, não tenho nenhum temor, nem pelos meus filhos ou netos, das relações do Brasil com qualquer outro povo, porque já vencemos praticamente os piores imperialismos, os mais agressivos e temos, agora, é de temer não nos transformarmos em imperialistas...

A "Recession" americana

M. L. — No fundo do quadro das discussões entre o Oriente e Ocidente, em que entram a guerra fria, armamentos nucleares, corrida tecnológica, desenha-se um novo e grave fator de preocupação. É o risco de uma crise ou depressão econômica norte-americana, com superprodução, cinco milhões de desempregados e investimentos fabulosos no campo dos novos armamentos. Ao referir-me a este assunto, peço permissão para situá-lo nos seguintes termos:

a) — Se suas observações justificam o temor de uma depressão econômica nos Estados Unidos;

b) — Se a crise ou a depressão vier, quais seriam suas conseqüências para o futuro do mundo? Assistiríamos à repetição dos acontecimentos da década de 1930, quando o desequilíbrio mundial exacerbou as forças da reação desencadeando verdadeiro cataclismo político e social?

O. A. — Não há nos Estados Unidos, ao que pude observar, uma depressão como a dessa década. O que há é aquilo que eles chamam de *recession*, há uma modificação nas linhas e na divisão do trabalho americano que se procura reajustar às novas exigências próprias mundiais, quer as da paz, quer as da guerra. Se os Estados Unidos falharem nesse transe, não creio que outros povos possam sobreviver, por que não sei dentre os povos que me foi dado conhecer, de nenhum mais preparado, mais equipado, em melhores condições para atravessar quaisquer crises internas ou externas mundiais.

Estou certo de que os Estados Unidos descuidaram de certos aspectos bélicos, dominados pela sua crescente e multiplicada preocupação de dar ao homem o bem-estar que não têm outros povos, mas não tenho dúvida de que agora, acordado desse período, vamos dizer, de isolamento do problema mundial, eles retomarão a liderança de todas as atividades econômicas mundiais sem grandes dificuldades e com absoluta certeza de que irão superar as demais organizações existentes, sejam as soviéticas, sejam as européias ou quaisquer outras. Não há lugar para pessimismo em relação aos Estados Unidos. Eles terão de mudar muito a sua forma de trabalhar, de consumir, de viver, mas é um povo com reservas imensas, pois detêm mais da metade de quase tudo que é básico na vida mundial.

O Mercado Comum Europeu

M. L. — Gostaria ainda de propor à sua apreciação um problema que me parece particularmente importante e cujas conseqüências, acredito, poderão pesar fortemente na condução da política externa brasileira. Quero referir-me à questão do mercado comum europeu tendo a África como um dos grandes centros de abastecimento de matérias-primas, produtos tropicais, como café, algodão, cacau, óleos vegetais e outros. Pergunto para onde esta concorrência estimulada pelo capital europeu e favorecida pela mão-de-obra mais barata, induzirá um país como o Brasil que, empenhado em acelerar o seu processo de industrialização, mantém contudo ainda setenta por cento de sua economia na dependência de um único produto, como o café?

O. A. — Uma das contribuições da delegação brasileira foi a da criação da Comissão Econômica para a África, contra a qual resistiram as grandes nações, mas que acabou, graças ao trabalho da delegação, nesse setor chefiado pelo Senhor Augusto Frederico Schmidt, sendo adotada unanimemente, com a reserva unicamente da Bélgica.

A África era um continente mascarado para nós, onde não podíamos penetrar, pois quase todo ele sob o regime colonial, era vedado à investigação, e víamos sonegadas as informações solicitadas pela própria ONU acerca das formas de trabalho e de vida das populações africanas. É fora de dúvida que lá ainda existe o trabalho escravo, ou pelo menos que grandes massas de populações estão sendo exploradas por maneira a criar uma concorrência desigual e altamente comprometedora para países como o Brasil que, tendo produções similares, trabalham na base das conquistas mais avançadas das mas-

sas trabalhadoras. A Europa considera a África, agora, como uma península européia e para lá está voltando seus capitais. Não temos, entretanto, o mercado europeu, e sim essa forma de trabalho escravo concorrente com o trabalho livre.

A assistência européia à África virá, no entanto, apressar a libertação dos povos africanos e não devemos contrariá-la, porque se por um período vier a exigir um certo sacrifício para o Brasil dentro de poucos anos a libertação africana ocorrerá como um dos fenômenos inevitáveis da vida política. Então as nações africanas concorrerão com as que já existem num pé de igualdade.

Nossa política, adotada por certos grupos, é a da baixa dos preços das matérias-primas e a alta do preço do dinheiro internacional. O interessante é que essas grandes nações se retiraram da Comissão de Matérias Básicas das Nações Unidas porque não querem concorrer para a elevação dos preços das matérias-primas. Eles compram matéria-prima por oito e doze bilhões de dólares menos e nos dão alguns milhões do nosso próprio dinheiro. Essa é a política por eles adotada.

Ainda que, por algum tempo, o desenvolvimento da África nos possa prejudicar, acabará por ser-nos útil.

M. L. — Acho apenas, Embaixador, que a sua resposta foi um pouco a longo prazo e o problema do Mercado Comum Europeu, nos termos em que está sendo colocado, é um problema imediato para o Brasil, o qual terá de encará-lo de alguma forma.

O. A. — Realmente, não compreendo a sua insistência. Não há problema presente. Todo problema no mundo de hoje é futuro.

O problema atual, que preocupa a você, do café, não é só do café; é até do manganês, que baixou de preço, quando o mun-

do precisa de manganês mais do que qualquer outro produto; é dos minérios em geral, é da madeira, da lã, do algodão, de todos os produtos básicos que sofreram e estão sofrendo uma baixa forçada de preços.

M. L. — Em virtude exatamente da mão-de-obra mais barata e da aquisição dessas matérias-primas no mercado africano...

O. A. — Em virtude menos, a meu ver, desse fato, do que das pressões financeiras sobre os países necessitados de dinheiro internacional para o desenvolvimento aconselhado pelos grandes povos.

M. L. — É o caso do café no momento?

O. A. — Todos eles. De modo que, se você entra numa política de desenvolvimento e está procurando mais, é natural que o dinheiro suba e que você, oferecendo mais as suas matérias-primas, havendo uma oferta maior, baixem os preços das mesmas. Aumentamos as nossas produções para um consumo que não aumenta. De modo que esse fenômeno é natural, mas cíclico, isto é, não tem efeito duradouro.

Já passamos por crises similares e elas não afetaram o desenvolvimento do Brasil, nem acredito possam afetar. Não creio que o Mercado Europeu, que é condenado, que é uma forma de nacionalismo continental, que é uma forma de comunidade de nações em torno de interesses materiais e que é um erro político, diante da atual tendência mundial de todos os povos, possa afetar ao Brasil. Sou um convencido de que o Brasil passará por pequenas crises, mas o seu crescimento já é inevitável, porque é um movimento adquirido que ninguém mais poderá deter. São pequenos tropeços que não interrompem os largos objetivos abertos pelos brasileiros ao próprio Brasil.

A política externa brasileira

M. L. — Embaixador, creio que, através de muitos dos problemas internacionais que aqui debatemos, fomos naturalmente induzidos à apreciação da atual conjuntura brasileira. As circunstâncias não nos permitem levar mais longe esta nossa entrevista. Desejaria apenas, antes de encerrá-la, que o senhor, numa síntese, definisse o que considera uma política externa brasileira acertada, face às exigências internas de desenvolvimento.

No decorrer da nossa conversa, o senhor esquivou-se algumas vê-

zes de manifestar seu pensamento, naturalmente tendo eu vista as suas responsabilidades como delegado do Brasil à ONU. Gostaria que pusesse de parte essa responsabilidade e encarasse o assunto do ponto de vista de sua condição de homem público com responsabilidade e deveres para com o seu País e para com o seu povo.

O. A. — Não há nada mais errado do que você opinar sobre o que os outros devem fazer. O regime dos conselheiros desapareceu com a República e eu não quero voltar atrás.

**4.^a Sessão da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a Legislatura,
em 20 de março de 1958**

PRESIDENCIA DOS SRS. APOLONIO SALLES E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Lima Teixeira.
Atílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Calado de Castro.
Gilberto Marinho.
Bernardes Filho.

Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lino de Mattos.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Alô Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Nereu Ramos.
Mem de Sá. (53).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental no recinto, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Segundo Suplente, servindo de Segundo Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Primeiro Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República números 41 e 42, respectivamente, agradecendo a comunicação da eleição e constituição da Mesa que dirigirá os trabalhos

desta Casa do Congresso e restituindo autógrafos de projeto de lei já sancionado, autorizando a abertura de crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, destinado a atender às despesas com a concessão de matrículas e bolsas de estudos a estudantes.

OFÍCIOS

Do Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, nos seguintes termos:

Sr. Secretário:

Em aditamento ao Aviso número 3.642, de 18 de novembro último, tenho a honra de encaminhar a V. Ex.^a, nas inclusas cópias, as informações prestadas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, para atender ao Requerimento número 549, de 1957, do Senhor Senador Juracy Magalhães.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Ex.^a os protestos de minha elevada, estima e distinta consideração. (a) *Parsifal Barroso*.

Documentos solicitados no Requerimento N.º 549 57, do Exmo. Sr. Senador Juracy Magalhães.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Referências: OOSG-478

A-114.380-57

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1958.

Senhor Chefe de Gabinete

Em atenção ao Ofício número OS-635, de 28 de outubro do ano p. passado, tenho a honra de encaminhar a Vossa Senhoria, em nome e de ordem do Senhor Presidente, as informações prestadas pelos órgãos competentes deste Instituto, ao Requerimento n.º 549-57, do Senador Juracy Magalhães, que se reporta a operação imobiliária realizada por esta autarquia.

Apresentando escusas pela demora, motivada pelas várias dili-

gências pertinentes ao assunto, valho-me da oportunidade para reter a Vossa Senhoria as expressões da minha alta estima e distinto apreço. — *José Lamartine Távora*, Diretor do Departamento de Serviços Gerais.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Departamento Jurídico

1. Atendendo o Requerimento número 549, de 1957, apresentado pelo nobre Senador da República Juracy Magalhães, aos 23-10-57 e encaminhado ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, passo a prestar os esclarecimentos que o Sr. Presidente do IAPC determinou fossem atendidos através desta Procuradoria, respondendo aos respectivos itens do requerimento, de acordo com os documentos e pareceres constantes dos processos ns. 25.137-44 (2.º volume) e 212.239-44.

Desde logo, vejo-me no dever de esclarecer que o estudo da documentação não foi feito por Procurador desta Delegacia e que o 1.º volume não foi encontrado, conforme informação prestada pelo Sr. Encarregado do Patrimônio (Doc. n.º 1).

Nestas condições, em examinando os processos referidos, passamos a responder os itens formulados pelo Senador Juracy Magalhães.

2. 1.º item:

«Em que data e para que fim foi adquirido pelo IAPC o terreno existente entre as estradas do Paraná e Itu, localizadas no Bairro do Butantan, na Capital do Estado de São Paulo, onde se acha localizada a pedreira «Koteca».

Resposta:

O terreno em referência foi adquirido em duas áreas, respectiva-

mente, de 448.590m², pelo preço de Cr\$ 8.971.800,00 (oito milhões novecentos e setenta e hum mil e oitocentos cruzeiros), conforme escritura lavrada nas notas do 10.º Tabelião da Capital, aos 14 de junho de 1944, liv. 291, fls. 43v, e 100,380 metros quadrados pelo preço de Cr\$ 2.007.600,00 (dois milhões, sete mil e seiscentos cruzeiros), conforme escritura lavrada no mesmo notário, aos 28 de setembro de 1944, liv. 216 fls. 46, estando localizado na primeira pedreira explorada pela firma Koteca.

O fim para que foi adquirido não consta com clareza dos volumes examinados, sendo possível que do 1.º volume, que não nos foi presente, se encontre melhores esclarecimentos.

Entretanto, como na segunda gleba que veio completar a primeira, o S.E. deste Instituto assim se manifesta:

«No exame dos dados contidos na exposição anterior, resalta que o terreno se presta ao aproveitamento de um arruamento de forma e aspecto popular, dentro dos padrões e necessidades do comércio médio, usando a experiência obtida na cidade comerciária Getúlio Vargas» ... (fls. 127 proc. n.º 21.239-44)».

Assim, concluímos que o terreno foi adquirido com a intenção de ser loteado e vendido aos comerciantes pelo plano B, classe I, ou seja «aquisição de terreno de propriedade da instituição e construção da casa (Portaria DNPS 3.740, de 4-4-56, art. 2.º).

2.º item:

«Quais as condições da transação, juntando cópia da respectiva escritura».

Resposta:

As vendas foram efetuadas mediante pagamento à vista, cons-

tando, apenas, da primeira escritura o seguinte tópico:

«Ressalvando, todavia, com relação ao Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A., o contrato de locação sobre a pedreira e a área necessária a sua exploração e que foi excluída na gleba já descrita, mas que ora é também vendida, obrigando-se, entretanto, o comprador a respeitar o contrato celebrado entre o referido Banco como locador e como locatário a Companhia Brasileira de Estradas Modernas, pelo prazo de 3 anos, que começou em 1.º de julho de 1943 e vai terminar em 30 de junho de 1946 com o aluguel mensal de Cr\$ 7.000,00 e demais condições constantes da referida escritura lavrada nas notas do 2.º Tabelião liv. 717 fls. 5v., em 9-7-43 ...»
Vão juntas escrituras de aquisição.

3.º item:

«Se existe algum plano de construção para os contribuintes do IAPC relacionado com o terreno mencionado no item 1.º».

Resposta:

Além da exposição feita pelo Serviço de Engenharia, mencionada em resposta ao item 2.º, não encontramos nos processos examinados, qualquer plano de construção em benefício dos contribuintes do IAPC, relacionado com o terreno mencionado.

4.º item:

«No caso afirmativo, juntar o respectivo plano, dizendo do seu andamento ou razão pela qual, até agora, não foi o mesmo iniciado ou executado».

Resposta:

Prejudicado em face da resposta dada ao item anterior.

5.º item:

«Quais os contratos existentes entre a firma Koteca e o IAPC e quais os valores da locação, juntando cópia do contrato vigente».

Resposta:

O único contrato constante dos autos examinados, foi lavrado em 1946 e findou-se em 1949, mediante aluguel mensal de Cr\$ 15.000,00, não constando a prorrogação do mesmo. Consta, entretanto, conforme informação prestada pelo Encarregado do Patrimônio, haver a referida empresa efetuado o pagamento dos alugueres até o mês de abril, inclusive.

6.º item:

«Citar o nome da pessoa física ou jurídica com a qual a transação foi realizada».

Resposta:

Do contrato lavrado em 1946, único existente por cópia nos autos, consta como locatária a Companhia Construtora e Técnica Koteca S.A., representada pelo seu Diretor Dr. Manoel Vivacqua Vieira.

São estas Sr. Delegado, as informações que a Procuradoria Regional de São Paulo conseguiu coligir em atenção a determinação do Sr. Presidente (fls. 160 do proc. n.º 21.239-44).

São Paulo, 13 de fevereiro de 1958. (a) *Valdemar Teixeira de Carvalho*, Procurador-Chefe.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes

Gabinete do Presidente

Contrato de locação que entre si fazem: de um lado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, como locador e, de outro, a

Companhia Construtora e Técnica Koteca S.A., como locatária.

Pelo presente instrumento particular de locação os infra-assinados, de um lado, como outorgante locador, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, instituição de previdência social, criado e regulamentado por legislação federal, com sede nesta cidade, à Rua México, 128, representado pelo seu Presidente Interino, Dr. Jorge de Araújo Cunha, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado nesta cidade e, de outro lado, como outorgada locatária, a Companhia Construtora e Técnica, Koteca S.A., com sede nesta cidade à Avenida Erasmo Braga, 20, representada neste ato pelo seu Diretor Doutor Manoel Vivacqua Vieira, nos termos dos seus estatutos, têm entre si justos e contratados a locação de parte do imóvel sito na Capital do Estado de São Paulo, no local, denominado Butantan, de propriedade do locador e por ele adquirido por compra à Sociedade Civil Martins Costa, nos termos da escritura de setembro de 1944, lavrada nas notas do 10.º Tabelião, da cidade de São Paulo, e transcrita no competente Registro Geral de Imóveis no Livro 3-F, sob o n.º 8.752, a fls. 283, mediante as cláusulas e condições seguintes: Primeira — O prazo de locação é de três (3) anos, contados a partir de hoje e a terminar em igual data de 1949. — Segunda: A locação tem por fim a exploração de uma pedreira existente no terreno locado e circunscrever-se-á à área onde ela se acha localizada. — Terceira: O aluguel mensal devido é de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) pagos o mais tardar até o 5.º dia útil, do mês seguinte ao do vencimento, na Tesouraria Geral do Instituto locador, sito à Rua México n.º 128, ou onde por ele

fôr designado. Quarta: Para garantia do exato cumprimento deste contrato a locatária depositará na Tesouraria Geral do locador a importância de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros) correspondente a três meses de aluguel, em títulos da dívida pública, só podendo este depósito ser levantado quando findo ou rescindido este contrato e depois de verificado o fiel cumprimento de todas as suas cláusulas e condições. — Quinta: A locatária não poderá, sem que preceda expressa autorização por escrito do locador, ceder ou transferir este contrato, no todo ou em parte, dá-lo em garantia ou sublocar o imóvel arrendado, sob pena de imediata rescisão da locação e ressarcimento dos prejuízos, a que tais fatos derem causa. — Sexta: A locatária se obriga a fornecer ao locador para construções de sua direta iniciativa, pedra britada, até o máximo de 600m³ por mês, com o desconto de 20% sobre o preço vigente na pedreira, preço esse que não poderá ser superior à média dos preços que estiverem vigorando nas seguintes pedreiras: Morro Grande, IAPI, Koteca, Adriano Ribeiro (Tremembé) E. Salém, todas situadas em São Paulo, entendendo se esses preços, no local da extração. — Sétima: A locatária se obriga ainda a obedecer, nos movimentos de terra que executar, mesmo no tocante à extração de pedra, ao projeto de arruamento que o locador organizar para o local em exploração. — Oitava: Fica eleito o fóro desta cidade para toda e qualquer ação oriunda deste contrato. E por estarem de acordo, assinam o presente em 4 (quatro) vias, juntamente com testemunhas presenciais, estando este contrato isento de selo *ex-vi legis*. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1946. — *Jorge de Araújo Cunha*, Presidente Interino. — *Manoel Vivacqua Vieira*, Locatária. — *Testemunhas: Hélio Lage Uchoa Ca-*

valcanti — Sérgio Bernardes. — Confere com o original. — *Nathanael Macedo*, Assistente-Técnico.

CÓPIA

Nicolino Leonardo — República dos Estados Unidos do Brasil — Capital do Estado de São Paulo.

Tabellão Nobre — Dr. Fernando de Almeida Nobre Filho — 10.º Tabelião Sucessor — Rua Boa Vista n.º 51 — São Paulo — Telefones — 33-2813 e 33-1007.

Dr. Fernando de A. Nobre Filho, o serventuário sucessor do Ofício do Décimo Tabelionato de Notas da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc etc

Certifica

a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo em o cartório a seu cargo os livros de notas destinadas a escrituras públicas neles encontrou no de número 291, às folhas 43v., uma escritura cujo seu inteiro teor é o seguinte: *Escritura de venda e compra que fazem, como outorgantes vendedores, o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A., Melhoramentos Pirajussara Limitada, Dr. Reynaldo Porchat e o Dr. Oswaldo de Luné Porchat e sua mulher; e como outorgado comprador o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, na forma abaixo.* — Cr\$ 8.971.800,00 — Saibam quantos este virem ou dele tiverem conhecimento que, no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e quarenta e quatro (1944), aos quatorze (14) dias do mês de junho, nesta cidade de São Paulo, compareceram em meu cartório, como partes justas e previamente contratadas: de um lado, como outorgantes proprietários vendedores, a) *Banco do Comércio e Indústria*

de São Paulo S.A., estabelecimento de crédito, com sede nesta cidade, à Rua Álvares Penteado, 218, neste ato representado pelos seus Diretores Dr. Leônidas Garcia Rosa, Vice-Presidente em exercício e Dr. Theodoro Quartim Barbosa, Diretor-Gerente; b) a *Sociedade Civil Melhoramentos Pirajussara Ltda.* com sede nesta cidade e constituída por escritura pública de 14 de setembro de 1943, lavrada nas notas do 2.º Tabelião desta cidade, no livro de notas número 710, às fôlhas 71 verso e registrada sob o número de ordem 2.376, no Livro A 5 do Registro de Pessoas Jurídicas, em 22 de março de 1944, do 1.º Oficial do Registro de Títulos e Documentos, também desta cidade, Sociedade que neste ato e na forma da cláusula sétima (7.ª) da mencionada escritura de constituição é representada pelos seus Administradores José de Souza Queiroz Filho, na qualidade de Diretor-Presidente, brasileiro, casado, domiciliado nesta cidade, onde reside à rua, São Vicente de Paula, 360, e Thomáz Gregori, na qualidade de Diretor-Gerente, brasileiro, casado, domiciliado nesta cidade, onde reside à Alameda Itu, n.º 1.086; c) Dr. *Reynaldo Porchat*, brasileiro, viúvo, advogado, domiciliado nesta cidade, onde reside à Avenida Rebouças, 2.679 e neste ato representado pelo Dr. Milcíades de Luné Porchat, *ex-vi* da procuração lavrada e outorgada em 15 de maio de 1943, nas notas do 2.º Tabelião, livro 654, fôlhas 81, e finalmente, o Dr. *Oswaldo de Luné Porchat* e sua mulher, dona *Graziela Normanton Porchat*, brasileiros, residentes na cidade de Aquidauana, no Estado de Mato Grosso, igualmente representados pelo Dr. Milcíades de Luné Porchat, *ex-vi* da procuração lavrada e outorgada em 11 de abril de 1944, no 1.º Tabelião da comarca de Aquidauana, Estado de Mato Grosso,

no livro 29, a fôlhas 239, procurações que ora são apresentadas e lidas por mim tabelião e pelos demais vendedores e julgadas com poderes suficientes à prática do ato objeto desta escritura, ficando as mesmas procurações registradas em livro próprio deste cartório, do que de tudo dou fé, e de outro lado, como outorgado comprador, o *Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários*, doravante denominado abreviadamente IAPC, Instituição de Previdência Social, criado e regulamentado por legislação federal, com sede na cidade do Rio de Janeiro, à Avenida Presidente Wilson, 165, representado pelo seu Presidente, Sr. Nelson Fernandes que, por sua vez, se faz representar nos termos da procuração lavrada no 20.º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Dr. Mozart Lago, a fls. 6 do livro n.º 44, em 31 de janeiro de 1944, já registrada neste cartório pelo Sr. Dr. José Armando Affonseca, Delegado do IAPC neste Estado de São Paulo, todos os presentes *sui-juris*, juridicamente capazes, conhecidos de mim tabelião como os próprios bem como pelas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, que também conheço e de cuja identidade, idoneidade e capacidade jurídica me reporto e dou fé. E, perante essas mesmas testemunhas, pelos outorgantes vendedores me foi dito, cada um por sua vez, uniforme e sucessivamente: — Pelo Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A. por seus representantes o seguinte: — I) que por escritura de 28 de setembro de 1923 das notas do 2.º Tabelião desta cidade, livro 374, fls. 19 verso e registrada em 29 de novembro de 1923, no Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição, no livro 3V das transcrições sob o número de ordem 32.635, página 83, tornou-se senhor e legítimo e exclusivo possuidor por compra feita à firma L.

G. de Souza Pinto & Cia. do domínio e posse de uma área de terras, situada nesta cidade, na freguesia de Pinheiros, distrito de Butantan, destacada do imóvel Vila Santa Clotilde outrora Pirajussara-Mirim, ao lado esquerdo da Estrada que de São Paulo vai a Osasco, a qual corta a Vila Santa Clotilde, área contendo cento e setenta e nove mil seiscentos e vinte metros quadrados (179.620 m²) e as seguintes divisas: começa a linha divisória no centro do Moeiro situado na referida Estrada sobre o córrego que divide a Vila Santa Clotilde dos Terrenos da Companhia Suburbana Paulista e daí, cento e noventa e nove (199) metros lineares, pela Entrada para o lado de São Paulo, de onde é tirada uma perpendicular à mesma Estrada, perpendicular esta, que vai encontrar a Estrada denominada do Taboão, e pela Estrada até encontrar o vale divisório que vai até uma nascente; e por esta abaixo até o ponto de partida; II) que pela escritura de 20 de julho de 1942 das notas do mesmo Tabelião, livro 690, fôlhas 62 e registrada em 13 de agosto de 1942, no Registro de Imóveis da 10.^a Circunscrição no livro 3-c das transcrições, sob o número de ordem 4.564, a fôlhas 273, tornou-se senhor legítimo e exclusivo possuidor, por compra feita à firma L.G. de Souza Pinto & Cia, do domínio e posse de uma Gleba de terras denominada Pedreira, com duzentos e trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta e oito (237.458) metros quadrados, mais ou menos, no sítio Pirajussara-Mirim, hoje Vila Santa Clotilde, na freguesia de Pinheiros, distrito de Butantan, gleba essa cujas divisas e confrontações são as seguintes: — começa a linha divisória em um ponto situado na Entrada de Itu, antiga Estrada Nova de Osasco, ponto este a cerca de oitocentos e quinze (815) metros do cru-

zamento da Avenida Vital Brasil com a referida Estrada de Itu, segue a linha divisória pelo alinhamento da Estrada de Itu na extensão de quinhentos e sete metros e cinquenta centímetros (507,50m) até encontrar a cerca de divisa da propriedade do Dr. Reynaldo Porchat, neste ponto a linha divisória reflete à esquerda, em ângulo de 90° e segue pela divisa, e confrontação com o Dr. Reynaldo Porchat, na extensão de cento e trinta metros (130 m) mais ou menos; a linha divisória continua na mesma direção, passando a confrontar com o Dr. Oswaldo Porchat na extensão de duzentos e noventa e oito metros e vinte e cinco centímetros (298,25m) até encontrar a Estrada de Rodagem São Paulo-Paraná, também conhecida por Estrada do Cotia, segue a linha divisória, defletindo à esquerda, confrontando com a Estrada de São Paulo-Paraná na extensão de quatrocentos e dezesseis metros e cinquenta centímetros (416,50m) mais ou menos, até encontrar a divisa de João Bertelli, sucessor de Olímpio de Tal; neste ponto a linha segue com o ângulo de deflexão de 123° à esquerda, na extensão de treze (13) metros e cinquenta (50) centímetros, mais ou menos, onde continua, com a deflexão, à direita, de 96° 30' na extensão de quinze metros (15,00m) aproximadamente, até encontrar o início de um vale que serve de divisa com a Sociedade Civil Martins Costa ou quem de direito, sucessores de João Christi; a divisa e confrontação segue por esse vale, quebrando várias vezes na direção e na extensão aproximada de quatrocentos e quarenta e seis metros (446,00 m) até um ponto onde foi colocado um marco de pedra e cimento; abandonado o vale, a linha divisória segue em direção N.W. 18.° 30' e na extensão de vinte e seis metros (26,00m) até encontrar uma linha de eucaliptos

que serve de divisa e se estende em dois alinhamentos, o primeiro com quarenta e seis metros (46,00m) e o segundo com cinqüenta e oito metros (58,00m) até encontrar o ponto de partida; III) que, conforme os termos da escritura de 14 de setembro de 1943 das notas do 2.º Tabelião desta cidade, livro 710, fôlhas 31 verso é transcrito no Livro 3-E sob o número 7.406, a fôlhas 291, em 29 de fevereiro de 1944, na 10.ª Circunscrição, o Banco Comércio e Indústria de São Paulo S.A. a Companhia Agrícola e Comerciária de São Paulo, José de Souza Queiroz Filho e Thomaz Gregori, com o capital de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros) organizaram uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de «Melhoramentos Pirajussara Ltda.», devidamente registrada em 22 de março de 1944, sob o número de ordem 2.376, no Livro A-5 do Registro de Pessoas Jurídicas, do Primeiro Oficial do Registro especial de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo, tendo o Banco, que tomou e subscritou três mil duzentas e sessenta (3.260) cotas de mil cruzeiros cada uma ou sejam, três milhões duzentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 3.260.000,00) realizado as suas cotas com a transferência dos seus direitos dominicais sobre as duas glebas de terra acima descritas, com exclusão apenas de uma pedreira, em exploração, e da área necessária a essa exploração, no total de noventa e um mil cento e quarenta e cinco metros quadrados (91.145 m²) a que foi desligada da gleba adquirida pela escritura de 20 de julho de 1942 e transcrição a fls. 275, do Livro 3-C sob o número 4.569, supra-referidas, área caracterizada partindo do ponto «O» na Entrada de Osasco em cerca existente, segue por esta até a distância de sessen-

ta metros no ponto «1» onde deflete à esquerda 13° 5' seguindo essa direção por dez metros (10,00m) até o ponto «2» onde deflete novamente à esquerda 42° seguindo esta direção por quatro metros (4,00 m) até o ponto «3» onde deflete à direita 97° seguindo por esta direção vinte e quatro metros (24,00 m) até o ponto «4» onde deflete à esquerda 62° 5' seguindo esta direção por vinte e seis metros (26,00m) até atingir o ponto «5» onde se inicia o vale da divisa; aqui deflete à direita, seguindo pelo valor até o ponto «6» onde deflete à esquerda até o ponto «7» onde deflete à direita até o ponto «8» onde deflete novamente à direita, até o ponto «9» onde deflete à direita até o ponto «10» onde deflete novamente à direita até o ponto «11» onde a presente linha divisória abandona o vale que foi seguido nessa linha quebrada em trezentos e quarenta e seis metros (346,00m) confrontando sempre com a Sociedade Civil Martins Costa ou quem de direito, sucessores de João Christi, no ponto «11» deflete à direita 127° seguindo esta direção por trinta metros (30,00 m) até o ponto «1» onde deflete à esquerda 104° seguindo esta direção por cento e cinqüenta e dois metros (152,00m) até o ponto «13» onde deflete à direita 82° 5' seguindo esta direção por sessenta metros (60,00m) até o ponto «14», onde deflete à esquerda 88° seguindo esta direção por noventa metros (90,00 metros) até atingir o ponto «15» onde deflete à direita 97° seguindo esta direção por cento e cinqüenta e seis metros (156,00 m) até atingir o ponto «16», onde deflete à direita 64° seguindo esta direção por cento e sessenta metros (160, metros) até atingir o ponto «17» onde deflete à esquerda 63° seguindo esta direção por cento e doze metros (112, m) até atingir o ponto «18» na Estrada de Osasco pela qual segue o ponto «O» em dis-

tância de cento e vinte e cinco metros (125,00m). — IV) que, por força e consequência da forma pela qual realizou o Banco a sua cota de capital na Sociedade Melhoramentos Pirajussara Ltda., passou então, para a Sociedade toda a posse, jus, domínio, direito e ação sobre o total de trezentos e vinte e cinco mil novecentos e trinta e três metros quadrados (325.933 metros quadrados) mais ou menos e o Banco restrito ao pleno domínio, posse, jus, direitos e ações sobre o total de noventa e um mil cento e quarenta e cinco metros quadrados (91.145m²). — Pela Sociedade Melhoramentos Pirajussara Ltda., também por seus representantes e igualmente na presença das mesmas testemunhas, do que dou fé, o seguinte: que, realmente na forma acima declarada, é atualmente senhora e exclusiva possuidora com pleno domínio da área compreendendo um total de trezentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e três metros quadrados, (325.933 m²), localizada dentro do antigo sítio Pirajussara-Mirim, na 14.ª Zona, Butantan, Município e Comarca da Capital, 10.ª Circunscrição do Registro de Imóveis, havida do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, S.A., por escritura de 14 de setembro de 1943, lavrada nas notas do 2.º Tabelião desta cidade, livro 710, fôlhas 71, verso, e transcrito no livro 3-E, fls. 291, sob o número 7.406, da 10.ª Circunscrição, como realização da sua cota de capital no valor de três milhões duzentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 3.260.000,00), tendo sido pago o devido imposto de transmissão no valor de cento e quarenta e nove mil setecentos e cinquenta e sete mil cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 149.757,50), relativo à guia número 42 série 13.ª à Estação Arrecadadora da 3.ª R. C., em 14 de setembro de 1943 e o selo

por verba na importância de Cruzeiros 14.000,00, conforme conhecimento n.º 27.427 e verba número 53 da Recebedoria Federal de São Paulo, tudo conforme faz certo e prova a supra mencionada escritura, com as divisas e confrontações acima declaradas e que ratificam em todos os seus expressos dizeres para que fiquem constando, como aqui se fizesse novamente menção especial. — Pelo Dr. Reynaldo Porchat, representado na pessoa do seu bastante procurador me foi ainda dito, na presença das mesmas testemunhas do que dou fé o seguinte: que, pela escritura de 24 de dezembro de 1923, do 2.º Tabelião, livro 376, fôlhas 58 verso, registrada no livro 3-V de transcrição sob o número 33.321 pág. 378, em 7 de janeiro de 1924, no Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição, adquiriu por compra feita à firma L. G. de Souza Pinto & Cia., um terreno situado na Vila Santa Clotilde, antigo Sítio Pirajussara-Mirim, na freguesia de Pinheiros, distrito de Butantan, desta Capital, com oitenta metros (80,00 m) de frente para a Estrada que desta Capital vai a Osasco e cento e trinta metros (130,00 m) de frente ao fundo, confinando do lado esquerdo com terras de propriedade do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, hoje pertencente a Melhoramentos Pirajussara Ltda., e do lado direito e fundos com as terras hoje de propriedade da Sociedade Melhoramentos Pirajussara Ltda., e finalmente pelo Dr. Oswaldo Luné Porchat, representado por si e sua mulher dona Graziela Normanton Porchat, pelo bastante procurador Dr. Milcíades de Luné Porchat, perante as mesmas testemunhas, me foi dito, do que dou fé, o seguinte: que, em 20 de julho de 1942, por escritura do 2.º Tabelião, livro 693, fls. 48, devidamente registrada em 13, 12 de agosto de 1942, a fls. 275, do

Livro 3-C de Transcrições, sob o número de ordem 4.565, da 10.^a Circunscrição do Registro de Imóveis, adquiriram da primeira L. G. de Souza Pinto & Cia., vinte e quatro mil metros quadrados (24.000m²) de terreno do Sítio Pirajussara-Mirim, na 14.^a Zona de Butantan, 10.^a Circunscrição do Registro de Imóveis deste município e comarca de São Paulo, terreno que faz frente para a Estrada de Rodagem São Paulo-Paraná, também conhecida, por Estrada do Cotia e está próximo ao marco quilométrico onze (11), à margem direita da referida Estrada de quem vai desta Capital medindo o referido terreno de frente para a referida estrada oitenta metros (80,00 metros), mais ou menos e confronta do lado direito de quem da Estrada olha para o terreno, na extensão de duzentos e noventa e oito metros e vinte e cinco centímetros (298,25m) com o terreno que pertenceu ao Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A. hoje de propriedade de Melhoramentos Pirajussara Ltda., e do lado esquerdo a confrontação na extensão de duzentos e noventa e oito metros (298,00m) mais ou menos, segue a divisa com a propriedade do Banco, hoje de Melhoramentos Pirajussara Ltda., e nos fundos, na extensão de oitenta metros (80,00m) com o Dr. Reynaldo Porchat. — Pelos respectivos outorgantes vendedores, falando cada um sucessivamente e por sua vez, na ordem acima mencionada, me foi dito, do que dou fé, o seguinte: que são senhores e exclusivos possuidores, respectivamente, do domínio alodial das áreas acima descritas e caracterizadas as quais se acham livres e desembaraçadas de qualquer ônus judiciais ou extra-judiciais, hipoteca legal, judicial ou convencional, fôro, pensão, aresto, seqüestro, depósito, não sendo devidos, até a presente data quais-

quer taxas, impostos, contribuições, emolumentos, multas de qualquer natureza e procedência, não havendo mesmo sequer qualquer exigência das autoridades, inclusive da Sanitária, a satisfazer, ressalvado, todavia, com relação ao Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A. o contrato de locação sobre a pedreira e a área necessária à sua exploração e que foi excluída da gleba já descrita, transcrição número 7.406, à página 591 do Livro 3-E da 10.^a Circunscrição, mas que ora é também vendida, obrigando-se entretanto, o outorgante comprador a respeitar o contrato celebrado entre o referido Banco, como locador e como locatária a Companhia Brasileira de Estradas Modernas pelo prazo de três (3) anos, que começou em 1.^o de julho de 1943 e vai terminar em 30 de junho de 1946, com o aluguel mensal de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) e demais condições constantes da referida escritura lavrada nas notas do 2.^o Tabelião desta cidade, livro 717, fls. 5v, em 9 de julho de 1943, inscrita no livro «4» Registros Diversos», sob o n.^o 817 a folhas 240, em 20 de setembro de 1943, da 10.^a Circunscrição de Imóveis, contrato este que a Companhia Brasileira de Estradas Modernas, por escritura de 17 de julho de 1943, lavrada no Tabelião do 15.^o Ofício do Distrito Federal, no livro 191, fls. 73v. a 75, como locatária, cedeu e transferiu à Companhia Construtora Técnica Koteca S.A. com sede no Rio de Janeiro, à Avenida Erasmo Braga 12, cessão e transcrição na 10.^a Circunscrição de Imóveis desta cidade, escrituras estas que, para os devidos fins, e como instrumentos públicos ora são entregues ao outorgado comprador, o IAPC. — Em seguida, pela Sociedade Melhoramentos Pirajussara Ltda., na forma acima representada, me foi dito, na presença das testemunhas, do

que dou fé; a) que, com o objetivo de melhor caracterizar as áreas acima descritas, mandou proceder em conjunto a respectiva medição, conforme planta levantada pelo Engenheiro Dr. Luiz Carlos Berini, planta que neste ato é aceita e ratificada e rubricada em três (3) vias pelos mesmos, por mim Tabelião e pelas testemunhas, ficando uma via, desde já, fazendo parte integrante e complementar desta escritura, outra via em poder do Banco e a terceira junta ao Proc. n.º AC 25.137-44 e DF 3.316-44, prevalecendo com relação às referências enunciativas da medição, o disposto no art. 1.136 e seu parágrafo único do Código Civil: b) que as áreas discriminadas na planta passarão a constituir uma só área ou propriedade, em virtude da aquisição ora feita pelo outorgado comprador o IAPC, medindo 448.590m² (quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e noventa metros quadrados), aproximadamente, estando compreendida nesta área, algumas benfeitorias de pequeno valor e uma pedreira sujeita a um contrato de locação, área ou propriedade que está situada dentro do antigo Sítio Pirajussara-Mirim na freguesia de Pinheiros, distrito de Butantan, 14.ª Zona, Município e Comarca de São Paulo, 10.ª Circunscrição do Registro de Imóveis tendo na sua integridade as seguintes divisas e confrontações que são lidas e acompanhadas pela planta, por todos os outorgantes vendedores para conferência, e certeza: a linha divisória começa em um ponto situado na Estrada de São Paulo a Itu, antiga Estrada Nova do Osasco, distante cerca de 815 (oitocentos e quinze) metros do cruzamento da Avenida Vital Brasil, com a mencionada Estrada; segue pelo alinhamento desta Estrada numa extensão de 135 (cento e trinta e cinco) metros e oitenta (80) centímetros até en-

contrar a cerca da divisa da propriedade de Alípio Júlio; neste ponto a linha divisória deflete à esquerda em conjunto, digo, em ângulo reto, segue na mesma extensão de 100 (cem) metros pela cerca da divisa com Alípio Júlio; aí faz ângulo à direita e segue pelos fundos das propriedades de Alípio Júlio e Francisco Júlio e outros, na extensão de 20 (vinte) metros, aí faz ângulo à direita e divide na extensão de três (3) metros com estes últimos; em seguida faz ângulo reto à esquerda e segue numa linha de 10 (dez) metros, faz ângulo reto à direita (havendo nesse ponto um canto chanfrado) e segue na extensão de 97 (noventa e sete) metros aproximadamente, até alcançar o alinhamento da Estrada de São Paulo a Itu, confrontando nestas duas últimas retas com Alfredo Júlio; segue pelo alinhamento desta Estrada, na direção de Osasco, uma extensão de 90 (noventa) metros até encontrar a divisa da propriedade de J. Berteli; aí faz ângulo à esquerda e segue na extensão de 40 (quarenta) metros, faz ângulo reto à direita e segue na extensão de quinze (15 metros) e faz ângulo reto à direita seguindo na extensão de 40 (quarenta) metros para alcançar novamente o alinhamento da Estrada, confrontando nestas três linhas de divisa com a referida propriedade de J. Berteli; segue pelo alinhamento da Estrada na extensão de setenta e três (73) metros até encontrar a propriedade de Antônio Valente; aí faz ângulo reto à esquerda e seguindo por uma linha de 100 (cem) metros, faz ângulo reto à direita seguindo por uma linha de trinta (30) metros e faz ângulo reto à direita, seguindo por uma linha de 100 (cem) metros alcançando então, novamente, o alinhamento da referida Estrada para Itu, confrontando nestes três últimos trechos

com o referido Antônio Valente; segue outra vez pelo alinhamento da Estrada, na extensão de 306 (trezentos e seis) metros até encontrar a propriedade de Felício Ansolme; aí faz ângulo reto à esquerda e segue pela divisa desta propriedade, na extensão de 100 (cem) metros; faz ângulo à direita e segue na extensão de 10 (dez) metros, faz ângulo à direita e segue na extensão aproximada de 99 (noventa e nove) metros até encontrar outra vez o alinhamento da Estrada de Itu, confrontando nos dois últimos trechos com Felício Ansolme; segue pelo alinhamento da referida Estrada, por uma linha, parte em reta e parte em curva, na extensão de 130 (cento e trinta) metros e cinquenta (50) centímetros, aproximadamente, até encontrar o bueiro do córrego de divisa com terrenos da Companhia Suburbana Paulista; sobe por este córrego até sua cabeceira na extensão aproximada de 579 (quinhentos e setenta e nove) metros e em seguida por uma linha de 123 (cento e vinte e três) metros até encontrar a boca de um bueiro na Estrada de São Paulo-Sorocaba, confrontando nessa face com a Companhia Suburbana Paulista e com quem de direito, aí faz ângulo à esquerda e volta à divisa na direção de São Paulo, pelo alinhamento da Estrada de São Paulo a Sorocaba, percorrendo uma extensão de 938 (novecentos e trinta e oito) metros e trinta (30) centímetros, aproximadamente, neste ponto a linha divisória segue com o ângulo de deflexão de 123° à esquerda na extensão de treze (13) metros, mais ou menos, confrontando com João Berteli, sucessor de Olímpio de Tal; aí faz ângulo à direita e segue por um valo na extensão de duzentos e dez (210) metros e cinquenta (50) centímetros, continuando pelo mesmo valo em trechos retos sucessivos de cinquenta e seis

(56) metros, 120 (cento e vinte) metros, 7 (sete) metros e cinquenta (50) centímetros, 40 (quarenta) metros e 25 (vinte e cinco) metros, todos, aproximadamente, confrontando em toda a extensão do valo com a Sociedade Civil Martins Costa; aí abandona o valo e segue em direção nordeste por uma reta de 27 (vinte e sete) metros até alcançar uma linha de grandes eucaliptos; segue por esta linha, na direção leste-oeste, na extensão de 44 (quarenta e quatro) metros e desce, finalmente, por uma cerca de 60 (sessenta) metros de extensão na direção nordeste, até encontrar o alinhamento da Estrada de São Paulo a Itu, no ponto de partida desta descrição de divisa, assim fechado o perímetro e confrontando nestes três últimos trechos com sucessores de João Christi. Assim, os outorgantes vendedores, conforme proposta constante do processo n.º AC 25.137-44 e DF. 3.316-44, tem justo e contratado pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, venderem ao outorgado comprador, IAPC as respectivas áreas pelo preço total e quitado de Cruzeiros 8.971.800,00 (oito milhões, novecentos e setenta e um mil e oitocentos cruzeiros), correspondente aos 448.590 m² (quatrocentos e quarenta e oito mil quinhentos e noventa metros quadrados), tendo como média Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) por metro quadrado e cujas áreas em virtude da presente venda e da consolidação da propriedade na pessoa jurídica do IAPC passam a constituir uma só área, com as características e confrontações já mencionadas, e constantes da mesma planta que nesta escritura já foi mencionada. — Assim, pelo preço de venda o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A. recebe, neste ato, na minha presença e das testemunhas a importância de Cr\$ 1.849.056,70

(um milhão oitocentos e quarenta e nove mil, cinqüenta e seis cruzelros e setenta centavos), correspondente à venda da sua parte ou seja a de 91.402 m² (noventa e um mil quatrocentos e dois metros quadrados), importância representada pelo cheque número 560.695, série Ap. I. que para pagamento do preço da compra ora feita, emitiu o outorgado comprador o IAPC, a favor do referido Banco outorgante vendedor contra o Banco do Brasil, cheque êste que o outorgante vendedor somente recebeu depois de o ter conferido, achado certo e regular, perante mim Tabelião e as testemunhas, de que me porto por fé e de cujo recebimento dá ao outorgado comprador o IAPC plena, rasa e geral quitação de integralmente pago e satisfeito por sua vez a Sociedade Melhoramentos Pirajussara Ltda., recebe neste ato na minha presença e das testemunhas a importância de Cruzeiros 6.520.743,30 (seis milhões quinhentos e vinte mil, setecentos e quarenta e três cruzelros e trinta centavos), correspondente à venda da sua parte ou seja a de 322.788 metros quadrados (trezentos e vinte e dois mil setecentos e oitenta e oito metros quadrados) importância representada pelo cheque número 560.698. Seria AP 1, que para o pagamento do preço total da compra ora feita, emitiu o outorgado comprador, o IAPC contra o Banco do Brasil, a favor da sociedade Melhoramentos Pirajussara Ltda. cheque êste que somente recebeu depois de o ter conferido, achado certo e regular, perante mim Tabelião e as testemunhas, do que me porto e de cujo recebimento dá ao outorgante comprador, o IAPC plena, rasa e geral quitação de paga e integralmente satisfeita ainda o Dr. Reynaldo Porchat, por seu bastante procurador Dr. Milcíades de Luné Porchat, recebe, neste ato, na minha presença e das testemunhas, a importância

de Cr\$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil cruzelros) correspondente à venda da sua parte ou seja de 10.400 m² (dez mil e quatrocentos metros quadrados), importância representada pelo cheque n.º 560.696 série AP 1, que para pagamento do preço total da compra feita, emitiu o outorgado comprador, o IAPC, contra o Banco do Brasil, a favor do referido procurador que tem poderes especiais e expressos para receber e dar quitação, cheque êste que somente recebeu depois de o ter conferido achado certo e regular perante mim Tabelião e as testemunhas do que me reporto por fé e de cujo recebimento dá ao outorgado comprador o IAPC plena, rasa e geral quitação de pago e integralmente satisfeito, e finalmente pelo Dr. Oswaldo de Luné Porchat, representado pelo seu bastante procurador Dr. Milcíades de Luné Porchat, recebe, neste ato, na minha presença e das testemunhas a importância de Cr\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil cruzelros) correspondente à venda da sua parte, ou seja a de 24.000 m² (vinte e quatro mil metros quadrados), importância representada pelo cheque n.º 560.697 série AP1 que para pagamento do preço total da compra ora feita emitiu o outorgado comprador, o IAPC, contra o Banco do Brasil, a favor do referido procurador que tem poderes especiais e expressos para receber e dar quitação, cheque que somente recebeu depois de o ter conferido achado certo e regular, perante mim Tabelião e as testemunhas, do que me reporto por fé e de cujo recebimento dão os outorgantes vendedor Dr. Oswaldo de Luné Porchat e sua mulher D. Graziela Normanton Porchat, ao outorgado comprador, o IAPC, plena rasa e geral quitação de pagos e inteiramente satisfeitos. — Por esta forma os outorgantes ven-

dedores inteiramente pagos e satisfeitos do preço da venda das suas respectivas propriedades e do qual já deram plena quitação, transferem para o outorgado comprador, o IAPC, por força e consequência desta escritura e da cláusula «constitui» toda a posse jus domínio pleno, ação, benfeitorias e servidões de direito que tinham e vinham exercendo sobre as propriedades vendidas, para que dela use, goze e disponha livremente como suas que de hoje em diante ficam sendo, obrigando-se pela presente e futura administração, por ser seus herdeiros ou sucessores a fazer a qualquer tempo esta venda sempre boa, firme e valiosa, e a responderem não só pela metragem e confrontação acima referidas, como pela evicção de direito quando chamados a autoria. — Pelo outorgado comprador o IAPC me foi dito que aceita esta escritura como está redigida por se achar em tudo conforme o ajustado e convenicionado e que a área a que a mesma se refere se destina a dar execução a legislação federal na parte concernente à Previdência Social e no que diz respeito à aplicação de fundos do IAPC comprador na conformidade do Decreto-lei número 2.122 de 9 de abril de 1940, e a Portaria Ministerial n.º SCM 361 de 6 de setembro de 1940. — E de como assim o disseram, do que dou fé, pediram-me e eu lhes lavrei esta hoje a mim distribuída, a qual foi feita e sendo-lhes lida ante às testemunhas, foi achada conforme, a outorgaram, aceitaram e assinam com as mesmas testemunhas que são: Hermílio Nascimento e Eurides Alves de Toledo, maiores brasileiros, auxiliares de cartório, residentes nesta e meus conhecidos. Deixa esta de pagar o sêlo federal proporcional em virtude da isenção legal de que goza o outorgado comprador, em face pelo disposto nos arts. 36 e 38 do citado Dec. lei n.º 2.122 de 9-4-940

e § 2.º do art. 52 do Dec. lei 4.655, de 3-9-942; que, gozando igualmente o comprador de isenção do pagamento do Imposto de transmissão *inter-vivos* nos termos dos Decretos 13.777 de 30-12-943 e 13.810 de 13-1-944, foi expedida por este cartório a competente guia sob n.º 24, 11.ª Série para obtenção do respectivo conhecimento de isenção, para ser transcrito nesta, ainda nos termos dos citados decretos e cujo conhecimento é do teor seguinte — Original 91 Série n.º 028 — Estado de São Paulo — Imposto Taxa — Transmissão — *inter-vivos* — Cr\$ Isento — Exercício de 1944 — Recebido Sr. Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes a importância de que está isento relativa à guia supra n.º 24 S. 11 — Estação Arrecadadora da 3.ª R. C. em 12 de junho de 1944. Visto, O. Bartoletti — Chefe. (estava a chancela do caixa). Em tempo: — Pelas partes, falando sucessivamente, me foi dito que se obrigavam a fornecer novas certidões negativas de impostos, necessárias para a transcrição desta escritura, se as certidões já oferecidas forem julgadas insuficientes pelo Oficial do Registro. — Lida novamente esta, ante as testemunhas, foi achada conforme, e assinam na forma já declarada. — Certifico eu Tabelião terem sido me exibidas as certidões negativas de impostos apresentadas pelos vendedores para acompanhar o primeiro traslado desta ao Cartório respectivo e para efeito da transcrição da presente venda: uma ao Processo número 5.981 de 1944 da Procuradoria Fiscal do Estado, relativa à área vendida pelo Dr. Reynaldo Porchat, outra também da Procuradoria Fiscal do Estado extraída do Processo 5.980 de 1944, relativa à área vendida pelo Dr. Oswaldo de Luné Porchat e três expedidas pela Prefeitura desta Capital, relativas aos processos núme-

ros 4.533-44, 4.532-44 e 2.095-44, relativas respectivamente aos vendedores Dr. Oswaldo de Luné Porchat Dr. Reynaldo Porchat e Banco do Comércio Indústria de São Paulo S.A. documentos êsses que serão entregues no Registro de Imóveis respectivos juntamente com o primeiro traslado desta, dou fé. — Eu, Sebastião Carvalho, escrevente habilitado, a escrevi. — Eu, Luiz Antônio Netto Caldeira, Oficial Maior, subscrevi. — (a.): — *Leônidas Garcia Rosa.* — *Theodoro Quartim Barbosa.* — *José de Souza Queiroz Filho* — *Thomaz Gregori.* — *Milcíades de Luné Porchat.* — *José Armando Affonseca.* — *Hermillo Nascimento.* — *Eurides Alves de Toledo.* — (Selada com Cr\$ 0,20 (vinte centavos) da taxa de educação e saúde, e ainda mais Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) de estampilhas estaduais, correspondentes aos emolumentos do Estado, tôdas essas estampilhas estavam coladas e devidamente inutilizadas na forma da lei). — Nada mais se continha em a dita escritura, da qual fiz bem e fielmente extrair a presente certidão do próprio original ao qual se reporta e dá fé, nesta Cidade de São Paulo, aos 13 de fevereiro de 1958. — Eu Nicolino Le Grazie, a datilografei, conferi, subscrevo e assino. *Nicolino Le Grazie* e Eu, Dimas Bentim, escrevente autorizado, no impedimento ocasional do Oficial Maior, a conferi, subscrevo e assino. *Dimas Bentim.*

Nicolino Leonardo.

República dos Estados Unidos do Brasil.

Capital do Estado de São Paulo.
Tabellão Nobre.

Dr. Fernando de Almeida Nobre Filho.

10.º Tabellão Sucessor.

Rua Boa Vista n.º 51 — São Paulo. Telefones 33-2813 — e 33-1007.

Dr. Fernando de A. Nobre Filho, serventuário sucessor do officio do Décimo Tabellionato de Notas da Comarca do Estado de São Paulo, na forma da lei etc. etc.

Certifica a pedido verbal de pessoa interessada que revendo em cartório a seu cargo os livros de notas destinadas a escrituras públicas, nêles encontrou no de número 296, as fôlhas 46, uma escritura, cujo seu inteiro teor é o seguinte: — *Escritura de Venda e Compra que fazem entre si a Sociedade Civil Martins Costa, como outorgante vendedora, e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciairos como outorgado comprador na forma abaixo: Cruzelros 2.007.600,00. — Saibam* quantos esta virem ou dela conhecimento tiverem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e quarenta e quatro (1944), aos vinte e oito (28) dias do mês de setembro, nesta cidade de São Paulo, em meu cartório e perante mim, Tabellão, compareceram como partes justas e previamente contratadas, de um lado como outorgante vendedora a *Sociedade Civil Martins Costa*, com sede nesta Capital, representada pelos seus sócios Alvaro Mala Lello, brasileiro, solteiro, comerciante, domiciliado e residente nesta Capital, à Avenida Ipiranga, número 901, apartamento n.º 22. Armando Maia Lello, brasileiro, solteiro, comerciante, domiciliado e residente nesta Capital, à Avenida São João n.º 2.091 1.º andar e Arnaldo Maia Lello, brasileiro, arquiteto, casado, domiciliado e residente nesta Capital à Rua Honduras n.º 329; e, como outorgado comprador, o *Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciairos*, neste instrumento denominado abreviadamente IAPC, instituição de previdência social, com personalidade jurídica, reorganizado pelo Decreto-Lei número 2.112 de 9 de abril de 1940, com sede pro-

visória à Avenida Presidente Wilson n.º 164, na cidade do Rio de Janeiro, representado pelo seu Presidente Sr. Nelson Fernandes, por sua vez se faz representar nos termos da procuração lavrada no 20.º Offício de Notas do Rio de Janeiro, Dr. Mozart Lago, a fls. 6 do livro n.º 44, em 31 de janeiro de 1944 já registrada, neste Cartório, pelo Sr. Dr. José Armando Afonseca, Delegado do IAPC no Estado de São Paulo, tôdas pessoas minhas conhecidas, bem como das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, que também conheço e de cuja capacidade jurídica dou fé. — E, perante as mesmas testemunhas, pela outorgante vendedora, por seus representantes legais, me foi dito: — 1) que é única e legítima possuidora com pleno domínio e posse de um terreno situado na 14.ª zona — Butantan, 10.ª Circunscrição de Imóveis do distrito, município, termo e comarca da Capital, havido por compra feita a Paulo Barredo Roque da Silva e sua mulher, conforme escritura de 4 de abril de 1930, lavrada nas notas do 2.º Tabelião desta Capital, devidamente transcrita sob número 2.784, no cartório do Registro Geral e de Hipotecas da 4.ª Circunscrição desta Capital, terreno êsse que assim se caracteriza, com as suas medidas e confrontações: o terreno de forma aproximadamente triangular, mede 100.380,00 (cem mil trezentos e oitenta metros) quadradados, e confronta de um lado com terrenos do outorgado comprador, dos quais está separado por um valo de outro lado com a divisa lateral da Estrada Velha de Itu e de um terceiro lado, sucessivamente com a divisa lateral da Estrada de Sorocaba (conhecida neste trecho por Estrada de Cotia), e com a divisa lateral da Estrada Velha de Sorocabana (conhecida neste trecho por Estrada Velha de Cotia). O terreno é interceptado

próximo a um de seus vértices pela Estrada de Sorocabana, também conhecida por Estrada Nova de Cotia: 2) que o imóvel acima descrito e caracterizado consta da planta em duas vias, ora exibidas e assinadas pela outorgante vendedora e pelo outorgado comprador, planta essa que fica fazendo parte integrante da presente escritura, sendo entregue uma via para cada uma das partes; 3) que na qualidade de legítima e exclusiva senhora e possuidora com pleno domínio e posse do imóvel acima descrito e caracterizado, contra o qual não pesa nenhum gravame judicial ou extrajudicial, hipoteca legal ou convencional, fôro, pensão, arrendamento ou quaisquer outros ônus ou encargos, estando quites com todos os impostos e taxas e não havendo qualquer multa a pagar ou exigências das autoridades competentes a satisfazer, tem justo e contratado vendê-lo como ora vende pela presente escritura, ao outorgado IAPC, pelo preço estipulado de Cruzeiros 20,00 (vinte cruzeiros) o metro quadrado ou seja, pela importância total de Cr\$ 2.007.600,00 (dois milhões sete mil e seiscentos cruzeiros) conforme consta do processo administrativo do IAPC n.º 21.239-44, (AC-39.731-44), de sua Delegacia neste Estado, quantia aquela que neste ato recebe do outorgado comprador IAPC em cheque visado número 560.839 da Série AP1, emitido pelo IAPC, contra o Banco do Brasil, agência desta cidade e a favor dela outorgante vendedora, e em face dêsse recebimento, que é feito na minha presença e das testemunhas instrumentárias ao que dou fé, declara-se a outorgante vendedora inteiramente paga e satisfeita, e dá ao outorgado comprador IAPC, plena e geral quitação para nada mais reclamar ou receber com fundamento na presente venda, obrigando-se por

si e seus sucessores, a fazê-la boa, firme e valiosa e a responder pela evicção de direito, transmitindo-lhes desde já todo o direito, ação, domínio, posse e servidão ativa que até este momento tinha sobre o mencionado imóvel, havendo-o por empossado em virtude da presente escritura e da cláusula «constituti». — Então, pelo outorgado comprador IAPC por seu representante legal me foi dito na presença das mesmas testemunhas instrumentárias, que aceitava a presente escritura de venda e compra, tal como se acha redigida. — Assim, justos e contratados, pediram-me que fôsse lavrar esta escritura em minhas notas, a qual feita e sendo-lhes lida na presença das testemunhas Hermílio Nascimento e Eurides Alves de Toledo, maiores, brasileiros, meus conhecidos, aqui residentes, a acharam conforme, a outorgaram, aceitaram e assinam com as mesmas testemunhas. A presente está isenta do selo federal proporcional em virtude de isenção legal que goza o outorgado comprador nos termos das leis vigentes, bem como do imposto de transmissão *inter-vivos*, como o prova o seguinte conhecimento fiscal: — «Original 15.ª Série número 055. — Estado de São Paulo. — Imposto — Taxa — Transmissão *inter-vivos*. — Isento — Exercício de 1944. — Recebi do Sr. Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes está isento do pagamento do imposto relativo à guia supra número 459 — 179. — Estação Arrecadadora de 3.ª R. C., em 28 de setembro de 1944. — Visto, O. Bartoletti: Chefe. — (Estava a chancela do Caixa recebedor). — Certidão — Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. — Armas da República. — São Paulo — Diretoria dos Serviços Mecânicos. — Certidão Negativa de Impostos — Certifico, de acôrdo com as informações constantes do processo n.º P-8.264 de

1944, desta Diretoria que a Sociedade Civil Martins Costa não é devedora de impostos à Fazenda do Estado, com referência ao terreno situado em Pirajussara, Estrada Velha, de Itu, em Butantan, zona rural nesta Capital, com área de 100.380 m², declarado sob número 88.060, até o terceiro trimestre de mil novecentos e quarenta e quatro. — Inscrição 32.907. — O referido é verdade e o afirmo sob a responsabilidade do meu cargo. — O 5.º escriturário, Divadino Bastos Afonso. Secretaria da Diretoria de Serviços Mecânicos em dez de julho de mil novecentos e quarenta e quatro. — Eu, Djalma Varella Martins, Diretor a subscrevo. — Nada mais, dou fé. — Eu, Sebastião Carvalho, escrevente habilitado, a escrevi. — Eu, Luiz Antônio Netto Caldeira, Oficial Maior, subscrevi. — (a): Alvaro Maia Lello. — Armando Maia Lello. — Arnaldo Maia Lello. — José Armando Afonseca. — Hermílio Nascimento. — Eurides Alves de Toledo — (Selada com Cr\$ 0,40 de educação e saúde e Cr\$ 50,00 de emolumentos do Estado, tôdas coladas e devidamente inutilizadas na forma da lei). — Nada mais se continha em dita escritura da qual fiz bem e fielmente extrair a presente certidão do próprio original, ao qual se reporta e dá fé, nesta Cidade de São Paulo, aos 13 de fevereiro de 1958 — Eu, Nicolino Le Grazie, a dactilografei, conferi e assino Nicolino Le Grazie, e eu, Dimas Bentim, escrevente autorizado, no impedimento ocasional do Oficial-Maior, a conferi subscrevo e assino — *Dimas Bentim* — Oficial-Maior.

Da Câmara dos Deputados número 158, nos seguintes termos:
Sr. Secretário:

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, a fim de ser encaminhado à Comissão Mista criada

para estudar o problema do inquilinato, o Projeto de Lei número 1.640 1956, do Senhor Rogê Ferreira que «altera a Lei do Inquilinato (Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950) no sentido de estender os seus efeitos às locações rurais».

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — José Bonifácio. Primeiro Secretário.

PROJETO N.º 1.640 1956

Altera a Lei do Inquilinato (Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950), no sentido de estender os seus efeitos às locações rurais.

(Do Sr. Rogê Ferreira)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Passam a ter a seguinte redação os dispositivos abaixo indicados da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950:

Art. 1.º A locação de prédios urbano ou rústico, bem como a de móveis ou semoventes, quando feita com a do prédio, regular-se-á pela presente lei.

Art. 5.º O aluguel de móveis e alfaias, semoventes e utensílios não poderá exceder de 20% (vinte por cento) do aluguel do prédio.

Art. 8.º

§ 2.º Na locação para fins comerciais, industriais ou agrícolas o pagamento dos tributos será convencionado livremente.

Art. 10. O locador não poderá vender ao locatário os móveis, alfaias, semoventes e utensílios, que guarnecem o prédio, por preço superior ao que houver sido arbitrado pela

autoridade municipal competente.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor até o dia 31 de dezembro de 1957, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, 25 de julho de 1956. — Rogê Ferreira.

Justificação

Os elevados propósitos que inspiraram a elaboração da Lei do Inquilinato e as recentes alterações à mesma introduzidas nos dão a certeza de que o presente projeto receberá o decidido apoio dos representantes do povo.

Se o uso da propriedade está condicionado ao bem-estar social, cabendo aos legisladores a tarefa de reprimir qualquer forma de abuso do poder econômico (art. 147 e 148, da Constituição Federal), justo será que se estenda aos arrendamentos rurais as disposições vigentes relativas à locação de prédios urbanos.

Numa época como a atual, de notórias dificuldades até para a aquisição de gêneros de primeira necessidade, cabe ao Estado evitar que possam os proprietários rurais elevar, abusivamente, as retribuições estipuladas para a exploração das suas propriedades.

Há casos em que os arrendatários se vêm obrigados a desocupar o imóvel, diante da impossibilidade de atender às exigências dos proprietários e isso se traduz em sério mal-estar social, dadas as dificuldades geradas pela procura de nova instalação.

Allás, tratando-se de arrendamento de prédios rústicos, deve-se ter em vista a necessidade do período de preparo, antes da safra, que muito prejudicada ficará com a mudança dos locatários.

Acreditamos que a extensão da chamada Lei do Inquilinato aos arrendamentos de imóveis rurais

venha melhorar a situação dos agricultores, cujo meio de vida é exercitado dentro da propriedade locada; é, portanto, lógico e justo que os seus locatários entrem no gôzo de direitos, já outorgados aos inquilinos de prédios urbanos.

Assim, contando com o franco apoio dos meus pares, tenho a grata satisfação de submeter à Câmara o presente projeto. — *Rogé Ferreira.*

Legislação citada

LEI N.º 1.300 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1950

Altera a Lei do Inquilinato

Art. 1.º A locação de prédio urbano, bem como a de móveis, quando feita com a do prédio, regular-se-á pela presente lei.

§ 1.º Aplica-se à sublocação o disposto quanto à locação.

§ 2.º A renovação da locação de prédio destinado a fins comerciais ou industriais e a fixação do respectivo aluguel continuam reguladas pelo Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934, e Código de Processo Civil.

Art. 5.º O aluguel de móveis e alfaías não poderá exceder de 20% (vinte por cento) do aluguel do prédio.

Art. 8.º Não é permitido cobrar na locação de residência qualquer outra importância além do aluguel, das taxas de água e de saneamento, das despesas de condomínio e da majoração de tributos havida posteriormente a 31 de dezembro de 1941, desde que discriminadas no recibo e exibidos os comprovantes.

§ 1.º A majoração de tributos deverá ser paga ao locador em doze cotas mensais e iguais.

§ 2.º Na locação para fins comerciais, industriais o pagamento dos tributos poderá ser convencionado livremente.

Art. 10. O locador não poderá vender ao locatário os móveis e alfaías que guarnecem o prédio, por preço superior ao que houver sido arbitrado pela autoridade municipal competente.

— Do Sr. Procurador-Geral da República, n.º 145, agradecendo a comunicação de haver sido constituída a Mesa que dirigirá os trabalhos desta Casa na presente sessão legislativa.

AVISO

Do Sr. Ministro da Agricultura, nos seguintes termos:

Sr. Presidente:

O Ministério da Agricultura convocou uma Reunião de Estudos da Borracha para Aumento da Produção, a realizar-se neste Ministério, de 14 a 18 de abril próximo.

O escopo fundamental da Reunião é o de dar um balanço nas várias atividades, oficiais e particulares, vinculadas com a borracha natural, a fim de que se ajuste e se amplie o programa de aumento de produção face às necessidades normais de consumo, e às que se prevê em razão dos recentes planos aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA).

Em anexo, encaminho a V. Ex.^a a agenda dos trabalhos e a relação das entidades convidadas por este Ministério, para o qual será uma honra contar com um representante do Poder Legislativo, credenciado pelo Senado Federal.

Valho-me do ensejo para reiterar a V. Ex.^a os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Assuntos sugeridos para a Reunião de Estudos da Borracha para Aumento da Produção (REBAP).

1 — *Agronômicos*

1 — nomenclatura, filiação e características das variedades e clones;

2 — métodos aconselhados para propagação (agâmica) e multiplicação (sexuada, sementes) da seringueira;

3 — áreas atuais e possíveis novas áreas, indicando, para as últimas, extensão, vias de acesso, características econômicas etc;

4 — facilidades de obtenção de sementes para multiplicação e Seedling para propagação;

5 — preço de custo das mudas (dar o preço unitário) na face de distribuição;

6 — indicação dos locais para servirem para sementeiras e viveiros informando preço, aluguel (se for o caso) da área, tamanho etc.

7 — orçamento (numérico) para manutenção de uma área-piloto para preparo e distribuição de sementes.

8 — possibilidades de entrosamento das grandes companhias (interessadas na borracha) no plano de ampliação de áreas;

2 — *Econômicos*

1 — tipos de auxílio e incentivo atuais à cultura da borracha;

2 — tendência do mercado consumidor brasileiro nos próximos 10 anos;

3 — sugestões novas para incentivo às áreas a serem estabelecidas;

4) Facilidades bancárias e prêmios-auxílio para novos plantios.

Entidades convidadas para a Reunião de Estudos de Borracha para Aumento de Produção (REBAP).

1) Senado Federal, Rio, DF.

2) Câmara Federal dos Deputados, Rio, DF.

3) Instituto Agronômico do Norte, Belém, Pará.

4) Instituto Agronômico do Leste, Cruz das Almas, Bahia.

5) Divisão de Fomento da Produção Vegetal, Rio, DF.

6) Inspetoria Regional de Fomento Agrícola, Manaus, Amazonas.

7) Inspetoria Regional de Fomento Agrícola, Belém, Pará.

8) Inspetoria Regional de Fomento Agrícola, Salvador, Bahia.

9) Inspetoria Regional de Fomento Agrícola, Cuiabá, Mato Grosso.

10) Serviço de Economia Rural, Rio, DF.

11) Comissão Executiva da Defesa da Borracha, Rio, DF.

12) Instituto Agronômico, Campinas, São Paulo.

13) Banco de Crédito da Amazônia, Belém, Pará.

14) Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, Belém, Pará.

15) Sindicato da Indústria de Artefatos de Borracha, S. Paulo, SP.

16) Associação Comercial, Belém, Pará.

17) Associação Comercial, Manaus, Amazonas.

18) Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha Rio, DF.

19) Companhia GoodYear do Brasil, São Paulo SP.

20) Dunlop do Brasil, São Paulo, SP.

21) Pirelli S.A., São Paulo, SP.

22) Pneus General S.A. Rio, DF.

23) Escritório Técnico de Agricultura, Rio, DF.

24) Banco do Brasil, Rio, DF.

25) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Rio, DF.

26) Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Rio, DF.

27) Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, Rio, DF.

28) Conselho Nacional de Economia, Rio, DF.

29) Instituto de Cacau da Bahia.

O SR. PRESIDENTE. — Está finda a leitura do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá, primeiro orador inscrito.

O SR. MEM DE SA — (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores continua arrostando seu calvário a triticultura nacional, como se a maldição dos fados ou a maquinação dos trustes lhe houvesse decretado guerra de morte. A cada ano e a cada safra novos revezes a aguardam, novos percalços se levantam, novas dificuldades e aflições se engendram, como se a mais exuberante das imaginações estivesse a serviço dos inimigos da agricultura brasileira. Não farei aqui o retrospecto das agruras e vicissitudes dos anos passados e nem mesmo nas da última safra me deterei para esmiuçar episódios e investigar responsabilidades. Nem recordarei fatos e acontecimentos que encheram páginas de jornais e discursos nos parlamentos. Limitar-me-ei ao essencial, para os objetivos que tenho em mira.

I — Da safra de 57, direi que foi das mais desgraçadas que a tortuosa história registra. Adversidades climáticas, ocorridas nas vésperas da ceifa malograram a colheita que era esperada recorde, porque jamais fôra tão grande a área, cultivada. De 1.100.000 toneladas da produção prevista, devido às pragas decorrentes do excesso de chuvas e umidade, a estimativa decaiu logo a 800 mil, depois a 650 mil, e agora, sem se saber como nem porque informam os órgãos do Ministério que se reduziu a 450 mil, assertiva que aguarda comprovação para que não incida na suspeita de encobrir desejos de forças interessadas na importação do cereal de além-mar. Bastariam estas cifras para dar a extensão do descabro e dos prejuízos sofridos por

nossos triticultores. A quebra de 45% da colheita, inicialmente suposta, e, agora, se confirmadas as informações recentes, elevada a 60%, revela a gravidade do sacrifício suportado, ainda mais levando-se em conta que o preço pago ao agricultor, foi praticamente o mesmo de ano anterior (mais 20 cruzeiros em saco, menos de 5% de aumento), enquanto que de 1956 para 1957, o preço do óleo diesel subiu 86,5%, o do querosene 50 por cento, o dos adubos 10%, o do corretivo calcáreo 33,4% e o da mão-de-obra 35%, como o dos arrendamentos 33%. A estes fatores de desventura — já de si demasiados — se veio somar a confusão reinante entre os diversos departamentos governamentais de que dependem os destinos do homem da terra em nosso País. O Banco do Brasil queria ressarcir prejuízos que sofrera por causas inteiramente extranhas à triticultura indígena; por causas que, ao contrário, mais que a éle a ela haviam ferido. Outros órgãos, com o Presidente da República à testa, vetavam qualquer aumento no preço do pão e os moinhos, dentro dos esquemas oficiais, teriam de majorar em 19% o preço da farinha.

Enquanto os pobres cultivadores vergavam ao péso do infortúnio climático, desesperados com as perdas, aqui, no Rio, as portarias ministeriais se sucediam, diante dos impasses e dos conflitos de interesse em jogo. Um decreto e três portarias, nada menos, foram expedidos, até que a penúltima, somente em 6 de fevereiro — quase 40 dias após a colheita — pusesse termo ao problema do preço. Durante este prazo, os triticultores ficaram em jejum de dinheiro. Os moinhos lhes recebiam o trigo, quando muito, para o pagar quando a incógnita do preço fôsse desvendada. E desvendada afinal, a 6 de fevereiro, eis que continuam

aguardando o pagamento, à espera que as «notas de compra» sejam extraídas e percorram a maratona burocrática a que os contrôles e defesas do Banco do Brasil as sujeitam. E, assim, encurtando para ser breve, sem aludir à última das portarias e fugindo de pormenores enfadonhos, posso concluir que, apesar de tôdas as intervenções das clases produtoras, dos telegramas e apelos das entidades tritícolas, da interferência dos Governadores dos três Estados sulinos — que tanto aborreceu o ilustre Doutor Mário Meneghetti — mais, ainda, apesar do alto patrocínio do Vice-Presidente da República e até do Prefeito de Pôrto Alegre — cuja participação no assunto tanto encanta ao mesmo titular — apesar de tudo e de tôda a boa vontade, desvêlo e interêsse das autoridades mais que competentes, os otimistas esperam que os plantadores consigam receber o preço de seu pobre trigo até meados ou fins de abril, precisamente quatro meses depois de colhida a triste safra ... Eis o drama do trigo; eis a tragédia da triticultura. Para tudo há explicação, e todos, por certo, fortes razões hão de oferecer para se justificar do que acontece. Só o plantador da terra, porém, é que sofre, sem dinheiro, as conseqüências de tantas razões e tão boas desculpas. Há órgãos demais; há uma plethora de órgãos supostamente defendendo e ordenando a economia nacional; há o Ministério, o Serviço de Expansão do Trigo, a Comissão Consultiva do Trigo; há o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil, com suas Carteiras; há a COFAP; há a Comissão de Marinha Mercante, e a Comissão Coordenadora dos Transportes.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com todo o prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Nesse ponto, concordo plenamente com Vossa Excelência; a burocracia está matando o Brasil.

O SR. MEM DE SÁ — No caso particular, está matando o trigo. Por baixo de tudo e de todos, o triticultor, esperando transporte ou esperando dinheiro, com a colheita frustrada e os prejuízos somados. Todos se desentendem e o agricultor padece. Agora, por exemplo, depois das angústias apenas sumariadas, luta êle com a falta de semente, pois que a má qualidade da colheita deixou a maior parte sem grãos adequados para o plantio. Desde dezembro o fenômeno é conhecido e as providências são prometidas. A Secretaria da Agricultura do Rio Grande já adquiriu 30 mil sacos para distribuir, mas recebeu pedidos de 120 mil. O Ministério anuncia ter obtido um crédito de 50 milhões de cruzeiros para esta finalidade e seus agentes começam a se movimentar. Rezemos para que sejam felizes e expeditos, já que o Ministério federal não quis confiar êste encargo à Secretaria estadual, mediante convênio de fácil execução para o órgão rio-grandense, melhor aparelhado para a tarefa. Se não houver presteza e eficiência na compra e distribuição de sementes, fatalmente haverá decréscimo no plantio da futura safra. E os inimigos do trigo brasileiro colherão mais uma vitória: — depois de uma colheita prejudicada pelas pragas da natureza, outra prejudicada pelas pragas da burocracia ...

Só a obstinação do agricultor crioulo é capaz de arrostar tanta calamidade, Srs. Senadores, mas ninguém pode prever a que limites de tolerância chegará seu estolicismo.

II — Há um ponto, entretanto, que precisa ser batido e repetido para o conhecimento do consumidor brasileiro: não corre à culpa do triticultor nacional, nem o aumento do preço da farinha que esteve a pique de ser fixado (19 por cento), nem o aumento do preço do farelo — de 27 para 80 cruzeiros, 200% que veio a ser decretado. Aquêle, o da farinha, à última hora contido, tinha por causa o prejuízo alegado pelo Banco do Brasil, em suas operações tritíceas, no ano de 1957. Mas tal prejuízo, girando em torno de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros — que se queria resgatar com a majoração da farinha e, portanto, do pão, em 58 — derivou, principalmente, da importação de trigo americano, cujo montante, no ano passado, se estima em 550 mil toneladas, pelo menos. Ora, cada tonelada de trigo platino importado deixava ao Banco um lucro de 2:100 cruzeiros, com o qual auferia recursos para pagar a bonificação estabelecida para o trigo nacional. Como o grão norte-americano, ao invés, nada deixa ao Banco do Brasil e tudo ao Banco de Desenvolvimento, para a construção da usina de Três Marias, naquela tonelagem proveniente dos Estados Unidos encontramos 1 bilhão e 100 milhões do prejuízo alegado.

Os restantes 200 milhões terão sido derivados, provavelmente, das 56 mil toneladas de trigo nacional que receberam bonificação em 57, acima da estimativa da safra, e a respeito das quais em tempo hábil tramitou um inquérito administrativo, cujos resultados ainda são desconhecidos ...

(*Interrompendo a leitura*): A propósito desse inquérito, nosso eminente colega, Senador Othon Mäder, formulou pedido de informações cujos resultados todo o Brasil tem imenso interesse em conhecer.

(*Lendo*): Quanto à majoração do preço do farelo — de 200%, o que constitui um autêntico recorde da COFAP — deve ser imputado exclusivamente às exigências dos Moinhos para a cobertura do crescimento de suas despesas industriais, decorrentes de impostos, preços de combustíveis e mão-de-obra.

(*Interrompendo a leitura*): Com o aumento de preço dos derivados do trigo, haverá forçosamente, elevação nos do leite, ovos e aves.

(*Lendo*):

Como se vê, ninguém tolera prejuízos e todos eles se defendem — menos o agricultor. Este, no corrente ano, vai receber, 3 a 4 meses após a colheita, praticamente o mesmo preço auferido em 56, com o aumento apenas de 20 cruzeiros, ou sejam 500 por 60 quilos. Dêste total, porém, consoante dispõe a Portaria de 6 de fevereiro, tem de ser descontada a parcela de 25 cruzeiros, correspondente ao saco, e mais a do frete ao litoral, até o máximo de 55 cruzeiros. Assim, com tais deduções, a maior parte da produção deixará ao agricultor a quantia de 420 cruzeiros somente. E os cálculos, meticolosamente feitos pelos técnicos da Secretaria da Agricultura, apuraram para a colheita de 57 — na hipótese de uma safra normal — o custo médio de 432 cruzeiros pelos 60 quilos.

São estes os dados que refletem a *via crucis* da triticultura brasileira.

Isto não obstante, ainda existe, mesmo em altas esferas oficiais, quem julgue oneroso e portanto inconveniente o plantio do trigo em nosso País; noutras palavras, que melhor seria não promovê-lo, abastecendo o consumo nacional inteiramente com o grão importado. Como demonstração, cita-se logo o cereal platino de muito menor preço. Esquece-se, porém,

ou ignora-se, que no Uruguai, por exemplo, o govérno concede o subsídio de 60% ao agricultor para a compra de adubos e que a despesa de fertilizantes corresponde, no Rio Grande, a 61,3% do total do custo de produção; esquece-se, ou ignora-se, que as máquinas valem, no Uruguai 50% menos que no Brasil, e que as parcelas correspondentes a amortização, conservação e manutenção delas, representam, entre nós, 24,5% do custo do trigo; ignora-se, ou esquece-se, que os combustíveis e lubrificantes para a lavoura são rigorosamente isentos de tributos no Uruguai e, aqui apesar de haver a lei consagrado esta isenção e apesar dos esforços e apelos para lhe dar execução, o agricultor continua pagando todos os impostos e taxas que incidem sobre os combustíveis e lubrificantes, os quais significam 4,4% do custo de produção; e ignora-se ou esquece-se, por fim, que o govérno uruguai, além das vantagens e estímulos apontados, ainda fornece subsídios diretos aos lavoureiros, com base na área cultivada. Tudo se esquece ou se ignora no capítulo. Assim também, e pela mesma estranha amnésia, não se pensa fazer confronto entre o preço do trigo crioulo e o do norte americano que, pôsto em nossos portos, a granel, varia entre 74 e 78 dólares por tonelada. Assim, se importássemos o cereal dos Estados Unidos, sem favores cambiais e fiscais, ele não nos ficaria, conforme cálculos de entendidos, por menos de 620 cruzeiros os 60 quilos, ou sejam mais de 10 cruzeiros o quilo. (Sem fretes, seguros e impostos, 78 dólares a 110 cruzeiros já dariam 8.580 cruzeiros a tonelada ou Cr\$ 8,59 o quilo, superior ao preço do grão nacional). Dizer, portanto, ou pensar que nossa triticultura é onerosa equivale a desconhecer ou ocultar dados essenciais.

Admitindo que o fôsse, caberia indagar quantos artigos da produção brasileira, dentro da inflação galopante que nos avassala, comportariam o confronto com os similares de outras procedências, se houvesse possibilidade de importá-los! A aberração mental dos inimigos de nossa triticultura mais se comprova, quando se promove o cotejo dos preços dos produtos da indústria indígena com os de outras procedências. O caso da indústria automobilística, sem falar no de peças para automóveis, objeto da gloriosa meta n.º 27 do presidente Kubltschek, foi glosado de forma irresponsável em artigo de mestre Corção, digno de figurar numa antologia de obras-primas.

Basta lembrar, Srs. Senadores — fazendo um parêntese — que, mesmo com a atual cotação do dólar, o preço do automóvel DKW de trezentos e oitenta mil cruzeiros, corresponde a mais de três mil e quinhentos dólares, custo do Chrysler de luxo, nos Estados Unidos da América do Norte.

(Lendo): Entretanto, ninguém é contrário à proteção da indústria nacional, pois todos os brasileiros são entusiastas de nossa emancipação, econômica. Entretanto, como há dias reafirmava o Sr. Felisberto Camargo, repetindo a lição do bom-senso e da experiência mundiais: «o Brasil nunca poderá ser um país industrial sem ser simultaneamente agrícola e pastoril. A industrialização forçada enriquece meia dúzia de homens. A lavoura sustenta o País inteiro, inclusive a industrialização de que ele carece. Os Estados Unidos são ainda hoje, o maior país agrícola e pastoril do mundo e foi graças a essas atividades que os norte-americanos prepararam os meios para que o seu país se tornasse, também, o maior país industrial do mundo».

A palavra de ordem da política econômica brasileira, levada por vezes a excessos e demasias, está no incentivo da produção industrial que nos permita a poupança de divisas e a libertação das importações. Pois bem, depois do petróleo e seus derivados — que nos absorvem 16% das cambiais — o segundo item de nossas necessidades dependentes do exterior, é o trigo (com 10%). Não podemos pensar em auto-suficiência deste cereal, pelo menos tão cedo. Mas podemos, e com facilidade, satisfazer 50 a 60% da procura, que é da ordem de 2,2 a 2,4 milhões de toneladas, com a produção crescendo paralelamente ao aumento do consumo, que ainda é, entre nós, para nossa vergonha, extremamente baixo. Basta que os múltiplos órgãos governamentais amparem nossa triticultura — ou não permitam as manobras criminosas que permanentemente a ameaçam — ela poderá dar ao Brasil uma substancial economia de divisas (80 a 100 milhões de dólares).

Para que tão modesto e simples objetivo (ainda não promovido a «meta» ...) seja alcançado, apenas se pede assistência e segurança ao agricultor, livrando-o da balbúrdia, das incertezas, dos sobresaltos que cada safra lhe traz. Requer-se, para a agricultura brasileira, um mínimo de planejamento, de antecipação, de segurança. O ilustre agrônomo Felisberto Carmargo traçou um esboço magnífico de plano para a redenção do café, a fim de que, mais breve do que se supõe, não se lhe reserve o destino desolador que desgraçou a borracha amazonense. Borracha, café, algodão, trigo, reclamam do Estado uma atuação ordenada, uma orientação esclarecida e antecipada. No caso do trigo, os problemas graves residem no escoamento, na comercialização e na industrialização, onde os golpes misteriosos, se sucedem, no afã de

levar o caos à produção, desesperando o plantador. Não se compreende, nem admite, que somente um mês depois da safra colhida seja definido o preço do produto e que somente quatro meses após a ceifa o triticultor receba o preço de seu trabalho. Não estamos imputando responsabilidades a tal ou qual órgão, a tal ou qual autoridade. Expomos fatos incontrovertidos. Porque há excesso de órgãos e autoridades, tão grande é a confusão, que se torna inexplicável, a não ser por artes e graças de forças ocultas. Urge corrigir os absurdos, estabelecendo e divulgando, com antecipação, para conhecimento dos interessados o esquema da atuação oficial, assegurando ao agricultor, antes da colheita, o preço certo do produto e lhe garantindo o pagamento e o transporte, imediatamente depois dela.

Impõe-se, ainda, que cesse o sigilo em torno de fatos e decisões essenciais, em matéria de nossa política tritícola. Ignora-se demais, no País, o que se passa nas altas esferas ordenatórias do assunto. Assim, para exemplificar, não se sabe o que tem deliberado e resolvido a Comissão Consultiva do Trigo, que é órgão central desta política, embora, até há pouco tempo, as atas de suas reuniões fossem mimeografadas e facilmente obtidas. Ignora-se, com certeza e precisão, qual a tonelagem do trigo importado em 57, segundo suas procedências. Em consequência, surgem murmúrios e suspensas, como, v.g., a de que o Brasil adquiriu no ano findo substanciais quantidades de trigo na Argentina, lá as deixando armazenadas, a fim de permitir o ingresso do americano, que embora pior e mais caro, garantia recursos ao BNDE.

(*Interrompendo a leitura*): Não afirmo seja assim; acredito que não; no entanto, nos meios tritícolas rio-grandenses corre esse boa-

to. O interessado em desfazê-lo é o Governo. Nesse sentido peço informações, colaborando com o Poder Executivo.

(Lendo): Assim, é o próprio Governo o maior interessado em divulgar o que faz e o que decide, para evitar boatos desabonadores e para tranquilizar os que mourejam no campo, sem saber se estão sendo ludibriados nas cidades.

O que se pede é muito pouco, senhor Presidente. Quer-se uma definição da política nacional do trigo, quer-se planejamento amadurecido, quer-se a fixação de preços e normas em momento oportuno, com o escoamento célere das safras e o pagamento imediato dos lavoureiros; quer-se uma compensação estimulante da agricultura, para que, com sua expansão, aliviemos o orçamento cambial, outorgando-se-lhe o desvêlo dispensado à indústria; quer-se ordem e harmonia entre os órgãos que comandam este setor vital de nossa economia, impedindo que no seio da confusão e dos atritos entre eles, manobrem os trustes contra os agricultores, os industriais e os consumidores brasileiros. Quer-se, em suma, acabar de vez com o clima emocional, a agitação, o tumulto que transformam cada safra tritícola brasileira num drama de angústias para os produtores.

Poderíamos ter produzido 1.100.000 toneladas em 57, isto é, a metade do consumo nacional. Fácil será chegar a esta cifra e até a 1.500.000 toneladas nos anos próximos, desde que o governo não desestimize os trabalhadores da terra, para gáudio dos que conspiram contra o trigo crioulo. Tudo faz crer que a área cultivada em 58 será inferior à do ano passado, mercê das circunstâncias e fatores que sucintamente expus, mas tudo assegura que o ritmo de desenvolvimento será retomado se o governo federal, corajosa e escla-

recidamente demonstrar, por atos e fatos, que a experiência do passado lhe vai iluminar as rotas do futuro.

Enterremos os mortos e cuidemos dos vivos. A safra de 57 está morta e enterrada, à custa do agricultor; cuidemos da de 58 para evitar que a triticultura não se transforme no cemitério de nossas esperanças e de nossa capacidade de produção e de emancipação. *(Muito bem. Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).*

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra, o nobre Senador Othon Mäder, por permuta com o nobre Senador Lino de Mattos, segundo orador inscrito.

O SR. OTHON MÄDER — (*) — Senhor Presidente, venho à tribuna para denunciar grossa negociata em vias de realizar-se e para a qual peço a atenção do ilustre Diretor do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Sr. Walter Cechela.

Segundo revela «O Estado do Paraná», de Curitiba, a CITLA conseguiu infiltrar-se no INIC e vem conseguindo através de seu advogado, que aquêle Instituto promova, um plano de desapropriação das terras do sudoeste do Paraná, baseado em pseudos direitos da Companhia.

Sr. Presidente, sabe a Nação, perfeitamente, que a transação, em virtude da qual aquelas terras foram cair, momentaneamente, nas mãos da CITLA, já foi anulada pelo Tribunal de Contas e confirmada pelo Parlamento Nacional. Assim, para todos os afetos, para nós do Congresso, para o Governo Federal e para o INIC, a CITLA não é proprietária daquelas terras, no entanto.

(*) — Não foi revisto pelo orador.

Apesar da convicção geral, da comprovação do fato, insiste ela na posse das áreas e agora, através de seu advogado, pleiteia que seus pretensos direitos sejam levados em consideração.

Sr. Presidente, antes de outros comentários, procederei à leitura do artigo do jornal a que aludi, o qual historiará perfeitamente o caso.

PARANAENSE O MINISTRO DO TRABALHO

Não foi o Sr. Walter Cechela, Presidente do INIC, mas o advogado Linhares de Lacerda quem imaginou a idéia da desistência das ações judiciais — Dominou o INIC à revelia do Partido Integralista — Quando o plano foi apresentado ao Presidente da República a CITLA dominava o INIC há muito tempo.

RIO, 15 (Da Sucursal) — Apesar dos pronunciamentos decisivos da comissão parlamentar de inquérito encarregada do assunto e da política tradicional do INIC, principalmente na gestão do Ministro Fernando Ramos de Alencar, está em vias de adoção uma nova fórmula para solucionar o litígio das terras do sudoeste do Estado. É a mesma que foi levada ao Presidente da República pelo novo presidente do INIC, Sr. Walter Cechela, e de que agora se conhecem minúcias ilustrativas. Trata-se da celebração de acôrdo entre as partes litigantes, que desistirão, incondicionalmente, das ações que pendem de julgamento nas mais altas instâncias da Justiça Federal.

A Situação

A situação, no momento, é a seguinte: vários processos

correm no Judiciário, para solucionar o problema do domínio das glebas Missões e Chopin. São litigantes a CITLA, a União e o Estado.

Acredita-se, em geral, que a solução judiciária do caso demorará de dez a vinte anos, tal a complexidade do processo, e tais os incidentes processuais que vêm sendo interpostos. O nó do problema ainda não foi julgado, e os tribunais ainda apreciam questões preliminares ou prejudiciais.

A última decisão importante, no Tribunal Federal de Recursos tratou incidentalmente do mérito, em que o acórdão reconhecia o direito do Estado às terras, negando-o tanto à CITLA como à União.

Pode ser que dentro em breve alguma decisão, aprecie oficialmente o mérito, mas a demora não se alterará, tendo em vista que só uma solução definitiva porá térmos ao caso. que, a rigor, se arrasta desde tempos imperiais, quando se planejava a construção do ramal ferroviário que deu origem à transferência das terras para a empresa que mais tarde se transformou na Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Desapropriação

Na comissão de inquérito da Câmara dos Deputados e antes dela, na direção do INIC, ao tempo da presidência do Ministro Fernando de Alencar, o ponto de vista adotado era o da desapropriação como solução definitiva e imediata. Deu-se mesmo o caso de um decreto que o Presidente da República teria assinado e depois desassinado, dispondo sobre a desapropriação».

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OTHON MÄDER — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Há meses, V. Ex.^a trouxe ao Senado a notícia alvissareira de que o Governo da República elaborara decreto — que não sei se chegou a promulgar — desapropriando aquelas terras, o que incontestavelmente representaria se não a melhor solução, pelo menos a mais adequada possível. Na ocasião louvei o ato do Senhor Juscelino Kubitschek, infelizmente — parece — trabalho perdido. Foi a única vez que elogiei S. Ex.^a — por um ato que posteriormente desfez.

O SR. OTHON MÄDER — Lembro-me perfeitamente, Senador Fernandes Távora, da sessão durante a qual louvamos — Vossa Excelência e eu — o Chefe do Executivo pela assinatura do decreto de desapropriação daquelas terras, julgada, por todos, a melhor solução para o caso. Anunciei a providência governamental por haver lido, nos jornais, entrevista do Diretor Interino do INIC, na qual S. Ex.^a se referia à assinatura desse decreto, jamais publicado.

Nossos elogios, portanto, não tiveram objetivo; e, de minha parte, também os retiro.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OTHON MÄDER — Com muito prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — O ilustre Senador Fernandes Távora louvou o Presidente da República em face de informação prestada por V. Ex.^a, em discurso proferido nesta Casa, no qual afirmara haver o Chefe da Nação desapropriado as terras de Missões e Chopin, para efeitos de colonização. Na ocasião, o nobre orador, também exaltou o ato governamental;

e agora lhe retira os encômios. De minha parte, no entanto, considero a ação do Sr. Juscelino Kubitschek — não assinando o decreto — acertadíssima, de vez que repugnaría a qualquer jurista, mesmo a toda pessoa de bom-senso, despojar alguém daquilo que, em juízo, declarou pertencer-lhe.

O instituto da desapropriação, no regime legal brasileiro, implica pagamento da coisa desapropriada. Não é justo nem equitativo nem legal o depósito ou pagamento em juízo do valor do bem cuja posse alguém alega. Por essa razão, o Sr. Presidente da República, muito justamente, não assinou o decreto que V. Ex.^a se refere e merece nossos mais sinceros aplausos. Perdoe-me V. Ex.^a a extensão do aparte, mas procuro esclarecer o assunto. Se outra fôsse a resolução tomada, neste instante, penso que o Chefe da Nação e os que o acompanham, principalmente nesta Casa do Congresso, poderiam estar tranqüilos quanto à lisura do procedimento que pudesse resultar das providências estudadas, a que V. Ex.^a faz menção em seu discurso. O nobre colega sabe que o INIC está entregue ao Partido de Representação Popular, que não tem representantes no Senado, e não creio que, sob a égide do chefe integralista, Sr. Plínio Salgado, e de seus lugartenentes nessa autarquia, se cometa qualquer injustiça ou desonestidade, beneficiando membros de outros partidos. Estes, pela posição que ocupam, no momento, no Governo da República, estão a salvo de qualquer suspeita.

O Sr. Fernandes Távora — Permite o nobre orador fazer uma ponderação ao seu ilustre aparteante? (*Assentimento*) — Cuida o nobre Senador Gaspar Velloso que o Sr. Presidente da República, assinando o decreto, iria favorecer membros de outros partidos?

Parece-me que o Chefe da Nação tinha o intuito muito louvável de pôr termo à questão, que se vai tornando quase secular.

O Sr. Gaspar Velloso — Não foi essa a minha afirmativa. Eu disse que ninguém deposita, em juízo, preço de coisa que declara sua, porque tanto equivaleria a confessar, de início, que o bem não lhe pertence.

O Sr. Fernandes Távora — O Senhor Presidente da República, no entanto, poderia, por acaso, dizer que a Nação abre mão daquilo que julga seu, em benefício da comunidade.

O SR. OTHON MÄDER — Senhor Presidente, o nobre Senador Gaspar Velloso continua a afirmar que a desapropriação é, no caso, a melhor e talvez única solução para assunto que, como disse o ilustre Senador Fernandes Távora, se arrasta há tantos anos, e se está tornando crônico.

Temos, a favor da desapropriação as opiniões de eminentes juristas, e o INIC, através do seu corpo de Consultores Jurídicos, a frente do qual está o Dr. Dário Cardoso, juiz desembargador e ex-Presidente do Tribunal do Estado de Goiás, figura eminente nas letras jurídicas, também emitiu parecer favorável à desapropriação, defendendo-a como a melhor solução para a espécie.

Não só o Dr. Dário Cardoso como também o Dr. Carlos Meireiros Silva, hoje Procurador-Geral da República, e, portanto, a mais alta autoridade do Ministério Público Federal, que já desempenhou relevantes cargos na Administração do País, ao depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, disse que a solução viável era a desapropriação.

Sr. Presidente, além dessas, há muitas outras opiniões valiosas, que não citarei para não me demorar mais.

Temos, assim, dois eminentes juristas patricios, que defendem a desapropriação como a melhor solução para o assunto.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. OTHON MÄDER — Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Que adiantam as opiniões desses juristas, diante dos interesses irremovíveis do Governador Moysés Lupion?

O SR. OTHON MÄDER — Exatamente. Disse o nobre Senador Fernandes Távora a verdade inteira.

O decreto de desapropriação contava com a aprovação de todas as autoridades relacionadas com o caso — o INIC e o Conselho de Segurança Nacional. A medida, porém, contrariava os interesses pessoais do Governador Moysés Lupion, e por isso não foi adotada.

Senhor Presidente, antes de outros comentários, terminarei a leitura da denúncia trazida pelo jornal paranaense.

«Logo depois do episódio, que despertou risos e protestos, foi apresentado projeto com o mesmo sentido à Câmara dos Deputados. Esse projeto atualmente corre os trâmites regimentais, recebendo parecer das comissões competentes.

Na primeira reunião que a comissão de Inquérito realizou em Curitiba, quando se deslocou para a Capital paranaense, o Sr. João Machado sustentou a tese da desapropriação, que agora, juntamente com os colegas de comissão,

vem sustentando na Câmara dos Deputados. O principal fundamento dessa tese é o parecer do Procurador-Geral da República, Sr. Carlos Medeiros Silva, que sustentou na prática a conveniência da medida, e, teoricamente, a sua viabilidade, mesmo estando *sub judice* o caso, e não se sabendo, juridicamente e sem margem a recursos, a quem cabem as terras do sudoeste.

Fórmula Nova

Há dias surgiu uma terceira fórmula, patrocinada pelo Senhor Walter Cechela, presidente do INIC. A União, o Estado do Paraná e a CITLA desistiriam das ações pendentes no Poder Judiciário, e com isso sustariam o que se presume deva demorar.

Depois disso, entrariam em acôrdo. As terras passariam à administração do INIC, que ficaria encarregado da colonização do sudoeste. Para compensar seus prejuízos, a CITLA e o Estado do Paraná receberiam parte do dinheiro arrecadado com a venda, cujo preço já estaria fixado em 10 mil cruzeiros o alqueire, preço superior, aos cobrados, em qualquer tempo, pela CITLA e suas subsidiárias, que só chegaram à casa dos 8 mil.

Favorecimento

O atrativo da fórmula é que líquida de uma vez por tôdas com a disputa judiciária sobre as terras, o que não aconteceria com a desapropriação. Para que esta se consumasse, não seria preciso esperar decisão do Judiciário sobre o domínio das glebas, mas ao Judiciário caberia continuar no julgamento, para que a União soubesse a quem pagar o preço da

desapropriação, e talvez para fixar judicialmente as indenizações devidas, seja pela desapropriação, seja por eventuais perdas e danos.

Mas a fórmula do acôrdo envolverá forçosamente favorecimento à parte que não tenha razão. Com a solução judicial, se a CITLA perder, o que é provável, terá direito apenas a reaver o que pagou, e que era pouco, não valendo hoje uma fração das terras. Com o acôrdo, terá direito a uma parte no lucro das vendas, e a receberá como se sempre tivesse sido co-proprietária legítima das terras.

Os Autores

Ao contrário do que se pensa, não foi o Sr. Walter Cechela o autor da fórmula do acôrdo. Ela teve origem no Paraná, assim que ficou convencionada a entrega do INIC ao Partido Integralista.

Naquela ocasião, o diretório estadual do Partido Integralista teria pleiteado para elemento seu a presidência do INIC, ou talvez tenha sido convidado a preenchê-la. Houve até um nome em cogitação, nome que recebeu votos de solidariedade dos dirigentes, numa das reuniões do alto comando partidário. Depois, a presidência foi destinada a um gaúcho, o Senhor Wolfram Metzler, grande conhecedor do problema, que faleceu pouco depois de tomar posse. Foi então nomeado o Sr. Walter Cechela, professor universitário no Rio Grande, que já trabalhou em imigração, mas não tem a vivacidade necessária para exercer um cargo político sem sujeitar-se a influências de toda ordem.

Passé de Mágica

Assim que empossado, o Senhor Walter Cechela passou a sofrer o assédio do advogado Linhares de Lacerda, presidente do conselho do Partido Integralista no Paraná e procurador, há tempo, dos interesses da CITLA. Conhecendo profundamente o aspecto jurídico do problema das glebas do sudoeste paranaense, o advogado em questão impressionou profundamente o Sr. Walter Cechela que tivera a recomendação de interessar-se pela solução do mesmo caso. E assim, num passe de mágica sem que houvesse a respeito qualquer indicação oficial do diretório paranaense do Partido Integralista, o advogado Linhares de Lacerda conseguiu nomear, para um dos departamentos mais importantes do INIC, o Sr. Moacir Campos, e para outros cargos de influência outros amigos de confiança.

Pulo

Daí ao surgimento da fórmula foi um pulo. O advogado Linhares de Lacerda conhece o problema sob o aspecto jurídico e, na prática, decidia ao mesmo tempo pela CITLA, de que é advogado, pelo INIC, que conseguiu dominar, aproveitando-se da boa fé do Presidente, e de certa forma pelo Governo paranaense, com o qual mantém ligações que comecem pela CITLA e terminam em sólidas relações pessoais.

Ainda é cedo para julgar a fórmula do acôrdo, mas à primeira vista, transparece claramente que a grande beneficiária será a CITLA, cujas pretensões vêm sendo fulminadas na Justiça e que apesar

disso, receberá sua parte no rateio dos lucros.

Está aí, Sr. Presidente, denúncia grave, que trago ao conhecimento da Nação e para a qual peço a atenção do Sr. Presidente da República, que coordena as negociações para solução do caso do Sudoeste do Paraná, e, especialmente, do Sr. Walter Cechela, Presidente do INIC.

Acredito na honestidade do honrado Sr. Walter Cechela de quem tenho a melhor impressão. Duvido, por isso, chegue a assinar esse acôrdo com a CITLA, parte ilegítima para comparecer em tal ato, pois seu título de propriedade sobre aquelas terras já foi anulado há muito tempo pelo Congresso Nacional e o Tribunal de Contas. Não pode, portanto, a Companhia comparecer perante as autoridades da União como dona das terras, porque já ficou provado que essa propriedade é nula. De que forma poderia comparecer se não com esse pseudo título, obtido fraudulentamente das Empresas Incorporadas? Tudo isso, entretanto, já está anulado, e a CITLA, que pertence ao grupo do qual é chefe o Sr. Moysés Lupion, Governador do Estado do Paraná, bate-se ainda para salvar alguma coisa. Sua situação, no momento, é de inferioridade, pois seus escritórios naquela região estão fechados. Procura, então, o Governador, através do seu advogado, que está agindo dentro do INIC, interferir nesse acôrdo, que só pode ser feito entre o Governo da União e o Estado do Paraná. Só estes dois podem julgar-se donos daquelas terras, nunca a CITLA, cujas pretensões já foram fulminadas pela Justiça.

É o protesto que, nesta hora, quero lavrar, fazendo, também, advertência ao Sr. Presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, para que S. Exa, de

boa-fé, com a intenção de resolver o caso com a maior urgência, não se deixe levar pela lábia do advogado, que o fará, talvez, cometer ato dos mais imorais e indecentes, admitindo que a companhia, reconhecida como desonesta porque se apossava de patrimônio da Nação, lavre, novamente, acôrdo com essa mesma Nação, que prejudicava.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Permito-me comunicar ao nobre orador que a hora do expediente está prestes a terminar.

O SR. GASPAR VELLOSO — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a consulte a Casa sôbre se consente na prorrogação da hora do expediente a fim de que o nobre Senador Othon Mäder conclua suas considerações.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores Senadores que concordam com o requerimento do nobre Senador Gaspar Velloso, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Othon Mäder.

O SR. OTHON MÄDER — Senhor Presidente, agradeço ao nobre colega e prezado amigo Senador Gaspar Velloso a gentileza de pedir a prorrogação da hora do Expediente e ao Senado, o concedê-la.

Ja estava, porém, terminando, dizia as últimas palavras, palavras de protesto, pois não admito que uma companhia, considerada por todos e pela Justiça do País, como se tendo apossado ilícito e fraudulentamente, de terras da União, compareça, agora, em igualdade de condições com o Estado do Paraná, para fazer acordos.

O Sr. Fernandes Távora — No Brasil, isso, não quer dizer nada.

O SR. OTHON MÄDER — Só pensando dessa forma.

Meu protesto aí fica, Sr. Presidente, e para êle peço a especial atenção das autoridades competentes da República. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — (*Para explicação pessoal*) — (*) — Sr. Presidente, tenho acompanhado, como tôda a Cidade, os acontecimentos que se prendem à igreja construída junto ao Forte de Copacabana.

O objetivo dessa construção, além das normalmente peculiares à vasta população católica que dispõe de poucas igrejas, de certo modo é também o do restabelecimento de uma tradição, a da histórica Igrejinha de Copacabana, que deu nome à região e, por tantos anos, solitária e distante, era, naquele promontório, como que a evocação da fé com que nossos antepassados construíram esta grande Nação.

As necessidades militares da época forçaram a construção do Forte de Copacabana e, como consequência, a demolição do histórico e tradicional templo.

Os anos passaram, e já hoje, Senhor Presidente, as necessidades militares e o desenvolvimento da técnica, para não falar nos projéteis telegulados e outros inventos que modificaram a direção material da guerra, tornam a existência de um forte como o de Copacabana, no coração de bairro que agrupa cêrca de quinhentas mil almas, alvo que deve ser considerado desnecessário à segurança e tranqüillidade da população.

(*) — Não foi revisto pelo orador.

Militarmente, Sr. Presidente, pode-se dizer que a evolução da defesa da costa tornou praticamente obsoletas as fortificações do tipo do Forte de Copacabana. A grande artilharia para obstar um ataque naval ou aero-naval é a aviação de bombardeio, os projetis que forcem o adversário, à distância, desdobrar-se antes de chegar à altura útil de tiro, e da possibilidade de efetuar os desembarques necessários.

A artilharia do Forte de Copacabana alcança escassamente vinte e cinco quilômetros. Os canhões de qualquer couraçado moderno atingem quarenta e cinco quilômetros. Quer dizer, a esta distância, completamente imune aos tiros de Copacabana, a fortaleza e o bairro podem ser arrasados por um só vaso-de-guerra. Em um ataque aero-naval, o Rio de Janeiro, com um porta-aviões...

O Sr. Mem de Sá — Sem falar nos teleguiados.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Estou falando numa guerra que já está se tornando também obsoleta.

Um navio-aeródromo, dos modernos, para citar os últimos norte-americanos, colocado às seis horas da tarde, a quinhentas milhas do litoral, aproximar-se-á de maneira que, aos primeiros alvares da madrugada, despejará sobre esta cidade, oitenta ou cem bombardeiros, que a aniquilarão e todas as suas fortalezas.

Bem sei, Sr. Presidente, que a hipótese conduz necessariamente à conclusão de que, no caso de conflito armado, teremos forçosamente de declarar a Capital Federal cidade aberta.

Não poderemos nem teremos — e aí não cabe culpa às nossas heróicas Forças Armadas, mas sim à nossa debilidade econômica — os recursos imprescindíveis para equipar o País com navios-aeródromos,

dotá-lo de poderosa força aérea, de forte esquadra que afastem o adversário que atente contra a nossa soberania.

Talvez assim compreendendo, Senhor Presidente, os Chefes Militares do Exército, dos quais três Ministros da Guerra — Generais Espírito Santo Cardoso, Zenóbio da Costa e Teixeira Lott, — e dois Comandantes da Artilharia de Costa que se alinham entre os mais altos valores do Exército brasileira — Generais Osmino Ferreira e Corrêa Lima, soldados na acepção da palavra, dotados de dignidade, patriotismo e devoção às suas carreiras como os que mais o sejam — estimularam a construção da Igrejinha de Copacabana, restituindo ao bairro uma tradição viva no coração de todos. Para o templo transportou-se a histórica imagem de Nossa Senhora de Copacabana, voltando ela a abençoar o bairro e o Brasil do mesmo local de onde, por tantos anos, nos olhara e protegera.

Também para lá foi levada, como homenagem do eminente Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, a Cruz Sagrada do Congresso Eucarístico, no Brasil.

Sr. Presidente, três Ministros da Guerra, dois Generais-Comandantes da Artilharia de Costa e mais autoridades militares de três períodos presidenciais, inclusive o atual, concordaram em que não havia inconveniente no franquear-se ao público a Igreja de Nossa Senhora de Copacabana, cujas portas um exército popular, como o Brasileiro, abraza, numa simbólica união com o povo, que ali ia orar por si e pela grandeza do Brasil, tão magnificamente evocada pelos nossos soldados e por aqueles muros e canhões.

Não é possível que, agora, súbitas razões de segurança nacional tornem proibitiva a frequência dos fiéis ao templo e obriguem

a volta ao passado, com a sua extinção.

O Eminentíssimo Cardeal Arcebispo, consultado, declarou nada ter que opor à transferência para outro local. Este o argumento de que se servem para autorizar a mudança. Mas que deveria responder o Eminentíssimo Cardeal Arcebispo, se não que nada tinha que opor? *Nada ter que opor* não quer dizer entretanto, aprovar; quando muito, significa submissão a decisão muito provavelmente irrecorrível ou — quem sabe? — para evitar ataques inconvenientes à Igreja na sua sagrada missão.

Há, contudo, Sr. Presidente, palavras e fatos, na história da construção dessa igreja, que devem ser considerados.

Desta tribuna, em nome do povo de Copacabana, que para mim apelo, transmito seus anseios, apreensões e desejos aos eminentes e honrados Presidente da República, Ministro da Guerra e General Comandante da Artilharia de Costa, para que reconsiderem o ato, particularmente em prol do bom nome do Exército.

Ao tratar-se da concessão do terreno e construção da Igreja, o eminentíssimo Cardeal declarava ao então Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, que igreja para o culto público geralmente exigia escritura de terreno. No caso do Exército, porém, dizia, bastaria a segurança, da honrada palavra dos militares.

O eminentíssimo Cardeal concordara quando da cessão do terreno, em que se erigiria uma capela particular para o Forte. O próprio Exército, entretanto, através da palavra autorizada de um dos seus mais eminentes vultos, homem de reputação e nome respeitáveis, General Zenóbio da Costa, Ministro da Guerra — soldado até a medula, que não se abalancaria um minuto só em por em risco a segurança de uma fortaleza brasileira, qual-

quer que fôsse a razão — tornou pública a Igreja.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Permitto-me lembrar ao nobre orador que faltam três minutos para o término do tempo da explicação pessoal.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Obrigado pela advertência, Sr. Presidente.

O eminentíssimo e honrado Ministro da Guerra, General Lott, na gestão do ilustre Presidente Café Filho, que houve por bem fazer a cessão do terreno, não quis que a transação se realizasse apenas sob a jamais desmentida honradez da palavra dos militares; decidiu dar-lhe o cunho legal, jurídico e propôs o decreto-lei que está em vigor, pelo qual o Governo da União concede à Igrejinha de Copacabana os terrenos em que foi construída.

Creio que a modéstia e simplicidade das minhas palavras brotaram do fundo do meu coração como solidariedade àqueles que coletaram milhões de cruzeiros; àqueles que, numa tómbola autorizada pelo Governo e espalhada por todo o País, levantaram recursos para reerguer a Igreja, e entregá-la aos fiéis habituados àquela peregrinação, que ali vão cumprir seus atos de fé e se sentem, agora privados de um direito que lhes foi concedido, quase espontaneamente pelo Exército.

Sr. Presidente, apelo para os Srs. Presidente da República, Ministro da Guerra e General Comandante de Artilharia de Costa, a fim de que reconsiderem seu ato. Não vejo como a segurança nacional ou a do Forte de Copacabana possam estar em risco na proximidade de pequena e modesta Capela. Os que a frequentam vão rezar pelos seus e pelo Brasil.

Às vezes, as circunstâncias levam-nos à prática de atos que, depois, julgamos necessário corrigir ou modificar. Não há, talvez, erro que reconsiderar nessa tentativa de transferência da Igreja. Inspirado pelo rigor militar o Comandante de Artilharia de Costa julgou necessário reforçar as medidas de segurança; mas, Sr. Presidente, há grandeza, dignidade, altitude moral quando o Chefe da Nação, o homem público, o dirigente, reconsidera seu ato e atende a justo clamor do povo — principalmente como êsse, em que não há a menor veiledade política ou interesse subalterno, mas apenas expressão de fé e carinho, pelo lugar em que os crentes preferem buscar a Deus, embora esteja Ele em tôda parte. Parece que, na ponta daquele promontório, mais nos aproximamos de Deus, quem sabe tocados pela grandeza do Mar, da Natureza que se desdobra. Vamos então àquele local para orar, pedir perdão pelos nossos pecados e bênçãos para os entes queridos e o País.

Sr. Presidente, a reconsiderar, no caso, não será capitular, não será renúncia vergonhosa; será, antes, ato de benemerência, de grandeza, que fará todos nós cariocas, principalmente os habitantes de Copacabana, eternamente gratos e escravos da generosidade dos responsáveis que compreenderam a necessidade de atender ao nosso pedido.

É só, Sr. Presidente. (*Muito bem; muito bem*).

Durante o discurso do Sr. Alencastro Guimarães, o Sr. Apolônio Salles deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido e deferido o seguinte:

REQUERIMENTO

N.º 68, DE 1958

Exmo. Sr. Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex.ª se digne dirigir solicitação ao Sr. Ministro da Agricultura para que S. Ex.ª envie ao Senado Federal as seguintes informações:

1.º quais as quantidades, em toneladas, de trigo importado pelo Brasil, no ano de 1957, discriminando-as segundo as procedências;

2.º se é exato que parte das cotas de trigo argentino, adquiridas em 1957, ou que o deveriam ser, consoante os convênios em vigor, deixaram de ser remetidos para o Brasil, ficando armazenadas no país de origem para serem entregues no ano corrente;

3.º a ser positiva a resposta ao item anterior, qual a quantidade nessa condição;

4.º qual o plano das importações para o corrente ano, discriminando as quantidades por procedência;

5.º qual o montante, em toneladas, da produção do trigo nacional, efetivamente verificado na última safra.

Requeiro, ainda, que V. Ex.ª solicite do ilustre titular da pasta da Agricultura remessa ao Senado das cópias das atas das reuniões da Comissão Consultiva do Trigo, realizadas no ano de 1957 e no corrente ano, até a presente data.

Sala das Comissões, 20 de março de 1958. — *Mem de Sá*.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa outro requerimento, que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido e aprovado, sem debate, o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 69, DE 1958

Tendo em vista o expediente lido na sessão de hoje, em que o Senhor Ministro da Agricultura comunica a próxima realização da Conferência de Estudos da Borracha para Aumento de Produção, requeiro seja designada uma Comissão de três membros para acompanhar os estudos da mesma Comissão.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1958. — *Gaspar Velloso*.

O SR. PRESIDENTE — Em face da deliberação do Plenário designo, para integrarem a comissão, a que se refere o requerimento aprovado, os nobres Senadores *Lameira Bittencourt*, *João Villasbôas* e *Vivaldo Lima*, representantes respectivamente, dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso.

Vai ser lida uma indicação.

É lida a seguinte

INDICAÇÃO

N.º 2, DE 1958

Considerando que a 3 de outubro do corrente ano se realizarão eleições em todo o País, para renovação da Câmara dos Deputados, do terço do Senado, dos Legislativos estaduais e municipais e para alguns Governos estaduais.

Considerando que a proximidade dêsse pleito acarreta para os membros desta Casa a necessidade de freqüentes contatos com as regiões que representam, para atendimento dos interesses partidários, a que não se podem esquivar;

Considerando que é de toda a conveniência conciliar os trabalhos da Casa com êsses reclamos da atividade político-partidária dos Senadores;

Considerando que em 1954 a Mesa em face dos mesmos motivos e de acôrdo com os Líderes, adotou fórmula que atendeu à situação, deixando por determinados períodos, de dar matéria para deliberação do Plenário;

Indicamos que a Mesa, na presente sessão legislativa, até outubro, adote igual orientação, marcando para Ordem do Dia das segundas e sextas-feiras trabalhos das Comissões, salvo quando haja matéria de natureza urgente a ser submetida ao Plenário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1958. — *Filinto Müller* — *Mourão Vieira* — *João Villasbôas* — *Kerginaldo Cavalcanti* — *Júlio Leite* — *Lima Guimarães* — *Domingos Vellasco* — *Atílio Vivacqua* — *Novaes Filho*.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa oportunamente decidirá sobre o assunto.

Sobre a mesa ofício, que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

ofício

Senhor Presidente:

Achando se ausente desta capital o Sr. Senador *Daniel Krieger*, solicito se digne V. Ex.ª de designar-lhe substituto temporário na Comissão de Constituição e Justiça, na forma do disposto no art. 39, § 2.º do Regimento Interno.

Atenciosas saudações — *Louival Fontes*.

O SR. PRESIDENTE — Designo o nobre Senador *João Villasbôas*.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Resolução n.º 1, de 58, de autoria da Comissão Diretora, que revigora o disposto na Resolução n.º 10, de 1951, para os funcionários da Secretaria do Senado admitidos posteriormente à Resolução n.º 4, de 1955, tendo Pareceres, sob números 46 e 47, de 1958, das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável, nos termos do substitutivo que oferece; e de Finanças, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido e aprovado, sem debate, o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 70, DE 1958

Nos termos dos arts. 126, letra f, e 155, letra a, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Resolução número 1, de 1958, a fim de que sobre ele seja ouvida novamente a Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, 20 de março de 1958. — *Argemiro de Figueiredo.*

O SR. PRESIDENTE — Em face da deliberação do Plenário, o Projeto de Resolução n.º 1, de 1958, é retirado da Ordem do Dia, e volta à Comissão de Constituição e Justiça.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Tem a palavra o nobre Senador Ezechias da Rocha, primeiro orador inscrito para a oportunidade.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, segundo orador inscrito.

O SR. GILBERTO MARINHO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo pedir a atenção do Senhor Prefeito do Distrito Federal para a situação de desespero em que se encontram meninas consideradas excedentes, depois de lograr aprovação no concurso de admissão à primeira série do curso ginásial do Instituto de Educação.

Faremos um rápido esboço da posição atual do caso.

a) Foram inscritas para o referido concurso de admissão à 1.ª série do curso ginásial do Instituto de Educação, 2.036 meninas.

b) Todas as provas foram de caráter eliminatório, iniciando-se, respectivamente, com matemática, português e geografia e história, cujo índice de aprovação foi fixado em nota 4 por matéria e 5 para a média final.

c) Após a correção da prova de matemática, ficaram habilitadas somente 212 candidatas para a prova de português, sendo por conseguinte eliminadas 1.824 meninas.

d) Após a correção da prova de português, ficaram habilitadas para a prova de geografia e história, somente 178, sendo por conseguinte, *eliminadas 34 candidatas.*

e) Após a correção da prova de geografia e história, foram classificadas finalmente 124 candidatas, sendo *eliminadas por conseguinte 54.*

f) Resumindo, temos o seguinte esquema;

- 1) Candidatas inscritas — 2.036
- 2) Candidatas eliminadas em matemática, por não atingirem nota — 1.824.

3) Classificadas para a prova de português — 212.

4) Eliminadas em português — 34.

5) Classificadas para a prova de geografia e história — 178.

6) Eliminadas em geografia e história — 54 — finalistas 124.

7) Número fixado pelo Exmo. Sr. Prefeito — 70.

8) Excedentes finalistas, com média global superior ou igual a 5 — 54.

g) Pelo exposto, evidencia-se que as candidatas que passaram por tôdas as provas eliminatórias, alcançando a média final superior ou igual a cinco (5), no total de 124, correspondem a aproximadamente 6% (seis por cento) das inscritas inicialmente.

Esse índice de 6%, adapta-se ao objetivo do Senhor Prefeito do Distrito Federal, que, ao conceder a realização do concurso de admissão, pelos diversos «considerando...» então expostos, pretendia dar esta oportunidade às candidatas que, por seu grau de conhecimentos atinentes à 1.^a série ginásial, a isto fizessem jus.

Será injustiça negar êste mérito a estas candidatas, pois tanto as primeiras 70, como as restantes 54, demonstraram de modo insofismável, em confronto com as 1.912 eliminadas, seu preparo educacional, face ao rigor em que foram tôdas examinadas.

h) Essas 54 *excedentes*, Exmo. Sr. Secretário-Geral de Educação e Cultura, não estão nas mesmas condições das *não classificadas* na ENCD, mas muito pelo contrário, inteiramente amparadas pelos próprios argumentos expendidos pelo Dr. Antônio Antunes Júnior, digníssimo Diretor da ENCD, no parecer que submeteu à apreciação de V. Ex.^a, datado de 24-2-58 e publicado no Diário Municipal de 3-3-58 (1.^a página), referente ao G.P. 837, da Secretaria Geral de Educação e Cultura.

O concurso de seleção tem como finalidade única, selecionar as candidatas para preencherem as vagas existentes, no presente caso, 70. Por se tratar de concurso de seleção entre candidatas aprovadas em ginásios de um Departamento dessa Secretaria, não se poderia admitir, em hipótese alguma, o critério eliminatório nas provas.

— «A adotar-se o critério evidentemente errado e absurdo dos requerentes, de tornar-se uma média, como limite mínimo de aprovação...»

— «Mesmo que se adotasse a tese absurda dos requerentes de distinguir aprovadas e reprovadas, *ter-se-ia que adotá-la em sua plenitude, ou seja, a média global 5 (cinco) e a média 4 (quatro) por matéria.*

— «Como já foi dito, o concurso de seleção teve como única finalidade classificar 70 candidatas. *As provas não tiveram caráter eliminatório, e, por isso, as candidatas fizeram tôdas as provas.*

— «Existiriam excedentes se fôsse adotado o sistema eliminatória para as provas.

— «No sistema utilizado antigamente, apresentando a candidata certificado de exame de admissão de qualquer ginásio oficial ou oficializado e com provas eliminatórias, freqüentemente ocorria a aprovação de maior número de candidatas do que as vagas previstas, criando o problema dos excedentes.

1) No entender dos requerentes, o Sr. Diretor da ENCD é de opinião que os requisitos que determinam a diferença entre «concurso de admissão» e concurso de seleção» e entre «excedentes e não classificados», estão expostos nos trechos acima citados, requisitos êses que se enquadram perfeitamente e sem sofismas, nas 54 candidatas, pois vejamos, pela ordem dos mesmos:

1) Tôdas as provas eliminatórias.

2) Foi tomada pelo Instituto de Educação, uma média mínima para aprovação, ou seja, 4 por matéria e 5 no global.

3) As 54 candidatas excedentes foram aprovadas com notas iguais ou superiores a 4 por matéria e 5 do final.

4) As provas foram eliminatórias e, por isso, somente 178 fizeram a prova final, sendo aprovadas 124 (cento e vinte e quatro).

5) São excedentes porque foi adotado o sistema eliminatório para as provas.

6) O problema dos excedentes deixa praticamente de existir, no caso, pois o número de 54 é ínfimo, em relação às vagas existentes no Instituto de Educação, tendo em vista as que se formaram em 1957 e as acomodações dêsse educandário.

Assim considerando:

a) Que saíram formadas em 1957 aproximadamente 1.000 normalistas:

b) Que a capacidade do Instituto de Educação, não fica excedida com aproximadamente 1.000 normalistas.

c) Que os próprios professores reconhecem e não têm dúvidas em afirmar, a existência de vagas, sem atropelos, para estas 124 candidatas;

d) O desestímulo que acarretará para estas meninas, o não aproveitamento, após meses seguidos de estudos, sem poderem sequer pensar nas brincadeiras próprias da idade e sem terem usufruído as férias escolares.

Neste momento, dirijo um veemente apêlo ao coração e ao espírito do eminente Prefeito do Distrito Federal e do seu jovem e brilhante Secretário de Educação, no sentido de que encontrem a solução adequada, para que não vejam frustradas as suas legítimas

aspirações de bem servir ao ensino da Capital da República essas crianças, cuja vocação para o magistério e cuja aptidão para o professorado foram tão brilhantemente evidenciadas em severíssimas provas realizadas no Instituto de Educação, modelar estabelecimento que tanto honra o patrimônio cultural do povo brasileiro, (*Muito bem! Muito bem!*).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Apolônio Salles, terceiro orador inscrito (*Pausa*).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, quarto orador inscrito.

O SR. NOVAES FILHO — (*) — Sr. Presidente, desejo, de início, declarar a profunda melancolia com que escutei, ainda há pouco, as informações trazidas ao Senado pelo eminente companheiro de Bancada, Senador Mem de Sá, a propósito da cultura do trigo, cujos prejuízos enumerou, trazendo, assim, mais um depoimento insuspeito sobre as agruras por que passam os agricultores do Brasil.

O Sr. Mem de Sá — Agradecido a Vossa Excelência.

O SR. NOVAES FILHO — Lamento, profundamente, as notícias trazidas por S. Exa, porque sou daqueles que se enfileiram entre os mais entuslastas da cultura do trigo no País, não por querer que ele proporcione tão grande produção que sejamos dispensados de alguma importação do mesmo. Não! Sempre desejei que sua produção atingisse pelo menos 50% das nossas necessidades de consumo, garantindo-nos assim, grande poupança, e, mais do que isso, em dias trágicos como os da última guerra, a segurança de uma certa

(*) — Não foi revisto pelo orador.

quantidade dêsse indispensável cereal, para distribuição equitativa entre os diferentes mercados consumidores do Brasil.

Sr. Presidente, ao ouvir o nobre Senador Mem de Sá, alta expressão de brasilidade, valoroso defensor, nesta Casa, dos interesses legítimos da sua terra, repito que grande foi minha melancolia por que tive a honra de servir a um governo, neste País, que foi, sem dúvida, aquêle que mais profundamente se integrou na nobilitante campanha em prol do desenvolvimento da cultura do trigo no Brasil, que foi o Presidente Eurico Dutra.

O Sr. Mem de Sá — V. Ex.^a como titular da pasta da Agricultura, deixou o seu nome indelêvelmente marcado na gratidão dos tricultores brasileiros.

O Sr. Ezechias da Rocha — Muito bem.

O SR. NOVAES FILHO — Sou muito grato à generosa declaração do meu eminente colega.

Sr. Presidente, com estas palavras sobre a cultura do trigo, que necessariamente desperta o interesse de todos os brasileiros que desejam o progresso e o bem-estar da coletividade, passo a juntar a minha modesta voz às vozes dos eminentes companheiros da região nordestina, os Senadores Ruy Carneiro e Octacílio Jurema, que desta tribuna já reclamaram providências, a fim de que os prejuízos do fenômeno das secas, que se abate mais uma vez sobre o Nordeste, sejam diminuídos sem a demora que em tantas oportunidades tem anulado as medidas adequadas que os poderes competentes adotam para minorá-los.

O Sr. Nelson Firmo — Tantas vezes, não, sempre.

O SR. NOVAES FILHO — Recordo-me de que, na última seca,

várias vezes vim a esta tribuna para solicitar que se concretizassem as providências autorizadas pelo honrado Sr. Presidente da República.

Também devo declarar que foi com alegria que ouvi do meu eminente companheiro da Bancada, Senador Apolônio Salles, que os representantes nordestinos, alguns governadores e eminentes preiados da Igreja católica que se dirigiram ao Chefe da Nação voltaram cheios de confiança pela rapidez com que S. Ex.^a autorizou várias medidas para dirimir as agruras, os sofrimentos e os grandes prejuízos decorrentes da seca no Nordeste. Cumpre-me, apenas, formular votos para que, desta vez, nós nordestinos, sejamos mais felizes, pelo fiel cumprimento das ordens emanadas do alto Poder da República.

Sr. Presidente, ao chegar em Pernambuco, ao término dos nossos trabalhos do ano findo, declaro-o ao Senado, enchi-me da mais profunda desolação ao contemplar, requeimados, os verdes canaviais da minha terra.

Já se abateu sobre a zona úmida de Pernambuco, a chamada Zona da Mata, onde há uma certa regularidade de estações, uma estiagem danosa, que muito sacrificou a safra em colheita, cujo término já se aproxima, o que prejudicará extraordinariamente, a futura safra açucareira da minha terra. Mas, aquêl panorama de tristeza e desolação ampliou-se muito mais, atingindo todo o «agreste» e abrangendo todo o nosso sertão. A esta hora repetem-se aquêles quadros dantescos, que nem vale mais descrever, porque são de tristeza, lágrimas e desolação.

O Sr. Nelson Firmo — Muito bem.

O SR. NOVAES FILHO — Lares que se desfazem; velhos alque-

brados e crianças inocentes obrigados ao abandono de suas casas e à tomada de longos caminhos, de centenas de quilômetros, tangidos pelas sêcas, suportando a sede e a fome, em busca de outras terras onde, ao menos, possam encontrar limitados meios de alimentação.

Sr. Presidente, se, realmente, o Governo da República, com os recursos de que dispõe, puder, como esperamos, mobilizá-los com a rapidez indispensável ...

O Sr. Nelson Firmo — Tardamente.

O Sr. Ruy Carneiro — Não apoiado. O Presidente já tomou providências; a seca começou agora.

O SR. NOVAES FILHO — ... e levá-los a essas populações, evitando abandonem suas glebas, terá prestado, sem dúvida, grande serviço ao Nordeste do Brasil.

Os Srs. Ruy Carneiro e Ezechias da Rocha — Muito bem.

O Sr. Jorge Maynard — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Como V. Ex.^a não ignora, o fenômeno das sêcas não se limita a áreas pequenas. A verdade é que vem assolando o Nordeste e se estendeu, também, ao meu Estado. As últimas notícias informam que o interior de Sergipe está padecendo dificuldades. Assim, nós, sergipanos, esperamos que a ajuda do Governo Federal chegue à região atingida.

O Sr. Ezechias da Rocha — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Pois não.

O Sr. Ezechias da Rocha — Estou ouvindo com o maior interesse o discurso de V. Ex.^a. Assisti, também, a essa desolação no que diz respeito à terra alagoana. Pos-

so asseverar que a safra de cana está sendo grandemente prejudicada. Confio, porém, em que, desta vez, a seca não trará as consequências das anteriores, porque as providências tomadas pelo Governo, acredito, serão imediatas. É fora de dúvida que o Sr. Presidente da República tem o maior interesse em ir ao encontro das necessidades do povo do Nordeste. Resta que os colaboradores de Sua Excelência cumpram a palavra presidencial, levando ao povo nordestino o auxílio de que precisa.

O SR. NOVAES FILHO — Sou muito grato à cooperação que me trazem os eminentes Senadores Jorge Maynard e Ezechias da Rocha, em nome dos Estados de Sergipe e de Alagoas.

Sr. Presidente, confesso ao Senado a profunda incompatibilidade que existe entre o reclamo para atenuar a seca e o temperamento vibrátil, independente, dos homens dos Guararapes. Desgraçadamente, a natureza nos impele ao desgosto de reclamarmos providências dessa ordem, porque o Nordeste do Brasil, — o povo bem o sabe — é habitado por gente viril, combativa, amante do trabalho, que se agiganta não na luta contra o próprio homem mas na peleja desigual, contra a própria natureza.

O Sr. Ezechias da Rocha — Muito bem!

O SR. NOVAES FILHO — Senhor Presidente, permita Deus que a seca que se está abatendo sobre o Nordeste não atinja maiores proporções. Em Pernambuco verifiquei coisas estranhas e para mim completamente desconhecidas. Em municípios açucareiros da maior tradição, como Nazaré da Mata, por exemplo, velhos açúdes, que nunca secaram, lá estão completamente à mostra,

sem uma gota d'água. A cidade de Caruaru, hoje uma das mais conhecidas de nossa Pátria, pelos grandes filhos que tem mandado à metrópole, pelo brilho que elementos ali nascidos trouxeram à Academia Brasileira de Letras; a cidade de Caruaru, segunda em importância de população e economia, está sofrendo o que nunca sofrera antes — a falta completa d'água para distribuição à grande população da Capital do Agreste de Pernambuco.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Acompanho a bela oração de V. Ex.^a e estou solidário com os reclamos que, com o brilho de sua inteligência, patriotismo e grande amor à terra seca do Nordeste, faz esta tarde. Desejo, todavia, esclarecer a V. Ex.^a que o Governo da República tomou providências concretas, na reunião a que aludiu o nobre colega, no início do seu discurso, quando passou do assunto trigo para focalizar o drama da seca no Nordeste. Oportunamente, ocupei a tribuna para relatar ao Plenário e ao douto colega, representante do Estado de Pernambuco, do qual tenho sempre recebido apoio quando trato de assuntos da Paraíba, as medidas positivas adotadas pelo Governo Federal.

O SR. NOVAES FILHO — Com muita alegria recebo a autorizada informação do eminente Senador Ruy Carneiro, digno representante do Estado da Paraíba.

Prevejo Sr. Presidente, para todo o Nordeste e, particularmente, para o Estado de Pernambuco — cujas condições econômicas bem de perto tenho o dever de conhecer — gravíssimos prejuízos este ano, devido à seca que está atin-

gindo as três distintas regiões da minha terra, ou sejam, a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão pernambucanos.

O Brasil, Sr. Presidente, deve receber êsses reclamos comovidamente e interessar-se por medidas imediatas; porque, se o Nordeste, pelas suas condições ecológicas, fundos prejuízos ocasiona a todos os homens que mourejam pelos seus campos, lavrando as terras e lançando nelas a semente, abriga também — deve o Brasil disso capacitar-se — grandes mananciais para o futuro.

O Sr. Ruy Carneiro — Muito bem.

O SR. NOVAES FILHO — Possui variada flora, que, necessariamente, virá a ser industrializada em breves dias. Suas terras são ricas em minérios e fontes fertilizadoras, como a fosforita, de Pernambuco, que, a estas horas, já está enchendo navios para a adubação indispensável dos campos de trigo e de outras culturas do Rio Grande do Sul.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá — Estou informado de que a fosforita de Pernambuco está em condições de abastecer, em breve, todo o mercado nacional. O problema passará a ser o do transporte, porque os transportes marítimos e principalmente os serviços portuários são de tal natureza que os fretes tornam o produto mais caro que o estrangeiro.

O Sr. Fernandes Távora — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Peço a V. Ex.^a aguardar apenas um minuto, enquanto respondo ao nobre Senador Mem de Sá.

Agradeço o depoimento do nobre representante do Estado do Rio Grande do Sul, que tem toda a procedência. Ao iniciar-se aquela grande indústria, o próprio Sr. Presidente da República declarou, em discurso, que estava já tomando todas as medidas para que as nossas companhias marítimas se aparelhassem e não viesse a indústria de fosforita a sofrer desgaste no seu trabalho, por falta de meio de escoamento.

Ouvirei, agora, com muito prazer, o aparte do nobre Senador Fernandes Távora.

O Sr. Fernandes Távora — Acha o nobre colega de aludir à nova indústria de fosforita, em Pernambuco, fato que alegrou não só a nós do Nordeste, mas a todos os brasileiros; entretanto, é preciso que se diga desde já que a deficiência do serviço portuário de Recife está prejudicando imensamente essa nova indústria, que está ameaçada de paralisação, se em tempo não forem tomadas providências. Foi o que ouvi há poucos dias, em Poços de Caldas, do principal industrial da fosforita. Desejo apenas alertar o País para esse ponto: tendemos sempre para matar todas as indústrias que poderiam nos redimir.

O SR. NOVAES FILHO — Muito grato pela colaboração que acaba de trazer, nobre Senador Fernandes Távora, lembrando ser urgente e indispensável o aparelhamento do Porto de Recife, a fim de que possa fazer face ao escoamento total da nova produção nacional.

Sr. Presidente, quando me referi à fosforita foi apenas para demonstrar ao Senado e ao povo que a exemplo dessa, outras gran-

des riquezas se acham no subsolo do Nordeste, por isso o Brasil deve ir ao encontro das necessidades da nossa região, na certeza de que está empregando bom dinheiro e que terá mais tarde reprodutividade; sobretudo porque quem conhece a capacidade de trabalho, de estoicismo, de espírito de sacrifício e renúncia do povo do Nordeste, não pode nunca descrever das suas qualidades para a preparação de uma zona, hoje tão atingida por infortúnio, para ser uma grande terra a serviço da nacionalidade.

Sr. Presidente, orgulho-me, profundamente, de ter nascido nordestino que, para ser grande, tem de caldear-se apenas no próprio sangue.

O Sr. Nelson Firmo — Sinto o mesmo orgulho.

O Sr. Ruy Carneiro — Também eu.

O Sr. Vivaldo Lima — Honra-me ser representante de uma zona irmã da de V. Ex.^a, nobre Senador Novaes Filho.

O SR. NOVAES FILHO — Obrigado pela gentileza dos eminentes colegas.

O Sr. Fernandes Távora — Creio que nenhum de nós deixa de vangloriar-se de haver nascido no Nordeste.

O Sr. Mem de Sá — A impetuosidade e veemência do Senador Novaes Filho bem refletem a fibra do nordestino.

O SR. NOVAES FILHO — E faz lembrar até a impetuosidade de um povo que, como a História nos prova, muito parece com o pernambucano: o do Estado de Vossa Excelência.

O Sr. Mem de Sá — Não temo o merecimento do nordestino. No Sul o clima é-nos favorável, enquanto que, na região de V. Ex.^a o mesmo não se dá; o povo sofre.

O SR. NOVAES FILHO — O nobre colega tem demonstrado muito do espírito de cooperação, de iniciativa e coragem da gente do Nordeste, pois, foi um autêntico nordestino que levou à terra de Vossa Excelência a indústria, da charqueada.

O Sr. Mem de Sá — Um cearense, sem dúvida, a mais alta expressão de capacidade e resistência do povo brasileiro.

O Sr. Vivaldo Lima — A Amazônia que o diga.

O Sr. Nelson Firmo — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Concedo a permissão com muito prazer.

O Sr. Nelson Firmo — Tivesse eu de falar hoje ao Senado sobre problema tão sério, não o faria diferentemente de V. Ex.^a. Faço, portanto, minhas, as palavras que está pronunciando.

O SR. NOVAES FILHO — Fico sensibilizado com a honrosa declaração com que me distingue o ilustre companheiro de Bancada, Senador Nelson Firmo, em quem todos reconhecem bem a encarnação do espírito nordestino, sobretudo, pela combatividade com que defendendo suas idéias.

O Sr. Nelson Firmo — Bondade de Vossa Excelência.

O SR. NOVAES FILHO — Senhor Presidente, mesmo nesta hora angustiosa, nesta hora de humilhação, quando nós, do Nordeste, apelamos para o resto

do Brasil, a fim de que nos ajude a vencer as tremendas dificuldades oriundas das secas, mesmo aí, bate bem alto o meu coração de nordestino pela, extraordinária resistência, de afeto e apêgo à terra, de amor ao Nordeste, dos homens que ali nasceram.

Não sei, Sr. Presidente, se será o efelto do mar, que é tão cheio, de nuances e de beleza, no Nordeste do Brasil; não sei se será o amor e a exaltação que em nós desperta aquêlo sol tão flamejante, tão cheio de luminosidade; não sei quais as reservas que possui a minha região para incutir em nossas almas um afeto tão profundo àquelas terras, que nós preferimos gemer e chorar nelas a desertar para o bem-estar e a riqueza de outras regiões abençoadas do Brasil.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Não sabe V. Ex.^a qual o condão que nos dá tanto amor ao Nordeste? É o sofrimento, a miséria, infundável que nos transfigura e nos faz viver dupla vida; a comum e a do lutador, contra o fado adverso.

O SR. NOVAES FILHO — Mais do que o sofrimento, Senador Fernandes Távora, o que faz o nordestino amar a sua terra, integrar-se nela e procurar vencer os obstáculos da natureza é, sobretudo, o nosso espírito de brasilidade.

Não desejamos que aquelas vastas paragens se tornem desertos de homens, mas, pelo contrário, que os nordestinos lá permaneçam, garantindo-as, dia e noite, para que ali, tranqüilamente, tremule a Bandeira do Brasil.

Eis por que, Sr. Presidente, a História da nossa Pátria está cheia de luminosos atos de bravura,

mas, principalmente, de brasilidade.

Franceses e holandeses foram expulsos das regiões do Nordeste e do Norte de nossa terra porque o que nós almejamos, o que o nordestino veementemente deseja é viver integrado na comunhão brasileira.

No passado, como no presente, não mediremos esforços na ajuda permanente, na luta e no sacrifício pelos ideais da nacionalidade.

O Sr. Fernandes Távora — Deve o nobre orador lembrar-se de que, há pouco tempo, nesta Casa, revivi o patriotismo dos nordestinos quando, na luta contra os holandeses, fizeram a união eterna do Brasil.

O SR. NOVAES FILHO — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Nelson Firmo — Todo o Senado, naquele dia, aplaudiu o nobre Senador Fernandes Távora.

O SR. NOVAES FILHO — Senhor Presidente, a hora já vai adiantada e não desejo cansar os poucos colegas que estão tendo o sacrifício de ouvir o meu discurso.

O Sr. Nelson Firmo — Em absoluto, não apolado! Ouvimos Vossa Excelência com grande satisfação.

O Sr. Ezechias da Rocha — O ilustre orador não cansa; dá prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — A palavra de V. Ex.^a entusiasma-nos.

O Sr. Ezechias da Rocha — É sempre com satisfação que ouço o eminente representante de Pernambuco.

O SR. NOVAES FILHO — Sei que o modesto plantador de cana do Massapé, de Pernambuco, abusou da generosidade dos seus Pares.

Quando, porém, me reporto aos fatos históricos do Brasil, é para mostrar aos brasileiros que, se nos quadros econômicos não vivemos de mãos chelas, nos quadros civis o Nordeste desafia confrontos.

Eis porque, Sr. Presidente, entendendo dever nacional acudir a região nordestina nos dias de infortúnio trazidos pelas sécas periódicas. Não há de estar longe — tão grande é o progresso do mundo, sobretudo no campo da Ciência — o dia em que o Nordeste varrerá de suas terras tôdas essas torturas e aquelas populações prosigam no seu trabalho, com tranquilidade de espírito, preocupadas, apenas, com a grandeza futura do Brasil.

Sr. Presidente, com estas palavras, julgo haver cumprido o meu dever de representante de Pernambuco e do Nordeste...

O Sr. Fernandes Távora — De maneira brilhante.

O SR. NOVAES FILHO — ... juntando à minha voz a palavra autorizada dos meus nobres pares, que aqui também reclamaram essas providências para o Nordeste brasileiro. (*Muito bem; muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. WALDEMAR SANTOS — Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. WALDEMAR SANTOS — (*Para explicação pessoal*) — (*) — Sr. Presidente, depois de ouvir a brilhante palavra do grande tribuna, Senador Novaes Filho, com a qual me solidarizo, trago ao conhecimento do Senado uma nota triste, que quase ofusca a

(*) — Não foi revisado pelo orador.

aflictiva situação de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Estado do Piauí está nas mesmas condições de miséria, como comprova o telegrama que acabo de receber do Deputado Clóvis Mello, nos seguintes termos:

«Todo o nosso Estado está completamente sêco, não havendo mais esperanças de inverno nos plantios das zonas rurais, totalmente perdidas. Levando esta triste notícia ao seu conhecimento, faço confiante aproveitamento da estada aí do Governador Gaioso Almendra. Todos unidos pleitearão urgentes socorros ao Presidente da República. — Abraços — (a) — *Clóvis Mello*, Deputado Estadual».

Sr. Presidente, integrando as Bancadas do Nordeste em presença do Sr. Presidente da República, ouvi S. Ex.^a prometer atender à solicitação feita, e o Nordeste pode confiar em que providências serão tomadas imediatamente. (*Muito bem*).

O SR. RUY CARNEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, o nobre Senador.

O SR. RUY CARNEIRO — (*Para explicação pessoal*) — Sr. Presidente, segunda-feira última tive oportunidade de ocupar a tribuna do Senado, a fim de fazer um apêlo ao Sr. Presidente da República, no sentido de atender às populações nordestinas, a braços com sêca sem precedentes na História.

Naquela ocasião, informei aos meus pares que, no dia imediato, compareceria a Petrópolis, em companhia do Governador da Paraíba, presentemente no Rio de Janeiro, Sr. Pedro Moreno Gondin, que pretendia fazer uma exposição ao

Chefe do Executivo sobre a nossa posição e os horrores que se iniciavam em nossa terra, em consequência da estiagem.

Afirmei aos meus colegas, aos nobres Senadores que me honraram com apartes, que tinha absoluta confiança na conduta do Presidente Juscelino Kubitschek, certo de que S. Ex.^a iria ao encontro das necessidades dos paraibanos, que eram também as de todos os nordestinos.

Sr. Presidente, o eminente Senador Novaes Filho, na bela oração que acabou de pronunciar, e que ouvimos com encantamento e aplauso ...

O Sr. Novaes Filho — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. RUY CARNEIRO — ... citou meu nome e o do Senador Octacílio Jurema, também representante da Paraíba, uma vez que ambos, em dias sucessivos, havíamos apelado para os poderes públicos, solicitando amparo para a nossa gente e nossa terra.

Desejo esclarecer ao eminente representante de Pernambuco e aos colegas que se encontram no Plenário, bem como transmitir a todos os recantos do Brasil, que as medidas adotadas pelo Chefe do Governo foram prontas e salutares. Reuniu Sua Excelência no Palácio Rio Negro, na manhã de terça-feira, os Governadores do Piauí, do Maranhão, do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, presentes no Rio, e Congressistas nordestinos de todos os Partidos. Lamentavelmente, o Senado não recebeu aviso dessa reunião, na qual o Chefe da Nação, com seus assessôres técnicos, e na presença daquelas autoridades, dos Ministros da Viação e do Trabalho, e dos Diretores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e do Departamento Nacional de Obras Contra a Sêca, debateria

o assunto, a fim de acertar as medidas que se impunham.

O Sr. Novaes Filho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Novaes Filho — Estive ausente dessa reunião, porque dela só tive notícia depois de realizada.

O Sr. Ezechias da Rocha — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Perfeitamente.

O Sr. Ezechias da Rocha — Também eu não sabia dessa reunião, nem qualquer dos meus colegas das Alagoas, razão por que dela não participamos. Sentimos muito que isso acontecesse, porque desejávamos ouvir o Sr. Presidente da República, e pedir-lhe, de viva voz, que desse todo o amparo às populações sofredoras do seu Estado. Estou certo, porém, de que S. Ex.^a com a boa vontade que sempre dispensa aos problemas do Nordeste, não esquecerá os alagoanos.

O Sr. Waldemar Santos — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Waldemar Santos — Como os colegas, não tive conhecimento oficial da reunião. Da sua realização fui cientificado particularmente pelos Deputados Sigzefredo Pacheco e Hugo Napoleão, que me instaram, bem como ao Governador do Rio Grande do Norte a que comparecesse.

O Sr. Nelson Firmo — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Nelson Firmo — Dizem-me até antijuscelinista, mas não o sou, em absoluto. Batim-me até pela vitória de S. Ex.^a, para o posto que está exercendo. Se tivesse recebido aviso prévio, apesar das minhas divergências demonstradas da tribuna do Senado, teria comparecido para prestigiar também o meu Nordeste.

O SR. RUY CARNEIRO — Muito obrigado.

O Sr. Jorge Maynard — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Jorge Maynard — Como aconteceu com meus colegas, não soube dessa reunião: dela só tive conhecimento através do programa «A voz do Brasil». Se avisado com tempo, a ela teria comparecido para defender também o Estado de Sergipe, que, como os outros, está sofrendo essa calamidade.

O SR. RUY CARNEIRO — Como os ilustres colegas, também não fui avisado. Parece-me que a reunião foi combinada na Câmara, entre os Deputados, dela não tendo tomado conhecimento o Senado. Foi precisamente na tarde em que ocupei a tribuna para tratar do assunto. Compareci, por acaso, porque o Governador Pedro Moreno Gondin tinha audiência marcada para a terça-feira. De outro modo, lá não teria ido, a despeito de ter ocupado esta tribuna, dirigindo apêlo ao Sr. Presidente da República, para que fôsse atendidas as populações do Nordeste.

O Sr. Nelson Firmo — Apêlo dos mais objetivos.

O SR. RUY CARNEIRO — Obrigado a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, desde o dia cinco dêste mês, constantemente pro-

curo o Sr. Presidente da República, o Sr. Ministro da Viação, o Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a fim de mostrar-lhes telegramas e pedir-lhes a atenção para o quadro que se desenha no Nordeste.

Na segunda-feira, proclamei desta tribuna que recebera dias antes do Chefe do Governo a declaração formal de que daria todo o apoio ao Nordeste, e se por infelicidade, até ontem, 19 de março, dia de São José, considerado pelos nordestinos como limite das probabilidades das chuvas, estas não viessem, estaria pronto a ir ao Nordeste acudir os flagelados da minha Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, enfim onde se fizesse necessária a sua assistência.

O Sr. Jorge Maynard — Vossa Excelência pode informar se existe algum plano de combate às sêcas.

O SR. RUY CARNEIRO — Responderei já a Vossa Excelência.

Estou dando esta explicação aos colegas que não compareceram ao Palácio Rio Negro. Conforme já disse, lá estive casualmente, acompanhando o Governador do Estado da Paraíba, Pedro Moreno Gondin, que tinha audiência marcada.

Não desejo demorar-me na tribuna, mas não deixarei de responder à indagação do nobre Senador Jorge Maynard, amável colega representante do Estado de Sergipe. Atenderei à curiosidade de Sua Excelência, no curso da exposição que estou fazendo.

O Sr. Jorge Maynard — Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. RUY CARNEIRO — Como já declarei, estavam presentes cinco Governadores e Deputados

da União Democrática Nacional, do Partido Social Democrático, do Partido Social Progressista, enfim, de quase todos os Partidos do Brasil, entre os quais alguns grandes adversários do Presidente da República e do Governo. Todos ouviram as determinações do Chefe do Executivo e aplaudiram as medidas adotadas. Compareceram, também, três Bispos que tinham audiência marcada, de Pernambuco, outro do Rio Grande do Norte e um terceiro do Ceará, os dois primeiros acompanhados de representantes de seus respectivos Estados, Senadores Apolônio Salles e Kerginaldo Cavalcanti e o terceiro pelo Sr. Ministro do Trabalho.

O Sr. Nelson Firmo — Mas o Senador Apolônio Salles não nos levou!

O SR. RUY CARNEIRO — Não me cabe fazer a defesa do Senador Apolônio Salles, pois não tenho procuração de Sua Excelência.

Devo esclarecer, entretanto, para fazer justiça àquele ilustre colega, que na segunda-feira, às 21 horas, S. Exa. telefonou para nossa casa e indagou se eu sabia da reunião no Palácio Rio Negro com a presença das Bancadas do Nordeste. Respondi que ignorava. Lá iria, conforme declarara em meu discurso, da tarde daquele dia, mas acompanhando o Governador do meu Estado, que tinha audiência com o Chefe do Governo. Por isso não convidei o Senador Octacílio Jurema nem o Senador Argemiro de Figueiredo.

Esclareço mais: quando, em companhia do Governador paraibano, cheguei e vi os Deputados oposicionistas, meus adversários, na Paraíba, do Partido Libertador e da UDN., deixei S. Ex.^a e coloquei-me ao lado deles, aguardando a hora de sermos todos recebidos, porque em momentos como êsses não temos divergências partidárias.

rias. Defendemos a terra sêca e nossos conterrâneos esfaimados e sofreadores.

O Sr. Nelson Firmo — Muito bem.

O SR. RUY CARNEIRO — Sr. Presidente, volto à exposição que vinha fazendo, para relatar a parte que reputo mais importante. O Sr. Presidente da República assegurou o propósito de dar absoluto apoio não só à Paraíba mas aos outros Estados do Nordeste. Em seguida, concedeu a palavra ao Comandante Lúcio Meira, considerando que os dois órgãos mais importantes e decisivos no combate à sêca são o DNER e o DN OCS, subordinados à sua pasta. O ilustre Ministro da Viação leu o programa já elaborado e na ocasião foram assinados dois decretos abrindo créditos no total de Cr\$ 105.000.000,00 pelo Fundo de Socorro Contra as Sêcas. Com essa verba, o Governo poderá tomar as medidas rápidas e imediatas que o caso exige. Em seguida, foi exposto o programa que o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas tem pronto para executar nos setores «açudagem», «irrigação» e «rodovias». Destas últimas a maior parte será executada pelo DNER. Algumas, entretanto, ficarão a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.

Além dos dois decretos, num total de cento e cinco milhões de cruzeiros — dos quais, segundo estou informado, boa parte se destina aos gloriosos Estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, que também estão sofrendo os rigores da sêca, como a Paraíba. O Sr. Ministro Lúcio Meira pediu a liberação de tôdas as verbas consignadas no Orçamento da República para estradas, açudes e irrigação.

Em seguida, o Presidente declarou que se êsses recursos não fôsem suficientes, abriria outro crédito extraordinário. Desta tribuna, faço apêlo ao Congresso no sentido de dar cobertura ao Chefe do Governo, se chegarmos a essa necessidade.

Foi organizada uma comissão, que ficará sob a presidência do Ministro da Viação e Obras Públicas, incumbida de tomar tôdas as providências que a situação exige, inclusive a aquisição de gêneros alimentícios, a fim de evitar a exploração do infeliz flagelado.

Medidas assistenciais, algumas sugeridas pelos Governadores, outras pelos Bispos, ficaram também assentadas.

Considero, assim, um grande dia para o Nordeste, um marco extraordinário, dentro do drama tremendo do seu sofrimento, a terça-feira última, pela autorização dessas medidas. O Sr. Juscelino Kubitschek, perante tôda a assistência, telefonou ao Ministro da Fazenda, pedindo que os dois decretos assinados, fôsem desembaraçados em duas horas, no máximo, para que os recursos concedidos imediatamente beneficiassem o Nordeste. Autorizou, igualmente, Sua Excelência, o Presidente da Comissão a procurar o titular da Agricultura para as providências da sua alçada, e a da Saúde para as de natureza sanitária, pois não será surpresa que numa crise de fome possam também surgir epidemias e entre o povo flagelado e infeliz do Nordeste grassar a peste. De tôdos êsses aspectos se lembrou o Chefe do Governo. Mais ainda: declarou que iria pessoalmente ao Nordeste. Solicitou-me escolhesse três cidades do meu Estado para a visita de S. Ex.^a. A outros representantes estaduais, pediu mencionassem a cidade que tivesse maior concentração de flagelados para seu comparecimento.

Eis, Sr. Presidente, em linhas gerais, o que se passou na reunião do Palácio Rio Negro. Considero êsse ato do Sr. Presidente da República digno de todo o aplauso. Nós, do Nordeste, só temos palavras de gratidão e reconhecimento para Sua Excelência.

O Sr. Nelson Firmo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Firmo — Virão mesmo verbas para o Nordeste?

O SR. RUY CARNEIRO — Senador Nelson Firmo, não nos é lícito duvidar da palavra do Sr. Presidente da República, que tanta sensibilidade demonstrou para os sofrimentos das populações atingidas pela seca e tanta receptividade revelou para os apelos que lhe foram dirigidos, adotando sem perda de tempo as providências a seu alcance para que não faltassem aos nossos patricios os socorros de que necessitam.

O Sr. Nelson Firmo — Não estou fazendo oposição, mas se o Sr. Presidente da República der solução exata e em tempo ao problema do Nordeste, não terei dúvidas em estender-lhe as mãos. Estou, entretanto, informado pelo Senador Mem de Sá que o Sr. Presidente da República deu ao Estado de Minas Gerais um bilhão de cruzeiros.

O Sr. Mem de Sá — Um bilhão e cem milhões de cruzeiros.

O Sr. Nelson Firmo — Podia dar igual importância para o Nordeste. Aplaudo a atitude de Vossa Excelência. Êsses um bilhão e cem milhões de cruzeiros vieram e virão em virtude da veemência de V. Ex.^a na tribuna.

O SR. RUY CARNEIRO — Muito obrigado a V. Ex.^a. Tenho grande apreço pela palavra do Senador Mem de Sá, mas ...

O Sr. Mem de Sá — A afirmação não é minha; é do Presidente Juscelino Kubitschek, em sua Mensagem.

O SR. RUY CARNEIRO — O Presidente Juscelino Kubitschek fez muito bem em mandar dinheiro para Minas Gerais. Não me interessa que o faça, desde que mande também para o Nordeste.

O Sr. Nelson Firmo — Mas não de maneira tão desigual.

O SR. RUY CARNEIRO — Tenha paciência, Senhor Nelson Firmo. O Presidente da República, na terça-feira, assinou dois decretos, concedendo aos nossos Estados vultosa verba.

O Sr. Nelson Firmo — Para todo o Nordeste ou só para os Estados de Pernambuco e Paraíba?

O SR. RUY CARNEIRO — Certamente que todos os Estados atingidos pela seca, serão beneficiados na medida das suas necessidades.

O Sr. Nelson Firmo — Perdome Vossa Excelência essas interrupções.

O SR. RUY CARNEIRO — Narro para o Senado e para V. Ex.^a quanto se passou. Se o nobre colega deseja melhor esclarecimento, poderá solicitá-lo de quem de direito. Não falo em nome do Governo. Aqul estou, apenas, como um nordestino, cheio de reconhecimento.

O Sr. Nelson Firmo — Já foi um ato louvável do Sr. Presidente da República, mas seria muito mais louvável se S. Ex.^a equiparasse o Nordeste a Minas Gerais, porque o Brasil não é só Minas.

O SR. RUY CARNEIRO — Não me interessa, repito, que o Presidente tenha ajudado Minas Gerais. Amanhã, por exemplo, se o Senador Mem de Sá fôr Presidente da República, certamente ajudará o Rio Grande do Sul, e terá o meu aplauso, porque também ajudará, sem dúvida, o Nordeste.

O Sr. Nelson Firmo — Sempre equiparando as regiões brasileiras, como aliás o fêz o Presidente Vargas. Getúlio Vargas errou tremendamente mas nunca diferenciou as unidades federativas. Note se que não estou fazendo oposição.

O SR. RUY CARNEIRO — Se Vossa Excelência fôr Presidente, também ajudará Pernambuco. É humano; mas não esquecerá, por certo, os demais Estados brasileiros.

O Sr. Mem de Sá — Sempre de acôrdo com a mensagem presidencial, porque sou um leitor assíduo do Presidente Juscelino Kubitschek ...

O SR. RUY CARNEIRO — No que faz muito bem. V. Ex.^a é um adversário feroz ...

O Sr. Nelson Firmo — Duro mas sincero.

O SR. RUY CARNEIRO — ... mas é um homem de bem.

O Sr. Nelson Firmo — As vezes é mau.

O SR. RUY CARNEIRO — Jamais contaremos com sua indulgência; mas sei que V. Ex.^a não será capaz de obscurecer essas qualidades admiráveis de honradez e de justiça.

O Sr. Nelson Firmo — Muito bem! O Senado inteiro aplaude V. Ex.^a neste momento.

O Sr. Mem de Sá — Obrigado a V. Ex.^a mas essa ferocidade, eu considero exagero.

O SR. RUY CARNEIRO — É a expressão que eu sempre usei para com Vossa Excelência.

O Sr. Nelson Firmo — O nobre Senador Mem de Sá usa malícia; mas não é feroz.

O Sr. Mem de Sá — Na Mensagem do Sr. Juscelino Kubitschek está informado que o Tesouro Nacional socorreu o ano passado Estados e Municípios através de letras do Tesouro não resgatadas pelos Estados e Municípios, e que tiveram de ser honradas pelo próprio Tesouro, num total de três bilhões de cruzeiros, dos quais um bilhão e cem milhões foram para o Estado de Minas Gerais, trezentos e sessenta para o Distrito Federal, ficando ainda um pedaço bom para a Prefeitura de Belo Horizonte e outro para a de Bocaiúva, isto é, cinco milhões de cruzeiros.

O Sr. Nelson Firmo — Bocaiúva também pertence a Minas Gerais?

O Sr. Mem de Sá — Parece que o Ministro José Maria Alkmim já passou por Bocaiúva. No meu Estado, a Prefeitura de Porto Alegre, que tem como Prefeito o ilustre Sr. Leonel Brizzola, cunhado do Vice-Presidente da República, chefe do Partido Trabalhista Brasileiro, recebeu trezentos milhões de cruzeiros.

O SR. RUY CARNEIRO — Vou prosseguir, Sr. Presidente.

O Sr. Mem de Sá — Só o Estado de Minas Gerais recebeu mais de 35% do total dos auxílios dados aos Estados e Municípios.

O SR. RUY CARNEIRO — Sr. Presidente, vejo que o nobre Senador Mem de Sá está lendo as Mensagens do Sr. Presidente da República. S. Ex.^a está fiscalizando e isto é o que desejamos, a Maioria e o Governo; que os representantes da Oposição critiquem o Governo, mas examinem o que realiza.

Acredito que S. Ex.^a leia as mensagens para fazer crítica honesta, conforme é de seu feitio, que já louvei.

Para nós, do Nordeste, porém, não interessa o que o Sr. Presidente da República concede a outros Estados.

O Sr. Mem de Sá — Não!

O SR. RUY CARNEIRO — Absolutamente! O que desejamos é que o Sr. Presidente da República atenda ao Nordeste e, quanto a mim, que atenda à Paraíba. Isto o que reclamamos.

O Sr. Nelson Firmo — Mas que atenda suficientemente.

O SR. RUY CARNEIRO — Vai atender e oportunamente V. Ex.^a ficará satisfeito.

Em nome dos paraibanos que represento nesta Casa, expresso meus

agradecimentos ao Sr. Presidente da República pelas providências iniciais. Já estão elas dando resultados, tanto assim que a estrada de Antenor Navarro Uiraúna foi iniciada; o mesmo se verifica com a de Sousa, a Luís Gomes; procede-se à ampliação da estrada tronco BR-23 Patos a Cajazeiras. São obras que já estão sendo atendidas com os recursos que Sua Excelência concedeu.

Concluo minhas palavras com meus aplausos ao Chefe do Governo, pela sua conduta, atendendo aos reclamos daqueles brasileiros que estão sofrendo e morrendo de fome na terra seca da Paraíba e do Nordeste. (*Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais orador inscrito. (*Pausa*).

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu nos termos do artigo 27, letra n, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 2, de 1958

Art. 1.º O art. 36 do Regimento Interno, (Resolução n.º 9, de 1955) passa a ter a seguinte redação:

«Art. 36 A Comissão Diretora é constituída pelo Vice-Presidente, pelos quatro Secretários e dois Suplentes de Secretários. A de Finanças terá dezessete membros; a de Constituição e Justiça onze; as de Economia, Legislação Social e de Relações Exteriores nove; as de Educação e Cultura, de Segurança Nacional e de Serviço Público Civil sete; as demais, cinco membros cada uma».

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Senado Federal, em 5 de março de 1958.

Senador Apolônio Salles
Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, nos termos do art. 27, letra n, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 3, de 1958

Art. 1.º A lotação dos Gabinetes dos membros da Mesa e Líderes será a seguinte:

1 — Gabinetes do Presidente, do Vice-Presidente e do Líder da Maioria:

- 1 secretário particular
- 1 oficial de Gabinete
- 3 auxiliares de Gabinete.

2 — Gabinetes do 1.º Secretário, e do Líder da Minoria:

- 1 secretário particular
- 1 oficial de Gabinete
- 2 auxiliares de Gabinete.

3 — Gabinetes dos demais Secretários:

- 1 oficial de Gabinete
- 1 auxiliar de Gabinete.

Art. 2.º As designações e a dispensa serão feitas:

— para os Gabinetes do Presidente, Vice-Presidente e 1.º Secretário, pelos titulares desses Gabinetes;

— para os demais pelo 1.º Secretário, mediante indicação dos titulares desses Gabinetes.

Art. 3.º O pessoal para as funções dos Gabinetes será escolhido:

- os secretários particulares e oficiais de Gabinete, livremente;
- os auxiliares de Gabinete, dentre os funcionários do Senado.

Art. 4.º As gratificações do pessoal a serviço dos Gabinetes obedecerão à seguinte tabela, correndo a despesa pela verba da Secretaria do Senado;

- Secretário Particular — FG-2
- Oficial de Gabinete — FG-3
- Auxiliar de Gabinete — FG-4.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.
Senado Federal, em 5 de março de 1958.

Senador Apolônio Salles,
Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

**5.^a Sessão da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a Legislatura,
em 21 de março de 1958**

PRESIDÊNCIA DOS SRS. APOLONIO SALLES E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Georgino Avelino.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Atílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Caiado de Castro.
Gilberto Marinho.

Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lino de Mattos.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Alô Guimarães.
Nereu Ramos.
Mem de Sá. (52).

O SR. PRESIDENTE. — A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Srs. Senadores.

Havendo número regimental no recinto, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. 1.º Suplente, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente para leitura.

Comunico ao Senado que, tendo em vista a circunstância de se achar ausente desta capital ponderável número de Congressistas e atendendo a apelos que lhes foram dirigidos, inclusive da tribuna da Câmara dos Deputados, a Presidência resolveu transferir para datas a serem oportunamente marcadas, as sessões conjuntas que se deveriam realizar nos dias 25 e 27 do corrente mês, para apreciação de vetos presidenciais. (Pausa).

Sobre a mesa ofício que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte:

ofício

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Bancada do Partido Social Progressista no Senado Federal resolveu manter na sua direção, no ano em curso, como Líder, signatário do presente ofício e, como Vice-Líder, o Sr. Senador Lino de Mattos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. — *Kerinaldo Cavalcanti*.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS — (*) — Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa requerimento de informações, a cuja leitura procederei da tribuna:

REQUERIMENTO

N.º 71, DE 1958

«Requeiro à Mesa, na forma Regimental, sejam solicitadas do Sr. Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1. Inteiro teor das credenciais fornecidas aos Senhores Artur Paulo Bordeoux e Floriano Peçanha dos Santos para concluir negociações de café com a União Soviética ou demais países do campo socialista.

2. Elementos que esclareçam se o Instituto Brasileiro do Café impôs, como condição primeira de qualquer negociação que venha como condição primeira de

qualquer negociação que venha a ser concluída com aquelas nações do mundo comunista, a proibição de reexportação do café brasileiro para qualquer praça que já se enquadre entre os nossos consumidores de café.

3. Inteiro teor de qualquer correspondência, por acaso já trocada, entre aqueles emissários e o IBC ou qualquer outro órgão do Executivo.

4. Números dos passaportes diplomáticos concedidos aos referidos emissários, mencionando-se o dispositivo legal, no qual se baseou o Itamarati para emitir tais passaportes diplomáticos.

5. Previsão dos recursos para essa viagem e à conta de que verba.

Justificação

Está, no momento, a sobrevivência da economia brasileira, na dependência da exportação de café. A primeira vista, o aspecto mais sério do declínio das vendas é a diminuição da receita cambial na área do dólar. Com efeito, representa o café, na produção de divisas para o País, uma participação superior a 70% da receita cambial, percentagem essa que se eleva para mais de 80%, nas exportações efetuadas para os Estados Unidos, nosso principal comprador, atualmente retraído em relação ao café brasileiro.

Verifica-se, ainda, na presente crise, uma dupla razão para a queda da receita cambial: caíram, simultaneamente, o volume exportado e as cotações.

Premido por tais circunstâncias, o Governo da República, ante o problema da cobertura

(*) — Não foi revisto pelo orador.

cambial, necessária à importação de produtos imprescindíveis à vida nacional e ao pagamento de fretes de importação ou amortização de dívidas e serviço de juros, no exterior, viu-se obrigado a voltar as vistas para a União Soviética, conforme entrevista concedida à imprensa pelo Senhor Ministro da Fazenda.

Acontece, que, a meu ver, o aspecto mais importante do problema que, a par da urgente necessidade de produzir divisas e, ao mesmo tempo de desfazer-se o Brasil do estoque existente, inclusive para abrir espaço nos armazéns superlotados para a retenção obrigatória de 5 milhões de sacas da safra futura (compromisso assumido pelo Brasil na Confederação Nacional do Café), surge, paralelamente, a adoção de medidas visando a ampliação do mercado consumidor (União Soviética, China etc), a questão de manutenção dos atuais mercados, notadamente, o norte americano, já que a economia nacional gira, toda ela, na órbita do dólar.

Assim sendo, é de estranhar-se a afoiteza ao tratar-se dessa tão difícil quanto importante questão das relações comerciais com o mundo comunista, antes mesmo do encaminhamento oficial do restabelecimento das nossas relações econômicas e comerciais, na conformidade, aliás, do desejo da maioria da opinião pública brasileira.

Em suas edições do dia 4 do mês corrente, através de noticiário aparentemente despidido de gravidade, os jornais nos dão conta de fato importantíssimo para a lavoura cafeeira. Noticiou-se que o Sr. Ministro da Fazenda, despachou para

Moscovo dois emissários credenciados pelo I.B.C., com passaportes diplomáticos e poderes para vender café brasileiro à Cortina de Ferro, *em quaisquer condições, abrindo mão de essencialidade*, aceitando prazos dilatados ou em regime de troca com qualquer mercadoria.

É espantoso verificar-se que «a bomba» anunciada, há algumas semanas, poderá ser apenas uma «bomba» meramente publicitária, mas que poderá estourar com a economia cafeeira, se não forem essas negociações enquadradas no plano das legítimas atividades mercantis, alicerçadas em advocacia preventiva, de molde a impedir, por parte de comprador de tal volume físico de mercadoria, a especulação com o café brasileiro, que poderá ter como palco, num coroamento dessas gestões, a praça de Nova Iorque, numa repetição do *dumping* do trigo, em 1930. Esse volume de café poderá ser despejado na referida praça, desarticulando e tumultuando o café americano, e, no mesmo tempo, ferindo de morte a economia brasileira. Conhece-se antecedentes já muitas vezes registrados que, por contingências de ordem política, notadamente agora que recrudescer a «guerra fria» alimentada pelas rivalidades, baseadas nas últimas conquistas científicas, vê-se a União Soviética, tentada a desprezar as normas de interesse meramente comerciais em favor dos seus triunfos políticos.

Verifica-se, assim, a urgente necessidade de articular-se a defesa preventiva dos interesses nacionais, que devem estar relacionados mais com a política econômica medíata, a lon-

go prazo, e não simplesmente com eventuais necessidades imediatas do jogo político governamental.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1958. — *Lino de Mattos*».

Este requerimento, Sr. Presidente, conforme sustenta a justificação, foi provocado pelo noticiário da imprensa, segundo o qual foram enviados a Moscou, oficialmente, dois patricios nossos, portadores de passaportes oficiais diplomáticos, com o objetivo de negociar café com os países da Cortina de Ferro.

Quanto à necessidade, à conveniência até mesmo urgente dessas negociações, parece-me ponto pacificamente aceito pela opinião pública brasileira. Constitui imperativo, exigência dos nossos meios econômicos.

Sr. Presidente, há, entretanto, que se respeitar as nossas tradições diplomáticas e as nossas relações internacionais. Esta a razão pela qual causou-me estranheza, que, antecipando decisões do próprio Chefe do Executivo, que ainda não deu opinião pessoal pró ou contra o restabelecimento das nossas relações econômicas e comerciais com os países da Cortina de Ferro, se envie a essas Nações, com passaporte diplomático, elementos credenciados para negociações do excesso do nosso café.

Veja-se, Sr. Presidente, o meu cuidado de fixar bem a posição do parlamentar que, nesta Casa, representa um Estado cafeeiro — o de São Paulo — preocupado em que não se interprete erroneamente sua atitude. Sou favorável — mais de uma vez já fiz essa afirmação — ao restabelecimento das relações comerciais e econômicas com os Países da Cortina de Ferro, tendo à frente a União Soviética.

Não estou só nesta Casa quanto a esta orientação. Logo no início desta semana, tivemos a satisfação de ouvir peça oratória das mais brilhantes, e de conteúdo altamente valioso para a orientação do Governo da República nesse particular. Refiro-me ao discurso do eminente Senador Argemiro de Figueiredo, que com argumentos indestrutíveis, defendeu o restabelecimento das nossas relações econômicas e comerciais com os países da Cortina de Ferro.

Nestas condições — repito — minha posição é absolutamente a mesma, concordo com esse restabelecimento, convencido mesmo de que ele se impõe com urgência. Há necessidade de providências imediatas nesse particular.

O Sr. Argemiro de Figueiredo —
Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS —
Com todo o prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo —
Agradeço a referência generosa que V. Ex.^a acaba de fazer ao meu discurso. Estou ouvindo o nobre colega com a maior atenção, e julgo ponderáveis as observações de V. Ex.^a. No meu ponto de vista, são medidas defensivas do comércio, no exercício da democracia brasileira. Julgo, portanto, as observações de V. Ex.^a plenamente aceitáveis e, sobretudo, oportunas.

O SR. LINO DE MATTOS —
Não fiz referências elogiosas ao discurso do eminente Senador Argemiro de Figueiredo, mas absolutamente justas.

O Sr. Argemiro de Figueiredo —
Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. LINO DE MATTOS —
Estamos juntos nesta luta. Acredito que é ponto de vista quase unânime, aceito pela opinião brasileira preocupada com a crise eco-

nômica em que se debate a Nação. Não compreendo porque países como os Estados Unidos da América do Norte, a Inglaterra, a França e outros, mantêm relações diplomáticas, comerciais e econômicas com essas Nações, e nós não podemos fazê-lo.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Perfeitamente.

O SR. LINO DE MATTOS — A opinião pública, entretanto, sabe que nesses países se bebe café, produzido no Brasil, mas não vendido por nós. Eles conseguem a mercadoria através de operações com as potências com as quais mantêm relações. Não sou eu quem não compreende o motivo por que assim se procede; é a opinião pública brasileira.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Há anos venho proferindo discursos nesta Casa sobre a necessidade de reatarmos relações diplomáticas e comerciais com a Rússia Soviética. Propugnei, igualmente entendimentos com a República Popular Chinesa, porque não era possível ignorarmos um mundo que chega a ter quase um bilhão de habitantes, numa extensão territorial que ocupa grande parte do Continente. Seja do ponto de vista político, seja do econômico, seja do social, advoguei, reiteradamente, neste recinto, que estendêssemos as mãos a esses países e deixássemos de ser caudatários da vontade subterrânea, que se infiltra na nossa diplomacia, dos Estados Unidos da América do Norte.

O SR. LINO DE MATTOS — Atitude corajosa do meu ilustre

Líder, Senador Kerginaldo Cavalcanti, e que lhe valeu, muitas vezes, incompreensões por parte daqueles que confundem os homens públicos, preocupados com os problemas da sua terra, com os que professam ideologias diferentes do nosso sentimento democrático.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito obrigado ao nobre colega.

O SR. LINO DE MATTOS — Sei como V. Ex.^a, no decorrer desses anos, seguidamente, bateu nesta tecla, exatamente naqueles instantes, em que falar sobre o assunto era, desde logo, conseguir uma ficha na Polícia de Ordem Política e Social, classificado como comunista.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permita-me V. Ex.^a pequena consideração ainda em torno do seu brilhante discurso. (*Assentimento do orador*). Tanto senti essa atmosfera hostil e pesada que, tendo recebido convite para visitar a União Soviética, a mim dirigido por Ilya Ehrenburg, entre outros intelectuais russos, não o aceitei, porque a ninguém queria dar o direito de supor que me desejava tornar agradável a uma nação que não mantêm relações diplomáticas com a minha Pátria. Defendi sempre esse ponto de vista, por achar que ele interessa não só ao bem-estar do meu País, como da humanidade. Ideologia política, meu amigo, contamina por outra maneira, não por essa. Sabemos o que sucedeu no século passado; quando procuraram Gabinetes europeus impedir que as idéias democráticas avassalassem o mundo; nada conseguiram. Se a idéia comunista tem em si potencialidade, capaz de fazê-la vingar no orbe terráqueo, podemos estar certos de que nada impedirá vá para diante. Se não tiver, não medrará. Resolvamos os graves pro-

blemas sociais da humanidade — dentre os quais o que aflige o meu Nordeste há cerca de cem anos, sem remédio — e não tenhamos receio do Comunismo. Não fechemos nossas portas, como muralhas chinesas, porque é insensatez política, social e moral.

O SR. LINO DE MATTOS — De pleno acôrdo com as palavras do meu eminente Líder, Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Sr. Presidente, quando Deputado Estadual, há cerca de dez anos, já eu alertava, da tribuna da Assembléa Legislativa, as autoridades governamentais para a plantação de café que se estava fazendo na África. Aquele tempo, dez ou onze anos passados, a produção era, aproximadamente, da ordem de um milhão e oitocentas mil sacas. Hoje, Sr. Presidente, do Senado da República, permito-me novamente exortar o Poder Executivo, para atentar na necessidade do restabelecimento das nossas relações econômicas e comerciais com certas nações, porque, à semelhança do que aconteceu na África, já se está plantando café no interior da China. Há informações seguras de que a China dispõe de região apreciável, onde a moderna técnica da agricultura pode produzir o café. Sabemos que ela o fará e ampliará suas plantações, se lá não chegar o nosso produto.

Sr. Presidente, o assunto é de extrema gravidade para os interesses da nossa Pátria. Os concorrentes estão aumentando. Estamos perdendo a nossa posição. Todos se lembram, e já tem sido aqui repisado por muitas vezes, que eramos fornecedores de 80% do consumo universal da rubiácea. Hoje, estamos reduzidos a 38%. É o plano inclinado da nossa exportação cafeeira.

O Sr. Othon Mäder — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — No instante em que a China, imensamente populosa, com a dedicação dos seus filhos, enveredar pelo cultivo do café, estaremos irremediavelmente liquidados; em vez de 38%, nada forneceremos para o consumo internacional do café.

O assunto é tão grave — repito — que para êle devem as autoridades brasileiras voltar quanto antes a atenção.

Concedo ao nobre Senador Othon Mäder a permissão.

O Sr. Othon Mäder — Trata Vossa Excelência do assunto que mais nos preocupa, no momento — o café — e lembra muito bem que, dentro em pouco, também a China poderá produzi-lo em condições de concorrer com o Brasil. Se tal acontecer, a culpa será nossa, porque somos capazes de vender o produto a preço muito inferior ao de qualquer outro país.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Será possível que queiramos vender café à América do Norte ainda mais barato? Por que não reclamamos contra o preço dos produtos industriais norte-americanos, que são de nos arrancar a camisa? Só o nosso café devemos vender por preço miserável? Por êsse caminho enterraremos o café.

O Sr. Othon Mäder — O café, se tem o preço atual, é porque deixamos incidir sobre êle a sobrecarga de ônus de tôda sorte e criamos imensas dificuldades para a exportação, cotando-o a preços elevados.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Não há preço elevado do café?

O Sr. Othon Mäder — Assim, outros países passaram a oferecer e encontraram aceitação para o seu produto, que, em igualdade de condições, não poderia concorrer com o brasileiro. Uma das causas

por que temos de vendê-lo a preço tão alto é o confisco cambial. Tivéssemos eliminado o confisco cambial ou estabelecido para o dólar-café valor mais alto do que o dado atualmente e ninguém poderia concorrer com o Brasil. Voltaríamos a ser os donos do mercado e poderíamos recobrar nossa posição de abastecedores de 70 a 80% do mercado universal.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O que compra café nos Estados Unidos não é cruzeiro, é dólar. Qual o preço da xícara da infusão na América do Norte?

O SR. LINO DE MATTOS — Senhor Presidente, o propósito que me trouxe à tribuna cinge-se tão só a êsses dois aspectos do problema; primeiro, conforme disse de início, através de requerimento, — informar-me sobre essas providências esdrúxulas do Governo, a quem forneceu passaporte diplomático, concorrendo, naturalmente, com tôdas as despesas; se êsses dois cidadãos vão negociar com países para os quais se esperam do Executivo providências no sentido de restabelecer as relações econômicas e comerciais.

É a subversão da ordem, a anarquia, confusão e barbúrdia sem iguais. Pedimos ao Governo informações, e êle ficou surdo, não respondeu, mas um órgão governamental sai à liça, concede entrevistas, fornece passaportes, dá dinheiro e manda emissários vender café. É uma extravagância.

O Sr. Othon Mäder — Depois de negarem, as fontes oficiais houvessem mandado emissários à Rússia, conforme V. Ex.^a sabe.

O SR. LINO DE MATTOS — Exatamente daí, a confusão: ao lado de entrevista em que se afirmam tais providências, outra que as nega. Eis a razão por que um Senador da República deseja sa-

ber oficialmente se o Governo mandou ou não emissários a êsses países para negociar café; se forneceu ou não passaportes. Quero os números dêsses passaportes. É direito que me assiste, não só como parlamentar mas também como cidadão brasileiro.

Quero saber que dinheiro foi dado a essa gente. Que anarquia, que confusão é essa?!

É o objetivo do meu requerimento.

Outro motivo constitui o final do meu discurso: a China está plantando café.

Repito, Sr. Presidente, o que afirmo há cerca de onze anos com insistência, apaixonadamente, como se estivesse brigando com alguém: A África está plantando café — estive lá e o testemunhei pessoalmente — café frondoso, árvores grandes, café não bom, mas bonito.

O Sr. Mem de Sá — Café robusto.

O SR. LINO DE MATTOS — Exato, é o termo; produção farta. Não deram importância ao fato. Ficou em plano secundário. Pensava-se: — «Ninguém pode competir com o Brasil, que é o rei do café, o maior produtor do mundo! Que África, qual nada. Não pode competir com o Brasil». — Resultado: os jornais de ontem e hoje dão notícia da exportação de café da África, nesta safra, no montante de oito milhões e quinhentas mil sacas.

O Sr. Mem de Sá — Inclusive para os Estados Unidos.

O SR. LINO DE MATTOS — Sim, a maior parte para os Estados Unidos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Pois se é quem financia ...

O SR. LINO DE MATTOS — Naquela época, a euforia das autoridades brasileiras foi a ponto de entender que a Colômbia nada significava em produção da rubiácea, porque aquêle país não organizava fazendas de cafés. Sitiantes e chacareiros plantavam centenas de pés de café e os cultivavam ao seu sistema.

No ano passado, Sr. Presidente, a Colômbia exportou mais de seis sitiantes e chacareiros que tratamos, superiores aos nossos, exatamente pela circunstância de serem sitiantes e chacareiros que tratam o produto à semelhança dos pais que dispensam aos filhos carinho, amizade e amor. Por isso o café é bom, especial. Esta, a razão por que êsse café enfrenta o nosso e o derrota nos mercados internacionais.

O Sr. Othon Mäder — O nosso café está sendo vendido 2 cents mais caro que o colombiano.

O SR. LINO DE MATTOS — Apesar de o colombiano ser melhor.

O Sr. Othon Mäder — E o nosso ser inferior.

O Sr. Mem de Sá — É outra incompreensível aberração.

O SR. LINO DE MATTOS — Resultado do Acôrdo do México, do grande e extraordinário acôrdo, que tudo resolveu. O Brasil retém 20% de café exportável, os outros países vendem-no à vontade; e nós ainda exigimos preços mais elevados.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente; reafirmando, que a China está plantando café, vou encerrar o meu discurso com o aparte do nobre Senador Fernandes Távora.

O Sr. Fernandes Távora — Tenho acentuado, muitas vêzes, nesta Casa, que o maior culpado da desgraça da nossa agricultura é o Governo, o qual tudo faz para criar dificuldades àqueles que se mortificam na lavoura.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Também é o latifundiário, que não se esforça para extrair, da terra, cafés de qualidade.

O Sr. Fernandes Távora — Desnecessário é recordar as loucuras praticadas pelo Governo em relação à política do café. Todos as conhecem. Temos levado a vida a tomar empréstimos para valorizar, idiotamente, o produto; e, em seguida, quelmá-lo. Enquanto nossos concorrentes vendem seu café por preços altos, ficamos endividados, a pagar juros dos empréstimos, que, afinal, só têm servido para favorecer a situação dos mais países produtores.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — É história antiga.

O Sr. Fernandes Távora — Essa a nossa sorte, a nossa sina. não sei porque. Desejo, ainda, a título de anedota jocosa, contar o que observei nos idos de 1920. Viajava eu para o sul do Ceará com o então Governador João Thomé de Sabóia e Silva, homem amável e bonacheirão. Chegando à casa de um matuto, que lhe ignorava a identidade, pediu água, bebeu-a, e depois começou a conversar. Perguntou-me: «Meu velho, como vai você com a sua agricultura?» O matuto respondeu, muito naturalmente: «Seu Capitão, a nossa agriculturazinha até que dava para a gente viver. Apenas não se pode viver por causa da perseguição do Governo». Esse o símbolo da mentalidade do matuto, o qual sente que o Governo tudo realiza de maneira diversa da aconselhável em prejuízo dêle e do País.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, com muita alegria insiro, em meu discurso, o valioso aparte do eminente Senador Fernandes Távora. Finalizo reafirmando que a incompreensão governamental para com a agricultura é a causadora dos fatos que estamos apreciando da tribuna do Senado. *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).*

Durante o discurso do Sr. Lino de Mattos, o Sr. Apolônio Salles deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, segundo orador inscrito.

O Sr. Gilberto Marinho pronuncia discurso que, entregue à revisão do orador, será posteriormente publicado.

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, terceiro orador inscrito. *(Pausa).*

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães, quarto orador inscrito. *(Pausa).*

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Othon Mäder, quinto orador inscrito. *(Pausa).*

Não está no recinto.

Tem a palavra o nobre Senador Gaspar Velloso, sexto orador inscrito. *(Pausa).*

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Jorge Maynard, sétimo orador inscrito.

O SR. JORGE MAYNARD — *(Lê o seguinte discurso)* — Senhor Presidente, o Senado teve a satis-

fação de ouvir, na sessão de ontem, o grande discurso pronunciado pelo eminente Senador Novaes Filho, tratando das dificuldades de toda ordem que afligem os nordestinos.

Destacou o orador, com palavras realistas, o fenômeno da seca que assola toda aquela região da nossa Pátria.

Rendo aqui as minhas homenagens a S. Ex.^ª, pela maneira absolutamente fiel como exprimiu o nosso sentimento de brasileiros do Nordeste; esse natural sentimento de brasilidade que nos foi legado por nossos maiores e que conservaremos pelo tempo afora.

Depois da formosa oração de Sua Excelência ouvimos com igual prazer o nobre Senador Ruy Carneiro, que transmitiu ao Senado palavras do Sr. Presidente da República, com relação às providências que o Governo Federal já está tomando para confinar os catastróficos efeitos da seca.

Julgo necessário trazer ao conhecimento da Nação, nesta oportunidade, que o Estado de Sergipe também está sofrendo os malefícios dessa estiagem anormal.

Sabe-se que o fenômeno da seca não é simplesmente local, abrangendo apenas uma pequena área territorial. O certo é que essa temida calamidade climática abarca ampla região.

Somente em áreas de topografia acidentada ou nas proximidades do litoral o fenômeno fica atenuado. As vezes, mesmo estas áreas são também sacrificadas.

Na verdade, o chamado Polígono das Secas sofre anualmente os efeitos destruidores da estiagem. A seca é fenômeno, por assim dizer, anual. Quem conhece a região, sabe disso. Quando as chuvas tardam mais do que o limite máximo tolerável, então as condições de vida se tornam difíceis ou impossíveis e dá-se o abandono forçado da região.

Os rios e riachos secam por completo, transformando-se em largas faixas de areia e de pedra. Os açudes, as lagoas e os tanques perdem tôda, ou quase tôda a água, pela evaporação intensa, consequente do forte calor e do vento constante. A água que resta torna-se lodosa e de côr esverdeada.

A vegetação fica totalmente sem fôlhas, parecendo que estêve sujeita a um incêndio que lhe queimou tudo, deixando à mostra o caule raquíptico e escurecido. A caatinga torna-se um manto cinzento acabrunhante.

O gado enfraquece pela falta de alimento e morre de inanção, ou atolado nas poças de água que restam.

Sempre que se manifesta a sêca na região nordeste do Brasil, é atingido o Estado de Sergipe, com maior ou menor intensidade.

A população do interior sergipano também conhece a angústia do êxodo para o Sul, com o abandono das suas terras, e também tem presenciado aflita, a perda do seu gado e das plantações, conseguidas, sabe Deus com que esforço.

Não pretendo enumerar aqui as dificuldades que o povo sergipano como seus irmãos do Nordeste, tem de enfrentar na sua luta pela vida.

Nesta oportunidade, faço um apêlo ao Sr. Ministro Lúcio Meira, para que examine, com a atenção que o caso merece a atuação do Departamento de Obras contra as Sêcas, em Sergipe. Verificará Sua Excelência que os trabalhos ali realizados por aquêle departamento têm sido, até hoje, de muito pequena monta, bem aquêm das necessidades reais do Estado. Concluirá que temos sido muito prejudicados.

A prometida ação do Governo Federal, para a atual emergência, descrita em linhas gerais pelo no-

bre Senador Ruy Carneiro, deve necessariamente atingir tôda a região assolada pela sêca, inclusive o Estado de Sergipe.

Confiantes no patriotismo e na alta compreensão do preclaro Presidente Juscelino Kubitschek, os sergipanos esperam que S. Ex.^a assim proceda. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais orador inscrito.

Sôbre a mesa officios que vão ser lidos pelo Sr. Primeiro Secretário:

São lidos os seguintes:

officios

Em 21 de março de 1958.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Bancada do Partido Social Democrático, no Senado Federal, resolveu constituir a sua liderança com os seguintes nomes:

Líder — Senador Filinto Müller.

Vice Líder — Senador Lameira Bittencourt.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. — *Filinto Müller*.

Em 21 de março de 1958

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, designado pelo Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para participar da reunião do Comitê Executivo da mesma União, a realizar-se em Genebra, para êsse fim me ausentarei do País no dia 26 do corrente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. — *Filinto Müller*.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o Requerimento n.º 71, de 1958, de informações, do Sr. Lino de Mattos, dispensada a leitura, porquanto foi feita, da tribuna, pelo autor.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 72, DE 1958

Nos termos do art. 126, letra b, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 69, de 1957, que cria a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Manaus, além das Comissões a que foi distribuído, seja também ouvida a de Saúde Pública.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1958. — *Vivaldo Lima*.

O SR. PRESIDENTE — O Projeto de Lei da Câmara, número 69-57, que cria a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Manaus foi despachado às Comissões de Educação e Cultura, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Acha-se em poder da primeira.

Deseja o Sr. Senador Vivaldo Lima que sobre ele seja ouvida também a Comissão de Saúde Pública.

O requerimento encontra apoio na letra b do art. 126 do Regimento.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (*Pausa*).

Está aprovado.

O Sr. Senador Lourival Fontes enviou à Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 98, § 2.º, do Regimento Interno.

Sua Excelência será atendido.
DISCURSO SUPRA-REFERIDO

O SR. LOURIVAL FONTES — Sr. Presidente.

Para que fique constando dos Anais venho dar conhecimento à Casa dos termos do recurso do Sr. Hyldon Rocha ao Sr. Ministro da Justiça contra o ato do Chefe de Polícia que o afastou recentemente, do cargo, em comissão, de chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas.

Esse documento está assim formulado:

«Julgar os seus semelhantes, condenar ou absolver, exercer a severidade e praticar a indulgência, dispor da fazenda, da vida ou da honra dos outros, — não há responsabilidade mais temerosa e mais grave. Ela exige a clareza da inteligência e a firmeza do espírito; a competência e o caráter; o respeito que a si próprio se deve e que aos outros se impõe». *Louis Barthou* (Ex-Ministro da Justiça da França).»

«Em quatro palavras se poderá encartar uma calúnia. Mas pode ser que a demonstração da falsidade não caiba toda num discurso. Uma só proposição dará, talvez, para se verter no espírito humano um erro tremendo. Mas, uma vez lançado ao mundo, sabe Deus que de contestações, raciocínios e debates se não cansariam, porventura, ainda assim, debate, em lhe dar combate». *Rui Barbosa*.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores:

Hyldon Rocha, cidadão brasileiro e servidor público civil da União, no exercício de um direito que lhe é expressamen-

te assegurado pela Constituição (art. 141, § 25) e pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Capítulo VIII), vem por seu advogado infra-assinado *ut* instrumento de procuração anexo (Decreto n.º 1), nos melhores termos do direito, recorrer, como efetivamente recorre para a superior autoridade de Vossa Excelência, do ato do Exmo. Sr. Chefe de Polícia do Distrito Federal, — General Amaury Kruehl, — que, acolhendo argumentos e conclusões, data venia, injurídicos e injustos, constantes do parecer do Assistente-Jurídico da Chefia de Polícia, e com suposta base num esdrúxulo e parcialíssimo processo administrativo, afastou o ora recorrente do cargo em comissão de Chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública sob a acusação da prática do crime de *prevaricação* apontando-o como incurso no art. 319 do Código Penal.

E o faz com fundamento nos fatos e razões adiante expostos, demonstrados e comprovados, a saber:

I

Entre os deveres primordiais que impendem aos órgãos da Administração Pública, no Estado do Direito, avulta, em primeira plana, consoante a lição dos mais modernos e autorizados tratadistas do direito administrativo, o *dever de justiça*, no trato dos interesses públicos e particulares, sem o qual, por falta da necessária base na confiança geral dos indivíduos integrantes da comunidade social, decairiam o crédito, o prestígio e a au-

toridade moral do próprio Poder Público.

Se, como diz Cruet, a função administrativa por excelência é assegurar a ordem pública, e se assegurar a ordem pública consiste, precipuamente, em impor e impor-se uma reta e serena distribuição da justiça, fundada no respeito à lei e à verdade, pôsto que ao Estado — *custos justii*, cuja primeira função é proteger os direitos — incumbe, antes de tudo, na expressão de Ranelletti, «realizar a justiça no interesse geral», a quebra desse dever jurídico-político em detrimento ao direito de um simples cidadão, ainda que alheio ao exercício de qualquer múnus público, não fere apenas um direito individual isolado, mas importa indistigável lesão à consciência jurídica do *corpus social* a que ele pertence.

Por isto mesmo, a nenhum homem normalmente dotado do sentimento do direito é lícito conformar-se, impassível e inerte, ao desacerto ou arbítrio de soluções administrativas e atos de autoridade injurídicos ou injustos; antes, o que se lhe impõe, no testemunho de Jhering, como verdadeiro dever jurídico — e até cívico — é a legítima reação contra o erro ou a iniquidade oficial.

Expondo e comentando a tese de sábio autor do «*Der Kampf umos Recht*», segundo a qual o homem que defende e faz valer o seu direito presta um serviço à Coletividade, pondo em evidência a necessidade de não se poder impunemente cometer uma lesão, qualquer que seja, contra o organismo jurídico-social, aduz Picard:

«O cidadão deve lutar pelo seu direito, mesmo quando o interesse imediato é insignificante, porquanto (que tenha consciência disso ou que o ignore) combate então pelo Direito em geral. A defesa de um direito isolado, embora muito humilde, tem a mesma importância que a mais modesta das descobertas na ordem científica: não se pode prever o que ela produzirá». (*O Direito Puro*, trad. port. página 217).

No caso em exame, o interesse imediato é de imenso e inestimável valor jurídico, por isto que, a par das consequências e repercussões do ato impugnado no plano da responsabilidade criminal, importa a desarrazoada acusação imerecido e grave dano à reputação moral e social do recorrente, como se passa a demonstrar:

II

Diga-se, de logo, que o postulante absolutamente não pleiteia, através deste recurso, a sua reintegração, isto é, a sua volta ao cargo de que foi dispensado, mas tão-somente, o *cancelamento da imputação criminal*, oprobriosa e, *data venia*, injusta, com que se pretendeu emprestar *motivação* ao ato oficial exoneratório.

Realmente, em se tratando, como se trata, de um cargo em *comissão*, qual o de Chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas, subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública, dêle bem poderia o recorrente ser destituído *ad nutum*, pelo Sr. Chefe de Polícia, independentemente de qualquer justificativa ou motivação, no exercí-

cio de um ato administrativo discricionário, de sua exclusiva competência, ato contra o qual — nessa hipótese — não teria, por isso mesmo, cabimento qualquer recurso, na esfera administrativa, como na judiciária.

Sucedo, no entanto, que o ato foi, oficial e publicamente, vinculado a uma determinada *causa*, jungido a uma *motivação* específica, eis que o Sr. Chefe de Polícia, adotando como base de sua decisão o espúrio conteúdo dos itens 12 e seguintes do parecer do Assistente Jurídico do D.F.S.P. (fls. 304 e segts. dos autos), situou a providência da destituição como *consequência* de fatos apurados em processo administrativo e com expressa indicação do art. 319 do Código Penal, atribuiu ao recorrente a prática do *crime de prevaricação* — o que outrossim, reiterou e tornou público em «nota oficial» amplamente divulgada pela imprensa (Doc. junto, n.º 2).

Assim, pois, se ao Sr. Chefe de Polícia era lícito dispensar o recorrente *ad nutum*, do aludido cargo, sem necessidade de omitir as razões determinantes do seu ato, lícito lhe não era, todavia, fazê-lo, imprimindo a êsse ato o caráter de «efeito» de uma suposta «causa» consistente em *fato de natureza criminosa* — de todo ponto infamante para o servidor alvejado, — do modo por que o fez, sem estar devidamente firmado em verdadeiras *provas* da existência e configuração legal do pretensão delito, como adiante se demonstrará, — pois ninguém é *livre* para tisonar a reputação alheia, e muito menos se poderá tolerar, no plano administrativo, a prática da *calú-*

nia oficial, num país cuja lei penal assegura especial proteção à honra dos indivíduos (Código Penal, Capítulo V).

Não se está, portanto, em face de um caso comum de simples dispensa de cargo em comissão: porém, diante de um *juízo de mérito*, em processo administrativo, que concluiu pela imputação, ao servidor, de *fato criminoso*, e, *conseqüentemente*, pela adoção da medida exoneratória com o nítido caráter de *penalidade* estatutária.

Destarte, plenamente cabível é o recurso administrativo, não no sentido de reintegrar-se o recorrente no cargo, mas no do *reconhecer-se e declarar-se a improcedência da increpação de fato criminoso que se lhe fez*, como causa aparente da destituição.

Começou-se, neste singular e lamentável episódio, por desnaturar completamente, em sua índole e finalidade jurídico-legal, o *processo administrativo* — instituído na lei para a apuração de irregularidade no serviço público, de que *tiver ciência* a autoridade (art. 217 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), com o transformá-lo, de plano e sem medida; numa espécie de sindicância geral, numa *devassa* ampla e ilimitadamente aberta à busca indeterminada de todos e quaisquer fatos — ações ou omissões — que se pudessem constituir em motivos ou instrumentos de acusação contra Hyldon Rocha, com os mais claros e sugestivos estímulos a toda sorte de denúncias, incriminações e insinuações engendradas pelo contubérnio entre o interesse contrariado de uns e a pusilânime subserviência de outros.

Assim, em contrário à «evolução do direito disciplinar, quanto ao processo, no sentido de reduzir-se, cada vez mais, o arbítrio da autoridade administrativa, substituindo-se esta feição discricionária por um processo jurisdicional de fundo mais liberal» a que alude o ilustre Themistocles Cavalcanti (*Tratado de Direito Administrativo*, Vol. III, página 473), empenhava-se o próprio prestígio da autoridade na faina de granjear elementos comprometedores da conduta funcional e pessoal do Chefe do Serviço de Censura do D.E.S.P., manipulava-se, a capricho, um *auto de fé*; convertia-se o *processo administrativo* num instrumento inquisitorial, convidativo a toda espécie de increpações, queixas, doestos, malsinações e verrinás adredes utilizáveis à capciosa articulação de um libelo no estilo de Torquemada a serviço das maquinações do auto Offício.

É o que reflete a visão geral do processo.

Com efeito:

Instaurou-se o processo administrativo contra Hyldon Rocha, então exercendo o cargo de Chefe do Serviço de Censura, inicialmente com base numa denúncia, contra o mesmo oferecida pela União Brasileira de Compositores (U.B.C.) arguindo «irregularidades» na administração do aludido serviço. Alegava a mesma sociedade que o Chefe do S.C.O.P. não determinava e, mesmo, entravava a fiscalização às casas de diversões especialmente no tocante às programações de clubes e boites, prejudicando, assim, a arrecadação dos respectivos direitos autorais, e, por isso,

solicitava «a instauração de processo administrativo» a fim de apurar a falta de exação do mesmo no cumprimento de seus deveres funcionais e a aplicação das penalidades devidas» (*sic*).

As «irregularidades» levadas ao conhecimento do Sr. Chefe de Polícia seriam pois, aquelas argüidas e como tais consideradas pela U.B.C. na representação aceita, em princípio, quer pelo Consultor Jurídico que opinou pela instauração do processo administrativo destinado a apurá-las, quer pelo próprio Chefe de Polícia que o fez instaurar.

Sucede, porém, que, no curso do processo — e, já então tornado público e notório o fato de haver Hyldon Rocha «caído em desgraça», incidido na execração da Chefia de Polícia, pelo pecado de ser favorável e prestar apoio ao projeto, em elaboração parlamentar, de uma lei transferindo o Serviço de Censura do Departamento Federal de Segurança Pública para o Ministério de Educação e Cultura, — de logo se criou, dentro do próprio setor policial, máxime em certos círculos interessados no contróle da Censura e, fora d'ele, entre a vasta fauna dos autores e empresários contrariados em seus interesses e apetites pela firme ação moralizadora do indiciado, um clima de *conspiração*, ajustando se todos, em causa comum, numa espécie de *entente cordiale* predisposta a toda sorte de engenhos e arremetidas com o desígnio de afastá-lo, a todo preço, da direção do serviço malsinado.

Assim se percebe a razão daquele «clamor geral» contra a atuação do Chefe de Serviço de Censura de Diversões

Públicas» (*sic*), a que alude o «Relatório» de fls. 285, ao referir que, depois de iniciado o processo com base na citada representação da União Brasileira de Compositores (UBC), outras peças acusatórias foram sendo levadas aos autos e acolhidas pela Comissão inquisitorial, firmadas pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), pela Associação Brasileira de Empregados Teatrais, pelo Sindicato dos Artistas, Cenógrafos e Cenotécnicos do Rio de Janeiro; além de que, conforme se aduz, «no decurso do inquérito, outras sociedades do mesmo gênero também articularam queixas, através de seus representantes legais, contra o funcionário em questão, pelo não cumprimento sistemático de dispositivos legais que amparam e protegem os direitos de autores e compositores (*sic*).

Assim se compreende viessem, arregimentados, funcionários de menor categoria e de escassas letras, que, até pouco antes, serviam subalterna e dócilmente às ordens do indiciado, insinuar-se como testemunhas e, nesse caráter admitidas, se permitissem formular as mais dispares e espantosas críticas à orientação do serviço e aos atos funcionais do próprio chefe — que sabiam estar sendo o alvo da cólera, de Júpiter — contra ele desaçaimando a matilha de seus ódios, frustrações e despeitos recalcados, com a mais amável receptividade da ilustre Comissão inquiridora...

Assim se explica que do alveo de um processo administrativo destinado a apurar certas argüidas «irregularidades» constantes da representação

inicial da UBC e concernentes à fiscalização do programa das casas de diversões, para efeito da cobrança de direitos autorais, se espralasse a vasa mal-sã de insídias e increpações gratuitas, de cunho meramente difamatório, a ponto de, numa síntese dos depoimentos desses servidores, aparecer o seu chefe como acusado ... de ter visto bebendo uisque numa *boite*; de não gostar de ser visto em camionetas da Polícia; de haver tomado parte num concurso para a escolha de «Miss Suéter»; de professar o credo comunista; de frequentar camarins de artistas; de ser «mau funcionário»; de ter mandado pintar de preto a camioneta do serviço; de alterar a censura já feita pelos censores; de ter ojeriza às sociedades arrecadadoras de direitos autorais; de ser «valioso e pretensioso»; de se dizer «intelectual»; de ser «bajulador», de surpreender autores e atores; de ter elevado a classificação de filmes; de pretender transferir o serviço de censura da Polícia para o Ministério da Educação e Cultura; de haver sido quem «induziu» o líder Vieira de Mello a votar a favor da lei que determina essa transferência etc. etc.

IV

Mas, sobretudo, o que reoponta sempre com sintomática frequência, em *todo o curso do processo*, de modo claro e indisfarçável, a trair o *subconsciente dos inquisidores*, a documentar sua irritação e parcialidade, a desvelar psicologicamente o móvel precípua e recôndito de *tamanho encarniçamento*, é — na tela dos documentos acusatórios catalogados, no rol das perguntas

formuladas, no elenco das incriminações argüidas, a constante, a indefectível presença da *magna quaestio*: — a *projetada transferência* do Serviço de Censura, dos quadros administrativos da Polícia, para os do Ministério da Educação e Cultura.

Anote-se, por exemplo, que, entre as peças documentais instrutivas do feito, há, às fls. 246, um recorte de notícia de «O Globo», de 31 de outubro de 1957, sob a epígrafe: — «No Senado Federal — Censura de Diversões Públicas», onde se lê:

«Em regime de urgência, estava ontem em Ordem do Dia o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a transferência da Polícia para o Ministério da Educação e reorganização do «Serviço de Censura de Diversões Públicas ...» etc (segue-se um longo relato descritivo sobre o assunto).

Nos interrogatórios e depoimentos veio à baila, iterativamente, o grande fato, versado e flagelado, outrossim, no próprio «Relatório» de fls. com o sagrado horror execratório das culpas extremas, como se traduzisse a prática de um ato de irremissível apostasia merecedor das chamadas do inferno.

Com efeito, ali se condensam e resumem, afinal, tôdas as acusações na síntese de uma conclusão altamente expressiva de um estado de espírito, reveladora daqueles sentimentos e preocupações determinantes da vindita policial contra o homem já então considerado como «um inimigo da Polícia»:

«A reiteração dessas omissões», — diz o mencionado Relatório — «o constante

descumprimento da lei evidenciam um propósito, uma ação deliberada, a execução de um programa, visando à desmoralização do Serviço de Censura. Assim procedendo, o Chefe desse Serviço não pode ter outro objetivo senão justificar a necessidade da transferência do mesmo Serviço para o Ministério da Educação e Cultura, face à sua inoperância. Tudo indica ter sido inspiração sua o projeto que a esse respeito tramita no Congresso Nacional e por cuja aprovação ele vem trabalhando ativamente, de vez que será altamente beneficiado» (sic).

Noutro trecho do Relatório a animadversão e a ausência de serenidade superam em ver-rinas e expressões como estas:

«Vaidoso e pretensioso, o indiciado julga-se um intelectual. Isto ele deixa transparecer de vez em quando na sua defesa, em tiradas de auto elogio, como aquela em que diz que a censura atualmente é feita à base de *critérios cautelosos*.» etc... «Que *critérios cautelosos* são esses que levaram o Serviço de Censura ao estado de descalabro, desmazelo e inoperância em que se encontra? Não tendo o indiciado mencionado esses *critérios cautelosos* que adotou, ficamos ignorando quais sejam, mesmo porque o único critério que ele parece ter adotado é o da completa irresponsabilidade» (sic).

E não tarda a percussão da mesma tecla:

«Termina o indiciado a

sua defesa, dizendo que o Presidente da Comissão ditara coisa diferente da que ele lhe dissera quando *perguntado a respeito de sua opinião sobre a transferência do Serviço para o Ministério da Educação e Cultura*. Essa aleivosia, não atinge ao Presidente da Comissão, cujo padrão de dignidade se situa muito alto, onde ela não pode chegar. Todavia, a irritação causada pela referida pergunta é *mais uma prova de que o indiciado se interessa realmente por aquela transferência e se esforça pela aprovação do projeto que tramita no Congresso Nacional*.» (sic).

Já a U.B.C. (União Brasileira de Compositores), na petição de denúncia primitivamente oferecida ao Chefe de Polícia e que foi, aparentemente, tomada por base para a instauração do processo administrativo, explorara, muito de cálculo, o tema crucial, com esta industriosa insinuação, tendente a pô-lo *ab initio*, no *index* dos trãsfugas, dos renegados, dos réus de alta traição:

«Afirma-se, ainda, que a intenção do Sr. Hyldon Rocha, assim procedendo, é desmoralizar o S. C. D. P. e torná-lo inoperante, *a fim de melhor cumprir os seus designios de transferi-lo do Departamento Federal de Segurança Pública para o Ministério de Educação e Cultura*. Para isto, atuou junto ao Deputado Vieira de Mello, de quem é secretário privado, fazendo aprovar, na Câmara Federal, o projeto número 306, de 1956,

que já se encontra tramitando no Senado» (sic).

Por sua vez, era o honrado Chefe de Polícia, êle próprio, que não fazia segredo de seu máximo empenho em opor-se à transferência do serviço assumindo atitude opinativa e combativa, que sempre manteve e ainda em novembro do ano findo externava em oração pronunciada de público e estampada pela imprensa, por sinal no mesmo dia da exoneração do recorrente:

Não é possível que a Censura saia das responsabilidades do Departamento Federal de Segurança Pública para o Ministério da Educação, uma vez que êste serviço deve ser considerado sob dois aspectos: cultural e de segurança e êste último somente pode ser realizado pela Polícia» («Última Hora», edição de 22 de novembro de 1957). — (Documento junto n.º 3).

A conjuntura arquitetada e articulada contra o Sr. Hylton Rocha assumia, destarte, o aspecto de uma campanha de envolvimento e compressão, nitidamente desfechada em três movimentos ou três sentidos: *de cima para baixo, de baixo para cima e de fora para dentro*.

De cima para baixo, inspirada, estimulada e liderada pelos mais altos órgãos da Administração Policial — inclusive o mesmo Chefe de Polícia, em cuja antipatia e desfavor sabia-se ter incorrido o Chefe da Censura, bastando isso, no consenso geral, para selar-lhe a sorte e transformá-lo em «carne às feras».

De baixo para cima, por múltiplos fatores, igualmente atuantes e ponderosos, como sejam: a) a natural tendên-

cia dos funcionários de menor categoria, de servir a César, e que, por isso, diligenciam tornarse agradáveis serviços e prestimosos aos seus superiores, acusando e comprometendo o «homem marcado»; b) a «corrida» ao cargo de Chefe de Serviço de Censura, já então em perspectiva de vaga e desde há muito cobijado por uma farândola de ansiosos candidatos, entre os quais um parente do General Chefe de Polícia e alguns auxiliares do próprio indiciado; c) a ruptura dos diques hierárquicos que represavam e continham, até então, no *front* interno, a vaga maisã do despeito informado e de inconfessável insatisfação de alguns elementos pela contrariedade a certos interesses e vantagens ligados às atividades policiais em determinados setores da fiscalização, sabidamente rendosos em percentagens ou propinas, dos quais teve de ser desviada a maioria dos poucos servidores disponíveis, para o cumprimento de outras missões, não lucrativas, porém, mais relevantes à causa pública e ao interesse social.

De fora para dentro, pelo conluio das sociedades arrecadoras de direitos autorais — sabidamente rivais, digladiando-se mutuamente na disputa gananciosa das rendas, mas, pela solidariedade do objetivo comum, aliadas entre si e, ademais, com certos grupos de empresários, autores e compositores — numa espécie de «guerra santa» contra o indiciado, por se julgarem, umas e outros, prejudicados nos seus interesses lucrativos e comerciais, ante a orientação que Hylton Rocha imprimiu ao Serviço de Censura.

Ninguém ignora que esse importante setor do Departamento Federal de Segurança Pública, falhando, evidentemente, à sua mais alta e relevante função social — preventiva e saneadora, educativa e corretiva de abusos, no sentido, sobretudo, da moralização dos nossos espetáculos públicos (teatros, cinemas, auditórios de rádio e de televisão), das letras das canções populares etc., — tendia, cada vez mais, a reduzir-se à mofina e subalterna condição de mero órgão policial fiscalizador e executor dos interesses privados daquelas sociedades arrecadadoras de direitos autorais.

Não se dirá, por certo, que velar pelo cumprimento das normas legais vigentes sobre a proteção do direito autoral não fosse e não seja, *ex-vi legis*, uma das várias finalidades específicas do S.C.D.P. Mas, daí a erigir-se essa finalidade em sua função primordial e, como se pretendia, quase exclusiva, desnaturando-o e abastardando-o, confinando-lhe a esfera de ação, amesquinhando-lhe a institucional destinação político-social, até ao ponto de converter numa espécie de *statione fisci* daquelas sociedades defensoras de interesses privados um organismo administrativo criado principalmente para a proteção à Sociedade, para a vigilante salvaguarda de interesse público, enorme e chocante é a diferença, vai, por assim dizer, a distância de um abismo.

Pois era isso o que se desejava e se pretendia: que o Serviço de Censura, já de si deficiente e desaparelhado de meios, com um pessoal inapto

e reduzidíssimo, com um precário material (sobretudo no que tange a transportes) para o desempenho de suas múltiplas e assoberbantes tarefas numa cidade de vastas proporções como o Rio de Janeiro, continuasse desviado de seus mais altos fins, sacrificando ou relegando a secundário plano a defesa do interesse público, vale dizer, a causa da Sociedade, para curar preferencialmente dos interesses econômicos particulares de grupos representados pelas sociedades cobradoras de direitos autorais (U.B.C., S.B.A.C.E.M., S.A.D.E.M.B.R.A., S.B.A.T.); que empregasse, a fundo, em benefício delas, os seus escasos recursos, na permanente fiscalização aos m'lhares de clubes, *dancings*, *boites*, bares, cassinos, parques e outros centros de diversões da cidade, a fim de verificar, em cada qual, o cumprimento ou a violação de programas, policiando os repertórios e controlar a execução de músicas, muito embora a licenciosidade, o despudor, a obscenidade e o nudismo comercializado campeassem, livre e acintosamente, nos palcos, nos filmes, nos *placards* de propaganda, nos programas de rádio e de televisão e nas letras musicais, para gáudio e lucro de conhecidos beneficiários da exploração da imoralidade e da indústria da pornografia ...

Para isso, aliás, ter-se-ia de colocar um fiscal em cada um dos citados centros de diversões durante toda a noite, à espera e para o registro punitivo de possíveis transgressões, difícil tarefa, quicá impossível, mesmo com a disponibilidade de muitas dezenas de fiscais.

VI

Mas, em suma, a tal estado de coisas se chegara que, a bem dizer, o Serviço de Censura existia e militava praticamente em função dos interesses e atividades das aludidas associações. Seus poucos fiscais, — baldos, na maioria, de aptidões e conhecimentos para a especial natureza da função, e associados, não raro, através de percentagens e propinas, a tais interesses — iam adquirindo uma mentalidade de meros agentes, mandatários ou prepostos dessas entidades. Por outro lado, forneciam-se cartelas oficiais, graciosas, a fiscais particulares das mesmas entidades, para dar-lhes maior autoridade e facilidade de ação, travestidos, assim, êsses estranhos, em auxiliares da Polícia, tudo numa mistura, numa promiscuidade de funções, atribuições e competências profundamente lamentável e condenável.

Ora, o Serviço de Censura, por sua própria natureza, é missão eminentemente cultural e educativa, de caráter mais profilático do que repressivo e punitivo, e visando, sobretudo, à defesa da Coletividade.

Imbuído dessa crença, o ora recorrente, ao assumir os encargos e responsabilidades de sua Chefia, procurou modificar aquêl estado de coisas e imprimir novos rumos às atividades fiscalizadoras que lhe cabia orientar e superintender atuando sempre no predominate interesse do decôro público e do bem estar social. Nada haveria, pois, que estranhar, no contraste, assinado pelo *Relatório* de fôlhas, entre o fato de que os Chefes anteriores «sempre mantive-

ram amistosas e cordiais relações com as sociedades que defendem os direitos autorais» e o «clamor geral contra a atuação atual do Chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas» (*sic*). Êsse contraste estava na lógica dos acontecimentos.

Impunham-se, antes de tudo, medidas de saneamento moral tendentes à contenção da maré montante de imoralidade, depravação e pornéia em várias manifestações da atividade artística, muito especialmente no teatro, no rádio e nas canções populares, triste fenômeno assinalado, muito justameente, pela crítica responsável, como um índice alarmante da decadência, afrouxamento de costumes e degradação social.

Dai haver o recorrente dado preferência e precedência à fiscalização de auditórios de rádio e televisão, recintos de teatros, cinemas, na parte relativa à verificação de *trailers*, obrigatoriedade do complemento nacional e da aposição dos letreiros de proibição para menores e crianças nas portas das bilheterias, bem assim à prevenção e repressão de certos métodos impudicos e excitantes de propaganda, ao expurgo da obscenidade e da crápula nas letras das canções populares e modinhas carnavalescas etc. etc. O Serviço de Censura deixava, assim, de ser um simples instrumento de coerção fiscal das sociedades para ser um verdadeiro órgão de defesa da Sociedade.

No desempenho dessas tarefas tiveram de ser empregados os poucos censores e fiscais de que dispunha o serviço, não raro a contragosto dêles pela perda de vantagens au-

feríveis noutros rumos da fiscalização.

Mas, é óbvio que tais providências, importando restrições ou vedações mais ou menos extensas e substanciais em relação às peças ou composições censuradas, haveriam de provocar da parte dos empresários, autores e compositores, atingidos e supostamente prejudicados em seus interesses comerciais, reações inamistosas, e um movimento de oposição e combate aos atos e à pessoa do Chefe do Serviço de Censura, com o objetivo de afastá-lo do cargo, precisamente como, na espécie aconteceu.

VII

Disto, aliás, se acha sobejamente capacitada a opinião pública, com o seu instinto da realidade e o seu sentimento natural de justiça, tal qual se pode verificar, quer pelos comentários e protestos da imprensa honesta e responsável desta Capital, quer pela repercussão desfavorável do fato no seio do Parlamento Nacional. Bastar-nos-ia citar e invocar, neste passo, como exemplo, o expressivo artigo editorial estampado na primeira página de *O Globo*, de 22 de novembro de 1957, sob o título *O caso da Censura* e onde se lê:

«O afastamento do Diretor da Censura representa o término de uma *Campanha tenaz movida contra ele pelos setores interessados*. Não dispomos de elementos para dizer da procedência ou improcedência das acusações formuladas contra o Sr. Hyldon Rocha, e que serviram de motivo à sua saída da direção do Serviço. O inquérito em curso

dirá se, realmente, houve ou não a prevaricação alegada. Desde agora, no entanto, é preciso deixar claro um ponto: *O Sr. Hyldon Rocha foi combatido essencialmente em função da sua preocupação de enfrentar a imoralidade que ameaça tomar conta de certas manifestações artísticas.*

A sua oposição à imoralidade nas letras de canções; à sua residência à exploração do nu como chamariz, à porta e dentro dos teatros a sua preocupação de limitar o apelo à pornografia como forma fácil de humorismo na revista criaram uma série de interesses contrariados, culminando na campanha de seu afastamento do cargo.

Para compreender melhor a força desse movimento não será demais assinalar que os seus autores não se limitam a clamar contra a atuação do censor, afastado, vão mais longe e impugnam a transferência da Censura para o Ministério da Educação. Censura para eles é função de polícia e por isso há de perdurar nos quadros policiais.

Se melhante mentalidade mercantilista, que visa unicamente à preservação do negócio de explorar o público mediante processos inadmissíveis, deve ser posta de relêvo. Ninguém quer o prejuízo de atôres e autores; mas igualmente ninguém pode admitir que, a pretexto de amparar uns e outros, se pretenda explorar impunemente os instintos do expectador, numa obra de embrutecimento e aviltamento evidente.

O censor afastado há de ter errado. Mas, o que de-

terminou a guerra movida contra êle, foi justamente o que havia de mais acertado em sua atuação. Precisamente por ter tentado enfrentar a onda de imoralismo que ameaça dominar o nosso teatro. Incidiu na ira dos interessados, aparentemente vitoriosos. O Governo não pode perder de vista êste aspecto do problema para decidir com acôrto agora que foi chamado a enfrentar a crise». (Doc. junto número 4).

Outros muitos exemplos podem, porém, ser invocados;

Na sua edição de 24 de novembro de 1957, o tradicional «Correio da Manhã», em destaque *suelto* sob o título «Demissão Estranha», assim opinava:

«A demissão do chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas causou justificada surpresa. É que afinal, na administração do Senhor Hyldon Rocha, aquêlê importante órgão fôra reintegrado em suas verdadeiras finalidades. Os que vêem o teatro como arte e cultura, o grande público expectador de cinema, rádio e televisão, todos, enfim, sôbre os quais pode recair a atuação da Censura, não deixaram de aplaudir as medidas que impôs, em poucos meses de administração, o chefe ora demitido. Assim, desde as altas esferas do Governo, no Parlamento, no Clero, no seio das famílias, entre intelectuais e entre o povo, os louvores não se regatearam à modificação drástica nos critérios da censura teatral assegurando a liberdade criadora no plano artístico e separando arte do que é apenas grosseria».

E após referir-se aos «critérios educativos» (*) adotados pela Chefia da Censura no tocante à fiscalização e classificação de filmes cinematográficos, bem assim, à campanha visando a acabar com as licenciosidades nas letras e nas músicas irradiadas e televisionadas» (sic), conclui o judicioso editorial:

«No comentário não cabe a soma de realizações formalizadas na última gestão da Censura de Diversões. O registro da súmula acima é, porém, bastante para alimentar à estranheza com que foi engendrada a demissão, para cuja justificativa *arrumou-se um inquérito* de que muito se ouve falar e de que pouco se sabe.

Cabe ao Ministro da Justiça, acima de paixões e de ódios de grupos analisar as peças dêsse inquérito e formular uma decisão que atenda à verdade e à justiça». (Doc. junto, n.º 5).

O mesmo ilustre órgão, na sua edição de 27 de novembro, em nota sob o título «Camção», depois de aludir à repentina e Pouco Edificante demissão do Chefe da Censura glorificava o episódio com as seguintes e acerbas considerações:

.....
No Brasil, os ministros, os altos funcionários agem como se cada um dêles fôsse um pequeno rei Luiz XIV; «O Estado sou eu».

«Nomeiam e demitem arbitrariamente, assim como êles próprios são arbitrariamente nomeados e demitidos. O Parlamento brasileiro, a opinião pública, o povo, pa-

Nota (*) Tais critérios são aquêles que o Relatório declarou ignorar.

ra esses senhores não existem. São mesmo os nossos senhores, nossos donos. E tratam nos correspondentemente: do último funcionário subalterno atrás de um guichê, e até o ministro le Estado; *é, no meio, um Chefe de Polícia que parece demitir gente para vingar-se das surras que sua gente apanhou sem que ele se demitisse*. (Doc. junto número 6).

Por sua vez, o conspícuo «Jornal do Brasil», na edição do mesmo dia 27 de novembro, em local sob a epígrafe «*Transferência da Censura*», assim dizia:

«Censura policial, exercida na medida do preceito constitucional que a regula, se destina a cooperar com a educação e os bons costumes na prevenção e repressão da licenciosidade com que se escreve para teatro e da imoralidade com que se verseja para a música popular. *E parece, pelo que consta do noticiário destes dias e frente ao pronunciamento de pessoas de responsabilidade, que o Chefe da Censura, cuja conduta funcional ou administrativa não discutimos, teria sido bastante rigoroso no desempenho daquela atribuição, dando motivo ao revide dos interessados ...*» (Doc. junto, n.º 7).

Vejam-se, ainda, outras notas e comentários jornalísticos tomados ao acaso, num farto documentário.

«Calu, finalmente, o Sr. Hyldon Rocha, da Chefia do Serviço de Censura e Diversões Públicas. *Quem derrubou o Sr. Hyldon Rocha* não foi a classe teatral, que essa não tem força para

derrubar ninguém. *Foram os compositores populares e autores que o estão processando*» (Do «Diário Carioca» — Seção «Movimento» — de 24 de novembro de 1958. (Doc. junto, n.º 8).

«A saída de Hyldon Rocha da Chefia do Departamento de Censura vai ser decidida em definitivo pelo Ministro da Justiça. Queremos sugerir ao Sr. Eurico Sales que investigue o caso com vagar, não se deixando conduzir pela pressão das entidades de classe de compositores, autores de teatro etc., pois ninguém ignora quem as dirige. O fato de se acharem *contra* Hyldon Rocha depõe a favor dêste, a nosso ver».

.....
«Examine o caso de «Papando Alto», Sr. Ministro. Hyldon Rocha cortou onze quadros do espetáculo. Houve uma passeata de protesto «fabricada» pelos donos da empresa prejudicada, e o General Amaury Krueel, Chefe de Polícia, *incompreensivelmente*, desautorou seu subordinado, restituindo os trechos vetados pelo Censor ao palco do Carlos Gomes. Incompreensivelmente, dizemos, porque fomos assistir «Papando Alto», e achamos que Hyldon Rocha foi benévolo com o espetáculo. Nós, no lugar dêle, teríamos impedido sua apresentação, pois raramente presenciamos algo de tão deprimente pornográfico e vulgar em todos os sentidos como essa revista». (Do «Diário Carioca», de 23 de novembro de 1957, crônica de Paulo Francisco, na seção «Teatro», sob a epígrafe «*Hyldon Rocha e Teatros*»).

«O Chefe de Polícia, General Amaury Kruehl, afastou de suas funções o Chefe do Serviço de Censura, mediante simples acusações de duas sociedades arrecadadoras (a SBAT e a SBACEM), que diziam não estar o Sr. Hyldon Rocha fiscalizando os seus interesses comerciais nos clubes que executam músicas de compositores e autores teatrais a elas filiados».

.....
«Mas, que fez o General? Diante de vagas conclusões de que o Chefe de um setor a ele subordinado havia prejudicado interesses financeiros de duas sociedades que não representam a classe ..., conclusões suspeitas por qualquer ângulo que examinadas, afastou o Chefe da Censura».

.....
«A Comissão que constatou, sem exibir provas, ações indébitas do Chefe da Censura, logo afastado, é altamente suspeita. São funcionários da própria Polícia interessada em manter sob a jurisdição do Departamento Federal de Segurança Pública o Serviço de que às vezes se servem mais do que prestam serviços. Rebelam-se, assim, os policiais contra os pareceres de várias Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado, inclusive as de Constituição e Justiça, que opinaram favoravelmente à transferência da Censura para o Ministério da Educação. E se apolam em que e em quem? Em duas sociedades que não representam a classe e que pretendem ser obrigação do Sr. Hyldon Rocha colocar os sete (7) fiscais, de que

dispõe para examinar se não há cometimentos atentatórios à moral em espetáculos públicos e festas, — a serviço dos seus interesses financeiros: segundo a SBAT e a SBACEM, esse grupo insuficiente de fiscais deveria ir ver se os clubes estavam executando músicas de seus associados e comunicar-se com elas para a dívida cobrança dos direitos autorais. Essa e das antigas!... Não é preciso entrar no mérito das outras acusações feitas ao Chefe da Censura recém-afastado, tal a puerilidade delas». — (Crônica de Décio Vieira Ottoni, na Seção «Cinema», do Diário Carioca», edição de 24 de novembro de 1958). (Documento junto, n.º 9).

A reação parlamentar foi por igual expressiva e sereva, motivando da parte de inúmeros e brilhantes Senadores e Deputados reparos e críticas manifestamente desabonadoras da procedência e lisura do ato oficial.

Em nota sobre as atividades do Senado Federal, «O Jornal», de 26 de setembro de 1957, registrava:

«Discursou, em explicação pessoal, o Senador Gilberto Marinho (PSD — Distrito Federal)» ... etc.

.....
«Também abordou o Senador carioca a recente demissão do Chefe da Censura do DFSP, Sr. Hyldon Rocha, dizendo, inclusive, que o demitido conta com a solidariedade de vários jornais locais, no que se manifestaram, em apartes, no mesmo sentido, os senadores Lourival Fontes, Lima Teixeira, Mem de Sá e Kerginaldo Cavalcanti. O Sr.

Mem de Sá fez sentir a oportunidade e procedência da passagem do Serviço de Censura para o Ministério da Educação e Cultura». — (Doc. junto n.º 10).

Na mesma data, publicava, a igual respeito, «O Globo: «Referiu-se o Senador Gilberto Marinho ao afastamento do Sr. Hyldon Rocha da chefia do Serviço de Censura de Diversões Públicas, pedindo a transcrição nos Anais da Casa de comentários da imprensa, inclusive de O Globo, favoráveis àquele servidor.

Os Srs. Ezechias da Rocha, Lourival Fontes, Lima Teixeira e Kerginaldo Cavalcanti, em apartes, fizeram referências elogiosas ao Sr. Hyldon Rocha, frisando o Sr. Lourival Fontes que fôra surpreendido com o ato e as declarações do Chefe de Polícia, que se basearam numa suspeita contra aquêle funcionário, quando sua administração «era moralizadora e defensora dos bons costumes». — (Doc. junto, n.º 11).

Em sua edição de 22 de novembro do mesmo ano de 1957, assim relatava «O Globo», em notícia sôbre o expediente da Câmara dos Deputados:

«O Sr. Portugal Tavares (PR, Paraná) lamentou o afastamento do Sr. Hyldon Rocha da chefia do Serviço de Censura. Assinalou que aquêle administrador se conduzira de modo irrepreensível à testa do referido Departamento. *El hoje é vítima de um conluio de interesses suspeitos e inconcessíveis.*

Sallentou, ainda, que a gestão do Sr. Hyldon Rocha sempre pretendeu moralizar

os espetáculos públicos, o que conseguiu, para satisfação dos espectadores. Acreditava que se fizesse justiça em seu caso, positivando-se a nenhuma procedência dos fatos com que tentam arrastá-lo a uma situação incômoda». (Documento junto n.º 12).

Está a ver-se, pois, que a opinião pública, pelos seus órgãos mais representativos, autorizados e idôneos — a Imprensa e o Parlamento, — já julgou definitivamente, em seu tribunal irrecorrível, para edificação dos coevos e juízo da posteridade, o Servidor ora recorrente e, do mesmo passo, definiu o teor moral dos seus acusadores. E de que modo. Considerando que o ato de seu afastamento da Chefia da Censura nada mais representa do que uma vitória do conúbio da *imoralidade com o interesse financeiro* contrariado, de certos grupos de indivíduos prestigiosos.

Mas, o que, em tal sentido, e com expressões e comentários candentes como os que vimos de transcrever, revelam e afirmam, de público, através de suas vozes mais egrégias e prestigiosas, a imprensa e os representantes do povo no Congresso, não exprime apenas o atestado de um erro ou de uma injustiça oficial; vai mais longe, muito mais longe; vale por uma grave denúncia de *corrupção* no plano administrativo, que outra coisa não exprime nem significa o estranho poder desfrutado por indivíduos ou grupos de indivíduos contrariados em interesses econômicos pessoais ou em pretensões mais ou menos imorais e escusas, de conseguir sejam oficialmente perseguidos e afastados dos seus

cargos os Chefes de Serviço Público que lhes entravam tais interesses ou pretensões: — denúncia que, em países de maior sensibilidade política, como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos, acarretaria incalculáveis efeitos e tremendas repercussões.

VIII

Examinando, porém, atentamente, à luz de critérios puramente jurídicos, o inquérito, ou melhor, a *devassa* que, à guisa de «processo administrativo», se procedeu, para justificar o afastamento do ora recorrente, vê-se, preliminarmente, que o mesmo padece de vícios e irregularidades patentes, como sejam, por exemplo:

a) A Portaria do Chefe de Polícia, mandando instaurar o inquérito, foi publicada no dia 28 de julho de 1957. Transcorridos os sessenta dias do prazo legal, não houve nenhum ato oficial prorrogando esse prazo por motivo de força maior como a lei prevê. A prorrogação arbitrária e automática sem qualquer justificação constitui uma anomalia que importa subversão das normas legais reguladoras da matéria — tipicamente de ordem pública.

b) Não houve nenhuma ata das reuniões da Comissão.

c) O processo embora aparentemente instaurado para apurar certos e determinados fatos constantes da denúncia ou melhor da queixa da UBC, que lhe serviu de suposta base, desviou-se de sua finalidade, para logo se converter numa ampla *devassa* em torno não apenas da atividade funcio-

nal do recorrente, mas, ainda, de sua vida privada, de sua conduta pessoal, de suas idéias e ações como cidadão particular, — o que desborda e aberra das regras e princípios legais atinentes à técnica do processo administrativo.

d) Por isso mesmo, não se arrolaram propriamente «testemunhas» no exato sentido jurídico de pessoas imparciais, insuspeitas, idôneas e capazes de esclarecer objetivamente e desinteressadamente fatos e atos funcionais supostamente irregulares, argüidos da representação dos queixosos; recrutaram-se acusadores, convocaram-se, a bem dizer, para depor, todos aqueles que quisessem e tivessem incriminações ou queixas, em geral, a formular contra o indiciado. Daí a suspeição por interesse, parcialidade e animadversão (motivada ou gratuita) que ressuma de seus depoimentos.

e) O depoimento do acusado foi tomado no dia 1.º de novembro, isto é, quatro (4) dias depois de concluído o prazo de noventa (90) dias do início do inquérito, sendo, embora, tal depoimento uma peça essencial do processo.

Vejam-se, agora, qual o conteúdo jurídico substancial das acusações formuladas contra o recorrente, e se autorizavam elas, em direito, a caracterização do crime de *prevaricação*, que lhe foi imputado como justificativa para o ato de sua exoneração.

Ao encetarmos esta nova etapa do presente recurso, não podemos deixar de considerar, como peça naturalmente indi-

cada à verificação dos atos e fatos informadores de tais acusações, o parecer do Assistente Jurídico do Sr. Chefe de Polícia e no qual se teria este último louvado e baseado para proferir sua decisão e publicar a infamante nota oficial que se permitiu assinar.

Realmente, após a fase de informação, o processo administrativo movido contra Hylton Rocha foi remetido ao Chefe de Polícia. Essa autoridade solicitou, então, um parecer do Assistente Jurídico de seu gabinete, Dr. Jefferson Machado de Góes Soares.

Trata-se de uma das peças mais importantes do processo em exames, eis que resumiu as etapas anteriores do inquérito, arrolou e discriminou as «faltas» e «culpas» imputadas ao indiciado, ora recorrente, e foi, afinal, a causa mais próxima do despacho do Sr. Chefe de Polícia, que, como já foi dito, por ele se orientou para proferi-lo. Esse parecer é o que se lê às fls. 304 e seguintes.

Por ele se observa que, em resumo, as «faltas» ou «culpas» atribuídas ao Sr. Hylton Rocha foram estas:

A) *Falta de Fiscalização de Casas de Diversões*

Esta omissão, que constitui a primeira e mais freqüente das acusações levantadas contra o ex-Chefe do Serviço de Censura, teria consistido, segundo se colhe dos depolmentos, em:

a) admitir ou tolerar o funcionamento de casas de diversões sem programas previamente apresentados e aprovados;

b) ausência de procedimento contra os infratores,

apesar das reclamações das sociedades interessadas;

c) ausência de despachos às denúncias apresentadas por essas sociedades.

Examinadas atentamente tais increpações, vale, preliminarmente, considerar o seguinte:

O Chefe do Serviço de Censura — que tem por órbita de ação uma vasta cidade de quase três milhões de habitantes, com centenas de casas de diversões — não há de ser, obviamente o *único* executor das tarefas que se impõem ao setor a seu cargo. Pensar de modo contrário, seria imaginar um homem com olhos, botas de sete léguas, dispondo, ademais, de cem horas por dia e, talvez, em certos períodos, possuindo o dom da ubiquidade.

Um «chefe», como indica o próprio nome, dirige uma equipe de servidores, um conjunto de atividades; precisa, pois dispor de auxiliares em número bastante e em condições de aptidão suficiente para o funcionamento normal do serviço.

Ora, no caso em tela, o que emerge, clara e gritantemente, da realidade dos fatos, é a falta de pessoal e de veículos que possibilitassem a tarefa da fiscalização das casas de diversões nos diversos bairros da cidade. É claro que, dispondo, apenas, para o serviço externo, de sete (7) fiscais, a Censura não podia atender com exatidão e suficiência a todas as necessidades de interesse público e do interesse particular, tornando se, pois, inevitáveis certas falhas e omissões. E, em tal conjuntura, a preferência aos setores mais importantes da fiscalização, do ponto de vista do in-

terêsse público e da defesa social, era um imperativo natural do bom-senso e da própria noção de responsabilidade.

Culpado poderia ser o recorrente se, conhecedor da deficiência dos meios necessários ao bom desempenho dos serviços sob a sua chefia, silenciasse, deixasse de reclamar a quem de direito as providências no caso indicadas. Mas não silenciou. Ao contrário, através de reiterados apelos verbais e escritos (constantemente, estes últimos, de *ofícios*), expôs ao Sr. Chefe de Polícia o quadro de tais dificuldades e deficiências, e lhe solicitou pessoal e veículos para, justamente, poder atender a todas aquelas necessidades e exigências do Serviço. Estava, pois, S. Ex.^a perfeitamente a par de tudo o que ocorria.

Assim é que, por exemplo, em Ofício n.º 163, de 27-5-57, expunha e postulava o recorrente àquela autoridade:

«Até minha investidura na Chefia do SCDP, era tradição a existência de duas viaturas que atendiam, ainda que não suficientemente, às necessidades deste Setor do DFSP. Uma — *limousine* — se destinava à locomoção diurna e noturna do Chefe do Serviço, tão incessante pela natureza da função. A presença do Chefe nas cabinas, cinemas, teatros, estações de rádio-televisão, casa de diversões, é imperiosa, desde que o titular esteja convencido de que se lhe impõe permanente supervisão pessoal junto às atividades e responsabilidades da Censura, em todos os setores afetos à sua jurisdição. A camioneta que antes servia 24 horas teve

seu horário reduzido para 12 horas, tempo insuficiente para levar a contento a inspeção de centenas de casas de diversões da Capital Federal. Essa redução no horário da camioneta veio dificultar, senão tornar *inexistente* uma verdadeira fiscalização, cada dia mais indispensável para que este Serviço possa seguir de perto e diariamente o cumprimento da lei que rege o setor das diversões e espetáculos. Sabendo do acúmulo de serviços do DFSP a serem atendidos por meio de viaturas, reconhece esta Chefia a dificuldade de obter duas camionetas, que, juntamente à existente neste Serviço, supririam, de uma vez as crescentes e inadiáveis necessidades do SCDP. Colocando o problema sob o alto e lúcido exame de V. Ex.^a, peço vênha para solicitar seus bons *ofícios* no sentido de que, pelo menos, aquelas duas viaturas sejam fornecidas à Censura, cada uma acompanhada de um motorista para o serviço diário de 24 horas». (Doc. junto, n.º 13).

Em Ofício n.º 219, de 7-8-57, reclamava, ainda, providências contra o crescente desaparecimento material da Censura, que, além de não dispor, sequer, de uma cabina privativa para as projeções de filmes a serem censurados, ainda se via desfalcada de seus aparelhos de projeção.

«Como já tive oportunidade de informar pessoalmente a Vossa Excelência, possuía este Serviço dois magníficos projetores cinematográficos de marca alemã, entregues ao DFSP, pelo antigo DIP, quando da

extinção daquele órgão, em dezembro de 1945. Posteriormente, foram os aludidos aparelhos de projeção emprestados ao Palácio do Catete, de onde saíram, em seguida, para ser instalados na cabine presidencial do Palácio das Laranjeiras.

Como V. Ex.^a está informado, o SCDP não dispõe de cabina privativa, tendo utilizado, no decorrer de vários anos, cabinas pertencentes aos interessados, ou por êstes alugadas, — prática inconveniente e, sob todos os pontos de vista, prejudicial à isenção e discriminação que devem presidir aos exames de filmes pelo SCDP. Ao assumir a Chefia dêste Serviço, tomei imediatas providências no sentido de que as projeções aludidas não continuassem a depender das partes e das emprêsas interessadas, conseguindo, então, do Diretor da Agência Nacional, a cessão da cabina dessa Repartição para a projeção dos filmes a serem censurados. Últimamente, no entanto, têm surgido alguns inconvenientes naquela cabina — já relatados verbalmente a Vossa Excelência — acrescidos ainda da estreiteza do horário que ali também nos foi imposto: das 11 às 16 horas, tempo insuficiente para os nossos trabalhos dêsse setor, que, não raro, se alongam noite a dentro».

E, depois de sugestões e pedidos de material, necessário a, pelo menos, *remediar, providoriamente*, tais deficiências e dificuldades:

«Venho, pois, apelar para V. Ex.^a no sentido de ser considerado, pelos meios que o eminente Chefe conside-

rar cabíveis, o material mencionado, visto estarem os nossos projetores servindo ao Exmo. Sr. Presidente da República». (Doc. junto, n.º 14).

Por Ofício n.º 217, de 2-8-57, pedia o Chefe do Serviço de Censura a transferência, para o mesmo Serviço, de alguns funcionários, cuja necessidade encarecia:

«Tenho a informar a Vossa Excelência que são êses funcionários imperiosamente necessários ao desempenho de algumas tarefas, que devem ser melhor organizadas e distribuídas, visando a um melhor rendimento do Serviço». (Doc. junto, n.º 15).

Em 14-8-57, através de Ofício n.º 225, ponderava, e postulava ainda, o recorrente:

«Como já informei pessoalmente a V. Ex.^a, necessita o SCDP de um funcionário que se encarregue do expediente e de Secretaria, e que tenha reconhecida, prática e experiência no tocante à tarefa de natureza estritamente burocrática e administrativa. Empenhado profundamente na ordem e disciplina internas dêste Serviço, venho tentando o possível no sentido de distribuir bem, e produtivamente, as múltiplas tarefas diárias do SCDP, procurando aproveitar bem as qualidades e habilidades específicas de cada funcionário». (Doc. junto, n.º 16).

Já anteriormente, porém, ainda em junho de 1957, através de longo e circunstanciado Ofício, sob n.º 171, o ora recorrente fizera ao Chefe de Polícia um relato minucioso e realista das dificuldades com

que se via a braços para prover às necessidades do Serviço, e do qual constam os trechos abaixo:

«Tenho a honra de dirigir-me a V. Ex.^a para expor, o mais sucintamente possível, a situação atual do SCDP, apresentando, anexada a êste Offício, a lista de funcionários lotados neste Serviço, discriminadas as respectivas funções e lotações. O Regulamento de 1955, elaborado na gestão do Sr. Cel. Menezes Côrtes, limitou e reduziu as Seções do SCDP, dividindo-o e estrangulando-o em duas — a Secretaria e a Seção de Censura e Fiscalização. Impossível — devo esclarecer a V. Ex.^a — é conter tôdas as tarefas dêste Serviço, relativas à censura e fiscalização, num setor, num único setor.

É volumosa, crescentemente volumosa, a matéria em tramitação diária neste Serviço, tôda ela requerenda exame acurado e honesto, dentro do espírito e do texto da legislação que a regula. Torna-se, como é óbvio, imprescindível uma reestruturação em tôda a organização do SCDP para que êle funcione melhor, racionalmente, dinamizando a sua ação e produzindo aquêles resultados que possam justificar a sua existência e o ônus que representa para os cofres públicos».

.....
.....
.....

«Acréscete-se a estas atribuições todo o contrôle das exigências legais relacionadas com a programação e fiscalização de centenas de casas de diversões da

Capital Federal, todo o contrôle das exigências legais relacionadas com o cumprimento das leis sobre cinema em todo o País, efetivado à base de vasta documentação que cabe e não pode deixar de ser fiscalizada, interna e externamente, com o maior cuidado e escrúpulo. Não tem sido fácil cumprir e pôr em prática um serviço perfeito, pois Vossa Excelência já está informado sobre certas deficiências e vícios antigos, no funcionamento do SCDP, cuja correção não tem sido fácil».

.....
.....
.....

«Alguns funcionários quatro ou cinco, dos quadros do DFSP serão imprescindíveis na nova distribuição dos setores e que poderão ser transferidos para o SCDP, depois de investigadas as suas disposições e habilidades.

Atendidas inicialmente estas necessidades, e outras relativas ao transporte para o Chefe e para a Fiscalização (abordado no Offício n.º 163-57), o SCDP poderia se mover com a eficiência, que, sem tais recursos e ajuda, venho angustiosamente conseguindo, mas apenas naqueles pontos mais fundamentais à sua atividade.» — (Doc. junto, número 17).

Como bem se vê pelos termos de tais documentos oficiais, o Chefe do Serviço de Censura, em oportunidades várias, verbalmente e por escrito, inteirou o Sr. Chefe de Polícia das angustiosas e prementes dificuldades em que

se achava lutando para acudir às múltiplas necessidades de um Serviço em crise de *personal* (auxiliares poucos e sem as necessárias habilitações), de *material*, sobretudo em questão de transportes (deficiência de veículos para servir ao Chefe da Censura e às exigências da própria fiscalização), de *instalações* (secretaria desaparelhada, falta de cabinas próprias e de aparelhos para a projeção de filmes etc), de *organização* inadequada divisão regulamentar de serviços) etc: e, *por ainda*, como se tudo isso já fôsse desgraça pouca, desfalcado em suas já precárias possibilidades, com a retirada de aparelhos seus, com redução do horário de serviço da camioneta única disponível, de 24 para apenas 12 horas etc.; sugeriu medidas, solicitou providências, rogou auxílios para atenuar a situação e poder dar melhor cumprimento às tarefas que lhe competia dirigir; mostrou a absoluta *impossibilidade* de realizar convenientemente tôdas essas tarefas sem o provimento das necessidades apontadas e sem que se procedesse a *«uma reestruturação em tôda a organização do SCDP»* (sic); e com louvável franqueza e realismo tornou bem claro que, *sem tais recursos e ajuda*, somente poderia manter o Serviço *com relativa eficiência «naqueles pontos mais fundamentais à sua atividade»* (sic).

Ora, se de tudo isso estava perfeitamente informado e ciente o Senhor Chefe de Polícia; se não foram devidamente atendidos os reclamos e apelos formulados pelo Chefe da Censura; se entre tarefas de menor importância

relacionadas com interesses particulares de arrecadação de direitos autorais, e missões de muito maior importância por isso que relacionadas com o interesse público, deviam, lógica e necessariamente, ter estas últimas indiscutível preferência e precedência na distribuição e determinação dos serviços; é claro que o Senhor Chefe de Polícia não podia *estranhar* deficiências e omissões na fiscalização das centenas de casas de diversões existentes no Rio de Janeiro, para proteção de direitos autorais arrecadáveis pelas sociedades queixosas e, muito menos, ver nisso um caráter de *«prevaricação»*.

Jamais foi *permitido, admitido ou tolerado* o funcionamento de casas de diversões sem programas previamente aprovados pelo Serviço de Censura, e nenhum ato partido do indiciado se apurou, indicativo de tal orientação ou propósito. Houve, sim, apenas, deficiências de fiscalização, nas circunstâncias e pelas razões já expostas, que não podem em sã consciência ser levadas a débito do recorrente. Só e só.

Também não é exato houvesse deixado o recorrente de proceder contra os infratores, não obstante as reclamações das sociedades interessadas.

Há, ainda, neste ponto, um malicioso desvio da verdade dos fatos.

Com efeito: o Regulamento aprovado pelo Decreto número 20.493, de 24 de janeiro de 1946, ou seja, o Regulamento do próprio Serviço de Censura do DFSP, assim preceitua:

«Art. 129. Apresentada a defesa, que só será admitida tratando-se de pena pe-

cunliária, quando acompanhada do depósito prévio da importância da multa na Tesouraria do Departamento Federal de Segurança Pública, será proferida a decisão final, confirmando, reduzindo ou relevando a multa ou a penalidade imposta, devendo ser fundamentado o motivo da decisão».

Por sua vez, o Decreto número 37.008, de 8 de março de 1955, na Seção III, concernente à *Polícia das Diversões Públicas*, Subseção A — *Censura de Diversões Públicas e sua Fiscalização*, depois de fixar, no art. 274, as penalidades cabíveis por infração das normas do Serviço de Censura, estabelece em seu parágrafo único:

«Dentro dos limites fixados, a multa será aplicada a critério do Chefe do Serviço, que baixará instruções para mais fácil aplicação e notificação aos infratores».

Como se vê, a decisão a respeito de penalidades é da estrita competência do Chefe do Serviço de Censura. A aplicação das multas foi deixada ao seu prudente critério. Destarte, tem ele autoridade e faculdade legal para relevar da multa o infrator, quando primário, ou se entender justificada a falta cometida. Cobia, portanto, ao ora recorrente, a faculdade de relevar.

Usou ele, porventura indevidamente ou abusivamente desse direito? Relevou *sem motivo* ou com flagrante *injustiça*? Que critérios de apreciação e julgamento foram adotados para uma conclusão a respeito? O processo administrativo é no particular, inteiramente omissivo. Nenhuma *prova* oferece em desabono da justiça e oportunidade das

suas decisões nesse setor e, muito menos ainda que permita falar-se em «*prevaricação*».

Vale, aqui, sublinhar outro ponto digno de nota, que é o dos ataques ao recorrente, baseado numa falsa e errônea concepção das atribuições e dos fins da Censura. Criticou-se Hyldon Rocha porque, na sua gestão, a *renda das multas* diminuiu. Ora, em todo serviço de natureza eminentemente preventiva a diminuição de multas é um índice — o melhor índice — da eficiência do serviço. Significa, presumidamente, menor número de infrações, o que pressupõe melhor fiscalização. Na Suécia os serviços de tráfego e trânsito público oferecem em matéria de multas, um rendimento ínfimo, quase nulo, e isso ocorre precisamente pelo alto grau de organização e de perfeição a que atingiram tais serviços, ajudados pelo elevado nível de educação do povo mais feliz do mundo. Acaso, será a *renda* — as multas — e, pois, no caso, incentivar a prática da obscenidade, a violação dos direitos autorais, as infrações de toda ordem, para enriquecimento do Erário? Será lógica e admissível uma comunicação como esta: — *Tivemos um excelente exercício: obscenidade extraordinária; lucros extraordinários*. Ninguém, de juízo, o diria. A função da Censura, a sua própria razão de ser, é prevenir, evitar as infrações, acautelar a moral social, zelar pela preservação do decôro público, e não reduzir-se a um aparelhamento burocrático arrecadador de multas. Magnífico será o tempo em que não haja multas a cobrar.

Triste coisa é ver-se, pois, num processo administrativo,

figurar acusação de tal espécie, indicativa de uma lamentável deformação da mentalidade policial indígena acêrca dos fins da Censura e da própria missão social da *Polícia Preventiva*.

Aluda-se outrossim, a um fato que reveste importância, na hipótese em tela: — a UBC, segundo alega, viu-se aguilhoada a proceder à denúncia por se sentir prejudicada com a diminuição dos seus lucros. Apesar de não ser argumento válido, esqueceu, porém, a denunciante, de considerar que, nos últimos tempos, foi fundada outra associação arrecadadora de direitos autorais de compositores, a SA-DEMBRA — e, obviamente, pela lei da concorrência, há de ter diminuído, em relação a cada uma, o montante das quantias auferidas.

Podê-se pois, seguramente, concluir:

a) Não houve permissão para as casas de diversões funcionarem sem programas, e, sim, apenas, impossibilidade de fiscalização eficiente, devido à deficiência de pessoal e de veículos assinalada pelo recorrente e motivadora de seus baldados apelos e reclamos a quem de direito. Note-se, ainda, que as infrações ocorreram em clubes que não anunciam seus *espetáculos*, que não têm dias certos para as suas *festividades*, circunstância essa que dificulta e torna quase impraticável uma censura tão rigorosa quanto a que se realiza no setor teatral e cinematográfico, bem assim junto às casas de diversões públicas que funcionam diariamente com programas anunciados pela imprensa.

Convém acentuar ainda, um pormenor: os clubes e as *boîtes* apresentam, não raro, um programa aprovado por certa e determinada sociedade arrecadadora e, na sua festividade, muita vez até a pedido de fregueses, executam produções de autores filiados a outra sociedade. É claro que, para verificar e coibir em toda a cidade tais infrações — e ainda mais sem prejuízo de outras e sobrelevantes tarefas de interesse público, a seu cargo — precisaria o Serviço de Censura de dispor de numeroso pessoal e de uma frota de veículos proporcional às exigências e percalços dessa contínua e dispersa fiscalização, a menos que se submetesse a autoridade, por incapacidade confessada e lamentável abdicação, a delegá-la aos fiscais das próprias interessadas.

b) Não houve ausência de procedimento contra os infratores mas, tão-somente, relevação de multas, quando as infrações foram devidamente justificadas — tal como cabia nas atribuições do Chefe — e atento o critério de que o Serviço tem predominantemente um caráter moralizador e educativo e não comercial.

c) Não houve ausência de despachos nas denúncias apresentadas pelas sociedades. Os próprios elementos do processo destroem e desautorizam esta invencionice.

B) *Censura irregular e feita à última hora de peças já aprovadas, com prejuízos para os interessados, surpreendidos, muita vez, à véspera do espetáculo.*

É este o segundo ponto do libelo acusatório acolhido pelo parecer do Sr. Assistente Jurídico do Chefe de Polícia. Acusara-se, antes, por *falta de censura*. Acusa-se, agora, por *excesso de censura*.

A defesa do recorrente se estriba na própria expressão do parecer: — *Surpreendidos*. E, aqui, bem ao revés de uma infração, o que se desvela e oferece é a manifestação de continuidade na vigilância e zêlo no cumprimento do dever. O ora recorrente, sabendo que, não raro, os textos se modificam à última hora, e deseioso de, pessoalmente, verificar como era feita a censura, comparecia, êle mesmo, aos últimos ensaios e, ali, na defesa da moral pública e dos bons costumes, não vacilava em cortar esta ou aquela passagem que lhe parecia incompatível com a publicidade do espetáculo, embora já aprovada pelos censores. Era êsse o melhor meio de controlar a ação e a capacidade de seus auxiliares e de obstar a burla à censura. Pois até essa manifestação de esforço e zêlo funcional foi arrolada como *falta* cometida pelo indiciado, o que chega a ser irrisório.

C) — *Liberação irregular de filmes e peças, contrariando os pareceres dos censores, sem qualquer motivação, apenas, para satisfazer, capricho pessoal.*

O teor, a substância de tal acusação é, em si mesmo — por sua visível inconsistência e vacuidade — um índice revelador da carência, da angústia de *matéria-prima* experimentada pelos inquisidores para a construção do *Moloch*

em cujo ventre deveria ser sacrificado o recorrente.

Era, ou não era, afinal, Hyldon Rocha, o Chefe do Serviço de Censura?

Se era — como, efetivamente, era, — a infantil e ridícula acusação se desmorona por si mesma, ao sôpro do mais leve e primário raciocínio lógico: como cercear-lhe o exercício de atividades que se enquadravam perfeitamente nas suas funções e na sua esfera de competência? Se a liberação era feita por quem possuía autoridade e competência para fazê-la, nos termos da letra *f* do art. 3.º do Decreto n.º 20.493, de 1946, nada tinha, objetivamente, de «irregular», ainda mesmo que praticada em contrário ao *parecer dos censores*, pois a tal parecer não está, nem poderia estar subordinado ou adstrito o Chefe da Censura, já pelo princípio da hierarquia funcional, já pela letra do texto legal, já por ser notoriamente conhecida a deficiência de *requisitos culturais*, de capacidade crítica e de penetração psicológica, da maioria dos aludidos censores. Dizer-se que, no exercício de tal faculdade, procedia o recorrente «sem motivação», apenas para *satisfazer capricho pessoal*, é levar demasiadamente longe o direito de tirar *conclusões aéreas*. A *motivação* — que nenhum dispositivo de lei lhe impunha fazer por escrito — estava naturalmente implícita no próprio ato: — o Chefe julgara improcedentes as objeções ou restrições dos censores. No mais, o que há é, tão-só, animadversão e perfídia, de vez que nada autoriza, no plano subjetivo, a leviana, gratuita e indefensável conclusão de que o recorrente agia *para*

satisfazer capricho pessoal. As razões de fôro íntimo, as determinantes psicológicas das ações humanas não se prestam, em direito, a afirmações e juízos que tais, máxime quando deduzidos de depoimentos parcializados pelo despeito, pela pusilanimidade e pelo interesse.

Acusa-se o indiciado, aqui, por mostrar-se rigoroso, ali, por ser liberal. Censuram-no porque censuram-no porque não censura. Ó manes de La Fontaine!...

D) — Empréstimo de filmes depositados para censura a amigos e pessoas gradas.

Só a mais completa indigência de elementos e argumentos de acusação levaria os manipuladores do inquérito a catalogar semelhante coisa no libelo engendrado contra o recorrente. Basta considerar o seguinte:

Os filmes em 35 e 16 mm, saídos da cabina da Agência Nacional e da sede do SCDP foram solicitados pela Presidência da República, para as cabinas do Palácio do Catete e do Palácio das Laranjeiras, a fim de serem projetados especialmente para o Presidente e membros de sua Casa Militar.

As solicitações partiram da própria Presidência da República, através das seguintes pessoas: do Sr. Joaquim, operador particular do Presidente Juscelino Kubitschek; do Major Borges, Ajudante-de-Ordens do Presidente; do Major Edson Perpétuo, Ajudante-de-Ordens do Presidente; do Sr. Luiz Soares, Secretário do Presidente, diretamente ou por intermédio do Sr. Passos, seu Assistente; Cap. Laktir, Ajudante-de-Or-

dens do General Nelson de Meio, Chefe da Casa Militar do Presidente da República.

Tais solicitações eram feitas, em regra, *por escrito*, e, as entregas a portadores oficiais, conduzidas em veículos do Palácio do Governo.

As películas — cuja exibição se fazia, no Palácio do Catete, pelo operador Monteiro e no Palácio das Laranjeiras, pelo operador Joaquim — eram devolvidas imediatamente, voltando sempre como saíram, em perfeito estado.

Toca às raias do absurdo imaginar-se que o Chefe do Governo e seus mais altos e direitos auxiliares — autoridades às quais incumbe zelar pelo bem comum, — não possam examinar filmes cinematográficos depositados, para fins de censura, em repartição do próprio Governo, a fim de, querendo, manifestar as diretivas que entendam justas e prudentes, no exercício da censura oficial, sabido, como é, que os filmes são, ou podem ser, veículos de muitas influências no espírito público, inclusive acêrca de idéias e assuntos que dizem respeito à segurança nacional e às relações internacionais.

O recorrente, ao enviar tais películas, jamais serviu a *interesses* de «amigos»; apenas, atendeu a requisições superiores, como do mesmo passo, procedeu com a maior lisura possível e dentro das finalidades de seu serviço, possibilitando a consulta a autoridades e pessoas de reconhecido critério, atenta a unidade de administração necessária ao bom governo de um país.

E) — Consentimento para que pessoas estranhas ao serviço usassem cadeiras privadas da censura.

Ainda mais surpreendente e estarrecedor é que se tenha invocado e argüido, como objeto de acusação contra Hyldon Rocha, um fato que, se responsabilidade penal ou funcional acarretasse, teria ela de recair, antes de tudo, nas pessoas do Sr. Chefe de Polícia e dos mais categorizados auxiliares do seu Gabinete.

Em verdade, o recorrente jamais autorizou ou concedeu a amigos ou a estranhos o uso, em teatros ou cinemas, de cadeiras privativas da Censura.

Limitou-se, apenas, no particular, a atender a requisições e solicitações recebidas do próprio Gabinete do Chefe de Polícia, relativas a entradas de teatro correspondentes às cadeiras privativas da Censura. As autorizações, que eram dali pedidas, as mais das vezes por intermédio do Tenente Jasson Marcondes e ainda do Coronel Hugo Garrastazu (Chefe do Gabinete) e de seus auxiliares Capitão Paulo, Dr. Gualter, Srs. Abreu e Carlos Alberto, saíam quase sempre em nome do Chefe de Polícia ou dos dois primeiros intermediários citados e se destinavam a uso e gozo de pessoas com função no Gabinete e suas famílias, inclusive as famílias do próprio Chefe de Polícia e do Chefe do seu Gabinete.

Acresce que, ainda, excepcionalmente, recebia pedidos de camarotes em teatros, para o Sr. Chefe de Polícia, os quais o recorrente solicitava em nome de S. Ex.^a, por ser de seu hábito nada pedir para si a empresários. Algumas vezes ta's camarotes saíam também em nome das Exmas. Senhoras esposas do Chefe de Polícia ou do Chefe do seu Gabinete, ou, ainda, no nome do

mais freqüente intermediário, o Tenente Jasson Marcondes.

Para melhor e mais completa ilustração do assunto, o recorrente apresenta e junta a esta petição uma relação circunstanciada sob o título «*Autorizações e ingressos saídos do SCDP para o Gabinete do Chefe de Polícia*» (Doc. junto, n.º), onde se acham discriminadas tais autorizações com indicação de datas, denominações das casas de espetáculo e nomes das solicitantes ou intermediários, do Gabinete do Sr. Chefe de Polícia.

F) *Permissão para a entrada de menores em cabina da Censura.*

A acusação referente à entrada de «menores em cabinas de censura de filmes, consta apenas do depoimento de um funcionário do SCDP e é mais uma das invencionices urdidas contra o servidor a quem era preciso acusar e comprometer, como «inimigo n.º 1 da Polícia». O referido funcionário faz parte ostensiva do grupo dos que se identificaram, de logo, com os propósitos superiores determinantes do inquérito, certos de que estavam servindo a uma causa ganha. O depoente não teve, contudo, a coragem de afirmar que os «menores» de que se cuida, houvessem apresentado, ao ingressar na cabina, uma *autorização* emanada do ex-Chefe da Censura. Informou que se tratava de «menores», a cuja presença teria reagido com protestos. Mas não disse, também, que o acusado, ao ter conhecimento disso, concordou, imediatamente, com os censores, dando-lhes, porém, a explicação do

fato, que assim se resume: Alguns estudantes da Faculdade de Serviço Social do Distrito Federal procuraram o Chefe do Serviço mostrando-se interessados em realizar pesquisas sobre *censura em geral*, inclusive de filmes, no sentido de organizarem mesarendondas sobre o assunto, das quais deveria participar o Chefe da Censura, para esclarecê-los e orientá-los. Tratando-se de alunos de um curso especializado, solicitou-lhes Hyldon Rocha uma credencial do Diretório da Faculdade a que pertenciam, indicando quais os estudantes escolhidos e credenciados, devendo, então, o ex-Chefe do SCDP encaminhar a pretensão ao Ministério da Justiça, por intermédio do Chefe de Polícia, a fim de que o Sr. Ministro, de acôrdo com o artigo 134 do Regulamento n.º 20.493, autorizasse a frequência dos interessados nos trabalhos da censura prévia. Realmente, esse diploma, no mencionado artigo, autoriza o Ministro da Justiça a permitir a presença de representantes de entidades culturais interessadas na elevação do nível dos espetáculos públicos nos trabalhos da censura. Ora, se é certo que alguns daqueles jovens, na sofreguidão própria da mocidade, se anteciparam à providência regulamentar, por uma ou duas vèzes, menos exato não é que foram sem demora advertidos que não podiam ter acesso ao local de censura de filmes antes de adotadas as medidas previstas em lei.

Sallente-se, entretanto, que, em se tratando, como se tratava, de alunos de um curso de assistência social, não havia menores de 18 anos, como

pretendeu fazer crer o malicioso depoente. Sabe-se que em tais cursos sòmente são admitidos, via de regra, alunos que já tenham concluído o curso científico e, pois, de maioridade. Diga-se, ainda que, apesar de contarem com a boa-vontade do ex-Chefe da Censura, aliada ao amparo da lei, aquêles moços estudantes desistiram de seu intento, tão áspero e desagradável foi para êles o primeiro contato com os *censores de formação policial*, infelizmente penetrados de uma mentalidade inconformável com a natureza eminentemente cultural e pedagógica do problema.

A explicação dos fatos, tal como acima feita, pode ser testemunhada pela palavra insuspeita dos censores da Igreja Católica e do Palácio São Joaquim, presentes a tôdas as projeções do Serviço de Censura.

G) Reestruturação abusiva do serviço de censura, com a criação de órgãos não previstos em lei.

Não houve reestruturação abusiva, como quis fazer crer uma das testemunhas de acusação, depoente sob todos os títulos suspeito, afastado que foi pelo recorrente de funções de mando que exercia no SCDP, por não merecer a confiança moral e intelectual do ex-Chefe. Houve, apenas, uma nova distribuição de tarefas, com encarregados próprios, visando ao rendimento dos trabalhos.

Nos fatos até aqui expostos e comentados se resume a substância do libelo acusatório levantado contra o recorrente, segundo a versão do parecer em que se louvou e fundou o

honrado Chefe de Polícia para a prática do ato administrativo motivador do presente recurso.

Impossibilidade de caracterizar-se o delito de prevaricação.

Vejamos agora, se, com tais elementos, no plano jurídico, seria possível configurar, caracterizar o suposto delito de «prevaricação» imputado ao recorrente, no mesmo ato oficial, como causa justificativa aparente de seu afastamento do cargo de Chefe do Serviço de Censura.

Tomemos ainda por bússola o parecer do Sr. Assistente Jurídico. Argumenta ali, seu ilustre signatário:

«Realmente, me parece ter praticado o Chefe do Serviço de Censura o crime de prevaricação, previsto no art. 319 do Código Penal, *in verbis*: — «Retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal».

A seguir, alude S. Sa. à pena funcional cabível à *prevaricação* — a de *demissão*, — mas desaconselha fôsse ela aplicada, visto não ter sido o dito «crime» reconhecido e declarado no fôro criminal competente, por sentença transitada em julgado. Assim, no seu entender, cabia ao Chefe de Polícia aplicar, tão-sòmente, a pena de *destituição*, remetendo-se, no entanto, o inquérito a quem de direito, para a instauração de processo criminal.

Já por aí está a ver-se, à luz da lógica e da mais curial prudência, que, se não se de-

via aplicar ao acusado a pena de *demissão* cabível à *prevaricação*, por não estar ainda a prática de tal crime reconhecida pela justiça criminal, através de sentença transitada em julgado, e sim, apenas, a de *destituição* (que não requeria motivação alguma, até pela natureza mesma do cargo) — orientação essa aceita e adotada pelo Chefe de Polícia, — também não deveria êste, em linha de coerência, dar como «causa» do ato de *dispensa* do funcionário o mesmo suposto «crime de *prevaricação* — e, tão pouco, divulgar essa, *justificativa* em nota oficial distribuída à imprensa (Documento junto n.º...) — tanto mais quanto *não tinha a menor necessidade de fazê-lo para destituir o acusado*, sendo, como era, êle, dispensável *ad nutum*.

Se elementos outros de *convicção* não sobejassem, bastaria a serena e humana consideração de tal procedimento para evidenciar, mais uma vez, sem sombra de dúvida, que o que se teve principalmente em mira foi *desmoralizar* o recorrente, infamá-lo perante a opinião pública, atribuindo-lhe um crime que não cometeu e enlameando-lhe, injusta e cruelmente, a reputação funcional e individual.

Noutro ponto de seu aludido parecer, reconhece e declara, porém, o Senhor Assistente Jurídico da Chefia de Polícia que ...

«Não há a mínima prova de que tenha o Sr. Hyldon Rocha agido com intuítos subalternos, em troca de qualquer vantagem pecuniária ou equivalente».

Essa manifestação é da maior importância do ponto

de vista moral e psicológico, eis que contida numa peça que, absolutamente, não prima pela simpatia do acusado. Poder-se-ia, ao revés, afirmar que se trata de uma verdade apurada e emitida a contragosto, por isto mesmo de valia excepcional.

Mas, então, se se reconhece, e declara, e proclama, que o Sr. Hyldon Rocha *não agiu com intuítos subalternos (sic)* com que intuítos teria agido, então? Com intuítos superiores, elevados, dignos?...

A expressão *subalterno*, no sentido, na acepção em que foi empregada, significa, na linguagem corrente, *inferior, secundário, mais baixo*, como facilmente se apura em consulta aos léxicos.

Ora, para que se confirme, juridicamente o crime de *prevaricação*, tal como previsto e delineado no art. 319 do Código Penal, imprescindível se faz o concurso dos requisitos ou condições seguintes:

Elementos objetivos

A) que o agente seja funcionário público (*lato sensu*);

B) que, nesse caráter, tenha:

a) *retardado, indevidamente (omissão), ato de ofício; ou b) deixado de praticar, indevidamente, (omissão), ato de ofício, ou c) praticado (ação) ato de ofício contra disposição expressa de lei.*

Elementos subjetivos

a) que assim tenha agido (omissiva ou comissivamente) o funcionário: a) *para satisfazer interesse; ou, b) para satisfazer sentimento pessoal.*

Assim, ainda que dos fatos ventilados no inquérito pudessem resultar a evidência, certa e indiscutível, dos pressupostos que integram os elementos *objetivos* ou *materiais* da infração penal em exame, bastaria a ausência do elemento *subjetivo*, ou *moral*, para impossibilitar sua caracterização.

Com efeito: o substrato psicológico, indeclinável, do delito de *prevaricação* reside no *móvel* da ação ou omissão, definidor do *dolo específico*, o qual se revela pela presença de algum dos dois *elementos subjetivos* discriminados na lei penal, a saber:

a) satisfação de *interesse*;
ou

b) satisfação de sentimento pessoal.

A primeira hipótese — «*satisfação de interesse*» — parece naturalmente fora de cogitação porquanto, tendo já no seio da própria Comissão de Inquérito sustentado um de seus membros a inocorrência do elemento específico caracterizador do ilícito administrativo previsto no art. 195, inciso VII, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União — «obtenção de proveito pessoal» — prevaleceu esse entendimento no parecer do Dr. Assistente Jurídico, *in verbis*:

«Não me parece, aliás de acôrdo com o voto em separado do Dr. Waldemar Gomes de Castro, haja incorrido o Sr. Hyldon Rocha na falta prevista no item IV do art. 195 do mesmo Estatuto — «valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função.

Com efeito falta aos atos contra êle apontados o elemento essencial: *obtenção de proveito pessoal*. Não há a mínima prova de que tenha o Sr. Hyldon Rocha agido com interêsses subalternos em troca de qualquer vantagem pecuniária ou equivalente».

Se outra espécie de «*interêsse*» não se demonstra nem é lícito presumir-se, contra o acusado, restará examinar a segunda hipótese, qual seja a da «*satisfação de sentimento pessoal*».

Mas, onde, como, por que processos, com que critérios, se poderia, honestamente, concluir e afirmar que o ex-Chefe da Censura praticou qualquer dos atos já examinados, ou se omitiu em ato de officio, *para satisfazer sentimento pessoal?*

Vale a pena rebuscar isso, através do parecer e do próprio Relatório, para que se veja com que facilidade se arquivam e constroem argumentos acusatórios, com que levandade se formulam juízos temerários com que facilidade se alinhavam conclusões arbitrárias, falhas de base, alheias à verdade e à lógica dos fatos, com o único e exclusivo intento de *forjar* a caracterização de uma figura criminal!

Examinemos:

Os únicos itens do parecer em que reponta insinuação pertinente a tal requisito, do *sentimento pessoal*, são estes:

«c) liberação irregular de filmes e peças contrariando os pareceres dos próprios censores, sem qualquer motivação e *apenas para satisfazer capricho pessoal*;

d) empréstimo de filmes depositados para censura, a amigos e pessoas gradas, dispondo, assim, *para gáudio pessoal*, de bens de propriedade alheia, usando-os sem consentimento do verdadeiro dono;

e) consentimento para que pessoas estranhas ao serviço usem cadeiras privativas da Censura».

Ora, quanto ao caso da letra c, já se demonstrou:

1.º) que a «*liberação*» não era «*irregular*», por isso que, em virtude de *faculdade legal expressa*, cabia ao Chefe da Censura a competência avocatória e decisória, a respeito:

2.º) que o Chefe da Censura, por isto mesmo, não estava, nem podia estar, jugulado a pareceres dos censores, seus subordinados, cabendo-lhe, ao revés, a faculdade de revisão e modificação dos mesmos;

3.º) que o Chefe da Censura não é obrigado por nenhum texto de lei a *motivar* seus julgamentos contrários aos pareceres de censores, nos casos avocados para seu exame e superior deliberação.

Isto pôsto, pergunta-se: com que fundamento lógico, com que razão, com que *direito*, afinal, se avança a conclusão evidentemente capciosa, de que, no exercício dessa *faculdade* normal inerente às funções do seu cargo, procedia o recorrente ... *apenas para satisfazer capricho pessoal?*

Ademais, convém acentuar que para configurar a *prevaricação* há de o ato ser praticado *contra disposição expressa de lei* se, como explica o eminente Nelson Hungria, «por *disposição expressa de lei*» se entende a escolmada de qualquer dúvida ou obscuridade»

(Comentários ao Código Penal, Rio. 1958, vol. IX, página 376). Destarte, pois, não sendo a lei *expressamente proibitiva* (mas, ao contrário, permissiva, *facultativa*) do ato increpado, podia o recorrente praticá-lo, *mesmo para satisfazer sentimento pessoal*, sem incorrer no crime de *prevaricação*, ante a ausência de um dos seus elementos objetivos — a *ilegalidade*.

Quanto ao caso da letra *d*, já se deixou bem claro que não houve — nem o inquérito prova — *empréstimos de filmes a amigos do recorrente*, e, sim apenas, atendimento a requisições e solicitações, escritas da Presidência da República, mediante recibos. A insinuação de que o ex-Chefe da Censura assim agia *para gáudio pessoal* representa uma opinião malévola, insidiosa e gratuita de quem a formulou; para que se pudesse caracterizar a pretensa *prevaricação*, necessário seria indicar e qual a *disposição expressa de lei violada ou contrariada* pelo recorrente. Sem isso, o seu *gáudio pessoal*, inda que manifesto, seria perfeitamente inócuo ...

Quanto ao caso da letra *e*, *consentimento para que pessoas estranhas ao serviço usassem cadeiras da Censura*. — conquanto o parecer em que se fundou o Sr. Chefe de Polícia não aluda a *sentimento pessoal* caberia objetar-se o seguinte: 1.º) todos os beneficiários desse «consentimento» foram como já disse, o próprio Sr. Chefe de Polícia, sua família e os auxiliares do seu Gabinete; e chegar, pois, a ser chistoso, com o sabor picaresco de uma *blague voltaireana* e a comicidade de uma cena bufa de entremez, a

tentativa de atirar sobre os ombros do servidor malsinado as graves «culpas» e «responsabilidades» entrevistas pelos inquisidores em tal prática, ainda hoje continuada; 2.º) Não se mostrou, também aí, qual a *disposição expressa de lei* que o recorrente teria violado, aliás, de co-autoria com o Chefe de Polícia e seus mais autorizados auxiliares.

Finalmente, limitando se, já agora, a reproduzir expressões do *Relatório*, diz o *parecer* do Assistente Jurídico do Sr. Chefe de Polícia:

«Em sua conclusão afirma o Relatório da Comissão: — «Está provado de maneira irrefutável que o indiciado retardou e deixou de praticar atos de ofício por sentimento pessoal ou seja, pela ojeriza às sociedades defensoras de direitos autorais, várias vezes manifestada».

Deixamos para o término deste trabalho a mais repetida e explorada e por sinal, a mais gratuita e pueril das acusações argüidas contra o ora recorrente.

Quanto aos *atos de ofício* (no interesse das ditas sociedades) que o recorrente teria «retardado» ou «deixado de praticar», «por sentimento pessoal», segundo a estrábica versão oficial (fiscalização contínua de todos os clubes, controle sobre a execução de músicas e punição de infrações relativas a direitos autorais), já deixamos, linhas atrás, exaustivamente demonstrado que as deficiências e omissões da fiscalização, nesse amplo setor, foram motivadas pelo notório desaparecimento da Censura, tanto de pessoal, quanto de veículos, o que tor-

nava *impossível* a realização de um serviço geral de ronda, contínuo, eficiente e rigoroso, conforme fôra, reiteradamente, comunicado e explicado ao Sr. Chefe de Polícia.

Ora, se o *retardamento* ou a *omissão de atos de ofício* podem ser *justificados* por impedimento ou óbices demonstráveis, por fatos ou circunstâncias alheios e acima da vontade e do poder do funcionário, não se lhe poderá imputar o crime de *prevaricação*, porque, já aí falecem, ao mesmo tempo, o elemento material (caráter *indevido* da ação ou omissão) e o elemento moral (*dolo específico*)

É o que ensina ainda o eminente mestre Nelson Hungria:

«É bem de ver que podem ocorrer motivos de força maior ou de tal ordem que *justifiquem* a demora ou omissão. O advérbio «*inadvertidamente*» empregado no texto legal, tanto significa *ilegalmente*, quanto *injustificadamente*». (Obra citada, mesmo volume, pág. 376).

Esvoaçando, porém, sobre este ponto da defesa do acusado, o Relatório da Comissão assim disse, textualmente:

«Se havia deficiência de pessoal, por que éle não solicitou ao Chefe de Polícia mais funcionários? E por que cassou as carteiras dos fiscais das sociedades defensoras de direitos autorais, dizendo que a única fiscalização que admitia era a da Censura?»

Parece incrível, mas essas coisas lá estão escritas. A primeira indagação exprime, apenas, a mais crua *negação da verdade dos fatos*, provado, como se acha que o recorrente solicitou, várias vezes, verbalmente e por ofícios, à Che-

fia de Polícia, pessoal e transporte para a melhoria do serviço a seu cargo. A segunda insinua a mais anômala e cebrina das «soluções», qual a de abdicar o órgão da Autoridade Pública do exercício de uma função-dever inerente ao seu cargo, de uma tarefa de vigilância e julgamento de sua privativa competência legal, de uma fiscalização confiada à sua exclusiva responsabilidade, para delegar, transferir essa fiscalização, arbitrariamente, de plano, pela lei do menor esforço, a particulares e, ademais, às próprias partes interessadas nos seus resultados econômicos ...

A prática, ademais, envolveria, além de uma *imoralidade*, uma *ilegalidade*, pois não tem o Chefe da Censura autoridade legal para *credenciar* fiscais extra-quadros, ou fornecer carteiras graciosas.

Isto dispensa comentários.

Onde, porém, requinta a capacidade de perfídia e culmina, o descôco das ilações graciosas, das deduções arbitrárias, das conclusões insensatas, é na afirmativa, supinamente ridícula, de que o recorrente teria agido, ainda aí, por «sentimento pessoal», e que esse sentimento pessoal era a *sua ojeriza às sociedades defensoras de direitos autorais!*

Em que documento, confissão, declaração ou despacho, que valessem como prova irrecusável, foi manifestada «ojeriza às sociedades de direito autorais» ou qualquer espécie de sentimento pessoal de Hyldon Rocha no exercício da função pública? Tudo suposição e conjetura astuciosa de quem, num chocante paradoxo, não soube esconder os próprios sentimentos, estes sim, poucos construti-

vos e que fazem dêsse inquérito um documento espúrio e pouco edificante, triste espelho de uma época e de um meio social em que um problema de tamanha importância psico-social, cultural e ética, como o da censura às manifestações artísticas, é confiado ao critério de policiais incultos e nem sempre idôneos.

Para tal assertiva — a envolver julgamento pessoal e específico sobre delicada matéria de caráter eminentemente *subjetivo*, — apegaram-se os inquisidores a uma passagem da defesa escrita do recorrente, elaborada, aliás, não por êle próprio, e sim por seu advogado, onde se disse de maneira indeterminada e genérica, que o ex-Chefe da Censura se considerava «bastante credenciado, moral e intellectualmente, para prescindir, no exercício de suas funções, da influência de interessados diretos, não na sua ação social de censura, mas no que esta lhes possa servir como instrumento energúmeno de sua insaciável e nem sempre escrupulosa sêde de lucros».

Êste o grande «argumento», o «cavalo de batalha» utilizado pelos manipuladores do inquérito e de suas «conclusões» para enquadrar, a todo custo, o ora recorrente no delito de *prevaricação*: — «*ojeriza às sociedades*». Ora, o ex-Chefe da Censura jamais teve «ojeriza» a qualquer sociedade de fins lícitos e, em particular, às sociedade defensoras de direitos autorais; nem a estas, especialmente, se referiam as aludidas expressões do advogado do recorrente perante a Comissão de Inquérito, mas a todos e quaisquer

interessados puramente lucrativos e comerciais. O que ali se reafirma é que a Censura deve pairar acima do jôgo dos interesses para poder realizar sua alta missão social.

Falho, portanto, ainda uma vez, aqui, o esforço dos juristas policiais empenhados na impossível caracterização legal de suposto «crime de *prevaricação*» atribuído a Hyldon Rocha e que deveria servir de *justificativa* pública do ato de sua exoneração pelo Sr. Chefe de Polícia.

Como bem vê V. Ex.^a, Sr. Ministro, à luz da crítica ampla e seguramente documentada que se vem de fazer neste recurso, desmorona-se, por completo, até os alicerces, a torre de babel das acusações adrede dirigidas para aquêle resultado. Não fica pedra sobre pedra.

E, porque esteja, assim, cabalmente demonstrada e patenteada a injustiça sofrida pelo ora recorrente, vem êste, confiado no alto espírito cívico e jurídico de V. Ex.^a, requerer e pedir seja administrativamente reparada essa injustiça, reconhecendo-se não ter ficado apurada e comprovada a prática de crime de *prevaricação*, no processo administrativo a que respondeu, e, pois, determinando-se o cancelamento da *motivação*, baseada em tal delito, constante do *ato* e da *nota* oficial de sua dispensa das funções do cargo de Chefe de Serviço de Censura de Diversões Públicas, por ser a mesma impropriedade e desabonadora da dignidade funcional e pessoal de um Servidor e Cidadão brioso e honrado, consciente de

seus direitos e digno do amparo da lei.

Têrmos em que, P. deferimento.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1958. — *Leopoldo Braga*, Advogado, Inscrição número 3.562.

Era, Sr. Presidente, o que eu desejava trazer ao conhecimento do Senado, usando da faculdade que me assegura o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — A Ordem do Dia consta de Trabalhos das Comissões.

Nada mais havendo que tratar, vou levantar a sessão. Designo para a de segunda-feira, dia 24 do corrente, a seguinte

ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 35 minutos.

6.^a Sessão da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a Legislatura,
em 24 de março de 1958

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Sena-
dores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Alvaro Adolpho.
Lamira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Georgino Avelino.
Roginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Ezechias da Rocha.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Arlindo Rodrigues.
Calado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lineu Prestes.
Lino de Mattos.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.

Pedro Ludovico.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Nereu Ramos. — (47).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 47 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Primeiro Suplente, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Quarto Secretário, servindo de 1.º, lê o seguinte

AVISOS

Do Sr. Ministro da Fazenda,
nos seguintes termos:

S. C. 56.776-58.

Aviso n.º 57

Senhor Primeiro Secretário:

Tendo em vista os requerimentos dos Srs. Senadores Victorino Freire e Cunha Mello, sobre operações do Banco de Crédito da Amazônia S. A., tenho a honra de transmitir a V. Exa. a inclusa cópia de cabograma do Presidente daquele estabelecimento, em que solicita prorrogação do prazo para prestar os esclarecimentos solicitados, em face da complexidade dos elementos requeridos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos da minha alta estima e distinta consideração. — *José Maria Alkmim.*

Doutor José Maria Alkmim — DD. Ministro Fazenda Ministério Fazenda — Rio.

Presl 35 acuso recebimento processos 40466 vg. 41266 et 40465 oriundos êsse Ministério capeando requerimentos autoria Senadores Victorino Freire e Cunha Mello pt Dado vulto et complexidade elementos requeridos exigindo inclusive pronunciamento nossa consultoria jurídica visto abordarem matéria sigilo bancário vg solcito vossência conceda mais trinta dias prazo para resposta pt cordiais saudações *José Silva Matos*, Presidente Banco Crédito Amazônia.

Dê-se conhecimento aos requerentes.

Dos Srs. Ministros da Justiça e Negócios Interiores e Ministro da Aeronáutica, n.º 601 e 296, agradecendo a comunicação dos nomes dos integrantes da Mesa que dirigirá os trabalhos do Senado, no corrente ano.

Telegrama do Presidente da Assembléa Legislativa do Amazonas, manifestando o júbilo daquela Casa pela eleição dos Srs. Senadores Cunha Mello e Mourão Vieira, respectivamente, para 1.º Secretário e Vice-Líder do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa.

CARTA

Dos Presidentes das duas Casas que constituem a Dieta do Japão, como segue:

HOUSE OF REPRESENTATIVES TÓKIO

His Excellency Dr. João Goulart President of the Federal Senate — National Congress, Brazil.
Your Excellency.

We the Speaker of the House of Representatives and the President of the House of Councillors of the Japanese Diet have the pleasure of addressing you sincere greetings, and on behalf of the both Houses of the Diet, we wish to invite a delegation of members of both Houses of the Brazilian Parliament to visit Japan as the guests of our Diet.

We are always of the opinion that all the peoples of the world shall form a friendly contact, thereby ever deepening the good understanding of one another, which is a short cut for realizing the peace of world. That such a good understanding shall be carried into effect by the members of the Parliament representing as they do the whole will of nations is most effective and appropriate which should be heartily welcomed by us. Pondering over our friendly relation between Brazil and Japan in the past and considering that the 50th anniversary of Japanese emigration is to take place in June this year, we assure you that is a splendid opportunity to tighten the ties of friendship existing between the Parliament and peoples of both the countries to welcome your Parliamentary delegation to our country.

We hope most earnestly that you would accept this invitation of ours. Thus we are assured of ever deepening understanding and ever growing friendly relations between Brazil and our country.

Praying for the prosperity of your country and requesting the acceptance of and assurance of our highest consideration. — (a) *Shuji Masutani*, Speaker of the House of Representatives — *Tsuruhei Matsuno* President of the House of Councillors.

MEMORIAL

Da Federação das Associações de Viajantes, Vendedores e Repre-

sentantes Comerciais do Brasil a saber: Federação das Associações de Viajantes, Vendedores e representantes comerciais do Brasil — Rio de Janeiro.

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

A "Federação das Associações de Viajantes, Vendedores e Representantes Comerciais do Brasil — entidade que congrega, em sua quase unânimidade, as associações civis representativas das categorias respectivas, vem muito respeitosamente, à alta presença de V. Exa., apresentar as sugestões que lhe parecem oportunas em torno do Projeto de Lei n.º 2.119 C, de 1956, ora em regime de urgência nessa Casa do Parlamento Nacional, relativo à reforma da estrutura administrativa da Previdência Social.

1. O assunto objeto do aludido projeto de lei encerra a disciplina de interesses relevantíssimos para as classes trabalhadoras do País. Se a Previdência Social objetiva propiciar os meios de manutenção dos trabalhadores em geral e de seus dependentes quando lhes faltar, por qualquer motivo, a capacidade de grangeio de sua própria vida, assim pondo a salvo quanto possível a sua saúde e o seu bem-estar, é evidente que o tratamento jurídico-legislativo da matéria interessa fundamentalmente a todos os trabalhadores, sem distinção de categorias; e todos merecem por igual, aquêle amparo ou proteção do corpo social em que vivem, apto a espancar, de seu futuro, na invalidez ou na velhice, ou no desamparo, o medo, a incerteza ou a miséria.

2. Tão relevante é a consideração do tema que, entre nós, tem êle assento na própria Carta Magna, aparecendo nela, definido como preceito básico, a regra de que a providência em favor da maternidade e contra as conseqüências da doença da velhice, da invalidez e da morte, se alicerçará no sistema de tri-

plice contribuição; da União, do empregador e do empregado. E, destarte, obrigatória a contribuição do Governo, que, assim, exprime a participação de todos em encargos sociais de alta monta; e a dos empregadores frente à noção moderna de empresa, organismo de finalidades sócio-econômicas, não representa senão ônus que lhes é impôsto em razão dessas finalidades mesmas, entre as quais se inscrevem, preminentemente, as ligadas ao bem-estar do pessoal a seu serviço.

3. Assim, em nosso sistema constitucional, a Previdência Social aparece sob forma triangular, interessando não somente aos seus beneficiários diretos, os empregados, senão àqueles com os quais cooperam, mediante a prestação pessoal de seu trabalho — os empregadores e, ainda, a todo o organismo social, que mira à sua própria sobrevivência e ao seu desenvolvimento harmônico.

Se assim é, parece irrecusável que, na organização previdenciária, se ouçam essas três vozes, igualmente ponderáveis, desde que se lhes inculque a indeclinabilidade do cumprimento por igual, das obrigações que, respectivamente, lhes tocam.

4. Fôra desejável, na opinião de muitos, que tal organização estivesse entregue à direção dos interessados diretos: empregados e empregadores. A parte a observação, já feita, da orientação constitucional, entre nós trilhada, que parece inculcar, mesmo, a ingerência governamental, é certo que, em muitos lances, a matéria oferece aspectos de nítida coloração pública, envolvendo o exercício do poder de império inerente às organizações oficiais ou estatais; e, por aí, seria difícil conciliá-la com os processos e os recursos técnicos característicos das entidades privadas. Todavia é inegável, também, que se está diante da regulamentação de direitos e

benefícios que, por sua índole, demandam, em regra, tratamento desembaraçado das pelas burocráticas e dos entraves que, infelizmente ainda tolhem e fundamentalmente, o seu propiciamento em forma e em bases proporcionadas aos generalizados reclamos dos que a eles fazem jus. Volveremos mais adiante, a este aspecto do assunto.

5. Em suas linhas esquemáticas, o projeto ora analisado desdobra a administração da Previdência Social em duas linhas: a) órgãos de orientação e controle administrativo ou jurisdicional, entre os quais arrola o Departamento Nacional de Previdência Social, o Conselho Superior de Recurso da Previdência Social e o Serviço Atuárial; b) órgãos de administração, sob a denominação genérica de "Institutos de Previdência Social", entre os quais arrola os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP), o Serviço de Alimentação da Previdência Social e o Instituto da Casa Popular. Firmando, sempre, como fundamentais, a inferência e a orientação estatais, o projeto, força é convir, buscou temperar, na prática os males da excessiva burocratização, incluindo, nos conselhos diretores desses órgãos, a representação dos empregados e dos empregadores, livremente escolhidas pelos respectivos órgãos sindicais, e sempre em bases paritárias, quer consideradas uma diante da outra, quer consideradas ambas cada qual de per si, frente aos representantes do Governo.

E — Note-se — *ad exemplum*, o Departamento Nacional da Previdência Social será dirigido por um Conselho-Diretor, composto de seis membros: dois nomeados pelo Presidente da República, dois representantes das empresas, todos com mandato de 4 anos. E, igualmente, *mutatis mutandis*, quanto aos demais órgãos, quer de

orientação e controle, quer de administração: Conselho Superior de Recursos e Previdência Social, Conselho Administrativo dos IAP e Conselho Fiscal do IAP.

Destarte, parece que, frente à sistemática do projeto, as vozes de empregados e empregadores deverão ter, sempre, a devida ressonância nos conselhos e nas deliberações dos órgãos da Previdência Social, qualquer que seja o seu escalonamento na via organizacional; e, por aí, parece razoavelmente atendida a justa pretensão das classes trabalhadoras — de dizerem, livremente, a respeito de assunto que condiz, tão intimamente, com os seus interesses.

Essa participação das classes interessadas nos comandos da organização previdenciária deverá, todavia, ter sentido mais profundo, de modo a que a mesma administração dos Institutos e os respectivos processos técnicos de ação sejam amplamente revistos, escolmando-se, deles, tudo quanto represente movimento inútil ou formalidade meramente burocrática e se tendo em linha de conta que o que surge é prestar a devida assistência ao segurado, quando for o caso, em tempo e em forma oportunos. Somente a regulamentação da lei — tarefa de importância primordial — poderá incumbir-se de dar corpo ou vida a esse desiderato transfundindo, quanto possível, nas praxes e normas de ação dos IAP, os processos técnicos adequados e idôneos, trilhados nas seções previdenciárias de nossas associações civis. Se, realmente, as pensões, auxílios ou pecúlios proporcionados por entidades classistas, de índole civil, são adjudicados com a presteza que é notoriamente conhecida, razão não há com que se justifiquem as delongas, tão malsinadas, que, em regra, até agora acompanham os irrisórios ou minguados benefícios propiciados pela custo-

sa organização de previdência social do País.

6. É preciso, assim, que se dê o devido desenvolvimento à ingerência das classes interessadas no funcionamento da organização previdenciária, disso se retirando todo o proveito no sentido da desburocratização dos IAP e órgãos correlatos. O custeio dos serviços previdenciários deverá estar sempre presente nas cogitações de seus responsáveis. Quando e quanto possível, devem ser multiplicadas, por suas evidentes vantagens, as chamadas "comunidades de serviços", de âmbito local ou regional, às quais aludem o artigo 128 e parágrafos do projeto. É preciso, também, que a descentralização dos serviços se faça de modo a que, em todo o território nacional, seja pronta e efetiva a concessão dos benefícios senão aquelas exigências probatórias, ligadas ao *Status* de beneficiário. Não nos parecem razoáveis assim, as exigências que condicionem a outorga de quaisquer benefícios à prévia menção ou inscrição dos beneficiários, tal como se procede em relação ao auxílio natalidade (art. 33 do projeto). Basta que o interessado faça a prova de satisfazer os requisitos substancialmente ligados a tais auxílios, apartadas, quanto possível, as exigências de sentido puramente formal, que sôbre serem incoadunáveis com a evolução jurídica, ainda se dificultam num pa'is como o nosso, marcado, até agora, por notável índice de analfabetismo. Em princípio, pois, a não inscrição poderá ser suprida, indicando, o interessado, mediante comprovação idônea, os nomes dos beneficiários, dentro do lapso prescricional relativo à prestação de que se tratar.

7. Nessa ordem de idéias, seria de todo conveniente se expressasse que, de modo geral, cargo ou função, qualquer que fôsse, se-

ria criado nos IAP e órgãos correlatos, sem a prévia manifestação do respectivo Conselho Administrativo, mediante demonstração cabal de sua estrita necessidade e da impossibilidade de se atribuírem — tais funções — a funcionários ou servidores já admitidos. E, uma vez baixado o regulamento previsto no projeto, seriam revistas as atribuições dos órgãos e cargos dos atuais IAP, de modo a distribuir, entre tais órgãos e cargos, sem a criação de novos ônus para as instituições, as tarefas imprescindíveis aos fins visados com a presente reforma. De acentuar-se que a reforma em pauta não é senão previsão da legislação substantiva da previdência social e dos métodos de sua aplicação. Não concerne ao pessoal a serviço dos IAP.

8. Ponto de suma importância é o que tange ao *quantum* dos auxílios e benefícios. Não nos parece justo, nem mesmo razoável, se diminua esse *quantum* — como se vê no projeto — nas hipóteses de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou por velhice, aposentadoria especial etc. Ao invés de proporcionar ao segurado, nesses casos, integralmente, o "salário-benefício", a lei — redu-lo, injustificavelmente, e isto — saliente-se — em conjunturas nas quais, por motivo de doença, incapacidade ou impossibilidade reconhecida de trabalhar, tem êle necessidade, ainda maior, de contar com esse salário, que é, presumidamente, o mínimo indispensável a que possa fazer face às suas necessidades, agravadas, está visto, com — o surgimento desses mesmos imponderáveis. O que se exige é que os serviços médicos de contróle funcionem a rigor e dentro em critérios de justiça, para que a lei possa ser bem aplicada; não é concebível se corte ou diminua o "salário-benefício", precisamente nos mo-

mentos em que o segurado dêe depende, quiçá exclusivamente. Impõe-se, aqui, a revisão dos critérios adotados, que não lograram libertar-se da estrambótica e primária orientação até agora vigente entre nós. A reivindicação tem, ainda, em seu prol, o argumento do tratamento igual a quem quer que trabalhe e seja útil à sociedade e ao País, pois, em relação aos servidores públicos em geral, já prevalece a orientação, acertada, aliás, de lhes propiciar, na adversidade, na doença, na velhice, ou na invalidez, o vencimento integral. Nada justifica, pois, a canhestra orientação do projeto, quanto a êsse aspecto.

9. Em linhas gerais, como se vê, o projeto parece satisfatório aos fins em vista. Sua eskorreita aplicação muito irá depender, como se sabe, da regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo. Mas, as normas nêle inscritas, com as corrigendas que, *data venia*, preconizamos, — parecem aptas a ensejar se inicie, no Brasil, nova era de previdência social, bastando acentuar que o projeto se preocupou com a situação, já crônica, do débito governamental para com as instituições previdenciais, dando-lhe solução aceitável (art. 145). Como sugestão final, ocorrem-nos, ainda, a de serem os IAP obrigados a publicar, na primeira quinzena de janeiro de cada ano, amplo e pormenorizado relatório sobre sua gestão financeira, aplicação de seus dinheiros, arrecadação, rendas eventualmente recolhidas etc. Tal relatório deverá ser enviado a todos os sindicatos de classe da região de que se tratar, além de publicado nos órgãos oficiais. E aos sindicatos e associações regularmente organizados será reconhecida a faculdade de solicitar, a qualquer tem-

po, esclarecimentos sobre a aplicação orçamentária dos IAP, deferindo-se, ainda, aos mesmos sindicatos e associações, desde que autorizados, por escrito, pelos interessados, a faculdade de acompanhar, independentemente de quaisquer exigências outras, os papéis e processos relacionados a tais interessados, obrigados, os órgãos previdenciários, a lhes prestar tôdas as informações necessárias e os despachos proferidos.

10. São estas, Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal, as sugestões que esta Federação tem a honra de oferecer a essa Colenda Casa do Parlamento Nacional ao ensejo da discussão da chamada "Lei Orgânica da Previdência Social".

Renovamos a V. Exa. os protestos de nosso profundo respeito. *Adherbal da Costa Moreira* — Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Othon Mäder, primeiro orador inscrito. (*Pausa*).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, segundo orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS — (*) — Senhor Presidente, dentro da orientação a que nos propusimos, de absoluta independência no criticar aquêles atos governamentais passíveis de censura, bem como no louvar outros que o mereçam, registro desta tribuna os agradecimentos ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, Comandante Lúcio Meira, pela atenção com que, antecipando-se à resposta oficial que deve dar ao nosso requerimento de informações, a propósito da importação de máquinas rodoviárias para os Municípios brasileiros, enviou-nos, com data de 19 do corrente mês, a seguinte carta:

(*) — Não foi revisto pelo orador.

**Ministério da Viação e Obras
Públicas**

Gabinete do Ministro:

Rio, 19 de março de 1958.
Eminente Patrício Senador Lino
de Mattos.

Deparamos no "Diário do Congresso Nacional", de 26 de fevereiro pretérito com a publicação do Requerimento n.º 33, de 1958, em que V. Exa. solicita informações a este Ministério, em relação a importações de máquinas rodoviárias para os Municípios, ao amparo do Decreto número 41.097-57.

Antes mesmo de recebê-lo desejamos apresentar ao nobre Senador, por meio desta, as informações cabíveis em relação ao assunto.

Como é do conhecimento de V. Exa., o Banco de Importação e Exportação, dos Estados Unidos da América, desejando facilitar ao governo brasileiro a importação de máquinas necessárias à execução de seu programa de construção de estradas de rodagem, concordou em financiar, por cinco anos, 60% de uma importância global de dólares 65.000.000,00, fixada de acordo com as autoridades competentes do Banco do Brasil, face aos encargos do orçamento cambial do País.

Dos 40% restantes, 20% seriam pagos à vista, pelos adquirentes e os 20% restantes seriam financiados pelos próprios fabricantes.

Essas foram as ocorrências que deram origem ao Decreto n.º 41.097 citado, onde se incluiu uma parcela de dólares 7.000.000,00, para atender às necessidades de todos os Municípios no que diz respeito à importação de máquinas ro-

doviárias.

As outras parcelas que perfazem o total de dólares 65.000.000,00 são uma de US\$ 7.000.000,00, para o DNER, outra de dólares 18.000.000,00, para os Estados e Distrito Federal e, finalmente, US\$ 33.000.000,00, para os empreiteiros que estão executando as obras constantes do Plano Rodoviário Nacional.

Aconteceu, todavia, que a soma dos pedidos apresentados pelas 1.150 Prefeituras que se dirigiram à Comissão de Máquinas Rodoviárias atingiu cerca de dólares 21.000.000,00, que serão reduzidos a quase dólares 14.000.000,00, se aqueles pedidos se restringirem a uma única máquina por Município.

Além disso, a Comissão foi cientificada pela Carteira de Câmbio de que aqueles dólares 7.000.000,00 estavam reduzidos ao saldo disponível de apenas US\$ 4.358.810,69.

O reforço da dotação dos Municípios exige novos entendimentos com o Eximbank, desaconselhados, no momento, pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, devido ao vulto dos compromissos em dólares norte-americanos, já assumidos pelo governo.

Face ao ocorrido, este Ministério promoverá a distribuição daquele saldo pelas Prefeituras que já comprovaram a existência de recursos em moeda nacional, reduzindo-se seus pedidos a uma única máquina por Município, a fim de poder atender ao maior número deles.

Simultaneamente, este Ministério está estudando a importação de máquinas de outros países com situação cambial mais favorável, em relação ao nosso e que concor-

dem em oferecer as mesmas bases de financiamento, para atendimento dos Municípios que o desejarem.

Cordiais cumprimentos, —
Lúcio Meira.

Senhor Presidente, conforme disse, de início, o Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas antecipou-se, mesmo, à chegada do ofício do Senado àquele Ministério. Louvando-se no noticiário da Imprensa, apressou-se em informar a esta Casa as razões pelas quais será impossível atender aos mil cento e cinqüenta municípios brasileiros interessados no recebimento de máquinas rodoviárias.

Segundo se depreende da carta amiga do Comandante Lúcio Meira, do total de sete milhões de dólares, destinados a êsse objetivo, restam apenas cerca de quatro milhões e quinhentos mil dólares na Carteira própria do Banco do Brasil.

Trata-se, como se vê, desde logo, de importância insignificante para fazer face ao volume das necessidades municipais.

Depreende-se, também, dessa missiva, que o Banco do Brasil não está facilitando ao Ministério de Viação e Obras Públicas o atendimento dos pedidos das Prefeituras Municipais, por isso que, alegando dificuldades cambiais do momento, não dá cumprimento ao preceituado no Decreto n.º 41.097, de 1957.

Em última análise, é sempre a correia arrebentando pelo lado mais fraco, no caso, o Município; por isso, em seu detrimento, surge essa impossibilidade do atendimento na importação de máquinas rodoviárias.

Sr. Presidente, a oportunidade é propícia a que nos reportemos, ainda uma vez, às facilidades inexplicáveis da SUMOC, facilitando a transferência de equipamentos, sem coberturas cambiais.

Enquanto naquele Departamento se verificam as ocorrências por mim denunciadas, tudo se concedendo em benefício das transferências de equipamentos industriais, no caso do Ministério da Viação e Obras Públicas — quando se trata de dar armas para a vida do município, sangue às municipalidades, para que produzam e engrandecam a economia nacional nada se faz em favor do miserável município, com suas estradas esburacadas e arrebentadas, sem possibilidade de consertá-las, por falta de recursos.

De qualquer maneira, no entanto, registro a atitude do Comandante Lúcio Meira, dando-me, por antecipação, resposta a requerimento que formulei sobre a importação de máquinas rodoviárias para os municípios brasileiros.

Passo, Sr. Presidente, ao segundo assunto.

Encaminharei à Mesa requerimento de informações, desta feita dirigido ao Sr. Ministro do Trabalho Indústria e Comércio, assim redigido:

“Requeiro à Mesa, nos termos do Regimento, solicite ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes informações:

1.ª Se foram mandadas adotar normas para o cumprimento da Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957, pelas repartições vinculadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

2.ª Em caso afirmativo, quais as medidas adotadas para a classificação de Tesourarias, tendo em conta o enquadramento dos servidores beneficiados pelo citado mandamento legal;

3.ª Na hipótese da inexistência de normas que padronizem a aplicação da Lei n.º 3.205-57, indicar os critérios já adotados pelas repartições

mencionadas, no que respeita ao enquadramento dos servidores beneficiados pelo mesmo diploma legal, particularizando a orientação tomada pelo IAPI, para o Estado de São Paulo.

Justificação

As constantes reclamações que temos recebido dos interessados no que se refere à aplicação da Lei n.º 3.205, de julho de 1957, justificam a apresentação deste pedido de informações, cujo objetivo primacial é o de colaborar com a administração na solução de problema que defluiu da forma de aplicação de certo diploma legal, onde os fundamentos consubstanciam uma razoável soma de interesses.

II — A Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, escalonou as Tesourarias das repartições subordinadas ao Ministério da Fazenda, classificando-as em 5 categorias, de acôrdo com os pagamentos ou movimentação de valores que realizassem.

III — Nesse mesmo diploma, além da classificação aludida se fez, também, o enquadramento dos servidores beneficiados pelo mesmo mandamento legal, já que se determinava, expressamente, um certo padrão funcional para os servidores lotados nas tesourarias correspondentes às regiões escalonadas.

IV — Prescrevia o art. 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948:

“Art. 1.º As tesourarias das repartições, subordinadas ao Ministério da Fazenda são classificadas em cinco (5) categorias, de

acôrdo com a arrecadação, os pagamentos ou a movimentação de valores a seu cargo, da forma seguinte:

1.ª categoria — Tesourarias de movimento superior a dois (2) bilhões de cruzeiros, compreendendo as do Distrito Federal e Estado de São Paulo: Tesoureiro, cargo em comissão, padrão O; Tesoureiro-Auxiliar cargo isolado padrão M.

2.ª categoria

.. . . .
V — Posteriormente, a Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957, alterou o disposto no art. 1.º da Lei n.º 403-48, prescrevendo nova classificação de tesourarias, elevando os limites de arrecadação e movimento de valores, instituídos para efeitos de enquadramento, e determinando novos padrões funcionais para os servidores nela lotados.

VI — Reza a Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957:

“Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º As Tesourarias de provimento superior a Cruzeiros 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros), compreendendo a do Distrito Federal e Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Tesoureiro cargo em comissão, símbolo CC-3; Tesoureiro-auxiliar, cargo isolado, símbolo CC-5.

VII — A aplicação desse novo diploma legal, todavia, vem proporcionando uma série de conflitos dentro da pública administração, em tese, oriundos da não uniformização das medidas adotadas para o seu fiel cumprimento.

VIII — Não raro se observa, dentro de um mesmo município, repartições que dão aplicação distinta ao mesmo preceito legal, criando um clima de incompreensão e desajustamentos.

IX — Por esses motivos, alguns ministérios têm feito aprovar normas que facilitam sobremaneira a aplicação da lei, fixando-a em termos uniformes para as repartições que lhes são vinculadas (Portaria de 2 de dezembro de 1957, do Ministério da Viação e Obras Públicas, aprovando parecer do DASP, para aplicação da Lei n.º 3.205-57, D. O. de 4-12-57, pág. 27-161).

X — As repartições ligadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como só ser o IAPI — segundo temos informações através de inúmeros apelos que recebemos, carecem dessa uniformização de princípios, no constante à aplicação da Lei número 3.205-57, o que constitui, caso procedam esses apelos, lacuna que cumpre reparar.

XI — Esses os motivos que entendemos justificar o presente requerimento de informações.

Sr. Presidente, o requerimento que encaminharei à Mesa resulta de número sobremaneira elevado de pedidos que me fazem pessoas interessadas, esclarecendo que as disposições constantes da lei a que me referi, ou seja a de n.º 3.205, de 1957, não estão sendo observadas nos Institutos de Aposentadoria subordinados ao Ministério do Trabalho.

Confesso, lealmente, não dispor de elementos para confirmar ou negar a reclamação apresentada.

Nessas condições, a maneira pela qual me habilitarei a posteriormente, formular críticas, é o re-

querimento de informações. E' bem possível nada exista e, nesse caso, se o Senhor Ministro do Trabalho, à semelhança do que fez o seu colega da Viação, desde logo fornecer os elementos esclarecedores do assunto, estarão os interessados informados, e a minha missão parlamentar cumprida. (*Muito bem; Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Apolônio Salles, terceiro orador inscrito. (*Pausa*).

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Ezechias da Rocha, quarto orador inscrito.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA

— Sr. Presidente, não obstante notícias de chuvas no Piauí e Ceará, continuam a ressoar os clamores que vêm do Nordeste.

No meu Estado, a situação é calamitosa. E' o que referem notícias que de lá me chegaram.

Ainda agora recebi telegrama de velho amigo, Sr. Jeremias Gomes Costa e outros conterrâneos, informando-me da falta de água na cidade de Paulo Jacinto, onde desde setembro último não chove. Diz-me, também, em carta, o Sr. Oswaldo Souto, que estão sofrendo grandes prejuízos alguns fazendeiros do sertão alagoano. Na zona da mata, é grande a redução da safra de cana.

O Sr. Leônidas Mello — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Com todo o prazer.

O Sr. Leônidas Mello — Associe-me ao apelo que V. Exa. dirige, neste momento, à Nação. Também de diversos pontos do meu Estado, continuo a receber inúmeros telegramas sobre a calamidade da seca.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Agradeço o aparte de V. Exa. Muito séria, pois, a situação em meu Estado.

Segundo já nos informou o Senador Ruy Carneiro, o Presidente da República prometeu todo apoio aos nordestinos, promessa já concretizada com a assinatura de dois decretos: abrindo crédito no total de Cruzeiros 150.000.000,00 pelo Fundo de Socorro Contra as Sêcas. Além desses decretos, o Ministro Lúcio Meira, pediu a liberação de todas as verbas consignadas no orçamento e destinadas às estradas, açudes e irrigações do Polígono. E mais ainda, o Presidente Juscelino Kubitschek declarou que se esses recursos não fossem suficientes, abriria novos créditos extraordinários. Como se vê, o Governo Federal está empenhado em levar às vítimas da seca todos os recursos necessários para enfrentarem vantajosamente os maléficos efeitos do flagelo.

Diante dessas providências, estou certo de que os sertanejos alagoanos serão socorridos, não lhes faltando trabalho e, conseqüentemente, os meios de subsistência, que os livrarão da fome e da miséria a que os atirou a inclemência da seca.

Sr. Presidente, não posso deixar de aplaudir as rápidas medidas do Presidente da República, que vêm significar o seu interesse pelo Nordeste e a sua sensibilidade diante dos sofrimentos dos seus compatriotas daquela região.

Quero aqui, também, assinalar o gesto humano e fraterno de São Paulo diante do flagelo. O Governador Jânio Quadros, preocupado com as conseqüências da calamidade, depois de afirmar "que seu Estado não pode ficar indiferente à sorte daquela região", determinou que o titular da Secretaria do Trabalho viajasse ao Nordeste e verificasse, *in loco* a situação, apresentando-lhe, de volta, seu relatório.

Por sua vez, o Sr. Francisco Franco, do PR daquele Estado, apresentou à Assembléia Legislativa projeto de lei autorizando o Poder Executivo a despendar dez milhões de cruzeiros com os socorros aos flagelados.

Com essas providências, São Paulo, para cujo engrandecimento tem contado com o braço e a inteligência dos nordestinos, revela não só seu reconhecimento à capacidade dos vigorosos colaboradores do seu progresso, mas também o sentido nacional que norteia o espírito público de seus filhos e preside aos seus destinos.

A São Paulo, ao seu Governo, ao seu grande povo, os agradecimentos de Alagoas, através deste seu representante nesta Casa. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lamieira Bittencourt, quinto orador inscrito. (*Pausa*).

Não está presente.

Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 73, de 1958

Requeremos, com fundamento no art. 125, parágrafo único, letra "b", do Regimento Interno, sejam prestadas pelo Senado Federal as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Lago, cidadão ilustre que representou o Estado da Bahia nesta Casa do Congresso Nacional:

1) inserção, na Ata dos nossos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo seu desaparecimento;

2) apresentação de condolências à família e ao Estado da Bahia, por intermédio do seu Governador.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1958. — *Juracy Magalhães* — *Neves da Rocha* — *Jorge Maynard* — *Fausto Cabral* — *Ezequias da Rocha* — *Ary Vianna* — *Gilberto Marinho* — *Alvaro Adolpho* — *Pedro Ludovico* — *Sá Tinoco* — *Argemiro de Figueiredo* — *Sylvio Curvo* — *Leônidas Mello* — *Públio de Mello* — *Domingos Vellasco* — *Fernandes Távora* — *Onofre Gomes* — *Cunha Mello* — *Mathias Olympio* — *Júlio Leite* — *Nereu Ramos*.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães, inscrito para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. JURACY MAGALHÃES — (Para encaminhar a votação) — (*) — Sr. Presidente, duas notícias dolorosas ferem meu coração no momento em que assumo a tribuna: faleceram na Bahia, ontem, o Dr. Pedro Lago e o Engenheiro Roberto Pugas Tavares. O primeiro, cidadão cheio de serviços à Pátria, conclui sua grande vida aos oitenta e oito anos de idade, depois de ter honrado e dignificado vários postos em sua província natal e no Parlamento brasileiro. O outro era um jovem cheio de esperanças, com uma mensagem não dada, em nome de sua geração, para o futuro.

Paraninfara seu casamento, há três meses apenas, honrado que fui pela sua amizade, herança da que me liga a seus dignos progenitores.

Formado pela Escola Politécnica da Bahia conquistara esse moço, por concurso, um posto de engenheiro na Petrobrás, na refinaria Landulpho Alves, para pouco depois lhe serem ceifadas esperanças e a própria vida.

(*) — Não foi revisto pelo orador.

Rendo-lhe esta homenagem afetiva, ao mesmo tempo em que cumpro o dever de encaminhar o requerimento, através do qual o Senado se val associar ao pesar da Bahia e do Brasil, pela perda do ilustre filho daquela Província, o ex-senador Pedro Lago.

Sr. Presidente, se vínculo a mocidade e a velhice num preito só, é porque meu espírito, turbado pela emoção do desaparecimento dessas vidas, que conheci e acompanhei, não me permitiria neste instante falar de outro modo. Se ao homenagear um me impele o dever de homem público, ao reverenciar o outro atendo às inspirações do meu sentimento de amigo.

O Sr. Neves da Rocha — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Pois não, com todo prazer.

O Sr. Neves da Rocha — Mais uma vez, meu nobre colega, associo-me a V. Exa., já agora para reverenciar a memória de dois baianos ilustres; o ex-Senador Pedro Lago, que acaba de falecer na Bahia, — notícia desagradável de que tive conhecimento ao chegar a Plenário — e o colega distinto, jovem e esperançoso engenheiro, o Dr. Roberto Pugas Tavares. Conheci Pedro Lago, muito de perto. Foi, como Vossa Excelência disse, um grande baiano, que prestou relevantíssimos serviços à nossa Pátria. Senador da República, ficou-lhe devendo a terra natal grandes realizações. Poucos dias antes da Revolução de 1930, era o Senador Pedro Lago eleito governador da Bahia. Grandes eram as esperanças dos baianos, na atuação que desenvolveria esse eminente homem público na Chefia do Executivo. Essas, Senador Juracy Magalhães, as palavras que, neste momento doloroso para o nosso Estado, desejava proferir, associando-me às

homenagens que V. Exa. está prestando aos eminentes baianos há pouco desaparecidos.

O SR. JURACY MAGALHAES
— Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHAES
Pois não.

O Sr. Gilberto Marinho — Pediria a V. Exa. exprimissem também o pensamento da Maioria que, subscrevendo o requerimento por V. Exa. formulado, já se havia manifestado. Desejo, porém, fazê-lo mais expressivamente; e a melhor forma que encontro é a de associar-me e pedir a Vossa Excelência que, nas palavras que está proferindo, seja o intérprete autorizado da Maioria, não só na homenagem que está prestando ao grande e saudoso brasileiro Pedro Lago, mas também ao jovem engenheiro baiano, cujas qualidades o nobre colega merecidamente exalta neste instante e que correspondia a uma das maiores esperanças da terra baiana.

O SR. JURACY MAGALHAES
— Agradeço os apartes dos nobres colegas, Senador Neves da Rocha e Gilberto Marinho cujas palavras conferem prestígio e autoridade às considerações que venho fazendo desta tribuna.

Sr. Presidente, o Dr. Pedro Lago pertencia a uma escola política que deixou raízes profundas na Bahia. Integrou-se êle e viveu desde os alvares de sua mocidade nas fileiras do "Severinismo". O velho Severino Vieira legou à Bahia uma tradição de lealdade, de dignidade e de amor à palavra empenhada. Pedro Lago, Medeiros Netto, Prisco Paraíso e tantos outros conterrâneos ilustres enriqueceram as fi-

leiras daquele agrupamento político, que trazia a noção de um personalismo ainda não extinto em nossa vida republicana.

Exercia Pedro Lago essa lealdade com aquêlê *savoir faire*, com aquêlê bondade, com aquêlê bom senso que lhe eram inatos. Cultivava amizades, servia a correligionários, mas não plantava rancores no coração de outros seres humanos. Por isso mesmo, êle que teve longa vida cercado sempre do respeito e da admiração da Bahia, morreu deixando uma lacuna imperecível na vida pública baiana, pois a sua palavra era sempre ouvida como a de um conselheiro experimentado e inspirado pelo mais autêntico amor à terra em que nasceu.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHAES
— Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Devo declarar a V. Exa. que me incluo entre os grandes admiradores de Pedro Lago pois era não simplesmente um político admirável mas, sobretudo, um cavalheiro.

O SR. JURACY MAGALHAES
— O nobre colega tem razão em fixar êsses aspectos da personalidade daquele que nasceu em Santo Amaro, município das maiores tradições da fidalguia baiana. Ali se cultivava a cana de açúcar há algumas centenas de anos e a nobreza da gente que ali habita é conhecida, reconhecida e proclamada como um dos florões mais altos da civilização da terra baiana.

Descendente daquele Município, Pedro Lago foi fazer o curso jurídico, como tantos outros rapazes brasileiros, na Faculdade de Direito do Recife, de onde voltou para ingressar na atividade pública como Promotor da Capital da Bahia.

Seguindo a vocação política que lhe era constitucional, que com ele nascera, Pedro Lago, iniciou as suas atividades na política partidária, como Deputado estadual, de 1893 e 1894; galgou a deputação federal em 1906 e sempre como homem de oposição, teve reeleições sucessivas até 1923, pelo 1.º Distrito da Capital.

Os mais velhos contam a lhanura de trato com que procurava o eleitorado, ao tempo ainda em que o chefe político cavalgava para visitar os eleitores de casa em casa, auscultando as necessidades de seus representados e fixando raízes de amizades que resistiriam a todos os ostracismos.

Firmou Pedro Lago prestígio de Governador do Estado da Bahia, o mais ansiado e desejado cargo de toda a sua vida. Não pôde ele, no entanto, exercê-lo. Acontecimentos políticos determinaram a Revolução de 1930 e cortaram-lhe a aspiração mais sentida.

Além de Deputado Federal, honrou Pedro Lago o Senado da República de 1923 a 1930. Fato singular deve ser assinalado: veio ele substituir nesta Casa, a grande figura de Ruy Barbosa, sob cuja chefia trabalhara, durante grande parte da existência e com quem exercera atividades jornalísticas no "Diário da Bahia", que o "Águia de Haia" chamava de "sua primeira escola, saudosa liça de suas primeiras lides". Neste Plenário, serviu Pedro Lago à República e ao seu Estado, com a dedicação que sempre o caracterizou.

Após a Revolução de 1930, foi ele, novamente, Deputado Federal de 1935 a 1937, tendo deixado de completar o mandato por força do golpe de 10 de novembro de 1937.

Sr. Presidente éle, que exerceu todos esses cargos, fê-lo sempre imprimindo-lhes a marca da bondade, do coração e do seu nobre espírito.

Eis por que nós, baianos, em particular, o Senado da República e a Nação choramos, na sua morte, a perda de um cidadão útil à Pátria e à sociedade. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Esté aprovado.

A Mesa cumprirá a decisão do Senado. Associa-se, outrossim, sinceramente, às homenagens prestadas à memória do grande companheiro e do ilustre político, Pedro Lago, figura inesquecível da formidável campanha civilista, ao lado de Ruy Barbosa.

Vai ser lido requerimento do nobre Senador Lino de Mattos.

E' lido e apolado o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 74, de 1958

Tendo em vista o officio lido no Expediente da presente sessão, pelo qual a Dieta do Japão convida o Congresso brasileiro a enviar uma delegação de Senadores e Deputados em visita àquele país, ao ensejo das comemorações do cinquentenário do início da emigração japonesa para o Brasil; tendo em vista, ainda, que a Câmara já deliberou fazer-se aceitar o convite, requeremos sejam designados quatro Senadores para participarem da delegação.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1958. — *Lino de Mattos*.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento. (*Pausa*).

Não havendo quem peça a palavra, dou a discussão por encerrada.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Em obediência à indicação dos respectivos Partidos, designo os nobres Senadores Victorino Freire, Calado de Castro, Prisco dos Santos e Lino de Mattos.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, indicado o Senador Prisco dos Santos para representar a Bancada da União Democrática Nacional, recebi de S. Exa. a declaração de que lhe era impossível fazer essa viagem, no momento. Pediria a V. Exa. aguardasse, até amanhã, nova indicação da Bancada Udenista. — (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa aguarda a indicação de Vossa Excelência.

Continua a hora do Expediente.
Vai ser lido outro requerimento.

É lido e deferido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 75, de 1958

Requeiro à Mesa, nos termos do Regimento, solicite do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes informações:

1.º Se foram mandadas adotar normas para o cumprimento da Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957, pelas repartições vinculadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

2.º Em caso afirmativo, quais as medidas adotadas para a classificação de Tesourarias, tendo em conta o enquadramento dos servidores beneficiados pelo citado mandamento legal;

3.º Na hipótese da inexistência de normas que padronizem a aplicação da Lei n.º 3.205-57, indicar os critérios já adotados, pelas repartições mencionadas, no que respeita ao enquadramento dos servidores beneficiados pelo mesmo diploma legal, particularizando a orientação tomada pelo IAPI, para o Estado de São Paulo.

Justificação

As constantes reclamações que temos recebido dos interessados no que se refere à aplicação da Lei n.º 3.205, de julho de 1957, justificam a apresentação deste pedido de informações, cujo objetivo primordial é o de colaborar com a administração na solução de problema que deflul da forma de aplicação de certo diploma legal, onde os fundamentos consubstanciam uma razoável soma de interesse.

II — A Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, escalonou as Tesourarias das repartições subordinadas ao Ministério da Fazenda, classificando-as em 5 categorias, de acôrdo com os pagamentos ou movimentação de valores que realizassem.

III — Nesse mesmo diploma, além da classificação aludida, se fez, também, o enquadramento dos servidores beneficiados pelo mesmo mandamento legal, já que se determinava, expressamente, um certo padrão funcional para os servidores lotados nas tesourarias correspondentes às regiões escalonadas.

IV — Prescrevia o art. 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948:

“Art. 1.º As tesourarias das repartições subordinadas ao Ministério da Fazenda são classificadas em cinco (5) categorias, de acôrdo com a arrecadação, os pagamentos ou

a movimentação de valores a seu cargo, da forma seguinte:

1.^a categoria — Tesourarias de movimento superior a dois (2) bilhões de cruzelros, compreendendo as do Distrito Federal, e Estado de São Paulo: Tesoureiro, cargo em comissão, padrão "O"; Tesoureiro-Auxiliar, cargo isolado, padrão "M".

2.^a categoria
..
..
..

V — Posteriormente a Lei número 3.205, de 15 de julho de 1957, alterou o disposto no art. 1.^o da Lei n.^o 403-48, prescrevendo nova classificação de tesourarias, elevando os limites de arrecadação e movimento de valores instituídos para efeitos de enquadramento, e determinando novos padrões funcionais para os servidores nela lotados.

VI — Reza a Lei n.^o 3.205, de 15 de julho de 1957:

"Art. 1.^o O art. 1.^o da Lei n.^o 403, de 24 de setembro de 1948, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.^o As Tesourarias de movimento superior a cruzelros 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzelros), compreendendo a do Distrito Federal e Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul: — Tesoureiro, cargo em comissão, símbolo CC-3; Tesoureiro-auxiliar, cargo isolado, símbolo CC-5.

VII — A aplicação dêsse novo diploma legal, todavia, vem proporcionando uma série de conflitos dentro da pública administração, em tese, oriundos da não uniformização das medidas adotadas para o seu fiel cumprimento.

VIII — Não raro se observa, dentro de um mesmo município, repartições que dão aplicação distinta ao mesmo preceito legal, criando um clima de incompreensão e desajustamentos.

IX — Por êsses motivos, alguns Ministérios têm feito aprovar normas que facilitam sobremaneira a aplicação da lei, fixando-as em termos uniformes para as repartições que lhes são vinculadas (Portaria de 2 de dezembro de 1957, do Ministério da Viação e Obras Públicas, aprovando parecer do DASP, para aplicação da Lei n.^o 3.205, D. O. de 4-12-57, pág. 27-161).

X — As repartições ligadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — como sói ser o IAPI — segundo temos informações através de inúmeros apelos que recebemos, carecem dessa uniformização de princípios, no tocante à aplicação da Lei n.^o 3.205-57, o que constitui, caso procedam êsses apelos, lacuna que cumpre reparar.

XI — Êsses os motivos que entendemos justificar o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1958. — *Lino de Mattos.*

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O Sr. Gilberto Marinho pronuncia discurso que, entregue à revisão do orador, será posteriormente publicado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa oficiará à Academia Brasileira de Letras transmitindo a homenagem prestada pelo nobre Senador Gilberto Marinho ao ilustre historiador desaparecido, Afonso d'Escragnolle Taunay.

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Apolônio Salles.

O SR. APOLÔNIO SALLES —

(*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: quem visita frequentemente o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, vai por certo notar, de agora em diante, uma grande falta. Os apreciadores daquele magnífico repositório da ciência acostumaram-se a ver ali um homem de idade, cabelos brancos, de passo vagaroso, gentil até com as crianças. Era o Sr. Geraldo Kuhlmann, cientista brasileiro, naturalista exímio, que, durante cinqüenta anos, serviu ao País, dedicando-se, de corpo e alma, ao estudo e às pesquisas da Botânica. Ao mesmo tempo, na sua missão e na sua fé, como pesquisador, tinha a vocação extraordinária de doutrinador e preceptor de todos os que se interessassem pelos assuntos referentes à sua especialidade.

Geraldo Kuhlmann faleceu quase de repente e foi ontem inumado no cemitério público do Rio de Janeiro. Morreu paupérrimo em uma enfermaria do Hospital Miguel Couto; desapareceu deixando atrás de si série imensa de trabalhos de pesquisa profunda em torno dos segredos da Botânica. Deixou, também, Sr. Presidente, atrás de si, quantidade invulgar de admiradores, não somente entre os que com êle cooperaram na elevação do Jardim Botânico à altura de um dos mais afamados institutos de pesquisa botânica, mas também entre aquêles que privaram da sua amizade e puderam admirar suas qualidades de homem, de pai de família e funcionário exemplar.

Estava aposentado desde septuagenário; e nos quatro últimos anos de vida, que lhe restavam, todos os dias, religiosamente, ia ao Laboratório do Jardim Botânico. Ali conseguiu, a custo, e talvez com a má vontade e os protestos de alguns, uma salinha, onde estudava, pesquisava e — quem sa-

(*) — Não foi revisto pelo orador.

be? — matava as saudades do tempo, de moço, quando ia às florestas distantes do País, como fez no Amazonas, Mato Grosso e no Nordeste, a procurar as jóias da botânica brasileira, para fazê-las conhecidas no mundo.

Teve dissabores enormes. Mais de uma vez, quiseram tirar-lhe a casa em que vivia, no Jardim Botânico e em que as altas autoridades deixavam-no viver, como homenagem do Brasil ao cientista pobre e dedicado.

Recentemente mesmo, nos últimos dias de sua vida, recebeu intimação para não mais criar os cães de estimação que mantinha na sua habitação de mais de trinta anos.

Desgostoso, viu colocado, no lugar da cadeira em que se sentava no seu laboratório improvisado, um banco, como se alguém quisesse testemunhar pouco apreço àquela catedral de ciência, que era o cérebro do homem culto, ontem desaparecido.

Sr. Presidente tive a honra de ser Ministro da Agricultura e amparar aquêle cientista com o desinteresse do prestígio que merecia. Hoje, quero apenas, modesto representante de Pernambuco, reverenciar a memória daquele que, apaixonado pela botânica, soube ser bom como as plantas, que não fazem mal a ninguém. Talvez não tenha recebido em vida a gratidão dos homens como, muitas vezes, elas também não recebem.

Aqui, apenas, a homenagem do amigo e modesto agrônomo, a Geraldo Kuhlmann, um dos maiores botânicos do Brasil. (*Muito bem!*):

O SR. LINO DE MATTOS —

(*) — (*Para explicação pessoal*) — Sr. Presidente, confesso, com a lealdade que deve caracterizar a todos mandatários do povo, que estava no propósito de ocupar a

(*) — Não foi revisto pelo orador.

tribuna, hoje, para falar sobre a personalidade de Afonso d'Escragnolle Taunay. Desejava fazê-lo tendo em mãos os discursos proferidos em São Paulo à beira do túmulo do grande e inolvidável morto. Infelizmente não consegui receber, em tempo hábil, esses documentos, razão pela qual transferi para amanhã a incumbência a que estou obrigado, primeiro, como brasileiro, segundo, como admirador sem limites do homem de letras, do historiador, do brasileiro de tradições — Afonso d'Escragnolle Taunay — e, finalmente, como mandatário do povo de São Paulo, onde viveu nosso patricio e onde mais produziu em benefício da Pátria comum.

Nessas condições, solidário com a atitude do eminente colega Gilberto Marinho, falando, hoje sobre a personalidade de Afonso d'Escragnolle Taunay, assumo o compromisso de na sessão de amanhã trazer os discursos mencionados para a transcrição nos Anais. Trata-se de depoimentos de brasileiros que, à beira do túmulo de Afonso d'Escragnolle Taunay, na hora derradeira, falaram sobre o eminente vulto, razão por que sinto a necessidade de que se perpetuem nos Anais desta Casa.

O Sr. Nereu Ramos — Permite V. Exa. um aparte? (*Assentimento do orador*) — Poderá V. Exa. interpretar o sentimento de Santa Catarina, de onde era filho o eminente brasileiro.

O SR. LINO DE MATTOS — Com muita razão se registre neste meu modesto discurso, o aparte do eminente Senador Nereu Ramos, de solidariedade ao seu conterrâneo, ao ilustre brasileiro, nascido em terras de Santa Catarina.

Era o que desejava dizer. (*Muito bem*).

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Lima Teixeira, para explicação pessoal.

O SR. LIMA TEIXEIRA — (*) — Senhor Presidente, ao chegar ao Senado, tive conhecimento de que o nobre Senador Juracy Magalhães acabava de prestar homenagem à memória do ex-Senador Pedro Lago, falecido em Salvador. Como representante da Bahia, associe-me ao requerimento de pesar por S. Exa. enviado à Mesa.

O ilustre ex-Senador Pedro Lago deixou em minha terra traços marcantes da sua personalidade, não só pelo ardor com que se empenhou nas campanhas cívicas travadas no meu Estado, como também pela sua dedicação ao ideal democrático.

Deputado Federal durante longo período, posteriormente, Senador da República, substituindo Ruy Barbosa nesta Casa, logo depois foi eleito Governador da Bahia, mas não empossado, em virtude da Revolução de 30.

Homem de traços marcantes, de personalidade firme, dotado de grande capacidade de trabalho e, sobretudo, pela sua dedicação e seu amor à Bahia, merece, Sr. Presidente que, nesta hora como representante da Bahia, me solidarize com as homenagens prestadas à sua memória. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Está esgotada a hora do Expediente.

A Ordem do Dia consta de trabalho das Comissões.

Vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de

(*) — Não foi revisto pelo orador.

1957, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o ato do Presidente da República que determina a intervenção federal, por sessenta dias, no Estado de Alagoas, nos termos do Decreto n.º 42.286, de 14 de setembro de 1957, tendo Pareceres Favoráveis, sob números 43 e 44 de 1958, das Comissões: de Constituição e Justiça; e de Segurança Nacional.

2 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara, n.º 252, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, como reforço, para atender às despesas finais decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa, tendo Parecer Favorável sob n.º 54, de 1958, da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Discurso pronunciado pelo Senador Assis Chateaubriand na Sessão de 6 de dezembro de 1958, que seria publicado posteriormente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND

— Sr. Presidente, a crise de Suez está às portas de todos os países que dependem do petróleo importado. Ela afeta direta ou indiretamente sejam os consumidores da Venezuela, sejam os do Oriente Médio. A atmosfera anda chela de inquietação, ante a soma de obstáculos que poderão resultar de um mais dilatado prazo para a desobstrução do Canal, que separa os dois continentes. Tudo pode acontecer, como resultante da ação de um adversário pérfido do Ocidente, como o ditador Nasser. Entretanto, o campeonato das Cem Milhas, no autódromo de Interlagos, em São Paulo, não foi suspenso. Vai ser corrida uma prova temerária como são todas as carreiras do gênero

e a qual não significa senão, outra temeridade, em face das circunstâncias excepcionais por que atravessa o mercado de produção do óleo no mundo.

Ao lado da má notícia, isto é, de uma mais distante desobstrução de Suez, poderemos oferecer outra e, essa mais otimista, sobre o café. A informação que tive agora em São Paulo, é a de que um numeroso grupo de lavradores paulistas pretende fazer no ano vindouro uma campanha, a fim de que não se faça mais exportação que dê por paus e por pedras, ou seja, vendas no exterior do produto ensacado com paus e pedras, como constatou o Dr. Mário Penteado em sua última viagem aos Estados Unidos. Até bolas de gude o antigo presidente do IBC achou em sacas do produto nosso que foram abertas em sua presença.

Se assim pudermos fazer, Senhor Presidente, dentro de três anos estaremos exportando de cafés baixos uma cota muito inferior àquela que presentemente vendemos. Precisam convencer-se os brasileiros que daqui se exportam os piores cafés do planeta.

Deve o Brasil fugir, tanto quanto possível, à produção intensa de cafés baixos. Na marcha de plantações novas em que vai o mundo, entre 1958 e 1959, entraremos em um período de apocalipse. Não sei o que há de ser desta pobre pátria brasileira sem nada, mas absolutamente nada que oferecer como sucedâneo do café em sua pauta de exportação. Se é certo o que se anuncia, como decisão amadurecida pela experiência dos paulistas na órbita do café de exportação, só uma coisa receamos: é que por idêntico caminho não tomem também os cafeicultores dos outros Estados. Não basta produtividade mas também produtividade e qualidade.

Mas café fino não se produz com debates no Centro do Comércio do Café do Rio, nem discussões na Rural de São Paulo. E' preciso que o crédito seja dispensado aos lavradores para que eles se possam preparar a fim de fazer face ao volume das despesas acrescidas que representa uma transformação da produção dos tipos baixos em outros melhores. Urge oferecer à nossa clientela um produto limpo em lugar das varreduras e do lixo que exportamos.

Não há negar que café fino não é privilégio de nenhuma zona. Em tôdas se obtém esse tipo de café — o que não quer dizer que não existam zonas privilegiadas pela própria natureza para a produção dos cafés de qualidade. A da Mogiana, em São Paulo, e Sul de Minas são duas delas. O Espírito Santo, que era a pátria dos "duros", já está produzindo cafés finos que nos surpreendem.

O SR. NOVAES FILHO — Muito bem! Para modificar a técnica agrária do Brasil tirando a nossa lavoura da rotina em que ela vive mergulhada, os recursos financeiros, fornecidos pelo Estado, são indispensáveis.

Racionamento na Europa, Desperdício no Brasil

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Obrigado ao nobre lavrador de Pernambuco. Mas não foi esse o móvel que me trouxe à tribuna, quero confessá-lo à Casa, senão o de insistir mais uma vez nas conseqüências funestas, que estão decorrendo para o meu País do monopólio estatal do petróleo. Ele funciona como uma calamidade pública igual à do México e da Argentina e nós tínhamos e temos o dever de trabalhar em petróleo, aproveitando a experiência e a lição dos outros povos, que no ramo operam há mais tempo e com resultados muito mais proficuos do que os conse-

guidos pelos jacobinos mexicanos e argentinos.

Acabo de regressar da Inglaterra, onde fui retomar certos estudos e investigações que ali costumamos fazer no intuito de procurar reaproximar os nossos mútuos mercados, os quais tanta influência já tiveram, um sobre o outro. Não me explico porque a Inglaterra e o Brasil, que operaram junto tantos anos nas linhas de um comércio cheio de vitalidade, hajam perdido o respectivo interesse pelas suas mesmas fontes de produção. É a pressão desse deplorável desinteresse que lhes consagro o labor de algumas das viagens que nos últimos dois anos tenho feito à Europa.

O Brasil não pode resignar-se e comprar quase que exclusivamente óleo da Grã-Bretanha e a vender-lhe meia dúzia de libras de laranjas e madeiras.

Ao deixar Londres o país se achava empenhado na luta pela economia do petróleo. Eram tomadas medidas severas não só contra o desperdício senão também para a restrição do essencial. Outro tanto na Suíça, onde para tomar avião da S.A.S. permaneci algumas horas na cidade de Genebra, vindo da metrópole inglesa. Do aeroporto à cidade se apresentavam dificuldades de transporte ao turista. Era sábado e o racionamento entrara em vigor. Assistíamos à reação diante do fechamento de Suez. Deparávamos a mesma qualidade drástica das providências inglesas onde mais de 50.000 carros particulares foram atingidos em Londres por um corte de 30% em seu suprimento de gasolina. Toda a Europa ocidental, Senhor Presidente, a esta hora se encontra sob o regime de compressão do uso pelo menos de um dos combustíveis líquidos.

Entretanto, ao descer aqui não vejo senão otimismo em torno de conseqüências da obstrução do

Canal de Suez. As autoridades brasileiras do petróleo desafiam a situação de anormalidade do Oriente Médio em termos de confiança, quanto à regularidade das entregas do cru para as refinarias do País e outros suprimentos de refinados. Corridas de automóveis continuam sendo programadas na capital paulista para os próximos dias. A displicência é geral. Não encontra petróleo disponível à vista (afora no Recôncavo baiano), a Petrobrás, em parte alguma. O mundo está cheio de inquietações e recelos a respeito das disponibilidades de óleo. Pode ser que nada de mais grave aconteça. Isto não quer dizer que o contrário também não se venha a dar como quase toda a Europa antevê.

Mas porque os monopolistas indígenas refinam aqui os óleos dos outros, reina um impávido otimismo, quanto à próxima emancipação do Brasil do petróleo estrangeiro.

Para o nacionalista brasileiro, o problema do petróleo não está resolvido achando-o em nosso subsolo, senão refinando o cru dos outros, dentro das fronteiras do País. A chave da questão se encontra assim simplificada.

Antes de partir para a Inglaterra, onde só demorei uma semana, fui ao Maranhão. Era eu ali paraninfo do centenário da cidade de Pinheiros. Aprendiz que sou de agricultura e pecuária, na visita que fiz à região da Baixada maranhense, com a sua bela exposição de animais e produtos da terra, procurei abranger outrossim a zona de pesquisa do petróleo, que é contígua à de Pinheiro. Uma sonda nova se achava erigida em Santa Helena. A sua guarnição era americana, com exceção de um jovem engenheiro brasileiro. Toda a gente do pelotão de Santa Helena era acolhedora e simpática. Achava-se a perfuração a mais de 2.000 metros, sem resultados satisfatórios até então.

Não são até aqui de índole menos desanimadora as atividades da Petrobrás em Balsas, no Riachão, ao sul do Estado. Como poderia ser o contrário, Senhor Presidente?

Um território da extensão da província maranhense requer, no mínimo, cinco mil *wild-caters* e cinco mil sondas, em face das esperanças que deposita no seu subsolo um perito do prestígio internacional do Sr. Linch.

Haverá de ser, porém, com dois ou três gatos pingados, armados de duas sondas, que um problema da magnitude do petróleo, possa ser tratado nas condições que observei, na província que tenho a honra de representar no S-nador? Assim como Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa dialogavam com o mundo, no século passado, em termos de universidade, o petróleo, que se esconde no fundo da terra, não dispensa outro tratamento. Só poderemos tratá-lo em termos de diálogo com o capital extranacional. E esse, aqui não existindo, temos que ir conversar lá fora.

Óleo, mercadoria internacional

É o óleo mercadoria internacional. Por isso mesmo requer, naqueles que vêm discuti-lo e tratá-lo, mentalidades amplas, do mesmo tipo universal com que Gonçalves Dias tratava a poesia e João Francisco Lisboa os problemas políticos e sociais de seu tempo.

Um dos traços melancólicos do Brasil, Sr. Presidente, é a espessa ignorância, da maioria das seções das suas elites, que se supõem especializadas nos assuntos de economia. Aqui está um exemplo. Há mais de trinta anos que procuro demonstrar a natureza internacional do petróleo. Não existe mercadoria mais internacional, e, por isto mesmo, menos nacional do que esta. Toda vez que uma nação tenta tratar o petróleo em termos de nacionalismo

sucede o que está ocorrendo com o petróleo do Recôncavo da Bahia. Nosso produto dali extraído, tendo um elevado teor de parafina e outro baixo de viscosidade, a sua verdadeira aplicação fôra para lubrificantes.

O ideal, portanto, seria que o Brasil importasse para as suas refinarias outro óleo, menos nobre, trocando-o pelo nosso cru parafinado, para o refino do qual não dispomos ainda de instalações adequadas.

Um perito alemão de petróleo, conversando o ano findo comigo em Dusseldorf dizia-me:

— “Cometéis um verdadeiro crime refinando para combustível o vosso óleo de parafina. Não sei o que custa o vosso processo de extração nem o de refino desse óleo, mas deve o governo do Brasil estar pondo muitos milhões de dólares fora, só pelo fato de tratar erradamente uma matéria-prima, que se destina a uma finalidade menos dispendiosa, em vez de explorá-la numa base de rendimento comercial mais alto.

A utilização da rotina, que se fez no Recôncavo e no Cubatão do óleo do País, quando fôra possível empregá-lo, com resultados econômicos maiores, demonstra a penúria do espírito comercial dos dirigentes brasileiros para compreensão da necessidade da internacionalização do problema do óleo. Agora, o ideal fôra a troca do nosso óleo cru de maior valor econômico por outro estrangeiro, de inferior rendimento a êsse.

E por que não se fez assim?

E' que nisto entra um aspecto emocional, tão peculiar às elites de baixo nível de caráter e de inteligência a fim de trazer aos seus problemas chaves positivas, em lugar de soluções pueris de românticos do patriotismo e de sentimentos do patriotismo.

O Brasil é o país típico dos absurdos. Somos uma nação onde se exportava, faz pouco tempo, no governo Café Filho, cafés baixos

tipo 4 Santos, como “riados”. O Instituto Brasileiro do Café, durante o governo desse ilustre pai, tentou registrar “riados” como “moles”. Assim se vendia lá fora por 130 cruzeiros uma mercadoria que aqui se exportava por 75... E isso explica porque grandes bancos americanos sustentam a existência de um volume espantoso de dólares nossos, no exterior, em consequência do câmbio negro assim feito.

O Sr. Othon Mäder — Apolado!

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND

— Nós não aceitaremos jamais como forma de aptidão a competência, da exacerbação nacionalista para resolver o problema do petróleo. Somos contrários, por experiência própria ao papel da rotina do Estado, quando se lhe entrega o monopólio da exploração do petróleo. No Brasil, a não ser algum vago nacionalista sincero, mas estreito de visão, a grande maioria dos que adotam a tese estatal o fazem sob pressão da propaganda soviética. Os brasileiros se mostram, em certas camadas da sua sociedade, benevolentes e acolhedores na aceitação das doutrinas vermelhas, feitas expressamente para uso dos nacionalismos botocudos da América e da Ásia.

E a manobra russa está em curso, e com êxito porque aquilo a que ela visa é justamente que não se tenha aqui petróleo, ou que o tenhamos numa proporção incapaz de contribuir para a prosperidade brasileira, ou seja, para a solução do problema dos combustíveis entre nós.

Neste caso, quem é no Brasil o agente aberto, ostensivo da Rússia, senão a Petrobrás? Quais os *profiteurs* da sua ação negativa senão os chamados trustes internacionais do petróleo?

O órgão da vaidade xenófoba de uma seção do povo brasileiro é o seu aparelho monopolístico do petróleo. Ele é que impede que

nos tornemos *self sufficient* desse produto e ao mesmo tempo seu exportador, como são Peru, Venezuela, Canadá e Estados Unidos, só para citar povos deste continente que não adotaram o compasso do monopólio estatal.

Dirigismo estadual, uma úlcera

Ouçá-me por caridade a Casa. Foi a 13 de maio do ano findo que se anunciou que havia jorrado o petróleo em Nova Olinda. Estamos em dezembro de 1956. Caiu depois sobre Nova Olinda uma pedra sepulcral. Jamais se falou do que acontecera ou do que estava para acontecer na barranca do Madeira, onde, ao que parece, um novo poço está sendo aberto, numa ilha fluvial da zona. Enquanto isso ocorre, quem se ceva no consumidor brasileiro? Quem nos fornece quase todo o cru de que carecemos, senão o estrangeiro, mesmo porque o suprimento do Recôncavo pouco ultrapassa de 25 mil barris?

Na música de minueto, em que vai a Petrobrás no Vale Amazônico, o petróleo ali, em termos de comércio, só será para daqui a quarenta anos. É a lição da experiência petrobrasiana.

É o ritmo do seu andar lerdo, que é o passo de tudo que aqui, como lá fora, significa máquina controlada pelo Estado.

Já tenho dito várias vezes nesta tribuna que a maior úlcera que corrompe o organismo político e administrativo do Brasil, é o seu dirigismo estatal. Temos o Estado, talvez, mais irresponsável do planeta. A macrocefalia estatal traduz um monstruoso processo de deformação que gangrena nosso organismo coletivo. Aqui se entregam seções enormes da nossa economia ao poder público que, sendo inepto por si mesmo, resulta deplorável para o consumidor.

A posição de comando do Estado à testa de centenas de serviços públicos, dos quais tem o monopó-

lio, custa a bem dizer a ruína da economia nacional. Multiplicam-se os abusos. A Marinha Mercante, nas suas mãos é uma calamidade. As estradas-de-ferro, uma catástrofe. O monopólio do petróleo significa 200 milhões de dólares, que o País desembolsa para ter um produto que o Estado não logra tirar de baixo da terra. O governo em toda parte (e eu vi pessoalmente como ele é inepto, no campo da siderurgia, em um país dos níveis de competência e de moralidade da Suécia) não logra vencer o clima e relaxamento de incompetência e de abuso da gestão estatal em qualquer ângulo da sua atividade.

Os exemplos da sua incapacidade se acumulam a granel. Mercadorias e serviços produzidos pelo Estado brasileiro representam custos unitários exageradíssimos como tudo o que é aqui manipulado pelo poder público. Monopólio do Estado no nosso País, quer dizer desajuste administrativo, com impossibilidade para produzir bom, barato e a tempo. Regozijam-se os pelotões do ufanismo indígena com a existência do óleo no fundo da terra pois que a outra coisa não equivalem as nossas intervenções no assunto, numa região da extensão do território maranhense armados que estamos de inexorável esperanças, e tendo para realizá-las dois poços pioneiros.

O Sr. Gaspar Velloso — É a pura verdade.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Riquezas latentes, matérias-primas potenciais, não valem como capital de riqueza. Onde prevalece uma tal convicção, dominam a levandade política e a burocracia administrativa. Não existe país civilizado no planeta, onde se fale potencial de riqueza adormecido, como expressão de prosperidade nacional. Estados Unidos, Canadá, Peru, Venezuela, Colômbia, Porto Rico, di-

namizam tudo o que têm com o braço, a técnica e o capital nacionais, se possível, mas também com estes três elementos estrangeiros, se necessário. O patrimônio físico de um país ou é trabalhado, ou não existe. O nosso é, em grande parte, inexistente, porque, paupérrimos de recursos para o mobilizar, não consentimos em que os capitais externos venham desempenhar a função, que somos impotentes para exercê-la em face d'ele. Se nossa poupança não dá para os investimentos que tantos tesouros a céu aberto desafiam, só existe um caminho, a fim de não deixar bloqueadas riquezas que, uma vez inatingidas, nada representam para a prosperidade nacional. E trabalhá-las com os elementos de fora até porque ainda somos um País de imigração.

Se quiser medir a irresponsabilidade do Brasil diante dos fatores a elaborar para promover o seu progresso, é suficiente tomar o que se faz com o petróleo. Para não deixar que o estrangeiro nos ajude a procurá-lo e a explorá-lo, pagam-se 280 milhões de dólares de imposto a esse mesmo estrangeiro. Tal o preço do m'edo pago pelos brasileiros a um capital, de que temos velha experiência, mas do qual agora se faz um fantasma, disposto a devorar os fígados da soberania nacional.

As reservas de petróleo mundiais se distribuem pela seguinte maneira: — Oriente Médio (digo-o de memória). 93 bilhões de barris; Estados Unidos, 30 bilhões, Venezuela e Rússia, 10 bilhões. De todas essas regiões e de todos estes países apenas a Rússia, a Rússia exclusivamente, não tolera investimentos estrangeiros nos negócios do petróleo. Só têm os Estados Unidos, 10,46% das disponibilidades petrolíferas.

Pensam que eles se estão inquietando com isso? Nenhuma restrição ali existe, seja com a exploração dos derivados, seja para a exportação do cru. Essa linha de conduta é a linha de Governo n'uma época da sua história, viu o cérebro dos seus dirigentes roído pelos parasitas que comem os miolos juvenis e pueris aos nossos.

Em 1955, os Estados Unidos encontravam reduzido de treze por cento o que tinham como reservas, e o fato não incomodou a nenhum americano, porque entre 1945-55 as suas disponibilidades passam de vinte a trinta bilhões, enquanto que o Oriente Médio, que se encontra sob o seu ascendente e o da Inglaterra, viu as suas, em dez anos, voando de 18,5 bilhões de barris para 93 bilhões.

Graças a quem o Oriente Médio descobriu tão prodigiosas reservas de óleo? Tão somente devido ao capital estrangeiro e à técnica avançada que o acompanha. Onde os Estados árabes, como o nosso, iriam mobilizar os imensos recursos financeiros e técnicos que os Estados Unidos e a Inglaterra ali investiram para descobrir os filões negros e industrializá-los em tão pouco tempo? Só a Grã Bretanha tem no Oriente Médio mais de 530 milhões de libras esterlinas.

O Sr. Othon Mäder — Não temos, como eles não tinham outra solução. Um Estado não tem o direito de dormir impotente sobre os seus lençóis de petróleo.

Nova Olinda

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nova Olinda, Senhor Presidente, é, em todos os sentidos, o testemunho legítimo da incapacidade do Estado Brasileiro para tratar um problema da importância do óleo.

Eu pergunto à Casa: transformaríamos as *Lightes* e as *Telefônicas da Brazilian Traction* em outras tantas Petrobrasas e Telefobrasas, que sucederia ao Brasil?

O pipocar de outros tantos e calamitosos Lloyds e Centrais do Brasil no carcomido organismo administração da Nação.

O Brasil sabe que tem o petróleo no Madeira não é de hoje.

T. C. White, o geólogo norte-americano contratado por Lauro Müller para estudar o nosso carvão, no começo do século, escreve no seu relatório, que tenho aqui em mãos, pois faz 40 anos ele é um dos meus livros de cabeceira: "Se um dia, no Brasil, se encontrarem grandes depósitos de petróleo, tais depósitos terão que se apresentar na região que o Amazonas cora". Nestas condições, os trabalhos e perfuração da Petrobrás no vale amazônico, deveriam cercar-se do máximo de garantias para que, uma vez encontrado o óleo, nada se pudesse perder, sobretudo em questão de tempo. Pois a advertência não foi feita na hora justa?

Aqui no Sul ainda se ignora que, tendo surgido o petróleo em Nova Olinda não existiam no local, sequer, reservatórios temporários para recolhê-lo. Foi preciso que a pequena refinaria particular de Manaus mandasse, depois, com duro esforço, um reservatório do seu estoque. Pior ainda, encontrado o lençol petrolífero, o poço não pôde produzir o teste desejado, por faltar pressão ao óleo para chegar à superfície da terra. O resto é uma página triste, já sabia, de incompetência no trato da qualidade do cimento para revestir o poço. *Glissez mortel.*

Temos assim um poço pioneiro aberto, sem as condições técnicas indispensáveis. Pelo malôgro não deverão ser responsabilizados os nossos bravos e cuidadoso-

so técnicos, mas sim as circunstâncias mesmas de um monopólio estatal, precário e descuidado por natureza, a fim de aprovisionar do equipamento próprio os trabalhos dos seus poços pioneiros.

Eu já disse à Casa o que significa uma pesquisa em plena selva, numa região onde tudo falta para que o combustível possa jorrar em condições satisfatórias.

O Brasil não pode pensar em menos de trezentos milhões de dólares, aplicados só em sondas para encetar uma razoável pesquisa do combustível líquido na região amazônica.

Este dinheiro em dôbro e plus seis bilhões de cruzeiros, permitiriam seiscentas sondagens por ano. Mesmo assim, um tal capital significa esforço mesquinho, quando se pensa que a Venezuela fura 5.000 poços por ano, e só o Texas 20.000.

Onde encontraria esses dólares, a administração de um país que até o pequeno fundo de garantia da sua circulação fiduciária (300 milhões), está empenhado aos norte-americanos, para remunerar empréstimos, em larga parte de consumo, que fizemos nos Estados Unidos, quando a administração Gudin teve que pagar os restos dos atrasados comerciais, que o Senhor Horácio Lafer não pôde regularizar, sendo que uma parte deles respondia pelo desastre da exportação do café em 1954? (Pouco mais de 10 milhões de sacas foi essa exportação). 1954 foi o ano em que o Brasil tentou o golpe de uma valorização fracassada de preços e a qual, acredito, terá sido a última da nossa vida de cafeicultores. Não teremos mais fôlego para tanto.

No orçamento da Petrobrás há duas parcelas em moeda estrangeira: importação de equipamento e ordenados de técnicos estrangeiros. São ambas verbas dispendiosas.

Na Espanha, no contrato que fez o seu Governo com a CALTEX, atuou uma certa precaução de resguardo nacionalista. Ele fez saber à sua associada que o Governo de Madri desejava participar das atividades pioneiras com sondas de 3.000 metros, uma vez frustradas as tentativas com as outras, de possibilidades de perfuração menos profunda.

O ano atrasado foi o Governo espanhol chamado a contribuir para a aquisição das sondas de maior profundidade, e que custam 1,5 milhões de dólares. Disse-me um membro do Governo Franco:

— "Dura para nós é esta obrigação, depois do malôgro de tôdas as tentativas feitas até aqui para achar o óleo no território espanhol!"

O consólo para o Governo espanhol é que as grandes despesas realizadas para descoberta do óleo no seu território metropolitano, até agora frustrada, pagou-as uma companhia americana.

Economia sufocada

Tenho articulado cem vêzes, Senhor Presidente, aqui e fora daqui, que sou inteiramente cético quanto à existência de recursos à nossa mão, para tentar o Governo do Brasil, na base do monopólio estatal, uma aventura destas. Soube que o orçamento da Petrobrás para o ano vindouro, em aquisição de sondas, não atinge a quinze milhões de dólares! Que representa tal ninharia, quando os estudos que pude manusear de um grupo italo-belga-francês, que pretendeu aqui operar, em 1955, na base apenas da pesquisa, como da iniciativa privada, imaginava uma soma de 120 milhões de dólares por ano só para compra de equipamento?

Ignoro se algum dos colegas da Casa tem contato com os mercados de dinheiro, no exterior, in-

teressados no financiamento do petróleo. Eu os tenho sondado, tanto nos Estados Unidos, na Inglaterra como na Holanda, na Suíça e na França.

Num dos meus últimos contatos em Zurich, com o presidente de um dos maiores bancos da Confederação, ele disse-me textualmente:

"Seu País deverá perder toda a esperança de achar capitais na Europa para financiar o monopólio estatal, em que os senhores insistem, do petróleo. Têm os senhores um comércio externo excessivamente instável, a par de uma dívida consolidada, nos Estados Unidos, a qual já anda beirando pela casa dos dois bilhões de dólares. Ninguém compreende, aqui na Suíça e fora daqui, a obstinação dos brasileiros em não dar participação aos capitais e à técnica estrangeiros no negócio do petróleo. É justamente esse nacionalismo hermetico o que mais dificulta as concessões de recursos, em divisas, para o Brasil pesquisar e explorar o seu combustível líquido.

O próprio Presidente da República, na viagem que empreendeu aos Estados Unidos e à Europa, antes de se empossar, se identificou perfeitamente com o pensamento que acabo de enunciar. Ora, a permanência do monopólio estatal da Petrobrás implica no desinteresse dos mercados estrangeiros de dinheiro pelo problema do petróleo no Brasil.

"Petróleo é risco, e risco não há quem deseje corrê-lo, sobretudo tratando-se de um governo cujo Tesouro é demasiado fraco para suportá-lo".

Esquecem os brasileiros que temos três moratórias de vida externa pesando nos cálculos dos banqueiros lá fora, que pensam em ajudar-nos.

Tive ensejo de ler há pouco o projeto do Mercado Comum Europeu. Se o Brasil pretendesse ou pudesse a êle aderir amanhã, não lograria fazê-lo. O projeto proíbe os monopólios governamentais nos Estados-membros, e a Petrobrás é um dêles.

Dêsse modo, a verdade a reconhecer e proclamar é que o Brasil, ainda que vendendo cem milhões de dólares de café por mês, representa uma economia sufocada para tentar a exploração do petróleo a curto prazo.

Porque só a curto prazo é que paga a pena tentar o golpe do óleo, num País como o nosso, que sofre uma sangria pesada pelo que compra lá fora, dêsse produto.

Andamos em marcha batida para a importação de trezentos milhões de dólares, só êste ano, de petróleo e seus derivados.

O café, em marcha não menos acelerada para a superprodução, e, portanto, para a desvalorização dos seus preços, continuará a nos produzir dólares para enfrentar tamanha hemorragia?

O Sr. Novães Filho — A situação, como a pinta V. Exa., será, já em futuro próximo, de causar apreensões. Não esqueçamos, porém, que Deus é brasileiro.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Suponho que já deve andar cansado de filhos tão cabeçudos e tão pouco inteligentes.

Que iremos fazer? Pois já não estamos vivendo e penando na dependência do estrangeiro, para satisfazer tôdas as nossas necessidades energéticas, até porque as estruturas de produção e consumo de energia, baseadas no

poder hidrelétrico que temos, dependem, para trabalhar, das indústrias européias e norte-americanas? As nossas usinas hidrelétricas e as refinarias de petróleo estão a todo momento precisando de peças de reposição, para manter o seu ritmo atual, o que mostra até que ponto vivemos na dependência das indústrias de fora, já não digo para o ritmo de qualquer expansão, senão para o *statu quo* da sua rotina.

A ameaça egípcia

Repito à Casa o que tenho dito no Brasil, desde quando regresssei de Londres, há uma semana. Ali reina uma atmosfera de apreensão quanto ao futuro da desobstrução do Canal de Suez. Existem 45 vapôres afundados entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo, obra dêsse chefe de horda que é o ditador camaleonesco do Cairo.

Pode-se esperar tudo do bando revolucionário que assaltou o Governo do Egito. Quanto tempo levará o Canal para ser ligado de novo aos fins pacíficos da civilização, para os quais o construíram Lesseps e o rei egípcio? As forças, que estão neste momento em jogo no Próximo e no Oriente Médio, não são elementos que discutam a política em termos de chancelarias democráticas do ocidente europeu de hoje, mas dentro das linhas grosseiras dos seus mentores e amos do momento que são os senhores vermelhos. Com um despudor de primário o Cel. Nasser tinha pôsto Assuan em leilão. Era o leiloeiro a interrogar americanos e russos quanto davam pelo lote. A esta altura estive pela segunda vez no Egito. Fretel um avião no Cairo e desci além de Assuan. O clima de massa e jornais, em língua árabe, era anti-europeu. A propaganda soviética contaminava o país. Cartazes de literatura política caracteristicamente bolchevista, enchiam os muros de

Alexandria, Cairo, Telas, Luesor e Assuan. Eu pedia ao intérprete que me acompanhava, que os traduzisse, para podermos ver o tom laivoso dos ataques ao Ocidente. Estava persuadido de que no Oriente Médio, se ingleses, franceses e norte-americanos não almoçassem, à ponta de espada, aquelas grosserias, os russos os jantariam. A ocupação do Canal era, antes de tudo, um imperativo da civilização para não acontecer o que a insídia eslava, através da mão de Nasser, iria cometer em meio à expedição anglo-francesa. Aproveito o ensejo para declarar ao Senado que aplaudo o golpe militar da França e da Inglaterra, em Suez. Uma via de comunicação do tipo de Suez, como o seu gêmeo, que é o Canal do Panamá só podendo pertencer à humanidade, ou são internacionalizadas, como os oceanos, ou operam sob o controle de Estados de níveis elevados de educação política. Fôra um erro entregá-las a governichos de bandedeiros, de sabotadores das estradas, o que o gênio humano construiu para a segurança e o conforto do gênero humano.

Não compreendo que, num caso como o de Suez, se chegue a tomar partido, entre Estados de conhecidas aptidões para missões civilizadoras e bandos de ambiciosos, que representam apenas governos de quarteladas. Os demagogos do Cairo são uma clique militar que para se sustentar no poder, carece de insuflar nas massas as paixões inferiores da xenofobia e como os prestidigitadores de circo, todo o dia carecem de tirar novas sortes, que mantenham elevado o nível emocional das platéias excitadas pela felicidade dos golpes deles.

Diante a situação delicada para suprimentos de óleo em que se encontra o Ocidente, como estão agindo as autoridades propostas a êsse serviços? A deli-

rante concorrência de fretes, aberta à Central, à Santos-Jundiaí à Leopoldina e a tôdas as outras estradas-de-ferro do Governo, pelas rodovias, já foi atenuada no sentido de mitigarem as exigências de óleo e seus derivados para as frotas dos comboios que competem com o Estado, nos transportes.

Não parece à Casa soada a hora de o poder público começar a tomar providências para extinguir o tráfico de caminhões que, em vastos percursos ao longo das estradas-de-ferro, contribuem para amarrá-las financeiramente, aumentando o *deficit* do orçamento de despesas da União, que só no capítulo estradas-de-ferro e transportes marítimos atingirá êste ano no mínimo a quinze bilhões?

Na Europa, nos Estados Unidos, lavra indiz vel inquietação no que diz respeito à regularidade nesta emergência do fornecimento dos combustíveis líquidos. O truncamento de Suez, levado a efeito pelo mouros infiel dos nossos tempos, traduz risco tão sério na distribuição do óleo, pelo fato das frotas de petroleiras não se encontrarem preparadas para operar nas distâncias de agora, ou seja, a rota do Cabo, com o mesmo material flutuante de que dispõem para navegar por Suez e o Mediterrâneo. As distâncias cresceram.

A Petrobrás, Arcádia brasileira

Encontro o Brasil em doce estado de euforia, alheio, inteiramente alheio às dificuldades de toda ordem que para a situação internacional criou o bloqueio do Canal de Suez. Se as nações como a Inglaterra, a França a Alemanha já se volveram para o racionamento não vejo por que o nosso País insista no relaxado consumo de petróleo e seus derivados, que nossa posição cambial nem mesmo a tolera.

Está lançada a Petrobrás em campanha atordoante de propaganda através de folhetos, revistas próprias e páginas de jornais. Destinada a inflamar o entusiasmo ultranacionalista. Contam-se fanfarronadas homéricas por conta das façanhas dos bandeirantes do ouro-negro, deste século. Faz três anos promete o ferrabrás da Petrobrás dar petróleo, que afogue tôdas as necessidades do Brasil. E petróleo achado aqui dentro das nossas fronteiras, pela máquina do monopólio estatal. O Recôncavo balano deveria proporcionar 80 mil barris diários e o Rio Madeira os restantes 140.000. Até hoje nada de positivo está esclarecido quanto ao valor do lençol que all teria sido descoberto. Mas, por conta dêle, já se sacam grossos vagalhões de petróleo dentro dos quais boiarão felizes e prósperos o Brasil e seus filhos, que tantas autarquias e tantos monopólios supõem que os acalentam, quando o que fazem, é sugar-lhes dezenas de bilhões das receitas aos seus orçamentos particulares.

O Sr. Novaes Filho — O Estado Brasileiro não é assim tão feio como o pôs V. Exa. em sua galeria de arte senatorial.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu ainda o faço bonito. Ele é um Saturno que come os próprios filhos.

Em contraste com a copiosa literatura, nutrida de esperanças quanto à redenção do Brasil pelo seu próprio petróleo, tenho uma informação a dar, a qual estou certo, sobressaltará a Bancada Nacionalista da Casa. Quem lê as páginas acadêmicas do presidente da Arcádia brasileira deste século, que é a Petrobrás, acreditará por certo no ramo de oliveira que esta pomba sem fel nos trouxe no bico como que a mostrar o fim do dilúvio de água doce da

Amazônia, agora substituído pelos crespos lençóis subterrâneos do petróleo nacional, trazido desta vez, afinal, à flor da terra.

Cético, profundamente cético quanto à capacidade da Petrobrás para extrair o petróleo de que necessitam os brasileiros, vejo-me entretanto, forçado para argumentar, a abrir créditos de confiança aos alucinados sinceros do "petróleo é nosso" na fase do "exclusivismo", da exploração jacobina, feita por mãos inconsúteis de patriotas, saídos das malocas do nosso indigenato.

Vamos conceder, portanto, aos mosqueteiros assanhados da Petrobrás que êles estão carregados de razão, e que tudo quanto dizem e escrevem, é a expressão da realidade. Sim, o Brasil está gordo de óleo, outrora e recém-descoberto. Não necessita de ajuda de quem quer que seja, nesse terreno. Do Amazonas ao Recôncavo, temos as tetas pejadas.

Que foi fazer na Bolívia?

Mas, neste caso, que foi fazer na Bolívia o Coronel Janari Nunes? Esta é a notícia mais estranha e mais segura que trago da Inglaterra, após a curta viagem que all venho de fazer. Um diplomata sul-americano me deu essa informação bancária da City me foi dado apurar.

Uma vez que encontra a Petrobrás fechadas as portas da Bolívia para nos dar dentro de dois ou três anos uma solução de emergência (allás, a Bolívia só tem, pode dizer-se, muitos poços pioneiros. Seus campos petrolíferos não foram ainda delimitados), que resta ao Brasil?

O exemplo da Venezuela

Próximo de casa, encontramos a Venezuela, Pôsto fogo ao paiol do Oriente Médio, a solução venezuelana será a primeira a nos

aparecer. Mas o que acontece à Venezuela é que tôdas as companhias que all operam, já gravitam em tôrno de mercados, que reputam como sua fiel clientela. No meio dessa freguesia, está claro que se encontra o Brasil, com as cotas de cru, de *fuel oil* e de gasolina que sabemos. Teremos, entretanto, fôrça política para induzir a Venezuela a cobrir o enorme *deficit* que possamos vir a ter, entre os suprimentos da Petrobrás e o volume de que carecemos? Preferências e prioridades numa hora destas, serão ainda possíveis, na vida de um pobre capitão que não cuidou?

O Sr. Freitas Cavalcanti — Vossa Excelência dá licença para um rápido aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tem a palavra o nobre líder alagoano.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Ainda há pouco li, com muito pesar, que o velho roteiro marítimo, que trazia os portugueses para o Brasil, está, neste momento, procurando a Venezuela. É que não encontram mais futuro em nossa terra. Movidas por uma fôrça sentimental e histórica, as correntes que nos uniam, agora se partem. Os portugueses descobrem outros caminhos do mundo. Allás, é uma tradição de Portugal, descobrir os caminhos do mundo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Dificilmente teria aparecido na Casa aparte mais oportuno que o de V. Exa. Desejo agradecer ao bravo chefe udenista pelo ensejo que nos proporciona de explicar um dos casos de enriquecimento astronômico de uma pequena colônia estrangeira num país em função da expansão dos negócios do óleo.

O ano findo recebi do Governo da Venezuela o convite para assistir às comemorações da "Semana da Pátria". Aqui no Rio e em São Paulo temos brilhantes desfiles militares, de uma tropa de primeira ordem, que de fato dá para alvoraçar todos os corações de patriotas. Dizia o velho Anatole France que aos franceses só a glória militar deslumbra. A nós outros, na América Latina, também um pouco o mesmo acontece.

Em Caracas, a "Semana da Pátria", significa durante uma semana, desfiles diários de 40, 50, 60, 70 mil pessoas, aos quais se associam tôdas as províncias da República. Depois da canonização de Joana D'Arc, em S. Paulo, e da coroação da atual Rainha da Inglaterra, não vi, no mundo, desfiles iguais, em imponência, grandeza, fôrça, luxo, e em projeção de alegria, posta nos lábios de homens, mulheres e crianças. Não sei de povo mais feliz como tampouco nunca observei um chefe de Estado mais atento aos problemas ligados à prosperidade, à segurança e à felicidade da sua gente, do que o General Ximenes.

Não chegou a propor. Talvez nem a sugerir. Com o artigo do Código Mineiro nacional na mão, o primeiro fiscal de ônibus que encontrou na rua desarmou-o da insólita pretensão. Tinha o Governo do Brasil, ainda o menos simpático dos aspectos para um boliviano, qual o de pretender desembarcar, com o seu Estado Nacional, em território boliviano, um militar que do lado de cá do Rio Paragual se constitui em campeão da tese do monopólio estatal do óleo. O óleo é privilégio do Estado, dirá o ferrabrás da Petrobrás, contando que esse Estado seja o brasileiro. Tratando-se da Bolívia, o Estado do Brasil poderá all chegar e propor uma intervenção nossa naquillo que se considera, lá como aqui, a derra-

deira expressão do melindre da soberania dos dois povos?

A Casa haverá de permitir que eu entre a fazer ponto, num assunto em que não sei o que ficou em mais triste postura: se o prestígio do Brasil, ou a autoridade de um capitão-do-mato, que, passando por cima do Presidente da República, do Ministro das Relações Exteriores, foi a La Paz a fim de ali tentar obter o que a legislação vigente do país ameaçado pela sua ignorância, não nos podia nem nos pode dar. A nós nem a qualquer outro Estado.

Que significa, mais do que a gafe que estou noticiando, a idéia celerada da presença do chefe da autarquia do óleo brasileiro na Bolívia senão o seu fracasso interno? Não é a expedição que o levou para o outro lado da fronteira do Oeste com o objetivo de pleitear um absurdo, a confissão da sua frustração aqui?

Se o Brasil tem tanto petróleo como êle diz e blazona, porque não o procura em casa? Por que essa saída secreta para um outro país em busca daquilo que se afirma que já foi encontrado aqui?

Senhores desta Câmara senatorial: o Governo brasileiro, que sentou praça no "petróleo é nosso", formula à qual impõe exigências severas para preservação do ideal de soberania pátria, na hipótese, compareceu a La Paz a fim de tentar negociar o petróleo boliviano para a Petrobrás. Seu delegado era o próprio presidente dessa autarquia.

Li em Londres o pequeno relato do representante de uma firma americana acerca dos resultados das conversações do nosso tuchau de papo verde-amarelo com as autoridades da República andina.

Para ser breve: o presidente da Petrobrás foi duramente rechaçado, sem maiores debates, em sua pretensão de pesquisar, explorar e drenar o petróleo boli-

viano para o nosso território por conta e ordem da Petrobrás, que é o Estado Brasileiro.

Tenho aludido várias vezes com ternura à flor de bonina que é o coronel-presidente da Petrobrás. Assim, como êle trata dos assuntos do petróleo, em condições de lírica imaturidade sem sequer roçá-los de leve, outro tanto acontece com as legislações do petróleo de povos vizinhos, que têm compromissos firmados conosco.

O Código Mineiro Boliviano não admite que um país estrangeiro como o Brasil execute diretamente a concessão do petróleo, em seu território. O Código é claro e preciso nesse sentido. Como o Brasil deseja efetivar aquilo que recebeu, no passado, em termos de alvissaras petrolíferas êle só tem um caminho a trilhar. Faça brasileiros se organizarem em empresas de pesquisas, exploração, refino e distribuição de óleo e escolha entre os que fundarem essas companhias, os mais idôneos, e transfira-lhes aquêles direitos que recebeu do Estado boliviano. Não há outro jeito de manipular o negócio, e, talvez, o melhor negócio que temos em perspectiva, para além das nossas fronteiras do Oeste.

Sem consultar um jurista, sem se aproximar do Ministério das Relações Exteriores, quem bem o houvera aconselhado, como autêntico capitão-do-mato, armado do seu facão de matelro, o presidente da Petrobrás partiu para La Paz.

Ao término de uma das paradas civis a que assisti ao seu lado, êle indagou o que eu desejava ver de preferência na Venezuela. Respondi-lhe que a parte agrária, o que comeci a fazer no dia seguinte.

Antes, porém, de partir para o interior, o Ministro da Justiça convidou-me a um passeio pela capital, a fim de êle explicar-me

alguns aspectos do vertiginoso progresso de Caracas.

No curso dessa excursão, perguntel-lhe o que era feito de levadas de portugueses que, a partir de 1947, desciam da Panair do Brasil em Recife, e ali tomavam aviões DC-3 que lhes eram especialmente destinados, rumo a Caracas.

— “A maior parte dêles já está rica — respondeu o ministro. — Vamos passar numa avenida de edifícios de 10, 12 e 14 andares, e dos quais, entre quarenta e cinquenta por cento, pertencem a portugueses entrados no País a partir de 47”.

Eram, caro Senador Freitas Cavalcanti, os meus antigos companheiros de viagem na Panair do Brasil. Entre 47 e 55 acumularam cabedais que os tornaram proprietários de imóveis assaz valorizados no centro comercial da metrópole.

O petróleo venezuelano, explorado por capitais estrangeiros, imprimiu à pequena República andina fabulosos padrões de riqueza, dos maiores que apresenta qualquer nação dos nossos dias. E seu solo, ou seja, a sua soberania, até aqui soberano, se mantém intacto. Violado foi êle quando o Governo venezuelano, paupérrimo, sem recursos para pagar os compromissos da sua dívida externa, viu nas águas territoriais da República a “Pantrer” e o “Vine-ta”, exigindo-lhe de mourões acessos, o pagamento compulsório das suas dívidas com a Imperial Alemanha.

Tal o prodígio do petróleo, que não é explorado pelo monopólio do Estado, como sucede na Argentina, no México e no Brasil.

O ataque não foi um erro

Com a situação criada pelas hordas de Nasser, obstruindo o Canal de Suez, a Venezuela e os Estados Unidos passaram a ter,

de momento, posição preponderante nos suprimentos da Europa. Sem a Venezuela e sem os Estados Unidos, a Europa estaria atacada de paralisia motora, ou seja, até quando as comunicações pela rota do Cabo tiverem adquirido um ritmo de normalidade.

A crise, recentemente declarada, entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, a qual abalou a situação mundial, só poderá ter sido um desentendimento momentâneo. Entendeu a opinião americana, como entendeu uma grande parte da própria opinião inglesa, que a Grã-Bretanha e a França não deveriam ter chegado ao emprêgo da força no caso de Suez. O raciocínio da oposição inglesa (eu pude bem senti-lo de perto) era êste: a Inglaterra e a França, sem o apoio dos Estados Unidos, não dispõem das Nações Unidas e, portanto, de prestígio político para enfrentar a Rússia, em quem se depositaram as esperanças egípcias para resistir. Erro imperdoável seria marcharem as duas, sôzinhas no mais temerário golpe da sua política externa, desde o fim da segunda guerra mundial.

Raciocínio por outra forma. Erro maior do que não atacar, repudiando o emprêgo da força, foi o dos expedicionários terem detido a marcha da expedição punitiva que empreendiam, para chamar à razão os violadores da Convenção de 1888.

Mas o rude choque psicológico entre ingleses e americanos, com o tempo só tende a se diluir. Quem vai admitir a hipótese da Inglaterra e da França poderem vir a ser satélites do sistema de Moscou? Só no Oriente Médio a Grã-Bretanha tem de *placement* petrolífero mais de 370 milhões de libras. Quem a ajudará a defender êsse patrimônio da cobiça russa senão o poder político e militar dos Estados Unidos.

México e Argentina

Se existe um país que tem diante de si perspectivas de uma situação cambial sombria dentro de menos de um ano, é o Brasil. Nosso poder de compra de petróleo só tende a diminuir ante a baliza inevitável das cotações do nosso café. Como, armados do mediocre instrumento do monopólio do Estado, nos será permitido ver jorrar da terra o óleo que os há de libertar de tamanha pressão financeira? Ai temos o México e a Argentina, que perfilham a tancha política nossa. Continuam ambos tributários do produto estrangeiro. Não andam mas pateljam dentro dos seus poços de petróleo.

No México, o Governo expropriou as companhias estrangeiras pagando-lhes indenizações inferiores ao custo das suas obras no país. Está com 1.127 poços. No Canadá, que começou ontem a sua exploração com a livre empresa, o número dos poços atinge a 2.629. Isto para não falar dos Estados Unidos, que têm perto de 500 mil e da Venezuela que já ultrapassou dos 8.500 poços.

Core a Casa dêste contraste: enquanto nos Estados Unidos se furam 35 mil poços por ano, com a iniciativa particular, para se achar o óleo, no Brasil, o Estado abre 50, para não encontrá-lo! E quase tôdas as sondas com as quais trabalhamos têm guarnições de técnicos estrangeiros.

Num ano, as empresas privadas do óleo despenderam nos Estados Unidos, três bilhões de dólares, em pesquisas e obras novas. No Brasil, a Petrobrás promete despender o ano vindouro, de 12 a 15 milhões, com a aquisição de sondas.

É calculado o corpo sedimentar, só do Amazonas, para o qual se deverão dirigir as pesquisas petrolíferas, em 600 mil quilômetros quadrados.

Não é trabalhando com 50, 100

e 200 sondas em território assim extenso que o Estado Federal Brasileiro irá tirar do nosso subsolo um líquido vital para a sobrevivência do País.

Um nacionalismo vesgo e exclusivista, conduzido pelos monitores soviéticos, transformou aqui o caso do petróleo, de um problema econômico num problema político, e é essa transformação a responsável pela forma deturpada e irracional com que vemos um assunto banal, pôsto em termos de truculenta demagogia.

A descoberta do óleo é uma questão. Outra, porém, muito mais relevante, é a sua exploração. Ela importa em solver problemas que demandam tempo e largos recursos, como sejam a importância do lençol petrolífero pelo conhecimento da área em que se encontra espessura da demanda de arenito do lençol, sua porosidade, fixação do volume dos poros e interstícios existentes na rocha, acumuladores, valor do óleo nela contido, cálculo das suas disponibilidades recuperáveis para a estimativa da produtividade etc.

Não há de ser, Senhor Presidente, com o material humano escasso, e quase todo êle ainda bisonho, que o nosso País poderá levar a um empreendimento como o petróleo, o impulso de que êle carece para se tornar o elemento de civilização e de progresso, que é, em tôda parte, onde o Estado não se intromete em sua evolução.

Se países como os Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Espanha, Portugal, seus governos se omitem de tratar o petróleo como uma relevante questão do Estado, é porque reconhecem que êle tem características, peculiaridades e também riscos, que confiado o assunto à economia particular, essa poderá enfrentá-lo com maior certeza de êxito do que confiado o assunto à iniciativa estatal.

Para nós nada mais exemplificativo do que a Argentina, onde o próprio General Peron, com todo o seu raivoso elã de nacionalismo, proclamou a impotência do Estado para dilatar a capacidade produtiva do óleo, nos campos de Comodoro Rivadavia. A sua foi a confissão de um vencido.

Com efeito o que produziu o que na Argentina se chama a linha nacionalista do petróleo?

Nada menos de cinquenta anos de crise de combustível, pelo facto do Estado não haver podido explorar internamente sequer as suas reservas conhecidas. O jacobinismo, no Prata, não é menos hirsuto, menos cego e até mais inibido que o dos brasileiros. Lá como aqui só se descobriu um método para ter petróleo: o Estado, ou seja, o funcionário público. Quem sabe o que é o funcionário público como eficiência, como rendimento económico, como aptidão de iniciativa, na América Latina, não porá em dúvida qual a razão da incapacidade dos Yacimientos Petrolíferos Fiscales para dar os 13 milhões de metros cúbicos que hoje o país consome. A Argentina já estaria com 15 milhões de metros cúbicos de consumo se não fôsem as pelas do monopólio. Anel o começo deste ano por Buenos Aires, onde procurei entrar em contacto como o caso do monopólio estatal do petróleo. Disseram-me desalentados dois ministros de Estado as vicissitudes da exploração do óleo pelo Governo do seu país, numa frase que define a catástrofe argentina como espelho da nossa:

— “Aqui se transformou a exploração do óleo pelo Estado em uma questão inatacável do patriotismo nacional. O YPF virou símbolo da integridade argentina e bandeira da dignidade da sua soberania”.

Solução entregue a primários

Que esperar de uma máquina, a qual, devendo ser um organismo agressivo, manipulado por profissionais competentes, bem pagos, aparece como um pesado carroção burocrático, sujeito aos caprichos da política partidária, aos abusos e variações da madraçaria das repartições públicas?

Afirmava, há pouco, o presidente da Petrobrás que, até 1960, dará ao Brasil a independência, que todos ambicionamos, em matéria de suprimento de petróleo e seus derivados. A mim mesmo, êle não falou de modo diferente uma tarde, aqui no Senado. Ousei perguntar ao Iluminado como esperava, em tão curto espaço de tempo, materializar o seu sonho e êle me respondeu da *Turris Eburnea* do “Petróleo é Nosso”:

— “Instalando refinarias por todo o Território Nacional!”

Achar petróleo não é, portanto, o problema que esteja inquietando o valoroso presidente da Petrobrás. Seu programa não está circunscrito a poços e sondas, senão a petroleiros e refinarias. É, portanto, com o petróleo dos outros, com petróleo dos trusts internacionais, que o Santo Varão vai tentar a emancipação dos brasileiros da tirania desses mesmos trusts!

A que categoria de primários, não está entregue a solução do problema do petróleo brasileiro?

Se temos um largo *deficit* de petróleo a cobrar, entre o óleo do Recôncavo, que beneficiamos em Mataripe, e Cubatão e as outras três refinarias privadas e o que mandamos vir de fora, para ajudar o refino no Rio e em São Paulo, êsse *deficit* não é nada em comparação com o outro de aptidão para ver e raciocinar dos mentores de tão séria questão, entre nós. É de alarmar que o honrado chefe da Nação con-

file a criaturas tocadas de franciscana santidade, assunto de tanta relevância para a defesa nacional, na paz como na guerra.

Observe-se a contradição maior dos campeões do monopólio do petróleo. Dizem eles que o petróleo governamental é condição essencial da segurança do País. E, ao mesmo tempo, deixam claro que a busca do óleo não é o que interessa, e sim o refino. Mas, neste caso, trata-se de uma questão comercial e não política. E na hipótese de guerra lá fora? Que será do Brasil sem petróleo próprio? Irá refinar-se óleo de quem?

Quer a Casa saber o que significa o Estado às voltas com o jogo de pesquisa e exploração do petróleo. Desde a primeira década do século, o Governo argentino lida com o petróleo. Depois de mais de cinquenta anos, a produção não atende sequer às necessidades da nação do Prata. Entretanto, no Peru, no pequeno Peru, que começou ontem, no Peru entregue o problema à iniciativa privada, o petróleo atende a procura nacional e transborda para a exportação, dando divisas fortes ao tesouro do país.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois não.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência se referia há pouco a Manaus. Manaus ainda está muito bem.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É verdade; tem uma refinaria.

O Sr. Fernandes Távora — Tem uma refinaria e o Peru é quem lhe fornece a matéria-prima. A despeito de possuir poucas estradas de rodagem ou quase nenhuma, na eventualidade de guerra poderia bastar-se. Mas, nós, do Nordeste e do resto do País, que iremos fazer?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Um embaixador americano já disse ao Presidente da República, depois da última guerra, que, se o terceiro conflito mundial explodisse, o Brasil que se resignasse a não receber petróleo. Não seria possível deixar de abastecer os beligerantes do lado das democracias ocidentais para ajudar um "associado" que na paz não quis saber da cooperação dos seus fiéis aliados de todos os tempos para resolver esse problema, dominado que está o Brasil pelo complexo de inferioridade da diminuição da sua soberania, contratando a pesquisa e exploração do óleo com companhias particulares estrangeiras.

O Sr. Othon Mäder — Apoiado!

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu não saberia dizer quais as consequências do fechamento de Suez, na extensão em que elas se poderão desdobrar. De uma coisa, porém, não tenho maior dúvida: no caso da situação dos suprimentos de combustíveis líquidos se tornar mais aguda do que está, não deveremos alimentar esperanças de que qualquer prioridade possa funcionar em nosso favor. Sejam quais forem as divergências que, num ou noutro ponto nevrálgico da sua estratégia mundial tenham os americanos com a França e a Inglaterra, os desentendimentos ocasionais não darão para comprometer a política dos Estados Unidos de defesa do ocidente, em ligação com essas duas democracias.

Que plenitude de cobertura poderiam ter os Estados Unidos, ante um ataque russo, com a França e a Inglaterra fora do seu dispositivo, sem as bases que eles já têm no território desses dois países, funcionando uma força com armamento atômico tático e outra preparada para o contra-ataque termonuclear, até

que a União Americana, mobilize os seus elementos garantidos por uma tal armadura de segurança do continente branco?

Uma das provas da falta de clarividência nossa, está em que gravitamos dentro de um sistema político, e não temos confiança nêle para com os seus capitais tentar solver a questão do nosso petróleo.

A responsabilidade que tem o Brasil de vir a se encontrar amanhã, curto de petróleo, vis-à-vis dos grandes países da Europa e dos Estados Unidos, cabe aos próprios brasileiros. Esta é a opinião generalizada na parte do mundo que supre a outra de combustíveis líquidos. O magnífico edifício de estupidez isolacionista no caso do petróleo, dentro do qual vivemos, como pobres Budas amarelos, é fruto da nossa inépcia e da nossa chapada ignorância. O petróleo é uma questão que nos é particularmente desconhecida. Aqui não se formulam opiniões em torno do assunto, mas apenas palpites.

Ninguém tem obrigação de salvar um suicida, que faz questão de morrer.

Interessa aos Estados Unidos o

Petróleo da América Latina

Acabo de ler uma entrevista do Senhor Rathbon, Presidente da Standard Oil de Nova Jersey, na qual êle afirma que o esquema de petróleo na América Latina não interessa mais aos Estados Unidos. Cuidaram os americanos do assunto, antes da descoberta da produção intensiva no Oriente Próximo. De fato, o que significa uma produção como a da Venezuela, de 80, 100 e 120 barris por poço, comparada com a do Oriente Próximo, a qual chega à produção de 5 e 7 mil? Fecham ali os americanos, os ingleses e os franceses poços todo o dia, devido à superprodução do cru nos seus campos.

— “Não nos interessa — conclui o Sr. Rathbon — o óleo latino-americano, desde que nos meados da última guerra foi encontrado o do Oriente Próximo. Europa e Estados Unidos descobriram este mercado, que é o maior do mundo. São dois milhões e duzentos mil barris por dia que atravessam o Canal de Suez.

A ameaça soviética, porém, ao Oriente Próximo, viria modificar a posição da América Latina em face dos Estados Unidos. Passou o Brasil a interessar de novo aos Estados Unidos, e, certo, mais do que a Argentina. Com o Oriente Médio conturbado, acentuou-se de novo a hipótese do Brasil vir a consentir em operar no mercado mundial. Se não temos recursos sequer de equipamento para operar *au ralenti*, como se opera, hoje, por que recusar a mão, que, nos estendem os Estados Unidos, a fim de trabalhar conosco?

O reproche que se pode fazer ao Brasil é a cegueira com que está êle agindo. Ameaçadas de não ter com que comprar, dentro de poucos anos, objetos essenciais ao seu consumo, vastas seções do povo brasileiro fazem a política do avestruz. Põem a cabeça debaixo do pescoço, e supõem que o nosso problema dos combustíveis líquidos está resolvido pelas refinarias de óleo importado da Petrobrás e das particulares.

A agitação no Oriente Médio não cessando, a posição da América Latina, ao ver do presidente da Standard Oil, se encontra modificada. As companhias internacionais do óleo terão que procurar compensações para as suas necessidades crescentes, fora dali. E, em tal hipótese, ressurge no hemisfério o interesse, há 15 anos sacrificado, pela descoberta do petróleo em lençóis formidáveis na Ásia. O presidente da Stan-

dard Oil é preciso em relação ao Brasil, quando êle declara que aos interesses petrolíferos internacionais, o Brasil interessa mais que a Argentina.

Quando o Sr. Juscelino Kubitschek estêve na América do Norte, o desassossêgo no Oriente Médio não havia assumido as proporções que tomaria depois. Tampouco, interesses do Ocidente no Egito não se haviam deteriorado tanto como ficariam agora. Recebeu o Presidente proposta de uma companhia americana para a aquisição do equipamento de duas refinarias, reembolsável a longo prazo, contra um contrato de compra de óleo do Próximo Oriente.

Fôra de imaginar que as perspectivas atraentes, a nós abertas por um nome da responsabilidade do Senhor Rathbon pudessem seduzir os brasileiros. Pois a nada disso nos movemos, sem embargo do sombrio próximo que nos aguarda, dentro de um quadro de miséria já existente por todo êste interior afora.

Os argumentos dos que sustentam o manípango da Petrobrás estouram como bolhas de sabão lançadas ao ar.

O Brasil, dizia há pouco um inocente do Partido Trabalhista na Câmara, de 1939 a 1955 já extraiu 271 mil toneladas de petróleo annuals. São 16 anos. Esta é a safra do nosso monopólio estatal. A iniciativa privada sozinha de 47 a 55, já dá ao Canadá, 17 milhões por ano, e Kuwett, onde não havia uma gota de óleo em 1938, extrai agora, graças à livre empresa, 55 milhões de toneladas.

Descalabro na lavoura

A situação das nossas populações do interior é, neste momento, assaz precária. Sêcas de norte a Sul, debilitam o poder de compra do homem da terra, que não pode mais adquirir os arti-

gos manufaturados no litoral. Há poucos dias, eu tinha oportunidade de jantar em São Paulo, na residência do presidente da maior organização agrária e de industrialização de produtos da terra neste País. Era uma festa em homenagem à missão têxtil alemã que nos visitava. Um diretor executivo de outro grupo, mas êste industrial e dos maiores do Brasil, disse-me textualmente:

— “Aprovo tudo quanto alega o senhor, da tribuna do Senado, acêrca do descabro da nossa lavoura. Ela não pode mais pagar os produtos industriais de São Paulo e Rio pelo menos na proporção com que o fazia até há pouco. Empobrece, de ano a ano, o homem da roça, e isso se reflete nas atividades do nosso parque manufatureiro. A crise que anda por aí, bem diz o senhor, não é de maior quantidade de dinheiro, senão de subconsumo. Os solos agrícolas não são regenerados suficientemente nem os nossos lavradores trabalham com irrigação e umidade como deviam.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Lembro ao nobre orador que está finda a hora do Expediente.

O SR. GASPAR VELLOSO — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, requieiro a V. Exa. consulte a Casa sôbre se consente na prorrogação da hora do Expediente, a fim de que o nobre Senador Assis Chateaubriand possa concluir as considerações que tão brilhantemente vem fazendo.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Gaspar Velloso, para prorrogação da hora do Expediente. Os Senhores Sena-

dores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Muito me penhoram as palavras do honrado Senador pelo Paraná. Agradeço a S. Exa. a fidalga espontaneidade com que as enunciou.

Insisto Senhor Presidente, nas considerações que me fazia o industrial paulista, que há pouco citava, acêrca da penúria financeira, do brasileiro do campo.

— “Sinto-me condoído tôda a vez que vejo mais se contrair o poder aquisitivo do nosso homem do interior. E isso malgrado os preços favoráveis do café. Calcule o senhor o que será no dia que não vem longe, em que a superprodução desabar sobre o mundo cafeeiro lá fora e aqui dentro”.

Não alimento maior otimismo, sobre o porvir próximo do Brasil. Perpetramos tantos erros, e vivemos tão desajustados das nossas necessidades, que não vejo como um país que descuida de fazer baratear a sua produção, chegue a pensar a sério em sua qualidade essencial de país de exportação.

O Sr. Mendonça Clark — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Com todo o prazer.

O Sr. Mendonça Clark — Estou ouvindo com a maior atenção às observações de V. Exa. sobre o que ocorre no interior do Estado, considerado o mais rico da União. A serem exatos os reparos do nobre colega, pergunto então: como o povo do pe-

quenino Estado do Piauí, sem o crédito de que dispõe o de São Paulo, mas que contribui com divisas doze vezes superiores às previstas para a sua capacidade, pode encarar a situação que V. Exa. acaba de relatar?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Eu me dou muito bem conta do inferno que seja a lavoura em uma província como a de Piauí, em que quase tudo morreu, inclusive o boi do cantador. Diz bem o nobre colega: se em São Paulo, Paraná, Minas e o sul de Goiás a lavoura é a paisagem triste que venho a pintar, imagine-se o que ela não será em regiões longínquas, sem estradas pavimentadas, e muitas vezes, tão infelizes, quando há sêcas do que como quando há chuvas, porque essas, sendo torrenciais, provocam as inundações, que fazem transbordar os rios e destruir as roças dos ribeirinhos.

Em São Paulo as condições atmosféricas se têm modificado bastante nos últimos trinta anos. As sêcas são muito mais frequentes. A água foge do subsolo. Não temos mais aquelas massas líquidas de precipitações como outrora. A inexistência de águas represadas nos rios para irrigação, mesmo nos maiores rios dos Estados, dá para mostrar o tipo de agricultura que possuímos. Enquanto no Egito, no Paquistão, na Índia, no Sudão, na Mesopotâmia os ingleses custearam grandes obras de irrigação para o cultivo de terras milenarmente erodidas, entre nós, não existe, um, mas um só serviço organizado de irrigação de solos agrícolas. Se tal é a fisionomia dos campos, qual a das cidades? Recebendo bens de consumo por preços caríssimos, as suas populações de funcionários públicos bem remunerados exigem cada vez mais aumentos de ordenados, para enfrentar os preços destas duas

produções, ambas caras; a agrária e a manufatureira.

Porque não nos iludamos: há dois paus-de-arara hoje em dia no Brasil: o dos campos e aquêle das cidades. O Rio de Janeiro possui uma massa demográfica em grande parte parasitária, representando o brasileiro faminto do interior e a das metrópoles que aqui chegam pagando transportes caríssimos — caríssimos atendendo à sua miséria.

O Sr. Alvaro Adolpho — Essa população a que V. Exa. se refere aumenta de dois milhões e quatrocentos mil habitantes por ano.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Exatamente.

Transportes

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— A palavra cabe a Vossa Excelência.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. acaba de referir-se aos transportes do Brasil. Vou dar um exemplo edificante. O atual diretor da Rêde Viação Cearense acaba de declarar, como que se vangloriando, de haver agora, conseguido transportar tôda a safra do ano passado, e acha que já faz muito. Imagine V. Exa. tôda a safra dêste ano e a que virá...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Sr. Presidente, desde que ingressei nesta Casa, combati o excesso de construção de rodovias no Brasil. Entendo que devemos ter um modesto programa de estradas de rodagem e de aproveitamento, tanto quanto possível de nosso sistema hidrográfico e de nossas estradas de ferro.

O Sr. Mendonça Clark — Vossa Excelência permite novo aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Com prazer.

O Sr. Mendonça Clark — Ontem tivemos a honra de receber aqui, a visita de vários prefeitos de cidades norte-americanas. Um dêles me fez uma pergunta...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Eu não quis vê-los, para fugir à vergonha de não ter como responder a perguntas que também afligiram à consciência do nobre colega.

O Sr. Mendonça Clark — ... "Como vocês brasileiros, têm recursos para comprar jeeps do tipo de 18.000 dólares ao câmbio oficial"? O preço é 360 mil cruzeiros por unidade; a 20 cruzeiros a taxa oficial, são 16 mil dólares. Disse-me ainda: "Nós na América do Norte seríamos loucos se comprássemos jeeps dêsse preço". Como vê o nobre colega, nós brasileiros, muitas vezes mais pobres do que os norte-americanos somos forçados, para resolver o problema do transporte do interior a comprar êsse veículo vital para uso em nossas estradas, por preço que aos americanos parece loucura...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Sr. Presidente, à alegação feita pelo nobre colega, relativa ao preço dêstes veículos, respondo apenas com esta frase: Olhemos o panorama das pesquisas, das indústrias extrativas dos minérios. Nenhum esforço temos feito com o propósito de encontrar os produtos que assegurem divisas ao País. O próprio café não passa de mercadoria quase abandonada. A maior parte das suas defesas se processam no terreno comercial, sem o menor cuidado.

O café é o grande órfão do Brasil. São Paulo é o primeiro que lhe recusa a paternidade.

Sr. Presidente, por que não trabalhamos racional e duramente como os belgas no Congo-Belga e os ingleses nas colônias que restam na África? Aqui ninguém quer trabalhar. Estado e massas tudo tem os braços cruzados.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Porque a maior parte das nossas indústrias e do nosso comércio está em poder dos tubarões da iniciativa privada, que os exploram em proveito próprio. Ao Estado competia, ao menos, dirigi-las.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Exa, e os que propiciam esta tese não passam de *chair à canon*. Serão as primeiras vítimas dos excessos do estatismo brasileiro.

Se há um Estado super experimentado pela sua incapacidade, pela sua inépcia, seja sob que governo fôr é o Estado Federal brasileiro. Ele não sabe trabalhar com rendas legítimas, com recursos votados, com métodos de decência comuns. Tem o nosso Estado os serviços mais compatíveis com o bem-estar, com a tranquilidade com a felicidade do meio coletivo. Executa-os da pior forma. Tôda a sua máquina administrativa, como a das autarquias que êle dirige, se traduzem pelos distúrbios mais alarmantes. A não ser Volta Redonda, que é um verdadeiro monopólio, ditando ao mercado privado os preços do aço que lhe convêm, e a Santos-Jundiaí, que tem um gênio administrativo à sua testa, um simples golpe de vista sôbre a estrutura econômica e financeira de quase todos os órgãos estatais e paraestatais do Brasil superintendidos pelo Estado, só nos permite chegar a conclusões desoladoras.

Fundem-se recursos que entregues à iniciativa privada, sujeita essa a mãos competentes, rendem duas, três e quatro vêzes mais do que confiados a mais tresloucada burocracia do mundo. Grande parte das vastas repercussões inflacionárias, no orçamento federal, decorre das autarquias por êle dirigidas.

O *deficit* ferroviário a Casa já o conhece de sobra: mais de 12 bilhões. Só o Lloyd, onde se pagam capitães de navio a 40 mil cruzeiros mensais, e onde o salário médio é de 12 mil, tem 1 bilhão e 700 milhões de cruzeiros de subvenção. A Costeira, 650 milhões. Um guindasteiro, no cais do Porto do Rio, ganha 40 mil cruzeiros. Um fiscal do imposto de consumo é pago a 60 e 70 mil cruzeiros.

Que vale êste poder estatal, batendo todos os recordes da irresponsabilidade, para lhe estendermos ano por ano a capacidade espoliadora da nossa gente?

O que há a fazer no Brasil, Senhor Presidente é contrair a esfera da influência perniciosa do Estado Federal, à vista dos males irreparáveis que êle pratica, com a sua insuficiência contra os mais sagrados interesses do contribuinte brasileiro. Cada peça industrial ou agrária que fundarmos aqui, pondo-a ao largo do intervencionismo estatal, estaremos levantando uma base estratégica anti-inflacionária, em defesa da estrutura econômica desta terra. Urge estancar a hemorragia do cruzeiro transformado hoje em moeda falsa. Governos que aniquilam o valor da moeda, crescendo todo o ano o volume da incidência tributária, apresentando-se como "tubarões" da economia popular, pelo padrão de consumo da voracidade que representam — que confiança podem continuar a inspirar à Nação para que à sua imprevidência e à sua dissipação se entreguem superfícies ainda maiores

de poder sobre o povo que eles sangram?

Mito e mistificação nacionalista

Acreditem os meus compatriotas que esse mito do nacionalismo (tão dos países inferiores, civilmente depravados da América Latina e da Ásia) constitui uma das armas famigeradas que, no plano político, descobriram, para dilatar a sua força malfazeja, políticos e partidos políticos abastardados por uma cultura inferior. Eles sabem que, fortalecida a livre empresa, não lhes será dado jogar com o dinheiro público com a facilidade e a prioridade de inconscientes com que hoje jogam. O vício da corrupção administrativa entrou no sangue dessa gente. Ela não sabe mais tratar a coisa pública senão na base dos seus interesses partidários. A sua avidez amorala não se coaduna com um Estado modesto, honrado, vigilante, supervisor das iniciativas individuais, disposto, a trabalhar com valores limpos, (como no caso, por exemplo, das Docas de Santos, das Docas da Bahia ou da Cia. Paulista de Ferro) que defendam o patrimônio do negócio que administram. Querem abocanhar tudo, para tudo dominar, colocando em cada posto-chave um politiquero inexperiente, cúbido e cínico, que se conclui com os chefes dos sindicatos e faça aumentos de salários, que nem a economia das empresas e tampouco a do País comportam.

Vive, porém, o nosso povo sem educação, debaixo do ambiente da mistificação nacionalista, a qual prega a prevenção dos "patriotas" contra os negócios confiados à iniciativa privada. Isto para que o Estado os desaproprie em benefício das corjas de sanguessugas políticos, tocados exclusivamente pela ganância dos seus apetites materiais. Lembremo-nos do colapso de quase tô-

das as companhias alemães, assaltadas pela ditadura, a partir de 41. Salvaram-se da hecatombe provocada pelos cambrioleurs que as dirigiam, apenas duas ou três. Todas as outras foram devoradas pela bacanal de um privatismo insatisfeito, introduzido nas administrações honradas que elas tinham, pela quadrilha de interventores, escolhida a dedo pelos senhores da ditadura. Recrutou-se na vaza o que havia de malvado, de corrompido, para lhes ser entregue a direção de companhias alemãs, modelares na sua rotina administrativa. A plenitude dos recursos econômicos de cinquenta e tantas empresas foi confiada à insaciável voracidade de consciências lorpas e inexperientes de tudo, menos da arte de roubar.

Nada estanca nossa tendência: quer para gastar quer para desperdiçar. No Brasil, tanto se despende fora de vila e termo como se desperdiça sem piedade tudo o que é economia pública ou privada. Perde-se dia a dia, cada vez mais, a noção do controle do crédito, em face do patrimônio do Estado. Pratica-se com êle toda a sorte de abusos, e disto a maior prova é o orçamento federal vigente, votado com trinta e dois bilhões de déficits. É a maior conjuntura deficitária dos anais administrativos do Brasil. Não existe por aí por isso mesmo, mais inexorável responsável pelos custos inflacionários da Nação.

Inflação

Não pode o Legislativo atual escapar da acusação que lhe haverá de promover a história. Pelo que o Sr. Bernstein chama no *Staff Papers* a *current inflation* o maior responsável ainda é o Congresso Federal. Foi êle quem votou o orçamento que aí está, com tabelas de ordenados e salários de envergonhar qualquer corpo legislativo. Temos a pior

modalidade da inflação a degradar e a pestear o organismo financeiro do Brasil; a inflação continua a que não cede a nenhuma posologia.

A inflação se destina em larga parte a subsidiar as empresas, que devendo estar entregues à iniciativa privada, foram indevidamente parar nas rédeas relaxadas do Governo.

Nos Estados Unidos, como na Inglaterra, tolera-se uma inflação anual de 2 a 3%. Os ingleses dizem que ela não chega a ser um escândalo. Escândalo, porém, será tolerá-la no ritmo de 25 a 30 — que é o nosso caso. Nenhum *breck* conterá os desvios, orçamentários, a anarquia fiscal.

Sabia o Congresso perfeitamente, quando votou em janeiro deste ano, o dramático orçamento de despesas que nos aflige, que o País não dispunha nem podia dispor de rendimentos normais e até mesmo de recursos extraordinários legais, para fazer frente ao pagamento dos salários do funcionalismo público, na base em que eles foram votados. Eu mesmo o disse desta tribuna, a ver se imedia a imensa chaga que se entrara a abrir no corpo do Estado Federal, com reflexos dilacerantes nos outros, das duas órbitas, a provincial e a municipal. A pressão inflacionária não se registraria, com a intensidade ameaçadora com que se apresentava num único círculo, senão igualmente na superfície das duas outras administrações. O massacre seria coletivo, de todas as finanças, inclusive a particular. As distorções não se estenderiam automaticamente aos outros. Aí está a prova na derrocada do sistema de preços. O corpo nacional está gangrenado.

É apenas heróica a missão a que se entregou o atual ministro da Fazenda, de tentar barrar a inflação contínua, atacando-a simultaneamente nas suas duas

frentes de combate: na gestão financeira e na gestão do sistema bancário. Nada no Brasil se depravou tanto quanto o dinheiro. Os rufiões da demagogia levaram o cruzeiro até o fundo do poço, arrasando-lhe quase que o poder aquisitivo. Em dez anos, isto é, de 48 a 58, o cruzeiro se depreciou de 74%. Neste despenhadeiro, só achamos abaixo do Brasil, o Chile, que está longe de ter a nossa posição econômica e os nossos recursos de potencial humano. É preciso que a Casa não esqueça que de 2 bilhões e 623 milhões de dólares que o *Export and Import Bank* emprestou à América Latina, de 1934 a 1958, 982 milhões foram ao Brasil! Não sei se me engano dizendo que na Europa apenas um país superou o nosso na preferência do famoso Banco do Departamento de Estado: a França, a qual recebeu em igual período de tempo, 1 bilhão e 545 milhões.

E para que serviu este dinheiro? Em grande parte para honrar saques do comércio, que se desmandou, em função de créditos levianamente feitos, do outro lado, na aquisição de toda a sorte de quinquilharias!

O que é que governos, que não pensassem em termos de funcionalismo público e de importação de automóveis de passeio, pagos de 100 a 150 milhões de dólares, por ano, não poderiam ter construído para fortalecer o corpo deste gigante eternamente de cócoras, que é o Brasil?

Não querem compreender os nossos partidos políticos, de todos os pontos do quadrante, que no Estado democrático, uma das primeiras obrigações consiste em promover a defesa da livre iniciativa. A maior vigilância dos responsáveis pela sorte do regime repousa no lado econômico. Quando uma economia se abandona ao Estado, como vem capitulando, a do Brasil, dia após

dia, enfraquecem automaticamente as peças mestres da segurança do regime.

Não podem coexistir democracia e Estado detentor das posições-chave do poder econômico. Posições de controle dêsse, compreendem-se, e todos as julgam até indispensáveis.

Os constitucionalistas americanos contemporâneos definem a supremacia do Estado dentro de uma área triangular, onde se situam três liberdades: a de empresa, a de identidade de ensejos e a de promoção do bem-estar coletivo. Aqui se desconhecem a primeira, a segunda e a terceira...

Com Getúlio Vargas começou, e com o atual Governo insiste o Brasil no compasso de uma marcha a mais perigosa para uma democracia do continente: a da dilatação cada dia maior dos poderes do Estado, em detrimento o sistema da livre empresa. Não me canso de chamar a atenção dos colegas da Maioria como da Minoria, para as pedras, os bancos de areia, os pélagos, contra as quais se lança a nossa geração política. Se há no mundo um país semitotalitário, e que se atrai como um bólido solto no ar é o Brasil. Desde 1930, que aqui se tenta, com os resultados mais desastrosos, uma expansão socialista, dissolvente arriscada, sem o menor preparo técnico, e ninguém disso se apercebe.

Imaginamos que a queda de Getúlio Vargas, por duas vezes, matou a peçonha totalitária, quando agora ela está mais viva do que nunca. Decapitou-se o monstruoso organismo, mas o seu corpo está ali intato, e todo o ano aumentado. E o que é paradoxal e cômico, com o apoio caloroso da União Democrática Nacional. O apoio à Petrobrás lhe resume a debilidade mental.

Se Vargas tinha o escopo de, através do petróleo, elaborar uma outra máquina ainda mais robus-

ta de intervencionismo estatal, ela não carecia de colaboradores mais dedicados do que os paredros udenistas. Como êles se enfeudaram, submissos à sua corte dirigista! Não é só óleo: o Brasil virou intervencionista em quase tudo. Até no dinheiro. O Banco do Brasil representa 51% do crédito global dispensado.

Entre nós, a livre empresa se vê diariamente assaltada pelos atos de invasão de um Estado, que hoje já não mais se conforma com os poderes que êle tinha até ontem. Só um tolo, diante do volume dos poderes que concentra atualmente o Estado no Brasil, ousará falar em democracia em nossa terra. Ponto essencial à vida do regime que adotamos, apenas na letra da Constituição, é a vitalidade da iniciativa privada, dentro da órbita dos seus costumes administrativos. Dia após dia, sucumbe aqui uma empresa particular, que o Estado Federal absorve, sem que as entidades partidárias do regime façam empenho em preservar no funcionamento da vida autônoma, delas, uma das fontes vivas do nosso vigor democrático.

Não há outro país no continente, em marcha mais dasabalada para o totalitarismo, do que o Brasil. O instrumento dessa expansão, é o nosso delirante nacionalismo político e econômico, o qual se infiltra em todos os partidos. Tudo no Brasil é contra o Estado Novo, e tudo continua a se fazer aqui, segundo o estilo do Estado Novo, sem que uma só corrente política, a começar do Partido Republicano e da União Democrática Nacional, dê o sinal de alarma dos planos inclinados em que baixamos para a escravidão ditatorial, com o aniquilamento e o sacrifício do espírito da liberdade, no quadro da economia doméstica.

Não há dia, não há mês em que o Estado não assuma o risco e

a responsabilidade de um empreendimento privado, que sucumbiu à sua pressão, seja porque elle negou tarifas adequadas para viver, seja porque os salários que paga aos seus operários não consentem mais a sobrevivência de empresas particulares, paralelas às d'ele.

Males da encampação

Quer a Casa exemplos?

Posso fornecê-los às dúzias.

Por que os capitais ingleses da *Leopoldina Railway* e da *Great Westen* largaram, nas mãos dos Governos estradas, as quais nas mãos d'elles eram primores da ordem, de disciplina e da competência administrativa? Simplesmente por não poderem as suas finanças privadas absorver os deficits, resultantes da pressão do poder público, em favor de salários idênticos ou semelhantes àqueles, que elle paga nas redes ferroviárias nacionais.

O Brasil não está prestando atenção ao drama lancinante que se trava neste momento dentro da mais bem organizada, da mais progressista e da mais confortável estrada-de-ferro do Brasil, senão da América Latina e que é a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Desde que o Governo federal comprou a Inglesa (hoje Santos a Jundiá), assistimos à competição de salários dos empregados e operários da estrada estatal com a outra, de característica privada.

Excede-se todo o ano o Estado em conceder aumentos ao seu pessoal da Santos-Jundiá. Entendem os que trabalham na Paulista, que uma companhia particular, a qual paga dividendos, amortiza empréstimos e satisfaz juros desses empréstimos no exterior, tirando tudo isso da própria renda e não das arcas do Tesouro, pode entregar-se aos mesmos excessos de munificência que a con-

cessionária estatal. E, por isso, exigem os trabalhadores da Paulista, os mesmos salários alucinados que o poder público paga adiante, na estrada federal.

A sorte da Paulista está tirada. Não poderá ella sobreviver, como empresa particular, porque quem a trucidou é o próprio Estado, impondo-lhe um tratamento ao seu pessoal, que é intolerável à saúde das finanças privadas.

Se, para satisfazer à equiparação dos salários da sua gente aos da Inglesa, entrar a Paulista a pedir elevação de tarifas, que vai acontecer?

O transporte rodoviário, que já lhe devora a carga fina, acabará também levando a própria carga pesada. Allás, o café já trafega, em muitos pontos de São Paulo, em caminhões, mediante fretes mais baratos que os das estradas de ferro.

O Sr. Gaspar Velloso — O que V. Exa. está afirmando é a expressão da verdade.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Oh, como eu gostaria que o Brasil tivesse tomado, em matéria de transportes ferroviários, os conselhos da missão Montagu ao Presidente Bernardes!

A casa há de permitir que eu encerre as considerações que venho fazendo em torno desta Casa de Orates, que é a Petrobrás. Ella começa por não ter cabeça dirigente.

Disse o seu presidente a um americano, técnico de óleo, que a empresa que elle preside era a maior da América Latina. Haverá maior ridículo, conceito mais estapafúrdio, do que o que se articula nesta afirmação fora de vila e termo? Para derrubar a patusca declaração do coronel Janary Nunes, basta tomar a *Creole* (subsidiária da *Standard Oil* de Nova Jersey) com mais de 1 bilhão de dólares de capital, na Venezuela. Onde, sequer de lon-

ge, suportará cotejo o monopólio estatal brasileiro com a técnica avançada das empresas privadas, operando noutros países?

Disse-me várias vezes, aqui no Rio, o Sr. Hoover, que as disponibilidades do lençol balano são das mais escassas. Não devíamos depositar excessiva confiança na capacidade produtiva dos seus poços. Entretanto, com uma insensatez de demente, a Petrobrás realiza aquilo que o Sr. Hoover recomendava não se fizesse no Recôncavo: "economia predatória". É possível a comparação com qualquer das cinco ou seis grandes companhias de capital privado que operam na Venezuela? O ano findo, a Venezuela levou ao fundo da terra 1.163 vezes as suas sondas. O Brasil, êsse, perfurou 73 poços, a grande maioria dos quais vazios. Positivos, positivos de verdade, apenas tivemos, os que se abriram no campo já conhecido da Bahia, onde a Petrobrás realiza um processo de canalização, o qual fôra um crime contra o povo balano, se a própria empresa já não fôra outra. Não tendo, porém, encontrado óleo em nenhum outro lugar do Brasil como se conduz a Petrobrás? Depredando o único lençol existente e em atividade, e que antecede à sua fundação.

E quanta demagogia se faz em torno dos pocos da Bahia, inventando-se toda sorte de fantasias para que o Governo não abra mão do monopólio estatal do petróleo!

O Brasil e a Argentina são os dois únicos países do mundo que oferecem o ridículo dêste espetáculo: a agricultura e a pecuária sustentando o delírio nacionalista do petróleo explorado pelo Governo. A nossa condição aqui ainda é pior do que no Prata. Porque é só uma categoria de exportação a aguentar o petróleo. Sobre os ombros do pobre café, cai todo o peso da importação do óleo. E a agricultura não

se ergue contra a brutalidade dêsse movimento que a deixa na maior miséria, sem fosfatos sequer para reabilitar os seus solos, contanto que o País pague a vezania jacobina do "Petróleo é nosso".

É preciso extinguir a Petrobrás por incompatível com a solução rápida que precisa e deve ter o nosso petróleo. O Estado é o mais inibido de todos os produtores. Carecemos de explorar intensivamente as nossas reservas para dar ao País alívio da sangria de 300 milhões de dólares que êle sofre com o consumo do combustível estrangeiro.

Observem-se os esforços do nacionalismo petrolífero para impedir a implantação da indústria petroquímica nas mãos da iniciativa privada. O óleo já se foi. Em seguida, as refinarias e, agora, a indústria petroquímica. Por que preço não iremos pagar a produção dessa indústria nas mãos de um Estado leonino e inépto como dá, todos os dias, provas o Estado brasileiro?

Que fazem os partidos políticos, filhos da democracia e, portanto, seus guardas vigilantes, que não vêm para onde nos leva esta capitulação, diante de um Estado de rapinagem, que dia a dia abocanha mais as fontes de riqueza do País? Que indústria petroquímica se poderá estabelecer aqui, com a Petrobrás ao leme, impostora e petulante, a ditar as aplicações do capital privado no negócio?

Em matéria de óleo, como desconfiança xenófoba, estamos abaixo da Índia. Até no caso da *Assam Oil*, foi decidido o princípio da cooperação do capital privado, com o Estado, podendo êsse capital ser até mesmo estrangeiro. O Estado industânico reservou apenas um certo controle seu das companhias privadas, inclusive da parte dos compromissos com o capital estrangeiro.

A onda monopolística é tão alta que até o governador de São Paulo, partidário conhecido da livre empresa, vem estimulando o desastre de uma nova siderurgia estatal em São Paulo, quando Volta Redonda, a Belgo-Mineira e os irmãos Jafet poderiam os três levantar a mais de 400 mil toneladas a sua produção, e fazer tudo o que se intenta produzir na COSIPA, incluídas as chapas de 60 e 85 polegadas de largura.

Terra de economia pobre como a nossa, o que aqui se deveria fazer era unificar cada vez mais os organismos industriais, a fim de fazer baratear os custos de uma produção dia a dia mais gravosa.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador, que o tempo está por terminar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Somos uma democracia liberal *sui generis*. Os nossos republicanos são a fauna mais estranha que existe no globo. Saímos, faz doze anos, dos subterrâneos de um Estado autoritário que esmagava o homem e seus direitos políticos e humanos, e as liberdades constitucionais com o peso da maior máquina de opressão que ainda viu o Brasil. Hoje, a opinião liberal ressuscita Floriano Peixoto e outros energúmenos desajustados do Brasil novo, para restaurar aquilo que as hordas do Estado Novo mobilizaram para arrasar aqui as conquistas do direito e da liberdade.

Senhor Presidente: o Brasil não tem partidos políticos, dignos desse nome, mas pelotões de jardim de infância, fazendo exercícios primários com escopetas de pau etc.

(*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

**7.^a Sessão da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a Legislatura,
em 25 de março de 1958**

PRESIDENCIA DOS SRS. APOLONIO SALLES E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Georgino Avelino.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Calado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lineu Prestes.
Lino de Mattos.
Moura Andrade.

Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Nereu Ramos.
Mem de Sá. — (50).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Senhores Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Senhor Primeiro Suplente, servindo de Segundo Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Senhor Primeiro Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 5, de 1958

Revalida, por dois anos, o prazo de vigência do concurso de Auxiliar Legislativo.

Artigo único. Fica revalidado, por dois anos, o prazo de vigência do concurso realizado para o provimento de cargos na carreira de Auxiliar Legislativo desta Secretaria.

Justificação

Considerando que o concurso realizado, nesta Secretaria, para os cargos acima referidos, possibilitou ao Senado a aquisição de um número apreciável de bons funcionários, e considerando, ainda, que a realização de um novo concurso, em virtude das despesas que acarreta só se justificaria se realmente grande fôsse o número de vagas a preencher:

Propõe a Comissão Diretora a revalidação do prazo de vigência do aludido concurso por mais dois anos.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1958. — *Apolônio Salles*. — *Cunha Mello*. — *Victorino Freire*. — *Domingos Vellasco*.

A Comissão de Constituição e Justiça.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 6, de 1958

Restabelece 10 (dez) cargos extintos da classe "J" da carreira de Auxiliar Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Art. 1.º Fica alterado para 26 (vinte e seis) o número de cargos da classe "J" da carreira de Auxiliar Legislativo, de que trata o artigo 1.º da Resolução n.º 39, de 1956.

Justificação

O projeto visa a restabelecer 10 dos cargos criados pela Resolução n.º 4, de 1955 e, posteriormente, suprimidos pela de n.º 39 de 1956.

A medida tem por objetivo atender ao crescente aumento de serviço, nos diversos setores de atividades do Senado.

As reiteradas reclamações dos Diretores e demais órgãos de serviço da Casa comprovam a evidente falta de pessoal habilitado para os trabalhos dactilográficos,

em geral acarretando, desta forma, sérios transtornos ao ritmo normal das atividades desta Secretaria.

Atendendo a estas considerações, a Comissão Diretora submete ao exame do Plenário o presente Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1958. — *Apolônio Salles*. — *Cunha Mello*. — *Victorino Freire*. — *Domingos Vellasco*.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Nereu Ramos.

É lido e deferido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 76, de 1958

Requeiro a Vossa Excelência que, na forma regimental, se digne de solicitar do Sr. Ministro da Viação a seguinte informação:

Qual o despacho exarado no processo encaminhado com o Ofício n.º 57,21-119, de 10-12-56, em que é interessado José Patrocínio da Costa, de Florianópolis, que fôra classificado em oitavo lugar no concurso de Carteiro?

Sala das Sessões, em 25 de março de 1958. — *Nereu Ramos*.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Senador Lino de Mattos enviou à Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 98, § 2.º, do Regimento Interno.

Sua Excelência será atendido.

Discurso supra-referido pelo Sr. Presidente.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, a leitura a fim de que constem dos Anais do Senado, dos discursos proferidos à

beira do túmulo que se abriu, em São Paulo, para receber o corpo do emérito patricio Afonso de Escragnoille Taunay, é a homenagem póstuma que prestamos ao grande catarinense da antiga Nossa Senhora do Destêrro, hoje Florianópolis, que se fez paulista de coração pelo seu imenso labor na terra dos bandeirantes.

Permita-me, pois, o Senado, que eu passe à leitura dos discursos a que me referi de início.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA

O Presidente da Academia Brasileira de Letras, Sr. Elmano Cardim, pronunciou o seguinte discurso:

“Venho a São Paulo trazer a Afonso de Escragnoille Taunay o adeus da Academia Brasileira de Letras. Abre a sua morte no seio da nossa instituição um vácuo profundo, que bem avaliamos pela grandeza da sua presença naquela casa. Não a fazia maior na constância de um convívio tão desejado, que a distância não permitia contínuo, mas sempre se tornou marcante no decorrer do tempo, pela afabilidade e doçura da sua alma e pela magnificência da sua obra. Não o nimbou a immortalidade porque se haja inscrito um dia entre os 40 da illustre companhia. Imortal já o era quando, na noite de gala de 8 de maio de 1930, o recebemos com o júbilo merecido, pela irradiação do seu nome entre os predestinados das lides do espírito. As portas da Academia a ele se abriram espontâneas, no reconhecimento de uma consagração conquistada pelo labor de toda uma vida dedicada às letras pátrias e aureolada afinal pela construção monumental da sua obra de historiador. Poderia naquelas alturas da sua caminhada pousar tranqüillo o bordão do pioneiro de tantas jornadas pela selva escura do nosso passado, porque farta era a colheita no

desbravar da nossa história, rica a bagagem acumulada através das suas penetrações nos mistérios da formação nacional. Mas nunca sonhara o incansável trabalhador em dar por concluída uma tarefa que já então se notabilizara pela fartura dos frutos colhidos e generosamente doados ao conhecimento geral.

Poucos terão, dentro ou fora da Academia, produzido com tanto afincamento e tanto proveito na busca e rebusca dos acontecimentos que se encadeiam para explicar enfim o tantas vezes invocado milagre de unidade nacional. Como bandeirante de outra espécie, mas da mesma têmpera, Taunay realizou na floresta desconhecida da nossa historiografia o mesmo esforço hercúleo dos heróis que se immortalizaram nas páginas da sua épica evocação das bandeiras paulistanas. A conquista do Brasil pelos brasileiros, na sua frase síntese do fenómeno social e político que descreveu e analisou, foi o deslumbramento do seu espírito diante da magnitude e da unidade da nossa terra. Desde a infância, na confissão do seu ardor patriótico, o seduzira a razão de ser desse prodígio inaudito.

Como os conquistadores do solo pátrio, buscou Taunay, por veredas ainda ignoradas, penetrar o mistério e foi, com as pesquisas que lhe permitiriam escrever os onze volumes da História Geral das Bandeiras Paulistas, abrindo clareiras novas que desvendassem o sentido nobre de um esforço injustamente atribuído à simples cobiça de bens materiais. Muito mais elevado era, a seu ver, o impulso dos que, a serviço de El-Rei, procuravam dilatar os limites traçados à pátria que queria marcar as suas fronteiras na amplidão das terras desvirginadas pela sua fidelidade e pela sua bravura.

Incorporou-se, assim, o grande morto que aqui choramos, entre os cronistas que engrandeceram as nossas origens e desfez, com a

segurança dos seus dados e a evidência da sua interpretação, o negativismo dos que faziam o apoucar e desmentir o esforço intrépido que hoje exaltamos sem favor.

Mas não foi só na revelação do gesto bem pensado e bem sentido dos bandeirantes que o historiador encontrou elementos para afirmar a sua convicção. Cultor exímio do idioma, trouxe-lhe, na paciente colheita pelo campo da lexicologia, uma opulenta messe de vocábulos colhidos nas criações lingüísticas do nosso povo, para a incorporação aos dicionários que os ignoravam. Omissões, lacunas, falhas, que servem de títulos a notáveis contribuições ao enriquecimento de um idioma que o emérito autor previa em breve falado por 100 milhões de pessoas e hoje sabemos, pelos estudos demográficos, há de ser, no ano de 2.000, o patrimônio de mais de 200 milhões de brasileiros. No neoportuguês-americano, o seu espírito premunitório antevia uma das "grandes energias da homogeneização brasileira". Não foi senão pelo amor à língua portuguesa, com o reconhecimento ao papel que teve na integralização do território pátrio, que buscou no terreno léxico o complemento histórico para a continuidade nacional.

Convicto, como Valery, de que o passado, lendário ou real, age sobre o futuro com o poder comparável ao do presente, Taunay penetrou na história brasileira com o ânimo dos desbravadores, a fim de trazer às gerações de hoje e de amanhã exemplos dignificantes para que, à sua evocação, se engrandecam os destinos da Pátria que ele tanto enobreceu.

Sua obra aí está derramada em dezenas de livros, esparsa pelos jornais e revistas, divulgada em tantos outros volumes de autores que se valem do seu saber, a garantir a eternidade da sua gló-

ria, no culto que lhe acompanhará para sempre a memória excelsa.

Sua vida foi um exemplo de nobreza e harmonia, pura e sonora como os acordes musicais com que se deletava ao sentar-se ao piano para a evasão do seu espírito às esferas ideais do sonho e da contemplação.

Sua glória éle próprio a construiu, com a perseverança beneditina do seu labor, a força criadora da sua inteligência e a grandeza altívaga do seu espírito.

Quando esta noite chagando a São Paulo para a triste missão de trazer a Afonso de Taunay estas palavras de despedida da Academia Brasileira de Letras, cruzei com o Monumento às Bandeiras, senti que o gênio do artista, ao esculpir na pedra o denodo daquele punhado de heróis desconhecidos, se identificava, no espaço, pela beleza da sua inspiração, com a criação grandiosa que pelo tempo se encerra nas páginas admiráveis da História Geral das Bandeiras Paulista. Um mesmo sentimento sublima o momento que o granito imortaliza e o livro traduz para a eternidade.

Pode repousar tranqüilo, neste solo fecundo e generoso de São Paulo quem, vindo de fora, tanto fez para reviver os feitos da sua gente e a glória da sua terra, servindo-a e amando-a com o pensamento e o coração voltados sempre para a grande pátria estremecida".

Oração de Aureliano Leite

O Sr. Aureliano Leite, em nome da Academia Paulista de Letras, pronunciou a oração seguinte:

"Ainda ontem, fazendo uma consulta de sentido histórico ao grande-morto, para quem se abre inexoravelmente esta fria sepultura, éle começou por me dizer, naquela sua conformação filosófica com o término da vida: De

cérebro sinto-me em forma, mas de corpo nada mais valho. E com o seu cérebro admirável como o daquele outro vulto em circunstâncias idênticas — Alexandre Hercúculo — o qual encheu de glórias as letras históricas de Portugal, deu-me ali, poucas horas antes de se libertar do mundo, a prova pujante de seu equilíbrio e força mentais, fornecendo-me dados diversos, absolutamente certos, para trabalho a que estou dedicando noites de vigília.

Sem sombra de fraseologia, nem a sensaboria do lugar-comum, eu vos lembro que esse grande morto abre vácuo impreenchível na sociedade brasileira, mas muito maior na sociedade paulista. Com efeito, ele realizou o que não parece comum nos dias que correm: reuniu em sua nobre pessoa o espírito, a fidalguia e o caráter. O espírito — olhe-se para sua obra profunda e original extraída com a maior honestidade das rumas poentas e rendadas de papéis nunca antes examinados, virgens por assim dizer das mãos e dos olhos de outros escabichadores, desmanchando-se entre os dedos. Obra imensa, possibilitando melhor o estudo da história de S. Paulo, jamais a houve por terminada, prosseguindo nela, com a paciência de um beneditino, acrescida ao desejo de servir a generosa terra que lhe abriu os braços longos da hospitalidade.

A sua obra muito mais do que as duas imortalidades com que as duas academias, a paulista e a brasileira a coroaram, ela sim, a sua obra histórica, não desaparecerá enquanto houver pedra sobre pedra em Piratininga e no Brasil. Já escreveu alguém que só os livros podem viver quase eternamente. Catedrais, palácios, monumentos de mármore e bronze, cidades, se reduzem ao pó, enquanto que aquêles, os livros, subsistem. É a maior recompensa para o espírito que se engastou nos trabalhos profundos do grande morto desta manhã...

Sua fidalguia era proverbial. Multiplicava-se no trato amorável, nos gestos de bondade, na galanteria que não se resumia em prodigalizar à nobilíssima esposa, a seus filhos e netos, a todos os ilustres parentes. De sua fidalguia sobrava muito para repartir com aquêles estranhos com quem ele convivia. Com alguns, ia até à abdicação extremada. Lembrem-se apenas Martin Francisco, o terceiro; Capistrano de Abreu, o pontífice da História; Max Fleuiss, Tavares de Lira, Rodolfo Garcia, Rocha Pombo, José Carlos de Macedo Soares, o grande e festejado chanceler, os quais encontraram na sua amizade, nunca enublada, um fervor religioso.

De seu caráter — pareceu-me difícil que homem de seu espírito e de sua fidalguia pudesse juntar a essas virtudes a fortaleza de caráter, que muita gente considera mais próprio de um pobre burguês. Um artista, um escritor não lhe pode atribuir muita valia, é o que se fala às véses. O grande morto não era assim. Ao contrário notabilizava-se por caráter inteiriço, mas nada como as ilustrações para completarem um juízo. O episódio que vou referir bem cabe nessas rudes palavras. Não omito nomes. Tenho horror às coisas vagas, às reticências. Concorriam a certa cadeira, da Academia Brasileira de Letras dois ilustres e poderosos candidatos: Barbosa Lima Sobrinho e Pedro Calmon. O primeiro pediu ao inolvidável governador Armando de Salles Oliveira que trabalhasse por ele junto aos imortais de São Paulo. Armando chamou-me ao Palácio, e pediu-me que me dirigisse em seu nome a Afonso de Taunay, nesse tempo diretor do Museu Paulista. Afonso de Taunay declarou-me, sem reboços: "Já prometi o meu voto a Pedro Calmon". Embora em tom de absoluta delicadeza, insisti com Taunay na preferência por Bar-

bosa Lima, certamente o vitorioso, deixando-se Calmon para a vaga imediata. Afonso de Taunay, também delicadamente, encerrou o assunto: "Então quer o meu amigo que eu falte com a minha palavra? Tenho a certeza que o Dr. Armando me dará inteira razão". E foi o que se passou. O inolvidável governador deu-lhe toda a razão, ficando daí em diante conhecedor do pulso do seu alto funcionário.

Roquete Pinto, tão comedido nas palavras, quando o recebeu em 1930 na Academia Brasileira de letras, disse dêle o que acabo de tirar do necrológico de "O Estado de São Paulo": "Quando considero o vulto e a importância de vossa obra magnífica, bem compreendo que houvesse tardado. O peso da bagagem, como no verso de Musset, demorava o passo do caminheiro, firme, vaqueano de todos os chãos percorridos em labor inigualável".

Homens como êsse que baixa a esta sepultura deixam atrás de si enorme vazio. Relevei-me lembrar-vos, senhores, que São Paulo e o Brasil não lhe deram quanto êle merecia. Que ao menos agora cultivem a sua memória edificante, fazendo multiplicar por todos os melos a sua obra profunda e original, fadada por sinal a não morrer, a não acompanhá-lo à sua modesta sepultura. Isso consola um tanto.

Os porvindouros, certamente mais sábios e justos do que nós, entre as setas com que hão de alvejar as nossas gerações presentes, guardarão algumas para aquêles que não cercaram o grande morto com a alta estimação a que êle fêz jus. As nossas gerações estão em falta com êle. Todavia, ainda há tempo de purgarem a culpa e porventura de se redimirem.

Tenho como certo que a Academia Paulista de Letras não foi feliz na escolha de seu intérpre-

te. A emoção, que de regra nos invade em ocasiões dolorosas como esta, sinto que em mim já me vai embotando a inteligência e aumentando a natural inibição. Mas procurei ser sincero nas expressões das palavras encomendadas. Concluo, pois, repetindo a advertência há pouco expressada: as nossas gerações estão em falta com o grande morto. Todavia ainda há tempo de purgarem a culpa e, porventura, de se redimirem".

DISCURSO DO PRESIDENTE DO I. H. G.

O Sr. José Pedro Cordeiro, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pronunciou na ocasião o seguinte discurso:

"Meu caro Afonso de Taunay, mestre e amigo: esta a minha derradeira palavra junto ao teu corpo, e também a do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, numa hora tão trágica para nós, em que passamos a viver na saudade e na evocação de uma figura varonil, de um porte fidalgo e majestoso, de uma bela figura física de homem, de uma inteligência que enobreceu São Paulo e o Brasil, de uma ilustração que exaltou a humanidade; hora trágica para nós que passamos a viver na rememoração constante e nostálgica dos teus carinhos de pai, de espôso e de avô, das forças e virtudes emanadas de um coração grande, leal, amigo, sincero, sempre mergulhado em afeto, em bondade, em ternura, em bem servir.

Dizia o poeta que a morte é liberdade. Sim, liberdade para os que vão, mas cativo, condenação, prisão, para os que ficam esperando a própria hora marcada pelo destino e que não pode e não conseguem esquecer, sempre lembram que passam, minuto a minuto, transe a transe, pelo martírio da saudade e da evocação.

O teu corpo, já cansado das lutas, desce hoje à sepultura, mestre. Abraça-te agora, num amplexo que será eterno, a gloriosa terra paulista que tanto te ama, e sempre, sempre te amará.

A memória dêsse amor será eterna, porque eterno será também seu fruto, ofertado à Pátria no altar da cultura, da sabedoria e da honestidade, fruto que te fez, incontestavelmente, o maior historiador brasileiro dos nossos tempos.

Há os que servem à Nação no campo de batalha, no manejo do arado, nas pugnas em favor da liberdade. Preferiste o pontificar das cátedras, a ilustração e a sapiência, às tarefas árduas das pesquisas e da ciência, o labor da pena, e nisto soubeste cumprir o dever de patriota e disso tinhas consciência. Tão certo estavas a respeito que a morte não foi suficientemente poderosa para roubar-te a serenidade. Provam-no os tranquilos traços da face do justo ainda agora estampados no semblante do grande e ilustre Morto. Ela veio para encontrar em ti a certeza de uma existência útil, de todo o bem que fizeste, do muito que deste, do mundo que criaste e do tanto que amaste. Bem mereces o descanso e junto a êle quando o inicias, quando adentras o reino misterioso das trevas que para um crítico como tu, é um reino maravilhoso, de luz, inicia-se também, numa continuidade, a guarda de honra e de gratidão formada por tudo aquilo que alicerça e arcabouça, constitui e personaliza, identifica e define no ser tóda a Pátria Brasileira”.

As palavras, Sr. Presidente, de Elmano Cardim, Aureliano Leite e José Pedro Cordeiro falam dos sentimentos de tristeza não somente da Academia Brasileira de Letras, Academia Paulista de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo mas, também, dos brasileiros que sabem haver o

Brasil perdido filho dileto, amante da sua terra e da sua gente, como o foi Afonso Taunay.

O SR. PRESIDENTE — Comunico aos Senhores Senadores que esteve no gabinete do Vice-Presidente desta Casa o Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara, que veio convidar o Senado para se fazer representar nas solenidades que serão efetuadas no Estádio do Maracanã, na tarde chamada Tarde Sagrada. O convite de Sua Eminência é feito ao Senado em conjunto e a cada senhor Senador individualmente.

Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Kérginaldo Cavalcanti, primeiro orador inscrito.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, quiseira não ter de ocupar a tribuna; preferiria que o motivo que m'ò impele não ocorresse; melhor seria para todos nós e mais grato aos nossos corações. Às vezes o silêncio tem sua significação. Se pudesse nada dizer, seria feliz; mas o assunto é para mim urgente, como o é para todos nós, os nordestinos.

É um tema sedição, não há dúvida; há mais de cem anos se arrasta; é um fato, um triste e doloroso fato.

Mais de uma vez sobre nós filhos do Nordeste, abate-se a seca.

Estamos sob regime de ameaça cujo alcance desconhecemos.

Cada um de nós indaga: por que sempre e sempre impende sobre nós, como força inelutável, a ameaça do rigor das estiagens periódicas?

Enxuga-se a terra, ressecam os campos e, então, esgotada as últimas esperanças, com a passagem do equinócio, as populações abandonam seus lares, correm pelas estradas agrestes à procura das povoações e das povoações passam às cidades e das cidades ao litoral. Aí se exaure a pró-

pria caridade. Homens, mulheres e crianças, ao léu da sorte, precipitam-se incertos para onde há alguma vaga esperança. Esse o triste destino da gente que vive no Nordeste brasileiro.

O Sr. Apolônio Salles — *Dá Vossa Excelência licença para um aparte?*

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com grande prazer ouvirei o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Apolônio Salles — Estava eu inscrito, como deve ser do conhecimento de V. Ex.^a, para também proferir discurso em tórno dessa infelicidade, que mais uma vez se abate sobre o Nordeste. Recebera a incumbência do Sr. Governador de Pernambuco, que enviou ao Rio de Janeiro o Sr. Petronílio de Santa Cruz, Secretário de Agricultura, hoje, chegando, há pouco mais de meia hora. Contou-me S. Ex.^a que quatro cidades de Pernambuco já estavam cheias de retirantes, das quais duas, por sinal, recebem-nos normalmente dos Estados vizinhos, uma vez que em Pernambuco há uma área chamada Zona da Mata, onde comumente, não há sêca, que agora já a alcança. Vêm à procura de trabalho, nos engenhos e usinas, e infelizmente, nada conseguem, porquanto as operações agrícolas estão reduzidas. Ocorre que as verbas liberadas — e vi ainda ontem o Sr. Presidente da República não somente liberá-las mas dar ordens expressas para que se deixasse de parte toda e qualquer burocracia — referem-se ao Polígono das Sêcas. Em Pernambuco, porém, as sêcas já se estendem à Zona da Mata, agora superpovoada pelos retirantes. A situação piora, tal como no caso particular do Rio Grande do Norte, sem dúvida o Estado mais flagelado, onde não há uma só área que se possa dizer não tenha sido atingida pela sêca. Em Per-

nambuco, se 64.000 km² são normalmente sacudidos pela estiagem, temos agora 80.000 km² atingidos, dos 99.000 de que se compõe o Estado que represento nesta Casa. Dou a V. Ex.^a todo o meu apoio e, se minha voz puder ser ouvida, que o seja pelos Poderes responsáveis, junto aos protestos autorizados do nobre colega.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito bem, muito obrigado a V. Ex.^a pelo aparte.

O Sr. Nelson Firmo — Foram concedidos, no entanto, um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros a Minas Gerais, enquanto, para todo o Nordeste uma ninharia!

O Sr. Apolônio Salles — Prezado colega, louvo o zelo e interesse de V. Ex.^a pela nossa terra comum; mas não posso deixar de afirmar que nós nordestinos não olhamos o que se concede para outras regiões.

O Sr. Nelson Firmo — Para certas comparações, é bom critério.

O Sr. Apolônio Salles — Não fazemos comparações; e V. Ex.^a generoso como sempre, há de convir que mais vale agora juntarmos nossas vozes em tórno do problema comum.

O Sr. Nelson Firmo — O Governo podia ter dado vinte vezes para o Nordeste.

O Sr. Apolônio Salles — Está dando e muito mais ainda dará.

O Sr. Nelson Firmo — Dará, depois de tanta miséria, quando o drama atingir seu ponto mais alto.

O Sr. Apolônio Salles — O drama está-se pronunciando agora, porque, até nisso, os nordestinos são parcimoniosos: não se antecipam à certeza dos cataclismos. Esperaram até março, que é a

data clássica em que se julgam os efeitos máximos da seca.

O Sr. Nelson Firmo — Como nordestino, arrependo-me de haver acompanhado o Sr. Juscelino Kubitschek.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, como tinha realmente em vista ocupar a tribuna por pouco tempo, não me sinto de maneira alguma prejudicado pelos longos apartes trazidos pelos ilustres colegas à minha modesta oração. Ao contrário esclareceram Suas Excelências, de maneira cabal e completa...

O Sr. Apolônio Salles — Sou muito grato a Vossa Excelência.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — ...a situação aflitiva que vai pelo Nordeste.

Sr. Presidente, dizia eu ainda pouco, procurando fixar a atenção do Senado para esse obscuro relato, que as condições em que nos encontramos são muito graves e devem ser atalhadas o quanto antes. Há, entretanto, outra indagação que nós nos fazemos, homens do Norte, homens do centro e homens do Sul: se há cem anos se arrasta esse problema que é fundamental para uma grande zona do País e se os remédios têm sido tomados, por que há crise em vez de debelado o mal? Por que, em vez de sarado, se apresenta em condições cada vez piores, se temos as Obras contra as Secas, com programa definido a partir de Eptácio Pessoa?

Inquirem todos — e é justo o façam — das razões por que esse gravíssimo problema não foi ainda resolvido e se apresenta, pelo contrário, em condições de agravamento, que poderei chamar de extraordinárias?

Sr. Presidente, das duas uma: ou alguma coisa está errada, ou, então, nada se tem feito de positivo no que se refere às obras contra as secas.

O Sr. Nelson Firmo — Está errado o Presidente Juscelino Kubitschek, que se obstina nos erros.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Estou, encarando o problema do ângulo generalizado, com absoluta isenção, sem criticar pessoas.

O Sr. Nelson Firmo — Pergunto ao nobre colega: as medidas tardias do Presidente Juscelino Kubitschek vão salvar o Nordeste?

O Sr. Apolônio Salles — Absolutamente. S. Ex.^a não retarda as providências.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — O caso é de atendimento geral.

O Sr. Nelson Firmo — Há mais de seis meses o Nordeste está sendo arrasado por falta de chuva. O nobre colega Senador Apolônio Salles não o ignora.

O Sr. Pedro Ludovico — Só agora a imprensa começa a referir-se ao fato.

O Sr. Apolônio Salles — Se me permite o orador, responderei ao nobre representante pernambucano.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Espero, apenas, que os nobres colegas me reservem um minuto para produzir minhas considerações.

O Sr. Apolônio Salles — Há dois meses, mais ou menos, levei ao Ministro da Viação um relato sobre as possibilidades da crise iminente — não a confirmação da seca, porque essa só se confirmaria de março em diante, pois só nessa época, passado o período das plantações, são conhecidos os prejuízos.

O Sr. Pedro Ludovico — Havia esperanças de chuvas.

O Sr. Apolônio Salles — Encaminhei ao Sr. Ministro da Viação um pedido de cooperação para pequena ajudagem no Estado de Pernambuco, e S. Ex.^a, com todo o carinho, levou, a tal ponto o interesse de colaborar, que no mesmo dia em que entreguei a solicitação autorizou o Chefe do Executivo a concessão de quinze milhões de cruzeiros. S. Ex.^a não retardou um só dia a providência, determinou-a assim que recebeu o pedido.

O Sr. Nelson Firmo — O Ministro da Viação é mais um elemento político.

O Sr. Apolônio Salles — Não! um dos auxiliares mais destacados deste Governo, a quem o Brasil já deve, nesta hora, inestimáveis serviços.

O Sr. Nelson Firmo — O Brasil deve — diz V. Ex.^a — inestimáveis serviços a êsses políticos; tão inestimáveis, que as sêcas continuam arrasando o Nordeste!

O Sr. Apolônio Salles — O Brasil, repito, deve inestimáveis serviços ao Sr. Lúcio Meira. Pode ser que haja políticos que não tenham grande prazer em ver quanto o País está aproveitando da administração de Sua Excelência.

O Sr. Nelson Firmo — E são providências suficientes para salvar o Nordeste?

O Sr. Apolônio Salles — O colega não tardará por esperar.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — De quem devemos esperar — meu nobre colega? Não é o Presidente da República quem maneja os fios da vida administrativa do País?

O Sr. Nelson Firmo — Vossa Excelência, esperando, não tardará cansado.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, estava eu a encarar o que chamei gravíssimo problema, sob aspecto geral.

Não lhe dei, no entanto, qualquer característica específica. Se o Senhor Juscelino Kubitschek, com efeito, não resolveu o problema, devemos considerar que, embora tenha sido êle pôsto, à guisa de equação, desde Epitácio Pessoa — e de lá para cá vários Presidentes se sucederam — continua com os mesmos aspectos e peculiaridades, a exigir medidas capazes não só de atenuá-lo, mas de solucioná-lo.

O Sr. Nelson Firmo — Foi um Presidente mineiro o construtor inicial dessa obra grandiosa.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, não estou na tribuna para justificar o honrado Chefe da Nação. Estive no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, com os demais representantes do Nordeste.

O Sr. Apolônio Salles — E testemunhou a solicitude do Sr. Presidente da República.

O Sr. Nelson Firmo — Providências tardias.

O Sr. Apolônio Salles — Talvez tardias, como tardias nossas manifestações.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Posso testemunhar que, pelo menos, as palavras de Sua Excelência foram tranquilizadoras, amigas e confiantes. Vi quando se voltou para o Ministro da Viação e Obras Públicas e lhe determinou providenciasse, incontinenti, os meios indispensáveis para enfrentar a crise climática que pesava sobre o Nordeste. Depois, à noite, na sexta-feira passada, visitei o ilustre Comandante Lúcio Meira, e confabulei com êle a respeito das medidas que poderia tomar para o Nordeste,

especialmente para meu Estado, o Rio Grande do Norte. Declarou-me S. Ex.^a, com a alta responsabilidade do seu cargo, que aquela unidade federativa, ao contrário do que parecera através de informações da Imprensa, não estava excluída dos benefícios, obras e vantagens da iniciativa que tomaria para atender às necessidades dos nordestinos alcançados pelo flagelo.

Procurando um mapa e mostrando-se versado nos assuntos atinentes ao meu Estado, apontou os empreendimentos que iria iniciar — e já devem estar iniciados — de ligações rodoviárias, as quais representarão alto papel no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte.

Declarou-me ainda que outras medidas também tinha em vista; e as faria executar desde que dispusesse, como era de esperar, no mais breve prazo possível, dos créditos indispensáveis.

Tenho que dar, Sr. Presidente, um crédito de confiança ao honrado Ministro da Viação como dou crédito ilimitado à palavra do Chefe da Nação, o eminente Sr. Juscelino Kubitschek.

Se eu encontrara uma dúvida, um obstáculo, por menor que fosse, provavelmente seria assaltado pelo espírito de crítica fácil, quando, em verdade, até este momento, na palavra de quem de direito, verifiquei o desejo de atender, quanto possível e rapidamente, às solicitações nordestinas.

Volto, porém, Sr. Presidente, ao fulcro desta minha oração. É quando eu interrogava, fazendo-me de povo ou de crítico — vá lá que o seja — por que este problema — tão importante, substancial para a zona nordestina e para a Nação, não obstante encarado por diversos Governos, sobretudo a partir de Eptácio Pessoa, ainda hoje se apresenta com essa gravidade excepcional, parecendo mesmo, que nada se fez no tocante às sêcas.

Alguma explicação, como dizia, tem de haver para o fato; alguma coisa não está certa; algo precisa ser corrigido; alguma providência deve ser tomada: Não é possível que continuemos nessa ramerrania administrativa, apodrecendo, sem que resolvamos, de modo eficaz, dificuldades que outros povos, há muito, já solucionaram convenientemente.

A açudagem, no Nordeste, já conta com alguns reservatórios de alto porte. O Ceará possui açudes com algumas centenas de milhões de metros cúbicos d'água; a Paraíba outros talvez maiores. Como, então, — indago como nordestino, — ao surgir o flagelo climático, são piores que sempre as condições dessas populações? Como se explica o fato? Pelo contrário, já deveria estar muito atenuada, nos seus dolorosos e devastadores efeitos, senão desaparecida a crise telúrica.

Como verificamos pelos telegramas, pelas notícias que nos vêm do Nordeste, reponta trágica a situação, adiantando-se que pode mesmo revestir-se de características tremendas, piores de quantas já registradas, se o remédio não estiver ao pé da necessidade.

Aí está, Sr. Presidente, minha perplexidade, aliás a de todos os brasileiros. De fato, temos construído grandes açudes, que, entretanto, não têm sido devidamente aproveitados. E o problema da açudagem ainda impõe à sua jusante o corretivo das desapropriações, através de medidas que tornem as várzeas produtivas, sob pena de continuarmos num estado de coisas semelhante ao antecedente, sem vantagens para a coletividade. Canais de irrigação praticamente insignificantes, muita água armazenada no Ceará e na Paraíba, mas não drenada de maneira a propiciar um surto agrícola compensador; forragens para os animais, enfim, aquilo que pode fixar o sertanejo à terra.

O Estado do Rio Grande do Norte, bem frisou o nobre Senador Apolônio Salles, é atingido de modo implacável pela estílagem. É que ele está, com efeito, no coração do Polígono das Sêcas. Sr. Presidente, em matéria de açudes, somos, no Nordeste, o Estado mais abandonado da Federação.

O Sr. Jorge Maynard — Penso que é Sergipe, nobre Senador. Mas temos tido muito poucas obras do Departamento de Obras Contra a Sêca.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Registro o aparte de Vossa Excelência.

Dizia eu que, sendo o Rio Grande do Norte o coração do Polígono das Sêcas, é, sob êste aspecto o Estado mais desfavorecido. Sergipe, não obstante encontrar-se em semelhante condição climática, oferece, no entanto, algumas vantagens, que minha terra não tem.

Reconheço que a Sergipe deveria caber melhor e maior fátia, de modo que fôsse bem tratado. Os terrenos nordestinos são, geralmente, de grande potencialidade, de grande capacidade produtiva, faltando-lhes, apenas, a aplicação inteligente de modernos processos agrícolas e a água indispensável na época das estílagens.

O Rio Grande do Norte — repito — é o mais abandonado e mais desfavorecido. Digo-o sem receio de réplica, lembrando que um só dos grandes açudes do Ceará, ou um dos imensos açudes da Paraíba, poderá conter todos os açudes públicos do Rio Grande do Norte.

Não estou aqui, entretanto, com espírito local. Defendo os interesses, aspirações e desejos de todo o povo nordestino, pois, na verdade, eles constituem uma unidade, seus problemas dependem uns dos outros, porque só assim

criaremos possibilidades de recuperação.

A Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte dirigiu-me telegrama que deve ter sido, também, recebido pelos meus colegas, solicitando-me fizesse ao Governo apêlo veemente para o atendimento das multidões flageladas, por isso Sr. Presidente encontro-me na tribuna.

Acima dêste aspecto, há outro, para mim mais importante e de maior significação: indagar aos Poderes Públicos o motivo por que, nesta altura do século, não estão resolvidos os problemas das obras contra as sêcas, de modo a criar ambiente que fixe o homem ao solo, conserve o bem-estar das populações e contribua, de certo modo, para o engrandecimento comum.

Sr. Presidente, na reunião de Petrópolis, um grande Bispo da minha terra, que exercita ali função apostolar, Pe. Eugênio Salles, fêz, voz alta, a recomendação de serem as verbas destinadas às obras contra as sêcas aplicadas rigorosamente, de modo que os Estados sob o flagelo recebessem os benefícios correspondentes. Tinha razão êsse nobre bispo. Com efeito, não é simplesmente mandando dinheiro às mancheias que estarão minoradas as dificuldades dos nordestinos. Desgraçadamente, temos de confessá-lo muitas vêzes o dinheiro do povo brasileiro é mal encaminhado, mal usado e até malversado.

O Sr. Nelson Firmo — Muitas vêzes?! Sempre!

O SR. KERGINALDO CAVALCANTE — Ora, diz-se mesmo, no Nordeste, que há uma indústria das sêcas; que as sêcas constituem um negócio. Se bem que isto não seja uma verdade no geral, é, todavia, uma realidade no particular. Fortunas se fazem à custa da miséria dos nossos conterrâneos; fortunas se fazem

e serão feitas ainda, se não houver uma minuciosa aplicação desse dinheiro.

D. Eugênio Salles sugeriu, com muita propriedade, que tais verbas fossem aplicadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e ele bem sabe o que está dizendo. Sugeriu que esse Departamento construísse as rodovias imprescindíveis, estando, portanto, sujeito à fiscalização do poder público e capacitado para realizar uma obra benemérita.

Por outro lado, Sr. Presidente, obras de maior tomo, como as de natureza ferroviária, do mesmo passo, poderiam ser atacadas encompridando os trilhos que levam a centros agríco-produtores, obviando dificuldades e sanando falhas para, quando entrarmos no regime do normal, encontrarmos possibilidade de amplo desenvolvimento.

É uma desgraça, mas um fato, que no Brasil, em matéria de pavimentação de estradas, muito pouco temos.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem confiado a engenheiros preclaros vem lutando com enormes dificuldades. Procura a tóda força dotar-nos de boas pontes, com obras d'arte, com estradas em condições de tráfego, porém, apesar disso, proporcionalmente estamos aquém de muitos outros países da América Latina.

Ainda agora tive ocasião de viajar a Natal, via João Pessoa e ao transpormos, poderei dizer, praticamente, as lindes paraibanas com o meu Estado defrontei-me com pontes nas piores condições, pontes feitas de madeira que causavam um arruído excepcional, dando a impressão de que íamos cair em alguma perambeira.

Fiquei, Sr. Presidente, confesso, como representante do Rio Grande do Norte, envergonhado. Tive receio de que soubessem, naquele ônibus, que eu era Senador,

porque então não me perdoariam os sertanejos meus companheiros de viagem, o descaso com que eram tratadas essas pontes, enfim, os meios de segurança e facilidade de transporte do meu Estado. Se disse isso a respeito do que encontrei na passagem de um Estado para outro, do lado paraibano e do lado pernambucano, que diria eu se, porventura, me fôra dada a oportunidade de viajar por outras zonas de minha terra onde, por certo, as condições seriam semelhantes ou idênticas.

Razão, há, quando recebemos em cheio as flechas da crítica dos nossos eleitores. Assiste-lhes todo o direito, porque, Sr. Presidente, têm eles a notícia de que centenas de milhões de cruzeiros foram gastos em obras, mas não vêem os frutos desse trabalho, os resultados práticos desse esforço.

Concito, Sr. Presidente, como representante do Rio Grande do Norte, ao eminente Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. Lúcio Meira, que tem grandes e nobres idéias em vista, a estimular as condições do meu Estado Natal, a sopesar-lhe as dificuldades, contribuindo com o seu patriotismo e tirocínio para a solução de problemas que já deveriam estar resolvidos.

Sr. Presidente, essa grande desgraça que periódicamente se abate sobre todo o Nordeste, é um estigma, um labéu lançado à face dos nossos homens públicos.

Pergunte-se ao País, indague-se do Erário Nacional, quantas dezenas ou centenas de milhões de cruzeiros foram gastos e qual o resultado de sua aplicação? Teremos como resposta que muito se dessangrou o povo, mas não se lhe deu, em compensação, nada de positivo.

Grandes açudes, na verdade se construíram na Paraíba e no Ceará, mas quase inaproveitados;

grandes barragens se fizeram no Ceará e na Paraíba, de cujas aplicações práticas pouco sabe o povo. Planos admiráveis de engenharia hidráulica, com irrigação potencial abrangendo mais de um Estado; mas, na verdade, tudo fica apenas, ao que parece, nas conjecturas amáveis de sonhadores idealistas sem realidade prática ou objetiva. Se o Governo pretende resolver o assunto das obras contra as sêcas, tem de enveredar por outro caminho. O que vem trilhando, de tão experimentado já muito deu de ruim porque ruim é o plano que na prática de anos não dá frutos que valham a pena. É o que se tem verificado.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com muita satisfação.

O Sr. Ruy Carneiro — O Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas tem estudos sobre o plano de irrigação a que V. Ex.^a se refere; todavia, para realizá-lo faz-se necessária ação continuada dos governos. Uma vez pôsto em execução, modificar-se-á a situação.

O Sr. Nelson Firmo — A condicional já é derrota.

O Sr. Ruy Carneiro — Caro colega Senador Nelson Firmo, não somos Executivo: é necessário — repito — haja plano continuado.

O Sr. Nelson Firmo — Só ouço falar em planos; enquanto isso, a miséria se abate sobre a população do Nordeste. Planejamentos de combate ao flagelo todos os anos se repetem; os resultados, porém, são nulos.

O Sr. Ruy Carneiro — Para execução do que existe é preciso começar pela desapropriação de terras. É sem dúvida plano muito completo que requer do Go-

vêrno coragem e disposição. A irrigação de uma zona como a do Nordeste não se faz de imediato, depende grandemente, como disse, de ação continuada.

O Sr. Nelson Firmo — Nesse sentido V. Ex.^a tem meus aplausos.

O Sr. Ruy Carneiro — No particular vejo que estamos todos de acôrdo: eu, com o nobre Senador pela Paraíba e o nobre representante de Pernambuco. Salvo melhor juízo, tem sido com efeito a falta de continuidade o fundamento de não existir ainda o sistema de irrigação no Nordeste.

Dizia eu — e relembro para conhecimento do nobre Senador Ruy Carneiro — que o problema das obras contra as sêcas, foi pôsto, realmente, na tela das cogitações mais profundas da Nação por um eminente paraibano, o grande estadista Epitácio Pessoa. De lá para cá sucederam-se...

O Sr. Nelson Firmo — Velo um Presidente mineiro.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — ... Presidentes e mais Presidentes e apesar dos planos, que acredito sejam admiráveis, excepcionais, há uma realidade todavia, gritante. É a de que, pelas notícias telegráficas e pelas vozes dos oradores, a situação não se modificou, antes se agravou, piorou. Eis o motivo por que fiz a pergunta: Por que se agravou e piorou se tantas dezenas e centenas de milhões de cruzeiros têm sido despendidos nas obras contra as sêcas e de açudagens? Alguma coisa não está certa ou então devo estar equivocado.

O Sr. Ruy Carneiro — O nobre colega está certo. O fato é que o Governo ainda não se dispôs a encarar o problema. O açude de São Gonçalo, no Município de Sousa, no Estado da Pa-

raíba, por exemplo, tem bacia própria; o do Município de Corumbas igualmente. Os planos estão estudados e prontos. Nada se faz sem planejamento. É necessário que haja alguém que os execute.

O Sr. Nelson Firmo — Não há continuidade por parte dos governos que se sucedem em executar esses planos.

O Sr. Ruy Carneiro — Falta é disposição do Governo, o Congresso votar os recursos pedidos e o Executivo mandar executar, sem solução de continuidade, as obras necessárias.

O Sr. Nelson Firmo — O Presidente dá um bilhão e quinhentos milhões a seu próprio Estado e u'a miséria para o Nordeste! Protesto! Não está certo!

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, acredito que o homem que tem a brava coragem, neste País, de fazer Brasília, deve ter coragem e disposição valorosa para enfrentar o problema das secas do Nordeste.

O Sr. Ruy Carneiro — De pleno acôrdo com Vossa Excelência.

O Sr. Nelson Firmo — Senador Kerginaldo Cavalcanti, qual o problema mais urgente: Brasília ou a Salvação do Nordeste?

O Sr. Ruy Carneiro — Podem ser atacados, paralelamente, os dois empreendimentos: Brasília e Nordeste.

O Sr. Nelson Firmo — Não é, entretanto, o que se está fazendo!

O Sr. Ruy Carneiro — Está-se fazendo. V. Ex.^a está sendo injusto com o Sr. Presidente da República.

O Sr. Nelson Firmo — S. Ex.^a é que está sendo injusto com o meu Nordeste.

O Sr. Ruy Carneiro — Então V. Ex.^a não está a par das medidas do Governo!

O Sr. Nelson Firmo — Quanto o Governo deu para o Nordeste, até hoje? Cem milhões. Para Minas, no entanto, deu um bilhão e quinhentos milhões!

O Sr. Ruy Carneiro — O Sr. Presidente da República está liberando as verbas para o Nordeste. Incumbe-lhe, porém, atender, igualmente, às mais unidades federativas.

O Sr. Nelson Firmo — Não está dando o suficiente. Dê S. Ex.^a amanhã, um bilhão e meio para o Nordeste e me levantarei para aplaudir-lhe a obra. Não fazer justiça, no entanto, ao meu Nordeste, tenha paciência V. Ex.^a; não admito!

O Sr. Ruy Carneiro — Injustiça faz V. Ex.^a ao Sr. Presidente da República por não estar a par do que ocorre no Nordeste. Se estivesse, não agiria assim.

O Sr. Nelson Firmo — O Chefe do Executivo enfrenta o drama do Nordeste com medidas administrativas insignificantes. Tenho-lhe muito respeito, mas, neste caso, não o posso elogiar.

O Sr. Ruy Carneiro — Não é questão de elogios e, sim, de justiça.

O Sr. Nelson Firmo — O Sr. Presidente não merece a minha justiça. Pode merecer a de Vossa Excelência. A minha, não tem merecido, até hoje!

O Sr. Ruy Carneiro — Verá Vossa Excelência que os nordestinos lhe baterão palmas.

O Sr. Nelson Firmo — E continuarão a morrer de fome!

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, meus eminentes colegas são, realmente, encantadores.

O Sr. Ruy Carneiro — Perdoe-me Vossa Excelência interromper-lhe o discurso, para dialogar com meu velho amigo, Senador Nelson Firmo.

O Sr. Nelson Firmo — O nobre orador aprecia um bom debate.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — O diálogo curioso e instrutivo com que V. Exas. abrihantam esta oração permite-me ter presente ao espírito o interesse combativo dos nordestinos pelo magno problema das obras contra as sêcas. Têm êles razão, porque nada existe para nós de mais impressionante do que o quadro da sêca do Nordeste. O homem do Sul sequer pode fazer uma idéia. Por mais que imagine, o quadro que desenha em sua mente fica muito aquém da realidade.

Já estive no coração das sêcas, dentro de uma sêca. Senti-lhe os tremendos efeitos! Vi um povoado de minha terra ficar, por assim dizer, inteiramente desabitado; vi o gado sedento, nas caatingas, a urrar desesperado; vi vaqueiros indormidos, cansados, lutando, palmo a palmo, para arrancar do leito sêco dos rios a água para dessedentar as reses, água já no outro dia, esverdeada pelo caparrosa; vi crianças esqueléticas e mulheres acabrunhadas; enfim, vi as conseqüências trágicas do fenómeno cíclico que nos crucia há mais de um século. Quem presenciou tudo isso sente, gravadas na alma, as tristezas, as agonias do povo nordestino.

Senhor Presidente, venho dessa célula grandiosa da nacionalidade, edificada pelo sofrimento e pela perseverança. Sinto-a profundamente na alma. Ela é, de fato, o que há de rijo e forte no

Brasil, porque desafia a própria natureza. O homem agarra-se à terra, e esta, em comunicação com o homem, se agiganta; êle luta e quando se vê constringido, Sr. Presidente, deixa a terra natal e segue aos magotes, desarvorado e desassistido, para onde o destino possa conduzi-lo. Essa ainda a tragédia maior da nossa gente, tragédia contra a qual tenho protestado desta tribuna. Reclamo, Senhor Presidente, para os Nordestinos, com voz irada e bramindo, um tratamento justo, equânime, de igualdade.

Há, entretanto, uma discriminação criminosa: os nordestinos são jogados, nos "paus de arara", pelo mundo em fora enquanto a imigração estrangeira chega a êste País, bem encaminhada, vai para a Ilha das Flores, onde é bem alimentada e dorme bem, de lá seguindo para abrigos felizes, para os climas amenos, recebendo não só do Governo brasileiro, como do da sua Pátria de origem, recursos para enfrentar as primeiras dificuldades.

O nordestino não sabe para onde vai; segue sem saber o que lhe reserva o dia de amanhã, empurrado por um cataclismo.

O Sr. Nelson Firmo — E a maioria vence.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Vence porque a força do sofrimento já lhe caldeou o sentimento, já lhe caldeou o espírito e já lhe refez a resistência.

Senhor Presidente, espero que o eminente Chefe da Nação, por intermédio do ilustre Ministro da Viação, assista aos flagelados do Nordeste, mas acima disto, e muito mais do que isto espero que S. Ex.^a, com o espírito e a teimosia patriótica que lhe são peculiares, determine que as obras contra as sêcas se realizem de acôrdo com os planos estabelecidos e dentro do mais breve prazo possível. Não é simplesmente

planejar que resolve situação dessa natureza. Planejar é quase tudo, mas ainda não é tudo. Executar, sim. E é isto que deve fazer o Sr. Presidente da República: impor e exigir que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas dê andamento às obras, trabalhe, lute e esforce-se, porque desse esforço, dessa obra e dessa luta, dependem a prosperidade o bem-estar e a felicidade de grande parte do Brasil. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

Durante o discurso do Sr. Kerginaldo Cavalcanti, o Sr. Apolônio Salles deixa a cadeira da Presidência, assumindo-a o Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a hora do Expediente.

Tem a palavra, para explicação pessoal, o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS — (*Para explicação pessoal*) — (*) Sr. Presidente, encaminharei à Mesa requerimento desta feita, de informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador José Carlos de Macedo Soares. Decorre da entrevista recentemente concedida à imprensa pelo Sr. Ilmar Penna Marinho, Chefe do Departamento de Assuntos Consulares e Passaportes do Itamarati.

Consoante informa este ilustre diplomata, cogita o Ministério das Relações Exteriores de providências ligadas ao estabelecimento de relações diplomáticas e de agentes diplomáticos em países da África, recentemente constituídas em nações livres.

Por se tratar de entrevista concedida por alto funcionário do Itamarati, entendi, para orientação desta Casa do Congresso Nacional de solicitar as informações referidas, conforme passo a ler:

(*) — Não foi revisto pelo orador.

“Requerimento, n.º 77, de 1958.

Requeiro à douta Mesa, na forma regimental, sejam solicitadas do Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores as informações seguintes:

1.º Providências tomadas pelo Itamarati, junto aos órgãos próprios do Governo Federal, face ao Relatório do Vice-Presidente dos Estados Unidos, Sr. Nixon, aconselhando o Governo e os empreendedores norte-americanos a aplicarem dinheiro na África e a fornecerem técnicos e especialistas em economia aos Estados africanos, constituídos, recentemente, em Nações livres;

2.º Orientação tomada pelo Itamarati, nos setores africanos de produção concorrente com o Brasil, face, também, ao Relatório do referido Vice-Presidente Nixon, aconselhando o Departamento de Estado, da sua nação, a enviar representações diplomáticas e assessores para os governos da África, com os quais sejam estabelecidas essas relações diplomáticas.

Justificação

I — O Relatório do Vice-Presidente Nixon, a que se refere este Requerimento, foi encaminhado ao Presidente dos Estados Unidos da América do Norte em meados do ano findo e dele deu notícias a imprensa nacional e internacional.

II — O Vice-Presidente Nixon, sob o pretexto de assistir à instalação do Governo da nova Nação Africana de Ghana, visitou algumas das regiões férteis do continente negro para, ao final, se convencer da conveniência de aconselhar o Governo e empreendedores norte-americanos a investirem recursos fi-

nanceiros na África e cuidarem, mais diretamente, daqueles povos, dando-lhes assistência técnica e, até mesmo, a honraria das representações diplomáticas.

III — O fato não deve ter passado despercebido das nossas autoridades do Ministério das Relações Exteriores, tanto mais que o Relatório recebeu, de um dos nossos argutos comentaristas de imprensa, o jornalista João de Scantimburgo, ilustre diretor do velho "Correio Paulistano", vários artigos, glosando o Relatório Nixon.

IV — É de se admitir, portanto, que a nossa Chancelaria tivesse alertado os órgãos governamentais próprios sobre a orientação norte-americana de estimular na África os nossos concorrentes em produtos tropicais, com os recursos necessários, representados por dólares, técnicos, economistas, assessores e representações diplomáticas.

V — Parece certo que o Itamarati tenha providenciado ou esteja se orientando no sentido de estabelecer também as nossas representações diplomáticas com os referidos países africanos, bem como o envio de agentes diplomáticos ou observadores em condições de manter o Governo da República melhor informado sobre o que se passa naquelas paragens, particularmente, quanto aos produtos tropicais.

VI — Os Estados Unidos que, indiretamente, com os imensos recursos financeiros do "Plano Marshall", auxiliaram a África no plantio do café, do algodão, e de outros produtos tropicais, passaram, agora, ao auxílio direto, conforme aconselhou o Vice-Presidente Nixon.

VII — É, portanto, urgente e imperativa a intervenção diplomática do Brasil nesse setor, a fim de, pelo menos, suavizar os danosos efeitos para a nossa economia, de vez que, principalmente, o café, o cacau e o algodão africanos, devido ao baixo preço da sua produção, marcham a passos largos na luta competitiva em desfavor dos produtos brasileiros.

VIII — Este requerimento de informações se fundamenta, portanto, na preocupação que domina o espírito do seu signatário de estar sempre atento a todos os problemas de interesse nacional.

Sala das Sessões, 25 de março de 1958. — *Lino de Mattos*".

Senhor Presidente, creio que a própria justificação do requerimento diz tudo. Fosse maior o tempo regimental de que dispusesse e irla tecer comentários sobre problema implícito no meu requerimento de informações — que tôda a Casa percebe — é ainda o do café.

Encerrando estas considerações, peço a atenção das autoridades governamentais para uma notícia extravagante, ao mesmo tempo, muito aborrecida para nós brasileiros.

Vem essa notícia de Belém do Pará. Incrível, mas deve ser verdadeira. O comércio cafeeiro da capital daquele Estado luta com falta do produto. Não há café em Belém do Pará! O pouco que existe na praça, segundo o noticiário, está sendo sonogado, porque, além do consumo próprio, ela fornece aos Estados vizinhos e principalmente às Gulanas, em particular à Guiana Francesa.

Há, portanto, dentro do Brasil, um Estado e uma grande capital que reclamam a falta de café, no instante em que tôda a opinião pública sabe que há superprodu-

ção. Os portos exportadores de café estão abarrotados. Daí a crise, o clamor público, a situação desconcertante em que se encontram as autoridades encarregadas desse setor da administração pública brasileira.

Senhor Presidente, enquanto esse fato é público e notório, vem a imprensa com a notícia, já a esta altura também pública e notória, de que em Belém do Pará não há café. O comércio local reclama providências, porque a rubiácea desapareceu do mercado.

Que estará acontecendo nesse setor, Sr. Presidente?

Era o que eu desejava dizer. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — O requerimento do nobre Senador Lino de Mattos está deferido.

Sobre a mesa outro requerimento, que val ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 78, de 1958

Nos termos do art. 156, § 3.º, combinado com o art. 126, letra j, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado, número 43, de 1957, que dispõe sobre as comemorações do 50.º aniversário da imigração japonesa no País, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1958. — *Moura Andrade*. — *Ruy Carneiro*. — *Octacilio Jurema*. — *Nereu Ramos*. — *Júlio Leite*. — *Novaes Filho*. — *Mourão Vieira*. — *Ary Vianna*.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento será votado depois da Ordem do Dia.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 1957, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o ato do Presidente da República que determina a intervenção federal, por sessenta dias, no Estado de Alagoas, nos termos do Decreto n.º 42.266, de 14 de setembro de 1957, tendo Pareceres Favoráveis, sob ns. 43 e 44, de 1958, das Comissões: de Constituição e Justiça; e de Segurança Nacional.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o projeto.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, o caso alagoano está superado. Mercê das providências da Suprema Justiça da Nação, tudo se regularizou e o Governador Muniz Falcão retomou seu trabalho à frente do Governo daquele Estado. Poderia, portanto, o presente projeto de resolução, que aprova a intervenção decretada pelo Governo Federal no Executivo daquele Estado, ser aprovado sem mais consideração, de ordem alguma.

Conforme repisei, na ocasião em que o assunto veio a debate, tenho, como homem público, grande temor, imenso receio pelos precedentes que arranhem, que firam, de qualquer maneira, a Carta Magna da República.

Entendo, no que me pese meu respeito aos eminentes juristas desta Casa, e, em particular, a S. Ex.ª, o ilustre colega Senador Nereu Ramos, então no exercício das elevadas funções de Ministro da Justiça, que o alegado para a decretação daquela providência pecou por ferir princípio constitucional que, a meu ver, deveria ser respeitado.

A Constituição da República, no artigo 7.º, estabelece as exceções, baseada nas quais a intervenção

é possível. Apegou-se, porém, o Governo Federal naquilo que a Assembléa Legislativa de Alagoas afirmava: estar coata, motivo por que pedia a intervenção. Analisei, na ocasião, os fatos, para demonstrar que aquela Assembléa não havia, nos termos regimentais, e na conformidade da Constituição daquela unidade federativa, se reunido legalmente, para a adoção da medida. Conforme dispõe o art. 40, n.º IX, da Carta Constitucional de Alagoas:

“É da competência privativa do Poder Legislativo solicitar a intervenção federal nos termos da Constituição da República, ressalvada a competência dos demais Poderes”.

Parece-me, Sr. Presidente, fora de dúvida, que a Assembléa Legislativa de uma unidade federada só funciona como poder, para exercer uma das suas prerrogativas de exclusividade, quando atende aos princípios estabelecidos no seu Regimento Interno e na própria Constituição. A condição para validade jurídica dos atos do Poder Legislativo estadual é que eles se realizem através de convocação, de Ordem do Dia preestabelecida, e de reunião pública com a participação de todos aquêles integrantes que desejam discutir a matéria constante da pauta.

Não foi o que aconteceu no Estado de Alagoas. O próprio Governo Federal, por intermédio do então eminente Ministro da Justiça, Senador Nereu Ramos, informou a esta Casa e consta do respectivo processo, que a reunião baseada na qual a intervenção fôra solicitada, se realizara na residência particular do Presidente da Assembléa Legislativa alagoana.

Sr. Presidente, não é possível se possa dar validade como providência legal, ato legislativo ou decisão da soberania do Poder Executivo do Estado a reunião que, no meu entender, foi clan-

destina, porque realizada a portas fechadas na residência particular de um dos parlamentares integrantes do bloco que fazia oposição ao Governador Muniz Falcão.

Quando discuti êste meu ponto de vista, o eminente Senador João Villasbôas, Líder ilustre da União Democrática Nacional, constitucionalista acatado e respeitado, ofereceu-me como exemplo, acontecimento que se verificara em Mato Grosso, para dizer que também ali se realizara fora da sede da Assembléa Legislativa uma reunião de Deputados para pedir a intervenção federal naquele Estado, que, efetivamente, foi decretada.

O exemplo mencionado não tem qualquer semelhança com o caso de Alagoas. A reunião em Mato Grosso verificou-se, de fato, fora da sede da Assembléa Legislativa; entretanto, ocorreu no quartel da Região Militar, obediente à convocação própria e com o objeto predeterminado, qual o de decretar a intervenção.

Assim, Sr. Presidente, os dois casos são diferentes: em Mato Grosso, os parlamentares contrários à reunião da Assembléa para o fim específico de pedir a decretação da intervenção federal, poderiam comparecer, se o desejassem, ao quartel da Região Militar, tanto mais que estariam em segurança física, por intermédio dos próprios oficiais integrantes daquela Unidade do Exército Nacional; em Alagoas, os Deputados favoráveis ao Governador Muniz Falcão jamais poderiam comparecer à residência do Presidente da Assembléa Legislativa, Chefe da Oposição, porque sabiam qual a recepção que lhes seria reservada e à qual não preciso fazer referências, porque a opinião pública conhece de sobre os acontecimentos alagoanos.

Sr. Presidente, com estas ligeiras considerações e tão somente para não fugir ao dever a que es-

tou obrigado, de me manter coerente com atitudes anteriormente tomadas, deixo de votar favoravelmente à providência em discussão e, logo mais, em votação.

Dir-se-á que, conforme afirmel de início, se trata de providência já superada pelo tempo. Sem dúvida; o prazo da intervenção já se esgotou, o Governador Muniz Falcão assumiu o Governo e, aprovada ou não a proposta governamental, está o assunto inteiramente liquidado.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte.

O SR. LINO DE MATTOS — Com prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Deploável é que a tramitação desse projeto tenha sido tão morosa, uma vez que se trata de providência tomada no ano passado. A intervenção federal foi decretada no ano próximo findo, por sessenta dias; e somente agora, em fins de março aprecia o Senado o assunto.

O SR. LINO DE MATTOS — Furtel-me ao exame dêsse aspecto do problema por dizer êle mais diretamente a nós, aos nossos trabalhos, a atraso que por certo há de ter explicação razoável dos respectivos órgãos técnicos ou do Relator da matéria.

O Sr. Vivaldo Lima — Na Câmara dos Deputados o atraso foi maior. Parece-me, reteve ela, por mais tempo, a proposição.

O SR. LINO DE MATTOS — Preferi apegar-me tão somente à parte constitucional para, ainda uma vez, reforçar o ponto de vista que esposel, e do qual não me arrependo. O tempo e os fatos se encarregaram de provar a justiça da causa que defendo.

O Sr. Vivaldo Lima — Há de convir V. Ex.^a, se trata de proposição que devia ser submetida à apreciação do Congresso em regime de urgência especial.

O SR. LINO DE MATTOS — Evidentemente, e antes de se esgotar o prazo objeto da proposição.

Verdade é que, regimentalmente, hoje a matéria está em discussão.

Conforme declarei, os fatos e o tempo se encarregaram das provas. Coube à Justiça Superior da Nação corrigir falhas da Lei n.º 1.079, de 1950, que trata dos crimes de responsabilidade.

Está a Casa lembrada de como insisti, na ocasião, quanto à inconstitucionalidade da parte referente ao julgamento. Não era possível ser o Chefe de um Executivo julgado por Tribunal composto de seus próprios inimigos, já que a Maioria, no caso particular de Alagoas, era constituída de opositores, a começar pela Mesa do Poder Legislativo. A ela, de acôrdo com a Lei de Responsabilidade, cabia compor o Tribunal. Representava, no entanto, o julgamento, a condenação antecipada do Chefe do Executivo. Bati-me contra essa disposição da lei; e a Justiça encarregou-se de corrigi-la. Posteriormente, um ato do Presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas demonstrou estar eu com a razão, quando criticava e censurava a reunião clandestina realizada numa residência particular, para pedir a intervenção federal. Quero referir-me à atitude do Presidente daquela Casa Legislativa, que, sem Ordem do Dia, sem convocação especial para aquêle fim, entendeu, em dado momento, *ex-abrupto*, proceder a um sorteio para a composição do tribunal julgador. Repetiu-se, de maneira diversa, a arbitrariedade, o desrespeito ao Regimento Interno. No caso primeiro, era a reunião na residência;

no caso segundo, o sorteio sem convocação especial e sem Ordem do Dia, ambos iguais, porque violadores de princípio jurídico.

Coube ainda uma vez ao Supremo Tribunal Federal derrubar essa farça, a fim de que a eleição dos Deputados que deveriam integrar o tribunal julgador, fôsse precedida de Ordem do Dia, da convocação e da reunião pública.

Feito isto, o assunto se encerrou; eu, Sr. Presidente, encerro minhas considerações. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Continua a discussão. (*Pausa*).

Mais nenhum Senhor Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. NEREU RAMOS (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a faça constar da Ata que me absterei de votar, por ser um dos signatários do decreto de intervenção no Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE — A declaração de V. Ex.^a constará da Ata.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 31, DE 1957

(N.º 144-C-1957, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato do Presidente da República que determinou a intervenção federal, por sessenta dias, no Estado de Alagoas, nos termos do Decreto n.º 42.266, de 14 de setembro de 1957.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o ato do Presidente da República que determinou a intervenção federal por 60 (sessenta) dias, no Estado de Alagoas, nos termos do Decreto n.º 42.266, de 14 de setembro de 1957.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara, n.º 252, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cruzeiros 10.000.000,00 como reforço para atender às despesas finais decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa, tendo Parecer Favorável, sob n.º 54, de 1958, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (*Pausa*).

Está encerrada.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 252, de 1957

(N.º 2.911-B — 1957, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 como reforço, para atender às despesas finais decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cruzeiros — 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), como refôrço, para atender às despesas finais decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa.

Parágrafo único. O crédito especial, de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Esgotada a matéria da Ordem do Dia, passa-se à apreciação do Requerimento n.º 78, de 1958, do nobre Senador Moura Andrade, lido na hora do Expediente, de urgência para o Projeto de Lei do Senado, n.º 43, de 1957 que dispõe sobre as comemorações do Cinquentenário da imigração japonesa e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

O projeto entrará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária seguinte a esta.

Não há orador inscrito para depois da Ordem do Dia.

O SR. FERNANDES TÁVORA — (*) — Sr. Presidente, ao chegar a esta Casa, recebi cabograma, assinado por pessoas da mais alta responsabilidade do meu Estado relatando acontecimentos e solicitando providências. Passo a transmiti-lo a quem de direito:

(*) — Não foi revisto pelo orador.

“Em nome das populações do Norte do Estado, duramente atingidas pelas secas e todas as suas conseqüências imediatas, como o êxodo da massa dos trabalhadores, a falta de alimentação e bem assim o apodrecimento das pastagens em virtude das chuvas fraquíssimas e extemporâneas, clamamos ante V. Ex.^a suas imediatas providências e socorro para a zona norte do Ceará, representada pelos signatários, iniciando-se a execução dos serviços já projetados pelos órgãos públicos da maioria relacionados no encontro dos técnicos em Natal.

Citamos objetivamente: rodovias Aprasivel-Coreau-Granja-Camocim; Itapipoca-Morrinhos-Granja, Granja-Viçosa, Sobral-Grolaras, Santana-Morrinhos, Massapé-Coreau, Massapé-Sobral, São Benedito-Ipu-Ipueiras-Nova Russas, Ipu-Riutaba-Araras, Nova Russas-Monsenhor Tabosa, Catunda-Tamboril, Santa Quitéria-Batoque-Araras, Crateus-Tucuns, Independência - Boa Viagem, Taua-Arneiroz, Camocim-Chaval-Parnaíba e Mucambo Aprazível. Tais serviços são imprescindíveis à fixação dos trabalhadores em suas zonas de origem, evitando-se, com oportunidade, a emigração para o Amazonas, sul do País e Capital do Estado, fato que agrava, cada vez mais, a situação das fazendas locais, defrontando há muito tempo o esvaziamento progressivo dos campos, com repercussão na produção e na elevação do custo de vida. Certos de que vossência atenderá ao clamor público por obras urgentes no norte cearense, antecipam sua gratidão em nome de milhares de sofredores e apresentam-lhe respeitosa saudações. (a.) Deputados *Gentil*

Barreira, Guilherme Gouveia, João Frederico, Aquiles Peres Mota, Vicente Ribeiro Amaral e Haroldo Martins".

Segue-se grande número de assinaturas de Deputados, Prefeitos e Vereadores do Norte do Estado do Ceará.

Desejo, por êste meio, Sr. Presidente, fazer chegar ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas e ao Sr. Presidente da República os reclamos dêsses necessitados que aguardam providências a fim de lhes minorar a condição de sofredores. Precisam êles ser atendidos pelas autoridades da República. (*Muito bem*).

O SR. LINO DE MATTOS —
Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS — (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, "A Tribuna" conceituado órgão da Imprensa da cidade de Santos, verá transcorrer amanhã, 26 de março, o seu 55.º aniversário de fundação e publicação ininterrupta. Graças a uma linha de sobriedade e austeridade e ao bom senso com que pauta a sua parte opinativa, é, sem dúvida, um dos principais jornais do país a ponderar nitidamente na opinião pública.

Nesse seu meio século de existência, êsse tradicional e conceituado jornal, de belo aspecto gráfico, vem sendo dirigido por Manuel Nascimento Júnior, que há mais de 40 anos se encontra ligado à orientação "A Tribuna", como seu diretor, contando com a eficiente cooperação de outro profissional de valor, o Sr. Giusfredo Santini.

Firmando cada vez mais no público leitor, mercê dessa fidelidade à linha traçada em prol da luta pelo bem comum, "A Tribuna" só tem feito crescer, mormen-

te nos últimos lustros. Além dos fatores técnicos, que são muitos, o modelar matutino santista tem a sua solidez garantida por um corpo de redatores e colaboradores dos mais brilhantes. Assim é que conta como redator secretário o conhecido intelectual Geraldo Ferraz, romancista consagrado e autorizado crítico de artes plásticas. Da equipe de colaboradores permanentes, com matérias assinadas salientam-se figuras de renome nacional e até internacional como Carlos Drummond de Andrade, Otto Maria Carpeaux, o notável cronista All Right (Aderson Magalhães, um dos veteranos do "Correio da Manhã"), Raymundo de Magalhães Júnior, o engenheiro e urbanista Perez Velasco, Saulo Ramos, Luís Carranca e o crítico literário Álvaro Augusto Lopes.

Jornal sobretudo informativo e honesto, de leitura atraente, a começar mesmo por uma nítida e caprichada impressão gráfica, com máquinas as mais modernas instaladas em prédio próprio, "A Tribuna" merece ser cumprimentadíssima ao ensejo de mais êsse aniversário, marco num caminho glorioso e bem fadado.

A Sucursal de "A Tribuna" nesta Capital, servida por um corpo de profissionais experimentados está a cargo, há vinte anos, do jornalista Ivo Arruda, diretor da dinâmica Bancada de Imprensa,

Nesta Casa do Congresso Nacional cabe ao jornalista Mário Antunes, velho e dedicado profissional da pena, a missão de representar entre os membros da dinâmica Bancada de Imprensa, o velho e respeitável jornal Santista: "A Tribuna".

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

O SR. GASPAR VELLOSO —
Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Gaspar Velloso.

O SR. GASPAR VELLOSO — Sr. Presidente, o jornal "Última Hora", de ontem, publica declarações prestadas àquele órgão da Imprensa pelo Dr. Guilherme Romano, recém-nomeado Secretário da Saúde Pública do Distrito Federal. A principal norma da sua gestão será — diz S. Ex.^a — restabelecer os "Comandos Sanitários" que, em determinadas zonas do Rio de Janeiro procurarão impor higiene melhor que a atual.

A notícia por si só é de causar alegria a todos quantos residem nesta muito heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

É doloroso aos nossos foros de povo civilizado andar pelas ruas centrais da cidade e de Copacabana, tal a fedentina que exala dos becos, ruelas e botequins, que infelizmente infestam esta bela metrópole.

O alvissareiro propósito do Dr. Guilherme Romano completa outro, em boa hora ontem divulgado pelo ilustre Chefe de Polícia, General Amaury Krueel.

É preciso limpar o Rio de Janeiro, limpar não só suas favelas, suas ruas centrais, os arrabaldes, os subúrbios e bairros chiques; e limpá-lo também moralmente.

Esses dois homens públicos — o General Amaury Krueel e o Dr. Guilherme Romano — merecem nesta hora, os elogios, o apoio e a colaboração de todos quantos verdadeiramente amam a Capital do País.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GASPAR VELLOSO — Terrei muito prazer em ouvir o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Vivaldo Lima — Ninguém em sã consciência, pode deixar de louvar o propósito do novo Se-

cretário de Saúde do Distrito Federal quando pretende restabelecer os "Comandos Sanitários", higienizar os serviços de que se serve o povo. A administração municipal está de parabéns, no particular. Torna-se, entretanto, imprescindível, que a Prefeitura, a par dessa providência assegure o necessário abastecimento de água à cidade. Há bairros, como o de Copacabana e o de Ipanema, que sofrem a angústia da falta ininterrupta de água. Os "Comandos" naturalmente irão aos bares, restaurantes e confeitarias e determinarão seu fechamento porque, com a falta d'água, é impossível haver higiene; e não havendo higiene, eles poderão agir drasticamente, suspendendo suas atividades; e é preciso que assim seja, porque embora a falta d'água, essas casas continuam atendendo ao público da maneira mais lamentável possível. As palavras do nobre colega têm nesta Casa boa repercussão; e a população do Distrito Federal só poderá aplaudir e louvar o gesto da administração municipal, que dessa maneira, agirá em prol da sua saúde. Quanto à segunda parte das considerações de V. Ex.^a, a limpeza policial, é outro problema que o Poder Público tem de enfrentar na Capital da República. A população está à mercê de transviados, de assaltantes. Eu mesmo, da tribuna do Senado já louvei o Chefe de Polícia, General Amaury Krueel, pela ação enérgica e implacável contra o banditismo no Distrito Federal. V. Ex.^a se vale da palavra para mais uma vez, solicitar atenção do Governo para os dois problemas que, no momento, afligem a população do Rio de Janeiro: a falta de higiene e o banditismo.

O SR. GASPAR VELLOSO — Agradeço o aparte do ilustre representante do Amazonas, também médico ilustre e Presidente da Cruz Vermelha Brasileira. Pe-

los cargos que ocupa e pela cultura que todos lhe reconhecemos, vem em abono das minhas palavras, que são apenas pequeno esforço de colaboração à obra ingente desses dois administradores.

O Sr. Vivaldo Lima — Não apoiado. A palavra de V. Ex.^a é autorizada, representante que é de um grande Estado da federação, honrando esse mesmo Estado no Senado da República. V. Ex.^a é um dos Vice-Líderes mais categorizados desta Casa.

O Sr. Ruy Carneiro — Muito bem.

O SR. GASPAR VELLOSO — Muito obrigado a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, o problema está pôsto num sentido de polícia, tanto pelo Exmo. Sr. Chefe de Polícia como pelo Exmo. Sr. Secretário de Saúde Pública do Distrito Federal, e está muito bem, pôsto.

Explico a razão de ser de assim pensar. Venho de um longa viagem pelos países da Europa. Representante do Brasil no Conselho Internacional das Tarifas, em Genebra, hospedei-me num hotel à margem de um lago no qual existiam cisnes. Pela manhã e à tarde era comum verem-se pessoas dirigirem-se àquele logradouro para levar-lhes pão torrado. Durante dias seguidos observei-as da janela do meu quarto e jamais vi qualquer delas jogar às margens do lago um pedaço de papel. Se senhora, dobrava-o e colocava-o na bolsa; se homens, guardava-o no bolso. Durante vinte e oito dias residi nas margens do lago foi e o que verifiquei.

No Brasil, moro na Avenida Atlântica e vejo aos sábados e domingos as condições em que fica a Praia de Copacabana: suja, cheia de papéis, jornais e trapos; e sem que haja policiamento, para evitar semelhante procedimento.

O problema, sei bem, é também de educação e de escola. A repressão, no entanto, deve ser iniciada com a punição das pessoas que assim agem. Se não respeitam o direito alheio é preciso que o castigo as alerte sobre o caminho a seguir.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. GASPAR VELLOSO — Terel sempre prazer em ouvir os apartes de Vossa Excelência.

O Sr. Vivaldo Lima — A Prefeitura distribuiu, pela cidade, caixas coletoras, justamente para que o público nelas deposite os papéis inservíveis. Observa-se, no entanto, fato interessante: encontra-se o lixo precisamente em redor dessas cestas; jamais dentro delas.

O SR. GASPAR VELLOSO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, o qual ilustra o que se passa no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, não pedi a palavra para proferir longo discurso. Desejo apenas assinalar a boa repercussão, nesta Casa do Congresso, da decisão do ilustre General Amaury Kruei, de higienizar a cidade e melhorar-lhe o bairro mais elegante, Copacabana, tornando-lhe as ruas transitáveis às famílias, durante o dia e à noite; bem como a ação do Sr. Gullherme Romano, que em boa hora pretende restabelecer os "Comandos Sanitários".

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.^a, um aparte?

O SR. GASPAR VELLOSO — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Quando o General Amaury Kruei, meu velho amigo, foi nomeado Chefe de Polícia, ocupei a tribuna desta Casa para aplaudir o ato do Sr. Presidente da República. Ressal-

tel, na oportunidade, ser indispensável aparelhar-se a Chefatura de Polícia, a fim de que o novo dirigente exercesse, com eficiência, tão árduo posto. Citei ainda alguns conceitos emitidos pelo General Lima Câmara, ex-Chefe de Polícia do Governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, segundo o qual aquêlê Departamento necessitava de maior número de carros Rádio-Patrolha, de meios de transporte e sobretudo, de elemento humano. Sem êsses recursos, nenhum Chefe de Polícia, apesar da maior boa-vontade, patriotismo e dedicação, poderia livrar a Cidade do Rio de Janeiro dos malfetores e preservá-la das tristes ocorrências alvo de crítica por parte da Imprensa e dos Parlamentares. Sugiro, assim, ao nobre orador dirija apêlo ao Governo e ao Congresso no sentido de concederem recursos ao Departamento Federal de Segurança Pública para o reaparelhamento dos seus serviços, através da nomeação de pessoal e aquisição de carros Rádio-Patrolha. Do contrário, jamais a população da Capital da Republica viverá tranqüilla. Como bem poderá dizer o eminente Senador Nereu Ramos, Ministro da Justiça que foi, não é possível realizar milagre, nesse setor.

O SR. GASPAR VELLOSO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Incorporo-o ao meu discurso como apêlo ao Executivo e ao Congresso para que concedam aos Departamentos Federal de Segurança Pública e de Saúde Pública recursos que os possibilitem a debelar os males que afligem a população da Capital da Republica. Sem sua erradicação, não é possível falar-se em turismo. Não podemos trazer para esta cidade turistas da Europa habituados à limpeza das ruas. Em qualquer cidade daquele Continente, nenhuma pessoa joga uma ponta de cigarro no chão, porque não encontrará outra para fazer com-

panhia. Aqui, no entanto, só se vê sujeira, imundície. Querem trazer turistas para o Rio de Janeiro, acreditando ser uma cidade maravilhosa, quando na realidade — e pesa-me dizê-lo — é uma cidade suja.

É preciso que se ponha o dedo na ferida, que se mostre uma cidade tal como é; mister se faz que todos os membros do Governo trabalhem nesse sentido...

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GASPAR VELLOSO — Terei muito prazer em ouvir Vossa Excelência.

O Sr. Lima Teixeira — Ouço, com a atenção que V. Ex.^a me merece, o seu discurso, que é o protesto de qualquer representante do povo. Temos, realmente, verificado a falta de asseio da cidade, o desleixo mesmo que predomina. Quando V. Ex.^a invoca os países que percorreu, especialmente aquelas cidades da Europa que também tive ensejo de visitar, notadamente as da Suíça, cito Genebra, onde permaneci mais tempo. Ali, o asseio é tão grande que qualquer cidadão se sente acahnado de jogar um pedaço de cigarro no chão.

O SR. GASPAR VELLOSO — Não joga.

O Sr. Lima Teixeira — A Administração procura manter ao máximo essa limpeza.

O Sr. Ezechias da Rocha — O mesmo aconteceu comigo em Montreux onde com dificuldade, encontrei um lugar para jogar fora uma ponta de cigarro.

O Sr. Lima Teixeira — Notamos o mesmo em tôdas as cidades da Europa em contraste com o que vemos aqui, onde só existe o descuido o desinteresse.

As ruas são esburacadas. Um passeio ao Leblon é, de certo modo, constrangimento para quem está no automóvel. O desnível existente, mesmo em locais asfaltados, revela a falta de cuidado da administração pública. O protesto de V. Ex.^a tem todo o cabimento e conta com a solidariedade de todo o Senado.

O SR. GASPAR VELLOSO — Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GASPAR VELLOSO — Pois não.

O Sr. Caiado de Castro — O Senador Lima Teixeira tem razão. O número de buracos existentes no Rio é entretanto como diz o carioca: "café pequeno", em face das maiores dificuldades. O Rio de Janeiro é uma cidade imunda embora os impostos subam dia a dia, de maneira escorchante. O povo não tem água nem para beber; já não falo para banho. Assistimos, então, nos dias de chuva ao espetáculo deprimente de pessoas tomarem banho na rua. Os edifícios de apartamentos em Copacabana exalam mau cheiro; pois não removem o lixo. Li, há dias, num jornal, que a situação do Rio de Janeiro é de calamidade pública. Se o Sr. Juscelino Kubitschek pensasse cinco minutos menos em Brasília, e dedicasse meio minuto para a Capital Federal poderia resolver o problema.

O Sr. Lima Teixeira — Perguntei, outro dia, ao Prefeito Negrão de Lima quais as providências para sanar essas irregularidades tão chocantes, especialmente para os nossos visitantes. Respondeu-me S. Ex.^a que noventa por cento do orçamento da Prefeitura destina-se ao pagamento do funcionalis-

mo e que a Prefeitura não pode realizar essas obras administrativas sem verba. Aliás, o assunto é do critério do Sr. Prefeito.

O Sr. Caiado de Castro — Isso é conversa, nobre Senador. O argumento usado é sempre contra o funcionalismo municipal.

O SR. GASPAR VELLOSO — Agradeço os apartes dos ilustres representantes da Bahia e do Distrito Federal em abono à minha tese de que o Rio de Janeiro é uma cidade suja. Ainda ontem, forte aguaceiro inundou-a, por se acharem bueiros entupidos.

Peço permissão para lembrar ao nobre representante do Distrito Federal que a falta de água não é a causa dos entupimentos, mas a falta de educação daqueles que jogam papéis, e toda espécie de lixo nas ruas.

Sr. Presidente, desta tribuna dirijo apêlo ao General Amaury Krueel, para que prossiga na sua missão saneadora.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GASPAR VELLOSO — Com muito prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — A questão policial, no Rio de Janeiro, depende — segundo afirmação do General Amaury Krueel — da falta de pessoal na Polícia Civil. O número é o mesmo de há trinta anos. Se o Poder Legislativo, provocado, naturalmente, pelo Poder Executivo, através de mensagem não aumentar o efetivo, a Polícia Civil irá de mal a pior.

O SR. GASPAR VELLOSO — Incorporo ao meu discurso o aparte do ilustre representante do Amazonas traduzindo apêlo para que se dêem ao Chefe de Polícia os meios necessários para pôr côbro às irregularidades da Capital da República.

Ao Senado, à Câmara dos Deputados, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, à Imprensa representada nesta Casa, ao Clero, na sua missão educadora, a todos, enfim, lembro que não é mais possível dizer-se que o Rio de Janeiro é a "Cidade Maravilhosa".

Basta de mentir a nós mesmos! Nós, moradores de Copacabana, que vivemos no centro por força das nossas ocupações, sabemos que esta Cidade pode ter sido maravilhosa...

O Sr. *Vivaldo Lima* — Hoje essa expressão perde o sentido.

O SR. GASPAR VELLOSO — ... mas não o é atualmente, porque suja e cheia de malandros.

A bem daqueles que trabalham — e faço justiça ao povo do Rio de Janeiro, cuja quase unanimidade tem ocupação — a bem da gente honesta é preciso expulsar os vadios, procurá-los onde estiverem e fazê-los trabalhar; é necessário limpar o Distrito Federal, educando os que não têm noção de higiene e punindo os transgressores dos bons costumes — únicos que não desejam ostente o Rio de Janeiro o título que a Natureza lhe conferiu, de Cidade Maravilhosa. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE — O Senador João Villabóas comunicou à Mesa haver indicado o Senador Rui Palmeira para substituir o Senador Prisco dos Santos na representação do Senado que vai ao Japão.

Designo S. Ex.^a para integrar a representação do Senado que vai àquele País.

Nada mais havendo que tratar vou levantar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara, n.º 225, de 1957, que cria cargos na Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo Pareceres sob n.º 52 e 53, de 1958, das Comissões: de Serviço Público Civil, pela aprovação, com a emenda que oferece de n.º 1-C; e de Finanças, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Serviço Público Civil.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.

8.^a Sessão da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a Legislatura,
em 26 de março de 1958

PRESIDENCIA DO SR. CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Álvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Georgino Avelino.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Caiado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lineu Prestes.

Lino de Mattos.
Moura Andrade.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Sylvio Curvo.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Nereu Ramos.
Mem de Sá. (50).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Arlindo Rodrigues, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Sylvio Curvo, servindo de Primeiro Secretário, lê o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO

N.º 59 e Ofício n.º 435 do Sr. Ministro da Fazenda e do Sr. Prefeito do Distrito Federal agradecendo a comunicação dos nomes que constituirão a Mesa que dirigirá os trabalhos do Senado na presente sessão legislativa.

OFFÍCIOS

Da Câmara dos Deputados, número 210 comunicando haver sido rejeitada a emenda do Senado oferecida ao Projeto de Lei da Câmara, n.º 173, de 1957, enviado à sanção.

— Do Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, n.º 286, pondo à disposição desta Casa do Congresso o servidor Pedro Paulo Cristóforo.

Em 26 de março de 1958.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado, que durante a minha ausência do País serei substituído na Liderança da Maioria, pelo Vice Líder Senador Gaspar Velloso.

Atenciosas saudações — *Filinto Müller*.

Em 26 de março de 1958.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, tendo sido designado para participar da Delegação do Brasil à Conferência de Partes Contratantes do Acórdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, e estando autorizado pelo Senado, nos termos da Resolução n.º 29-57 a aceitar essa missão, para êsse fim me ausentarei do País em 2 de abril próximo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e distinta consideração. — *Reginaldo Fernandes*.

Em 26 de março de 1958.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, tendo sido designado para participar da Delegação do Brasil à Conferência de Partes Contratantes do Acórdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, e estando autorizado pelo Senado, nos termos da Resolução n.º 29-57 a aceitar

essa missão, para êsse fim me ausentarei do País em 2 de abril próximo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e distinta consideração. — *Mourão Vieira*.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá, primeiro orador inscrito.

O SR. MEM DE SÁ — (*Lê o seguinte discurso*) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, ouvindo do nosso alado Presidente, lendo lhe mensagens, discursos e entrevistas, freqüentemente me vem à memória a *charge* que vi em página na humorística de velha revista. «Otimismo», era o título. Um caçador, atropelado de perto por enorme leão, correndo o que lhe davam as pernas, atravessava uma aldeola perdida, gritando aos africanos espavoridos: — «Segurem este leão que eu caçei...»

Ao povo brasileiro também só resta dominar a fera que o otimismo hiperbólico do Sr. Kubitschek todos os dias está caçando. S. Ex.^ª após os vinte anos de progresso que trouxe ao Brasil no último biênio, continua o auto-propagandista, sem inibições de falsa modestia, que apregoa a genialidade de suas realizações com tal entusiasmo que algum leitor desprevenido de nossos jornais bem poderia imaginar que D. João VI retornou ao Rio de Janeiro, a 15 do corrente, somente para se passar diante delas ...

Para o eminente estadista de Diamantina, caçar o leão se resume em difundir, através de 400 estações de rádio e outros tantos jornais, os feitos que sua exuberante imaginação a si mesmo atribui: os milhares de quilômetros de estradas pavimentadas que os Estados em grande parte cons-

tróem, com um Fundo especial que a lei lhes manda entregar e o Ministro da Fazenda vai pagando em doses atrasadas; a admirável construção de «Três Marias», graças a outro Fundo e ao empréstimo do trigo; os navios a adquirir com os recursos de um terceiro Fundo especial e os portos a reconstruir com o dinheiro de mais um quarto Fundo, ainda em tramitação. São mundos e fundos, como se vê. Tantos, que me confundo na enumeração dos processos de deixar o povo sem os ditos para comer. Há, naturalmente, a Petrobrás que passou a produzir porque o Petróleo da Bahia soube que o Dr. Juscelino era o Presidente. E há, sobretudo e sobre todos, a Brasília dos sonhos esmeraldinos dêste novo Fernão Dias, que anda aos saltos dos jatos emissionistas, com os bilhões dos Institutos e do Banco do Brasil.

Maravilhas sôbre maravilhas, canta e declama o Presidente, para quem governar é o mais simples e cômodo dos ofícios: fazer coisas, construir cidades, comprar, obrar. Ora, tão fácil é mandar produzir coisas materiais, quão difícil é gerir a República visando ao bem comum. De um *czar* se conta que com uma régua riscou no mapa a linha reta que deu o traçado a uma via-férrea, título de sua imortalidade. E ao preço de dezenas de milhares de escravos mortos, os faraós edificaram pirâmides para gáudio dos turistas de todos os séculos. Governar, porém, não se resume à tarefa espetacular de cortar os céus a 600 km horários, presidir inaugurações, papar banquetes, sorrir para os fotógrafos e monologar perante 400 emissoras. Tudo isto, o Brasil tem tido demais e agora tem como nunca. O que nos falta é o que o atual Presidente nem cogita fazer, por irredutível e insuperável incapacidade para a missão.

O que nos falta é Governo que administre, que enfrente os problemas rudimentares da gestão da coisa pública, que ponha ordem nos setores inumeráveis da administração em desmantêlo, que organize êste mundo nebuloso de órgãos contraditórios, superpostos, ociosos; que promova as reformas essenciais, proclamadas em tôdas as plataformas e esquecidas todos os anos, que conserte as finanças da União e de suas autarquias e institutos, que domine os *deficits* e restabeleça o crédito, saneando a moeda e jugulando a inflação ...

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Pedro Ludovico — Conseguiram os outros Presidentes da República realizar o que Vossa Excelência está enumerando?

O SR. MEM DE SÁ — No momento o Presidente é o Sr. Juscelino Kubitschek. Não me fica bem, por exemplo, atacar Getúlio Vargas, que até já morreu.

O Sr. Pedro Ludovico — De quem eu era grande amigo.

O Sr. João Villasbôas — (*Dirigindo-se ao Sr. Mem de Sá*) — Ou Campos Salles.

O SR. MEM DE SÁ — Se fôsse Getúlio Vargas o Presidente e fizesse o que fez Juscelino Kubitschek, da mesma forma o criticaria.

O Sr. Pedro Ludovico — Referiu-se V. Ex.^a há pouco a Brasília. Sabe muito bem o nobre orador que os homens normais, equilibrados, não mudam o curso da História. Construir Brasília é mudar o curso da História do Brasil, e o futuro o provará.

O SR. MEM DE SÁ — V. Ex.^a acaba de reafirmar que quem constrói Brasília não é normal, não é equilibrado.

O Sr. Pedro Ludovico — Quis dizer que o individuo muito normal, muitíssimo equilibrado não sai da meta comum. Um homem dêsses não teria, evidentemente, coragem para construir Brasília.

O SR. MEM DE SÁ — Estou de acôrdo. O nosso Presidente é desequilibrado.

O Sr. Gaspar Velloso — Se o illustre orador permite, gostaria de interpretar as palavras do nobre colega de Bancada, Senador Pedro Ludovico. S. Ex.^a quis dizer, parece-me, que o Presidente Juscelino Kubitschek não é o rotineiro, que V. Ex.^a queria; ...

O Sr. Pedro Ludovico — Esse o meu pensamento.

O Sr. Gaspar Velloso — ... é um homem acima dos normais, de grande capacidade, boa-vontade e energia. O que está realizando só os pósteros poderão aquilatar do seu valor.

O SR. MEM DE SÁ — Tal qual os pósteros aquilatam os feitos dos faraós, que construíram as pirâmides ...

O Sr. Pedro Ludovico — Uma das maravilhas do mundo!

O SR. MEM DE SÁ — Exatamente!

O Sr. Gaspar Velloso — Não confunda V. Exa. uma obra útil como Brasília, com uma construção pomposa, suntuária, como as pirâmides do Egito.

O SR. MEM DE SÁ — O lamentável é que sejamos nós agora os escravos, a morrer de fome.

O Sr. Gaspar Velloso — Vossa Excelência não parece morrer de fome ...

O SR. MEM DE SÁ — Quando digo nós, refiro me, evidentemente, ao povo brasileiro.

O Sr. Pedro Ludovico — Quer V. Ex.^a que continuemos nossa civilização um tanto sedicha?

O SR. MEM DE SÁ — V. Ex.^a verá o que desejo, na continuação do meu discurso.

O Sr. Pedro Ludovico — Construir Brasília é levar o progresso para o interior do País.

O SR. MEM DE SÁ — V. Ex.^a saberá qual o objetivo do meu discurso. A meta fundamental, que deve ser atingida — senão tôdas as outras serão uma parcela de um assalto ruinoso à Nação brasileira — é a do saneamento financeiro. Aguarde, portanto, Vossa Excelência a continuação do meu discurso.

O que nos falta, Sr. Presidente — prossigo — é Governo que domine os *deficits* e restabeleça o crédito, saneando a moeda e julgando a inflação, que dê ao público serviços publicos e não anarquias públicas, serviços correspondentes ao preço dos impostos e das taxas reclamados; que abra inquéritos e os leve até ao fim, com a punição dos criminosos e escurmento dos desidiosos. Governo, Sr. Presidente, apenas Governo. Governo que considere, que tenha em mira, que tenha presente ao espírito objetivo fundamental do Estado, esta peça essencial da vida coletiva, este elemento básico da sociedade — o homem.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Pois não.

O Sr. Gaspar Velloso — V. Ex.^a, que estêve na Europa ultimamente, sabe informar qual o preço da gasolina nos países que percorreu? Qual o Impôsto de Renda cobrado nesses países? Quanto, *per capita*, pagam os habitantes das cidades europélas? Confronte êsses dados com os nossos e analise os serviços que o Governo brasileiro presta, e eu ficarei satisfeito.

O SR. MEM DE SA — Respondo a V. Ex.^a apenas com uma pergunta: quais países sofreram inflação mais violenta que o Brasil nos últimos cinco anos?

O Sr. Gaspar Velloso — Como muito bem diz o nobre colega Senador Attilio Vivacqua, não há prôpriamente inflação tratando-se de um país da extensão do Brasil.

O Sr. Juracy Magalhães — Deve a inflação variar de acôrdo com a extensão territorial?

O SR. MEM DE SA — Pelo critério do ilustre Vice Líder da Maioria a inflação condiciona-se à extensão do país.

O Sr. Gaspar Velloso — Depreende-se das informações do Governo ao Congresso Nacional e das providências a êle sollicitadas que o Presidente da República está lutando para debelar a inflação.

O SR. MEM DE SA — Saiba V. Ex.^a que nos Estados Unidos da América há certo alarme porque o custo de vida durante o ano passado se elevou de 3%; no Brasil, só no último mês a elevação foi de 3,3. Êsse o problema.

O Sr. Gaspar Velloso — Cite o nobre colega os países que percorreu ultimamente, em que o litro da gasolina custa vinte e cinco ou mais cruzeiros; confronte o seu preço no Brasil com o custo na fonte de produção e verá, então,

quanto os Governos daqueles países auferem por litro de gasolina.

O SR. MEM DE SA — Não adote V. Ex.^a um dado isolado; compulse as estatísticas da ONU e verificará qual a situação do Brasil em matéria de inflação e elevação do custo de vida. Êsse, o problema. Chegará então à conclusão de que só há um ou dois países com nível de custo de vida e inflação mais elevados que o Brasil.

O Sr. Juracy Magalhães — O Brasil estava num triste vice campeonato em matéria de inflação; mas parece que o atual Governo faz questão de passar para o primeiro lugar.

O Sr. Gaspar Velloso — Pergunto ao nobre representante da Bahia, pela responsabilidade que tem, como Presidente da UDN, e ao nobre Senador pelo Rio Grande do Sul, se nos países que percorreram o custo de vida era maior ou menor que o do Brasil.

O SR. MEM DE SA — As estatísticas da ONU respondem a Vossa Excelência.

O Sr. Juracy Magalhães — O custo de vida tem que ser em função dos salários. Na América do Norte, é muito mais baixo que o do Brasil.

Se V. Ex.^a fizer a conversão dos preços americanos ao valor inflacionado do cruzeiro, verificará que o custo de vida lá é muito maior que no Brasil. Se fizer, no entanto, estudo honesto, sério e ponderado do custo de vida em função dos salários, verá que é muito mais baixo nos Estados Unidos que no nosso País.

O SR. MEM DE SA — Ê o que estou dizendo. A comparação de moedas só serve para negar a realidade. O estudo deve ser feito,

dentro de cada país, de acôrdo com a renda individual e a capacidade aquisitiva do salário.

O Sr. Juracy Magalhães — Deve haver apreciação estatística em função do salário mínimo. A conclusão a que chegamos é que nos Estados Unidos o custo de vida é menor.

O Sr. Gaspar Velloso — Mesmo nesse confronto, a vida no Brasil é mais barata que em qualquer país da Europa.

O SR. MEM DE SÁ — O que se deve comparar é que nos Estados Unidos da América, por exemplo, o operário compra uma roupa ótima com salário de dois dias, enquanto que no Brasil, só o faz com o de três semanas. Isto é que é inflação.

O Sr. Juracy Magalhães — Se o nobre Senador Gaspar Velloso confrontar as estatísticas terá que confessar a péssima situação do Brasil.

O SR. MEM DE SÁ — Não adianta discutirmos. Aí estão as estatísticas oficiais da ONU, que o ilustre Senador Gaspar Velloso deve conhecer. A situação do Brasil é de vice-campeonato, em matéria de inflação e elevação de preços.

O Sr. Gaspar Velloso — Sabe V. Ex.^a — através de sua inteligência, cultura e espírito de observação — que nos países da Europa o custo de vida é muito mais elevado por serem caros a habitação o vestuário e a alimentação. São de baixo preço, isto sim, os artigos supérfluos de luxo.

O Sr. Juracy Magalhães — A vida, é cara para nós brasileiros que vamos lá.

O Sr. João Villasbôas — Porque temos que pagar em cruzeiros.

O SR. MEM DE SÁ — Estou de pleno acôrdo. O nobre Senador Gaspar Velloso está-se conduzindo, em matéria econômica, com lábias de bacharel.

O Sr. Gaspar Velloso — Absolutamente. Não argumento; cito fatos.

O SR. MEM DE SÁ — Tôda a questão se resolve com os quadros estatísticos da ONU, dos quais não há fugir. Veja V. Ex.^a pelas estatísticas internacionais quais os países que apresentam maior elevação do custo de vida e maior surto inflacionário que o Brasil.

O Sr. Pedro Ludovico — Não estou de acôrdo com o que acaba de afirmar ao Senado o nobre Líder da União Democrática Nacional.

O Sr. Juracy Magalhães — Não tenho tido a sorte de ter Vossa Excelência de acôrdo comigo em qualquer episódio de minha vida parlamentar.

O Sr. Pedro Ludovico — Na Itália a lira está muito baixa em relação ao dólar e ao cruzeiro. O mesmo ocorre com o franco na França.

O Sr. Juracy Magalhães — Não raciocine V. Ex.^a em termos de cruzeiro porque acabará enlouquecendo.

O Sr. Pedro Ludovico — Os ordenados e salários não são tão elevados; no entanto, a vida é caríssima tanto em Paris quanto em Roma, onde a entrada de cinema, no centro da cidade, custa oitenta cruzeiros, ao passo que no Distrito Federal custa muito menos.

O Sr. João Villasbôas — Vossa Excelência raciocina em termos de cruzeiros; e calcula o valor das moedas nessa base.

O Sr. Pedro Ludovico — Não calculo o valor daquelas moedas em relação ao cruzeiro; e sim em relação ao dólar.

O SR. MEM DE SA — Peço licença aos nobres colegas para retomar a palavra. O debate evidentemente está fora do meu discurso; e seria uma bela maneira de obstruí-lo.

O Sr. Pedro Ludovico — Sabe V. Ex.^a que há poucos dias pronunciei discurso, nesta Casa, condenando a alta do custo de vida. Reputei mesmo necessário adotarmos medidas drásticas para conter os sucessivos aumentos e repor o Brasil no seu ritmo normal de existência.

O SR. MEM DE SA — Então V. Ex.^a está apoiando o meu discurso.

O Sr. Pedro Ludovico — Em parte.

O SR. MEM DE SA — Muito agradecido.

O Sr. Lino de Mattos — Os dados estatísticos, na sua franqueza e frieza, afirmam ser o Brasil o país onde a vida mais encareceu.

O SR. MEM DE SA — Parece-me há um ou dois acima do Brasil; um na Ásia e outro na América do Sul, a Bolívia.

O Sr. Juracy Magalhães — Mais precisamente, quatro países estavam em pior situação que nós: o Paraguai, a Bolívia, a Coréia e o Chile.

O SR. MEM DE SA — Exato.

O Sr. Juracy Magalhães — Ultimamente, no entanto, o Brasil passará para o segundo lugar, só excedido pela Bolívia.

O SR. MEM DE SA — Este ano passará para o primeiro.

O Sr. Lino de Mattos — Agora o Brasil está na vanguarda.

O SR. MEM DE SA — E a capacidade.

O Sr. Juracy Magalhães — Com a mágica do Ministro José Alkimim.

O Sr. Juracy Magalhães — ... e a capacidade incontestável deste Governo de encarecer o custo de vida, é muito provável ganhe nosso País o campeonato.

O Sr. Gaspar Velloso — Sem desempregados. Segundo as estatísticas e declarações do Governo dos Estados Unidos da América, existem, naquele país, cinco milhões de desempregados.

O SR. MEM DE SA — V. Exas. vão me dar licença para que continue meu discurso.

Casualmente sou o orador inscrito; e não consigo falar.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite o nobre colega responda ao aparte do ilustre Senador Gaspar Velloso. Nos Estados Unidos há, realmente, mais de cinco milhões de desempregados. Há uma recessão; não há ainda crise econômica, porque o poder econômico da grande nação americana do Norte é imenso e existem recursos para debelar as dificuldades atuais da economia estadunidense. A uma circunstância, no entanto, o Brasil, principalmente seu Governo, devia estar atento: se reflexos da crise americana se farão sentir, indiretamente, na crise brasileira.

O Sr. Gaspar Velloso — Estou de acôrdo.

O SR. MEM DE SA — Cito o fato, no meu discurso.

O Sr. Juracy Magalhães — Perdoe-me o nobre orador continue a tomar-lhe o tempo. Como se

sabe, a *Steel Rate* — relação entre a produção efetiva de aço e a capacidade teórica de produção — estava numa base de 105% durante a guerra; neste instante, está apenas a 52%. Todos os produtos não perecíveis da indústria americana — implementos agrícolas, automóveis, objetos de uso doméstico — estão em crise, porque não houve substituição desses materiais após o conflito e não há necessidade de trocá-los, nos lares. O fato agrava a situação das indústrias que, só no setor de automóveis, tem cerca de setecentos e cinquenta mil veículos em estoque. Esse reflexo, sobre a crise brasileira, precisa ser examinado e ponderado pela administração pública do Brasil.

O Sr. Gaspar Velloso — Muito bem! Estou de acôrdo com Vossa Excelência.

O Sr. Juracy Magalhães — Agradeço ao nobre orador e faço votos que não seja mais interrompido.

O SR. MEM DE SA — Os apertes são um prazer quando não tomam o tempo completo do orador. (*Continuando a leitura*).

No nosso caso, o brasileiro, o pobre brasileiro, com sua família e seus filhos, amargurado todos os dias com a calamidade dos serviços estatais, desde o do transporte, ao dos correios e telégrafos. Que fez nestes dois anos o Sr. Kubitschek, de efetivo, de positivo, de concreto, para melhorar a vida do brasileiro de hoje ou para corrigir as mazelas e as deficiências da administração? Quais as autarquias, dentre as dezenas existentes, que foram postas em ordem pelo atual govêrno? Qual dos Institutos melhorou o seu padrão administrativo, reduziu despesas parasitárias, aprimorou a atividade, em benefício dos associados? Quais os *deficits* diminuídos e as percentagens de custeio reduzidas?

Veja, Sr. Presidente, que não me reporto ao que se lê nos relatórios, como não aludo aos escândalos e irregularidades mais bradantes. Penso apenas em coisas simples, embora, tremendamente importantes e difíceis, coisas enfadonhas e árduas para quem governar consiste em voar e proclamar as grandezas do Brasil de amanhã. Penso em coisas simples, simplesmente esquecidas debaixo da enxurrada de otimismo profissional que entulha as mensagens e discursos oficiais. Penso na meta número 1, na meta sem a qual as outras são pêtas: a estabilidade do valor da moeda, mediante a supressão dos *deficits* orçamentários, a prudência dos investimentos, a contenção do crédito, o estancamento das emissões. Para o operário, o homem das classes médias, para a imensa maioria do povo, muito mais importante que tudo o que o Govêrno gargareja que fêz, faz e vai fazer, imensamente mais importante, é saber o que vale o cruzeiro que recebe, saber como vai ordenar seu orçamento doméstico e sua vida, pelo menos no período de um ano. Ser pobre ou remediado, não é desgraça e pode até ser fonte de felicidade ou de virtudes; desgraça é ignorar se tem estabilizada a vida da família, se os 5.000 cruzeiros que ganha hoje lhe permitem comprar o que os 3.000 do ano passado adquiriam; desgraça é ignorar se com 10 mil cruzeiros amanhã, não será mais miserável do que com 7 mil ontem. Desgraça é a intranquillidade, o sobressalto permanente, a inquietação espiritual, a tensão e a pressão emocionais, que esfrangalham os nervos, abrem úlceras e multiplicam os desajustamentos e os enfartes — porque a incerteza do futuro apavora, a insegurança mortifica, a instabilidade da vida leva a instabilidade e a angústia ao coração e à consciência; porque, em suma, a moeda se avilta e des-

penha nas escarpas do descrédito, com velocidade em razão direta da leviandade com que o Governo proclama a benemerência de suas metas.

Coisa simples a meta n.º 1, a meta que virou mito, a única que consagraria os governantes na imortalidade da história e na gratidão do Brasil. Que é feito dela? Em 1956, o *deficit* da União foi de 33 bilhões de cruzeiros, em números redondos; as emissões de papel moeda alcançaram 11,5 bilhões (16,6% sobre 55), os meios de pagamento cresceram em 39 bilhões (ou 22% sobre o ano anterior) e a dívida flutuante subiu a 69,6 bilhões (mais 34,7% que em 55). A estes cruéis revezes, dava-se, repetia-se, matraqueava-se, dia após dia, a mesma justificação: — O Sr. Kubitschek recebera a herança maldita de um orçamento, elaborado à sua revella, que levava no ventre, com a majoração dos vencimentos civis e militares — votada pelo Congresso, o grande responsável pelo descalabro! — um *deficit* sem precedentes. Que se vencesse o ano da provação, e 1957, com Lei de Meios preparada pelo novo Governo e votada por sua sólida e coesa maioria no Legislativo, traria a vitória, o começo, pelo menos o alentado começo da redenção das finanças nacionais. De fato, a previsão do desequilíbrio, no papel, não passava de 17,7 bilhões e o programa de cortes e economias, mais as medidas que se fizessem necessárias, garantiriam o êxito anunciado mil vezes: — «a inflação será contida», os «preços baixarão». Que marcas deixou na carne dos brasileiros o exercício de 57, o exercício que o devaneio das falas governamentais anunciava como a do início da redenção financeira? O *deficit* de caixa subiu para 41,1 bilhões de cruzeiros (mais 8 que o de 56 — 25% de aumento); as emissões foram a 15,8 bilhões

(mais 4,3% que no ano precedente — 37% de aumento); os meios de pagamento sofreram um acréscimo de 73 bilhões (mais 34 que a elevação anterior); e a dívida flutuante passou ao total de 116 bilhões, o que significa o incremento de 46,4 em 12 meses. Os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil ao Governo Federal cresceram em 38,8 bilhões, em relação a 1956, enquanto os outorgados às atividades privadas só aumentaram 16,5. Assim, nestes dois anos de benemerências hipersônicas, os salvadores da finança pública conseguiram os seguintes recordes absolutos: — as emissões alcançaram 27,3 bilhões (um pouco menos que o total do meio circulante brasileiro até 1950); os meios de pagamento se elevaram em 112 bilhões. É o que interessa, em matéria de preços e custo de vida, e não meio circulante.

A dívida flutuante da União aumentou de 81 bilhões. Mas o irrecuperável Presidente da República ainda encontra jeito de cantar vitória ...

O Sr. Juracy Magalhães — É um infatigável recordista.

O SR. MEM DE SÁ — ... asseverando que o *deficit* potencial do exercício era superior a 60 bilhões e ele o conseguira reduzir «apenas» a 41. E eufóricamente confessa que o «esforço de contenção de gastos» expressou-se em 22,9 bilhões, dos quais 16,6 resultam de «Restos a Pagar», Fundos Transferidos e Créditos Transferidos». Noutras palavras *deficits* transferidos ... Por isto, logo adiante a Mensagem presidencial informa que o desequilíbrio potencial do exercício corrente é da ordem de 45 bilhões, advertindo por descuido que a «contenção dos gastos se torna cada vez mais difícil».

O Sr. Pedro Ludovico — O fenômeno vem de muito longe.

O SR. MEM DE SÁ — E continua, dentro das metas. É justamente o que reclamo, nobre colega; que o Governo tome a si esse trabalho, em vez de metas espetaculares.

O Sr. Pedro Ludovico — No particular, concordo com Vossa Excelência.

O SR. MEM DE SÁ — Se assim o fizer, merecerá meu apoio e louvor.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Pois não.

O Sr. Gaspar Velloso — Sabe Vossa Excelência que o Governo do Senhor Juscelino Kubitschek tudo tem feito para evitar o *deficit*.

O SR. MEM DE SÁ — Tudo tem feito para evitar o *deficit*?

O Sr. Gaspar Velloso — Tudo tem feito para evitar o *deficit*.

O Sr. Juracy Magalhães — Nada tem feito para evitar o *deficit*.

O Sr. Gaspar Velloso — Sabe muito bem o nobre orador que a contenção de despesa é um plano continuado do Governo.

O SR. MEM DE SÁ — Aumentando o *deficit*.

O Sr. Gaspar Velloso — Tenho ouvido de V. Ex.^a no Senado e tenho sabido, por ouvir dizer, que na Câmara dos Deputados se faz a mesma reclamação por ter o Senhor Presidente da República cortado certo número de verbas, o que tem desgostado políticos situacionistas. Faça V. Ex.^a justiça ao Sr. Presidente da República. S. Ex.^a se incompatibiliza, por vêzes, com seus correligionários e amigos, com aquêles que o

defendem, porque está fazendo contenção nas despesas públicas, não está fazendo nomeações, ou faz apenas as estritamente necessárias. O Sr. Presidente da República está executando um plano de economia contra o qual muitos parlamentares se rebelam, está fazendo contenção nas despesas públicas, no sentido de evitar o quanto possível aumento do *deficit*.

O SR. MEM DE SÁ — Os resultados são os que acabo de ler, e êsses resultados inutilizam qualquer esforço de retórica.

Lembro a V. Ex.^a que a União Democrática Nacional, o ano passado, oficialmente propôs à Maioria e ao Governo que nenhuma emenda ao Orçamento aumentando despesas fôsse aprovada. E Governo e Maioria do Governo recusaram essa proposta muito patriótica da UDN, a qual teria evitado o acréscimo de duas ou três dezenas de milhões de cruzeiros no Orçamento afinal votado.

O Sr. Pedro Ludovico — Apesar dessa resolução da UDN, os Deputados, cada um de *per si*, contribuíram para o aumento das despesas.

O SR. MEM DE SÁ — Se aceito o acôrdo não teria havido as emendas, as quais, no ano passado, foram de oito a nove mil, na Câmara dos Deputados e no Senado da República.

O Sr. Pedro Ludovico — Vou repetir o que já disse a V. Ex.^a quando o meu nobre colega pronunciava seu último discurso, aliás brilhante.

O SR. MEM DE SÁ — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Pedro Ludovico — O Governo Juscelino Kubitschek é o menos culpado por êsses grandes *deficits*. O culpado — o Congres-

so Nacional, que aprovou o aumento de vencimentos do funcionalismo público.

O SR. MEM DE SÁ — Isso foi no ano de 1956.

O Sr. Pedro Ludovico — Mas reflete agora.

O SR. MEM DE SÁ — A seguir, foram aumentados os impostos.

O Sr. Pedro Ludovico — Foi o maior erro. Daí decorre a *debacle*.

O SR. MEM DE SÁ — Vossa Excelência me perdoe, mas está sendo um masoquista, porque tem prazer em se mortificar.

O Sr. Pedro Ludovico — E Vossa Excelência um tanto sadista.

O SR. MEM DE SÁ — Sou Sade, Excelência! ...

O Sr. Gaspar Velloso — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Pois não.

O Sr. Gaspar Velloso — Desejo concluir o que dizia: V. Ex.^a não culpará o Sr. Presidente da República por não têmos, no fim do ano passado e no começo deste, exportado café em consequência da concorrência que nos fazem.

O SR. MEM DE SÁ — Estou falando em orçamento, nobre colega, e não da exportação de café. Não se sangue V. Ex.^a na veda da saúde. Cogito do problema das despesas públicas, que nada tem a ver com a exportação de café.

O Sr. Gaspar Velloso — Desculpe-me, mas V. Ex.^a acha que nossa moeda está aviltada ante o dólar.

O SR. MEM DE SÁ — Disse eu que nossa moeda está aviltada, mas não pronunciei ainda a palavra dólar.

O Sr. Gaspar Velloso — V. Ex.^a diz que a nossa moeda está aviltada.

O SR. MEM DE SÁ — Está aviltada.

O Sr. Gaspar Velloso — Aviltada em relação a quê? Em relação a outras moedas?

O SR. MEM DE SÁ — Em relação aos bens.

O Sr. Gaspar Velloso — Em relação a outras moedas, pelas quais se possa aferir seu valor.

O SR. MEM DE SÁ — A moeda, em última análise, é um conteúdo em ouro. Ela se desvaloriza em relação às outras, nas trocas externas. Não falo, porém, das trocas externas e sim do aviltamento da nossa moeda nas trocas internas.

O Sr. Gaspar Velloso — Vossa Excelência falou em aviltamento da moeda e este é consequência da falta de exportação.

O SR. MEM DE SÁ — É consequência, em primeiro termo, dos *deficits*. Não há entendido, não há estudioso da matéria — e Vossa Excelência encontrará esta sentença, com tôdas as letras, no número de *Conjuntura Econômica* de fevereiro — que não diga que o domínio da inflação tem de começar e de assentar inexoravelmente no controle do *deficit* orçamentário; enquanto houver *deficit* orçamentário não cessará a inflação. É fundamental.

O Sr. Gaspar Velloso — De acôrdo.

O SR. MEM DE SÁ — Os *deficits* orçamentários neste Governo cresceram em termos jamais atingidos na história do País, quer na Monarquia quer na República.

O Sr. Gaspar Velloso — Tivéssemos exportado o café, atualmente estocado, qual seria a situação da nossa moeda?

O SR. MEM DE SÁ — A culpa, agora, é do «General Café».

O Sr. Gaspar Velloso — Pode o nobre orador informar qual seria a situação da nossa moeda — economista que é — caso tivéssemos exportado o café em estoque?

O SR. MEM DE SÁ — Não misture V. Ex.^a alhos com café.

O Sr. Gaspar Velloso — Faço somente essa pergunta: a moeda estaria na situação em que está se tivéssemos exportado o café estocado?

O SR. MEM DE SÁ — Em relação ao dólar, não.

O Sr. Gaspar Velloso — Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Juracy Magalhães — É uma luta entre concretistas e abstracionistas.

O SR. MEM DE SÁ — Em relação ao dólar — repito — não; mas em relação ao preço do pão, do feijão, do arroz, sim.

Continuo meu discurso.

Sr. Presidente, quero poupar a atenção de V. Exas., fugindo de citar mais cifras. Não esmiuçarei as dos *deficits* das autarquias e serviços públicos, desde o SNAPP até o Lóide e a Costeira, que sugaram o Tesouro em 15 bilhões. Mas reputo indispensável referir que, confirmando tôdas as previsões, o exercício em curso, o 3.^o da atual gestão, repetirá, se não

agravar, os descalabros dos anteriores, consagrando o governo Kubitschek como o mais incapaz e mais pernicioso de nossa história. Em janeiro e fevereiro foram lançados 12 bilhões de cruzeiros em letras do Tesouro, para fazer face à política dos gastos públicos, e, se no 1.^o mês houve uma apreciável redução do meio circulante (graças, evidentemente, à receita daquelas Letras), já no 2.^o — que normalmente, todos os anos, sempre registra diminuição do papel-moeda, — tivemos a emissão de 600 milhões de cruzeiros, como negro prenúncio do que está por vir.

Nos jornais de hoje, li que em março as primeiras emissões já atingiram à cifra de 900 milhões de cruzeiros.

Anuncia-se, doutra parte, que só em janeiro o custo da vida se elevou de 3,3%, em relação a dezembro, e em fevereiro, mais 1,5% — o que faz prever (se Deus se esquecer que é brasileiro nato ...) majoração superior a 24% no decorrer deste ano, decisivo, se não trágico.

Veja V. Ex.^a: não estou me referindo a câmbio, ainda. Em suma, Sr. Presidente, parece que o único esforço positivo na luta contra a inflação, verificado no atual Governo, foi o realizado por aquela patriótica senhora que retirou 50.000 cruzeiros da circulação, pregando moedinhas de 20 e 50 centavos em sua fantasia carnavalesca. Resta-nos apenas rezar para que a moda pegue, lançando o Sr. Alkmim a linha «saco» com «abobrinhas» de mil cruzeiros, ser o patrocínio do Sr. Ibrahim Sued.

Deverei focar, ainda, o quadro de nossa situação cambial, o estado de nosso comércio exterior, mais a calamidade do café? Ai estão os jornais diariamente estadeando as desgraças em que submergimos. Ai está o número da

austera «Conjuntura Econômica», em que se traça a análise retrospectiva de 1957, cujas páginas despejam as mais negras ondas de apreensões e de angústias sobre todos os espíritos esclarecidos que, como o Sr. Alberto Bittencourt, justamente temem a aproximação de «uma terceira data» ...

Os dados são conhecidos: balanço de pagamento com o *deficit* de 315 bilhões de dólares, exportações em declínio, a chamada relação de trocas cada vez mais deteriorada, com acentuada baixa, em cruzeiros e em dólares, do valor da tonelada exportada, e acentuada alta, em cruzeiros e dólares do valor da tonelada importada.

Esta a consequência imediata da desvalorização interna, da moeda.

(Lendo):

Reina pânico no mercado do café, confirmando-se as lóbregas perspectivas que oportunamente todos os entendidos anunciaram. Caem verticalmente nossas vendas e verticalmente sobem as pilhas estocadas. «Conjuntura» prediz que o Governo terá de adquirir, somente em 58 mais de 10 milhões de sacas, dependendo mais de 15 bilhões de cruzeiros a se somarem aos 8 ou 9 milhões já estocados e aos bilhões de cruzeiros já emitidos.

Como consequência, a inflação será exacerbada e as disponibilidades de câmbio para importarmos os elementos essenciais à nossa atividade econômica também a decrescer de forma alarmante.

Minguando as quantidades de divisas postas em licitação, o valor do *dólar* engorda, em razão inversa. E com a mesma galhardia com que o Presidente Juscelino transpõe a barreira do som, o dólar do Ministro José Maria ultrapassa a dos cem, ultrajando o homem feliz que, em 56, cantava o seu triunfo do dólar de 63 cruzeiros no mercado livre. Hoje, por consolo, éle

descobriu que este mercado não tem expressão econômica, como descobriu que lhe não cabe culpa na deterioração cambial tal como nós dizíamos lhe não caberem glórias na valorização transitória do ano retrasado.

Não temos dólares, Srs. Senadores, para os bens essenciais e muito menos para alimentar o ritmo de desenvolvimento econômico de que necessitamos. Não os temos, ainda muito menos, para saldar os compromissos assumidos no exterior, que se elevam a mais de um bilhão dentro do triênio 58-60, reclamando mais de 300 milhões só no exercício corrente. Não temos dólares, estamos de mãos vazias, em vésperas de outro *fund-ing-loan* ou da bancarrota. Mas a recessão da economia norte-americana, bem mais grave do que se esperava, não deixará de ter reflexos desfavoráveis sobre a nossa, como já começa a revelar sobre a do mundo ocidental. Isto não obstante, conseguiremos alguma ajuda, alguns tampões para tapar os buracos mais perigosos de nossa triste nave sem leme, consoante o único plano que o embaixador Mejia escreveu haver encontrado nas altas esferas brasileiras: o plano de pedir socorro. Disse muito bem o embaixador Amaral Peixoto, entretanto, que as nações, como os indivíduos, só alcançam auxílio financeiro de acordo e na medida de sua capacidade econômica. E de seu comportamento, de sua compostura, de sua austeridade, — acrescento eu.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil que não tem dólares para manter e expandir sua indústria, nem para pagar o que já deve, parece que os tem em demasia para o supérfluo e o adiável. Há superabundância de divisas para adquirir e reaparelhar um velho porta-aviões, para comprar máquinas e estruturas metálicas destinadas a Brasília.

lia e para os Viscounts do Doutor Kubitschek. Mais muito mais: há divisas sobrando para pagar páginas de publicidade em jornais norte-americanos, em celebração ao 2.º decênio de progresso do Brasil. E ainda existem dólares rolando, para a compra de dois aviões Super-Beachatt que o Sr. Alkmim afirma que terão chapa-branca — ao contrário da chapa preta do presidente — eis que se destinam ao serviço do Ministério, para o transporte de fiscais, selos de consumo e moeda sonante aos Estados, pois, como todos sabem, o Brasil não tem companhias de aviação eficientes e o CAM (Correio Aéreo Militar) não existe para o titular da Fazenda, cruzando os céus do Brasil em todos os rumos ...

Não irá o Itamarati adquirir um DC-7C para seus serviços, e os Ministérios do Trabalho e da Agricultura, Convairs para facilidade de seus transportes?

Despertará confiança a seus credores e amigos, um país que procede como um jovem estróina, gastando em champagne o dinheiro escasso destinado a seu desenvolvimento?

Meu pessimismo, meu amargurado desalento, em face dos dias que passam, Sr. Presidente, não me diminuem a esperança, no radioso futuro do Brasil. Vencemos a crise atual, por certo, como outras temos superado. Não nos faltará o auxílio do exterior e nem mesmo nossos pacientes credores recusarão as prorrogações e os suplementos que lhes vamos implorar. Os investimentos externos continuarão a afluir e nossa industrialização prosseguirá, assegurando a emancipação econômica com que todos sonhamos. Seremos uma potência de primeira grandeza dentro de poucos decênios. Isto tudo, porém, *apesar* dos descalabros da atual gestão governamental, apesar dos

entraves e retrocessos derivados da delirante política financeira e administrativa dos dirigentes que ora nos desgovernam. A força deste País é tão grande, seu mercado interno cresce de tal forma, a capacidade de realização deste povo é de tal forma imensa, que tudo suportam e tudo vencem. Os capitais de fora, os créditos, financiamentos e inversões, não nos virão em socorro *por causa do* Governo, mas *apesar do* Governo, nem ainda por amor de nós, mas por amor ao lucro e às boas aplicações.

O que ninguém sabe, nem explica é a maneira imediata de atravessar o pântano financeiro da inflação galopante, o tremedal da balbúrdia administrativa e o caos político a que o carreirismo, a demagogia e a inconsciência nos lançaram. Qual o novo Hércules que enfrentará a façanha de remover o entulho das estrebarias de Augias? Seja quem for, por milagre de São Sebastião ou da Virgem da Aparecida, ele terá de sanear as finanças, jugular os *deficits*, conter as despesas e estabilizar a moeda e os preços. Terá de resolver a crise do café — não só esta atual, que será vencida a qualquer preço. Talvez, quem sabe? como o foi a de 29 ... — mas a verdadeira, a profunda, a que, através de decênios, tirou o Brasil da posição de dominador dos mercados, para o lançar na de dominado, rebaixado à função de suplementar as margens do abastecimento mundial, deixadas pelos concorrentes americanos, africanos e asiáticos. Terá de impedir que o café siga o fadário amaldiçoado da borracha, que o cacau baiano, seja batido pelo de Gana, que o algodão desapareça definitivamente das pautas da exportação.

Sou otimista, eminentes colegas, sadiamente otimista, a longo termo, mas desalentadamente pessimi-

mista a curto prazo. Nossas pro-
vações tendem a exacerbar-se até
que as elites dirigentes se compe-
netrem da missão que lhes cabe.
Temos de esperar, com a fé em
Deus, uma equipe de homens que
despreze os artificios da imorta-
lidade barata, para enfrentar, com
estoicismo, as duras tarefas de
um verdadeiro govêrno. Destas,
a primeira a atacar, como base de
tôdas as outras — não nos can-
semos de repetir — está no comba-
te à inflação, na estabilidade da
moeda e dos preços, que restitua
a tranqüilidade aos brasileiros, sa-
neie a economia e, até, concorra
para minorar a onda de imora-
lismo que corrompe a sociedade
de nossos dias.

O SR. PRESIDENTE — (*Fa-
zendo soar os tímpanos*) — Lem-
bro ao nobre colega que falta ape-
nas um minuto para terminar o
prazo regimental de que dispõe.

O SR. GASPAR VELLOSO —
(*Pela ordem*) — Sr. Presidente,
requero a V. Ex.^a consulte a Ca-
sa sobre se consente na proroga-
ção regimental da hora do expe-
diente para que o ilustre orador,
representante do Rio Grande do
Sul, termine sua oração, na qual
demonstra seu amor à causa pú-
blica e seu sentido de brasilidade.

Embora discorde dos conceitos
que formula, a respeito da atua-
ção do Chefe do Executivo e da
equipe que o cerca, encontro, no
discurso de Sua Excelência, ele-
mentos valiosíssimos, os quais fa-
rão o Senado e os homens públi-
cos meditarem e, juntos, colabo-
rarem com o supremo magistrado
da Nação, na sua luta ingente
para conseguir a meta principal
e primeira, que é o equilíbrio fi-
nanceiro.

O SR. PRESIDENTE — O Se-
nado acaba de ouvir o requerimen-
to do nobre Senador Gaspar Vel-
loso.

Os Senhores Senadores que o
aprovam, queiram permanecer
sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o no-
bre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ — Sr. Pre-
sidente, muito agradeço à Casa, e
em especial, sou extremamente
grato pelas palavras generosas
com que me distinguiu o eminen-
te Vice-Líder da Maioria. Mais
uma vez, pôs Sua Excelência bem
alto o nível dos debates e da edu-
cação política que reina na Casa.

O Sr. Nelson Firmo — É o no-
bre Senador Gaspar Velloso Vice-
Líder e diplomata.

O Sr. Gaspar Velloso — Muito
obrigado a Vossas Excelências.

O SR. MEM DE SÁ — No com-
bate à inflação, na realização des-
sa primeira meta, terá o Govêrno
em mim gratuitamente, sem con-
tatos, aproximações ou prêmios,
o mais dedicado e completo alia-
do. Estou pronto a apoiar e subs-
crever tôdas as medidas com tal
finalidade; estou pronto a votar
contra todos os aumentos de des-
pesa, a não apresentar uma só
emenda que acrescente um centavo
ao ônus do Tesouro, desde que
S. Ex.^a o Sr. Presidente da Re-
pública estanque, de sua parte, a
caudal dos investimentos alucina-
dos, ponha côbro ao desmantêlo
administrativo, empenhe-se a fun-
do na tarefa de salvar o cruzei-
ro da desvalorização. Sem isto,
nada se conseguirá para os dias
presentes, nem para os futuros.

O Sr. Fernandes Távora —
— Permite V. Ex.^a um aparte?
(*Assentimento do orador*) — Fi-
que V. Ex.^a certo de que nenhum
dos membros do Congresso, todos
patriotas, deixará de acompanhá-
lo neste intuito elevado.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite o nobre orador outro aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — Antes que o prezado colega reinicie seu brilhante discurso, desejo trazer ao conhecimento da Casa fato novo. Acredito plenamente — como todo o Senado já se acostumou — no que diz Vossa Excelência, porque todos somos seus velhos admiradores, e conhecemos as suas atitudes por vêzes não muito serenas, mas sempre eivadas de espírito público e sensibilidade.

O SR. MEM DE SÁ — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Gaspar Velloso — Todos nós estamos de acôrdo, e sabemos que V. Ex.^a cumprirá aquilo que prometeu solenemente, neste instante: colaborar com o Govêrno, sempre que êle tenha em mira eliminar o *deficit*, sustar a inflação e equilibrar o Orçamento, a fim de melhorar o índice de vida do povo brasileiro. Nessas condições, é que trago ao conhecimento de V. Ex.^a que, hoje pela manhã, reuni-me com o Líder da Oposição nesta Casa, o ilustre Senador João Villasbôas, e com o Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Senador Lima Guimarães, e combinamos, nessa ocasião, reunir os demais líderes, a fim de que o Senado tome a si, de imediato, êste apêlo que Vossa Excelência formula, para que sejam limitados ao estritamente necessário os créditos que correm paralelamente ao Orçamento.

O Sr. Nelson Firmo — E as nomeações dos Institutos.

O SR. MEM DE SÁ — As leis que reduzam as monstruosidades das aposentadorias que há neste País.

O Sr. Gaspar Velloso — Diz muito bem Vossa Excelência.

O SR. MEM DE SÁ — E as leis que permitem despesas brutais com gastos militares.

O Sr. Gaspar Velloso — Tem razão Vossa Excelência.

O SR. MEM DE SÁ — Para isso, V. Exa. ter-me-á ao lado não do Govêrno mas do Brasil.

O Sr. Juracy Magalhães — E V. Ex.^a não estará sôzinho, porque a Oposição assim como, no ano passado, ofereceu oportunidade de se votar um Orçamento equilibrado, êste ano, mantém a mesma disposição. Tôdas as medidas tendentes à recuperação financeira do País encontram agasalho, estímulo, louvor e colaboração por parte da Oposição nesta e na outra Casa do Congresso — posso afirmar a Vossa Excelência.

O Sr. Gaspar Velloso — Terminando meu aparte, agradeço ao nobre orador a oportunidade que deu à Maioria, principalmente à liderança, de comunicar o que está fazendo nesse sentido. Creio que, com o apoio, já hipotecado, dos Líderes da União Democrática Nacional, do Partido Trabalhista Brasileiro, do Presidente do Diretório Nacional da UDN e a colaboração dos mais Senadores, durante o ano de 1958, poderemos, com o otimismo das palavras que o ilustre orador há pouco pronunciou...

O SR. MEM DE SÁ — ... a largo prazo!

O Sr. Gaspar Velloso — ... a largo prazo — porque, na vida das nações, só a largo prazo se pode imaginar — todos os problemas estarão resolvidos, se tratados, desde já, como se fôsse possível resolvê-los a curto prazo.

O SR. MEM DE SA — V. Ex.^a não se esqueça de que a Oposição — já os eminentes Líderes da União Democrática Nacional o declararam — está disposta para essa tarefa gloriosa ...

O Sr. Juracy Magalhães — Sempre estêve!

O SR. MEM DE SA — ... mas é preciso que o Governo seja digno do sacrifício dos seus adversários políticos ...

O Sr. Gaspar Velloso — Sé-lo-á.

O Sr. Juracy Magalhães — Tenha coragem.

O SR. MEM DE SA — ... não dilapide, não jogue fora em obras delirantes o que estivermos poupando através da compressão de verbas.

O Sr. Gaspar Velloso — Fiquem V. Exas. como fiscais dessa obra.

O SR. MEM DE SA — Lembrese V. Ex.^a do que disse a respeito de longo prazo — uma frase profundamente verdadeira — «na vida das nações, cinquenta anos são uma hora ou um instante para a História». Mas, para o Sr. Juscelino Kubitschek, assim não é. Sua Excelência, invertendo os conceitos clássico e do bom senso, asseverou que, em cinco anos, realizaria o progresso de cinquenta; e, neste biênio, vimos o que tem conseguido em matéria financeira.

Realmente, em dois anos, sua Excelência somou *deficits* para os quais, normalmente, seriam precisos vinte anos.

O Sr. Gaspar Velloso — O Senhor Juscelino Kubitschek ainda está começando seu Governo. Não se pode julgar uma obra no início.

O SR. MEM DE SA — Sem esta estabilidade essencial, teremos de ir, compulsoriamente, para novos e cada vez mais frequentes reajustamentos salariais — como o que se anuncia neste ano eleitoral — que serão novos tonéis de gasolina na fogueira monstruosa, já superalimentada pelos *deficits*, por Brasília e pela política do café.

Relembro à Casa que um trabalho de *Conjuntura Econômica* mostrou que, com a inflação, cada vez mais rapidamente os aumentos salariais são absorvidos.

O primeiro aumento salarial, de 1953, levou mais de dois anos para ser anulado pelo aumento do custo da vida. O de 1956, em dezoito meses, como fôra previsto, tornou-se inoperante, porque a elevação dos preços o inutilizou. Este ano, já se fala em novo aumento salarial. Isto será o tiro de graça nas finanças do Sr. Juscelino Kubitschek.

Convença-se o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira: por infelicidade nossa, a sorte de seu Governo está ligada à sorte do Brasil e à das instituições. Todas dependem, fundamentalmente, não de suas metas mirabolantes, mas da vitória sobre a inflação. Só por si, o General Café tem comandado os destinos deste País e derrubado Governos. Se às suas forças ele agora incorpora a bomba atômica do aviltamento monetário, iremos todos de roldão para o martírio das subversões sociais. Porque não há unhas que agarrarem o leão que o Presidente da República diz que caçou. E muito menos o poderá agadagnar o festejado Clube do Peixe Vivo que, embora sob o patrocínio de Sua Excelência, como a Agência Nacional anunciou ao mundo, evidentemente não leva seu arrôjo além das traíras e lambaris. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Senador Onofre Gomes enviou à Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no artigo 98, parágrafo 2.º, do Regimento Interno.

Sua Excelência será atendido.

DISCURSO SUPRA-REFERIDO

Senhor Presidente:

Para que se conheçam os efeitos da sêca que está castigando as sofredoras populações nordestinas, particularmente as do Ceará, venho dar conhecimento à Casa do seguinte cabograma que ontem recebi de próceres do meu Estado:

«De Fortaleza — Ceará — 24 de março de 1958. — Senador General Onofre Gomes de Lima — Senado Federal — Rio. — Em nome das populações do norte do Estado, duramente atingidas pelas sêcas e tôdas as suas consequências imediatas, como o êxodo em massa dos trabalhadores, a falta de alimentação e bem assim o apodrecimento das pastagens, em virtude das chuvas fraquíssimas e extemporâneas, clamamos ante Vossa Excelência por suas imediatas providências em socorro da zona norte do Ceará, representada pelos signatários, iniciando-se a execução dos serviços já projetados pelos órgãos públicos em sua maioria relacionados no encontro dos técnicos realizado em Natal. Citamos objetivamente: as rodovias de Apazível — Coreau — Granja — Camocim, de Itapipoca a Morrinhos e Granja, de Granja a Viçosa, de Sobral a Groaíras, de Santana a Morrinhos, de Massape a Coreau, de Massape a Sobral, de São Benedito — Ipu — Ipuéiras — Nova Russas, de Ipu-Re-

riutaba — Araras, de Nova Russas a Monsenhor Tabosa; de Catunda a Tamboril, de Santa Quitéria — Batoque — Araras, de Crateus a Tucunduba de Independência a Boa Viagem, de Taua a Arneiroz, de Camocim — Chaval — Parnaíba e Mucambo a Apazível. Tais serviços são imprescindíveis para a fixação dos trabalhadores em suas zonas de origem, evitando-se com oportunidade a emigração para Amazonas, Sul do País e capital do Estado, fato que agrava cada vez mais a situação das fazendas locais, já defrontando há muito tempo com o esvaziamento progressivo dos campos com repercussão na produção e elevação do custo da vida. Certos de que Vossa Excelência atenderá ao clamor público por obras urgentes no norte cearense, antecipam a gratidão em nome de milhares de sofredores e apresentam-lhe respeitadas saudações. Deputados: Gentil Barreira, Guilherme Gouveia, João Frederico, Aquiles Peres Mota, Vicente Ribeiro Amaral, Haroldo Martins, e Vilebaldo Aguiar; Abdonal Timbo, Presidente da Associação Rural Ipu; Raimundo Rezende, Prefeito de Crateus; Padre Correia Lima, Prefeito de Ipuéiras; Abdias Martins, Prefeito de Ipu; Mário Pimentel, Prefeito de Independência; Joaquim Américo, Prefeito de Monsenhor Tabosa; José Jorge Sousa, Presidente da Associação Rural de Tamboril; Sebastião Matos, Presidente da Associação Rural de Ipuéiras; João Marques de Sousa, Presidente da Associação Rural de Monsenhor Tabosa; Antônio Joaquim de Sousa; José Pi-

res Saboia; Jerônimo Alves de Araújo; Presidente da Associação Rural de Independência; José Maria Sampaio Carvalho, Presidente da Associação Rural de Boa Viagem; Alcides Feitosa, Presidente da Associação Rural de Arneiroz; Antônio Teixeira Cavalcanti, Presidente da Associação Rural de Taua; Raimundo Rodrigues, Presidente da Associação Rural de Reritaba; Alfredo Coelho, Presidente da Associação Rural de Camocim; José Filomeno de Moraes, Presidente da Associação Rural de Chaval; Francisco Thiers Carneiro, Prefeito de Chaval e Geraldo Araújo, Prefeito de Santana».

Sei que Sua Excelência o Senhor Presidente da República está acompanhando com todo o interesse o drama dos acossados pelo terrível flagelo e estamos confiantes em que tôdas as providências necessárias serão rapidamente acionadas.

É o nosso angustiado apêlo.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 79, DE 1958

Nos termos do art. 156, § 3.º combinado com o art. 126, letra j, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara, n.º 326, de 1956, que modifica o artigo 226 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1958. — *Lineu Prestes* — *Lino de Mattos* — *Júlio Leite* — *Argemiro de Figueiredo* — *Ary Vianna* — *Arlindo Rodrigues* — *Ezechias da Rocha* — *Onofre Gomes*.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento será votado no fim da Ordem do Dia.

Há outro requerimento, que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 80, DE 1958

Nos termos do art. 156, § 3.º, combinado com o art. 126, letra j, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado, n.º 48, de 1957, que dispõe sobre a aposentadoria de funcionários do DCT.

Sala das Seções, em 26 de março de 1958. — *Lineu Prestes* — *Lino de Mattos* — *Júlio Leite* — *Argemiro de Figueiredo* — *Ary Vianna* — *Arlindo Rodrigues* — *Ezechias da Rocha* — *Onofre Gomes*.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento será votado no fim da Ordem do Dia. Há mais requerimentos, que vão ser lidos pelo senhor Primeiro Secretário.

São lidos e deferidos os seguintes:

REQUERIMENTO

N.º 81, DE 1958

Sr. Presidente,

Requeiro à douta Mesa, na forma Regimental, seja solicitada, ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, informação sobre os motivos que estão determinando o atraso na publicação dos atos das promoções dos elementos classificados nos quadros de acesso para os postos de subtenentes, 1.º e 2.º sargentos do Exército Nacional.

Justificação

I — Os prazos das promoções dos elementos classificados nos

quadros de acesso para os postos referidos neste requerimento, conforme preceitua a Portaria Ministerial n.º 2.100, são, respectivamente, 31 de janeiro e 28 de fevereiro.

II — A promoção dos integrantes das Forças Armadas, dentro dos prazos legais, é condição precípua de incentivo à carreira e de disciplina, características, aliás, próprias da personalidade do atual Ministro da Guerra, o Exmo. Sr. General Teixeira Lott, razão pela qual o atraso, embora pequeno, que se está verificando nas promoções dentro dos quadros de sargentos do Exército Nacional, deve originar-se em órgãos um pouco desintonizados com o rigor, dedicação e esforços do seu ilustre titular, fato que explica o presente requerimento.

Sala das Sessões, 26 de março de 1958. — *Senador Lino de Mattos.*

REQUERIMENTO

N.º 82, DE 1958

Requeiro, na forma regimental, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas as informações seguintes:

1 — Se é exato que do programa de utilização do empréstimo de cem milhões de dólares concedido pelo *Export and Import Bank* à Rede Ferroviária Nacional S.A., se inclui a importação de material ferroviário que já se produz no País, em qualidade e quantidades suficientes para atender à demanda eventual daquela entidade.

2 — No caso de tal política de importação de parte daquela Autarquia, quais as razões que a inspiraram, em detrimento da indústria nacional?

3 — Teria a alta direção da Rede Ferroviária Nacional S.A., influído junto à CACEX, do Banco do Brasil, no sentido de esta modi-

ficar sua orientação de não autorizar a importação de acumuladores alcalinos para iluminação de vagões?

4 — Indicar do programa de aquisições de parte da Rede Ferroviária Nacional S.A. e quais os artigos que estão sendo ou serão adquiridos no parque industrial do País.

Justificação

As reiteradas declarações dos responsáveis pela Federação das Indústrias e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, demonstradoras da grave preocupação que os anima, quanto a uma correta aplicação do vultoso empréstimo concedido à Rede Ferroviária Nacional S.A., justifica, plenamente, conhecer-se a política adotada pela direção daquela autarquia.

Essa preocupação levou, até mesmo, os dirigentes daquelas duas associações de classe a dirigir-se por telegramas e memoriais ao Ministro da Viação e aos diretores da CACEX e SUMOC, alertando-os sobre os graves inconvenientes que adviriam à indústria brasileira, a aplicação integral do empréstimo, em aquisições de materiais estrangeiros, em detrimento dos que se fabricam no País.

Sintetizando com excepcional clareza o grave problema, que acarretaria enormes prejuízos morais e materiais à indústria brasileira, traz-se a seguinte interrogação feita, em recente reunião dos industriais paulistas, pelo Diretor daquelas entidades, o industrial Humberto Reis Costa, que perguntou:

«Se o Governo, através dos seus órgãos, não prestigia a indústria nacional, adquirindo seus produtos, como convenceremos o comprador estrangeiro que deve adquirir o que é nosso?»

Por estas razões, justamente, é que se impõem as indagações acima, a fim de que se esclareça a real política de amparo à indústria nacional, merecedora de tôdas as atenções e cuidados dos poderes públicos, à vista dos patrióticos esforços enviados para a sua emancipação e expansão nos mercados internos e externos. — *Lineu Prestes.*

REQUERIMENTO

N.º 83. DE 1958

Requeiro, na forma regimental, sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes informações:

a) quais as razões por que os Postos Médicos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, nas cidades de Ourinhos e Barretos, no Estado de São Paulo, encontram-se, de há muito, sem nenhum médico ali lotado?

b) se é do conhecimento das altas autoridades ministeriais essa irregularidade, quais as providências já tomadas ou em fase de o serem, a fim de pôr cõbro à falta de assistência aos contribuintes do referido Instituto?

c) qual o número de contribuintes do IAPC em ambos os Municípios e o total, anual, de suas contribuições?

d) quais as quantias despendidas pelo mesmo Instituto, na prestação de serviços assistenciais aos seus associados nas aludidas comunidades?

Justificação

Os Postos de Saúde do IAPC, nas prósperas cidades de Barretos e Ourinhos, no Estado de São Paulo, estariam fadadas a prestar assinalados serviços aos associados do referido Instituto e respectivas famílias, não fôra o completo abandono a que têm sido

relegados. O só fato de ali não existir, de há muito, um médico sequer, bastaria para comprovar o descaso e a incúria da administração autárquica, no atendimento às necessidades de centenas de pessoas que, retirando, de seus parcos orçamentos domésticos, as contribuições ao Instituto, não obtém, dêste, a contraprestação devida. Cidades de grande progresso industrial e comercial, Barretos e Ourinhos constituem dos maiores centros arrecadadores da terra bandeirante, não parecendo justo que apreciável parcela de seus laboriosos habitantes, contribuintes compulsórios dos diversos Institutos, fique à míngua de recursos assistenciais por parte do IAPC, pela simples falta de médicos lotados nos seus postos. — *Lineu Prestes.*

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Arlindo Rodrigues enviou à Mesa projeto de lei, que vai ser lido.

É lido e despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças, o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 5, DE 1958

Dispõe sobre «as faltas como extraordinário» da Estrada de Ferro Central do Brasil, anteriormente ao Decreto-lei n.º 171 de 28 de outubro de 1939 (estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União).

Art. 1.º As «faltas como extranumerários», assim consideradas pelas Estradas de Ferro Central do Brasil, anteriormente ao Decreto-lei n.º 171, de 28 de outubro de 1939, além das faltas justificadas e não justificadas, serão consideradas de efetivo exercício para efeito de aposentadoria.

Art. 2.º As certidões de tempo de serviço já expedidas pelo órgão de pessoal competente, serão apostiladas mediante termo aditivo.

Art. 3.º A vantagem ora concedida não dará direito a qualquer indenização pecuniária.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Nas certidões fornecidas aos seus servidores pela Estrada de Ferro Central do Brasil, quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas, constam, para contagem de tempo os seguintes títulos:

- 1.º Falta justificada.
- 2.º Falta não justificada.
- 3.º Falta como extranumerário.

Definição: «Falta como extranumerário» são aquelas que se atribuem ao servidor extranumerário — diarista, que deixou de trabalhar por falta de vaga no quadro, embora tenha comparecido, assinado o ponto no livro próprio e ficado de prontidão em obediência à escala feita pela administração. Esta escala visa atender a determinado trecho do interesse do serviço; mas apesar do seu comparecimento, não sendo escalado o extranumerário, não obtém frequência.

O servidor diarista, até o ano de 1939, quando entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 1.713, só tinha exercício nas vagas eventuais. Quando estas não ocorriam, ficavam sem função no trecho determinado, até outra oportunidade, ao ser novamente designado para fazer uma substituição. Este período de espera e prontidão é considerado pela EFEB «falta como extranumerário». O referido Decreto-lei (171, dispõe, efetiva-

mente, no seu artigo 102: «Não será computado, para nenhum efeito o tempo de serviço gratuito».

A Central do Brasil tinha necessidade de que esses servidores permanecessem de prontidão, a fim de atenderem a substituições eventuais de agentes de estação, chefes de trem, guardas de armazém, guarda-chaves, guarda-freios, graxeiros e outros para que os serviços não viessem a ficar paralisados nem fôsem prejudicados.

Permanecendo à disposição da Estrada de Ferro esses servidores diaristas não podiam exercer outro mister, nem de outra qualquer maneira, auferir lucro (obter salário).

A falta de extranumerário que permanecia parado, mas impedido não foi culpa d'ele nem por ele cometida; foi tão-somente a resultante da inexistência de vaga à qual lhe cabia eventualmente preencher. Dela lhe fizeram carga em virtude de não se haver verificado a falta do funcionário que ele devia substituir, porquanto os serviços da estrada não podem ser interrompidos ou descontinuados. Nestas circunstâncias e dada a natureza da função que ele desempenhava, embora parado o extranumerário não podia executar outro trabalho. Era, para todos os efeitos, um servidor impedido, em efetivo exercício ou fora d'ele. Ficava permanentemente à disposição da Estrada, sujeito continuamente a pontos e escalas de prontidão à semelhança dos soldados do fogo, os quais devem estar sempre de sobreaviso, mas só exercitam efetivamente a sua função quando há incêndio. Não são equiparáveis sequer a funcionários em férias, porquanto estes são livres de usar o seu tempo, como lhes apraz, ao passo que eles ficavam imobilizados à disposição da empresa. Não é justo nem compreensível, portanto, que tais

servidores diaristas cumprindo exigência regulamentar e afiançados mediante exames práticos de telegrafia, tráfego ferroviário, serviços tarifários, e outros muitos, inclusive chefia de trem e estação e sujeitos, como qualquer outro funcionário a tôdas as obrigações e responsabilidades decorrentes do trabalho executado, venham a responder por faltas que dêles independem. Acrescente-se (observe-se) ainda que estiveram submetidos a um estágio gratuito de seis meses no mínimo e que ficaram aguardando ordem para entrar em exercício (função), com ponto gratuito obrigatório e escalas de prontidão.

Graças a êsses servidores é possível a concessão de licença e de férias em obediência à lei; é possível fazer face a faltas, impedimentos e outras eventualidades. Se êles não existissem a Central teria necessariamente de possuir servidores efetivos para atenderem a tais emergências o que importaria, no aumento do quadro de funcionários e conseqüente acréscimo de despesas. Dêste modo contribuíram êles indiretamente para os cofres públicos e para a economia da União. Justo e equitativo será contar essas faltas, das quais (convém frisar) nenhuma responsabilidde lhes cabe, — como justificadas, para efeito de aposentadoria. Acresce notar que êles trabalhavam sem qualquer remuneração quando *faltavam*, pois esta expressão no caso dêles é mais um eufemismo do que uma realidade é antes uma, contingência do que uma omissão. Ademais, a Central não poderia considerar «falta como extranumerário» falta justificada, uma vez que inexistente na legislação da época; mas, em compensação, não tinha o direito de qualificá-la «não justificada» pois o servidor não fal-

tava ao trabalho e se deixava de exercer a função para a qual fôra designado, fazia-o, não só independente de sua vontade, mas ainda apesar dela e a despeito de seu próprio interêsse, impedido sem proveito, sem paga, sem remuneração, o que, por si só, já representa um castigo imerecido e desumano.

Os servidores que até 1929, trabalhavam para a União, a título gratuito e que não se achavam sujeitos a obrigações regulamentares, têm o seu tempo contado para todos os efeitos consoante parecer do DASP, no «Diário Oficial» de 23 de abril de 1956, por terem frequência a seu favor.

Os serventuários da Justiça Federal que não recebem pelos cofres públicos não têm ponto nem frequência, mas, desde que façam prova na justiça onde são lotados, podem contar tempo de acôrdo com parecer do DASP, publicado no «Diário Oficial» de 13 de março de 1957.

Punições e faltas não justificadas, algumas mesmo com prejuizo da União, foram perdoadas até 30 dias, por diversas leis e por diversas vêzes. Com o perdão delas reabilitam-se os funcionários (faltosos) licença prêmio que conta em dôbro para efeito de aposentadoria.

Com maior razão, dever-se-á considerar a «falta como extranumerário» falta justificada, pois a legislação até 1939 assim o permitia. Prestaram êles serviço obrigatório; portanto, caso prevalessem, essas «faltas como extranumerário» seriam um esbulho ao direito dos modestos mas honrados servidores, pois não deve haver obrigação sem recompensa, dever sem direito, trabalho obrigatório sem justa remuneração.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1958. — *Arlindo Rodrigues*.

O SR. PRESIDENTE — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara, n.º 225, de 1957, que cria cargos na Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo Pareceres sob números 52 e 53, das Comissões: de Serviço Público Civil, pela aprovação com a emenda que oferece de n.º 1-C; e de Finanças, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Serviço Público Civil.

O SR. PRESIDENTE — Há emenda, que vai ser lida pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lida e apoiada a seguinte

EMENDA N.º 2

Acrescente-se onde convier:

Art. Os oficiais de justiça e escreventes juramentados interinos, em exercício na data em que esta lei entrar em vigor, serão efetivados em seus cargos.

Justificação

A emenda justifica-se, de vez que os atuais oficiais de justiça e escreventes juramentados vêm, há muito, prestando eficientes serviços à Justiça, e, além disso, já existe o precedente do artigo 63, da Lei n.º 1.301, de 28 de dezembro de 1950, que efetivou todos os oficiais de justiça e escreventes juramentados, então também interinos.

Cumpra, ainda, salientar que a efetivação proposta é em cargo isolado e não em cargo de carreira (art. 41, alínea c, § 1.º da citada Lei número 1.301).

Sala das Sessões, 26 de março de 1958. — *João Villasbôas.*

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o projeto com a emenda. (*Pausa*).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O projeto volta às Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças, para opinarem sobre a emenda.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Em discussão, o Requerimento de Urgência, n.º 79, lido na hora do Expediente.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Em virtude de haver solicitado a palavra o nobre Senador João Villasbôas, fica adiada, para a próxima sessão, a discussão e votação do presente requerimento.

Em discussão e votação o Requerimento de Urgência, número 80, lido na hora do Expediente.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em virtude de haver solicitado a palavra o nobre Senador João Villasbôas, fica adiada, para amanhã, a discussão e votação do presente requerimento.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito para esta oportunidade.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Lameira Bittencourt, segundo orador inscrito.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — (*) — Sr. Presidente, ainda na Constituinte de 1946, membro da Câmara dos Deputados, onde, mercê de Deus e para honra minha, em proveitoso e inesquecível convívio permaneci cêrca de três legislaturas consecutivas, sempre adotei, como norma permanente de inflexível e rigorosa linha parlamentar, só ocupar a tribuna para tratar de assuntos de interesse exclusivamente local, regional ou político, na medida em que julgasse rigorosamente necessário e justo. Posso assim afirmar, hoje, que só ocupei a tribuna da Câmara dos Deputados, para discursar quando a falta ou deslize meu estariam na covardia e no comodismo do silêncio e não na expressão e no desassombro da palavra.

Se assim entendia e procedia, como sempre entendi e procedi na outra Casa do Congresso, nesta, de tradições, de estilo de regras mais rigorosas e austeras, em que, até por definição ou por imposição constitucional a sua tribuna tem de ser uma das mais altas e solene da República, outra não poderia ser minha atitude.

Sr. Presidente Senhores Senadores, ocupo a, atenção do Plenário, nesta oportunidade, na defesa serena, cabal, conveniente e documentada de meu eminente amigo, General Magalhães Barata, menos para fazer justiça ao Chefe do Executivo do meu Estado, o Pará, que para demonstrar aos nobres pares que o governante de hoje não tem desmerecido do Senador de ontem, pelo acêrto, pela dignidade e nobreza de seus atos, sempre e sempre inspirados pelo mais esclarecido, vigoroso e alevantado espírito público.

O caso é que o «Correio da Manhã», festejado órgão da Imprensa desta Capital, de minha lei-

tura diária, em uma de suas últimas edições publicou como correspondência, aliás sem data, o seguinte:

«Governador do Pará contra Orfanato de Estudantes:

Belém (Do Correspondente)

— Está causando celeuma no meio estudantil do Pará a decisão do Governador Magalhães Barata de extinguir o orfanato do Colégio Gentil Bittencourt, estabelecimento dirigido por religiosos e que é tradicional na terra.

Por outro lado, a Assembléia Legislativa do Estado, por requerimento do Deputado udenista Ferro Costa, deverá convocar o Secretário de Educação do Estado para depor perante a Câmara sobre o fechamento do orfanato, ordenado pelo Chefe do Executivo paraense. O Colégio Gentil Bittencourt é uma instituição com mais de meio século de existência e por isso mesmo o assunto tem empolgado a opinião popular».

Termina essa correspondência, sem data, acentuo eu, mais uma vez:

«Falando sobre o assunto à reportagem local o Sr. Aldebaro Klatau jurista, conceituado, declarou: «É um ato clamoroso a extinção do orfanato do Colégio Gentil Bittencourt. É atentatório contra os princípios elevados que devem nortear a administração de todo governante que tem o objetivo de trabalhar pela felicidade de seu povo».

Sr. Presidente, vale assinalar, antes de entrar propriamente na retificação de notícia com que se ilaqueou a boa-fé do grande órgão carioca, que tanto o requerimento quanto a opinião a que se refere o correspondente, foram proferidos há muito mais de mês.

(*) — Não foi revisto pelo orador.

Felizmente para mim; felizmente para o Governador, ex-Senador Magalhães Barata; felizmente para o meu Estado; felizmente para o próprio Instituto Gentil Bittencourt; felizmente para a causa da educação e da assistência social da minha terra, a verdade é outra, muito outra, completamente outra.

o Instituto Gentil Bittencourt, dos mais antigos, tradicionais e conceituados estabelecimentos de minha terra, a cujo patrimônio cultural diria até artístico, já se incorporou porque instalado num dos edifícios mais belos da capital paraense, tem duas partes: uma a do pensionato das chamadas alunas ricas; outra o orfanato das pobres.

A situação sempre provocou ce-leuma, sempre causou desagradados, sempre originou críticas e reparos, porque, evidentemente, não era aconselhável que no mesmo estabelecimento, lado a lado, estivessem a menina rica e a menina pobre.

Era inevitável — e nem por inevitável deixava de ser clamorosa, deixava de ser cruel — a desigualdade que diariamente, em todos os instantes, em tôdas as oportunidades, em todos os atos se estabelecia entre essas alunas de diferente gradação social e econômica. As próprias órfãs reclamavam, sentiam-se diminuídas com aquela disparidade de tratamento, que era, repito, inevitável, apesar do zelo e do carinho com que as irmãs religiosas dirigiam o estabelecimento.

Havia ainda um inconveniente. É que para o orfanato das alunas pobres iam, principalmente, jovens vindas do interior, que, depois de estarem dois, três anos no estabelecimento rico, luxuoso, confortável da Capital, depois de sentirem de perto os atrativos da Capital se recusavam a voltar para os seus lares, para os seus mu-

nicipios, para o interior, onde deveriam levar o resultado de seu ensino, transmitindo o conhecimento às alunas, às crianças que precisavam dos seus ensinamentos.

Foi atendendo a essas circunstâncias que o Governador do Estado, General Magalhães Barata, adotou a seguinte providência: as alunas pobres, as do Orfanato, seriam transferidas para o Orfanato Antônio Leite, onde, para tal, foi agora construído um novo pavilhão de cerca de 300 metros quadrados.

O Sr. Alvaro Adolpho — Aliás, o Orfanato Antônio Leite é da mesma categoria pedagógica do Colégio Gentil Bittencourt.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Perfeito. Mesma categoria pedagógica, testemunha o Senador Alvaro Adolpho, provido do mesmo conforto, das mesmas condições de ensino, e nêle apenas estão órfãos pobres e gente do Interior.

Esse estabelecimento, que é de ensino e assistência social, está instalado no interior do Estado, a cerca de uma hora de distância, no máximo, da Capital. Com isso, ficou fechado, como insinua o correspondente — o velho, querido e tradicional Instituto Gentil Bittencourt, estabelecimento que vive hoje no coração, na lembrança e na estima de todos os paraenses.

O Governador do Estado, do mesmo passo que determinou a transferência das obras do novo pavilhão do orfanato, propôs às Irmãs Santana a cessão por vinte e cinco anos, inteiramente gratuito, do Instituto Gentil Bittencourt para que ali continuasse a funcionar o Instituto das Alunas Pobres e se instalasse mais um grupo primário no qual o Governo teria direito a cento e cinquenta vagas, atendendo, assim, a um dos pontos cruciais do problema da educa-

ção no Pará e no Brasil, que é o da difusão do ensino primário.

O Sr. Alvaro Adolpho — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Com prazer.

O Sr. Alvaro Adolpho — Quando se cogitou da fundação da Universidade do Pará, em obediência à lei da qual V. Ex.^a é um dos autores, pensou-se em instalá-la no edifício do Instituto Gentil Bittencourt.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Um dos mais belos e suntuosos da nossa Capital.

O Sr. Alvaro Adolpho — Exatamente; um dos maiores e mais belos edifícios da Capital paraense. Pois bem, foi o Governador Magalhães Barata quem se opôs à sua instalação no Instituto Gentil Bittencourt, que já tinha seu destino tradicional, específico, de mais de sessenta anos e de serviços prestados à educação da juventude, das meninas e moças que ali se preparavam para a vida de professoras e de mães de família. Somente quem não conhece a orientação do Governador Magalhães Barata, em matéria de ensino, de educação popular, acredita que S. Ex.^a interrompesse a tradição de uma Casa dessa categoria, com tantos serviços prestados à nossa terra, extinguindo instituição que deve permanecer, como padrão de ensino, de educação não só para o Pará, como para o Brasil. O Instituto Gentil Bittencourt é, sem contestação, um estabelecimento de ensino médio e normal do maior prestígio no País, tal a repercussão que já tem na história do ensino do Pará. Para o Senado avaliar a importância que o Governador Magalhães Barata empresta ao ensino em nossa terra, basta verificar como essa ação se reflete no Orçamento atual.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Exemplo que seria desejável fôsse seguido por tôdas as administrações estaduais.

O Sr. Alvaro Adolpho — Na sua administração sempre se verificou extraordinário índice de frequência escolar; S. Ex.^a foi o melhor Governador do Pará em todos os tempos, relativamente à disseminação da instrução, da educação popular.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Muito grato à valiosa colaboração de Vossa Excelência.

A propósito do carinho e do zelo que o Governador Magalhães Barata devota, na administração atual, como sempre demonstrou nas anteriores, à causa do ensino, quero referir-me a opinião há pouco emitida por um dos mais ilustres professores universitários do Pará, diretor da Faculdade de Odontologia, inteiramente insuspeito do ponto de vista político, porque sempre militou em hostes contrárias às nossas, como uma das figuras centrais da União Democrática Nacional. Em solenidade pública no Palácio do Governo, ressaltando e acentuando essa insuspeição, julgou-se no dever de proclamar que o General Magalhães Barata será um dia registrado na história como um dos governantes paraenses que mais trabalharam pela causa da educação em sua terra. Não pode haver depoimento mais autorizado e livre de suspeita do que o do Prof. João Cordeiro de Azevedo, o que, aliás, deve ser do conhecimento do nobre Senador Alvaro Adolpho.

Sr. Presidente, confirmando, corroborando e documentando estas explicações, com que pretendo mostrar ao Senado que o Governador Magalhães Barata é o mesmo patriota, idealista, e homem de bem que foi conhecido, querido e admirado como Senador,

poderia apresentar a entrevista do Secretário de Educação e Cultura de meu Estado; mas não quero abusar da paciência de meus illustres pares.

Podendo a minha palavra, a do Senador Alvaro Adolpho ou a do Secretário de Educação e Cultura de meu Estado — aliás brilhante homem de letras, Sr. José Cardoso Coimbra — serem argüidas de suspeição e parcialidade, não ficarei apenas neste depoimento. Rematarei meu discurso com a manifestação, por todos os títulos veraz, autêntica, insuspeita e autorizada, do illustre sacerdote Dom Alberto Ramos, que hoje dirige os destinos da Igreja Católica em nosso Estado.

No órgão oficial da Arquidiocese «A Palavra», em sua edição do dia 16 de março do corrente ano, respondeu S. Ex.^a Revma. sobre o assunto, em entrevista, precisamente o seguinte:

«E a propósito do debatido caso do Orfanato do Gentil?

— Como antigo capelão do Instituto Gentil Bittencourt, tenho o máximo interesse em que aquêle estabelecimento continue as suas gloriosas tradições de formador de numerosas matronas paraenses. Antes de qualquer juízo precipitado, mantive longa conversação com o Exmo. Sr. Secretário de Educação, Dr. Cunha Coimbra, e convenci-me de que, para as Religiosas Filhas de Sant'Ana, o contrato proposto pelo Governo do Estado é sumamente vantajoso.

Abro parêntese para esclarecer que êsse contrato é aquêle a que, há pouco, me referi — a cessão, a título gratuito, durante vinte e cinco anos, às Religiosas, do prédio do Instituto Gentil Bittencourt, para nêle continuarem com o Internato e instalarem o Curso Primário.

Quanto à situação das órfãs transferidas para o Instituto Antônio Lemos, diz o Arcebispo de Belém do Pará, D. Alberto Ramos:

«Ficarão elas com a obrigação de receber 150 alunas de curso primário e 50 do curso ginásial ou normal (externas, e não internas, como noticiou um jornal). As mensalidades dessas alunas corresponderão a um aluguel razoável pelo prédio que o Governo cede ao pensionato mantido pelas Religiosas. Quanto à situação das órfãs transferidas para o Instituto Antônio Lemos, dirigido pela mesma Congregação, se bem que apresente desvantagens para os parentes que as desejarem visitar, devido à distância, oferece, entretanto, outras conveniências de ordem administrativa e pedagógica.

O assunto ainda está sendo estudado, para esclarecimento de alguns pormenores dentro de um ambiente de cordialidade. Tudo leva a crer que as dificuldades serão resolvidas, de ambos os lados, e o tradicional colégio prosseguirá na sua função de formador de exemplares mães de famílias».

Remato, assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, esta rápida e despretensiosa oração, invocando, em abono da palavra, que aqui trouxe em defesa do Governador e ex-Senador Magalhães Barata, o testemunho autorizado da mais alta autoridade eclesíástica do Estado.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Com muito prazer e honra.

O Sr. Fernandes Távora — Ouço com grande prazer a defesa que acaba de fazer do illustre Gover-

nador do Pará. Embora combatamos em campo diverso, eu o considero ainda um velho amigo e companheiro de lutas, e, como tal, alegro-me sempre vê-lo defendido, mesmo porque, como seu antigo companheiro de ideal, eu me sinto com alguma co-responsabilidade na sua vida pública.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Fico muito agradecido e até comovido pelo valioso e autorizado apoio que V. Exa. traz à minha modesta oração.

O Sr. Fernandes Távora — Apenas faço justiça a um velho amigo.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Posso assegurar ao nobre Senador Fernandes Távora que o mesmo ideal que um dia uniu e inflamou o espírito e o coração de V. Ex.^a e do ex-Senador Magalhães Barata continua a animá-lo, a inspirá-lo e orientá-lo no Governo que está realizando no Estado que tenho a honra de representar no Senado da República.

O Sr. Alvaro Adolpho — Grande Governo.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Quando outro mérito eu não tivesse, quando outro prêmio eu não colhesse nesta rápida passagem pela tribuna do Senado, teria o de merecer, afinal, a consagração da palavra de um autêntico homem de bem, que é o eminente Senador Fernandes Távora.

O Sr. Fernandes Távora — Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Sr. Presidente, nada tenho que dizer senão reafirmar, mais uma vez, o que declarei no início de minha oração: pode o Senado ficar tranqüillo que o Governador Magalhães Barata continua a não desmerecer o Senador

Magalhães Barata, pelo acerto, nobreza e dignidade dos seus atos, sempre inspirados no mais alevantado e vigoroso espírito público. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos. (*Pausa*).

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado, número 43, de 1957, que dispõe sobre as comemorações do 50.^o aniversário da imigração japonesa no País e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 156, § 3.^o, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.^o 78, de 1958, do Sr. Moura Andrade e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 25 do mês em curso), dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Relações Exteriores e Finanças.

2 — Votação, em discussão única, do Requerimento, número 79 do Sr. Lineu Prestes e outros Srs. Senadores, solicitando urgência nos termos do artigo 156, § 3.^o, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara, número 326, de 1956, que modifica o artigo 226 da Consolidação das Leis do Trabalho.

3 — Votação, em discussão única, do Requerimento, n.^o 80, de 1953, do Sr. Lineu Prestes e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do artigo 156, § 3.^o, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado, número 48, de 1957, que dispõe sobre a aposentadoria dos funcionários que trabalham na entrega postal ou telegráfica.

4 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara, número 137, de 1957, que restabelece a Cadeira de Técnica Odontológica, e suprime uma das cadeiras de Prótese Dentária na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão, tendo Pareceres Con-

trários, sob ns. 49, 50 e 51, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 15 minutos.

9.^a Sessão da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a Legislatura, em
27 de março de 1958

PRESIDÊNCIA DOS SRS. CUNHA MELLO E VICTORINO FREIRE

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores :

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Georgino Avelino.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Calado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lineu Prestes.
Lino de Mattos.
Domingos Vellasco.

Colmbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Sylvio Curvo.
João Villasbóas.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Nereu Ramos.
Mem de Sá. (49).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Jorge Maynard, servindo de Segundo Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Quarto Secretário, servindo de 1.º, lê o seguinte

EXPEDIENTE

1) *Prestação de contas da cota do Imposto de Renda recebida pelas Prefeituras Municipais :*

— do Prefeito Municipal de Matões, MG;
— do Prefeito Municipal de Sêro, MG;

2) *Apelos no sentido da rápida aprovação das seguintes proposições :*

— Projeto de Lei n.º 4.768-54 (na Câmara) que determina que as

pensões e aposentadorias de Caixas e Institutos não sejam inferiores ao salário-mínimo;

— da Câmara Municipal de Craciúma, RS;

— Projeto de Lei da Câmara, n.º 254-55 (no Senado) que modifica, na parte referente à aposentadoria, disposições de Lei n.º 593, de 24-12-48 (Aposentadoria aos 35 anos de serviço e 55 de idade e dá outras providências);

— da Câmara Municipal de São Leopoldo, RS;

— Projeto (n.º 1.155-56, 2.272, 2.327 e 2.340-57 — (na Câmara) que autoriza a importação de automóveis para motoristas de praça;

— do Sr. Guilhermino André de Moraes e outros combatentes da FEB, de São Paulo;

— Projeto de Lei n.º 1.433-56 (na Câmara) que isenta da cota de previdência as entidades filantrópicas reconhecidas como de utilidade pública;

— do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, de Jundiá, SP;

— Projeto de Lei n.º 1.853-56 (na Câmara) que dispõe sobre a classificação de cargos de serviço público civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências:

— da Câmara Municipal de Botucatu, SP;

— Projeto de Lei n.º 2.862-57 (na Câmara) que autoriza a importação de camionetas, pelo câmbio livre, para os viajantes comerciais;

— da Câmara Municipal de Rio Claro, SP;

— Projeto de Lei n.º 2.380-57 (na Câmara) que dá direito à promoção de funcionários públicos federais, autárquicos e paraestatais quando aposentados, que tenham participado de operações de guerra com a FEB, FAB e Marinha de Guerra:

— da Câmara de Vereadores de Santa Maria, RS;

— Projeto de Lei n.º 2.380-57 (na Câmara) que permite às Prefeituras Municipais a importação de

motoniveladoras pelo câmbio livre independente de licença prévia:

— da Prefeitura Municipal de Assis, SP;

— da Câmara Municipal de Corumbataí, SP;

— da Câmara Municipal Presidente Epitácio, SP;

— da Câmara Municipal de Estância de Serra Negra, MG;

— Projeto de Lei n.º 3.374-57 (na Câmara) que autoriza o Poder Executivo a construir uma refinaria de Petróleo em Maceió, AL, denominando-a Emílio de Mela;

— da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios, AL;

— Projeto de Lei da Câmara, n.º 127, de 1957 (no Senado), que dispõe sobre entrega das cotas rodoviárias destinadas aos Municípios dos Estados na parte referente à tributação de combustíveis e lubrificantes líquidos, de acordo com a Lei n.º 302, de 13-7-48;

— da Câmara Municipal de Palmares, PE;

— da Câmara Municipal de Timbaúba, PE;

— Projeto de Lei da Câmara, 222-57 (no Senado), que cria cargos no quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região, e dá outras providências;

— da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, SP;

— Projeto de Lei da Câmara, n.º 10, de 1958 (no Senado), que dispõe sobre a estrutura administrativa da Previdência Social:

— da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Catanduva, SP;

— do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Salto, SP;

— dos líderes sindicais e patronais e empregados de Campinas, SP;

— da Câmara de Vereadores de Santa Maria, RS;

— Projeto de Lei do Senado, n.º 25, de 1957, que entrega aos contribuintes, excluídos a União e empregadores, a direção dos Insti-

tutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões :

- da Câmara Municipal de Mirandópolis, SP;
- Projeto de Lei do Senado, n.º 39, de 1957, que altera a Lei número 2.697, de 27 de dezembro de 1955 (Prorrogação do prazo de financiamento da lavoura do café estendendo benefícios às lavouras prejudicadas pelas geadas) :
- da Associação dos Cafeicultores de Curitiba, PR;
- da Câmara Municipal de Cambé, PR;
- da Câmara Municipal de Jaguapitan, PR;
- da Câmara Municipal de Londrina, PR;
- da Câmara Municipal de Mandaguari, PR;
- Projeto de Lei do Senado, n.º 47, de 1957, que acrescenta o número IV ao art. 142 do Código Penal — (Inviolabilidade do mandato dos Vereadores) :
- da Câmara Municipal de São Luís, MA;
- da Câmara Municipal de Belo Horizonte, MG;
- da Câmara Municipal de Adamantina, SP;
- da Câmara Municipal de Araçatuba, SP;
- da Câmara Municipal de Barretos, SP;
- da Câmara Municipal de Barueri, SP;
- da Câmara Municipal de Borborema, SP;
- da Câmara Municipal de Dois Córregos, SP;
- da Câmara Municipal de Gália, SP;
- da Câmara Municipal de Guararapes, SP;
- da Câmara Municipal de Itaju, SP;
- da Câmara Municipal de Juiquá, SP;
- da Câmara Municipal de Mirandópolis, SP;
- da Câmara Municipal de Pedregulho, SP;
- da Câmara Municipal de Piquerobi, SP;

- da Câmara Municipal de Piquê, SP;
- da Câmara Municipal de Vitória, ES;
- da Câmara Municipal de Santa Rosa de Viterbo, SP;
- da Câmara Municipal de São Carlos, SP;
- da Câmara Municipal de São José da Bela Vista, SP;
- da Câmara Municipal de Vera Cruz, SP;
- da Câmara Municipal de São Paulo, SP;
- da Câmara Municipal de Serãozinho, SP;
- da Câmara Municipal de Sorocaba, SP.

3) Comunicação de eleição e posse :

- da Diretoria da União Artística Operária de Alto Parnaíba, MA;
- da Diretoria da Associação Comercial e Agropecuária de Rondonópolis, MT;
- do Prefeito Municipal de Golatuba, GO;
- do Presidente do Conselho Nacional de Economia, DF;
- da Diretoria da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Rio, DF;
- do Administrador do Parque Nacional do Itatiaia, RJ;
- da Mesa da Câmara Municipal de Alfenas, MG;
- da Diretoria do Centro dos Chaufferes Amadores do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, MG;
- da Mesa da Câmara de Governador Valadares, MG;
- da Diretoria da União Operária Pouso-alegrense, MG;
- da Diretoria da Associação Rural do Vale do Rio Grande, em Barretos, SP;
- da Diretoria da Associação Paulista de Municípios, em São Paulo;
- da Mesa da Câmara Municipal de Angatuba, SP;

- da Mesa da Câmara Municipal de Barretos, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Botucatu, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Cananéia, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Capivari, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Estância de Socorro, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Garça, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Guaraqueçaba, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Guareí, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Marília, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Placatu, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de São Carlos, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de São Simão, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Santos, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Votuporanga, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Amoreira, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de São Jorge, PR;
- do Corregedor Geral da Justiça, de Florianópolis, SC;
- da Diretoria do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, RS;
- da Diretoria do Hospital de Caridade Nossa Senhora da Conceição de Piratini, RS;
- da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, de Rosário do Sul, RS;
- da Mesa da Câmara Municipal de Sarandi, RS.

4) *Observações e sugestões sobre proposição em curso no Congresso :*

- sobre o Projeto de Lei número 1.805, de 1956, na Câmara, que estende o regime jurídico da Con-

solidação das Leis do Trabalho e de sua legislação complementar aos trabalhadores rurais e manda aplicar-lhes nos casos em que dispõe a legislação de previdência social :

- da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, SP;

— sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 10, de 1958 (no Senado), que dispõe sobre a estrutura administrativa da Previdência Social :

- da Câmara Municipal de Sorocaba, SP;

— sobre o Projeto de Lei número 2.134, de 1956, na Câmara, que instala Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em Londrina, Paranavaí, Ponta Grossa, Paranaguá, Guarapuava e Santo Antônio da Platina, no Estado do Paraná;

- da Corregedoria-Geral da Justiça de Porto Alegre, RS;

— sobre o Projeto de Lei número 2.659, de 1957, na Câmara, que altera a redação do art. 91 e revoga os arts. 92 e 93 todos do Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) :

- da Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo, SP;

— do Presidente da União Campineira dos Estudantes Secundários de Campinas, SP;

— sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 233, de 1957, que dispõe sobre a emissão de Letras e Obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências;

- da Associação Comercial de São Paulo, SP.

5) *Solicitações e sugestões para apresentação de proposições :*

— que transforme a classe de Agente A, do Departamento dos Correios e Telégrafos em Postalista;

- da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

— que acrescente ao art. 142 do Código Penal os ns. IV e V:

— da Associação Paulista de Municípios de São Paulo, SP;

— que isente as Santas Casas da obrigatoriedade de qualquer contribuição assistencial, com exclusão, apenas, da que é destinada aos Institutos de Previdência;

— da Câmara Municipal de Santos, SP;

— que altere os Estatutos do I.A.P.C. para amparar os funcionários municipais e o Magistério Público:

— da Câmara Municipal de Crissiumal, RS;

— da Câmara Municipal de Cruz Alta, RS;

— da Câmara Municipal de Estrela, RS;

— da Câmara Municipal de São Leopoldo, RS;

6) *Diversos assuntos:*

Manifestações contrárias à prorrogação dos mandatos eletivos:

— do Presidente da União Estadual de Estudantes de Fortaleza, CE;

— da Câmara Municipal de Campina Grande, PB;

— da Câmara Municipal de Birigüi, SP;

— da Câmara Municipal de Botucatu, SP;

— da Câmara Municipal de Campos do Jordão, SP;

— da Câmara Municipal de Guaratininguetá, SP;

— da Câmara Municipal de Jaú, SP;

— da Câmara Municipal de Lins, SP;

— da Câmara Municipal de Marília, SP;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP;

— da Câmara Municipal de Pirapózzinho, SP;

— da Câmara Municipal de Santo André, SP;

— da Câmara Municipal de Araçongas, PR;

— do Sindicato dos Bancários de Curitiba, PR;

— da Câmara Municipal de Curitiba, SC;

Manifestações contrárias ao projeto que concede recursos financeiros a partidos políticos:

— da Câmara Municipal de Bastos, SP;

— da Câmara Municipal de Caiuá, SP;

— da Câmara Municipal de Capivari, SP;

— da Câmara Municipal de Getulina, SP;

— da Câmara Municipal de Guararapes, SP;

— da Câmara Municipal de Martinópolis, SP;

— da Câmara Municipal de Monte Alegre do Sul, SP;

— da Câmara Municipal de Monteiro Lobato, SP;

— da Câmara Municipal de Presidente Bernardes, SP;

— da Câmara Municipal de Presidente Venceslau, SP;

— da Câmara Municipal de Pinal, SP;

— da Câmara Municipal de Poloni, SP;

— da Câmara Municipal de Quatá, SP;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP;

— da Câmara Municipal de Santa Rosa de Viterbo, SP;

— da Câmara Municipal de São Carlos, SP;

— da Câmara Municipal de São Vicente, SP;

— da Câmara Municipal de Vera Cruz, SP.

Manifestações contrárias ao Projeto n.º 2.119-56 (na Câmara) que estabelece o monopólio dos seguros de acidentes do trabalho para os Institutos de Previdência Social:

— do Presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e TeceLAGEM, de Juiz de Fora, MG;

— da Associação Comercial de Curitiba, PR;

— do Sindicato das Empresas de Seguros de Curitiba, PR;

— da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense de Joaçaba, SC;

— do Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de Santa Catarina, de Joaçaba, SC;

— do Sr. Fernando Caetano Berlese Filho, funcionário de empresa de Seguros Rio-grandense, em Pôrto Alegre, RS;

— da Associação Comercial de Curitiba, SC;

— do Sr. Rafael Clark e outros trabalhadores em anúncios luminosos e gás neon de Pôrto Alegre, RS.

Manifestações contrárias ao Projeto de reforma da Lei Eleitoral que institui o direito de voto aos analfabetos :

— da Câmara Municipal de Garça, SP;

— da Câmara Municipal de Cangussu, RS;

— da Câmara Municipal de Osório, RS;

— da Câmara Municipal de Santa Vitória, RS;

— da Câmara Municipal de São Leopoldo, RS;

Solicitações no sentido de aquisição de implementos rodoviários por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

— da Prefeitura Municipal de Cajobi, SP;

— do Sr. Pedro S. Dornelles, de São Jerônimo, RS;

— da Prefeitura Municipal de Cravinhos, SP;

— da Prefeitura Municipal de Santo Anastácio, SP;

— da Prefeitura Municipal de Itaju, SP;

— da Prefeitura Municipal de Poloni, SP;

— da Prefeitura Municipal de Urupês, SP;

Solicitações no sentido de serem mantidos os preços dos gêneros de primeira necessidade :

— da Câmara Municipal de Santos, SP;

— da Câmara Municipal de São Vicente, SP.

Solicitações no sentido de ser revogado o Decreto-lei n.º 9.070 que proíbe o direito de greve :

— da Câmara Municipal de Barretos, SP;

— da Câmara Municipal de Campinas, SP;

— da Câmara Municipal de Vera Cruz, SP.

Manifestações contrárias à revogação do decreto presidencial que determina a construção e exploração pelo Estado de São Paulo da Usina de Caraguatuba :

— da Câmara Municipal de Birigui, SP;

— da Câmara Municipal de Itariri, SP;

— da Câmara Municipal de Pina, SP;

— da Câmara Municipal de Marília, SP.

Solicitações no sentido de ser estudado com brevidade o restabelecimento das relações comerciais entre o Brasil e os países da Cortina de Ferro :

— da Câmara Municipal de Campinas, SP;

— da Câmara Municipal de Sorocaba, SP.

Manifestações contrárias à modalidade adotada na distribuição de rendas da União para com o Estado de São Paulo :

— da Câmara Municipal de Bilas, SP;

— da Câmara Municipal de Pirapózzinho, SP;

— da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, SP.

Manifestações contrárias ao Projeto de reforma da Lei Orgânica do Ensino Secundário :

— do Diretor da Congregação da Faculdade Fluminense de Filosofia de Niterói, RJ.

Manifestações contrárias ao Convênio firmado com os Estados Unidos para importação de excedente de trigo:

— da Câmara de Vereadores do Estado, RS;

— da Câmara Municipal de São Lourenço, RS;

— da Câmara Municipal de Osório, RS.

Manifestações favoráveis à prorrogação dos mandatos eletivos :

— da Câmara Municipal de Lima Duarte, MG;

— da Câmara Municipal de Resplendor, MG;

— da Câmara Municipal de Palma, MG;

— do Prefeito Municipal de Guanhães, MG.

Solicitações no sentido de serem dispensados do serviço militar, as classes de lavradores de 1930 a 1939, a fim de evitar a falta de pessoal à lavoura :

— da Câmara Municipal de Mandaguáçu, PR;

— da Câmara Municipal de Londrina, PR;

— da Câmara Municipal de Nova Esperança, PR.

— Da Assembléia Legislativa do Amazonas congratulando-se com o Congresso pela escolha do Senador Vivaldo Lima para chefiar a Delegação do Brasil a uma Conferência da "Cruz Vermelha";

— do Presidente do VII Congresso dos Estudantes Secundários do Pará solicitando do Congresso seja incluído no Orçamento de 1958, da S.P.V.E.A., um auxílio de Cruzelros 200.000,00 para a construção do Restaurante do Estudante Secundário do Pará;

— do Presidente da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pastos Bons, MA, comunicando a fundação daquela associação e esperando contar com o apoio dos poderes governamentais;

— da Associação Pernambucana de Servidores do Estado, em Recife, solicitando providências do Congresso para a regularização do pagamento de vencimentos ao funcionalismo da Prefeitura daquela cidade, atrasados há 10 meses;

— da Assembléia Legislativa da Paraíba solicitando apoio do Congresso no sentido da revalidação das inscrições eleitorais antigas;

— da Câmara de Vereadores de João Pessoa, PB, apresentando ao Congresso os agradecimentos pelas medidas adotadas para inclusão no Orçamento de 1958, da verba de três milhões de cruzelros para a construção da Ponte Ilha do Bispo;

— da Assembléia Legislativa de Alagoas enviando ao Congresso cópia do requerimento aprovado por aquela assembléia de voto de congratulações ao Presidente da Cia. Progresso Rural pela sua brilhante defesa das infundadas acusações movidas pela imprensa;

— da Assembléia Legislativa de Alagoas manifestando-se contrária à divulgação feita por emissoras cariocas e acusações infundadas do Deputado Aurélio Viana ao Presidente Lamemba Filho;

— da Prefeitura Municipal de Maracás, BA, solicitando providências no sentido da garantia da autonomia daquela Municipalidade;

— da Câmara de Vereadores de Itabuna, BA, solicitando providências no sentido de ser recuperada a verba destinada à construção do Edifício dos Correios e Telégrafos naquele município;

— do Presidente da Academia de Letras da Bahia solicitando providências no sentido de que a reforma do ensino secundário seja encarada sob os prismas defendidos por Valery Radot e René Bernard;

— da Assembléa Legislativa de Vitória, ES, comunicando ao Congresso a aprovação de um voto de congratulações com o Sr. Senador Attilio Vivacqua por motivo do título de "Cidadão Carioca";

— da Câmara Municipal de São José do Calçado, ES, solicitando do Congresso a unificação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões do País;

— da Câmara Municipal de Vitória, ES, solicitando do Congresso os esforços para que seja liberada a verba de 20 milhões de cruzeiros cedida ao município de Vitória a título de auxílio para melhorar as condições de vida das populações faveladas daquela capital;

— do Presidente da Embaixada Cultural Interamericana, Mr. Ellis O. Briggs, Belo Horizonte, MG, remetendo os estatutos daquela Embaixada e pede o apoio moral e material do Dr. Goulart;

— da Câmara Municipal de Uruana, GO, solidarizando-se com a Campanha de Federalização da Justiça Brasileira;

— da Câmara Municipal de Corumbá, MT, congratulando-se com o Congresso pela aprovação do projeto que manda abrir um crédito de quatrocentos milhões de cruzeiros para a construção de uma refinaria de Petróleo nesta cidade;

— da Câmara Municipal de Petrópolis, RJ, solicitando do Congresso amparo às Indústrias de Lapidagem;

— da Câmara Municipal de Petrópolis, RJ, solicitando apoio para a aposentadoria dos trabalhadores com 30 anos de serviço e 55 de idade;

— do Presidente da Associação Benjamim Constant, Deodoro e Florianópolis, do Rio, comunicando sessão havida em homenagem à memória do fundador da República, General Benjamim Constant, pelo transcurso de sua data natalícia;

— da Diretoria da Campanha Coopere com os Estudantes Secundários na Solução dos seus Proble-

mas solicitando do Congresso uma verba de seiscentos mil cruzeiros para realização de jogos programados, Belo Horizonte, MG;

— da Assembléa Legislativa de São Paulo remetendo cópia do discurso proferido pelo Deputado Cid Franco, na sessão de 24 de setembro de 1957;

— da Assembléa Legislativa de São Paulo comunicando ao Congresso a aprovação de requerimento no sentido de que seja restituída aos agricultores a conquista de um abatimento de 50 por cento no transporte de adubos, inseticidas e implementos agrícolas, invalidado pela Lei n.º 3.115;

— da Assembléa Legislativa de São Paulo fazendo apêlo ao Congresso no sentido de ser atendida a reivindicação pleiteada pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas sobre a aposentadoria de classe;

— da Assembléa Legislativa de São Paulo solicitando do Congresso providências no sentido de ser reservada exclusivamente aos bancos brasileiros a faculdade de receber depósitos;

— da Associação (. . . Ilegível . . .) Municípios, em São Paulo, sobre cópia de Moção aprovada pelo VI Congresso Estadual de Municípios, realizado em Franca, SP;

— do Sr. Serafim Fernandes, ex-Chefe da Estação de 1.ª classe de Araraquara, SP, pedindo reexame do Projeto de Lei do Inquilinato;

— da Câmara Municipal de Barretos, SP, solicitando do Congresso medidas para que o Brasil não seja envolvido em tratados militares;

— da Câmara Municipal de Barretos, SP, solidarizando-se com os bravos posseiros do sudoeste do Paraná, PR, sobre a permanência na terra;

— do Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Bauru, SP, manifestando-se contrário a extensão do Fundo Social Sindical, revertendo percentagem atribuída àquele fundo como verba pessoal dos Deputados;

— da Câmara Municipal de Garça, SP, comunicando a aprovação de um voto de louvor daquela Câmara ao General Henrique Teixeira Lott, pelo seu feito em 11 de novembro de 1955;

— da Câmara Municipal de Guaratinguetá, SP, comunicando a aprovação de um voto de aplauso por ocasião do encerramento da Convenção Nacional do PTB;

— da Câmara Municipal de Marília, SP, congratulando-se com o Senado pela apresentação pelo Senador Lino de Mattos do projeto que assegura aos Vereadores a liberdade de expressão no desempenho do mandato;

— da Câmara Municipal de Marília, SP, solicitando providências sobre o contrabando de sementes e mudas de café para o Paraguai;

— da Câmara Municipal de Marília, SP, manifestando-se contrária à aprovação da Lei 3.115, revogando a Lei n.º 1.062, que concedia 50 por cento nos fretes para adubos e inseticidas para a lavoura;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP, manifestando seu apoio ao movimento que visa exclusão do confisco cambial;

— da Câmara Municipal de Campos do Jordão, SP, manifestando-se contrária às medidas adotadas pelo IAPI, que sustaram vários benefícios a associados em tratamento de saúde;

— da Câmara Municipal de São Paulo comunicando a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senador Abner Mourão;

— da Câmara Municipal de Poá, SP, solicitando do Congresso as providências para iniciarem uma campanha junto aos Diretores da Rede Ferroviária Federal S. A., a fim de contar com os trens elétricos até Mogi das Cruzes;

— da Câmara Municipal de São Vicente, SP, congratulando-se com o Congresso pela criação da Eletróbrás Sociedade Anônima;

— da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, SP, solicitando

do Congresso a atenção para as reivindicações para aquêle Estado, constantes do "Diário Oficial" de 4-10-57;

— da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, SP, enviando exemplar do manifesto que juntamente com outras entidades que o subscreveram, dirigiu às classes conservadoras e produtoras, por ocasião da passagem do ano;

— da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, SP, solicitando do Congresso medidas proibitivas de fabricação e importação de brinquedos em forma de armas, em colaboração a "Campanha do Desarmamento Infantil";

— da Câmara Municipal de Paranaguá, PR, solicitando do Congresso medidas urgentes para atender à necessidade da dragagem do Rio Piedade, em Alexandra, naquele Município;

— da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, SP, solicitando do Congresso providências contra a legalização do Partido Comunista, no País;

— da Assembléa Legislativa de Santa Catarina, SC, apelando para o Congresso no sentido de ser apresentada emenda ao Orçamento da União para 1958 — Ministério da Viação — Departamento Nacional de Obras e Saneamento de Santa Catarina, concedendo verba de dois milhões de cruzeiros destinada ao custeio de obras do Salto Rio Itapocu, município de Guaramirim;

— da Câmara Municipal de Volta Redonda, RJ, enviando cópia de indicação daquela Câmara sobre as reivindicações apresentadas pelo órgão de classe à Companhia Siderúrgica Nacional;

— da Comissão Executiva Permanente dos Congressos Brasileiros de Turismo, no Rio, fazendo apêlo ao Congresso no sentido do desenvolvimento da propoganda do País sobre indústria turística através de verba consignada para tal fim;

— da Câmara Municipal de Erechim, RS, solicitando do Congres-

so anistia a todos os eleitores que não votaram nas eleições passadas;

— da Câmara Municipal de Montenegro, RS, manifestando-se solidária à manutenção estatal do petróleo;

— do Sr. Alvaro M. Barcelos, do Serviço de Estatísticas Comerciais de Pelotas, RS, remetendo Boletim Informativo do encerramento da safra de gado bovino;

— do Juiz de Direito da Comarca de Capinzal, SC, enviando certidão da mensagem do Sr. Horácio Heitor Breda, Prefeito e Presidente da UDN, publicada através da Rádio Sulina, daquela cidade;

— do Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, PR, comunicando a aprovação da proposição que indicou o nome do Marechal Rondon como candidato ao "Prêmio Nobel da Paz";

— do Deputado Almir Pinto, da Assembléia Legislativa de Fortaleza, solicitando providências para instalação dos trabalhos daquela assembléia, impedida violentamente pelo seu presidente;

— da Assembléia Legislativa de Alagoas comunicando a inserção em ata daquela Assembléia de um voto de regozijo pelo transcurso de mais um aniversário de 11 de novembro;

— da Assembléia Legislativa de Alagoas solicitando amparo para as fábricas daquele Estado;

— da Câmara Municipal de Viçosa, AL, solicitando providências no sentido de ser reduzido o ágio e tarifa *ad valorem* para a importação de bacalhau;

— da Assembléia Legislativa do Espírito Santo comunicando a instalação dos trabalhos da 3.^a sessão extraordinária da 3.^a legislatura;

— do Sindicato dos Bancários de Itajubá, MG, congratulando-se com o Congresso pela aprovação do projeto de aposentadoria dos bancários;

— da Associação Comercial de Bauru, SP, solidária com o movimento iniciado em Jundiá para a

instalação de fábricas de caminhões e locomotivas de indústrias alemãs;

— do Prefeito de Caçapava, SP, solicitando apoio do Congresso para a manutenção de verba de 20 milhões para prosseguimento da rodovia Caçapava Camanducaia;

— da Associação Rural São João da Boa Vista solicitando a extinção da COFAP;

— do Sindicato Paulista de Empregados e Empregadores manifestando-se contrário à emenda que manda reverter em benefício dos legisladores o fundo Social Sindical;

— da Assembléia Legislativa de Santa Catarina solicitando nova concorrência pública para construção do cais do porto em Florianópolis;

— do Prefeito de Reserva, PR, manifestando-se solidário ao apoio dado pelo Dr. João Goulart ao Governador daquele Estado;

— do Prefeito de Laguna, SC, solicitando revisão dos estudos sobre instalação siderúrgica na zona carbonífera catarinense;

— da Câmara Municipal de Erechim, RS, solicitando homologação da lei aprovada na Câmara Federal, criando Junta de Conciliação e Julgamento naquela cidade;

— da Câmara Municipal de Vacaria, RS, solicitando providências a fim de melhorar a situação dos pecuaristas.

MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, n.º 45, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara, n.º 19, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para auxílios a Municípios do Rio Grande do Sul, atingidos por violento temporal.

TELEGRAMA

Do Presidente da Delegacia, no Estado de São Paulo, da Federação Nacional de Hotéis e Similares, com o seguinte teor:

“Dr. Apolônio Salles — Presidente do Senado — Rio — DF.

M 155 — São Paulo 3293 84 13 20 HS.

Sindicatos Hotéis e Similares de São Paulo, Santos, Campinas, Santo André, Rio Prêto e Associações Profissionais Taubaté, Sorocaba, Litoral Norte e Campos de Jordão, representando mais de sessenta mil estabelecimentos no Estado de S. Paulo, apelam alto espírito patriótico V. Exa. para rejeição Projeto Lei Regulamentando greve aprovado Câmara Deputados. Sua aprovação trará funestas consequências a tóda Nação e início convulsões sociais com resultados imprevisíveis e incontrolláveis. Saudações Waldemar Albien, Presidente Delegacia Estado São Paulo Federação Nacional Hotéis e Similares.”

OFÍCIOS

Do Presidente da Câmara do Distrito Federal, nos seguintes termos :

Câmara do Distrito Federal.

Em 24 de março de 1958

N.º 177.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Mesa da Câmara do Distrito Federal, eleita na sessão de 17 do corrente, para a sessão legislativa de 1958, ficou assim constituída: — Presidente, *Celso Lisboa*; 1.º Vice-Presidente, *Pedro Faria*; 2.º Vice-Presidente, *Telêmaco Gonçalves Maia*; 1.º Secretário, *Couto de Souza*; 2.º Secretário, *Edgar de Carvalho*; 3.º Secretário, *Alexandrino Soares*; 4.º Secretário, *Waldemar Viana*; 1.º Secretário, Suplente, *Amando da Fonseca*; 2.º Secretário Suplente, *Raul Gomes Pereira*.

Sirvo-me do ensejo para expressar a Vossa Excelência o testemunho de meu elevado aprêço. — *Celso Lisboa*, Presidente.

Da Câmara dos Deputados, n.º 240, encaminhando autógrafos do seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 25, de 1958

(N.º 1.875-C, de 1956, na Câmara dos Deputados)

Efetiva nos postos de graduação e agrega aos respectivos quadros os oficiais graduados da ativa das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º Os oficiais graduados da ativa das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal serão efetivados nos postos da graduação e agregados aos respectivos quadros, contando antiguidade de posto a partir da efetivação, para todos os efeitos, excetuando-se o tempo para interstício de promoção, que será contada a partir da data da graduação.

§ 1.º Os oficiais graduados que não aceitarem as condições de antiguidade previstas neste artigo, devem declarar por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que preferem continuar como graduados.

§ 2.º Os oficiais efetivados e agregados reverterão aos respectivos quadros, a critério do Poder Executivo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

É lido e deferido o seguinte
REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
N.º 84, de 1958

Requeiro que tenha o Ministro da Fazenda a fineza de prestar ao Senado as seguintes informações, sobre o Banco de Crédito da Amazônia :

1. De um relatório, em 1 de junho de 1957, assinado pelo Sr. José da Silva Matos, consta que, naquela data, o Banco de Crédito da Amazônia devia Cr\$ 562.000.000,00 assim discriminados :

De dividendos :	Cr\$
Ao Tesouro Nacional	56.566.920,00
A Rubber Development Corporation	28.463.982,70
A acionistas particulares	14.520,00

De Impôsto de Renda

184.150.340,50

A Fazenda do Estado de S. Paulo 292.800.000,00
(Essa última parcela, está sendo paga em prestações, em consequência de um acôrdo).

Qual o débito atual do Banco, proveniente dessas três fontes? Em quanto diminuiu ou aumentou ?

2. Que providências tomou o Banco, em resposta ao Ofício n.º 207, de 23 de maio de 1957, do Sr. Doutor Sá Filho, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, e das reclamações do representante da Rubber Development Corporation, exigindo-lhe o pagamento dos seus dividendos ?

3. Havendo certa divergência sobre o *quantum* a ser pago pelo Banco de Crédito da Amazônia a título de bonificação aos produtores de borracha, qual êsse verdadeiro *quantum* ?

Essa divergência existe até entre o Senador Victorino Freire, que classificou o referido aumento como uma doação de Cruzeiros 400.000.000,00 ordenada pelo Minis-

tro da Fazenda, e o próprio Sr. José da Silva Matos que, em seu referido relatório, diz o seguinte :

“Excelentíssimo Senhor Ministro : É evidente que a bonificação de 25% aos produtores amazônicos, a qual, em termos de valor, tomando por base igual quantidade de borracha adquirida pelo Banco em 1956 — 30.296.330 q., Cruzeiros 1.258.992.585,62, ascenderá à avultada quantia de Cr\$ 315.000.000,00, não poderia, jamais, ser custeada com os lucros auferidos pelo Banco, quer de origem normal, quer da borracha importada eis que, do contrário, a situação do Estabelecimento passaria a ser de completa insolvência, sem recursos para satisfazer os compromissos a que nos referimos antes — Cruzeiros 562.000.000,00 —, e, o que é mais grave, com os seus horizontes limitados em matéria de disponibilidades para atender aos encargos do seu vasto programa, que precisa de ser executado, porque dêle depende, inegavelmente, o soerguimento econômico da planície”.

Final, face a essas e outras divergências, qual a quantia necessária para o pagamento ordenado, já agora, pela Assembléia Geral do Banco, em 24 de fevereiro de 1958 ?

4. No seu referido relatório limitou-se o Sr. José da Silva Matos a demonstrar que o Banco de Crédito da Amazônia não podia, com os seus próprios recursos, pagar a bonificação de 25% aos produtores, ou, de qualquer forma defender o monopólio estatal de compra e venda da borracha, que, até agora, não sofreu qualquer objeção de produtores e industriais de borracha ?

5. Quais as importâncias aplicadas pelo Banco de Crédito da Amazônia S. A. no incentivo à pro-

dução de borracha, no desenvolvimento de sua indústria de artefatos, enfim, na assistência financeira a toda a produção amazônica, recomendada em 20 itens dos seus Estatutos, entre outros, os arts. 1.º, 5.º números I a VII, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX, 9.º e outros?

O Banco de Crédito da Amazônia jamais cuidou da plantação de borracha, como, com muita autoridade, já afirmou uma grande figura da atual situação, em entrevista publicada na "Folha do Norte", em 17 de setembro de 1958, sob o título: "Minha Nossa Senhora, que horror".

Nessa entrevista, entre outras afirmações cáusticas e incisivas, muito próprias do estilo e da personalidade de seu autor, homem franco e enérgico, foi dito:

"Se não existe borracha suficiente na Amazônia é porque se financia tudo, menos plantação da *hevea brasiliensis*. Eu tenho mesmo a impressão que existe uma preocupação permanente de importar borracha em vez de plantar. Por que não procedemos como os ingleses, que levaram sementes para a Malásia e lá plantaram grandes seringais? Observe o que fizeram os balanós. Plantaram e já estão colhendo 400 toneladas de borracha por ano. Dizem agora, que os paulistas também vão plantar.

Eu sempre protestei contra esse estado de coisas no Pará. O Banco da Amazônia foi criado para financiar a borracha e tem o dever precípua de incentivar a produção. Ora, isso só se consegue plantando".

6. Todas as operações realizadas pelo Banco de Crédito da Amazônia S. A. têm obedecido ao disposto no art. 28 dos seus Estatutos?

7. Qual, em dezembro de 1957, o montante dos empréstimos fei-

tos sem garantias, por simples promissórias, a particulares, no Amazonas, no Pará, no Maranhão, nesta Cidade, em São Paulo e no Rio Grande do Sul?

8. Foram essas promissórias, algumas, com muitos meses de vencidas, pagas ou renovadas, e, se renovadas em que condições? Houve simples pagamento de juros ou amortização de qualquer parcela de débitos?

9. Se em diversas inspeções realizadas pela SUMOC, muitas das transações do Banco de Crédito da Amazônia, S. A., foram consideradas irregulares, entre outras, as operações:

a) Empréstimos, por duas promissórias, de um milhão de cruzeiros cada, ambas já vencidas, a Amarana Territorial e Agrícola Ltda.;

b) Cooperativa Banco Agrícola Sul Oriental, — 9 milhões; de que provém esse débito?

c) Didio Xerfan — 3 milhões e trezentos mil cruzeiros;

d) Empresa de Transportes Minas Gerais — 2 milhões de cruzeiros;

e) Grande Hotel de Guarujá, em 2 milhões e duzentos mil cruzeiros;

f) Companhia Brasileira de Artefatos de Látex, responsáveis Chafic Haiat e Alberto Dualibe, fabricante de chupetas — Empréstimos, de 21 milhões. Qual o capital dessa firma? Tem ela outros sócios?

g) Quais as outras operações inquinadas de irregulares pelo aludido inspetor, por que forma, se houve pagamento, amortização ou se foram apenas renovados os títulos?

h) Quem autorizou o empréstimo à citada fábrica de chupetas, foi ou não o Sr. José Matos, Presidente do Banco de Crédito da Amazônia? Qual, atualmente o débito dessa fábrica, sob diversos títulos?

10. Qual o total de duplicatas e promissórias vencidas encostadas, em 31 de maio de 1957, na filial do Rio de Janeiro, discriminando-se a natureza do título, data de sua emissão e vencimento, importância dos mesmos, seus eminentes e corresponsáveis?

11. Há, entre esses títulos, notas promissórias de Cruzeiros 1.115.000,00 e de Cr\$ 1.000.000,00, assinadas pelo Grande Ponto Bar Comestíveis Limitada, estabelecido nesta cidade, já foram essas promissórias pagas e como? (Conforme L.D. 55-573 e L.D. 57-879).

12. Quais as outras operações inquinadas de irregulares em inspeções da SUMOC, nas diversas agências do Banco de Crédito da Amazônia?

13. Que providências foram sugeridas pela Comissão de Aplicação de Fundos Nacionais sobre diversas operações do Banco de Crédito da Amazônia, S. A.?

14. Foram liquidadas, em seu vencimento as seguintes promissórias, sob n. L.D. 4.083, São Paulo, de Cr\$ 2.200.000,00 (Grande Hotel Guarujá Ltda.); L.D. ns. 4.502 e 4.832, São Paulo (Cla. de Hotéis Comodoro); n.º 753, filial do Rio, 876 filial do Rio (Grande Ponto Bar Comestíveis Ltda.)?

15. Foram liquidadas em seus vencimentos, ou, simplesmente renovadas, e, em que condições, os seguintes títulos: Ano de 1957 — filial de São Paulo, as seguintes promissórias:

L.D. n.º 3.877, 3.878, 3.879, 3.880, 4.865, 2.154, 3.192, 3.863, 3.864, 3.865, 3.866, 3.944, 3.945, 3.946, 3.691, 3.692, 3.752, 3.753, 3.754, 3.888, 3.864, 3.963, 4.733, 2.872, 2.877, 3.185, 3.478, 3.479, 3.480, 3.481, 3.947, 3.948, 3.949, 3.950, 4.446, 4.447, 4.555, 4.810, 4.832, 4.534, 4.535, 4.536, 4.538, 4.824, 4.825, 4.826, 4.830, 4.905, 5.008, 5.009.

Admitimos que algumas das transações acima indicadas sejam normais, mesmo feitas dentro da técnica bancária. Censuramo-las, porém, como feitas fora da Ama-

zônia, sem nenhuma utilidade econômica para a região, discrepantes da finalidade dum estabelecimento assistencial de sua produção e de suas indústrias. Feitas por promissórias, às vezes, sem a menor explicação, nem garantias.

Ademais, sendo operações não liquidadas em seus vencimentos, quase sempre renovadas para outros prazos, tornam-se de difícil liquidação, importando em censuráveis immobilizações de fundos dum banco de pequeno capital para os seus objetivos.

16. Se as transações constantes dos títulos acima mencionados, em sua quase totalidade, constituem ou não um desvirtuamento da aplicação dos fundos do Banco de Crédito da Amazônia, sem utilidade econômica para a região amazônica, sendo, ademais, algumas delas de difícil liquidação, apesar da insistência em liquidá-las?

17. Se o Banco de Crédito da Amazônia tem emprestado fundos seus até a companhias exploradoras de transações imobiliárias, contra expressa recomendação do Ministro da Fazenda, como tem feito na Agência de São Paulo?

18. Qual o montante dos empréstimos a particulares, nas diversas agências do Banco de Crédito da Amazônia, em 31 de dezembro de 1957, discriminadamente, por agência?

19. Quais os financiamentos feitos até a mesma data a jornais, emissoras ou estações de televisão?

20. Quais as despesas, a título de publicidade, feitas no período de dezembro de 1957 ao corrente mês? Qual a natureza da publicidade paga?

21. Quais as providências que mereceu do Ministério da Fazenda um pedido de inquérito, que lhe foi dirigido por um diretor do Banco de Crédito da Amazônia, Sr. Expedito Nobre, sobre irregularidades de suas transações, publicadas, em artigos assinados, em jornais de Belém?

22. Quais os empréstimos, realizados pelo Banco de Crédito da Amazônia, nos anos de 1954, 1955, 1956 e 1957, respondendo-se aos questionários constantes dos anexos ao presente pedido, sob n.º 1, 2 e 3.

23. Tendo o Presidente do Banco de Crédito da Amazônia num banquete que lhe foi oferecido em São Paulo, em homenagem à sua atuação defendendo o *monopólio estatal* de compra e venda de borracha, monopólio que, se diga de passagem, produtores e industriais, unidos, jamais pretenderam extinguir, anunciado a fundação duma *Heveabras*, subscrevendo o Banco — *cem milhões de cruzeiros*, como se explica que, agora, já apareçam recursos para essa subscrição, quando o Banco, por falta de recursos, está devendo dividendos, Imposto de Renda, pagando em prestações ao Estado de São Paulo a dívida do imposto que já recebeu de *ventas mercantis*, não tenha fundos para pagar ágios (e quando paga, o faz em pequenas parcelas), a fim de importar borracha, não pague, até agora, os 25 por cento de bonificação aos produtores de borracha? Pode essa subscrição aventureira ser feita sem deliberação de sua Assembléa Geral, portanto, sem deliberação do Governo?

24. Por que, até esta data, apesar de elaboradas as tabelas necessárias pela Comissão Executiva da Borracha, desde setembro de 1957, o Banco de Crédito da Amazônia ainda não pagou os 25 por cento da bonificação aos produtores de borracha, nos termos da decisão do referido órgão, de reiteradas ordens do Sr. Ministro da Fazenda, tudo confirmado pela decisão de sua Assembléa Geral, em 24 de fevereiro último?

25. Qual a previsão do consumo, para 1958, de borracha:

a) para a indústria pesada?

b) para a indústria leve, exatamente aquela cujos industriais são tão entusiastas e solidários

com a atual administração do Banco de Crédito da Amazônia, a pretexto de defesa do monopólio estatal de compra e venda de borracha com o qual produtores e tôda a indústria, pesada e leve, estão de acôrdo?

26. Se os lucros porventura resultantes das importações de borracha foram e estão sendo depositados *em conta especial*, para aplicação no financiamento e produção de borracha, a juros nunca inferiores a 4 por cento.

27. Que destino têm tido as importâncias entregues pela S.P.V.E. A., ao Banco de Crédito da Amazônia, a título de financiamento à produção?

28. Quais as operações substanciais que tem feito o Banco de Crédito da Amazônia, com os recursos a que se refere o artigo 199 da Constituição Federal?

29. Por que o Banco, até esta data, ainda não iniciou o pagamento da bonificação de 25 por cento aos produtores da borracha, nos termos da decisão já agora de sua Assembléa Geral, em 24 de fevereiro último?

II

Quanto às importações de borracha realizadas pelo Banco de Crédito da Amazônia S. A., requeiro os seguintes esclarecimentos:

1. Se na data de 9-7-56, ocasião da abertura das propostas apresentadas em *envelope lacrado* pelos vários concorrentes que atenderam ao Edital de Concorrência do Banco da Amazônia de 26-6-56, a Diretoria ou Comissão Julgadora verificou:

Estar a firma holandesa Guntzel & Schumarcher devida e legalmente representada no Brasil, e apta a tomar parte na concorrência? Em caso afirmativo fornecer fotocópia do comprovante que deveria constar entre os documentos contidos no envelope lacrado.

2. Ainda por ocasião da abertura das propostas, informar:

a) Quem apresentou a proposta ao Banco, foi o Sr. Pedro Guilherme Weiner Bethencourt, a firma holandesa Guntzel & Schumacher, ou a firma brasileira H. W. Bethencourt S. A. Produtos Químicos?

b) Quem assina a referida proposta?

c) A proposta é datada de Amsterdã?

d) Quem assume a responsabilidade da operação no Brasil?

e) Quais as garantias apresentadas?

3. O Presidente do Banco da Amazônia, publicamente pela imprensa, declarou que a firma holandesa Guntzel & Schumacher, sempre se apresentou ao Banco por intermédio de seu procurador no Brasil, senhor Pedro Bethencourt. Informar:

a) Qual a necessidade de ter sido enviado por Guntzel & Schumacher, um telegrama de Amsterdã, datado de 14 de agosto de 1956, passado às 16,30 horas, dando procuração a Pedro Guilherme Weiner Bethencourt, procuração esta, legalizada pelo Itamarati em 16 de agosto de 1956?

b) Na data da abertura das propostas (9-7-56) e posteriormente na data da assinatura do contrato com o Banco (13-8-56), possuía o Banco a procuração ou certidão da procuração em que pudesse se basear e reconhecer o Senhor Pedro Bethencourt como procurador-legal da firma holandesa Guntzel & Schumacher, no Brasil? No caso afirmativo apresentar fotocópia autenticada da procuração.

4. Prescrever o Edital de 26 de junho de 1956; "no caso de ser o proponente mero representante dos fornecedores ou firmas especializadas estrangeiras: a) prova de que está legalmente constituído como firma comercial", assim sendo, a adjudicação da concorrência à firma holandesa Guntzel & Schumacher, representada no Brasil por Pedro Bethencourt,

individualmente, não se tratando de firma comercial, contrariou ou não o próprio edital, prejudicou ou não os demais concorrentes estrangeiros e nacionais, legalmente constituídos como firmas comerciais registradas no Ministério do Trabalho?

5. A firma brasileira H. W. Bethencourt S. A., Produtos Químicos, estando proibida, pelo Ministro da Fazenda, de importar e exportar, por fraude cambial, conforme publicação no "Diário Oficial" de 31 de julho de 1956, isto é, 13 dias antes da assinatura do respectivo contrato, o Banco poderia assinar contrato com o senhor Pedro Bethencourt, maior acionista e Diretor Responsável pelos atos praticados pela firma acima referida?

6. O Banco assinando contrato com o senhor Pedro Bethencourt, não constitui evidente burla a determinação ministerial?

7. Não acha o Presidente do Banco, que este deixou de se cercar das necessárias garantias em operação de tal vulto?

8. Qual o nome da entidade no exterior que emite e fornece ao Banco o Certificado de Qualidade da borracha adquirida pelo Banco?

9. A firma vencedora da concorrência ofereceu financiamento da operação ao Banco? No caso afirmativo, informar:

a) O pagamento das despesas de abertura de crédito são pagas antecipadamente?

b) Citar o nome dos bancos que financiam a operação no Brasil.

c) Citar o nome dos bancos que financiam a operação no exterior.

d) Qual o prazo, juros e comissões pagos pelo Banco de Crédito da Amazônia ao banco manipulador do crédito no Brasil? E no exterior?

e) Solicito cópias autenticadas das propostas apresentadas pelas firmas participantes da referida concorrência.

10. Qual o nome do despachan-

te encarregado pelo Banco a desembaraçar a borracha importada no Pôrto de Santos, durante os anos de 1951 a 1954 e, ainda, nos anos de 1955 a 1957 ?

11. Considerando que o Banco de Crédito da Amazônia S. A., em resposta a requerimento de informações do nobre Senador Juracy Magalhães, alegou ter resolvido adotar o sistema de simples "Tomada de Preços" em lugar de "Concorrência Pública", tendo em vista o mais rápido processamento das importações a fim de "evitar qualquer desarticulação do atual sistema de abastecimento da indústria" e que logo em seguida verificou-se sério colapso da Indústria por falta de borracha, inclusive com a paralisação de várias fábricas, verifica-se não ter cabimento a justificativa do Banco, para obter a solução simplista de "Tomada de Preços" em importações do vulto e importância das que realiza o Banco de Crédito da Amazônia, sem resultados práticos, solicito os seguintes esclarecimentos :

- a) cópias autenticadas das propostas apresentadas;
- b) cópias dos pareceres da Comissão Julgadora;
- c) cópias dos pareceres da Diretoria do Banco;
- d) cópia da Ata da abertura das respectivas propostas;
- e) cópia do respectivo contrato assinado entre o Banco e o Sr. Pedro Guilherme Weiner Bethencourt, vencedor da referida tomada de preço;
- f) nome do Cartório e número do registro do contrato, e
- g) nome das firmas que participaram da "Tomada de Preços".

12. A firma vencedora foi a mesma à qual foi adjudicada a concorrência realizada pelo Banco em 26 de junho de 1956, isto é, a firma holandesa Guntzel & Schumarcher, representada por Pedro Bethencourt ?

13. Tendo o Banco solicitado,

por carta, proposta de várias firmas especializadas, qual a razão de na mesma carta declarar : *"Fica entendido que a recusa à proposta que a firma de V. Sas. nos dirigiu, não será comunicada, não importando, outrossim, "o silêncio deste Banco" em acusar a recepção da mesma proposta"*, não dando satisfação aos participantes, procurando cercar de sigilo descabido, a resolução sobre transação de tamanho vulto, sem considerar inclusive a satisfação que dos seus atos deve aos *acionistas*, ao Governo e mesmo à opinião pública. *Será necessária a convocação de Assemblêia para conhecer dessas operações sigilosas ?*

14. Qual a razão do Banco, em carta circular de 26 de junho de 1957, ter solicitado a várias firmas propostas para a "importação de borracha, da Maláia, e ou Indonésia, até o valor de *seis milhões de dólares*", quando firmou contrato com a firma holandesa Guntzel & Schumarcher para importação de *dez mil toneladas de borracha*, não se limitando aos seis milhões de dólares declarados na carta acima referida ?

15. Tendo chegado ao meu conhecimento, que alguns dos participantes ofereceram condições melhores e mais vantajosas do que a julgada firma vencedora, solicito esclarecimento a respeito, e um quadro comparativo das condições apresentadas pelas firmas participantes da referida tomada de preços.

16. Quantas toneladas de borracha a Comissão Executiva de Defesa da Borracha recomendou ao Banco de Crédito da Amazônia S. A., para importação nos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958 ?

17. Quantas toneladas de borracha o Banco importou nos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958 ?

18. Em que data a C. E. D. B. recomendou ao Banco as importações de borracha nos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958 ? Juntar cópia dos ofícios da C. E. D. B. ao Banco.

19. Em que data o Banco de Crédito da Amazônia solicitou à SUMOC (Banco do Brasil) as disponibilidades cambiais (US\$), necessárias a atender às importações de borracha recomendadas pela C. E. D. B., nos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958? Juntar cópia dos ofícios do Banco ao Banco do Brasil (SUMOC).

20. Em que data a SUMOC comunicou ao Banco da Amazônia as concessões das disponibilidades cambiais necessárias às importações de borracha nos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958? Juntar cópia dos respectivos ofícios.

21. Quais as datas em que o Banco de Crédito da Amazônia pagou à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil os valores correspondentes às Promessas de Venda de Câmbio, referentes às importações de borracha realizadas pelo Banco nos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958?

22. Em que data a SUMOC colocou à disposição do Banco de Crédito da Amazônia as seguintes cifras em dólares:

- a) US\$ 4.500.000,00 — quatro milhões e quinhentos mil dólares;
- b) US\$ 4.000.000,00 — quatro milhões de dólares;
- c) US\$ 6.000.000,00 — seis milhões de dólares;
- d) US\$ 10.000.000,00 — dez milhões de dólares.

23. Para as cifras mencionadas no item 22, acima, informar o seguinte:

- a) as quantidades de borracha importada;
- b) o nome da firma no Brasil e do seu representante no exterior, com quem o Banco assinou contrato, para efetuar as respectivas importações;
- c) o nome do Cartório e o número do respectivo registro dos contratos;
- d) em que data foi publicado no "Diário Oficial" as respectivas concorrências públicas;

e) se foi assinado contrato com uma única firma. No caso afirmativo informar o nome dessa firma no Brasil e no exterior.

24. Informar, separadamente, nas importações de borracha efetuadas pelo Banco nos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958, quanto o Banco pagou de:

- a) frete,
- b) seguro;
- c) despesas consulares;
- d) outras despesas (embalagens, marcação, amostragem etc);
- e) comissão da firma no exterior;
- f) comissão da firma no Brasil;
- g) prazo, juros, comissão bancária, paga em dólares no exterior;
- h) prazo, juros, comissão bancária paga em cruzeiros no Brasil;
- i) impostos.

25. Informar se os preços faturados são FOB ou CIF, Amsterdã, Singapura, ou Nova Iorque?

26. É deduzida a diferença de frete na respectiva fatura?

27. O frete é cobrado integralmente?

III

Requeiro mais que, por intermédio da SUMOC, me sejam prestadas as seguintes informações:

1. Em que data o Conselho da SUMOC comunicou ao Banco de Crédito da Amazônia a concessão das respectivas disponibilidades cambiais para atender às importações de borracha recomendada pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha, nos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958? Juntar cópia da correspondência sobre o assunto.

2. Qual o tempo decorrido entre as concessões cambiais referidas acima e o pagamento do Banco de Crédito da Amazônia das respectivas Promessas de Venda de Câmbio (P. V. C.), especificando-se as datas da emissão das mesmas.

IV

Por intermédio da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil requeiro as seguintes informações:

1. Em que data a Carteira de Câmbio comunicou ao Banco de Crédito da Amazônia a concessão das respectivas disponibilidades cambiais para atender às importações de borracha recomendada pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha nos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958, juntar cópia da correspondência sobre o assunto.

2. Qual o tempo decorrido entre as concessões cambiais acima referidas e o pagamento pelo Banco de Crédito da Amazônia das respectivas Promessas de Câmbio (P. V. C.), especificando-se as datas da emissão das mesmas.

V

Por intermédio da Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

1. Em que data a Comissão Executiva de Defesa da Borracha recomendou ao Banco de Crédito da Amazônia S. A. as importações de borracha para suprimento da indústria nacional nos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958? Juntar cópia da correspondência sobre o assunto.

2. Quais as quantidades de borracha recomendadas para importação nos anos de 1955, 1956, 1957 e 1958?

Justificação

É este o quarto requerimento de informações que formulamos, dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda, sobre as operações do Banco de Crédito da Amazônia. Possivelmente, terá este novo requerimento a desdita dos anteriores.

Não terá resposta.

Entretanto, animou-nos a fazê-lo a circunstância de, num gesto à D'Artagnan, numa das suas entrevistas, em Belém, ter o atual Presidente do Banco de Crédito da Amazônia declarado: "as portas

do Banco estão abertas a qualquer devassa".

Como na nossa atuação, não temos objetivos pessoais ou materiais, damos mais uma oportunidade para que nos sejam prestados os esclarecimentos que reclamamos, mais uma vez.

Se as portas do seu Banco estão abertas a qualquer devassa, preste-nos S. Sa., fielmente, as informações que lhe temos solicitado, em regra, muito detalhadas e minuciosas.

Não é nosso propósito, repetimos, acabar com o Banco de Crédito da Amazônia. Tranqüilizem-se os seus funcionários para quem só desejamos justiça, poupando-os de violências e perseguições. Só desejamos vê-los premiados com seleção e não com espírito faccioso e político.

Temos o aludido estabelecimento de crédito como útil e indispensável à região a que ele deve servir.

Muito menos, a serviço de quem quer que seja, desejamos acabar com o *monopólio estatal de compra e venda de borracha, nacional ou importada*.

O nosso nacionalismo é sincero e tradicional.

Já o temos provado, em diversas fases de nossa vida pública.

Não atacamos ao Banco, nem ao monopólio que ele, como delegado do Governo, explora.

Batemo-nos para que esta exploração se faça sem desvirtuamento de suas finalidades, isto é, em benefício da produção de borracha e sua indústria.

Lutamos por uma exploração desse monopólio com utilidade econômica da região amazônica, sem transações aventureiras, sem empréstimos de favores, sem cadastro, e de difícil e morosa liquidação, cada vez imobilizando mais os fundos do Banco.

Por mais que nos ataquem, não sairemos dessa linha de conduta, desse sadio e patriótico propósito.

Sala das Sessões, em 27-3-58 —
Cunha Mello.

QUADROS A QUE SE REFERE O REQUERIMENTO NO ITEM 22 DO N.º 1

<i>Empréstimos realizados nos anos de</i>	1954	1955	1956	1957
Empréstimos Públicos	—	25.000.000,00	—	—
Empréstimos de Fomento	102.625.598,80	137.898.069,00	—	—
Empréstimos Industriais	—	—	625.000,00	—
Empréstimos Agropecuários	—	—	4.869.000,00	—
Empréstimos Hipotecários	32.137.494,40	2.126.000,00	—	—
Empréstimos Industriais	3.100.000,00	47.570.000,00	68.219.495,30	—
Empréstimos em Conta Corrente	152.482.412,20	340.802.870,20	352.205.148,80	—
Empréstimos Rurais	58.113.750,00	164.794.843,60	281.444.634,50	—
Títulos Descontados	539.302.903,00	1.195.056.279,70	1.893.208.193,00	—
Adiantamento p/ Conta Borracha	135.115.341,40	142.464.377,00	198.335.714,60	—
TOTAL	1.082.877.499,80	2.055.712.439,50	2.798.934.186,70	—
Diferença verificada			473.050,00	
Total apresentado nos relatórios	1.082.877.499,80	2.055.712.439,50	2.799.407.236,70	—

	1954	1955	1956	1957
Honorários da Diretoria, do Conselho Fiscal, Vencimentos e Gratificações dos Funcionários, Aluguéis de Imóveis e outras despesas	39.178.320,50	58.724.426,30	87.097.396,40	—
Informar separadamente:				
Honorários da Diretoria Cr\$				
do Conselho Fiscal Cr\$				
Vencimentos dos funcionários Cr\$				
Gratificação de funcionário Cr\$				
Aluguéis de Imóveis Cr\$				
Outras despesas Cr\$				
OUTROS CRÉDITOS	439.008.250,70	694.446.987,30	857.794.417,20	—
Obs. — Na verba OUTROS CRÉDITOS , está incluído o valor da borracha adquirida e em estoque, a saber:	244.147.452,30	531.931.517,40	401.217.808,70	—
Diferença	194.860.798,40	162.515.469,90	456.576.608,50	—

Informar quais as operações de crédito correspondentes à diferença acima.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Lino de Mattos.

É lido e deferido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 85, de 1958

Sr. Presidente :

Requeiro à douda Mesa, na forma Regimental, sejam solicitadas do Exmo. Sr. Ministro da Guerra as informações seguintes :

1.º — Relação completa das cidades onde o Exército mantém Tiros de Guerra, com as suas respectivas ordens numéricas;

2.º — Elementos que esclareçam se a orientação do Ministério da Guerra é favorável ou contrária à criação de novos Tiros de Guerra;

3.º — Providências que estejam sendo tomadas ou cogitadas para melhor aparelhamento material dos atuais Tiros de Guerra.

Justificação

I — O Tiro de Guerra representa para a mocidade brasileira, principalmente a que vem da lavoura, solução magnífica, porque dá cumprimento ao imperativo do serviço militar, sem o abandono completo do trabalho.

II — O conhecido comentarista de assuntos militares, jornalista Batista de Paulo, em comentário recentemente publicado no jornal "Última Hora" apreciou os Tiros de Guerra com estas palavras :

"Ninguém analisou em sua profundidade os serviços prestados pelo TG ao Exército e à Nação. Eles são as células do Exército, células vivas, atuantes, incrustadas nos municípios mais populosos. E suas revistas, se não recebem a instrução dada ao soldado na tropa, por falta de meios, principalmente, formam uma reserva apreciável, com uma

despesa ínfima para os cofres públicos. Na segunda grande guerra milhares de reservistas de Tiros de Guerra foram incorporados ao serviço ativo e não decepcionaram. Pelo contrário, muitos deles tiveram papel saliente na FEB.

Não se compreende, por isso mesmo, que os Tiros de Guerra não estejam sendo atualizados de acordo com o progresso do Exército. Enquanto na tropa o soldado aprende a manejar armas modernas, o atirador continua utilizando fuzis da época do Império, velho 1895, para a aprendizagem da ordem unida e também nos desfiles; exercícios de tiro ao alvo — eles realizam com o fuzil-mauser, modelo 1908, quase todos descalibrados. — Quanto ao material de estacionamento e de comunicações, bem como equipamento, o problema é mais grave ainda.

A Diretoria-Geral do Serviço Militar, responsável pela manutenção e orientação dos Tiros de Guerra, poderia atualizar essas organizações, dando-lhes mais recursos, mais meios para a instrução dos jovens atiradores.

Considerando-se o custo de um soldado, durante um ano, para a Nação, o atirador representa uma economia brutal no programa de preparação da reserva do Exército.

Amparar, pois, os Tiros de Guerra, é tornar mais eficiente a reserva da 2.ª classe, de cujo corpo saíram milhares de jovens para a formação da Força Expedicionária Brasileira."

III — O presente requerimento de informações impõe-se, portanto, como satisfação aos reclamos de todos os que habituaram a ver, nos Tiros de Guerra, centros de instrução militar indispensáveis às

nossas cidades, principalmente às mais ligadas às grandes zonas agrárias.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1958. — *Lino de Mattos.*

O SR. PRESIDENTE — Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, por cessão do Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito.

O SR. NOVAES FILHO — (*) — Senhor Presidente, começo por agradecer ao eminente companheiro Senador Lino de Mattos a especial deferência que teve de ceder-me sua inscrição nesta hora do Expediente.

Sr. Presidente, recebi hoje a visita do Dr. Petronillo Santa Cruz, Secretário da Agricultura do meu Estado, que veio ao Rio de Janeiro em missão especial do Governador de Pernambuco para encaminhar diferentes providências que minorem a terrível seca que se abate sobre a gloriosa terra pernambucana.

Devo, de início, congratular-me com o honrado Sr. Presidente da República pela presteza, pela solicitude com que procura acudir aos justos reclamos das regiões do Nordeste do Brasil flageladas pela seca.

O Sr. Ezechias da Rocha — Muito bem!

O SR. NOVAES FILHO — Senhor Presidente, desgraçadamente, a seca, este ano, em Pernambuco, está assumindo características desusadas.

Até agora algumas chuvas que caíram em Estados vizinhos, não atingiram minha querida terra dos Guararapes.

Darei ao Senado o exemplo do Município de Surubim, um dos mais prósperos, com uma população laboriosa, entregue à pecuária

e à lavoura. Há quase um ano ali não chove; e há alguns meses água nem para a alimentação têm quantos residem na cidade, já tendo faltado o precioso líquido para os próprios animais da criação daquele grande Município pernambucano. Sem alimentos, sem condições de trabalho, as populações rurais não podem entregar-se ao labor cotidiano. Vêm-se obrigadas a emigrar abandonando suas glebas e seus lares, caminhando por estradas incertas e carregando os filhos pequeninos e os velhos alquebrados.

A esta hora, quadro desolador verifica-se em Pernambuco. Populações famintas invadem cidades nos Municípios de Triunfo, Serra Talhada, Afogados e Ingazeiras, em busca de alimentos com que minorar a grande aflição em que se encontram.

O eminente Governador Cordelro de Farias acaba de dirigir um apêlo ao honrado Sr. Presidente da República, para que abra, sem demora, um crédito especial de trinta milhões de cruzeiros pelo Fundo Especial das Secas, com que possa o Estado aumentar, nas devidas proporções, nesta hora, vários serviços já iniciados, com os próprios recursos, nas zonas flageladas. Só assim, aquelas laboriosas populações adquirirão elementos de subsistência sem a terrível necessidade de abandonarem as moradas, em busca de um destino tão incerto quanto negro.

Se o honrado Sr. Presidente da República atender a este apêlo, será imediatamente enviado a Pernambuco o numerário necessário, e as obras começadas nas zonas flageladas tomarão maior vulto, traduzindo-se em amparo efetivo aos infelizes habitantes da região.

Como disse de início, dou meu aplauso e reconhecimento de parlamentar do Nordeste à solicitude com que o Governo da República está procurando enfrentar o angustioso problema; mas bem sabemos como o mecanismo burocrá-

(*) — Não foi revisto pelo orador.

tico retarda um pouco a abertura dos créditos orçamentários, como também não ignoramos que as dotações orçamentárias têm destino certo. Muitas vezes são verbas de ajuda, que não se podem aplicar na abertura de rodovias e vice-versa. Daí a dificuldade de, por esse meio, acudir-se, com a indispensável urgência, à terrível calamidade.

O Governo do meu Estado endereçou esse apêlo ao Executivo, e certo estou de que encontrará eco, porquanto o Governo da União conhece de perto o problema e sabe que, através do crédito especial, retirado do Fundo Especial das Sêcas, as necessidades das populações flageladas de Pernambuco serão acudidas a tempo com rendimento muito maior, evitando que o êxodo comum em tôdas as grandes estiaagens do Nordeste.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. NOVAES FILHO — Com muita satisfação.

O Sr. Ruy Carneiro — Estou ouvindo com muita atenção o discurso de V. Exa. a respeito da calamidade que reina no Nordeste. Nos últimos dias — como o nobre colega não ignora — caíram algumas chuvas em cidades da Paraíba, Pernambuco e Ceará, bem como em outras regiões nordestinas. No dia em que o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, Comandante Lúcio Meira, foi ao Palácio Rio Negro, em Petrópolis para expor ao Senhor Presidente da República o plano a ser executado em face da calamidade, fêz de início uma ressalva : caso caíssem chuvas — o que não era impossível — o plano de assistência não poderia, nessa altura, ser paralisado, porque somente a continuidade na execução melhoraria as condições da população e do gado e facilitaria o abastecimento d'água, cuja falta, bem como a de gêneros alimentícios, se faz duramente sentir.

Sabe V. Exa. que venho acompanhando o drama do Nordeste. Recebo diariamente telegramas sobre as sêcas. São pedidos, reclamações inúmeras. Quando na sexta-feira última, chegou no Município de Pombal, Estado da Paraíba, o Governador interino do Estado, Sr. Ramiro Fernandes, em companhia do Engenheiro do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, cerca de 4.500 pessoas os esperavam; e já na segunda-feira 6.000 pessoas aguardando chamada para serviços iniciados. O DNOCS e o DNER abriram várias frentes de trabalho; mas, como sabe Vossa Excelência, que foi Ministro da Agricultura, as providências não caminham com a rapidez desejada pelos governantes. V. Exa. já deve ter tomado esse cálice de fel, quando titular daquela pasta : dar uma ordem e ver a lentidão na sua execução, a demora da burocracia. No caso do Estado de V. Exa., o Governo Federal já abriu um crédito especial, pelo Fundo de Socorro Contra as Sêcas. É ajuda ao Governo do Estado para ocorrer à situação calamitosa por que passa Pernambuco. Esta manhã realizou-se uma reunião no Ministério da Viação, presidida pelo titular da Pasta, a que estiveram presentes o Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Dr. Regis Bittencourt e o representante do DNOCS, Dr. Francisco Sabóia. O Dr. José Cândido, Diretor desse Departamento, encontra-se no Estado do Ceará, há dois dias; e irá à Paraíba, ao Rio Grande do Norte e a Pernambuco. Dou êsses esclarecimentos a Vossa Excelência porque, estando eu acompanhando os acontecimentos, é justo e razoável que explique o desejo do Governo e as providências que está tomando, no sentido de nos amparar. Desculpe Vossa Excelência a extensão do aparte.

O SR. NOVAES FILHO — Vossa Excelência está chovendo no molhado. No início do meu discurso

del meu aplauso e reconhecimento à boa vontade e solicitude com que o honrado Sr. Presidente da República está procurando atender aos justos reclamos do Nordeste.

O *Sr. Ruy Carneiro* — Aparteei V. Exa. porque não ouvi o início do seu discurso. Congratulo-me com o nobre colega pelo seu bom-senso.

O SR. NOVAES FILHO — Muito agradeço o aparte de V. Exa., homem bem informado no assunto, pelo grande interesse que vem tomando pela solução do angustioso problema.

Dizia eu, exatamente, que as verbas orçamentárias se retardam e, por terem destinação especial, não podem acudir às populações no local em que estão mais batidas pela seca...

O *Sr. Ruy Carneiro* — Perfeitamente.

O SR. NOVAES FILHO — ... obrigando-as, muitas vezes, à retirada, o que é, sob todos os pontos de vista, inconveniente.

O Sr. Juscelino Kubitschek, há poucos dias, autorizou a entrega de quinze milhões de cruzeiros a Pernambuco — verba essa que deve ser a que V. Exa. se referiu — destinada à ajuda média e pequena.

O *Sr. Ruy Carneiro* — Exatamente.

O SR. NOVAES FILHO — Sabe V. Exa. que, infelizmente, não podemos reunir em torno de pequenos e médios açudes uma grande população de flagelados, mesmo porque isso contrariaria até as próprias condições sanitárias, provocando talvez grandes males.

O *Sr. Ruy Carneiro* — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com todo o prazer.

O *Sr. Ruy Carneiro* — Estou de pleno acôrdo com V. Exa. Entendo também que o Governo deve abrir créditos especiais.

O SR. NOVAES FILHO — Perfeitamente.

O *Sr. Ruy Carneiro* — Não há outra modalidade. Quando o Governo abriu um crédito de vinte e cinco milhões de cruzeiros — quinze para Pernambuco e dez para a Paraíba — por intermédio do DNOCS, abriu também outro, de oitenta milhões de cruzeiros para construção de estradas, nos diferentes Estados do Nordeste. É, contudo, pouco. Se em doze dias já trabalham nas estradas, só no Estado da Paraíba, trinta e nove mil flagelados, convenha V. Exa. que o crédito concedido é insuficiente. É preciso outro, através do Fundo de Socorro Contra as Secas.

O SR. NOVAES FILHO — É exatamente o que peço ao Governo da República: que atenda ao apêlo do Governador do meu Estado, porque Pernambuco, dentro dos seus recursos, tão reconhecidamente limitados, está dando emprêgo nas rodovias, nos setores mais atingidos pela seca. Se os melos, que reclamamos do Governo Federal, nos forem entregues, os serviços serão triplicados, atendendo-se a maior massa de flagelados.

O *Sr. Ruy Carneiro* — Exato.

O SR. NOVAES FILHO — As aspirações e os sofrimentos de Pernambuco e Paraíba sempre se confundiram.

O *Sr. Ruy Carneiro* — Perfeitamente.

O SR. NOVAES FILHO — Entre aquêles bandos de flagelados, que invadem as cidades de Triunfo, Afogados de Ingazeira e Serra Talhada, não sabemos distinguir se há maior número de pernambucanos ou paraibanos. Todos se irmanam para minorar seus sofrimentos.

O Sr. *Neves da Rocha* — Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. NOVAES FILHO — Pois não.

O Sr. *Neves da Rocha* — A Bahia, Sr. Senador Novaes Filho, está sempre ao lado das grandes causas, sempre ao lado dos seus irmãos do Norte, Nordeste, Centro e Sul do Brasil. Não poderia, neste momento, quando Pernambuco e outros Estados do Nordeste passam por transe tão doloroso, deixar de solidarizar-me com Vossa Excelência, no apêlo que dirige ao Senhor Presidente da República, a fim de obter recursos e socorro para as regiões assoladas pela enorme calamidade. Em nome da Bancada baiana, de que faço parte no Senado Federal, solidarizo-me com V. Exa., nesse transe que atravessa o Estado de Pernambuco.

O SR. NOVAES FILHO — Muito grato a meu velho amigo, Senador *Neves da Rocha*, por suas palavras.

Sr. Presidente, para comprovação do que narro, basta citar as cenas terríveis e degradantes que se desenrolam na grande, bela, próspera e culta cidade de Caruaru. Situada a cento e cinquenta quilômetros de Recife, servida por magníficas estradas pavimentadas a concreto, sendo a segunda cidade de meu Estado e sede de município de grande florescimento, centro de riqueza, de indústrias e de trabalho, Caruaru está recebendo água por meio de caminhões e de vagões apropriados da rede ferroviária. Água, Sr. Presidente, para distribuir a uma população de mais de cinquenta mil habitantes ! Só êsse fato já é suficiente para demonstrar o terrível problema com que luta, nesta hora, o Governo de Pernambuco.

O Sr. *Leônidas Mello* — Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. NOVAES FILHO — Pois não.

O Sr. *Leônidas Mello* — A tragédia, que se desenrola em Pernambuco, ocorre também em meu Estado, em menor proporção. Noticiam-me de Teresina que, diariamente, por lá passam levadas e levadas de nordestinos provindos do Ceará e do território piaulense açoitados pela sêca, num sofrimento tremendo e indescritível, a reclamar providências enérgicas do Governo da União. Assoclo-me assim ao apêlo que V. Exa. está dirigindo ao Sr. Presidente da República, em nome do Piauí sofredor, que tanto tem dado de suas energias para o desenvolvimento do Brasil.

O SR. NOVAES FILHO — Incorporo, com prazer, ao meu discurso, a opinião autorizada do eminente representante do Piauí, Estado da Federação que sofre como Pernambuco as tremendas conseqüências da sêca e até com uma circunstância tôda especial. É que, no momento em que eu mostrava as terríveis dificuldades por que está passando a grande cidade de Caruaru, recebi o aparte do ilustre Senador piauiense, que nesta hora, deve recordar-se de que os católicos de Caruaru são orientados e dirigidos por um filho do grande Estado do Piauí.

Sr. Presidente, estou certo de que o honrado Sr. Presidente da República dará a devida atenção ao apêlo do Governo do meu Estado que, nesta hora, secundo da alta tribuna do Senado, assim como também estou seguro de que todos os meus pares medirão bem o constrangimento com que o representante dos Guararapes ergue sua voz para pedir urgente socorro, a fim de que o povo tão bem situado na história do Brasil, na história política, na história social mas sobretudo, além de tudo, na história econômica, onde Pernambuco não está de mãos vazias, pelo contrário, foi dos primeiros contribuintes do Erário Nacional.

O *Sr. Nelson Firmo* — Sem interromper o vôo tribunicio do nobre colega, permite um aparte ?

O SR. NOVAES FILHO — Vossa Excelência sempre fidalgo e generoso para com seu colega.

O *Sr. Nelson Firmo* — Tenho o atrevimento e a franqueza de dizer a V. Exa. que Prestes e eu, pensamos da mesma forma sobre o problema do Nordeste. Ainda hoje mesmo declarou à "Tribuna da Imprensa": Em vez de Brasília salvemos o Nordeste. Eu o disse há três dias e Prestes, hoje. A honra é minha.

O SR. NOVAES FILHO — O entrevistado de hoje nada mais fez do que secundar as palavras de Vossa Excelência.

O *Sr. Nelson Firmo* — Prestes apóia um pensamento meu que é em geral da Nação. Para mim é uma honra.

O SR. NOVAES FILHO — Senhor Presidente, vou concluir o meu apêlo, na certeza de que o Senhor Presidente da República nos atenderá, pois já está bem capacitado das terríveis desgraças que se abatem sobre a terra pernambucana.

O *Sr. Nelson Firmo* — Permite Vossa Excelência outra interrupção ?

O SR. NOVAES FILHO — Com todo o prazer.

O *Sr. Nelson Firmo* — Apesar de minha profunda e substancial divergência do Governo do General Cordeiro de Farias, faço minhas as palavras de V. Exa. Só vejo, no caso, o meu Estado.

O SR. NOVAES FILHO — O apêlo do Governo de Pernambuco é tão justo e tão procedente que, nesta hora, recebe o aplauso autorizado de meu digno companheiro de Bancada, Senador Nelson Firmo, cujas divergências do Go-

vêrno do meu Estado são bem conhecidas neste Parlamento.

O *Sr. Nelson Firmo* — Ponho de lado as divergências.

O SR. NOVAES FILHO — Traz S. Exa. sua voz de pernambucano para prestigiar um apêlo justo e merecido de Pernambuco, sofredor, nesta hora.

O *Sr. Lima Teixeira* — Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer ouvirei Vossa Excelência.

O *Sr. Lima Teixeira* — Merece tôda a solidariedade o apêlo que V. Exa. faz, muito justamente, ao Governo da República. Só quem não conhece ou não visitou ainda os municípios...

O *Sr. Nelson Firmo* — Attingidos pela sêca.

O *Sr. Lima Teixeira* — ... attingidos nessa fase crescente da estiagem poderá ficar indiferente ao apêlo do nobre orador. Dou, portanto, testemunho do que pessoalmente averiguel, em relação à inclemência da sêca nos municípios balanos. Homens abandonavam os lares em busca de regiões onde encontrassem ambiente para pelo menos viverem e se alimentarem; outros, castigados pela fome, tentavam obter raízes para seu sustento e da família; ainda outros se dispersavam à procura de qualquer meio de vida, porque tudo desaparecera, tudo secara. Sequer se pode ter idéia da desolação reinante naqueles municípios.

O *Sr. Nelson Firmo* — O Senhor Presidente da República devia percorrer, neste momento, todo o Nordeste.

O *Sr. Lima Teixeira* — Vossa Excelência tem tôda a razão. Só vendo se pode fazer idéia...

O *Sr. Nelson Firmo* — O Senado em péso, devia apelar para Sua Excelência, nesse sentido.

O *Sr. Lima Teixeira* — ... do que passam as populações atingidas pela cêca. Seria de todo conveniente visitasse o Presidente Juscelino Kubitschek aquêles municípios, para presenciar o padecimento daquela gente.

O *Sr. Nelson Firmo* — Muito bem. O Senador Ruy Carneiro seria nosso intermediário junto ao Presidente da República, para que Sua Excelência fôsse ao Nordeste.

O *Sr. Ruy Carneiro* — Não serei intermediário, porque o Nordeste não precisa de intermediários. Posso adiantar, entretanto, ter o Chefe da Nação afirmado, diante dos homens do Nordeste presentes à reunião de Deputados da Oposição e do Governo, Ministros, Bispos, Vice-Presidente do Senado, Senador Apolônio Salles, Senador Kerginaldo Cavalcanti, cinco governadores e eu, que irá ao Nordeste. Dentro de poucos dias Sua Excelência visitará os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e onde se fizer necessária a sua presença.

O *Sr. Nelson Firmo* — Para mim já devia estar lá.

O *Sr. Ruy Carneiro* — Eu também gostaria; mas, certamente, Sua Excelência não pôde ainda viajar. Fique V. Exa., no entanto, tranqüilo: o ilustre Presidente da República atenderá aos nossos apelos.

O *Sr. Nelson Firmo* — Se Sua Excelência me convidasse, eu iria em sua companhia.

O SR. NOVAES FILHO — Muito obrigado ao nobre Senador Lima Teixeira pela colaboração valiosa que me trouxe; e ao eminente Senador Ruy Carneiro pelos esclarecimentos oportunos.

O *Sr. Ezechias da Rocha* — Dá licença para um aparte ?

O SR. NOVAES FILHO — Ouvirei, com prazer, o nobre representante de Alagoas.

O *Sr. Ezechias da Rocha* — Estou ouvindo, com o maior interesse, o discurso de V. Exa. Aliás, é sempre assim que ouço a sua formosa palavra...

O *Sr. Nelson Firmo* — Bonita e sonora.

O *Sr. Ezechias da Rocha* — ... particularmente quando se trata dos interesses de Pernambuco. Dejo dizer que, através da voz de Vossa Excelência não fala apenas Pernambuco, mas todo o Nordeste. Alagoanos e pernambucanos somos irmãos nas aspirações e nos sofrimentos, particularmente nestes trágicos dias, quando a inclemência do flagelo põe à prova, mais uma vez, a fibra nordestina. Ao mesmo passo que secundo o apêlo de V. Exa., manifesto minha confiança no Sr. Presidente da República que, sensível, como se tem mostrado sempre, ao sofrimento dos nordestinos, tudo fará, como prometeu, em benefício dos nossos conterrâneos, nesta hora dramática que estão vivendo.

O *Sr. Nelson Firmo* — O momento não é de promessas.

O *Sr. Ezechias da Rocha* — Sua Excelência já está realizando essas promessas em que todos podemos confiar. As providências já tomadas não deixam dúvidas a respeito.

O *Sr. Waldemar Santos* — O nobre orador dá licença para um aparte ?

O SR. NOVAES FILHO — Agradecendo a valiosa interferência do eminente Senador Ezechias da Rocha, ouvirei, com tôda satisfação, o aparte do nobre Senador Waldemar Santos.

O *Sr. Waldemar Santos* — Como representante do Piauí, nesta Casa, solidarizo-me com as palavras brilhantes de V. Exa. no apêlo que faz ao Presidente da República no sentido de amparar os flagelados do Nordeste. Segundo inúmeros telegramas por mim recebidos, o que ocorre em Pernambuco também se verifica no Piauí.

O SR. NOVAES FILHO — Muito obrigado pelo apêlo que me traz V. Exa., dizendo, também, dos horrores e aflições por que passa, neste instante, a população do Estado que aqui tão dignamente representa.

Sr. Presidente, precisa ficar bem claro a todos os homens que, nesta hora, bem de perto tratam do problema das sêcas, que as medidas devem ser as mais rápidas possíveis...

O *Sr. Nelson Firmo* — Muito bem.

O SR. NOVAES FILHO — ... porque as populações atingidas não têm o mínimo recurso. Tudo lhes falta, até água para beber. Se as providências se retardarem, apenas por uma semana, os males serão tremendos. É necessário que todos conheçam essa particularidade, e sobre ela meditem. Daí por que estou certo de que o apêlo de Pernambuco para aprovação de um crédito especial, que dá mais mobilidade e faz com que se iniciem serviços nas regiões atingidas pelo flagelo, será atendido.

O *Sr. Nelson Firmo* — Qual a importância desse crédito?

O SR. NOVAES FILHO — Trinta milhões de cruzeiros.

O *Sr. Nelson Firmo* — É uma miséria. Devemos dar ao Nordeste um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros. Trinta milhões não dão para coisa alguma. É até ridículo. Não lhe darei meu voto. Vossa

Excelência será mal visto no Nordeste.

O SR. NOVAES FILHO — Veja o eminente companheiro de Bancada a modéstia do meu apêlo. Por isso mesmo, estou certo de que não será recusado.

O *Sr. Fernandes Távora* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O *Sr. Fernandes Távora* — Ainda não dei nenhum aparte, por julgar escusado.

O SR. NOVAES FILHO — Vossa Excelência sabe o prazer com que sempre o escuto.

O *Sr. Fernandes Távora* — Um filho do Nordeste, um filho do Ceará que sempre acompanhou Pernambuco, nos seus dias de alegria, não pode deixar de acompanhá-lo, nos dias sombrios, Vossa Excelência tem meu apoio integral.

O SR. NOVAES FILHO — Muito agradecido ao nobre Senador Fernandes Távora, a quem a grande estrada percorrida não retirou ainda a flama do idealista, o desejo de servir à coisa pública e o aumento cada vez maior do seu amor e da sua dedicação à região do Nordeste.

O *Sr. Fernandes Távora* — Muito agradecido a Vossa Excelência.

O SR. NOVAES FILHO — Senhor Presidente, vou concluir dirigindo-me a V. Exa., que nesta hora preside o Senado da República com as qualidades que lhe são peculiares de experiência e de espírito público, para pedir que transmita ao honrado Senhor Presidente da República o veemente apêlo que hoje lhe dirijo, desta tribuna, em nome de Pernambuco, em nome daquela gente extraordinária dos Guararapes, a quem o Brasil deve

o maior marco de sua História, que é o marco da unidade nacional. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, oportunamente, fará chegar ao Senhor Presidente da República o apêlo que V. Exa. lhe dirige, em nome do Estado de Pernambuco.

Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, segundo orador inscrito. (*Pausa*).

S. Exa. não se encontra no Plenário.

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno, terceiro orador inscrito.

O SR. COIMBRA BUENO — Senhor Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Lamela Bittencourt, quarto orador inscrito. (*Pausa*).

S. Exa. está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire, quinto orador inscrito.

O SR. VICTORINO FREIRE — (*) — Sr. Presidente, o Senado ouviu o discurso que o nobre Senador Novaes Filho acaba de pronunciar sobre a tragédia do Nordeste nesta hora.

O Estado do Maranhão, que não sofre os rigores da seca, suporta, entretanto, a invasão de milhares de nordestinos, que procuram seus vales úmidos, fugindo dos locais onde o flagelo mais se acentua.

Comuniquei o fato ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas que, na ocasião, participava de reunião da Comissão de Socorro aos Flagelados. Como, até agora, não tenho notícias de quaisquer providências para assistir o Governador do Maranhão, nesta hora tão dramática, e, mais, porque não dispomos do aparelhamento necessário, inclusive para evitar surtos

(*) — Não foi revisto pelo orador.

de tifo ou de varíola nas concentrações de flagelados, venho, desta tribuna, em nome do meu Estado, requerer uma ação imediata. Allás, o Sr. Presidente da República tem recomendado, com prontidão e energia, que não se poupem esforços para debelar o flagelo.

Considerou o Sr. Juscelino Kubitschek a atual seca verdadeira operação de guerra, em que se empenha o Governo da República. É necessário, porém, que as autoridades cumpram as ordens, para que tal operação de guerra não seja contra os flagelados. Estes, mortos de fome, assaltam o comércio e não são reprimidos pela Polícia Estadual, que não pode prender quem assalta para não morrer de fome.

Era eu Secretário do General Mendonça Lima, então Ministro da Viação, quando se iniciou a seca de 1942. Atendendo a veemente apêlo do Interventor Ruy Carneiro, ora nosso eminente colega, o General Mendonça Lima designou-me, como nordestino e conhecedor do problema — porque todos os meus familiares, oriundos da área da seca, a sofreram na própria carne...

O Sr. Novaes Filho — O depoimento de V. Exa. tem grande sentido.

O SR. VICTORINO FREIRE — ... para que fôsse à Paraíba acertar com o Governo as primeiras providências. Ainda não havia o deslocamento em massa de vítimas do flagelo, e quem deveria agir era a própria Inspetoria das Secas.

Determinou o General Mendonça Lima se atacassem, sem verbas, os serviços em tôdas as direções — porque o caso era de calamidade pública — para evitar o êxodo dos flagelados, impedindo as estradas e morrendo naquelas veredas es-torricadas.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE —
Com prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — É verdade o que V. Exa. declara. Eu estava no Governo da Paraíba, passando as maiores agruras com a seca e a guerra. Foi no ano de 1942. Não entrou um navio no Porto de Cabedelo, foi uma situação dramática a que a Paraíba viveu. Daí por que, quando falo sobre seca, o faço com autoridade. Sofri amargamente. A despeito de estar o grande e boníssimo Getúlio Vargas no Governo, o Ministro da Fazenda daquela hora, sobre quem não vale a pena falar porque já morreu, não nos acudiu como desejávamos. O Senador Victorino Freire, àquele tempo auxiliar categorizado do Ministro da Viação, Sr. Mendonça Lima, foi quem foi à Paraíba para me dar ajuda e apoio, em nome do Ministro. Aliás, fê-lo com muito prestígio e autoridade. É certo o que Sua Excelência diz.

O SR. VICTORINO FREIRE —
Grato pelo seu aparte.

O Sr. Novaes Filho — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE —
Com prazer.

O Sr. Novaes Filho — O depoimento de V. Exa., nesta hora, vem com um alto sentido e propósito, e dupla autoridade — a de nordestino que conhece de perto as terríveis conseqüências da seca e a de um homem que, passando como colaborador pelo Ministério da Viação, conhece também, de perto, os entraves burocráticos.

O SR. VICTORINO FREIRE —
Grato a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, da Paraíba seguimos para o interior de Pernambuco e ali, com um grande técnico, o engenheiro Francisco Sabóia, atacamos os serviços em todas as direções, para evitar, justamente,

as concentrações e deslocamento dos flagelados.

Depois, Sr. Presidente, fui ao Rio Grande do Norte. Lá o General Mendonça Lima autorizou o Diretor da Estrada-de-Ferro que gastasse as verbas da ferrovia, pois êle, Ministro, responderia depois pelo processo no Tribunal de Contas.

É verdade que estávamos em regime ditatorial, sem os empecilhos legislativos que às vêzes demoram os projetos de lei de abertura de crédito. Mas a Constituição prevê também abertura de crédito especial para atender a calamidade pública.

Quero, nesta hora, Sr. Presidente, salientar que o Sr. Ministro da Fazenda está prontamente atendendo a todas as requisições de verba que lhe têm sido feitas; já foram liberados setecentos milhões de cruzeiros.

Todavía, a Comissão incumbida do plano de socorro aos flagelados, a meu ver, é por demais numerosa. Um único comando seria o aconselhável, fôsse do Ministro da Viação, o Comandante Lúcio Meira, fôsse de quem fôsse, para tomar as providências imediatas de amparo às populações, inclusive às que está o Maranhão recebendo.

O Sr. Ruy Carneiro — O comando do Plano de Socorro está unicamente sob a direção do Ministro Lúcio Meira; há, todavía, subcomissões. O Estado de V. Exa. não está sofrendo a seca, no momento.

O SR. VICTORINO FREIRE —
Mas está sendo invadido pelas populações flageladas.

O Sr. Ruy Carneiro — Talvez V. Exa. não esteja bem a par de todas as minúcias do Plano. A Comissão encarregada do combate ao flagelo é chefiada pelo Ministro Lúcio Meira. V. Exa. há pouco citou um fato do qual tenho execranda recordação. Em 1942, sofreu barbaramente, quando no Go-

vêrno da Paraíba, diante das dificuldades criadas pelo Ministro da Fazenda daquela época. Louvando o atual Ministro da Fazenda, Vossa Excelência lhe faz justiça. Ainda ontem, indo ao Gabinete de Sua Excelência, para tratar de assuntos relativos à Paraíba, ouvi daquele titular que destacara, dentre seus assessores, os elementos mais categorizados, para que as providências referentes aos recursos destinados às Obras Contra a Sêca não sofressem mais demora.

O SR. VICTORINO FREIRE — Agradeço o aparte de V. Exa. e quero, Sr. Presidente, deixar aqui uma palavra de louvor, ao Sr. Ministro da Fazenda;...

O Sr. Ruy Carneiro — Muito justo.

O SR. VICTORINO FREIRE — ... e reclamar, desta tribuna, do Senhor Ministro Lúcio Meira, em cujo espírito público e sentimento de humanidade confio, para que Sua Excelência mande imediatamente uma autoridade do Maranhão, a fim de assistir o Governo do Estado com os recursos necessários à localização dos flagelados.

O Sr. Púbblo de Mello — Muito justo.

O SR. VICTORINO FREIRE — Voltarei à tribuna, Sr. Presidente, quantas vezes forem necessárias, porque assume relêvo extraordinário essa questão e não é possível que, por falta de providências imediatas, morram brasileiros numa terra fertilíssima como o Maranhão.

Meu Estado, Sr. Presidente, sofre de falta de braços. São milhares e milhares de quilômetros quadrados, de terras devolutas, férteis. O Vale do Mearim, o Vale do Itapicuru, o Vale do Pindaré, o Vale do Movim, o Vale do Tocantins, todos êles poderiam abrigar um milhão de flagelados, que ali encontrariam terra fértil para

plantar e colhêr o sustento de suas famílias.

Espero, assim, Sr. Presidente, que o Estado do Maranhão seja assistido. No Governo do General Dutra, quando houve uma sêca, para lá se transportaram milhares de nordestinos, e com as providências do benemérito ex-Presidente foram localizados em menos de um mês. Com a estrada que Sua Excelência construiu, ligando o Vale do Mearim à Capital, a produção de arroz que era de duzentas ou trezentas mil sacas, ao terminar a gestão do eminente amigo, Senador Sebastião Archer, já ia a um milhão e quinhentos mil; êste ano esperamos uma produção de três milhões, no Vale do Mearim.

Com a providência que propugno, o Governo assistiria as vítimas do flagelo, dando-lhes, de logo, terras de maior fertilidade, para que ali formassem nova vida, a salvo da contingência de, periodicamente, terem de abandonar seus lares. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos. (*Pausa*).

Está ausente.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O Senhor Cunha Mello deixa a cadeira da Presidência, assumindo-a o Senhor Victorino Freire.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — (*) — Sr. Presidente, quando estive em Natal, há menos de dois meses, encontrei a família ferroviária bastante inquietada. Depois de tantos serviços pres-

(*) — Não foi revisto pelo orador.

tados à coletividade, quando esperavam melhor segurança e tranqüillidade para a sua vida, sobresaltavam-se, entretanto, os ferroviários com as perspectivas criadas com a nova sociedade anônima, que passou a gerir, na sua quase totalidade, as estradas-de-ferro nacionais. E para logo, Sr. Presidente, justificando realmente essa inquietude começavam os trabalhadores das Verbas três e quatro a receber da nova direção da Estrada de Ferro Sampaio Correia, comunicações, por escrito, de que seus serviços se revestiam, daquele momento em diante, das características de um contrato com prazo fixado em seis meses, podendo, porém, ser renovado. Ainda mais, para acrescer as angústias desses trabalhadores, com uma fôlha imensa de serviços prestados à Nação, foi-lhes retirado o abono-família.

Ora, Sr. Presidente, num País que atravessa uma forte crise de natureza inflacionária arrancam-se aos que trabalham em ferrovias, vantagens a que já se haviam acostumado e não se lhes dá outra perspectiva que não a da despedida em massa.

Sustentei, sustento e sustentarei que no Brasil, certos problemas não podem ser resolvidos simplesmente nos gabinetes; alguns casos nacionais não revestem as mesmas características que apresentam os de outros povos. Temos, com efeito, que atender a contingências próprias, e nem sempre estas se resolvem com o lápis do economista, com rigores da administração, mas através de medidas equânimes, que consultam o que chamamos a nossa realidade.

Nos Estados Unidos da América do Norte, onde há cerca de cinco milhões de pessoas desempregadas, o Governo assiste suas famílias, dando-lhes pensão para atender às suas necessidades, até que o mal possa ser remediado. Não temos instituição dessa natureza para os que se desempregam

e quando os operários são lançados a esse destino ingrato, ao léu da sorte, passam a uma vida de profundas amarguras, tendo conturbadas suas famílias por desajustamentos crescentes, cujas conseqüências não preciso declarar, porque todos as imaginamos.

O que se passa no Rio Grande do Norte é o que deverá estar ocorrendo nas demais unidades da Federação. O que acontece com a Estrada-de-Ferro Sampaio Correia, verifica-se, realmente, com as outras. Confluiu o Governo a direção dessas estradas-de-ferro a uma sociedade anônima. Recordo-me, porém, que, quando se tratou do problema, declarou-se, *una voce*, altissonantemente, que todos os direitos, prerrogativas e vantagens dos trabalhadores encontravam-se ressalvados na própria lei, não havendo da parte do Executivo qualquer propósito, longínquo embora, de agravar a condição dos empregados, atirando-os ao desemprego.

Esse clima encontro no órgão de imprensa da classe ferroviária, que recebi ultimamente.

A "Tribuna Ferroviária", que obedece à orientação do jornalista Anibal de Pinho, no seu número de 14 deste mês, sob a epígrafe

"Sob ameaça de demissão

Ferrovários com vinte anos de serviço apelam para o Ministro da Viação — Declara o Comandante Lúcio Meira: o pensamento do Governo é amparar o trabalhador e não o jogar na rua da amargura — Memorial da classe."

Expõe a situação, realmente das mais sérias e que exige, de quem de direito, da autoridade competente, medida que tranqüillize os ferroviários.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Lembro ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para término da hora do Expediente.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. consulte o Senado sobre se consente na prorrogação regimental da hora do Expediente, a fim de que o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti prosiga em seu discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Ezechias da Rocha.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, agradeço ao nobre Senador Ezechias da Rocha, aos ilustres colegas e a Vossa Excelência a tolerância de me ouvirem por mais alguns instantes.

Trago ao conhecimento da Casa, para que todos se compenetrem da gravidade do assunto, artigo publicado no referido número da "Tribuna Ferroviária", do seguinte teor:

"Após movimentada assembléa, realizada na sede da União dos Ferroviários do Brasil, o pessoal de obras da Central do Brasil decidiu encaminhar ao Ministro da Viação, Comendante Lúcio Meira, um memorial com as justas aspirações da classe.

Os trabalhadores das obras da E.F.C.B., que estão vivendo momentos de inquietação ante a ameaça de desemprego, estiveram na tarde dêsse dia com o Ministro da Viação, levados pelo Deputado fluminense José Pedroso, e acompanhados(ainda, pelo vice-presidente da União dos Ferroviários do Brasil, Sr. Anibal de Pinho.

Angústia

Na ocasião, foi exposta ao titular da Viação a situação inquietante dos trabalhadores de obras, alguns dêles, embora com mais de 20 anos de serviço, estão ameaçados de demissão sumária, passando à situação de simples empregados de empreiteiros, perdendo muitos anos de atividades como funcionários, isto de maneira inexplicável.

O Ministro da Viação ouviu atentamente o apêlo dos trabalhadores e prometeu que tomaria imediatas providências "olhando com tôda simpatia a justa reivindicação em causa", aconselhando-os, então, a que voltassem para suas casas, certos de que não seriam desamparados.

Disse ainda o Sr. Lúcio Meira que o pensamento do Governo é amparar os trabalhadores e não os jogar na rua da amargura.

O vice-presidente da União dos Ferroviários lembrou que tal situação de desassossêgo não é apenas entre os trabalhadores residentes no Rio, mas em todo o Brasil, citando inclusive as cidades de Lafaiete, Santos Dumont e Belo Horizonte, onde existem grandes agrupamentos de trabalhadores nas mesmas condições."

Segue-se cópia do memorial dos ferroviários, entregue ao Sr. Ministro Lúcio Meira, assim redigido:

"Exmo. e Ilmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas.

Os signatários, componentes da comissão pró-defesa do pessoal de obras da Estrada-de-Ferro Central do Brasil, vêm expor e afinal solicitar a Vossa Excelência o seguinte:

I — Exposição

1 — Que a quase totalidade do denominado "Pessoal de Obras" da referida E. F. Central do Brasil exerce função de natureza permanente, muitos dêles desde sua admissão.

2 — Que êstes servidores, sem exceção alguma, foram admitidos muito antes da criação da Rêde Ferroviária Federal S. A., alguns até com mais de 10 anos de trabalho.

3 — Que apesar da própria Administração da E.F.C.B., ter reconhecido caber o aproveitamento dêsses servidores que contassem mais de cinco anos de serviço, conforme determinação constante do seu órgão interno "Boletim Diário" n.º 227, de 3 de outubro de 1953, nem todos foram beneficiados.

4 — Que foram beneficiados pelos abonos concedidos pelas Leis 1.765-52 e 2.412-55, o que comprova o exercício de caráter permanente.

5 — Que exercendo função permanente e admitidos no regime de administração autárquica, esperavam seu aproveitamento, claro e positivo, como mensalistas extranumerários (porque de fato já o são) conforme sempre ocorreu naquela via-férrea.

6 — Que estavam nessa expectativa, quando surgiu a Resolução n.º 15, de janeiro do corrente ano, da Rêde Ferroviária Federal S. A. (anexo n.º 1), autorizando um contrato com a duração de seis meses, inclusive possibilitando a dispensa dêsses servidores mediante encaminhamento aos empreiteiros de novas obras na mesma estrada.

7 — Que, *data venia*, Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, eram os signatários servidores de uma autarquia industrial da União, portanto servidores autárquicos como

quaisquer outros, em cujo sistema administrativo "autarquia" não havia a espécie de empregado denominado "Pessoal de Obras Novas", tanto assim que *ex-vi legis* o seu pessoal constituía-se de mensalista, diarista, tarefeiro e contratado (art. 14, da Lei número 1.163, de 1950) e também de um número variável de ferroviários para atender as substituições do quadro e as flutuações dos serviços (§ 5.º, do art. 15, da Lei 1.163), onde, nem de longe, está configurada a espécie de servidor "Pessoal de Obras".

8 — Por outro lado, o Decreto-lei n.º 4.373, de 11 de junho de 1942, em plena vigência, dispõem claramente no seu art. 1.º que :

Aos empregados dos serviços da União Federal, das Empresas por ela administradas e das que de sua propriedade, são administradas pelos Estados, não se aplica a legislação de proteção ao trabalho.

Parágrafo único — A êsses servidores, todavia, são assegurados os direitos que derivam da legislação de Previdência Social.

9 — Nem se diga que o Decreto-Lei n.º 240, de 4 de fevereiro de 1958, a que se reporta o de número 4.114 combinado com o de n.º 4.373 aludidos, regulamenta a situação do pessoal de obras, porque enquanto o primeiro nega totalmente a aplicação dos seus dispositivos a êsse pessoal pelo seu artigo 38, parágrafo único, o mesmo Decreto-lei n.º 4.114-42 determina a aplicação integral daquela legislação do extranumerário da União a todos os servidores, genericamente denominados como pessoal das empresas de propriedade da União.

10 — Que esse pessoal é imprescindível à E. F. Central do Brasil, pois com a denominação de operários de obras, exercem as mais variadas funções, tomando parte preponderante, tanto em setor de operações como em administrativo, ocupando cargos de grande responsabilidade, e que a demissão desse pessoal, dependeria em admissão de outros tantos, na mesma quantidade, dada a imprescindibilidade desses servidores.

II — Solicitação

11 — Assim, vêm os signatários, em face do princípio de justiça com que Vossa Excelência tem solucionado as reivindicações das classes trabalhadoras, solicitar que, tendo em vista a modificação da estrutura, jurídico-administrativa da E. F. Central do Brasil, ocorrida em consequência da Lei n.º 3.115-57, seja o denominado "Pessoal de Obras", então existente na data desse diploma legal, aproveitado como extranumerário mensalista, de acordo com as funções que exercem, a exemplo do que sempre foi feito naquela via-férrea, conforme ficou acima citado.

Fazendo votos pela felicidade pessoal de V. Exa., aguardam serenamente os servidores da E. F. Central do Brasil, que percebem pela Verba de Obras que lhes seja feita a necessária e indispensável Justiça.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1958.

Sr. Presidente, eis aqui a cópia do malfadado ofício em que se comunica aos trabalhadores que, de agora em diante, estarão subordinados a contrato de seis meses, que poderá ser renovado *ad libitum* da direção da empresa. Para o fato, rogo a atenção do ilustre e

preclaro Diretor, Sr. Felo porque, se assim vier a ocorrer, teremos de convir que é uma ação feíssima.

"Rêde Ferroviária Federal

Resolução n.º 15

A Diretoria da Rêde Ferroviária Federal S. A., em reunião realizada no dia 15 de janeiro, resolveu:

a) — As Diretorias das Rêdes Regionais e das Estradas isoladas deverão regularizar, no menor tempo possível, a situação do pessoal que vem sendo admitido pela verba de obras e utilizado em atividades de custeio;

b) — Como solução provisória, até que se fixem os quadros de cada Estrada, ficam as diretorias autorizadas a admitir, do pessoal de verba de obras que vinha servindo nas mesmas em atividades administrativas ou de operação, os elementos que forem considerados indispensáveis, mediante contrato, com a duração de 6 meses;

c) — O pessoal que vinha servindo propriamente em obras, poderá ter seu contrato renovado, por um prazo de 6 meses, a fim de evitar o desemprego ou descontinuidade nas obras em curso, devendo, porém, ir sendo dispensados à medida que as Estradas forem contratando suas obras, e o pessoal despedido fôr sendo encaminhado aos empregadores para emprego".

Eis, Sr. Presidente, claramente exposto nessa Portaria, os intuitos da Rêde de Viação Férrea Nacional. Vê-se por ela que trabalhadores com longo tempo de serviço, alguns com mais de dez, foram colocados na alternativa de ou irem para a rua a qualquer momento, se não se conformarem com essa miserável imposição, ou então, aceitarem-na como se fôsse

um contrato, que os subordina à dispensa, daqui a seis meses, ou ainda, por muita equidade da direção da Estrada, terem seus contratos renovados por mais seis meses.

Será possível, Sr. Presidente, que assim se esteja compreendendo, que desta maneira se encarem os direitos e prerrogativas dos trabalhadores? Vivemos a dizer que temos de cuidar do bem-estar do povo brasileiro. Como o promovemos, se de um momento para outro, surge uma portaria dessas, que é, com efeito, a demonstração de um propósito, não digo perseguidor — por que não acredito seja essa a intenção do eminente Diretor da Rede Ferroviária Nacional — mas que constitui, de qualquer modo, a prova de que a ameaça impende sobre os lares desses pobres homens.

Ninguém me pediu, Sr. Presidente, fizesse transcrever nos Anais do Senado êsse memorial. Recebendo a "Tribuna dos Ferroviários" deparei-o, e, como a situação é a mesma nos outros Estados da Federação e tive oportunidade de verificar que, no Rio Grande do Norte, os operários também estão intranquillos e insatisfeitos, não poderia fugir ao dever de lançar daqui meu protesto. Reservo-me o direito de posteriormente versar o assunto e formular requerimento escrito.

Aos ferroviários tira-se tudo, até a camisa. Vemos desastres constantes. Por que, Sr. Presidente? — As causas, ninguém as examina; ninguém quer saber de onde provêm a subnutrição, a pobreza orgânica, a miséria psíquica; ninguém se importa enfim, com essa série imensa de fatos que, juntos, podem, realmente, esclarecer os sucessivos desastres verificados em nossas estradas-de-ferro.

Entretanto, Sr. Presidente, a alta direção dessa estrada tem vantagens pecuniárias extraordinárias. Ela é realmente bem paga e bem tratada, mas os operários marcam

passo na miséria e, quando se supõe com algum direito, quando se supõem acobertados pelas leis sociais e pelo espírito de justiça entre os homens que dirigem o País, vêm-lhes de surpresa uma Portaria com êsse teor, que, com efeito, é uma ameaça que poderia justificar o grito de greve.

Recusam ao operário o direito de fazer greve, mas Sr. Presidente, greves contra medidas dessa natureza são greves justas porque profundamente necessárias e humanas.

Se querem as classes conservadoras que no País não haja greve, elas mesmas cuidem, Sr. Presidente, de evitar que ela deflagre. Não é tomando providências desta espécie que nós, a não ser pela violência e brutalidade, colbiremos aos que são flagelados por situação assim temerosa, de se rebelarem contra o opróbrio que isso representa.

E, noutros setores, Sr. Presidente, como oportunamente voltarei a esta tribuna para dizer, as mesmas oportunidades se verificam para protestos veementes.

De fato, não estou compreendendo, mas o que em realidade se está organizando fere os direitos legítimos, direitos não só previstos na lei como aquêles direitos de bem-estar a que se refere a própria Constituição Federal.

Lanço desta tribuna, Sr. Presidente, o meu protesto veemente e desde já o digo: se até agora eu tinha dúvidas no meu voto com relação ao direito de greve, neste momento ela desapareceu, em face de situações desta natureza. Não posso mais tê-las, e o culpado de ter eu que votar pelo direito de greve é a própria classe patronal, que, assim desafiando, está criando ambiente intranquillo que levará o País — ninguém sabe o dia, mas acontecerá — a situação das mais desagradáveis.

O nobre Governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Bias Fortes, encontrando-se comigo numa das antecâmaras do ilustre e honrado

Ministro da Fazenda, num *tête a tête* que mantivemos, dizia: — precisamos nos entender; a Nação necessita, realmente, de unificar-se para resolver seus sérios problemas econômicos, porque, senão, grave será o dia em que as classes desfavorecidas, oprimidas pelas necessidades, tenham que descer os morros para a cidade. Então, que será de nós?

Confesso a V. Exa., Sr. Presidente, que ainda naquela oportunidade em que falava com o preclaro Governador do Estado de Minas Gerais, não me assaltara ao espírito tão grave dúvida, mas agora me vejo forçado pelas circunstâncias a concordar com as palavras do Sr. Governador Bias Fortes.

Resolvamos, portanto, este problema, mas o façamos sem ferir, como estão sendo feridos, os direitos das classes proletárias, dos trabalhadores. Não asseguremos os direitos, apenas, daqueles que têm grandes prerrogativas legais e situação economicamente privilegiada. Esses, a cada dia que passa, batem às portas do Parlamento a solicitar melhorias, e vantagens e a obter tudo aquilo que desejam. As classes pobres, o povo pobre, o povo desprotegido, o povo humilde, o povo que não tem quem chore por ele, só encontra casos como estes, lamentáveis e infelizes.

Casos como esse, Sr. Presidente, é que criam o desespero e fazem encher as colunas dos jornais de notícias de suicídios inexplicáveis, os quais, se formos averiguar, verificaremos serem resultantes de uma crise econômica, que já nos atinge a todos.

Em nome dos trabalhadores do Rio Grande do Norte e, de certo modo, ainda que não autorizado, da família ferroviária brasileira, sobretudo através das palavras do manifesto, espero que o honrado e preclaro Ministro da Viação se entenda com a direção dessa ferrovia central e resolva de modo equânime — como é justo, sensato e razoável — a situação dos fer-

roviários brasileiros, ferroviários do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, da Bahia, de todo o Brasil, inclusive do meu Estado, o Rio Grande do Norte. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá, para explicação pessoal.

O SR. MEM DE SÁ — (*Para explicação pessoal*) — (*) — Senhor Presidente, solicitei a palavra a Vossa Excelência para transmitir ao Senado telegrama, que ontem recebi do meu Estado e cuja leitura julgo necessário fazer.

“Solicito de V. Exa., em nome dos produtores de cebolas de São José do Norte, protestar no Senado contra a pretendida importação de cebola estrangeira, mediante câmbio especial. Tal medida, se efetivada, trará graves prejuízos aos produtores locais ainda detentores de grande parte da safra. (a) *Luciano Cortinhas*, Vereador do P.L.”

Não tenho, Senhor Presidente, conhecimento pormenorizado do quanto se está passando nesse setor da produção agrícola do Rio Grande do Sul. É esta a primeira notícia que recebo sobre o assunto.

Suspendo, assim, por ora, meu juízo. Pretendo ir, amanhã, ao Rio Grande do Sul, onde colherei informações completas para, de acordo com as mesmas, tomar a providência que entender conveniente.

Formo, devo dizer, bom conceito do Coronel Frederico Mindello, Presidente da COFAP. Custa-me, portanto, profundamente, crer que se imagine, nesta altura, importar cebolas, mediante câmbio especial, em face da penúria, da miséria de divisas de que padecemos, quando ainda existe safra nacional para ser colocada nos mercados inter-

(*) — Não foi revisto pelo orador.

nos. A medida seria de tal modo desatinada que não acredito possa realmente suceder.

De qualquer modo, Sr. Presidente, fica, desde logo, essa primeira advertência. Espero que o Coronel Frederico Mindello, dela tomando conhecimento, se digne esclarecer a questão. (*Muito bem*).

O Sr. Victorino Freire deixa a cadeira da presidência, reasumindo-a o Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, ofício que vai ser lido.

É lido o seguinte

OFÍCIO

Em 27 de março de 1958.

Senhor Presidente.

Achando-se ausente desta Capital o Senhor Senador Saulo Ramos, solicito se digne Vossa Excelência de designar-lhe substituto temporário na Comissão de Redação, na forma do disposto no art. 39, § 2.º, do Regimento Interno.

Atenciosas saudações. — *Ezechias da Rocha.*

O SR. PRESIDENTE — Em substituição ao nobre Senador Saulo Ramos, designo o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

Achando-se o Sr. Senador Caiaido de Castro impossibilitado de aceitar a designação feita em uma das últimas sessões, para participar da Delegação do Congresso Nacional que visitará próximamente o Japão, a Mesa designa, em substituição a S. Exa., o Sr. Senador Arlindo Rodrigues.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado, número 43, de 1957, que dispõe sobre as comemorações do 50.º aniversário da imigração japonesa no País e dá outras providências (em regime de urgência, nos

têrmos do artigo 156, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 78, de 1958, do Sr. Moura Andrade e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 25 do mês em curso), dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Relações Exteriores e Finanças.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Lineu Prestes, Relator na Comissão de Constituição e Justiça, para emitir parecer.

O SR. LINEU PRESTES — (*Lê o seguinte parecer*) — A 18 de junho do corrente ano, transcorre o 50.º aniversário da chegada, ao nosso País, dos primeiros imigrantes japoneses, que para aqui vieram, a fim de “partilhar com o nosso povo das promessas e das possibilidades da terra nova e generosa”, como se diz, oportunamente, na justificação do presente projeto, que dispõe sobre as comemorações dessa efeméride.

Desnecessário será, por certo, assinalar a contribuição que, neste meio século, tem dado ao nosso País o imigrante japonês. Seja no amanho da terra, ou no exercício das atividades industriais e comerciais, valiosa e eficiente se nos mostra a sua colaboração, no desenvolvimento e expansão da economia nacional. Dinâmicos e empreendedores os japoneses bem se fizeram merecedores da simpatia e do reconhecimento dos brasileiros pela forma correta e, mesmo, carinhosa com que procuraram, irmanando-se conosco, trabalhar para o progresso do Brasil, país que elegeram como segunda pátria, numa comunhão integral de ideais e aspirações, frutificada em bem-fazeja e pacífica convivência política, econômica e social.

Também é de destacar-se, como resultado dessa união fraternal de interesses, o intenso intercâmbio cultural entre os dois povos.

As comemorações do cinquentenário da imigração japonêsa, se impõem, sobretudo, pelo fato de se não revestir, simplesmente, das características de uma festa restrita a uma colônia alienígena, mas, sim, porque oferece indispensáveis aspectos sentimentais, quando sabemos que, nela, tomarão parte, já agora, filhos e netos dos que, esperançosos e cheios de fé e confiança na terra dadivosa, aqui aportaram pela primeira vez.

Determina a proposição em seu artigo 1.º, que o Governo adotará as medidas e providências necessárias, a fim de levar a efeito essas comemorações, devendo ser constituída (artigo 2.º) uma Comissão Especial, sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores.

Estabelecem os arts. 3.º e 4.º que o Poder Executivo mandará cunhar medalhas e emitirá selos comemorativos, observadas as disposições legais aplicáveis.

O art. 5.º abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr\$ 50.000.000,00, para ocorrer às despesas resultantes das comemorações.

Julgamos conveniente corrigir a redação dêsse dispositivo de modo a adequá-lo à disposição do art. 65, n.º VI, da Constituição Federal, que reza :

“Art. 65. Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República:

VI — autorizar abertura e operações de crédito e emissões de curso forçado”.

Para tanto, apresentamos a Emenda n.º 1-C.

Quanto ao art. 6.º, que determina o registro automático pelo Tribunal de Contas, do crédito referido no artigo 5.º deve assinalar-se que o exame pelo Tribunal de Contas é medida indispensável, por força de lei (Lei n.º 830, de 23 de novembro de 1949 — art. 42, n.º V), só sendo dispensável em casos especialíssimos, como os dos créditos

votados para atender a situações de calamidade pública e outras.

Diante do exposto, somos pela aprovação do projeto, com as seguintes emendas :

EMENDA N.º 1-C

Ao art. 5.º

Onde se diz :

“é aberto”

Diga-se :

“é o Poder Executivo autorizado a abrir”.

EMENDA N.º 2-C

Ao art. 6.º :

Suprima-se.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador João Villasboas, relator do Projeto na Comissão de Relações Exteriores, para emitir parecer.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — (*) — Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado, n.º 43, de 1957, de autoria de digno colega, Senador Auro de Moura Andrade, visa autorizar o Governo Federal a adotar medidas e providências necessárias a que seja condignamente comemorado, em todo o território nacional, o 50.º aniversário da imigração japonêsa no País. Nada mais justo, dadas as grandes vantagens trazidas ao Brasil por êses imigrantes.

A Comissão de Relações Exteriores não faz objeção ao projeto. Assinala, no entanto, com a devida vênia da Comissão de Constituição e Justiça, a inconstitucionalidade dos arts. 5.º e 6.º, pois que, na forma do § 2.º do art. 67 da Constituição Federal, as matérias de caráter financeiro só podem ter origem na Câmara dos Deputados.

(*) — Não foi revisto pelo orador.

A proposição, entretanto, pode ser aproveitada com a rejeição desses dois artigos, na oportunidade da votação, certo o Senado de que a Câmara dos Deputados, usando da faculdade que lhe confere a disposição constitucional, incluirá no projeto as medidas que não podem ser votadas por esta Casa.

Este o parecer da Comissão de Relações Exteriores. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Júlio Leite, relator da matéria na Comissão de Finanças, para emitir parecer.

O SR. JÚLIO LEITE — (*Lê o seguinte parecer*) — Sr. Presidente, é o seguinte o parecer da Comissão de Finanças:

Dispõe o presente projeto, de iniciativa do nobre Senador Moura Andrade, sobre as comemorações do cinquentenário da imigração japonesa no País, para o que determina ao Poder Executivo a adoção das medidas e providências que se fizerem mister, organizando, através de uma comissão especial, o programa das festividades, e incluindo, como parte destas, a cunhagem de moedas e emissão de selos comemorativos.

Ao projeto, foram apresentadas, pela douta Comissão de Constituição e Justiça, duas emendas, com o objetivo de corrigir-lhe imperfeições, no que tange à abertura do crédito especial para atender às despesas decorrentes das comemorações.

Do exame do projeto, somos pela sua aprovação, assim como das emendas que lhe foram aditadas.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o projeto com as emendas oferecidas pela Comissão de Constituição e Justiça. (*Pausa*).

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão. Nos termos do Regimento, o projeto será votado, artigo por artigo.

Sem debate, são sucessivamente aprovados os seguintes artigos do Projeto de Lei do Senado, n.º 43, de 1957.

Art. 1.º O Governo Federal adotará as medidas e providências necessárias a fim de que seja condecoradamente comemorado, em todo o território nacional, o 50.º aniversário da imigração japonesa no País.

Art. 2.º A fim de organizar o programa das festividades comemorativas será constituída uma comissão especial sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores.

Art. 3.º O Poder Executivo mandará cunhar medalhas comemorativas da efeméride com as quais serão agraciados, mesmo *post mortem*, os primeiros imigrantes chegados ao País, bem como os japoneses que, por qualquer forma hajam contribuído, de modo relevante, para o progresso e o desenvolvimento do Brasil.

Art. 4.º O Governo Federal determinará, igualmente, a emissão de selos comemorativos, observadas as disposições legais aplicáveis.

O SR. PRESIDENTE — O art. 5.º teve parecer contrário da Comissão de Relações Exteriores e recebeu emenda da Comissão de Constituição e Justiça a qual por ser modificativa, deverá ser votada depois do artigo.

Em votação o art. 5.º, assim redigido:

Art. 5.º Para ocorrer às despesas resultantes da presente lei é aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, um crédito especial de Cruzeiros 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros).

O SR. JOAO VILLASBÔAS — (*Para encaminhar a votação*) — (*) — Sr. Presidente, o artigo ora em votação dispõe:

(*) — Não foi revisto pelo orador.

“Para ocorrer às despesas resultantes da presente lei é aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, um crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros)”.

O dispositivo contido no § 1.º do art. 87 da Constituição declara:

“Cabe à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa da lei de fixação das forças armadas e a de tôdas as leis sôbre matéria financeira”.

Ora, Sr. Presidente, êste artigo 5.º do projeto, determinando abertura de crédito de cinqüenta milhões de cruzeiros para atender às despesas com as comemorações do cinquentenário da Imigração Japonesa é frontalmente contrário ao referido dispositivo da Constituição Federal.

Como ainda há pouco afirmel, não prejudica ao projeto opor-se o Senado à aprovação dêsse artigo, porque êle poderá ser corrigido pela Câmara dos Deputados, à qual cabe a iniciativa de leis, emendas e mais proposições que envolvam despesas e, portanto, de caráter financeiro.

Peço, assim, ao Senado, a rejeição do art. 5.º do projeto. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o art. 5.º. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está rejeitado; em consequência, ficam prejudicados o art. 6.º e as emendas constantes do parecer da Comissão de Justiça, emitido oralmente pelo nobre Senador Lineu Prestes.

Ê o seguinte o artigo rejeitado:

Art. 5.º Para ocorrer às despesas resultantes da presente lei é aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, um crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros).

Ê o seguinte o artigo prejudicado:

Art. 6.º O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e consignado ao Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, à disposição da comissão especial a ser constituída nos termos do disposto no art. 2.º.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o art. 7.º.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Em votação o art. 8.º.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

São os seguintes os artigos aprovados:

Art. 7.º O Poder Executivo expedirá, no prazo de 90 dias a contar da promulgação da presente lei, o competente decreto regulamentar.

Art. 8.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — A matéria vai à Comissão de Redação, para redigir o vencido para a segunda discussão.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 79, do Senhor Lineu Prestes e outros Senhores Senadores, solicitando urgência nos termos do ar-

artigo 156, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara, n.º 326, de 1956, que modifica o art. 226, da Consolidação das Leis do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador João Villasboas.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — (Para encaminhar a votação) — (*) — Senhor Presidente, quando, ontem, foi encerrada a discussão do requerimento, pedi a palavra para encaminhar a votação, sendo esta adiada para a presente sessão.

Com a devida vênia dos ilustres colegas que firmaram o pedido de urgência, sou forçado a combatê-lo. Faço-o baseado em deliberação que tomamos, na reunião dos Líderes, de atendermos a tais solicitações apenas quando se tratar de matéria de interesse público.

Essa orientação enquadra-se precisamente naquela que venho mantendo nesta Casa, de sempre combater as urgências quando estas visem atender interesses de ordem particular e que de forma alguma seriam prejudicadas se votados normalmente os projetos.

Sr. Presidente, temos no Senado uma vasta lista de projetos de alto interesse nacional que, talvez, mereçam a atenção da Casa e o apressamento de sua votação. A proposição em causa, entretanto, não merece ser tratada em regime de urgência; pode tramitar em regime normal sem necessidade de infringirmos a orientação que a liderança dos partidos considerou salutar para o bom andamento e melhor rendimento dos trabalhos legislativos do Senado.

Sr. Presidente, coerente com essa orientação e em consonância com o pensamento uniforme dos Líderes de todas as Bancadas nesta

Casa, manifesto meu voto contrário à aprovação da urgência. Estou certo de que da tramitação normal do projeto, dentro do Regimento do Senado, nenhum prejuízo advirá ao mesmo ou às pessoas nêles interessadas.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com muito prazer recebo o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Gaspar Velloso — A Malária, por seu Líder, está de pleno acôrdo com os conceitos emitidos por V. Exa. em relação à urgência requerida para o presente projeto e os demais que porventura se apresentem.

Efetivamente, há projetos que pela importância de seus reflexos na opinião pública e no encarecimento da vida devem merecer melhor estudo. O presente projeto, em regime de urgência, tem parecer contrário da Comissão de Legislação Social e poderia perfeitamente ser rejeitado nesta sessão, pois me parece ser esta a intenção da liderança de quase todos os partidos representados nesta Casa. Entretanto, a medida preconizada por V. Exa., de se rejeitar pura e simplesmente os pedidos de urgência, desde que os projetos a que se referem não sejam de relevante necessidade, é de grande alcance. Não é possível que o Senado aprove ou desaprove projetos sem estudo acurado dos mesmos. Nestas condições, pode contar V. Exa. com o apoio do Partido Social Democrático e da sua liderança.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com todo prazer.

(*) — Não foi revisto pelo orador

O Sr. Lima Teixeira — Estou ouvindo com muita atenção as considerações de Vossa Excelência, em torno desse projeto, até porque o debate, sobre a redução de horas de trabalho tem causado sérias divergências na Comissão de Legislação Social.

Mesmo depois de aprovado, o projeto referente aos cabineiros de elevadores, foi por duas vezes vetado pelo Sr. Presidente da República. A diversidade de opinião entre os membros da Comissão de Legislação Social e da Comissão de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho aconselha o que Vossa Exa. pleiteia, isto é, que o projeto não seja votado em regime de urgência. No particular, devo dizer que o pensamento do Partido Trabalhista Brasileiro, que aliás deveria ser o mais interessado na urgência, é de que a matéria carece de estudo mais apurado. Estamos, pois, de inteiro acôrdo com o ponto de vista sustentado, aliás com muita justiça, pelo ilustre orador.

O SR. JOAO VILLASBOAS — Muito grato pelos apartes com que me honraram os nobres colegas representantes do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro, nesta Casa.

O nobre Senador Lima Teixeira, acaba de declarar que o projeto recebeu parecer contrário de uma das Comissões — a de Legislação Social.

O Sr. Mem de Sá — Peco licença ao nobre orador para retificar: o parecer contrário é da Comissão de Educação e Cultura. Houve um lapso da parte do nobre Senador Lima Teixeira, quando citou a Comissão de Legislação Social, a qual, aliás, nada tem a dizer sobre a matéria.

O SR. JOAO VILLASBOAS — Muito obrigado a Vossa Excelência pela retificação.

Sr. Presidente, o fato é que há parecer contrário de uma das Comissões. Levada a proposição às outras, pelas quais terá que tramitar, poderá receber pareceres favoráveis os quais, na oportunidade da discussão em Plenário, talvez se tornem vencedores.

Ressalta a conveniência, portanto, Sr. Presidente, de que o projeto siga sua tramitação normal e não seja, de afogadilho, discutido e votado, em regime de urgência.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. JOAO VILLASBOAS — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Gostaria que o nobre orador aproveitasse o ensejo para fazer apêlo ao autor do requerimento de urgência no sentido de que o retirasse, pois, estou certo, seria atendido.

O SR. JOAO VILLASBOAS — Sr. Presidente, atendendo à sugestão do ilustre representante da Bahia, Senador Lima Teixeira, dirijo-me ao nobre representante do Estado de São Paulo, Senador Lineu Prestes, autor do requerimento de urgência, solicitando de Sua Excelência a retirada do mesmo, atendendo às manifestações formuladas pelos diferentes Partidos. Estenderia essa solicitação relativamente ao segundo requerimento de urgência em pauta, uma vez que, se o primeiro projeto já foi estudado pela Câmara, o segundo se inicia nesta Casa e, portanto, está a exigir demorados e apurados estudos, impossíveis de fazer dentro do regime de urgência. (*Muito bem*).

O SR. LINEU PRESTES — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, atendendo ao apêlo do eminente Líder, Senador João Villasboas, solicito de V. Exa. a retirada do requerimento de urgência, n.º 79.

O SR. PRESIDENTE — Havendo o signatário desistido do Requeri-

mento de urgência, n.º 79, o projeto a que se refere seguirá o curso normal.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 80, de 1958, do Senhor Lineu Prestes e outros Srs. Senadores, solicitando urgência nos termos do art. 156, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado, n.º 48, de 1957, que dispõe sobre a aposentadoria dos funcionários que trabalham na entrega postal ou telegráfica.

O SR. LINEU PRESTES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, pelos motivos já expostos, solicito de Vossa Excelência a retirada do Requerimento de urgência, n.º 80.

O SR. PRESIDENTE — Havendo o signatário desistido do Requerimento de urgência, n.º 80, o projeto a que se refere seguirá o curso normal.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara, n.º 137, de 1957, que restabelece a Cadeira de Técnica Odontológica e suprime uma das Cadeiras de Prótese Dentária na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão, tendo Pareceres Contrários, sob ns. 49, 50 e 51, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura, e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovarem o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Rejeitado.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto rejeitado que vai ao Arquivo :

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 137, de 1957

(N.º 1.533-B-1956, na Câmara dos Deputados)

Restabelece a Cadeira de Técnica Odontológica e suprime uma das Cadeiras de Prótese Dentária na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º Fica restabelecida, na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão, a cadeira de Técnica Odontológica, no curso de Odontologia.

Art. 2.º O ensino de Prótese Dentária, na mesma Faculdade, constará, apenas, de uma cadeira, sendo um dos atuais professores de Prótese transferido para a cadeira de Técnica Odontológica.

Art. 3.º O Ministério da Educação e Cultura fará as apostilas necessárias nos títulos de nomeação dos respectivos catedráticos e determinará as providências complementares para o normal funcionamento das duas cátedras, na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Esgotada a matéria da Ordem do Dia, faculto a palavra a qualquer dos Srs. Senadores que dela queira fazer uso.

O SR. VICTORINO FREIRE — (*) — Sr. Presidente, devo dar uma explicação ao Senado. Há pouco, na Presidência, tive ocasião de deferir requerimento do nobre Senador Cunha Mello sobre o Banco da Amazônia.

O assunto, que já vem cansando o Senado, é fruto do propósito

(*) — Não foi revisto pelo orador.

renitente e odiento do representante amazonense em desmoralizar a administração daquela instituição de crédito.

Deseja S. Exa. que o Presidente do Banco traga para o Senado tôdas as operações quebrando criminalosamente o sigilo bancário.

De minha parte pode S. Exa. virar o Banco de pernas para o ar, não me interessa; demonstra apenas o intuito deliberado de satisfazer vaidade pessoal de Sua Excelência; seus sentimentos de ódio e de frustração. Estou em condições de responder a muitos itens do requerimento, mas não desejo antecipar-me. Aguardarei a publicação no "Diário do Congresso" e então o farei com altivez e energia, qualidades das quais não costumo separar-me. Desejo demonstrar mais uma vez ao Senado quem está defendendo os interesses da Amazônia, se sou eu ou o honrado Senador Cunha Mello. (*Muito bem!*).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão. Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado, n.º 43, de 1957, que dispõe sobre as comemorações do 50.º aniversário da imigração japonesa no País, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do artigo 156, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 78, de 1958, do Sr. Moura Andrade e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 25 do mês em curso), aprovado em primeira discussão, salvo quanto aos arts. 5.º e 6.º, na sessão anterior.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.

**10.^a Sessão da 4.^a Sessão Legislativa da 3.^a Legislatura,
em 28 de março de 1958**

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Mello.
Alvaro Adolpho.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Fausto Cabral.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Georgino Avelino.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Octacílio Jurema.
Argemiro de Figueiredo.
Novaes Filho.
Nelson Firmo.
Ezechias da Rocha.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Sá Tinoco.
Arlindo Rodrigues.
Calado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lino de Mattos.
Domingos Vellasco.

Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Sylvio Curvo.
João Villabóas.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso. (45).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 45 Senhores Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Neves da Rocha, servindo de 2.^o Secretário, procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Sylvio Curvo, servindo de 1.^o Secretário, lê o seguinte.

EXPEDIENTE

TELEGRAMAS

— Pedidos de providências para amparar populações assoladas pela seca:

— do Prefeito Municipal de Assaré, Ceará;

— da Associação Comercial de Sobral, no mesmo Estado;

— do Prefeito Municipal de Calçara, Pernambuco;

— do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Sal, de Macau, Rio Grande do Norte.

MEMORIAIS

— Da União Operária e Camponeza do Brasil, manifestando-se contra o projeto de lei que regula o direito de greve.

— do Assistente Diocesano da Comissão do Bem-Estar Rural de Santa Maria, Rio Grande do Sul, transmitindo apêlo dos agricultores, do Município de Jaguari, no sentido de ser elaborada uma lei que torne obrigatória a inclusão de complementos educativos sobre lides rurais nas exibições cinematográficas feitas em meios rurais.

OFÍCIOS

— Do Presidente da Comissão Executiva do Segundo Congresso Psicanalítico Latino-Americano, comunicando a realização desse certame, em agosto do corrente ano, na cidade de São Paulo, e pedindo para ele o apoio do Senado.

— do Sr. Amílcar da Silva Pereira, ex-Governador do Território Federal do Amapá, comunicando haver transmitido ao novo titular, Sr. Pauxy Gentil Nunes, o cargo, do qual se exonerou, a fim de concorrer ao próximo pleito para Deputado Federal;

— do Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, n.º 63, agradecendo a comunicação relativa à constituição da Mesa que dirigirá os trabalhos do Senado na presente sessão legislativa.

— Da Câmara dos Deputados:

— n.º 1.4.ª S., solicitando seja levado ao conhecimento dos Srs. Senadores os termos da carta da firma Willys-Overland do Brasil S. A., para aquisição de jipes.

Tire-se cópia do Expediente e seu anexo, remetendo-se a todos os Senadores.

— N.º 218. nos seguintes termos: Câmara dos Deputados.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1958.

N.º 218.

Senhor Primeiro Secretário:

A Secretaria da Câmara vem, prazerosamente, distribuindo os "Diários do Congresso" aos Senhores Senadores, já há algum tempo.

Entretanto, às vezes, por motivo de conserto de um ou outro veículo, o serviço de distribuição ou não é feito, ou, comumente, o é com imperfeição.

Nessas condições, esta Secretaria sugere a Vossa Excelência examinar a possibilidade de ser posta à disposição do mesmo serviço uma das viaturas do Senado, sempre que ocorrer aquela hipótese.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — José Bonifácio — Primeiro Secretário.

Ao Diretor-Geral da Secretaria para informar.

— N.º 241, encaminhando autógrafos do seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 26, de 1958

Que assegura promoção ao posto de segundo-tenente aos Aspirantes a Oficial e Sargentos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, diplomados, e que venham a diplomar-se, com o curso da Escola para Sargentos dessa corporação, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos Aspirantes a Oficial e Sargentos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, diplomados, e os que venham a diplomar-se, com o curso da Escola, para Sargentos dessa Corporação, é assegurada a promoção ao posto de 2.º tenente nas condições estabelecidas nesta lei.

§ 1.º Os atuais Aspirantes a Oficial, abrangidos por este artigo, terão suas promoções a 2.º Tenente na data da publicação desta lei, independente de vaga e de idade, ficando agregados ao respectivo quadro.

§ 2.º Os atuais Sargentos abrangidos por este artigo terão asseguradas suas promoções a Aspirantes a Oficial e a 2.º Tenente, independente de idade, respeitadas as exigências de 6 (seis) meses de interstício no posto de Aspirante e as condições regulamentares de colocação intelectual, ficando agregados ao respectivo quadro.

§ 3.º Os oficiais que possuem o curso citado nesta lei, e os Sargentos que vierem a ser promovidos por efeito dela, terão as suas promoções a Aspirantes a Oficial, consideradas a contar da data em que concluírem aquêl curso.

Art. 2.º Os beneficiários desta lei não terão direito à percepção de diferenças e vencimentos atrasados.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Segurança Nacional e de Finanças:

PARECERES

Ns. 57-A, 58-A e 59, de 1958

N.º 57-A, de 1958

Da Comissão de Serviço Público Civil — sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 84, de 1957, que regula o seqüestro e o perdimento de bens nos casos de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso de cargo ou função.

Relator: Sr. Calado de Castro.

Tendo recebido emenda em Plenário, volta a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara, n.º

84, de 1957, que regula o seqüestro e o perdimento de bens nos casos de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso de cargo ou função.

Dispõe a emenda, de autoria do eminente Senador João Villasbôas, que "o Juiz, Representante do Ministério Público, Serventuário ou Funcionário de Justiça que, por qualquer meio, direto ou indireto, retardar o andamento dos processos a que se refere o art. 5.º ou deixar de ordenar ou cumprir os atos e termos judiciais nos prazos marcados por lei, ficarão impedidos de prosseguir funcionando no feito, por suspeitos de particularmente interessados na sua decisão, sem prejuízo dos processos penais acaso cabíveis na espécie".

Em sua justificação, diz o illustre representante mato-grossense que sabe de juizes que retêm autos até completar-se a prescrição, do delito, a fim de proteger funcionário público denunciado por peculato, tendo a emenda o objetivo de dar punição real para o juiz (ou o auxiliar de Justiça) nas condições previstas.

A Comissão de Constituição e Justiça, julgando "um tanto forte considerar suspeito de particularmente interessado na decisão de processo o juiz que retardar o seu andamento, coisa a que se vê, tantas vèzes, obrigado por motivos outros", ofereceu à emenda a seguinte subemenda:

"O Juiz, Representante do Ministério Público, Serventuário ou Funcionário de Justiça que, por qualquer meio, direto ou indireto, retardar o andamento dos processos a que se refere o art. 5.º ou deixar de ordenar ou cumprir os atos e termos judiciais nos prazos marcados por lei, ficarão impedidos de prosseguir no feito, sem prejuízo da ação penal cabível na hipótese".

Entrando no mérito do assunto, parecemos que deva, realmente, ser aceita a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

A hipótese, é bem verdade, já está prevista no art. 121, itens I e II, do Código de Processo Civil, onde se estabelece a responsabilidade do juiz quando, no exercício de suas funções, incorre em dolo ou fraude, ou, sem justo motivo, recusa, omite ou retarda providências que deva ordenar *ex-officio* ou a requerimento da parte.

Do mesmo modo, praticando faltas dessa espécie, o representante do Ministério Público e os serventuários da justiça estarão sujeitos à punição, o primeiro pelo Procurador-Geral, e, os últimos pelo próprio Juiz ou Corregedor.

Entretanto, como salienta o autor da Emenda, no que diz respeito à punição do Juiz, a experiência demonstra que tal dispositivo será, sempre, letra morta, pelo que se justifica a adoção de medidas mais práticas e efetivas.

Isso pôsto, e tendo em vista, sobretudo, que o projeto tem, antes do mais, uma finalidade altamente moralizadora, esta Comissão se manifesta pela aprovação da subemenda da Comissão de Constituição e Justiça, que corrige a Emenda de suas falhas, sem lhe prejudicar o alcance ático.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 1958. — *Prisco dos Santos*, Presidente. — *Catado de Castro*, Relator. — *Mathias Olympio*. — *Gilberto Marinho*.

N.º 58-A de 1958

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 84, de 1957.

Relator: Sr. *Sylvio Curvo*.

Volta a esta Comissão, por haver recebido em Plenário uma emenda e na Comissão de Justiça — uma subemenda — o Projeto de Lei da Câmara que no

Senado tomou o número 84, de 1957.

Este projeto regula o seqüestro e o perdimento de bens nos casos de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso de cargo ou função.

Em 9 de outubro de 1957, esta Comissão houve por bem opinar que a matéria constante deste projeto escapa à sua competência técnica.

Sendo a emenda de Plenário e a subemenda da Comissão de Justiça intelramente pertinentes ao projeto, esta Comissão novamente opina escaparem ambas à sua competência técnica.

Este é o nosso parecer.

Sala das Comissões, 26 de março de 1958. — *Lima Teixeira*, Presidente. — *Sylvio Curvo*, Relator. — *Lino de Mattos*. — *Octacílio Jurema*. — *Lameira Bittencourt*. — *Arlindo Rodrigues*.

N.º 59, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 84, de 1957.

Relator: Sr. *Daniel Krieger*.

1. Por haver recebido emenda em Plenário, e para que sobre ela nos manifestemos, retorna a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara, n.º 84, de 1957, que regula o seqüestro e o perdimento de bens nos casos de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso de cargo ou função.

2. Estabelece a emenda que "o Juiz, representante do Ministério Público, Serventuário ou funcionário de Justiça que por qualquer meio, direto ou indireto, retardar o andamento dos processos a que se refere o art. 5.º ou deixar de ordenar ou cumprir os atos e termos judiciais nos prazos marcados por lei, ficarão impedidos de prosseguir funcionando no feito por suspeitos de particularmente

interessados na sua decisão, sem prejuízo dos processos penais acaso cabíveis na espécie”.

3. É verdade que o Código de itens I e II prevê a responsabilidade do juiz, quando, no exercício de suas funções, incorre em dolo ou fraude, ou, sem justo motivo, recusa, omite ou retarda providências que deva ordenar *ex-officio* ou a requerimento da parte.

4. O dispositivo do C.P.C. não faz referência a representante do Ministério Público, a serventuário ou funcionário da Justiça, mas o fato é que, incorrendo em faltas semelhantes, estarão sujeitos à punição, o Representante do Ministério Público, pelo Procurador-Geral, e, os serventuários ou funcionários da Justiça, pelo próprio Juiz ou pelo Corregedor.

5. Diz, porém, o ilustre autor da emenda, que no que concerne à punição de Juiz, por prevaricação será essa punição sempre letra morta na lei, e cita o caso de magistrado que, para proteger funcionário público denunciado por peculato, retém os autos, até completar-se a prescrição extintiva da punibilidade.

6. O objetivo da emenda é, portanto, possibilitar uma punição real para o Juiz, ou o auxiliar de Justiça nas condições previstas, impedindo-o de prosseguir funcionando no feito.

Aliás, a emenda vincula a espécie ao disposto no art. 5.º do projeto, o que se afigura justo, pois o caso é omissão na legislação vigente.

8. A emenda, que, sob o ponto de vista constitucional e jurídico, nada contém que a invalide, precisa, porém, em nosso entender, de ser ligeiramente alterada, pois se nos afigura um tanto forte considerar suspeito de particularmente interessado na decisão de processo o juiz que retardar o seu andamento, coisa a que se vê, tantas vezes, obrigado por motivos outros.

Assim, opinamos pela aprovação da emenda, nos termos da seguinte:

SUBEMENDA A EMENDA

Acrescente-se, em seguida ao art. 5.º, o seguinte:

“Art. — ... O Juiz, Representante do Ministério Público, Serventuário ou funcionário de Justiça que por qualquer meio, direto ou indireto, retardar o andamento dos processos a que se refere o artigo 5.º ou deixar de ordenar ou cumprir os atos e termos judiciais nos prazos marcados por lei, ficarão impedidos de prosseguir funcionando no feito, sem prejuízo da ação penal cabível na hipótese.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1957. — *Cunha Mello*, Presidente. — *Daniel Krieger*, Relator. — *Lima Guimarães*, vencido quanto à emenda e subemenda. — *Attilio Vivacqua*. — *Ruy Carneiro*. — *Gilberto Marinho*. — *Lourival Fontes*. — *Rui Palmeira*.

EMENDA A QUE SE REFEREM OS PARECERES SUPRA

EMENDA N.º 1

Acrescente-se em seguida ao artigo 5.º o seguinte:

“Art. — O Juiz, Representante do Ministério Público, Serventuário ou funcionário de Justiça que por qualquer meio, direto ou indireto, retardar o andamento dos processos a que se refere o artigo 5.º ou deixar de ordenar ou cumprir os atos e termos judiciais nos prazos marcados por lei, ficarão impedidos de prosseguir funcionando no feito por suspeitos de particularmente interessados na sua decisão, sem prejuízos dos processos penais acaso cabíveis na espécie.

Justificação

A emenda se inspira no fato por mim observado, de Juiz, para proteger funcionário público denunciado por peculato, reter os autos até completar-se a prescrição do delito. Lamentavelmente, no que concerne à punição do juiz, por prevaricação, será por suspeição, para continuar a funcionar no feito, sem medida de resultado prático imediato.

Sala das Sessões do Senado Federal, em 22 de outubro de 1957.
— *João Villasbôas.*

PARECER

N.º 60, de 1958

Da Comissão de Educação e Cultura — sobre o Projeto de Lei n.º 298, de 1956, que dá nova denominação à profissão de guarda-livros.

Relator: Sr. *Ezechias da Rocha*

O presente projeto estabelece que os profissionais habilitados como guarda-livros, de acordo com os Decretos n.º 20.158, de 30 de junho de 1931, e 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, bem como os técnicos em contabilidade, passam a integrar a categoria profissional de "Técnico em Contabilidade", com as atribuições e prerrogativas, atualmente conferidas aos guarda-livros.

Originou-se o presente projeto de proposta do Conselho Federal de Contabilidade, resultante de deliberação da Assembléa Nacional de Contabilistas. A Diretoria do Ensino Comercial do Ministério de Educação e Cultura examinou o assunto, manifestando-se favoravelmente à pretensão.

Ela tem por si o apoio da maioria dos contabilistas reunidos em assembléa de classe e exprime a reivindicação de uma importante categoria profissional. Não há dúvida que a designação de "guarda-livros" se prende a uma antiga tradição. Entre nós, o Decreto n.º

20.158, de 30 de junho de 1931, e 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, criaram, entre os cursos técnicos, o de guarda-livros. Nesse tempo, diploma e profissão eram designados pelo mesmo nome.

Com a reforma do ensino comercial, consubstanciado no Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, introduziu-se a disparidade: um dos cursos técnicos passou a ser o de Contabilidade e a êste passou a corresponder o diploma de guarda-livros. A fim de atenuar essa incongruência, a designação do diploma foi alterada para Técnico em contabilidade, pelo Decreto-lei n.º 8.191, de 29 de novembro de 1949. Como último passo, pretende-se, agora, extinguir a velha denominação e conferir a essa categoria profissional o título que já figura na portada do curso e no pergaminho do diploma.

A aspiração da classe responde a uma valorização das técnicas e dos técnicos, muito do nosso tempo. A mudança da denominação é secundária, desde que mantidas as atribuições profissionais. Estas permanecem intocadas, *ex-vi* dos arts. 25 e 26 do Decreto-lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946.

As atribuições dos Técnicos em Contabilidade serão as mesmas que se conferem nos atuais guarda-livros.

Somos, assim, pela aprovação do projeto, desde que, sob o ângulo de legislação educacional, nada há que possa invalidá-lo.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1958. — *Mourão Vieira*, Presidente. — *Ezechias da Rocha*, Relator. — *Mem de Sá* — *Públio de Mello*. — *Reginaldo Fernandes*. — *Nelson Firmo*.

PARECER

N.º 61, de 1958

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 1957.

Relator: Sr. *Públio de Mello*.

A Comissão apresenta a Redação Final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 1957, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1958. — *Ezechias da Rocha*, Presidente. — *Públio de Mello*, Relator. — *Sebastião Archer*. — *Argemiro de Figueiredo*.

ANEXO AO PARECER N.º 61
DE 1958

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 1957.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do artigo 66, inciso IV, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º, de 1958

Aprova o ato do Presidente da República que determinou a intervenção federal no Estado de Alagoas.

Art. 1.º É aprovado o ato do Presidente da República que determinou a intervenção federal, por 60 (sessenta) dias, no Estado de Alagoas, nos termos do Decreto n.º 42.266, de 14 de setembro de 1957.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Othon Mäder primeiro orador inscrito.

O SR. OTHON MÄDER — (*) — Sr. Presidente, a despeito das declarações do Sr. Ministro da Fazenda, de que a crise do café será vencida e tempos melhores advirão, até hoje a situação permanece como há quinze dias.

Particularmente o Pôrto de Paranaguá — devo informar — continua quase paralisado. As exportações mínimas nos meses de janeiro e fevereiro respectivamente 122.000 e 42.000 sacas — não têm aumentado.

O Boletim dos Embarques de Café, naquele pôrto, datado de 20 de março, consigna o embarque, naquele mês, de apenas 40.022 sacas, havendo despachadas, para embarque, mais dezessete mil trezentas e sessenta e nove.

Por aí se vê que a provável exportação, pelo Pôrto de Paranaguá, no mês de março, não excederá muito de sessenta mil sacas. Exportávamos, há muitos anos, uma média de mais de trezentas mil sacas por mês. Ficamos reduzidos a uma exportação de sessenta ou mesmo quarenta e duas mil sacas, como já ocorreu no mês de fevereiro é, sem dúvida, uma queda vertical. Uma das providências anunciadas pelo Ministério da Fazenda e pelo I.B.C., e que melhoraria muito essa situação, era a de que o I.B.C. poria à venda cem mil sacas de café, para exportação pelo pôrto de Paranaguá.

Acusava-se o I.B.C. de ter um estoque demasiadamente grande naquele pôrto, o que impedia a formação de lotes para exportação. Com a providência anunciada, diziam as autoridades federais que a situação iria melhorar; entretanto, as exigências para a compra deste café foram tão rigorosas e o preço pelo qual está exposto à venda é tão elevado — sessenta cruzeiros por saca a mais do que a paridade internacional — que não se resolveu a situação, continuando paralisado aquele pôrto.

Além dos desastrosos efeitos econômicos, com a redução das divisas que poderíamos colher da sua exportação e a não entrada de impostos para os cofres estaduais e municipais, apresenta essa paralisação outro aspecto muito

mais sério que é o efeito sobre a vida de uma população inteira. Cerca de três mil pessoas que vivem no Pôrto de Paranaguá, justamente da exportação, de movimentação desse produto, vêem-se, agora, reduzidas a um mínimo de trabalho, percebendo quantias insuficientes para a sua subsistência. Sofrem verdadeira angústia, e chegaram mesmo a pedir alívio aos navios estrangeiros.

Além desse espetáculo para nós deprimente, muitos desses estiva-dores, hoje sem serviço, vêem-se obrigados a lançar mão de todos os recursos, para prover a subsistência de suas famílias, e os furtos ultimamente ocorridos no referido pôrto são, em parte, atribuídos ao desespero.

No início, quando as autoridades descobriam os furtos, puniam os culpados; agora, é tal a situação de desespero daquele povo, que já não se vai a esse extremo. Hoje, já se admite, que alguém roube para sustentar sua família. A situação, pois, é muito mais grave do que se pensa, pois até um crime que está capitulado no nosso Código Penal, em Paranaguá está deixando de ser punido — e com justa razão — porque as autoridades vêem que o povo está na maior miséria.

Sr. Presidente, é preciso que o Governo tome providências enérgicas para conjurar a crise do café, permitindo-lhe entrar novamente naquele ritmo de exportação, que proporcionava divisas suficientes para atender às nossas necessidades, e trabalho a tanta gente, que, no Pôrto de Paranaguá, atravessa, no momento, horas de angústia e dificuldades.

Sr. Presidente, há dias, o Sindicato de Operários do Pôrto de Paranaguá dirigiu telegrama, verdadeiramente patético às autoridades públicas, pedindo providências.

Hipoteco inteira solidariedade ao movimento dos operários do meu Estado, cujo sofrimento bem ava-

liamos. Não posso, nesta hora, deixar de colocar-me ao lado do povo, que sofre as conseqüências de crise prevista e não evitada unicamente devido à incompetência dos dirigentes do País.

O telegrama está redigido nos seguintes termos:

Telegrama Dramático

Já sete sindicatos representando trabalhadores do Pôrto de Paranaguá, segundo notícias aqui chegadas, enviaram dramático telegrama ao Presidente da República, Ministros da Fazenda e do Trabalho, Governador do Paraná e Presidente do IBC revelando aspectos impressionantes de suas aflições e agruras. É o seguinte o texto do telegrama enviado àquelas autoridades:

“Trabalhadores de Paranaguá estão em situação de extrema necessidade. Em virtude da paralisação dos serviços de estiva marítima e terrestre a fome ronda os seus lares. Com a paralisação dos embarques de café, que representam 90% da movimentação do pôrto, a escassez de serviço acentua-se cada vez mais sem perspectivas de melhora. A crise chegou ao auge em fevereiro, quando se esgotaram tôdas as reservas em dinheiro, dos sindicatos, empregadas na subsistência das famílias de seus associados. Estes compreendem, na sua maioria, operários autônomos cujos proventos mensais são em relação apenas a serviços executados, não lhes sendo garantido o salário-mínimo. Tendo em vista a situação desesperadora de seus associados, os dirigentes sindicais abaixo-assinados apelam para V. Ex.^a no sentido de uma solução urgente para tão doloroso problema. Até agora, as diretorias dos sindicatos têm conseguido impedir qual-

quer demonstração de violência por parte dos trabalhadores do pôrto, mas temem não poder contornar a situação com o agravamento da crise”.

Seguem-se as seguintes assinaturas: — *Osmar Santos Pereira*, Presidente do Sindicato dos Estivadores; *José Germano Costa*, Presidente do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café; *Juvenal dos Santos*, Presidente do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Café; *Antônio Lopes*, Presidente do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga; *Nahig dos Santos*, Presidente do Sindicato dos Arrumadores no Comércio Armazenador; *Manuel Leandro da Costa*, Presidente do Sindicato dos Profissionais em Veículos Motorizados; e *Venceslau Martins*, Presidente do Sindicato dos Consertadores de Carga e Descarga nos Portos de Paranaguá e Antonina.

Sr. Presidente, aí está o apêlo veemente às autoridades, há muitos dias. Como a situação, de lá para cá, não melhorou, é de presumir — de se afirmar até — que o destino dos estivadores, aliás de todos aquêles que dependem da movimentação do café no Pôrto de Paranaguá, será o mais trágico que se possa imaginar.

Efetivamente, esperam-se desordens na cidade e, para preveni-las, o policiamento passou a ser feito pela Marinha de Guerra do Brasil. Oitenta marinheiros estão sendo empregados nessa tarefa.

Receta-se que, a qualquer momento, desordens, assaltos e outras conseqüências advenham da situação precária que atravessam os trabalhadores do Pôrto de Paranaguá.

Por isso, neste momento, renovo o apêlo, que já foi feito pelos

meus conterrâneos que desenvolvem suas atividades nesse pôrto, às autoridades do País, para que tomem na devida consideração êsse aspecto do declínio da exportação de café. Do contrário, não sei o que acontecerá à gente humilde que vive dessa exportação.

Sr. Presidente, há que salientar, também, o impacto desta crise na situação financeira do Estado. Como se sabe, o Paraná, apesar de ser um dos Estados mais ricos da Federação, daqueles que mais têm progredido e alcançado desenvolvimento surpreendente, de uns tempos a esta parte vem lutando com graves dificuldades financeiras, não obstante sua receita elevadíssima, pois já atingiu o Estado a mais de cinco bilhões de arrecadação apesar desta vultosa quantia arrecadada pelo Governo. Isto se deve, Sr. Presidente, ao descabro com que vem governando, o atual chefe do Executivo paranaense.

A dilapidação dos dinheiros públicos e o seu desvio para negócios outros não consignados no orçamento e, ainda mais, os assaltos praticados por firmas particulares, quase tôdas integrantes do grupo Lupion, ao Banco do Estado, levaram êste estabelecimento de crédito a se limitar ao mínimo de encaixe.

Está devendo ao Tesouro Estadual e êste, por sua vez, deve aos funcionários estaduais, os quais não têm recebido os seus vencimentos, que estão em grande atraso, porque o dinheiro a êles destinado foi desviado para suprir as necessidades de numerário das emprêsas do grupo Lupion.

O Sr. *Fernandes Távora* — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OTHON MÄDER — Com todo o prazer.

O Sr. *Fernandes Távora* — É realmente estranho que uma receita extraordinária como essa do Estado do Paraná, que já orça,

como V. Ex.^a acaba de declarar, em mais de cinco bilhões de cruzeiros e há poucos anos — lembro-me bem — era da ordem apenas de algumas centenas de milhões, não haja servido para dar maior impulso ao Estado, que realmente ostenta progresso espantoso. Seria de boa ética que os governantes dessem conta aos seus jurisdicionados do que fizeram de todos êsses bilhões.

O SR. OTHON MÄDER — Vossa Excelência tem tãda a razão. Como filho do Paraná e representante daquele Estado, sinto que o dinheiro arrecadado pelos cofres públicos dos meus conterrâneos está sendo dilapidado, sem nenhum proveito para a gente paranaense.

Sr. Presidente, a queda brusca que ocorreu na exportação do café pelo Pôrto de Paranaguá não podia deixar de refletir sôbre as finanças estaduais. O Paraná, que já lutava com as dificuldades a que me refiro, está agora a braços com maiores ainda. A prova é que o Governador do meu Estado já não vive mais em Curitiba; reside habitualmente no Rio de Janeiro e está correndo pelo Ministério da Fazenda, de uma antesala para outra, atrás dos auxiliares de Gabinete e do próprio Ministro, para ver se consegue qualquer auxílio financeiro para seu Estado.

Sr. Presidente, é verdadeiramente uma vergonha para o Paraná, que devia estar em situação folgada, capaz até de auxiliar seus irmãos da Federação. Em vez disso, vê-se obrigado a pedir empréstimos ao Ministro da Fazenda, para pagar parte do seu funcionalismo, cuja grande maioria não receberá seus vencimentos. Há poucos dias, os professores paranaenses fizeram uma passeata de protesto, pelas ruas de Curitiba. Querem, com razão, receber aquilo a que fizeram jus, pelo trabalho. Não é justo fiquem com

seus ordenados retidos, ainda mais nesta quadra tão difícil da vida.

Nada disso, entretanto, é levado em conta no Paraná, e a situação é cada vez pior. O Governador do Estado está permanentemente nesta Capital, pleiteando auxílio para as arcas do Tesouro estadual, no momento sem recurso algum.

Sr. Presidente, para se ver a que ponto chegou o desespero do Senhor Moyses Lupion em conseguir auxílio financeiro é bastante ler o artigo publicado no "O Estado de São Paulo", em que o correspondente descreve reunião realizada no Palácio Iguazu, para tratar do problema do café. O articulista esteve presente à reunião e seu depoimento é, portanto, incontestável. Diz:

"Convém, nesse particular, esclarecer que, anteontem, o IBC colocou à venda, em Paranaguá, cem mil sacas de café, porém a um preço de sessenta cruzeiros mais elevado que a paridade internacional".

A providência, aparentemente salvadora para o Pôrto de Paranaguá, não deu resultado algum.

Adiante, diz o correspondente que nessa reunião ficou resolvido o envio de um memorial às autoridades federais — ao Sr. Ministro da Fazenda, ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café e a outros — expondo a situação calamitosa do Paraná. A respeito, escreve:

"Conquanto não conste no memorial, que foi levado ao Rio por uma Comissão integrada por autoridades e representantes das classes produtoras do Paraná, o "Estado de São Paulo", pode adiantar que uma das sugestões a ser verbalmente apresentada no Rio, para solução da crise financeira da administração, estaria no depósito, no Banco do

Estado do Paraná, pelo Instituto Brasileiro do Café, das importâncias que a Fazenda teria direito, se exercitasse a arrecadação do Imposto de Vendas e Consignações nas operações do café retido no porto”.

Sr. Presidente, é verdadeira ingenuidade, senão deslavada tolice do Governô do Paraná pretender obter dinheiro por esse meio; o Instituto Brasileiro de Café depositar o dinheiro que devia ter sido pago de imposto no Porto de Paranaguá e não o foi, por não haver exportação — no Banco do Estado. Só mesmo quem não tenha qualquer conhecimento de administração pública, quem não tenha prática desses negócios pode aventar idéia tão esdrúxula, como essa de pretender que o Governô Federal deposite dinheiro nos cofres do Banco do Estado.

O Sr. Fernandes Távora — Pensa V. Exa. que é inocência?

O SR. OTHON MÄDER — Prefiro ter como inocência essa sugestão do Governô paranaense.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, não há de estar o Instituto Brasileiro do Café nadando em ouro; não terá, neste momento, disponibilidades para aplicar no Estado do Paraná, através do Banco do Estado, o que seria outro êrro, senão outro crime.

Já tivemos a respeito experiência: o Banco do Brasil emprestou 200 milhões de cruzeiros ao Paraná através do Banco do Estado. Que aconteceu? As empresas do grupo Lupion recorreram ao Banco e levantaram dinheiro para atender às suas necessidades. O Estado continua da mesma forma, sem recursos.

Se esse adiantamento fôsse concedido, seu destino seria o mesmo: em vez de empregado para salvar as finanças do Paraná, iria desafogar as empresas do

grupo Lupion que estão em situação financeira difícil.

Sr. Presidente, se a solução fôsse apenas a de conseguir os 500 milhões de cruzeiros correspondentes ao imposto que o Paraná auferiria com a exportação dos dois milhões e meio de sacas de café que estão no Porto — pois recebe 200 cruzeiros por saca — ainda assim, nada adiantaria.

O Sr. Moysés Lupion mandaria que o I.B.C. depositasse no Banco do Estado como adiantamento, até que o café fôsse exportado.

Mais fácil seria que S. Ex.^a determinasse aos gerentes de suas empresas que recolhessem ao Banco do Estado o dinheiro que receberam em empréstimo, que se eleva aproximadamente a 610 milhões de cruzeiros. O Governô estaria, assim, em condições de pagar o funcionalismo estadual.

Sr. Presidente, o adiantamento que se pretende, não tem cabimento. Não sei mesmo como classificar a sugestão do Governô do Paraná às autoridades federais. Muito mais decente, muito mais moral, muito mais correto seria S. Ex.^a determinar que suas empresas devolvessem ao Estado o dinheiro que levantaram indevidamente. Essa a situação angustiosa que o Paraná atravessa, quer do ponto de vista financeiro, com relação ao pagamento do funcionalismo que está atrasado, quer quanto aos três mil operários do Porto de Paranaguá, que se vêem a braços com sérias dificuldades.

O apêlo que faço neste momento ao Governô Federal é no sentido de que leve a sério a crise cafeeira e a encare não com os subterfúgios com que responde o Sr. Ministro da Fazenda e com as medidas paliativas que vem empregando, pois, dessa maneira, não resolverá crise tão grave.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. OTHON MÄDER — Com todo o prazer!

O Sr. *Fernandes Távora* — Venho acompanhando, há muito tempo, as declarações de V. Ex.^a sobre a situação do Paraná, e não pude ainda compreender como o Governador do Estado consegue pôr um manto sobre todas essas irregularidades e inconstitucionalidades — para não dizer coisa pior — sem que haja quem o chame à ordem. Assassinato de posseiros, companhias que se formam e açambarcam territórios imensos, empréstimos de toda ordem e, agora, como V. Ex.^a acaba de dizer, apesar de um recebimento de cerca de cinco milhões, o pagamento do funcionalismo não está em dia. Que faz esse homem, de tanto dinheiro, de tantos empréstimos e da própria renda do Estado? Não haverá por acaso, uma autoridade, neste País, que chame esse cidadão à ordem, pedindo-lhe contas? É, realmente, coisa que irrita. Nada tenho com a política do Paraná; mas, afinal de contas, sou brasileiro.

O SR. OTHON MÄDER — Vossa Ex.^a como político nacional, tem que olhar, também, para os problemas estaduais.

O Sr. *Fernandes Távora* — No meu entender o nobre colega tem feito o possível para alertar o Chefe da Nação sobre a situação do Paraná. Creio, entretanto, não há nada que dê jeito àquilo.

O SR. OTHON MÄDER — Tem Vossa Excelência toda razão. A pergunta que formula é repetida por todos: o que há em relação ao Sr. Moysés Lupion, para que Sua Excelência goze dessa autoridade ilimitada e incontrolável, no Estado do Paraná, podendo fazer o que bem entende?

O Sr. *Fernandes Távora* — É como dizia o matuto, na minha terra: "Casa, batiza e ainda aca-

ba com o sol alto. Ninguém pode com êle". (*Risos*).

O SR. OTHON MÄDER — É evidente. A situação do Paraná surpreende a quantos a analisam. Lamentável é que, quanto mais esse dirigente abusa dos poderes a êle conferidos para governar aquela unidade federativa, com carinho e honestidade; quanto mais prevarica, quanto mais assalta bancos, quanto mais falcatruas comete, maior seu prestígio perante a política nacional e as altas autoridades federais. Sua influência é incomensurável.

O Sr. *Fernandes Távora* — *Similia similibus facile congregandur*.

O SR. OTHON MÄDER — Sr. Presidente, não posso deixar a tribuna sem me congratular com a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados. Em reunião de ontem resolveu ela estudar a fundo a crise do café, e já designou elementos para essa pesquisa.

Verifica-se, portanto, que a outra Casa do Congresso leva a sério a crise cafeeira; e tenho a certeza de que se o exemplo fôr seguido pelas outras entidades responsáveis do Brasil chegaremos a resultado satisfatório. Precisamos sindicá-lo, saber porque a crise do café chegou ao ponto atual, e, então, estabelecermos e executarmos medidas capazes de debelá-la.

Não é possível continuarmos neste rumo, inteiramente cegos ao que está diante de nós, a comprar café e a armazená-lo. Após adquirirmos todo o estoque de café brasileiro, que faremos? Compraremos o produto colombiano, o mexicano e o africano, para então, impormos ao mercado consumidor nossas condições, nossas exigências e ressarcirmos os prejuízos?

Será esse o caminho, Sr. Presidente? Penso que não. É indispensável solucionarmos a crise.

Não o faremos, no entanto, se prosseguirmos como até agora, quase como cegos, avançando sem saber onde iremos parar nem em que iremos bater.

A resolução da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, portanto, traz-me enorme satisfação.

Estou certo de que, assim procedendo, encontrará ela o caminho para solucionarmos tão angustiante problema nacional. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, segundo orador inscrito. (*Pausa*).

Está ausente.

Estando eu inscrito em terceiro lugar, cedo minha vez ao nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA — (*)

— Sr. Presidente há menos de um mês tive ensejo de enviar à Mesa requerimento, de informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre as divisas produzidas pela Bahia com referência ao petróleo e ao cacau, nos anos de 1953 a 1957, e, também, dos dez Estados cujas divisas se colocaram em evidência.

Até agora, não me chegou a resposta. Enquanto isso, venho recebendo inúmeras cartas de amigos e artigos publicados na imprensa da minha terra, sobretudo dos professores da Faculdade de Direito, Jayme Junqueira Ayres, uma das nossa maiores expressões intelectuais, e Nelson de Souza Sampaio, culto e erudito. Apelo a aqueles professores para os representantes da Bahia no Congresso Nacional, no sentido de não se conformarem com o tratamento desigual dispensado a este Estado, que tanto contribui para a economia nacional com as divisas oriundas, sobretudo, do petróleo e do cacau, este colocado

em segundo lugar na pauta de exportação.

No ano de 1956, a Bahia exportou cerca de seis bilhões de cruzeiros e sua importação não chegou a um bilhão de cruzeiros. As divisas assim obtidas proporcionaram benefícios a outros Estados da Federação, menos ao meu. Dêsse modo, Sr. Presidente, cresce entre os baianos um sentimento de revolta contra esse conformismo, principalmente porque — Deus nos livre dessa hipótese — se a Bahia fôsse um Estado independente, ou separatista, seria um dos mais progressistas do Continente. Com vinte e oito artigos de exportação, é o maior produtor de petróleo, cacau, mamona, laranjas e côco, em todo o Brasil, e o segundo de agave, e fumo e outros produtos. Dispõe de condições excepcionais, com uma faixa litorânea que julgo não encontra similar em todo o País. Apesar de tudo, vê-se empobrecida.

O Sr. Othon Mäder — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer, nobre colega.

O Sr. Othon Mäder — Acompanho esta questão desde algum tempo. Tenho recebido inúmeros recortes de jornais, relatórios e discursos, inclusive o artigo do Professor Jaime Junqueira Ayres, a respeito da espoliação que o Estado de V. Ex.^a vem sofrendo. Creio que os baianos estão dominados pela idéia de que a Bahia está sendo sacrificada. Na realidade está, porque de tudo aquilo que tem produzido para benefício do Brasil, muito pouco a Bahia consegue usufruir. Acompanho o movimento, vejo que está tomando vulto, não sendo de estranhar ocorra, dentro em breve, verdadeira revolta, naquele Estado, contra a espoliação que vem sofrendo. Prova do meu interesse pelo assunto foi a apresentação ao Projeto da Petrobrás,

(*) — Não foi revisito pelo orador.

de emenda no sentido de repartirem-se os benefícios da exploração da terra. Infelizmente, não pude ver essa emenda aprovada. Posteriormente, quando aqui passou o projeto de pagamento desses benefícios diretamente aos Municípios, renovei aquela sugestão. Ainda desta vez não logrou aprovação a minha idéia; mas vejo que os baianos se estão convencendo de que a exploração do petróleo não está trazendo vantagem alguma para a Bahia.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Nenhuma. A Bahia não está sendo tratada como deveria ser e como tem direito.

O Sr. Othon Mäder — Os solos petrolíferos não servem para a agricultura, e, dentro em pouco, quando não houver mais petróleo na região, não sei o que fará a Bahia dos terrenos abandonados.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite o nobre orador um aparte?

O LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Quando se pleiteou, neste recinto, a co-participação dos Estados produtores de petróleo, nos lucros de exploração, manifestei-me favoravelmente, sobretudo tendo em vista a Bahia. Quanto à situação dos superficiários, sou contra a participação, porque entendo ser o petróleo de interesse nacional e não particular. Todavia, devo dizer a V. Ex.^a que o petróleo constitui produto de natureza extractiva e poderá esgotar-se. A grande riqueza desse Estado é outra: são aqueles produtos a que V. Ex.^a há pouco se referiu.

Não sabemos até onde irá a possibilidade de a Bahia produzir petróleo. Acredito seja muito grande, mas, nem por isso, será inesgotável. Eis porque dou meu

aplauso às palavras de V. Ex.^a, mas não posso concordar com o ponto de vista esposado pelo ilustre Senador Othon Mäder.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Agradeço aos ilustres representantes dos Estados do Paraná e Rio Grande do Norte o apoio que estão emprestando a esta justa reivindicação da Bahia. Aproveitando o ensejo dos apartes, passo a apreciar a situação dos proprietários de terras onde tem sido descoberto petróleo. Sr. Presidente, acompanhei de perto os fatos mais chocantes ao direito de propriedade; vi, com estes olhos, propriedades agrícolas ocupadas por máquinas pesadas; lavradores de cana-de-açúcar, cujos canaviais foram cortados e danificados para instalação de torres e perfuratrizes; e ninguém tinha o direito de resistir à ocupação do solo, que se fazia da maneira mais arrogante pelos antigos engenheiros do Conselho Nacional de Petróleo.

Assisti à desapropriação da Usina São Paulo, produtora de açúcar, porque se descobriu petróleo sob o seu terreno. Foi, então, a fábrica adquirida e desmontada, vendendo-se as máquinas a outro Estado.

O Sr. Nelson Firmo — Foi comprada pelo preço exato ou houve assalto?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Quanto ao preço, meu caro colega, certamente foi o que valia; mas desapareceu do meu Estado a usina e a matéria-prima que era aproveitada por aquela fábrica, porque a gente do petróleo a ocupou, e o terreno, e os proprietários não tiveram outro jeito, senão vender os bens que possuíam. E a Bahia teve reduzida a sua produção de açúcar.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permitto-me lembrar a V. Ex.^a que a Petrobrás não inovou coisa nenhuma, no particular. O nosso Código de Minas, que antecede de muitos anos à Lei da Petrobrás, declara que as riquezas do subsolo pertencem a Nação. Até mesmo chega a conceder, a particulares, competência para intervir na exploração da mina descoberta, à revella do proprietário. Vê V. Ex.^a que não tem nenhuma razão quem quer que atribua à Lei da Petrobrás a criação de novidades nesse aspecto. Quanto ao petróleo, se ele aparecer em alguma parte, sendo de interesse nacional substancial, seria incompreensível que não tivesse preferência ou até mesmo privilégio na exploração. Estou certo de que os proprietários não foram prejudicados. A meu ver, a Bahia devia ter uma contribuição maior e melhor no que se refere à exploração no seu próprio solo, mas isso é outro aspecto da questão, como V. Ex.^a bem está vendo.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Juracy Magalhães — A reivindicação que V. Ex.^a faz, em nome da Bahia, e dando éco a uma grande campanha que se promove em nosso Estado, para que calbam às populações baianas maiores benefícios da exploração do petróleo, é de todo ponto, justa.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem.

O Sr. Juracy Magalhães — Justa é também a observação de Vossa Excelência quando reivindica, para a Bahia, maiores proventos na participação das divisas que ela produz com o seu comércio de exportação.

O Sr. Juracy Magalhães — Saiba V. Exa. que a Bahia produz divisas para impulsionar o progresso do Brasil, e os lucros oriundos do nosso comércio internacional são empregados em benefício de outras regiões brasileiras, no comércio de cabotagem.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É exato.

O Sr. Juracy Magalhães — Entretanto, isso vem sendo feito de maneira perigosamente antieconômica para o Estado, com prejuízo permanente do desenvolvimento econômico da Bahia, porque, enquanto exportamos a preço-ouro, recebendo em cruzeiros de câmbio fictício, importamos as utilidades de que carecemos a preços inflacionados. Essa circunstância tem gerado uma iniquidade contra a qual, desta tribuna, já tive oportunidade de protestar. Trago, por isso, minha solidariedade à reivindicação que V. Ex.^a faz em nome da Bahia, mas desejo, como acentuou o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, lembrar que a Petrobrás não é responsável pela distinção que se estabeleceu entre propriedade do solo e do subsolo, distinção essa que possibilitou a investigação do petróleo na Bahia e nos mais Estados brasileiros, com o aproveitamento de uma riqueza essencial à prosperidade do País e ao bem-estar do nosso povo. Não devemos pronunciar uma só palavra que pareça concordância com o princípio de que a propriedade do solo implica no concomitante direito à propriedade do subsolo. Se não mantivermos essa distinção, o governo brasileiro, através da Petrobrás, não poderá fazer a exploração do petróleo com a liberdade e a amplitude desejadas.

Nesses termos, dou a V. Ex.^a o meu completo aplauso, pelas palavras de protesto que profere contra o tratamento discriminatório e injusto dispensado ao nosso Estado, quanto às riquezas produzi-

das pela exploração do petróleo e às divisas obtidas através da exportação de cacau e outros produtos da Bahia.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sr. Presidente, agradeço o aparte do ilustre colega de Bancada, Senador Juracy Magalhães. Aproveito a oportunidade para dizer que não estou criticando a Petrobrás, senão mostrando que, em virtude da aprovação do Estatuto do Petróleo, a Bahia, maior produtor de petróleo do Brasil, ao invés de enriquecer e progredir, está empobrecendo.

Sr. Presidente, chego agora ao ponto fundamental do meu apêlo: o *royalty* estabelecido para a Bahia foi ridículo, insignificante — cinco por cento para o Estado e Municípios.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer?

O Sr. Juracy Magalhães — Sabe V. Ex.^a que êsse foi um grande serviço prestado à nossa terra, por proposta do Deputado Lafayette Coutinho, o qual merece agora nosso tributo de aprêço. Nunca se fez a êsse ilustre homem público a justiça a que tem direito por tão oportuna iniciativa. A percentagem obtida constituiu uma grande vitória, a seu tempo, e pode e deve ser ampliada, como reclama a opinião pública da Bahia.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Tenho conhecimento de que o Deputado Lafayette Coutinho realmente se empenhou, com todo o ardor, para a aprovação dessa medida, hoje consubstanciada no Estatuto do Petróleo. Lutou ainda para que o proprietário do solo recebesse participação na exploração do ouro-negro, embora sem êxito.

Faço também justiça, nesse particular, ao Deputado Lafayette Coutinho; lamento apenas que, naquela oportunidade, o Congresso Nacional não tivesse dado à Bahia aquilo que ela merecia: 30%, ao invés de 5%. Não é justo que, extraíndo o petróleo dos seus mananciais, também esgotáveis ao fim de algum tempo, a Bahia, que terá dado tudo ao Brasil, fique sem coisa alguma.

O Sr. Neves da Rocha — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Neves da Rocha — Não poderia eu, eminente Senador, como representante também da Bahia, ficar calado em face das justas reivindicações que V. Ex.^a faz para nosso Estado. Secundo, também, as palavras proferidas, há poucos minutos, pelo eminente Senador Juracy Magalhães. Fazendo-as minhas, dou minha solidariedade e apoio a Vossa Excelência.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito agradecido ao nobre colega Senador Neves da Rocha. Sei que a nossa Bancada, tôda vez que se trata da defesa dos interesses da Bahia, está unida no sentido de obter aquilo a que o nosso Estado faz jus — o equilíbrio dentro da Federação.

O Sr. Neves da Rocha — Devo dizer, com entusiasmo, que V. Ex.^a tem sido um grande defensor dos interesses da Bahia nesta Casa.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Lamento comunicar ao nobre orador estar esgotada a hora do Expediente.

O SR. RUY CARNEIRO — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, solicito de V. Ex.^a consulte a Casa

sobre se permite a prorrogação regimental da Hora do Expediente, a fim de que o orador conclua sua bela oração.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Senador Ruy Carneiro, requer a prorrogação da hora regimental do Expediente.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sr. Presidente, agradeço ao nobre Senador Ruy Carneiro e ao Plenário a gentileza da concessão que me fizeram. Tendo aludido, de início, ser meu propósito levar em consideração a campanha desenvolvida em minha terra, a Bahia, no sentido de defesa da sua economia e, sobretudo, do petróleo, lerei alguns tópicos do excelente artigo de autoria do ilustre Professor Jayme Junqueira Ayres, que teve grande repercussão no meu Estado.

Diz em certa passagem o Professor Jayme Junqueira Ayres:

"Quais essas reivindicações assim inadiáveis? Sabem Vocês que são principalmente duas. A primeira é acêrca do *petróleo da Bahia*, de cujos direitos a União a *esbulhou, com violação da Constituição Federal*. A segunda é acêrca das divisas oriundas da exportação dos produtos baianos, para o estrangeiro, com as quais se beneficiam outras regiões do País, mas de que a Bahia tira vantagem tão pequena que chega a ser mesquinha.

São raros os balanos convencidos de que sua terra já não é decadente, terra do *já não houve, do já teve, do já foi,*

— Preteritópolis. É porque acreditam nas insuperáveis dificuldades balanas, que se não disposto a aceitar todos os *abusos, usurpações e intruções*. A convicção íntima da decadência gera os hábitos da pusilanimidade. Esta geração baiana tem a atitude de mendiga: está sempre a pechinchar verbas e favores do Governo Federal. O *Governo Federal responde-lhe por cima do ombro, e dá-lhe alguma esmola, quando dá. Entretanto, espolia-a*. Espolia-a, à luz do sol, impávido e impune. Ela, porém, não toma conhecimento da espoliação, nem contra esta se insurge, porque todo mendigo é, por seu próprio destino, alguém que renunciou à coragem de viver por si mesmo. Em última palavra: um pusilânime.

No entanto, a realidade profunda, bem visível e tangível é muito outra. *Quem tem petróleo, não precisa importar do exterior* combustíveis e lubrificantes. *Economiza o largo dinheiro que isso custa.*

E quem tem petróleo além de suas necessidades, pode vender a sobra, e ganha. O enriquecimento aqui é duplo: no economizar" e no "ganhar". Por outro lado, a Bahia é um dos Estados brasileiros cujas exportações produzem mais divisas no estrangeiro. É atualmente o 3.^o Estado produtor dessas divisas. Ora, quem tem divisas no exterior, pode ali comprar aquilo de que necessite imperiosamente. Pois bem: o *petróleo baiano* serve muitíssimo menos à Bahia do que a outras regiões que, em detrimento dela, *progridem e enriquecem*. A bem dizer, prejudica-a. Quanto a suas divisas, a Bahia não utiliza para si, sequer, 2% delas. *Nosso petróleo e nossas divisas vão en-*

riquecer outras regiões, máxime do Sul do País. A Bahia produz para empobrecer-se.

Ponderem bem Vocês — se a Bahia fôsse, por acaso, um país independente seria, com seu petróleo e suas explorações uma das nações de maior progresso, neste Continente. Se nos livrássemos da espoliação e desdém a que nos tem sujeito o Governo Central, seríamos um dos Estados mais prósperos do Brasil. Nem precisaríamos de leis protecionistas de nossa economia, das quais, por exemplo, sempre precisou e precisa São Paulo.

"A Tarde", neste momento, tem uma grande tarefa a cumprir: fazer a exata reportagem, verídica, meticulosa, quotidiana, com cifras concretas, evidentes, que falem por si mesmas, da imensa sangria que a Bahia sofre. Quanto petróleo daqui sai? Em quanto importa? A quem vai beneficiar? A quanto monta esse benefício? A quanto ascendem já os danos que a exploração do petróleo tem causado à Bahia e aos balanos, inclusive nas suas terras de lavoura? E o gás? Por que não pode ele ser utilizado? Por que se impede que ele seja aproveitado por indústrias baianas? Perguntas outras, como estas, devem ser feitas e respondidas com dados claros, irretorquíveis. E no que respeita a divisas, no estrangeiro: em quanto montam, anualmente, essas divisas oriundas das exportações baianas? No quadro dos Estados produtores dessas divisas, em que lugar tem estado a Bahia? De quanto se utiliza a Bahia das divisas oriundas de suas exportações? Por que está impedida de se utilizar em mais larga escala? A quem as divisas baianas vão beneficiar?

É dever dos jornalistas baianos promover essa campanha de esclarecimento popular. Há homens, na Bahia, estudiosos e cientes desses assuntos. Eles possuem informes e observações preciosas, que precisam ser do conhecimento de todos. Se a Bahia produz para empobrecer-se com o enriquecimento de outros, isto se deve, em muita parte, à falta da consciência coletiva dos seus problemas. Tragam Vocês para as colunas da imprensa um Miguel Calmon, um Clemente Mariani, tantos outros. Esses homens, afeitos a tais problemas, devem falar, explicar, sugerir. É certo que já o têm feito em conferências e estudos; mas precisam fazê-lo ao alcance da massa, pela imprensa, com ânimo militante e pertinaz.

O que é certo é que nós, baianos, precisamos perder a cerimônia de lutar pelo que é nosso e devido à nossa terra. Enquanto nos calamos e nos submetemos, a cultivar demasiadamente as boas maneiras, outros lutam e reivindicam desenvoltamente o que é deles e o que não é deles. E fazem-no, não raro, com empáfia e intrujice que precisamos, definitivamente, embargar".

Sr. Presidente, essas perguntas e indagações do Professor Jayme Junqueira Ayres fazem com que os baianos meditem. Infelizmente, não encontramos explicação para o abandono em que vive a nossa terra. Terá acaso justificativa que um Estado produtor de petróleo, que hoje extrai cerca de cinquenta mil barris diários, (50.000 barris) continui dando tudo o que possui para a economia brasileira sem que ele próprio se beneficie?

É justo, que, na Bahia, onde há uma refinaria que produz gasolina para abastecer a si e a mais dois Estados, seja ela vendida por preço mais elevado do que no Rio de Janeiro?

E em certo trecho de um segundo artigo comenta o Professor Jayme Junqueira Ayres:

O mais curioso é que, do ponto de vista legal, o *esbulho do petróleo da Bahia se faz com violação da própria Constituição Federal*. O art. 153, § 3.º da Constituição, reserva aos Estados, assim que organizem seus serviços administrativos e técnicos, o direito de concederem ou autorizarem exploração de riquezas do subsolo. Isto logo prova que *tais riquezas não pertencem à União*. E, o § 1.º, do mesmo artigo 153, assegura aos proprietários do solo, sob o qual haja riquezas minerais, a preferência na exploração delas, sejam essas riquezas minerais quais forem. Nada mais claro e tranqüilo. *O petróleo, não está excluído da regra.*

O que incumbe à União em matéria de riquezas do subsolo (petróleo inclusive), é legislar sobre elas. Cabe-lhe o dever de firmar as bases e rumos da política petrolífera brasileira, e tutelá-la. Mas, num *passe de prestidigitação*, converteu essa atribuição de natureza política num direito patrimonial puro e simples. *Fêz-se dona do petróleo*. Transmudou sua ação intervencionista e tutelar numa apropriação indébita. *O tutor empalmou a fortuna do tutelado.*

Esta pergunta é feita, a todo momento, pelos baianos: como pode a gasolina, produzida na Bahia, ser mais cara que a vendida no Rio de Janeiro?

Sr. Presidente, as indagações que formulo fazem com que os baianos se unam, nas Bancadas das duas Casas do Congresso, para solicitar providências tendentes a evitar desequilíbrio tão prejudicial. Suponho que, se o petróleo tivesse surgido em São Paulo, não se conformaria aquele grande Estado, nesta hora, em receber apenas 5% sobre a produção ou sobre a venda daquele produto.

O Sr. Neves da Rocha — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Neves da Rocha — Indago ao eminente Senador Lima Teixeira se os esclarecimentos a que se referiu não se poderiam concretizar em requerimento de informações à Presidência da Petrobrás, visto ser do conhecimento de todos que a Bahia sofre grandes entraves e prejuízos com semelhante desigualdade de tratamento.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Respondo imediatamente ao nobre colega. Há cerca de um mês, alegando estar a Bahia sendo espoliada das divisas resultantes de suas exportações, encaminhei ao Sr. Ministro da Fazenda o seguinte requerimento de informações:

“Para servir de base a trabalho que pretendo apresentar à consideração do Senado sobre a economia baiana, cuja situação de dificuldade contrasta gritantemente com a contribuição que dá à economia nacional, através do cacau, segundo produto de exportação do País e, principalmente, do petróleo, cuja produção tem crescido de dia para dia, de maneira impressionante, requeiro sejam pedidas ao Ministro da Fazenda as seguintes informações: a)

— quais, no período de 1953 a 1957, os produtos que figuraram nos dez primeiros lugares na lista das exportações do Brasil, do ponto de vista das divisas produzidas com os respectivos quantitativos em dólares? b) — qual a classificação dos Estados que, no mesmo período, concorreram para as exportações, também, no tocante às divisas produzidas? c) — qual a produção em dólares, obtida, na Bahia, nos anos de 1955 a 1957: de petróleo, gás? d) — qual o destino que teve essa produção; e) — qual o montante dos *royalties* pagos no mesmo período? f) — qual a economia de divisas resultante da atividade das refinarias de petróleo existentes no País, discriminadamente, no mesmo período? g) — qual o montante das divisas postas à disposição dos importadores de cada unidade da Federação, inclusive entidades oficiais, no período de 1953, a 1957, ano por ano?"

Verifica, o nobre colega, que não me distraí; e já solicitei informações ao Sr. Ministro da Fazenda.

O Sr. Neves da Rocha — Perfeitamente.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Quando esses dados chegarem às minhas mãos farei análise mais objetiva do assunto, trazendo elementos positivos, que demonstrem a posição, de certo modo humilhante, da Bahia, em face dos grandes Estados.

O Sr. Neves da Rocha — Assevera V. Ex.^a que o Sr. Ministro da Fazenda ainda não se dignou a responder ao requerimento formulado pelo nobre colega, no particular?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Se dentro de trinta dias — prazo que a lei lhe concede — o Sr. José

Maria Alkmim não responder ao meu requerimento, lavrarei, na tribuna, o meu protesto.

O Sr. Neves da Rocha — Perfeitamente. Neste caso V. Ex.^a conte comigo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Como V. Exa. dou apoio à Majoria. Não estou, entretanto, impedido de fazer críticas construtivas, porque, fazendo-as auxilio o Governo a corrigir suas falhas.

O Sr. Neves da Rocha — Perfeitamente. Desde que em jogo os interesses do nosso Estado, devemos defendê-los.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Obrigado a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, só o Professor Jayme Junqueira Ayres teria, em maravilhoso artigo publicado na "A Tarde" do Estado da Bahia, profligado contra o tratamento desigual dispensado à terra baiana?

Não, Sr. Presidente! Muitas vezes, tenho ocupado a tribuna do Senado da República para lançar o meu protesto e exigir do Governo da República tratamento condigno para a Bahia, que pesa na Federação como um dos Estados que mais divisas produzem para a economia nacional.

Por outro lado, o Professor, também da Faculdade de Direito, o Dr. Nelson de Sousa Sampaio, publicou excelente artigo, em que corrobora as palavras do Dr. Jayme Junqueira Ayres.

Referindo-se à Bahia, diz:

A demora em travar-se a discussão, somente se explica pela fragilidade do nosso espírito federativo ou pela ausência de uma sábia consciência regionalista. Enquanto se grita, por toda a parte, "o petróleo é nosso", pouquíssimos se atrevem a lembrar ao País que o petróleo é da Bahia.

Quase tóda a gente se preocupa de defender-nos contra os trustes estrangeiros, mas poucos se incomodam que a União nos trate pior do que o mais explorador dos imperialismos de hoje. Que retribuição nos dá aquela madраста pelo óleo ou pelo gás natural extraídos dos poços baianos? Apenas migalhas: 5% sôbre o valor dêsses produtos (com a obrigação de entregarmos 20% do seu montante aos municípios produtores) e mais um número de ações do capital da Petrobrás, correspondente a 10% (8% para o Estado e 2% para o município) do valor das jazidas incorporadas ao patrimônio dessa empresa.

Imaginemos, agora, o que poderíamos obter se, ao invés de um estado federado, a Bahia fôsse um Estado soberano. Qualquer companhia, estrangeira nos ofereceria 50% dos resultados da exploração petrolífera. Como a produção dos nossos poços, supera as necessidades baianas, poderíamos exportar as sobras, aumentando, assim, as divisas que obtemos com a venda do cacau e outros produtos no mercado internacional. Com essa receita cambial poderíamos comprar livremente aos países de maior avanço industrial artigos manufaturados mais baratos e de melhor qualidade do que os da indústria brasileira, que somos obrigados a adquirir por força da barreira alfandegária que os protege da concorrência estrangeira.

Sr. Presidente, não é somente o Professor Nelson de Sousa Sampaio que assim se manifesta. O Dr. José Lourença de Almeida Costa, professor da Escola Politécnica, a cuja cultura todos nós, da Bahia, rendemos homenagens, e que estudou nos Estados

Unidos da América do Norte onde foi Professor da Universidade e é conhecedor dos problemas econômicos do nosso País, há poucos dias, enviou-me aquêlê illustre professor, carta em que me perguntava por que as Bancadas das duas Casas do Congresso não se reuniam, a fim de solucionar definitivamente a questão da Bahia, sobretudo pelas divisas que aquêlê Estado proporciona ao País.

Essas e outras demonstrações são constantes.

Sr. Presidente, a Constituição Federal, no seu art. 153, diz o seguinte:

“O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei.

§ 1.º — As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País, assegurada ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acôrdo com a natureza delas”.

O proprietário do solo, portanto, tem preferência para a exploração.

“§ 2.º — Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida”.

Segue-se o § 3.º, que interessa ao debate.

“§ 3.º — Satisfeitas as condições exigidas pela lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer nos seus

territórios a atribuição constante deste artigo”.

Sr. Presidente, em última análise, se os Estados produtores de petróleo se prepararem convenientemente com os departamentos adequados, poderão proceder, também, à exploração petrolífera. Aqui está, no § 3.º do art. 153, da Constituição.

No particular, o Professor Jayme Ayres salientou, em brilhante artigo, as possibilidades que teria o Governo da Bahia de organizar seu departamento especializado e promover a exploração petrolífera, porque o estatuto do petróleo não poderá contrapor-se à própria Constituição.

Estou aguardando as informações que solicitei do Sr. Ministro da Fazenda para, então, apresentar à Casa estudo minucioso e sugestões para a solução definitiva do assunto que hoje prende a atenção dos balanços. Trata-se da defesa da economia brasileira, não distribuída equitativamente àquele Estado produtor de divisas.

O Sr. Neves da Rocha — Fique V. Ex.^a certo de que estarei sempre de acordo com todas as iniciativas que tomar em benefício do nosso Estado.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado, nobre colega.

Ao terminar, Sr. Presidente, farei uma crítica à Petrobrás.

Várias vezes ocupei a tribuna para defender o monopólio estatal do petróleo e a Petrobrás; nada, entretanto, impede que reconheça e demonstre os erros da Petrobrás.

Lembram-se os nobres colegas que, em três discursos focalizei a situação de abandono em que vive o pioneiro do petróleo, o Sr. Oscar Cordeiro. Apelei veementemente no sentido de que a Petrobrás concedesse pensão a esse brasileiro, que de maneira desprezível, movido por elevado patriotismo, encetou a grande cam-

panha pela descoberta do ouro negro no Brasil.

Dou meu testemunho. Em 1935, apresentei ao projeto do Deputado Emílio de Maya, destinado à abertura do crédito de um milhão e quinhentos mil cruzeiros para proceder a estudos geo-físicos no lugar denominado Riacho Doce, nas Alagoas, emenda que aumentava esse crédito para três milhões de cruzeiros, a fim de possibilitar a aquisição da primeira perfuratriz a ser utilizada nas sondagens do petróleo na Bahia, no local denominado Lobato.

Aquela época, ninguém acreditava na existência de petróleo em solo brasileiro. Os técnicos do Ministério da Agricultura — um deles era o Sr. Othon Leonardos — assim pensavam. Somente Irnack Amaral e Sylvio Fróes de Abreu, pensavam de modo contrário e publicaram o livro “O Petróleo no Recôncavo Baiano”.

Sr. Presidente, Oscar Carneiro, homem abastado, homem de fortuna, empregou todos os seus bens em Lobato.

Construiu pontes, construiu casas, realizou trabalhos para explorar o petróleo. Assisti, mesmo, em 1935, à escavação de um poço; à profundidade de quatro metros foi encontrado petróleo sobre a água. Pois bem, Senhor Presidente, um técnico alemão que, naquela ocasião, servia ao Ministério da Agricultura, se não me engano um Sr. Openheimer, declarou que Oscar Cordeiro havia jogado óleo e querosene no poço, para simular que havia petróleo em Lobato.

Assisti de perto essas coisas. Na Câmara dos Deputados solicitei medidas para a exploração do petróleo em minha terra, com a compra de perfuratriz e o projeto apresentado pelo Deputado Emílio de Maya bem como a emenda da minha autoria ficaram aqui no Senado!

Só em 1938, o Sr. Presidente Getúlio Vargas lembrara-se de

mandar para a Bahia a primeira perfuratriz, e que perfuratriz! Não chegou a vinte e dois metros de profundidade, e foi encontrado petróleo! Estava à frente disso, quem? Oscar Cordeiro! Pois bem, Oscar Cordeiro, que deu ao Brasil tão grande exemplo de civismo e patriotismo, perdeu tudo que possuía, construiu pontes, casas no Lobato e foi espoliado — tomaram-lhe tudo — é hoje um homem pobre, com mais de 70 anos, cansado, sem energias. E a Petrobrás negou-lhe a pensão por mim solicitada da tribuna do Senado!

Sr. Presidente, o que estará reservado a homens que neste País têm atitudes como Oscar Cordeiro, diante do que estamos presenciando? Daí vem a minha crítica à Petrobrás. Não posso perdoar-lhe o descaso pelo digno e abnegado brasileiro.

O Sr. *Fernandes Távora* — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. *Fernandes Távora* — Vossa Excelência acaba de referir-se ao técnico do Ministério da Agricultura que declarou, ao tempo em que era Ministro daquela Pasta o General Juarez Távora, não haver petróleo na Bahia.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É ou não verdade? V. Ex.^a o confirma.

O Sr. *Fernandes Távora* — Dejo apenas ressaltar que quando o Ministro Juarez Távora verificou a insinceridade daquele técnico, dispensou-lhe os serviços. É preciso que esse fato fique bem consignado. Quanto a Oscar Cordeiro, reitero o aparte que dei a Vossa Excelência quando aqui tratou do assunto: é realmente uma inclemência que não se justifica, de forma alguma.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não tem justificativa.

O Sr. *Fernandes Távora* — Não posso compreender como a um pioneiro da ordem de Oscar Cordeiro, que gastou toda a sua fortuna e consumiu a mocidade trabalhando pelo Brasil, negue o País uma esmola, pois, afinal de contas, o que ele pretende é apenas um subsídio para poder viver.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pretende um subsídio para terminar seus dias, vivendo com dignidade; nada mais.

O Sr. *Victorino Freire* — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com satisfação.

O Sr. *Victorino Freire* — A crítica de V. Ex.^a pelo descaso da Petrobrás ao apêlo de V. Ex.^a, que na ocasião mereceu inteiro apoio do Senado, conta com a solidariedade absoluta da representação do Estado do Maranhão.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado a Vossa Excelência.

Sei que neste particular todos os Senadores apoiam a medida que solicito, porque cada um de nós sente o que poderá ocorrer a qualquer brasileiro, que no futuro, tome atitude idêntica à assumida por Oscar Cordeiro, no sentido de conduzir o Brasil, através da exploração do petróleo, à riqueza que hoje possui.

Todos compreendemos ser nosso dever prestar solidariedade a esse grande brasileiro. Se podemos nomear para funções públicas, a qualquer hora — como o fazemos —, cidadãos, que não têm a fôlha de serviços de Oscar Cordeiro, por que não há de poder a Petrobrás, com as divisas que está carreando, dar a esse pioneiro da exploração do petróleo no Brasil uma pensão?

O Sr. *Neves da Rocha* — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Neves da Rocha — Com referência às palavras elogiosas que V. Ex.^a vem conferindo ao eminente balano e grande patriota, Oscar Cordeiro, a bem da justiça e da minha consciência assevero que já pronunciei, nesta Casa, dois discursos, ressaltando a ação desse grande homem público, o pioneiro das perfurações dos poços petrolíferos da Bahia. Tive ensejo de ressaltar tudo quando V. Ex.^a vem dizendo agora. Historiei a vida desse homem, que teve haveres e recursos e hoje está praticamente pobre, não podendo, por isso, ficar, de jeito algum, sem auxílio pecuniário que lhe permita terminar os dias, com decência. Pelos imensos serviços prestados à nossa terra, Oscar Cordeiro merece bem o nosso aplauso e gratidão.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Exatamente. Esse é um dos erros da Petrobrás.

Outro, Sr. Presidente, é o que vou expor, e é justamente quando entra a maquinaria pesada numa propriedade agrícola. Logicamente o primeiro dever dos engenheiros seria o de mandar fechar as cercas, cortadas para dar passagem aos veículos. Deveriam, outrossim, procurar o proprietário da terra para um entendimento, evitando esforços no sentido de auxiliá-lo na sua tarefa de garantir e melhorar a produção de sua lavoura. Seria — não há como negar — dever da Petrobrás colaborar até mesmo para o desenvolvimento agrícola daquelas zonas onde instala suas perfuratrizes. O contrário, entretanto, é o que se vê. Quantas vezes, proprietários agrícolas queixaram-se a mim, porque suas lavouras haviam sido estragadas pela maquinaria de exploração do petróleo!

O SR. PRESIDENTE — (*Fazendo soar os tímpanos*) — Lembro a V. Ex.^a faltarem apenas três minutos para o término do tempo de que dispõe.

Se V. Ex.^a deseja, poderá continuar falando para explicação pessoal.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Obrigado, Sr. Presidente; terminarei já.

Outro discurso farei, nesta Casa, quando receber do Sr. Ministro José Maria Alkmim as informações pedidas sobre as divisas produzidas pela Bahia. Nessa ocasião, terei dados mais objetivos para provar que a Bahia não pode continuar na situação em que se encontra.

Não é possível fiquem os seus representantes, nas duas Casas do Congresso, indiferentes ao clamor levantado na minha terra, a começar pela palavra autorizada dos professores das faculdades.

Tenho a certeza de que, de posse da documentação solicitada ao Senhor Ministro da Fazenda, convencerei meus colegas — talvez até os de outras regiões — da necessidade de trabalharmos pela defesa dos Estados que aqui representamos. É esse o nosso papel, essa terá que ser a nossa atitude, para bem merecermos os sufrágios que para esta Alta Câmara nos trouxeram. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Mourão Vieira, para explicação pessoal.

O SR. MOURÃO VIEIRA — (*) — (*Para explicação pessoal*) — Sr. Presidente, velho professor do ensino secundário, eventualmente na presidência do Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Secundário, do Rio de Janeiro, sinto-me obrigado a trazer ao conhecimento desta Casa, por consequente da Nação, para ciência do Presidente da República, e especialmente do seu Ministro de Educação e Cultura, as reclama-

(*) — Não foi revisto pelo orador.

ções que estou recebendo dos professores, tanto da Capital do País, como dos demais Estados, a respeito do ensino médio. (*Lendo*):

A Lei n.º 2.342, de 25 de novembro de 1954, instituiu o Fundo Nacional do *Ensino Médio* destinado a contribuir para a *manutenção, obras de ampliação e equipamento* de estabelecimentos de ensino de grau médio, oficiais e particulares, mediante convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura e as entidades mantenedoras que o desejarem.

Por *três vezes* o poder executivo regulamentou a referida lei, no propósito de atender às conveniências ocasionais, indicadas em propostas do Conselho Administrativo que dirige o Fundo; a regulamentação atualmente em vigor consta do Decreto n.º 42.749, de 5 de dezembro de 1957.

Apesar da lei (regulamentada por três vezes), não tem o Ministério da Educação e Cultura cumprido com *pontualidade* a parte mais importante da mesma, que é a suplementação do *salário-aula dos professores* do ensino particular. Como todos sabem, essa providência legal visa a amparar devidamente os mestres que trabalham na rede de ensino privado; esta é a mais extensa e que atende a maior número de adolescentes, inclusive a *milhares daqueles que não dispõem de recursos* para pagar o ensino, como já ficou suficientemente provado; porque, além do cumprimento da obrigação legal de destinar 5% da receita bruta para prestar esse benefício muitos *estabelecimentos gastam o dobro* e, alguns, até o *triplo do valor* dessa percentagem, atendendo inclusive a pedidos feitos pelas autoridades governamentais. A suplementação do *salário-aula* é uma *exigência da justiça social* que não deve ser esquecida pelo Governo e representa uma conquista da nobre classe dos professores.

É de estranhar, portanto, que o Ministério da Educação e Cultura *dispondo de duzentos milhões da verba de 1957*, não tenha até o momento promovido o pagamento dessa suplementação legal, deixando os professores descrentes da execução da lei.

Sabemos, por exemplo, que a Diretoria do Ensino Comercial necessita apenas de *cêrca de 30 milhões* para que seja atendido o professorado desse ramo de ensino e a ordem para pagar, por motivos desconhecidos, fica sempre *transferida para amanhã*, esquecida pela autoridade governamental que a deve expedir.

Há, portanto, o *atraso de um ano* no pagamento desse auxílio legal aos professores do ensino particular; e já está previsto novo atraso, porque até o momento não foi distribuído às escolas e colégios o *material necessário à inscrição* dos mesmos no corrente ano.

Em *vários países* é assunto de rotina esse auxílio do Governo ao ensino privado, porque há muitos anos adotaram essa providência salutar, que tem sido considerada a mais acertada e capaz de dar ao professorado não oficial o salário condigno, de que necessita para sua subsistência. Urge, pois, que o Ministério aproveite bem os esforços que despendem as entidades particulares, para prepararem os volumosos processos exigidos pelo *Regulamento do Fundo Nacional do Ensino Médio*, e o trabalho que graciosamente despendem aqueles que, por elevado espírito público, os estudam e encaminham para que produzam os efeitos desejados, ou sejam os *membros das Comissões Regionais*.

Esse, Sr. Presidente, o apêlo que, em nome da desamparada classe de professores particulares do Brasil, dirijo da tribuna do Senado ao Senhor Ministro da Educação. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para explicação pessoal, o nobre Senador Ezechias da Rocha.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — *(Lê o seguinte discurso)* — Sr. Presidente, no dia 31 do corrente comemorarão seu vigésimo primeiro aniversário de fundação as Agências Argus-Associadas. Na vida de uma instituição jornalística é uma data de enorme significação, porque representa um empreendimento já realizado em todos os seus objetivos e finalidades.

Realmente, em duas décadas de existência, uma iniciativa deste porte não pode mais palmilhar o caminho da aventura.

As Agências Argus-Associadas atingem esta etapa marcante do seu desenvolvimento com a certeza de que souberam bem cumprir a missão que se atribuíram através desses longos anos de regularidade na remessa diária à imprensa do interior do País do seu copioso serviço de natureza noticiosa e informativa.

Vinte e um anos na vida de uma entidade jornalística constituem um patrimônio que a consagra definitivamente como órgão representativo da opinião pública.

Fundadas e dirigidas até os presentes dias pelo dinamismo e a capacidade profissional do jornalista Reis Vidal, as Agências Argus-Associadas estão integradas no organismo nacional como parte da engrenagem do Estado, atuando decisivamente no vasto setor da imprensa periódica e diária do interior do País.

São também órgãos do Estado as instituições que vivem em função do interesse coletivo e do progresso social.

Fidedignas nas suas informações, neutras, em matéria política para melhor atender aos im-

perativos do bem público, as Agências Argus-Associadas servem hoje a uma rede de jornais que leva o seu prefixo vitorioso a todos os centros populosos do País.

Obra da dedicação sem par e do esforço continuado de um jornalista devotado à sua profissão, as Agências Argus-Associadas se elevaram à condição de órgão venerando da imprensa brasileira, com um nome a zelar e um prestígio assegurado por quase um quarto de século de atividade jornalística ininterrupta.

Num país como o Brasil, em que tudo se improvisa e não se estima a tradição, o vigésimo primeiro aniversário de uma organização jornalística é um acontecimento digno do registro que ora faço, nos Anais desta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem! Muito bem! Palmas!)*

O SR. GILBERTO MARINHO — Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para explicação pessoal, o nobre Senador Gilberto Marinho.

O Sr. Senador Gilberto Marinho pronuncia discurso que, entregue à revisão do orador, será posteriormente publicado.

O SR. VICTORINO FREIRE — Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para explicação pessoal, o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE — *(Para explicação pessoal)* (*) — Sr. Presidente, na sessão de ontem focalizei a seca do Nordeste e seus efeitos no meu Estado.

Hoje, recebi informações de que levás de nordestinos, desgarrados,

(*) — Não foi revisado pelo orador

sem orientação e sem recursos, procuram os vales úmidos da terra maranhense, para ali se localizarem com suas famílias.

Solicitei, com toda a diligência, do Ministério da Viação e Obras Públicas, que enviasse para aquela zona um de seus técnicos ou um dos membros da Comissão de Socorro, a fim de examinar as condições no meu Estado, também assolado, não propriamente pela seca, mas, pela invasão dos nordestinos. Pedi também ao Ministério de Saúde que assistisse ao Governo do meu Estado, com medicamentos, vacinas etc. para se evitar qualquer surto epidêmico.

Hoje, desejo lembrar às autoridades que o problema não comporta qualquer demora; é da maior urgência. Somente quem não conhece os efeitos do flagelo, poderá retardar as providências que nós, da região assolada, reclamamos.

Em 1922 ou 1923, o saudoso brasileiro, Presidente Epitácio Pessoa, querendo solucionar o problema das secas, solicitava autorização para empréstimo americano, a fim de se construírem as grandes barragens, inclusive a de Orós. Havendo certa resistência das Bancadas do Sul quanto a esse pedido, S. Ex.^a foi a Minas Gerais e a São Paulo, a fim de pedir o apoio dos Governos daqueles Estados, para aquela medida. Em São Paulo, numa conferência com que empolgou os paulistas, terminou exclamando:

“Mães paulistas, que trazeis nos vossos colos vossos filhinhos robustos, olhai os quadros de desolação e de dor da terra do Nordeste, ressequida, como fornalha, queimando a todos. Atuem na opinião pública, junto a vossos esposos, — principalmente as casadas com políticos — para que não faltem, nesta hora, à região sofredora!”

E, Sr. Presidente, foi aprovado o empréstimo norte-americano.

Se as obras tivessem continuado e se houvesse a energia com que o ex-Presidente Epitácio Pessoa enfrentou o problema, de há muito não estaríamos assistindo ao quadro de miséria e de dor da região nordestina.

Para que foram eleitos os representantes do Maranhão, se não para defender os interesses do Estado!

Não podemos, neste momento, deixar de reclamar com energia, para que não tardem as providências necessárias e as autoridades cumpram com seu dever, em consonância com as reiteradas recomendações do Sr. Presidente da República, pois a Nação não pode faltar aos compromissos de honra, e a salvação dos nordestinos constitui um desses compromissos. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Vai ser lido requerimento do nobre Senador Alberto Pasqualini.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 86, de 1958

Requeiro prorrogação, pelo prazo de 180 dias, da licença em cujo gozo me acho.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1958. — *Alberto Pasqualini*.

O SR. PRESIDENTE — Continuará em exercício o Suplente de Sua Excelência.

Sobre à Mesa requerimento do nobre Senador Lino de Mattos.

É lido e deferido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 87, de 1958

Sr. Presidente.
Requeiro à digna Mesa, na forma Regimental, sejam solicitadas,

ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica as informações seguinte:

1.º Se está decidida em caráter oficial e definitivo, a construção do Aeroporto Internacional, em Santo Angelo, no Estado de São Paulo.

2.º Na hipótese de resposta afirmativa, fornecer amplas informações sobre os planos para a execução das obras.

Justificação

I — O plano de construção, nas proximidades de São Paulo, de um aeroporto internacional que ofereça condição mais favoráveis de operações, de sorte a suprir as conhecidas deficiências do Aeroporto de Congonhas, é assunto de justificado interesse, em consequência do vertiginoso aumento de número de passageiros nacionais e internacionais que chega ou deixa a metrópole paulistana.

II — Cogitou-se, de início, de limitar essa providência ao Aeroporto de Vira-Copos, em Campinas, que seria preparado para o atendimento das condições indispensáveis a um aeroporto internacional, — mas, desde logo, surgiram manifestações contrárias devido à distância do centro de São Paulo, cêrca de 110 quilômetros, fato que funcionou em desabono dessa solução.

III — As condições meteorológicas, excepcionalmente favoráveis durante o ano todo, na região de Vira-Copos, criaram, todavia, a obrigação de se manter êsse aeroporto em boas condições operatórias porque, além de servir à população da cidade de Campinas e vizinhanças, constitui alternativa para Congonhas, aeroporto que, vez por outra, fica interditado pelo mau tempo.

IV — Embora reunindo tais fatores em seu favor, verdade é que os 110 quilômetros, entre Vira-Copos e São Paulo, conduziram nossas autoridades ao estudo da solução Santo Angelo, região também amparada, ao que consta,

por condições meteorológicas recomendáveis.

V — À vista dos elementos que recomendam a construção do Aeroporto Internacional de Santo Angelo, natural o desejo do signatário, Senador por São Paulo, em saber a palavra oficial do Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, razão de ser dêste requerimento de informações.

Sala das Sessões, 28 de março de 1958. — *Lino de Mattos*.

O SR. PRESIDENTE — Vai ser lido outro requerimento.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 88, de 1958

Atendendo a que o Projeto de Lei da Câmara, n.º 25, de 1958, que efetiva nos postos de graduação e agrega aos respectivos quadros os oficiais graduados da ativa das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal, se destina a dar solução justa a situações que há longo tempo aguardam providências legislativas adequadas;

Atendendo a que, se não fôr aprovado até o dia 2 do próximo mês, deixará de atingir alguns daqueles oficiais que se destina a beneficiar;

Requeremos seja dada a essa proposição o regime de urgência previsto no art. 156, § 4.º, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em de março de 1958. — *Catado de Castro*. — *Ezechias da Rocha*. — *Onofre Gomes*. — *Waldemar Santos*. — *Sylvio Curvo*. — *Neves da Rocha*. — *Públio de Mello*. — *Coimbra Bueno*. — *Gilberto Marinho*.

O SR. PRESIDENTE — O presente requerimento será votado depois da Ordem do Dia.

Recebeu a Mesa mais um requerimento.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 89, de 1958

(Via telegráfica).

Sr. Presidente.

Terminando hoje período minha licença e atendendo motivos força maior v.g venho solicitar Senado prorrogação mais 30 dias licença pt Respeitosas saudações, Senador João Arruda.

O SR. PRESIDENTE — Concedida a licença, continuará em exercício o nobre Senador Octacílio Jurema. (Pausa).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado, n.º 43, de 1957, que dispõe sobre as comemorações de 50.º aniversário da imigração japonesa no País, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do artigo 156, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 78, de 1958, do Sr. Moura Andrade e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 25 do mês em curso), aprovado em primeira discussão, salvo quanto aos arts. 5.º e 6.º, na sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Vai-se proceder à leitura da redação do vencido em primeira discussão.

O Sr. Primeiro Secretário procede à leitura do seguinte

PARECER

N.º 62, de 1958

Redação para 2.ª discussão do Projeto de Lei do Senado, n.º 43, de 1957.

Relator: Sr. Rui Palmeira.

A Comissão apresenta a redação para 2.ª discussão (fl. anexa) do Projeto de Lei n.º 43, de 1957, originário do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1958. — *Ezechias da Rocha*, Presidente; *Rui Palmeira*, Relator; *Públio de Mello*.

ANEXO AO PARECER

N.º 62, de 1958

Redação para 2.ª discussão do Projeto de Lei do Senado, n.º 43, de 1957, que dispõe sobre as comemorações do 50.º aniversário da imigração japonesa no País e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Governo Federal adotará as medidas e providências a fim de que seja condignamente comemorado, em todo o território nacional, o 50.º aniversário da imigração japonesa no País.

Art. 2.º Para organizar o programa das festividades comemorativas será constituída uma comissão especial, sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores.

Art. 3.º O Poder Executivo mandará cunhar medalhas comemorativas da efeméride com as quais serão agraciados, mesmo *post mortem*, os primeiros imigrantes chegados ao País, bem como os japoneses que, por qualquer forma, hajam contribuído, de modo relevante, para o progresso e o desenvolvimento do Brasil.

Art. 4.º O Governo Federal determinará, igualmente, a emissão de selos comemorativos, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 5.º — O Poder executivo expedirá, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da promulgação da presente lei, o competente decreto regulamentar.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa mandou mimeografar o texto do vencido e distribuir aos Srs. Senadores, a fim de votarem com melhor conhecimento de causa.

Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado que vai à Câmara dos Deputados:

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 43, de 1957

Dispõe sobre as comemorações do 50.º aniversário da imigração japonesa no País e dá outras providências. (Redação de 2.ª discussão).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Governo Federal adotará as medidas e providências necessárias a fim de que seja condignamente comemorado, em todo o território nacional, o 50.º aniversário da imigração japonesa no País.

Art. 2.º Para organizar o programa das festividades comemorativas será constituída uma comissão especial sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores.

Art. 3.º O Poder Executivo mandará cunhar medalhas comemorativas da efeméride, com as quais serão agraciados, mesmo *post mortem*, os primeiros imigrantes chegados ao País, bem como os japoneses que, por qualquer forma, hajam contribuído, de mo-

do relevante, para o progresso e o desenvolvimento do Brasil.

Art. 4.º O Governo Federal determinará, igualmente, a emissão de selos comemorativos, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 5.º O Poder Executivo expedirá, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da promulgação da presente lei, o competente decreto regulamentar.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento n.º 88, lido na hora do Expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara, n.º 25, de 1958.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa). — Está aprovado.

Em virtude da decisão do Plenário, passa-se à discussão da matéria.

Solicito o parecer da Comissão de Segurança Nacional.

O SR. CAIADO DE CASTRO — (Lê o seguinte parecer).

Dispõe o presente projeto (art. 1.º) que os oficiais graduados da ativa das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal serão efetivados nos postos da graduação e agregados aos respectivos quadros, contando antiguidade de posto a partir da data da graduação.

Os oficiais graduados que não aceitarem as condições de antiguidade, previstas neste artigo, devem declarar (§ 1.º) por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que preferem continuar como graduados.

Os oficiais efetivados e agregados reverterão aos respectivos quadros, a critério do Poder Executivo (§ 2.º).

II — O autor do projeto, Deputado Celso Peçanha, justificou-o com os seguintes principais motivos:

a) o disposto no § 4.º, do artigo 20, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, constitui uma incoerência, diante do que determina a Lei n.º 1.288, de 30 de janeiro de 1951, que confere aos oficiais graduados tôdas as vantagens e direitos que correspondem ao posto da graduação;

b) o Poder Executivo já reconheceu que a Lei 2.370, de 1954, não atende mais aos interesses das Fôrças Armadas, tanto que lhe introduziu alterações;

c) o disposto no art. 2.º e seu parágrafo, do projeto, busca terminar uma situação de constrangimento e apreensões em que se encontram, em indesejável posição de exceção, os poucos oficiais das Fôrças Armadas, principalmente os oficiais generais;

d) lei recente revogou a de n.º 1.338, de 1951, extinguindo a graduação nas Fôrças Armadas e Auxiliares, mas mantendo os graduados, criando, dessa forma, a esdrúxula situação de oficiais com patente do posto extinto, de denominação já desaparecida da terminologia militar; e,

e) o projeto visa justamente a corrigir essa situação anômala e a estabelecer a paridade entre todos os oficiais das Fôrças Armadas, acabando, de vez, com a graduação.

III — Como se vê, o projeto atende aos interesses das Fôrças Armadas, e, sendo assim, opinamos por sua aprovação.

A comissão de Segurança Nacional pediu a opinião do Sr. Ministro da Guerra, de vez que o maior número de oficiais graduados pertence a esse Ministério. S. Ex.^a mandou comunicar que está de pleno acôrdo com o projeto submetido à aprovação do Senado. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães, para emitir parecer em nome da Comissão de Finanças.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Sr. Presidente, a Comissão de Finanças, examinando o projeto de lei da Câmara, que efetiva nos postos de graduação e agrega aos respectivos quadros os oficiais graduados da ativa das Fôrças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências, opina pela sua aprovação.

O parecer do eminente Senador Caiado de Castro justificou plenamente o projeto, do ponto de vista do interesse nacional e das Fôrças Armadas.

A Comissão de Finanças, por entender que a matéria não acarreta aumento de despesa, aceita os argumentos da Comissão de Segurança Nacional e propõe ao Plenário sua aprovação. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Os pareceres das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças são favoráveis.

Em discussão o projeto. (*Pausa*).

Não havendo quem peça a palavra dou-a por encerrada.

Em votação.

Os senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 25, de 1958

(N.º 1.875-C, de 1956, na Câmara dos Deputados)

Efetiva nos postos de graduação e agrega aos respecti-

vos quadros os oficiais graduados da ativa das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os oficiais graduados da ativa das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal serão efetivados nos postos de graduação e agregados aos respectivos quadros, contando antiguidade de posto a partir da efetivação, para todos os efeitos, excetuando-se o tempo para interstício de promoção que será contada a partir da data da graduação.

§ 1.º Os oficiais graduados que não aceitarem as condições de antiguidade previstas neste artigo, devem declarar por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que preferem continuar como graduados.

§ 2.º Os oficiais efetivados e agregados reverterão aos respectivos quadros, a critério do Poder Executivo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Esgotada a matéria da Ordem do Dia, tem a palavra o nobre Senador Jorge Maynard, inscrito para esta oportunidade.

O SR. JORGE MAYNARD —
(Lê o seguinte discurso):

Sr. Presidente:

Em fins de 1905, na Presidência Rodrigues Alves, foi criada a Escola de Aprendizes-Marinheiros, de Sergipe, sendo titular da Marinha o Almirante Júlio César de Noronha.

Durante mais de 25 anos, funcionou regularmente aquêle estabelecimento de ensino, prestando inestimáveis serviços ao Estado.

Anualmente, eram encaminhados para a Escola de Grumetes, no Rio, aquêles alunos que haviam atendido às exigências do curso; e, então, renovadas as turmas, mediante o alliciamento de novos elementos, entre jovens pertencentes, geralmente, a famílias das classes menos favorecidas da população.

Funcionando inicialmente em edifício particular, na Capital do Estado, foi depois construído um conjunto de prédios, onde instalou-se a Escola em caráter definitivo, apesar de serem as novas instalações de proporções bem modestas. Por esta razão, a matrícula era de 60 a 100 alunos, número este, na verdade, insignificante.

Era mantido um curso primário, dedicado especialmente à leitura, à aritmética, à música e à educação física. Especial atenção e cuidado eram dispensados à instrução cívica, no preparo inicial dos jovens alunos, para a carreira que iriam seguir.

As datas históricas nacionais e estaduais eram condignamente comemoradas por um amplo programa de paradas militares, competições desportivas, preleções sobre fatos da História do Brasil etc.

Tudo muito bem organizado e disposto.

O recrutamento dos seus alunos entre a gente pobre, encaminhava para nobres e utilíssimas profissões rapazes que estavam despontando para a vida. Sem aquela grande ajuda, êles não conseguiriam alcançar situações de prosperidade e de estabilidade, devido à sua total falta de recursos e de uma boa orientação.

Assim, inúmeros foram os sergipanos que, através da Escola de Aprendizes-Marinheiros, de Sergipe, ingressaram em nossa Marinha de Guerra, atingindo postos compatíveis com os seus predicados morais e suas aptidões profissionais.

A utilidade da instituição era compreendida e exaltada por todos, e sempre muito apreciada a maneira humana e dedicada como todos os ilustres oficiais da Marinha, que a dirigiram, tratavam os pequenos alunos, numa inequívoca prova de abnegação e sentimento de brasilidade. Dai, a simpatia que o povo dispensava àquela estabelecimento da Marinha, simpatia essa sobejamente demonstrada sempre que se apresentava uma oportunidade.

Pode-se muito bem avaliar os benefícios proporcionados por uma Instituição desse tipo, exercendo sua atividade em um meio notadamente carente de um serviço de orientação da mocidade.

Mas, Sr. Presidente, como diz o ditado, não há bem que sempre dure... A Escola foi fechada em 1931, isto é, 26 anos após a sua fundação.

Desconheço as razões invocadas naquela época, como justificativa para a adoção de tal medida. É possível que os motivos tivessem sido ponderáveis. Mas, a verdade, Sr. Presidente, é que a providência resultou em grande mal para o povo de Sergipe. Ninguém se conformou que o Estado ficasse sem a sua Escola de Aprendizagem-Marinheiros e, ainda hoje, apesar de decorridos tantos anos, lamenta-se o seu fechamento.

Depois de encerradas as atividades daquele estabelecimento de ensino, a inscrição dos que desejam ingressar na Marinha passou a ser feita através da Capitania dos Portos; porém, a ausência da Escola fez arrefecer o interesse do povo.

Animado pelas reconhecidas qualidades de patriotismo e de compreensão do Sr. Ministro da Marinha, Almirante Alves Câmara, e pelas realizações da sua eficiente administração, venho pleitear

de S. Ex.^a que, levando em conta razões de ordem social, dentre muitas outras, determine as providências necessárias, para a reabertura da Escola de Sergipe, bem como faça constar do plano de obras do Ministério, para o ano de 1959, a sua construção, a exemplo do que já tem ocorrido em outros Estados, como Alagoas e Espírito Santo, onde estão bem adiantadas as obras das Escolas de Maceló e Vitória.

O Congresso Nacional não negará o indispensável crédito orçamentário para a construção dos novos edifícios, uma vez que os antigos estão hoje ocupados pela Capitania dos Portos, e não mais se prestam à instalação de uma escola.

Muitos laços ligam o povo de Sergipe à Marinha de Guerra, de modo que a reabertura da citada Escola será ali recebida com grande júbilo.

Incontestavelmente a presença de mais uma Unidade Naval em uma Capital concorrerá para tornar ainda maior o prestígio da Marinha.

Tenho confiança de que S. Ex.^a levará na devida consideração este meu apêlo, por tratar-se de uma justa e legítima reivindicação do povo sergipano. (*Muito bem, muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Não há outro orador inscrito. (*Pausa*). Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a do dia 7 de abril próximo a seguinte

ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 18 horas 35 minutos.